



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 39, TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019 5

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de março de 2019 45

1.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2019 114

1.3 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFE- SADO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019 134

1.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2019 147

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019 156

1.5 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019 180

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2019 189

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019 217

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2019 275

1.6 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019 314

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2019 379

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2019 438

1.7 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA



Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019	493
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2019	527
1.8 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	589
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2019	598
1.9 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 26 de fevereiro de 2019	614
1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA	
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019	617
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2019	654
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de março de 2019	721





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Selma Arruda, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello e Maria do Carmo Alves. Registram a presença os senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Paulo Paim e Eliziane Gama. Usa da palavra a Senadora Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Rose de Freitas, Cid Gomes, Weverton, Fernando Collor e Arolde de Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária e da ata da 3ª reunião Extraordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – Projeto de Lei nº 550, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." Autoria: Senadora Leila Barros. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com oito emendas que apresenta; favorável às Emendas nºs 4 a 7; e favorável às Emendas nºs 1-T e 8, nº 2-T, e 3-T, nos termos das Subemendas apresentadas. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, e às Emendas nº 1-T e 8-CCJ, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ; nº 2-T, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ; e 3-T, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ; com as Emendas nºs





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4-CCJ a 7-CCJ e 9-CCJ a 16-CCJ. Observação: Em 27/02/19, foram recebidas as Emendas nºs 4 a 8, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2018 – Terminativo – que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para determinar que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta, e com a Emenda nº 1-T, nos termos da subemenda que apresenta e pela rejeição da emenda nº 2. Resultado: Vista concedida ao Senador Major Olímpio. Observação: Em 27/02/19, foi recebido Requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, de retirada da Emendaº 2. ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2015 – Terminativo – que: "Inclui o § 4º no artigo 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e altera o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o crime de apropriação ou desvio do Programa Bolsa Família e de recursos destinados ao custeio de alimentação ou de ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias, bem como incluí-lo no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2018 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Observação: Em 27/02/19, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9, de autoria do Senador Angelo Coronel. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 – Terminativo – que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 – Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 – Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2015 – Terminativo – que: "Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, pela rejeição da Emenda nº 2-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 – Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2018 – Terminativo – que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 – Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o acompanhamento presencial por membro do Ministério Público da execução de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 27/02/19, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães. ITEM 10 – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2018 – Terminativo – que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 – Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2015 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 12 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 1, de 2019 que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a participação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, com o objetivo de apresentar e discutir as diretrizes e prioridades da sua pasta." Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, Ordinária, e da Ata da 3ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 11.

Sobre a mesa, há um requerimento, de autoria do Senador Lasier Martins, requerendo a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão com a participação do Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, com o objetivo de apresentar e discutir as diretrizes e prioridades de sua pasta.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a participação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, com o objetivo de apresentar e discutir as diretrizes e prioridades da sua pasta.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Entraremos em contato com o Sr. Ministro de Justiça e Segurança Pública para marcar a data que lhe convenha e que atenda também aos interesses dos colegas.

Esta Presidência comunica ainda, antes de começarmos a deliberar os itens da pauta, o recebimento das seguintes correspondências:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Memorando nº 15, de 2019, da Presidência do Senado Federal, encaminhando publicação da Ouvidoria do Estado de São Paulo denominada "O uso da força letal por policiais de São Paulo e vitimização policial em 2017";

- Aviso nº 44 – GP/TCU, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando decisão prolatada por aquela Corte tratando de Relatório de Auditoria com o objetivo de avaliar a eficácia e a efetividade das políticas públicas federais de inclusão produtiva urbana e rural voltadas à população pobre, com destaque para os aspectos de articulação e focalização.

Informo que os referidos documentos se encontram disponíveis na Secretaria da Comissão para consulta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 550, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.

Autoria: Senadora Leila Barros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-T a 3-T, nos termos das respectivas Subemendas que apresenta, com sete emendas que apresenta.

Observações:

- Em 14/02/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 1-T a 3-T, de autoria do Senador Lasier Martins;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei (PL) nº 550, de 2019, da Senadora Leila Barros.

O objetivo da proposição é alterar a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e modificar a Lei nº 9.443, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

O PL foi estruturado em quatro artigos.

O art. 1º cuida das alterações na Lei nº 12.334, de 2010. Inicialmente, promove-se pequeno ajuste redacional no inciso IV do art. 1º, que faz remissão ao dispositivo pertinente à classificação das barragens, enquanto a lei em vigor se refere ao art. 6º, o correto é a referência ao art. 7º, conforme previsto na proposição.

Mediante a alteração do art. 2º, pretende-se aperfeiçoar as definições dos termos “barragem” e “empreendedor”, bem como acrescentar as definições de “acidente” e “desastre”.

A proposição modifica, ainda, o art. 3º, inciso I, para prever, dentre os objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a garantia de observância de padrões de segurança de barragens, de maneira a reduzir a possibilidade...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Posso interromper um pouquinho?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Claro, com todo gosto. Muito merecido. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Telmário. Desculpe-me, Senador Anastasia. Por favor, continue com o relatório.

Que a televisão não mostre a vermelhidão da minha face.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Mas o Senador Telmário tomou iniciativa que tem o aplauso de todos nós. Foi uma interrupção muito justa e merecida. Mais uma vez, parabéns à nossa Presidente pelo seu aniversário na última sexta-feira!

Seguindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL também altera o art. 4º, pertinente aos fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, para prever a responsabilidade civil objetiva do empreendedor por danos decorrentes de falhas da barragem.

O art. 5º, que cuida dos órgãos competentes para fiscalizar a segurança das barragens, é igualmente alterado, destacando-se a inclusão da entidade responsável pela fiscalização da pesquisa, da lavra e da industrialização de minérios nucleares, quando se tratar da disposição final ou temporária de rejeitos desses minérios.

A proposição também inclui dois novos instrumentos na PNSB, mediante alteração do art. 6º da citada lei.

Na modificação do art. 7º, o PL introduz alteração na classificação das barragens. Além de prever a classificação pelo órgão fiscalizador – e não pelos agentes fiscalizadores –, a proposição também restringe a classificação por “categoria de risco” e por “dano potencial associado”, excluindo a classificação pelo volume da barragem.

No art. 8º da Lei nº 12.334, de 2010, a proposição introduz obrigações ao empreendedor relativas ao PSB, como manter atualizado e operacional o PSB até a completa desativação da barragem e tornar disponível ao órgão fiscalizador o PSB antes do início do primeiro enchimento do reservatório. Nas barragens com alto potencial de dano associado, o PSB deve ser validado por profissional independente e de notória especialização em segurança de barragens, caso solicitado pela entidade fiscalizadora.

O projeto de lei também acrescenta dispositivos ao art. 12, especialmente para estabelecer que os órgãos de proteção e defesa civil e a população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE). Ademais, institui que, antes do início do enchimento da barragem, o empreendedor deverá: (i) instalar equipamentos de alerta de emergência e sinalização de rotas de fuga e de pontos de encontro; (ii) realizar audiência pública para apresentação do PAE; (iii) promover treinamento de evacuação com a população da área potencialmente afetada; e (iv) divulgar à população o contato para oferecimento de denúncias relacionadas à segurança da barragem.

Por fim, prevê que os procedimentos de evacuação em caso de emergência previstos no PAE serão coordenados pelos órgãos de proteção e defesa civil das áreas atingidas ou potencialmente afetadas pelo acidente ou desastre.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – O Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) é aperfeiçoado mediante a inclusão de dois novos parágrafos no art. 13. O primeiro prevê que o Sistema manterá informações sobre incidentes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e acidentes de barragens, enquanto o segundo estipula que o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) manterá canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens, informando ao respectivo órgão fiscalizador eventuais inconformidades.

O art. 16, pertinente às competências do órgão fiscalizador, também é alterado pela proposição. Substitui-se o termo “fiscalização” por “inspeção”, além de se exigir a contratação de seguro ou apresentação de garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre. Prevê-se, ainda, a necessidade de elaboração, anualmente, do Plano de Fiscalização de Barragens (PFB), que deve contemplar, no mínimo, as ações fiscalizatórias previstas e os meios materiais e humanos necessários para sua execução. Outra inovação é a exigência de o empreendedor disponibilizar na rede mundial de computadores as informações básicas das barragens sob sua fiscalização, bem como o relatório e a data das fiscalizações realizadas.

A proposição também prevê novas obrigações do empreendedor, mediante alteração do art. 17. Além de aperfeiçoar as obrigações previstas nos incisos VI e VII, inclui sete novas, dentre as quais se destacam a necessidade de instrumentar a barragem de forma a permitir o monitoramento de sua estabilidade remotamente em tempo real, o acionamento automático de alarmes em caso de emergência e o envio automático de alerta ao empreendedor, ao órgão do SINPDEC e ao órgão fiscalizador em caso de incidente; e a necessidade de contratação de seguro ou apresentação de garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente. Prevê, ainda, que todos os empreendedores deverão contribuir para o custeio da segurança da barragem, caso haja mais de um empreendedor.

O projeto de lei cria um novo capítulo na Lei 12.334, de 2010, pertinente às infrações e respectivas sanções, definindo os valores que aqui elencamos.

Nas disposições finais e transitórias da Lei, a proposição altera a redação do art. 18, §2º, para dispor que, quando a omissão ou a inação do empreendedor provocar risco de acidente ou desastre, o órgão fiscalizador deverá informar a situação à Prefeitura do Município onde se situa a barragem e aos órgãos do Sistema de Prevenção a Desastres, que poderão executar ações de prevenção.

O art. 2º modifica o art. 35 da Lei 9.433, de 1997, para agregar às competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos as de: (i) organizar e secretariar o Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens; e (ii) organizar Câmara Técnica para investigação e prevenção de falhas em segurança de barragens.

O art. 3º estipula que a garantia financeira ou o seguro de que trata a Lei 12.334, de 2010, para barragens existentes, deverão ser apresentados no prazo de dois anos a partir da data da publicação da lei resultante da aprovação do PL.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, prevê-se a entrada em vigor imediata da lei resultante da aprovação da proposição.

No prazo regimental, foram oferecidas três emendas, todas de autoria do Senador Lasier Martins.

Durante a tramitação do projeto nesta CCJ, o Senador Randolfe apresentou cinco emendas, que são aqui descritas. Por fim, as Emendas 6, 7, 8 e 9 são dele.

O PL foi encaminhado a esta CCJ e à Comissão de Meio Ambiente, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Análise.

Cabe à CCJ, Sra. Presidente nos termos dos Regimento Interno do Senado Federal, apreciar a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição, bem como analisar o seu mérito.

Quanto à admissibilidade, verifica-se a constitucionalidade formal e material do projeto de lei. Do ponto de vista do conteúdo, a proposição concretiza os princípios constitucionais da proteção do meio ambiente e do combate à poluição em qualquer de suas formas.

Ademais, compete ao Poder Público controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, nos termos do art. 225, V, da Constituição Federal.

Já em relação ao aspecto formal, incide a competência legislativa da União, já que é competência privativa desta legislar sobre água e energia, e jazidas e minas, e é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, bem como sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente. Demais disso, não há vício de iniciativa, uma vez que a proposição não invade matérias de iniciativa privativa do Presidente da República.

Especificamente no que concerne à alteração do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, que trata das competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, alguns esclarecimentos se fazem necessários.

Conforme é de conhecimento geral, cabe ao Presidente da República, com exclusão dos demais legitimados, apresentar projetos de lei que disponham sobre criação e extinção de órgãos da Administração Pública federal. Esse dispositivo, contudo, deve ser interpretado de forma restritiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Assim, veda-se apenas a ampliação ou o redesenho das atribuições de órgãos do Poder Executivo mediante lei de iniciativa parlamentar.

No caso em questão, o PL não promove o redesenho das atribuições, trata-se, apenas, de adequar a competência do Conselho, órgão já incumbido de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aos dois novos instrumentos dessa Política – o Fórum Brasileiro de Segurança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Barragens e a Câmara Técnica para investigação e prevenção de falhas em segurança de barragens. Confere-se, assim, eficácia aos novos instrumentos da PNSB, sem haver qualquer perturbação ao esquema organizatório funcional constitucionalmente estabelecido.

Quanto à regimentalidade, a tramitação seguiu o que determina o Regimento Interno do Senado, que, nos termos do inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, autoriza a adoção do procedimento legislativo abreviado, atribuindo-se o poder terminativo à Comissão de Meio Ambiente.

Em relação à juridicidade, registra-se a adequação do instrumento normativo. Trata-se, ainda, de proposição que visa a inovar o ordenamento jurídico, dotado de abstração, generalidade e imperatividade.

Em termos de técnica legislativa, o PL está redigido de acordo com os mandamentos da Lei Complementar nº 95. Há apenas um pequeno ajuste a ser feito, devido à ausência de menção ao parágrafo único do art. 1º da Lei, cujo inciso IV é alterado pelo art. 1º da proposição. Nesse sentido, apresentamos emenda de redação.

Com relação às três emendas apresentadas, todas de autoria do nobre Senador Lasier Martins, consideramos que atendem aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, são inegáveis a alta qualidade e a oportunidade desta proposição. A Lei nº 12.334, de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, representou um importante avanço em nosso ordenamento jurídico. Contudo, à luz dos desastres recentes envolvendo barragens para disposição de rejeitos de mineração que atingiram os Municípios de Mariana e Brumadinho, está claro que importantes ajustes na referida lei se fazem necessários para elevar sua eficácia e evitar a repetição desses infaustos acontecimentos.

As inovações legislativas constantes do PL aprimoram a Lei nº 12.334, de 2010, em diversos aspectos. Destacamos, entre outros, o maior rigor na definição de empreendedor e na indicação dos órgãos fiscalizadores, o que ajudará a escoimar as dúvidas sobre os responsáveis pelas barragens e sua fiscalização. Ainda com relação às responsabilidades, o PL explicita a responsabilidade civil objetiva, ou seja, independentemente de culpa ou dolo, do empreendedor, em caso de falha da barragem.

No que diz respeito à prevenção de acidentes, são reforçados os princípios e os procedimentos voltados para a segurança, como o aprimoramento do Plano de Segurança de Barragens. Além disso, são fortalecidos os instrumentos dos órgãos fiscalizadores, tão necessários para o adequado cumprimento de suas funções, e são evidenciadas as obrigações dos empreendedores em prol da segurança de barragens. Chamamos a atenção para a obrigatoriedade de instalação de instrumentação para monitoramento remoto e em tempo real da barragem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As novas tecnologias fornecem ferramentas que auxiliam no pronto diagnóstico dos problemas da barragem e possibilitam a rápida execução de medidas reparadoras.

Como não existe estrutura de engenharia completamente à prova de falhas, é preciso, em paralelo às ações preventivas, cuidar das medidas voltadas para a minimização das consequências de um indesejado desastre. Nesse sentido, cumpre realçar o aperfeiçoamento do Plano de Ação Emergencial. Torna-se obrigatória a participação das comunidades e dos órgãos de defesa civil na sua elaboração, bem como a instalação de toda a infraestrutura necessária para alertar e evacuar a população em segurança em caso de emergência. O empreendedor também é obrigado a contratar seguro ou apresentar garantias financeiras para cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente e para garantir a correta desativação das barragens para disposição de rejeitos de mineração no final da vida dessas instalações.

Em caso de descumprimento, por parte do empreendedor, de disposições legais e regulamentares, são estabelecidas sanções administrativas que podem chegar ao embargo e à desativação da barragem.

Para o caso extremo, quando há recusa do empreendedor em tomar as medidas necessárias para restabelecer a segurança da barragem e afastar o risco de desastre, o que configuraria uma situação de crime de perigo coletivo, é aplicável sanção penal, com pena de reclusão de um a cinco anos. Essa pena incide sobre todos que concorram para a prática desse crime, na medida de sua culpabilidade.

Para suprir a inação do empreendedor, fica o Poder Público autorizado a realizar obras emergenciais nas barragens, a serem custeadas com recursos Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, devendo esses custos serem ressarcidos pelo empreendedor, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Por fim, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão que possui a atribuição de zelar pela implementação da Plano Nacional, fica responsável pela organização do Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens e da Câmara Técnica para investigação e prevenção de falhas de segurança de barragens. O Fórum fomentará as discussões sobre a Plano Nacional e contribuirá para a divulgação de avanços recentes e de boas práticas entre os especialistas em barragens. A Câmara Técnica, por sua vez, institucionalizará as investigações sobre acidentes com barragens, nos moldes do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Em que pesem os acertos do PL, consideramos que é apropriado introduzir cinco mudanças pontuais em seu texto. A primeira delas diz respeito à obrigatoriedade da continuação do pagamento da CFEM em caso de redução ou cessação da produção mineral do empreendimento, devido à falha da barragem de rejeitos de mineração. Para tal introduzido novo artigo na Lei 8.001, de 13 março de 1990. Dessa forma, os entes federativos, em especial os Municípios mineradores, não sofrerão redução súbita





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de suas receitas em caso de rompimento de barragens. A situação calamitosa das finanças dos Municípios de Mariana e Brumadinho demonstram a real necessidade dessa previsão legal.

A segunda refere-se à destinação das multas ambientais. Propomos alterar a Lei 9.605, de 1998, para determinar que, em situação de acidente, a multa por infração seja revertida à região afetada.

A terceira, em sentido análogo, busca alterar a Lei 7.797, de 1989, que cria a Fundo Nacional de Meio Ambiente, para incluir aplicações financeiras paritárias na recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais.

Outras duas alterações endurecem as penas para os envolvidos em crimes ambientais que causem a perda de vidas humanas, como infelizmente aconteceu em Mariana e Brumadinho. Nesse sentido, buscamos inspiração no Projeto de Lei nº 646, de 2019, de autoria do ilustre Senador Randolfe Rodrigues e apresentamos, assim, duas emendas. A primeira altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei dos Crimes Hediondos, classificando como hediondo o crime de poluição ambiental quando resultar em morte. A segunda modifica o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, prevendo o aumento de pena, até o quádruplo, se o crime de poluição ambiental resultar em morte.

Devido a essas cinco emendas, torna-se necessário modificar a ementa do PL, conforme disposto em emenda específica.

Ademais, colhemos o Projeto de Lei nº 926, de autoria da ilustre Senadora Eliziane Gama, uma importante contribuição para a melhoria da Política Nacional de Segurança de Barragens, que trata sobre a obrigatoriedade de cada barragem ter o seu Plano de Ação de Emergência. Hoje, a exigência do plano de emergência fica a critério do órgão fiscalizador, que determina sua elaboração em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem, devendo exigi-lo somente para a barragem classificada como de dano potencial associado alto.

É muito bem-vinda a proposta da Senadora Eliziane Gama...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – ... no sentido de obrigar que todas as barragens, sem exceção, tenham o respectivo Plano de Ação de Emergência. Por isso, estamos apresentando uma emenda para incluir esse dever na Lei 12.334.

Com relação às três emendas do eminente Senador Lasier Martins, concordamos em acatá-las na forma de subemendas. Recordamos que o Senador é autor do PL nº 635, de 2019, que busca também aprimorar a Política Nacional de Segurança de Barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas apresentadas por S. Exa. ao presente PL têm como objetivo evitar situações como a que ocorreu em Brumadinho, em que foi utilizada a “técnica” de alteamento a montante, no qual o próprio material armazenado é usado na contenção. Essa espécie de armazenamento caiu em desuso na maioria dos países, em razão de ser mais vulnerável a rompimentos. Acolhemos, portanto, a Emenda nº 1, que proíbe a construção de barragens pelo método de alteamento a montante.

O que fazemos, no entanto, na forma de subemenda, também é acolher a Emenda nº 8, do Senador Randolfe Rodrigues. Entendemos ser necessário definir um prazo fixo para desativar as barragens dessa natureza e, no mesmo sentido, determinar que as barragens deverão ser inspecionadas diariamente pela autoridade pública competente durante o período de desativação.

No mesmo sentido, as Emendas nºs 2 e 3, do Senador Lasier Martins, são imbuídas dos melhores propósitos, razão pela qual as acolhemos com pequenos ajustes, estabelecendo que o órgão fiscalizador delimitará a área de proibição de ocupação humana e fixará prazo para o empreendedor remover as pessoas nas situações de risco.

A Emenda nº 7, do Senador Randolfe Rodrigues, merece acolhimento, pois define o prazo de um ano para que empreendedores consigam contratar seguros e prestar garantias referentes às barragens. O PL, originalmente, previu prazo de dois anos, mas um ano é tempo suficiente.

Finalmente, as demais emendas apresentadas pelo Senador Randolfe Rodrigues, as de nºs 4, 5 e 6, devem ser acolhidas, por tornarem mais rígidas as regras de responsabilização civil, penal e administrativa dos causadores de tragédias como as de Mariana e de Brumadinho.

A Emenda nº 4 define que o valor da indenização devido no caso das falhas das barragens será calculado em função da extensão do dano e do potencial econômico do infrator, admitindo o afastamento cautelar das funções dos responsáveis.

A Emenda nº 5 eleva os parâmetros da multa aplicada por infração de, no mínimo, R\$10 mil para, no máximo, R\$10 bilhões. De fato, o parâmetro anterior, entre R\$1 mil e R\$50 milhões, revela-se muito baixo quando analisamos os casos concretos.

A Emenda nº 6 criminaliza a conduta daquele que presta falsas informações no Relatório de Revisão Periódica de Segurança de Barragens ou nas Inspeções de Segurança Regular e Especial e daquele que deixa de cadastrar e manter atualizadas as informações relativas à barragem no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

Voto.

Ante os motivos expostos, Sra. Presidente, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 550, de 2019, e das Emendas ao PL nº 550, de 2019, de nºs





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 a 8. No mérito, votamos pela aprovação do PL nº 550, de 2019, e das Emendas de nºs 1 a 8, com as seguintes emendas e subemendas que se seguem no texto.

Sra. Presidente, permita-me fazer um esclarecimento adicional: o projeto de autoria da Senadora Leila Barros, um projeto muito bem fundamentado, tem grande semelhança com o projeto apresentado há pouco mais de um ano pelo Senador Ricardo Ferraço, em razão da comissão que nós criamos, depois do acidente de Mariana, aqui no Senado. Eu fui o Presidente, o Senador Ferraço foi o Relator. As determinações daquele relatório foram várias, entre as quais está a criação da Agência Nacional de Mineração, que foi criada pelo Governo, e também a apresentação de um projeto de lei modificando a Lei Nacional de Segurança de Barragens.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Esse projeto foi apresentado pelo Senador Ferraço e lamentavelmente não houve tempo hábil para sua aprovação, dada a complexidade do seu assunto. Ele foi arquivado ao final da Legislatura. No início da Legislatura, houve uma solicitação do Senador Elmano Férrer, com a minha assinatura e da Senadora Rose, e foi aprovado no Plenário o seu desarquivamento. Esse projeto está em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, sob a relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Por outro lado, houve a apresentação de três projetos que vieram à CCJ sobre o mesmo assunto: este, da Senadora Leila, muito semelhantes; veio também do Senador Lasier e do Senador Randolfe. O Senador Randolfe já retirou o dele. Quanto ao do Senador Lasier, o que nós fizemos em conversas com as assessorias? Neste relatório que aqui apresentamos, nós incorporamos as inovações trazidas pelo Senador Randolfe e pelo Senador Lasier, de modo a termos num único texto as contribuições de todos Parlamentares, e também agora a sugestão da Senadora Eliziane Gama, já acolhida neste relatório.

De tal modo que, pelo menos neste momento e em tese, nós consolidamos todas as contribuições apresentadas quanto a uma matéria tão importante, tão hemorrágica como esta. Isso significaria, conforme tratativas que tive com o Senador Fabiano, que está aqui, Presidente da CMA, para nós discutimos, talvez hoje ou na próxima reunião, que pode ser depois, conforme marcado por V. Exas., o requerimento de urgência para ser submetida a matéria a plenário, unindo todos esses projetos, de tal modo que houvesse uma resposta definitiva a esse tema.

De todo modo, o relatório em relação a esse projeto é este, parece-me, acolhendo o conteúdo daquele que está na CMA totalmente, como também as proposições apresentadas aqui pelo Senador Randolfe, pelo Senador Lasier e pela Senadora Eliziane.

É o relatório, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Antonio Anastasia, parabênizo V. Exa. pelo relatório, a Senadora Leila e os demais Senadores que apresentaram projetos semelhantes.

Com a palavra, pela ordem, Senador Lasier Martins.

Apenas lembrando, Senador Antonio Anastasia, que o pedido de urgência tem de vir de um dos colegas. Não há impedimento de aprovarmos esse requerimento de urgência, lembrando apenas que esta Comissão não é maior nem menor do que nenhuma outra. A aprovação de um requerimento de urgência para que o projeto seja imediatamente levado ao Plenário depende ainda da anuência da Mesa e de não haver questionamento de colegas Senadores de qualquer comissão em relação a isso. Mas também, claro que é um reforço para que Líderes possam assinar em nome dos colegas ou buscar as 21 assinaturas para o regime de urgência em Plenário. Não vejo dificuldade nenhuma, dada a relevância, a urgência e, de certa forma, a pressão popular que é legítima para que esta Casa dê a resposta à altura a uma questão tão relevante, que ceifou centenas de vidas, para que outras famílias não se submetam ao mesmo constrangimento, à mesma tristeza.

Com a palavra, Senador Lasier Martins. Pela ordem ou para discutir, Senador?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, V. Exa. é o primeiro inscrito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu quero me inscrever também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Depois, Senador Kajuru, Senador Carlos Viana e Senadora Eliziane.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Simone, Senador Jorginho e colegas. Em primeiro lugar, cumprimentos pelo seu aniversário, Senadora Simone, que foi muito bem lembrado aqui pelo Senador Telmário ao lhe trazer uma orquídea. Acho que estamos bem representados também nesse gesto.

Com relação a esse Projeto nº 550, Senador, eu quero em primeiro lugar exaltar o trabalho do Senador Antonio Anastasia, pelo que nós acabamos de ouvir, um trabalho metódico, longo e meritório, que demandou muita reflexão e, pelo que deparei, é um relatório de alta qualidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez possamos nos orgulhar desse projeto de lei apresentado em momento muito oportuno, porque vivemos ainda a emoção e o drama das barragens que despencaram, no Estado de Minas Gerais.

Este trabalho do Senador Anastasia tem grande mérito, porque ele soube resumir, embora longo o relatório. Soube apanhar muito bem o projeto da Senadora Leila e absorveu também as emendas que nós apresentamos – as três que apresentei e que foram transformadas em subemendas em razão dos pequenos ajustes –, o trabalho do Senador Randolfe e o trabalho da Senadora Eliziane Gama. Nesse resumo, com muito talento, o Senador Anastasia abrangeu todas as circunstâncias.

Eu faço questão de repetir as minhas três emendas, que foram acolhidas, pelo que agradeço muito. A primeira proíbe barragens a montante, isto é, barragem construída com os próprios rejeitos. É verdade que já houve uma ação governamental, mas aqui nós precisamos transformar em lei para ela que tenha, então, vigência; a emenda que estabelece que pessoas que estejam vivendo proximamente às barragens e, portanto, em alto risco, sejam realocadas por conta do empreendedor; e a terceira proíbe que novas barragens sejam construídas próximas de comunidades, observando-se o critério da zona de autossalvamento.

Então, eu quero exaltar este trabalho, que acompanhei atentamente e sei que foi um trabalho de muita avaliação para resumir tantas emendas e transformar tudo neste projeto apresentado agora.

Espero que os colegas meditem sobre este trabalho porque, salvo melhor juízo, ele está muito bem encaminhado, e nós temos a alta responsabilidade, de uma vez por todas, de estabelecer uma lei que impeça, daqui para adiante, episódios tristes, desastrosos como esses que aconteceram em Brumadinho e Mariana.

Faço questão de salientar isso aqui porque realmente é um tema de alta relevância e oportunidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço.

Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Admirável...

Alô? Não querem deixar o Kajuru falar?

Admirável Senadora Presidente da CCJ, Simone Tebet, e S. Exas., para discussão desta matéria, eu pediria a atenção para algo que, de ontem para hoje, concluí: se não houver por parte deste Senado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deste Congresso Nacional uma cobrança permanente – e eu aqui conversava com o exemplo desta Casa, Senador Antonio Anastasia, porque existe aquela frase: o silêncio não comete erros.

Mas não dá, Presidente, para ficar em silêncio diante do que nós estamos vendo em cima desse projeto, que é insofismável, e daqui a pouco falo rapidamente sobre ele.

Aproveitando que o novo Presidente do Banco Central é o neto de Roberto Campos, com quem eu convivi nas redações dos maiores jornais do Brasil, ele belíssimo articulista que era, há uma frase dele que diz o seguinte: o único pecado que a política não perdoa é dizer a verdade antes do tempo. Eu creio que eu não vou cometer esse erro aqui.

Diz o dito popular que quem não tem memória não tem futuro. Parece que no Brasil existe uma indústria cujo propósito é roubar-nos o futuro apagando o dia a dia da nossa memória. Os vivos, os mortos e os mortos-vivos de Brumadinho estão sendo jogados no esquecimento pela grande imprensa nacional.

Senador Jorginho, eu faço parte da imprensa e conheço esse poder. Em sua maioria eu sei qual é o jogo. Se atentarmos para as tevês, para os telejornais, para os artigos, para os jornais, para o rádio, já não há mais comoção. Afinal, o que significam mais de 300 homens, mulheres, crianças assassinadas? Foram simplesmente deletados dos textos jornalísticos, cujo propósito verdadeiro é salvar os negócios. Por que então lembrar corpos soterrados de quem não sabemos sequer os nomes? Por que lembrar que a natureza morta em Mariana é uma irmã gêmea da falecida em Brumadinho, já que os negócios não choram mais por elas?

Como dizia Drummond, o mineiro de Itabira, que minerava palavras, beleza, amor e não dinheiro: "Todos os homens voltam para casa, estão menos livres, mas levam os jornais e soletram o mundo sabendo que o perderam".

Pois bem, senhoras e senhores, V. Exas. colegas, a escolha está diante de nós e devemos escolher de modo diferente daqueles que decidiram que a Vale é um colosso econômico, Senador Rogério Carvalho, que não pode ser condenada, que sua diretoria é um sucesso no mundo dos negócios globalizados, Senador Rodrigo Pacheco, que suga nossa alma, Senador Nelsinho Trad, nosso sangue, nossa esperança de uma vida fraterna e digna, amiga e irmã, ser humano rara, Leila, responsável por esse irretocável projeto.

Aqui, Sras. e Srs. Senadores, ou deve prevalecer a voz do povo, a nossa consciência, que deve decidir o oposto do que diz a voz da mídia corporativa, mídia que eu conheço, que sussurra maledicente em nossos ouvidos, Senadora Eliziane Gama, que é uma guerreira, para nos convencer de que o Presidente da Vale, Sr. Fabio, essa figura soez, vulpina, chumbrega, não tem ideia dos motivos do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acidente, não tem culpa e não pode ser condenado, e, por isso, deve continuar conduzindo os negócios com seus métodos medievais e desumanos.

Concluo: quem quiser que se entorpeça com as overdoses de amnésia provocadas por este *tsunami* de esquecimento que se avoluma no horizonte, querendo soterrar com sua lama a tragédia e os crimes de Brumadinho. Quem quiser que se entorpeça, porque eu, senhoras e senhores, e tenho certeza de que a maioria absoluta aqui desta CCJ, com a nossa inquieta consciência, jamais engoliremos a balela forjada de um laudo de estabilidade forjado previamente, para justificar a crônica de uma matança anunciada e repetida.

Quem quiser, neste Congresso Nacional, que se venda à contabilidade dos finórios, como boa parte da imprensa está se vendendo. Os que habitam as altas cortes, com suas pompas, ritos e seus refinamentos, vêm nos dizer que a Vale é um colosso de bondade, por destinar 0,000007 da projeção do valor da empresa no mercado financeiro para pagar R\$100 mil por vítima assassinada? Senador Major Olimpio, isso não passa de um vergonhoso cala-boca, e o nosso amigo Major Datena sabe muito bem que é isso, porque ele nunca calou sua boca. É uma paga para o esquecimento.

Quem quiser que acredite, Senador Lasier Martins – da crônica esportiva, econômica e política, uma história exemplar –, quem quiser que acredite e convença o povo brasileiro de que milhares de barragens pelo Brasil afora, como as de Mariana e Brumadinho, são seguras e que Deus, na sua infinita bondade, proverá nossa segurança e nos protegerá dos ferozes padeiros do mal, que contam as suas moedas na calada da noite, e de manhã não se lembram mais de suas vítimas.

Eu, não, senhoras e senhores; eu lutarei, tenho certeza, com o apoio da maioria massacrante aqui desta Casa, para que o povo brasileiro tenha memória e tenha futuro. Por isso, Senador Anastasia, faço uma chamada, em alto e bom som, Presidente Simone Tebet, de forma talvez inédita, aqui nesta Casa. Vítimas da boate Kiss? Presente. Vítimas de Mariana? Presente. Jovens do Ninho do Urubu? Presente. E todos os que morreram e foram soterrados pela cumplicidade do Poder Público com a ganância do setor privado? O meu mais respeitoso e eterno presente.

E, sobre este projeto tão bem relatado, mais uma vez, cirurgicamente pelo Senador Antonio Anastasia – porque eu só lamento Minas Gerais não ter eleito um homem público desse –, eu termino dizendo sobre este projeto, o meu voto como suplente, já que tenho o direito, em função do quórum, o meu voto é também desta forma: presente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra, o Senador... (*Falha na gravação.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Meu bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, muito obrigado pela gentileza de nos ceder... Todos os colegas Senadores e aqueles que nos acompanham pela TV Senado, é, com muita atenção que nós, de Minas Gerais, estamos acompanhando a tramitação dessa proposta de lei, desse projeto de lei, que nós agora podemos aprovar, para darmos uma resposta a Minas Gerais no tocante à questão das barragens.

Tenho conversado muito com o Senador Anastasia, que tem uma experiência muito grande nessa questão da legislação, da regulação da questão das barragens.

Senador Kajuru, minha visão hoje é a de que nós só estaremos de fato tranquilos em relação a essa questão das barragens de rejeitos no dia em que nós não as tivermos mais. Hoje, o mundo já tem tecnologia para que a exploração mineral seja feita a seco, com toda a deposição feita sem o uso de água ou geração de qualquer tipo de lama, o que pode definir o futuro da mineração, que é um setor importante para o nosso País.

Mas, como nós temos milhares dessas barragens de alteamento a montante e a jusante e outros sistemas que estão em funcionamento, nós precisamos de regras que permitam que os órgãos fiscalizadores ajam com maior rapidez, principalmente na prevenção dos acidentes.

Daqui, estou acompanhando e lendo atentamente o relatório. Quero lhe dar minha saudação especial, Prof. Anastasia.

Há a questão da contribuição federal de exploração mineral, que deverá continuar sendo paga em caso de desastre ou de acidente grave de barragem, como definimos aqui por lei. Mariana, por exemplo, viveu uma situação difícilíssima. Lá houve mortes, a empresa parou de pagar a contribuição, e a cidade viveu um caos econômico de uma hora para outra. O Prefeito ficou batendo de porta em porta, o comércio ficou sem as vendas, a cidade viveu um momento de muita angústia, o que levou, inclusive, ao que está acontecendo em Brumadinho hoje: um sentimento de ambiguidade. As pessoas estão tristes, as pessoas têm medo e também temem o esvaziamento econômico, o desemprego e a falta de sobrevivência com dignidade. Essa situação precisa ser resolvida. O projeto aqui, a proposta resolve isso definitivamente. A empresa teve lá o seu desastre, o acidente, e deverá continuar pagando a contribuição obrigatoriamente, porque o Poder Público municipal não pode ficar à mercê de uma decisão posterior da Justiça. Minha saudação por isso!

Segundo ponto: todas as multas serão revertidas para a região. Observe, Presidente, que, no caso de Mariana, o Governo anterior do Estado de Minas Gerais recolheu mais de R\$1 bilhão em multas e não destinou, Senador, nem um centavo praticamente para a região de Mariana. Isso tudo foi para o cofre do Estado sem que, infelizmente, a cidade tivesse qualquer tipo de compensação.

Nós, aqui, estamos corrigindo mais uma vez uma falha da legislação. Saúdo mais uma vez o eminente Relator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O único ponto que eu gostaria de colocar em discussão, Senador Anastasia, é relativo ao que está aqui: o PL cria ainda um novo capítulo na Lei 12.334, de 2010, pertinente às infrações e respectivas sanções. O art. 17-A – aqui se vai colocando tudo isso –, define as sanções como advertência, multa simples, multa diária, embargo de barragem ou atividade, demolição ou descomissionamento de barragem. Fixa, no art. 17-C, limites para o valor da multa, sendo, no mínimo, de R\$1 mil e, no máximo, de R\$50 milhões.

Aqui, coloco um questionamento a V. Exa, para nós não limitarmos as multas, para colocarmos aqui um critério em que o órgão fiscalizador possa avaliar o valor da multa de acordo com o risco que o empreendedor levou à sociedade.

No caso, por exemplo, de Brumadinho, nós tínhamos já a certeza de que milhares de pessoas seriam atingidas. No caso de Nova Lima, nós temos lá já a certeza de que milhares de pessoas... Em Itabirito, outras cidades... Temos, por exemplo, Paracatu, onde nós temos uma mineração de ouro, que é a maior aberta talvez da América Latina ou do mundo, com uma barragem cheia de arsênio e mercúrio. Nós já sabemos qual o risco, é uma tragédia anunciada.

Então, que esse montante seja definido pelo órgão fiscalizador, de acordo com o grau de risco em que o empreendedor nos colocou. Porque 50 milhões para uma Vale não é nada, 50 milhões para uma empresa que tenha uma mineração como essa...

Então, o ideal, minha proposição aqui, com muita humildade, é de que nós não tenhamos um valor definido para as multas, que o órgão fiscalizador – quem sabe um colegiado, e aí, nós teríamos os órgãos ambientais, nós teríamos os órgãos fiscalizadores federais – definisse esse valor sem um limite estabelecido.

No mais, dizer da minha satisfação em participar desta discussão e da resposta que nós podemos dar ao povo de Minas Gerais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Anastasia para responder ao Senador Carlos Viana.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Senador Carlos Viana, agradeço a V. Exa. Gostaria de esclarecer a V. Exa. que essa sua preocupação também foi uma preocupação do Senador Randolfe numa das emendas de autoria de S. Exa. que eu acolhi. Nós colocamos o valor das multas agora de R\$10mil a R\$10 bilhões. Por que não colocar o valor em aberto? Porque a multa administrativa deve ser cominada num valor específico para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não ficar em aberto, ao contrário o regime penal, como lembrava o Senador Rodrigo Pacheco. Mas as multas administrativas são fixas para não deixar o juízo da discricionariedade muito aberto. Então, há um parâmetro. Como nós elevamos a R\$10 bilhões, é um valor muito expressivo, sem prejuízo de indenizações cíveis. Aí, claro, caberá ao Poder Judiciário definir os valores, que não terão limites, em razão de cada prejuízo realizado. Até porque, é bom lembrar, nós colocamos, Sra. Presidente, neste projeto – e a Senadora Leila fez isso muito bem – a responsabilidade objetiva, ou seja, independentemente de culpa. Então, de fato, o empreendedor passa a responder objetivamente. E, se o prejuízo for maior, a Justiça assim fixará. Mas a multa administrativa passa a até R\$10 bilhões.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem, Excelência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar o Senador Anastasia. S. Exa., sempre com muita precisão, apresentando seus relatórios de forma muito completa. Já cumprimentá-lo especificamente por ter recebido proposta de nossa autoria, que passa a obrigar todas as barragens, sem exceção, a que tenham seu respectivo plano de ação de emergência.

E eu vejo que junto a essa questão do plano de ação de emergência, Presidente, uma das questões merece o destaque aqui. Porque às vezes você tem um plano, mas você não tem efetividade desse plano. E aí, nós temos alguns pontos que merecem o destaque: o treinamento de pessoal e o envolvimento dessas populações a partir das audiências públicas, para que não apenas recebam o plano, mas que também participem da construção e da elaboração desse plano. Ao mesmo tempo também fazer com que não seja apenas um plano fictício. No caso de Brumadinho, havia um plano, mas não havia um treinamento específico, não havia as condições técnicas asseguradas para que, em casos de emergência, isso realmente viesse a ser ativado, viesse a ser implantado.

E a gente viu essa tragédia com proporções que nem nós mesmos sabemos ainda, porque a quantidade de pessoas desaparecidas ainda é muito grande e talvez muitas famílias, Kajuru, não tenham o cumprimento de um direito elementar do cidadão brasileiro, que é o direito de enterrar, velar o seu ente querido. Talvez algumas famílias nem sequer tenham esse direito. Então, é uma tragédia gigante.

O que nos preocupa... Houve a decisão da Agência Nacional de Mineração, que faz a eliminação das barragens de rejeito, mas nós temos hoje 790 barragens em todo o Brasil. Das 24 mil barragens, praticamente metade delas não tem nenhuma autorização, Senador!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente fica assim... Meu Deus do céu! Às vezes, acontece uma tragédia para a gente tomar realmente uma medida. Mas nós temos os órgãos de fiscalização e controle que precisam agir de forma muito mais imediata. Eu acho que a aplicação da multa e a definição específica de forma muito maior é um caminho importante. A gente não pode, por exemplo, hoje, ter uma empresa que é bilionária, que faz um investimento cujo resultado financeiro para ela é também bilionário, e, quando há uma tragédia dessa proporção, as multas são realmente baixíssimas, considerando o volume de movimentação financeira, de fato, dessas empresas.

Ao mesmo tempo, há várias situações que, às vezes, a população brasileira não sabe. Por exemplo, eu sou do Estado do Maranhão, e acompanho negligências da Vale do Rio Doce que chegam a fazer o coração doer. Senador, nós temos, por exemplo, algumas crianças na região de Açailândia, no sul do Maranhão, que são queimadas pelo ferro gusa! Crianças que, às vezes, estão caminhando e a perna chega a ser totalmente queimada. É uma coisa terrível! Já denunciamos, já acompanhamos isso, e, infelizmente, vez por outra, nós temos mais um caso.

Lá também há famílias que estão morrendo, dia após dia. Às vezes, não se chega ao óbito, mas há situação de doenças que precisam ser acompanhadas, causadas pela grande poluição daquela região.

Então, são vários e vários outros casos para os quais eu vejo que esta Casa, como todo o Congresso Nacional, juntamente com todos os demais órgãos de fiscalização e controle, precisa ter um olhar mais específico.

Há Comissões bem afins para essa temática, de que, inclusive, eu participo, porque a questão da defesa ambiental é uma luta também nossa. Eu presidi a Comissão de Meio Ambiente no meu Estado, quando Deputada Estadual, e acompanhamos casos de graves infrações que precisam ser corrigidas.

Por fim, eu queria cumprimentar, mais uma vez, o Senador Anastasia, pela situação completa deste relatório, Senador. V. Exa. demonstra sempre com muita exatidão a sua forma precisa e atenta na elaboração dos seus relatórios. Mais uma vez, eu o cumprimento e o agradeço por ter recebido uma proposta de nossa autoria.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Com a palavra o Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.)
– Bom dia a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Senador Anastasia, Sra. Presidente, e todos os colegas. Estou muito feliz por estar aqui hoje com um tema tão relevante para o País. Quero deixar claro que a minha satisfação é maior ainda, na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Eu queria apelar aos nobres colegas que compareçam, titulares ou suplentes, que prestigiem essa Comissão, que, sem demérito das demais, eu reputo uma das mais importantes, porque trata de um direito humano essencial. Alguns juristas dizem ser até de grande relevância para a população como um todo.

Então, hoje, eu queria, com autorização, se fosse possível, do Senador Anastasia, que essa matéria fosse encaminhada à CMA. Eu quero envidar... e me empenhar arduamente para ser aprovada o mais rápido possível, porque a sociedade clama por isso. Nós estamos há 33 dias... O Poder Público já dormiu demais, desde 2015, com o episódio, com o crime de Mariana e agora com o crime de Brumadinho. Então, se essa matéria for remetida à CMA, Sra. Presidente, eu queria e já convocaria para uma reunião extraordinária, independentemente da que vai acontecer agora às 11h30. Uma reunião extraordinária para 14h, já para votar e dar uma resposta para aquilo que a sociedade clama tanto, porque não tem dinheiro nenhum no mundo que vá repor a vida dessas pessoas que infelizmente estão aí.

Passou da hora, porque a Constituição Federal inovou no Brasil, no art. 225 § 3º, quando veio enaltecer a responsabilidade penal, civil e administrativa da pessoa jurídica... Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Esse fato veio a ser ratificado pelo art. 3º da Lei nº 9.605, de 1998. Então, agora é o momento de o Senado dar essa resposta. Essa resposta deve ser dada de forma imediata!

Então, eu digo ao Senador Anastasia e aos colegas, se assim concordarem, e à Presidência que eu muito admiro, que se for interessante, até mesmo por economia e por celeridade, já que está em tramitação pautado lá na CMA o projeto, cujo Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, que este seja apensado agora lá. E eu, desde já, convoco uma reunião extraordinária da CMA para às 14h nós deliberarmos e votarmos essa matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, já que nós estamos aqui com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado. Hoje tem sessão ordinária às 11h30? É isso? Nós temos quórum para deliberar, só faltam quatro inscritos. Nós poderíamos aprovar, se for o desejo e a deliberação da maioria da Comissão, aprovaríamos, e V. Exa. pode ter o compromisso desta Presidência de que assim que for aprovado, antes do término dessa sessão ordinária, nós encaminharíamos a V. Exa. o projeto com o parecer, para que V. Exa. pautasse, extraordinariamente, com acordo da Comissão...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ainda hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Porque pode acontecer, às 14h, de não ter quórum, lembrando – aqui é apenas uma sugestão desta Presidência – que este é o melhor caminho, porque nós não podemos esquecer que esse projeto é terminativo na CMA. Consequentemente, para a Mesa deliberar a urgência, ainda que dos Líderes ou dos colegas, haveria necessidade de apensar um projeto não terminativo. Essa eu acho que pode ser a melhor saída.

Portanto, nós temos quatro inscritos. Nós iríamos para a deliberação. Assim que aprovássemos, eu continuaria com a inscrição para que os colegas pudessem fazer as suas manifestações, se houver concordância do Plenário. V. Exa. também está inscrito, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Se V. Exa. me permite, é só uma questão de encaminhamento, porque os comentários já foram feitos, todos elogiosos, cumprimentos mais do que devidos à síntese produzida nesta Comissão – não poderia ser diferente – por S. Exa. o Senador Anastasia.

Eu acho que neste momento urge. É uma resposta do Senado e foi esse o encaminhamento que o Senador Fabiano, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, assim fez.

Eu queria aqui só reiterar o encaminhamento agora proposto por V. Exa. Havendo possibilidade regimental, porque me parece que há somente aquela questão do encaminhamento do apensado, votaríamos de imediato, aqui, já que não há controvérsias sobre o relatório feito. Votando-se de imediato, já vai agora, antes da reunião de 11h30, e há tempo de incluir nesta pauta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Extrapauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Extrapauta, na reunião de 11h30, da CMA. E já seria encaminhado pelo Senado Federal à Câmara dos Deputados.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senadora Simone...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto os quatro inscritos, Senador...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... eu sou o próximo inscrito, eu estou de acordo com o Senador Randolfe Rodrigues, abro mão da minha fala para que possamos votar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Marcos Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, eu concordo com a votação, mantendo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A inscrição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a fala na sequência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Major Olímpio.

E o Senador Randolfe já se manifestou.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Abro mão, vamos votar primeiro e depois falamos na sequência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu encerro temporariamente a discussão. E, não havendo mais quem queira discutir neste momento, encerro a discussão e vamos ao processo de votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam queriam permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O resultado é aprovado o relatório. *(Palmas.)*

Parabéns ao Relator e a todos.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto e às Emendas nºs 1..., nos termos da Subemenda nº 1-CCJ; dois, nos termos da Subemenda nº 1; e, três, nos termos da Subemenda nº 1, com as Emendas nºs 4 a 16.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senadora Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Portanto, está aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu abro novamente a discussão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Otto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – O tema é tão relevante e exige de nós aqui uma aprovação rápida. Eu não sei se o Regimento permite ou se V. Exa. aceitará a minha proposta. É que nós, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, encerrássemos agora – porque há quórum para a Comissão de Meio Ambiente – a Comissão de Constituição e Justiça. O Senador Fabiano assumiria já agora uma extraordinária de Comissão de Meio Ambiente, e se votaria imediatamente agora, porque há quórum para votar Meio Ambiente. Então, encerra-se, vota-se e aprova-se a matéria agora mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas há membros aqui, aqui há componentes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pelo que eu vi aqui, há componentes suficientes para votar matéria na de Meio Ambiente. Eu também sou de Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de colocar a questão de ordem à deliberação do Plenário, eu gostaria que pudessem, por gentileza, levantar a mão quais são os membros que estão presentes da CMA.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Os membros da CMA.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lembrando que é terminativo o projeto.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há quórum, mas, aproveitando a sugestão do Senador Otto, eu me comprometo, aproveitando a...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Há quórum, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, nós teríamos que ter no mínimo nove.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Temos quanto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Há nove.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E nós temos seis. Por favor, novamente se puderem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – São nove.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Três, quatro, cinco, seis, sete.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Há quórum, sim; há quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais algum que eu não esteja vendo?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Faltou o Fabiano lá.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. é membro, Senador Randolfe?

Então, seriam oito; um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... Senador Alessandro... Novamente, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito.

Se alguém da assessoria pudesse me ajudar no nono membro... Vou falar aqui quais que eu estou visualizando: Senador Major Olimpio, Senador Otto, Senador Alessandro, Senador Randolfe, Senadora Leila, Senador Carlos, Senador Lasier e o Presidente Fabiano. Cheguei a oito ou a nove?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nove.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Não se pode substituir alguém?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou suplente, tem que ser suplente.

Então, vamos só aproveitar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Acho que, se V. Exa. passasse...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Exa. foi muito feliz.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... a Presidência ao Fabiano, nós iríamos nos mobilizar para trazermos aqui o quórum necessário e votar a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Eu vou apenas terminar, dando a palavra, por pelo menos cinco minutos, aos membros desta Comissão que pediram a palavra, que são quatro. Enquanto isso, a assessoria vai verificar se há algum membro da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CMA presente no Plenário. Encerraremos a sessão com a permissão... Eu coloco em deliberação essa questão de ordem do Senador Otto.

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço atenção aos membros da CCJ.

A proposta do Senador Otto, devido à relevância e urgência do tema, é a de que nós encerremos a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e, imediatamente, passemos a palavra ao Presidente da CMA.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Não poderia algum dos Líderes fazer a substituição de alguém, de algum titular?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelo Regimento, isso não é possível, mas nós já estamos em contato...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O Líder não pode fazer a substituição?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pode!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós vamos conseguir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem a palavra pela ordem, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu faria uma ponderação à Presidência e aos nobres colegas: embora o tema seja absolutamente justificável, há uma cautela a seguir, a do devido processo legislativo. As comissões têm seu funcionamento, seus horários são definidos. Uma situação como essa num momento como este, em razão desse tema, que é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justificadíssimo, parece abrir um precedente perigoso, Sra. Presidente. Eu até concordo com a ideia da reunião extraordinária, mas interromper o trabalho de uma comissão e convocar outra sem que todos os membros estejam sabendo para fazer isso é algo que não me parece razoável. Eu concordo com a urgência, tanto que abri mão da minha fala para fazê-lo aqui, mas é um precedente perigoso fazer isso nessa conjuntura.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com todo o respeito ao Senador Marcos Rogério, nós vamos ouvir o Plenário da Comissão, que é soberano. Nós estamos apenas atendendo às questões de ordem.

Volto a dizer: por esta Presidência, não vejo nenhum problema. É uma exceção. Nós temos o Carnaval pela frente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve um desprendimento por parte de muitos Senadores. O Senador Anastasia teve que antecipar e costurar com outros autores de proposições semelhantes. Não vejo dificuldade. Estou apenas, como Presidente, dizendo que não tenho problema algum de levar isso à deliberação e à vontade da maioria do Plenário desta Comissão.

Repetindo, vou encerrar antes a discussão dessa matéria, dando cinco minutos aos membros inscritos, que são quatro. Vou levar a questão de ordem de um membro desta Comissão à deliberação do Plenário da Comissão. Se houver maioria no sentido de suspendermos ou encerrarmos os trabalhos desta Comissão, para que possamos votar, em sessão extraordinária, pela CMA, essa matéria, tendo em vista única e exclusivamente a relevância e a urgência e o fato de estas comissões só voltarem a se reunir daqui a 15 dias, esta Presidência não terá problema de acatar a questão de ordem do Senador Otto. Mas a soberania é da Comissão.

Eu passo a palavra agora para a discussão, por cinco minutos, se for possível, ao Senador Rodrigo Pacheco e, em seguida, ao Senador Major Olímpio, ao Senador Marcos Rogério e finalizando... O Senador Randolfe já se pronunciou. Vai se pronunciar na CMA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, são três os inscritos.

Por favor, Senador Rodrigo...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Senadora Simone Tebet, nossa Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Srs. Senadores; Sras. Senadoras,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu quero, primeiro, fazer um registro de congratulações pelo relatório apresentado pelo meu querido professor, o Senador Antonio Anastasia, que dá uma resposta muito contundente e muito eficaz a este problema que não é só de Minas Gerais, que é um problema nacional, o da segurança das barragens. Houve uma tragédia sem precedentes, que tornou o Estado de Minas Gerais um tanto mais deprimido em razão de tudo que aconteceu.

Eu quero revelar um acontecimento que creio ter sido a origem de alguns pontos do Senador Antonio Anastasia e, aí, também louvar a iniciativa da Senadora Leila, de ter reavivado esse projeto de maneira prioritária: num sábado, pela manhã, eu e o Senador Anastasia estivemos em Brumadinho, a visitar o Prefeito municipal, Nenen da Asa. Lá estivemos, Kajuru, e o desespero do Prefeito, além da tragédia, da perda de vidas, do impacto ambiental, era quanto ao que bem apontou o Senador Carlos Viana: que seria do futuro de Brumadinho? A cadeia produtiva, os empregos, o bem-estar, a vida das pessoas, os recursos...

E eu disse a ele, Senador Carlos Viana, que, de tudo isso que ele vivia ali – mais de 170 mortos, mais de 150 desaparecidos, uma tragédia que nos abalou a todos –, esse tipo de preocupação era inimaginável que ele tivesse, por uma razão muito óbvia: a obrigação de indenizar e a obrigação de reparar haverá de ser da empresa responsável ou das empresas responsáveis e do Poder Público – da União, do Estado –, de confortar Brumadinho, porque esse futuro é responsabilidade de todos nós. E, aí, a inteligência do Senador Anastasia, imediatamente, na reunião, permitiu que houvesse essa ideia que ele materializou aqui no relatório.

Então, façamos o seguinte: a contribuição da Cfem, mesmo com a paralisação da mina, será uma obrigação da empresa por dez anos – que foi o prazo que imediatamente ele sugeriu, e o Prefeito concordou, de dez anos de recolhimento da Cfem, mesmo sem atividade minerária –, além da reversão da multa para o Município ou para os Municípios atingidos. Isso confortou o Prefeito e isso conforta a todos nós, porque é justo, porque é equilibrado, porque é razoável.

Então, esse acontecimento, nessa reunião, lá, entre mim, o Senador e o Prefeito, mais os secretários... Nasceu essa ideia, repito, da inteligência do Senador Antonio Anastasia, que muito rapidamente dá essa resposta, uma resposta que não é só do Senador Anastasia, mas de todo o Senado Federal, em relação a essa tragédia que eu tenho chamado, Senadora Simone Tebet, de "o 11 de setembro de Minas Gerais", que nos deprimiu, que nos indignou, e essa resposta vem num momento muito oportuno e muito contundente, em relação a esse acontecimento.

E até por justiça, Senador Anastasia, eu gostaria também de fazer uma referência elogiosa à Assembleia Legislativa do nosso Estado de Minas Gerais, se me permite o Senador Carlos Viana, a qual, na semana passada, sob a Presidência do Deputado Estadual Agostinho Patrus, também aprovou um projeto que determina medidas mais rígidas para barragens, inclusive definindo pontos importantes,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a proibição da instalação de barragens de rejeitos a montante, como a proibição da concessão de licenças para instalação, ampliação ou alteamento de barragens que tenham comunidades nas zonas de autossalvamento, e o estabelecimento do prazo de 90 dias para as empresas apresentarem cronograma de planejamento da substituição de tecnologia em barragens a montante, o que deverá ser feito em até três anos.

Então, é um esforço concentrado – Senador Jorginho Mello, Vice-Presidente da CCJ – do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa.

O passo agora, aprovando na Comissão de Meio Ambiente, aprovado esse projeto na Assembleia Legislativa, é definirmos a Comissão Parlamentar de Inquérito. E aí farei uma sugestão, Senador Carlos Viana, Senador Anastasia, ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: que, eventualmente, se abstenha da Comissão Parlamentar no âmbito da Assembleia Legislativa, concentrando toda energia para colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito do Congresso Nacional, para evitar mais de uma comissão, incoerências. Não é isso que a sociedade quer, não é isso que a população quer, não é isso que o Estado de Minas precisa. Nós precisamos concentrar e orquestrar os esforços para apurar os responsáveis por essa tragédia pretérita, infelizmente, hoje presente, e para evitar que novas aconteçam no futuro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente Simone, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A palavra pela ordem, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Presidente, para nós resolvermos esta votação terminativa deste projeto, eu quero sugerir a V. Exa. e aos colegas o seguinte. Como a reunião da Comissão de Meio Ambiente está marcada para 11h30, daqui a instantes, será 11h30. Até chegarmos até lá, V. Exa. encerra as inscrições, aí abrimos uma exceção para a reunião da Comissão de Meio Ambiente, V. Exa., por alguns instantes, entrega a Presidência ao Senador Fabiano Contarato, que assume, nós votamos hoje e resolvemos hoje, aqui mesmo. Eu já estou com o meu gabinete fazendo contatos com os demais integrantes da Comissão de Meio Ambiente para que estejam aqui a partir das 11h30. E aí resolvemos, terminamos hoje com esse projeto de tamanha urgência e relevância. É essa a sugestão.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Eu vou responder a V. Exa. assim que terminar – só há mais dois oradores inscritos –, porque assim nós resolvemos esta questão junto com o Plenário.

Com a palavra o Senador Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – A dor é o cimento da solidariedade, que, neste momento, é o sentimento do povo brasileiro, com a tragédia de Brumadinho, já foi com a tragédia de Mariana, mas nós estamos diante de um novo tempo.

O Senador Ferraço tinha sacado uma bola, que parou no bloqueio do *lobby* das mineradoras; voltou para o campo, o Senador Lasier recuperou essa bola, Eliziane tocou essa bola, que foi para o Senador Anastasia, que, como um grande armador, colocou a bola em plenas condições para que a nossa campeã, a jovem Senadora Leila, pudesse, Kajuru, dar aquela cortada, cortada de três pontos na diagonal, imperdoável. O Senador Anastasia, além de levantar a bola e colocá-la com perfeição, ainda puxou a rede, não ficando nada que pudesse impedir...

Eu estou dizendo novo tempo, porque o *lobby* das mineradoras... Quem é que vai falar aqui a respeito das mineradoras, em qualquer circunstância – ou lá, na Comissão de Meio Ambiente –, em qualquer cenário neste momento? Isso é um prenúncio de um novo tempo mesmo.

Eu só posso dizer da felicidade, cumprimentando-a, Presidente, pela agilidade que está dando na CCJ a um projeto recém-colocado, mas de fundamental importância. Se Deus quiser, até o final do dia, o Senado terá dado a resposta para o País. Muito feliz de estar nesta Comissão.

Parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

Antes, porém, é só para deixar bem claro, pois acho que não ficou claro, até em relação à colocação do Senador Lasier, que nós estamos aguardando não só a fala, mas, se interromper antes, nós passaremos para o item 2 até chegar o horário normal da Comissão, que é às 11h30, justamente para não haver de nenhum colega Sr. Senador ou Sra. Senadora que seja membro e possa participar da discussão.

A sessão ordinária, normal, da CMO é sempre às quartas-feiras, às 11h30. Estaremos esperando até esse horário, para podermos entregar, se for a vontade da maioria, a Presidência ao Senador Fabiano.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu fiz questão de fazer uso da palavra neste momento para ressaltar o acerto da iniciativa da eminente Senadora que propõe reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens e também para destacar as adequações propostas pelo eminente Relator, Prof. Antonio Anastasia, a esta matéria, que, como sempre, contribui e muito para o aperfeiçoamento das normas. Embora a discussão esteja muito focada nas questões de mérito, nós estamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a relatoria da lavra do Senador Anastasia sempre nos traz o conforto da segurança do acerto.

Embora eu seja, às vezes, mal compreendido muitas das vezes – porque eu sou um pouco mais formalista, mais cauteloso –, eu penso que, no processo legislativo, ainda que instado a agir no açodamento, no calor dos fatos, o melhor caminho nunca é agir no calor dos fatos. O Legislativo tem que seguir o tempo da maturidade.

Esta é uma situação que reclama do Senado Federal, do Parlamento brasileiro, Vice-Presidente Jorginho, uma resposta rápida, mas nem sempre as construções normativas projetadas em ambientes como este refletem soluções efetivas lá na frente, porque, muitas das vezes, as adequações feitas nesta fase, em razão do calor do momento, têm efeitos colaterais. Você tem variáveis previsíveis e variáveis aleatórias decorrentes da norma imposta.

Parece-me não ser o caso. Pelo que li rapidamente do projeto, não se trata de uma matéria injurídica, de nenhuma efetividade; é uma matéria que vincula partes. Embora com as cautelas e com as vênias que faço aqui com relação a se praticar inovação legislativa no calor dos fatos, parece-me que nós vamos ter de voltar a discutir no âmbito desta Comissão e deste Parlamento, especialmente no Senado Federal, não só a responsabilidade civil objetiva, que já é prevista na matéria ora deliberada, mas também a responsabilidade do agente público que, por ação ou omissão, deu causa.

Perdoem-me a veemência, mas, muitas das vezes, nós temos, na figura do agente público que emitiu um parecer, ao calor de apelos, circunstâncias sociais, econômicas ou outras e, ao final, quando ocorrem fatos lamentáveis como os de Brumadinho e Mariana, verifica-se o vício lá na origem.

E aí, o legislador, sempre que vai atuar, no calor dos fatos, procura punir o empreendedor, procura punir aquele que está de frente para o problema e que é parte, sim, do problema, mas nem sempre se busca discutir a responsabilidade daqueles que deveriam agir em defesa do Estado e da sociedade e não agiram.

Então, Sra. Presidente, penso que este tema não é um tema que nós encerramos aqui hoje com essa inovação legislativa. Nós vamos ter que voltar a este tema, assim como nós temos hoje propostas em andamento no Parlamento, no Senado e na Câmara, com relação ao abuso de autoridade, que é necessário e que temos que aprovar com as cautelas de praxe, e também neste caso penso que vamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter que avançar para discutir, especialmente nesta matéria das licenças, dos critérios, das pressões que surgem, e, agora, na investigação. O que nós estamos observando nas investigações em cursos no caso de Brumadinho? Que licenças foram concedidas, que atestados de regularidade foram emitidos sob pressão, sob apelos. Não são apenas os empresários que devem responder pelos crimes. Eles, sim, objetivamente – e o projeto alcança isso –, mas também os agentes públicos, que, por ação ou omissão, também concorreram para o dano; dano ambiental e dano contra a vida.

Então, é a ponderação que faço.

Mas eu queria saudar a Senadora Leila pela agilidade da proposta, e o Senador Anastasia pela capacidade de compreender a importância da matéria e trazer um relatório rapidamente a esta Comissão, sem abrir mão das cautelas de estilo, fazendo aqui as adequações que julgou necessárias, com as quais todos nós concordamos.

Saúdo a CCJ pela decisão de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério. V. Exa., como um excelente regimentalista, sempre vai fazer considerações oportunas, e esta Presidência vai recebê-las todas como um sinal não só de empenho de V. Exa., mas para que esta Presidência possa errar menos.

Aproveitando – deve ser bola de cristal –, e eu tenho como testemunha o Vice-Presidente desta Comissão, há um projeto, de iniciativa do Senador Jorginho Mello, que complementa o projeto ora aprovado, que trata exatamente da punição não só das empresas, mas dos agentes públicos envolvidos, com pena restritiva de liberdade. E, por coincidência do destino, eu havia designado V. Exa. como Relator. Está aqui: Senador Jorginho Mello, como testemunha de que foi feito antes da intervenção de V. Exa., para ver como a sorte está do lado desta Presidência.

Encerrando aqui...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sra. Presidente, só uma observação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado. Só para esclarecer também ao Senador Marcos Rogério e agradecer a ele.

Senador, além desse projeto citado de autoria do Senador Jorginho Mello, eu sou Relator aqui do novo Estatuto da Responsabilidade Civil do Estado, já aprovado na Câmara, de autoria do Deputado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Hugo Leal. Está conosco. Já marquei uma audiência pública. É um tema que vai exatamente coincidir com essa preocupação de V. Exa., que é totalmente pertinente e adequada.

E quero agradecer a V. Exa. pela manifestação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como ainda faltam dez minutos, nós vamos aguardar os nobres membros da CMA chegarem.

Eu passo ao item 2 da pauta, de relatoria do Senador Humberto, apenas para leitura, para avançarmos um pouco na pauta. É o item 2.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Presidente! Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Major Olimpio, pela ordem.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Vai ser só a leitura? Se não, vou pedir vista do...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu abro já a discussão, e V. Exa. pede vista em seguida, portanto.

Com a palavra o Senador Relator Humberto Costa para relatar o item 2 da pauta.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, de 2018****- Terminativo -**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para determinar que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta, e com a Emenda nº 1-T, nos termos da subemenda que apresenta e pela rejeição da emenda nº 2.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 03/04/2018, foi recebida a emenda nº 1-T de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho;
- Em 12/12/2018, foi recebida a emenda nº 2 de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;
- Votação nominal.

Em 26 de fevereiro de 2019, foi apresentado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues de retirada da Emenda nº 2.

Concedo a palavra, portanto, para a leitura do seu relatório, ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para leitura de relatório.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Emenda nº 2, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, aposta ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 128, de 2018, do Senador Elmano Férrer, que altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional.

Análise.

No relatório que oferecemos à matéria, opinamos pela aprovação do projeto de lei do Senado, com emenda ao final, e da Emenda nº 1 (CCJ), na forma de uma subemenda.

Não obstante o mérito da Emenda nº 2, de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues, consideramos que esta não deva prosperar, pois observamos que seu objeto extrapola aquilo que está previsto na matéria ora relatada.

Embora sua pertinência seja evidente, entendemos que o tema da emenda deva ser tratado no âmbito de uma reforma do Código de Processo Penal, matéria que já tramitou nesta Casa como Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, e que atualmente está em análise na Câmara dos Deputados, sob o número PL 8.405, de 2010.

Ante o exposto, Sra. Presidenta, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah! Foi retirada? Então já está apto para votação, Sra. Presidenta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu havia mencionado que foi retirada a emenda do Senador Randolfe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. já havia lido relatório na outra legislatura. Se quiser apenas ir pela conclusão, para que os demais pares concordem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ir direto para o voto, e em seguida eu vou conceder vista para o Senador Major Olímpio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida a vista.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Gostaria de falar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para que possa ficar esclarecido, a minha assessoria coloca que, não tendo havido a aceitação da emenda, não haveria mais a possibilidade do pedido de vista. É assim, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Não havia necessidade da leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelo fato de ser uma nova Legislatura, nós estamos, para aqueles projetos mais polêmicos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem. Não há problema.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não haverá necessidade, até porque, como vai haver pedido de vista – já foi concedido o pedido de vista –, os Srs. Senadores poderão tomar conhecimento do relatório durante a semana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Carlos Viana e, em seguida, o Senador Major Olimpio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de contribuir com o debate, na importância que nós Senadores damos em relação a esse tema do combate à violência, dotando as polícias dos instrumentos necessários para o trabalho efetivo em toda a sociedade.

O primeiro deles é a questão de nós unirmos as informações todas. Nós temos o Susp, já recentemente bem debatido por esta Casa, que também é de relatoria do nobre Senador Antonio Anastasia, que é o Sistema Único de Segurança Pública, que é um dos passos mais importantes para o combate à violência, quando nós falamos em apoiar as forças policiais, porque, Major Olimpio, o que nós temos em nosso País é um esforço contínuo dos nossos homens da lei, mas o resultado, muitas vezes, não é de conhecimento, com as informações. E, Senador Kajuru, Senador Rodrigo Pacheco, Eliziane e demais Senadores, observem o que é que nós estamos modificando aqui, quais os pontos que nós estamos trabalhando. O nosso Código Penal, com redação de 1941, determina que o inquérito deverá ser datilografado! Nós estamos trabalhando a correção de temas e instrumentos para o exercício, Rodrigo Pacheco, da lei de 1941 de uma profissão que o tempo extinguiu, que já morreu há muito tempo! Aqui está claro: os inquéritos policiais deverão ser datilografados. Daí a urgência que nós temos em analisar esses temas para dar uma resposta à sociedade. Nisso, inclusive, eu quero saudar aqui o nosso Ministro Sergio Moro, que está encaminhando ao Congresso toda uma mudança de postura, de posicionamento nos artigos legais com relação ao combate à violência. Nesse ponto, eu quis chamar a atenção, para perceberem a importância e o atraso desse debate nesta Casa.

Veja bem, Major Olimpio, que os Estados Unidos, por exemplo, têm um trabalho de investigação em que os inquéritos são respondidos, em que os homicídios são esclarecidos em sua maioria absoluta e que nós no Brasil, para cada dez homicídios, só conseguimos esclarecer em processo dois, com um indo a julgamento e os outros oito ficando num limbo, em que as famílias não têm respostas sobre quem matou, quem é o culpado em relação a isso. Eles, desde os anos 50, Presidente, têm um sistema de DNA e controle daqueles que ingressam no sistema carcerário do País, todo criminoso. Agora, com a modernidade, crimes que estavam há 30 anos sem solução começaram a ser esclarecidos por conta dos exames. Aqui, no Brasil, nós ainda nem pensamos; quando tentamos, veio a questão de que ninguém pode gerar prova contra si mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a nossa colaboração e a minha satisfação em estarmos começando um novo momento na discussão do combate à violência em nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma vez que deu o horário, 11h30, e que nós temos quórum para deliberação na CMA, eu consulto o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça se podemos dar por encerrada esta reunião, para que a Presidência da CMA possa ocupar este plenário e possa discutir e aprovar a matéria que acabamos de aprovar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não seria encerramento, seria uma suspensão?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós precisamos encerrar, Senador Lasier, porque a CMA tem outra pauta, vai haver discussão, nós não temos nenhum item na CCJ de grande relevância e urgência...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Só o da água...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Todos são terminativos e dependerão de votação na Comissão.

Acredito que, com a suspensão, nós não teremos depois quórum para deliberar nominalmente. Então, encerraríamos a CCJ num compromisso de, na próxima reunião, nós discutirmos e votarmos todos os itens da pauta terminativos, convidando as Sras. e Srs. Senadores.

Não havendo, portanto, quem discorde, está aprovado por unanimidade o encerramento antecipado da Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço a colaboração, o entendimento e a solidariedade dos pares.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Dário Berger, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Selma Arruda, Roberto Rocha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Weverton, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2018 – Terminativo – que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para determinar que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 3, com uma emenda que apresenta, e com a Emenda nº 1-T, nos termos da subemenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 4. Resultado: Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-T, nos termos da Subemenda nº1-CCJ, e as Emendas nºs 3-CCJ e 5-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 4. ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2015 – Terminativo – que: "Inclui o § 4º no artigo 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e altera o artigo 1º da Lei nº





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o crime de apropriação ou desvio do Programa Bolsa Família e de recursos destinados ao custeio de alimentação ou de ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias, bem como incluí-lo no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2018 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 9. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 – Terminativo – que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 – Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2016 – Terminativo – que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 – Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2018 – Terminativo – que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 8 – Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o acompanhamento presencial por membro do Ministério Público da execução de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1, com duas emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 9 – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2018 – Terminativo – que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 10 – Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2015 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM EXTRAPAUTA 11 – Substitutivo da Câmara dos Deputados (Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2019) ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Vota vencido o Senador Jorge Kajuru. Observação: Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. ITEM



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 12 – Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2018 – Não Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação com quatro emendas. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1–CCJ a 4–CCJ. Observação: Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 13 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 2, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP nº 54, de 2019." Autoria: Senador Eduardo Braga. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 14 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 3, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 131, de 2018." Autoria: Senador Roberto Rocha. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 10.

Eu quero comunicar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que todos os projetos são terminativos. A maioria já foi lida. Nós temos apenas três projetos pendentes de leitura.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, de 2018

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para determinar que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 3, com uma emenda que apresenta, e com a Emenda nº 1-T, nos termos da subemenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 4.

Observações:

- Em 03/04/2018, foi recebida a emenda nº 1-T de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho;
- Em 12/12/2018, foi recebida a emenda nº 2 de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;
- Em 27/02/2019, foi apresentado requerimento de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues de retirada da Emenda nº 2;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 27/02/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Major Olímpio nos termos regimentais;
- Em 12/03/2019, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Major Olímpio;
- Em 12/03/2019, foi recebida a Emenda nº 4, de autoria do Senador Otto Alencar;
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa, para proferir o relatório sobre as Emendas nºs 3 e 4.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para leitura de relatório.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, vem ao exame desta Comissão a Emenda nº 3, de autoria do Senador Major Olímpio, aposta ao Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2018, do Senador Elmano Férrer, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para determinar que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em um sistema informatizado.

Análise da emenda.

No relatório que oferecemos à matéria, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei, com emenda ao final, e da Emenda nº 1 – CCJ, na forma de uma subemenda.

Posteriormente, o nobre Senador Randolfe Rodrigues submeteu à apreciação desta Comissão a Emenda nº 2, que, embora tenhamos enviado parecer pela sua rejeição, o Parlamentar apresentou requerimento para retirá-la.

Neste momento, analisamos a Emenda nº 3 de autoria do Senador Major Olímpio, que acrescenta o §3º ao art. 2º do Código de Processo Penal, Decreto-Lei que está sendo modificado pelo projeto de lei que agora discutimos.

É de se tecer elogios à apresentação da presente Emenda na medida em que destaca a observância ao sagrado direito de ampla defesa, bem como do contraditório, descritos no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal.

Ante o exposto, o voto é pelo acolhimento da Emenda nº 3.

Em relação à emenda nº 4, não obstante o mérito da Emenda nº 4, de autoria do nobre Senador Otto Alencar, consideramos que essa não deva prosperar, pois observamos que seu objeto extrapola aquilo que está previsto na matéria ora relatada. Embora sua pertinência seja evidente, entendemos que o tema da emenda deva ser tratado no âmbito de uma reforma do Código de Processo Penal,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria que já tramitou nesta Casa como Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, e que atualmente está em análise na Câmara dos Deputados sob o número PL 8.405, de 2010.

Ressaltamos, por fim, que a emenda hora sob análise possui a mesma redação daquela apresentada anteriormente pelo Senador Randolfe Rodrigues e que, apesar de ter sido retirada pelo autor, opinamos pela sua rejeição.

Portanto, meu parecer é de acatamento da Emenda nº 3 e de rejeição da Emenda nº 4.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Relator, Senador Humberto Costa.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu indago à Secretaria se temos quórum para a deliberação. *(Pausa.)*

Não temos quórum presencial ainda. Então, nós deixaremos para votar em momento oportuno.

Com a palavra, pela ordem, Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente, quero falar pela ordem depois.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em seguida, a palavra será concedida ao Senador Rogério.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Senadora Simone, eu solicitaria a V. Exa. que colocasse em votação extrapauta, devido à importância e urgência, o Projeto nº...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o de nº 54.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... 54, de 2019, que trata da questão do cadastro positivo.

Se houvesse concordância do Plenário, eu solicitaria a V. Exa. que fizesse essa colocação extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lembrando que essa questão colocada pelo Senador Tasso Jereissati teve acordo unânime dos Líderes, eu, portanto, indago aos Srs. Senadores membros desta Comissão se há alguma objeção. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, nós o colocamos extrapauta e já designamos agora como Relator o Senador Tasso Jereissati para relatar o substitutivo da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei Complementar 54, de 2019, ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017. É não terminativo.

Lembro às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que já está incluído esse item na pauta do Plenário do Senado Federal.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 54, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: favorável ao Projeto.

Vou conceder a palavra ao Senador para proferir o seu relatório, lembrando apenas que esse projeto já foi amplamente discutido nesta Comissão na Legislatura passada e foi para a Câmara. Agora o que o Senador Tasso Jereissati vai fazer é relatá-lo em relação às alterações que a Câmara dos Deputados fez na matéria.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para leitura de relatório.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vem a esta Comissão a redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 441-E, de 2017, do Senado Federal (Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017 – Complementar, do Senador Dalirio Beber), que trata dos cadastros positivos de crédito e regula a responsabilidade civil dos operadores.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados opera algumas mudanças no projeto original e alterações no parecer do Senado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo estipula ainda prazo para o regular funcionamento do cadastro positivo, regulando o fornecimento de informações aos bancos de dados...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Desculpa, Senador Tasso! Desculpa por interrompê-lo.

Eu quero comunicar, principalmente aos assessores dos Senadores, que o áudio está no seu volume máximo e que eu não estou conseguindo ouvir o relatório do Senador Tasso Jereissati. Repetindo, o microfone, o áudio está no máximo. Eu vou pedir, pela última vez na reunião de hoje, que os colaboradores dos Senadores assistam os colegas de forma mais ordenada, sob pena de termos de tomar providências para a próxima reunião.

Nós estamos diante de um projeto de mais alta relevância para o País, um projeto que queremos ver aprovado, se for assim a vontade da maioria dos Senadores, não só pela Plenária desta Comissão, mas também pelo Plenário do Senado, porque envolve a questão do *spread* bancário, dos juros exorbitantes que os bancos cobram em cima dos contribuintes. Lembro que o *spread* bancário nada mais é do que esta diferença absurda entre o que os bancos acabam oferecendo a nós que temos a nossa conta e aplicação e o valor de juros que cobram de quem toma dinheiro emprestado, dinheiro nosso, inclusive.

Então, por favor, eu peço silêncio para que o Senador Tasso Jereissati possa ler o seu parecer.

Com a palavra o Senador Relator desta matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Volto, então, ao meu relatório.

O substitutivo estipula, ainda, prazo para regular o funcionamento do cadastro positivo, regulando o fornecimento de informações aos bancos de dados e a ampla divulgação das normas que disciplinam a inclusão no cadastro positivo e formas de cancelamento prévio. Importante também a previsão de que o Banco Central do Brasil encaminhe ao Congresso Nacional, no prazo de até 24 meses, relatório sobre os resultados alcançados com essas alterações e seus efeitos no *spread* bancário, para fins de reavaliação legislativa.

Eu gostaria de acrescentar, Senadora Simone, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que este projeto faz parte de um estudo que foi feito aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, na legislatura passada, coordenado pelo Senador Armando Monteiro, em que foram feitas várias audiências públicas, tendo participado dessas audiências autoridades de vários setores. Essas audiências e esse grupo de estudos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procuravam justamente as causas e as razões de o *spread* bancário no Brasil ter um nível tão alto, dos mais altos do mundo. E, dentro das medidas elencadas, essa medida foi considerada essencial.

Foi feito, portanto, a partir deste Senado Federal e a partir desta Comissão, um projeto de lei complementar, que foi a Plenário, discutido no Plenário, e em seguida foi para a Câmara. Depois de longa discussão na Câmara, volta agora com algumas modificações que nós consideramos como melhoramentos aos projetos feitos aqui no Senado Federal.

Então, esse projeto de lei complementar é de suma importância. Daí o meu pedido à Senadora Simone, nossa Presidente, de que o incluísse extrapauta e, se possível, de que nós pudéssemos aprová-lo como resultado.

Vou apenas agora fazer um resumo. Se os Senadores quiserem, eu poderei fazer uma leitura mais completa, mas ela é bastante longa, porque volta a todas as questões que nós discutimos no passado.

Análise, portanto, do projeto.

Não há óbice no que se refere à constitucionalidade, na medida em que a União é competente para legislar a respeito de registros públicos e a respeito de direito comercial.

A escolha por um projeto de lei complementar é correta, uma vez que há no PLS matéria reservada pela CF a essa espécie.

Quanto à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, por atender aos preceitos de meio adequado, inovação de ordenamento jurídico, generalidade, coercitividade e compatibilidade com o sistema jurídico.

Não há vício de iniciativa nem em relação à técnica legislativa.

No mérito, somos favoráveis à matéria, eis que a redação da Câmara dos Deputados melhora a redação dada pelo Senado Federal, a fim de fomentar a criação do cadastro positivo de crédito no Brasil.

As alterações da Câmara dos Deputados, de cunho meramente redacional, aprimoram ainda mais o texto dos dispositivos. Novos conceitos sobre "histórico de crédito" e a imposição de limites à classificação e ao tratamento de dados a serem conferidos pelos gestores de dados aumentam a higidez e a segurança jurídica dos atores envolvidos.

Os temas deixados à regulamentação do Poder Executivo foram mais bem explicitados. E a adoção de regras mais explícitas e benéficas sobre a possibilidade de o cadastrado, tomador de crédito, cancelar sua inscrição no cadastro positivo aumenta a efetividade do exercício de seus direitos constitucionais fundamentais, como são os direitos da personalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, afastar a revogação do art. 16 da lei em vigor, prevista no projeto original, para restaurar esse dispositivo, mas com redação diversa da lei em vigor, segundo o qual o banco de dados, a fonte e o consulente são responsáveis, objetiva e solidariamente, pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, amplia a proteção do consumidor que toma crédito no Brasil. Essa modificação talvez tenha sido a modificação mais importante feita pela Câmara dos Deputados.

E a vigência dos dispositivos legais de forma escalonada, alguns com vigência imediata e outros com vigência em 90 dias, auxilia na eficácia da norma, a fim de que os cadastros positivos possam mesmo ser constituídos e deixem de ser uma ficção legal.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2019 (Substitutivo- CD).

Eu queria, antes de encerrar o meu voto, Senadora Presidente Simone Tebet, Srs. Senadores, dizer que está prevista também, neste projeto e dentro de um acordo com o Banco Central, que, a partir da aprovação deste projeto, em seis meses, a vinda, aqui no Senado Federal, de um representante do Banco Central para nos explicar sobre os resultados concretos dessa lei e quais...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... os resultados obtidos em relação à redução do *spread* bancário, dos juros bancários e dos juros de cartão de crédito.

É esse o meu voto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Tasso Jereissati, inclusive por aceitar a relatoria desta importante matéria.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, na ordem, Senador Esperidião Amin, depois Senador Eduardo Braga, em seguida Senador Humberto Costa e Major Olímpio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir a sua autorização, reiterar o pedido da sua autorização para registrar a presença entre nós do Dr. Gilberto Callado de Oliveira, eminente Corregedor do nosso Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a quem saúdo em meu nome e tenho certeza também de que em nome do Senador Dário Berger.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Permita-me, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. faz as homenagens e reconhece a presença do nosso Procurador não só em seu nome, mas em nome de toda a Comissão.

Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Este projeto... Eu estava percorrendo aqui o nosso Plenário e só encontrei aqui o ex-Deputado Veneziano. Nós votamos este projeto na Câmara, no ano passado, Major Olímpio, e eles... Quanto ao Major Olímpio, você tem que ouvi-lo. Ele anda muito comedido no seu tom de voz, naturalmente absorvendo o espírito senatorial.

Eu invoco, então, o testemunho desses colegas da Legislatura anterior. Esse projeto enfrentou, na Câmara, muitas desconfianças, e eu dizia isso para o Senador Eduardo Braga. E a desconfiança é uma coisa inteligente; a descrença, a dúvida. Afinal, a curiosidade e a dúvida são as nossas virtudes que impulsionam o progresso.

O Senador Tasso Jereissati foi muito feliz ao mencionar os aperfeiçoamentos que a Câmara dos Deputados ofereceu. Eles têm como principal foco proteger dados pessoais. O aperfeiçoamento feito pela Câmara não pode ser entendido como perfeito; ele melhora mas não é perfeito. Por quê? Porque essa é uma guerra mundial. Estamos vendo aí Facebook, Google, todas as grandes empresas do setor de inteligência artificial e tecnologia de informação às voltas com processos de grande monta, por se aproveitarem de dados pessoais para seus fins comerciais da maneira mais inescrupulosa possível. De forma que nós não podemos dizer que a proteção é perfeita, podemos dizer que a proteção foi ampliada. Isso o Senador Tasso Jereissati registrou fazendo justiça aos esforços da Câmara dos Deputados.

De forma que eu voto a favor, com um pouco menos de desconfiança do que eu tinha na Câmara, mas tenho uma sugestão: junto com o Banco Central, nessa avaliação que eu acho muito importante, daqui a seis meses aproximadamente, eu creio que nós precisaremos agendar a presença de pelo menos um representante do que seriam os direitos difusos. Pode ser do Ministério da Justiça... Ou seja, eu só peço que seja incluído, além do Banco Central, um agente que pudesse representar o outro lado, que é o da defesa do consumidor. Portanto, o Ministério da Justiça, no âmbito do Executivo, parece-me o órgão apropriado para nos oferecer o outro lado da moeda, porque, repito, este é um assunto universal: a luta para valer-se de dados; e, no caso, para nos valer de dados para beneficiar redução de *spread* e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

premiar o bom pagador. Quer dizer, no caso o cadastro positivo. Isso é uma coisa importante, é moderna, é recompensadora.

Em compensação, por outro lado, a disponibilidade desses dados e sua malversação, ou seja, o uso indevido desses dados fere profundamente direitos individuais.

Voto a favor e fico confortado, porque aquilo que a Câmara fez – e disso eu participei, junto com os Deputados que mencionei, Major Olímpio e Deputado Veneziano, então – foi para o bem, e isso aqui foi reconhecido. Segundo, o bem não é completo. Portanto, acho que essa avaliação, daqui a seis meses, será muito oportuna, especialmente se, além do Banco Central, contarmos com alguém – que sugiro seja do Ministério da Justiça – para falar em nome do direito individual, ou seja, da defesa do consumidor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Eminentíssimo Presidente Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meu caro Relator, eminente Senador Tasso Jereissati, quero, primeiramente, cumprimentá-lo pelo brilhante relatório feito de uma forma sintética, mas muito objetiva, num esforço que todos nós nesta Casa, no Senado da República, estamos fazendo no sentido de não levarmos nenhuma matéria para o Plenário sem que ela tenha tramitado pelo menos naquela Comissão que trata dos aspectos constitucionais, da legalidade e do bom procedimento legislativo.

Acho que esse é um ganho que esta Legislatura está tendo em relação às demais. Por quê? Porque acho que, trazendo para a Comissão de Constituição e Justiça e para as Comissões temáticas pertinentes, nós estamos dando ao povo brasileiro a oportunidade de entender bem aquilo que nós estamos votando, para que possamos, inclusive, ser acompanhados e cobrados.

Uma matéria como esta, Senador Tasso, representa talvez uma das maiores reivindicações do povo brasileiro, que não aguenta mais pagar juros escorchantes, muitas vezes aviltantes, muitas vezes além de qualquer razoabilidade econômica, financeira ou comercial de que se possa ter notícia, porque todo o dinheiro que um banco capta é na base da taxa Selic. Ora, a taxa Selic hoje no Brasil está em 6,5%. No entanto, esse mesmo banco capta a 6,5%, mas empresta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Por conta de um risco...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por conta de um risco, por conta de uma taxa de administração e por uma questão de inadimplência com grandes entraves ainda no Judiciário, isso acaba fazendo com que o povo brasileiro seja penalizado.

É importante destacar que não é a primeira vez que o Congresso Nacional faz esse esforço. Em 2011, recém-chegado ao Senado da República, nesta mesma Comissão, eu tive o prazer de ter participado, juntamente com o Senador Armando Monteiro e outros companheiros àquela época – na Presidência da CCJ, Eunício Oliveira –, da aprovação do texto que, depois, foi aprovado em Plenário, foi à Câmara e volta agora ao Senado, recebendo esse brilhante relatório, que o Senador Tasso traz, pela objetividade e pela síntese.

O que eu quero dizer à Sra. Presidente e aos senhores que nos assistem é que o compromisso que nós queríamos, antes de votar hoje aqui na CCJ, por parte do Banco Central é de que esta lei aprovada traga finalmente a efetiva redução da taxa de juros e do *spread* bancário.

O povo que está assistindo pela televisão, Sra. Presidente, e que são microempresários, são pequenos empresários, são médios empresários, hoje estão diante de uma situação que não lhes permite mais investir. Se ele contrai um empréstimo, ele não tem margem na sua atividade para que possa pagar esse empréstimo. E 13 milhões de brasileiros estão olhando tudo isso desempregados.

Eu acho que a verdadeira razão pela qual nós estamos votando esta lei extrapauta, com o esforço do Senador Tarso de fazer esse relatório para o dia de hoje, é para que nós possamos ainda hoje, Senador Humberto Costa, Senador Anastasia, Senador Fernando Bezerra, votar no Plenário esta matéria e dizer ao povo brasileiro: "Fizemos a nossa parte". E o Banco Central assumiu um compromisso não só na lei, mas também um compromisso de conduta, de vir a esta Casa prestar contas em seis meses da efetiva redução do *spread* bancário, ou seja, em última análise, a efetiva redução da taxa de juros. Somente isso fará com que o Brasil volte a investir e que as micro e pequenas empresas – que acabaram de bater recordes na geração de empregos, o que recentemente foi anunciado inclusive pelo Ministério do Trabalho – tenham acesso a esse crédito.

Eu queria destacar, se me permitem, a introdução do art. 17, que trata exatamente daquilo que o eminente Senador e Líder Esperidião Amin tratava ainda há pouco, a questão do sigilo previsto, a quebra de sigilo bancário prevista na Lei Complementar nº 105. A aprovação dessa lei não significa uma devassa nos dados pessoais, nos direitos individuais e nas garantias individuais do povo brasileiro.

E, por fim, destacar também a inclusão do art. 5º, que diz que o Banco Central deverá – deverá, não é "poderá", deverá – encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de até 24 meses, não é um prazo de 24 meses, é de até 24 meses. E hoje ouvi do Senador Tasso e ouvi de diretores do Banco Central que em seis meses eles viriam ao Senado da República, ao Congresso Nacional apresentar os resultados alcançados com as alterações do cadastro positivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante desse esforço, Sra. Presidente, nós do MDB encaminhamos e votamos favoravelmente ao relatório do eminente Senador Tasso Jereissati, para que nós possamos entregar ao povo brasileiro uma estrutura que finalmente garanta juros mais baixos, *spread* mais baixo e, portanto, que o Brasil volte a investir e a gerar emprego e renda para o nosso povo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Braga.

Com a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, naturalmente que nesse tema o objetivo desse projeto é extremamente relevante. Ele foi objeto de uma enorme discussão aqui no Senado Federal quando foi provado e foi para a Câmara.

Nós não participamos diretamente desse entendimento de apressar a votação do relatório que veio da Câmara, mas também não ignoramos que houve o entendimento. Provavelmente, nós não estávamos presentes, não estamos querendo atrasar o processo de tramitação.

Além disso, na própria Câmara, em seu posicionamento, a nossa bancada questionou vários pontos que foram aprovados.

Então, por essa razão, nós não vamos criar nenhuma dificuldade na tramitação aqui, mas nos reservamos o direito de, no Plenário, apresentar eventuais destaques ou, se houver a possibilidade, emendas, para que seja efetivamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito bem apropriado! Não sou seu juiz, mas aplaudo a decisão. Eu a aplaudo. Isso é correto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Humberto. Quero parabenizar V. Exa. e lhe agradecer. Realmente, na Legislatura passada, nós sabíamos, como sabemos, da posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Essa não deixa também de ser uma preocupação de todos nós. E, no Plenário, vamos discutir, quem sabe, até o aperfeiçoamento. Eu lhe agradeço também em nome dos demais colegas.

Passo agora a palavra ao Senador Major Olimpio.

Na ordem de inscrição, em seguida, falam o Senador Alessandro, o Senador Rogério, o Senador Kajuru e o Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Presidente da Casa e ao Colégio de Líderes, a partir de decisão do próprio Colégio de Líderes, com a presença da nossa Presidente da CCJ e com intervenções sucessivas do Senador Esperidião Amin, dizendo o tempo todo: inadmissível é que tramite matéria de qualquer natureza que tenha a sua urgência que não tenha tramitado nesta Comissão, na CCJ. Por unanimidade, os Líderes acolheram. E, pela necessidade mais do que absoluta, essa matéria está sendo discutida e, se Deus quiser, será votada e aprovada nos próximos instantes nesta Comissão, pois o Brasil tem toda a pressa do mundo.

Nós fazíamos, alguns dias atrás, na Comissão de Assuntos Econômicos, a sabatina do Presidente do Banco Central e de diretores, e os questionamentos maiores giravam justamente em torno das medidas que seriam necessárias para a diminuição do *spread* bancário, dos juros do cartão de crédito, daquilo que impacta diretamente o cidadão brasileiro. Há esses juros escorchantes, como foi bem dito pelo Senador Eduardo Braga.

O Brasil espera por isso. Quando esse projeto teve uma intensa discussão na Câmara dos Deputados, havia uma desconfiança, sim, Senador Amin, sobre se seriam preservados os direitos do consumidor, os direitos ao sigilo de informações pessoais, que pudessem dar azo ou difusão diversa do propósito do projeto, que é justamente favorecer o bom pagador, dar a certeza àquele que está emprestando ou cedendo o crédito de que a possibilidade do recebimento é maior.

Isso vai impactar, sem a menor dúvida, na diminuição dos juros.

Fundamental é o Senador Tasso Jereissati estar explicitando no seu precioso relatório a vinda do Banco Central. O prazo para a manifestação oficial, que no relatório estava em 90 dias, ele ampliou, justamente pela exiguidade do tempo de 90 dias, para 180 dias. E nós temos a certeza, aqui pelo Senado, de que será profícuo, será adequado para a sociedade brasileira.

E está explicitado. Quanto a preocupações que possa ter o cidadão ou até algumas pessoas que estavam na dúvida ou na desconfiança sobre a utilização de informações, o Senador Tasso Jereissati explicita que a adoção das regras explícitas sobre a possibilidade de o cadastrado tomador de crédito cancelar a sua inscrição no cadastro positivo aumenta a efetividade do exercício dos direitos constitucionais fundamentais, como são os direitos da personalidade.

Entendo que todo o esforço está sendo feito pelo Senado para apresentar soluções concretas à sociedade; não é Governo, nem é situação nem oposição. E, se Deus quiser, pautado à tarde, com uma discussão mais ampla por todo o Plenário, nós teremos o cadastro positivo com efeitos positivos para a sociedade brasileira completamente aprovado nas Casas legislativas, a fim de que possa estar efetivamente funcionando para a melhoria da economia e a melhoria para a população brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Major Olimpio.

Com a palavra Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Bom dia, Sra. Presidente. Agradeço o espaço.

Quero, muito brevemente, registrar que uma das minhas primeiras leituras aqui no Senado foi justamente sobre o trabalho feito pela CAE, relativa ao estudo para a redução do *spread* bancário, de altíssima qualidade, que facilita muito essa evolução. Então, parablenho os envolvidos no trabalho anterior e, novamente agora, a figura do Senador Tasso pelo relatório tão brevemente feito e tão oportuno. É essencial trazer um ambiente de maior qualidade no crédito brasileiro, e esse projeto sem dúvida colabora para isso.

E, infelizmente, quero aproveitar este espaço para fazer um registro: tivemos agora em São Paulo uma ação, uma tragédia, uma nova tragédia, até o momento com seis pessoas mortas, em uma escola, em que dois adolescentes – *a priori* adolescentes – encapuzados a invadiram e, logo em seguida, cometeram suicídio.

Eu faço este registro, Presidente, colegas Senadores e Senadoras, para que se compreenda que nós estamos importando para o Brasil uma cultura de violência gratuita. Isso não começou hoje, não começou agora, mas vem sendo agravado paulatinamente, especialmente pelo ambiente que tivemos na última disputa eleitoral. Precisamos resgatar no Brasil o que sempre tivemos, que é um ambiente de maior possibilidade de discussão harmônica entre pessoas que se opõem por algum motivo. Essa possibilidade de se buscar solução para questões pessoais, psicológicas que sejam, pela violência, exclusiva de outros países até momentos atrás, que hoje chega ao Brasil de forma muito clara. Tivemos um candidato à Presidência da República que sofreu uma tentativa de homicídio em plena campanha e, agora, temos esse episódio em um ambiente escolar, com crianças, com jovens, com professores, submetidos a uma violência que o Brasil não precisa importar.

Então, fica o alerta para que a gente possa fazer um trabalho conjunto para reduzir essa cultura de violência que infelizmente as pessoas insistem em importar para o Brasil.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Só complementando a fala do Senador...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu. Isso, perdão.

Só complementando a voz, a preocupação: esse comportamento que está sendo importado infelizmente e está tomando conta aqui do Brasil serve também para a gente refletir sobre essa cultura de que se tem que banalizar o porte de arma, alterando o Estatuto do Desarmamento. É um momento de reflexão, um momento que se passa em que mulheres são vítimas de violência doméstica, e, com pessoas armadas dentro de casa, essa violência pode ainda aumentar mais. Eu deixo aqui o meu protesto e a minha solidariedade para todas famílias que perderam esses adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço a fala de ambos os Senadores, agradeço ao Senador Alessandro por estar trazendo esse assunto da mais alta relevância para esta Comissão, que tem a responsabilidade não só de analisar aspectos constitucionais, mas de entrar no mérito da questão relacionada à segurança pública e à violência.

Eu peço apenas a paciência dos colegas Senadores, eu vou encerrar aqui a ordem de inscrição deste projeto relevante, encerramos a votação e me comprometo a abrir a palavra rapidamente aos colegas para tratar de um tema que é altamente relevante, que nos preocupa a todos, não é algo banal, há muita coisa por trás envolvendo essa questão e nós poderemos debater tranquilamente. Eu peço apenas a gentileza dos colegas e a compreensão, mas nós temos oradores inscritos, apenas três, para encerrarmos essa matéria e, em seguida, darei a palavra, pela ordem, ao Major Olímpio, ao Senador Rogério e ao Senador Humberto.

Então, com a palavra, pela ordem, aqui inscrito para debater o assunto do cadastro positivo, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Bom, no que pese a minha Bancada ainda ter algumas questões, eu acho que a gente dá um passo fundamental para a redução da taxa de juros no nosso País. E acho importante também, no mesmo projeto que trata do cadastro positivo, a preocupação com os dados e a utilização dos dados pessoais das pessoas. Nós estamos sendo vítimas, todos nós, indistintamente. Enganam-se aqueles que acham que os seus dados não estão sendo utilizados para os fins mais diversos e, inclusive, antagônicos a nossa forma de pensar e a nossa visão de mundo, mas eles estão sendo utilizados.

Então, eu fico muito feliz. E nós todos sabemos que o cadastro em tela é um dos cadastros mais completos que mostram o comportamento das pessoas por meio do gasto, por meio do que as pessoas fazem com a sua movimentação financeira. Portanto, é saudável que isso esteja previsto na própria lei e é fundamental que a gente apresse a votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não creio – e aqui eu quero colocar a minha descrença – que a ganância do sistema financeiro não vá encontrar outra desculpa para manter os juros altos, não creio que eles vão baixar juros, mas há um ditado que diz que quando a dificuldade é colocada na nossa frente, a gente vai tirando para a verdade aparecer.

E, agora, o Congresso está dando o passo para que a verdade sobre os juros no Brasil apareça e a gente possa combater aquilo que é o central dos juros exorbitantes que são cobrados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rogério.

Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – V. Exa., Presidente Simone Tebet; senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras.

O assunto em pauta é de interesse evidente da população. Está em discussão há algum tempo e cabe a nós, como legisladores, um aprofundamento sobre a matéria, a meu ver, o seu entendimento, para adotarmos a posição que vá ao encontro do que seja o melhor para nossa população.

No projeto em análise propõe-se aumentar a quantidade de pessoas com informações nos cadastros positivos através da modificação da maneira pela qual as pessoas naturais e jurídicas ingressem nos cadastros. Isto é, a colocação dos nomes das pessoas no cadastro de forma automática tem sido alvo de polêmicas. Enquanto os órgãos de proteção ao crédito e entes governamentais como o Banco Central e o Ministério da Fazenda defendem a proposição, as entidades de defesa do consumidor e o Ministério Público Federal a criticam. Por outro lado, entidades dedicadas à defesa do consumidor, como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), procons e defensorias públicas de diversas regiões do País com as quais dialoguei sustentam que as modificações pretendidas na sistemática do Cadastro Positivo não devem ser aprovadas. Para essas entidades, não houve suficiente debate sobre o assunto e diversos pontos de proposição podem representar riscos para o consumidor.

Chamou-me, Presidente, a atenção a nota emitida pela Câmara de Consumidor e Ordem Econômica, do Ministério Público Federal, a 3ªCCR/MPF, que aponta que apesar dos benefícios pretendidos – aspas –, "sem o enfrentamento adequado das vulnerabilidades e riscos que recaem sobre os consumidores, como a ausência de legislação específica sobre a proteção de dados pessoais e claro disciplinamento dos modelos de avaliação e classificação de risco de crédito" – fecho aspas –, a modificação da forma de ingresso nos cadastros positivos – abro aspas novamente – "afronta direitos e garantias fundamentais" – fecho aspas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo. Cerro fileiras com os que se opõem à proposição, respeitosamente, lembrando que o PLP em nenhum ponto especifica o que os operadores do Cadastro Positivo poderão fazer ou não com os dados pessoais compartilhados, o que equivaleria a dar um cheque em branco e assinado para que se possa na prática fazer todo uso possível dos dados sensíveis. Fecho.

Com essas observações, até que se traga a mim mais luz, luz, lâmpada, Thomas Edison, luz sobre a questão, coloco-me – V. Exa. é Presidente desta CCJ – contrário, rigorosamente, ao projeto em questão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Kajuru.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, originalmente em relação a essa matéria votada aqui no Plenário do Senado em 2017, eu me opus, votei contrariamente. Essa matéria foi para a Câmara dos Deputados, houve ajustes em alguns aspectos que, inclusive, aprimoraram a nossa interpretação.

Ontem, na reunião de Líderes, tivemos acordo em trazê-la, porque, em que pesem críticas que possamos ter, debates que temos de ter para aprofundar a matéria, eu quero reconhecer que é necessário nós olharmos para a economia. Nós estamos com dois anos de inflação abaixo da meta e taxa de juros acima. A lógica econômica é: se estiver abaixo da meta, diminui-se a taxa de juros, e não se está conseguindo isso. Vários Presidentes do Banco Central, o anterior e o atual, aqui estiveram na Comissão de Assuntos Econômicos e destacaram que um dos problemas da taxa de juros é o famoso já dito pelos colegas *spread* bancário. Eu acho que nós temos de dar a contribuição em relação a isso.

Portanto, em que pese termos diferenças sobre aspectos do projeto, em que pese ter votado contra o projeto originalmente aqui em 2017, nós não nos opusemos ontem, na reunião de Líderes, à tramitação, assim como foi dito pelo Líder Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores, e não nos opoemos – tanto é que não houve pedido e não haverá pedido de vista – ao trâmite aqui na CCJ. Queremos fazer o debate mais tarde no Plenário e vamos utilizar, já que em 2017 eu não tinha a prerrogativa de fazer destaque, porque era o único Parlamentar da Rede Sustentabilidade, dessa prerrogativa. Vamos utilizar a possibilidade de, com destaques, melhorarmos o projeto.

Acho que há aspectos que podem ser aprimorados, mas nós podemos fazer isso. Acredito concretamente que nós temos de dar uma contribuição do Senado da República a um grande problema que nós temos hoje para a retomada do crescimento econômico que é a taxa de juros.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por fim, Presidente, permita-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não posso... Embora fugindo um pouco do tempo, permita-me, tal qual o Senador Alessandro, fazer – acho que V. Exa. vai abrir e seguida um espaço de pela ordem para os colegas – só o destaque. Não há como não ficar abalado com a tragédia acontecida ainda há pouco em Suzano. As informações que chegam são cada uma mais dramática do que a outra. O Senador Alessandro relata aqui – e parece-me que está sendo confirmado pelos jornais – que já são oito mortos e 17 feridos. É uma tragédia e, vejam, com crianças, o que é mais dramático e mais... Eu acho que isso traz outro debate que não é sobre esse tema... Dentro de uma escola! Isso traz outro debate que é necessário nós fazermos sobre a questão do porte de armas. Acho que esse é um debate sobre o qual, de fato, eu tenho historicamente uma posição contrária e acho que esse é outro debate que nós temos de ter. Desculpem-me voltar, mas não há como nós não acessarmos os nossos celulares, as nossas redes de notícias, e não há como não ficarmos abalados com os dramáticos acontecimentos de agora em Osasco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais do que justa a intervenção de V. Exa., Senador Randolfe. Assusta-nos que os números realmente estejam crescendo. A informação que tive é de que são oito mortos e 17 feridos e ainda há, infelizmente, expectativas não positivas.

Essa cultura da violência é um tema recorrente dentro desta Comissão, faz parte dos nossos trabalhos. Não estou querendo tolher, muito pelo contrário, a palavra de nenhum dos colegas. Aqueles que ao se manifestarem sobre o projeto dentro do seu tempo legal e regimental, como foi o caso do Senador Randolfe, já podem, inclusive, abordar essa questão. Temos o Senador Jorginho e temos o Senador Telmário para falarem sobre o Cadastro Positivo. Claro que podem fazer as suas observações.

Nós encerraremos a discussão, colocaremos em votação e, em seguida, abriremos a discussão, em que pese o prejuízo dos outros projetos terminativos. Acho que esse tema é da alta relevância, o assunto é gravíssimo. Aqui muitos comentaram em relação a essa cultura da violência. Eu queria apenas abrir um parêntese sobre o papel aqui das redes sociais sobre esse assunto. Mas, no momento oportuno, estaremos tratando da questão.

Com a palavra, então... Apenas faltam o Senador Jorginho e o Senador Telmário para encerrar a discussão. Com a palavra o Senador Jorginho, nosso Vice-Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para discutir.) – Muito bem, nossa Presidente Simone. Quero saudar todos os companheiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma muito rápida. O Cadastro Positivo ficou na Câmara um ano e meio, gerou muitas desconfianças, debates intermináveis nós tivemos sobre isso, porque se temia que os bancos iam fazer uma devassa, poderiam negociar cadastros... Os bancos já têm as informações que quiserem hoje, então, o Cadastro Positivo é um olhar em que a gente precisa começar a prestar atenção para diminuir um pouquinho o juro de quem paga suas contas em dia. Quem paga suas contas em dia? Ninguém olha para quem paga, vem Refis para quem está devendo, Refis de todo jeito aparece uma vez por ano ou a cada dois anos. E quem paga sua conta rigorosamente em dia ninguém enxerga, ninguém vê, ninguém alcança. E é um início para que a gente possa diminuir esses juros escorchantes de quem paga as suas responsabilidades no dia.

Então, é um projeto que ficou um ano e meio na Câmara em debate e superamos as dificuldades, com esse olhar de diminuir juro nos bancos, que insistem em manter nos patamares em que estão as taxas de juros hoje. É uma ação positiva o que estamos fazendo para ir ao encontro de baixar juros.

Quero também aproveitar para pedir o apoio de todos os senhores e as senhoras. Ontem nós tratamos na reunião de Líderes para pautar hoje a Empresa Simples de Crédito. Já passou na Câmara, já aprovamos, o Senador Esperidião sabe disso, de todos os debates que nós fizemos lá. A Empresa Simples de Crédito está na pauta, falamos com o Presidente Davi na reunião da Líderes, o Senador Eduardo e todos os Líderes estavam lá. Vamos aproveitar para votar hoje já, junto com esse projeto do Cadastro Positivo, a Empresa Simples de Crédito, que é um coroamento do trabalho do Afif Domingos desse sonho de permitir que haja mais cidadãos que emprestem dinheiro no Brasil. Empresa Simples de Crédito vai ao encontro de tirar esse poderio que os bancos têm, meia dúzia de bancos que mandam no jogo 100%.

Então, está pronto, o Presidente Davi já concordou, o nosso Líder do Governo também já comunicou a sua concordância em que a gente pautasse para podermos votar hoje, junto com o Cadastro Positivo, Empresas Simples de Crédito.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Jorginho.

Apenas mais dois oradores inscritos. Com a palavra Senador Telmário, em seguida, Prof. Oriovisto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadora Simone, sem nenhuma dúvida, o Cadastro Positivo vem dar mais clareza e sobretudo fazer uma lista, destacar aquelas pessoas que realmente cumprem com sua obrigação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, quero aqui parabenizar o Senador Tasso por todas as emendas, pelas correções, pelo aprimoramento desse projeto. Esse projeto vai, sem dúvida alguma, clarear muito mais as operações de crédito feitas dentro deste País.

Por último, como já foi extremamente divulgado e falado, quero me referir aqui ao acontecimento de Suzano, que fica a 50km de São Paulo, na Escola Raul Brasil, onde estudam mil crianças. Há já a primeira notícia de que oito pessoas foram a óbito, inclusive a diretora da escola. Precisa realmente ser tudo confirmado.

A essa onda de violência não se pode, de repente, atribuir agora, por exemplo, a questão do armamento, que vai ser discutida. Neste momento, a lei que perdura no Brasil é a da proibição do armamento, e está acontecendo tudo isso. Então, acho que nós temos de ver a origem disso, onde nasce essa violência: é na parte social? O Brasil tem de repensar essa outra parte. Os próprios norte-americanos também estão vivendo essa situação periodicamente, lamentavelmente. E os meios de comunicação acabam importando essas ações que se generalizam por todo o nosso País e em outros países.

Então, ficam aqui o meu pesar, as minhas condolências e a minha tristeza com o fato de que garotos, profissionais e trabalhadores da área de educação sejam vítimas de uma ação desesperadora como essa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero, ainda sobre o Cadastro Positivo, apenas observar o seguinte: acho que esse projeto não traz nenhum mal, acho que ele pode até ser um bem, mas não nos iludamos. Votarei a favor desse projeto, é claro. Ele será aprovado no Plenário, tenho certeza disso. Mas não vamos ter ilusões: os juros não vão abaixar por conta desse projeto.

Na raiz dos juros altos, está muito mais do que um cadastro dos clientes. Os bancos já praticam taxas diferenciadas conforme os cadastros das pessoas jurídicas e das pessoas físicas. Qualquer um de nós que trabalha com banco ou que tem uma empresa – o Senador Tasso Jereissati, com certeza, sabe disso; o Senador Esperidião Amin sabe disso – sabe que existem taxas e taxas. Agora, quando nós temos um país cujo Governo central toma dinheiro à taxa Selic, a pouco mais de 6% ao ano, que é uma taxa altíssima, quando o banco pode aplicar com risco praticamente zero – ninguém tem cadastro mais positivo do que o Governo; é o risco soberano –, é óbvio que ele não vai de forma alguma emprestar por valor inferior a esse. Esse juro, por si só, já é muito alto, se olharmos para padrões internacionais. Existem muitos países, notadamente na Europa, em que o juro hoje é claramente negativo. O cidadão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem dinheiro sobrando em banco paga para deixar o dinheiro no banco. Isso obriga que ele vá para o mercado de risco, isso obriga que ele aplique isso no mercado de risco.

Então, não tenhamos dúvida: enquanto persistir o déficit público, que é a grande origem do juro alto, nós não vamos ter juro baixo no nosso País. Daqui a seis meses, nós receberemos o Banco Central e, daqui a seis meses, poderemos conferir o efeito que teve o Cadastro Positivo. Não quero ser pessimista, mas quero dizer que, provavelmente, nós nem perceberemos a diferença.

Apenas para dizer que estamos atacando uma desculpa dos bancos, mas não estamos atacando a razão real pelas quais os juros no Brasil são altos. Só para comentar isso.

Eu votarei a favor do projeto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Prof. Oriovisto.

Parabenizo o debate, o bom debate, um debate de alto nível; todos realmente preocupados não só com a economia, mas também com a vida, com o direito ao sigilo, à intimidade de cada um dos brasileiros.

Apenas uma observação antes de encerrar a discussão. Nós não podemos ser ingênuos e não acreditar que as nossas informações todas não já constem do conhecimento público ou de quem quer que seja. Hoje, para quem tem rede social, quem acessa o computador para qualquer coisa, não precisa nem comprar um bem, basta acessar uma grande loja de magazine para ver o preço de um tênis ou de uma gravata e fechar, que imediatamente, posteriormente ao fechamento desse *site*, vai vir uma série de sugestões, de propostas, de ofertas de vários *sites* do Brasil, de várias lojas, oferecendo o mesmo bem pelo mesmo preço. O que eu quero dizer com isso? Na minha ingenuidade, de quem quase não conhece rede social – eu quase nem conheço computador –, a partir do momento em que a pessoa usa rede social, ela tem seu nome, seu cadastro, suas informações devassadas por *hackers*. Hoje, o que os bancos oficiais querem é, de forma oficial, legal, poder constar e ter a informação e esse banco de dados para, na promessa deles – é um voto de confiança que estaremos dando, se formos dar, para os bancos oficiais –, poderem baixar os juros. Segundo dados de 2016 – é a informação que acabaram de me passar –, a inadimplência, no caso dos bancos, é da ordem de quase 40%. Se é ou não, vamos saber.

De qualquer forma, parabenizando novamente o bom debate e o relatório do Senador Tasso Jereissati, isso não significa um cheque em branco; significa que, se aprovarmos a matéria e, dentro de um ano ou de 24 meses, não obtivermos resultados – eu diria que em um ano –, nós poderemos, a qualquer momento, no Congresso Nacional anular essa lei, apresentar um projeto revogando essa lei.

Eu encerro a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir...

Senador Angelo Coronel, antes de encerrar a discussão.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Presidente Simone, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu acho o projeto redundante. Hoje a Serasa, através do Score de crédito, já dá uma pontuação de todo cidadão brasileiro quando ele vai a um banco para contrair um crédito. Eu digo isso porque tenho experiência nessa área. Posso depois até mostrar aos senhores e às senhoras que o Serasa já dispõe desse mecanismo.

No entanto, já que é uma redundância, vamos para o debate no Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Tasso Jereissati.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A matéria vai ao Plenário.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para pedir, ouvido o douto Plenário, urgência para que a matéria possa ir ao Plenário com o pedido de urgência da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação o requerimento do Senador Eduardo Braga para que o projeto vá, em regime de urgência, ainda hoje para o Plenário. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Registro o voto contrário a esse projeto do Senador Kajuru.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, o Senado nesta semana, por meio da sua pauta, homenageia as mulheres, mais ainda do que tem feito durante toda a sua vida.

Eu quero aproveitar para pedir a V. Exa. que coloque em votação um projeto extrapauta, um projeto que eu relato, que é do Deputado Rafael Motta e da Deputada Mariana Carvalho, que altera a Lei 11.340, a Lei Maria da Penha, para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo SUS às vítimas de violência doméstica e familiar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Será atendido, Sr. Senador. Assim que terminarmos agora, como prometi, o debate em relação a essa tragédia, nós estaremos consultando os Senadores a respeito. É não terminativo, é um projeto a princípio que não tem polêmica, mas estaremos consultando os nobres colegas para que possamos também levar este projeto para Plenário neste mês da mulher.

Na ordem, antes de passar a palavra, nós temos inscritos o Senador Rogério, o Senador Olimpio e o Senador Humberto. Eu consulto o Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer uma sugestão...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... se a questão de ordem é em relação a outro assunto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como nós já fizemos a leitura daquele primeiro projeto...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... V. Exa. poderia abrir a votação, já que há quórum agora, e, durante a votação, nós poderíamos fazer as falas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os debates.

Sem dúvida, acho mais do que pertinente e justo o que o Senador Humberto Costa está propondo. Ele já relatou, nós já encerramos a discussão do item 1 da pauta. Nós abriremos o painel, porque é a votação nominal, será a primeira votação nominal, salvo engano, desta Legislatura. Então, os assessores podem auxiliar à vontade os colegas. Só peço um pouquinho de silêncio, porque nós já estaremos abrindo a palavra aos Senadores que pediram a palavra pela ordem para discutir e debater a respeito dessa tragédia em Suzano, na escola estadual.

Eu coloco, então, em votação nominal o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2018. Peço à Secretaria que abra o painel.

Consulto os Srs. e Sras. Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto, as emendas e as subemendas nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, em votação a matéria terminativa.

Enquanto, abre-se o painel e os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras votam, eu peço só um minuto, por favor, para palavra, pela ordem, ao Senador Rogério, depois ao Senador Olímpio, ao Senador Humberto e ao Senador Amin. (*Pausa.*)

Por favor, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu apresentei um requerimento para uma audiência pública e eu queria trazer aqui para que a gente possa apreciar, não hoje, mas na próxima reunião, a aprovação desse requerimento que é a proposição de uma audiência pública para discutir o pacote anticrime que foi apresentado pelo Ministro Sergio Moro. E vejo que os fatos corroboram com a necessidade de a gente fazer esse debate. Aqui eu estou propondo representante do Ministério da Justiça, da OAB, da Associação dos Juízes para a Democracia, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para que a gente possa fazer um debate sobre as medidas anticrime do Ministro Sergio Moro.

E queria também – isso aqui eu estou pedindo para ver se a gente consegue pautar para a próxima semana a aprovação desse requerimento – falar um pouco sobre o acontecido em Suzano.

Eu fiz campanha, de rua em rua, de porta em porta, e a coisa que mais me assustava era ver crianças fazendo o gesto de que estavam com uma arma na mão. O gesto da violência, o gesto e a forma de como resolver as suas pendências.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós não podemos descartar que o estímulo à violência pela via institucional é um problema que nós precisamos combater. Não que isso resolva definitivamente, mas o estímulo, a liberação, a autorização para eliminar quem pensa diferente... As declarações que o Presidente fez durante a campanha, quando disse que eliminaria o PT e os vermelhinhas, quando disse que os adversários seriam eliminados, é um estímulo a que pessoas se sintam autorizadas a resolver suas pendências, suas desilusões, seus desafetos, seus problemas na bala, na violência. Então a gente precisa observar isso!

A Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou um decreto legislativo, aqui no Senado, para sustar o decreto do Presidente, que muda a lógica da posse de armas. Então, nós estamos aqui diante da consequência que é armar pessoas, que é estimular pessoas a resolverem suas contendas, suas diferenças e suas mágoas através da eliminação do causador, e nós estamos diante de um decreto que autoriza cada cidadão a ter até quatro armas dentro de casa. Quatro armas!

Imaginem um cidadão, no dia da sua ira, com quatro armas carregadas? Em qualquer lugar que ele for, ele pode fazer vinte vítimas sem ser nem um bom atirador. E se essas quatro armas forem tipo uma metralhadora, pistola – há tantos tipos de armas que carregam 30, 40 cartuchos –, que estrago não fariam?

Portanto, eu queria pedir a esta Comissão e a nós da Bancada para procurarmos saber em que estágio está a tramitação do decreto legislativo que nós apresentamos para sustar a aberração do decreto presidencial, que estimula o cidadão a ser portador e ter posse de arma dentro de casa. Quem garante que essas armas não sairão num momento como este? Quem garante? E quem garante que... Olhem aqui, isso daqui é um estímulo para resolver as pendências com violência! Nós estamos vendo Suzano e veremos outros suzanos, como já vimos Mariana, estamos vendo Brumadinho, porque nós não observamos o maior bem que nós temos, que é a vida.

Ou seja, nós estamos negligenciando o debate sobre a defesa da vida e esta Casa tem como função maior defender o maior bem de cada um de nós, que é a vida. E defender outro bem...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vou concluir... que é imaterial, que está na base de o que é ser cidadão. E nós estamos vendo um conjunto de normas e projetos que vêm para retirar do povo brasileiro a riqueza com que ele nasce, quando sabe, pela ganância de setores do mercado financeiro, que são os direitos do povo brasileiro com a reforma da previdência, com todas as medidas que só afetam os mais pobres.

Por isso, Presidente, é oportuno que a gente faça esse debate sobre a lei anticrime e que a gente faça o debate sobre o decreto da Bancada do PT que susta o decreto de porte de arma do Presidente Jair Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Rogério, na semana que vem, estaremos votando o requerimento de V. Exa.

Aproveito a oportunidade para dizer que nós aprovamos nesta Casa, na semana retrasada, o requerimento de autoria do Senador Lasier Martins, nos termos do art. 101-A do Regimento Interno, para a realização de uma audiência pública nesta Comissão, com a participação do Ministro de Estado de Justiça e Cidadania, Sergio Moro, com o objetivo de apresentar e discutir as diretrizes e prioridades dessa pasta, que é aquela vinda dos Ministros todos os anos, no início de legislatura, principalmente, nas Comissões permanentes.

O Sr. Ministro já nos respondeu e marcou a data para o dia 27 deste mês, portanto, sem ser a próxima quarta, na quarta seguinte, às 10h, aqui na Comissão.

No ofício encaminhado pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça, ele já se colocou à disposição para tratar não só do tema, é óbvio, mas especificamente está à disposição para tratar do pacote anticrime. Isso não impede e nem prejudica o requerimento do Senador Rogério, que tem um aspecto maior, inclusive envolvendo, no futuro, a vinda de outras autoridades.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Srs. Senadores e povo brasileiro que nos acompanha, enquanto as armas forem ilegais, apenas os ilegais terão armas.

Essa tragédia que nós estamos vivenciando agora é mais uma. Ela mostra justamente o fracasso, a safadeza da política desarmamentista, que simplesmente deu o empoderamento para o criminoso e tirou a possibilidade da legítima defesa.

As informações que tenho do Grupo de Ações Táticas da Polícia Militar são de que se trata de menores com armas ilegais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ilegais.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Ilegais!

Então, eu diria: o que tem a ver a cueca com as calças? Se o gesto do Bolsonaro... Esse discurso que eu ouvi agora não tem a menor pertinência. A pura verdade foi a safadeza da política desarmamentista que colocou o povo na mão dos criminosos. Nós temos essa política que está tentando dizer: "Olha, o decreto do Bolsonaro!" Foi por conta de decreto do Bolsonaro que malditos menores... E nós aqui estamos nos omitindo. Desde 2015, a Câmara votou a redução da maioridade penal! Foi por conta de decreto do Bolsonaro? Então, nós temos de fazer um mea-culpa, sim! Nós temos de chorar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos pais, mães e pela diretora que foi morta! Episódios dessa natureza têm de ser enfrentados, sim, mas, se há arma neste País hoje na quantidade que se quer, o menor é o 007, tem licença para matar! Se esses malditos não se matam... Eu digo malditos mesmo! Que o diabo os tenha! Teriam ceifado muito mais vidas se não tivesse acabado a munição. Fez uma coisa semelhante também um tresloucado que entrou numa igreja em Campinas, há pouco tempo, com arma ilegal e executou pessoas rezando dentro de uma igreja.

Seria exatamente por causa do ordenamento que pode ser definido, mas nós temos uma obrigação de aproveitar o episódio e passar a limpo, sim, a segurança pública como um todo, não como demagogia. "Olha o decreto do Bolsonaro". O Estatuto do Desarmamento, essa farsa que foi votada aqui, essa farsa que foi estabelecida, tirando o direito de o cidadão se proteger. Se houvesse um cidadão com uma arma regular dentro da escola, professor, um servente ou policial aposentado que trabalha lá, ele poderia ter minimizado o tamanho da tragédia.

Então, vamos, sem hipocrisia, neste momento, chorar os mortos, sim, vamos discutir a legislação: onde estamos sendo omissos? Como policial, eu me sinto derrotado; como Parlamentar, mais derrotado ainda numa situação dessa. Agora vai governador, agora vai um monte de gente lá prestar solidariedade. Onde somos omissos? Vamos ver exatamente e vamos analisar a origem dessas armas. Tem-se a arma que se quer, na hora em que se quer e do jeito que se quer no Brasil todo, com fronteiras devassadas com os portos e aeroportos completamente abertos.

Então, vamos chorar os mortos, sim, vamos lamentar a tragédia, mas sem hipocrisia. "Ah, é agora a hora então de revogarmos o decreto do Bolsonaro". O decreto do Bolsonaro simplesmente garantiu posse legítima, não é nem porte, o porte nós vamos votar depois, é a segunda etapa em relação a isso que foi tirado do direito de defesa do cidadão. E a população quer isso mesmo, e a população botou o Bolsonaro como Presidente da República para ser um impulsionador de garantias para o cidadão, para que nós não tenhamos tragédias dessa natureza.

Então, lamento, faço as minhas orações, choro por aqueles que lá estavam, não os dois malditos. Aí, não merecem uma lágrima, aí, mereceriam o império da lei para não estarem promovendo essas tragédias. E temos que ver, sim, como chegaram essas armas em quantidade para promover uma tragédia nessa intensidade? Temos que fazer o mea-culpa, temos que debater, sim, mas temos que dizer que nós, Estados brasileiros, em todos os níveis, estamos sendo omissos – omissos! – em relação às nossas obrigações. Omisso como policial veterano, omissso como legislador hoje. Não podemos deixar que se use a hipocrisia neste momento para se dizer: "Olha, nós temos que ser mais restritivos ainda em relação à possibilidade da defesa do cidadão de bem".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sra. Presidente, só para pedir minha inscrição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de mais nada, acho que todos nós temos que lamentar esse fato terrível acontecido no nosso País. Pelas informações que se tem, dois jovens chegam e abrem fogo contra os demais, inclusive usando capuzes.

E se repetem alguns episódios acontecidos no Brasil, que acontecem muito comumente nos Estados Unidos. Isso não acontece em muitos países, mas acontece nos Estados Unidos, em especial.

A primeira coisa que eu vejo é que esse tipo de situação vai se ampliar. Se cada cidadão brasileiro pode ter na sua residência quatro armas, como prevê esse decreto apresentado pelo Presidente da República, a chance de nós termos episódios como esse cresce enormemente. E não é exatamente ampliando a possibilidade de as pessoas terem armas, a posse de armas, que nós vamos acabar com a posse ilegal e com a posse irregular! É como se se dissesse assim: "Para acabar com a posse irregular, para eliminar as armas irregulares, vamos liberar para todo mundo ter arma!" Essa é uma visão profundamente equivocada. O próprio Estatuto do Desarmamento, como as estatísticas demonstram, teve um papel importante na redução do número de mortes por armas de fogo no Brasil. Basta ver os relatórios que são feitos por instituições que estão acima de qualquer suspeita no sentido de defender uma política pacifista.

Então, é óbvio que essa proposta de flexibilização da política de desarmamento vai trazer muitos episódios como esse que aconteceu hoje, vai trazer a solução por intermédio de um conflito com arma de fogo para desavenças que acontecem hoje, por exemplo, em estabelecimentos comerciais e que são resolvidas de outra maneira.

Então, é óbvio que essa política que esse Governo defende em relação à posse e ao porte de armas é um absurdo! E é falso também dizer que a maioria da população apoia isso. Já foram feitas pesquisas de opinião recentes, antes e depois da aprovação desse decreto, e a maioria da população brasileira é contrária a esse tipo de processo.

Então, eu queria, Senadora Simone Tebet, que nós pudéssemos fazer essa discussão de forma, inclusive, organizada, seja por intermédio do requerimento apresentado pelo Senador Rogério Carvalho, seja pela discussão desse projeto legislativo que nós apresentamos. Nós achamos que, além de esse decreto ser, do ponto de vista do seu conteúdo, profundamente inconveniente, do ponto de vista da legalidade, da constitucionalidade, ele fere a lei e fere a Constituição. Então, nós queremos debater. Nós queremos revogar esse decreto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não achamos que, botando arma, o cidadão vai se defender, mas, sim, existindo ações de prevenção importantes, uma polícia que trabalhe em condições adequadas para o exercício do seu trabalho. Não é distribuindo arma, mas ampliando o quadro da polícia e lhe dando condições de trabalho... É isso que vai acabar com a violência! Esse discurso que faz o Presidente da República, no meu ponto de vista, é um discurso totalmente demagógico, não é o que a população brasileira quer, necessita e deseja.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra, pela ordem, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – É apenas para poder fazer uma ponderação. Nós estamos aqui, claro, tratando de um assunto muito importante, mas penso que, como disse o Senador Humberto, esse debate deve ser bem mais organizado. Não me parece o momento adequado para discutir o decreto do Presidente, que não está nem na pauta. Então, até em respeito à pauta pré-estabelecida, nós estamos nos encaminhando para o item 2, e aqui estão presentes o autor e o Relator. Daqui a pouco, não há mais quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Certo. Eu concordo com V. Exa. Só faço uma ponderação. Diante da gravidade do assunto – graças a Deus, não é em qualquer hora nem em qualquer dia que acontece uma fatalidade como essa –, esta é a Comissão permanente do Senado Federal, do mais alto Parlamento brasileiro, que tem a atribuição de dar respostas à sociedade no que se refere à pauta da segurança pública. Então, nós fizemos um acordo com os colegas – eu, inclusive, pergunto se todos os Senadores já votaram, para encerrar a votação. Eu vou encerrar, proclamar o resultado, e continuarei dando a palavra por cinco minutos. Eu tenho uma lista aqui com oradores.

Quanto ao projeto de V. Exa., não se preocupe – eu também tenho interesse, porque também faz parte da pauta feminina –, porque ele não é terminativo. Independentemente de termos quórum ou não, o projeto vai ser votado hoje para que possamos votá-lo em Plenário em regime de urgência. Não precisa de quórum presencial, apenas precisa de quórum em painel, porque não é terminativo.

Essa questão de encerrarmos a discussão depende da deliberação do Plenário, mas, pela ordem de inscrições, eu não vou nem colocar em deliberação, porque vi que há muitos Senadores querendo falar. Eu pediria – o prazo é de cinco minutos – que todos os Senadores atentem para o prazo. No máximo em 30 minutos, pela ordem aqui, acho que temos condições, ou no máximo em 40, de encerrar esta discussão, e continuaremos com a pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos vários projetos terminativos. Nesse ponto, o Senador Roberto Rocha tem toda a razão. São projetos cujos relatórios já foram lidos, estão em condições para serem abertos os painéis para votação, e nós poderíamos aprovar o quórum. Mas repito: o assunto é da mais alta relevância e é de atribuição desta Comissão.

Pergunto novamente se posso encerrar a votação. Se todos...

Senadora Rose de Freitas ainda para votar.

Enquanto a Senadora procede à votação, eu passo a palavra, então, pela ordem, ao Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu vou procurar ser o mais conciso possível e vou na linha do Senador Roberto Rocha. O tema é confrangedor. Eu acho que entristece saber que, num ambiente de escola... E não é a primeira vez que isso acontece. Todos nós temos lembrança da escola do Rio de Janeiro – foge-me agora o nome da escola, mas que marcou época –, porque se tratava de um aluno da escola, e não entrou encapuzado. Portanto, voltou à sua escola. E essa circunstância vem acontecendo no mundo inteiro, independentemente do regime político ou da tendência política que domine o Estado, a cidade ou o País da ocorrência. Faz parte de um contexto de intolerância e de desespero que acomete especialmente jovens e, de acordo com a nossa CPI dos Crimes Cibernéticos, especialmente mulheres.

Pouca gente sabe que há hoje no mundo mais suicídios do que crimes violentos. Vou repetir: mais suicídios do que crimes violentos, incluindo as guerras. Portanto, nós estamos vivendo problemas próprios de uma sociedade em que os valores, a educação, a família, os fundamentos estão sofrendo abalos, para não ser definitivo. Então, eu quero, junto com a minha solidariedade ao ocorrido... Sou professor desde 1968, foi o ano em que eu dei a minha primeira aula, fiz a primeira incursão, e foi no antigo ginásio, foi exatamente numa escola parecida com essa, que é da sexta à nona fase de ensino médio, essa escola onde aconteceu esse fato. Então, comecei a lecionar no maior estabelecimento de ensino de Santa Catarina hoje, o Instituto Estadual de Educação.

Com tristeza, eu quero me solidarizar e quero sugerir aos companheiros e companheiras que não tenhamos conclusões precipitadas. Nós não sabemos quem eram os encapuzados, pelo menos até agora o G1 não informa. Eles eram ex-alunos, eram alunos, tinham antecedentes? As armas – já foi dito aqui – eram ilegais. Portanto, nós estamos aqui absolutamente desinformados para ter premissas e sobre essas premissas tirar conclusões e sugestões.

Finalmente, eu não faço nenhuma objeção a que se priorize a votação do projeto de decreto legislativo, acho que ele é oportuno, mas também não faço nenhuma objeção a que se priorizem a votação e o debate da redução da maioria penal. Eu acho que a Casa é para debater e não pode



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

haver tema censurado, especialmente quando envolve vida, segurança. Da primeira, eu não preciso dizer qual é o valor, é inestimável, é o maior de todos; e, da segunda, é um valor presente nos receios, temores e aspirações da sociedade brasileira. Então, o meu apelo é: não vamos tirar conclusões precipitadas, porque elas não têm premissas seguras.

E, quanto à votação dos dois projetos, claro que, precedida a votação pelo debate necessário, eu sou a favor. Acho que onde couber vamos debatê-los.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Amin.

Esta Presidência declara encerrada a votação.

Peço à Mesa que proclame o resultado e abra o painel.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) –

Votaram... O quórum é de 22.

Houve 20 votos SIM; 01, NÃO. E nenhuma abstenção.

Portanto, está aprovado o projeto, a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda nº 1 da CCJ, e as Emendas nºs 3 e 5 da CCJ. Rejeitada a Emenda nº 4.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Aproveito para parabenizar o autor da proposição, Senador Elmano Férrer, e o nosso Relator, Senador Humberto Costa, que teve de adequar o seu parecer pelo menos três vezes, diante das emendas que vieram a conta-gotas.

Agradeço a participação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Antes de passar ao próximo item, continuando aqui, nós temos mais um, dois, três, quatro, cinco Srs. Senadores. Eu vou dar o prazo de cinco minutos, como é regimental. Pediria apenas que, dentro do processo, se ativessem ao prazo para que nós pudéssemos novamente aproveitar o quórum e votar uma série de projetos relevantes nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Senadora Simone, Senador Jorginho, Sras. e Srs. Senadores, eu quero também aqui, de forma sensibilizada, expressar a minha angústia, a minha tristeza e sobretudo a minha solidariedade às crianças, aos alunos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos professores, enfim, às vítimas dessa imensa catástrofe que atingiu a cidade de Suzano e que é um episódio jamais visto na história recente do Brasil.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nada nos toca mais, nada nos atinge mais, nada nos emociona mais, nada nos comove mais do que a violência, sobretudo a violência praticada por nós mesmos, pelos nossos semelhantes, pelos nossos jovens, pelos nossos encapuzados que chegam, por incrível que pareça, Senador Elmano, a uma escola – a uma escola! – e atingem crianças, jovens, adolescentes, professores. Isso precisa ser apurado, isso precisa ser identificado, isso precisa ser investigado. Qual foi a motivação que levou jovens dessa natureza a praticar um crime com tamanha atrocidade?

Eu quero buscar no art. 3º da Constituição Federal... São princípios constitucionais da Nação brasileira reduzir as diferenças e as desigualdades sociais. Eu quero buscar nesse quesito uma explicação para isso, para esse episódio que ocorreu e que certamente tende a ocorrer – se Deus quiser, não – ao longo da história daqui para a frente.

Um dos princípios mais elementares da nossa Constituição é o de reduzir a violência, é o de reduzir as desigualdades e as diferenças sociais. O que esperar dos nossos jovens na atual circunstância, quando nós temos 13 milhões de desempregados e quando a maioria dos nossos jovens que estão saindo da idade de 16, 17, 18 e 19 anos não têm sequer uma oportunidade de trabalho? Onde eles vão buscar essa oportunidade de trabalho? Vão buscar na droga, na violência. São recrutados pela violência, pelos morros, pela marginalidade. Lamentavelmente, é isso que ocorre. Nós somos hoje diferentes no País, essas desigualdades são gritantes, e talvez esse seja o ponto maior a ser enfrentado, porque, com 13 milhões de desempregados; com mais 8, 10 ou 12 milhões de subempregados; mais 40% ou 50% da população vivendo com apenas R\$400; outro tanto da população vivendo com apenas um salário mínimo; o que nós vamos esperar de uma população como essa? Nós vamos esperar violência, marginalização, que, lamentavelmente, é o que nós estamos vendo neste momento.

Portanto, que esta seja uma época própria para nós analisarmos essa questão da violência com muita serenidade e com muito equilíbrio, para que possamos, acima de tudo, combater as causas disso para não sofrermos as consequências desse ato lamentável, que eu quero registrar com muita tristeza, e expressar também com muita angústia sobretudo a minha solidariedade às pessoas atingidas nesse momento.

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mecias, respondendo à questão de ordem do Senador Rogério e do Senador Humberto Costa sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2019, que susta o decreto do Sr. Presidente Jair Bolsonaro, quero dizer que chegou na Casa no dia 12 de fevereiro, chegou a esta Comissão no mesmo dia, dia 12, e no dia 19 nós já designamos o Relator para analisar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa matéria. Foi distribuída, portanto, uma semana após chegar nesta Comissão, ao Senador Marcos do Val, para emitir relatório.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Mecias, pela ordem de inscrição.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu quero dizer que é lamentável, também na mesma ordem aqui, na mesma fala do Senador Dário Berger, o que ocorreu lá em Suzano, São Paulo, e todos nós brasileiros precisamos fazer uma série de perguntas. Eu, por exemplo, Senadora Simone, nasci numa família bastante humilde e comecei a trabalhar na roça com os meus pais aos seis anos de idade. Aos dez anos de idade, eu fiz o meu primeiro tiro, com uma espingarda 20, porque a minha família não tinha dinheiro para comprar carne, então nós íamos para o mato caçar, buscar alguma coisa para comer em casa. E, de uma família de oito irmãos, nós sempre atiramos, sempre tivemos armas em nossa casa.

Eu fui para a capital, em Boa Vista, estudar, aos 16 anos de idade. Sempre usei uma arma e nunca dei um tiro em ninguém. Nunca dei um tiro em ninguém. E, se nós observarmos, a maioria dos crimes cometidos no Brasil não são com armas legais, são armas ilegais. O Estatuto do Desarmamento desarmou o cidadão de bem, tirou a arma do pai de família. Quando o bandido chega à casa de alguém para fazer um assalto, para entrar na casa alheia, entra com 100% de certeza de que o dono da casa não tem uma arma para se defender. E aí fica muito mais fácil para as famílias virarem alvo dos bandidos, que usam arma. O Estatuto do Desarmamento não desarmou em nenhum momento os meliantes no Brasil – em nenhum momento! O decreto do Presidente Jair Bolsonaro não autoriza a usar armas ilegais; pelo contrário, legaliza as armas e dá ao cidadão de bem, principalmente ao dono de família, que tenha o direito de possuir uma arma na sua residência ou na sua fazenda para se defender. Portanto, não creio no argumento de que essas violências estejam acontecendo em função de armas legais às soltas aí pelo Brasil.

Quero manifestar a minha solidariedade. Não vou me alongar. Eu sei que esse assunto será debatido muitas outras vezes ainda, aqui nesta Comissão e no Plenário do Senado, mas quero deixar o meu sentimento, como toda família brasileira, e o meu voto de que possamos em breve discutir a redução da idade penal no Brasil e de que as armas possam ser, sim, usadas pelos cidadãos de bem no nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Mecias.

Nós só temos mais dois oradores inscritos. Continuaremos, portanto, com a pauta, em seguida. Do item 2 da pauta, inclusive, já foi lido o parecer, e nós só vamos abrir o painel também para votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu peço a gentileza dos Srs. Senadores e um pouquinho mais de paciência. Mas nós temos condições, hoje, de praticamente limpar a pauta.

Com a palavra o Senador Prof. Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, também para me solidarizar com as famílias de Suzano, para lamentar essa tragédia, e parabenizar os dois Senadores de Santa Catarina que me antecederam e que fugiram do debate apaixonado sobre posse ou não posse de arma.

Parece que a violência se resume ao fato de que, se não existisse a arma, tudo estaria resolvido. Longe disso, infelizmente, não é assim que acontece. A maioria dos feminicídios neste País é cometido com faca. O Presidente Jair Bolsonaro foi atacado com uma faca e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... quase morreu. Passou por muitas dificuldades.

Nós vemos atos de loucura que não têm explicação na Sociologia, que não têm explicação na Política. Há um salto epistemológico, em termos de conhecimento. É outro campo, é Psicologia.

Se nós olharmos recentemente, fatos como esse acontecem ao redor de todo o mundo: acontecem na Suécia, acontecem nos Estados Unidos, acontecem nos países mais civilizados e com os melhores índices sociais possíveis. Só há uma explicação para isso e não é de ordem social, é de ordem psicológica, é loucura.

É claro que hoje a internet, a comunicação, tudo isso internacionaliza e contamina, colocando mais às claras a loucura latente que possa existir em cada um de nós.

Está provado em Psicologia que 0,5% da população não tem medo de nada, ou seja, que é louca, porque quem não tem medo de nada... Não tem medo do leão, entra na jaula, e o leão come. O medo é um sinal de sanidade.

(Soa a campainha.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Então, antes de nos colocarmos em debates apaixonados de que a posse ou não posse de uma arma vai resolver a violência, eu só queria dizer que é claro que é importante analisar a posse ou não posse de arma. Todos os países analisam e, de alguma maneira, regulamentam isso. Mas não vamos tirar conclusões precipitadas. No caso de Suzano, ainda pode aparecer uma explicação como aquela do Jim Jones, em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que, aqui, num país da América do Sul, não só ele se suicidou, mas mais de cem seguidores cometeram suicídio coletivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Novecentos. O Senador me corrige.

A loucura é algo que existe. Nós não podemos descartar essa possibilidade. Causas sociais são importantes, disponibilidade de arma pode ser importante, mas nós não podemos tirar conclusões apressadas. É muito cedo ainda para já, com base nesse assunto, tirarmos conclusões precipitadas. Vamos aguardar os fatos.

É lamentável! Eu lamento não só o ocorrido em Suzano, mas a loucura humana que existe no mundo todo e que não é privilégio do nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Prof. Oriovisto.

Eu vou, na linha do Senador Paulo Rocha, se me permitirem – só havia mais um orador inscrito, mas agora já se inscreveu outro –, passar para o item 2 da pauta, cujo relatório já foi lido. Há um voto em separado do Senador Fabiano, e ele vai apenas dizer, rapidamente, a razão de por que ele é contra a rejeição de uma emenda. Nós abriremos o painel para votação e passaremos a palavra aos oradores.

Item 2 da pauta, que é terminativo e cujo relatório já foi lido.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2015****- Terminativo -**

Inclui o § 4º no artigo 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e altera o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o crime de apropriação ou desvio do Programa Bolsa Família e de recursos destinados ao custeio de alimentação ou de ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias, bem como incluí-lo no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Antonio Anastasia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 20/02/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;
- Em 28/02/2019, foi recebido Voto em Separado do Senador Fabiano Contarato, que conclui pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.
- Votação nominal.

Lembro que o relatório desta matéria, como disse, já foi lido. Há um voto em separado do Senador Fabiano, que conclui também pela aprovação do projeto, mas com uma emenda que apresenta.

Rapidamente, eu passo a palavra para o Senador Fabiano Contarato para proferir o seu voto em separado só no que se refere à emenda.

Por favor, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para voto em separado.) – Obrigado, Presidente, vou ser bem breve, bem didático e objetivo.

Trata-se de um crime praticado por funcionário público contra a Administração Pública.

O objeto jurídico tutelado aí é a probidade da Administração Pública. Nós não temos uma vítima, nós temos uma universalidade de vítimas. Então, o caráter hediondo do crime se faz necessário, sim, principalmente porque a Lei 8.072/90 – por alguns juristas intitulada "Lei Hedionda" porque ela não define o que vem a ser hediondo, apenas elenca num rol taxativo – não recepcionou o crime de peculato. Agora é uma oportunidade. Como nós vamos admitir que você desvie verbas de programas sociais como o Bolsa Família, em que você tem não uma vítima determinada, mas uma universalidade de vítimas – são pessoas que vão ficar desprovidas de alimentação, de recursos mínimos necessários –, e essa conduta perniciososa, que não tem só o valor monetário, mas também a violação da probidade do múnus público, da Administração Pública, não tenha o caráter hediondo?

Então, o meu voto é para que, efetivamente, um crime com pena de reclusão de 2 a 12 anos, ou seja, uma pena privativa de liberdade cuja qualidade não é nem detenção, é reclusão, e cuja quantidade chega a 12 anos de reclusão e você não tem uma vítima determinada, mas uma universalidade de vítimas, por si só já demonstra o caráter hediondo dessa conduta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Sr. Relator, Senador Anastasia, para as considerações finais.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Sra. Presidente, já que o Relator vai falar, eu poderia fazer uma pergunta? Algumas pessoas sabem que eu estava de atestado médico. Eu queria que me desse um esclarecimento o Senador Anastasia, por favor.

Quando se diz aqui crime de apropriação ou desvio do Programa Bolsa Família, eu levo, no meu raciocínio, em conta que há coordenadores de programa, há responsabilidades. Essa coisa não sai, cai na conta e ninguém viu. Não é? Todo ano...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Geralmente do Município.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, o Município tem o coordenador. Qual é a responsabilidade que tem um coordenador, um fiscal, um supervisor, aquele que estabelece os critérios de quem deve receber ou não, que matricula, que interna o interesse daquele que precisa do apoio social do Governo? Onde há a responsabilidade dele?

Porque, por exemplo, descobrimos em outro dia, numa pequena cidade, que quase todo o comércio – papelaria, onde vendem negócios para costurar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Armarinho.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Armarinho. Você sabe mais do que eu desse negócio. Armarinho.

Estava lá. Havia, Senador Tasso, pessoas que recebiam o dinheiro do Bolsa Família. A Dona Maria, a sobrinha do Prefeito que dava aula numa escola.... Virou escândalo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vereador...

Então, eu quero responsabilizar não só aquele que recebe, mas aquele que coordena, supervisiona, que altera, que insere e que opera o Programa Bolsa Família.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só um segundo, Sra. Presidente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Cabe isso?

Só um minutinho, posso concluir?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe isso, no raciocínio do Relator... Por ser ele o Relator, por ser o autor quem é – Roberto Rocha –, eu tenho certeza de que a intenção foi essa. No Brasil, primeiro é assim: a gente denuncia, fala, faz um escândalo todo sobre as coisas, mas a punição, a correção da aplicação de um programa que tem essa extensão social nós não fazemos. Como ele se estrutura e como ele age lá onde ele tem de agir? Os efeitos estão no Orçamento com bilhões de reais!

Quando fui Presidente da Comissão, em determinado momento, um Senador queria acabar com o Bolsa Família, porque ele dizia que o Brasil estava devendo. Ele deve, inclusive, por isto, porque o Bolsa Família deveria estar destinado a suprir as necessidades dos mais carentes, mas, muitas vezes, eles são coordenados politicamente e trazem, em boas fatias, políticos que advêm do proveito da política miserável que o Brasil tem na área social.

Então, eu queria saber: nós vamos alcançar isso? Eu não quero chegar e falar: "Prenda-o!" Não é isso, Contarato? "Prenda-o!" E quem foi que inscreveu todas aquelas famílias?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É claro que se vai alcançar isso. O art. 29 é claro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por favor, para ordenar os trabalhos, passo a palavra ao autor e ao Relator, porque eles podem esclarecer questões e dúvidas, evitando, talvez, algum questionamento. Se ainda assim houver dúvida, qualquer Senador poderá usar da palavra.

Passo a palavra, na ordem, ao autor do projeto, para se manifestar – essa foi uma solicitação – e, em seguida, ao Relator.

Qualquer outra dúvida poderá ser dirimida posteriormente pelos nobres pares.

Com a palavra o autor da proposição.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, muito brevemente, quero dizer que aqui estamos tratando de peculato. Já existe uma pena para isso. É evidente que quem vai responder pelo que está sendo tratado nesse projeto é aquele que for condenado pela Justiça; se é o fiscal, se é o prefeito, se é o superintendente, se é esse ou aquele, quem vai definir, é claro, é a Justiça, o processo. Esse processo vai resultar numa condenação, se for o caso, e esse condenado é que vai se submeter à pena que está prevista no projeto. Se é considerada a pena agravada, de 4 anos para 14 anos, ou se é peculato ou não, ou melhor, se é crime hediondo ou não, essa é outra discussão.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não estava falando isso. Eu estava falando da questão da apropriação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me, Presidente! Peço-lhe um pouquinho de paciência, porque é muito importante esse projeto, e é importante que, agora, depois de tantos anos, ao fazermos uma correção, nós a façamos com a extensão que precisamos observar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora, com a palavra o Senador Anastasia.

Havendo dúvida, Senadora Rose, V. Exa. poderá novamente questionar, se não estiverem esclarecidos os fatos.

Com a palavra o Relator, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores.

Como lemos na semana retrasada o relatório, o projeto de autoria do Senador Roberto Rocha modifica e qualifica um tipo na área do peculato, o art. 312 do Código Penal, que está no capítulo dedicado aos agentes públicos. E o *caput* do art. 312 diz: "Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel [...]." Digo isso, dando início à resposta à Senadora Rose. Mas vamos além!

A proposta do Senador Roberto Rocha, meritória e bem colocada, pretendia aumentar a pena, criando, de fato, um peculato qualificado, em que hoje a pena é de 2 a 12 anos, para uma conduta específica no que se refere a desvios do Bolsa Família e de programas inerentes à questão do Bolsa Família, de alimentos, de nutrição para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Exatamente!

Isso serve para entidades assistenciais e escolas públicas.

Além disso, ele colocava – e aí está a razão do voto em separado do Senador Fabiano Contarato – algo que se refere ao crime hediondo. Não só na pretensão do autor, ele colocava o acréscimo da pena, que passa de 2 a 12 anos para 4 a 14 anos – especialmente, a pena mínima agravada tem várias repercussões na esfera penal –, mas, sobretudo, incluía isso no rol dos crimes hediondos, que, como nós conhecemos, são aqueles crimes que têm grande repercussão e atingem muitas pessoas.

No momento em que nós fizemos o relatório e começamos a discuti-lo aqui, 15 dias atrás, o primeiro objetivo nosso foi, explicando depois ao autor, dar uma redação que não citasse programas, não falasse em Bolsa Família. Então, nós colocamos, adotamos a conduta, "se a apropriação ou o desvio incidir sobre recursos destinados [genericamente] a programas de transferência de renda", acrescemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"a ações de saúde" – o que não estava previsto – e também "ao custeio de alimentação ou de ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas [...]", ou seja, nós aumentamos um pouco o escopo original do Senador Roberto Rocha para colocarmos nesse peculato qualificado todo desvio, a princípio, cometido por servidor público, em relação a recursos destinados à área de assistência social, de educação, na questão alimentar, e na área de saúde, por considerarmos essas, digamos assim, as políticas públicas mais sensíveis e relevantes e com grande alcance, de fato, na comunidade.

Porém, entendemos – e está no relatório – que, a nosso juízo, com todo o respeito a opiniões contrárias, não se caracterizaria como crime hediondo. O crime hediondo que está na lei federal vigente trata de latrocínio, extorsão qualificada pela morte, epidemia com resultado de morte, homicídio quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio. Nem o homicídio simples é assim considerado. Por que nós achamos? Porque é claro – e nesse caso, evidentemente, eu concordo com o Senador Fabiano – que todo crime tem de ter a repulsa da sociedade, tanto é assim que é crime, mas, se nós formos colocar como crimes hediondos todos os crimes que têm efeito, o próprio crime de corrupção, que é tão grave quanto esse, não está nesse rol dos crimes hediondos, pelo menos por ora. Então, nós estaríamos fazendo um rol muito grande e talvez estaríamos até desmerecendo, banalizando a natureza do crime hediondo.

E pior: como esse peculato está aqui colocado, em tese – e eu peço a reflexão dos colegas –, como é cometido por servidor, se uma funcionária num hospital ou numa escola, uma funcionária singela – não aquela que a Senadora Rose coloca – desvia ali, em um momento de fraqueza ou tibieza, qualquer tipo de bem para seu proveito, um caderno ou leva um medicamento para a sua casa, isso vira crime hediondo. E evidentemente nós não temos condição, a meu juízo, de elevar a essa natureza. Se nós conseguirmos distinguir... E eu entendo a posição do Senador Fabiano. É claro que o que ele pretende é coibir aqueles grandes desvios, que, de fato, têm uma repercussão imensa, mas o tipo penal caberia nessa situação como também no cotidiano das pessoas, que eventualmente – volto a dizer, sempre com a nossa veemência contrária – podem cometer um crime, em um determinado momento, que evidentemente não tenha a natureza hedionda, porque esse é um crime de desvio cometido pelos servidores.

Senadora Rose, o Código Penal, nesse caso, é expresso...

A Senadora Rose estava aqui...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Estou aqui. Estou voltando.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Eu estava olhando para V. Exa. Desculpe não olhar para a Presidente neste momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Rosa, de fato, o *caput* determina que o crime é cometido por funcionário. É um tipo, portanto, expresso de servidor. Como lembrou o Senador Fabiano – que, aliás, é da área de segurança pública –, qualquer um que concorre com o crime poderá eventualmente ser indiciado também, não no caso de peculato, mas poderá incidir em outro tipo de crime, como apropriação indébita ou coisa parecida, algum crime parecido. Isso, evidentemente, dependerá das investigações.

O que nós estamos discutindo aqui, evidentemente... Aquele caso que V. Exa. cita já é hoje tipificado. Se um determinado cidadão do comércio que não seja servidor público comete uma fraude contra um programa, isso evidentemente hoje já está tipificado no Código Penal como apropriação indébita ou mesmo como fraude, ou eventualmente até como corrupção, a depender do enquadramento pela autoridade policial e pelo Ministério Público; depois, pelo reconhecimento do juiz.

O que nós estamos tratando aqui, pela proposta do Roberto Rocha, é um tipo específico de peculato cometido pelo servidor em qualquer dos seus níveis para o desvio de políticas públicas que nós consideramos – ele coloca e nós aceitamos, até aumentamos na área de saúde – relevantes.

E o ponto que fica – que o Senador Fabiano coloca com todo o direito e com a minha compreensão plena da sua preocupação, que é verdadeira – é a questão do crime hediondo. Mas, como o tipo é aberto, eu acho que podem acontecer aí vários casos e vários episódios que não serão de crime hediondo, além da questão, de fato, de colocar um rol muito longo, e tudo que se coloca de forma muito longa acaba, como disse a nossa Presidente, banalizando um pouco esse rol. Mas eu não faria disso jamais – o Senador Fabiano sabe disso – um cavalo de batalha, caso entenda a maioria da Comissão que deva ser um crime hediondo.

É a ponderação que faço aos caros colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, posso...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Anastasia, só queria ouvir de V. Exa., ao identificarmos a apropriação e tipificá-la como crime etc., etc., V. Exa. acha – eu vou seguir seu raciocínio; se eu estiver em desacordo, ainda assim ficarei com o seu raciocínio, porque o seu relatório é importante – que nós conseguiremos, que o supervisor, aquele que tira proveito, aquele que organiza a verdadeira quadrilha em cima dessa apropriação, que dá ali a tal da apropriação, se é o cara que está com Bolsa Família correndo no meio da rua: "Vão me pegar, vão me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar!", e o outro está que lá atrás e que fez tudo aquilo vai ser alcançado para a punição ou não? Se o senhor disser que vai, eu já me sinto contemplada. Senão, eu tenho certeza de que o que recebeu o Bolsa Família tem que ser tipificado como criminoso também, porque é uma apropriação criminosa. E que a gente consiga alcançar – viu, Senador Amin? – aquelas pessoas que coordenam e fazem essa fábrica de desvios criminosos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Não, nesse caso, não há dúvida, eminente Senadora Rose, que alcança, porque esse – como a senhora disse, entre aspas – que "organiza" e está por trás é um servidor público necessariamente, ou é um coordenador, um superintendente, um secretário, um prefeito, uma autoridade até maior. Não podemos aqui... Ele está exercendo função pública. Portanto, ele pode ser agente de peculato, não há dúvida alguma. Então, a resposta é sim à sua indagação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Satisfeita, Sra. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou ser rápido por gentileza.

O simples fato de posse ilegal...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... de uso restritivo é considerado crime hediondo. Olha, a posse ilegal de uma arma de uso proibido é considerada hedionda, e você desviar verbas do Programa Bolsa Família não vai ser considerado hediondo? Por isso que eu faço o meu apelo aos colegas para se sensibilizarem para manter o caráter hediondo dessa conduta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para ajudar e colaborar na discussão, lembrando à Senadora Rose que o objetivo do projeto do Senador Roberto Rocha era tipificar o crime de Bolsa Família, em que agora houve uma alteração, mas com foco específico no servidor público, porque o peculato só cabe ao agente público de um modo geral. Mas a Senadora Rose tem razão, quando, na prática – a gente convive no dia a dia, eu fui Prefeita –, nós sabemos que na cadeia há o corrupto e o corruptor. E o que se faria, o que acontece com aquele que seduz, aquele que tenta coagir o servidor público ou um agente público qualquer, político ou servidor comissionado efetivo? Nesse caso, está prevista a pena no Código Penal, mas a Senadora Rose entende... Eu acho que cabe talvez à sua assessoria até uma análise para ver nesse caso o outro lado, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra ponta: de que forma nós poderíamos ou não agravar a pena daquele que seduz ou que tenta corromper. Eu acho que foi esse o objetivo da Senadora Rose muito bem colocado.

Eu gostaria, se for possível, de abrir o painel. Se alguém quiser comentar, não há problema. Mas a gente não encerra a discussão. Está encerrada oficialmente, mas está aberta extraoficialmente, informalmente, aos colegas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas vamos votar o texto do Relator?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou explicar agora.

As Sras. e os Srs. Senadores... Como se pode observar, o relatório do Senador Antonio Anastasia e o voto em separado do Senador Fabiano Contarato apenas divergem quanto à Emenda nº 2. Portanto, em vez de aprovarmos ou discutirmos em voto separado, o que diz o Regimento? Nós vamos votar o relatório do Senador Anastasia, destacada a emenda de que V. Exa. diverge, e posteriormente... Faremos duas votações. Agora estamos votando o texto, o relatório do Senador Anastasia, destacada a emenda do Senador Fabiano. Provavelmente, pelo próprio relatório do Senador Fabiano, ele irá votar sim, favoravelmente ao relatório. E posteriormente eu explicarei o procedimento em relação à emenda.

Eu peço à Secretaria...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sra. Presidente, pela ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro! V. Exa. será o primeiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Enquanto estamos votando, eu quero, até pelo respeito que lhe devo, explicar para o Senador Fabiano Contarato a minha posição a respeito da emenda dele, depois.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida. Eu vou só abrir o painel.

Eu vou abrir o painel para votação do relatório e da Emenda nº 1, em que não há divergência. Então, está aberto o painel.

Em votação o projeto e a Emenda nº 1. Como é matéria terminativa, a votação é nominal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, com a palavra, pela ordem para discutir, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero justificar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sra. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ao tempo em que vou votar a favor do relatório, eu gostaria de me dirigir ao Senador Fabiano Contarato para explicar por que eu votarei contra a emenda de sua autoria.

Ontem, na reunião de Líderes, eu molestei os Líderes que já estavam lá com a minha preocupação quanto à sistematização. Quando você olha um crime, você acha que aquele é um crime... Hoje nós fomos impactados com essa informação. Nós gostaríamos muito de punir as causas do que aconteceu. Será difícil. Quando a gente olha um problema, coloca a luneta, a lupa, a gente vê aquele problema na sua dimensão e vê como aquilo tem um alto grau de perversidade.

Eu me lembro da minha fúria quando soube de desvios de dinheiro doados por quase todo o Brasil para socorrer Santa Catarina nas enchentes de 1983. Nós flagramos o caso. Se eu tivesse uma arma, eu certamente praticaria um desatino, porque era dinheiro da solidariedade para atender gente que tinha perdido quase tudo ou tudo.

Sempre que a gente decidir sobre um fato criminoso sem olhar o conjunto das regras, da chamada dosimetria da pena, a gente vai cometer erro. E nós cometemos um erro na Comissão de Justiça da Câmara. Chegamos a estabelecer uma pena maior para quem matasse um animal do que para quem matasse uma pessoa. Isso aconteceu. Eu mencionei isso na reunião de Líderes ontem.

Então, eu voto contra a sua emenda, porque não tenho como estabelecer o parâmetro para os outros crimes, que são hediondos ou deveriam ser. Mas não me furto a votar no principal, que é o projeto que foi apresentado, que foi debatido, que considero um peculato diferenciado, porque esse é um dinheiro humanitário, eu diria, que o Governo destina para atender as pessoas que estão numa situação de alta vulnerabilidade social e econômica.

Então, dada essa explicação, que faço em sinal de respeito, não de desacato, mas eu, primeiro, sou um dos que mais cria caso para que, antes de um projeto ir para Plenário, passe pelo menos pela Comissão temática permanente e pela Comissão de Justiça; segundo, quando se tratar de Código Penal, é preciso ver o conjunto, como dizia o Beccaria, dos delitos e das penas, para não se cometer uma subversão do princípio da penitência e da pena. Eu prefiro o da penitência, mas a gente tem que adotar o da pena mesmo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em respeito a V. Exa. é que eu quero justificar o meu voto contrário não ao sentido, mas sim à sistematização do seu objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Amin.

Eu vou encerrar a votação e já vou passar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixe-me votar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou encerrar a votação assim que o Senador Amin votar, porque há Senadores que precisam se ausentar e eu tenho mais uma votação desse projeto que é a Emenda nº 2. Enquanto a Emenda nº 2 estiver sendo votada, eu passo a palavra à Senadora Selma e ao Senador Roberto Rocha.

Encerrada, portanto, a votação.

Eu a declaro encerrada e peço a abertura do painel para verificarmos...

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O quórum é de 18, e 17 Srs. Senadores e Sras. Senadoras votaram SIM; nenhum NÃO.

Está aprovado, portanto, o projeto e a Emenda nº 1.

Agora nós vamos abrir o painel novamente para a votação da Emenda nº 2. É a última votação nominal desse projeto. Abro o painel, esclarecendo que nós estamos votando a Emenda nº 2, do Senador Anastasia.

Aqueles que concordam com a emenda, nos termos do relatório do Senador Anastasia, votam "sim"; aqueles que concordam com o Senador Fabiano no sentido de que a emenda deve ser suprimida porque o crime tem que ser considerado hediondo, votam "não". Repetindo: acompanhando o Senador Anastasia, Relator, para retirar deste projeto o caráter de crime hediondo, vota-se "sim".

O painel já está aberto.

Com a palavra, enquanto estamos votando, a Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Bom dia, Sra. Presidente, Srs. Senadores.

Eu gostaria só de fazer uma observação aqui com relação à pergunta da Senadora Rose.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que a preocupação dela é com relação àquela pessoa que não é funcionária pública, mas que coopta outras pessoas para fazer esse desvio. É essa a sua indagação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Também, porque, na verdade, eu estava levando em conta um fator social importante que é onde está o beneficiário do programa que cometeu esse crime de apropriação...

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ah, sim, o próprio beneficiário também.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Assim... Como é que se faz? Ele é acusado, está comprovado etc. Quem foi que organizou tudo isso? Pode ser um servidor público ou pode não ser...

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Exato.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode ser um líder comunitário, pode ser... Agora, quando houver a acusação, eu quero saber se as pessoas estão levando em conta, para a gente chegar a esse malfeitor, a esse criminoso, que ele está numa comunidade, Senadora Selma, e que ele vai sofrer vários tipos de coação, de influência, e talvez não possa falar. Portanto, eu queria obrigar a uma construção de um processo que leve também àquele criminoso que organizou esse esquema.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k. Então...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada pela colaboração.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A minha...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Acho que a Senadora Rose fala do autor intelectual, independentemente de se é funcionário ou não.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, sim, sim. O autor intelectual, ou mesmo o partícipe, ou mesmo a pessoa que se beneficia. Nesse caso, Senador Anastasia, parece-me que seria crime praticado por quem não é funcionário público, que são aqueles crimes que estão posteriormente no Código. A partir dos artigos, salvo engano, 312 em diante, seriam os crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública, estritamente. No Capítulo 2, veem-se os crimes praticados por particular contra a administração em geral.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parece-me que esse tipo penal reclamado pela Senadora teria de ser inserido diferentemente. Este projeto que agora estamos votando não atingiria essa hipótese levantada por ela, e teria de haver alvo de uma nova inserção no Código Penal, mas no Capítulo 2.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Se me permitem a Sra. Presidente e a Sra. Senadora, é exatamente o que eu disse à Senadora Rose. Não há dúvida quando não é funcionário. Agora, a dúvida que ela colocou com muita ênfase foi exatamente quando é a pessoa que organiza, que dá ordem... Esse é funcionário. Agora, quando for aquele terceiro, o comerciante ou o próprio beneficiário, será outro crime que será apurado, como V. Exa. bem coloca.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Mas, às vezes, quem organiza, Senador, é um agenciador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Exatamente.

Então, é nisso que eu acho que incidiria a hipótese colocada pela Senadora.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senadora Selma, só complementando, na verdade, para os crimes praticados por funcionário público, que são crimes próprios, existe uma previsão legal no art. 30, que diz: "Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime".

Então, se eu sou funcionário público e estou desviando...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... verba lá e, se a Leila não é funcionária pública, mas, de qualquer forma, concorreu, ela vai ser condenada pelo mesmo crime, porque ser funcionário público é uma circunstância de caráter pessoal e é elementar do tipo penal. Então, quem, de qualquer forma, concorre para o crime responde pelo mesmo crime. Isso está lá nos arts. 29 e 30.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza, Senador.

Só para responder, Senador Fabiano...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, nós temos mais oradores inscritos para falar na discussão sobre a matéria.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senador Fabiano...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Senadora Selma ainda tem mais 30 segundos para se manifestar.

Por favor, Juíza.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senador Fabiano, é só para atingir a hipótese que a Senadora Rose levantou, que é aquela hipótese da pessoa que recebe o Bolsa Família indevidamente. Esse não está se apropriando propriamente da verba, não é? Ele está recebendo, ou seja, seria outro tipo penal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto os Srs. Senadores se todos já votaram. Nós podemos encerrar a votação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, como faço, nesta bancada aqui, a revisão do voto? Eu não sei. No Plenário, funciona bem; aqui, não...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não está funcionando a digital ou a senha?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É que eu queria mudar o meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah! Então, eu não vou encerrar a votação ainda. Peço à Secretaria que auxilie a Senadora Rose na mudança de voto.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Porque aqui você não anula o voto, não revê o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, tem que cancelar e votar em seguida.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria cancelar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos aguardar, então.

O último inscrito é o Senador Veneziano. Eu consulto V. Exa. se ainda vai usar a palavra e se três minutos seriam suficientes.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu gostaria, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem rapidamente, desde o início dos instantes em que V. Exa. estava a permitir-nos fazer breves comunicações, até porque o assunto em tela sobre este episódio lastimável que só nos traz o dever de nos consternarmos, eu não quereria e não quero aqui interromper o bom andamento da pauta estabelecida para esta Comissão, mas também sem me permitir, neste instante, como alguns dos nossos pares assim o fizeram, sem tornar este tema, repito, extremamente chocante para todos nós e para quem tem filhos, crianças, como eu próprio tenho duas crianças... Nós dimensionamos exatamente as dores lancinantes sobre pais, parentes daquelas crianças que foram alvos das ações de duas pessoas que não sabemos... E é importante as ponderações que foram feitas por alguns dos que me antecederam, como é o caso do Senador Oriovisto, para que não nos precipitemos. Afinal de contas, este fato ainda trará informações mais precisas.

Eu sou avesso, meu querido Senador Prof. Esperidião Amin, ao simplismo que, muitas das vezes, temas que requereriam de nós aprofundamento, maiores cuidados, acurácias para análises técnicas e científicas têm nos levado a ver no País. Chamava-me a atenção – e aqui eu não quero politizar e não estou a fazê-lo absolutamente, sabem os que me conhecem que eu não me permitiria utilizar um momento de dor para a Nação brasileira para fazê-lo – a forma muito reduzida, extremamente restritiva...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... com a qual nós nos deparamos no processo de disputa eleitoral, dando soluções a uma situação que é muito mais delicada, extremamente controversa, que nos requer uma atenção especial, dedicada, que é a insegurança pública no nosso País. É o simplismo de dizer: "Vamos armar simplesmente a nossa população, porque, em armando-a, ela estará a salvo do banditismo". Não é assim. Nós somos sabedores de que não é assim. Esse problema envolve questões que vão desde a psique humana a outros tantos. Muitos se reservam a dizer que as questões sociais não estão envolvidas e estão, e eu corroboro a linha do Senador Dário.

O que eu me permito ver, Senadora Presidente, é que este tema estará na pauta do dia, sem desconhecer a sensível proposta que foi adotada pelo Partido de Trabalhadores de rever o decreto. Se os problemas, Senador Esperidião Amin, são de ordem psíquica, são de ordem social, como é que nós vamos nos permitir ajudar que eles possam ter a facilitação dada pelo Estado brasileiro, que tem, há muitos anos, assumido a sua incompetência e a sua falência no item de segurança pública, Senador Fabiano Contarato? Nós estamos ajudando! Eu não estou querendo dizer que, de outra forma, estaríamos a solucionar, mas nós estamos entregando!

Nós vamos saber se essas pessoas que vitimaram oito – já são dez mortos, oito vítimas, são oito que eu trato como vítimas, pois são dois que não podem assim ser tratados...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Quem sabe – encerrando, Sra. Presidente – se essas armas não estavam na posse de pais, de mães, permitindo-se às mãos desses que fizeram esse ato atroz.

Então, primeiro a minha consternação, a minha solidariedade – solidariedade colegiada –, mas a certeza de que esse tema precisa ser enfrentado por nós sem o simplismo, sem a forma simplória que desde o processo de disputa eleitoral se tem permitido no País.

Muito grato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço e peço desculpa em público, Senador Veneziano, porque V. Exa. foi o único que ficou sem falar, juntamente com o Senador Kajuru.

Eu vou fechar o painel, vou declarar e, em seguida, passo a palavra a V. Exa., Senador Kajuru.

Permitam-me apenas liberar esta votação.

Eu declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria que abra o painel para que possamos ter...

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram 16 Srs. Senadores: 10 favoráveis e 06 votos contrários.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Antes de passar a palavra ao autor da proposição, se me permite, até porque é de interesse de V. Exa., existe um projeto extrapauta, da pauta feminina, acredito que haja consenso, não é polêmico, para que possamos levar a Plenário ainda hoje, se for possível. Vou ler a ementa para que nós possamos... É não terminativo e houve uma solicitação de pedido extrapauta do Relator Senador Roberto Rocha.

Trata-se de projeto da Câmara. Portanto, se aprovado em Plenário hoje pode ir à sanção do Presidente da República.

EXTRAPAUTA



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, de 2018****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

Autoria: Deputado Rafael Motta**Relatoria:** Senador Roberto Rocha**Relatório:** Pela aprovação com quatro emendas

Eu concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha para proferir o relatório.

Se V. Exa. puder, Senador Roberto Rocha, ser sucinto, para que todos possam acompanhar, depois abrirmos para qualquer esclarecimento, uma vez que gostaríamos de levar esse projeto em regime de urgência ainda hoje para o Plenário.

Com a palavra o Relator.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para leitura de relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, muito breve.

Este projeto é autoexplicativo. Então, acho desnecessário a gente se estender, porque ele altera a Lei Maria da Penha, Senador Esperidião, apenas para poder responsabilizar o agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços prestados pelo SUS às vítimas de violência doméstica e familiar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Já não é uma regra geral?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não. Hoje, se usar, por exemplo, uma tornozeleira eletrônica, ele vai ter que pagar, com esse projeto. Se houver tratamento no SUS, o SUS é que paga, é o povo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é uma inovação, o caso da tornozeleira, mas uma inovação que o Senador Paulo Bauer já tinha proposto aqui. Agora, o ressarcimento ao Estado é uma regra geral, na minha opinião. Até se bater em poste. Se o sujeito bateu em poste e danificou o poste, tem que pagar o poste.

Em todo caso...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, Senador Amin... Eu relatei inclusive esse projeto do Senador Paulo Bauer da tornozeleira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Este é um específico, essa é uma novidade, realmente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É específico. O Estado realmente não entra com uma ação de regresso contra o agressor. O que o projeto prevê é que se deixe claro que em todo gasto que o Estado tiver com a mulher vítima de violência... Ainda ontem, aprovamos um nesse sentido em relação ao INSS, justamente porque não havia essa previsão, o Estado tinha de entrar com ação regressiva. Agora, vai se deixar claro na lei – desculpe a interferência, mas é da pauta feminina – que, se houver qualquer custo nesse sentido com esse equipamento, já haverá a garantia do Estado de que ele poderá ter esse ressarcimento. É mais uma garantia, mas, enfim, o debate está aberto a todos os colegas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – É isso mesmo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na minha opinião, é *bis in idem*, mas eu sou a favor. Só que eu acho que a matéria...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – *Quod abundat non nocet.*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Às vezes, *nocet*, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode concluir, Relator.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Eu acho que está suficientemente claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, continua em discussão a matéria.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só quero dizer que, para a alegria nossa, Presidente, nós estamos vendo alguns assuntos serem concluídos ou pelo menos aperfeiçoados no que tange a algumas responsabilidades públicas por toda essa sociedade violenta. A vítima, hoje, mais do que nunca, são as mulheres. E, muitas vezes, depois, marcadas pela sociedade por serem vítimas, ainda são acusadas por algum desvio de conduta. Se, hoje, estamos até incluindo responsabilidades, eu só quero dizer que se conclui hoje com essa votação.

Nós votamos ontem, Anastasia, no Plenário, no final da noite. Não é isso, Senador Elmano?

Eu o parabenizo, inclusive, pela pauta de hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais um dia em homenagem à mulher sempre me alegra, principalmente, porque sou do único Estado feminino do Brasil.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vitória não o é, não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu disse Estado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o Espírito Santo. Está certo! Estou boiando, estou boiando!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Santa Catarina!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah, Minas Gerais! Tudo bem! Sou a favor, totalmente a favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Estou pensando na minha Vitória.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

Confirmo que não se trata apenas do monitoramento eletrônico, mas de todo o ressarcimento ao SUS relacionado à prestação de serviços de saúde pública. É, portanto, o ressarcimento ao Fundo Nacional de Saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Como é um projeto não terminativo, eu o coloco em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sra. Presidente, eu solicito urgência, para a matéria ir para o Plenário ainda hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Agradeço a relatoria do Senador Roberto Rocha.

Agradeço também a compreensão dos nobres pares por terem colocado esse projeto extrapauta.

Coloco o requerimento de urgência do Senador Roberto Rocha em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 131, de 2018.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o regime de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estaremos enviando-o ao Presidente para pautá-lo em Plenário.

Nós não temos mais votação terminativa.

Os Srs. Senadores que tenham compromisso com outras Comissões sintam-se à vontade.

Nós passaremos apenas a mais dois itens para a leitura apenas. Não abriremos a discussão para não prejudicar os colegas que precisam se ausentar. Mas nós faremos a leitura dos relatórios referentes a dois itens, os itens 7 e 8.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sra. Presidente, permita-me falar pela ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Quero só não perder a oportunidade de agradecer ao Senador Fabiano pelo zelo que teve com o projeto de nossa autoria, relatado pelo Senador Anastasia. O Senador Anastasia melhorou o projeto, aperfeiçoou o projeto, e ficou claro, pelo menos para a maioria, que a redação que ele deu, nesse momento, era a mais adequada. E quero agradecer, portanto, a forma com que o Senador Fabiano participou desse debate, da construção desse projeto. Merece os nossos cumprimentos, tanto o meu, autor, quanto o do Relator, Senador Anastasia.

Quero dizer a V. Exa., ao Senador Anastasia e ao Senador Fabiano que o que me motivou, assim que cheguei a esta Casa, a apresentar esse projeto foi que tive a iniciativa de apresentar um projeto que dobra a *per capita* da merenda escolar para os Municípios de extrema pobreza no Brasil. Senador Fabiano, há 450 Municípios no Brasil em condição de extrema pobreza. Para esses Municípios, não é uma merenda, não é uma alimentação, é a alimentação do dia. Ora, se a gente vai dobrar – o que já acontece com escolas quilombolas e indígenas – para esses Municípios, se a gente vai aumentar, dobrando o valor, a gente também tem que aumentar a responsabilidade de quem vai administrar esses valores. Foi por isso que nós fizemos, concomitantemente, a apresentação deste projeto que é aprovado hoje aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço e parabeno V. Exa. pelo projeto e pela relatoria, Senador Roberto Rocha.

Item 7 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2018. É terminativo; apenas para leitura do relatório.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2018****- Terminativo -**

Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis.

Autoria: Senador Pedro Chaves**Relatoria:** Senador Lasier Martins**Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.**Observações:***- Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório. Lembro que V. Exa. tem mais outro relatório ainda hoje, Sr. Relator. Tem a palavra V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para leitura de relatório.)
– O.k., Presidente.

Eu vou me cingir à análise, mas antes, no relatório, quero destacar um artigo muito importante que diz respeito aos direitos do paciente nas relações com profissionais de serviços de saúde, entre eles: atendimento acolhedor e sem discriminação por profissional habilitado; esclarecimentos sobre sua condição de saúde, diagnóstico e tratamento; prescrições médicas legíveis; informação de o tratamento ser experimental, se for o caso; liberdade de consulta a outros profissionais para opinião diversa; confidencialidade das informações de seu estado de saúde; cuidados paliativos para alívio de sofrimento, ainda que sem perspectiva de cura; recebimento de pessoas não diretamente envolvidas na assistência à sua saúde; privacidade e intimidade durante o tratamento, preservadas após eventual falecimento; gravação de vídeo dos procedimentos cirúrgicos; e comunicação com pessoas não pertencentes ao serviço de saúde, especialmente cônjuge e familiares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um item importante do relatório.

Com relação aos aspectos formais, de constitucionalidade, regimentalidade e legalidade, não há qualquer reparo.

Com relação à análise, quero destacar que, no mérito, o projeto merece aprovação. Hoje vigora no Sistema Único de Saúde (SUS) a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820 de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, conhecida como Carta dos Direitos do Paciente, a qual regula a relação entre usuários, serviços e profissionais de saúde, com base nas especificidades técnicas do SUS. Não obstante, entendemos ser apropriada e necessária a aprovação de uma norma de nível legal que disponha sobre os direitos dos pacientes nos serviços de saúde, para aumentar a segurança jurídica e a qualidade do atendimento, além de prover maior proteção às partes hipossuficientes e garantir a previsibilidade da relação jurídica entre pacientes, serviços e profissionais de saúde.

A alteração do Código Penal é importante para resguardar o profissional de saúde contra punições por omissão em casos de recusa de tratamento pelo paciente. O respeito à manifestação do paciente consagra o princípio da autonomia da vontade, inclusive nessa delicada fase da vida, consagrando a liberdade individual e aperfeiçoando nosso modelo de assistência à saúde. Por sua vez, a tipificação como infração da reutilização de produtos de saúde classificados como não reutilizáveis aprimora a Lei nº 6.437, de 1977, e também merece elogios.

Entendemos cabíveis, contudo, alguns aperfeiçoamentos. O projeto não inclui entre os direitos do paciente o de recusar tratamento ou procedimento de saúde, embora altere o Código Penal para descaracterizar como omissão penalmente relevante a falta de tratamento por recusa do paciente. Para preencher essa lacuna, sugerimos emendas destinadas a: i) explicitar o direito de o paciente recusar tratamento ou procedimento diagnóstico ou terapêutico que lhe seja prescrito, após ter recebido todos os esclarecimentos necessários, inclusive quanto aos riscos decorrentes da recusa; e ii) esclarecer que o exercício desse direito ocorrerá mediante o preenchimento de documento de recusa informada, com a expressa manifestação da vontade do paciente ou de seu representante.

Propomos, entretanto, que não será aceita a manifestação de recusa nas seguintes situações: i) quando houver risco para a saúde pública, nos casos de recusa de tratamento ou procedimento essencial para o controle de doenças ou agravos coletivos à saúde; e ii) quando a manifestação feita pelo representante recusar tratamento ou procedimento capaz de salvar a vida do paciente que esteja civilmente incapaz e sob risco iminente de morte.

Além disso, entendemos que a previsão do direito de gravação de vídeo de procedimentos cirúrgicos pode não ser efetiva, uma vez que a qualidade e o nível de detalhamento das imagens de equipamentos de filmagem comuns não são suficientes para esclarecer os detalhes dos procedimentos cirúrgicos, ao contrário do que ocorre, por exemplo, em cirurgias feitas sob videolaparoscopia, em que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

se introduz no corpo do paciente uma minicâmera que gera imagens de resolução até 40 vezes superior à comum.

Vale dizer ainda que a operacionalização de equipamentos de filmagem em centros cirúrgicos de hospitais públicos seria um custo bastante oneroso para o Estado, sobrecarregando ainda mais as já combalidas contas do SUS. Nesse sentido, inclusive, não há estimativa de impacto orçamentário e financeiro da implantação da medida, o que contraria o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Por tais razões, propomos prever a entrega do vídeo ao paciente apenas quando sua produção já for prevista, em função da natureza do procedimento, como ocorre com a videolaparoscopia.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 7 de 2018 e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº 1 CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 7 de 2018:

"Art. 2º

.....
XIII é direito de receber os vídeos e áudios que tenham registrado os exames e procedimentos ambulatoriais ou cirúrgicos realizados, quando tais procedimentos, por sua natureza, utilizarem tais gravações;
.....

XV – direito de recusar tratamento ou procedimento diagnóstico ou terapêutico que lhe seja prescrito, após ter recebido todos os esclarecimentos necessários, inclusive os previstos nos incisos II, III e VI, bem como os referentes aos riscos decorrentes da recusa.
.....

§5º O exercício do direito previsto no inciso XV dependerá do preenchimento de documento de recusa informada, com expressa manifestação de vontade do paciente ou de seu representante definido na forma do art. 3º.

§6º Poderá ser rejeitado o documento de recusa informada de que trata o §5º quando:

I é o paciente ou seu representante recusar tratamento ou procedimento essencial para o controle de doenças ou agravos coletivos à saúde que acarretem risco para a saúde pública;
II é o representante recusar tratamento ou procedimento capaz de salvar a vida do paciente civilmente incapaz e sob risco iminente de morte."

Este é o relatório do projeto do Senador Pedro Chaves, Projeto de Lei nº 7, de 2018.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Lasier.

Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação para a próxima reunião.

Item 8 da pauta, também terminativo, apenas para leitura do parecer.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o acompanhamento presencial por membro do Ministério Público da execução de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1, com duas emendas que apresenta

Observações:

- Em 27/02/2019, foi apresentada a emenda nº 1 de autoria do Senador Oriovisto Guimarães;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores.

Sra. Presidente, como o relatório é um pouco longo, permita-me fazer aqui um breve sumário, porque o projeto é relativamente singelo.

O eminente Senador Paulo Rocha apresentou um projeto cujo conteúdo determina que o Ministério Público será intimado para comparecer pessoalmente à execução dos mandados judiciais de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remoção de famílias. O objetivo, naturalmente, salutar e adequado, é que a presença do Ministério Público promova, na base sempre do entendimento, da cordialidade, da concórdia, evitar muitos conflitos que ocorrem nessas remoções.

Todavia, com o objetivo de aprimorar o projeto, nós verificamos a necessidade de sua alteração. Em primeiro lugar, para excluir a figura do despejo que decorre de natureza contratual e, portanto, não tem nenhuma relação com o que pretendia o autor, porque o despejo é um contrato, o resultado do não pagamento de um aluguel. Então, imagine um promotor presente em toda ação de despejo seria fora da realidade. Por outro lado: "medida judicial que importe em remoção de famílias" também nós excluimos, porque fica muito genérico, e restringimos o tema, pela sua relevância, à "manutenção e reintegração de posse", porque, de fato, é aquele objetivo principal.

Nesse meio tempo, há necessidade de modificar a citação do artigo do CPC, não o 178, mas o 562, que trata também das ações de natureza possessória.

Recebemos, nesse período, a emenda do eminente Senador Oriovisto, que está aqui ao meu lado, com dois propósitos: primeiro, declarar que não seria obrigatória a presença do Ministério Público; segundo, acrescentar um parágrafo pelo qual nós não teríamos, na sua ausência, a inviabilidade de execução desse despejo.

Está chegando também o nosso autor, eminente Senador Paulo Rocha.

Desse modo, nós acolhemos, Sra. Presidente, parcialmente a emenda do Senador Oriovisto para manter, evidentemente, a obrigatoriedade da intimação e que o Ministério Público, portanto, estará intimado a comparecer. Mas se, porventura, ele não quiser comparecer, isso não obstará a ação possessória, a execução da ordem judicial. Parece-me que é uma posição intermediária adequada, porque, ao mesmo tempo, garantimos a presença do Ministério Público, uma vez intimado e, portanto, obrigado a comparecer, mas se não vier naquele momento, a medida será adiada até a presença do Ministério Público, a não ser que ele não comparece por algum problema.

Portanto, eminente Presidente, esse é o relatório que será discutido oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lido o relatório, eu não vou colocar em discussão. Se V. Exa. quiser aproveitar, se houver alguma emenda, há tempo hábil para a semana que vem. Eu nem vou abrir a discussão justamente para que todos os colegas possam colaborar, mas fica a critério de V. Exa. se quiser apresentar alguma...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não queria discutir, naturalmente, haverá a oportunidade de vir aqui. O diálogo é exatamente com os dois que estão aqui: o Senador...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Prof. Oriovisto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que fez a emenda, e o Relator acatou... Eu, na oportunidade de discutir, virei fazer essa discussão, sem prejuízo do encaminhamento que a senhora deu.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, nós só estamos lendo o relatório...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não quero prejudicar o encaminhamento que a senhora deu, só quero oportunamente dialogar com ele sobre essa questão do...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nem vamos prejudicar o posicionamento de V. Exa. Não vamos nem abrir a discussão justamente para que V. Exa., se precisar, possa inclusive apresentar alguma melhoria ao projeto.

Então, lido o relatório, ficam tanto a discussão quanto a votação adiadas para a semana que vem.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 2018****- Terminativo -**

Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Votação nominal

Eu pediria ao Senador Lasier também a objetividade, se for possível. Esse projeto, vamos fazer questão de, na semana que vem, eu e Senadora Rose, levarmos adiante para votarmos em Plenário, porque é da pauta feminina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos discutir semana que vem, ele só vai ler o relatório, mas vamos pedir urgência semana que vem para o Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Melhor ainda, terminativo semana que vem.

Regula, portanto, a realização – repetindo – de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público.

Com a palavra o Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para leitura de relatório.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou ler apenas um artigo do projeto e, depois, a análise, que tem uma lauda.

Eu acho importante destacar que o projeto procura garantir à gestante inscrita em concurso público o direito à realização das provas de aptidão física em data diversa da prevista, independentemente do disposto em edital e da data de início da gravidez, bem como da condição física e clínica da candidata, da natureza e do grau de esforço do exame físico e do local de realização dos testes. Esse é um artigo importante do projeto.

Bom, com relação à análise, nenhuma objeção à constitucionalidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o projeto merece aprovação. Há de se reconhecer a necessidade de garantia de isonomia entre os candidatos e da igualdade material a ser dispensada às mulheres gestantes, não sendo lícito que elas ou suas crianças sejam prejudicadas nas seleções públicas, seja por acarretar a eliminação da candidata da disputa, seja por colocar em risco a saúde do bebê em gestação, em razão de esforço físico durante a gravidez, caso a mãe decida por realizar a prova para não perder a possibilidade de nomeação no cargo público.

Vale ressaltar que, em novembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral do recurso extraordinário número tal, para afastar a aplicação do entendimento firmado nesse recurso extraordinário, de não haver direito constitucional à remarcação de provas em razão de circunstâncias pessoais dos candidatos. A discussão ora em curso é de que tal entendimento não será aplicável à candidata gestante, em função do direito à igualdade, à dignidade humana e à liberdade reprodutiva, bem como em razão dos princípios da impessoalidade e da eficiência nos concursos públicos. Nas palavras do Relator, Ministro Luiz Fux.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos cabíveis, todavia, alguns aperfeiçoamentos ao projeto.

Em alguns casos, já existem leis específicas que garantem que a candidata grávida não será prejudicada no concurso público, com prazos maiores de adiamento do exame físico, como ocorre nos certames de ingresso às carreiras da Marinha do Brasil, em que se prevê que a gestante ou a mãe com filho de até seis meses tem direito ao adiamento do exame de aptidão física por um ano após o término da gravidez, regramento que se coaduna, inclusive, com a periodicidade anual dos cursos de formação para o ingresso às carreiras militares.

Nesse sentido, propomos a previsão de que os prazos do projeto em tela para o adiamento do teste físico não se aplicarão aos concursos públicos que, por lei específica, já concedam prazo maior para remarcação do exame para a candidata gestante.

Outro ponto que merece melhor reflexão é a regra de que a candidata gestante poderá realizar, sob sua própria responsabilidade, os testes de aptidão física nos locais e datas fixadas no edital do concurso público. Essa previsão, além de ocasionar riscos à gestante ou ao seu bebê, com a realização da prova física em condições não ideais, com a possibilidade de prejuízos irreparáveis à mulher e ao filho, pode gerar para a banca examinadora eventual atribuição de responsabilidade por testes realizados sem a adequada supervisão da equipe própria. Por isso, sugerimos a supressão desse comando normativo, o que de modo algum prejudicará a essência da proposição.

No mais, o projeto é de todo meritório e consagra o direito à igualdade da mulher, a proteção da maternidade e a isonomia nos concursos públicos, razão pela qual merece a aprovação de todos os pares.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto e, no mérito, pela sua aprovação, com uma emenda a seguir.

EMENDA Nº 2 CCJ

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 83 de 2018:

"Art. 3º

Parágrafo único. Os prazos do *caput* não se aplicam aos concursos públicos que, por lei específica, já concedam à candidata prazos maiores para a remarcação do teste de aptidão física."

É o relatório, Sra. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Lasier. Parabéns pela relatoria e pela emenda, mais do que justificável, meritória.

Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria para a semana que vem.

O último item da pauta é o item 10.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, de 2015****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas de redação que apresenta

Observações:

- Votação nominal

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sra. Presidente, este projeto de autoria de V. Exa. é extremamente bem-vindo. E me permita também fazer aqui um resumo de nosso parecer, tendo em vista a sua extensão.

Eu queria reiterar aqui o seu objetivo, que é exatamente permitir que aquele imóvel que seja retomado em alienação onerosa pela instituição oficial federal de crédito deverá ser oferecido, como preferência, ao seu ocupante, seja o mutuário, seja aquele que está lá como locatário ou mesmo um familiar, através do pagamento de uma prestação mensal. É um projeto, portanto, de altíssimo alcance social e muito bem colocado por V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse ponto, o nosso parecer é no sentido da sua juridicidade, da sua legalidade e da competência da União. Não foram apresentadas emendas e ele está formalmente perfeito.

Todavia, em razão que sobreveio à apresentação do projeto de V. Exa. a nova Lei das Estatais, que é de junho de 2016, posterior à apresentação do projeto.

Portanto, ao aprovar o projeto, o nosso voto, que é totalmente favorável ao PLS 582, de 2015, nós sugerimos duas emendas de redação tão somente para reposicionar na nova Lei das Estatais o dispositivo e também modificando a ementa do projeto.

Desse modo, este projeto, eminente Senadora Rose, de autoria da Senadora Simone, é muito meritório socialmente, porque permite, como eu disse, que as instituições de crédito, ao retomarem o imóvel em caso de inadimplência, deverão, no leilão da sua alienação onerosa, oferecê-lo preferencialmente a quem esteja ocupando aquele imóvel, seja o próprio mutuário inadimplente ou aquele outro que esteja ali formalmente ocupando.

Portanto, o parecer, Sra. Presidente, é favorável, com as duas emendas de redação que faço, para inseri-las na Lei das Estatais.

É esse o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Anastasia. Obrigada por ter aceitado a relatoria. Este projeto é desde 2015.

Lembrando, apenas para tranquilizar quem está nos assistindo, depois os colegas, que nós estamos falando de imóveis correspondentes a 10% do valor de imóveis financiados pelos bancos públicos, enfim, pela Caixa Econômica. Portanto, nós estamos falando de imóveis de até R\$150 mil, que, ao irem a leilão... Claro, nós estamos falando de inquilinos, de proprietários ou de mutuários de baixa renda. Ele não só teria direito de preferência, mas também teria que pagar um valor modesto de 0,4%, que daria algo em torno de, no máximo, acredito, R\$200, R\$300 por mês, utilizados, de inadimplência. Portanto, é um projeto que nós fizemos, único e exclusivamente, com o intuito de beneficiar essa população, essa família, que não teria para onde ir se, no leilão, perdesse a oportunidade de adquirir esse imóvel.

Lido o relatório, ficam a discussão e a votação adiadas para a próxima reunião.

Agradeço aqui a companhia da Senadora Rose de Freitas, agradeço, mais uma vez, ao Senador Anastasia e dou por encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Dário Berger**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Styvenson Valentim, Fernando Collor, Angelo Coronel e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 1, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Requerimento. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 2, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para tratar sobre a Política de Inovação da Educação Conectada, objetivando ampliar o apoio das escolas na obtenção de acesso à internet de banda larga e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do Requerimento. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 4, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, inciso III, e 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, seja convocado a comparecer a esta Comissão, no dia 26/02/2019, às 11h30, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Requerimento. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a Reunião, o Senador Dário Berger alterou a convocação para convite ao Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta, em Audiência Pública nesta Comissão. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 6, de 2019** que: "Requeiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do disposto no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, no dia 12/03/2019, às 11h30, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Requeiro, adicionalmente, a retirada do Requerimento nº 3, de 2019 - CE." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Requerimento. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/19>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico a V. Exas. o recebimento do Aviso nº 17, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria destinada a avaliar a regularidade da aplicação da Lei nº 9.615, de 1998 (Lei Pelé), alterada pela Lei nº 10.264, de 2001 (Lei Piva).

Então, a auditoria foi realizada para avaliar a regularidade da aplicação da lei.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

Fica consignado o prazo de 15 dias, aproximadamente, para a manifestação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, a fim de que a matéria seja analisada posteriormente por este Colegiado.

Informo, ainda, que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 4.

ITEM 1**REQUERIMENTO Nº 1, de 2019**

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Autoria: Senadora Leila Barros.

A nossa prezada Senadora Leila Barros inaugura os nossos trabalhos. Passo, então, a palavra a V. Exa. para fazer a leitura do requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Dario Berger.

Amigos Senadores e Senadoras, faço a justificação desse requerimento.

O esporte é historicamente reconhecido como parte importante na formação integral do ser humano, quer em questões relacionadas com a saúde, quer no desenvolvimento de valores fundamentais para a cidadania, como o respeito às regras e o patriotismo, quer pelo desenvolvimento de habilidades valorizadas no mundo do trabalho, como o espírito de equipe, o esforço e a superação, ou mesmo na condição de vetor econômico, promovendo os setores de serviço, turismo e entretenimento.

Motivos não faltam, portanto, para a constituição de uma subcomissão com vistas a acompanhar, de forma permanente, a situação do esporte no País, identificando problemas e apresentando soluções, atentando ainda para a importância da educação física no processo educacional brasileiro, bem como para o funcionamento das categorias de base no esporte nacional.

Eventos recentes relacionados ao esporte no País reforçam essa necessidade, como a extinção do Ministério do Esporte, o que torna ainda mais essencial o acompanhamento mais atento da política do esporte no País, principalmente as ações relacionadas com a educação.

É fundamental também refletir e debater a importância da educação física no processo pedagógico educacional e o incentivo às práticas esportivas como ações de promoção de cidadania e de saúde.

Além disso, o recente caso do Centro de Treinamento do Flamengo, que tragicamente vitimou dez crianças, demonstra de forma inequívoca a necessidade de fiscalização das categorias de base do futebol e de todas as demais modalidades esportivas no País, pelas autoridades responsáveis, mas, também, pelo Congresso Nacional.

Por fim, merece acompanhamento e análise, por esta Casa, o legado de vários eventos esportivos internacionais ocorridos no País e a importância intrínseca do tema para a educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste contexto de proteção à infância, à educação e à Política Nacional do Esporte, acreditamos oportuna e relevante a constituição de uma subcomissão permanente no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos propostos no presente requerimento.

Peço ao senhor, Sr. Presidente, e aos pares aqui presentes, que vejam isso com muito carinho. Hoje, estou aqui na condição de Senadora, mas fui atleta e tenho muito orgulho dessa condição porque não existe ex-advogado nem ex-médico e não me considero uma ex-atleta; uma vez atleta sempre atleta, e sei dos valores que o esporte trouxe para minha formação e sei o quanto ele pode impactar na vida de um jovem, de uma criança no nosso País. Falei outras vezes, tive oportunidade, na nossa primeira reunião, de externar o quanto o esporte, agregado, claro, à nossa força maior que é a educação, o quanto ele é transformador, o quanto o esporte e a cultura, com a educação principalmente, podem ser transformadores.

Nós precisamos rever, de forma efetiva, sem grandes paixões, mas com pragmatismo, a política e como nós estamos trabalhando essa política do esporte, da cultura com a educação para os nossos jovens e as nossas crianças no nosso País. Então, eu peço para a gente instituir essa subcomissão, onde tenho certeza de que vamos fazer um belo trabalho, nós vamos dar uma grande resposta para os jovens, para as nossas crianças e também para os nossos idosos, que citamos aqui porque, na questão do esporte, nós também estamos tratando de uma questão importantíssima, que é a questão da saúde pública em nosso País, e sabemos que o esporte também impacta nas questões de saúde pública do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O requerimento encontra-se em discussão.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero também reforçar e apoiar essa iniciativa da Senadora Leila, até porque, com a separação do Ministério... Nós tínhamos o Ministério do Esporte e agora, a junção com o da educação, e eu acho que é superimportante não só a criação da subcomissão de esporte como também de cultura. Eu acho que são três assuntos em que precisamos...

Eu achei ótima essa junção porque não se faz educação de qualidade sem esporte e sem cultura, mas faz parte do sistema. Infelizmente no nosso País, até pouco tempo – espero que mude agora –, cada ministério era como se fosse um governo diferente, cada um com uma política totalmente não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrada. Então, acho que é importante a formação dessa subcomissão e, posteriormente, se não tiver já o requerimento, vou fazer também um pedido da criação da subcomissão de cultura.

Mas, Sr. Presidente, como eu tenho um compromisso agora aqui com o Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa., porque os demais também são meritórios, como o do nosso Senador Confúcio, que também pretende fazer uma audiência pública meritória, importante. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Inovação e acho superimportante esse assunto.

Há dois requerimentos de V. Exa., um de convocação e um de convite. Eu pediria a V. Exa... Houve realmente um equívoco, eu tive informação sobre essa questão do Ministério da Educação, porque na terça-feira, coincidentemente neste mesmo horário, há a reunião dos ministros com o Presidente, e acho que houve um mal-entendido. Tenho certeza de que o próprio Ministro vai ligar para V. Exa., mas eu faria um pedido para que V. Exa. transformasse essa convocação em convite, para que a gente pudesse aprovar os dois requerimentos de convite, tanto ao da educação, quanto ao nosso Ministro Osmar Terra.

Então eu apoio completamente todos os itens da pauta, mas só com esse apelo a V. Exa., que é o autor também desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Encontra-se inscrito ainda para discutir o requerimento o Senador Confúcio, de maneira que só para esclarecer ao Senador Izalci, eu na verdade tomei o cuidado de propor dois tipos de requerimento ao Ministro: um de convite e outro de convocação, porque as informações preliminares que nos chegaram eram de que o Ministro não poderia comparecer na data tal que nós sugerimos, sem nenhuma justificativa naquele momento. Então eu tomei a iniciativa de propor dois requerimentos. Claro que retiraria. Nos quatro anos que aqui passei, não me lembro de ter participado de uma convocação, seja lá de quem for, muito menos de ministro. Os ministros em princípio são solícitos e têm até prazer de vir aqui expor o seu projeto de governo, o seu plano de trabalho e discutir com os Senadores da Comissão, de maneira que não passa pela minha cabeça...

Eu, quando cheguei aqui, rapidamente recebi um assessor do Ministro, que disse que o Ministro estará à disposição na data tal qual nós estamos solicitando, e é evidente que nessas condições, não passa pela cabeça de nenhum de nós convocar o Ministro ao invés de convidá-lo.

Então, de antemão já fica suprimida a convocação, será pelo convite, e certamente nós vamos ter a presença do Ministro aqui na data tal qual combinada, que é no dia 26 agora, de fevereiro.

E ato contínuo, concedo a palavra ao eminente Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou discutir a proposição da Senadora Leila, aqui do Distrito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, sobre a criação de uma subcomissão para estudos e aprofundamento do esporte vinculado à educação.

Em princípio sou favorável a essa ideia, mas dentro do conhecimento que temos do serviço público, nós sabemos que as criações das subcomissões, se nós não aprofundarmos de uma maneira veemente, para a inclusão desses recursos no PPA, que começaremos a discutir em breve... Temos que debater profundamente isso. Mais tarde, no mês de setembro, um pouquinho mais, um pouquinho menos, já na Lei Orçamentária, na LDO, que sai agora mais recente, e ao final, garantir na Comissão Mista de Orçamento, com os companheiros que estiverem lá, um discurso muito forte para garantir recursos para essa descentralização.

Pode ser modelar, por Estados ou para o Distrito Federal, para que isso se irradie. Não dá para a gente fazer um projeto dessa natureza global do País, de uma vez só. Teremos que ir modelando num prazo, por exemplo, que a nossa Senadora deve criar e propor. Em quantos anos a ilustre Senadora deseja implantar de fato o esporte em suas inúmeras variáveis nas escolas ou nos Municípios? Como é que ela vai atacar? E deixar isso muito claro para a gente garantir o recurso.

E além disso, além da criação, nós teremos que fazer algumas audiências de corpo presente com o Ministro, no sentido do convencimento, com o Presidente da República, para fazer o convencimento, para que as coisas aconteçam e mais tarde o lindo projeto, a que eu sou favorável, seja sustentável no decorrer do tempo.

É preciso que a sociedade assimile o princípio, a filosofia do pensamento dessa ilustre atleta, inesquecível para o povo brasileiro. Esse pensamento dela, que é muito forte, pela sua origem, pela sua luta, que ela consiga que a sociedade incorpore esse princípio, que não seja só deste momento, deste governo. A gente vai embora, a ideia morre, e tudo se acaba. É fundamental que seja uma construção sustentável, tal qual em países pequenos do mundo, por exemplo, Cuba, cujas atletas ela conhece muito bem. Ali se incorporou o esporte como vida do país, como a marca do país. O esporte amplo, diverso. E é um país pobre. Como a Croácia, agora, recentemente, na Copa do Mundo última, demonstrou uma garra, um brilho, uma beleza, uma estampa fantástica, inclusive mostrando o seu país tão pequeno para o mundo. Todo mundo hoje que quiser conhecer a Europa ou outros lados quer visitar a Croácia, por causa daqueles jogadores, que promoveram a imagem.

E o atleta é de todo um patriota, um patriota inacreditável, porque quando a Leila jogava voleibol, quando ela ganhava o jogo, ela vestia, mostrava a bandeira do Brasil. Ela mostrava a bandeira do Brasil com orgulho. Falava: "Eu pertenço a este País. Eu pertenço a este País." E mostrava na televisão para todo mundo conhecer. Isso é glorioso. Ayrton Senna ganhava uma competição, na última volta ele levantava a bandeira do Brasil. O menino do tênis, o Guga, fazia a mesma coisa. Mostrava a bandeira do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Nós precisamos levantar a bandeira do Brasil em tudo que é canto. E nada é mais publicitário e *marketing* positivo e quase gratuito para o Brasil que o atleta. O atleta é um patriota inacreditável.

Então, as minhas palavras são essas, para apoiar essa iniciativa, mas construída numa base sólida passo a passo, com estratégia de ação. E a ilustre Senadora pode contar comigo para palmilhar essa imensa luta e o seu sonho, que é o meu sonho também.

Eu apoio o projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero também externar o apoio integral ao projeto, muito importante para a saúde, para a educação, para a parte social, para a segurança, para tudo na vida, o esporte e a cultura, teatro, dança, música. É algo, assim, de que as crianças, adolescentes, jovens gostam e participam.

Eu entendo as preocupações, também, do Senador Confúcio, pensando no esporte mesmo, o esporte em todas as suas dimensões. Por isso não dá para escrever tudo, mas é esporte escolar, comunitário, olímpico, paraolímpico, a formação dos profissionais desta área, a formação de categorias de base para o desenvolvimento do esporte em todos os seus aspectos.

Então, eu quero dizer que é muito importante, e ter sido proposto pela Senadora Leila é fundamental, porque ela, como foi dito, é uma referência. E eu queria, já, habilitar-me para fazer parte da subcomissão e ajudar você e os demais Senadores para termos uma política, como foi ressaltado, boa, permanente e que dê o embasamento para o futuro.

Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato, da Rede, do Espírito Santo.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Muito obrigado pela oportunidade. Muito obrigado. Quero saudar a todos pela oportunidade de estar me manifestando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer um requerimento extrapauta para provocar uma audiência pública, porque eu acho que é um dos pontos que mais me incomodam como cidadão dentro do Ministério da Educação e Cultura. Falo com relação ao Enem.

Nós sabemos que a educação pública é um direito de todos, mas é dever do Estado, e hoje, infelizmente, a educação pública está falida, está longe da realidade dentro daquilo que o próprio MEC exige. Basta você se submeter... Eu falo isso com conhecimento de causa, porque eu fiz esse teste. O aluno que vem de escola pública, para ele se submeter ao teste do Enem é quase impossível, porque a concorrência é totalmente desleal. As vagas estão sendo ocupadas pelas grandes escolas, ensino particular, de tempo integral, saindo da real finalidade do que determina o art. 6º da Constituição Federal, quando diz que tanto a saúde como a educação é direito de todos, mas dever do Estado.

Então, esse é o requerimento que eu faço para audiência pública. Eu vou apresentar oportunamente a indicação para que sejam convocados o Ministro da Educação, os técnicos, um representante do Inep, bem como as pessoas que formulam o Enem, porque é totalmente fora da realidade. E digo mais: se não for o sistema de cotas, a classe baixa, pobre, jamais alcançará, naquilo que é devido a ela, se posicionar, como um filho de um pedreiro cujo sonho seja entrar no curso de Medicina numa Universidade Federal, e vai ser quase impossível, porque essas vagas são concorridas entre os grandes cursinhos, tempo integral, violando este direito constitucional que está neste artigo desde 1988, com a Constituição de 5 de outubro de 1988.

Então, eu acho que passou da hora de provocar a queda de máscaras das instituições que compõem o Estado, dentre elas a do próprio Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Cumprimento V. Exa.

Eu só quero solicitar aos nobres Senadores e à Senadora Leila que nós possamos deliberar primeiro os requerimentos em pauta e, depois, nós discutiremos os extrapauta.

Eu só queria acrescentar que, na verdade, a nossa responsabilidade aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte não é pequena, todos nós sabemos. Talvez essa seja a Comissão mais importante do Congresso Nacional, e especialmente do Senado Federal, porque aqui nós estamos tratando da formação de um Brasil do futuro e, quanto mais preparados estiverem os nossos jovens e as nossas crianças, a esperança é muito mais viva e promissora de termos um Brasil melhor.

Lamentavelmente, só contribuindo com a sua preocupação, Senador Fabiano, existe uma inversão de valores na educação pública brasileira. No ensino infantil, no ensino fundamental, na pré-escola, as crianças pobres estudam em colégios públicos e as mais ricas, em colégios particulares. Quando vão para a universidade, essa questão se inverte, quer dizer, aqueles que se prepararam melhor nas escolas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particulares nos ensinos médio e fundamental vão para as universidades públicas, enquanto que os mais pobres, que estudaram em escolas públicas, necessariamente têm que ir para a universidade privada. E aí, nós temos uma grande preocupação aqui de verificar as questões do financiamento, da entrada, do acesso desses jovens, etc. e tal, porque me parece que, se não me engano, em Santa Catarina, apenas 12% ou 13% dos jovens que entram na escola terminam o ensino superior. E olha que em Santa Catarina, Florianópolis, eles ranqueiam o desempenho da educação básica e fundamental do País. O ensino médio deu uma caída ultimamente, mas o ensino fundamental é bastante destacado em Santa Catarina e, sobretudo, na capital, Florianópolis.

Bem, só acrescentando e querendo colaborar, e não querendo ser enfadonho, eu concedo a palavra ao Senador Marcos do Val, do PPS, do Espírito Santo também. O Espírito Santo está em maioria hoje, aqui, na nossa bancada.

Então, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Dou aqui os parabéns para a Leila, por essa iniciativa dessa montagem dessa subcomissão, tem meu apoio.

Muita gente não sabe, mas eu também vim do esporte. Inclusive, eu estou aqui porque o início da minha carreira foi no esporte e sei da importância dessa subcomissão até para as questões voltadas à segurança pública. Dar ao jovem uma esperança, dar um norte, o esporte consegue isso com louvor.

Também dou os parabéns ao Presidente pela iniciativa de fazer a convocação do Ministro da Educação. Acho que é importante.

Digo para Leila também que estou à disposição dessa subcomissão como voluntário. Podem contar comigo.

Contarato, nessas questões do Enem, também concordo com você e pode contar comigo para o que for necessário.

Então, desejo um início de Comissão de muito sucesso para a gente; como o senhor falou como Presidente, esta é uma das mais importantes porque aqui a gente vai lidar com o futuro do nosso País. Como eu sempre tenho dito, eu tenho uma filha de 13 anos, preciso deixar para ela e para as próximas gerações um Brasil melhor e espero nesta Comissão contribuir com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Pelo que percebo, posso encerrar as discussões e colocar em votação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só quero reforçar o requerimento do Senador Izalci com relação à Subcomissão de Cultura porque entendemos também a força da cultura. Como eu falei, esse tripé eu acho importantíssimo: a questão da educação, mais o esporte e a cultura na questão social, no desenvolvimento, ajudando os nossos jovens na questão da inclusão. Como o do Val falou, quem trabalha no terceiro setor – e eu tive a oportunidade de trabalhar no terceiro setor –, nas questões sociais, nós sabemos o tanto que o esporte junto com a cultura reforçam esse trabalho.

Então, peço ao senhor encarecidamente que pense com muito carinho nesse requerimento do Senador Izalci com relação ao requerimento da subcomissão de cultura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos aguardar, então, o requerimento do Senador Izalci, e certamente o deliberaremos na próxima reunião da Comissão.

Não havendo, então, mais Parlamentares inscritos para a discussão, submeto à votação o requerimento da Senadora Leila.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento, que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento vai para a Comissão para as devidas providências.

Requerimento nº 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para tratar sobre a Política de Inovação da Educação Conectada, objetivando ampliar o apoio das escolas na obtenção de acesso à internet de banda larga e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Autoria: Senador Confúcio Moura.

Passo a palavra, então, ao Senador Confúcio Moura, para que faça a defesa e a leitura do requerimento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – No meu requerimento, eu solicito o trabalho da Comissão para que a gente possa instalar uma audiência pública aqui, na Comissão de Educação, para analisar um projeto de lei que já tramitou na Câmara dos Deputados e chegará aqui em poucos dias sobre sistema de tecnologia, educação conectada e apoio às escolas com a internet de banda larga para fomentar o uso pedagógico da internet.

Sr. Presidente, eu sou muito entusiasta e entusiasmado com esse mundo digital. Nós vivemos hoje na quarta revolução industrial, e a quarta revolução industrial significa a revolução digital, a robótica, a informática do conhecimento e das tecnologias. Esse é o mundo.

Um educador português, criador da Escola da Ponte, em Lisboa, analisando a situação brasileira, estudando, falou o seguinte: a escola, o prédio, a sala de aula brasileira é do século XIX, isto é: um quadro-negro, um giz e um enfileirado de carteiras uma atrás da outra, onde o aluno tem que ficar caladinho, um atrás do outro, sem se mexer, durante uma hora; vem outra aula, vem outra aula, vem outra aula. Então, é um modelo: se tirar uma fotografia de uma escola do século XIX, época do Império, e hoje, a diferença é muito pequena. O nosso professor é do século XX, sabe dar aula, dão no mesmo modelo, mas poucos têm o manuseio tecnológico. E o nosso aluno é do século XXI. Então, como é que combina a escola do século XIX, o professor do século XX e o aluno do século XXI? Não dá certo.

Nós temos que misturar as três coisas, mudar a maneira de ser e levarmos para as escolas brasileiras não uma sala de informática, como eventualmente e tradicionalmente acontece. Essa sala de informática das escolas públicas brasileiras têm uma grade de ferro na porta, um ou dois cadeados; os computadores são muito velhos, sem manutenção, os alunos entram lá por escalas, e, talvez em um mês, um dedilhe um teclado. Então, há uma abstração, e é uma coisa que realmente é inútil na impactação da escola moderna.

Não significa que na escola moderna o professor vá ser a internet, mas a internet vai ser uma complementação importante para a educação: aulas a distância; a velocidade da internet; baixar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos, filmes e instruções; o professor a distância poder mediar os deveres e analisar os conteúdos, muita coisa maravilhosa.

E tem mais um detalhe: aqui, na criação da Agência Nacional de Telecomunicações, na década do Governo Fernando Henrique, foi criado o fundo de investimentos em telecomunicações, para financiar justamente isso, isso no início dos anos 80, o chamado Fust, e esse fundo, eu, até quando acompanhei, devia ter R\$12 bilhões guardados. Hoje, se ele não foi mexido, porque nesses últimos três ou quatro anos eu não analisei mais, se estiver correndo como estava, deve estar hoje em torno de R\$28 bilhões a R\$30 bilhões em caixa. Esse fundo foi criado justamente com esse objetivo, e esse fundo hoje lastreia, respalda contas públicas de déficits de orçamento. Os governos não querem abrir o Fust, porque ele vem lastrear déficits. Ele está escondido numa maçaroca, num cipoal de arranha-gato das contas públicas. Nós precisamos destravar isso.

Esse meu requerimento tem, justamente, este objetivo de pegar o dinheiro que já existe, Sr. Presidente – o dinheiro já existe –, para a universalização da internet banda larga de alta velocidade à disposição das escolas. Ele já existe!

Então é isso que eu proponho nesse documento, antecipando a chegada do projeto aprovado pela Câmara, que está chegando aí nesses próximos dias. Vai chegar aqui na Comissão, e nós já estaremos com uma audiência pública convocando esses especialistas para debater este assunto.

É essa a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – S. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem!

Muito bem dito, Senador Confúcio.

Senador Nelsinho Trad, eu ofereço a palavra a V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Eu queria parabenizar a iniciativa dos membros desta Comissão nas duas pautas, a primeira já discutida, muito bem debatida pelos colegas, e esta, de novo, pelo Senador Confúcio, médico, foi Governador do seu Estado e é uma pessoa que eu admiro muito.

É uma honra trabalhar com V. Exa. nesta Casa.

Senador Dário, quando V. Exa. foi Prefeito de Florianópolis, nós disputávamos o primeiro lugar no Ideb das capitais brasileiras, V. Exa. em Florianópolis e nós em Campo Grande.

E esse avanço tecnológico que o nosso mundo hoje vive é algo que nós não podemos deixar de inserir nas ações públicas que ficam à disposição da nossa sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, Senadora Leila, nós apresentamos um requerimento para uma audiência pública sobre a telemedicina. Eu sou médico, e é um avanço de que nós vamos ter que dispor, já até usamos em várias atividades. Hoje em dia se faz laudo de raio-X e de tomografia à distância. E é um avanço que vem para poder completar realmente esse dinamismo tecnológico que o nosso País vive, que o mundo vive.

Essa questão de inserir as escolas públicas, principalmente, nesse contexto, com preparação adequada dos docentes, com a reestruturação física do espaço público... Eu estava falando com o Senador Fabiano que tem muita coisa ainda para se poder chegar, para a gente poder atingir esse objetivo, mas para começar a gente tem que dar o primeiro passo.

Eu acho realmente muito pertinente essa solicitação do Senador Confúcio. Hoje em dia você pega uma criança e, antes de ela falar, ela já sabe mexer no celular, no *tablet*... Às vezes até uma criança de quatro ou cinco anos lhe ensina o que que você tem que fazer, às vezes uma função que está perdida, como é que faz para bater uma foto, para fazer um filme...

Esses dias mesmo, eu fui pegar minha filha na escola, botei ela na cadeirinha de trás e, para a minha surpresa, ela pegou o celular da mãe, entrou lá na foto da professora e ligou para professora, uma iniciativa dela, agradecendo a aula que teve naquele dia. Eu não acreditei, parei o carro e falei: "Me dá aqui o seu celular, deixa eu ver se é verdade o que você fez".

Essas crianças de hoje precisam ter esse estímulo. Nós temos que fazer com que as escolas públicas possam dar esta condição a essa geração, que tem, no conhecimento, a ferramenta maior do poder do mundo em que vivemos. Nós temos que fazer isso.

Então, parabéns, Senador Confúcio, por esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Senador Fabiano deseja discutir o requerimento? V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Eu só queria cumprimentar e parabenizar tanto a Senadora Leila como o Senador Confúcio, porque estou muito feliz aqui.

Quando a gente entende que o problema educacional é interdisciplinar, multidisciplinar, a gente passa a ter uma visão muito mais aprofundada. É necessário que nós tenhamos a plena convicção de que, infelizmente, a educação pública no Brasil está tão precária porque se esquecem de olhar o fator topográfico, ou seja, onde aquela escola está inserida, qual o PIB daquela região, qual o índice de criminalidade daquela região, de onde está vindo aquele corpo discente, como está sendo preparado o corpo docente, a estrutura. A maioria das escolas não têm acessibilidade. Então, alunos que têm necessidades especiais ficam privados, além disso tudo, e nós temos que interligar obviamente todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses mecanismos da atual conjuntura, como o Senador muito bem falou: escolas do séc. XX, alunos e professores do séc. XXI – XIX, XX, XXI –, que totalmente não se falam, não se comunicam.

Então, eu quero parabenizar a Senadora Leila, o Senador Confúcio, mas também quero aqui fazer este apelo: da necessidade de a gente provocar que o MEC, que a União, através do Poder Executivo, assumam a sua responsabilidade, porque isso não é nem faculdade; é determinação, é obrigatoriedade, em que está sendo omissa. E, se for o caso, que sejamos corajosos para provocar nem que seja ação do Ministério Público Federal, para entrar com uma ação civil pública contra a União, contra o Estado e o Município que não derem vida a essa garantia constitucional, porque já está lá.

Então, nós não podemos fingir que nada disso está acontecendo. O senhor falou muito bem quando fez essa inversão: os alunos vêm das escolas públicas, mas quem vai para as universidades é a classe média alta, e os alunos da classe menos favorecida têm que se submeter ao sistema privado no ensino superior, de forma totalmente precária. Então, esses alunos na educação básica estão sendo privados e passou da hora de a gente provocar isso. Acho que tem de ser feito da melhor forma, interligando esporte, cultura, lazer com a tecnologia para resgatar essa garantia constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Acho que posso encaminhar o oportuno, necessário e admirável requerimento do Senador Confúcio, que pretende tratar de audiência pública sobre política de inovação na educação, conectada a esses objetivos que relatamos aqui.

Eu quero entender aqui, Senador Confúcio, que V. Exa. vai posteriormente indicar os nomes para compor a audiência pública e que, certamente, conhecendo V. Exa. como já conheço, embora há pouco tempo, V. Exa. vai também deixar em aberto para os demais Senadores e Senadoras aqui a possibilidade de indicar algum nome de quem tenham conhecimento, de notória capacidade nessa área, para que o debate possa se agigantar e para que nós possamos trazer o máximo de proveito necessário para essa questão.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu queria fazer o primeiro pedido a V. Exa. para indicar alguém com notório conhecimento, porque tudo isso nasceu em Santa Catarina, no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Como estou muito desatualizado sobre as novas equipes, o senhor poderia localizar alguns daqueles eméritos professores que montaram os primeiros laboratórios do País. Eu os visitei pessoalmente à época. O senhor poderia trazer um nome de Santa Catarina, seria glorioso para nós, da universidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Farei isso com muito prazer.

Submeto à deliberação o requerimento do Senador Confúcio.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ficamos aguardando para a próxima reunião da Comissão a indicação dos nomes.

Eu tratarei de indicar um ou dois, enfim, quanto mais indicação melhor. Aqui no âmbito democrático e objetivo dos nossos trabalhos certamente haveremos de encontrar o caminho para compor uma comissão que venha ao encontro dos ideais propostos pelo Senador Confúcio.

O próximo requerimento, também da Comissão de Educação e Cultura, é de minha autoria.

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, inciso III, e 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, no dia 26/02/2019, às 11h30, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua respectiva pasta.

Então, como os senhores já puderam observar, eu já transformei isso aqui, ao invés de convocação, em convite, que acho muito mais apropriado. Sempre tive essa pretensão de convidar o Ministro.

Portanto, submeto à discussão o requerimento apresentado pela Mesa. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, submeto à votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Ministro está convidado para o dia 26 de fevereiro, próxima terça-feira.

Requerimento também de minha autoria.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras para suprimir novamente os termos do requerimento que envolve o Senado Federal, os seus incisos, seus parágrafos, que é idêntico ao requerimento do Ministro da Educação, para convidar também o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, Deputado Federal Osmar Terra, para apresentar também as diretrizes e os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

programas prioritários da sua respectiva pasta. Requeiro, adicionalmente, a retirada do Requerimento nº 3, de 2019, da Comissão de Educação, que é exatamente o requerimento da convocação, transferido para convite.

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 6, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, no dia 12/03/2019, às 11h30, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Requeiro, adicionalmente, a retirada do Requerimento nº 3, de 2019 - CE.

Autoria: Senador Dário Berger.

Então, está em discussão o convite formulado ao Deputado e Ministro Osmar Terra, do Ministério da Cidadania.

Submeto à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam e que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Ministro da Cidadania está marcado para que dia? *(Pausa.)*

Para o dia 12 março.

Consulto os senhores Senadores sobre a inclusão, extrapauta, do requerimento apresentado pelo Senador Fabiano Contarato.

V. Exa. apresentará o requerimento na próxima reunião.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Indicando os profissionais e os convidados para aqui virem debater sobre essa disparidade, essa incongruência, entre o que é dado no ensino público e o que é cobrado pelo Enem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, pelo que percebo, não há nenhum óbice quanto à pretensão do Senado Fabiano. Fica, de antemão, aprovado o requerimento extrapauta. Porém, voltaremos a deliberar novamente quando V. Exa., na próxima reunião, apresentar o requerimento. Nós faremos em duas partes: numa, uma reunião da Comissão; na outra, o encontro, então, para ouvirmos o Ministro da Educação. Se os colegas estiverem de acordo, assim procederemos.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Com relação ao quantitativo dos membros da subcomissão. O senhor definirá a subcomissão, o número de membros?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós vamos receber o requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Certo

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou, agora, inclusive, convidar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Falo da de esporte e cultura.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E, posteriormente, nós vamos formar uma subcomissão com um número não muito grande, nem muito pequeno. Aí vou solicitar, inclusive, a participação, a colaboração do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns. E também convido V. Exa. para que nós possamos discutir o mínimo necessário para que a subcomissão possa ter solução de continuidade nas suas tarefas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. Aguardo a sua deliberação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, agradeço a deferência. Oportunamente, vou apresentar o requerimento por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aguardamos o requerimento de V. Exa.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, gostaria que essa transformação da educação – porque todo mundo aqui sente que precisa melhorar – se iniciasse a partir das nossas atitudes, dos membros da Comissão, dos Senadores, para este momento da virada.

Minha proposição, aqui, não precisa do voto de ninguém. Proponho aos Srs. Senadores da Comissão que cada um adote uma escola. Seria a adoção de uma escola de periferia. Mas como assim? A adoção dessa escola será para o Senador do seu Estado, do Distrito Federal, visitar a escola durante todo o seu mandato. Ele faz a sua agenda. Será para conversar, ouvir os professores, olhar o banheiro da escola, olhar o refeitório, almoçar na escola, estar perto da escola. Essa adoção de uma escola transformará o discurso do Senador aqui no Senado, ele virá enriquecido com a prática.

A minha proposição... Eu vou fazer isso, já faço, e eu gostaria que todo Senador começasse a mudar a educação a partir da nossa atitude pessoal, porque é a força da aldeia. A aldeia é o próprio mundo e, através dessa escola única, nós vamos irradiar um modelo de energia positiva para as demais escolas.

Então, essa é uma proposição informal: conclamo os ilustres Senadores amigos, colegas, a que a gente, além de estar aqui discutindo assuntos e projetos, vá para a prática, que vá lá na escola, adote uma escola, e sempre a mesma durante os seus oito anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, vamos em frente aqui na nossa... Não sei se algum Senador teria solicitado a palavra...

Eu aguardo também requerimento extrapauta de V. Exa. para a próxima reunião da Comissão.

Então, Senador do Val, Marcos do Val, devagarinho eu vou pegando aqui o nome completo dos novos ilustres Parlamentares que renovaram o Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Senador Contarato e o Senador do Val, eu quero crer que V. Exas. são muito bons mesmo, porque substituíram dois Senadores dos mais brilhantes aqui no Senado Federal, o Magno Malta e o Ricardo Ferraço. Estou certo, não é? Então, eu não tenho dúvida de que a discussão aqui vai se agigantar.

Quero desejar, mais uma vez, boas-vindas a V. Exas.

Eu vou partir para o encerramento da nossa reunião indagando aos membros desta Comissão quanto ao horário da audiência pública destinada a ouvir, então, o Ministro da Educação. Permaneceremos no mesmo horário, às 11h30? (*Pausa.*)

Então, fica convidado o Ministro para a próxima terça-feira, às 11h30, e, depois da reunião ou antes da reunião, não sei se nós faremos uma reunião preliminar ou faremos a reunião posteriormente. Talvez fique prejudicada, pela experiência que eu tenho aqui, pois a vinda de um Ministro sempre acaba avançando no tempo. Se isso acontecer, nós deliberamos os requerimentos na próxima reunião e na próxima e na próxima e, em questão emergencial, se for necessário que a gente assim proceda.

Eu quero deixar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sempre à vontade para que, na medida da necessidade, do interesse ou da urgência dos requerimentos e das pautas, nós possamos fazer isso independentemente de termos outras pautas a serem deliberadas ou não.

Também já quero, de antemão, sugerir que todas as audiências públicas sejam presididas pelo autor da proposição, porque aí fica muito mais fácil, permite mais agilidade aos outros Parlamentares. Eu mesmo estou em seis Comissões, e aí, evidentemente, nós temos que nos virar aqui, de tal forma que temos que correr nas outras Comissões. Eu acho muito mais justo, mais lógico; valoriza, inclusive, o autor do requerimento, democratiza as nossas ações e, assim, nós vamos dando encaminhamento às nossas funções.

Portanto, fica marcada, então, para as 11h30 da próxima terça-feira, audiência pública destinada a ouvirmos o Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que apresente aqui as suas diretrizes e os programas prioritários da sua respectiva pasta, em atendimento ao requerimento de minha autoria.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Eduardo Braga, Eduardo Girão, Selma Arruda, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Confúcio Moura, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição do Vice-Presidente.** **Finalidade:** Reunião destinada a eleger o Vice-Presidente da CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - para o biênio 2019-2020. **Resultado:** Reunida a CTFC nesta data, é eleito por aclamação o Senador RODRIGO PACHECO como Vice-Presidente desta Comissão. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 5, de 2019** que: "Requer, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, realize audiência pública, com o objetivo de debater a situação enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, que ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 4, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli e outros. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Randolfe Rodrigues, o Requerimento foi aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 6, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre os anos de 2003 e 2016, diretamente pela União ou por meio de entidades do sistema financeiro, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do TCU, Ministro José Mucio Monteiro; 2. Presidente do BNDES, Sr. Joaquim Levy." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/26>

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Bom dia a todas e a todos, Sra. Senadora, Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte da reunião tem por finalidade eleger o Vice-Presidente desta Comissão para o biênio de 2019-2020, e na segunda parte procederemos à pauta deliberativa.

Vamos dar início à primeira parte.

Apesar de não estar presente, Srs. Senadores, nós tivemos uma indicação, por parte do DEM, Partido Democratas, do Sr. Rodrigo Pacheco para compor esta Comissão na qualidade de Vice-Presidente.

Sendo assim, eu consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre se podemos proceder à eleição por aclamação em vez de por votação nominal. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passamos à votação por aclamação.

Como candidato à Vice-Presidência, nós temos aqui a única indicação do Sr. Rodrigo Pacheco.

Aqueles que concordam com a eleição do Senador para Vice-Presidente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Dessa forma, declaro eleito o Senador Rodrigo Pacheco a Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Essa situação não pôde ser realizada na reunião passada, ficou para esta. O Senador Rodrigo também está se encaminhando para cá. Ele está em outra Comissão fazendo uma intervenção e daqui a pouco vai proceder também ao seu pronunciamento.

Todos os senhores receberam a pauta previamente.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, realize audiência pública, com o objetivo de debater a situação enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

Faço questão também de esclarecer, porque sou o autor deste requerimento, que não estamos falando aqui de um problema extremamente local, de um bairro, de uma cidade; não é isso. Estamos falando aqui, Senador Randolfe, talvez de uma das maiores catástrofes que este País venha a ter. É um prenúncio do que os alagoanos e, conseqüentemente, os brasileiros podem sofrer.

Esse bairro está sofrendo um afundamento. É um bairro em que moram cerca de 30 mil pessoas e que, de um ano para cá, vem tendo não só as residências, mas as próprias ruas e postes afundando. E já é uma situação de calamidade pública. Há um decreto emergencial, municipal; há também o reconhecimento pelo Governo Federal. Nós temos lá geólogos do País inteiro buscando as causas.

Três pontos são levantados. Um deles: pode ser fruto de uma exploração da mineração. Nós temos uma empresa que retira sal-gema em profundidades, então essa é uma das hipóteses. Isso tem afetado o solo de alguma maneira, e essa exploração vem sendo feita há 40 anos. Então, se não houve a reposição necessária, essa pode, sim, ser uma das causas. Inclusive, é um dos pontos levantados pelos especialistas. Temos também questões referentes às placas tectônicas – pode ter sido, porque há tremores de terra – e, ainda, situações provocadas pela companhia de abastecimento de água.

O fato é que muitas dessas residências tiveram de ser evacuadas. Então, cerca de 2,5 mil casas hoje não são habitáveis; temos nessa localidade 2,7 mil estabelecimentos, dos quais 90% ou já fecharam as portas ou estão prestes a fechar as portas. Já há uma sinalização de atendimento do Governo Federal com auxílio social, digamos assim, com aluguel social pago a 800 famílias. Agora mais 800 famílias estão sendo beneficiadas.

E essa necessidade de se tratar de um tema que não é apenas local se deu principalmente por declarações do próprio Presidente da República, que chegou a afirmar que seria, sim, problema de mineração o que está acontecendo lá em Alagoas. Há investigações nesse sentido. Há, inclusive, laudos que não estão acessíveis para a população. E é necessário também que, como Senador, como representante do Estado, possamos aprofundar um pouco mais essa discussão. Aqui é local também para isso.

Com a concordância dos senhores, eu tenho certeza de que vamos contribuir muito para o desenvolvimento dessa problemática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu aprovo, mas eu quero fazer uma intervenção aqui, envolvendo os dois pontos da pauta, mas também o papel desta Comissão.

Ela tem um papel muito importante, exatamente nesta preocupação que você traz através desse requerimento lá do seu Estado. Mas eu acho que a gente deveria fazer desta Comissão uma prática política da Comissão, que é um braço importante do Parlamento, que é a fiscalização.

Geralmente trazem o embate aqui entre oposição e situação, convocação de ministro ou fiscalização disto ou aquilo. Acho que a gente deve ultrapassar e ficar só nisso.

Mas também, pelo que estou vendo, a Senadora Mara está propondo uma subcomissão. Eu acho que a gente também tem de pensar.

A Comissão aqui tem direito de criar quantas subcomissões? *(Pausa.)*

Quatro.

A gente já deveria criar uma subcomissão que ficasse preocupada com esse tipo de iniciativa que V. Exa. está trazendo do seu Estado, com essas preocupações. Quem sabe se essa subcomissão a ser criada fizesse o levantamento, em todos os Estados, desses problemas. Por exemplo, estamos vivendo uma verdadeira tragédia – já é a segunda – sobre a questão das barragens das minerações. Quem sabe se a gente não fizesse disso uma constante desta Comissão para visitar algumas delas, para se ter exatamente esse objetivo que você está trazendo aí, para se evitarem tragédias ou se antecipar ou verificar possíveis tragédias que poderão estar acontecendo nos Estados. Há todos os tipos de exploração, mas há essa coisa das barragens e como também tantas outras.

Mesmo em uma cidade, digamos, desenvolvida como São Paulo, veja que houve lá o problema da queda de um viaduto. Então, acho que há esse tipo de coisa em que a nossa Comissão poderia prestar esse serviço de fiscalização das coisas públicas através de uma subcomissão.

Nós temos um problema aqui – o assessor pode confirmar isso: as Comissões, a estrutura do Senado não banca atividades fora – não é isso? *(Pausa.)*

Dependendo, banca?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– A informação que tenho é que sim. Mediante requerimento, mediante solicitação e aprovação, a Casa custeia.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas há uma situação que não banca alguma coisa, mas o Presidente da Comissão tem até o poder de requisitar, por exemplo, avião da FAB para cumprir esse tipo de tarefas, entendeu? Então, V. Exa. tem um papel muito importante como Presidente da Comissão. É a gente criar essas subcomissões para a gente poder fazer este tipo de atividade fora do Senado, nos Estados que interessarem ou que ocorram ou que haja algumas coisas dessas.

Acho que uma subcomissão pode ajudar muito esta Comissão a tomar esse tipo de iniciativa, quem sabe a partir de um levantamento de Estado por Estado. Aí, trazer para a Presidência organizar um calendário de visitas nesses Estados com esses tipos de ocorrências ou se antecipando a esses tipos de ocorrências graves para a vida do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senador Paulo Rocha, excelente sugestão.

Eu acredito que das nossas atribuições, do meu ponto de vista, a mais importante que nós temos como Senadores é de exercer o nosso papel de fiscal, sim: fiscal dos recursos públicos, fiscal dos serviços públicos. A população espera, cada vez mais, que o político se aproxime dos problemas do seu dia a dia. Então, como quis mencionar aqui, não é um caso isolado, não é um caso de um bairro. Falamos aqui de 30 mil pessoas, mas vamos falar de uma situação que pode envolver mineração, que pode envolver uma má gestão da companhia de água, e isso se repete pelo País inteiro.

Então, foi muito bem pontuado por V. Exa.

Senhores, passamos ao item 2, ao Requerimento nº 4, de 2019.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, antes de V. Exa., eu, com muita honra, tenho procuração da Senadora Mara Gabrilli para solicitar a V. Exa. que seja incluído extrapauta o Requerimento 4, da Senadora Mara Gabrilli, para criação da subcomissão temporária destinada a debater e a avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

S. Exa. a Senadora Mara Gabrilli ainda não conseguiu se deslocar até aqui, e a sua assessoria me solicitou, e eu me sinto honrado de encaminhar este requerimento de criação



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

desta subcomissão, que, segundo a lavra da Senadora Mara, seria composta por três membros titulares e igual número de membros suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Randolfe, esse item 2, inclusive, se refere justamente a esse Requerimento nº 4. Então, já estava na pauta, mas demonstra V. Exa. sua importância: não podia deixar de ser apreciado nesta reunião de forma alguma.

Então, esse é o Requerimento nº 4.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 4, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, quando da montagem da Comissão... Eu queria deixar um nome da Bancada do PT, o do companheiro Rogério Carvalho, para compor essa subcomissão.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, eu também me coloco à disposição para compor a comissão. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Sr. Presidente Rodrigo, eu gostaria também de ser incluído nessa comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Srs. Senadores, nós estamos no início de um trabalho legislativo, no início dos trabalhos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta Comissão. Os senhores receberão nesta semana um *e-mail* com alguns procedimentos que serão adotados por esta Comissão, principalmente os referentes a requerimentos feitos em reuniões, a requerimentos feitos à Secretaria, e aos prazos para que eles sejam colocados em apreciação. Como falei, estamos no início, há certa informalidade ainda nestes momentos, mas, de acordo com o entendimento geral e de acordo também com a necessidade que cada Senador demonstre aqui, a alguns requerimentos nós iremos dar celeridade e prioridade, até pela questão do lapso temporal e da necessidade que se demonstre para tomar algumas atitudes.

Um desses requerimentos está em minhas mãos. Foi encaminhado pelo Senador Eduardo Girão.

Trata-se do Requerimento nº 6, de 2019. Vou fazer sua leitura agora e, na próxima, iremos colocar em votação.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer os empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre os anos de 2003 e 2016, diretamente pela União ou por meio de entidades do sistema financeiro, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- 1. Presidente do TCU, Ministro José Mucio Monteiro;*
- 2. Presidente do BNDES, Sr. Joaquim Levy.*

Autoria: Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) –
Presidente Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É só para fazer um pedido a V. Exa., com a anuência dos demais colegas.

Como não está institucionalizado ainda o rito – V. Exa. vai mandar um *e-mail* para todos nós –, pediria que já colocasse em discussão no Plenário para a gente agilizar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Como eu mencionei, devido à necessidade e ao interesse do Parlamentar, não vejo óbice a essa inclusão neste momento. Sendo assim, submeto o requerimento à apreciação e à votação dos senhores.

Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Presidente, eu sei qual é a intenção ao se fazer esse debate, principalmente do que está sendo discutido em relação à Venezuela. Acho complicado. Só vou votar contra... Acho complicado fazer dessa forma, porque não se prepara o debate político colocando extrapauta um requerimento desse tipo, isso pode criar problemas políticos entre nós. Acho meio atabalhoado fazer esse tipo de debate. No entanto, só vou registrar meu voto contrário, mas ressaltando que não é o melhor método para discutirmos essas questões candentes entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, aqui tratamos de uma sugestão de audiência pública para a qual ainda será definida data e, acredito, o próprio procedimento em si.

Sendo assim, aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Gostaria de passar a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, recém-eleito, Senador Rodrigo Pacheco, que, com certeza, irá contribuir muito para o fortalecimento desta Comissão, que é uma comissão que tem braços largos e que pode, com certeza, ajudar para que se obtenha a eficiência de que este País tanto precisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço muito ao Senador Rodrigo Cunha e cumprimento os nossos pares da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor.

Nossa Comissão tem um nome muito extenso, porém muito significativo, já que diz respeito a temas absolutamente fundamentais para o Brasil de hoje. Então, gostaria de desejar muito boa sorte aos trabalhos da Comissão, a todos os nossos pares e ao Presidente Senador Rodrigo Cunha, e agradecer penhoradamente por minha escolha para assumir a Vice-Presidência desta Comissão.

Infelizmente eu não estava aqui presente no momento da eleição porque, na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual eu sou titular, sou o Relator da Mensagem Presidencial de indicação de um dos diretores do Banco Central. Foi justamente no momento em que eu fazia a arguição do diretor do Banco Central que houve aqui a eleição. Então, definitivamente, não foi desrespeito nem descaso, mas falta do dom da ubiquidade, Senador Randolfe: não consegui estar em dois lugares ao mesmo tempo! Queria agradecer muito pela confiança, dizer que estarei à disposição da Comissão e do Senador Rodrigo Cunha para o melhor trabalho possível desta Comissão.

V. Exa. estreia no Senado Federal assumindo uma Comissão importante, uma presidência importante. Eu fui Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na legislatura passada, foi o ponto alto do meu mandato, porque realmente é algo muito significativo para um mandato parlamentar ser presidente de uma comissão temática de uma casa legislativa.

Então, muito obrigado a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Vou pedir licença novamente para retomar os trabalhos de arguição lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Rodrigo, a qualidade de V. Exa. é tamanha que os membros desta Comissão votam em V. Exa. sem ver! Além do mais, ficamos felizes por uma dupla de Rodrigos estar dirigindo nossa Comissão, ficamos felizes por nós estarmos sendo dirigidos por uma dupla de Rodrigos da maior competência neste Senado Federal.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Randolfe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Parabéns! Parabéns!

Passo a palavra ao Senador Major Olimpio, para fazer sua manifestação.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, quero cumprimentar o Senador Randolfe, que tem a iniciativa, neste momento, de propor uma audiência pública para que possamos obter esclarecimentos sobre empréstimos do BNDES no período de 2003 a 2014. Acho que isso é mais do que fundamental. O Brasil quer literalmente que se abra a chamada caixa-preta do BNDES, nessa audiência específica proposta, em relação a empréstimos à Venezuela.

Fiz questão de sair da sabatina do Presidente do Banco Central, de diretores e da Presidente da Comissão de Valores Mobiliários para vir aqui hipotecar e votar, com total tranquilidade, para que haja a promoção de esclarecimentos. É parte fundamental desta importantíssima Comissão desta Casa fazer esses esclarecimentos e eventuais proposições futuras para apuração de responsabilidades, se houver, na má gestão financeira, na má gestão administrativa e até no conluio ou eventual crime em que qualquer agente público possa ter se envolvido, facilitando acesso a recursos fundamentais do BNDES.

Então, fiz questão de sair da Comissão para estar aqui e apoiar e, se possível, já ajudar na aprovação imediata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senador Major Olimpio, apenas faço uma correção: o Senador Randolfe é extremamente atuante e participa de todos os temas desta Casa, como saúde, educação, meio ambiente, defesa do consumidor, mas, nesse aspecto, foi outro colega nosso, o Senador Eduardo Girão, que apresentou a solicitação da audiência pública. Mas, com certeza, ele apoia.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Eu o subscrevo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É que eu elogio tanto o Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– A recíproca é verdadeira.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O Girão saiu, e eu vi nele a personificação de alguém que quer a transparência total aqui no País. Então,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

logicamente, é extensivo ao Girão, que é o Líder da minha Bancada. Ele não estava aqui, senão ele ia puxar a minha orelha. Mas tenho a certeza de que o Randolfe vai estar conosco nessa jornada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

– Sim, aprovamos. Com certeza, é um bom debate para se travar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)

– Com certeza!

Então, sendo assim, está aprovado o requerimento de audiência pública, o Requerimento nº 7, de 2019, ou melhor, o Requerimento nº 6, de 2019.

Sendo, assim, senhores, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

– Há um requerimento extrapauta. Este fica para a próxima reunião? É isso, Presidente? É o de convite ou de convocação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)

– Sim, pode ficar para a próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

– Só quero esclarecer aos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)

– Perfeito!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

– ... se V. Exa. assim me permite...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)

– Perfeito, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

– ... que temos outro requerimento de convocação de S. Exa. o Ministro do Turismo, para dar explicações nesta Casa sobre os notórios acontecimentos, sobre as denúncias de que ele tem sido objeto, denúncias que têm sido relacionadas à sua atuação.

Essa convocação – eu já me antecipo – pode... Até por dever de cavalheirismo desta Comissão e do Senado Federal, na relação inclusive com o Executivo, na boa relação com S. Exa. o Ministro do Turismo – e acho que, nesta Comissão, deve assim prevalecer –, acho que fica inadequado, por não ser um ato cavalheiro, a primeira medida da Comissão ser, logo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imediatamente, a de convocação, embora seja, por força da Constituição, atribuição desta Comissão a convocação de qualquer Ministro de Estado. Então, acho que é de bom tom a primeira medida de uma Comissão como esta ser um convite. E, obviamente, em caso de não comparecimento ou de negligência – não me parece ser essa uma atitude à altura de qualquer um dos Ministros dessa Esplanada –, aí sim, a Comissão vai para a medida seguinte, qual seja a convocação.

Então, de antemão – obviamente, o requerimento será pautado para ser votado na próxima reunião, e não nesta –, antecipo a minha disposição na conversão da convocação em convite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito! Será feito o ajuste, tendo em vista que V. Exa. é o autor desse requerimento, sobre o qual, na próxima reunião, iremos deliberar.

Aproveito também para comunicar aos demais Senadores que nós tivemos na primeira reunião um requerimento convidando o ex-Ministro Gustavo Bebianno. Esse convite foi feito pela Secretaria da Comissão, que entrou em contato com o ex-Ministro na quinta-feira e que lhe encaminhou um *e-mail* na sexta-feira, mas, até hoje, não houve um encontro de datas que pudesse gerar esse momento. Então, não obtivemos uma resposta até a manhã de hoje, mas os contatos estão sendo firmados para que a gente possa contar com a presença também aqui do ex-Ministro Gustavo Bebianno.

Sendo assim, dessa forma, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Romário, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Jaques Wagner, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 3, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 1, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 2, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad e outros e Senador Nelsinho Trad e outros. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O Requerimento é subscrito pelo Senhor Senador Angelo Coronel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/21>

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Srs. Senadores, senhoras e senhores, vou fazer aqui um breve relato dos destaques do cenário internacional, e, posteriormente, nós daremos sequência à pauta da nossa Comissão.

Venezuela.

O Governo brasileiro, numa força-tarefa humanitária coordenada com os Estados Unidos, vai permitir o uso pacífico do nosso Território para viabilizar a logística de entrega de alimentos e medicamentos à Venezuela. Caminhões com suprimentos serão conduzidos por venezuelanos da oposição ao atual Governo a partir de postos instalados nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, todos em Roraima. Todos nós sabemos que o povo venezuelano amarga uma crise social e econômica sem precedentes, e é mais do que justo que o nosso País haja em solidariedade a esse povo e apoie o restabelecimento da democracia e do desenvolvimento naquele país.

Agora nós vamos tecer algum comentário a respeito do encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Trump, e Kim Jong-un, da Coreia do Norte.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, o Presidente americano e o Líder norte-coreano se reunirão em Hanói, capital do Vietnã, a fim de avançar nas tratativas do processo de desnuclearização da Coreia do Norte. Esperamos que esses dois líderes possam efetivamente construir a paz duradoura entre seus países e também na Península das Coreias.

Conferência pela Paz na Polônia.

Setenta países, incluindo o Brasil, representado pelo nosso Chanceler, Ernesto Araújo, se reuniram este mês em Varsóvia, na Polônia, em conferência patronizada pelos Estados Unidos, para debater a paz e a segurança no Oriente. Embora esta Comissão reconheça que todos os esforços no sentido de promover a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paz é algo que nós também apoiamos, fica aqui registrada a ausência dos países sírio-libaneses no evento, pois, no nosso entendimento, deveriam estar presentes.

Antissemitismo na França.

Infelizmente a França sofreu, na última semana, várias manifestações inconcebíveis de ódio em atos antissemitas, de preconceito e sectarismo social. Noventa e seis túmulos foram vandalizados no cemitério judaico perto de Estrasburgo. Alinha-mo-nos aos milhares de cidadãos que saíram às ruas de Paris para protestar sobre o lema "Já basta", mostrando o repúdio ao antissemitismo.

Ataque na Índia.

Dia 14 deste mês, um atentado terrorista, que teve como alvo policiais indianos na região da Caxemira, administrada pela Índia, vitimou cerca de 40 pessoas e feriu outras dezenas. Nossa Casa, o Senado Federal, especialmente esta Comissão, condena e repudia veementemente qualquer ação terrorista, independentemente da motivação.

Deixamos aqui nossos sentimentos de pesar às famílias das vítimas e desejamos rápida recuperação aos feridos. Estamos solidários ao Governo e ao povo da Índia, torcendo para que as investigações levem à punição dos responsáveis.

O Brasil avança com o PL 703, de 2019. Ontem, após aprovarmos o relatório do nosso eminente Senador Antonio Anastasia, em reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, também aprovamos no Plenário da nossa Casa o PL 703, de 2019, sobre o bloqueio de bens de pessoas acusadas de terrorismo. O Congresso Nacional cumpre assim o seu dever de adequar a legislação brasileira às recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), organização da qual o Brasil faz parte, deixando claro que qualquer ação relativa ao bloqueio de bens terá que se dar conforme sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Encerro aqui esses destaques, dizendo aos Srs. Senadores que toda semana nós vamos elencar os pontos do cenário internacional, para colocar a par os nobres colegas e todos aqueles que acompanham a nossa Comissão.

Pauta deliberativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2019

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao eminente Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, Sr. Vice-Presidente, Senador Marcos do Val, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Como V. Exa. acaba de apregoar, é submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Olyntho Vieira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente. Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do referido diplomata.

O Sr. Olyntho Vieira nasceu em 17 de junho de 1954, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, filho do Sr. Manoel Olyntho Vieira e da Sra. Jandyra Hoehne Vieira.

Concluiu graduação em engenharia mecânica pela Faculdade de Engenharia Industrial da Fundação de Ciências Aplicadas de São Bernardo do Campo, em São Paulo. No Instituto Rio Branco, frequentou o curso de preparação para a carreira de diplomata nos anos de 1984 e 1985; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1993; e o Curso de Altos Estudos em 2005, ocasião em que apresentou a tese “Proteção Internacional de refugiados: o uso do reassentamento em terceiros países como solução durável e instrumento de compartilhamento de encargos. A experiência brasileira”. O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1985 e, Segundo-Secretário em 1990. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1997, a Conselheiro em 2003 e a Ministro de Segunda Classe em 2009.

Entre as funções por ele ocupadas, destacamos as seguintes: Chefe Substituto da Divisão de Acompanhamento e Coordenação dos Postos no Exterior; Primeiro-Secretário e Conselheiro na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Delegação Permanente em Genebra; Chefe do Setor de Administração, como Conselheiro, na Embaixada no México; Coordenador-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente da Agência Brasileira de Cooperação; Ministro-Conselheiro e Representante Permanente Alterno na Representação Permanente junto à FAO, em Roma; Ministro-Conselheiro e Representante Permanente Alterno na Delegação Permanente junto à Organização da Aviação Civil Internacional no Canadá.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Islâmica do Paquistão, bem como sobre a República Islâmica do Afeganistão e a República do Tajiquistão. Constan informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desses países, e de suas políticas interna e externa, bem como de suas situações econômicas.

O Paquistão, cortado pelo Rio Indo, às margens do qual surgiu uma das primeiras civilizações de que se tem notícia, é o sexto país mais populoso do mundo, sendo que mais de 96% de sua população é de muçulmanos. Oficialmente caracteriza-se como República Islâmica desde 1956. Mais de 20 milhões de habitantes encontram-se abaixo da linha de pobreza; é um dos países com menor índice de desenvolvimento humano (IDH). Trata-se de potência nuclear que conta com o sexto maior exército do Planeta, em razão da permanente tensão vivida com sua vizinha Índia.

O Paquistão mantém relações cordiais com o Brasil. Considera-nos país prioritário na América Latina e guardamos convergências no campo multilateral, com destaque para ações conjuntas na liberalização do comércio internacional e questões internacionais monetárias e de desenvolvimento. Tem-se verificado a realização de ações no campo da cooperação bilateral, em especial nas áreas agrícola e de defesa.

Em 2017, o intercâmbio comercial com o Brasil foi de US\$660 milhões, com superávit de cerca de US\$ 551 milhões para o Brasil. Exportamos principalmente soja, algodão e óleo de soja. E importamos sobretudo instrumentos e aparelhos médicos, odontológicos e veterinários, tecidos de algodão e artigos e equipamentos de atividade física.

A República do Afeganistão, por sua vez, caracteriza-se pela posição geoestratégica que a levou a ser alvo de disputas territoriais ao longo de sua história. Somos por ela considerados seu principal parceiro na América Latina. O Brasil, de outro lado, tem apoiado os esforços da comunidade internacional para a reconciliação e reconstrução do país, propondo, nesse sentido, ações de cooperação por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

A República do Tajiquistão, por seu turno, tem população de pouco mais de 8,3 milhões, sendo cerca de 90% de muçulmanos. Apenas 26% reside em áreas urbanas. Seu território conta com grandes



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

reservas de petróleo, urânio, ouro e prata. Possui, ainda, grande potencial de produção de energia elétrica. O comércio bilateral com o Brasil teve fluxo de apenas US\$4,8 milhões em 2017. Exportamos, basicamente, carne e miúdos de frango e importamos antimônio, usado em ligas metálicas e semicondutores. O superávit para o lado brasileiro é da ordem de US\$3 milhões.

Dessa feita, Sr. Presidente, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o relatório do eminente Senador Antonio Anastasia, mais uma vez brilhando com os seus pareceres, com a sua atuação.

Quero parabenizá-lo e dizer do privilégio de termos um colega com tamanha envergadura.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES. Pela ordem.) – Gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Alguém quer discutir mais esta matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal – vista coletiva.

Na próxima semana, o projeto será colocado para votação.

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA****NACIONAL Nº 1, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Justificativa.

O §2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal preconiza que a Comissão promoverá audiências públicas no início de cada sessão legislativa com os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa para prestarem informações no âmbito de suas competências.

Visando cumprir tal dispositivo é que requeiro tal audiência pública.

A modernização das Forças Armadas do Brasil é ainda um grande desafio. Com o agravamento da situação econômica atual, faz-se necessário saber quais os projetos das Forças deverão sofrer contingenciamento, bem como quais as medidas que o novo Ministro pretende adotar para diminuir o impacto das restrições orçamentárias que enfrentam os ministérios.

Os problemas e desafios neste ano que se inicia são inúmeros e é com esse propósito que requeiro a presença do Sr. Ministro Gen. Fernando Azevedo e Silva.

Senador Nelsinho Trad, PSD, Mato Grosso do Sul.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, havendo quórum necessário, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA****NACIONAL Nº 2, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros

O Senador Angelo Coronel pediu para subscrever o requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justificativa.

O §2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal preconiza que a Comissão promoverá audiências públicas, no início de cada Sessão Legislativa, com os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa para prestarem informações no âmbito de suas competências.

De fato, o ano se inicia com imensos desafios à política externa brasileira. Vários são os problemas e desafios a serem enfrentados pelo novo Ministro das Relações Exteriores. E é com esse propósito que eu, junto com o Senador Angelo Coronel, requeiro seja convidado o Ministro Embaixador Ernesto Araújo para compartilhar com esta Comissão os principais temas que constam da agenda da política externa brasileira para o futuro próximo.

Assinam Senador Angelo Coronel e Senador Nelsinho Trad.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Deliberação das atas das reuniões realizadas.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Alguém quer fazer uso da palavra?

Senador Angelo Coronel

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Bom dia a todos.

Quero parabenizar o Senador Nelsinho Trad, o nosso Presidente desta briosa Comissão, e o nosso Vice-Presidente, o Senador Marcos do Val.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, têm-me preocupado algumas declarações do Presidente da República a respeito de flexibilizar o visto de entrada de alguns turistas, principalmente de Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, no Brasil. Isso me preocupa, porque eu defendo que temos que ter uma reciprocidade, pois, se vamos para os Estados Unidos que exigem que o brasileiro tenha o seu visto de entrada, nós deveríamos também barrar e fazer com que, para que eles entrem no Brasil, também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham o visto do nosso Consulado brasileiro. Esse princípio da reciprocidade aumenta o nosso poder de barganha junto aos consulares e faz com que o Brasil tenha o respeito desses países. Hoje, há 90 países com que o Brasil tem acordo de liberação do visto recíproco e há esses quatro que ainda exigem a entrada do brasileiro que tenha visto prévio. Então, externo aqui – não vou dizer repúdio – essa preocupação.

Devemos utilizar esta Comissão para fazer com que o Itamaraty, que sempre defendeu a reciprocidade, continue defendendo a reciprocidade do visto e para fazer com que também o Ministro do Turismo convença o Presidente da República de que é viável a manutenção dessa reciprocidade e não essa discriminação que o Brasil tem por esses quatro países que exigem o visto para o brasileiro adentrar seus países.

Fica aqui, Sr. Presidente, anotada essa consideração.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Fica registrado o pronunciamento de V. Exa.

Consulto se há mais algum Senador inscrito para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Jaques Wagner, Humberto Costa, Zenaide Maia, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Dário Berger, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Paulo Paim, Jayme Campos e Selma Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho.** **Finalidade:** Debater a situação política da Venezuela e suas implicações nas relações bilaterais com o Brasil. **Resultado:** Reunião de trabalho realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 3, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/27>

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todos os Senadores. Bom dia, senhoras e senhores.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Como é de praxe, vou relatar aos nobres pares, às senhoras e aos senhores, alguns destaques do cenário internacional antes de entrarmos na primeira parte da nossa reunião de trabalho.

Arábia Saudita

A Arábia Saudita nomeou para a sua Embaixada nos EUA a primeira mulher Embaixadora de sua história: a Princesa Reema bint Bandar al-Saud. A atitude do país saudita deixa clara a disposição em se abrir para a ampliação dos espaços das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em postos-chaves do Governo.

Morte de Paulo Nogueira Neto

O Brasil perdeu, esta semana, o ilustre biólogo e ambientalista Paulo Nogueira Neto, mentor da organização das leis e da política ambientais no Brasil e principal articulador da criação de unidades de conservação federais. Nogueira Neto contribuiu fortemente para a instituição do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) em 1984. Por ser figura de mais alta respeitabilidade junto às instituições estrangeiras, formulou o conceito de desenvolvimento sustentável assumido pelas Nações Unidas que, desde então, fundamenta leis, políticas e projetos de conservação ambiental pelo mundo afora.

À sua família e a todos os seus amigos, ficam aqui nossos sentimentos de pesar.

Venezuela.

Em reunião na Colômbia, o Grupo de Lima, composto por países que apoiam opositor e Presidente autoproclamado, Juan Guaidó, publicou uma declaração conjunta, em que, entre outros pontos, os países ressaltam:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– condenar as ações deliberadas do regime ilegítimo de Nicolás Maduro, que, sem considerar o sofrimento da população ou os insistentes chamados da comunidade internacional, impede a entrada de alimentos, artigos de primeira necessidade, medicamentos e assistência internacional, por uma repressão violenta, causando muitos feridos e mortos na fronteira com a Colômbia e com o Brasil, o que agravou o risco em que se encontram a vida, a dignidade e a integridade dos venezuelanos;

– pedir ao Tribunal Penal Internacional que considere a grave situação humanitária na Venezuela e a violência criminosa do regime de Nicolás Maduro contra a população civil, que se constitui um crime contra a humanidade;

– reafirmar o direito dos venezuelanos de viver em democracia e liberdade, apoiando a realização de eleições livres e justas, abertas à participação de todas as forças políticas, com acompanhamento e observação internacional, e organizadas por uma autoridade eleitoral neutra e legitimamente constituída.

Esses são os pontos da carta, conforme a leitura anterior.

Antes de dar início a esta reunião, finalizo destacando mais uma atitude condenável e inaceitável do atual Presidente Nicolás Maduro, que ordenou a detenção do jornalista estrangeiro Jorge Ramos, âncora da emissora Univisión, após interromper bruscamente uma entrevista em que o repórter lhe indagava sobre a prisão e tortura de presos políticos e a miséria que tem levado pessoas a comer restos do lixo, dentro de um caminhão. Ramos e sua equipe foram detidos por duas horas dentro do Palácio de Miraflores, sede da Presidência. Os jornalistas foram liberados, mas o equipamento e o conteúdo jornalístico produzido foram retidos pelo Governo de Maduro.

No meu entendimento, é nosso dever reafirmar sempre a importância da imprensa livre no mundo inteiro. Governos e agentes públicos têm de valorizar a verdade e considerar os segmentos jornalísticos como instrumentos de transparência e informação à população sobre atos e opiniões.

Diante dos recentes acontecimentos na Venezuela e tendo em vista o agravamento da situação na fronteira com o Brasil, convocamos esta reunião de trabalho extraordinariamente, por sugestão de vários Senadores, em função de que a reunião ordinária seria amanhã, para debater a situação política, social e econômica daquele país, notadamente sobre os reflexos nas relações bilaterais dos dois países.

Para dar início ao debate, concedo a palavra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores inscritos conforme a ordem. Pela ordem, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, sem nenhuma dúvida, é grave hoje a situação da Venezuela, a crise econômica, social e política. Depois dessa tentativa dessa chamada ajuda humanitária que o Brasil fez, naturalmente criou-se um clima de total desconfiança, de constrangimento entre o Brasil e a Venezuela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente, eu sou a favor da democracia e a favor da paz e da harmonia dentro da Venezuela. O Brasil sempre teve uma relação harmônica, um bom relacionamento com a Venezuela, principalmente no campo comercial e cultural. Hoje, temos vários, vários estudantes brasileiros, inclusive roraimenses, que estudam, fazem universidade e moram dentro da Venezuela. Temos também, ao longo dessa relação, cerca de 200 mil brasileiros ali dentro, fora os que estão em período de turismo, tratamento médico e essas coisas todas.

Sempre a nossa relação foi muito cordial com o país venezuelano, um país amigo, e o meu Estado, que já vem sendo massacrado por diversas políticas públicas, pela ausência de políticas públicas do Governo Federal, neste momento, está sofrendo a sua pior relação com a Venezuela, porque nós dependemos do calcário da Venezuela. Vai afetar profundamente a produção de grãos no nosso Estado. Nós dependemos do ferro da Venezuela, nós dependemos da gasolina. Mais, talvez, do que tudo isso, nós dependemos da energia da Venezuela. Então, mais de 60% da energia que Roraima consome vem da Venezuela. E, em contrapartida, a Venezuela sempre comprou do Brasil. Hoje, o comércio é muito forte. O Estado fortalece os supermercados, etc., de ordem que isso está hoje prejudicado, e eu sou totalmente contrário à forma como o Brasil se envolveu nessa questão.

Nós sabemos que há fóruns legais, há órgãos legais. Se os Estados Unidos de fato quisessem ajudar o povo venezuelano, estivessem preocupados humanamente com a Venezuela, com a democracia da Venezuela, deveriam usar a Cruz Vermelha, deveriam usar a ONU, deveriam suspender as sanções aos povos venezuelanos, porque, ao longo do tempo, os Estados Unidos foram desidratando a Venezuela, para culminar nessa crise que está aí. Na verdade, nessa carnificina que hoje está acontecendo na Venezuela, eles não quiseram colocar a digital diretamente. Usaram, lamentavelmente, o Brasil e a Colômbia nisso.

Acho que necessariamente não deveriam ter feito, até porque o mantimento enviado pelo Brasil que chegou à fronteira lá é extremamente vergonhoso. A população da Venezuela é de 30 milhões, 26 milhões de venezuelanos. Aí chegam dois caminhõezinhos 3/4 pela metade de mantimentos. Isso é uma afronta, é uma provocação. É uma provocação, e foi. E aí, está aí o resultado, lamentável, sangue derramado, todo um confronto.

Então eu sou a favor de que o Brasil realmente mantenha a sua tradição de um País que luta pela mediação, pela paz, pela boa vizinhança. Nós temos mais de 100 anos que não nos envolvemos em nenhum tipo de atrito internacional. E essa briga não é nossa. Claro que nós torcemos e lutamos para restabelecer a democracia dentro da Venezuela. Mas quem votou no Nicolás Maduro foi o povo venezuelano. Quem votou no Juan Guaidó foi o povo venezuelano. Não fomos nós. Foi uma escolha. Eu acho que o Brasil tem que buscar o entendimento.

Por exemplo, eu ouvi aí o Juan Guaidó dizer, lá na Colômbia, ele andou a dizer por todo canto, que ele assumiu como Presidente interino com base na Constituição. Mas essa mesma Constituição diz que em trinta dias, ele teria que convocar umas novas eleições. E inteirando os trinta dias dia 23 agora, ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava na Colômbia, e eu não o vi fazer essa convocação dessas novas eleições. Ou seja, critica o Nicolás Maduro, que não obedece à Constituição, e ele tem uma oportunidade ímpar de fazer isso e também não faz.

Portanto, é uma questão política interna, lamentável que um país como a Venezuela, que sempre, na América do Sul, teve padrão de vida intelectual, financeira acima da média, sempre a Venezuela e o Chile tiveram isso, dadas as suas riquezas, e que hoje vive essa tremenda crise.

E por outro lado, Sr. Presidente, eu acho que se é para o Brasil se envolver numa briga internacional, de forma gratuita, sem nenhum propósito, acho que nós deveríamos olhar para as crises, a crise interna que nós vivemos hoje e que nós temos que enfrentar. O Brasil tem crises fortes que precisamos enfrentar.

Nós temos hoje na casa aí de 13 milhões de pessoas desempregadas. Nós precisamos empregar essas pessoas para dar dignidade e qualidade de vida.

Nós temos hoje, Sr. Presidente, uma média de 60 mil pessoas assassinadas por ano no Brasil. Isso é maior do que qualquer guerra que nós tenhamos visto nos últimos tempos. Então é uma situação que nós temos que equacionar.

Nós temos hoje 11,8 milhões de pessoas analfabetas. Precisamos melhorar nossa qualidade da educação, precisamos dar condições para essas pessoas.

Nós temos hoje 2 milhões de pessoas, 5% das crianças, fora das creches.

Nós temos hoje 15,2 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza. Viver na extrema pobreza é viver abaixo de R\$70 por mês.

Nós temos hoje 1 milhão de pessoas sem energia, na escuridão. Você já imaginou, em pleno século em que nós vivemos, ainda haver gente sem energia em sua casa? É um absurdo!

Nós temos hoje no Brasil, Sr. Presidente, a metade da população brasileira, 100 milhões, sem saneamento básico. V. Exa., que é médico, sabe disso, foi um bom Prefeito, sabe que a falta de saneamento é, sem nenhuma dúvida, uma grande causa de diversas doenças.

Nós temos hoje, Sr. Presidente, 900 mil pessoas na fila do SUS, esperando atendimento.

Portanto, nós temos crise na educação, na saúde, na energia, nós temos crise na geração de renda e emprego. Então, o Brasil está vivendo uma crise social e econômica ainda muito profunda. Não há razão alguma para o País estar entrando num conflito desnecessário dessa ordem. Isso com relação à Venezuela e ao Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero falar do meu Estado de Roraima, que tem sido a vítima dessa situação. O que acontece hoje com Roraima? Roraima é um Estado que paulatinamente... quando território foi o maior exportador de carne bovina do Norte, um Estado cuja economia era pecuária, o setor primário: pecuária, minério, madeira, etc. E, lamentavelmente, o quadro político ao longo do tempo colocou Roraima no contracheque. Hoje, 80% dos recursos do Estado vêm do FPE, 20% constituídos da seguinte forma: 49% vêm do contracheque, 36% vêm de comércio e serviço, abastecidos pelo contracheque, 9% vêm da indústria e só 6% vêm da agropecuária, ou seja, só 15% dos 20% dos recursos ordinários que realmente vêm da iniciativa privada. É um Estado totalmente de recursos públicos.

Também somado à corrupção, desmandos administrativos, o Estado se aprofundou numa crise econômica e social gravíssima. Proporcionalmente, Roraima hoje é o Estado que tem o maior índice de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza, maior índice de desemprego. Roraima hoje é o Estado que tem maior violência contra jovens, mulheres. E isso tudo que estamos falando de um Estado que é o mais rico do Brasil em termos de natureza *per capita*. O Estado mais rico do mundo, não é do Brasil, do mundo. Nós temos a maior riqueza natural *per capita* do mundo: minério, água, sol, terra, mas estamos vivendo essa crise.

Hoje, também com essa imigração desordenada, estão sendo canceladas cirurgias, Senador Nelsinho, que é médico, todas as cirurgias eletivas suspensas, não há antibióticos nos hospitais, não há leitos. Para atender a essa demanda, a essa emergência de pessoas feridas ou vítimas na Venezuela, estão-se tirando dos nossos leitos pessoas que ainda estão em tratamento, mandando para casa, por falta de espaço. Essa é uma situação na área da saúde. Então, é gravíssima a situação da saúde no Estado. E precisa necessariamente que o Governo Federal acene de forma positiva. Não adianta mandar para lá só militar, só arma, só isso e aquilo, e no final a sociedade está sendo sofrida. O Estado está pagando um preço caro. Então, nós estamos com uma saúde totalmente abalada por conta disso.

Na parte da educação, o transporte escolar está todo paralisado por falta de pagamento. As aulas foram adiadas por conta disso. Os terceirizados estão há sete meses sem receber. Os médicos estão há dois meses com o salário atrasado. Senador Nelsinho, que é médico, imagine o médico que vive ali do seu trabalho e tem dois meses com salário atrasado.

Então, a crise do Estado é eminente e é importante uma ação positiva. Não adianta só o blá-blá-blá. Um dia desse, foi uma comissão de ministros lá e fizeram turismo, não resolveram nada, não houve nada de positivo. A saúde está abalada, a educação está abalada, o pagamento dos terceirizados está paralisado e na segurança nós estamos lá com um quadro dessa Guarda Nacional aí, dessa segurança nacional tomando conta dos presídios.

Então, o Estado de Roraima precisa voltar à sua normalidade. O Governo Federal está de costas para o Estado de Roraima. Nós temos lá gargalos que o Governo Federal precisa resolver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roraima é o único Estado que é albergado. Roraima é um Estado albergado. Quando dá 18h, baixa-se uma corrente na única via, na única BR que liga Roraima ao Brasil, a BR-174, no trecho de Waimiri-Atroari, que é uma área indígena de 100km, desce uma corrente às 18h e essa corrente é aberta no dia seguinte, às 6h. Por onze horas noturnas fica fechada a BR. Como? Como eu perdi o meu direito de ir e vir? Como é que se rasga a Constituição? Como um Estado desse pode crescer, pode desenvolver?

Por outro lado, nós temos uma energia, o único Estado que não está interligado nacionalmente. Como eu falei ainda agora, depende em 70% da energia da Venezuela e o resto são termelétricas, que são caras, caríssimas, poluentes, as piores espécies que existem e inseguras.

As nossas terras. O Estado de Roraima é o único Estado que ainda não é detentor das suas terras...

(Interrupção do som.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... particulares. Como vai viver o agricultor? *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador, mais três minutos para concluir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Obrigado. É porque a crise de Roraima é muito grande e eu peço a paciência dos companheiros.

Então, veja você: Roraima é o único Estado que ainda não tem hoje as suas terras. Como é que vai viver o agricultor? Por conta exatamente de você não ter essa segurança jurídica e fundiária das terras é que 83% da população moram na área urbana. Como é que vai morar na área rural? Você não pode fazer nada. Não há estrada, não há energia, não há ponte, não há o aparelhamento do Estado, não há educação, não há o financiamento, não se pode tirar dinheiro em banco, mas há o Ibama lá.

Além disso tudo, o Ibama está hoje fazendo uma devassa no Município. Senador Mecias, que conhece muito bem porque é sua região, Rorainópolis está vivendo o terror do Ibama, e eles fazem para afrontar, eles fazem para afrontar e dizem que vão mostrar para o Presidente que ele não manda no Ibama e estão lá fazendo barbaridades. E o Ministério do Trabalho por outra parte.

E o que mais me chama a atenção é que o Presidente Bolsonaro dizia que o ex-Senador Romero Jucá era o atraso de Roraima, era um corrupto que devia ficar fora e hoje 32 cargos federais ainda continuam sendo mandados pelo Romero Jucá. Será que o Presidente faz um discurso e, na prática, pratica outro? E estão lá esses órgãos tentando prejudicar o Estado para tentar atingir o Senador Mecias e o Senador Telmário e para dizer que nada mudou, que nada mudou.

Então, fica meu apelo aqui ao Presidente Bolsonaro que realmente, como ele disse que sempre teve um amor especial por Roraima, esse amor saia só do coração e do sentimento e vá para a prática. Roraima precisa sanear as suas contas, precisa renegociar a sua dívida de R\$6 bilhões, precisa de energia, precisa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirar essa corrente, precisa das suas áreas e precisa dizer que o Romero já não é mais Senador, que os outros mais de trinta órgãos têm outro comando, têm outra direção. Roraima precisa sanear as suas contas, precisa renegociar a sua dívida de R\$6 bilhões, precisa de energia, precisa tirar essa corrente, precisa das suas áreas e precisa dizer que o Romero já não é mais Senador, que os trinta e outros órgãos têm outro comando, têm outra direção.

É o meu desabafo e a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Telmário, obrigado pela consideração de V. Exa.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia, nosso Vice-Presidente. Queria cumprimentar todos os colegas aqui do Senado, desta Comissão, e parabenizar pela convocação desta reunião extraordinária, cujo tema central, pelo que eu entendi, é analisar a situação da Venezuela e a nossa relação Brasil x Venezuela.

E eu queria começar pelo depoimento contundente do Senador Telmário, dizendo que nós, internamente, já temos problemas suficientes para pretendemos cuidar dos problemas de outra nação vizinha. Eu fico com a posição dos chefes militares quando da reunião com o Presidente Bolsonaro. Ele fez uma reunião em que estiveram presentes o Presidente desta Casa, o Presidente da Câmara, os ministros do Palácio. E os ministros militares, vou chamar assim genericamente, todos se posicionaram contra o envolvimento do Brasil em algo que não é uma decisão do Conselho de Segurança da ONU, que sempre foi o guarda-chuva para todas as missões brasileiras que vão ao Haiti, que vão ao Líbano, que já estiveram no Iraque, onde perdemos, inclusive, funcionários brasileiros do Itamaraty da melhor qualidade. E sempre a diplomacia brasileira pontuou no mundo por garantir essa nossa característica que está escrita na Constituição de não intervenção, de autodeterminação dos povos, que está escrita em todos os documentos oriundos do Ministério da Defesa. A Estratégia Nacional de Defesa, não vou cansá-los para ler, toda se lastreia no conceito de que nós nos envolvemos em conflito com o guarda-chuva multilateral da ONU, sempre como missão de paz.

Então, eu prefiro olhar para dentro. Quais são os verdadeiros interesses do Brasil na relação com a Venezuela? O Senador Telmário acabou de citar alguns aqui, até porque, do Estado de Roraima, provavelmente perto de 60% das suas exportações eram feitas para a Venezuela. O Brasil tinha um saldo comercial na balança com a Venezuela altíssimo. Hoje está praticamente zerado, porque, por ideologia... É até estranho que alguém do PT venha falar isso, mas o mundo, após a queda do muro de Berlim, não está mais vivendo nem na guerra fria e muito menos no combate das ideologias que, artificialmente, tenta-se introduzir nesse caso da Venezuela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos de ter uma diplomacia e uma postura mais pragmática. O Brasil poderia estar se aproveitando, no bom sentido da palavra, economicamente, porque a Venezuela – e eu já visitei a Venezuela porque tive um irmão que era o executivo número 1 de uma multinacional inglesa e que lá trabalhava – praticamente não tem nenhum parque industrial porque sofre da doença do petróleo.

Pela riqueza do petróleo, pasmem, quando eu estive visitando a Venezuela – não para ironizar com o povo venezuelano –, o papel higiênico era importado. Ou seja, não foi este governo, foram as elites venezuelanas que deitaram no berço esplêndido da riqueza do petróleo, e, ao fim e ao cabo, nenhum de nós aqui é ingênuo para desconhecer que o fulcro dessa luta é o petróleo do Orinoco, que é uma das maiores, se não for a maior reserva de petróleo do mundo.

Então, não somos nós que vamos entrar em uma guerra que não é nossa. Nós temos a nossa guerra social, a violência interna, e nós poderíamos estar ganhando nessa relação, empregando, exportando empresas brasileiras. Lá não se produz praticamente nada. Peças de carros são sempre trazidas de fora para dentro, daí essa crise que se vive. Eu não vou entrar nem no mérito do bloqueio que os Estados Unidos fizeram de dinheiro venezuelano, infinitamente maior do que o volume de dinheiro na chamada ajuda humanitária; ou o bloqueio do ouro que foi feito na Inglaterra do dinheiro venezuelano.

A Venezuela já fez a demanda de ajuda humanitária à ONU. Se houver uma missão da ONU de levar ajuda humanitária, evidentemente, eu entendo que o Brasil deva participar. Mas não deve participar de uma articulação que não tem, vou repetir, o guarda-chuva das Nações Unidas.

Nós já ganhamos muito na relação comercial, Roraima já ganhou muito na relação comercial, e eu acho que não é hora de nós nos dedicarmos a problemas que são do outro lado da fronteira. Se algo estiver acontecendo nos afrontando – e é óbvio que a migração de venezuelanos nos preocupa –, então isso será tratado.

Agora eu só queria dar este depoimento, Presidente: que nós respeitemos uma tradição da diplomacia brasileira. Eu não vou aqui criticar porque o Ministro está ausente, mas o atual chanceler faz diplomacia ideológica, ele está antes da queda do muro de Berlim. Às vezes, me parece aquele soldado japonês, em que a guerra tinha acabado e vinte anos depois foram encontrá-lo ainda...

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Trinta e dois anos no mato.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Trinta e dois escondido na selva.

Eu fui Ministro da Defesa do nosso País com muito orgulho, porque fiz Colégio Militar do Rio de Janeiro e tenho um profundo apreço pelas forças e pela diplomacia brasileira, que são formadores de quadros. Agora, pelo amor de Deus, o muro caiu lá se vão 30 anos, e alguém ainda está tentando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reintroduzir a guerra fria entre nós, ideologizar a nossa diplomacia. A nossa diplomacia tem que ser menos de punho de renda e ser como a diplomacia americana, a diplomacia pragmática e comercial.

Então, é um apelo que eu faço como Comissão. Não quero entrar em um juízo de valor, até porque não fui eu, foi o ex-presidente americano que fez rasgados elogios ao sistema eleitoral venezuelano, que, como o nosso, é totalmente informatizado. Mas eu não quero entrar... Bom, cada colega falará o que quiser. Eu só acho que a embocadura desta reunião deveria saber o seguinte: quais são os interesses brasileiros na relação com a Venezuela? E, a partir daí, nós nos movimentarmos, e não a gente servir de instrumento para algo que não nos diz respeito.

Era o que eu tinha a comentar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a contribuição do Senador Jaques Wagner.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Bom dia, Sr. Presidente!

É um prazer participar de uma Comissão tão importante quanto esta com V. Exa. presidindo e trazendo um tema da maior relevância.

Primeiro, eu queria dizer que gostei muito de ouvir o Telmário, do PT, dizendo que é preciso rever o sistema que criou esse monte de...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu ficaria honrado se eu fosse do PT, mas não me deram essa sigla. Sou do PROS.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Desculpe-me. PROS. Já que estaria honrado, então, não foi uma ofensa, não é?

Eu acho importante ter ouvido dele, que representa também um Estado da Amazônia, que a forma como foi criado esse monte de unidade de conservação precisa ser revista. Essa insegurança jurídica a que ele se refere é um impeditivo para que as forças produtivas se instalem na região ou que as que lá estão instaladas possam prosperar. Não há segurança jurídica nenhuma. Há uma faixa de 150km dá total insegurança de se fazer investimento, porque o Estado a qualquer hora pode tomar a sua propriedade privada. Como se investe em uma área dessa?

Mas o tema aqui é de alta relevância. E, discordando dos queridíssimos colegas que me antecederam, inclusive do Senador Jaques Wagner, de quem fui colega Deputado Federal e que foi Governador da Bahia... Ele é alguém que consegue ser de esquerda, mas ser leve, ser suave. Isso não é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normal, isso é raro. Mas eu discordo, Presidente, porque esse é um tema, sim, sobre o qual o Brasil precisa se posicionar.

Primeiro, é um tema humanitário. Vamos lá. Vamos entrar na natureza do regime, mas vamos pegar alguns dados de o que virou a Venezuela, que era um dos países mais ricos do nosso continente e é um dos mais pobres hoje. A queda no PIB não é medida com exatidão por causa da falta de dados, mas estima-se que ela tenha caído quase 40%; a inflação atingiu 1 milhão ao ano; 61% dos venezuelanos estão vivendo na extrema pobreza; 89% dos venezuelanos afirmam não possuir dinheiro suficiente para comprar comida para suas famílias; 64% da população perderam, em média, 11 kg; 10% da população, portanto 2,6 milhões, fugiram do país, estão fugindo do país; em agosto, os Estados Unidos indicaram uma série de pessoas ligadas ao regime acusadas de tentar lavar US\$1,2 bilhões em fundos obtidos ilegalmente.

Portanto, em um país em que as pessoas estão sendo filmadas pegando lixo para ver se tem um pouco de comida, é, sim, uma questão humanitária, e é cancelada a ajuda pela OEA, que cancela essa atitude que teve do regime de Nicolás Maduro a reação absolutamente surreal de rejeitar ajuda humanitária no dia 19, não só queimando como atacando e tirando a vida de mais de 25 pessoas.

Sr. Presidente, vários colegas, com relação à Venezuela, dizem que isso não é assunto nosso, mas esses mesmos colegas com seus partidos participaram do Foro de São Paulo, em que estava a Farc colombiana.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E era um movimento internacional, uma tentativa de fazer na América Latina o novo continente da teoria marxista na prática. Veja bem, por questão humanitária, é, sim, um assunto em que o Brasil tem de se envolver.

Outra: os direitos fundamentais consagrados pela ONU a partir do fim da Segunda Guerra Mundial estão sendo atingidos na Venezuela. O regime é ilegítimo, sim. A partir de 2015, quando se elegeu um Congresso Nacional contrário majoritariamente ao Governo, ele passou a usar de dezenas de artifícios, como fazia o pai político de Nicolás Maduro, Hugo Chávez, que fazia tantos plebiscitos quantos fossem necessários até que a sua tese prevalecesse. Há um regime que está matando pessoas, que corrompeu o Executivo, aumenta a quantidade de cadeiras e faz com que o regime se torne ilegítimo.

Os dois únicos países de ponta, de importância que ainda estão apoiando esse regime são a extinta União Soviética – onde morei em 1984, quando era do PCB, ainda clandestino –, que saiu da ditadura do proletariado, mas ainda vive uma semidemocracia –, que o Putin governa praticamente desde 1989, desde a queda do muro até hoje; e a China, que aderiu à economia de mercado, mas que é uma ditadura política, em que o Partido Comunista continua comandando há 60, 70 anos. Coincidentemente, os dois países que ainda apoiam o regime ilegítimo da Venezuela são aqueles que, no século passado, mais tiraram vidas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho dúvida sobre o número. Há livro que diz que, na China, foram 60 milhões, e um velho conhecido meu disse: "Não foram 60; foram 40". Eu disse: "Mas é muita gente!".

Então, Sr. Presidente, o Brasil precisa, sim, a meu juízo, ter uma ação mais incisiva. E não é de intervenção, mas de posicionamento.

Eu preparei aqui um requerimento, uma moção de repúdio e quero apresentar a esta Comissão.

Sr. Presidente, requiero, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata do voto de repúdio desta Comissão ao regime ilegítimo do ditador Nicolás Maduro pelos atos de violência perpetrados contra o povo venezuelano e a destruição de carregamento de ajuda humanitária.

Requero, ainda, que seja enviada cópia do presente voto conforme dados em anexo.

Por essas questões gerais, Sr. Presidente, ajuda humanitária, pela democracia, pelo que consagra a ONU sobre os tão propalados direitos humanos, o Brasil tem, sim, de ter posição.

Então, peço ao Presidente que aceite o requerimento e o ponha, no momento oportuno, em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Oriovisto, do Paraná.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, eu só quero parabenizar o Senador Jaques Wagner pelo excelente discurso que fez, sobretudo quando ele fala em pessoas que têm uma mentalidade de antes do muro de Berlim ou como aquele soldado japonês que ficou 32 anos lá, ignorando que a guerra havia acabado.

O Senador Jaques Wagner é uma pessoa que vive à frente do seu partido ou pelo menos de muitos membros do seu partido. Notadamente, ele está à frente da candidata a Vice-Presidente do Haddad, quando ela bradava, por toda a Nação, a criação da Ural (União das Repúblicas Socialistas da América Latina). Só para lembrar que existe mais de um PT.

Parabéns ao Senador Jaques Wagner!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Marcio Bittar, V. Exa. encaminha à Mesa requerimento extrapauta e, no momento posterior aos debates, nós iremos avaliar se colocaremos em votação hoje ou numa próxima reunião.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil que nos acompanha, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar V. Exa., Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão, Senador Nelsinho Trad, pela iniciativa e o apoio, com a presença muito significativa de membros da Comissão, para haver uma manifestação do Senado da República e da Comissão que versa sobre as relações exteriores e a defesa nacional, que são duas pautas que estão em discussão neste momento agudo em relação à Venezuela, à fronteira com Roraima.

Há necessidade de que haja sapiência. Faz 41 anos que eu entrei no serviço policial. Na polícia ostensiva, na Polícia Militar, nós aprendemos que, toda vez em que somos chamados para algum conflito, a rainha das armas é sempre a palavra, é a negociação. Aprendemos que temos de ser, quando as pessoas estão em conflito, estão exaltadas, algodão entre cristais, e não ser uma pedra entre cristais. Senador Marcos do Val, que tem uma vida devotada ao preparo de profissionais da segurança pública no mundo todo, se nós nos pusermos como pedras, vão se quebrar os cristais.

Logicamente, nós temos uma situação extremamente delicada. Temos de ter toda a serenidade, porque, por todos os lados que estejam envolvidos em um conflito interno na Venezuela, cada um de nós aqui tem a sua posição diante de uma convicção ideológica. Hoje eu, particularmente, vejo a total ilegitimidade do Governo do Nicolás Maduro, mas, neste momento, como Comissão, falando pelo Senado da República, nós temos de nos ater àquele cenário que está ali localizado, à dificuldade que nós temos, inclusive quanto ao corte de energia elétrica, devido ao fato de a geração de energia ser do lado venezuelano, o que pode impactar demais a vida de brasileiros ali, na fronteira. Há falta de combustível, pelo preço do combustível do lado da Venezuela, do lado brasileiro. Nós não temos postos de gasolina para poder fazer um abastecimento para a população.

Nós temos, sim, que procurar fazer com que chegue a ajuda humanitária, mas de forma diplomática. Temos de ter todo o cuidado do mundo, porque, por múltiplas razões, todo o mundo quer os primeiros corpos no chão. Então, nós temos de ter essa sapiência.

Eu tenho visto manifestações...

(Soa a campainha.)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... de generais brasileiros. O Jaques Wagner foi Ministro da Defesa e sabe exatamente a grandeza das decisões. Quando eles mesmos estão alertando para que sejam evitadas, de todas as formas, questões mais agudas ou o emprego de força, nós temos de ter toda a cautela do mundo em relação a isso.

Aliás, eu vejo, neste momento, uma inversão das falas. Eu vejo as relações exteriores dizendo: "Força e arma"; e eu vejo os profissionais da força e da defesa nacional dizendo: "Cautela. Vamos mediar, vamos ser serenos". Então, eu acho que é hora de ouvirmos mais os generais, que têm o tempo, têm os cabelos brancos, têm a vivência e já sofreram outras situações. Todos nós sabemos que o emprego da força, como último caso, é mais do que necessário, mas, no desenvolvimento, enquanto puder haver ação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociada, responsável, coordenada, eu acho que devem ser envidados todos os esforços, neste momento, sem partidarização, sem ideologia, de forma muito concreta.

Eu vejo essa iniciativa e tomara que haja outras iniciativas dessa natureza. Que a Comissão de Defesa Nacional se coloque junto com os representantes do Estado brasileiro, com as Forças Armadas, com as relações exteriores. Que V. Exa., ou quem V. Exa. por bem houver designado, faça um acompanhamento permanente do Senado da República. Eu acho fundamental, porque nós temos de caminhar para uma solução mais do que negociada. Quando nós estamos ali, em limites de territórios, como nós estivemos no final de semana, muitas vezes a imprensa acaba potencializando e mostrando: "Olha, houve invasão de soldados da Venezuela dentro do Território brasileiro." Às vezes, é uma marca que não existe, é 50m para cá, 50m para lá. Se tivermos uma posição mais exacerbada e menos racional, poderemos ter os corpos no chão, que é tudo o que nós não queremos neste momento. O Brasil tem uma grande chance de se colocar de forma muito ativa nesse processo, como um mediador em todas as circunstâncias.

Então, fica aqui a minha manifestação de apoio a essa atividade extraordinária e fundamental desta Comissão. Já valeu por tudo, já valeu a indicação que consegui para estar nesta Comissão estar participando deste momento com muita racionalidade, com muito respeito e dizendo: o Senado da República está sendo ativo neste momento ao se colocar como mediador nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as palavras do Senador Major Olimpio.

Quero apenas informar ao Major Olimpio, aos demais pares e a todos os presentes que ontem nós estivemos com o Ministro da Defesa Gen. Fernando, que, de uma maneira muito cortês, nos recebeu, e encaminhamos a ele o requerimento aprovado por esta Comissão. Ele está já providenciando uma data de comum acordo com a nossa Comissão para que possa aqui estar presente e dizer as estratégias de ação não só em relação a essa questão como também a outras questões pertinentes ao Ministério da Defesa.

Já há também uma agenda para breve com o Ministro das Relações Exteriores que também irá nos receber, ocasião em que levaremos a ele o requerimento aprovado por esta Comissão para que ele possa estar presente aqui.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar também o Senador Marcos do Val, cumprimentar os colegas aqui e dizer que é uma satisfação grande participar desse debate ao lado de figuras tão importantes da República brasileira, como é o caso do Senador Jaques Wagner, do Senador Alessandro, do Senador Major Olimpio, do Senador Humberto Costa, do Senador Marcio Bittar, que acaba de encaminhar uma moção de repúdio ao governo ilegítimo de Nicolás Maduro. E eu já quero, de antemão,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer um encaminhamento favorável à moção de repúdio apresentada pelo Senador Marcio Bittar. Quero cumprimentar também a Senadora Soraya, que se encontra aqui.

Mas, Sr. Presidente, creio que o Senador Telmário, ao usar a palavra aqui nesta Comissão, tenha dito com clareza os sentimentos do povo roraimense com relação ao Brasil e com relação a esse clima tenso que vivemos lá na fronteira com a Venezuela. É muito fácil, às vezes, falar de longe. Eu conheço os dois lados. Conheço o lado brasileiro e conheço o lado venezuelano. A minha preocupação aqui não é a de um mero expectador, como também não é essa a de nenhum dos membros desta Comissão, pois toda ela está preocupada com o Brasil. Mas eu tenho uma preocupação a mais: a minha família, o meu pai, os meus irmãos, os meus amigos, os meus eleitores estão ali no Estado de Roraima, naquele clima tenso, quente, de guerra entre o Brasil e a Venezuela. É claro que foi dado um tom maior a isso agora com essa chamada ação humanitária que o Governo brasileiro se propôs a fazer. Bem antes de a ação humanitária chegar lá, Senador Marcos do Val, eu fiz uma nota e fiz com que ela chegasse aos meios de comunicação dizendo que, se o Brasil queria fazer uma ação humanitária, deveria começar pelo próprio Estado de Roraima, onde há mais de cem mil venezuelanos em abrigos e nas ruas da capital e dos Municípios do interior passando fome. A melhor forma de ajudar essas pessoas seria começar pelas que estão no próprio Estado de Roraima, inclusive pelo nosso povo, pelos brasileiros que estão lá passando dificuldades, que aumentaram muito com a entrada dos venezuelanos no nosso Estado.

Lá nós temos problemas de todas as naturezas: agrários, fundiários, de saúde... A saúde do nosso Estado entrou em colapso não só agora, neste momento caótico em que se deflagrou ali aquele clima tenso de guerra, mas bem antes, há dois anos. Quando começou a entrada dos venezuelanos no Brasil, aumentou o nosso problema de segurança pública, aumentou o nosso problema na educação, e entrou em colapso total o nosso sistema de saúde no Estado de Roraima, que não está só prejudicando os venezuelanos que estão lá sem assistência, mas toda a população do Estado de Roraima.

Então, eu quero agradecer a oportunidade que Deus me deu e que os colegas me dão aqui, Presidente Nelsinho, de participar deste debate aqui, de colocar a nossa posição com relação a esse sistema. Para nós, em Roraima, o Presidente Nicolás Maduro é, sim, um tirano, um ditador...

(Soa a campainha.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... que desagrada o seu povo, que humilha a sua gente e que, de forma ilegítima, humilha o próprio exército venezuelano. Ele promoveu lá cerca de 1,3 mil generais. Eu não sei quantos generais tem o Exército Brasileiro, mas talvez chegue aí a menos de 300. Eu iria dizer que há de 200 a 300. Mas o exército venezuelano, que tem menos homens que o Exército Brasileiro, tem mais de 1,3 mil generais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Os Estados Unidos têm 900.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Os Estados Unidos têm 900 generais

Por que ele fez isso? Na tentativa única de se manter, de se perpetuar no poder através das forças, através das armas.

Mas isso, Presidente Nelsinho, não se iniciou agora. Muito pelo contrário. Esses são sinais claros que a Venezuela já vem dando há mais de 10 anos. Iniciou-se no governo do patrono político do Nicolás Maduro, que foi o Coronel Hugo Chávez. Eles estão lá há praticamente 20 anos. Esses sinais de ditadura não se iniciam de uma hora para outra. Ela não se iniciou agora. O que falta são os países vizinhos... Os Estados Unidos, os países vizinhos aqui, como o Brasil, a Colômbia, não perceberam antes, quando esses sinais começaram a ser colocados às claras, que lá se iniciava uma ditadura que se pretendia longa e cruel, como está sendo, e ela se demonstra com muito mais força, ser muito mais cruel do que se percebe até agora.

Então, se nós não estivermos atentos aos movimentos, e nós devemos estar atentos a esses movimentos em qualquer lugar do Planeta, e aqui no Brasil também... As ditaduras sempre começam de forma disfarçada. Começou lá de forma disfarçada, no momento em que a Venezuela estava nadando em dinheiro. O preço do barril do petróleo, quando ele assumiu, Senador Bittar, era de cerca de US\$6, e ele, num salto, elevou o preço desse barril para US\$27. Aí a Venezuela nadou em dinheiro. Aí ele pode fazer graça. E, de repente, as coisas começaram a desandar, eles não tiveram mais controle e começaram a enganar o povo com misérias. E essa população que se deixou ludibriar não teve força e não tem mais força para reagir. Eles não têm mais força para reagir. Quem é que reage diante de uma pistola? Quem é que reage diante de um ParaFAL? Quem é que reage diante de uma metralhadora? Qual é o pai, qual é a mãe que não pensa no seu filho e na sua família?

Então, é preciso... Nós não defendemos jamais a guerra, muito pelo contrário – principalmente nós que somos ali o segurança. O sentinela mais barato do Brasil, esse tempo todo, é o Estado de Roraima. Fazemos fronteira com a Guiana e com a Venezuela. E, nesse momento, tudo que Roraima quer é paz. Tudo que Roraima quer é paz, porque nós somos o primeiro alvo. Mas nós queremos paz, seguida de muito diálogo – diálogo aqui já colocado pelo Senador Jaques Wagner, pelo Senador Telmário, pelo Senador Bittar. Nós queremos diálogo, nós queremos paz. E nós sabemos que hoje... Pode até parecer estranho, mas feliz, até porque é próprio das nossas Forças Armadas defender nesse momento a paz, defender o diálogo, que o Governo Federal tem defendido.

Nós queremos isso, queremos continuar com isso, queremos a independência do Estado de Roraima, porque hoje o Estado de Roraima é o Estado mais sacrificado do Brasil. Nós temos lá inúmeros problemas. E eu quero, com a permissão dos colegas aqui, aos poucos ir transmitindo a cada um dos senhores e das senhoras os problemas que afligem o nosso Estado de Roraima. E, nesse momento agora, mais do que nunca, Roraima e o Brasil precisam ter muita cautela e muito preparo para poder agir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico feliz, Sr. Presidente, pela participação e pelo espaço que V. Exa. me dá.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, acho que o que marca principalmente esse momento, e marca de forma triste, é uma mudança muito importante da forma que o Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty sempre pautou a sua prática, sempre pautou as suas políticas.

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um país que sempre teve uma posição equilibrada nas grandes questões internacionais, sempre atuou como um fator de moderação dentro dos conflitos, sempre atuou na perspectiva de construção da paz. E basta que a gente leia o texto da nossa Constituição, que fala de vários princípios importantes: o respeito à autodeterminação dos povos, a defesa da não intervenção, a defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos existentes. E assim sempre tem atuado o Itamaraty desde 1988 e antes de 1988 também, porque esses princípios já vêm sendo aplicados desde a época em que o Barão do Rio Branco era o nosso chanceler.

E a própria política nacional de defesa, que extrapola inclusive o aspecto meramente das relações entre os países, fala da defesa do país, fala do enfrentamento militar, nessa política que foi reafirmada num decreto legislativo do final do ano passado – o 179, do dia 14 de dezembro. Lá está escrito: "O Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Os eventos que marcam a história do País atestam tal postura e fundamentam seu posicionamento das relações externas."

Nessa política nacional de defesa está afirmado que o Brasil privilegia a solução pacífica de controvérsias, apoia o multilateralismo nas relações internacionais, repudia intervenção de Estados sobre a soberania dos outros Estados – e, se for obrigado a fazer isso, que seja feito de acordo com o ordenamento jurídico internacional –, que nós privilegamos a cooperação no âmbito internacional e que queremos, inclusive, manter o Atlântico Sul como zona de paz e de entendimento.

Então, o que acontece hoje é que, como disse aqui de forma brilhante o Senador do Estado de São Paulo, nosso Líder do PSL, as coisas estão invertidas. O Ministério das Relações Exteriores aposta no enfrentamento, aposta no conflito, joga gasolina, e os militares, com uma sábia avaliação, têm procurado manter uma posição de moderação. Felizmente, o próprio Vice-Presidente da República assumiu esse papel, teve uma posição importante nessa reunião desse Grupo de Lima, que, na verdade, tem atuado, na minha opinião, não no interesse dos seus países, mas no interesse dos Estados Unidos.

O que o Brasil tem a ganhar com esse conflito? O que o Brasil vai ganhar se houver uma intervenção armada na Venezuela? Absolutamente nada; tende a perder, porque o Brasil é exportador de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

produtos para a Venezuela – já houve uma situação muito melhor nesse aspecto, mas ainda é hoje um exportador de produtos para a Venezuela.

Os Estados Unidos nós sabemos o que querem: só têm a ganhar, porque as maiores reservas de petróleo do mundo estão na Venezuela. A venda de petróleo da Venezuela para os Estados Unidos está sendo superada pela venda à China e à Rússia, exatamente porque o Governo venezuelano tem encontrado dificuldades de poder, inclusive, movimentar os recursos decorrentes da venda do petróleo aos Estados Unidos. E seria de se perguntar... Veja que coisa contraditória: hoje o Presidente Trump está na Coreia do Norte, e ele qualificou o Presidente da Coreia do Norte como o homem-foguete, porque ameaçava não só a paz na Ásia, mas ameaçava atacar os próprios Estados Unidos. E aí, hoje, o Presidente Trump, no encontro que teve com ele, chamou-o de grande líder – grande líder.

Eu não estou entrando no mérito da situação da Coreia do Norte, até porque eu sou integrante da Frente Brasil-Coreia do Norte, e nosso esforço é para que isso aí avance, que a paz avance lá. É ótimo que o Trump esteja fazendo isso e falando isso. Agora, qual é a diferença de tratamento que ele dava ao Kim Jong-un e ao que ele dá ao Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro? A diferença é porque há petróleo lá na Venezuela. Essa é a diferença.

Então, nós não podemos entrar numa guerra que não é nossa. Nós não podemos ter uma posição num processo como esse que, em vez de ajudar no encontro de uma solução negociada, venha incendiar a América Latina, que é uma região em que há muito tempo não há conflitos armados.

Eu queria defender essa ideia, dizer que nós do PT temos essa posição, inclusive independentemente de questões ideológicas, de diferenças quaisquer que sejam. Nós esperamos que essa lição que nós tivemos, quer dizer, foi lamentável, foi uma patacoada o que nós fizemos... Infelizmente, uma parte da imprensa entrou nisso, parecia que estavam torcendo para filmar confrontos, conflitos que iriam acontecer ali. Eu só tenho aqui a elogiar a postura que os militares brasileiros tiveram de chamar o feito à ordem e de utilizarem o bom senso para vivenciar essa situação. Espero que continuemos assim.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Bom dia, Sr. Presidente Nelsinho Trad; Vice Marcos do Val; colegas Senadores.

O Ministro do Supremo Marco Aurélio utilizou uma expressão interessante que é: "vivemos tempos estranhos". A Bancada do PT elogiando os militares e a sociedade sem perceber onde está a razão. O Brasil vive momentos difíceis.

Essencialmente, Sr. Presidente, eu quero me somar à palavra dos colegas naquilo que é evidente, que é óbvio, que não cabe a participação do Brasil em nenhum tipo de conflito armado, porque não há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, absolutamente sentido nenhum, pelo histórico pacífico do Brasil, pela conjuntura como um todo, por condições operacionais também. A gente não pode esquecer – e é um ponto que tangencia essa questão, mas vai ter que ser tratada – a questão do aparelhamento das Forças Armadas.

O Brasil precisa voltar dentro de um ponto de equilíbrio para cuidar das suas Forças Armadas para que elas estejam operacionais em um momento de necessidade, que a gente espera que nunca chegue. Particularmente quero ressaltar um ponto que foi tocado aqui pelo Senador Humberto: a relevância econômica e estratégica da Venezuela como produtora de petróleo.

Não podemos cair – nós não temos autorização, somos Senadores da República – num discurso tolo de defesa de democracia partindo de países que toleram ditaduras pelo mundo afora a depender da conveniência econômica.

Então, esse tipo de discurso raso, simplista, não cabe numa Casa como é o Senado da República. O interesse essencial do nosso grande parceiro comercial, que são os Estados Unidos, é o controle de mais uma rota, de mais um grande produtor de petróleo e gás.

Sob o ponto de vista prático, Sr. Presidente, eu queria apresentar uma sugestão: que fosse feito um convite a representantes da Assembleia Venezuelana, que hoje é o órgão legitimado democraticamente naquele país, para que participem de uma audiência conjunta aqui no Senado da República.

Faço essa sugestão no sentido de que nós podemos, a partir do contato direto com esses Parlamentares, encontrar, sim, soluções mais próximas da realidade.

Infelizmente, não há um acesso plenamente seguro, ou plenamente limpo, para informações da Venezuela e, trazendo para cá representantes do Parlamento, nós poderemos chegar mais perto de uma solução, que deverá ser sempre negociada dentro dos princípios da diplomacia brasileira, que nos orgulha tanto.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho boa a ideia do Senador Alessandro e só queria agregar que, se realmente nós queremos ajudar no sentido de encontro de soluções, é importante que ambas as partes estejam, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. *Fora do microfone.*) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque, na verdade, existe uma bancada do Governo na Assembleia Nacional e existe outro órgão legislativo que é a Assembleia Constitucional, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Constituinte.

Então, eu acho boa essa iniciativa, acho muito interessante, e, se houver como nós a viabilizarmos, eu acho que ajuda. Lá no Parlasul nós temos uma representação da Venezuela que contém governo e oposição...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. *Fora do microfone.*) – Pode ser um caminho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode ser um caminho também que eles possam vir aqui. Às vezes, a gente pensa que é um esforço que aparenta ser pequeno, mas muitas vezes pode ser um esforço importante. E, principalmente, o Brasil tem que reconquistar essa autoridade política para ser um mediador ali.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. *Fora do microfone.*) – Exato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que, nesse momento, infelizmente perdemos, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Com certeza.

Eu agradeço, Presidente, a colaboração do Senador Humberto, e é exatamente nesse sentido que eu faço a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Acolho a sugestão de V. Exas. e vamos ver a formalidade para que a gente possa convidar, ou convocar, os representantes do Parlamento venezuelano.

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Presidente Nelsinho Trad, Vice-Presidente Marcos do Val, Senador, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar V. Exas. por essa discussão tão importante num momento extremamente delicado que nós estamos vivendo com nossos vizinhos aqui na Venezuela. Inclusive, para colaborar um pouco com esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate, eu queria sugerir... Ontem nós aprovamos na Comissão da Transparência, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, um requerimento convidando o Presidente do BNDES e também o Ministro do TCU, o Presidente, para que detalhassem os investimentos que o Brasil vem fazendo à Venezuela. Isso é muito importante nesse momento, porque a gente precisa apurar o que houve, como foi deliberado tudo isso, a aplicação, e se existe uma corresponsabilidade do Brasil com a tragédia que está acontecendo com os nossos irmãos vizinhos.

Então, eu queria sugerir, a partir dessa deliberação que houve ontem, que foi aprovada ontem na Comissão de Transparência, se a gente poderia, a título de sugestão, fazer uma sessão conjunta com a CRE; fazer uma sessão conjunta com essa Comissão, para ouvir essas duas autoridades no Brasil e a gente buscar abrir essa caixa-preta que incomoda o povo brasileiro e que nos deixa numa situação um pouco delicada, como eventuais corresponsáveis com o que está acontecendo no país vizinho. Parece que esse dinheiro foi investido lá, são bilhões de reais, e, de uma certa forma, existe muito questionamento do investimento brasileiro para financiar uma ditadura.

Eu queria deixar o registro dessa sugestão de uma audiência conjunta, se for possível dentro do Regimento, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assiste razão à sugestão de V. Exa.

Determino aqui à Secretaria da Comissão que providencie, através de um ato formal, a intenção da Comissão de se fazer uma reunião conjunta com a Comissão referida pelo Senador Girão,

Com a palavra Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ao Senador Nelsinho Presidente e a todos os demais, bom dia. Também quero parabenizar V. Exa. pelo brilhante trabalho que vem exercendo aqui, atuante. O Brasil e Mato Grosso do Sul se orgulham disso.

Quero só destacar aqui que o Brasil emprestou muito dinheiro para a Venezuela, como falava em Plenário o Senador Álvaro Dias, a juros baixíssimos. Foram alguns bilhões de dólares, de uma forma estranha. Isso é algo que nós temos de apurar.

Só quero sugerir que não nos esqueçamos desse detalhe também. É grave, foi muito dinheiro financiando ditaduras, e isso não pode ficar assim. Então, que esta Casa tome providências. Todos nós temos essa obrigação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dinheiro que era para ser investido aqui, o Brasil devendo horrores e pagando juros...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não, não pagam. Então, além de tudo, cabe-nos buscar essas verdades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Senador Marcio Bittar, V. Exa. tem um encaminhamento da criação da Comissão para acompanhar?

V. Exa. pode usar da palavra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente Nelsinho Trad, o Senador Olímpio não está aqui, mas eu acho que ele deixou uma sugestão bastante pertinente: criar, no âmbito da Comissão, um grupo de pessoas para acompanhar *pari passu*, junto ao Governo Federal, ao embaixador, aos generais que estão envolvidos, enfim, tudo isso que está acontecendo com a Venezuela.

Eu ponderei a ele que V. Exa. já é o Presidente da Comissão, mas a sugestão que eu lhe faço é que o Presidente crie, junto consigo mesmo, um grupo de Senadores para acompanhar, fazer as audiências necessárias, se for o caso ir *in loco*, ver as coisas estão acontecendo, para haver uma participação mais efetiva nisso que é um consenso em todas as falas. Eu acho que há um consenso em todas as falas, no sentido de que nós devemos atuar para que o Brasil seja um mediador nesse conflito, e não um incendiário.

Essa foi uma sugestão dada pelo Senador Olímpio que eu gostaria de reforçar com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a contribuição do Senador Marcio Bittar.

Será providenciada, através das formalidades legais da Comissão, a criação dessa subcomissão no sentido desse acompanhamento.

Eu vou ler aos Srs. Senadores um breve compêndio preparado pela nossa assessoria, em relação a essa questão.

Em 10 de janeiro, Nicolás Maduro assumiu o novo mandato, contestado pela comunidade internacional, após eleições consideradas fraudulentas, sem o acompanhamento de observadores internacionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da Assembleia Nacional declarou-se Presidente interino, com a obrigação de convocar novas eleições em 30 dias, segundo preceito constitucional, e foi reconhecido pela maioria dos países latino-americanos e países desenvolvidos.

No último sábado, dia 23, alguns países liderados pelos Estados Unidos, Brasil e Colômbia organizaram a entrega de alimentos e medicamentos ao povo venezuelano em operação de caráter humanitário, mas que tinha também a natureza subliminar de legitimação de Guaidó como Presidente e de instrumento de pressão sobre Maduro.

Havia a expectativa de que Maduro pudesse renunciar ou de que pelo menos a sua base militar se enfraquecesse e o seu governo iniciasse um processo mais intenso de deterioração. Do lado brasileiro, a entrega da ajuda foi organizada de tal maneira que os caminhões com víveres conduzidos por venezuelanos fossem escoltados pela Polícia Rodoviária até o espaço entre a linha de fronteira e o posto de controle venezuelano.

A operação foi executada, mas os caminhões não ultrapassaram o posto de controle e os víveres não foram distribuídos. Os caminhões retornaram à base militar brasileira. O plano traçado falhou em toda a sua dimensão e o que se viu foi uma radicalização de posições, com incidentes graves dentro da Venezuela, onde os caminhões que passaram as barreiras, vindos da Colômbia, foram destruídos e queimados. E, nas fronteiras do Brasil, especialmente com a Colômbia, isso foi constatado.

Aparentemente, os incidentes no lado brasileiro não teriam sido espontâneos, mas provocados com o intuito de engajar o Brasil em uma possível situação militar. Convocado o Grupo de Lima, a atuação brasileira liderada pelo Sr. Vice-Presidente, General Mourão, conseguiu moderar as expectativas e evitar eventual conflito militar com a condenação do Governo Maduro, mas ressaltando a prerrogativa do canal diplomático e da pressão política e econômica.

O quadro continua muito tenso e reflete o impasse, possivelmente passível de equacionamento apenas por um convencimento progressivo do estamento militar. O quadro ainda continua tenso, repito. Existe a necessidade da mudança de governo no âmbito de um progresso democrático legítimo. Essa é a constatação.

O recuo tático brasileiro relativamente à ajuda humanitária, no nosso ver, é muito prudente. Por outro lado, a situação atual é insustentável. A alternativa é continuar pressionando nos âmbitos político, econômico e diplomático. Naturalmente, trata-se de um caminho lento, mas que evitará situações mais graves.

Houve aqui uma proposta de que membros da nossa Comissão pudessem fazer uma agenda com o nosso Vice-Presidente, que foi quem liderou todo esse movimento na Venezuela, não só para cumprimentá-lo pela atuação, mas também para oferecer a nossa contribuição no sentido das ideias emanadas aqui pelos nobres pares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também foi encaminhada uma sugestão, que vem ao encontro das sugestões do Senador Major Olímpio e demais colegas: a construção de um encontro de nossos representantes – aí seria a subcomissão – com representantes da Assembleia Nacional responsáveis por relações internacionais, até para ouvirmos o outro lado. Isso é muito importante num conflito. Eu me lembro que um dos ensinamentos do meu pai foi o seguinte: nós temos sempre três versões, a de um lado, a de outro e a verdadeira. Então, nesse caso, o encontro poderia ser realizado no Panamá, segundo sugestão a nós encaminhada, no âmbito do Parlatino, que é um organismo internacional, um congresso de Parlamentares que funcionava no Brasil, mas foi transferido para o Panamá, que seria um território neutro no qual nós poderíamos realmente ter uma amplitude maior. Então, nós vamos levar essa sugestão e também a sugestão dos Senadores que aqui participaram da reunião.

Entramos já na segunda parte da nossa reunião, deliberativa.

Existem aqui um requerimento que não vai entrar na ordem porque o autor não está presente, o Senador Wellington Fagundes – ficará para uma próxima reunião –, e o Requerimento nº 6, de 2019, de autoria do nobre Senador Marcio Bittar, que, conforme o art. 108, §1º, do Regimento Interno, que versa sobre a pauta das reuniões das comissões, solicita que a Secretaria da Comissão inclua o referido requerimento na pauta da próxima reunião ordinária, se assim for o caso – Deus queira que não precisemos convocar nenhuma reunião extraordinária da nossa Comissão.

Assim sendo, nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e cinquenta e quatro minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fernando Bezerra Coelho (nos termos do artigo 88, § 3º do Regimento Interno) e Marcos Rogério (após eleição para a Presidência da Comissão no biênio 2019-2020), reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Lasier Martins, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Dário Berger e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de presidente e vice-presidente para o biênio 2019-2020. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleitos, por aclamação, Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2019-2020, respectivamente, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Fazem uso da palavra os Senadores Rodrigo Pacheco, Irajá e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/13>

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2019/2020, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa... Quero aqui registrar que há um amplo acordo das Lideranças partidárias nesta Casa, conduzido pelo nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, que chancelou um entendimento amplo com todos os partidos estando representados nas Comissões Permanentes e procurando seguir sempre que possível o critério da proporcionalidade, como determina o nosso Regimento.

Para esta importante Comissão do Senado Federal, a Comissão de Infraestrutura desta Casa, eis a apresentação da chapa: para Presidente, o Senador Marcos Rogério representando o Estado de Rondônia. Quero aqui cumprimentá-lo. Jovem Parlamentar, mas já com grande atuação na Câmara dos Deputados honrando as tradições de Rondônia e também inspirando a juventude brasileira com um mandato dedicado às boas causas da nossa Nação brasileira.

Para Vice-Presidente, temos a designação do Senador Wellington Fagundes, representando o Partido da República, o PR, de Mato Grosso.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de elegermos os indicados por aclamação, tendo em vista que não há outras indicações.

Também quero aqui registrar que já atingimos o quórum para deliberação. E, dentro desse entendimento, foi acordado pelas Lideranças que nós dispensaríamos a votação nominal e faríamos a eleição por aclamação.

Os Srs. e as Sras. Senadores que aprovam a eleição por aclamação por favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a eleição por aclamação.

As Sras. e os Srs. Senadores favoráveis à chapa do Senador Marcos Rogério e do Senador Wellington Fagundes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eleita a chapa do Senador Marcos Rogério e do Senador Wellington Fagundes.

Conforme determina o Regimento, proclamo eleitos por aclamação, para o biênio 2019/2020, o Senador Marcos Rogério para Presidente e o Senador Wellington Fagundes para Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Convido os Senadores eleitos... Nós estamos aguardando a chegada do Senador Wellington Fagundes, mas já está aqui no Plenário o Senador Marcos Rogério. Portanto, convido-o para vir à Mesa e passo a Presidência da reunião ao nosso novo Presidente, Senador Marcos Rogério.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Boa tarde a todos.

Eu quero, inicialmente, fazer aqui um registro de agradecimento ao Senador Fernando Bezerra, que presidiu os trabalhos para a eleição nesta Comissão, agradecer cada um dos Srs. e Sras. Senadores que comparecerem a esta Comissão no dia de hoje e confiaram seus votos na eleição deste Presidente, bem como do seu Vice-Presidente, Senador Wellington Fagundes.

Agradeço de coração, embora – como registrado pelo Senador Presidente, essas indicações são fruto de um amplo acordo, de um amplo entendimento construído a partir da liderança do Senador Davi Alcolumbre, o nosso Presidente – pense que é uma eleição e em eleição se pede voto e se agradece voto.

Então, aproveito para fazer aqui esse registro sincero de agradecimento aos Senadores que aqui comparecem e confiam seus votos nessa composição para dirigir os trabalhos desta Comissão. Da minha parte, as palavras são de agradecimento e compromisso de tocar os trabalhos desta Comissão com absoluto respeito ao Colegiado, ouvindo os Senadores e as Senadoras, debatendo e dialogando muito e sobretudo discutindo a pauta da Comissão.

Temas importantes para o País passarão por aqui e nós teremos a oportunidade de coletivamente, conjuntamente discutir isso. Além dos debates que faremos no âmbito desta Casa do Senado Federal, teremos a oportunidade de também, quem sabe, ir além, para os Estados, debater temas que são urgentes, porque a agenda nacional exige de todos nós uma profunda reflexão e um amplo debate com a participação da sociedade.

Penso que o que nós colhemos ao longo da eleição deste ano nos sinaliza a necessidade dessa compreensão da necessidade de aproximação dos representantes com os representados, em absoluto respeito, em absoluta sintonia com a agenda nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço mais uma vez aqui um registro de agradecimento a todas as Sras e os Srs. Senadores, que nos dão a oportunidade de presidir esta Comissão.

Antes de concluir os trabalhos nesta tarde, deixo a palavra franqueada ao Senador Rodrigo Pacheco, Líder do Democratas, a quem faço aqui publicamente também o registro de agradecimento pela confiança, pela indicação de V. Exa. e de meus pares, Senadores do Democratas.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, Srs. e Sras. Parlamentares, público em geral.

Eu gostaria, como Líder do Partido de V. Exa., o Democratas, fazer este registro muito breve de congratulações pela assunção de V. Exa. à Presidência desta Comissão.

Eu o conheço já há algum tempo, em razão do convívio na Câmara dos Deputados. V. Exa. e eu compartilhamos lá, na última Legislatura, essa convivência, esse amadurecimento mútuo, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Quando lá cheguei, Deputado Marcos Rogério, eu observava, inaugurando a minha vida pública como Deputado Federal, a atuação daqueles mais experientes. E já disse a V. Exa. e a algumas outras pessoas que V. Exa. destoava em razão da sua capacidade, da sua compreensão sobre os diversos temas que eram ali tratados, da opinião formada sobre diversos temas que eram submetidos à Comissão de Constituição e Justiça, numa liderança muito natural naquela Comissão, com inúmeros votos em separado, com inúmeras relatorias, com uma atuação que serviu para mim de exemplo. Com toda a sinceridade, digo que serviu para mim de exemplo na Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu vim a ser, com muita honra, Presidente, no ano de 2017, tendo V. Exa. como um dos Vice-Presidentes.

Conversávamos muito sobre nosso futuro político e V. Exa. decidiu ser candidato a Senador pelo seu Estado de Rondônia, que, não sei se todos sabem, é também o meu Estado de origem. Eu nasci em Porto Velho, capital de Rondônia. E V. Exa. decidiu então ser Senador, com uma vitória em primeiro lugar, uma vitória que realmente orgulhou a todos nós.

Eu não tinha dúvida, em razão da sua capacidade, daquilo que o senhor representava na Câmara dos Deputados, que seria o representante de Rondônia no Senado Federal. E nos orgulha ainda mais o fato de ser do Democratas. E, assim como me confiou, juntamente com outros Senadores do Partido, a Liderança do Partido aqui na Casa, eu fico muito feliz de ter indicado V. Exa. para assumir a Presidência. V. Exa. hoje, por aclamação, foi eleito Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Quero desejar um profícuo trabalho nos próximos anos, que possa ser um exemplo de Comissão em termos de apelo democrático, de participação dos Senadores, de diálogo, porque sei que é um traço da sua personalidade, e sobretudo daquilo que marca a sua atuação política que é a eficiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia, o Democratas, o Senado Federal seguramente se orgulharão do Presidente desta Comissão.

Desejo muita boa sorte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Rodrigo Pacheco, agradeço a V. Exa. pelas palavras e tenho certeza de que esta Comissão poderá contar muito com a experiência, com o preparo de V. Exa., na condução da Liderança do Democratas junto ao Senado Federal, mas também nas tratativas que faremos junto a esta Comissão, que tem um papel, repito, extremamente importante, especialmente nesse momento da vida nacional, Senador Irajá. Acho que todos nós somos chamados a uma responsabilidade muito grande. E a Comissão de Infraestrutura tem essa incumbência, tem essa missão.

Há os temas que por aqui já passaram, outros serão revisitados, outros ainda virão. Que ajamos de forma transparente e equilibrada, mas absolutamente conectada com a realidade nacional. Então, mais uma vez, meu registro de agradecimento.

O Estado de Rondônia é um Estado que tem quatro Senadores, Senador Irajá. V. Exa. já percebeu, não é? Diferentemente dos demais Estados, nós temos quatro. Senador Pacheco, mineiro por eleição e rondoniense por nascimento. Eu me orgulho muito...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É verdade, Senador. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nasceu em Porto Velho! Nasceu em Porto Velho, nossa capital.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nascido em Porto Velho e criado em Minas Gerais, com muito orgulho, representando o meu Estado de Minas Gerais. E obviamente que permito ser considerado o quarto Senador de Rondônia, nunca olvidando a minha obrigação e o meu compromisso absoluto com meu querido Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenho dúvida disso. Como eu tenho mãe mineira, está tudo em casa. Agradeço V. Exa. mais uma vez.

O Senador Wellington Fagundes ainda não chegou?

Senador Irajá, V. Exa. nos honra muito com sua presença aqui não só nessa eleição, mas tenho certeza de que será um aliado extremamente importante desta Comissão na pauta profundamente importante que teremos pela frente.

V. Exa. tem a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Presidente Marcos Rogério, Senadores e Senadoras, Senador Rodrigo Pacheco.

Para mim é um privilégio estar aqui com vocês num momento tão especial, quando nós estamos iniciando os trabalhos nas Comissões, ao lado de dois grandes colegas com os quais eu tive o privilégio de dividir o mandato passado, na Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Rogério. Inclusive, tivemos a oportunidade de estarmos juntos na CCJ, sob a condução também do nosso sempre Presidente Rodrigo Pacheco, que presidiu com bastante sabedoria e com muita inteligência, o que inclusive o projetou para essa disputa para o Senado Federal, em que ele foi tão bem sucedido e teve uma votação tão expressiva, claro, não desmerecendo todas as suas qualidades. Eu acredito que aquela oportunidade, Rodrigo, deu a você uma grande e brilhante chance de apresentá-lo melhor para Minas Gerais, e isso gerou a visibilidade necessária para uma disputa majoritária. E foi graças ao seu desempenho na Presidência da CCJ, talvez a Comissão – sem desmerecer as demais – mais importante, tanto na Câmara dos Deputados quanto aqui no Senado Federal.

Eu queria aproveitar esta oportunidade apenas para dividir a minha alegria de estar aqui com vocês não só no Senado Federal, mas também dividindo a responsabilidade de participar da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que é extremamente importante para o desenvolvimento dos nossos Estados, do País, sobretudo da Região Norte, de que nós fazemos parte, da Amazônia Legal, tanto o Estado de Rondônia quanto também o meu Estado do Tocantins. É uma grande oportunidade de debatermos aqui vários temas relevantes para os nossos respectivos Estados.

Eu tenho a convicção, Marcos Rogério, que, sob a sua liderança, sob a sua condução, esta Comissão com certeza terá um ótimo desempenho. Podemos fazer um trabalho aqui muito célere, com você como maestro designando as relatorias, conforme a afinidade de cada Parlamentar com seus respectivos temas e também ponderando a questão da geografia de cada Estado e os seus interesses. Acho que você terá aqui uma oportunidade de fazer um belíssimo trabalho. Você é uma pessoa extremamente preparada que eu admiro e respeito muito. Queria registrar isso.

Eu desejo a você, amigo, muita sorte, muita sabedoria. Que Deus possa guiá-lo e dar-lhe toda orientação necessária para você mais uma vez brilhar aqui no Senado Federal e na condução da Presidência tão importante que é a desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Conte com o meu apoio e com o que eu puder colaborar, para o bom desempenho e o bom andamento dos trabalhos aqui nesta Comissão.

Parabéns e muito sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Irajá. Tenho certeza de que V. Exa. dará grande contribuição aos trabalhos desta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, com a experiência e a trajetória que tem. Da minha parte, tenho certeza de que faremos aqui um profícuo trabalho.

Mais uma vez, o meu agradecimento ao nosso sempre Presidente Pacheco, nosso sempre Presidente da CCJ da Câmara e agora compondo aqui também a Comissão do Senado Federal, numa agenda extremamente conectada com valores, com princípios, com ideais. É isso que o torna esse Senador destacado.

Convido o Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente eleito. Asseguro a S. Exa. a palavra para as considerações, agradecendo desde logo, Senador Wellington, a confiança também de V. Exa. para estar ao nosso lado conduzindo os trabalhos desta importante Comissão. Eu vejo que a Região Norte está vivendo um bom momento. Agora há pouco, lá na CAE, nós elegemos o Omar. O Omar vai ser o Presidente da CAE; o Marcos Rogério, Wellington, da Comissão de Infraestrutura; o Presidente também é do Norte.

Obrigado, mais uma vez. Homenagens a V. Exa. A palavra está assegurada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério por estar aqui à Mesa como um parceiro já eleito para que a gente possa comandar esta Comissão tão importante daqui do Senado da República.

Sabemos que o sistema nosso é presidencialista, portanto, estou aqui para cumprir as ordens do Presidente. Eu quero aqui cumprimentar o Senador Irajá e também cumprimentar todos os companheiros daqui da Comissão, em nome do nosso Líder Rodrigo Pacheco. Tenho certeza de que o Brasil hoje carece muito de investimentos muito altos na nossa infraestrutura. O maior custo Brasil, sem dúvida nenhuma, é a questão da logística. Precisamos fazer a intermodalidade, fazer com que o custo para aqueles que estão no interior produzindo e que às vezes têm alta capacidade de produção, uma alta produtividade, competem com países da maior tecnologia aplicada no mundo, mas, quando têm que chegar com seus produtos nos portos, o lucro às vezes já foi. Como a gente tem dito lá na nossa região, na Região Amazônica, o produtor de lá é muito competente da porteira para fora, é obrigação dele fazer da porteira para dentro, da porteira para fora é obrigação do Estado.

Então, a integração e principalmente o investimento dos portos do Arco Norte são fundamentais. Eu tenho certeza de que, com essa experiência que V. Exa. já adquiriu aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, haveremos de estar aqui lutando.

E eu quero aqui aproveitar, já na hora da posse, aqui, neste momento, para também me dirigir aqui ao Ministro da Infraestrutura a respeito da necessidade de uma boa relação com esta Comissão. Essa boa relação é exatamente porque nós estamos aqui para representar a população e os anseios de quem está lá na ponta. Queremos ser o mediador disso, fazer com que o Executivo tenha condições e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouça todos aqueles que estão aqui, cada um com a sua experiência regional, para que possamos realmente melhorar nossa infraestrutura.

Há poucos dias, o Presidente dos Estados Unidos, na sua fala à nação, lá no Congresso Nacional, uma das suas observações mais importantes foi exatamente a infraestrutura daquele país, que é de Primeiro Mundo. Ele dizia dizendo que a infraestrutura dos Estados Unidos está bastante depauperada. Imaginem a nossa que ainda é a de um país em desenvolvimento.

Para toda a nossa região, o Estado de Rondônia, que V. Exa. está aqui representando, como o Senador mais votado daquele Estado nessas eleições, com certeza, tudo que é importante para Rondônia é importante para o Mato Grosso, nossos problemas são comuns. A solução de Rondônia é a solução de Mato Grosso, assim como do Pará, a solução do Tocantins, precisamos lá... Temos a 242, que interliga os nossos Estados, é uma região que tem capacidade de responder muito rapidamente à interligação da 242 com a 158 que vai para o Pará... Enfim, não vamos aqui fazer um raio-X do nosso País, porque ele é imenso e nós precisaríamos de muito tempo aqui falando.

Mas eu tenho certeza de que vamos ter aqui dois anos de muito trabalho e espero que realmente o Governo tenha essa capacidade de olhar o Brasil como um todo.

Eu quero aqui dizer que sou Presidente Frente Parlamentar de Logística, Transportes e Armazenagem e quero aqui, inclusive, convidar todos os membros desta Comissão para que, ao recriarmos novamente esta Comissão, possamos trabalhar juntos para realmente fazermos essa logística.

Senador Rodrigo, agora há pouco houve toda essa questão de Brumadinho, e ela traz a preocupação para Mato Grosso. Eu dizia já no Plenário que a Vale é do Brasil, a Vale foi criada pelo Governo brasileiro. Então, se temos algum problema pontual – faremos agora até uma CPI –, é importante nós resolvemos, mas os investimentos que a Vale precisa fazer também na nossa logística são fundamentais. Inclusive, já está planejada a questão da continuidade no ramal, que é a Fico, da Norte-Sul, exatamente para fazer aquilo que o Blairo sempre disse como Ministro: ferrovia na área central do Brasil, na área de produção, tem que ir à roça, tem que estar próxima de onde está a produção. Por isso, acho que todos nós temos aqui um papel conjunto de melhorar a eficiência da logística brasileira.

Então, todos estão convidados também. Gostaria imensamente de que esta Comissão aqui fosse a principal fonte de ligação através do que é uma frente, ou seja, ser a mediadora entre a sociedade, o País e o Parlamento.

Agradeço muito aqui ao DEM também, que nos ajudou na formação do Bloco Avante nesse trabalho conjunto do PR, do PSC e do DEM. Sob a sua liderança, haveremos de trabalhar aqui intensamente na parceria e na irmandade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente, permite-me?

Agradeço a V. Exa., nobre Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura. Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Apenas e tão somente para estender os votos de congratulações ao Senador Wellington Fagundes, Vice-Presidente desta Comissão e Líder do Bloco que compusemos, que é o Bloco Vanguarda, escolhido, inclusive, pelo Senador Wellington Fagundes, que veio a liderá-lo. O Bloco Vanguarda é composto pelo Democratas, pelo PR e pelo PSC.

Então, muito boa sorte a ambos, ao Presidente e ao Vice-Presidente. Que esta Comissão seja um ambiente muito profícuo para as grandes realizações do País.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Em bom tempo, bem corrigido. Nosso Bloco Vanguarda, que instalamos agora, inclusive. Espero que eu não cometa mais essa gafe.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Avante é o Partido do nosso querido mineiro, Deputado Luis Tibé.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, nada mais havendo a tratar, eu encerro os trabalhos desta Comissão na data de hoje.

Nós não temos nenhuma matéria a deliberar, mas eu deixaria já uma pré-convocação para a próxima terça-feira, às 9h da manhã. Terça-feira, às 9h. A gente vai levantar a pauta remanescente, se for possível, para trabalhar já na próxima semana. A gente já inicia a semana com a pauta da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Selma Arruda, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Paim e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Inclui rodovia de ligação no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 1, de 2019** que: "Requer que seja realizada audiência pública convidando o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para apresentar as diretrizes e prioridades da pasta." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 2, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as políticas públicas necessárias para a atuação da garimpagem, micro e pequena mineração no país." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 3, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Ferrovia de Integração Centro Oeste - FICO." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 4, de 2019** que: "Requer convidar o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para debater acerca da renovação antecipada dos contratos de concessão das ferrovias Estrada de Ferro Carajás (EF-315) e Estrada de Ferro Vitória a Minas (EF-262), concedidas à empresa Vale do Rio Doce S/A."



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Eliziane Gama e os Senadores Esperidião Amin, Zequinha Marinho, Carlos Viana, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Selma Arruda, Jaime Campos, Lucas Barreto e Jean Paul Prates. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/19>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passarmos à Ordem do Dia, há algumas ponderações em razão de ser a nossa primeira reunião ordinária, agradecendo esse quórum extremamente forte, com a presença de muitos Senadores aqui nesta importante Comissão.

É com um misto de satisfação e de pesar que damos início aos trabalhos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura em 2019. Satisfação porque a legislatura que se inicia oxigena os ares do Senado. Os brasileiros entenderam que era hora de mudar, de dar um rumo diferente a esta Casa, escolhendo 46 novos rostos para representar e defender seus interesses na Câmara Alta da República. Pesar porque o início deste ano foi marcado pela tragédia na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, onde o rompimento da barragem da mineradora Vale liberou 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos, causando um desastre ambiental e humano de enormes proporções. A onda de lama que vazou da barragem espalhou-se por cerca de 270ha de terreno, destruindo pontes, varrendo florestas, poluindo o Rio Paraopeba, soterrando casas e, o mais grave, engolindo gente: até o último domingo, a contagem era de 169 mortos e 141 desaparecidos.

E o pior de tudo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é esse filme de horror ser uma reprise dos acontecimentos ocorridos em Mariana, também em Minas Gerais, há pouco mais de três anos. Ali, a ruptura da barragem da mineradora Samarco, empresa controlada pela Vale, causou a liberação de 43 milhões de metros cúbicos de rejeitos. O saldo final foi de 19 pessoas mortas e o maior desastre ambiental do País, com uma língua de lama que se estendeu por mais de 500 quilômetros, de Mariana até o Atlântico.

As perdas em Mariana e Brumadinho são colossais. A dor é grande demais, e a reparação, insuficiente. Não há dinheiro que traga de volta quem se foi, não há pagamento que alivie a dor de quem perdeu um ente querido, não há indenização que apague o trauma da memória dos sobreviventes. Por essa razão, eu venho conclamar V. Exas. a nos debruçarmos sobre o problema das barragens do Brasil, em especial sobre o que aconteceu em Brumadinho, de forma que possamos evitar que catástrofes como essas se repitam. Já há uma série de proposições legislativas a respeito desse tema tramitando no Congresso Nacional. Nada impede, porém, que esta Comissão apresente propostas adicionais a partir de informações obtidas em audiências públicas que venham a analisar essa questão.

Mais do que isso: podemos dar apoio aos órgãos de fiscalização tanto do ponto de vista estrutural quanto do financeiro. Atualmente há no Brasil 790 barragens de rejeitos. A Agência Nacional de Mineração dispõe de apenas 35 funcionários para fiscalizá-las. É fácil ver que o número de fiscais é insuficiente para dar conta do recado. De que adianta a melhor legislação do mundo se não dispusermos de fiscalização adequada para impor seu cumprimento? Como o Estado proverá segurança à população e ao meio ambiente sem um mínimo de fiscais para garantir o atendimento das normas?

Some-se a isso a necessidade de que a agência responsável pela fiscalização, no caso a ANM, opere no mais alto nível técnico e ético. Um relatório elaborado no final do ano passado pelo TCU





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicou que a ANM é o segundo órgão federal mais exposto a fraude e corrupção no Brasil. Se isso for, esta Comissão exercerá seu poder fiscalizatório para propor melhorias no funcionamento da agência, de maneira a torná-la menos vulnerável a esses males. Além de atacar esses problemas, este Colegiado pode buscar a aprovação de emendas orçamentárias que dotem a ANM de mais recursos para realizar essa missão. Auxiliando a Agência Nacional de Mineração a assumir o devido protagonismo na atividade de fiscalização, contribuiremos não só para o desenvolvimento econômico e social do País, como também garantiremos que as mortes em Mariana e em Brumadinho não tenham sido em vão.

Reitero, assim, meu pedido de apoio a V. Exas.: façamos desta Comissão a maior linha de defesa contra novos desastres de barragens no Brasil. Mariana e Brumadinho nunca mais!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, esse *slogan* não deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Infelizmente, infelizmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Infelizmente foi o *slogan* que a atual Diretoria da Vale adotou, e eu pediria para V. Exa. escolher outro. Desta vez, que se possa... Desta vez, nunca mais, porque foi exatamente este o *slogan* da atual Diretoria da Vale, e ironicamente deu no que deu, e deu em coisas que ainda serão desvendadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem antecipar juízo valorativo em relação às causas e aos responsáveis, mas repetir a frase, sem adotar as medidas necessárias, para evitar, dá no que deu.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Sr. Presidente, só uma observação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deputado...

Senador... (*Risos.*)

Estou em fase de transição aqui ainda. (*Risos.*)

Seguinte, Marinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Essas represas de rejeitos têm um nome, não é? Assim como a de Mariana, a de Brumadinho, elas têm um nome. Então, deixando o nome da cidade, porque a cidade precisa preservar e ajudar a sair dessa, de repente, buscar o nome da represa que estourou, e aí dizer: "Isso nunca mais", em vez do nome da cidade, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem razão e acho que dessa forma é que devemos proceder com...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... essas cidades históricas importantes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em primeiro lugar, meu bom dia a todos os Senadores e Senadoras que compõem a Comissão, a todos os servidores da Casa, aos nossos assessores, meu desejo de uma semana muito abençoada a todos.

Saúdo o Presidente por abrir com essa preocupação do meu Estado, Minas Gerais. Nós temos o maior número de barragens em risco hoje. Já tivemos, nesse final de semana, mais 170 pessoas que foram retiradas de casa. E esse assunto precisa receber a atenção devida de todos nós para que, de fato, não se repita.

A Agência Nacional de Mineração citada por V. Exa. é recente, foi criada no ano passado e existem as indicações votadas por esta Casa de diretores que não têm nenhuma ligação, inclusive, com o setor de mineração, ou pelo menos o Diretor-Geral, que é egresso de outro órgão público, que é o DNPM, que ainda não foi chamado à responsabilidade devida, porque a fiscalização anterior era responsabilidade do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Já em andamento nas questões todas, Srs. Senadores, a Agência Nacional está propondo, inclusive, a criação de uma série de cargos comissionados para resolver a questão da falta de servidores. Ela tem 81 egressos do DNPM, somente três especialistas em barragens de rejeitos, sendo que nós já temos também, no âmbito da esfera federal, uma CPRM, que é uma companhia que está vaga com uma série de servidores, um número muito maior. E nós podemos propor, inclusive, que esses servidores federais se juntem à ANM, nós podemos propor aqui, quem sabe, no âmbito de outra Comissão de Transparência, Governança, de que sou membro, uma reestruturação desse setor da mineração, da fiscalização e acompanhamento em nosso País. Essa grande quantidade de informações e até de ações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode nos levar a viver o que tivemos em 2015 que é a pouquíssima reação como legisladores que tivemos em relação à mineração.

E aqui já quero aproveitar a colocação para encaminhar a V. Exa. um primeiro requerimento para esta Comissão no seguinte sentido, a própria ANM já determinou que nenhuma barragem por alteamento a montante poderá ser novamente construída em nosso País e receber o licenciamento. Minha proposta na discussão é de que nós não tenhamos barragem de rejeito nenhuma, que nós passemos a tolerar no Brasil somente as barragens, a exploração de minério a seco, como já se pode fazer por tecnologia.

Mas há outro ponto aqui, Srs. Senadores e Senadoras, que é a questão de mineração usando água. Meu Estado vive um problema grave, que é a retirada de milhões e milhões de litros de água *in natura* de rios para que o transporte de minérios seja feito ao mar. Minério tem que ser transportado por linhas férreas, minério tem que ser transportado por trem, minério não pode ser transportado mais por água, não há mais essa possibilidade.

Então, eu quero fazer um requerimento aqui, nos termos do art. 50, *caput*, da Constituição Federal, e dos arts. 397, I, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Sr. Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Mario Rodrigues Junior, e o Exmo. Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para que compareçam a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura a fim de prestarem informações acerca da renovação antecipada dos contratos de concessão das ferrovias Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória a Minas, concedidas à empresa Vale do Rio Doce.

Esse assunto vem sendo discutido de uma forma fechada em gabinetes, sem a transparência devida. Nós estamos falando da antecipação de contratos de ferrovias feitos durante o Governo Fernando Henrique Cardoso em um Brasil de um outro momento, e agora nós estamos discutindo a antecipação por mais 40 anos. Não podemos permitir que o Governo Federal faça essa antecipação dos contratos sem a devida transparência e o debate nesta Casa.

É bom lembrar também aos senhores que nós hoje precisamos rediscutir na Comissão de Infraestrutura – minha sugestão aos Srs. Senadores – um novo marco regulatório do sistema ferroviário brasileiro. Eu tenho em minhas mãos, e posso passar à Comissão, um parecer da Receita Federal brasileira informando sobre os prejuízos bilionários que essa antecipação dos contratos ferroviários pode causar ao nosso País se nós não atentarmos corretamente para isso.

Então, peço ao Sr. Presidente, encaminhando o requerimento, que ele seja aprovado e que, antes que o Governo Federal anuncie qualquer tipo de antecipação dos contratos, esta Casa faça a discussão devida para que nós evitemos um prejuízo bilionário e possamos dar à produção mineral no País – que não queremos que pare, nós queremos é que ela se torne mais segura – o devido acesso ao transporte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ferroviário. É um assunto grave, e peço a V. Exa. que coloque no âmbito da nossa Comissão o encaminhamento para que essas autoridades possam comparecer aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Carlos Viana, que traz esse tema com até mais propriedade do que nós, porque é do Estado onde aconteceu esse desastre. V. Exa. apresenta um requerimento no sentido de convocar o Ministro a esta Comissão. É o que prevê o art. 50, a possibilidade de convocação de Ministro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E a ANTT.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só faria uma ponderação a V. Exa. e a toda a Comissão: nós temos a previsão regimental de que os Ministros compareçam à Comissão de Infraestrutura para prestar contas e dar esclarecimentos – é a leitura do 96-A da norma de regência interna. Alguns diretores já estão se propondo a comparecer junto à Comissão. O que eu ponderaria a V. Exa. é que a gente seguisse a norma regimental, dentro daquilo que já prevê o Regimento sobre o comparecimento: "Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência [...]".

Enfim, há uma previsão regimental. Nesse caso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente, mas peço a V. Exa. a prioridade para que ele seja o primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O primeiro a comparecer em razão de todos os acontecimentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, só para contribuir.

Na realidade, o que V. Exa. está colocando é o que estabelece o Regimento Interno para a prestação de contas da atividade das agências anualmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que o eminente colega Senador apresenta é o que prevê o Regimento do ponto de vista da convocação do Ministro. O que V. Exa. pode propor a ele é que transforme convocação em convite e os demais das agências também sejam convidados, mas que estejam aqui junto com o Sr. Ministro, para que possamos, com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

transparência, dar uma resposta e dar uma ação de trabalho efetiva e transparente para esse caso lá no Estado de Minas de Gerais que enlutou todos nós brasileiros lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Braga. Assiste razão a V. Exa., porque a previsão é para pauta específica e, nesse caso, nós temos uma situação pontual que reclama a presença. Então, a ponderação é quase na direção de fazermos, ao invés da convocação, o convite.

Indago à Comissão se há divergência em relação ao requerimento do Senador Carlos Viana?

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero contribuir. Não deixa de ser uma complementação, não uma divergência.

Nós estamos falando aqui de barragens de rejeitos, mas o risco não é só sobre barragens de rejeitos. Eu vou trazer aqui um caso concreto de barragem de represamento de água. A Barragem do Rio Hercílio, que é o principal afluente do Rio Itajaí, fica situada no Município de José Boiteux, onde há uma reserva indígena. Autoridades federais não entram nesse local, nesse sítio há uns quatro anos. Há um acúmulo de rejeitos, muito embora não seja barragem de rejeitos, e há um grande temor sobre a possibilidade de que, com chuvas excepcionais como as que aconteceram neste fim de semana, a barragem – que não tem nenhum diagnóstico nos últimos anos, porque ninguém a visita – seja um perigo.

Então, uma coisa é barragem de rejeitos de mineração, que, como bem salientou o Senador, é uma técnica já ultrapassada em outros países – era sabido e agora ficou evidente. Mas o fato é que elas existem, e das 790... Não sei se estão todas cadastradas, viu Senador? Não sei se estão todas cadastradas, mas as barragens de rejeitos são realmente as mais perigosas, especialmente pelos fatos que ocorreram.

Eu creio que eu pediria que no convite ou na convocação do Ministro fosse incluído um relatório dele sobre a situação de barragens. No caso, estou falando de uma barragem federal, como é o Castanhão. O Castanhão deve ser um reservatório federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é! É outra agência reguladora, é outro poder concedente. Não estou me referindo a isso, mas o risco é o mesmo, seja por água, seja por rejeito. Isso valeria também até para hidrelétrica.

Então, barragens, existem várias. Estou acrescentando as barragens de rejeito, que são as que nos chamaram a atenção. Há outras barragens que fazem parte das 40 mil ou 45 mil que, como se propala,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

existem no Brasil, das quais 790 são de rejeito, cujo controle, cuja avaliação também tem de despertar nossa preocupação, não com a prioridade e com a dor e a vergonha que ainda estamos sentindo. Mas também elas apresentam riscos, que devem ser prevenidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu queria agradecer ao Senador Esperidião Amin pela colocação.

Os Srs. Senadores têm a ideia do que é um Estado que tem no próprio nome a questão das minas. Nós temos, por exemplo, Senador Esperidião Amin, numa das regiões mais históricas de Minas Gerais, que é a de Serro e de Conceição do Mato Dentro, uma empresa mineradora que tira milhões e milhões de litros de água de rios para levar, no mineroduto, o minério até o Rio de Janeiro. Isso não é mais possível! Nós temos de discutir a questão da mineração...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E tem uma autorização.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tem uma autorização.

Então, nós temos de começar a discutir sobre o futuro de um setor que é importante para todos nós.

Aqui, chamo a atenção mais uma vez: nós temos a possibilidade de antecipação do sistema ferroviário brasileiro, que foi concessionado na época de Fernando Henrique Cardoso, em outro Brasil, em outro período, em outro tempo. O Brasil hoje é completamente diferente. Nós precisamos fazer com que os vários setores da indústria brasileira – devido à infraestrutura, isso é dado a nós – tenham acesso a esse transporte ferroviário. Então, nós não podemos permitir, puxando o recorte da mineração, que o Governo Federal faça uma antecipação do sistema ferroviário que nós temos, que foi construído com o dinheiro do contribuinte por anos e anos – e foi entregue à iniciativa privada apenas a parte boa –, sendo que o futuro passa por isso.

Então, nesta Casa, nós precisamos discutir a mineração, o transporte da indústria, os novos planejamentos do sistema ferroviário brasileiro e da infraestrutura. Tudo isso tem de passar por aqui. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que este é um momento importante, para que nós possamos contribuir nesta questão de chamar o Governo a esclarecer em que bases está sendo feita a antecipação desses contratos, que interessa a toda a Nação brasileira. A própria Receita Federal já disse que isso pode gerar um prejuízo gigante ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Carlos Viana. Eu só solicitaria a V. Exa. que pedisse à assessoria para encaminhar o requerimento relativo à ANM, porque o requerimento de V. Exa. que está sobre a mesa trata da ANTT.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, apenas quero contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Acho que o eminente colega traz dois informes e duas questões bastante importantes, relevantes, mas que são tratadas em Ministérios distintos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... e em agências distintas. Talvez, fosse o caso até de fazer uma audiência pública com o Ministro da Infraestrutura e com as agências pertinentes a ela, para tratar da questão das ferrovias, e outra audiência com o Ministro que trata da questão das barragens, que é pertinente ao Ministério de Minas e Energia, que hoje tem um almirante no seu comando. Ele, com as respectivas agências, comparece a outra audiência pública, para que nós possamos discutir o que o nosso Esperidião Amin trouxe e o que o próprio Carlos Viana trouxe com relação à segurança das barragens.

Portanto, parece-me que é um tema que, salvo melhor juízo, deveria ser dividido com o Ministro de Minas e Energia e as suas respectivas agências e com o Ministro de Infraestrutura e as suas respectivas agências, para que a gente possa discutir com transparência e para compreensão do povo brasileiro, que vai nos acompanhar, obviamente, pelas diversas mídias de comunicação de que o Senado da República dispõe.

É apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu tenho como inscritos que pediram a palavra o Senador Jorge Kajuru, o Senador Zequinha Marinho e o Senador Fernando Bezerra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para aproveitar o momento em que o Senador Eduardo Braga fala sobre o Ministro da Infraestrutura, ele entrou em contato com a Comissão se colocando à disposição para comparecer a esta Comissão para apresentar a pauta do Ministério e fazer os esclarecimentos que forem necessários e indagações dos Senadores.

Eu estou apresentando um requerimento e queria propor incluí-lo extrapauta para a gente deliberar sobre ele para assegurar a vinda do Ministro da Infraestrutura aqui já na próxima semana. Se não houver divergência, nós deliberaríamos o requerimento, e essa pauta já ficaria superada.

Aguardo o requerimento de V. Exa., Senador Carlos Viana, para...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, só explicar novamente, porque V. Exa. talvez não tenha compreendido com clareza.

Nessa questão da mineração, nós temos vários recortes: nós temos a questão das barragens de rejeito, nós temos a questão dos órgãos fiscalizadores, nós temos a questão da legislação que precisa... Isso é interministerial, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que eu estou colocando na Comissão e que está afeito à questão da infraestrutura é que no País hoje minério continua sendo transportado por água em sua maioria. Nós precisamos fazer com que minério não seja mais transportado por água. Para isso, nós precisamos de um novo marco regulatório do sistema ferroviário brasileiro para que outros setores da economia tenham acesso à malha ferroviária, que foi construída com dinheiro público.

Há 30 anos, o governo do Fernando Henrique Cardoso concessionou a malha ferroviária, pegou só a parte boa do patrimônio e a entregou à iniciativa privada. Esses contratos, Presidente, vão vencer daqui a 10 anos em sua maioria. As empresas exploradoras concessionárias estão tentando antecipar esses contratos em 10 anos e ficarem por mais 40 anos.

O que esta Casa precisa discutir é, além da mineração, outros setores que precisam usar as ferrovias para nós retirarmos das estradas um grande número de caminhões. A questão da greve dos caminhoneiros mostrou que nós precisamos de novos modais.

Um dos recortes da mineração é o transporte por trem. O Ministro, Sr. Tarcísio, será muito bem-vindo aqui na Comissão, para que ele nos esclareça em quais bases o Governo Federal está fazendo essa antecipação de contratos do sistema ferroviário brasileiro, na minha opinião, sem a devida transparência, uma vez que a Secretaria da Receita Federal já se posicionou contrariamente e há um relatório, uma auditoria do Tribunal de Contas da União que está para ficar pronta sobre esse assunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos trazer à tona uma reorganização do sistema ferroviário brasileiro dentro do recorte que para mim interessa muito que é o do minério.

Fui claro? Entendeu? É isso que o Ministro tem de nos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Compreendi perfeitamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como está sendo feito esse acordo para antecipar um contrato cujo histórico é de 30 anos?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

A presença do Ministro aqui dará oportunidade de se fazerem esses questionamentos.

Asseguro a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Inicialmente, Presidente, que tenha sucesso – e terá, sem dúvida alguma – no comando desta importante Comissão V. Exa., Senador Marcos Rogério.

Eu agradeço ao Senador tão destacado de Pernambuco Fernando Bezerra. Parece-me que ele estava na minha frente aqui. Eu peço a compreensão dele porque, neste momento, abertos os trabalhos da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, da qual sou titular, lá está sendo discutido o requerimento meu e do Senador Randolfe pedindo a presença – porque não se pode convocar, temos que ser educados aqui, não é? Temos que convidar, mas um sujeito desses tinha que ser convocado, na minha opinião. Como isso está sendo discutido, eu preciso ir lá, rapidamente, e voltarei para cá. Está sendo discutido neste momento o requerimento nosso, do Randolfe e meu, pedindo a presença dessa figura dos últimos dias, o tal Gustavo Bebianno. Não é porque ele foi demitido que a Nação não pode ter a oportunidade de saber dele, não é? A gente tem que ouvir dele. Ele ameaçou, falou que tem coisa que abala o País, não sei o quê... Ora, se abala o País, ele tem que ser ouvido por nós aqui, ao meu ver. Não sei se V. Exas. concordam. Até porque ele de zumbi virou, na verdade, uma assombração. Então, eu estou ansioso para conhecer essa assombração. Tomara, Deus, que a gente aprove esse requerimento.

Eu queria perguntar, então, nesta Comissão, Sr. Presidente, se é possível também priorizar uma convocação – eu sei que vai ser convite – para quem? Para o presidente da Vale. Ele precisa estar aqui diante de nós. Eu não sei se os senhores e as senhoras acompanharam. O Senador Esperidião Amin, que estava aqui agora – quando ele voltar, podem perguntar para ele, até porque eu não minto; quem mente também rouba –, telefonou para mim e disse assim: "Kajuru, você tem 6% de visão, mas, em compensação, tem 150% de ouvidos". Só que, nesse dia, eu não queria ter tido nem ouvido nem visão, porque eu fiquei diante das câmeras vendo o presidente da Vale, na Câmara, sendo sabatinado. Eu não sei se os senhores tiveram a oportunidade de ver. Ele passou o tempo inteiro tendo um comportamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente zanho, ou seja, dissimulado, cínico. Ele tratou os Deputados Federais com desrespeito e tratou a Nação, repito, de forma zanha.

Então, eu tenho certeza de que aqui, com os Senadores preparados... Eu estou aqui diante de um que é um mito, o Jarbas Vasconcelos, e há tantos outros símbolos aqui, mais bem preparados do que eu, inclusive. Então, eu acho que o presidente da Vale tem que ser convidado para esta Comissão, Presidente. Peço, então, também que se priorize esse requerimento que eu vou entregar à Mesa, por fineza.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jorge Kajuru, e informo-lhe – certamente V. Exa., até pela fala inicial, já foi alertado – que não há previsão constitucional ou regimental para a convocação de presidentes de empresas. A previsão é apenas para ministros. Particularmente, tenho uma compreensão diversa dessa, mas é o entendimento da Casa, tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados, que não cabe a convocação de autoridades que não sejam aquelas textualmente previstas na Carta Constitucional de 1988.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, o senhor me permite...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, só uma...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senadora, por favor. Primeiro V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria só fazer uma colocação da importância que vai ter a CPI mista que está em curso nesta Casa exatamente para atender a este requisito: convocarmos, quando necessário, via CPI, já que neste momento nós ficaríamos impedidos. Apenas isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Tendo ouvido a nossa eminente Senadora, eu faria uma propositura à Mesa. Agora nós estamos em sessões legislativas. Portanto, agora é hora de propormos mudanças no nosso Regimento. E eu acho, Sr. Presidente, que esta Comissão de Infraestrutura deveria capitanear uma proposta de emenda ao nosso Regimento dando competência às comissões temáticas, sim, de convocar os presidentes de empresas que possuam capital público de qualquer natureza, seja através dos fundos de pensão, seja através do BNDES, seja através da própria União, porque é inadmissível: nós podemos mais quando podemos convocar o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, mas não podemos convocar o presidente da Petrobras, que, via de regra, dá de ombros e não vem aqui responder as coisas, assim como o presidente da Vale do Rio Doce.

Portanto, depois de minha experiência nesta Casa, cheguei à conclusão de que é hora de fazermos uma proposta de emenda ao Regimento para poder dar competência às comissões, através de seus Senadores e Senadoras, para poder convocar executivos dessas empresas, que são ou concessionárias ou permissionárias públicas ou empresas que possuem qualquer tipo de capital público, para que nós possamos ter esclarecimentos e transparência para dar ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Antes de passarmos à frente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Já estamos acertados em relação ao convite ao Ministro, mas eu peço a V. Exa. também que defira o convite ao Diretor-Geral da ANTT para que venha também falar sobre essa questão da concessão. Por favor, faça o deferimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Solicito a V. Exa. que faça o aditamento do requerimento, apenas acrescentando formalmente o convite também ao...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, da ANTT.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está no requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da ANTT está presente, o que não está é da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho, Senador Eduardo Braga, a mesma compreensão que tem V. Exa., inclusive solicitei à Consultoria que fizesse um estudo em relação a isso, justamente sobre a competência. Se as comissões têm competência para convocar o Ministro, por que não teriam para convocar alguém que está abaixo dele? V. Exa. tem razão, acho que a tradição nas duas Casas é de que não cabe a convocação, mas eu solicitei



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

um estudo nessa direção e penso até que nós, dentro de uma lógica de interpretação, podemos avançar nesse sentido. Mas, não sendo possível a mudança regimental, aí seria assegurar de vez e taxativamente tal previsão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E, como V. Exa. sabe, sendo uma emenda de comissão, nós poderemos fazer um trâmite muito mais rápido para voltarmos a ter essa competência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela sugestão. Encaminharemos nesse sentido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vice-Presidente, pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... dois requerimentos que eu gostaria que V. Exa. colocasse na pauta como extrapauta. Também comungo com a ideia do Senador Braga. Isso facilitaria para os próprios Ministros. Quando a gente tem de convocar uma empresa... Vem a empresa; não precisa vir, necessariamente, o Ministro. Então, acho que é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Os requerimentos que o Senador Vice-Presidente está propondo...

Trata-se do Requerimento nº 3, que propõe audiência pública com a presença dos convidados: Ministério da Infraestrutura, Tribunal de Contas da União, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Vale, Valec.

EXTRAPAUTA**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 3, de 2019****- Não terminativo -**

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Ferrovia de Integração Centro Oeste - FICO.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes

O outro requerimento: também audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as políticas públicas necessárias para a atuação da garimpagem, micro e pequena mineração no país.

Autoria: Senador Wellington Fagundes**Relatoria:****Relatório:** Não apresentado

Propõe audiência com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Minas e Energia; Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; Gilson Gomes Camboim, Coordenador Nacional das Cooperativas do Ramo; Edson Ribeiro – Vale, Presidente da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira; Representante do Instituto Brasileiro de Mineração; ainda Antônio João Paes de Barros, Geólogo da Metamat, companhia de mineração do Estado de Mato Grosso; Prof. Roberto Xavier, do Departamento de Geologia da Unicamp.

Esse é o segundo requerimento, de autoria do nosso nobre Senador Wellington Fagundes, Vice-Presidente desta Comissão de Infraestrutura.

Indago ao Plenário se há divergência em relação à inclusão desses dois requerimentos como extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo divergência, passam a integrar a Ordem do Dia.

Havia me solicitado a palavra o Senador Fernando Bezerra, eu a asseguro a V. Exa. neste momento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Meu caro Presidente, Senador Marcos Rogério, na realidade, na Ordem do Dia de hoje, estavam previstas a apreciação e a deliberação de dois projetos, o PLS 177, do Senador José Maranhão, do qual eu sou Relator, e o PLC 67, do Senador Jader Barbalho e do Deputado José Priante, de que, por solicitação do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mistério de Infraestrutura, foi pedida a retirada de pauta. Esses dois projetos versam sobre a possibilidade de federalização de trechos de rodovias que foram transferidas aos Estados ainda na década de 1990.

Eu queria apenas chamar atenção para uma demanda de Pernambuco, uma demanda da minha região, do meu Município que é um pequeno trecho da BR-235, entre o Município de Petrolina e a divisa do Estado de Pernambuco com o Estado da Bahia. É um absurdo, Sr. Presidente, é um trecho de pouco mais de 15km, a estrada está completamente abandonada. Quem está fazendo a manutenção desse pequeno trecho de rodovia federal é a Prefeitura municipal de Petrolina através de uma operação tapa-buraco. É uma via onde se escoava uma grande produção agrícola de manga, uva, de toda a produção de fruticultura do meu Município, da região também de Casa Nova, com destino aos portos de Salvador e ao Porto de Suape, em Recife.

E essa sugestão de emenda foi analisada pelo Dnit, a sugestão de texto é Dnit, porque a própria verba anual que é dada de conservação através do Crema é suficiente para poder recuperar esse trecho que está abandonado há mais de oito anos. E a gente entende que há uma nova administração se iniciando, concordamos com a retirada, mas deixo aqui o meu apelo veemente, porque parece que a observação foi feita pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres numa aparente divergência com a orientação dada pelo Dnit.

Então, eu vou aceitar a retirada, mas com o meu veemente apelo para que essa matéria possa ser analisada com brevidade para que a gente possa deliberar e para que, com os recursos de conservação deste ano que já estão alocados no orçamento do Dnit, a gente possa fazer a manutenção e a recuperação do trecho da BR-235, entre Petrolina e a divisa com o Estado da Bahia, no Município de Casa Nova.

Portanto, era um assunto de mais alta importância para minha região, e eu queria deixar registrado, com os meus apelos, aos assessores do Ministro Tarcísio, para que a gente possa liberar a votação dessa matéria o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. a compreensão absolutamente apropriada, as advertências que faz em relação à região, que conhece tão bem e pela qual luta neste Senado da República.

O Senador Zequinha Marinho havia solicitado a palavra. V. Exa. tem a palavra.

A Senadora Selma também está inscrita.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, é só para contribuir de alguma forma e ser objetivo naquilo que a gente precisa fazer para que as coisas funcionem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Agência Nacional de Mineração é recente, foi criada recentemente, absorvendo todo mundo do DNPM, servidores e assim por diante. O DNPM estava jogado às traças, em que pese arrecadar. Eu estive na agência, conversei com o Presidente, porque o meu Estado, nosso Estado é um grande minerador, depois fui ao Estado, conversei com a representação dos servidores, e a situação é deprimente. Ou a gente ajuda a agência, que hoje está só no papel, a se tornar efetivamente uma agência, dando, número um, condição salarial ao servidor do antigo DNPM, porque a diferença não é tão grande, igual a qualquer outra das cinco, seis, sete agências que a gente tem. Eles querem um tratamento isonômico – mais do que justo, não é, Senador Carlos? Esse é o primeiro passo.

Segundo: pelo menos lá no Pará, que é muito grande e tem uma grande atividade, não se tem carro, não se tem equipamento. A diária é tão pequena que o servidor, quando viaja, tem que optar ou por comer ou dormir, ou faz uma coisa ou faz outra porque não tem condição de dormir e também se alimentar com o valor da diária.

Então, a primeira coisa que a gente precisa fazer nesse momento é colaborar com essa nova agência para que efetivamente ela se transforme numa agência, e não fique sendo aquilo que era o antigo e finado DNPM com uma nova cara, uma nova fachada de agência, quando deveria ocupar e protagonizar um papel fundamental, de que hoje só se esperam resultados positivos.

Outra coisa lá dentro também é a questão da gestão, e a gente tem que ajudar lá o Victor Bicca, que é um camarada muito experiente. Ele deve ter algo em torno de mil servidores. Parece que a atividade-meio está inchada, há bastante gente. Claro que é muito pouco no total para um país deste tamanho, mas a atividade-meio parece que está concentrando muita gente, e a atividade-fim, para a qual mais precisamos da presença da agência fiscalizando, olhando essas questões todas que estão trazendo acidentes, é insignificante, muito pequenininha, além das condições de dificuldades.

Isso me preocupa porque o Pará hoje tem 78 barragens de rejeitos em todos os projetos. Nós temos lá 1,5 milhão de pessoas morando ali, gravitando em torno disso. Todas elas, pelo relatório que foi feito pela Agência Nacional de Águas, publicado no final do ano passado, têm um grande potencial de dano; se vierem a ter um acidente, elas podem trazer tragédias que a gente não sabe onde vão parar. É importante a gente olhar isso.

Mas só lembrando uma coisa que pode fazer a ANM se viabilizar: a coisa ficou tão jogada, tão abandonada... Eles arrecadam. Dentro a diretoria dessas representações das agências no Estado há divisão de arrecadação. Então, eles arrecadam do pessoal que quer regularizar o garimpo, a mineração, etc... O dinheiro vem para cá e não volta para lá. A coisa está tão desorganizada, Senador! Então, é preciso que se estabeleça que um percentual daquilo que for arrecadado no Estado retorne ao Estado para dar condições de a representação ali poder atuar, trabalhar, e fazer a coisa dignamente, sem estar vivendo de esmolas, sem ter de pedir para dormir na casa do fulano, sem ter que depender de alguém, porque senão não vai acontecer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa colaboração inicial aqui do Senado, da Comissão com relação à reestruturação ou à estruturação dessa nova agência é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Zequinha Marinho.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente, V. Exa. pode me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está inscrito, Senador Lucas.

Na ordem de inscritos, Senadora Selma, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente e desejar muito sucesso não só a V. Exa., mas a todos os Senadores que compõem esta Comissão tão importante do Senado.

Na verdade, estou aqui me manifestando apenas para reiterar o requerimento que já deixei na mesa com V. Exa. no sentido de retirar da pauta, com fundamento no art. 256, inciso I, do nosso Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 67, de 2018.

É só isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero fazer o uso da palavra apenas para cumprimentar V. Exa. pelo cargo que assume de Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Na verdade, ouvindo aqui alguns Senadores no tocante a alguns assuntos inerentes aos nossos problemas no Brasil, acho que está Comissão tem um papel preponderante. Não só pelo fato de essas barragens terem causado tragédia e certamente dor para muitas famílias, sobretudo do Estado de Minas Gerais, esta Comissão tem um papel preponderante nos seguintes termos. Não é só discutir a questão mineral, a questão da logística, sobretudo o transporte intermodal, seja rodoviário, ferroviário, aquaviário. O Brasil passa por um momento diferenciado. Temos hoje, lamentavelmente, uma crise de estrangulamento do setor da logística brasileira, e nós temos de ter aqui um desempenho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente de quem seja o Presidente da República ou Ministros, temos de chamar no momento exato para nós discutirmos, Senador Carlos Viana, essas problemáticas que certamente estão interferindo na vida de milhões de brasileiros, sobretudo a questão nossa economia.

No Brasil se paga o frete mais caro de transporte rodoviário, e, lamentavelmente, as estradas são precárias. Falo com muito conhecimento de causa na medida em que venho de um Estado produtor. É o maior produtor de soja, maior produtor de algodão, detém o maior rebanho deste País, e, lamentavelmente, estamos ainda sobrevivendo graças, naturalmente, a própria capacidade dos nossos homens do campo. E precisamos aqui interferir de forma clara, nítida em relação ao Poder Executivo, para nós, de uma maneira ou de outra, seja através de investimentos do próprio Governo Federal, seja privatizando as nossas estradas, as nossas ferrovias... Melhorando, com certeza, o nosso transporte, temos a possibilidade, em todo Território nacional, de explorar o transporte mais barato e menos poluente, que é o transporte aquaviário.

E V. Exa., não tenho dúvida alguma, também vem de um Estado sofrido e que precisa desses investimentos. Estamos aqui para reiterar o nosso apoio a V. Exa. na condução dos trabalhos e para fazer com que esta Comissão corresponda à expectativa não só de nós Senadores, mas sobretudo da sociedade brasileira, que espera muito do Senado Federal e do Congresso Nacional neste novo momento da política brasileira.

Dessa maneira, quero aqui cumprimentá-lo, com a certeza de que vai fazer um trabalho exemplar.

Que, acima de tudo, possamos realmente fazer deste País um país do qual nós possamos nos orgulhar!

A Comissão de Serviços de Infraestrutura tem um papel preponderante, como eu disse e volto a dizer, pelo tamanho, pela dimensão continental do Brasil, com quase nove milhões de quilômetros quadrados – são 8,9 milhões de quilômetros quadrados. Nós precisamos ter agora a visão de que a Comissão de Serviços de Infraestrutura não só vai atuar aí, como também na questão do transporte aéreo brasileiro, no qual também precisamos definir uma série de regras.

Eu venho da Região Amazônica também. Na semana passada, no último domingo, estive naquela vasta região do nosso Estado, do nosso País, onde temos um serviço precário em relação à própria fonia. É um momento em que nós temos de exigir do Ministério da Defesa que melhore a questão da fonia naquela região do Brasil. Para V. Exa. ter noção, chega-se ao ponto, ao cúmulo de nós, que estamos ali sob a vigilância do Centro Amazônico brasileiro, demorarmos 14 minutos, 15 minutos, muitas vezes, para fazer o procedimento de fonia tanto para descer como para decolar. Isso é um crime, é um absurdo, na medida em que, lamentavelmente, o Ministério da Defesa, através da Aeronáutica brasileira, não está tomando nenhuma providência. Isso é bem velho. Isso traz sérios transtornos, haja vista que houve até um acidente aéreo. Quando chocou aquele avião Legacy com um avião da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companhia de transporte aéreo Gol, isso foi fruto de má comunicação, certamente, entre o Centro Amazônico e aquelas aeronaves que trafegam nessas aerovias brasileiras, nessa vasta região do Brasil.

Portanto, eu o cumprimento. Conte comigo! Certamente, eu poderei lhe dar, com humildade, com a minha limitação, minha contribuição como conhecedor profundo que sou dos problemas da questão logística brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos. Vamos contar com a experiência de V. Exa., com a *expertise* de V. Exa., que é conhecedor profundo dessa situação, desse quadro não só de Mato Grosso, mas daquela nossa região toda do Norte do Brasil. Eu lhe agradeço muito o empenho de V. Exa. e a confiança também.

O Senador Lucas Barreto havia solicitado a palavra, que lhe está assegurada.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo pela nova missão na nossa Comissão.

Quero me solidarizar aqui com o Senador Carlos Viana e dizer que, no Amapá, também temos barragens de risco. Temos uma com um potencial tão grande quanto a de Brumadinho. E ainda há um agravante, que são as chuvas. Só ontem, em Macapá, choveu 121mm em uma hora. Imagine se chove na cabeceira do rio! Então, essa barragem é altamente perigosa, primeiro porque está abandonada há cinco anos. Lá não há nem vigia! O Senador Eduardo Braga fala que nós temos de convocar. Temos, sim, de ter esse poder de convocar quem tem as concessões públicas. Lá, por exemplo, a Anglo é a dona dessa barragem, e o porto já caiu. Outro porto que eles fizeram com quase US\$500 milhões também foi para o fundo, e morreram pessoas. Agora, imagine o potencial de destruição dessa barragem, já que, no Rio Amapari e no Rio Araguari, que se unem, nós temos três hidrelétricas. Ou seja, se se romper a barragem, rompem-se as três hidrelétricas, e o Município de Ferreira Gomes, que já foi inundado num rompimento quando da construção da Barragem de Cachoeira de Caldeirão... Os senhores imaginem se romper agora uma barragem...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Senador me permite um aparte?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Claro, com certeza, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em primeiro lugar, quero colocar, Sr. Presidente, que eu venho acompanhando esse assunto com muita atenção desde o desastre de Mariana, como jornalista e como cidadão, e percebi naturalmente que todas as tratativas do assunto não foram acompanhadas ou tiveram o resultado necessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui um dado do Responsible Mining Foundation, que é um dos principais organismos internacionais de acompanhamento da mineração e que também acompanha no Brasil os investimentos das várias mineradoras que temos. Eles colocaram o seguinte: há um relatório da World Mine Tailings Failures, que são relatórios de falhas na mineração no mundo. Eles preveem nesta década 14 acidentes graves com barragens; onze já aconteceram. Na década passada, eles erraram por um acidente grave. Esses dados já são de conhecimento do setor há muitos anos, e não têm sido tomadas as decisões necessárias.

Hoje nós temos uma possibilidade, Senador Lucas, de contribuir muito para um setor que é importante para o nosso País e que é o terceiro ou quarto na pauta da balança comercial, dependendo do mês, e que gera milhares de empregos. Mas as vidas das pessoas não podem estar sendo colocadas abaixo do lucro. Esse é o nosso posicionamento.

E aqui nós temos várias questões da infraestrutura que acabam colaborando para que o País possa viver situações complicadas.

Eu citei aqui, por exemplo, Senador Lucas e Senador Zequinha, a questão das ferrovias. Nós temos, em Minas Gerais, a maior malha ferroviária. Esse transporte fica na mão apenas da Vale e dos parceiros dela. As outras indústrias de siderurgia não têm acesso ao transporte. O que elas fazem? Elas colocam os caminhões carregando bobinas de aço em uma rodovia que nós chamamos de Rodovia da Morte, em que constantemente as bobinas se soltam e matam famílias inteiras. Por quê? Porque não há uma discussão correta sobre os vários assuntos e essa questão da infraestrutura brasileira.

Então, agradeço o reforço do Senador Lucas Barreto e do Senador Zequinha também sobre a importância que há em discutirmos esse tema, inclusive na segurança.

Fomos informados aqui pela assessoria de que o Diretor-Geral da ANTT foi afastado do cargo e que o Ministro quer vir. É isso mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Acabou o mandato dele, então, não temos, por enquanto, como convocar o Diretor-Geral da ANTT porque o mandato está extinto, ficando somente o Ministro convidado. Na verdade, ele ia ser convocado, mas o Dr. Tarcísio se mostrou sempre muito disponível para estar conosco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senador Lucas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Complementando o que foi dito, só nessa barragem, nós temos 18 milhões de toneladas de rejeito. Se houver um rompimento, volto a dizer, ela está abandonada há cinco anos. Nem vigia tem. Está a 7km do Rio Amapari e está a 100km das hidrelétricas, só que o potencial de água nas barragens adjacentes é monstruoso, e o que mais a gente do Amapá está lamentando é que a Agência Nacional de Mineração tirou do Amapá a representação; deixou lá uma unidade avançada. E a CPRM também mudou para o Pará. Agora, em tudo nós temos que nos reportar ao Pará. Você imagine: tem que vir para Brasília, para ir para o Pará, para ir para lá. Então, é um absurdo isso!

O Amapá é um Estado que tem um potencial monstruoso: de lá já saíram 56 milhões de toneladas de mineral estratégico, que foi o manganês, naquela época; temos a maior província mineral. E nós queremos essa atividade regulamentada no Estado do Amapá. A nossa redenção, para o Amapá, é a mineração. A mineração sustentável, a mineração respeitando o meio ambiente, mas é uma atividade que nós queremos discutir aqui, e por isso a importância, sim, de convocar quem tem concessões públicas de mineração.

A Anglo entrou no Amapá, em princípio, com o Eike Batista. Fizeram um monte de coisa, passaram para a Zamin, que é uma mineradora que ninguém consegue achar mais, e ela devolveu os problemas para a Anglo. Então, nós queremos, sim, chamar o diretor presidente da Anglo para discutir isso para que nós possamos ter as respostas de que o Amapá precisa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Veja que, pela fala dos nobres Senadores membros desta Comissão, a Comissão de Infraestrutura terá uma agenda intensa, de muito trabalho, não só na discussão e deliberação dos temas normativos que serão submetidos a esta Comissão, mas também exercendo o seu papel de controle externo, de fiscalização, que é papel do Poder Legislativo também.

Apenas um esclarecimento, Senador Carlos Viana, em relação ao diretor da ANTT. Quem está com mandato encerrado, encerrou na data de ontem, é Sérgio de Assis Lobo. Quem está na direção do órgão é o diretor Mário Rodrigues Júnior. O mandato dele vai até 2020. Portanto, não há perda de objeto do requerimento, sendo possível a deliberação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, mesmo que estivesse, eventualmente, o diretor... Haveria um substituto, que poderia ser também convidado a estar aqui.

Está inscrito ainda para falar o Senador Jean Paul, e a Senadora Eliziane também solicita a palavra.

Pela ordem de inscrição, Senador Jean Paul.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por gentileza, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – É bem rápido. Eu estou em uma outra Comissão, e estão me solicitando também a presença lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria parabenizá-lo, Presidente. Eu tive a honra de ser sua colega na Câmara dos Deputados. V. Exa. conduziu com muita maestria todos os cargos que lhe foram apresentados, dentre eles o do processo, inclusive, de cassação no Conselho de Ética em relação ao ex-Presidente Cunha. Então, quero parabenizá-lo e desejar-lhe realmente muito sucesso nesta Comissão.

Vejo que este é um momento muito importante para o Brasil, sobretudo porque esta Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Meio Ambiente são duas comissões que andam de forma muito sincronizada, pelas pautas que na verdade são muito atinentes uma à outra. E agora nós estamos vivendo um momento preocupante no Brasil, não apenas pelas tragédias que temos vivenciado, mas, infelizmente, por outras que poderão acontecer se não tivermos uma ação enérgica. Por exemplo, pelos dados que são apresentados, mais de 42% das barragens hoje não têm licença. Eu fiquei aterrorizada com os números que acompanhei quando de uma reportagem especial na Globo News. Por exemplo: nós temos 24 mil barragens; delas, 42 não têm nenhuma licença ou autorização; delas, 720 com rejeitos de mineração. Inclusive, o meu Estado, o Maranhão, tem situações dessa natureza. Ao mesmo tempo, a gente fica analisando por que esses órgãos de fiscalização e controle, dentre eles nós aqui, desta Comissão, não adotamos ações de forma mais imediata, que antecedam, por exemplo, tragédias dessa natureza. Neste momento, Presidente, estamos aí a apresentar, tanto esta Casa quanto a Câmara, uma comissão mista, uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso de Brumadinho. Estamos vivendo atualmente uma tragédia, mas quantas outras teremos que viver? E, aí, a gente faz uma CPI, tem um encaminhamento e, às vezes, uma ação enérgica da Magistratura brasileira não acontece, uma punição não acontece. Então, esse alto nível de impunidade acaba sendo combustível para outros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas mais. No caso específico de Brumadinho, por exemplo, a própria Companhia Vale do Rio Doce chegou a ter autorização para que houvesse a expansão de algumas obras sem necessariamente estar com as normas técnicas adequadas para isso. Ao mesmo tempo, quais são as ações hoje das agências – da ANA, por exemplo – que fazem esse processo de regulação? Elas estão funcionando à altura, como deveriam funcionar? Então, há toda uma avaliação que precisamos fazer.

Eu tenho convicção de que V. Exa. estará tratando de temas que nos são caros, como a questão da energia renovável, do biocombustível, da visão da sustentabilidade, do transporte multimodal. São temas que são fundamentais para esta e para as próximas gerações e que precisam estar na ordem do dia não apenas, Presidente, num momento de tragédia, mas em todos os momentos do ano, para que a gente possa evitar situações dessa natureza.

Então, parabéns a V. Exa. Sou membro titular desta Comissão e tenho plena convicção de que teremos muito trabalho pela frente. Parabéns e obrigada ao meu colega por me ceder o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Eliziane, eu agradeço a V. Exa. A sua presença nesta Comissão engrandece a Casa, esta Comissão. Tenho certeza de que dará uma grande contribuição no enfrentamento desses desafios que estamos aqui a apontar na manhã de hoje e de outros que aparecerão.

Quem sabe a gente inaugura, nesse esforço que faremos, uma posição diferente, de não ter de discutir acertos e consertos depois das tragédias, depois de acontecimentos tão lamentáveis como esses que estamos presenciando no Brasil hoje. É função do Parlamento trabalhar no sentido de dotar o País de uma legislação que estabeleça segurança, estabeleça a preservação da vida e, infelizmente, o que a gente tem visto nos últimos anos aqui é um esforço no sentido de dar respostas às tragédias, mas tragédias como essas a gente não consegue reparar.

Agradeço a V. Exa. Tenho certeza de que toda esta Comissão sabe da missão que tem, do que pesa sobre ela. Faremos um grande trabalho.

Senador Jean Paul, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado.

Quero também ratificar os parabéns de todos por sua condução à frente da Presidência. Acompanhava também a sua atuação na Câmara. Tenho certeza de que tem perfil mediador e de busca de consenso para nós. Vamos precisar muito dessa serenidade, porque nós vamos discutir não só as tragédias quando elas acontecem, mas, como vocês disseram, vamos procurar prevenir essas coisas.

Na verdade, a principal componente dessa prevenção é o poder regulatório, o poder regulador e fiscalizador que o Estado brasileiro deve manter e, para mantê-lo, ele tem de ser operacional, ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições operacionais, jurídicas e institucionais para exercer esse poder regulador que é dado pela lei e que é confirmado, inclusive, por nós, Senadores, ao aprovarmos as nomeações dos diretores das agências reguladoras.

Nós temos agências reguladoras... Nossa visão é de que agências reguladoras não são patrimônio de partido nenhum, nem da esquerda, nem da direita. As agências reguladoras são uma necessidade republicana, tanto quanto o Senado, tanto quanto a Câmara, tanto quanto o Executivo em geral. Elas fazem parte de um modelo moderno de fazer girar a economia brasileira e, portanto, têm que ser trabalhadas por todos nós, por todos os movimentos e têm que ser fortalecidas e têm que funcionar de forma eficiente.

Nós estamos num momento de comoção em relação à mineração, mas todos que acompanham as áreas econômicas e as suas respectivas mazelas também sabem que vivemos, recentemente, outras comoções relacionadas com o setor de energia, com o setor de petróleo, poderíamos viver uma relacionada ao gás natural, às águas, à aviação, aos transportes terrestres, à infraestrutura viária em geral, só para mencionar áreas onde o poder regulatório é importante apenas na infraestrutura, mas, se quisermos até sair do âmbito desta Comissão, podemos citar também medicamentos, o esporte mesmo, a organização do esporte e, principalmente, o que acabamos de discutir na Comissão de Assuntos Econômicos, também o papel regulador fundamental do Banco Central em relação aos bancos.

Então, só para repisar, de fato, a importância que nós teremos nesses setores que nós mencionamos aqui – mineração, petróleo, energia, gás, águas, aviação, transporte terrestre e infraestrutura viária – e a fundamentação disso para que nós não tenhamos tragédias e, ao contrário, passemos a promover a nossa economia, a nossa competitividade para o investimento nesses setores com os devidos cuidados para que não tenhamos chorando vítimas por aí a torto e a direito, como temos feito em alguns setores eventualmente.

Essas coisas, de fato, são mazelas que fazem parte da atividade econômica, mas podem, perfeitamente, ser evitadas, principalmente se o Estado tiver condições de coibi-las via poder regulatório.

Era isto.

Obrigado. Parabéns aos dois, ao Marcos e ao Wellington, dois Senadores competentes, que vão nos conduzir aqui bem para o trabalho nesses próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Senador Jean Paul. V. Exa. terá um papel destacado nesta Comissão. Agradeço a confiança, as considerações, e vamos seguir aqui num esforço coletivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente pretende fazer é, na próxima semana, sendo aprovado o requerimento que sugerimos, ter aqui a presença do Ministro Tarcísio, para iniciar ouvindo as pautas da pasta, e os Senadores, obviamente, terão a oportunidade também de questionar. Vamos ouvir outros Ministros aqui também, bem como as agências, e o nosso esforço será justamente para construir essa pauta conjuntamente, coletivamente, e enfrentar aquelas matérias onde há convergência e onde há divergência dentro de um ambiente absolutamente democrático, republicano, que é como deve funcionar o Parlamento.

Vamos passar, agora, para a deliberação.

Nós temos dois itens que constam da Ordem do Dia de hoje na pauta publicada. Um deles...

Há, sobre a mesa, requerimento da Senadora Selma Arruda.

Ela requer, com fundamento no art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2018.

Ela fundamenta o pedido de retirada num artigo que retira a tramitação da matéria no âmbito do Senado Federal. Eu penso que a Senadora pretende, na verdade, a retirada de pauta, e, assim, seguindo a lógica do princípio da fungibilidade, eu vou deferir a retirada de pauta do projeto, e não a retirada de tramitação. Estou acolhendo para a retirada de pauta o requerimento da Senadora Selma, não no sentido de retirar de tramitação, mas retirar de pauta desta Comissão.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2018

- Não terminativo -

Inclui rodovia de ligação no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação.

Autoria: Deputado José Priante

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação simbólica)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro projeto que também está na Ordem do Dia é um projeto de lei que é terminativo. Nós não teríamos o número de Senadores necessário para deliberar, mas não vou nem usar esse fundamento. O Relator do projeto, da matéria, não está presente, e eu vou pactuar com a Comissão no sentido de, quando nós não tivermos a presença do Relator da matéria, na primeira ausência, a matéria é retirada de pauta. Prosseguindo a ausência nas demais reuniões, aí a gente faz...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na terceira, Presidente? Pelo menos a regra é na terceira. É na segunda falta; na terceira, o senhor designaria o *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou adotar da primeira, porque não há previsão regimental em relação a isso, Senador Amin. Apenas por uma regra de bom senso, na primeira ausência não justificada, a Presidência retira de ofício. Na segunda, podemos adotar o critério da designação *ad hoc*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, a Câmara tem esse precedente. Vamos amadurecer essa ideia da terceira, mas fica ajustado que, na ausência do Relator, até em respeito, fazemos a retirada.

Então, ausente o Relator e não havendo quórum também para deliberar matéria terminativa, fica retirada de pauta.

Eu proponho à Comissão fazermos a votação dos Requerimentos 1, 2, 3 e 4, em globo. Há divergência? (*Pausa.*)

Não havendo divergência, submeto à votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Sras. e dos Srs. Senadores. Convoco nossa próxima reunião, a realizar-se na terça-feira, dia 26 de fevereiro, às 15h, neste Plenário, tendo como pauta a realização de audiência pública, com a presença do Ministro de Infraestrutura, Sr. Tarcísio Freitas.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Confúcio Moura, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Lasier Martins, Selma Arruda, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Carlos Viana, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Marcos do Val, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Major Olimpio, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Acir Gurgacz e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CI, de autoria do Senador Marcos Rogério. **Finalidade:** Apresentar as diretrizes e prioridades do Ministério da Infraestrutura. **Participante:** Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra a Senadora Selma Arruda e os Senadores Jayme Campos, Carlos Viana, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Flávio Bolsonaro, Elmano Ferrer, Jean Paul Prates, Luiz Carlos Heinze e Rodrigo Pacheco. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/26>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo às Sras. e aos Srs. Senadores que estamos em contato com as agências reguladoras para fechar um calendário de audiências públicas, nas quais seus diretores máximos comparecerão à Comissão para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho das agências, bem como para apresentar a avaliação das políticas públicas no âmbito de suas atribuições, em atendimento ao que estabelece o art. 96-A do Regimento Interno desta Casa. Assim que essas datas forem definidas, informaremos aos membros da Comissão.

Gostaria de lembrar a todos que a população que nos acompanha, os senhores e as senhoras brasileiros que nos acompanham poderão participar do debate de hoje enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para que o Sr. Ministro de Estado da Infraestrutura possa apresentar as diretrizes e prioridades da pasta, em atendimento ao Requerimento nº 1, 2019, da Comissão de Infraestrutura, de minha autoria.

Convido para que tome assento à mesa o Exmo. Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura. (*Pausa.*)

Informo ao convidado e às Sras. e aos Srs. Senadores que o tempo para a exposição será de 20 minutos, com tolerância, obviamente, desta Presidência em razão da importância do tema e em respeito ao nosso convidado. Ao final da exposição, será concedida a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores, conforme lista de inscrição que se encontra à mesa, já com alguns inscritos.

Agradeço desde já a presença das Sras. e dos Srs. Senadores e passo a palavra ao convidado, o Dr. Tarcísio Gomes de Freitas.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Boa tarde, Srs. Senadores, senhoras e senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu quero dizer que é uma alegria estar aqui. Eu tinha falado com o Senador que, tão logo a Comissão de Serviços de Infraestrutura fosse instalada e o seu Presidente definido, eu tinha interesse de vir aqui conversar e mostrar o nosso plano para o Ministério da Infraestrutura, em sinal de respeito ao Senado, a esta Casa. A intenção é que esta seja a primeira de muitas vezes. Nós estaremos sempre prontos para prestar esclarecimentos, para prestar contas, para tentar colaborar com a importante missão do Senado Federal de exercer o controle externo sobre o Executivo. A gente tem esse respeito pela missão no Parlamento, entende a titularidade do controle externo e, por isso, vem aqui colaborar.

Nós preparamos uma apresentação por meio da qual vamos mostrar as linhas principais do que será a atuação do Ministério da Infraestrutura a partir de agora.

Em termos de contexto, a gente sabe exatamente o que está acontecendo e por que a gente precisa investir em infraestrutura. Historicamente, nós temos investido menos de 2% do PIB em infraestrutura. Nós temos problemas de natureza fiscal que nos impedem de investir. A participação de recursos públicos na infraestrutura é cada vez menor, e isso tem a ver com a nossa situação fiscal. Num país desenvolvido, é necessário haver um sistema de transportes efetivo para que haja aumento da eficiência e da competitividade, para que se promova a integração nacional, para que se contribua para o desenvolvimento regional e para que se gerem empregos e se dinamize a atividade econômica.

Ora, o grande desafio econômico do Brasil é o aumento da competitividade e o aumento da produtividade econômica. Existem vários caminhos a serem percorridos para esse aumento de produtividade, e, sem dúvida, um deles que tem maior e mais rápida repercussão é o investimento em infraestrutura.

Por esse ponto de vista, para cumprirmos essa missão, nós temos algumas diretrizes de atuação. Uma das quais é a reestruturação do ministério, com elevação dos padrões de governança. Está sendo feito um trabalho muito grande tanto no ministério como nas vinculadas. Houve lá fusão de secretarias, enxugamento de postos. Estamos trabalhando no normativo interno para a escolha de dirigentes, para que eles possam atender determinados requisitos, determinados padrões. Criamos uma Subsecretaria de Governança e Integridade, que, hoje, é comandada por uma delegada de Polícia Federal, que nos ajuda nos protocolos de governança, no estabelecimento de padrões e também no trabalho de inteligência e de prevenção de problemas.

O nosso foco de atuação não poderia deixar de ser diferente – este é um caminho que já tem sido trilhado por diversos Governos, e o que a gente vai fazer é ir na linha da continuidade – e significa ampliar e fortalecer as parcerias com o setor privado. E isso é óbvio, porque nós não temos recursos para fazer investimentos e precisamos, então, ser capazes de atrair o setor privado para participar dos nossos empreendimentos, para que eles coloquem dinheiro. E aí há um grande desafio, porque nós competimos com *players* do mundo inteiro. Há um excesso de liquidez no mundo, então, os investidores têm dinheiro, os fundos soberanos têm dinheiro, os fundos de pensão, os investidores de *equity*, de dívida, não há problema de liquidez. Agora, nós temos que ser capazes de mostrar para esses investidores que, no Brasil, há um porto seguro, há condições, os projetos são bem-estruturados, nós remuneramos as taxas que são condizentes com os riscos percebidos e há estabilidade de contrato, segurança jurídica. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é importante demonstrar isso para os investidores do mundo todo para que a gente seja capaz de fazer a atração desse capital.

Diálogo com o Parlamento, órgãos de controle, transportadores e usuários. A gente tem se pautado pelo diálogo. Temos recebido vários *players* de mercado, vários Parlamentares, bancadas inteiras, bem como estabelecemos um canal de diálogo com o Tribunal de Contas da União. Nós temos ido frequentemente ao TCU e lá encontramos as portas abertas. Temos conversado muito com transportadores e usuários. Houve aí duas situações interessantes com relação a caminhoneiros, o fim do subsídio do diesel e o reajuste da tabela, e conseguimos com muita conversa, com muito diálogo evitar maiores problemas. Estamos conduzindo uma série de negociações e tratativas para melhorar a situação daqueles que trabalham nas estradas e temos sido bem-sucedidos até então nesse intento.

A ideia é fazer a gestão eficiente dos recursos públicos. E nesse sentido há uma necessidade de priorizar a manutenção na infraestrutura. Depois nós vamos mostrar os nossos dados em termos de orçamento, um orçamento bastante comprimido, o que também é reflexo da situação fiscal. Precisamos concluir obras com elevado grau de execução e dar continuidade a obras estratégicas. Para isso, temos promovido um diálogo intenso com as bancadas, que serão fundamentais nesse exercício de alocação eficiente dos recursos.

O que ocorre? A gente tem visto nos orçamentos dos Estados alguma deficiência em termos de alocação. Às vezes, há uma quantidade muito grande de recursos alocados em determinados empreendimentos que ainda estão, por exemplo, na fase de projetos, que, quando prontos, não permitirão muito tempo para a execução de obra. Isso significa que nós vamos morrer com aquele dinheiro na mão. Então, é melhor fazer essa realocação do recurso, e, se nós fizermos isso logo no início do ano, logo no início do período, nós vamos ganhar eficiência. É melhor do que fazer essa redistribuição dos recursos lá no final.

Quem vai ser protagonista disso? As bancadas. As bancadas vão definir onde a gente vai alocar os recursos. Fizemos o primeiro exercício com a bancada de Goiás, e foi muito interessante. Conseguimos uma alocação que considero ótima, assinamos o acordo com a bancada, estamos operacionalizando já essa distribuição e queremos fazer esse exercício com todas as bancadas dos Estados. O Dnit já tem uma proposta pronta, e a gente vai começar a chamar, bancada por bancada, para ouvir qual é a opinião do Parlamentar sobre a distribuição do orçamento ao longo do tempo e de que maneira a gente pode usá-lo da melhor forma possível. Essa é uma maneira de gerar eficiência na alocação desses recursos do OGU.

A ideia é formatar uma carteira de projetos para execução futura. E, para isso, a gente tem trabalhado muito a questão do planejamento. Há um Plano Nacional de Logística, que é um exercício muito importante que foi feito e é um plano que analisa o problema econômico de todas as suas perspectivas. Há hoje uma matriz origem-destino coletando e armazenando dados de todos os órgãos da Administração Pública, dados do agronegócio, dados da indústria e do comércio, de maneira que a gente perceba como é o comportamento econômico. Aí a gente aplica modelos econométricos, avalia como a economia está se comportando, ou seja, avalia o problema do lado da demanda, confronta isso com a oferta de transportes e verifica se há gargalos. Onde há gargalos, vai ser necessário investimento, e nós vamos verificar a melhor forma de fazer esse investimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para se ter ideia da questão do problema orçamentário, vou mostrar o gráfico, aqui, da execução orçamentária, por exemplo, do antigo Ministério dos Transportes, que hoje está no Ministério da Infraestrutura, comparado com o Dnit. Na execução orçamentária – PAC, de 2014, o Ministério tinha R\$16,7 bilhões e o Dnit, R\$10,6 bilhões. Eu fui Diretor do Dnit durante quatro anos, de 2011 a janeiro de 2015, e nunca tivemos lá problemas de recursos. Eu cheguei a executar, em 2013, R\$13 bilhões. A gente aplicava R\$5,5 bilhões, R\$6 bilhões em manutenção. Agora, observem que o orçamento do Ministério da Infraestrutura, neste ano, para investimento, orçamento – PAC, é de R\$8,7 bilhões e do Dnit é de R\$5,8 bilhões. Então, o orçamento do Dnit é menor do que o que a gente aplicava em manutenção, por exemplo, em 2013.

Realmente, há de se fazer um exercício para se aumentar a eficiência do gasto, a eficiência dessa alocação de recursos. E isso, obviamente, tem um reflexo na qualidade da malha, porque malha é igual a corpo vivo, é igual a organismo. Se eu pegar um arame e mexer com o arame várias vezes, ele quebra; se eu ficar torcendo o arame... Com o pavimento, é a mesma coisa. O veículo passa pelo pavimento, e ele se deforma, restitui-se; deforma-se, restitui-se, até que ele trinca, ele fadiga. Onde trinca, entra água; onde entra água, acabou tudo. Então, há uma perda de qualidade, sem dúvida nenhuma, e a gente precisa compensar essa perda de qualidade com inteligência, com eficiência na alocação dos recursos, buscando essa alocação ótima e, obviamente, transferindo o que é possível se transferir para a iniciativa privada por meio de concessões. Então, é nessa linha que a gente vai caminhar.

Os desafios.

Otimizar os investimentos públicos e ampliar os investimentos privados na infraestrutura. Para isso, a gente tem que estruturar bons projetos, projetos que fiquem de pé por si, projetos que não precisem de muleta, projetos que possam ser financiados a mercado e que façam sentido, ou seja, que despertem a atenção do investidor.

Aumentar a participação de ferrovias, cabotagem e hidrovias, notadamente nos fluxos de longa distância. Há um desafio aí de equalização da matriz transporte. Tem-se que tornar essa matriz mais equilibrada, que é um dos objetivos da política de transporte, objetivo que já vem sendo perseguido há muito tempo, mas entendemos que há algumas amarras que nós precisamos remover para fazer com que sejamos eficientes. Por exemplo, o que trava a cabotagem? Observem que a cabotagem tem crescido no Brasil significativamente, mas ela tem um espaço, ela tem um potencial para crescer muito mais. Ela já está crescendo na casa de dois dígitos, mas, se mexermos em algumas questõezinhas, valor da praticagem, combustível da cabotagem, ICMS do *bunker*, a gente vai conseguir alavancar muito mais a questão da cabotagem.

Precisamos dar um tratamento adequado para aquelas concessões que não performaram. Há alguma coisa na área aeroportuária, particularmente em Viracopos, e há as concessões rodoviárias da terceira etapa. Então, quais foram os problemas que levaram a esse desequilíbrio e quais são os caminhos que estão na mesa? Em algum momento, a sociedade vai ter que fazer uma escolha, e a escolha vai ser entre a melhor mensagem regulatória, a melhor mensagem para o mercado, e aquilo que melhor atende o interesse do usuário. É uma questão de *tradeoff*, é uma questão que vai ter que ser debatida com a sociedade para ver que caminho nós vamos tomar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O aprofundamento do diálogo com os órgãos de controle é fundamental para destravar obras públicas e viabilizar novos investimentos. Nós temos sentido espaço para isso, nós temos sido bem-recebidos nos órgãos de controle. E eu acredito que isso vai ajudar muito, vai dinamizar muito os investimentos, vai dar ritmo, vai dar corpo àquilo que tem que acontecer e também vai permitir a análise célere daqueles empreendimentos que vão ter que ser transferidos para a iniciativa privada, além do fortalecimento e capacitação do corpo técnico. Então, todos os dirigentes estão sendo orientados a fazer investimentos na capacitação e na formação de pessoal dos seus corpos técnicos.

O ministério passou por algumas reformulações de estrutura. Isso é interessante falar, porque lá atrás se falou na criação de um superministério da infraestrutura, e algumas pessoas não têm a noção exata do que ficou no Ministério da Infraestrutura. Às vezes, a gente é procurado para tratar de barragens, a gente é procurado para tratar de saneamento, mas, na verdade, isso não ficou no Ministério da Infraestrutura; isso está no Ministério do Desenvolvimento Regional. E a lógica da distribuição foi um pouco a lógica da competência. Ficou no Ministério da Infraestrutura aquilo que era de competência federal. Aquilo que tem competência local, aquilo que tem competência estadual, ou seja, aquilo que estava no âmbito do Ministério das Cidades, no âmbito do Ministério da Integração Regional acaba hoje sendo responsabilidade do novo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Dessa forma, o que nós temos lá no Ministério da Infraestrutura? Nós juntamos a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento com a Subsecretaria de Administração e criamos uma Spoa, como acontece em todos os ministérios, fazendo, então, a fusão de duas subsecretarias. Na Secretaria Executiva, ainda temos a Subsecretaria de Governança e Integridade, a Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação e a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Desapropriações.

No que diz respeito às secretarias finalísticas, nós temos: a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, que vai ser responsável pela estruturação de projetos e transferência de ativos para a iniciativa privada, projetos de concessão, e também pelo planejamento de longo prazo, que está ficando a cargo da EPL – então, abaixo da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, há a Empresa de Planejamento Logístico; a Secretaria Nacional de Aviação Civil, com uma agência vinculada, que é a Anac, e a Infraero, empresa que faz a administração dos aeroportos; a Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, em que há o Dnit, a Valec, a ANTT e o Denatran, sendo que a grande novidade aqui é a incorporação do Denatran, e, então, a parte de trânsito, que estava antes no Ministério das Cidades, por ter muito mais sinergia com a nossa área de atuação, até em função da similaridade de normas com a questão da sinalização etc, vem para o Ministério da Infraestrutura e está vinculada à Secretaria Nacional de Transportes Terrestres; e a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, sendo que essa denominação não é por acaso, é para realmente deixar claro e passar a mensagem de que nós não vamos nos preocupar somente com a atividade portuária, mas também com a atividade de transporte aquaviário, tanto a navegação interior quanto a cabotagem, uma vez que a questão da navegação para nós é muito importante – aqui há a Companhia Docas vinculada a essa secretaria.

No que diz respeito às concessões – vamos dizer que esse é um grande bloco de atuação –, nós vamos começar o ano muito acelerado, com muita força. Observem que, antes do dia 11





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de abril, que marca simbolicamente os cem dias de Governo, nós teremos feito 23 leilões de concessão. Serão 12 aeroportos, e, pela primeira vez, nós estamos testando o sistema de blocos, que já é utilizado em outras partes do mundo. Então, a gente aproveita o fato de o aeroporto funcionar num sistema de caixa único para fazer esses arranjos, e, no final das contas, eu tenho a lógica de ter um aeroporto que é *hub* e outros que são alimentadores desses aeroportos. Nós teremos aí três blocos que irão à leilão, no dia 15 de março, na Bolsa de Valores de São Paulo: o Bloco Nordeste, o Bloco Sudeste e o Bloco Mato Grosso. No do Nordeste, aproveitando a vocação turística, há os aeroportos de Campina Grande, João Pessoa, Recife, Juazeiro do Norte, Maceió e Aracaju. No de Mato Grosso, aproveitando o potencial de expansão do agronegócio, há os aeroportos de Alta Floresta, Sinop, Cuiabá e Rondonópolis. E, no Bloco Sudeste, há os aeroportos de Vitória e Macaé, que entra com força em função da expansão do setor de óleo e gás, por causa dos últimos leilões que aconteceram e da retomada desse importante setor. Há uma possibilidade de expansão muito grande no setor de *offshore*, tanto com os leilões no regime de partilha quanto com a questão da própria cessão onerosa. Então, é a primeira rodada de aeroportos.

No dia 15, a gente faz o leilão dos 12 aeroportos; no dia 18, a gente publica o edital para os estudos da sexta rodada. Nós teremos mais três blocos na sexta rodada, com 21 aeroportos, e fechamos depois, com a sétima rodada, os 44 aeroportos, com os 15 aeroportos restantes. Então, nós teremos 21 e depois 15. E, com isso, a gente vai ter transferido a rede Infraero toda para a iniciativa privada, no final dessa jornada. Além disso, vamos fazer a venda das participações acionárias da Infraero nos aeroportos de Brasília, Galeão, Guarulhos e Confins. A Infraero detém 49% de cada uma dessas concessões, e a nossa ideia é nos desfazermos desse bloco de ações.

Nesses aeroportos, o investimento previsto é de R\$3,5 bilhões, o critério de licitação é a maior outorga, com uma demanda de 19,5 milhões de passageiros/ano. Nós estamos falando do terceiro maior mercado de aviação do mundo, e um mercado que está crescendo a taxas de 7%, 8% ao ano e que tem tudo para crescer mais.

Nós temos alguns movimentos importantes.

Primeiro, a abertura do capital para companhias de aviação no exterior, abertura do capital estrangeiro para companhias aéreas. Isso é fundamental para a injeção de capital naquelas companhias que já operam no Brasil, que estão em dificuldade e que precisam do aporte do capital estrangeiro, e para que novas companhias se estabeleçam no Brasil. Nós já temos algumas *low costs* que estão prontas para entrar no Brasil, esperando a aprovação da medida provisória para ter a segurança jurídica para aportar capital aqui dentro. Então, esse é um movimento importante, que vai trazer mais companhias para operar no Brasil, vai gerar concorrência e a concorrência vai diminuir o custo.

Outro movimento importante é a própria modernização da infraestrutura com a transferência dos ativos para a iniciativa privada.

Há mais duas questões que são dignas de registro.

Uma é a questão do ICMS sobre o querosene de aviação. Alguns Estados estão fazendo movimentos interessantes de redução do imposto do ICMS sobre o QAV. O Estado de São Paulo fez isso recentemente, baixando de 18% para 12%, o que aumentou bastante a quantidade de voos. Lá eles estão tendo uma quantidade adicional de 490 novas partidas para 28 novos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinos. Então, esse movimento acaba – vamos dizer assim – estimulando outros Estados a fazerem a mesma coisa. E, no final, há uma compensação: o que se deixa de arrecadar no ICMS se ganha na quantidade de novas partidas, na quantidade de abastecimento, se ganha com a realização de *stopover*.

A última questão que eu acho que vai impulsionar o nosso mercado de aviação são os acordos de céus abertos. Recentemente, fizemos um acordo com os Estados Unidos. Temos vários acordos em andamento com países da Comunidade Europeia, acordos bilaterais, e também com a Argentina.

Acredito que esses quatro pilares juntos – a infraestrutura, a diminuição das alíquotas do querosene, a abertura do capital estrangeiro e a questão dos céus abertos – vão impulsionar muito o mercado brasileiro. Isso tem despertado interesse dos estrangeiros nos nossos ativos. As nossas conversas com o setor têm sido frequentes, e a gente tem percebido um apetite muito grande das empresas em se instalarem no Brasil, tanto empresas de aviação como empresas interessadas em operar os aeroportos, porque todo mundo está apostando nesse crescimento substantivo do mercado de aviação aqui dentro. Então, acho que a gente vai ter aí leilões extremamente bem-sucedidos.

No que diz respeito às rodovias, nós teremos aí várias novas concessões, algumas que já estão qualificadas no programa de parcerias de investimento. Então, eu vou tratar primeiro do que já está qualificado e, lá na frente, eu vou falar daquilo que vai ser qualificado em breve. Por exemplo, a BR-381 vai ser qualificada em breve, e, então, nós vamos abordá-la. O que nós já temos qualificado? A das BR-080, BR-153, BR-414 Goiás/Tocantins. Observem que é uma concessão que já tinha sido feita e que passou por uma decretação de caducidade. Nós vamos recolocar essa concessão na praça e a diferença para aquilo que foi para a praça da outra vez é um trecho da BR-080 e da BR-414 para evitar fuga. A da BR-364 e da BR-365 Goiás/Minas está praticamente pronta para sair. Devemos ter uma deliberação agora no início de março do Tribunal de Contas da União, e, com o Tribunal dando o.k., vamos fazer a publicação do edital. Então, devemos ter aí um leilão no final do primeiro semestre e início do segundo semestre, no mais tardar. Temos a das BR-152, BR-282, BR-470 Santa Catarina. A gente sabe da importância dessa rodovia para o Estado de Santa Catarina. Estamos estudando, os estudos ainda não estão concluídos. A gente está fazendo todo o esforço para ter uma tarifa que seja palatável. São muitos investimentos, e o investimento é muito pesado, até em função das condições geológicas e geotécnicas da região. Vamos iniciar agora os estudos da BR-364, de Rondônia a Mato Grosso, de Porto Velho a Comodoro. É uma rodovia muito importante para o agronegócio. Têm subido por ali 5 milhões, 5,5 milhões, 6 milhões de toneladas de grãos por ano em direção a Porto Velho, que depois seguem ali para o Porto de Itaquatiara. A BR-101 Santa Catarina, que já passou pela consulta pública, também está em uma fase muito adiantada e deve ser enviada para o Tribunal de Contas em breve.

Além disso, nós temos os contratos que vencem em 2021, que fazem parte da primeira etapa de concessões de rodovias que serão relicitados. Refiro-me à nova Dutra, a ligação Rio-São Paulo. A Dutra vai ter uma nova licitação. A ideia é que a gente venha com tecnologia de informação, para que a gente aumente a base de pagantes. Aumentar a base de pagantes significa aumentar a receita, diminuindo tarifa. A gente deve acomodar, nessa licitação da nova Dutra, também a Rio-Santos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Nós temos aí a ligação da BR-116 Rio, que hoje é Rio-Teresópolis, pegando o Arco Metropolitano do Rio; a BR-493, até a ligação com a BR-101; mais um pedaço da BR-116 Minas; e a ligação da BR-040, Rio-Juiz de Fora. Então, isso é o que já está qualificado no programa, que está em andamento. Nós temos aí estudos contratados. Parte desses estudos está sendo feita pelo Banco Mundial, pelo IFC, e outra parte está sendo realizada, conduzida pelo BNDES.

No que diz respeito a ferrovias, a ideia nossa é colocar... No dia 28 de março, nós temos o leilão da Ferrovia Norte-Sul, do trecho Porto Nacional-Estrela d'Oeste, Tocantins-São Paulo. Nós teremos, também este ano, a licitação da Fiol, trecho Caetité-Ilhéus, que também é um trecho que está despertando interesse de investidores – estamos confiantes no sucesso dessa concessão –, e a Ferrogrão, que para nós vai representar uma revolução em termos de agronegócio, porque gera uma oferta muito grande de transportes, o que obviamente vai ter um reflexo no frete, de Sinop para Miritituba. Então, são os três projetos de concessão que nós estamos tocando.

Fora isso, nós temos as prorrogações dos contratos de concessão ferroviária. Nós temos cinco prorrogações que estão em andamento e procuramos, dessas prorrogações, tirar uma oportunidade e gerar investimento. Refiro-me às duas concessões da Vale, Estrada de Ferro Vitória-Minas e Carajás, à Ferrovia Centro-Atlântica, que é a maior malha em extensão, à MRS e à Rumo Malha Paulista, sendo que, desses projetos, o mais adiantado é o da Rumo, que já está no TCU. Nós estamos aguardando agora a manifestação da área técnica para ver que adaptações e correções eventualmente nós temos que fazer nesse contrato, para que possamos, então, fazer a prorrogação. A prorrogação vai gerar uma série de investimentos na malha; esses investimentos vão trazer um choque de oferta, e o choque de oferta vai representar diminuição de custo.

Observe que isso não tem nada de novo. Em vários projetos, nós simplesmente estamos dando continuidade a coisas que vinham andando em outros governos. Isso é importante pela visão de Estado. É importante não descontinuar coisas que estavam acontecendo. Acho que aquilo que é bom tem que ter prosseguimento, e é exatamente o que estamos fazendo.

Obviamente, adaptações regulatórias, novos projetos estão sendo incorporados à carteira, mas uma coisa que é inescapável é que nós precisamos transferir ativos para a iniciativa privada. Temos que contar com investimento privado na infraestrutura, porque, se nós não contarmos com investimento privado, vai ser absolutamente impossível fazer a provisão de infraestrutura. Essa é a lógica do Governo Bolsonaro. É uma lógica de Estado, continuando aqueles projetos que estavam em andamento e que são importantes e trazendo novos projetos para dentro da carteira.

Na questão dos portos, também vamos prosseguir com os arrendamentos portuários. Nós temos aí uma série de empreendimentos que estão já na carteira. Vamos fazer dez leilões de arrendamento portuário até o dia 11 de abril. Serão quatro leilões no dia 22 de março. São terminais de líquidos em Cabedelo, na Paraíba, e em Vitória, no Espírito Santo. Na sequência, no dia 5 de abril, nós vamos fazer seis leilões de arrendamento portuário em Belém, Miramar e Vila do Conde. Lá são terminais de líquidos no Norte. Muito em breve, estaremos publicando editais de arrendamentos portuários em Paranaguá, terminais de celulose e veículos, bem como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminais de líquidos no Porto de Santos. Temos uma série de outros terminais que estão qualificados e que estão hoje com seus projetos em andamento, terminais importantes. Então, devemos licitar terminais de contêineres, mais terminais de líquidos, terminais de veículos, terminais de carga geral, em portos do Brasil inteiro. Então, vamos ter um volume muito grande de investimentos em novos arrendamentos portuários.

Nas obras públicas, o nosso desafio é fazer obras com pouco dinheiro. Podemos observar que temos obras espalhadas. Eu não vou abordar as obras individualmente, mas nós temos obras que estão espalhadas no Brasil inteiro, em todas as unidades da Federação.

(Soa a campainha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Temos entregas para fazer agora, já muito proximamente, como, por exemplo, o novo terminal de passageiros do aeroporto de Macapá, com inauguração prevista agora em março, e o aeroporto de Vitória da Conquista, na Bahia, que é o maior investimento da aviação regional feito no Brasil, que é o maior aeroporto de aviação regional concluído até o momento. Da mesma forma, acabamos de fazer, estamos entregando o viaduto da Casa da Moeda, na BR-101, no Rio, o novo cais do Porto de Vitória. Entregamos recentemente, na semana passada, 79km na BR-235, Bahia; esta semana, abrimos ao tráfego 34km na BR-101, Alagoas.

Enfim, o esforço agora vai ser para conseguir otimizar os recursos e trazer recursos para obras que realmente nós temos condições de fazer. É importante ir concluindo essas obras que estão mais adiantadas, para ir tirando isso do radar, tirando isso da frente, para que vá sobrando orçamento para que a gente possa fazer outros empreendimentos. Isso conversa também com essa iniciativa de passar empreendimentos para a iniciativa privada, porque, quando a gente passa empreendimentos para a iniciativa privada, a gente começa a liberar o orçamento. Então, a gente começa a ter folga para aquilo a que a iniciativa privada não tem como ir, para que a gente possa promover, então, os empreendimentos.

Temos aí uma agenda de cem dias. Estabelecemos esses cem dias como marco, mas é importante a gente ir estabelecendo *milestones*, pontos de controle periódicos, para irmos vendo as questões das entregas. Estamos muito focados em entregar o máximo de empreendimentos ou o máximo de benefícios para a população. Então, por exemplo, no setor aeroportuário, nós temos ali a concessão dos 12 aeroportos, que vai ser do dia 15 de março; a entrega do aeroporto de Macapá, do aeroporto de Vitória da Conquista. Contamos com o Congresso Nacional na questão da aprovação da MP 863. Entendemos que a aprovação dessa medida provisória é extremamente importante para o setor aéreo, porque nós precisamos dessa liberação do capital estrangeiro para as empresas de aviação. A gente acha que isso vai trazer novos *players* para o Brasil. A gente sai de uma situação de pouca concorrência para uma situação de mercado mais aberto. Temos aí o novo terminal de passageiros e recuperação da pista de Macaé, que está sendo entregue agora, já no final de fevereiro; recuperação da pista de Montes Claros. Acertamos com o Governo de Minas a recuperação da pista de Ipatinga. Vamos aplicar recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil para que o aeroporto possa retomar as suas operações; reforma e ampliação do aeroporto de Marabá, enfim.

No setor portuário, tivemos a assinatura de um contrato importante do GNA, lá do Porto de Açu. São R\$16,5 bilhões de investimentos. É um terminal portuário aliado com dois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos de energia muito grandes. São duas térmicas com capacidade de geração de 3GW, junto com uma unidade de produção de gás natural.

No setor ferroviário, temos a questão da concessão da Ferrovia Norte-Sul, esperando sair o acórdão da Rumo. A nossa ideia é liberar para a consulta pública a prorrogação da MRS, da FCA.

No setor rodoviário, temos a assinatura de contratos que já foram feitas, entregas de obras, qualificações no PPI.

A questão trânsito é uma questão que nos chama muito a atenção e nos preocupa, e nós vamos fazer um trabalho forte no sentido de cumprir a determinação do Presidente Bolsonaro, que é de desburocratizar, facilitar a vida do usuário, é facilitar a vida do cidadão, é diminuir o custo. Hoje observem que um brasileiro gasta R\$2 mil para tirar uma carteira de motorista. Nós temos Estados americanos onde esse custo é de US\$14. Então, é preciso trazer esse equilíbrio para a vida do cidadão.

E nós temos uma pauta aí também transversal, institucional. A gente teve a oportunidade de conversar já com o Presidente da Câmara dos Deputados e com o Presidente do Senado Federal para se estabelecer um pacto pela infraestrutura, ou seja, uma agenda de projetos que podem ter uma repercussão importante no setor de infra, seja no que diz respeito à modernização de algumas legislações, seja – vamos dizer – em alguns projetos que podem passar para o investidor estrangeiro uma percepção de segurança jurídica. Então, a ideia seria ter um *fast track* em termos de tramitação, para que a gente pudesse fazer essa tramitação com comissões especiais e logo depois Plenário, uma comissão dedicada a essa questão da infraestrutura. Obviamente, é uma coisa que nós vamos submeter à Casa. É muito importante lembrar o seguinte: não são projetos do Executivo que vão ser levados para o Parlamento, são projetos de autoria dos próprios Parlamentares, que já estão tramitando aqui, mas que estão em fases diversas da tramitação e que a gente poderia eventualmente aglutinar em uma mesma comissão e dar celeridade a essa aprovação. Alguns são muito simbólicos e podem representar ganho de percepção de segurança jurídica. Vou dar só um exemplo: a lei que trata dos operadores logísticos no Brasil é de 1903; a lei que trata de desapropriação é de 1941. Então, são pautas importantes que a gente precisa modernizar para dar segurança jurídica para fazer com que esses investimentos deslanchem.

Já falamos desses leilões que estão por vir. Aí há um detalhamento desta apresentação, que eu vou disponibilizar aqui para a Comissão.

(*Soa a campanha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Nós temos aqui novos projetos que serão qualificados. Eu queria citar que, na primeira reunião do conselho, a gente já deve colocar esses projetos, que estão em vários Estados do Brasil também: a concessão das BR-163 e BR-230, de Sinop a Miritituba; a concessão da BR-381, Minas, e da BR-262. A gente tem um carinho muito grande pela 381, a gente sabe que é a rodovia que mais mata gente no Brasil e que é, de fato, a rodovia da morte, um trecho extremamente sinuoso, com alta necessidade de investimentos em retificação de traçados, etc. E há as concessões do Paraná, que vão se encerrar em 2021. Então, a gente não deve prorrogar o convênio de delegação com o Estado e a gente deve fazer, então, novas concessões. A gente imagina que fazer essas concessões, depois de trilhar a curva





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aprendizado que nós já trilhamos, vai fazer com que nós tenhamos concessões em que o usuário perceba por que está pagando a tarifa, e provavelmente nós teremos mais investimento e tarifas mais baixas. Isso aconteceu na RIS.

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Observem que, na Rodovia de Integração do Sul, nós tínhamos uma tarifa que chegou a estar no patamar de R\$13,80, só para a Free Way, só para a BR-290. Nós fizemos uma nova licitação. Nessa nova licitação, nós tínhamos duplicação de 225km da BR-386 e conseguimos uma tarifa de R\$4,30, sem a preocupação de "mas será que o *player* terá condição de honrar essa tarifa baixa?" Vai, porque nós criamos um mecanismo de aporte adicional. Então, para cada percentual de desconto extra que ele deu, nós temos uma necessidade de aporte, ele tem que integralizar mais dinheiro na SPE. No final das contas, a empresa concessionária vencedora do leilão teve que integralizar, para esse desconto de 40%, R\$1,2 bilhão. Isso significa que ele tem o recurso para o serviço da dívida e tem o recurso necessário para fazer o investimento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – De Sinop a Miritituba, vai haver uma rodovia ou uma ferrovia?

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – As duas coisas. A concessão da rodovia é para fazer frente ao tráfego enquanto a ferrovia vai ser construída. Então, é uma concessão mais curta, é uma concessão de dez ou de quinze anos, justamente para esse período em que a ferrovia vai estar sendo construída.

Há aí uma pequena linha do tempo. Observem que a gente mais ou menos tem as ações planejadas daqui até 2022. É muito importante ter um plano e seguir o plano. Esse é o esforço que vai ser feito com a equipe, uma equipe que é toda técnica. Nós tivemos essa liberdade para constituir, buscamos o que tem de melhor em cada área, para mobiliar essas áreas do Ministério da Infraestrutura, de maneira que a gente consiga cumprir esse cronograma. As metas são ousadas, porém possíveis. Então, haverá muito trabalho para que a gente possa seguir com esse plano adiante.

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Obviamente, isso demanda muito diálogo, muita conversa com todos os setores e principalmente com o Congresso Nacional, que é o nosso controlador. Nós temos realizado uma série de audiências, nós temos ouvido todos – Parlamentares, Governadores, setor privado, embaixadas, investidores estrangeiros – e tivemos a oportunidade, então, já de fazer algumas entregas na largada, como a assinatura do contrato de concessão da Rodovia de Integração do Sul; o pronto atendimento a situações emergenciais que ocorreram no Ceará, no Rio Grande do Sul, em Rondônia e no Rio de Janeiro; o diálogo intenso com os caminhoneiros, operadores, transportadores rodoviários de carga, com a abertura de um fórum permanente e endereçamento de questões que são importantes para todas as categorias; e a estratégia integrada para escoamento da safra, que está funcionando. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos conseguindo levar a carga lá para Miritituba. São 1.100 carretas/dia chegando ao porto. Estamos conseguindo fazer isso sem grandes interrupções, sem grandes problemas.

(Soa a campainha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Houve a inauguração de um trecho da BR-235 Bahia; a assinatura do contrato para construção do Complexo GNA, no Rio de Janeiro; a liberação do tráfego na BR-101 Alagoas.

Enfim, temos várias agendas com o Parlamento. Eu destaco esse acerto que nós estamos fazendo já no início do ano com os orçamentos. É uma coisa que nós queremos fazer com todas as bancadas. E já fica aqui o convite para que a gente possa fazer esse remanejamento de créditos.

Com isso, eu concluo. Eu acho que todos os senhores devem ter uma série de questões para fazer. Eu vim aqui também para ouvir, para dialogar. Então, eu me coloco à disposição de V. Exas. para debater.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Presidência agradece S. Exa. o Ministro Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura, que apresentou, de forma bastante detalhada, as diretrizes e prioridades da pasta da infraestrutura.

Na sequência, pela lista de inscrição, o primeiro a falar seria eu, na condição de autor do requerimento, mas eu vou saltar minha preferência para prestigiar os Senadores que estão aqui há bastante tempo, para que possam fazer seus questionamentos e ponderações ao Ministro. Nós temos a praxe que é de três a cinco minutos para os Senadores fazerem suas apresentações, suas ponderações. Eu estabeleceria um tempo máximo de cinco minutos. Acho que atenderia a todos, e a gente teria condições de avançar na pauta de hoje.

Com a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de ver a possibilidade, naturalmente, como V. Exa. abriu mão de fazer suas indagações ao Ministro, se não houvesse ninguém na ordem, de abrir mão para mim, caso fosse possível. O senhor já abriu mão da sua fala. Eu como decano aqui da Casa, não é, Marcelo? Com muita disposição... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir vênua ao Plenário e aos demais subscritores aqui. Vou assegurar a palavra a V. Exa. e vou me dar por satisfeito com os questionamentos e as ponderações de V. Exa. V. Exa tem a palavra, no tempo regimental.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, meu amigo Senador Marcos Rogério.

Meu caro e prezado amigo Senador Wellington Fagundes, prezado Ministro Tarcísio Gomes e demais membros desta Comissão, eu serei muito rápido, pragmático e objetivo nas minhas indagações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, tive a oportunidade ímpar, hoje, de almoçar junto com os Senadores Wellington, Rogério e com outros Senadores, como o Zequinha Marinho, lá no bloco que é composto pelo DEM, pelo PR e pelo PSC. Ali tive a satisfação de ver inicialmente as propostas do Ministério dos Transportes em relação ao que pretende executar nesses próximos quatro anos no Governo Bolsonaro.

Reconhecemos todos nós aqui a dificuldade que o Brasil vem atravessando nessa quadra, pela escassez de recursos para os investimentos não só na questão do transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, mas também em outras áreas, como da educação e da saúde. Todavia, se percebe que o Governo hoje tem um planejamento. O Ministro expressou aqui as prioridades que estão sendo estabelecidas pelo Governo Federal em relação às melhorias nas nossas rodovias e em outros transportes intermodais.

Particularmente aqui, Ministro, já vi mais ou menos a pretensão e o que pretende o Ministério dos Transportes de V. Exa. em relação aos investimentos não só públicos, mas, sobretudo, privados, que são fundamentais. Nós sabemos perfeitamente que só o Estado, lamentavelmente, não tem essa capacidade. O Estado hoje, perdeu, a bem da verdade, quase 90%, 95% do seu poder de investimento, haja vista que me parece que o próprio Orçamento da Federação para este ano só abaixa – 1%, no máximo 2% das receitas correntes líquidas. Eu acho que, com pouco mesmo, fazendo de forma séria e responsável, sobretudo nessa parceria que se propõe, será fundamental.

Ministro, V. Exa. conhece bem o meu Estado. Já relatamos para o senhor mais ou menos as questões em relação às obras de infraestrutura: particularmente a conclusão da BR-163 e o início, se possível, da BR-174, a conclusão da BR-158 e outras obras, sobretudo o contorno rodoviário de Cuiabá. Particularmente, nós tivemos a oportunidade, como Governador do Estado, de realizar algumas obras e investimentos, sobretudo na Região Metropolitana. Como Governador, eu fiz o contorno norte; e o ex-Governador Júlio Campos, meu irmão, fez o contorno sul. No decorrer dos anos, a população aumentou; o número de caminhões para escoar nossa produção triplicou ou é dez vezes mais aquilo que acontecia no passado, lá atrás.

Nós temos uma preocupação muito grande, Ministro, em relação também à questão das ferrovias que, num primeiro instante, estão programadas, sobretudo a FICO. A Vale vai pagar uma outorga que, nesse caso, será revertida em relação à conclusão dessa obra muito importante, saindo do Estado de Goiás e indo para a região do Médio e do Baixo Araguaia. Com isso, escoar-se a produção dessa vasta região do nosso Estado. A outra é a Ferrogrão, que vai de Sinop, indo até o Porto de Miritituba – uma obra grande, gigantesca.

Todavia, como também político eu sou e morador da região da Grande Cuiabá, eu quero fazer um apelo a V. Exa.: a inclusão, nesse planejamento feito pelo Ministério dos Transportes, também da obra saindo de Rondonópolis chegando até Cuiabá. Lamentavelmente nós temos uma conspiração. É um sonho de todos nós mato-grossenses, sobretudo daqueles que fundaram Mato Grosso, fundaram Cuiabá, ter a obra dessa ferrovia, com certeza, chegando à capital eterna de todos nós mato-grossenses. Hoje essa ferrovia é liderada, se não me falha a memória, pela Rumo – não é, Senador Wellington?

Essa obra se iniciou lá atrás e, com muitas dificuldades, conseguimos chegar até Rondonópolis. Lamentavelmente, quando a ALL ganhou essa concessão... Minto, não foi nem a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ALL, foi a Constran de Olacyr de Moraes. Depois transferiu a concessão para a ALL num contrato draconiano...

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... como eu disse para o senhor.

Nós mato-grossenses, os produtores rurais desse Estado esperávamos e tínhamos a expectativa de que, com o transporte ferroviário, nós poderíamos diminuir os preços, os valores, naturalmente, dos produtos nossos transportados por essa ferrovia. De lá para cá, quase nada melhorou. Há um estrangulamento do nosso sistema do transporte intermodal. Lamentavelmente hoje, de forma precária, trafega-se nas nossas estradas, um transporte oneroso sobremaneira.

Nós estamos participando desse processo da evolução do crescimento da nossa economia com a contribuição como o maior produtor de soja do Brasil, o maior rebanho bovino, o maior produtor de algodão. Todavia, com esse custo de transporte, quase nada está sobrando em termos de riqueza para o povo mato-grossense.

Portanto, eu gostaria de fazer um apelo aqui de público a todos os membros desta Comissão e, sobretudo, ao Ministro dos Transportes. E confesso que V. Exa. demonstrou a capacidade porque está inteirado dos assuntos.

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nós não podemos deixar que essa ferrovia não venha a Cuiabá. É uma bandeira, uma luta nossa – minha, do Wellington e, imagino, da Senadora Selma, que reside lá. Senadora Selma, nós temos um papel preponderante de lutar para a ferrovia chegar a Cuiabá. Nós não podemos ficar à margem do esquecimento sob pena de transformar a região do Vale do Cuiabá num verdadeiro bolsão de miséria pelo fato de que nós não estamos tendo investimento necessário, sobretudo para nós crescermos, desenvolvermos e darmos oportunidade à população dessa região, nós temos que ter a ferrovia.

Portanto, Ministro Tarcísio, cumprimento V. Exa., torço por sua gestão, torço para que o Presidente Bolsonaro cumpra, se possível, 50% daquilo, porque sabemos que não é fácil em quatro anos de Governo – é óbvio, evidente, sabemos perfeitamente. Entretanto, é aquela velha história que já dizia Rui Barbosa: "Ai de nós se não houvesse sonhadores". Sonhar um dia como sonhou D. Pedro I...

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... com a independência do Brasil; Rui Barbosa, que sonhava também; Juscelino Kubitschek, que sonhava também com a construção de Brasília: nós sonhamos que a ferrovia – não só a Ferrogrão, a FICO – chegue a Cuiabá, que é o sonho de todos os mato-grossenses.

Sucesso e muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua forma sempre generosa, bondosa e amiga com que nos trata aqui como seu colega e par nesta Casa.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, que inicia as ponderações e questionamentos ao Ministro.

Na sequência, pela lista de inscritos, o Senador Carlos Viana.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Meu boa tarde às colegas Senadoras, Senadores, desejando mais uma semana de trabalhos de muita saúde e muita tranquilidade.

Quero, primeiro, saudar aqui o Ministro Tarcísio – já tive a oportunidade de estar com ele em algumas reuniões –, dar os parabéns pela escolha do nome do Ministro. A experiência dele, a vontade de resolver as coisas realmente são latentes. Pela primeira vez, Ministro, nós estamos ouvindo falar em cabotagem no Brasil. Cabotagem – muita gente não sabe – é o transporte interno de carga entre os próprios portos e, no Brasil, é de limites impressionantes na questão marítima. A cabotagem nunca foi colocada em evidência. É uma coisa impressionante como nós não atinamos e agora está sendo colocada.

Na questão das rodovias, como representante de Minas Gerais, eu quero saudar as obras que estão sendo feitas no Triângulo Mineiro, com relação a Uberlândia. Quero saudar também a decisão que foi feita sobre a 381, que é a duplicação e a privatização que deverá ser anunciada agora em março. Essa obra é esperada pelos mineiros de uma forma muito especial, especialmente também a decisão de duplicar a 262. Isso vai trazer para Minas Gerais um alento muito grande. É um Estado em que estamos 20 anos, Ministro, atrasados na questão da mobilidade. Então, aqui a nossa satisfação em poder colaborar, inclusive, nos projetos que virão daqui para frente em relação às rodovias.

Mas, com relação às ferrovias, eu gostaria de colocar aqui uma preocupação grande, porque nós já tivemos a possibilidade de começar a conversar, sobre o modelo que está sendo colocado para a renovação das concessões.

Observem que, quando, lá em 1997, o Brasil fez essas concessões, o Brasil era outro país. Nós tivemos ali um outro momento na história brasileira. E o Governo Fernando Henrique Cardoso, ao fazer as concessões, hoje podemos analisar pelos resultados... Vou ser breve aqui. O modelo que nós adotamos no Brasil, Ministro, desativou 20 mil quilômetros de ferrovias. Nós estamos, muitas vezes, aqui discutindo uma Transnordestina, por exemplo, com 1,8 mil quilômetros, estamos soltando foguete porque a CSN não cumpriu, mas está fazendo lá menos de 400km, mas nós desativamos, Senador Lasier – inclusive no Rio Grande do Sul –, 20 mil quilômetros de rodovias no modelo de 1997. Isso gerou um prejuízo bilionário ao Brasil, inclusive com o passivo da rede ferroviária, que foi abandonado. São prédios, linhas que foram todos construídos com o dinheiro do contribuinte e abandonados. Nós concessionamos apenas o lado bom das ferrovias.

Nós temos outros pontos. Nós temos alto custo do frete ferroviário brasileiro, o que torna inviável o transporte de outros produtos além de minério na questão das minerações. Isso reforçou, inclusive, a dependência do transporte rodoviário em nosso País, aumentando o número de acidentes nas estradas, a questão dos seguros, o orçamento do Ministério da Saúde.

Nós temos ferrovias hoje que são só dedicadas ao minério. No meu caso, por exemplo, da capital, Belo Horizonte, os trilhos ficam vazios durante todo o dia e, à noite, a empresa, que é a Vale, utiliza. Nós tentamos há, mais ou menos, oito anos, Ministro, um acordo para que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do Estado pudesse viabilizar a questão do metrô, do transporte de passageiros para a região metropolitana, e as empresas não permitiram. Elas não permitem a utilização dos trilhos nem no horário que elas não usam.

E, principalmente, na questão das passagens, nós temos problemas graves hoje de projetos do próprio Governo que não conseguem ser completados porque a empresa não permite que haja passagem sobre os trilhos que o contribuinte construiu, pagou, mas que hoje estão em mãos em terceiros.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O baixo volume de cargas gerais: nós só transportamos minérios. Bobinas, outras cargas perigosas não podem ser transportadas por trem.

O modelo não se adequou ao crescimento da produção no interior do País. Nós temos passivos judiciais que não foram solucionados e, especialmente, uma insegurança muito grande com relação ao futuro dessas concessões. Por quê? Nós estamos entregando, Ministro, essas de Mato Grosso, do Tocantins para concessionários que vão alimentar a si mesmos. As empresas que querem ser concessionárias carregam e alimentam o próprio sistema, ou seja, não há investimento, elas estão apenas se mantendo dentro de um negócio, como a Vale, impedindo a concorrência de outros setores.

O último ponto aqui, a questão, por exemplo, do meu Estado, que é um Estado minerador, ainda hoje é a primeira produção do Brasil: boa parte dos concorrentes da Vale são obrigados a transportar o minério por água, porque eles não têm acesso às ferrovias.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E aqui eu coloco para V. Exa.: não seria o momento de nós criarmos um novo marco regulatório do sistema ferroviário brasileiro, abrindo para o transporte de passageiros, abrindo, inclusive, para que o Governo possa controlar o acesso dos diversos setores da economia à ferrovia? Esse modelo que está sendo colocado agora não é passível de uma nova avaliação para que a gente possa determinar o futuro do Brasil nos próximos 40 anos no setor ferroviário?

Meu agradecimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Carlos Viana.

Na sequência, com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Marcos Rogério, Presidente da nossa Comissão; o Vice, Wellington Fagundes; e o Ministro Tarcísio. Começo lhe desejando sorte e clarividência para conduzir essa pasta tão fundamental para um país continental como o nosso.

Mesmo como membro da oposição ao atual Governo Federal, quero lhe dizer que conte comigo para aqueles projetos que forem importantes não só para o Brasil, mas particularmente para a Bahia. Naquilo em que houver racionalidade, eu acho que o papel da oposição é minimizar danos naquilo que ela considera danos e contribuir naquilo que é importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria formular algumas poucas perguntas objetivas.

Em vários modelos que o senhor apresentou, o senhor apresentou por maior outorga. Eu sempre me preocupo, porque vai, na minha opinião, na contramão da diminuição do custo Brasil, na medida em que faz caixa para o Governo Federal e esse caixa, evidentemente, o concessionário, o permissionário vai cobrar do usuário – não há como ser diferente, porque todo mundo fecha a conta. Então, eu, pessoalmente, indagaria se não é mais interessante a modelagem de menor tarifa. Eu vi que, nas rodovias, vocês colocaram menor tarifa, mas, em várias outras, vocês colocaram por maior outorga.

A segunda é incidindo no que o colega de Minas acabou de falar: nós temos um drama no Brasil, que é a regulamentação do direito de passagem. Uma ferrovia, por mesmo que ela seja de constituição privada, é um vetor de desenvolvimento. E, mesmo nos meus tempos como membro do Governo Federal à época da Presidenta Dilma Rousseff, esse tema vem se arrastando e nós não conseguimos equacionar. É impossível que alguém exerça o monopólio numa ferrovia de importância como tantas que já foram citadas aqui. Então, eu queria saber como o ministério está se debruçando sobre o tema.

A terceira: eu, quando fui Governador, mesmo sendo do PT, a Bahia é campeã em parceria público-privada em concessões, V. Exa. deve saber disso. Portanto, eu acho que aqui...

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS (*Fora do microfone.*) – Tem a melhor concessão de hospital do Brasil.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É a melhor concessão de hospital do Brasil.

É que o Brasil confunde ideologia com ferramenta de gestão. Esquerda ou direita, progressista ou conservador, todos dispõem de um conjunto de ferramentas de gestão que devem ser usadas. Eu acho que a PPP é das melhores que nós temos. Portanto, lá continuamos investindo, já vamos para o quarto hospital na forma de PPP.

E eu vou reclamar de novo: mesmo quando eu fui do Governo Federal, não consegui incluir o Porto de Salvador e o Porto de Aratu nos arrendamentos. O que acontece? Eu sou a maior economia do Nordeste e perco competitividade, porque eu tenho um porto absolutamente obsoleto, gerido pela Codeba. Então, eu acho que não há o menor sentido, porque nós temos um parque industrial suficiente para encontrarmos parceiros operadores portuários que queiram.

Com tristeza, eu vi que o senhor saltou a Bahia quando dos arrendamentos. Então, eu queria lhe perguntar se está aí em alguma rodada prevista, porque é um apelo do próprio Governador do Estado e foi meu quando Governador. Talvez eu não possa nem tanto reclamar, porque eu era Governador aliado do Governo Federal e não conseguimos. Mas quem sabe agora, na oposição, eu possa ter esse mérito. (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Depois, também repetindo palavra do colega de Minas sobre cabotagem: o Rio São Francisco é conhecido por nós baianos como primeira rodovia do Estado da Bahia. Ainda nas carrancas, nós fazíamos todo o comércio daquela região...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Talvez brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Talvez brasileira, descendo de Minas. Eu, estudante de Engenharia da Católica do Rio, aos 19 anos, peguei em Pirapora e fui saltar em Juazeiro para conhecer como era a estrada de água. E hoje nós estamos com a falência total da cabotagem no Rio São Francisco. Em tempos anteriores, havia uma briga entre o Ministério da Integração Regional e Ministério dos Transportes.

Então, eu queria saber se há esse planejamento de uma dragagem. Os Estados Unidos fizeram isso através do Exército americano – não sei se é essa a melhor saída.

(Soa a campainha.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas creio que é importante que a gente pense nessa via de cabotagem.

Por último, eu vi que V. Exa., na apresentação, falou em modernizar a questão de licença ambiental. Eu estou de total acordo, até porque, quando Governador, eu fiz várias incursões nessa área, inclusive com o próprio autolicensing para investimentos de baixo impacto.

O problema, meu temor, é que hoje a gente criou uma falsa dicotomia entre os apaixonados da motosserra e os apaixonados da contemplação, e eu acho que a democracia é o caminho do meio. Eu acho que tanto os da motosserra quanto os da contemplação não ajudam o meio ambiente. Então, a minha preocupação é que, no afã de se modernizar, não se compre o fundamentalismo de um dos lados, porque, na minha opinião, nós temos que garantir desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

(Soa a campainha.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaques Wagner.

Na sequência, o Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Inscrito na sequência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar Ministro.) – Eu quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Marcos Rogério e cumprimentar também o Ministro Tarcísio.

Eu acho que o Senador Jayme já falou aqui um pouco do entusiasmo em relação à necessidade da infraestrutura. Eu percebo, sempre quando converso com o Ministro, que ele tem muito entusiasmo, sim, com a Ferrogrão, tem muito entusiasmo com a FICO e nós, lá em Mato Grosso, por estarmos no centro geodésico da América do Sul, temos entusiasmo com tudo que seja possível em termos de infraestrutura. Por essa condição de ser um Estado de alta produção, com índice de produtividade muito grande, é claro que a gente acaba sofrendo as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequências da distância dos portos. Então, ao mesmo tempo que o produtor é muito competente da porteira para dentro, ele tem todas as dificuldades da porteira para fora.

Ministro, eu sou de Rondonópolis, aqui está o Senador Jayme Campos, que é de Várzea Grande, nascido em Várzea Grande, e a Senadora Selma, que junto com os sulistas foram para Mato Grosso para tomar conta de todos nós lá. Ela também morou em Rondonópolis e hoje reside em Cuiabá.

A Ferrovia Ferronorte, cuja proprietária hoje é a Rumo, foi idealizada – e aqui a gente sempre faz questão de fazer homenagem ao Senador Vuolo, porque ele foi o autor do projeto de lei –, daí Olacyr de Moraes começou a construção dessa ferrovia. Hoje nós temos – isso para que todo o Brasil e nossos companheiros saibam –, lá em Rondonópolis, o maior terminal ferroviário da América Latina, com sítio de 400 hectares, todo ele praticamente ocupado. E eu gostaria até de aproveitar, Presidente, e propor – estava conversando agora há pouco com o Ministro – uma audiência pública lá, para convidar toda a Comissão para ir conhecer exatamente essa realidade da produção, a necessidade de escoamento e até a realidade que existe lá em termos de ferrovia.

Hoje nós temos, em Mato Grosso, a partir de Rondonópolis, passando Mato Grosso do Sul até São Paulo, uma ferrovia muito moderna. Ela teria capacidade de duplicar a sua capacidade de transporte, mas infelizmente, em São Paulo, que é um Estado moderno, temos problemas lá com o Rodoanel, enfim, outras circunstâncias de várias passagens urbanas da ferrovia, tanto é que se está tentando a prorrogação para fazer os investimentos.

Mas nós queremos – e fica aqui o convite a todos, vamos ver uma data oportuna juntamente com o Ministro – que vocês possam lá conhecer não só a produção agropecuária, mas também essa questão da logística, porque Rondonópolis também é um encontro da BR-364 com a 163.

Então, nós que somos de Rondonópolis – e eu quero aqui fazer um testemunho – queremos que a ferrovia avance Mato Grosso. Muitos poderiam perguntar: "Mas é bom para Rondonópolis a ferrovia ficar lá parada, porque ali há um grande terminal?". Não, nós precisamos avançar, chegar a Cuiabá, de Cuiabá ao Nortão de Mato Grosso, construir a Ferrogrão, construir a construir a Transcontinental, ou seja, a FICO, interligando o Norte com o Araguaia, para viabilizar, inclusive, a Ferrovia Norte-Sul. V. Sa. é um entusiasta dessa área.

Então, nós queremos aqui dizer que, claro, é um novo Governo, são novos momentos, e todos nós aqui da Comissão queremos é exatamente que tudo isso aqui que foi projetado possa acontecer.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu, inclusive, sou autor de uma PEC que trata da segurança jurídica. Está tramitando há algum tempo aqui no Congresso Nacional. Inclusive, eu queria pedir o apoio de todos os companheiros, para que a gente possa aprovar essa PEC, porque hoje esses investimentos de longo prazo são feitos através de uma política de governo e não de uma política de Estado, ou seja, contratos que foram feitos, como as nossas concessões de rodovias, estão aí no limbo praticamente, porque já estão vencendo os contratos, o BNDES não fez o investimento, com risco, inclusive, de serem abandonadas. Eu gostaria até que o Ministro fizesse também um comentário sobre as concessões rodoviárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovar aqui essa questão da segurança jurídica é extremamente importante, porque investimento de longo prazo representa... Nós temos que fazer através de uma política de Estado...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... que garanta ao investidor que ele venha – seja recurso nacional, seja internacional – e tenha a certeza de que, por mudar o governo, não vai mudar tudo aquilo que foi contratado, efetivamente assinado, registrado, carimbado e tudo mais.

Então, é o maior apelo que eu faço aqui, Ministro, a essa articulação de Governo, porque isso é interesse de Governo. Dificilmente uma matéria dessa tramita se não houver realmente o interesse do próprio Governo. Aliás, para esse assunto das rodovias, o Governo anterior, Michel Temer, mandou duas medidas provisórias e a Câmara as rejeitou por duas vezes. Então, até hoje, nós temos essa situação do limbo.

Ainda eu quero colocar essa questão da 364, sobre a qual eu acho que o Presidente vai falar mais, e também a importância de todos nós entendermos que, na Região Centro-Oeste, se não fossem os portos do Arco Norte...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... não teríamos como exportar, tirar essa produção. E, a cada ano, ela tem se ampliado e não temos armazém. Esse é outro problema. O produtor tem que colher e vender, aí ele fica submetido também a quem vai comprar e quem tem condições de levar. Então, é um outro aspecto também extremamente importante, Ministro, porque da logística faz parte estrada, rodovia, ferrovia e armazenagem. Então, eu gostaria de que V. Sa. também pudesse falar um pouco dessa questão da logística como um todo, qual o pensamento da logística, porque, em termos de hidrovia, praticamente o País abandonou.

Então, eram mais essas considerações para demonstrar o nosso entusiasmo com sua presença aqui e também a preocupação da Valec. Acho que o senhor vai poder colocar mais claro. A Valec é uma empresa que teve o seu momento bom e está aí também...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... nesta situação: não se sabe se a Valec continuará ou não continuará. Com isso, acaba acontecendo não só uma certa instabilidade para o mercado, mas também essa questão dos próprios servidores que aí estão querendo saber do seu destino.

É isso, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Na sequência, na ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Jean Paul. *(Pausa.)*

Senador Luiz do Carmo. *(Pausa.)*

Também ausente.

Senador Eduardo Gomes. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Selma Arruda, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sr. Vice-Presidente, meu colega de bancada; boa tarde, Sr. Ministro.

Estou aqui nada mais nada menos do que engrossando a voz dos meus colegas de bancada de Mato Grosso. Como o senhor pode ver, o Mato Grosso, por ter essa dificuldade mesmo, essa carência de infraestrutura, está aqui em peso, a bancada toda preocupada com o mesmo problema. Nós somos um Estado muito rico, muito próspero, e, como disse o meu colega Jayme Campos com toda a propriedade, corremos o risco de deixar a capital e os seus arredores ali à míngua caso esta ferrovia não venha, não prossiga até a capital. Por que, Sr. Ministro? Vários motivos os meus colegas já explicaram, mas eu gostaria de acrescentar que nós não conseguimos, no Mato Grosso, atrair investimentos exatamente por conta da questão da infraestrutura. Não há como se produzir lá, como se comercializar lá aquilo que se produz. E não há também como se incentivar a instalação de fábricas ou de outro tipo de atividade que não seja propriamente o agronegócio. O agronegócio é 90% da nossa economia.

Então, não conseguindo atrair indústrias para aquela região, se a ferrovia não passar por Cuiabá, meu colega tem toda razão no sentido de dizer que nós vamos virar um cinturão de pobreza naquela região por falta de oportunidade, até porque a região do entorno de Cuiabá, Rosário Oeste, Nobres, aquelas cidades que ficam ali no entorno não têm essa característica de agropecuária; elas têm mais de pecuária e menos de produção de grãos.

Bom, eram as considerações que eu gostaria de fazer apenas para alinhar aqui com a fala dos meus colegas. E eu gostaria de lhe perguntar também, Ministro, para quando está previsto o início das obras da FICO. Salvo engano, o Governo passado havia previsto esse início para o primeiro semestre deste ano. Eu gostaria de saber se V.Exa. confirma e se nós podemos ficar, então, contentes com essa novidade.

Mudando um pouquinho apenas a fala, eu gostaria de expressar e de lhe pedir explicações mais detalhadas a respeito da minha preocupação com relação ao investimento estrangeiro no transporte aéreo. Até que ponto esse investimento pode nos atingir, atingir a nossa economia, atingir o emprego aqui no Brasil?

(Soa a campainha.)

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Para quando também é prevista esta abertura e quais são as suas impressões com relação aos ganhos que o Brasil vai ter com relação isso?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece à Senadora Selma Arruda.

Seguindo a ordem de inscrição, o Senador Lasier Martins tem a palavra.

Informo apenas aos Senadores que ainda estão inscritos e eventualmente àqueles que, na hora da chamada, não estiverem presentes que, ao final, terão a palavra novamente.

Estão inscritos ainda o Senador Lasier Martins, o Senador Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Flávio Bolsonaro, Elmano Férrer e Jean Paul, que está também na Comissão e terá a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V.Exa. tem a palavra, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente Marcos Rogério, Senador Wellington, Ministro Tarcísio.

Ministro Tarcísio, duas ou três vezes, V.Exa. foi definido aqui como um entusiasta, e eu gostei de ouvir e saber que V.Exa. é um entusiasta. Eu observei que, de fato, quando o senhor nos apresentou este maravilhoso mapa de obras de infraestrutura que estão nos indicadores do seu ministério, fiquei, como brasileiro e como Senador, bastante animado. Mas eu tenho um certo receio de que tudo isso seja muito de sonho, porque são muitas obras. É impressionante o que o senhor nos descreveu aqui. E eu me arrisco a dizer que V.Exa., o seu Governo, se realizar metade do que descreveu aqui, o senhor merece uma estátua.

E até faço, como primeira pergunta, esta: V.Exa. arriscaria dizer aqui que, ao final do seu Governo – se é que o senhor vai prosseguir depois –, até o final de 2020, nós teremos 50% disso que o senhor descreveu aqui concluído, seja em obras do Governo, seja nas concessões, que são muitas? Então, essa é a primeira colocação. É uma colocação de esperança, porque nós estamos aqui fazendo uma verdadeira procissão de pedidos; todos pedem atenções aos seus Estados.

Na sua ampla descrição, eu, com certo pesar, vi que o senhor não disse praticamente nada sobre o meu Rio Grande do Sul – nós estamos um pouco desprezados –, nem mesmo com relação à 116, no trecho Pantano Grande a Pelotas, com 250km, que é a rodovia de mais alto índice de acidentes fatais do Rio Grande do Sul. V.Exa. sabe muito bem disso. Até se V.Exa. puder depois dizer pelo menos uma frase com relação à 116 nesse trecho, eu ficaria muito agradecido.

Mas o essencial é que nós tenhamos realmente essas obras de infraestrutura. Se tivermos a metade concluída, o Brasil será outro; será um Brasil magnífico de a gente viver, tantas são as nossas carências.

E aproveito para, no terreno prático, já que nós, há muitos anos, lamentamos a deficiência de ferrovias, e, na segunda metade do ano passado, fizemos, aqui nesta sala, uma longa audiência pública...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... sobre ferrovias no Brasil, e pouca coisa evoluiu de lá para cá, e agora com relação à necessidade de ferrovias, estranha um pouco a notícia da semana passada do jornal *Valor*...

Eu vou esperar a conversa dos senhores para depois perguntar.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Na semana passada, no jornal *Valor*, há uma notícia de que a Valec vai ser extinta. A Valec é uma estatal federal que, aparentemente, vinha trabalhando bem. Então, gostaria que V.Exa. dissesse se vai fechar e porque vai fechar, vai ser liquidada. E aí quem é que vai fazer o trabalho dela?

E uma outra pergunta, a minha última pergunta, é com relação ao que os engenheiros do Conselho Federal de Engenharia se preocupam...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... a respeito do pregão eletrônico para o serviço de engenharia. Eles prefeririam licitações. Então, que o senhor esclarecesse qual é o motivo: há incompatibilidade de usar os dois processos para obras de engenharia ou o senhor prefere o pregão eletrônico?

Sucintamente era isso. Agradeço-lhe se tiver as respostas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V.Exa., Senador Lasier Martins.

Eu faria, neste momento, uma intercalação com o Ministro para responder às perguntas dos Senadores, mas ponderei com o Ministro e faço essa sinalização ao Plenário para que a gente esgote a lista de inscritos, e aí ele, ao final, fale, porque de repente começa alguma deliberação lá no Plenário e a gente tem oportunidade de que todos os Senadores se manifestem ao Ministro aqui presente.

Dando sequência à lista dos Senadores inscritos, Senador Marcelo Castro.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - PI. Para interpelar Ministro.) – Quero cumprimentar todos os presentes, o Presidente Marcos Rogério, o Vice-Presidente Wellington Fagundes, e um cumprimento especial ao Ministro Tarcísio, de quem tive oportunidade de acompanhar o trabalho à frente do Dnit. A relevância do seu trabalho é que o levou a ser hoje o Ministro do Superministério da Infraestrutura do Brasil. Parabéns V.Exa. pelo cargo importante e também pela explanação tão competente que V.Exa. fez hoje aqui.

É claro que o Brasil tem muitos problemas. Nossas deficiências são gritantes. Mas talvez a nossa maior deficiência seja a falta de planejamento. E eu vejo que V.Exa. está se preocupando em dar ao Brasil, dotar o Brasil de uma infraestrutura de uma maneira inteligente, sábia, conjugando o setor rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário. Acho que essa união em torno de um só ministério é importante e vejo que V.Exa. está preocupado com a questão do nosso planejamento. Alguns exemplos aqui: a nossa Bahia aqui do nosso Jaques Wagner; Juscelino Kubitschek começou a BR-020, Fortaleza a Brasília, que ainda hoje está inconclusa – e lá se vão mais de 60 anos. Essa rodovia não é importante? Tira do mapa. É importante? Vamos concluir. Há um exemplo, no vizinho Estado do Maranhão, da BR-226, que vem do Pará e atravessa o Maranhão inteiro, que há 30 anos faltam 100km para chegar a Teresina, no Piauí – há 30 anos. Agora, no ano passado, foram feitos 25km; faltam 75km. Então, pelo amor de Deus! Quer dizer, se entra ministro, sai ministro, entra ministro, sai ministro e uma rodovia continua faltando 100km, uma rodovia importante para o desenvolvimento regional, e não é concluída, é um descaso e falta de planejamento.

A minha capital, Teresina, é a única capital do Nordeste que não tem duplicadas as suas saídas. Então, o Governo do Estado fez um esforço, está tentando com muita dificuldade, mas é evidente que essa é uma obra federal. Já há, para a saída sul, alocação de recursos pelo Senador Elmano Férrer, que está aqui, mas nós precisamos fazer também para a saída norte, que é a BR-343. Fica ruim, fica difícil chegar a Teresina num final de semana porque está completamente engarrafada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E de todos os aeroportos do Nordeste – não vou dizer do Brasil, mas talvez do Brasil –, o único que não foi reformado, ampliado é o de Teresina, que agora está sob o comando de V. Exa.

E a BR-135, que é também chamada, como no caso aqui de Minas Gerais, de rodovia da morte, porque foi feita como uma estrada vicinal ainda no início da década de 60 e tem só 6m de plataforma e pista de rolamento – V. Exa. conhece muito bem –, está sendo agora ampliada, alargada, e está na previsão aí. Então, é evidente que V. Exas. vão começar agora a fazer o novo Orçamento, e é claro que essa BR precisa ser contemplada porque não se admite uma BR com 6m de pista de rolamento sem acostamento, com os acidentes que estão acontecendo.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Há outra estrada importante também – já concluiu – no norte do Estado que é a BR-222, que vem de Fortaleza e vai para São Luís do Maranhão, e que, faltando menos de 100km, está sendo construída. Nós economizaríamos aí mais de 140km.

E há outra, a BR-235, em que está faltando apenas esse trecho da BR-135 a Caracol – que fica vizinho a uma das maiores jazidas de fosfato do Brasil que fica na Bahia – e Angico dos Dias. A firma que explora lá, a firma Galvani, economizaria mais de 200km se essa BR fosse concluída. Já começou, evidentemente que só se precisa dar continuidade, alocando recursos para isso daí.

No mais, desejo muito sucesso a V. Exa. Sei que o ministério está em mãos competentes. E aqui, com certeza, V. Exa. contará com o apoio desta Casa, para que o Brasil possa, finalmente, ser dotado de um modal de transporte interligado...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... para melhorar o nosso transporte, evidentemente barateando o custo Brasil, que é um dos grandes entraves do nosso desenvolvimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Castro.

Na sequência, o Senador Zequinha Marinho tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Presidente, também o nosso Vice e o Sr. Ministro, dizendo da alegria de poder vê-lo, aqui na Comissão, mostrando os rumos que o Brasil deve seguir na construção da sua infraestrutura.

Quero agradecer sempre pelo bom trato que tivemos antes e dizer ao senhor que não vamos repetir a conversa da primeira etapa porque, como o Pará é grande, os problemas também são grandes e são muitos.

Mas eu queria começar fazendo um pedido: a indústria, o setor produtivo da Região Norte criou uma nomenclatura chamada Arco Norte. Nós somos sete Estados e aqui somos com certeza uma bancada de 21 Senadores. E, como eu, alguns com certeza querem também aprofundar o conhecimento do que significa, o que abarca o Arco Norte, até para que a bancada



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do Norte possa se unir, trabalhar e se entusiasmar por isso, reconhecendo que, sem logística, a gente não vai nunca sair do lugar, nunca vai fazer aquilo que o Brasil precisa fazer naquela região, que é melhorar a vida do seu povo, melhorando por tabela, antes, a economia.

Então, alguém que pudesse, numa audiência pública aqui, trazer-nos detalhadamente como o Governo vê, compreende, entende o Arco Norte, que compõe rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, enfim, tudo para aquela região. A partir daí eu tenho certeza de que a gente vai animar essa bancada e se unir cada vez mais, buscando bons resultados nesse setor que vai ajudar o Brasil a se desenvolver naquela região.

Pedral do Lourenço, a derrocagem lá na nossa região, o Rio Tocantins, trecho Marabá-Rio Amazonas: queria ouvir de V. Exa. como é que o Governo Federal, o novo Governo, encara isso e de que forma, a quantas anda esse grande projeto, que é fundamental para a logística do sul e sudeste do Pará, que chega até Barcarena com cargas embarcadas nos navios e assim por diante.

Ferrovias Norte-Sul: na verdade, nós temos uma ferrovia meio Norte e Nordeste que vem aqui no rumo do Sul. Se a gente pegar o mapa da moçada ali, atravessa bem o Estado de Goiás, literalmente o Estado do Tocantins de ponta a ponta e, aí, não vai mais para o Norte, a gente vai para o Nordeste.

Nós estamos trabalhando lá no Pará, já há algum tempo, uma futura ferrovia chamada Fepasa, dividida em dois blocos: um que sairia de Barcarena até Marabá e, num segundo momento, Marabá-Santana do Araguaia. Esse trecho de Barcarena-Marabá passa em Rondon do Pará, uma cidade perto do Estado do Maranhão, quase na divisa – ou na divisa porque está muito próximo ali do Maranhão.

O Ministério dos Transportes... V.Exa. poderia chegar a Barcarena construindo apenas 58km de ferrovia Açailândia-Rondon, aí integrando a nossa futura Fepasa. Por que é que eu falo isso? Porque há alguns grupos interessados em construir esse trecho Marabá-Barcarena passando por Rondon. Então, eu acho que, neste ano, a gente fecha, com alguns investidores, a construção desse pedaço da futura Fepasa. Aí, na verdade, a gente poderia chamar Norte-Sul, porque a gente sai aqui do Centro-Oeste e tal, do Sul, como está projetado, e chegaria...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... a um porto da Região Norte. Eu acho que é esquisito a gente chegar perto, quinhentos e poucos quilômetros, depois virar. Não é bem o que diz o projeto Norte-Sul.

BR-163 e BR-158: já ouvimos ali, com alegria, a disposição de o ministério estudar a concessão, mesmo que menor, para a 163, mas eu quero reiterar aqui o pedido de que se faça um estudo pelo menos dentro do trecho paraense da 158 e por toda a 155, que são seguidas ou contíguas, porque, no nosso entendimento, há condição – mesmo que não seja das melhores, mas já a temos –, e aí soltaria o Governo Federal de estar ali o tempo todo trabalhando, pelejando com aquele trecho. A gente concederia e resolveria tudo isso.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – No caso da duplicação da BR-316 de Castanhal até o trevo que vai para Salinópolis, a bancada, no ano passado, trabalhou muito isso.

Há uma observação que eu quero fazer com relação à Norte-Sul para chegar a Barcarena. Ela estava no Plano Nacional de Logística (PNL) e foi retirada – todo mundo sabe que precisa estar lá para se fazer investimento. Por mais que se venha a fazer hoje só o investimento de Rondon a Açailândia, seria a sequência da rodovia. Naturalmente, poderia ou deveria – digo melhor – estar neste plano.

Fica aqui o nosso pedido para que a gente refaça os cálculos e os estudos com o objetivo de fazer constar do Plano Nacional essa ferrovia, que é fundamental para o desenvolvimento do Norte.

Muito obrigado.

Nossas felicitações...

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... pelo trabalho. Que o futuro possa nos trazer boas novidades e grandes resultados!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu queria apenas informar ao Plenário que já se iniciou a Ordem do Dia lá no Plenário, com o item 1 em pauta.

Nós temos apenas mais cinco Parlamentares inscritos. Há um apelo da Presidência para que a gente suspenda aqui e volte na sequência. Eu penso ser isso improdutivo, porque não vai haver sequência. Nós poderíamos proceder, resumidamente, às ponderações dos Parlamentares. Como é uma audiência pública, não há impedimento regimental para que se avance aqui – há apenas um apelo do Plenário para que a gente siga para lá.

Vamos, então, à sequência dos Senadores inscritos e depois passamos a palavra ao Ministro.

Senador Lucas Barreto, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aqui fazer um apelo ao nosso Ministro e também aproveitar e usar as palavras do Senador Wellington: Mato Grosso precisa desse desenvolvimento.

Eu estou vendo aqui... Tive a oportunidade de ver aqui a explanação do Ministro e o plano rodoviário que contempla Mato Grosso, de Miritituba a Rondonópolis, com a ferrovia e a BR-163, que também vem para Miritituba.

Então, se compararmos – nós já discutimos isso no Plenário, e o Senador Wellington sabe –, é importante que o senhor coloque, no seu plano de obras, o estudo do arco lamoso da foz do Amazonas, porque, para escoar essa produção, é muito mais barato e muito mais perto escoar pelo Amapá, que é a porta do Brasil ali no Amazonas. O que se precisa é de um estudo da Marinha, para que nós possamos aumentar o calado, pelo menos, em 1,20m. Ai passaríamos a ter os navios subindo o Amazonas lá para Miritituba não só de 54 mil toneladas, mas de 90 a 100 mil toneladas. Então, essa é uma rodovia que custa muito mais barato... Perdão. É muito mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barato do que por rodovia ou por ferrovia fazer esse transporte pelas grandes barcaças no Rio Amazonas.

Sr. Ministro, queria pedir a sua atenção. Sr. Ministro, eu queria pedir a sua atenção! Porque lá no Amapá há uma BR que é a BR-156. Ela é a obra inacabada do Governo Federal brasileiro mais antiga do Planeta Terra. Tem 70 anos! E aqui eu tenho também um documento do Dnit, onde o senhor também foi diretor executivo, que diz: "Dnit anuncia pavimentação de 110km da BR-156". Nada! Não vi lá no plano também. E eu lamento, porque o Estado brasileiro fez uma ponte binacional lá na divisa com a Guiana Francesa, onde termina a nossa BR-156, que começa lá em Laranjal do Jari.

Eu me preocupo porque gastaram milhões e milhões para que pudéssemos ter esse acesso ao Merconorte, à Guiana Francesa, a Paramaribo, e houvesse o acesso até o Caribe, para que o Caribe pudesse vir ao Amapá. Mas até agora nada! E já passaram... Aqui está o filho do nosso Presidente, meu amigo Flávio. Já passaram, Flávio, 37 Presidentes e essa BR não é concluída.

Eu tenho certeza de que o Presidente Bolsonaro vai fazer essa gentileza ao povo do Amapá, porque nós somos o Estado mais preservado do mundo! Então, nós merecemos o direito também de ter pelo menos uma BR! Lá o Estado brasileiro decretou 73% da nossa área como área de reserva, criada por decreto, sem ouvir nenhum amapaense. Então, eu queria pedir para o senhor que olhasse com carinho. E a gente também está pedindo porque o Amapá agora tem voz nesta Casa. Nós estamos aqui lutando pelo desenvolvimento do Amapá!

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Todos os outros Estados se desenvolveram e na hora do Amapá chutaram a escada: "Não, o Amapá agora é o pulmão do mundo, tem que jogar oxigênio para todo mundo respirar". O problema é que o Amapá... Aí eu pergunto quanto custa manter o clima na Amazônia, na América do Sul, na Europa Ocidental? Quem paga isso? Ninguém! Nós só temos que o manter. Fizeram uma hidrelétrica lá e inundaram 70km. Não houve nenhuma voz em defesa da floresta, de nada. Inundaram tudo! E a hidrelétrica não fez a compensação nem ambiental nem social para o povo do Amapá.

Então, fica aqui o meu pedido. Fica aqui o meu pedido ao meu amigo Flávio. Vamos começar, sim, a desenvolver o Brasil, mas vamos começar lá pelo Amapá, pelo Oiapoque, onde começa a Nação brasileira. Esse é um pedido que humildemente faço em nome do povo do Amapá...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... e do nosso Presidente do Congresso Nacional, Davi, para ver se dá uma força.

E quero dizer ao senhor que – o Senador Lasier disse que vai fazer uma estátua – eu também; lá no Amapá, nós vamos fazer uma estátua. Só para o senhor ter uma ideia, nós tivemos um Governador que fez 13km de um ramal, o ramal do Bacabinha, no Amapá. Ele ganhou um busto. Se o senhor asfaltar a BR, o senhor... *(Risos.)*

... vai ganhar uma estátua, com certeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado ao Senador Lucas Barreto. Eu não vou dizer, quando alguém propôs a estátua, o que ele me disse aqui, viu?

Na sequência, ainda há mais quatro Senadores inscritos. Pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Presidente Marcos Rogério, eu também quero pleitear que a estátua seja construída no Rio de Janeiro, para começar. *(Risos.)*

Mas, Ministro Tarcísio, é uma honra muito grande tê-lo aqui nesta Casa. Eu sou testemunha da forma como o senhor foi escolhido para assumir essa pasta, mediante a sua competência, a análise do seu currículo, um conhecimento vasto e profundo nesse setor. E obviamente também a sua origem militar pesou na escolha para a pasta. E fico muito feliz já com o pouco que comecei a acompanhar, em reuniões com alguns dos seus assessores, do seu time, muito competente por sinal, em especial no tocante à repactuação de alguns contratos de concessão, que já permitem a retomada de muitos investimentos, inclusive com diminuição de preços de pedágios. Então, é um olhar correto para começarmos a destravar essas obras.

A gente sabe que o Estado brasileiro está quebrado, o orçamento está muito apertado, quase nada para investimento. Então, não há magia: há que se contar com a iniciativa privada.

Eu vou ser bastante breve aqui, para dar oportunidade aos colegas de falar também. São quatro perguntas rápidas, Ministro.

Há uma medida provisória já publicada, ainda no Governo anterior, a MP 863, de 2018, que prevê a abertura de capital das companhias aéreas a investimentos estrangeiros. É uma medida audaciosa e que vem sendo considerada uma das prioridades, no atual Governo, para o desenvolvimento da aviação civil nacional.

Analisando a questão do impacto nos empregos de quem já trabalha em companhias brasileiras, pois há no imaginário de algumas pessoas o receio de que isso vá tirar os empregos delas e transferir a empregados estrangeiros, eu gostaria que o senhor comentasse isso. E quantas empresas aéreas novas o senhor imagina que poderiam entrar no mercado brasileiro mediante a aprovação dessa iniciativa? E o que o Brasil vai ganhar com essa abertura ao investimento estrangeiro?

Uma segunda questão. Um dos motes da campanha do Presidente Bolsonaro foi a proposta de aperfeiçoar a gestão pública, especialmente a administração da infraestrutura nacional. Como é sabido por todos, vivemos uma crise fiscal de dimensões inimagináveis. Eu pergunto ao senhor que medidas tem tomado para melhorar a governança no Ministério da Infraestrutura e como o senhor pretende aperfeiçoar seu orçamento para esses tempos de crise fiscal? E este aqui é mais um ponto de que eu sou testemunha: da grande organização que a sua equipe vem tendo para tratar esse tema, para que não haja desperdício dentro do exercício financeiro.

A terceira pergunta é a seguinte, Ministro: já foi falado também publicamente sobre a questão das CNHs, as carteiras de motorista. Em que pé está esse projeto? Porque, pelo menos pelo que a gente tem de conhecimento na mídia, diminuiria o custo para o cidadão, bem como o prazo de validade das carteiras seria estendido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, tratando aqui do foco no Rio de Janeiro, a malha ferroviária também é um pleito antigo no meu Estado, em especial de uma forma totalmente integrada com rodovias, os portos que estão sendo construídos na iniciativa privada, revitalização de alguns portos públicos. Então, eu pergunto ao senhor se há algum planejamento, dentro do Ministério, para autorização de concessão dessas ferrovias que interliguem os portos, desde o Porto do Açu passando pelo Porto de Campos, pelos Portos de Niterói, do Rio de Janeiro, de Sepetiba e de Itaguaí, para que se coloque realmente a estrutura de forma integrada e se permita o escoamento da nossa produção.

(Soa a campanha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – E por fim, Ministro, há uma discussão sobre a forma de fazer essas ferrovias, se por concessão. E o que o senhor pensa sobre essa possibilidade de autorização de exploração das ferrovias construídas diretamente com recursos privados, já que nós não temos condições de investir diretamente com recursos públicos? O que o senhor pensa sobre essas obras de infraestrutura serem realizadas com recursos privados? Aí talvez com extensão maior do prazo desses contratos... Mas, enfim, para que se permita que a própria iniciativa privada explore esses trechos que forem autorizados pelo Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Bolsonaro.

Na sequência, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Marcos Rogério; meu querido e estimado amigo Wellington Fagundes; meu nobre Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, eu queria, inicialmente, congratular-me com o Governo brasileiro pela escolha deste jovem Ministro, que cursou o Instituto Militar de Engenharia. E, ao longo dos 27 anos de existência do instituto, foi a maior nota até hoje registrada. A maior nota do Instituto Militar de Engenharia, desde 1992 até hoje, foi a deste jovem técnico que aí está. *(Palmas.)*

Está não como político, mas sobretudo como técnico. Foi guindado ao cargo de Ministro pela competência, pela eficiência e pela sua longa história durante esses anos todos.

Então, eu me congratulo com V. Exa. ao tempo em que digo, meu estimado Ministro, que sonhar equivale a pensar no sentido de alcançar. Portanto, meu nobre e estimado Senador Lasier Martins, nós temos que sonhar. E o jovem, sobretudo, tem que sonhar. Eu tenho a convicção e a certeza de que V. Exa. fará uma grande administração. Eu não tenho dúvida, pela equipe que V. Exa. escolheu, pela autonomia que lhe foi dada para formar a equipe que melhor lhe conviesse.

Aqui eu tenho o meu conterrâneo – permita-me, Gen. Antônio Leite dos Santos Filho...

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Nasceu na minha cidade, mas foi registrado numa outra vizinha. Mas ele e a equipe... Meu estimado Tarcísio, eu tenho certeza de que V. Exa. se acercou do que tem de melhor. E é um desafio que V. Exa. tem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas rápidas considerações, eu queria fazer minhas as palavras do nosso nobre conterrâneo Senador Marcelo Castro, com relação às colocações que fez sobre os pleitos do nosso Estado do Piauí. Eu teria, meu nobre Marcos Rogério, duas perguntas a fazer ao meu estimado Ministro da Infraestrutura.

O Ministério de V. Exa., Sr. Tarcísio, irá realizar a concessão de 12 aeroportos. Doze! A maioria deles localizados no Nordeste. Entretanto, como costuma acontecer nesses anúncios que diretamente ou indiretamente prometem investimentos, o Piauí, infelizmente, mais uma vez ficou fora da lista daqueles 12 aeroportos que serão privatizados ou leiloados, etc.

Interrogo se não seria possível incluir o aeroporto de Teresina, que, nos últimos dois, três anos, teve uma movimentação de 1,1 milhão de passageiros, que embarcaram e desembarcaram naquele aeroporto? Se poderia ser incluída uma concessão *a posteriori*? E quando, mais ou menos, isso poderia acontecer?

(*Soa a campanha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – A outra pergunta. No final do ano passado, discutimos, aqui nesta Comissão de Infraestrutura, em audiência pública, a situação da Ferrovia Transnordestina, que sai lá de Eliseu Martins, no Piauí, vai para o Pecém, no Ceará, em Fortaleza, e de lá para o porto de Recife, que é o Porto de Suape. Exatamente isso. Foi definida, na oportunidade, a caducidade da concessão das obras feitas pela empresa Transnordestina Logística, controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional. A concessão foi feita em 1997, portanto há 12 anos, e hoje temos apenas 600km dos 1.700km, que é o previsto para o total da rodovia.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Essa obra é estratégica para o Brasil e para o Estado do Piauí, uma vez que vai servir de escoamento da produção agrícola, de minérios, etc., partindo de Eliseu Martins. Diante disso, questionamos V. Exa. sobre qual será a posição do Governo em relação à retomada das obras dessa Transnordestina?

Por último, eu não poderia deixar...

Mais só um minutinho, meu nobre Marcos Rogério, Presidente desta Comissão.

Hoje nós estivemos com o Gen. Santos Filho tratando de uma série de assuntos de interesse do Piauí, e queria aqui dar um testemunho de que nós estamos trabalhando. O Governo está trabalhando. E o nosso Marcelo, que é muito ligado a essa área de infraestrutura rodoviária, sabe disso. Ele tem sido um baluarte.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – A BR-135, Sr. Presidente e meu nobre Ministro, a BR-135 – e o Ministro a conheceu bem quando foi Diretor do Dnit – era tida como a rodovia da morte. Rodovia da morte! Por quê? Essa rodovia, que era uma PI, continuou com as características técnicas de uma PI, uma rodovia estadual, quando na realidade é uma rodovia federal. E hoje, graças ao trabalho do Marcelo e de toda bancada, de todos nós, já temos 100km de uma rodovia com todas as especificações de uma BR. E a rodovia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da morte, como era chamada, passou a ser chamada de rodovia da soja, porque é a espinha dorsal por onde se escoam mais de 4 milhões de toneladas de grãos, soja e milho, quer dizer, é uma espinha dorsal da produção do Estado do Piauí. Deixou de ser rodovia da morte para ser rodovia da soja.

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu quero, com isso, ressaltar a importância do trabalho do nosso Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) lá na realização de grandes obras do nosso Estado.

Quero dizer ao nosso Ministro para ir lá, talvez no próximo mês. Já estivemos conversando com o general. O general já está ali, comanda as coisas. Vamos ter que fazer uma visita. É a única capital do Brasil – isto aqui eu falo para todos –, uma cidade de quase 900 mil habitantes, que não tem um quilômetro de rodovia duplicada pelo Governo Federal. Há lá 5km de rodovia duplicada pelo Estado conveniado com o Município, obra delegada pelo antigo DNER.

Eu creio que com isso, tenho certeza de que esse jovem Ministro...

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... vai realizar o sonho de muitos piauienses.

Desde o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nosso Presidente Lula e Dilma, nenhum fez um quilômetro de rodovia duplicada no Estado do Piauí.

Eu tenho certeza de que o nosso Ministro, o nosso general e o nosso Bolsonaro vão fazer esta obra, que é uma aspiração do povo piauiense, sobretudo do povo teresinense.

Eram essas considerações que eu queria fazer aqui neste instante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado a V. Exa. Como V. Exa. fez menção a um capítulo da trajetória profissional do Ministro, de que eu particularmente não estava a par, V. Exa. usou um pouquinho mais do tempo aqui. Agradeço a V. Exa. A experiência de V. Exa. acrescenta muito a esta Comissão também.

Dois inscritos para a gente concluir a lista de Senadores.

Pela ordem de inscrição, Senador Jean Paul. Na sequência, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Ministro Tarcísio; Presidente Marcos Rogério, obrigado; Vice-Presidente Wellington Fagundes; queria tratar aqui de dois capítulos bem rapidamente. Primeiro nacional, de ordem geral, que é a questão das ferrovias, apenas traçar um brevíssimo cenário para a gente ter uma ideia da ordem de grandeza desse problema.

Nós temos hoje 8,5 mil quilômetros de ferrovias abandonadas, 51 mil quilômetros de rodovias planejadas ou inconclusas – falamos de vários exemplos aqui – e apenas 10 mil de rodovias ativas ou em operação. Isso decorre principalmente de um modelo regulatório não equivocado, mas desatualizado. Não permite flexibilidade e, embora nós queiramos manter a participação do Estado brasileiro como mola propulsora para abrir caminhos novos no Brasil, há lugares onde há interesse privado em desenvolver as ferrovias como modal hoje moderno e hoje conclusivamente isso é otimizado para determinados trechos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso Estado lá claramente tem um caso, vou mencionar daqui a pouco. Mas quero, antes de mais nada, fazer um parêntese aqui em relação à Valec. É preciso que se saiba que nós temos que defender esse patrimônio. É mais ou menos o que nós estamos fazendo com a Petrobras e com Eletrobras: não há que se conceber vender esse patrimônio, essa presença do Estado, que não é uma presença que quer ser hegemônica nem monopolista, apenas a colher do tacho, ou seja, aquela que mexe o mercado, que faz com que esse setor vibre mais ou menos e que impulse, inclusive, áreas que possam ser desenvolvidas que sejam de interesse do Estado primordialmente e depois da iniciativa privada.

Enfim... (*Palmas.*)

Obrigado.

Mas eu dizia que nós podemos desenvolver aí outras duas vertentes, que são a concessão e a autorização. Não por outra razão, pedi ao Presidente Marcos que me concedesse a honra de relatar esse projeto de lei que se refere às ferrovias e que poderá flexibilizar esses modelos, de forma que a gente tenha esses trechos de servidão, inclusive trechos de servidão subutilizados, trechos de servidão que estão aí, quase um terço do custo da construção de uma ferrovia nova ou de uma atualização já realizada. Então, quero dizer que nós estamos aqui pensando em modernizar o nosso marco regulatório – e aí um parêntese –, mas não apenas em relação ao próprio marco regulatório, mas em relação às tecnologias também de transporte por trilhos ou até não por trilhos.

Não sei se muitos estão familiarizados com o um conceito novo que é o do *Hyperloop* que basicamente é um *pipeline*, um tubo com vácuo dentro, criado hoje – o desafio era energético, mas hoje é possível fazer isso com energia solar – ao longo da servidão, onde você impulsiona módulos de carga menores até do que vagões ou contêineres e consegue, de ponto "a" a ponto "b" especificamente estudados, trabalhar com mais eficiência até e com mais viabilidade econômica do que a própria ferrovia. É a mesma problemática: monopólio natural, servidão, uso das áreas lindeiras, ponto "a" e ponto "b", tarifa, tudo isso. A mesma coisa, então talvez possamos ampliar esse processo aqui para novas tecnologias que vêm surgindo.

E aí, abro um capítulo rapidamente para tratar do meu Estado, o Rio Grande do Norte. Estamos banidos da Transnordestina justamente pela falta desse modelo ou pela falta de utilizar essa saída da concessão para a autorização. Temos trechos lá de servidão inutilizados e intocados, não invadidos, nada, sem problema nenhum, entre Mossoró e Alexandria...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... entre Macau e Ceará-Mirim, entre Parnamirim e Nova Cruz, abandonados pela concessionária. Interesse vital para o Estado. Nós temos um problema sério de escoamentos de grãos, cargas de contêineres, estamos fora da rede de ferrovias e até de rodovias de carga nacional. Somos um Estado privilegiado por estar de frente para a Europa, para a América do Norte e para a África, no entanto o nosso transporte terrestre e a conexão portuária são péssimos.

Então, a relatoria do Projeto 261, de 2018, vem nesse sentido também.

Temos um apelo especial em relação ao transporte rodoviário, que é a nossa principal rodovia, que já teve recursos alocados em 2017, o Dnit não conseguiu executar, e nós temos esperança, Ministro, de que nós possamos colocá-la no novo PPA 2020/2023, que é a duplicação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da BR-304, que liga nada mais, nada menos do que as duas principais cidades do Estado, Natal e Mossoró, mas que também tem uma consequência nacional...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que é permitir que de Recife a Fortaleza todo o trecho passe a ser duplicado.

Finalmente, duas outras questões. Uma é a Ponte de Igapó, uma ponte que em Natal liga uma parte da cidade a outra, uma ponte em que passa praticamente todo o mundo por ali, até para ir ao aeroporto, mas principalmente porque divide a cidade em um terço e dois terços da sua população. Essa ponte vem sendo denunciada como tendo problemas de estrutura. Teremos de tratar disso aí com urgência. Então, vamos pedir aí também seu apoio e seu auxílio.

E portos: o nosso Porto-Ilha lá é um porto salineiro, um porto dedicado apenas ao sal. Eu já estive no ministério uma vez tratando com os secretários dessa área. Há um projeto em curso lá para dar uma solução para esse processo para que o Governo Federal não precise ficar subsidiando a atividade diretamente todo tempo, aquele chororô habitual de todo ano junto aos Parlamentares e junto ao Governo. Podemos resolver isso de outras formas.

(Soa a campanha.)

E o Porto de Natal, que agora, neste momento, encontra-se ameaçado de parar de funcionar porque está havendo tráfico de cocaína por lá em razão de falta de um escâner de contêiner, apenas um objeto importante de se ter ali. A rota do tráfico resolveu se desviar da Bahia e do Sudeste para Natal por força de saber evidentemente que ali não há esse escâner de contêiner. Parece que custa R\$11 a R\$12 milhões e o porto não tem condição de comprar, é uma empresa federal.

Temos um terminal de pesqueiro também 99% construído, que falta apenas finalizar e a expansão para a outra margem desse mesmo porto, a outra margem do rio.

São assuntos que eu queria deixar aqui pinçados para que a gente trate ao longo do ano também.

Para não dizer que falei só do Rio Grande do Norte, queria me solidarizar aqui com nossos amigos Elmano e Marcelo quanto ao aeroporto de Teresina. Eu frequento Teresina, por amizade com o Governador Wellington Dias, tendo ajudado a desenvolver energias renováveis por lá, e realmente é o único que falta para arrumar a casa toda no Nordeste.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Exa., Senador Jean Paul.

E, como último inscrito, Senador Luis Carlos Heinze.

Apenas, antes de V. Exa. fazer uso da palavra, quero mencionar a presença nesta reunião de audiência pública do Diretor-Geral do Dnit, Gen. Santos Filho; Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio; Secretário Nacional de Transporte Terrestre do Ministério da Infraestrutura, Gen. Jamil Megid Junior; Natália Marcassa, Secretária de Fomento Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura.

V. Exa., Senador Heinze, tem a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpellar Ministro.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Ministro Tarcísio, não sei o que sobra para mim, todo mundo já pediu tudo ali. Mas alguma coisa eu devo levar para o Rio Grande do Sul, já que o Senador Lasier disse que ninguém fala do Rio Grande do Sul. Então, vamos engrossar o coro do Senador Lasier.

Primeiro, parabéns ao Ministro pela escolha, parabéns ao Gen. Santos Filho, que está assumindo o Dnit, já está chutando com os dois pés, a coisa parece que já está andando lá.

Uma das questões importantes que nós estamos colocando – e ouvi o Senador Jean Paul falar agora, Senador, vou me somar a essa linha – é que a questão das ferrovias não é o meu Estado não é o seu Estado, é o Brasil. Nós temos hoje mais de 3 mil quilômetros de ferrovias no Rio Grande do Sul e mais de mil estão totalmente abandonados. Há uma concessionária que explora o que quer, assumiu a concessão e fez... Claro que não é a mesma empresa de hoje, mas foi ontem que assumiu a ALL, hoje é a Rumo. O.k., mas tem obrigação e não é o fim do mundo no seu Estado, no meu Estado, em qualquer parte do País. Então, acho que esse é um ponto em que nesta Comissão, Senador Marcos Rogério, temos que trabalhar para rever essas questões e fazer com que isso funcione – se não em todos os trechos, pelo menos em alguns deles há condições de fazer com essa empresa ou com quem quer que seja para podermos aproveitar esses trechos.

Então essa, Ministro Tarcísio, acho que é uma posição importante sobre as ferrovias que foi levantada aqui pelo Senador Jean Paul.

Nós temos também aqui... Foi falado das estradas de cada Estado, vou falar da 116 do meu Estado. Na Serra Gaúcha, V. Exa. conhece, está o maior PIB do Rio Grande do Sul, fora o eixo Porto Alegre. Não há uma estrada duplicada que ligue Caxias, por exemplo, que é a cidade maior, com Porto Alegre. Então, há uma demanda deles, primeiro sobre a 116, que liga Caxias e Vacaria, para que se possam alinhar algumas curvas que existem. Os caminhões estão lá há muitos anos. Já há uma proposta no Dnit, os engenheiros do Dnit de Porto Alegre já estão trabalhando nessa questão. O valor não é expressivo, mas ajudaria no tráfego intenso que nós temos nessa rodovia.

Da mesma forma, a 122, que é uma estrada estadual, mas ver de que forma, essa, sim, poderia ser duplicada, com ajuda ao Governo do Estado ou até a própria concessão. E aí, Gen. Santos Filho, nós temos a questão de que a bancada gaúcha colocou um recurso para nós fazermos o projeto da ampliação da 448, que ligaria Portão com a nossa Esteio. Então, seria importante. Acho que já há recurso, a bancada colocou esse recurso. Seria importante o projeto, chamar a licitação desse projeto. Já que V. Exa. está aqui, já lhe peço também e ao Ministro.

Uma outra questão importante que foi colocada no geral: nós temos que trabalhar, Ministro, a questão das hidrovias, é importante. Nós temos 1,2 mil quilômetros de hidrovias no Rio Grande do Sul muito pouco utilizados. O pedido a V. Exa. desta Comissão – tenho certeza de que dos meus colegas Senadores, não do meu Estado, de qualquer Estado – é para simplificar esse processo para que onde a iniciativa privada puder entrar, que entre. É o meio de transporte mais barato. Hoje é um inferno para poder fazer qualquer hidrovia dessas funcionar. Não se precisa de muito dinheiro. Em alguns casos, sim, há dragagem, há eclusas que devem ser conservadas. Então, a solicitação é essa aí com relação às hidrovias. Que a gente possa fazer um trabalho em conjunto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Junto com o Senador Jean Paul aqui, há a questão das ferrovias, essas que estão concessionadas e, como nós temos daqui a pouco a renovação da concessão, temos que estar atentos a essa questão. No meu Estado, logo, logo vão pedir a renovação da concessão. Está na hora de nós fazermos com que essas empresas se enquadrem. Agora, é importante que nós, Senadores, possamos estar atentos a essa questão para ajudarmos, afinal é um meio de transporte extremamente importante.

Para arrematar, a questão da Norte-Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Trabalhou-se um tempo atrás, ainda na Câmara, com os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina e ela hoje migrou de panorama, São Paulo até Rio Grande. Para nós também é muito importante esse trecho, vermos o que é possível privatizar desse trecho da Norte-Sul, porque ela chegará também lá. Seguramente barateia muito custo para o Governo Federal. Que em alguma parte, sim, seja por conta do Estado. A gente sabe que o Estado brasileiro hoje não tem dinheiro, é humanamente impossível atender rodovia, ferrovia, hidrovias e aeroportos, enfim, com o orçamento insignificante que nós temos. Não por culpa do Governo Bolsonaro, isso é uma herança dos encaixes que nós temos em cima do déficit, chegamos no final do ano com déficit, está aí a previdência, tantas coisas... Por isso, nós temos que fazer as privatizações, as PPPs. E V. Exa. trabalhava muito bem essa questão ainda no final do Governo Michel Temer e agora comanda esse processo todo da infraestrutura do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Exa., Senador Luis Carlos Heinze.

Na sequência, o Ministro terá oportunidade de responder aos questionamentos, mas, antes de o Ministro dar as respostas aos questionamentos, eu queria informar que o e-Cidadania recebeu diversas perguntas dos nossos internautas.

Em razão de a sessão do Plenário já ter iniciado e de nós termos que encerrar a reunião e ir para lá, eu vou mencionar aqui o nome de quem mandou algumas perguntas – existem outras que estão sendo compiladas. Todas as perguntas, todos os questionamentos serão encaminhados ao Ministério e o Ministro, com sua assessoria, dará as respostas a cada pergunta.

Quero agradecer ao Nathan Sarmiento, de Tocantins; ao Pedro Ferreira, de Sergipe; ao Andre Azevedo, de Minas Gerais; à Vanessa de Souza, da Bahia; ao Paulo Henrique, do Espírito Santo; à Michely Silva, de Goiás; e ao Paulo Ferraz, do Paraná. Boa parte dos assuntos, Ministro, que estão vindo aqui pelo e-Cidadania, estão relacionados às ferrovias, preocupação com relação às ferrovias e também com relação à Valec.

E aí, nessa mesma direção, apenas para reflexão do Ministro em relação a esse tema da Valec, eu proporia para um segundo momento, se for o caso, fazermos aqui uma reunião específica ou uma audiência específica para tratar desse ponto da Valec – uma discussão mais ampla com os Senadores debatendo esse tema e a proposta que eventualmente têm o Ministério e o Governo do Presidente Bolsonaro com relação a essa agenda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um ambiente de insegurança até mesmo para os processos que estão em andamento dentro da empresa em razão das notícias que se veiculam. Peço que V. Exa. dê uma palavra em relação a isso e ao desconforto com relação aos empregados da empresa. Eu tenho uma visão de que empregado público não goza da estabilidade dos servidores públicos, à luz da Constituição de 1988, mas trata-se de um quadro – muitos Senadores tiveram oportunidade de conversar com esses profissionais – de alto preparo, que, de repente, pode ser aproveitado dentro da estrutura das empresas públicas que permanecem no quadro do Governo Federal, no organograma do Governo Federal, porque há demanda, há necessidade.

Com relação a essas ponderações todas, penso que nós poderíamos fazer, se V. Exa. não tiver condições de esclarecer todas agora, uma reunião específica para discutir o caso da Valec.

Agradeço mais uma vez a participação de todos os Senadores e passo a palavra...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador, só um minutinho.

O Gen. Santos Filho já está apontando aqui que nós temos a BR-285 – o senhor depois me passa a resposta –, que liga São José dos Ausentes com Santa Catarina. O trecho de Santa Catarina já está sendo concluído, e faltam, então, de 15km a 20km do Rio Grande do Sul. O Ministro Tarcísio sabe dessa questão. Veja para mim porque parece que já há projeto e até empresa, licitação, enfim... Depois o senhor me passa. São José dos Ausentes, BR-285 em direção a Timbé, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu não vi também ali no plano de obras, nesse grande avanço, nesse calendário que já foi homenageado aqui pela extensão, a 319. Eu acrescentaria aqui o apelo – já sei do empenho e da dedicação de V. Exa. com esse tema – para que colocasse também dentro de suas ponderações o avanço e em que momento nós teremos na 319.

V. Exa. tem a palavra para responder os questionamentos dos Senadores. (*Palmas.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Primeiro, eu quero registrar aqui a minha alegria de ter participado deste debate aqui no Senado Federal nesta tarde. É impressionante o nível de colocação dos Senadores, a profundidade, o conhecimento... E vários pontos que vêm para a nossa reflexão são extremamente importantes. Acho impossível responder a tudo num breve tempo, mas já coloco aqui o Ministério à disposição para trabalhar essas questões.

Com relação até a essa questão da Valec Ferrovia, talvez valesse a pena uma audiência para tratar não só da Valec, mas de ferrovias como um todo, porque vi eu foi um assunto bastante demandado, bastante palpitante.

Com relação à Valec, não há decisão tomada. Há uma ideia. A gente tem que fazer exercícios. O espaço fiscal é muito pequeno, e a gente começa a ver, por exemplo, se há duplicidades. Na nossa primeira avaliação, há uma duplicidade entre a missão da Valec e a missão do Dnit. Observem que o Dnit também tem uma área ferroviária e também tem condições de fazer obras. E aí a gente tem de ver a questão custo-benefício. É lógico que essa questão vai ser tratada com a máxima responsabilidade. Então, não vamos encaminhar nada neste momento. Vamos estudar com profundidade, vamos ver qual é a melhor alternativa para até aproveitar os servidores que a Valec possui, de maneira a usar os melhores quadros na Administração e a fazer com que essas pessoas possam nos ajudar a cumprir a missão, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há uma missão ferroviária importante. E eu não sei se vai ser na Valec ou em outro órgão, mas, enfim... Essas questões vão ser estudadas com muito carinho, com muita calma, com muito respeito e com a sobriedade que a situação merece. Não há, de nossa parte, nenhuma intenção de sair... "Olha, vamos liquidar agora! Põe todo mundo na rua." Não, nós vamos trabalhar isso com calma. Estamos estudando alternativas e vendo a melhor forma de acomodar essas questões.

Existe, sim, uma necessidade de enxugar a máquina pública, uma necessidade de fazer enxugamentos, e há uma necessidade de eliminar sobreamentos. Então, onde existe sobreamento, nós vamos atuar, vamos estudar e vamos ver se há oportunidade de melhorar, oportunidade de proporcionar alguma melhoria. Nós vamos estudar isso com toda a serenidade. Há muita gente lá no ministério debruçada sobre isso, vendo brechas legais para ver o que é possível fazer com relação aos funcionários, aos empregados públicos, e se é possível, de alguma forma, aproveitá-los. Enfim, isso vai ser encaminhado da forma mais responsável possível. Nós vamos fazer isso sem pressa, sem açodamento. Existem tarefas importantes que estão a cargo da Valec e que nós não vamos descontinuar neste momento. Há o nosso interesse de fazer a concessão da Fiol neste ano, e a Valec vai ser importante para tocar isso. Não estamos com pressa e vamos estudar isso da melhor forma. Estou muito tranquilo com relação a isso. (Palmas.)

Entendam também que nós estamos prontos para o diálogo, prontos para conversar. Ora, eu sou servidor de carreira, sou servidor concursado. Então, não tenho interesse nenhum em passar por cima de servidores concursados. Não é essa a nossa linha, não é isso que nós vamos fazer. Agora, há uma necessidade de otimizar recursos. Então, nós vamos ter de estudar como nós vamos otimizar recursos, e vamos fazer isso, tentando, obviamente, respeitar os servidores. Podem ter certeza de que a gente tem muito respeito àqueles que estão lá, que, em virtude do tempo, muitas vezes, acabaram pagando uma conta que não era deles em termos de reputação, em termos de imagem, em termos de o que aconteceu com a empresa ao longo do tempo. (Palmas.)

Então, nós temos esse carinho e vamos ter esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu apenas pediria ao Ministro, se me permite, informar ao Plenário que está havendo votação nominal no Plenário.

Eu vou continuar com o Ministro e suas respostas. Os Senadores que, eventualmente, quiserem ir lá votar e voltar, fiquem à vontade. V. Exas. conhecem a dinâmica do Plenário.

Ministro, V. Exa. tem a palavra.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Bom, são várias questões, e eu estou até com medo de me perder, embora eu tenha anotado atentamente todas elas.

Vou começar pela questão da... Vou tentar pegar as questões comuns inicialmente e pegar a questão da Senadora Selma com o Senador Flávio sobre a abertura de capital para empresas estrangeiras e a repercussão que isso pode ter, por exemplo, no emprego.

Observem: não há a possibilidade de haver perda de emprego, diminuição de emprego; pelo contrário, haverá aumento de emprego. Por quê? Porque nós vamos ter mais voos. As empresas que vão se estabelecer aqui em função dessa abertura de capital – e algumas já estão na fila e estão prontas para entrar – vão ter de seguir aquilo que está previsto no Código Brasileiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Aeronáutica, ou seja, elas vão ter de respeitar o CBA e operar com tripulação brasileira. De que nós estamos falando? Mais voos, mais empregos, e não menos empregos. A empresa não vai operar aqui com tripulação estrangeira, mas com tripulação brasileira, porque é isso que estabelece o Código. Então, de todas as perspectivas, a abertura do capital é importante, porque vai trazer mais empresas. Quantas empresas estão na fila? Hoje, há duas com conversas já bastante adiantadas, engatilhadas para entrar. Agora, obviamente, ninguém vai entrar com a possibilidade de haver uma reversão disso lá na frente no Congresso, ou seja, se a medida provisória cai, o cara não vai fazer investimento aqui. Então, é fundamental que ela passe para que essas empresas possam, de fato, se estabelecer no Brasil, e aí nós vamos ter *low-costs* aqui, vamos ter o aumento da oferta, que é o que vai baratear a passagem. Nós precisamos de empresas competindo para poder haver o aumento da oferta de passagens. Essa é a primeira questão.

Vou ao Senador Jaques Wagner, que colocou várias questões com muita propriedade, com muita responsabilidade, com toda a experiência que lhe é peculiar pela sua trajetória.

Menor tarifa ou maior outorga? Na verdade, depende. Nós vamos avaliar isso caso a caso, dependendo da geração de valor de cada empreendimento. Observem: nessa questão dos aeroportos, o critério de licitação é o de maior outorga. Por que o critério de licitação é o de maior outorga? Porque existe a regulação da tarifa. A tarifa é regulada. Então, nós não estamos repassando outorga para a tarifa. Eu trabalho com um teto tarifário. No final das contas, a grande geração de valor do aeroporto não é a receita tarifária, mas, sim, a receita acessória. Então, faz todo sentido trabalhar com maior outorga.

Terminais portuários: estamos trabalhando com maior outorga. Mas, quanto é a outorga? Um real. Então, o que interessa para nós nos portos é o investimento.

Por falar em outorga, isso me traz... Nas rodovias... Existem rodovias em que a conta é muito apertada, e onde a conta é muito apertada nós vamos trabalhar com menor tarifa. Em rodovias em que há a possibilidade de uma geração de valor extraordinário, seria perda de valor, destruição de valor fazer por menor tarifa, e, nessas, sim, nós vamos fazer por maior outorga.

Isso faz um *link* com outra questão que é a do Senador Jean Paul sobre o projeto de lei que tramita aqui no Senado sobre a abertura, sobre a possibilidade de se trabalhar com autorização. Observem: existem coisas no Brasil que são absolutamente inaceitáveis, absurdas.

No caso da Ferrogrão, nós não fomos para a casa um dia à noite e acordamos assim: "Vou fazer a Ferrogrão! Tive um sonho, tive uma visão!". Não! A Ferrogrão nasceu do interesse... Ela nasceu em 2012 – ela entrou no PIL –, Senador Jaques, do interesse dos privados, que perceberam ali uma grande oportunidade que era investir numa ferrovia. São cinco *tradings*, quatro das maiores do mundo, e essas cinco juntas operam 85% dos grãos no Brasil, exportam 85% dos grãos. Esses caras disseram: "Olha, quero fazer o investimento. Quero botar R\$12 bilhões. Quero correr, quero tomar o risco de engenharia, quero tomar o risco de meio ambiente". E nós vamos fazer leilão desse negócio? Faz sentido isso? Nós vamos fazer concessão?

Observem: nós começamos a trabalhar com autorizações para os portos. Hoje nós temos terminais privados que já movimentam 65% da carga do Brasil; eles deixaram os portos públicos para trás há muito tempo. E nós vamos fazer uma primeira experiência de concessão portuária, uma concessão completa na Docas do Espírito Santo, que eu acho que é um exemplo que vai se propagar para todas as outras companhias. Nós temos interesse em fazer também na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Codeba, Senador. Eu acho que isso vai trazer muito investimento privado, vai trazer excelência. Ora, se fosse assim, o investimento do Porto-Ilha já teria sido feito. Por que eu vou ter de esperar por um arrendamento portuário para resolver o problema de um terminal que está caindo aos pedaços se há interesse do privado em fazer o investimento? E detalhe: um terminal exclusivo, que opera um tipo de carga. Não faz sentido.

Por que eu vou submeter, por exemplo, a concessão da Ferrogrão ao TCU, se o recurso é todo privado, se eles querem botar R\$12 bilhões na construção de uma ferrovia, na aquisição de material rodante, na operação? Você quer botar R\$12 bilhões e tomar esse risco de engenharia? Vá lá e faça. Essa talvez seja a grande saída para os trechos abandonados, porque alguns trechos não têm viabilidade alguma e têm de ser abandonados mesmo. A gente não tem de se apegar à história também. O que não faz sentido tem de ser desativado. Agora, aquilo que faz sentido, mas, às vezes, não é interessante em função da escala, pode ser utilizado por outro tipo de operador e facilmente transferido por meio de uma autorização. Por que não usar segmentos da Transnordestina, da linha antiga, que ligam capitais do Nordeste e que hoje não movimentam cargas para o transporte de passageiros? Por que não operar aqui com *short lines* como é feito no mundo? Essa modernização regulatória, Senador Jean Paul, é fundamental, e a gente enxerga isso com excelentes olhos. Acho que é um projeto que temos que discutir, avançar e priorizar.

Com relação à modernização do licenciamento ambiental, que foi outra questão colocada pelo Senador Jaques Wagner, concordo com o Senador: não podemos ter o fundamentalismo de nenhum dos dois lados. Temos de trazer a tecnicidade para o licenciamento e fazer com que ele funcione como um eficiente instrumento de gestão de risco, ou seja, eu tenho que dosar potencial degradador com resiliência do meio ambiente e, quando eu fizer essa conjugação, eu vou saber qual é a profundidade dos estudos que tenho que fazer. Nós precisamos de estudos mais céleres, não é?

Falando aqui dos nossos Senadores de Mato Grosso. Mato Grosso, para nós, é uma prioridade. Vamos trabalhar a logística do Estado, não só a Ferrogrão, não só a Fico, mas estamos preocupados com a 242, com a 080, com a 158, com a 174, com a 163, que está concedida, e nós precisamos dar uma saída, uma solução para a concessão. Então, nós temos uma pauta enorme.

Acho que a gente deveria, Senador Marcos Rogério, debater, por exemplo, a questão da Fico nessa discussão sobre o modelo ferroviário, sobre aquilo que nós estamos propondo, porque a nossa equação para ferrovias está calcada em dois pilares basicamente: primeiro, nas concessões de novos segmentos; segundo, nas prorrogações das concessões existentes.

Há uma preocupação colocada aqui pelo Senador Carlos Viana: "Ora, nós vamos fazer concessão? Mas essas concessões não estão atendendo e vamos dar mais tempo de contrato?". Observem que, quando nós fizermos a prorrogação, estaremos falando de um termo aditivo que vai representar um novo contrato. Então, os avanços regulatórios serão incorporados a esse novo contrato de concessão. E aí nós vamos trazer investimentos para essas malhas e tratar convenientemente questões como, por exemplo, o direito de passagem.

Com relação ao direito de passagem, nós estamos trabalhando para eliminar todas as restrições, remover todas as barreiras técnicas, porque, observem, a linha ferroviária é diferente da linha da estrada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Há uma estrada, eu ponho o meu caminhão na estrada e acabou. Na ferrovia, não é assim. Para eu adentrar uma ferrovia, eu tenho que compatibilizar o meu sistema com o sistema daquela concessionária que opera, porque eu opero com licenciamento de trens, com despacho de três. Então, há toda uma eletrônica embarcada que tem que ser compatibilizada, e nós temos que estabelecer as diretrizes para evitar as barreiras de entrada. Então, é importante fazer com que os sistemas de comunicação conversem, é importante estabelecer qual é o padrão de material rodante de manutenção para que o material rodante de uma ferrovia adente outra, porque é rodeiro com trilho e, a partir do momento que aquilo não tem manutenção, eu vou danificar, de repente, a ferrovia de quem faz manutenção.

Quanto à questão de direito de passagem no Brasil, de que todo mundo fala: "É um absurdo! Não há direito de passagem!". Isso é um problema de choque de oferta, porque não há coisa melhor para o concessionário ferroviário do que o direito de passagem. Ora, se eu posso abrir a minha ferrovia no momento em que ela está ociosa, tenho uma renda com o custo de manutenção marginal, e isso vale muito a pena. Existem concessionárias no Brasil que faturam mais de R\$100 milhões ao ano só com o direito de passagem.

Quando o direito de passagem vira um problema? Quando eu não tenho oferta; quando eu tenho que transportar carga própria, e eu não tenho oferta de transporte. Então, o que os novos contratos estão trazendo? Estão trazendo oferta, porque lá eu vou começar a trabalhar com o gatilho de capacidade, a ferrovia vai ter um estoque de ociosidade para atender a demanda de terceiro. E, a partir do momento em que eu não atendo aquela demanda, dispara o gatilho. O investimento vai ter que ser feito sem reequilíbrio econômico-financeiro, para atender a demanda do terceiro, para atender justamente o direito de passagem. E aí nós vamos desmistificar o direito de passagem.

Agora, observem: vamos supor que a gente conclua, por exemplo, a prorrogação da malha paulista. Hoje eu estou trabalhando lá com 35 milhões de toneladas de capacidade; a capacidade vai para 75 milhões de toneladas, com os investimentos que vão ser feitos. Faço a Fico; ligo o Vale do Araguaia à Ferrovia Norte-Sul; faço a Ferrogrão. Vou ter um concessionário levando carga para Miritituba; vou ter outro concessionário levando carga para Itaqui; vou ter outro concessionário brigando para trazer carga para Santos. Acabou o problema de direito de passagem, porque todo mundo vai brigar para trazer capacidade para a sua ferrovia. Isso não acontece hoje, porque não há oferta. E aí há essa questão do direito de passagem – direito de passagem, direito de passagem –, ela é mítica, ela vai deixar de ser problema. Direito de passagem é um problema quando não há oferta. E o que que nós temos que fazer? Disponibilizar oferta; o nosso plano vai dar esse choque de oferta.

Então, se a gente conseguir fazer o que nós estamos propondo... E aí foi uma das questões do Senador Lasier: "Vocês vão fazer isso tudo? Há muita coisa prevista. Será que é possível?". É possível; é ousado, mas é possível. E é possível, porque eu confio no meu time, porque nós montamos o melhor time que aquele Ministério já teve, nós temos os melhores profissionais, nós temos excelentes técnicos. E eu falo com autoridade de quem esteve no Dnit, recebeu o Dnit com 2,7 mil quilômetros de Crema e entregou um Dnit com 35 mil quilômetros de Crema;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregou o Dnit com mais de 60 bi de contrato; com a autoridade de quem operacionalizou 124 leilões de concessão no PPI em dois anos.

É possível fazer? É. Dá trabalho, dá trabalho remover as barreiras. Não há um leilão que você faça aqui no Brasil em relação ao qual não haja uma ação judicial, não haja uma liminar; há liminar para tudo. Nós vamos fazer o leilão da Ferrovia Norte-Sul, dia 28 de março, e já há uma ação popular na Justiça querendo barrar o leilão. "Ah, o leilão está dirigido!". Ele passou seis meses sendo discutido com a equipe do TCU, e a equipe técnica do TCU não apontou isso. Todos os cuidados regulatórios para preservar esse leilão foram feitos, várias contribuições da audiência pública foram trazidas, se ponderou muito a questão do risco de demanda demasiado. Então, tudo o que foi falado na audiência foi incorporado, e aquilo que foi posto pelo TCU foi colocado.

Qual é a maneira de trazer grande competição para a ferrovia? Nós vamos ter 15 *players* participando da licitação, mas já há uma ação na Justiça. "Não, vamos fazer o leilão!". Nós somos do País do "não vamos fazer": "Não vamos fazer, não vamos fazer!". E, para fazer infraestrutura, há de se ter resiliência.

E a grande vantagem dessa equipe que está no Ministério hoje é que ela é resiliente, ela tem muita vontade de fazer, ela enfrenta essas coisas, ela não vai esmorecer com ação judicial, com interpelação de A, de B. Ela acredita no que faz, ela ama o que faz. E a paixão vai fazer com que as entregas aconteçam, o amor pela infraestrutura vai fazer com que as entregas aconteçam. E essa equipe vai entregar muito, não tenham dúvidas. E não é preciso estátua – não é? –, como o Senador Lasier mencionou, porque a gente tem que fazer estátua de coisa bonita, ou de quem já morreu; coisa feia a gente não deve reproduzir, mantém lá guardada no calabouço.

Enfim, então, existem várias questões. Existe também um clamor pelo trem de passageiro. Muito se fala em trem de passageiro: "Tem que haver trem de passageiro". E, às vezes, se quer o trem de passageiro onde não existe a demanda.

Eu acho que a gente tem que resolver... Os contratos, observem, eles não proíbem o trem de passageiro. O problema é que, quando a gente coloca o passageiro junto com a carga, o passageiro comanda a operação por uma questão de segurança. Então, isso tem que ser muito bem negociado para a gente não começar a restringir a capacidade. E a gente tem que verificar quais são os modais, quais são os modos de transporte que estão concorrendo com a ferrovia, para saber se aquele transporte de passageiro é viável. Vamos observar que os transportes de passageiro ao longo do mundo operam com fortes subsídios.

E aí o projeto que está aqui que fala das autorizações é muito interessante, porque vai permitir a exploração de outros negócios para viabilizar o próprio trem de passageiro. É só lembrar como é que foi a saga dos Estados Unidos para o oeste. Se fazia a ferrovia e se concediam todas as terras marginais à ferrovia para empreendimentos imobiliários, e isso no século XIX. No Brasil foi assim também. O Brasil chegou a ter 36 mil quilômetros de ferrovia e implantou 13 mil de 1900 a 1913, com a exploração de terras devolutas, com a exploração minerária das terras que ficavam ao longo das faixas de domínio.

Então, esse negócio de trem de passageiro é panaceia, cuidado! Não adianta... A gente tem que reduzir custo no Brasil, a gente tem que ser objetivo. Quem quer fazer muito também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba não fazendo nada. Se eu não resolver a questão da carga, não adianta ficar pensando em passageiro.

E nós temos cargas ferroviárias? Sim, nós temos. Nós temos líquidos, nós temos fertilizantes, nós temos graneis sólidos, nós temos minérios, nós temos grãos, enfim, nós temos uma série de prioridades de carga ferroviário para resolver. O custo do frete é altíssimo.

Então, é fundamental que a gente siga o plano de forma quase ortodoxa, para que a gente possa promover uma revolução em termos de transporte de carga. É revolução? É revolução, porque, se a gente fizer o que está posto, a gente está falando de aumentar a participação da matriz de transporte, das ferrovias da matriz de transporte de 15% para 29%. Então, praticamente, a gente dobra a participação das ferrovias na matriz, e isso vai representar uma economia de R\$33 bilhões ao ano. Então, isso é muito significativo.

Agora, essas propostas, elas têm que ter apoio, elas têm que ganhar envergadura. A gente não pode ficar aqui discutindo, e judicializando, e: "Não dá, não dá, não dá!". Nós temos que romper a síndrome do "não dá", sob pena de a gente fazer parte da geração perdida. Eu não quero fazer parte da geração perdida; eu quero fazer parte da geração que deixou legado. E é disso que nós estamos falando, deixar legado. E a gente só vai deixar legado se a gente tiver vontade, se a gente tiver impulsão, se a gente enfrentar os problemas de frente, sem medo, com responsabilidade, com estudo.

Para estabelecer o nosso plano ferroviário, nós estudamos 16 projetos ferroviários, confrontamos uma série de indicadores. A gente fez confronto de Capex *versus* demanda; nós confrontamos Capex *versus* taxa interna de retorno; nós confrontamos retorno social *versus* econômico para definir: "Esta ferrovia é prioridade um. Esta ferrovia é prioridade dois. Esta ferrovia é prioridade três". Porque, na verdade, todo mundo quer tudo, óbvio, mas os recursos são limitados.

Há algumas coisas interessantes, porque, quando a gente fala na prorrogação, alguns especialistas... E aí há especialista para caramba, eu nunca vi... A logística brasileira é um fracasso, mas como há especialista em logística! Impressionante! Abre-se uma gaveta, e sai um especialista em logística; dá-se um chute no armário, saem dois especialistas em logística lá de dentro.

E aí o especialista diz: "A precificação das ferrovias está errada. Essa prorrogação valia R\$50 bilhões". Já ouvi esse número, 50 bilhões. Puxa, interessante, porque, se eu vou prorrogar contrato de concessão de ferrovias que são do início do século XX... Vamos pegar, por exemplo, a Estrada de Ferro Vitória a Minas, que é de 1904; ou a malha da FCA, que é bastante antiga também; ferrovias que são de bitola métrica, que têm uma série de dificuldades em termos de capacidade, precisam ser capacitadas e não conseguem trabalhar com *dobble stack*, em que gente tem que limitar a quantidade de pares de trem por dia, para não haver acidente; em que eu vou ter que trocar todo o trilho, porque aqueles trilhos já são incompatíveis com a carga por eixo; além de todos os investimentos; a eliminação de conflitos cidade-ferrovia; obras de arte especiais para aumentar a segurança... Então, além de eu ter que fazer todos esses investimentos nessas malhas, ainda sobrariam 50 bi de outorga. "Puxa, então, com 50 bi, eu vou fazer Açailândia-Barcarena; eu vou terminar a Transnordestina; eu faço a Fiol; eu faço a Fico; eu faço a Estrada de Ferro 118, eu faço o Contorno de BH; eu faço o Ferroanel Norte em São Paulo;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ainda sobra um troco para eu botar no Tesouro". Sensacional! Prêmio Nobel da economia para quem fez essa conta, porque esse cara é muito bom, ele enxergou o que ninguém mais enxergou.

Então, as coisas têm que ser feitas com densidade técnica, com estudo; as coisas têm que ser ditas com propriedade. E é isso que a equipe lá está fazendo. Está encarando essas questões com muita densidade técnica, com muito estudo, com muita responsabilidade para proporcionar o maior ganho possível.

E aí é uma brincadeira de otimizar a equação, de maximizar retorno. Como é que eu maximizo o retorno? Como é que eu mexo nos coeficientes para ter um retorno ótimo? E só há uma maneira de maximizar a equação, não existem duas; só existe uma solução ótima, qualquer outra é subótima. Então, é esse exercício que nós estamos fazendo.

Então, é muito importante que essa estratégia ferroviária prospere, porque nós estamos falando de revolução. E mais, existe uma indústria ferroviária no Brasil que está morrendo, que depende de encomendas. E só a impulsão ferroviária vai trazer encomenda para essas indústrias, porque nós produzimos aqui rodeiro, nós produzimos eixo, nós produzimos locomotiva. Se não houver ferrovia, não há encomenda, e as indústrias vão morrer; nós vamos perder o pouco da indústria ferroviária que nós temos. Então, essa questão ferrovia é muito importante; é tão importante que eu acho que merecia uma audiência só para a gente tratar da estratégia ferroviária.

E, como eu falei, a ideia de estar presente aqui é mostrar o respeito que nós temos pelo Senado, pelo Parlamento, pelo controle externo. Nós estamos aqui para sermos cobrados, para percebermos as demandas e podermos tratar. Não haverá demanda sem tratamento. Nós vamos dar o tratamento responsável, ou seja, vamos procurar atender aquilo que está ao nosso alcance atender dentro do princípio da possibilidade, da reserva do financeiramente possível, porque as demandas são muitas, e a disponibilidade é pequena. Então, nós precisamos atingir o ótimo. E esse ótimo vai envolver muito a negociação, por exemplo, com as bancadas.

Então, nós vamos sentar com bancada por bancada para discutir o orçamento, para alocar o orçamento da melhor forma possível. Fizemos esse orçamento agora, por exemplo, com a bancada de Goiás. Nós temos rodovias lá se deteriorando sem recursos, e nós tínhamos recursos alocados em determinada rubrica, em determinada obra, em que o projeto só vai ficar pronto lá em outubro. Se ele vai ficar pronto lá em outubro, eu não vou ter tempo para gastar o recurso que está alocado no orçamento. Então, por que não se fazer essa relocação e colocar o dinheiro onde ele vai ser necessário neste exato momento, e fazer isso logo na partida para botar a obra andando, para resolver os problemas de imediato? Então, isso é fundamental. E o protagonismo deste movimento vai ser do Parlamento; quem vai decidir a utilização do recurso é o Parlamentar. E nós vamos discutir isso com as bancadas dos Estados.

Foi falado aqui muito na Ferronorte, na extensão da Ferronorte a partir de Rondonópolis. Então, observem: ali já houve uma concessão. A ALL, lá atrás, devolveu a concessão, havia uma concessão, eles poderiam ter feito ferrovia; não fizeram.

É possível haver essa extensão? Sim, é possível. Nós vamos ter que... Obviamente, para fazer uma extensão dessa, tem que ficar contundentemente provado que a exploração para uma concessão autônoma é impossível. Pela extensão, pela inviabilidade, há um concessionário independente atuando naquele trecho. Só assim, eu posso fazer atribuição de um ramal e incorporar aquele segmento a uma concessão existente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso vai ter que ser estudado, mas não há objeção nenhuma do Ministério, nem poderia. Se eu tenho o privado fazendo investimento e ele quer levar a ferrovia mais para o norte, isso será muito bem-vindo, será apoiado. Obviamente, tem que haver todo o suporte em termos de estudo.

Se colocou aqui sobre a questão do Arco Norte, o que é exatamente o Arco Norte...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas, Ministro, essa questão da Ferronorte já está estudada pela ANTT, não é?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Não, não há estudo que demonstre a inviabilidade da nova concessão, isso vai ter que ser demonstrado. Sem essa demonstração, não é possível fazer a extensão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Bom, segundo as audiências em que lá estivemos, eles nos afirmaram que esse estudo da inviabilidade já estava realizado e, portanto, não caberia uma nova concessão. Essa é a expectativa que se gerou, inclusive, no Estado. Por isso, talvez o Senador Jayme Campos tenha falado, e há uma especulação muito no Mato Grosso, mais sobre a questão de Cuiabá, inclusive de o trecho preterir a capital. Então, eu estou aqui advogando, mas inclusive é na linha do próprio Senador Jayme.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Eu tenho impressão de que não, Senador, de que não está.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Fica devendo então.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – E, se tiver, obviamente, ótimo, ganhamos mais um passo, avançamos mais uma casinha, e, se não tiver, esse é o passo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Na verdade, segundo eles apresentaram, é o estudo de Rondonópolis até o norte, até Sorriso-Lucas.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Isso vai ter que ser estudado. Se houver esse estudo que comprove a inviabilidade de uma nova concessão, ali não vai ter problema nenhum de fazer atribuição de um ramal. Então, essa é a linha. Agora, a proposta conta com o nosso apoio, conta com a visão. Nós temos a visão do Ministério de que isso é muito bem-vindo, de que isso é importante, e a linha que a gente quer: é deixar que o privado faça o investimento, que o privado gere capacidade. Nós precisamos da iniciativa privada e não vamos criar óbice nenhum, a não ser, obviamente, com respeito à questão legal.

O Senador Zequinha Marinho tinha falado aí da questão do Arco Norte, do que é o Arco Norte, do que está compreendido no Arco Norte.

Bom, na verdade, esse tema surgiu pelo seguinte – e aí tentar didaticamente colocar alguma coisa sobre o Arco Norte: se a gente pegar, fizer uma brincadeira e passar a linha do paralelo 16 graus sul aqui no Brasil, a gente vai ver o seguinte: 85% da produção vai estar ao norte do paralelo 16 e 85% da produção é exportada, é escoada ao sul do Paralelo 16. Então, em princípio e tecnicamente, o que está acima do Paralelo 16 é Arco Norte, e aí não são só os terminais da Amazônia; são também os portos do Nordeste, até Ilhéus.

Nós sabemos o que fazer. Ninguém tem dúvida. O que a gente tem que fazer para impulsionar a logística no norte do Brasil? Eu tenho que fazer a 364 em Rondônia...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... que está com a sua capacidade exaurida; eu tenho que, então, duplicá-la em alguns trechos, fazer adequação de capacidade; eu tenho que fazer dragagem, derrocamento e balizamento da Hidrovia do Madeira; melhorar o Porto de Itacoatiara e o Porto de Porto Velho; fazer a 242 e a 080; terminar a pavimentação da 163 no Pará; aumentar a capacidade da 155 e da 158; fazer o derrocamento do Pedral do Lourenço para viabilizar a Hidrovia do Tocantins; fazer a dragagem do Canal do Quiriri.

Existe uma clareza absoluta do que tem que ser feito. A pergunta não é o que fazer; a pergunta é como fazer. Por que nós somos tão incompetentes para fazer infraestrutura? Por que a gente não consegue fazer? E se percorrermos o ciclo do investimento, quais são as barreiras que nós vamos enfrentando ao longo do caminho? Contratação de projeto é uma barreira? É, então eu tenho que melhorar. Existem maneiras melhores de se contratar projeto? Existem, o Banco Mundial faz isso com excelência, contrata via *short list*.

E até foi perguntado também: "E o pregão eletrônico para obra o senhor é a favor?". Sou totalmente a favor, totalmente a favor. "Ah não pode usar o pregão eletrônico para obra". Por que não? A pergunta é: por quê?. "Ah, porque permite a entrada de aventureiros". Permite não; o que permite a entrada de aventureiros é um termo de referência mal feito, é não estabelecer os requisitos técnicos e operacionais para a participação na licitação. Ora, só modela convenientemente uma licitação quem conhece mercado. Se a equipe de licitação não conhece o mercado, ela jamais vai conseguir projetar um bom contrato, vai conseguir fazer uma boa licitação. Ela não sabe o que pedir, o que cobrar. Quais são os requisitos? Quais são as empresas aptas a participarem deste certame?

Ora, parece que os problemas de obras são advindos das licitações eletrônicas. Eu vou lembrar aqui: em 1995, houve aqui nesta Casa uma CPI para tratar de obras inacabadas. Então, problema de obra inacabada não é de hoje, e esse problema foi enfrentado aqui. Nós discutimos vários empreendimentos que não chegaram ao fim e nenhum desses empreendimentos foi contratado eletronicamente. Que curioso! Então, não é este o problema, não tem absolutamente nada a ver e, no final das contas, a licitação eletrônica é transparente, a licitação eletrônica diminui a possibilidade de conluio, de combinação, de arrumação, e não ter a licitação eletrônica não tem nada a ver com a qualidade técnica da contratação que está sendo feita.

Nós temos operações sofisticadíssimas de mercado financeiro que são todas feitas eletronicamente. Ou a gente vai pensar que, em pleno século XXI – nós estamos indo para 2020, em tempo de Big Data, etc. – nós vamos chegar para participar de uma licitação com envelope embaixo do braço? Isso não é razoável. Isso não faz o menor sentido e não é isso que vai garantir qualidade na contratação. O termo de referência tem que ser projetado, tem que se saber o que se quer e como, quem pode, quem tem condição de fazer isso para projetar adequadamente os requisitos de participação, de capacidade técnica, operacional e profissional. Isso, sim, vai fazer a diferença. Isso, sim, vai garantir boas contratações.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Nesse aspecto aí, qual é o ponto crítico contrário, o que mais se comenta?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Sobre?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O eletrônico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – O pessoal diz... Os argumentos são fracos porque dizem o seguinte: "Olha, permite aventureiro". Não permite, não, porque, se o cara ganha uma licitação eletrônica e mergulha muito no preço, primeiro, você pode fazer a diligência, checar por "a" mais "b" se ele tem condição realmente de cumprir aquele contrato por aquele preço; segundo, se ele não tiver a capacidade de se habilitar, ele é desclassificado. E mais: uma coisa é o cara não se habilitar porque se enganou, não entendeu o requisito de habilitação, deixou de apresentar um documento que achava que atendia, e não atende; outra coisa é o cara que não se habilita por má-fé, é o cara que sabe previamente que não tem condição de participar da licitação e mesmo assim participa. Esse está tumultuando o certame e quem tumultua certame tem que ser afastado...

(Soa a campainha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... e existem mecanismos para punir o mal licitante. Outra coisa: depois, o que vai transformar o mercado? É a execução do contrato. A gente tem que cobrar a execução do contrato, a adimplência dos contratos, que é uma coisa que os órgãos, às vezes, não fazem. Se criou a cultura do eu contrato, eu vou lá e faço o que me interessa, depois eu vou embora e fica por isso mesmo.

Eu fui Diretor do Dnit, e o Dnit jamais tinha punido uma empresa de consultoria de engenharia ou de construção por inadimplemento de contrato. Eu puni mais de cem. Não é punir por punir. O mercado precisa de uma disciplina. Eles precisam entender: contratou, tem que cumprir contrato, tem que entregar. Se não entregar, vai sair da pior maneira possível. Lá fora – é interessante como a gente não importa o que interessa –, praticamente não há fiscalização de obra, não tem fiscal do Estado no trecho medindo. Nada disso. A coisa é tão simples.

A maioria dos países já fazem contratações *design-builds*, que são contratações integradas, ou seja, projeto e obra. Eu transfiro a responsabilidade do projeto para quem vai ser o contratado. Isso é ótimo, porque aqui a gente tem um problema. Uma obra deu errado: "Não, a culpa é do projetista"; o projetista diz: "Não, a culpa é do construtor"; e aí a administração fica com aquele problema na mão. De quem é a culpa? Do consultor? Do projetista? Lá fora, não: *design-build*. Você tem a capacidade de dar a solução de engenharia e o que me interessa...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A princípio, o Tribunal de Contas tem resistência, não é? Mas aí seria bom esclarecer porque nós estamos aqui, toda a Nação está assistindo.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – É legislação, Senador. É legislação. Eu acho que a lei é para todo mundo.

O problema é o seguinte: há de se ter responsabilidade no uso das ferramentas. O Tribunal vai perder a resistência a partir do momento em que os anteprojetos forem corretamente feitos, as obras começarem a acontecer e os contratos forem cobrados. Aí acabou a resistência do Tribunal de Contas.

A gente precisa importar o que é bom. Na Administração Pública, a coisa tem que ser mais simples. Eu tenho que saber o que basicamente para fazer uma contratação? Primeiro, o que eu quero receber, o que eu quero. Então, tem que ter clareza do que eu quero. Eu tenho que receber uma ponte; então eu tenho que conhecer a geometria da ponte, se tem gabarito de navegação para ser respeitado, qual é o trem-tipo. Acabou. Dois: mais ou menos quanto é que aquele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negócio custa, mais ou menos. Por quê? Porque quem vai dizer quanto é que custa é o mercado. Se o meu preço é insuficiente, é ruim, a minha licitação vai fracassar, o privado não vai atender àquele chamado, ele não vai perceber que os riscos foram resolvidos – esse mesmo não vai numa licitação. Agora, se a minha licitação der certo, houver *bidding*, aquele é o preço, porque é o preço de mercado. Dois: lá fora, impõe-se que os projetos e obras sejam entregues com certificação. Então, o cara certifica projeto e cada etapa da obra. E três: tem seguro. Se o cara não cumprir, o seguro vai em cima, o banco vai em cima, o banco fiscaliza, o banco assume a obra no caso de inadimplemento contratual.

Então, ficou simples para a Administração Pública. E, quando há simplicidade na burocracia, há tempo disponível para a criatividade, para a criação, para o planejamento, para o projeto. A gente se perde na burocracia. A gente criou uma série de instrumentos para não fazer. Então, nós precisamos modernizar também a Lei de Licitações, nós precisamos torná-la mais fácil, mais simples. Nós precisamos fazer com que os seguros sejam cumpridos e não sejam só custo. Há de se ter o acionamento do seguro, e o banco tem que responder por aquele empreendimento.

Então, há muita coisa para se fazer, e isso depende do Executivo, isso depende do Legislativo e isso, na verdade, é uma questão de pacto, é uma questão de pacto social para que a gente possa resolver e possa endereçar os problemas.

Houve uma questão aqui sobre BR-163 *versus* Ferrogrão. A BR-163 é complementar à Ferrogrão. Quer dizer, a concessão da BR-163 vai ter um tempo reduzido até a Ferrogrão ficar pronta. Nós vamos fazer a Ferrogrão ainda esse ano. A previsão é fazer a licitação esse ano. Que saga fazer a licitação da Ferrogrão! Era uma coisa que eu não devia licitar. Se o cara está disposto a tomar o risco e botar R\$12 bilhões dele lá por que eu vou licitar esse troço? Vai lá e faz. Simples assim. "Não, vamos criar uma dificuldade para o privado, vamos criar uma amarra, vamos criar uma burocracia, vamos criar mais uma etapa". Se isso fosse o jogo da vida e se fosse um tabuleiro...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas qual seria a modalidade, Ministro?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – A autorização, é a mesma do terminal privado.

Eu quero fazer um investimento. Faça. Vá em paz e que Deus o acompanhe, porque nós temos um tabuleiro de um jogo da vida aqui em que há 400 casinhas para percorrer e, de vez em quando, há umas casinhas: "Você recebeu uma ação judicial. Volte para o início", e aí você não faz nada. Estamos projetados para não fazer. Isso tem que ser enfrentado, porque, senão, nós vamos estar condenados a fazer parte da geração perdida. Ninguém aqui quer ser parte da geração perdida: os Senadores não querem, tenho certeza; eu não quero; a minha equipe não quer. A queremos ser parte da geração que transformou o País, da geração que deixou legado, e só enfrentando essas questões de frente nós vamos ser capazes de fazer isso.

Então, por exemplo, a Ferrogrão, toda vez vem uma questão aí judicial: "Ah você não fez a oitiva das comunidades tradicionais". Gente, nós vamos fazer. Quando? No âmbito do licenciamento ambiental que é o que a jurisprudência brasileira já positivou porque nós temos que cumprir os requisitos da OIT 169. Ninguém está se escusando disso, mas a jurisprudência também já disse: "Não, a oitiva, no formato da OIT 169, no momento do licenciamento atende ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está previsto na OIT", porque seria muito ruim eu fazer uma série de oitivas, criar, gerar uma expectativa para depois não ter o empreendimento, depois não ter interessado.

A 156 no Amapá era o convênio mais antigo do Brasil, do ano de 1976. Observe que praticamente todo o recurso disponível para o Amapá vai ser empregado na BR-156. Então, a ideia é fazer obviamente a pavimentação lá, e vamos ver se a gente consegue ser bem-sucedido. Não é só a 156, o Norte clama por infraestrutura. Nós precisamos prover infraestrutura. Nós precisamos fazer a 163 no Pará, concluir a pavimentação. Nós precisamos da 158 e da 155. Nós temos que fazer a 156, no Amapá. Nós temos que fazer a 319, e é isso que vai pautar a nossa atuação para resgatar mazelas, para fazer esse resgate daqueles brasileiros que ficaram esquecidos lá no Norte, enfrentando todas as questões, inclusive o licenciamento ambiental.

Aeroporto de Teresina. O aeroporto de Teresina está previsto na sexta rodada de concessão. Então, tão logo a gente faça a quinta, que vai ser no dia 15 de março, nós imediatamente vamos lançar a sexta rodada. Ou seja, lá para o dia 18, para o dia 20, a gente publica os estudos para a sexta rodada, e o aeroporto de Teresina faz parte de um dos blocos da sexta rodada.

Ponte de Igapó. O Dnit vai decretar emergência. Há um problema estrutural, houve um problema num dos pilares, e nós vamos fazer a recuperação imediatamente.

Existem aqui vários empreendimentos que foram pedidos, foram clamados, mas são muito caros e não há recursos, e aí a gente tem que priorizar. A gente vai ser bem-sucedido se a gente conseguir fazer a hierarquização convenientemente.

A 226, do Maranhão até o Piauí. Nós temos 100km em contrato, 25km prontos, e nós temos uma empresa lá que não está performando. Nós vamos tomar as atitudes para fazer com que ela performe ou para que ela saia do trecho.

Preocupa-nos muito, Senador Marcelo, a questão da 135. É um absurdo a gente ter uma plataforma que não está compatível com o padrão do Dnit ainda, que são as plataformas com 2,5m de acostamento e com 3,6m em cada faixa. Ali realmente nós temos este problema com a via de mão simples com 6m só de plataforma, sem acostamento, e cada recapeamento aumenta o degrau. Se o cara bota a roda para fora daquele degrau, ele vira o carro, ele capota. Então, a ideia é dar um gás nesse alargamento. Nós temos aí, hoje, eu acho que cerca de 40km já alagados e há mais uma série de quilômetros em que nós vamos tratar de fazer isso.

Alguns empreendimentos aí para a saída de Teresina. O Contorno de Teresina foi contratado em dezembro do ano passado. Existe um recurso, e a empresa hoje está em mobilização.

Estamos fazendo o anteprojeto para licitar ainda esse ano a BR-316, de Teresina a Demerval Lobão...

(Soa a campainha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... e vamos fazer aqui o EVTEA da BR-343, de Teresina a Altos.

Muito bem. Enfim, eu acho que vou encerrar por aqui, Senador.

O Senador Luiz Carlos Heinze e o nosso Senador Lasier colocaram as questões do Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O orçamento do Rio Grande do Sul está extremamente pulverizado. Então, a ideia é tentar alocar o máximo de recursos naqueles empreendimentos que a gente tem condição de fazer grande execução para ir liberando espaço orçamentário. Então, o que é prioridade para nós hoje? A 116 e a Ponte do Guaíba, além de acabar aquele empreendimento da travessia de Santa Maria, da 158. Nós vamos fazer uma carga grande de recursos ali para ver se a gente avança, fazendo eventualmente relocação porque, por exemplo, observe: não adianta ter R\$20 milhões...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... ou R\$25 milhões na duplicação da 290, porque a obra é de R\$600 milhões. Então, não vamos fazer nada com esse recurso. Agora, se eu boto R\$20 milhões na 116, faz diferença. Se eu tiro a 116 da frente, liberei espaço, um bom espaço orçamentário para vir com outra obra importante lá na frente. Então, a gente sabe da necessidade do Rio Grande.

Agora, aquilo que é projeto, isso, sim, nós temos condição de fazer de imediato, e é importante a gente ir trabalhando no estoque de projetos e de EVTEAs e utilizando aquilo que está na LOA para a realização de EVTEAs e de projetos, para que a gente possa, lá na frente, quando houver o alívio fiscal, poder tocar esses empreendimentos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – O.k. porque, no caso, por exemplo, da 448, como já foi concessionado esse trecho que existe, podia ter a concessão do segundo trecho. Não sei. Conhece aquele trecho ali? Esse segundo tramo aí: faz o projeto e daqui a pouco...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... pode ter alguém interessado na própria concessão.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – O importante agora é ter o projeto e a solução de engenharia verificar os custos. Então, nós vamos atuar nisso. Eu acho que é importante ter um estoque de projetos para que haja clareza aí do que nós vamos fazer para frente.

Bom, algumas perguntas sobre trânsito, carteira de motorista, enfim. É um absurdo o que acontece com o brasileiro. A gente não pode impor ao brasileiro que gaste R\$2 mil para tirar uma carteira de motorista. Não faz o menor sentido. A gente tem estados norte-americanos onde o custo da carteira é de US\$14. Então, nós temos vários profissionais do volante. Então, nós temos que tomar as medidas para baratear o custo da carteira, para eliminar aquilo que é desnecessário.

Então, preocupa-me, por exemplo, a questão do simulador. Por que o simulador é importante na formação do condutor? E aí eu vou perguntar àqueles que têm mais estrada aqui, mais quilômetros rodados, se alguém fez, se alguém usou o simulador quando estava se formando. Acho que não, e cadetes da Força Aérea também não fazem na academia para pilotar avião. E o simulador tem outros problemas, inclusive de falsas percepções de algumas situações. A gente conversa. E assim: o que estava acontecendo com o Contran? Uma proeminência de resoluções sem análise de impacto econômico, sem análise de impacto regulatório. Faz a resolução hoje e a adia amanhã. Então, nós vamos rever isso tudo e eliminar burocracias desnecessárias com a finalidade de diminuir o custo para o usuário. Por que a gente renova a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carteira a cada cinco anos? Já houve tempo de a gente fazer a carteira e renová-la a primeira vez aos 40 anos, que é quando a gente começa a perder a acuidade visual.

Então, existem coisas na nossa legislação...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... que absolutamente não fazem sentido e aquilo que não faz sentido nós vamos rever, porque um dos compromissos do Presidente Bolsonaro é: ajude o cidadão, tire o Estado das costas dele, alivie a carga, torne a vida dele mais fácil, mais barata. A gente precisa tornar a vida do brasileiro mais fácil. Nós fomos criando burocracias, burocracias, burocracias, processos. Vá transferir os pontos da carteira numa autuação de trânsito para ver a burocracia que é. Nós temos hoje o celular. É fácil ter as informações integradas. Eu posso ter todos os documentos tanto o certificado de registro e licenciamento quanto a carteira de motorista no celular. É fácil fazer consultas e verificar onde aquele veículo foi emplacado, a quem ele está atrelado.

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – É fácil cumprir o Siniav e ter, por exemplo, a identificação do veículo saindo de fábrica. É barato. Então, por que nós não vamos fazer isso? E aí nós não precisamos inventar malabarismos nas placas que vão só torná-las caras, vão restringir o mercado de fabricantes e de estampadores para tornar a vida do cidadão mais cara. Por que o cara que faz o registro nacional do transporte rodoviário de carga tem que andar com adesivo na porta, se eu posso fazer o controle eletronicamente? Eu posso fazer o registro eletronicamente e o controle eletronicamente. É só custo. Vamos eliminar o custo. Vamos eliminar as barreiras. Vamos tornar a vida do cidadão mais fácil. Eu acho que isso é uma pauta importante. A gente respira isso todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ministro, apenas pegando carona nessa burocracia que o Estado cria, criou-se Brasil afora um sistema de inspeção veicular onde veículos novos...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para serem emplacados precisam passar por esse sistema, ou seja, custa caro empreender no Brasil, custa caro ser empresário no Brasil, custa caro o exercício, o gozo e a fruição da própria cidadania.

Parabéns a V. Exa.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Então, eu vou...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar Ministro.) – Já me deu a palavra o nobre Ministro com o olhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, Líder do Democratas no Senado Federal, meu Líder.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar Ministro.) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Marcos Rogério, vou ser muito breve, não vou tomar muito tempo. Eu não pude participar desta reunião em razão da reunião de Líderes e, depois, das atividades de Plenário. Peço desculpas ao eminente Ministro Tarcísio pela ausência.

Mas eu vim e fiz questão de vir a uma Comissão da qual eu não faço parte, presidida pelo meu correligionário Marcos Rogério, para fazer um registro, Ministro. Não costumo fazer, mas tive a satisfação de recebê-lo hoje aqui, no Senado, conversei com V. Exa. por cerca de uma hora antes desta reunião e queria fazer o registro em relação à impressão que o senhor nos deixou, uma impressão muito positiva de alguém que tem a vontade de transformar, mas o requisito essencial para essa transformação que é o conhecimento da realidade que o senhor pretende transformar. O senhor tem o domínio absoluto das informações, dos dados. Impressionou-me o senhor saber detalhes a respeito do meu Estado de Minas Gerais.

Então, eu queria fazer esse registro de parabéns ao Presidente Jair Bolsonaro, que não acerta sempre, mas que, em relação à sua escolha, acertou em cheio porque V. Exa. nos impressionou muito positivamente, nós todos aqui, no Senado, hoje, tanto antes quanto nesta reunião, porque já conversei com outros Senadores também a respeito da sua participação aqui.

Tenha no Senado Federal, pelo menos de nossa parte, companheiros que possam fazer parte dessa transformação que o senhor pretende fazer. Além do conhecimento, além do domínio da informação, além da disciplina, V. Exa. tem coragem e tem ousadia de reconhecer os pontos que estão equivocados e tem a coragem inclusive de dizer que numa determinada ferrovia é de se prescindir mesmo o procedimento licitatório em razão da vontade privada de se realizar uma obra de infraestrutura no Brasil. É preciso ter coragem para dizer isso.

Eu não vou dizer que eu estou completamente convencido porque é preciso adequar esta ideia, muito boa por sinal, ao regramento jurídico que, se não permitir, é possível ser mudado, mas é uma ideia que V. Exa. coloca e – parafraseando o nosso bloco, que é o Bloco Vanguarda, do qual faz parte o Presidente Marcos Rogério e o Vice-Presidente Wellington Fagundes – é uma ideia de vanguarda.

Então, V. Exa. demonstrou muitos atributos aqui hoje e eu queria fazer esse registro.

E, aliado a isso tudo, que V. Exa. tenha a sapiência de ouvir, de ouvir a realidade de cada Estado. Eu venho de um Estado, onde eu tive 3.616.000 votos nessa eleição para o Senado Federal, com uma expectativa muito grande. É um Estado que hoje chora, chora uma crise fiscal sem precedentes, um Estado que não consegue ter um empréstimo de instituição financeira, um Estado que não consegue repassar aos Municípios a sua cota constitucional do repasse que é pertinente e devido aos Municípios, um Estado que não paga os seus servidores em dia e onde começa agora uma onda de greves e de paralisações muito ruim. Não é culpa do Governador atual, diga-se de passagem, não foi ele que criou, tão pouco fui eu quem criou essa realidade, mas ele, como Governador, e eu, como Senador, inclusive o mais votado, temos a obrigação de encontrar soluções para isso. E é um Estado que chora uma tragédia, que nós enfrentamos e que completa um mês, que é a tragédia de Brumadinho. Então, o Estado hoje vive um momento de depressão.

Então, eu peço muito a atenção de V. Exa. para o Estado de Minas Gerais, para o problema da BR-381, da maior malha rodoviária do Brasil, que é no Estado de Minas Gerais; da renovação das concessões de ferrovias sobre a qual falamos também; dos investimentos que precisam ser feitos de infraestrutura no Estado de Minas Gerais. Peço que V. Exa. tenha muita atenção e uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção especial, sem prejuízo dos outros Estados, que também têm seus legítimos interesses, mas o Estado de Minas tem esta peculiaridade: a maior malha rodoviária, uma malha ferroviária muito extensa, muito rica e muito possível de ser ampliada para otimizar a logística no Estado e no Brasil e que precisa de obras essenciais de infraestrutura. A pior delas, que é uma síntese dos problemas de infraestrutura no Estado e no Brasil, é a BR-381, que é a chamada Rodovia da Morte, que insistentemente tira vidas por conta de uma inépcia e de uma inércia do Estado, Estado *lato sensu*, ao longo do tempo. Eu tenho absoluta convicção – e peço a V. Exa. – de que o Ministro Tarcísio Gomes de Freitas dará fim para poder terminar definitivamente a obra da BR-381 e tantas outras que o Estado hoje reclama e chora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco.

Espaço para as considerações finais do nosso convidado, Ministro Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Só vou aproveitar, então, Senador. Minas vai ter todo o nosso carinho e toda a nossa atenção, e não pode ser diferente, pelo momento que vive, pela grandeza, pela importância. É um Estado pujante em termos de agronegócio, em termos de indústria, em termos de riquezas, que ainda tem, por incrível que pareça, trechos de rodovia federal não pavimentados. Nós temos trechos onde o IDH é baixo, como o Vale do Jequitinhonha, em que nós não temos ainda rodovia pavimentada – isso é inadmissível –, mas temos trechos da BR-135 que vêm pavimentados...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... e há um trecho, que está com o Estado, que não está pavimentado, depois entra em outro pavimentado e entra na Bahia pavimentado. O usuário não entende isso. Não nos interessa se é do Estado ou se é nosso, nós vamos pegar e vamos fazer, porque entendemos também a situação do Estado e nós vamos ser parceiros do Estado na solução dos problemas.

Tivemos recentemente a questão de Ipatinga, do aeroporto que parou de operar por falta de condição da pista. Nós vamos aportar recursos do fundo para recuperar porque sabemos que aquele aeroporto é importante para a atividade econômica daquela região, e a 381 é uma tarefa nossa, é uma obsessão nossa. Dá-nos tristeza ver o estado daquela rodovia e vê-la ceifando vidas. Nós não vamos tolerar isso, admitir. Então, o senso de urgência nos motiva e é por isso que, até dada a situação fiscal, nós estruturamos uma concessão para lá e a ideia é que, em abril ou maio, consigamos fazer a audiência pública já da BR-381 para discutir...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... com a sociedade os parâmetros de investimento, de tarifa, etc., para poder trazer o empreendedor privado e dar fim a esse sofrimento nessa rodovia que é tão importante. Então, isso para nós, a BR-381 para nós é uma prioridade.

Observe: não vai ter BR-381 se não resolvermos, por exemplo – e veja como as questões são interligadas –, o problema das 5 mil famílias que estão na chegada de Belo Horizonte, e aí nós precisamos da modernização da lei que trata da desapropriação. O conceito de propriedade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi relativizado. Não há mais simplesmente uma reintegração de posse; pelo contrário, há de se ter um cuidado com essas pessoas. Agora, não dá para dar margem também para o excesso de associativismo que nos amarre, que não nos permita tomar uma decisão e dar o endereçamento correto...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... para que possamos fazer esse tipo de empreendimento, senão fica absolutamente impossível. Lá, em Minas, na 381, se o cara abrir a porta, o caminhão leva a porta do carro porque é uma situação muito grave.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Especialmente, Ministro, o Anel Rodoviário é o problema mais grave.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – O anel Rodoviário.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – E, em relação a isso, existe um dos maiores projetos de conciliação da Justiça Federal, que está sendo liderado por um Juiz Federal chamado André Prado de Vasconcelos, que tem trabalhado muito para poder conciliar essas famílias que moram no entorno do anel rodoviário, o que é uma condição realmente fundamental para a gente poder ter uma BR-381 realizada.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Agora, para encerrar, Senador Marcos Rogério, eu vou dizer que eu saio daqui extremamente feliz de perceber a vontade que os Senadores têm de trabalhar junto conosco para resolver os problemas dos seus Estados. Isso me parece uma onda muito positiva, muito bacana. Os problemas são complexos, não são fáceis. Se a gente se ajudar, se a gente caminhar...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... juntos – a pauta de infraestrutura é uma pauta de convergência, é uma pauta suprapartidária, é uma pauta que une, é uma pauta importante – , eu tenho certeza de que, se caminhamos juntos, nós vamos ter condições de dar mais para a população que tanto precisa.

Então, eu saio daqui extremamente otimista com relação a essa questão.

Eu acho que o Brasil vai começar a fazer pactos: pacto pela infraestrutura, pacto pela segurança... Então, o que eu percebo aqui é essa vontade de fazer, e contem conosco no Ministério. Vai haver trabalho lá, muito trabalho, trabalho incansável, e eu conto com uma equipe maravilhosa, que vai estar à disposição do Senado, para atender da melhor forma possível.

Então, o que eu posso fazer é me colocar à disposição do Senado Federal, para estar aqui sempre que for necessário, para dar os esclarecimentos, para pedir ajuda e para trabalharmos juntos, porque é essa união de forças que vai fazer com que nós construamos um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece mais uma vez ao Ministro de Estado, Dr. Tarcísio, e agradeço aos Senadores e Senadoras que aqui compareceram e participaram intensamente dos debates. Nós tivemos 19 Senadores e Senadoras participando, com questionamentos e ponderações ao Ministro Dr. Tarcísio. E, pelo e-Cidadania, nós tivemos 326 perguntas e comentários, todas participações sendo encaminhadas ao Ministro, através da sua assessoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria informar o Plenário que nós vamos – o Ministro já se disponibilizou – trazê-lo novamente aqui, para discutir modelo de concessão. É um tema do momento, é um tema extremamente sensível, tanto rodoviário quanto ferroviário. O Senado precisa enfrentar esse tema com mais profundidade. Hoje, nós tivemos aqui um ensaio do que é o debate. Era mais uma oportunidade para o Ministro apresentar as diretrizes do Ministério, a sua visão, nessa demonstração, como diz aqui Elmano Férrer, de conhecimento, preparo e prontidão para o desafio que é tocar esse importante Ministério. Mas nós vamos trazê-lo para fazer esse debate de forma mais minuciosa.

Eu queria informar ao Plenário também que, até em razão do que nós estamos vivenciando, porque não é só Minas que sofre. O Brasil sofre, o Brasil chora com esse acidente lamentável que nós tivemos em Brumadinho. Em razão dessa peculiaridade, das agências cujos diretores nós estaremos recebendo aqui, para prestar contas à Comissão de Infraestrutura, nos termos regimentais, conforme previsão do próprio Regimento, eu estou propondo que a primeira agência a aqui comparecer seja justamente a Agência Nacional de Mineração. Já está sendo formalizado o convite para o Diretor-Geral Victor Hugo Froner Bicca, para que esteja aqui. Estou propondo para após o Carnaval, na semana do dia 18 ao dia 22. Estou informando o Plenário, para que possa também se preparar para esse momento de prestação de contas e de questionamentos, como nós tivemos hoje, também aqui, de forma extremamente produtiva, Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente. Proponho trazer aqui, então, como o primeiro convidado das agências, o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Mineração.

Ministro, mais uma vez, eu queria deixar aqui o nosso agradecimento e fazer um registro público deste novo tempo, deste novo momento que a gente está vivendo no Governo. É claro, como sinalizou aqui o Senador Rodrigo Pacheco, o Governo se esforça sempre e busca sempre acertar, o Parlamento da mesma forma, mas nem sempre vai acertar; pode ser que uma decisão ou outra seja equivocada, na escolha de pessoas, de programas, de modelos, de métodos – enfim, é do ser humano isso –, mas há um esforço para acertar.

Há pouco tempo, nós tivemos um rompimento na Rodovia Federal 364, em Rondônia, e eu falei: "Vou fazer o teste dessa nova gestão agora", porque, no passado, a gente ligava, ficava muito tempo tentando uma audiência nos ministérios, e o rompimento de uma rodovia federal, como a 364, não é tarefa para depois de amanhã; é imediata, porque o impacto é imediato.

O Senador Wellington, que é da nossa Região, sabe: o norte só tem essa via de ligação. Eu liguei para o Ministro. Era 22h30 em Rondônia; 00h30 em Brasília. O telefone tocou duas vezes, e a palavra dele do outro lado foi: "O que manda, Senador?" Eu falei assim: "Olha, é uma emergência". Ele falou: "Não, para ligar a essa hora tem que ser emergência mesmo". E me atendeu.

Eu acho que ele deve ter acordado naquela noite mais alguém, porque ele pediu um tempinho e, na sequência, já me deu uma resposta ao telefone, e, no dia seguinte, às 7h da manhã, no local do rompimento, já havia lá equipes e equipamentos fazendo a restauração da Rodovia 364. E, à noite, às 20h, a rodovia já estava totalmente liberada ao tráfego.

Eu queria deixar aqui, publicamente, esse registro desse novo comportamento, desse novo compromisso, desse novo modelo de gestão, ouvindo os Parlamentares e dialogando com a sociedade. Eu acho que é fundamental. E, em seu nome, quero agradecer ao Diretor-Geral do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dnit, porque sei teve a participação dele – não sei se foi ele que ele acordou naquela noite –, mas...

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – É o próprio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o Dr. Cláudio André, que é o Diretor da Superintendência do Dnit em Rondônia, também extremamente prestativo...

Faço esse registro porque, às vezes, a gente só cobra, e não reconhece quando do acerto. Parabéns a V. Exa.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Meu Presidente, só um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... sobre a próxima audiência, após o Carnaval.

Nós fizemos um requerimento à Mesa desta Comissão, propondo uma audiência pública para ouvirmos tanto a ANA, que é responsável pelas barragens de múltiplo uso, como a Aneel, responsável também pelas barragens para uso de geração de energia, e, por último, também – não é pela sequência da ordem, não – a de mineração, que é responsável por – parece-me – 790 barragens que detêm e retêm os rejeitos minerais.

Então, nessa minha proposta, eram as três. Então, a Presidência decidiu fazer três audiências. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Elmano, eu agradeço a ponderação de V. Exa. e assiste razão a V. Exa. O requerimento está apresentado.

A proposta de trazer cada agência aqui, na verdade, é porque já está prevista no Regimento a presença dos diretores das agências para prestar contas. Nós estamos diante de uma excepcionalidade, em razão dos acidentes ocorridos mais recentemente, mas eu penso que, até para se estender para além daqueles pontos especificamente dos acidentes registrados e a gente poder discutir os temas do Brasil, se nós fizermos uma audiência por vez, nós teremos um aproveitamento maior.

Veja V. Exa. que hoje nós tivemos, aqui, a votação para a escolha do presidente e dos diretores do Banco Central e, com todos eles à Mesa, você acaba não tendo como fazer uma sabatina pontual, específica, a cada um dos diretores e compromete, de certa forma, o debate – embora o Presidente da CAE tenha sido extremamente generoso: alongou o debate ao longo de toda manhã e início da tarde, em um sacrifício até para os candidatos. Então, a vênica que peço a V. Exa. é para que façamos um por vez. É o que diz o art. 96-A do Regimento: "Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual...". Ou seja: é um dever até funcional e um mandamento regimental de prestar contas ao Senado Federal. Então, eles não estão vindo simplesmente porque estão sendo convidados ou convocados; o Regimento já estabelece que, anualmente, eles têm que vir aqui. Nós estamos apenas cumprindo o Regimento. Se V. Exa. fizer questão de que façamos os três juntos, podemos fazê-lo de forma excepcional, para discutir os temas das barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – De forma nenhuma. Concordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Então, fica assim ajustado. E o requerimento de V. Exa. dará a base para essas convocações, para esses convites inicialmente apresentados.

Ministro, há algo a acrescentar?

Quero, apenas, mais uma vez registrar o nosso agradecimento ao Ministro de Estado da Infraestrutura, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, a toda a assessoria, aos Secretários e à equipe de assessoramento técnico do Ministério aqui presente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, antes de concluir, só quero dar uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos, V. Exa...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quero apenas acrescentar que estive no Plenário e já fiz uma fala em relação à presença do Ministro aqui, e o nosso amigo Kajuru, que é bastante crítico, fez rasgados elogios a V. Exa., Ministro Tarcísio. Então, V. Exa. está de parabéns, porque, para satisfazer o nosso amigo Kajuru, é briga para compadre Lampião. Então, faço esse adendo só para que V. Exa. leve essa boa notícia. Como o Marcos estava dizendo, aqui é só pancada, é só cobrança. E, desta feita, V. Exa., quando estava fazendo a fala, veio o Kajuru e também fez uma bela fala. Por sinal, disse que V. Exa. é um craque, etc. Não é o Pelé, não, é? É mais ou menos, mas não é tanto assim. Ele fez uma bela fala, para demonstrar o seu preparo aqui, sobretudo tecnicamente, quando fez sua exposição. Por outro lado, também criticou, sobremaneira, o Ministro da Educação, que estava na outra sala aqui, no Senado Federal.

Então, para V. Exa. ver como são as coisas: criticava muito o Ministro da Educação e, por outro lado, elogiava V. Exa. É sinal que V. Exa. tem mérito e a sua explanação, na tarde de hoje, aqui, foi maravilhosa. Todos nós ficamos aqui muito felizes pelo fato de receber não só o senhor como também a diretoria do Dnit, que, certamente, terá um papel preponderante nesse grande projeto da infraestrutura do nosso País.

Parabéns!

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Vice-Presidente.

São as alegações finais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É em relação à sabatina dos diretores do Dnit.

Eu, pessoalmente, já falei aqui nesta Comissão, e em tantos outros momentos, que, principalmente pelo fato de o Dnit ser uma autarquia que tem a capacidade finalística, imagino que a sabatina realmente acaba atrasando uma decisão. Então, como já advoguei isso aqui em outros tantos momentos, continuo com a mesma opinião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei como vai ser a condução deste Governo em relação àquilo que ainda hoje é a necessidade da sabatina, como vocês vão encaminhar isso, se é um projeto de lei, não sei bem qual é a intenção, mas, da minha parte, também entendo que não há sentido em os diretores do Dnit serem sabatinados no Senado. Eu acho que podem ser trocados, de acordo com a decisão administrativa do momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Ministro Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Quero só fazer um comentário sobre isso.

Acho que é exatamente isso. O Dnit não é uma agência reguladora. Então, os dirigentes do Dnit não têm mandato. Então, o que acontece?

Diferentemente do que acontece com uma agência, em que há uma continuidade na gestão quando se troca um governo – ou seja, troca-se o governo, os dirigentes da agência estão lá, estão com mandato –, no Dnit, não; no Dnit, troca-se todo mundo. E observem: há a posse do Presidente, no dia 1º de janeiro, e o Congresso começa a trabalhar... O ano legislativo começa em 2 de fevereiro. E quem está para sair – porque, quando há mudança de governo, acaba-se mudando toda a equipe – está lá, já naquele compasso de espera – "Poxa, vou sair" e tal –, e é justamente quando a safra está acontecendo, justamente quando as chuvas estão acontecendo. Então, a gente precisa de rapidez nessa troca. E outra coisa: isso, de forma nenhuma, prejudica o controle externo.

Então, eu trouxe até os diretores do Dnit aqui, para deixar claro o seguinte: eles estão prontos para responder ao Senado, sempre que forem convocados. Então, nós estamos prontos para prestar contas. Eu acho que isso não representa um prejuízo e fica aderente à natureza do Dnit, que é diferente de uma agência reguladora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Agradeço também à Secretaria da Comissão, na pessoa do Thales, a toda a equipe, aos assessores parlamentares aqui presentes, fazendo o registro aqui do Sabóia, que é lá do Ministério de Infraestrutura e da Casa também – está emprestado lá para o Ministro, Dr. Tarcísio...

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS (*Fora do microfone.*) – Está me ajudando muito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e tem feito uma interlocução importante com os Senadores aqui desta Casa.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos e, em especial, do nosso convidado, o Ministro de Estado de Infraestrutura, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, e das Sras. e dos Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 42 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e quarenta e dois minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Selma Arruda, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Telmário Mota, Carlos Viana, Angelo Coronel, Dário Berger, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Lucas Barreto e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 6, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater: i) a Política Nacional de Segurança de Barragens, (PNSB); ii) as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da Barragem em Brumadinho; e iii) a atuação da Mineradora Vale S.A. em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 7, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, informações sobre a duplicação da Rodovia BR-304 no Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no trecho conhecido como "Reta Tabajara"." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 8, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para debater sobre o tema: "Modernização e Expansão do Sistema Ferroviário Brasileiro – Problemas e Soluções"" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 9, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública sobre o PLS 261, de 2018." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 10, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a definição e importância do Plano Estratégico do Arco Norte para o desenvolvimento do Estado do Pará." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interativa, atendendo ao requerimento REQ 6/2019 - CI, de autoria do Senador Elmano Férrer.

Finalidade: Prestar contas sobre o desempenho da Agência Nacional de Mineração e apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito das competências da ANM (em atendimento ao artigo 96-A do Regimento Interno do Senado Federal), bem como debater: a) a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); b) as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da Barragem em Brumadinho; e c) a atuação da Mineradora Vale S.A. em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados. **Participante:** Victor Hugo Froner Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração - ANM. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Elmano Férrer, Carlos Viana, Styvenson Valentim e Marcos Rogério. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/19>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Requerimento nº 6.

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater: i) a Política Nacional de Segurança de Barragens, (PNSB); ii) as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da Barragem em Brumadinho; e iii) a atuação da Mineradora Vale S.A. em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Proponho para audiência pública a presença dos seguintes convidados: Sr. Victor Hugo Froner Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; Sr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Sra. Christianne Dias Ferreira, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas.

Esse requerimento é de autoria do eminente Senador Elmano Férrer.

Nós temos um conjunto de requerimentos. Vou fazer a exposição de todos eles. Na sequência, a gente faz a votação em bloco.

EXTRAPAUTA**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, informações sobre a duplicação da Rodovia BR-304 no Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no trecho conhecido como "Reta Tabajara".

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Requerimento nº 7, de 2019, do Senador Styvenson Valentim.

Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Sr. Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre a duplicação da Rodovia BR-304 no Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no trecho conhecido como "Reta Tabajara".

Nesses termos, requisita-se apontar as pendências que existem atualmente para a execução e a conclusão dessa obra tão importante para o Rio Grande do Norte.

É o requerimento que apresenta o Sr. Senador Styvenson Valentim.

EXTRAPAUTA



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre o tema: “Modernização e Expansão do Sistema Ferroviário Brasileiro – Problemas e Soluções”.

Autoria: Senador Alessandro Vieira.

Com a presença dos seguintes convidados: Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado do Ministério da Infraestrutura; Marcio Guimarães de Aquino, Diretor-Presidente interino da Valec; Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador junto ao Tribunal de Contas da União; Luiz Gonzaga, Presidente da Associação dos Empregados da Valec ; e Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

É o Requerimento nº 8, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública sobre o PLS 261, de 2018.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que “Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados, entre outros que possam ser sugeridos pelo Plenário...

E aqui eu já faço uma observação de sugestões para participação em audiências públicas: na próxima reunião em que nós tivermos aqui reunião deliberativa, eu vou apresentar as diretrizes da Comissão em relação ao recebimento de sugestões, proposições, enfim, para além daquelas previstas regimentalmente. E esse é o caso. A possibilidade de sugestão de inclusão de nomes se dá no momento da votação do requerimento e não posteriormente – as chamadas indicações avulsas ou substituição de nomes de convidados para audiência pública no momento da audiência.

Então, se houver alguma sugestão, Senador Elmano... Esse requerimento é do Senador Jean Paul Prates, com relação a esse PL que trata... Seria uma espécie de marco regulatório do setor ferroviário. É um projeto extremamente importante. Ele está sugerindo representante do Ministério da Infraestrutura, representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres, representante da Agência Nacional de Transportadores Ferroviários e representante da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut).

Se houver alguma sugestão de mais algum nome... Da minha parte não há.
Senador Elmano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Apenas comentando sobre os requerentes, os dois Senadores do Rio Grande do Norte, que envolvem o mesmo ministério, ou seja, o do Styvenson trata da duplicação de uma rodovia, de uma BR, na cidade de Natal, saindo para outro local; e o outro trata das questões ligadas a ferrovias, ou seja, assuntos pertinentes a um mesmo ministério. Eu não sei se poderia, digamos, em uma mesma audiência, tratar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Atender os dois.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Atender os dois pleitos de dois Senadores do mesmo Estado. É apenas um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a contribuição de V. Exa.

Eu até ponderei à Secretaria da Comissão sobre isso. Depois eu posso dialogar com o Senador Styvenson e também com o Senador Jean Paul para tentar conciliar na mesma audiência. No caso do Senador Jean Paul, ele está pedindo audiência em razão de matéria pendente de votação no âmbito da Comissão para instruir a relatoria dele. É algo específico para a instrução do relatório que ele pretende apresentar à Comissão. O outro caso é um caso específico em relação a um dos trechos da duplicação da rodovia 304, no Estado do Rio Grande do Norte. Mas eu acho que é possível, de repente, conciliar os dois temas, porque os convidados são os mesmos. Farei essa ponderação aos dois Senadores.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a definição e importância do Plano Estratégico do Arco Norte para o desenvolvimento do Estado do Pará.

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Requer nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a definição e importância do Plano Estratégico do Arco Norte para o desenvolvimento do Estado do Pará.

Propõe para audiência pública a presença dos seguintes convidados: Gen. Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Dnit; Adalberto Tokarski, Diretor da Antaq; Marcio Aquino, Diretor-Presidente da Valec; Antônio de Pádua Andrade, Secretário de Transportes do Estado do Pará; Newton Araújo Silva Júnior, Presidente da Conab; Alexandre Carvalho, Presidente do Sindopar; e Edeon Vaz Ferreira, Diretor-Executivo do Movimento Pró-Logística.

É o requerimento apresentado pelo Senador Zequinha Marinho.

Indago aos Senadores se há a necessidade de aditamento de algum dos requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer aditamento, submeto à votação, à apreciação os requerimentos ora apresentados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

Passamos agora à parte da audiência pública.

Eu gostaria de lembrar a todos que a população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

2ª PARTE

Esta parte da reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2019, da CI, de autoria do Senador Elmano Férrer, e também para atender disposição regimental que prevê a necessidade de os diretores das agências comparecerem perante o Senado Federal, para prestar contas ao Senado Federal.

Para debater a Política Nacional de Segurança de Barragens, as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da barragem em Brumadinho, e a atuação da mineradora Vale S.A. em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados, foi convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, o Sr. Victor Hugo Froner Bicca, a quem convido para que tome assento à mesa. *(Pausa.)*

Também registro a presença em nosso Plenário dos membros da diretoria colegiada da Agência Nacional de Mineração, Sra. Débora Toci Puccini e os Srs. Eduardo Araújo de Souza Leão, Tasso Mendonça Júnior, Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho, a quem esta Presidência agradece a presença.

Informo ao convidado que o tempo para exposição será de 20 minutos, com a tolerância desta Presidência. Ao final da exposição, será concedida a palavra aos Srs. e às Sras. Senadoras, conforme lista de inscrição que se encontra à mesa.

Agradeço a presença dos nossos Senadores e também a presença do nosso Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração. Asseguro-lhe a palavra no tempo estabelecido para sua exposição, sua fala inicial.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento o Presidente, Senador Marcos. Cumprimentos o Senador Elmano e o Senador Viana. Cumprimento meus pares da diretoria colegiada da Agência, Dr. Tomás, Dr. Eduardo, Dr. Tasso e Dra. Débora. Colegas da Agência presentes, permitam-me saudar nosso ex-Diretor-Geral do DNPM, colega Telton Correa.

Agradeço, Presidente, o convite para mais uma vez estar aqui no Senado Federal e tratar dessa matéria tão relevante como é a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Só para registrar, sou servidor público federal de carreira. Tenho 35 anos de vida pública. Sou geólogo por formação. Tenho especialização em docência pela Unicamp e, atualmente, encontro-me na condição de Diretor-Geral da Agência. Montamos, para atender – ou pelo menos buscar atender – a demanda da Comissão de Infraestrutura, Presidente Marcos, preparamos uma apresentação que irá abordar de forma bastante objetiva uma espécie de contextualização da Política Nacional de Segurança em Barragens, a Lei 12.334, de 2010.

É um histórico da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens no Setor Mineral Brasileiro – medidas e ações adotadas antes de novembro de 2015. Esse "antes de novembro de 2015" leia-se o acidente, a tragédia de Mariana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também abordaremos as medidas adotadas pós-2015 – a evolução normativa com a Portaria 70.389 e a construção do Sistema Integrado em Gestão das Barragens de Mineração.

E as medidas adotadas pós-janeiro de 2019.

Aí, a gente registra mais uma vez, em nome da instituição, o nosso profundo pesar por tudo que aconteceu no dia 25 de janeiro de 2019. Estamos ainda juntando forças para superar o trauma que foi essa tragédia, mas precisamos continuar, precisamos perseverar na busca do aprimoramento dos mecanismos de regulação para que tragédias dessa natureza e dessa extensão não se repitam nunca mais.

E vamos tentar mostrar a V. Exas. o quanto nós evoluímos. Mas, certamente, não evoluímos ainda o suficiente para evitar fatos lamentáveis dessa natureza.

Por último, breves considerações finais que basicamente são condições, pré-requisitos necessários que precisam ser atendidos para que a gente possa efetivamente fazer a execução da lei.

Isso posto, rapidamente, importantes definições advindas da Lei 12.334. Esta lei, como todos sabem, é de 2010.

O órgão fiscalizador: autoridade do Poder Público responsável pelas ações de fiscalização da segurança da barragem de sua competência.

O empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la. (Art. 4º, inciso III, da Lei 12.334).

A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente).

No que tange ao direito minerário:

III - à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos.

Esta lei definiu também com clareza no art. 5º que:

A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do [...] (Sisnama):

.....
III - à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos;

Então, o Ministério de Minas e Energia, até 5 de dezembro o DNPM e agora, após 5 de dezembro de 2018, a Agência Nacional de Mineração.

O inciso IV define:

IV – à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação e operação para fins de disposição de resíduos industriais.

Então, são os órgãos estaduais de mineração ou o Ibama.

Aí estão definidos quem são os órgãos de fiscalização dessa Política Nacional de Segurança de Barragens.

Um breve histórico. Em 2009-2010, nós participamos intensamente do processo de discussão de elaboração da Lei 12.334. Então, é importante registrar – isso a gente vai destacar no final – que a lei é de 2010. O departamento, que recebeu parte da responsabilidade de operar essa lei, não logrou nenhum concurso público após a promulgação da lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a lei introduziu avanços significativos na conceituação da questão da segurança de barragens, definiu conceitos, imputou responsabilidades, definiu competências, mas precisa que o Executivo, também, adote suas providências para que, efetivamente, aquilo que está previsto na lei, possa ser operado, possa ser fiscalizado, possa ser executado na plenitude, para atingir as finalidades da regulamentação. Isso é um registro importante e deve feito: desde a promulgação da lei, da Política Nacional de Segurança de Barragens, não tivemos nenhum concurso que permitisse dotarmos o órgão fiscal daqueles profissionais com um perfil de competência necessário para executar a fiscalização. É um assunto altamente especializado e que demanda um conhecimento específico para o seu exercício.

Em 2011, nós participamos do GT Interministerial que criou a resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 143, de 2012, que foi editada em 2012. Também publicamos, em 2012, a Portaria do DNPM nº 416. Essa portaria criou o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e dispôs sobre o plano de Segurança, revisão periódica de segurança, em inspeções regulares e especiais na segurança de barragens, conforme determinava a lei. Então, foi a primeira regulamentação a partir da lei de 2010.

Em 2013, já buscando a aperfeiçoamento da regulamentação, nós editamos a Portaria nº 526, que estabeleceu a frequência de atualização e revisão, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração, que é conhecido como PAEBM, conforme os arts. 8º, 11 e 12, da Lei 12.334, que estabeleceu a política.

Em 2016 – e esse é um dado interessante e importante –, portanto pós-novembro de 2015, quando foi a tragédia de Mariana, nós suspendemos formalmente a análise de planos de aproveitamento econômico em cujos projetos de lavra houvesse a contemplação de barragens com alteamento a montante. Então, desde meados de julho de 2016, que o então departamento, hoje agência, não aprova nenhum projeto de mineração que contemple o uso de barragens com alteamento a montante.

Em 2017, nós publicamos a Portaria 70.389 e, conseqüentemente, revogamos a 416 e a 526. Iniciamos o processo de operação do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração.

Então, vejamos V. Exas que, a despeito de não termos os profissionais com o perfil exigido para fazer a operação plena da lei, o departamento à época fez um esforço gigantesco para regulamentar e para tentar capacitar seus profissionais, para que efetivamente a gente pudesse dar conta dessa missão determinada pela lei da Política Nacional de Segurança de Barragens. Então, publicamos essa Portaria 70.389, de 2017. Mais à frente, eu vou dar um pequeno detalhamento a respeito dessa portaria.

E, em 2019, recentemente, publicamos, agora sob a égide da Agência Nacional de Mineração, junto com meus pares, nós aprovamos a Resolução nº 4, de 15 de fevereiro de 2019, que proibiu definitivamente, em todo o Território nacional, novas construções ou alteamento com o método construtivo a montante. Então, aquela prática de julho de 2016 foi incorporada numa norma como terminativa. Fica proibido em todo o Território nacional o uso de alteamento a montante.

O universo, no Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, nós temos 769 barragens, das quais 425 estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e 344 não estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inseridas. O que faz com que uma barragem esteja ou não inserida dentro da política? A lei define quatro requisitos básicos. Primeiro, o alteamento tem que ser maior do que 15 metros; o volume tem que ser maior do que 3 milhões de metros cúbicos; a natureza do material barrado; e se há risco de dano potencial alto. Esses são os quatro pré-requisitos estabelecidos em lei para enquadrarmos ou não na Política Nacional de Segurança de Barragens. De tal sorte que, das 769 barragens de mineração cadastradas, 425 estão inseridas. É evidente que essas 769 barragens fazem parte de um universo da ordem de 25 mil, 26 mil barragens que temos no País.

Temos também uma classificação por risco, se alto, médio e baixo; o dano potencial associado, também alto, médio e baixo; e pelo método construtivo, montante ou desconhecido, que são 84, linha de centro, pelo método a jusante, em etapa única ou dique de partida. É importante registrar que o critério de categoria de risco é fundamentalmente definido em função de parâmetros de ordem de engenharia. Por exemplo, há projeto de engenharia? Sim. Há anotação de responsabilidade técnica profissional legalmente habilitada? Sim. Há manutenção periódica? Sim. Então, é baixo risco. Esse é um critério meramente do ponto de vista construtivo e o dano potencial associado que leva em consideração, em caso de sinistros e tragédias, os possíveis danos: se atinge pessoas, qual impacto ambiental, grande, pequeno, médio... Em função disso se define se o dano é alto, médio ou baixo.

Esse mapa aqui ilustra de forma bastante didática a distribuição das barragens de mineração no País.

Há uma concentração no Estado de Minas Gerais de forma bastante intensa e, de forma secundária, no Estado do Pará, que também possui uma quantidade grande de barragens. São Paulo também tem muitas barragens, mas, principalmente, barragens de acumulação de água e de geração de energia.

A evolução normativa da ANM no que tange à segurança de barragens de mineração.

Como eu havia falado, nós baixamos duas portarias lá nos idos de 2013 e 2012, a 416 e a 526, que foram a forma inicial da regulamentação da lei. Depois, estas foram fundidas, foram aprimoradas e foram incorporadas pela Portaria 70.389, de 17 de maio de 2017.

Eu só destaquei a importância dessa portaria porque ela já foi fruto de uma prática que nós pretendemos agora intensificar, com a chegada da agência; ou seja, ela foi precedida de consulta pública, por 73 dias; ela experimentou centenas de sugestões da sociedade.

Nós criamos um grupo de trabalho que aparece ali, à direita, naquela portaria, constituído por 11 técnicos da casa, que recepcionaram essas contribuições e as consolidaram, incorporando aquilo que significava o aprimoramento da norma e, eventualmente, justificando aquilo que não era necessário na norma. Isso foi também publicizado.

Então, ela foi uma norma já criada com estas novas práticas que a gente começa a experimentar agora, na agência que nós estamos, Presidente, em fase de implantação. A agência está com um pouco mais de cem dias de existência. Saímos de uma história brilhante do Departamento Nacional de Produção Mineral, de mais de 84 anos de importantes contribuições à sociedade, ao País, mas cujo modelo administrativo exauriu. A sociedade está nos cobrando novas práticas, novas formas de gestão, novos modelos de governança, e é este o desafio que nós estamos enfrentando nesse momento, tragicamente, de forma simultânea, com esse evento de Brumadinho, que, como eu disse anteriormente, realmente, quase nos levou a nocaute, porque é uma tragédia sem dimensões na história da mineração brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas precisamos encontrar forças para retomar o trabalho com mais intensidade ainda, na busca do aprimoramento das normas, para, como eu disse, evitar que isso volte a acontecer em nosso País.

Então, essa portaria foi consolidada e significou uma série de avanços, como, por exemplo, o extrato de inspeção regular. Ele passou a ser inserido quinzenalmente. Ou seja, de 15 em 15 dias, o empreendedor é obrigado a vistoriar a sua estrutura e alimentar o sistema – o Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração. Então, ele faz as leituras lá de piezômetro, de inclinômetro e é preciso que isso seja alimentado ao sistema, pois o sistema trabalha as informações e nos sinaliza as condições da barragem, se há ou não anomalia presente no corpo barrado.

É evidente que este é um estágio do sistema e que nós estamos buscando, desde a edição da portaria, retirar o máximo possível da interferência humana no processo, mas isso, até o momento, não foi possível ainda.

Agora, no mês de junho, vence um prazo da portaria que exige, para aqueles barramentos de dano potencial alto, que essa leitura do inclinômetro e do piezômetro seja automatizada, de tal sorte que deixará de haver a interferência humana no processo. O equipamento vai fazer a leitura e vai automaticamente mandar para o sistema.

De qualquer maneira, foi um avanço significativo. Antes, como as inspeções eram feitas pelo empreendedor, não eram acumuladas e eram apresentadas anualmente no relatório anual de lava. Nós intensificamos essa prestação de contas via sistema, e ela passou a ser quinzenal.

Também a Declaração de Condição de Estabilidade, no ponto 2, passou a ser semestral. Antigamente, ela era uma declaração por ano. Nós, em função da experiência acumulada, entendemos que teríamos que ter uma declaração para o período de chuva e outra para o período de seca. Então, ficou estabelecido que, durante o mês de março, ele tem que apresentar uma declaração de estabilidade e, no mês de setembro, também tem que apresentar outra declaração de estabilidade. Para o aperfeiçoamento, que foi além da exigência de duas declarações, nós também exigimos que pelo menos uma declaração fosse feita por auditoria independente.

(Soa a campanha.)

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – E assim é que está ocorrendo.

Também aumentamos a criticidade para elaboração dos relatórios da declaração; introduzimos a inspeção especial diária, quando houver necessidade para tal – antes era semanal; o PAEBM para barragens de DPA alto e de DPA médio, quando o item "existência de população a jusante" atingir dez pontos; definição da Zona de Autossalvamento para ação de empresa; obrigatoriedade de ter sirenes nas Zonas de Autossalvamento; treinamentos internos sobre o PAEBM duas vezes ao ano.

E aqui o pessoal pergunta : " Mas por que interno?" Interno porque o nosso administrado é a empresa. Então, nós temos poder sobre as ações da empresa. Então, nós exigimos que eles façam treinamento. Aí, entra o trabalho da Defesa Civil, que obriga o treinamento com a população atingida. Então, são duas vertentes que se somam no trabalho da prevenção.

A obrigatoriedade de elaborar Relatório de Causas e Consequências; obrigação de o empreendedor cumprir as determinações contidas nos relatórios; obrigação de instalação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemas de monitoramento; aprimoramento da classificação das barragens; obrigação de elaboração de mapa de inundação. São todas inovações advindas dessa portaria.

Agora, recentemente, como eu falei, dentro da evolução normativa, a Resolução ANM 04, de 2019, proibiu, então, a utilização do método de construção ou alteamento de barragens "a montante" nas barragens em todo o Território nacional; ficou proibido ao empreendedor manter ou construir, na Zona de Autossalvamento, instalações que incluam a presença humana; fica proibido o empreendedor de manter ou construir na Zona de Autossalvamento barramentos.

Então, nós tínhamos algumas barragens em que, após o corpo do barramento, existiam barramentos menores que acumulavam água, para finalidade de gestão do beneficiamento, e a gente proibiu isso, porque as tragédias ocorridas nos mostraram, com clareza, que aquela água acumulada acaba funcionando como um lubrificante e acelera o processo de velocidade no caso de rompimento.

A obrigatoriedade de sistemas automatizados e acionamento de sirenes para todas barragens dentro da política; a obrigatoriedade de descomissionar ou descaracterizar as barragens – e isso é importante, porque materializou aquela determinação interna, de julho de 2016 –; a obrigatoriedade, então, de descomissionar ou descartelizar as barragens construídas a montante no Brasil, progressivamente, e com prazo final até agosto de 2021 para as barragens já desativadas e 15 de agosto 2023 para as barragens que estão em operação, observando que essas que estão em operação devem ser paralisadas até 2021. Então haveria dois anos para descomissionar.

As barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens com dano potencial alto deverão implementar sistemas de monitoramento com acompanhamento em tempo integral, com prazo final até 15 de fevereiro de 2020. E essa resolução, dentro dessa política de transparência, de fazer as coisas publicamente, está em consulta pública, e a consulta vence dia 20. Ela foi publicada no dia 18 de fevereiro e está em consulta pública por 30 dias; então, contribuições, aperfeiçoamentos, sugestões e melhorias são bem-vindas.

Bom, o Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração.

Os principais ganhos: a possibilidade de cadastrar uma barragem a qualquer tempo; possibilidade de atualizar esses atributos em tempo real; classificação em tempo real das barragens, se estão inseridas na política, a categoria de risco, dano potencial associado, classe, necessidade de ter PABM, extrato de inspeção regular recebido quinzenalmente, atuações e interdições emitidas diretamente no sistema – quer dizer, o sistema é automatizado –; alerta a gestores de situações críticas – sempre que os dados cruzados, que são informados, que são cruzados no sistema, acendem uma luz, os nossos fiscais são acionados automaticamente – e a possibilidade de emitir relatórios gerenciais e o ranqueamento de estruturas críticas para o planejamento e fiscalização.

Eu só queria fazer um nexos com aquele primeiro comentário que eu fiz da lei de 2010, da falta de concurso público, da necessidade de pessoal especializado para fazer essas fiscalizações, porque é evidente que essa ferramenta que foi criada pelo departamento, pelo então DNPM, e agora incorporada pela agência é uma ferramenta que nos permite... A despeito de termos um quadro diminuto de fiscais, nós termos uma ciência aqui para disciplinar como atacar, mesmo com esse pequeno contingente de servidores fiscais, o que seria prioritário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com o sistema informatizado, nós temos condições de ranquear as barragens e de definir quais seriam as prioridades que nós teríamos necessariamente que fiscalizar, em função de fatores que são informados pelos empreendedores e que são cruzados e nos sinalizam a condição de estabilidade ou não do barramento.

Bom, aí há só um modelinho.

Cadastrar, atualizar informações, gerenciar as barragens, relatórios gerenciais, fiscalizar *in locu*, interação com o público externo... Há um cadastro de informações gerais, a classificação, os profissionais que são envolvidos, quem atestou a estabilidade e se existe a anotação de responsabilidade técnica, se foi empresa de consultoria, enfim... As ações cotidianas também, da fiscalização, quer dizer... Desde, a título de exemplo, se foi feita a dedetização do barramento – e aí é importante, porque ele não pode ter a presença de animais. Às vezes, até um formigueiro pode contribuir para que venha a ocorrer um sinistro; a presença de tatu não pode haver também, porque ele cavouca lá e fragiliza o barramento...

Então, é uma série de fatores que a gente controla através desse sistema de gerenciamento.

É evidente que esse sistema foi copiado de países mais desenvolvidos, e eu sempre tenho dito: o sistema funciona, só que ele parte de uma premissa fundamental: a seriedade de quem opera com ele. Então, é preciso que os dados, efetivamente, sejam dados leais com o sistema, porque, senão, de nada adianta informatizar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... e criar sistema, porque não há sistema que vá funcionar se não houver seriedade na informação, na sua alimentação.

Bom, são detalhes só de informação geral, Presidente e Srs. Senadores, o *ranking* das barragens... Tudo isso é possível obter a partir do sistema.

E, por último, como considerações finais, nós estabelecemos, para 2019, quatro pontos que nós precisamos atacar, e, lamentavelmente, sob todas as hipóteses – lamentavelmente. Queríamos que não tivesse ocorrido nada, mas a tragédia de 25 de janeiro escancarou as deficiências que nós temos. Escancarou. Nós precisamos ter orçamento, nós precisamos complementar a estrutura da agência, porque ela foi concebida dentro de uma política de não aumento de despesa, e, na ocasião, nós montamos uma estratégia conjunta com o Governo, no sentido de que o Governo faria uma medida provisória e, em paralelo, encaminharia ao Congresso Nacional um projeto de lei, e esse projeto de lei deveria conter uma complementação da estrutura da agência e deveria definir a política de enquadramento dos servidores nesta nova agência.

Por circunstâncias que nós entendemos como reais – conjuntura econômica, questões políticas –, o PL foi concebido no então Planejamento, mas não avançou; não foi encaminhado para o Congresso. E, quando a medida provisória chegou a esta Casa, é evidente que os relatores aqui, por conhecerem a matéria, enxergaram deficiências no projeto, e os relatórios emendaram aquilo em que havia deficiência. Então, propuseram melhoria de estrutura, propuseram formas claras de enquadramento do pessoal nas carreiras de agências reguladoras, mas o Executivo, mantendo...

(*Soa a campainha.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... a sua postura inicial, vetou – são aqueles artigos que promoveram a adequação dessas deficiências que existiam na medida provisória original.

Então, nós precisamos definir a questão orçamentária, precisamos complementar a estrutura, precisamos buscar a equiparação salarial com as demais agências e precisamos de concurso público.

A sequência das considerações finais não é porque equiparação salarial seja mais importante que concurso público; é porque, se não houver salário condizente, não vai ter atratividade o concurso. Numa agência em que tu és remunerado com 40% a menos do que em uma outra, é evidente que tu vais fazer concurso na outra agência. Então, é preciso ter isso muito claro, porque esse é um problema que tem que ser atacado. A gente entende a conjuntura, as dificuldades todas, agora, nós, em 2018, arrecadamos R\$3 bilhões...

(Soa a campanha.)

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... e, por força da lei, 7% do que é arrecadado, a título de compensação financeira, deveria retornar para os cofres da agência. Isso está na lei.

Bom... O Tribunal de Contas da União, que tem feito auditorias com frequência, porque é evidente que identificou, no antigo DNPM, fragilidades que precisavam ser corrigidas, apontou, em diversos relatórios de auditorias, a questão orçamentária como um dos pontos nucleares do problema. Não há como desenvolver uma reengenharia na casa se você não tiver condições de trazer consultorias externas, trazer gente nova, remunerar melhor, capacitar, alternar o pessoal.

Então, só a título de exemplo: nesse gráfico, que é do Tribunal de Contas da União, em laranja nós temos o que nós arrecadamos e, em vermelho, é o que deveria ser repassado. E, em preto... E aí eu peço a atenção dos presentes, porque é preciso olhar com muita vontade, porque senão não enxerga: é tão ínfimo o repasse, que ele está quase confundido com a ordenada do gráfico. Então, realmente é um repasse muito aquém daquilo que a lei define como obrigação. E, aí, as consequências todas decorrentes da falta de um orçamento adequado para cumprir a sua missão institucional.

A complementação da estrutura.

É evidente que nós temos, hoje, uma estrutura menor do que a que nós tínhamos na época do departamento, porque os cargos da agência são um pouco mais bem remunerados. Como não se podia aumentar a despesa, a quantidade de cargos foi muito aquém daquilo que nós tínhamos no departamento. Então, tivemos que encolher o máximo possível da estrutura, e ficaram áreas muito carentes. Por exemplo: nós temos uma Superintendência de Produção Mineral. Abaixo da Superintendência de Produção Mineral, nós temos uma área de produção propriamente dita...

(Soa a campanha.)

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... temos uma área de arrecadação e temos uma área de segurança de barragens. O que é que nós entendemos como o ideal? Que essa área de barragens fosse uma superintendência; que fosse focada única e exclusivamente na segurança; que não partilhasse o mesmo ambiente técnico de quem está cuidando de produção e de quem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

está cuidando de arrecadação. A ideia é que isso fosse uma superintendência de segurança de barragens, com foco exclusivamente na segurança.

Mas, para isso, é preciso repensar a estrutura, e repensar a estrutura significa ter um aporte de unidades de DAS, que não são muitas. E nós já fizemos esse pleito ao Planejamento, ao Ministério de Minas e Energia, e temos a expectativa de que isso seja avaliado pelo Governo, para a gente poder complementar e dotar a agência das suas condições mínimas necessárias.

Equiparação salarial.

Hoje, a defasagem é algo em torno de 40%, em relação às demais agências. Então, realmente, esse é um problema que precisa ser...

(Soa a campanha.)

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... também atacado.

E, por último, Presidente, é o concurso público.

Nós solicitamos, em maio de 2018, o concurso público para provimento de aproximadamente 598 vagas. Nós reavivamos esse pedido agora, em fevereiro de 2019, com a égide do novo Governo, que nos recepcionou muito bem e está nos dando uma atenção muito especial. Há um discurso muito forte voltado para a mineração.

Nós reeditamos essa solicitação de concurso agora, em fevereiro, com quantitativo mínimo necessário, que são 220 vagas. Então, reduzimos, de 598, para 220, como uma forma de contribuir também para esse esforço de Governo, para superarmos esse momento todo de dificuldades que todos vivemos.

Em linhas gerais, são essas as considerações, Presidente Senador Marcos.

Eu fico muito agradecido pela oportunidade.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, Dr. Victor Hugo Bicca, pelas considerações, pela apresentação de dados junto a esta Comissão e, sobretudo, na parte final também daqueles que são os encaminhamentos, os apelos da Agência Nacional para a sua estruturação e efetiva funcionalidade.

Há Senadores inscritos para questionamentos e ponderações.

Inicialmente, como autor de requerimento, asseguro a palavra ao nobre Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria iniciar com algumas considerações, cumprimentando o nosso Dr. Victor Hugo, ressaltando o grande trabalho feito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, criado em 1934/35. Daí por que o senhor disse que tem oitenta e tantos anos.

É um trabalho fantástico, realizado ao longo desse tempo em que nós, como um dos grandes produtores minerais do mundo... Quer dizer: esse Departamento, em quase um século, teve um papel muito importante. Excelentes geólogos...

Você estava me falando, e eu me recordei aqui, do Piauí, o Aurimar Nunes, geólogo, que deve ter sido seu colega – e, por sinal, há um sobrinho dele aqui presente, que faz parte do quadro do Senado –, e do César Negreiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois desses dois geólogos e mais um outro, não foi nenhum outro geólogo substituído. Isso retrata a realidade do nosso Departamento Nacional de Produção Mineral, que, nos últimos anos, não teve o necessário apoio dos Governos Federais. Essa que é a triste realidade, embora lá, como nós temos aqui outro companheiro, o nosso Paulo Santana... Ou seja, que integra esse corpo técnico do nosso Departamento.

As agências nacionais foram instaladas no Brasil há mais de 20 anos – a Aneel, a ANA... –, e essa recém-instalada – não está nem instalada ainda –, a Agência Nacional de Mineração, foi instalada no final do ano passado – aliás, eu queria até cumprimentar os quatro diretores que aqui estão presentes – sem as mínimas condições financeiras – quer dizer, orçamentária e financeira – e, sobretudo, técnicas. Hoje a instituição, parece-me, tem 30, 31 técnicos para fiscalizar esse universo que foi mostrado aqui, de setecentas e tantas barragens de rejeitos minerais. Ou seja: nós, hoje, estamos voltados para esse tipo de barragem.

É bom ressaltar aqui que nós temos barragens de múltiplos usos, que são afetas à ANA, a Agência Nacional de Águas, e temos as barragens hidroelétricas, para armazenamento de águas. As barragens maiores que nós temos são a Sobradinho, com 34 bilhões de meros cúbicos de água; temos Tucuruí e temos também, no sul, barragem de 29 bilhões e tal. E, aí, afetas à Aneel. Quer dizer, você tem realmente uma estrutura bem diferente, com fiscalizações... Essas últimas barragens, hidroelétricas, com, realmente, uma fiscalização permanente, constante, moderna, pela natureza da construção dessas barragens.

Então, eu vejo... Quando nós propusemos, na Comissão de Desenvolvimento Regional, que discutíssemos, no ano de 2018, o tema "Segurança de Barragens", era sobre o impacto que tivemos lá, na Barragem de Fundão, em Mariana, e também considerando que, no Brasil, temos mais de 70 mil barragens de múltiplo uso. Aí nós estamos incluindo as mais de 600 barragens hidroelétricas e as 760 barragens de contenção de rejeitos minerais.

Então, eu vejo que a Agência Nacional de Mineração tem profundas dificuldades de exercer suas atividades, por falta de estrutura financeira... Quer dizer, orçamentária, financeira e recursos humanos.

Eu queria, feita essa rápida preleção, que o nosso Victor Hugo, Presidente da Agência, nos dissesse aqui – embora ele tenha dito, assim, *en passant*, com muita diplomacia – a real situação, quer dizer, de uma agência que está sendo cobrada, agora, como nunca, que se considerava as demais agências, e não vislumbramos perspectivas de alocar os recursos necessários, tanto financeiros como humanos.

Eu queria ouvir dele. Que expusesse para nós outros aqui, Senadores e Senadoras, a real situação da Agência e o que nós poderíamos fazer – esta Comissão, que trata de assuntos relacionados à infraestrutura –, no sentido de darmos, digamos, um apoio político a essa importante agência.

Essa é a colocação, pedindo a franqueza do nosso Presidente da Agência em nos transmitir a real situação, porque eu vejo uma situação muito delicada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós temos alguns Senadores inscritos.

Eu vou solicitar ao Diretor que faça as anotações em relação às perguntas.

A gente faz na sequência, e, aí, V. Exa. responde a todos os Senadores inscritos.

Com a palavra o Senador, por Minas Gerais, Carlos Viana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu boa-tarde, Presidente Marcos Rogério; meu boa-tarde ao Sr. Victor Hugo, a quem pude acompanhar, nos primeiros dias desse crime ambiental, que, tudo indica – as evidências vêm agora, com muita força, lá em Brumadinho... E quero cumprimentar a todos e também a todas que estão participando desta audiência que, tenho certeza, toda a população de Minas Gerais e do Brasil estão acompanhando, com a mesma perplexidade que todos nós, desde o dia 25 de janeiro.

Eu gostaria que o Sr. Victor Hugo me respondesse a uma pergunta muito objetiva, com relação à proibição dos alteamentos a montante. Por que não foi feito antes? Por que, desde Mariana? Pergunto isso porque nós já sabíamos que as barragens não eram seguras; que toda teoria que o senhor apresentou, a teoria que as empresas apresentaram, tudo aquilo que foi vendido ao povo brasileiro como sendo um setor de primazia tecnológica e cuidado ao Brasil não funcionou.

Nós temos 308 pessoas soterradas, mortas ou desaparecidas, dentro daquilo que, nos livros, está muito bem. Mas por que não foi proibido antes? O que aconteceu? Por que não essa decisão?

Uma segunda pergunta que eu gostaria que o senhor nos dissesse: quanto tempo que as empresas todas hoje levarão para descomissionar e o Brasil não ter mais barragens de rejeito de minério de qualquer tipo? Qual é a avaliação que o senhor faz sobre esse assunto?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador, nosso Vice-Presidente Wellington Fagundes, V. Exa. tem a palavra para os questionamentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, dentro da inscrição normal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Dentro da inscrição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Está o.k.

Sr. Presidente, quero saudar aqui a todos os Senadores e principalmente, também, a Diretoria da Agência, aqui, através do Dr. Bicca. Que bom que está aqui toda a Diretoria completa. Espero que isso seja uma prática também, porque a agência é nova.

Agora há pouco, eu estava ali na tribuna, porque nós tivemos o almoço, hoje, no nosso Bloco Vanguarda, e lá foi o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura. E discutíamos a possibilidade da criação de um trabalho, de um programa, como projeto de Estado, da criação da nova classe média rural brasileira, exatamente porque houve, ao longo do tempo, uma concentração muito grande de renda no País e também na produção. Apesar de o Brasil ser um país de característica rural, somos hoje o maior exportador. E lá, no Mato Grosso, nós temos o orgulho de dizer que somos o maior produtor de tudo: o maior exportador de soja, o maior exportador de milho, o maior produtor de algodão, das *commodities* de um modo geral, da proteína animal, seja bovina, o maior rebanho bovino... Mas a preocupação também é que, ao longo do tempo, o pequeno e o médio produtores brasileiros vêm sendo abandonados.

Eu não conheço, não sou um especialista nessa área de mineração, mas sei que o meu Estado, como a Região Amazônica, de modo geral, tem um potencial mineral extremamente valioso. Eu vi o Presidente da República ontem, nos Estados Unidos, chamando os investidores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e mostrando exatamente a nossa biodiversidade, todo o potencial brasileiro ainda a ser explorado, mas essa exploração... Claro que o Presidente falava da exploração no sentido de fazer com que toda essa nossa riqueza natural seja transformada em riqueza para o mundo e para o Brasil, e a nossa preocupação é exatamente o apoio ao pequeno e ao médio.

E nessa área, na mineração... Eu sou filho de nordestino. Meu pai era baiano, minha mãe também. Meu pai foi da Bahia para Mato Grosso a pé. E, naquela época, saíram em 40 homens da Bahia, e a romaria dos baianos, dos nordestinos, de um modo geral, foi para o Mato Grosso, principalmente na busca da mineração, no garimpo principalmente do diamante e no garimpo – inicialmente no nosso Estado, através dos bandeirantes – do ouro.

Cuiabá, a nossa capital, está em cima totalmente de uma mina de ouro. Se você escavar em qualquer lugar, na capital, você vai encontrar ouro. Tanto é, que, há pouco tempo, houve uma obra de drenagem de um rio lá, os trabalhadores começaram a escavar, e, aí, já não sabiam se faziam a obra ou se iria virar o garimpo novamente.

Mas eu me lembro da minha primeira campanha. Eu fui a uma cidade de garimpo de diamante, lá no médio norte, a cidade de Nortelândia, e encontrei lá um baiano com mais de 70 anos de idade. E, ao pedir o voto, ele disse: "Olha, eu conheço o seu pai; então, eu vou votar no seu pai. Mas, como é você que vai receber o voto, eu quero que, quando você chegar lá, se você for eleito, não se esqueça dos idosos, porque eu sou garimpeiro e estou aqui, com mais de 70 anos, todo entrevado – entrevada é a pessoa que está com todo problema de reumatismo e tudo o mais –, e não tenho uma aposentadoria".

E lá, nessa cidade, ficou basicamente um problema social. A riqueza foi embora.

O Senador Styvenson, agora há pouco, também falava ali, porque o Governo estava falando, quanto à reforma da previdência, de atingir também o benefício da prestação continuada. Eu falei que estou pronto para discutir qualquer coisa da reforma da previdência, mas tirar daquelas pessoas que chegaram ao avançado da idade, cujas famílias não têm um salário mínimo de renda, aí eu acho que também já não dá. E também de todos os deficientes físicos. A Lei Orgânica da Assistência Social prevê que, além dos idosos, os deficientes físicos cujas famílias que tenham renda também têm direito a um salário mínimo.

Esse garimpeiro me pediu isso e, quando cheguei aqui, fui olhar a Constituição e nada cuidava do idoso. Mas estou falando tudo isso porque nós queremos falar da mineração.

Lá no Mato Grosso nós temos, na cidade de Peixoto de Azevedo, a maior cooperativa de garimpeiros do Brasil. Essa cooperativa é muito bem organizada, mas o que eles alegam é exatamente a falta de apoio, porque obter as licenças ambientais para o pequeno é muito mais difícil. A grande empresa tem toda uma estrutura para ir lá fazer as licenças, enfim, custeá-las, mas o pequeno é abandonado.

Como esta audiência aqui trata muito mais da questão das barragens, eu só estou fazendo esse introito porque eu quero aqui, em outro momento, Diretor-Geral, discutir melhor essa questão da garimpagem, principalmente dos pequenos, a organização desses pequenos. É claro que ela traz consequências também, mas a gente precisa ajudar, fazer com que a classe média volte a existir neste País. E essa área mineral é extremamente importante. O meu Estado, como eu disse, tem um potencial muito grande.

Agora, eu quero trazer aqui – inclusive, tenho algumas perguntas feitas pela assessoria – algo que me trouxe preocupação, quando votamos aqui aquele projeto da questão das barragens





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de resíduos minerais, dos rejeitos minerais. A lei nós aprovamos aqui no Senado, foi para a Câmara agora, e a minha preocupação é porque se fala em barragens hidráulicas, de um modo geral, e a pergunta que eu quero fazer é a seguinte: vocês acompanharam aquilo que votamos aqui? Têm o conhecimento disso? Pergunto isso porque eu acho que, na hora do problema, da pressão, às vezes, a gente faz a lei – e aqui no Brasil nós temos leis, leis, leis e muitas leis – e, de repente, são leis que não são possíveis de serem cumpridas.

Então, a minha preocupação é exatamente a gente, por um problema de Mariana... Porque eu acho que, antes dessa discussão de Brumadinho, nós temos que discutir primeiro Mariana. Por isso, eu quero aqui registrar, da mesma forma, Senador: eu acho que Mariana foi um exemplo que a gente vai ter que discutir muito para chegar a Brumadinho, porque são as consequências que aconteceram... Eu faço parte da CPI, inclusive, e tenho uma preocupação, porque acho que a CPI tem que vir para ser uma solução também. Vamos penalizar quem tem que penalizar, mas, se não buscarmos a solução para o futuro, não adianta nada. Nós estamos aqui para permitir que as futuras gerações tenham oportunidades.

Então, nessa questão das barragens hidráulicas... Para se proibir uma barragem, tem que ter muito cuidado, no caso das hidráulicas: contenção de açudes ou qualquer coisa, a jusante... E aí? Nós vamos proibir tudo? Porque, no meu Estado – inclusive vou fazer um requerimento para a próxima reunião, para que a gente possa discutir –, em Cuiabá, houve uma grande enchente, na década de 70, que destruiu grande parte da cidade. E, graças a um projeto de engenharia, concebeu-se a construção da Usina de Manso. A Usina de Manso é uma represa de 40 mil hectares, cuja obra, na verdade, era para uma usina com atividade múltipla. Ou seja: controle de enchente do Rio Cuiabá; perenidade do Rio Cuiabá; também o reservatório de água – portanto, em Cuiabá, na região, na baixada cuiabana, por centenas de anos, não teremos problema de água reservada, de qualidade –; a piscicultura, porque só essa usina, só esse lago tem capacidade de produzir tudo o que produz o Mato Grosso, hoje, em piscicultura, além do turismo e da irrigação.

Então, é uma obra, a princípio, excelente. Está sendo muito boa, mas a gente quer saber exatamente dos riscos que podem ocorrer, porque hoje, no Brasil, segundo levantamento do Dnit, mais de 70% das pontes nas estradas brasileiras não têm a manutenção devida, porque as pontes são construídas, concreto com concreto, e há ali um amortecedor, que é um... E, se isso, se o pilar com o laço da ponte não é mantido, se não é trocado, então vai começar a bater concreto com concreto, e a vida dessas pontes, que poderia ser de 40 anos, passa para 20, enfim... E temos exemplos muitos de pontes que foram destruídas pela falta de manutenção.

Então, claro, nós queremos saber sobre essa questão do que é Brumadinho, do que foi Mariana, mas também nós queremos saber o que nós podemos fazer, no sentido de ajudar na prevenção, de ajudar com que as futuras gerações tenham qualidade de meio ambiente, água. E que essa riqueza possa ser explorada, mas não deixando o lastro só dos problemas sociais, não deixando só a poeira dos problemas sociais, como, principalmente nos garimpos de ouro e de diamante, acontece muito na Região Amazônica – sem falar da questão da complexidade de reserva indígena. Aí a gente poderia se delongar demais.

Mas eu queria também fazer uma pergunta sobre a agência.

A agência é nova. Como está o apoio, a estruturação da agência? Vocês estão tendo o apoio necessário? O que é que nós precisamos fazer em termos também de legislação? Não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Sa. vá aqui entregar isso para a gente agora, mas eu gostaria que, na Comissão também, na condição de Vice-Presidente – e aqui, com um Presidente extremamente competente, nosso companheiro, Senador Marcos Rogério –, vocês nos subsidiassem. O que é que nós podemos fazer para ajudar o Brasil a ter uma melhor exploração nessa área mineral? Porque nós não podemos deixar como aconteceu – e acontece – na Amazônia: levarem essa madeira nossa a preço vil; o diamante, todo ele, contrabandeado; o ouro também contrabandeado, e aqui nós ficamos com problema social.

Então, aqui há algumas perguntas que eu vou passar ao Presidente, para não delongar, até porque, desculpando-me aqui aos companheiros, eu tenho uma consulta médica agora – na verdade, é uma revisão, portanto não vou morrer tão rápido. Vou ficar aqui muito tempo ainda, para que a gente possa ajudar o Brasil nessa complexidade que é explorar as nossas riquezas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gostaria de convidar...

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Se eu pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe faria um apelo, se V. Exa. me permitir, e convidaria o nosso Vice-Presidente para assumir a condução dos trabalhos. Eu queria fazer uma pequena ponderação se V. Exa. me permutar. V. Exa. tem a precedência aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É porque eu iria pegar só o gancho que o Wellington disse, sobre a questão do potencial da exploração da questão mineral e sobre o Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Desde 2009 que a antiga agência DNPM fez um estudo no meu Estado. Eu tenho mais de 2,4 mil requerimentos para exploração. O meu Estado é rico em minério, que vai desde o calcário, que vai desde o minério de ferro, do ouro – ouviu, Wellington? Há ouro lá também. Há muito mineral para ser explorado. Pior do que o contrabando é ter a possibilidade de explorar e não explorar.

Queria saber, nessa mudança que houve de agências, quanto aos requerimentos, como ficaram. Se vai haver fomento, se vai haver essa dinâmica de explorar onde há realmente minério para ser explorado, porque, dos 177 Municípios, pelo menos 157 do meu Estado têm esse potencial para ser explorado, mas não estão tendo essa exploração, nem por aquele agricultor lá, que cavou um buraco e achou alguma coisa, como disse o Wellington, nem pelas grandes empresas que querem hoje fazer essa exploração. É muito ínfima essa participação mineradora no meu Estado – uma fábrica de cimento no oeste, uma mina com um potencial imenso em Currais Novos, em Jucurutu, para exploração de minério também –, que, muitas vezes, é feita por institutos como IFRN, UFRN, universidades que querem explorar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria ouvir dos senhores se há essa possibilidade. Eu falo pelo meu Estado, eu falo pelo Rio Grande do Norte, que tem esse grande potencial para, além de explorar esse minério para fomentar a economia dessas regiões, desses locais e gerar emprego, fazer de uma forma mais legal, mais célere e mais rápida.

E deixo aqui, como o Senador Wellington falou, muito precisamente, o que nós também podemos contribuir para que isso seja agilizado. Se for a presença do Senador lá na região, junto com vocês, para fazer essa fiscalização, ver... Eu não entendo nada de minério, mas com minha presença pode contar.

O que eu entendo é que meu Estado é muito rico e pouco explorado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Bom, na condição de Presidente interino, eu passo ao Presidente verdadeiro, ao nosso Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor...

Eu quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes, Presidente de fato. Eu agora estou na condição de membro questionador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Olha, o que me ensinaram... Isso foi o Vice-Presidente da República José Alencar: nós estivemos em Cuiabá, numa audiência, e lá era para estar o Presidente da Funai com os índios, para discutir o problema dos índios em Mato Grosso. E foi o Presidente em exercício José Alencar. Estou falando aqui, Senador Carlos Viana, em nome e em homenagem aos mineiros, à sabedoria dos mineiros. E lá, para surpresa do Presidente, não estavam os índios. Aí o Vice-Presidente perguntou: "Mas cadê os índios?" O Presidente da Funai falou: "Eu sou o tutor, eu sou o responsável, e não deixei os índios virem." Então, o Vice-Presidente falou: "Olha, então, Governador, o senhor me desculpe, me dê licença, mas, sem o objetivo da reunião, nós não temos o que fazer". Voltamos no avião. Eu, claro, na minha inexperiência, falei: "Mas, Presidente, o senhor vai chegar lá e vai demitir o Presidente da Funai, não é?" Ele falou: "Olha, Deputado – eu era Deputado à época –, o senhor aprenda uma coisa: Vice foi feito para não arrumar problema. (*Risos.*)

Então, na condição de Vice aqui, eu apenas estou interinamente."

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado a V. Exa. Agradeço a gentileza e a generosidade.

Mas o nosso intuito aqui, desde o começo... V. Exa. sabe disso e tem sido um grande parceiro da CI desde antes da nossa chegada aqui. V. Exa. é mais do que um Presidente, é um aliado da infraestrutura do Brasil, está à frente da nossa Pró-Logística, da nossa Frenlog, que é uma Frente Parlamentar extremamente articulada e atuante com relação à logística brasileira, de sorte que a contribuição de V. Exa. vai muito além do âmbito desta Comissão e por todos nós é reconhecida.

Mas eu queria fazer uso da palavra neste momento – peço desculpas aos Senadores e aos convidados, pois tenho uma audiência, na sequência, com o Ministro do Desenvolvimento Regional, ele comunicou que já está aguardando e eu tenho que ir lá. Eu fiz questão de fazer o uso da palavra neste momento, primeiramente, para registrar o agradecimento pela presença do Diretor Victor Hugo Bicca a esta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Embora haja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsão regimental para a presença dos diretores das agências na prestação de contas junto a este Parlamento, mas, quando do primeiro contato, a agência já se colocou inteiramente à disposição para aqui estar presente e trazer, na verdade, a prestação de contas e também as preocupações que a agência tem nesse processo de reestruturação, nesse novo quadro que nós vivemos no Brasil, que desafia todos nós com as nossas responsabilidades.

Quando se trata de uma situação como esta que nós estamos vivendo, não há aqui inocentes. Todos temos responsabilidades com o que está acontecendo no Brasil, especialmente quem está há mais tempo na vida pública tem responsabilidade, sim.

E digo mais. Eu tenho uma matéria que vou relatar na Comissão de Constituição e Justiça que vai tratar da responsabilidade civil objetiva. Penso que a omissão deliberada...

Não sei se é a de V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso. A responsabilidade civil objetiva também para os atores que participam de forma direta do processo de licenciamento, de fiscalização, de regulação. Sabe por que, Senador Carlos Viana, e V. Exa. tem razão na provocação que faz aqui. Por que não fez antes?

Então, não basta seja quem for... Veja que o momento é de... A Comissão recebe, num gesto de fidalguia, os representantes das entidades, das agências. Tratamos com urbanismo, como é praxe da Comissão, mas não é e não deve ser posição da Comissão, dos Senadores desta Casa e dos Parlamentares em geral... Não é crível, não é tolerável que nós aceitemos o quadro que nós temos no Brasil hoje como natural, porque não é natural.

Houve dano à vida humana, houve dano ambiental, e apenas aqueles mais próximos, muitas vezes, são punidos no âmbito da esfera penal, nas instâncias próprias, e outros, que têm responsabilidade direta ou indireta, permanecem como se nada tivessem com o acidente ou com o crime, com aqui denunciado pelo Senador Carlos Viana.

Nós temos, no Brasil, 24 mil barragens, segundo levantamento recente da ANA, de múltiplos usos, de múltiplos usos. Qual é o nível de segurança dessas barragens? Que tipo de monitoramento nós temos? Nós temos o monitoramento para a questão ambiental relacionada aos desmatamentos, problema hídrico... Qual é o nível de monitoramento que nós temos? Que tipo de monitoramento nós temos em relação às barragens brasileiras, em face dos últimos acontecimentos, em face de o que nós presenciemos recentemente? Há uma classificação para o nível de maior risco, de menor risco, risco previsível, risco eminente, risco aleatório? Que tipo de informação técnica nós temos em relação às barragens brasileiras? A agência tem conhecimento do potencial de risco dessas barragens?

Eu ouvi aqui, com muita atenção, a fala do Diretor e fiz algumas anotações. A agência proíbe novos empreendimentos com construção ou alteamento de barragem de mineração a montante, conforme foi apresentado aqui agora há pouco. Eu tinha feito esse questionamento, e o Senador Carlos Viana se antecipou à minha pergunta: "E por que não o fez antes?". Proíbe também a construção de unidades com presença humana ou com áreas administrativas de atuação dentro das chamadas Zonas de Autossalvamento. A pergunta é a mesma: por que não antes?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O episódio da Barragem de Fundão, em Mariana, foi em novembro de 2015, considerado, naquele momento, o pior acidente da mineração brasileira, com o lançamento de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração e dezenas de mortes. O que efetivamente foi feito de lá para cá? Qual é a posição da agência – que é nova, é verdade, mas, antes, já departamento; portanto, conhecedora da realidade brasileira – sobre esses empreendimentos já existentes?

O que gerou o novo desastre criminoso, com centenas de mortes no Brasil – agora, o caso de Brumadinho – e mais os danos ambientais de gigantescas proporções foram empreendimentos antigos e não novos, antigos e não novos. Ora, se é antigo, perdoem-me a veemência da fala, tem licença para matar? Tem licença para causar dano ambiental de grandes proporções? Qual foi o reexame, qual foi a releitura, qual foi o dever de casa que tiramos do caso de Fundão?

Estou fazendo esta fala um pouco mais veemente, fugindo até um pouco da minha praxe, porque esse caso de Brumadinho não é caso para tratarmos aqui como um mero acidente. Não! Não se trata de um mero acidente, era previsível e era possível reduzir os danos desse acidente, sobretudo os danos à vida humana. Por que não foi feito?

Ouvi aqui relatos... E me preocupa... E fiz apelo agora há pouco, em particular, ao Diretor para que encaminhe a esta Comissão os dados depois com maior clareza com relação às demandas da agência. É nosso papel fazer esse enfrentamento. E aqui faço um registro: não é responsabilidade apenas da agência e dos órgãos de controle ambiental do Governo, é também responsabilidade do Parlamento, que aprova o Orçamento e as mudanças normativas necessárias à efetividade da política pública. Nós não podemos perder de vista que, na gestão, nós temos eficácia, eficiência e efetividade. Não basta escolher o caminho certo, o processo certo, o resultado tem que ser o pretendido. Então, eu faço essas ponderações mais no campo de reflexão.

E este é o sentimento da maioria dos brasileiros: indignação, porque o último episódio que nós tivemos antes desse foi em 2015. O que foi feito, efetivamente, de lá para cá, com relação aos empreendimentos já existentes?

Essa preocupação, Diretor Victor Hugo, perdura, porque nós temos outros empreendimentos ainda com risco potencial estabelecido. O que está sendo feito com relação a esses empreendimentos? Qual é o poder da agência em relação a esses empreendimentos? Ou a agência não pode? Ou não é papel da agência? Não pode mexer, não pode alterar?

Eu faço essas ponderações e lamento não poder ficar aqui. Depois, vou pegar as gravações, vou acompanhar a fala de V. Sa. para outros encaminhamentos.

O que eu posso dizer já, compartilhando com os colegas, é que esse assunto nós não vamos encerrar aqui. Hoje é o primeiro encontro. Posteriormente, nós vamos tratar desse tema novamente com maior profundidade, num debate com a participação de técnicos, de especialistas. Eu gostaria, desde já, contar aqui com a presença da agência, que é fundamental. Todos nós, exercendo com firmeza, com responsabilidade, o nosso papel, mas reconhecendo também a responsabilidade do Governo, da agência e do Parlamento nessa matéria. A omissão não pode ser excludente de responsabilidade.

Peço licença, mais uma vez, ao Presidente Wellington, porque vou ter que me ausentar.

E, novamente, deixo meu registro de sincero agradecimento ao Dr. Victor Bicca pela presença aqui, com os esclarecimentos que traz, e nossos votos de que a agência, embora nova,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consiga fazer, na sequência de um trabalho feito pelo departamento, um trabalho de excelência que dê ao Brasil e aos brasileiros realmente a segurança necessária em relação a esse setor que é fundamental para o Brasil que é o setor da mineração, que não pode expor o País, as famílias do Brasil a tanta insegurança e inquietação, como tem acontecido ultimamente.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como todos os Senadores já tiveram oportunidade, nós teremos Plenário, mas eu acho que, se depois houver intervenção, sem problema nenhum...

Eu quero passar, então, aqui ao Diretor-Geral, Dr. Bicca, agradecendo ao nosso Presidente. Com certeza, teremos aqui ainda esses esclarecimentos.

Mas eu queria aqui fazer um questionamento também que não sei se foi feito antes. Eu estava lendo um artigo dizendo que, nos Estados Unidos, há mais de 100 mil barragens e que 15 mil são de alto risco, que hoje se encontram em alto risco.

Eu ouvi o pronunciamento do Presidente do Estados Unidos, aquele comunicado à nação, a questão de dois meses atrás. E, num país de primeiro mundo, num país de maior capacidade de investimento, o Presidente chamou a atenção do Congresso da necessidade do investimento na infraestrutura, já que a infraestrutura dos Estados Unidos estava extremamente defasada. Imagine, então, o que deve ser aqui no Brasil.

Não quero aqui trazer tranquilidade para o Dr. Bicca, não. Claro, porque, na cobrança, nós vamos ter que ser enérgicos mesmo. Esse mau exemplo do que aconteceu em Mariana, nós temos que buscar, investigar e ver as responsabilidades.

É claro, deixo aqui o meu posicionamento de que a Vale é uma empresa que foi constituída com recurso público, uma empresa pública que, depois, foi privatizada. A Vale pertence ao Brasil. Então, independentemente de quem seja diretor, de quem seja Presidente, a Vale... Não pode, digamos, toda uma estrutura, um patrimônio nacional amanhã a gente deixar ruir.

E, por isso, faço aqui também uma pergunta. Logo no início, foram presos técnicos que fizeram laudos. Dentro dos laudos, eu chamava a atenção de que o laudo dizia o seguinte... Nessa especificamente de Brumadinho, o laudo dizia que apresentava as mínimas condições, digamos, de funcionamento – as mínimas. Não dizia que eram as máximas. Esse foi o laudo que foi apresentado pela empresa. Então, eu gostaria de um esclarecimento também em relação a esses laudos. O que é mínimo e o que é máximo? Qual é a responsabilidade também de um técnico que faz um laudo dessa natureza? É tão vasta assim, tão distante a responsabilização ou o risco entre o mínimo e o máximo?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Respirar fundo, não é?

Inicialmente, Senador Elmano, sobre a situação da agência, agora, na primeira quinzena de maio, nós vamos fazer uma mudança. Nós vamos trocar de prédio. E vamos trocar de prédio porque o nosso prédio está sob recomendação da Defesa Civil do DF, porque ele não apresenta as condições de segurança que nós tanto cobramos dos nossos usuários do serviço. Ele não tem escada de incêndio, ele não tem equipamentos de prevenção.

Então, nós fizemos um esforço gigantesco nos últimos dois anos para começar a atacar esses problemas estruturantes. A situação é precária, Senador Elmano. Eu associo a situação de precariedade à falta de condições orçamentárias que nos leva a ter uma gestão sofrível, porque nós não temos condições de aprimorar o nosso sistema de governança. Esse é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema que tem que ser atacado, seja pelo atual Diretor-Geral, seja pelo próximo. Isso tem que ser enfrentado. Eu vou voltar a insistir, a lei é de 2010. Nós não tivemos nenhum concurso público desde a promulgação da lei. Nós estamos transformando geólogos de campo e engenheiros de minas em especialistas em geotecnia, que é um ramo de especializado conhecimento, que pressupõe formação específica para efetivamente ter as condições mínimas profissionais para poder fiscalizar empreendimento dessa natureza. A responsabilidade pelo empreendimento é do empreendedor, o projeto de engenharia é de responsabilidade do projetista. Esse é um problema de Crea/Confea. Quem projetou, quem construiu tem uma responsabilidade técnica. A nossa fiscalização tem os seus parâmetros previstos em lei; agora, precisamos buscar as condições para que efetivamente a gente possa contribuir decisivamente no processo de aprimoramento da fiscalização.

O senhor tem toda razão, a situação é muito delicada, ela é tão delicada que nos levou a ser a última agência, o último órgão do governo que tem uma função de Estado a ser transformado em agência nacional. Nós começamos o processo de transformação em 1994, quando nós autarquizamos o então Departamento Nacional de Produção Mineral, autarquizamos em 1994 e paramos no tempo. Todas as demais áreas de Governo aceleraram seus processos – petróleo, energia, vigilância sanitária –, todas constituíram as suas agências, todas as áreas, talvez até algumas áreas que não tenham tanta importância quanto nós temos, mas não me cabe aqui emitir juízo de valor disto, de quem definiu as prioridades.

O fato é que nós ficamos para trás e, com isso, todas as consequências de um departamento que se exauriu. Senador Elmano, o senhor tem toda razão. Houve muitas contribuições ao País, mas o modelo se exauriu, precisava-se de uma nova gestão pública.

Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Na condição de Presidente, eu acho que é importante, até porque aqui está sendo filmado e, como nós temos espaço, eu gostaria de registrar e convidar para estarem aqui à frente conosco também os diretores da agência, para que todo o Brasil e os Senadores os conheçam.

Estão presentes e podem estar aqui conosco o Dr. Eduardo Araújo de Souza Leão, o Dr. Tasso Mendonça Júnior, também a Dra. Debora Toci Puccini e Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho. O senhor pode recorrer também aos diretores, se quiser ajuda. Aqui, a tradição desta Comissão é o nosso Secretário da Comissão a quem o Presidente sempre... "Vamos recorrer aqui aos nossos universitários". Então, o senhor pode também dividir a responsabilidade se assim quiser.

Senador Elmano, eu entendo esta audiência tão importante... Eu tinha agora uma consulta médica, mas pedi e posterguei a minha consulta para quinta-feira, porque nós temos aqui uma responsabilidade muito grande. Eu gostaria que vocês entendessem que agora na Casa há muitas outras Comissões funcionando, inclusive o Plenário.

Agora, eu saí da Reunião de Líderes, porque entendia também a importância de estarmos aqui. Então, aqui está a reprodução de todo o Congresso Nacional também, de todo o Senado nesta audiência, em nome do Senador Elmano, que foi quem requereu esta audiência.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Então, prossequindo, Senador Elmano, realmente o quadro é extremamente delicado. Isso nos levou à decisão de concorrer, junto ao Congresso, ao Executivo Federal, para transformar o departamento em Agência Nacional de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mineração. Quer dizer, nós zeramos uma história brilhante, com seus problemas que ficaram no passado, mas queremos começar uma nova história. E é evidente que, para começar uma nova história, nós temos que mudar as práticas.

Senador Carlos Viana, se a gente não mudar as práticas, a gente já sabe quais serão os resultados. Então, é preciso, neste momento que a história nos oferece, termos a capacidade de efetivamente construir o novo. Para isso, precisamos que efetivamente o que está na lei seja cumprido. Se a lei da agência fala que é receita da agência 7% do que é recolhido a título de compensação financeira, é 7% que tem que ser repassado para a agência. Nós arrecadamos, no ano passado, 3 bilhões e tanto, portanto 210 milhões, numa conta rápida, e temos um orçamento para custeio de 62 milhões em 2019. Não mudou em termos orçamentários, pouco foi acrescido em relação à nossa realidade de departamento. Nós fizemos uma projeção do projeto de implantação da agência para 2019, 2020, 2021 e nós precisaríamos, agora em 2019, de 135 milhões; nós obtivemos 62 milhões. Nós temos que reprogramar todo o processo de implantação, porque nós precisamos contratar consultorias externas para discutir políticas de governança, planejamento estratégico, análise de risco, novas práticas, regulação, enfim, e precisamos nos adequar a uma realidade orçamentária que nos impõe limites extremamente rigorosos. E, somado a todo esse processo, esse esforço de implantação, nós temos o processo de mudança da casa, ainda que temporária, porque nós precisamos reformar a sede que nós ocupamos hoje aqui no Setor de Autarquias Norte. É preciso reformular porque ela tem problemas que precisam ser atacados.

Então, eu agradeço, em nome da instituição, toda essa disposição para efetivamente juntos somarmos esforços para superar essas limitações que são indispensáveis, sob pena de continuar, com uma placa nova, com as mesmas dificuldades de um departamento que exauriu o modelo. Esse é o desafio.

Agora, Senador Carlos Viana...

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO (*Fora do microfone.*) – Eu poderia só....

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Pode, claro.

O Dr. Eduardo Leão vai fazer um...

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO – Vou fazer um adendo também a essa...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É bom dizer que não é vice, como é um colegiado...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente Wellington, só um aparte. Eu gostaria que o Dr. Bicca permanecesse com as respostas, porque eu tenho que ir ao Plenário. Há matérias hoje obre as quais eu tenho responsabilidade. Então, eu estou postergando.

Gostaria de ouvir do senhor, pela sua experiência, com muita objetividade, a resposta às duas perguntas que eu fiz, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O primeiro item é votação nominal.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Por que não foi proibido o alteamento a montante há mais tempo, não é?

Na fala do Presidente, Senador Marcos Rogério, ele abordou parte da resposta. Na verdade, nós, em julho de 2016, impedimos. Nós não analisamos nenhum plano de aproveitamento econômico que contivesse esse tipo de construção. Agora, remanesceram as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construções mais antigas, que estão licenciadas ambientalmente, estão plenamente de acordo com a norma legal vigente. Então, essas...

Mas nós não temos ainda, não tínhamos, especialmente, a cultura técnica de o quanto, por exemplo, uma barragem com alteamento a montante pode ser alteada. Quer dizer, a estrutura de Brumadinho, se não me falha a memória, tinha algo em torno de 84m, 85m de altura, não é? Ou seja, havia cerca de nove ou dez alteamentos na estrutura.

A técnica precisa definir qual é o limite máximo de alteamento tolerável, sob pena de comprometer o próprio jogo de pressões que há no material barrado. E esse é um assunto altamente especializado, Senador Viana. É preciso haver profissionais realmente capacitados e preparados. O mundo inteiro usa alteamento a montante. O mundo inteiro usa alteamento a montante. Eles estão proibidos no Chile.

Então, é uma técnica construtiva que é barata, e aí entra um componente econômico, porque ela baixa custos na avaliação custo-benefício, mas nós, aqui, em função de nossa prática, especialmente desses empreendimentos mais antigos, resolvemos definitivamente eliminar essa...

E tivemos ontem a oportunidade, Senador Viana, de fazer uma visita a Congonhas e presenciar lá a implantação de um sistema de beneficiamento que trabalha com rejeito a seco. Então... Claro, é evidente que há uma série de componentes de custos que precisa ser considerada, mas a alternativa que a técnica está oferecendo é nesse caminho. Então, há um processo de migração para esta alternativa tecnológica de termos a filtragem e a prensa, para que se eliminem definitivamente as barragens.

É triste, é lamentável, é um aprendizado que não há preço que pague, mas, lamentavelmente, o processo de amadurecimento técnico-profissional demandou esse tempo para um departamento que não detinha – e não detém ainda – a capacidade plena para colocar em exercício, em operação, em execução, rapidamente, aquilo que a lei preconizou lá em 2010.

O tempo é uma série de componentes de cujas premissas, lamentavelmente, nós não temos controle. Mas o esforço interno da Casa foi. Agora, como eu disse a todos os servidores da Casa: não há preço que pague isso. Não há preço.

Então, o esforço continua, no sentido de buscar o aprimoramento, de buscar condições junto ao Executivo, porque não podemos sequer cogitar a possibilidade de que isso venha a se repetir. Não podemos trabalhar com essa possibilidade. Agora, é preciso um esforço coletivo, para que, efetivamente, um órgão regulador – e, aí, já faço nexos com a pergunta do Senador Styvenson...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um instante: os senhores estimam um tempo em que nós, no Brasil, poderemos determinar o fim das barragens de rejeito, em que a mineração a seco se torne, vamos dizer, a condição *sine qua non* para se minerar no Brasil? É possível fazer isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador, só para esclarecer até a mim também, quando o Senador pergunta o fim, eu estava exatamente perguntando isso aqui. O fim seria descomissionar? E descomissionar – também é bom explicar, porque muitos vão estar nos assistindo – é tirar a barragem, desmanchar aquilo que existe ou é apenas parar o serviço de mineração? Eu acho que isso é importante, porque nós estamos falando aqui e, inclusive, os internautas estão nos assistindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Seriam dois processos: o primeiro deles é a troca, a substituição, o fim da mineração com água e barragens de rejeito; e o segundo, quanto tempo para que essas barragens não ofereçam mais perigo...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Carlos Viana, desculpe-me, realmente eu estava me esquecendo dessa pergunta, mas ela está definida na Resolução 4: o prazo é agosto de 2021 para as que já estão paralisadas. Por exemplo, as 19 da Vale que já estão paralisadas têm que ser descomissionadas ou descaracterizadas até agosto de 2021. E as que estão em operação têm que ser paralisadas até agosto de 2021 e têm que ser descomissionadas ou descaracterizadas até agosto de 2023. Então, o prazo está definido. Agora, destaco: a resolução está em consulta pública até o dia 20. E nós já temos informações de que o pessoal está... Houve sugestões de se alongar esse prazo.

Quanto à possibilidade de se substituir, ela é real, e já há empresas que estão bastante avançadas na política de substituição do barramento a úmido por empilhamento a seco. É evidente que vai haver uma reacomodação do mercado nessa linha tecnológica, que é mais segura, o que vai eliminar, definitivamente, o barramento em rejeitos a úmido. Isso é coisa para curto prazo.

O.k.? Obrigado, Senador.

Senador Wellington Fagundes, o senhor, na primeira intervenção, perguntou a respeito de nós termos conhecimento da votação do projeto de lei do Senado. Efetivamente, nós tivemos conhecimento, não temos o detalhe do projeto, mas soubemos que a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Constituição e Justiça fizeram as votações e há um recrudescimento no que tange às sanções, há uma previsão de multa bastante expressiva, e isso realmente vem ao encontro daquilo que nós já havíamos debatido no Executivo e havíamos proposto nas medidas provisórias que chegaram a esta Casa. Nós tínhamos previsões de multas, não bilionárias, mas de multas milionárias nós tínhamos previsão no projeto original da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como o Senador Carlos Viana vai ter que sair...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Suspenderam? Se o diretor quiser responder, eu acho que ele poderia responder objetivamente ao Senador Carlos Viana, poderia concluir, e aí o senhor continuaria.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Perfeito, perfeito.

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO – Na verdade, é uma corroboração não só à do Elmano, mas também para o Senador Viana e para todos os presentes.

Acabamos de chegar também de Toronto. Houve o PDAC, que é uma das maiores feiras, convenções de mineração do mundo, realizado em Toronto, no Canadá, e a minha presença lá e do outro diretor, Tasso, foi muito focada na questão de como é a condução de barragem no Canadá e em países mais desenvolvidos, principalmente onde a mineração existe já há muitos anos.

No Canadá, só para vocês terem conhecimento, há barragens a montante que existem há mais de cem anos em operação. Então, o que ficou muito claro para a gente – e, além dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canadenses, conversei com australianos, com alemães, que têm uma certa... Eles priorizam muito o quesito segurança –, lá, é que o problema de barragem não é um problema do Brasil, é um problema mundial. Então, é por isso que o Canadá mesmo, até na semana retrasada, enquanto estava ocorrendo a feira, lançou o novo guia de segurança de barragens do Canadá, que eu trouxe para cá também.

Então, eu acho que isso mostra... Desculpa, até mais um item: o SIGBM, que é o nosso sistema de monitoramento de barragens, é único no mundo. Ele não existe no Canadá, que é Primeiro Mundo em tecnologia, não existe na Alemanha. Então, isso traz um pouco também de uma certa sagacidade que o DNPM teve pós-Mariana de tentar desenvolver ferramentas, mas infelizmente também a gente não pode esquecer a questão projeto de barragens, *design* de barragens.

Então, como eles conduzem isso, citando agora particularmente o Canadá? Oitenta por cento do esforço é uma construção de uma boa barragem, 20% do esforço é realmente monitoramento. Então, muitas das práticas que a gente tinha mesmo antes do SIGBM: a declaração de controle de estabilidade uma vez por ano também é a mesma coisa que é executada no Canadá até hoje; mudança de projeto, avisa a agência... Então, não existe esse reporte semanal, quinzenal, mensal que a gente tem praticado aqui.

Agora, há uma diferença muito grande, como o Bicca também mencionou muito, que é a questão do Crea/Confea, associações de engenharia, universidades, academia: renomados para barragem lá são muito bem-conceituados e muito bem acreditados, tanto que a norma de barragem é feita pela associação de engenheiros do Canadá, não é nem do Governo.

Então, isso traz um pouco dessa questão, e aí vou voltar respondendo a questão do Elmano sobre a nossa deficiência: nós temos 20 pessoas para cuidar das barragens do Brasil, e essa é uma grande deficiência nossa. Nós não temos uma consultoria de projeto para analisar barragem por barragem de uma forma que poderia e deveria ser feita – nós não temos a condução. É por isso que há essa questão da ART, do Crea, de uma pessoa responsável pela construção. A gente tem que partir muito para a questão da fiscalização responsiva, que é a mesma coisa praticada no resto do mundo.

A título de exemplo, no Canadá, em 2014, houve o maior desastre de barragem deles, que é o desastre de Mount Polley. Era uma barragem de linha de centro, não era a montante, foi um desastre realmente de proporções catastróficas, mas de cunho ambiental – realmente não houve nenhuma morte relacionada a isso, mas foi realmente uma catástrofe ambiental, de poluição de lagos, enfim, de irrigação e de consumo humano. Então, a partir desse momento, eles montaram o CDA, que é Canadian Dam Association, uma associação de barragem do Canadá, que faz esses guias, e o Governo simplesmente fala: eu sigo esses guias. O Governo lá não entra na questão de projeto de barragem ou até na questão do que a gente fez aqui de proibir barragem a montante. O Canadá permite até hoje, só que qual é a grande diferença deles – tentando falar em termos mais leigos? O projeto deles, num termo mais conhecido por nós, acaba sendo uma obra portuguesa, porque ele faz um barramento tão largo, com um coeficiente de segurança tão alto que, para os nossos padrões brasileiros, é uma obra muito cara, mas é extremamente segura.

Eu trouxe um pouco disso para cá e acho que isto é uma das coisas que vamos fazer: estamos revendo a Resolução nº 4, estamos revendo essa questão de normativos para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barragens, mas o grande passo que temos que dar é que as nossas barragens não têm que ser uma obra brasileira, têm que ser uma obra de caráter mundial, têm que estar dentro dos padrões globais, até porque muitas empresas multinacionais têm atuação no nosso País também.

Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um aparte aqui, Sr. Presidente. Nessa questão das barragens do Canadá, que é muito citada, inclusive – a própria Samarco citava muito isso. O Canadá, na maior parte do tempo, é gelo. Eles não têm tempestades torrenciais como nós temos...

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO – Eles têm terremotos, Senador, que é muito mais grave.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, no gelo, é uma outra história. Outra coisa: eles não têm, na sua grande maioria, comunidades habitadas muito próximo como nós temos no Brasil. O senhor concorda comigo?

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO – Isso é correto. Isso é correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor concorda comigo? Então, os desastres deles lá são desastres em áreas remotas, com gelo, quando mesmo assim acontece. Aqui não.

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO – Mas, Senador, eu faria só uma correção, que é a questão do gelo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Deixe o Senador concluir, para não ficar...

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO – Desculpe.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui, nós estamos falando, como os senhores mesmos colocaram, de barragens que têm 50 anos, 60 anos, de um projeto que foi desenhado para uma determinada altura e que chegaram a 80, como foi Brumadinho, por exemplo. O método é barato. O método atende somente ao interesse das mineradoras e foi sendo mantido, foi sendo mantido, mantido... Agora nós estamos pagando com a vida das pessoas.

Então, hoje a experiência internacional é muito válida, mas precisa ser aplicada em cada região, cada ponto geográfico. Se a gente for falar em acidentes na Polônia, na África, cada um deles tem sua peculiaridade. Mas nós aqui hoje no Brasil, depois de Mariana, depois de Herculano, pouco se fala sobre essa história, nós temos que tomar uma decisão, Sr. Presidente e Sr. Bicca, com relação ao futuro. Nós temos que construir agora o futuro.

E a nossa decisão, a meu ver, acredito que seja o melhor caminho, é o que colocamos aqui. Barragem zero. Rejeito mineral zero. Nós falamos em minério de ferro, mas e se nós falarmos em Paracatu com arsênio e mercúrio? Todas as barragens são seguras. Todas elas eram seguras. Há 300 pessoas lá que acreditaram nisso.

Vamos lá. Vamos ter um vazamento qualquer de arsênio e mercúrio em Rio Acima, em Paracatu. Nós vamos matar o abastecimento de água de todo o noroeste de Minas, vamos matar o São Francisco, vamos matar boa parte do País.

Então, hoje a gente precisa... Eu respeito muito, eu acho que é muito válido o estudo que vocês estão colocando aqui, mas nós precisamos começar a dizer para o País o seguinte: a mineração tem futuro no Brasil? Tem. Ela é muito bem-vinda? Sim, mas nós queremos técnicas que não coloquem mais em risco a vida das pessoas. A teoria que funciona no Canadá, a teoria que funciona em outros lugares pode não funcionar aqui, como não funcionou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu entendo que nós temos a responsabilidade de dizer o seguinte: como nós não vamos mais colocar em risco a vida das pessoas? Eu acho que é uma das primeiras perguntas que nós temos que fazer. Como é que nós vamos garantir a todos aqueles que vivem no entorno das barragens, especialmente em Minas Gerais, de que nós vamos dormir tranquilos porque uma sirene não vai tocar de noite ou deveria tocar quando, na área de monitoramento, o pessoal estava almoçando e não havia ninguém lá nas câmeras para poder tocar a sirene. Adiantaria pouco, mas era o correto.

É tudo muito bonito. No papel, é lindo. A Samarco era uma empresa modelo, uma empresa modelo no mundo. O mundo inteiro vinha estudar a Samarco aqui, Presidente. E hoje o mundo inteiro se pergunta: o que aconteceu com as barragens aqui? É porque nossa engenharia não é qualificada? Não. É porque simplesmente cada lugar, cada povo, cada país tem a sua própria norma, a sua própria regra. E nós temos que definir a nossa. O Canadá quer continuar tendo alteamento a montante? Deixem o Canadá ter; ele é gelo, estão longe as mineradoras. Nós aqui, não. Nós aqui temos, numa Casa de Pedra, por exemplo, duas mil pessoas, próximas. Nós temos aqui rejeitos de barragem de urânio – com material radioativo –, que pode, de repente, não funcionar na teoria e criar um outro desastre.

O Senador Wellington disse bem: nenhuma tragédia tem uma causa só. Eu aprendi isso trabalhando em aviação, estudando sobre segurança na aviação. Toda tragédia tem uma série de situações que levaram até aquele desastre. Com a mineração, não foi diferente: nesses anos todos, nós tivemos uma série de falhas, que não foram corrigidas, inclusive no Legislativo. Nós não fizemos o dever de casa como deveríamos ter feito em Mariana. Matamos 19 e agora matamos 308, ao que parece, porque pode haver mais gente, e, se a gente não tomar cuidado, se nós não tivermos aqui a tranquilidade, o equilíbrio de propor neste País uma discussão séria sobre a mineração, se nós não propusermos que o Governo retome a capacidade de fiscalizar e regular esse setor, que ele não se autorregule mais, nós vamos até 2 mil.

E é impressionante, Capitão Styvenson, que, se você vai a Brumadinho hoje, a Vale adiantou R\$20 milhões em Cfem para a prefeitura. Está todo mundo calado. O sindicato dos trabalhadores dos que morreram recebeu a garantia... Está todo mundo calado. O Governo de Minas Gerais começa a tratar a questão como um acidente. Querem fazer um grande...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou então o seguinte... Olha, não. Daqui a pouco, nós vamos matar 2 mil. Está na hora de nós tomarmos uma decisão corajosa. Volto a dizer: nós queremos a mineração? Queremos. Acho que o estudo dos senhores, como diretores que estão lá, indicados, é muito importante para o futuro, mas a resposta nossa tem que ser muito clara. A meu ver, com muita humildade aqui de quem acompanhou isso há muitos anos, nós não podemos mais tolerar no Brasil mineração com uso de água. Esse bem é caro, está se tornando escasso, e a população não quer mais. E a questão das barragens de rejeitos: nós podemos ter mineração com tecnologia, o setor é capaz de fazer isso, mas sem barragens que possam colocar em risco nossa vida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Antes ainda, nós queremos dizer que, como foi suspensa a sessão, e aqui está sendo transmitido ao vivo, mas também estava sendo transmitido ao vivo antes pela internet, tenho que dizer que todos os que desejarem ainda participar desse evento poderão fazê-lo através do portal e-Cidadania, através do *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou do telefone 0800-612211.

Mas eu quero aqui também registrar duas perguntas dos internautas, que são de Nadia Moura, de Minas Gerais: "Depois que o minério está exaurido, é possível que a população fique com o problema das barragens, ficando com o custo de desfazê-las?". Acho que isso foi explicado pelo Dr. Bicca, mas não tão claro nessa questão aqui, não deixando muito claro.

Urubatan Silva, aqui do Distrito Federal: "A Política Nacional de Segurança de Barragens não está totalmente dependente das informações das concessionárias ao invés de ter ação federal?"

"A barragem da Mina do Córrego do Feijão estava avaliada com risco baixo e ocorreu a tragédia. Que segurança a matriz de riscos garante?" – eu acho que aí vem a resposta à minha pergunta, à indagação que aqui fiz antes.

Dr. Bicca, voltando. Dr. Bicca, então.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – O.k. Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes. Só retomando, então, espero que a tentativa de respostas, Senador Carlos Viana, tenha atendido a sua expectativa.

As perguntas do Senador Wellington Fagundes, se nós temos conhecimento a respeito da legislação que foi votada no Senado Federal? Nós efetivamente temos conhecimento, há um recrudescimento das sanções e ela vem ao encontro de uma aspiração antiga do órgão regulador, que no projeto original da medida provisória que criou agência e no debate do Código de Mineração também havia essa preocupação, mas que, por razões de ordem de tramitação, acabaram não prosperando. E a gente vê essa possibilidade de termos efetivamente sanções condizentes com a importância da matéria tratada, como uma importante iniciativa do Congresso Nacional.

Como podemos evitar, ajudar a evitar novas tragédias?

Eu acho que esta reunião, esta audiência aqui é uma das formas de tornar público que existem muitas coisas a serem feitas e que não basta tão somente criar leis. E eu disse numa outra oportunidade nesta Casa que a melhor lei do mundo, se não houver quem opere a lei, ela é inócua, ela não serve para nada. Então, precisamos efetivamente fortalecer o órgão regulador, dotá-lo com as condições de que ele precisa para efetivamente cumprir aquilo que os legisladores determinaram na lei.

Como aproveitar as riquezas minerais? E aí eu faço um nexos com a ponderação do Senador Styvenson. Efetivamente o nosso País é uma jazida inesgotável de riquezas. Todos os Estados têm riquezas minerais em quantidades muito, muito grandes. O que talvez a gente tenha um pouco de carência é de conhecimento geológico, a despeito do trabalho ou do serviço geológico do Brasil, a CPRM, nós temos muita, muita riqueza por descobrir ainda.

E eu sempre cito como exemplo o próprio Quadrilátero Ferrífero, que está sendo explorado há mais de 400 anos, e a gente está a cada ano descobrindo novas potencialidades, novas jazidas, novas riquezas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo muito contundente é a recente descoberta, no norte do Mato Grosso, de uma gigantesca reserva de cobre, que no primeiro furo de pesquisa identificou mais de 500m de mineralização de cobre, com teores semelhantes aos teores encontrados no Chile. Então, realmente o norte do Mato Grosso deve vir a ser uma nova província mineral importante para o País; já o é.

O Senador Wellington mencionou Peixoto de Azevedo, mencionou cooperativa de garimpeiros, que é talvez, Senador Wellington, uma das cooperativas mais bem organizadas do País, muito operante e que trata a questão social com muita seriedade. É um belo exemplo de cooperativismo de resultado. Naquela região, além do ouro, então, que suscitou a criação dessa cooperativa, agora no seu subsolo se identificou uma gigantesca jazida de cobre.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Só para esclarecer. Estudo geológico...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Estudo geológico, não é isso?

Então, se a universidade, os institutos tecnológicos de cada lugar, tivessem a competência de fazer...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Styvenson, na verdade, eu preferia...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu queria saber sobre a exploração, para chegar ao final.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Eu queria dividir em dois momentos a sua pergunta. Primeiro é ter o conhecimento geológico para poder realmente ter atratividade, porque a mineração é uma atividade de elevadíssimo risco. Então, quanto mais conhecimento geológico houver, minimiza-se o risco e isso atrai investimento.

No caso do Rio Grande do Norte, nós temos realmente muitos processos, muitos requerimentos em tramitação. Com o advento da agência, é uma das filosofias do trabalho a gente celerizar a tramitação das coisas. O esforço da Casa agora é para trabalhar, para construir, para termos, neste ano ainda, o dia em que nós vamos virar a chave: sair do processo papel físico, porque hoje temos 180 mil processos em tramitação na Casa, e entrar no mundo eletrônico, em que todos os processos serão eletrônicos.

Evidentemente isso, a despeito de não haver o reforço de mão de obra, o fato de agregar tecnologia vai nos permitir celerizar a tramitação dos processos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Só perguntei isso, Sr. Diretor Victor Hugo, porque o próprio Wellington disse que Mato Grosso é rico em peixes, é rico em...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Minérios.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É rico em grãos, é rico, é rico, é rico. É rico em carnes. É rico em que mais? Estou tentando me lembrar aqui. É rico em tudo. O meu Estado não. Meu Estado, se tem esse potencial... Então, que se desse uma atenção para ele.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Com certeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu sei que nosso País deve ter riquezas subterrâneas incríveis pouco exploradas. O pré-sal está aí para dizer: petróleo, gás, sal. Lá há calcário, como já disse, lá há xelita, lá há muito mineral.

Então, quando eu falo assim, não é puxando para o meu Estado, é porque o meu Estado realmente está numa decadência financeira, e pode ser um recurso. Entendeu? Quando o senhor me diz que há muitos requerimentos, muitos pedidos, queria que pudesse dar uma celeridade, para que pudesse explorar, pudesse gerar renda. Só isso. Um apelo, um apelo mesmo.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Perfeito. O.k., Senador Styvenson. O esforço dessa transformação em agência traz consigo este objetivo, que é efetivamente celerizar o máximo possível a tramitação dos processos. Nós temos muita coisa represada, e certamente o Rio Grande do Norte vai ser contemplado nesse esforço.

Eu queria só por derradeiro, Presidente, Senador Wellington, mencionar as perguntas do Senador Marcos Rogério: que tipo de monitoramento nós temos para as barragens?

Na apresentação, nós destacamos o sistema, o SIGBM, que é um sistema integrado de fiscalização. Ele parte de um pressuposto que foi bem observado pelo cidadão Urubatan Silva, Presidente Wellington, um internauta que perguntou sobre a Política Nacional da Segurança das Barragens. Realmente, o sistema tem uma dependência autodeclaratória: o empreendedor precisa alimentar o sistema para que efetivamente ele atinja os objetivos. E, aí, nós voltamos, sem querer ser recorrente na mesma matéria, mas nós temos que agregar tecnologia e inteligência para poder dar nossa parca disponibilidade de força de trabalho humano. Nós temos que tentar ranquear essas barragens e cruzar as informações para poder estabelecer prioridades.

O nosso universo fiscalizador foi comentado pelo meu colega Diretor Eduardo: 26 servidores foram treinados num curso de 40 horas, em uma semana, para poder fazer a fiscalização. É evidente que um curso de 40 horas, por mais bem ministrado que seja, não dota o servidor do conhecimento exigido para esse nível de atividade, mas ele o capacita para atuar junto com aqueles que, desses 26, têm um conhecimento especializado. Nós temos um ou dois que têm mestrado na área de geotecnia e são os que capitaneiam o processo de fiscalização. Então, desses 26, nós temos oito que efetivamente têm conhecimento especializado, e o nosso manual de fiscalização determina que as fiscalizações sejam feitas em dupla. Então, esse pessoal que está fazendo esse curso de 40 horas acaba compondo a dupla com esses nossos colegas que têm um conhecimento mais especializado.

Então, estamos fiscalizando, temos um sistema de acompanhamento. E a ANM tem o conhecimento dos riscos que as barragens apresentam; efetivamente, nós temos. No *ranking*, há a definição do DPA e o risco dos empreendimentos. Eu só volto a insistir que o risco é definido em função de componentes de engenharia. Se há projeto de engenharia, se há responsável técnico, se há manutenção, isso remete a um risco baixo. Então, é meramente abordagem do ponto de vista se há responsabilidade do engenheiro ou não. E o DPA é que é efetivamente o indicador que é o mais contundente no que diz respeito a possíveis danos quando da ocorrência de um sinistro.

Por que não antes, mesmo após Mariana? O que foi feito? Qual a posição da ANM? Nós demos aqui, na apresentação, que foi sucinta, rápida, que houve um aprimoramento no mecanismo de acompanhamento de fiscalização das barragens muito intenso nesses últimos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três anos. Volto a insistir: evidentemente, não foi suficiente. E é lamentável que a gente diga isto: não foi suficiente para evitar uma tragédia, como foi esta de Brumadinho. Agora, o sistema sempre que operado com responsabilidade emitiu sinais, a exemplo do que ocorreu em fevereiro de 2018. Fevereiro é o mês que antecede este mês de março que é um dos prazos para apresentação da declaração de certificação de estabilidade. No ano passado, por nove vezes, as luzes acenderam no sistema, nós fizemos a intervenção, fomos a campo, chamamos as empresas e não tivemos nenhuma ocorrência, as anomalias foram todas contornadas. Então, desta vez, com essa tragédia de Brumadinho, as luzes não acenderam. As informações constantes do sistema davam conta de que o barramento estava em perfeita condição de estabilidade.

Agora, é importante que a gente destaque também que, pela primeira vez na história da mineração mundial, lamentavelmente, nós temos uma filmagem do sinistro em tempo real. E essa filmagem só existe, porque o órgão de fiscalização assim o exigiu, e a Vale implantou as câmeras. Então, a filmagem vai permitir que os órgãos de fiscalização, seja Polícia Federal, seja Ministério Público Federal, seja Ministério Público Estadual do Estado de Minas Gerais, tenham mais elementos para fazer suas investigações e efetivamente ter condições de responsabilizar quem tenha a responsabilidade por eventual desvio de conduta naquilo que deveria ser feito.

Acidentes foram com empreendimentos antigos, na mesma linha do Senador Carlos Viana. Efetivamente, são os empreendimentos mais antigos, porque não há novos empreendimentos com esse método de construção. Nós havíamos, internamente, já tomado essa decisão, e agora, publicamente, banimos definitivamente o loteamento a montante. E temos expectativa de que, até 2023, todos estejam descaracterizados e, portanto, não oferecerão mais nenhum risco às populações a jusante. É difícil falar agora que não foi um mero acidente, isso era previsível. Não temos como ter essa segurança de prever efetivamente o que vai acontecer.

A questão orçamentária, efetivamente, é um problema coletivo que passa pelo Congresso Nacional. Aqui se definem, aqui se votam as leis. Há a lei da agência, que prevê receitas, que define com clareza as receitas. Agora, precisamos traduzir isso efetivamente num orçamento condizente com o tamanho da responsabilidade que nós temos. Não há preço que pague isso. Não há preço que pague essas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Por falar em orçamento, como está o orçamento de vocês até agora? Já houve descongestionamento? Já abriu? Como está o funcionamento de curto prazo agora?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – O orçamento para 2019 são 62 milhões de custeio, e a folha de pagamento, que é paga pelo Tesouro, são 170 milhões/ano. Então, somados os dois, 230 milhões. É quase que, só com o que seria receita oriunda da Cfem, nós teríamos condições de suprir esses valores. Ainda temos mais a taxa anual por hectare.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas como está a liberação? Precisa se fazer uma fiscalização? O que precisa de imediato? O que nós estamos falando aqui...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Estamos operando...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... é de Mariana para não acontecer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Estamos operando normalmente, Senador Wellington. Estamos operando normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Há condições de ir numa passagem, de ir a qualquer local?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Tem, tem. O orçamento foi descentralizado. Tentando demonstrar, para agregar os avanços tecnológicos de governança e de gestão, nós precisamos investir em capacitação interna, precisamos agregar mais conhecimento dentro da casa. É nisso que nos falta perna para alcançar neste primeiro momento.

Eu penso que, com essas ponderações, eu esgotei a... Só restou, então, a pergunta agora do Presidente, Wellington Fagundes, no que diz respeito ao lado da empresa.

O que é mínimo e o que é máximo no laudo? Na verdade, o laudo, a declaração de condição de estabilidade, Senador Wellington Fagundes, define se há estabilidade ou se não há estabilidade. Não há mínimo ou se está minimamente estável. O fator de segurança é que determina. Se ele está 1,5 ou acima de 1,5, está seguro e aí a empresa emite uma declaração de condição de estabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A empresa de consultoria, não é?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – A consultora. E essa declaração é assinada junto com a empresa detentora do direito minerário. Então, são duas assinaturas em cada declaração: uma do responsável técnico pelo laudo e outra pela empresa que recebeu o laudo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas, nos laudos publicados pela imprensa, se dizia o seguinte: que lá, assinado pelos técnicos, a barragem tinha as condições mínimas de segurança. Isso é o que foi divulgado. E esses técnicos que assinaram é que foram presos.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Não, na declaração, não consta o mínimo. Se o fator de segurança 1,5 foi atendido, ela está segura. Não tem gradação. Abaixo de 1,5 ela não está em condição de declaração de estabilidade. Mas é possível a gente... Talvez o parecer técnico que embasa, que sustenta a declaração possa chegar a esse nível de detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O senhor não é policial, mas a pergunta que fica: os técnicos deveriam, então, ser presos por terem assinado esses laudos que não traziam segurança? Ou assinaram algo que realmente era falso?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Wellington Fagundes, com todo respeito a esta Casa e, de forma especial, a V. Exa., eu prefiro não responder a essa pergunta porque ela foge completamente da minha órbita de competência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não sei se se contenta, principalmente, os Senadores.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria só fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Essa resposta eu acho que pode ser compartilhada se os Senadores entenderem que...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu só queria fazer uma pergunta, um esclarecimento: se o nosso Diretor-Geral, Bicca, tem informação a respeito de uma decisão emergencial do Governo com relação à capacitação de 200 técnicos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa área. Você tem só essa informação agora? Quer dizer, começou esse curso sobretudo para os técnicos dessas instituições fiscalizadoras? É verdade isso? Como está funcionando? Onde? Você tem algum esclarecimento sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Elmano, como eu acho que há muita gente nos assistindo, eu, na verdade, quero aqui ajudar o Diretor, porque pode ficar uma imagem ruim para a agência. Ele me disse – e o Diretor também – que está sendo, então, fiscalizado, investigado pelos órgãos. Então, essa resposta será dada. E eles estão subsidiando os órgãos de investigação. É importante que se diga isso, porque, senão, vão falar: "Então não querem nem falar porque há alguma coisa por trás disso". Eu aqui fui informado para trazer a tranquilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, nessa questão, imagem ruim está é a do nosso País e ruim está para as famílias que perderam.

Mas eu concordo com o Sr. Bicca de que essa questão criminal está no âmbito da polícia, do Ministério Público e naturalmente da CPI que também acompanhará.

Mas, Sr. Bicca, complementando aqui uma segunda pergunta: não seria melhor hoje, diante de tudo que nós já vivemos, da insegurança que nós temos com relação a laudos, com relação à fiscalização, que não pode ser feita da maneira como nós gostaríamos, que nós retirássemos todas as comunidades das áreas de autossalvamento? Que já hoje, de imediato, no País, fosse recomendado que, em todos os locais onde existem comunidades das áreas de autossalvamento, essas pessoas fossem retiradas como uma segurança para que nós não tenhamos mais mortes?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Carlos Viana, se me permite V. Exa., cumprimentando-o e destacando em relação à pergunta do Presidente Wellington Fagundes, Senador Wellington: efetivamente nós temos colaborado diariamente com os esforços da Polícia Federal, do Ministério Público para fazer as investigações. Então, certamente, no momento oportuno, essas respostas serão tornadas públicas.

Eu quero dizer que efetivamente não é uma competência nossa, da agência, que é um órgão de fiscalização técnica e não tem essa capacidade técnica de investigar. O que eu destaquei é que nós temos elementos hoje que, no passado, nós não tínhamos: temos filme, temos filmagens de radar *laser*, temos uma série de informações que antes não nos eram disponíveis – e, se hoje estão disponíveis, certamente irão facilitar o trabalho desses órgãos de fiscalização.

Então, eu queria, Senador Carlos Viana, só fazer um gancho com o questionamento do Senador Elmano: efetivamente há um esforço de Governo, especialmente deste Governo que está se implantando agora há poucos meses, há menos de cem dias, no sentido de dotar as condições para que efetivamente a gente tenha a capacidade técnica para fazer cumprir a lei. E esse esforço agora vai na linha de que, à luz da Portaria 193 do Planejamento – antigo Ministério do Planejamento –, há um remanejamento de servidores de outras instituições que estão vindo para a agência – e não só para a ANM, mas para a ANA, Aneel e outros órgãos – para reforçar essas equipes de fiscalização.

Nós devemos iniciar agora, no dia 25 de março, na semana que vem, portanto, na segunda-feira, um curso na Enap para perto de 30 colegas servidores que são formados na área de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geologia, de Engenharia de Minas e de Engenharia Civil, que serão capacitados nesse curso de 40 horas, para reforçar a equipe de fiscalização da agência.

Perdão, Senador Carlos Viana, o senhor fez uma pergunta...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na questão das áreas de autossalvamento, se, diante do quadro que nós temos, não seria prudente, recomendado que nós retirássemos todas as pessoas, as comunidades das chamadas áreas de autossalvamento?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – É. Nós entendemos que sim e, dentro da nossa competência, nós determinamos na Resolução nº 4 que o empreendedor assim agisse, retirando da área a jusante, da área de autossalvamento todas as atividades que envolvessem a presença humana. Agora, no que diz respeito a outras, aí nós entramos na competência do âmbito da Defesa Civil, que pode efetivamente. É um assunto, é uma matéria complexa que precisa ter muita serenidade para analisar, porque efetivamente nós temos situações hoje e o senhor citou o caso da Casa de Pedra, que é uma situação que está instalada e que há um contingente de moradores, embora as características do barramento lá sejam diferentes do alteamento a montante, é uma outra situação técnica.

Então, eu acho que cada caso deve ser estudado em separado e há um esforço de Governo, um esforço coletivo – até eu diria –, porque envolve o Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça criou um observatório que tem acompanhado os casos de Brumadinho e de Mariana no sentido de buscar e identificar os pontos de fragilidade, tentar reforçar alguns entendimentos. E um dos pontos que está começando a aparecer, que a gente precisa dar uma atenção especial, nós exigimos na nossa regulamentação que o empreendedor apresente no sistema o protocolo de que ele entregou o projeto, o plano de ação emergencial na Defesa Civil municipal e no Município, na Prefeitura Municipal, mas a gente sabe que a realidade dos Municípios, muitos têm as condições muito longe das ideais para poder efetivamente dar curso naquilo que está previsto no plano.

Então, esse ponto foi identificado e está merecendo uma atenção especial e talvez fosse um ponto de convergência, Senador Wellington Fagundes, em que pudesse haver um esforço coletivo para se buscar esse aprimoramento na forma preventiva. Aliás, a política de prevenção é muito frágil no nosso País e a gente precisa investir mais nessa vertente.

Eu penso que, com isso, Presidente Wellington, eu esgotei os questionamentos e, com a sua permissão...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para corroborar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu não esgotei, não. Agora, despertou-me uma curiosidade em função muito da pergunta do nosso Senador Carlos Viana. A jusante da Barragem de Brumadinho, a jusante, é elementar. É inaceitável e inconcebível que se faça qualquer estrutura de construção administrativa, restaurante, etc. Nesse caso, tem que ser punido o responsável por isso. É elementar. Qualquer engenheiro, qualquer instituição fiscalizadora que permita... Aliás, no passado, no tempo do Dnocs, que hoje o nosso conterrâneo, o locs (Inspetoria de Obras contra as Secas), no final do século XIX, há mais cem anos, não se permitia em hipótese nenhuma se fazer construção a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

jusante, ou seja, abaixo de qualquer barragem, sobretudo essas barragens construídas com o próprio material, com o próprio rejeito.

Então, quanto àquilo ali, tem que se apurar quem é o responsável por aquelas construções a jusante da barragem, quer dizer, toda uma estrutura administrativa, toda uma estrutura social dos empregados. Aquilo é inaceitável. Têm que ser punidos os responsáveis por aquilo, porque é um erro crasso, elementar, que há cem anos, quando o Dnocs começou a construir as primeiras barragens do Nordeste, não permitia que se fizesse nenhuma construção a jusante a não ser a exploração da irrigação. Muitas barragens no Nordeste foram para irrigar a jusante, jamais para construir qualquer edificação. Então, aquilo ali é inaceitável, e tenho a convicção de que a Justiça tem que ir atrás dos verdadeiros responsáveis e puni-los, para ficar para a história. A pergunta, o que pessoal estava querendo saber era isso, estimado Presidente da Comissão, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Isso é fácil de identificar, mas é inaceitável a impunibilidade dessas pessoas.

O SR. EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO – Só para contribuir também e finalizar esta pauta da questão do PAEBM, que é o Plano de Ação Emergencial para Barragens de Mineração. Isso que a gente colocou na Norma 04 agora, que é exatamente proibindo a construção a jusante desse barramento é uma coisa que nem precisaria se dita, não é, Senador? Não precisa nem estar escrito, porque isso aí é uma área de risco.

Não sei se vocês tiveram a oportunidade de ver um plano...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu queria pedir: Senador Elmano, gostaria que V. Exa. assumisse aqui, porque eu tenho uma audiência agora no Tribunal de Contas, e estão me ligando lá desesperadamente. Eu gostaria de saber se V. Exa. pode assumir.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Por favor, assuma a Presidência, porque a cobrança está muito... E ele é o proponente. Eu queria, inclusive, enquanto V. Exa. chega aqui, agradecer a todos e registrar o aniversário de Vila Bela da Santíssima Trindade, no meu Estado, que é uma cidade que nasceu, primeira capital brasileira, na costa fluvial do Brasil, projetada em Portugal, uma cidade que foi construída pelos escravos, e ainda a população naquela cidade a maioria é negra. E lá uma mulher, Teresa de Benguela, tomou aquilo como reinado e reinou por 40 anos.

Então, acho que também que na história de Vila Bela da Santíssima Trindade, através do Prefeito Wagner e do Vice-Prefeito Dr. André, fica aí registrado neste mês que estamos comemorando o Dia Internacional da Mulher, a força da mulher brasileira, representada por Teresa de Benguela na história de Vila Bela da Santíssima Trindade. E lá, claro, esse projeto só foi concebido exatamente, porque os portugueses estavam preocupados com os espanhóis invadirem aquela região. Então, grande parte do Território brasileiro se dá também, claro, pela preocupação na área mineral, do ouro e do diamante, e naquela região mais ainda o diamante.

Então, por isso nós estamos discutindo toda a problemática, mas, claro, nós queremos que toda essa riqueza venha para o benefício da população brasileira. Então, a responsabilidade, em nome de toda a Diretoria da agência, fica aqui um apelo no sentido de que todos nós queremos ajudá-los, mas também queremos que a agência busque a modernidade. O DNPM foi muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bombardeado. Se os fiscais, se os técnicos que assinaram os laudos têm culpa ou não, nós não queremos saber mais do DNPM, queremos saber daqui para a frente. Claro, punindo os responsáveis, mas buscando construir um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Perguntaria aos nobres Senadores que se têm alguma pergunta a fazer ao nosso nobre Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração. *(Pausa.)*

Não havendo mais nenhum Senador que queira fazer interrogações, quero reiterar os agradecimentos feitos pelo nosso Presidente Wellington Fagundes na certeza de que vamos ter muitas oportunidades para debater essa questão.

Aliás, só para concluir, eu tenho do meu pessoal universitário – como dizia o nosso Senador Garibaldi Alves –, dos assessores várias perguntas a fazer, mas achei prudente não fazer, e, sim, fazer apenas aquelas colocações que fiz, mas vou passar às suas mãos umas interrogações preparadas pela minha assessoria.

Então, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e catorze minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Styvenson Valentim, Selma Arruda, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Telmário Mota, Confúcio Moura, Marcos do Val, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Paulo Paim e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas, e REQ 8/2019 - CDR, de autoria da Senadora Eliziane Gama. **Finalidade:** Audiência Pública sobre as diretrizes, programas prioritários e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional, para os próximos dois anos. **Participante:** Ministro Gustavo Canuto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra o Ministro Gustavo Canuto e os Senadores Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Dário Berger, Elmano Férrer, Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Jean Paul Prates, Angelo Coronel e Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/27>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Comunicados.

Informo que foi enviada aos gabinetes dos Senadores membros desta Comissão, via *e-mail* institucional, uma relação de matérias que estão aguardando designação de relatoria. Caso V. Exas. não manifestem a pretensão de relatar tais matérias, indicarei os respectivos Relatores na próxima quinta-feira, dia 28 de fevereiro.

Comunico a agenda de reuniões da Comissão para as próximas semanas.

No dia 13 de março, quarta-feira, às 9h, audiência pública com a presença de representantes da Sudeco e do Banco do Brasil; no dia 19 de março, terça-feira, às 9h, audiência pública com a presença do Ministro de Estado do Turismo; no dia 20 de março, às 9h, audiência pública com a presença dos representantes da Sudam, Suframa e Banco da Amazônia; e no dia 27 de março, às 9h, audiência pública com a presença de representantes da Sudene, Codevasf e Banco do Nordeste.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Exmo. Sr. Ministro de Estado e Desenvolvimento Regional Gustavo Canuto, que está conosco, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º, da Constituição Federal, para debater as diretrizes, programas prioritários e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional para os próximos dois anos. Solicito à nossa nobre Vice-Presidente, Senadora Zenaide, que conduza o Ministro aqui para o Plenário. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra ao Ministro, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado: 0800-612211.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Gustavo Canuto para fazer a sua exposição.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade, especialmente ao Presidente, Senador Izalci Lucas; Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente da Comissão; e ao nosso líder do Governo, Senador Fernando Bezerra; e a todas as demais autoridades e presentes. Agradeço a oportunidade de estar para mostrar um pouco o que é a pasta, o que é Ministério do Desenvolvimento Regional, o que resultou da junção entre o extinto Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades. Então, espero poder mostrar a capacidade desse ministério que tem como foco principal o cidadão, políticas públicas de ponta que possam de fato mudar uma realidade, infelizmente, ainda presente no País, que é uma desigualdade regional brutal.

Pode passar, por favor.

Missão: promover o desenvolvimento das cidades e regiões e a redução das desigualdades regionais. Redução da desigualdade só vem por meio do desenvolvimento; o desenvolvimento só acontece com geração de riqueza e distribuição de riqueza. Não resolve gerar muita riqueza num local, se essa riqueza não permanecer nesse local. Então, o foco do Ministério são ações que gerem riqueza, mas que distribuam riqueza de forma local e regional para que essas regiões se desenvolvam e a gente tenha um país equilibrado.

Visão: transformar as cidades e regiões brasileiras em lugares mais justos e equilibrados. Justiça é um conceito muito abstrato, mas o que sabemos é que situações iguais não podem ter tratamentos desiguais. O que a gente quer é que a pessoa, por ter nascido em uma determinada região do País, em uma determinada cidade, não tenha menos oportunidades. Que o caminho que essa pessoa possa trilhar, que o cidadão possa trilhar só dependa da sua vontade e do seu empenho, e não da localização geográfica em que nasceu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o objetivo, essa é a nossa visão, que haja justiça regional. Qualquer um, em qualquer lugar do Brasil, deve ter as mesmas oportunidades. O seu futuro depende do seu empenho. O Estado tem o dever de promover isso.

Aqueles são alguns dos objetivos: desenvolver a capacidade produtiva; melhorar o ambiente das cidades; ampliar a resiliência das cidades e regiões. São meios para a gente conseguir atingir o desenvolvimento.

Aqui, eu peço desculpas, o organograma é grande, então, fica um pouco reduzido, mas vou ser muito breve. São seis secretarias finalísticas que atendem seis políticas públicas nacionais. A primeira, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, a Sedec. A Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, que abarca não só, como antigamente no Ministério da Integração, a questão do fornecimento, mas agora também a gestão dos recursos hídricos. A ANA, que estava vinculada ao Meio Ambiente, agora está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Então, toda a parte da água ficou com o Ministério do Desenvolvimento Regional. Por isso que eu digo que nós somos o Ministério da Água.

Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana; Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano, que agrega aí, de maneira macro, todas as ações do Ministério que não estejam destinadas a uma secretaria finalística; Secretaria Nacional de Habitação, em que, aí, eu ressalto o nosso segundo ponto, que é o Ministério da Moradia; e Secretaria Nacional de Saneamento, Ministério do Esgoto.

Então, temos três grandes prioridades: água, esgoto e moradia. Essas são as linhas mestras do desenvolvimento regional. Há uma disparidade muito grande de saneamento, o que traz prejuízos de saúde e na economia – eu vou detalhar isso um pouco melhor a seguir.

Temos autarquias vinculadas, as três superintendências: do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; a ANA, como disse, e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

Três empresas públicas também vinculadas: Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb). Além de alguns conselhos responsáveis, e, aí, eu destaco, principalmente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que tem, dentre suas responsabilidades, uma delas está muito em voga, a de garantir a implementação da Lei de Segurança de Barragens, que cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e por isso o Ministério do Desenvolvimento Regional tem atuado de maneira coordenada com os demais Ministros, Meio Ambiente e Minas e Energia, na questão da segurança das barragens.

Só para dar uma ideia de como está distribuído nosso orçamento, sei que isso é importante para que a gente possa, de fato, implementar, além das iniciativas precisamos da prática, então, aqui é o Ministério praticamente, certamente, metade, R\$14,5 bilhões, questão financeira dos nossos fundos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos despesas obrigatórias, que são custeio e pessoal, de R\$3 bilhões. Nossas discricionárias, 2.7.

Então, vejam que do discricionário, o que podemos investir fica inferior as nossas despesas obrigatórias de custeio e pessoal. Seis ponto cinco o PAC, principalmente o Minha Casa, Minha Vida, está incluído aí, nesses 6.5.

Emendas individuais de 1.6, emendas de bancada de apenas 700 milhões.

Aqui, a gente detalha um pouquinho mais as despesas correntes em relação à categoria de obrigatórias, para mostrar uma... Eu quis trazer esse quadro para ressaltar a situação dos inativos e como isso interfere no dia a dia da execução de nossas políticas.

Do total das nossas despesas, todas as vinculadas, 1.6, 1.7, pessoal ativo; e R\$572 milhões mais R\$250 milhões, que são sentenças judiciais relacionadas a pessoal, então, a gente soma cerca de R\$820 milhões, inativos, isto é, praticamente a metade do valor dos ativos. E R\$527 milhões, o custeio propriamente dito. Isso chama a atenção; é uma necessidade que a gente precisa ter em mente: o peso dos aposentados, dos inativos nas contas públicas, hoje, representa praticamente a metade do que a gente gasta com os ativos, nos casos específicos aqui do MDR.

Agora, eu vou passar para cada uma das secretarias finalísticas. Começo pelo Desenvolvimento Regional e Urbano, que eu digo que é o nosso guarda-chuva. Tudo que não está nas outras estará aqui, e é o foco principal. Não é à toa que o Ministério tem esse nome.

Primeiramente, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional é o que norteia as nossas ações. Está em revisão uma nova política. A política definiu algumas áreas específicas. Primeiro, as macrorregiões; depois, temos a questão das sub-regiões especiais, Semiárido.

E, ali, vocês me desculpem. Homem, para cor, é muito ruim. Aquele bege ou marrom claro, ou algo do tipo, no Nordeste, é o Semiárido, que tem um pedacinho ali de Minas Gerais. Fica claro. A região de fronteira é esse salmão. E, ali, temos as RIDEs, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, tanto do DF e Entorno, como da Grande Teresina e o Polo de Petrolina e Juazeiro. Então, essas são sub-regiões específicas que detêm uma atenção especial. Como podem ver, a região de fronteira e o Semiárido são dois dos focos de desenvolvimento regional.

Bom, esse gráfico mostra como está o rendimento domiciliar em relação à média nacional. Não é novidade. Sabemos que a Região Nordeste e a Região Norte apresentam índices inferiores à média do País, mas o quadro com as cores deixa isso um pouco mais claro. O verde escuro é o que está acima da média nacional. O vermelho e o salmão estão abaixo, bem abaixo, abaixo de 75%. Então, vejam que são áreas isoladas no Nordeste e no Norte que realmente têm um rendimento compatível com a média





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional. Esse é o foco principal: Norte e Nordeste são as áreas, as macrorregiões de atuação primeira do Desenvolvimento Regional.

Competitividade regional e geração de emprego e renda.

Isso é o crescimento populacional também em relação à média. A mesma situação: aqueles que estão em vermelho e salmão estão abaixo, até 50% do crescimento, ou negativo. O vermelho é negativo. Então, são áreas que estão diminuindo o seu pessoal. Diminuindo a população, diminui a força de trabalho. Isso nos chama a atenção, porque são áreas que precisam de uma atenção especial do Ministério a fim de entendermos o porquê de a população estar deixando essas regiões ou não estar crescendo.

Um dado que parece controverso: regiões que a gente viu que têm um rendimento muito baixo têm um crescimento acima da média, acima de 150%. Então, o Norte, em regiões tanto do Amazonas como do Pará, Roraima, Amapá, Acre, tem um crescimento acima da média nacional. Então, sabendo que há um rendimento abaixo da média e um crescimento acima, se não fizermos uma política severa de desenvolvimento, a situação só vai se agravar.

Agregação de valor e diversificação econômica.

Está muito reduzido ali, mas o desmatamento está em rosa. A gente quis chamar a atenção para isso. É uma área onde o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente estão sempre em foco, estão em uma balança... Uma balança que precisa estar equilibrada.

Não podemos aceitar que o meio ambiente trave o desenvolvimento, mas também não podemos permitir que o desenvolvimento desenfreado acabe com uma riqueza, principalmente a riqueza das nossas florestas. Isso está no nosso radar.

A distribuição do gráfico. Isso é sobre os complexos, as nossas pautas de exportação no Centro-Oeste. Chama a atenção a soja, principalmente, e a carne. Sabemos que somos os maiores produtores, os maiores exportadores, mas é para ter uma ideia da distribuição e do que o País está produzindo em *commodities* e de como isso contribui para o desenvolvimento.

Construção de cidades policêntricas. Entender como funciona hoje o desenvolvimento e como as grandes regiões desenvolvidas e cidades podem atuar de forma conjunta e em rede para um desenvolvimento regional.

Então, a gente tem o conceito de área de abrangência. Entender essas cidades, entender essas economias e fazer com que não fique apenas nas grandes metrópoles, mas que isso possa irradiar para a região de abrangência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governança da PNDR. Uma mudança que a revisão traz, uma possibilidade de que a gente faça o desenvolvimento. É sabido que o MDR, apesar de ser a pasta responsável, não é a pasta que vai conseguir sozinha executar. Desenvolvimento regional envolve saúde, envolve educação, envolve segurança, envolve várias áreas temáticas e pastas de outros Ministérios.

A atual governança tem intenção de criar uma câmara de Ministros que possam compartilhar essas experiências e definir planos de ação, e o comitê executivo, por meio de seus grupos temáticos, detalhar, especializar e realmente balizar a construção de um PPA que faça sentido para o desenvolvimento.

O objetivo é que a gente, em conjunto, desenvolva e entenda os planos que são da esquerda, os planos regionais de desenvolvimento; que esses planos nos norteiem e a gente consiga, em conjunto, os Ministros, desenvolver ações que realmente façam a diferença.

Uma ação que hoje está em curso é o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Nordeste, que já está na Casa Civil. É um embrião disso para o Nordeste especificamente. Mas ressalto: o Nordeste é uma prioridade, mas não é a única região de atuação do Ministério. Principalmente o Norte precisa ser olhado com muito cuidado, porque tem deficiências e carências que precisam ser atacadas.

Planos Regionais de Desenvolvimento. Os planos são extremamente importantes, estão previstos na Constituição desde a sua promulgação, em 1988. Infelizmente, nunca chegaram a sua fase final, que é a conversão em lei. Eles precisam ser encaminhados ao Presidente da República até o dia 31 de Maio para em conjunto se trabalhar o PPA. Quando do envio do PPA para o Congresso, os planos também devem ser enviados, apreciados pelo Congresso e, finalmente, convertidos em lei, para então se definir uma política de desenvolvimento regional para as regiões prioritárias Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Aqui é um cronograma que foi definido para construção dos planos. Sudam, Sudene e Sudeco estão trabalhando e o MDR vai revisar até abril. Em abril e maio, os Governadores dos Estados respectivos vão ter oportunidade de apreciar os planos para que nas reuniões dos Conselhos Deliberativos das Superintendências, que são um fórum de governança com a presença dos Governadores, do Governo Federal e de entidades da sociedade civil, possam deliberar sobre os planos e aprovar uma versão que seja construída de maneira federativa.

O objetivo é que quando esses planos cheguem ao Congresso, eles façam sentido para as Casas e a gente possa aprová-los. Então, é uma mudança na logística e na metodologia de construção, para que a gente chegue ao seu término com sucesso.

No final, será enviado junto com o PPA.

Apostas estratégicas derivam dos planos e são o que o Governo acredita que possa fazer diferença para as regiões específicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o ciclo da elaboração do PPA, mais o PPA. Então, são cinco anos.

Essa é a aposta estratégica do Nordeste entendida, fruto de um trabalho que começou no ano passado. Está sendo revisada agora. Mas, para o Nordeste, a aposta é: fortalecimento das redes de cidades intermediárias como âncora para os sistemas inovativos e produtivos locais de sua área de influência.

O Nordeste é uma região de extrema diversidade, potenciais diferenciados, extrema riqueza, que precisa ser desenvolvida, mas não é uma região uniforme. Então, temos de entender as capacidades inovativas, entender os sistemas e aprimorar essas cidades intermediárias com as suas economias e com as suas especificidades.

Os eixos são os eixos de atuação. E, ali, são as linhas de ação para conseguir atingir esse objetivo, essa aposta.

Norte: integração e diversificação da base produtiva da biodiversidade, com agregação de valor. Entendido que a riqueza da Amazônia é ímpar, temos de preservar, ter cautela no compartilhamento disso com o resto do mundo. Sabemos que, ali, há riquezas ainda inexploradas. Muitas coisas podem ser produzidas, há muitas descobertas ainda a se fazer, há biodiversidade.

Desenvolver isso internamente, aproveitar essa riqueza, agregar valor e desenvolver a região são nosso objetivo e nosso foco. Essa é a aposta para o Norte.

Centro-Oeste: é evidente que é uma potência em produção agrícola, mas a gente não quer que essa produção fique só para os grandes e médios empresários. O que a gente precisa é que essa cadeia produtiva possa atingir os pequenos e micro para que a economia do local se desenvolva. O que a gente quer são cidades desenvolvidas, não apenas um Estado, uma região que gere muita riqueza, mas uma região pobre que gera muita riqueza. O que a gente precisa, no Centro-Oeste, é que essas cadeias sejam desenvolvidas para os pequenos.

Os fundos são instrumento essencial para o desenvolvimento da política. Aqui a gente detalhou como é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Para 2019, há uma previsão de R\$23,7 bilhões a serem investidos. Isso é deliberado pelo Conselho Deliberativo das Superintendências, com participação dos Estados.

Então, nada mais propício nesta Casa, que representa os Estados. Eu peço a atenção de todos os Senadores. Aqui é o caminho em que os Estados podem fazer-se presentes para definir como podem ser distribuídos. Os Governadores têm esse papel, têm esse poder no Conselho Deliberativo para definir como vai ser essa programação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conselho Deliberativo está programado para maio. Além da aprovação do plano, tem como objetivo a revisão dessa programação a fim de que as novas forças políticas dos Estados possam colocar sua voz e identificar o que é mais prioritário.

O Governo Federal está abrindo um diálogo verdadeiro e franco com os Estados para que a gente possa, em conjunto, identificar o que é melhor. Não temos a pretensão de saber mais dos Estados do que os próprios moradores e estudiosos do Estado. Governadores, Senadores e Deputados têm muito a contribuir nessa definição.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, R\$9,3 bilhões, mesma sistemática.

Fundo Constitucional do Centro-Oeste, R\$7 bilhões.

Então, nós estamos falando de mais de R\$38 bilhões a serem distribuídos nas três macrorregiões.

É um recurso relevante, um valor considerável e que deve ser muito bem utilizado. Esse é um caminho para o desenvolvimento das políticas públicas e precisa ser muito bem utilizado, não deve ser definido pelos bancos. Os bancos têm outro papel. Quem pensa política pública é o Ministério, as superintendências em conjunto com os Estados. Então, a gente precisa tomar esse protagonismo e deixar claro que a política pública é definida numa esfera política. Os bancos são operadores, fazem um bom trabalho, mas não é a eficiência bancária que define como deve ser investido o recurso. Eu não estou preocupado se os R\$23.7 milhões vão ser executados, mas se eles vão ser bem executados, se eles vão atender às necessidades verdadeiras do Estado e promover o desenvolvimento. Esse é o objetivo, essa é a mudança principal que a gestão quer empreender.

Com relação ao desenvolvimento regional territorial e urbano, a gente tem a Política Nacional de Ordenamento Territorial. A Amazônia Azul é uma riqueza inestimável do Brasil e deve ser melhor aproveitada. Nosso litoral é extenso, rico. Precisamos desenvolver a pesca, precisamos desenvolver o turismo na nossa orla. Temos capacidade de fazer pequenas infraestruturas que promovam e agreguem valor e tragam riqueza verdadeira para o litoral. Então, essa é uma preocupação. Faixa de fronteira e Amazônia Azul nos preocupam e têm a nossa atenção.

Com relação à agricultura irrigada, tudo que a gente vê é uma produção ímpar do Brasil. Aqui são as áreas já irrigadas. E a gente vê que, infelizmente, o Nordeste, apesar de ter um potencial de solo muito grande, ainda está muito distante de ter uma área de irrigação relevante. Este é um objetivo, ou seja, desenvolver e levar água e aproveitar o solo fértil que há no Nordeste, aproveitar uma característica ímpar do Semiárido, que é a falta de água. Mas o excesso de solos nos permite produzir qualquer tipo de fruta, desde que a gente consiga irrigar na quantidade certa, e produzir várias safras. O Semiárido Tropical é uma joia brasileira que é difícil de encontrar no mundo, é raríssimo, mas há um problema: a ausência de água. Mas se levarmos água para Semiárido Tropical conseguiremos produzir frutas de qualidade e em grande quantidade. Esse é o objetivo. A agricultura irrigada é um foco e precisa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser trabalhada. O nosso problema é o custo da energia. Precisamos trabalhar a questão das energias alternativas para conseguirmos esse desenvolvimento.

Tenho um especial apreço pelo Vale do Parnaíba, que tem um potencial de solo riquíssimo. Temos água lá e precisamos resolver problemas logísticos de escoamento da produção para desenvolver a região do Piauí e do Maranhão, que são regiões que precisam de uma atenção especial. Então, isso está no nosso radar, é o nosso foco. Dentre todas as regiões, essa é a que, se conseguirmos resolver a questão da logística, onde vai haver realmente um bom desenvolvimento em investimento. Vários parceiros privados já têm interesse aí, mas estão discutindo a logística. A Transnordestina é um caminho para resolvermos isso. Então, é um dos focos a retomada da Transnordestina e a entrega dessa obra tão importante para o Nordeste.

Rotas de Integração Nacional são redes de arranjos produtivos, em que a gente entende que há especificidade, que a gente pode melhorar, capacitar, agregar valor e que, em conjunto, se desenvolvem de forma diferenciada.

Rota da Biodiversidade: cordeiro, açaí, leite, mel e cacau. Essas são as rotas que hoje existem, mas que não são as únicas. Podem ser estudadas outras. Elas se mostram bem-sucedidas. É preciso um apoio entre capacitação e investimento produtivo e identificação de áreas que têm capacidade para isso.

Bom, daqui a gente vai para desenvolvimento urbano. Vou ser muito breve. A gente tem o Programa Pró-Cidades, com investimentos do FGTS, para melhorar a questão urbana, mobilidade, perímetro. Há o Cidades Inteligentes, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Estamos numa geração 4.0. As cidades precisam refletir essa realidade. Outros negócios podem surgir. Então, uma infraestrutura de cidade inteligente pode nos ajudar com isso.

Ação em cidades médias. Isso está alinhado com a nossa aposta estratégica.

Estruturação de programas das capacidades municipais: melhoria da capacidade fiscal e de gestão municipal. Estudo do TCU mostra que 80% dos pequenos Municípios com até 20 mil habitantes têm uma dificuldade de insustentabilidade fiscal. Não haverá desenvolvimento regional sem desenvolvimento das cidades. Então, a gente tem como ajudar os Municípios a se capacitarem não só na sua gestão pública, mas na sua gestão fiscal. Precisamos que os Municípios tenham saúde fiscal para poderem se desenvolver, executar as políticas e entregar o que o cidadão precisa. Então, o foco é olhar para os Municípios. Eu repito: macrorregião não existe sem Estado e Estado não existe sem Município. Precisamos que os Municípios se desenvolvam para que a região se desenvolva. Esse é o objetivo.

Aqui é basicamente um orçamento que a gente tem hoje na Secretaria. Podem ver que é um orçamento reduzido. Temos de correr atrás e fortalecer as capacidades. Temos aí R\$14,25 milhões, muito pouco. Pró-Cidades tem R\$1 bi. Esse é um trabalho que precisa ser feito junto à economia, para a gente ter braço e capacidade de desenvolver essas políticas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, segurança hídrica. Projeto de Integração do Rio São Francisco, obra-mestra, obra principal. Entendemos que o problema da seca nas regiões mais carentes do Nordeste, mais áridas, precisam do São Francisco, precisam do PISF. Passaram-se 11 anos, R\$11 bilhões investidos, a obra está no seu trecho final. É preciso entregar água, que precisa ser distribuída em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Estão ávidos para receber essa água. O Governo Federal está imbuído para que isso aconteça no menor prazo possível, porque a gente sabe da sua importância, e isso é o desenvolvimento. Para o Nordeste, não há outro caminho a não ser levar água, para que realmente a gente aproveite os potenciais do solo e gere riqueza.

Além dos eixos, temos as obras estruturantes: CAC (Cinturão das Águas do Ceará), Adutora do Agreste Pernambucano, Canal do Sertão Alagoano, Vertentes Litorâneas. Todos eles são como arteríolas das nossas aortas principais, que são os eixos. Precisamos que essas obras tenham continuidade, não tenham interrupção de fluxo financeiro, possam ser executadas pelos Estados sem sobressaltos. A gente precisa que isso aconteça. Um corpo só com aorta não sobrevive. Precisamos dessas artérias, as arteríolas, para levar a água até as comunidades, porque a água precisa chegar ao cidadão e não simplesmente atravessar o Estado. Temos ciência disso e estamos empenhados para que isso seja resolvido.

Reservatórios estratégicos e preocupação séria com segurança de barragem estão no nosso foco. É inimaginável o Governo Federal defender uma política de segurança de barragens e não cuidar dos seus próprios reservatórios. Esse é o objetivo. Há deficiências orçamentárias e financeiras. É preciso correr atrás desses recursos, mas é um foco.

Operação comercial. Fiz uma visita aos quatro Governadores, fui muito bem recebido, os quatro Estados beneficiários, e os quatro Governadores aceitaram o convite para a gente levar esse assunto para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU, para que a gente possa conversar de uma maneira franca, aberta, aparar as arestas, chegar num consenso e assinar os contratos de operação comercial para que a gente possa dividir essa conta, essa responsabilidade. O principal objetivo do projeto do São Francisco é a sustentabilidade da operação.

Não é um problema da União, não é um problema dos Estados, é um problema nosso, do povo brasileiro, que investiu R\$11 bilhões numa obra que precisa operar sem nenhum tipo de sobressalto.

O Plano Nacional de Segurança Hídrica em uma das entregas dos cem dias do Governo, do MDR, vai definir ações, empreendimentos, intervenções para as obras de segurança hídrica em todo o País. Está previsto que a gente faça o anúncio desse plano aí no final de março, início de abril e aí a gente vai listar todas as obras que foram entendidas como suficientes para resolver ou pelo menos mitigar o problema da segurança hídrica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevenção. Reabilitação das barragens federais, Planerb, anunciamos há pouco. Há 139 barragens que já estão nessa primeira etapa. Temos que avançar. Só o Dnocs tem 327 barragens. Há a necessidade de ampliar o Planerb, mas esse é um começo.

Ação preventiva. Temos regiões do País que sofrem com as cheias, assim como o Nordeste sofre com a seca. Regiões do Sudeste e Sul sofrem com as cheias, as enchentes. As barragens podem conter essa situação, podem melhorar e dar segurança à população. Também é um foco.

Fortalecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa é uma... Herdamos isso do Meio Ambiente. Um foco: garantir a sustentabilidade das bacias, uma gestão responsável, um fortalecimento do CNRH, para que a gente possa definir realmente políticas que preservem nossos rios, preservem nossas fontes de água doce. E o Programa Água Doce, muito bem-sucedido, de obtenção de água subterrânea salobra, dessalinização da água salobra, entrega de água potável de forma local em regiões de difícil acesso como uma possível substituição à Operação Carro-Pipa, que tem um valor elevado, mas que é de extrema necessidade à população, que não tem outro meio para receber a água. Quanto ao Programa Água Doce, todos os técnicos que foram ouvidos o elogiaram. Um sistema muito bem feito, com problemas de gestão pós-instalação, que precisam ser analisados e resolvidos.

Proteção e defesa civil. Proteção e Defesa Civil têm como responsabilidade precípua resposta, recuperação, reconstrução e prevenção. Resposta é o que a gente conhece da Defesa Civil, coletes laranjas. Acontece um desastre, o profissional vai ali para dar o socorro e a assistência à vítima e restabelecer o que é essencial: o acesso à água, o teto, para que se dê o mínimo àquelas pessoas que sofreram com o desastre.

Mas há reconstrução, o pós-desastre. Reconstruir escolas, reconstruir pontes,...

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – ... questões de saneamento e tudo o que a cidade precisa. Prevenção: evitar que o desastre aconteça. Entender a iminência, a possibilidade de construir obras que tentem mitigar as forças da natureza.

E eu ressalto, Defesa Civil é desastre natural. Esse é o foco e o que precisa é uma integração, é um Sistema Nacional de Defesa Civil. Defesa Civil não é só a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, mas é um conjunto de órgãos. Ministério da Defesa, Ministério da Saúde precisam num desastre agir em conjunto, articulados, como um sistema efetivo para resolver a situação. Monitoramento, emissão de alertas são algumas das ações que a gente tem para tentar ajudar a população, num momento de desastre, a ter o mínimo de tempo para se preparar para sair de uma área de risco.

Operação Carro-Pipa é uma operação em que eu só tenho elogios ao Exército brasileiro, que a executa há mais de vinte anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma operação gigantesca em que a gente atende a mais de um milhão e trezentas pessoas, quinhentos e vinte e dois Municípios, três mil e oitenta carros-pipa, vários pipeiros, uma situação logística ímpar. Só realmente uma operação e um corpo técnico como o do Exército para dar conta de fazer essa operação rodar, com o valor que roda, superando os seus seiscentos milhões/ano.

Então, meu agradecimento público ao Exército Brasileiro. Estamos trabalhando no aperfeiçoamento da operação, num monitoramento mais detido para que a gente possa atender a população, mas gastar menos, fazendo rotas mais inteligentes. De forma alguma pode-se deixar de atender a população. A gente sabe que aquela população atendida pelo carro-pipa não tem água sequer para beber. Então, a gente precisa manter essa situação, ampliar no que for necessário. Está muito longe de o Ministério querer reduzir a operação. O que a gente quer é substituir com outras alternativas, quando possível, para sobrar dinheiro e atender mais gente. Esse é o objetivo.

Coordenação do Sistema Nacional. Aqui estão as fotos de Brumadinho: infelizmente, uma tragédia humana sem precedentes, uma situação muito triste para quem foi ao local e viu aquele lamaçal, o desespero das famílias. Fui até o Centro de Famílias no dia seguinte ao da tragédia. Vi o desespero das pessoas procurando informações de seus entes queridos, se estavam ou não estavam no restaurante, se estavam ou não estavam no centro administrativo. Uma situação muito difícil!

É preciso uma coordenação e esse é o papel da Defesa Civil Nacional: entrar com um sistema coordenado para ajudar, para ter ações de respostas efetivas. Foi o que foi feito. Aquilo ali é uma transmissão da Telebras para facilitar o funcionamento dos celulares. A gente sabe que isso foi essencial na busca, no reconhecimento e na identificação. Então, desde o primeiro momento, a Defesa Civil Nacional foi para lá organizar os órgãos federais e auxiliar a Defesa Civil de Minas, que fez um trabalho exemplar, de muita qualidade, com muito profissionalismo. Aqui o meu agradecimento público a todos os profissionais que trabalharam nessa tragédia, bombeiros, policiais militares, e à Defesa Civil do País. A gente não pode evitar o que aconteceu, mas ao menos mostrar a preocupação e a efetiva ação do Governo. E aí eu digo o Governo de forma ampla, não só o federal, mas o estadual, o municipal. Então, meus parabéns a todos os que atuaram para minimizar a tragédia.

Aqui são ações de caráter preventivo e a recuperação de áreas. Você vê uma encosta que foi destruída e um muro de proteção, de contenção, para que isso não mais aconteça. Essa é uma das ações: uma ação de reconstrução e, ao mesmo tempo, de prevenção, para que não venha mais a acontecer.

Aqui são as emendas. Só para os senhores saberem o que tem, hoje – também o discricionário –, nas ações. Estão muito reduzidos os valores. A gente tem uma dificuldade grande de orçamento. A gente precisa de um apoio e aí, provavelmente, virão projetos ao Senado. Conto com o apoio de todos. A Defesa Civil é um assunto essencial, que precisa de uma atenção e de uma prioridade para que a gente execute esses gastos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mobilidade e serviços urbanos. Avançar as cidades. Avançar as cidades porque a gente precisa melhorar a situação das cidades, seja com obras de drenagem, de mobilidade urbana propriamente dita, de calçamento, para facilitar o trânsito, integrar modais de transporte. A gente precisa fazer com que a cidade seja um organismo vivo que beneficie não só o transporte e a movimentação das pessoas, mas os negócios. A gente precisa que na cidade, uma pessoa que viva na região metropolitana possa descolar-se para o centro urbano de maneira fácil, barata e que isso não seja impeditivo para procurar vagas e concorrer a elas.

Isso desenvolve a região, aumenta a concorrência e permite que novos nichos de trabalho surjam. Se a gente resolve a situação de iluminação e transporte, melhora a segurança e não se criam nichos específicos impedindo a concorrência. A concorrência, numa região metropolitana, é essencial para o seu desenvolvimento. Uma região metropolitana sem transporte público de qualidade não consegue fazer com que as pessoas das cidades-dormitório tenham qualidade de vida e possam competir por empregos no centro, na metrópole.

Aqui temos alguns programas, como o Refrota. A gente sabe da necessidade de transporte público, principalmente da renovação das frotas de ônibus, micro-ônibus. Então, é um caminho, é um programa que existe para a gente poder melhorar essa situação, dando mais qualidade e conforto para o cidadão da cidade.

Ali estão algumas emendas parlamentares. Rubricas orçamentárias específicas, parcerias público-privadas, debêntures incentivadas e o regime especial de incentivos são algumas das formas para a gente conseguir desenvolver e ter recursos para esses projetos de investimentos que, em geral, têm valores expressivos. E a iniciativa privada precisa participar.

Aqui a gestão da carteira. A gente vê mobilidade x qualificação. No varejo, 78% dos contratos são de pequenas obras – 16% do valor investido –, e 22%, um número bem reduzido de contratos, de um valor vultoso. Os projetos de mobilidade – e digo metrô, trem, VLTs, BRTs – são caros e a quantidade é menor. Nos projetos pequenos – pavimentação, drenagem, calçamento – o que acontece? Nisso temos de fazer uma gestão da máquina muito cuidadosa para que o varejo não comprometa o atacado. Se eu coloco minha máquina toda funcionando para 78% dos contratos, acabo comprometendo o andamento daqueles poucos contratos que têm um impacto maior e um investimento maior. Essa justa medida está sendo trabalhada. A gente sabe a importância que têm as pequenas obras, as pavimentações, as drenagens, mas deve tomar cuidado para que isso não consuma todo o Ministério e acabe comprometendo as políticas de médio e longo prazos.

Planejamento e Gestão. Elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, como uma diretriz, um diretor das nossas políticas, para que fique transparente e claro, para toda a sociedade e para o Congresso, o que o Executivo pretende, o que o MDR pretende executar, para saber o que é prioritário,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa discutir, em conjunto, e alterar, se necessário. Mas há que se ter um plano claro para todos.

Saneamento. Tratamento de água. Azul é acima de 90%; vermelho é abaixo de 20%, uma situação muito ruim. Vejam que não mudou muita coisa. Aquele quadro 1 é de 2007 e o outro é de 2017. Dez anos se passaram e nossa situação de abastecimento pouco se alterou. É evidente que a gente precisa trabalhar. Há uma necessidade grande. As áreas brancas são sem informação. Então, não posso dizer se tem ou não tem abastecimento. É uma falha do sistema que precisa ser corrigida. A informação é essencial, sem informação não há administração. Precisamos ter a informação para poder administrar.

Mas esse quadro não é o que mais me preocupa, o que me preocupa é esse: a situação do esgotamento sanitário. Nada, praticamente nada mudou. Então, a gente vê regiões em que o mapa é todo branco, sem informações, sem que a gente tenha uma noção clara do que precisa ser feito. Sobre as regiões que mais precisam, que a gente sabe que são deficitárias, no Norte, principalmente, não temos sequer informação para poder tomar as decisões. É uma ação da Secretaria que altera e faz o SNIS funcionar e ser preenchido adequadamente. A gente precisa saber a situação real do saneamento no Brasil. A ausência de saneamento causa prejuízos à saúde e à economia. Trabalhador doente não trabalha, filho doente compromete mãe e pai, que ficam preocupados. Então, essa é uma situação que envolve, além da qualidade de vida, o desenvolvimento totalmente. Não é à toa que o tema do Dia Mundial da Água, elegido pelo Ministério, é o saneamento, é o esgotamento sanitário. A gente precisa resolver essa situação, isso é essencial e primordial.

Medida Provisória 868, editada no final do ano passado, está aqui na Casa, está em análise, está em definição do Relator. Vamos trabalhar... A proposta que foi é resultado do relatório do Senador Valdir Raupp do ano passado. Acolhemos muitas daquelas definições que foram feitas, temos algumas propostas de alterações. Quero apresentar aqui para a Casa, em audiência, no dia 21 de março, que antecede o Dia Mundial da Água, a nossa proposta, quais são as alterações em detalhes para que Senadores e Deputados conheçam a proposta do Governo, o que a gente quer alterar, por que essas alterações estão sendo propostas. Só ressaltar que é essencialíssimo – não é essencial, é essencialíssimo.

Sem a alteração do marco, sem uma mudança significativa, aquele quadro que a gente viu, aquele mapa, daqui a dez anos, vai continuar da mesma forma. Ou a gente muda o marco regulatório... Aqui os senhores são os que têm o poder da caneta, que conseguem legislar e alterar de fato concreto uma realidade que hoje é muito triste.

A gente precisa aumentar a concorrência do setor, a gente precisa ter condições de investir, ter recursos. Com a legislação atual, há uma insegurança muito grande, os modelos econômicos não param em pé, os modelos de negócio, cada tarifa... A mudança das tarifas pode ser feita a qualquer tempo, totalmente regionalizada, municipal. Os investidores querem, vários investidores já sinalizaram que o Brasil é um foco, o saneamento é muito importante, há condições, o modelo para em pé, mas precisa de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança. Eles precisam saber quanto vai ser a tarifa, quais são as regras. É preciso deixar isso muito claro. Então, essa mudança é essencial, não vou entrar em detalhes, mas eu só digo que sem isso teremos, daqui a dez anos, um mapa como estava em 2007, e não podemos aceitar isso. Isso é primordial para o desenvolvimento do País e para o desenvolvimento das regiões, principalmente Norte e Nordeste.

Aqui estão algumas das linhas principais: ampliação e aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio ao investimento; fortalecimento institucional dos titulares, prestadores e reguladores; e articulação de programas prevendo continuidade, melhoria e racionalidade na aplicação dos investimentos. Podem ver que tudo está ligado a investimento, tudo está ligado à uma gestão inteligente dos recursos tanto privados quanto públicos. Saneamento é essencial.

Aqui, melhoria dos processos, gestão da carteira. A gente precisa entender aquilo que pode ser feito de fato, e aqueles projetos que são inviáveis, retirá-los da carteira, sanear a carteira e focar no que é importante e tem entrega. Senão a gente vai ficar enxugando gelo e não vai sair do lugar.

Habitação, a última Secretaria, que deixei não à toa para o final. A Habitação tem duas linhas mestras: uma, produzir habitação e melhorar a habitação. O Brasil tem estes dois problemas: tem um déficit gritante de habitação e tem habitações precárias, com muitas pessoas morando em situações, inclusive, indignas. Então, a gente precisa atacar as duas frentes: a gente precisa conseguir dar uma oferta de moradia que seja viável e acessível às pessoas e melhorar aquelas moradias, aquelas situações, aqueles assentamentos precários em que as pessoas sobrevivem, mas não vivem. Não podemos fechar o olho para uma realidade social que salta aos olhos de todos que passam em comunidades, em beiras de rios, que veem pessoas morando em palafitas, favelas, cortiços, situações que precisamos atacar. São brasileiros, merecem o respeito de todos, merecem o empenho do Governo. E este é o foco: promover o acesso e promover a melhoria das condições.

Aqui são várias diretrizes. A gente não precisa passar por todas elas. Mas, basicamente, o que a gente precisa fazer? O investimento público tem que ser direcionado para aqueles que mais precisam, aquelas pessoas que moram em área de risco, em que há risco à vida humana, estão em encostas e não têm condições. Elas não estão lá à toa. Se pudessem... Nenhuma família está numa encosta porque quer ver o filho, a filha sob o risco de uma enchente matar todos. Está lá porque não tem condições, está lá porque não tem uma oferta de moradia para que possa sair daquela condição. Então, este é o foco: a gente precisa investir prioritariamente para tirar as pessoas de áreas de risco, para que a vida humana esteja preservada. Esse é o foco número um do programa habitacional do Governo.

Temos questões associadas a investimentos importantes do PAC, de obras estruturantes que, quando fazem as obras, acabam alterando a realidade de habitação, VLTs, BRTs, entre outras, em que você precisa remover as famílias. Essas famílias não podem ser simplesmente removidas porque a cidade precisa daquilo. É preciso dar uma opção digna num local com que elas estejam de acordo. Não é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma imposição. O Governo precisa fazer certas obras, mas precisa olhar para quem está na cidade. Então, o objetivo e uma segunda prioridade é: obras associadas ao PAC que tiveram impacto nas famílias precisam também ter um olhar diferenciado do Minha Casa, Minha Vida, para que possam ser devidamente alocadas.

Habitação: déficit, produção, inadequação, qualidade. Este é o quadro. Ali é o que nós temos: o mais escuro é o que está acima de 500 mil; o mais claro vai até 50 mil unidades habitacionais. Chama a atenção, pelo menos me chamou a atenção, Minas Gerais. Minas Gerais está com déficit e inadequação mais altos, mais de 500 mil unidades habitacionais. É um dado que não esperávamos ver, principalmente em Minas. Então, quando algumas políticas habitacionais são executadas, há de se ter uma certa cautela e responsabilidade. O que o senso comum diz não necessariamente é o que os dados informam.

Há uma necessidade premente de habitações no Estado do Pará. Olhem a situação do Pará em relação à inadequação e ao déficit. A gente precisa investir, de maneira contundente, principalmente nos Estados que estão mais escuros. Então, a gente tem ali: Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas, Espírito Santo e, por incrível que pareça, cá estamos, Centro-Oeste. Goiás está com uma situação muito precária. Inadequação habitacional são pessoas que moram em situações muito precárias. Não dá para imaginar que, pelo fato de as pessoas estarem sob um teto, elas estejam devidamente acolhidas numa moradia. Por isso, eu falo: casa e moradia são coisas diferentes. Casa é uma estrutura física; moradia é quando a pessoa está devidamente acolhida na sua residência. O objetivo é que a gente resolva essas duas situações.

Agradeço a todos e digo, por fim, que questões orçamentárias, financeiras são uma preocupação. Iniciativas são muito boas, mas, sem a gente ter os meios para executá-las, fica só numa conversa.

Conto com o apoio do Senado para que os projetos que venham, principalmente na área de segurança hídrica, defesa civil, saneamento e habitação, tenham um olhar diferenciado.

Presidente, agradeço pela oportunidade, peço desculpas por ter me adiantado no horário.

Pela paciência de todos os senhores, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ministro.

Já passo imediatamente, então, aos inscritos, mas, inicialmente, a uma das autoras do requerimento, a nossa Senadora, Vice-Presidente da Comissão, Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar convidado.) – Bom dia, Presidente, Senador Izalci, Ministro Gustavo Canuto, meus colegas Senadores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, estou vendo vários do Nordeste. Quando se fala da Região Nordeste, a gente está sempre presente, ouviu, Ministro?

Quero parabenizar aqui o Ministro pela exposição. Eu, como médica de formação, posso dizer que o senhor deu um diagnóstico preciso das situações. Aí, é o seguinte: o senhor prioriza água, esgoto e moradia. Realmente, eu sou do Rio Grande do Norte, em que há a Amazônia Verde, como se diz. Apesar de o Estado ser pequeno, a gente tem a segunda maior orla marítima, perdendo só para a Bahia. E temos sal. Somos o maior produtor e exportador de frutas do Brasil, mas nós temos um problema seríssimo de água, como se diz.

O senhor esteve lá... Eu perguntaria ao senhor: com o orçamento que o senhor mostrou, que caiu, em 2014, de 30,5 bilhões para, em 2019, 14,8 bilhões, e unindo isso à Emenda 95, que pôs teto nos gastos... E eu queria chamar a atenção aqui não só para o Ministro... Ele visitou o Estado, e eu digo que ele é um técnico, deu uma aula aqui que a gente não tem como questionar, mas sabe o que eu questiono? A gente está falando muito em ajuste fiscal, que eu acho correto, necessário, mas a gente tem de falar em economia.

Por exemplo, os Estados e os Municípios podem se ajustar fiscalmente, eu não tenho nada contra, mas com um projeto de investimento para a gente gerar emprego e renda, gente. Ninguém sai dessa situação sem ter geração de emprego e renda. Eu citaria aqui, por exemplo, que o Governo poderia olhar que eu quero dizer que isso aqui é um programa, um diagnóstico... Isso aqui não depende de partido, não é, Izalci? Aqui a gente está falando de gente que defende gente.

Então, o que acontece? Nós temos... Eu mostro aqui, no Minha Casa, Minha Vida, com esse déficit habitacional... O Governo... Nós temos bancos estatais, como Caixa Econômica, com 12 bilhões de lucro no ano passado e zero investimento nas casas. Eu digo isso, porque eu fui procurada por pequenos construtores, porque a gente sabe que a construção civil é que alavanca os empregos mais rapidamente, e é disso que a gente está precisando. Eles procuraram e eles têm casas prontas, imóveis prontos, a Caixa Econômica tem, no mínimo, cinco pessoas aptas a comprar aquele imóvel, por cada imóvel e, em praticamente um ano, todos falidos. Imóvel pronto, gente apta a comprar, e falida.

Então, eu conversei, estive com a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte e com o Ministro Paulo Guedes e fiz questão de explicar isso. Tudo bem, a gente está aqui, a gente vai fazer o dever de casa, como é chamado, mas, se a gente não alavancar a economia, é simples: se não há quem compre, o comércio não vende; se o comércio não vende, a indústria não vende e o Governo não arrecada!

No próximo ano, nós vamos estar aqui novamente, os Governadores, mesmo que o Ministério da Economia tenha resolvido, com o mesmo problema, porque nós vamos ter mais desempregados. Então,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nós aqui, Senadores desta Casa, independentemente de partidos, temos que cobrar, e está aqui o Ministro mostrando que há um diagnóstico, há como resolver.

O meu Estado tem a transposição do Rio São Francisco, assim como a Paraíba, Pernambuco e Ceará, onde ainda não terminou. É essencial, mas é preciso investir em quem gera emprego e renda neste País.

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, Ministro, quero lhe perguntar: como o senhor vai fazer com 52% a menos no orçamento se não crescer a economia? Vai ser difícil, porque, mesmo com as emendas da gente, é 1,2% da receita corrente líquida, e, se essa cair, a gente não vai ter como investir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou sugerir que nós ouçamos de três em três ou de quatro em quatro, para o Ministro, em seguida, dar as respostas. De quatro em quatro, então.

Assim, já passo imediatamente ao nobre Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Bom dia, Presidente Izalci. Bom dia, Ministro Gustavo Canuto.

Fiquei aqui atenciosamente analisando a sua apresentação e me preocupou muito a questão habitacional. Sou de um Estado, a Bahia, onde a área escura do seu mapa realmente nos preocupa; entretanto, há um assunto que eu queria tratar pontualmente que diz respeito ao Programa Minha Casa, Minha Vida, Oferta Pública Sub 50.

Esse programa provoca uma apreensão muito grande em vários Estados. São 25 Estados com 1.961 Municípios onde existem 29.173 unidades habitacionais, com obras em andamento, necessitando de recursos da ordem de R\$350 milhões para a sua conclusão. No Orçamento de 2019, aprovado no ano passado, não conseguimos detectar a rubrica para a conclusão dessas obras, que estão paralisadas, e ainda saiu alguma coisa, por parte do Governo, no sentido de que quem não estivesse com até 80% das obras prontas teria que devolver os recursos.

Assim, eu queria perguntar a V. Exa.: como é que ficam as obras espalhadas ao longo do Brasil que têm 30%, 40%, 50%, ou seja, que não chegam aos 80%? E os beneficiários, pessoas que moram debaixo de palha de ouricuri, de lona preta, que estão ansiosos para que a sua casa seja entregue? V. Exa. não acha que é uma maldade cortar esse programa principalmente na questão das obras que estão em andamento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que V. Exa., pela sua juventude, e senti, na sua apresentação, a emoção quando falou dos dados negativos de saneamento, de água e, principalmente, de moradia... Eu gostaria que V. Exa. analisasse e que fosse editada uma medida provisória prorrogando o prazo de conclusão das obras para 31 de dezembro de 2020 do Programa Minha Casa, Minha Vida, Oferta Pública Sub 50, para atendermos aos 25 Estados, que têm 1.961 Municípios onde existem 29.173 unidades habitacionais, com obras em andamento, necessitando de recursos da ordem de R\$350 milhões.

Fiz questão de repetir algumas algumas frases para que V. Exa. analisasse com carinho, porque umas das demandas que os políticos, principalmente no meu Estado, sofrem é quando os prefeitos os procuram, os vereadores, as lideranças e até entidades, para saber: "Minha casa vai sair? Minha casa vai ficar como está?" Inclusive, estão acontecendo invasões nessas casas que estão ainda no esqueleto. Pessoas estão invadindo porque saiu a notícia de que as obras não seriam concluídas. Então, virou agora uma demanda judicial muito grande.

E por que eu peço que seja editada a medida provisória prorrogando até 2020? Porque é do mandado dos atuais prefeitos. Quando entra um prefeito novo acontece um problema seríssimo: o prefeito novo que entra quer trocar o beneficiário. Isso causa um caos, porque principalmente, quando se trata de um prefeito que ganha a eleição de um oposicionista, ele acha que aqueles beneficiários são pessoas, são eleitores dele.

Por isso, eu proponho até o final do ano de 2020, que é quando se encerra o mandato dos atuais prefeitos. A partir daí, Ministro, caso as construtoras e as prefeituras não tenham condições de concluir as obras, eu sou a favor de que o programa seja cortado, porque aí eu acho que o Ministério já deu prazo demais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia, Ministro. Obrigado pela sua presença. Obrigado, Presidente.

Saudando aos demais colegas que estão aqui hoje, eu queria dar o meu testemunho de que o Ministro tem sido muito acessível inicialmente. Fazendo esse parêntese inicial, quero agradecer pela sua atenção sempre dispensada aos nossos pleitos. V. Exa. recebeu a Governadora Fátima Bezerra já por duas vezes em seu Ministério e tem vindo ao nosso Estado nos visitar.

Eu queria dividir aqui a minha fala, como sempre, em dois capítulos: um, geral, sobre o Brasil, sobre a sua árdua tarefa; e, outro, sobre o meu Estado especificamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a parte nacional, basicamente o que me preocupa é a questão orçamentária do Ministério. Estamos vendo claramente, pelos relatórios que temos aqui, que o orçamento do Ministério caiu 52% de 2014 até agora, 2019, impactando diretamente o Minha Casa, Minha Vida, como já se falou, o Pacto pelo Saneamento, o Água para Todos e outros programas importantes. Na parte de recursos hídricos, passou de 4,4 bilhões, em 2014, para 1,9 bilhão, numa redução de 57%. Então, claramente, a gente vê que, por mais que haja boa vontade da sua parte e que a sua apresentação nos inspire, há um grande desafio que é como fazer isso com metade ou menos do dinheiro.

Em relação à gestão da integração das bacias, particularmente o nosso programa do São Francisco, a gente ainda tem muitas dúvidas. Apesar do seu périplo pelos Estados, ficaram ainda muitas dúvidas sobre qual é, afinal, o modelo de gestão que vai ser escolhido, como vai funcionar essa tarifa.

Nós, inclusive, apresentamos uma ideia complementar a uma que já circulava sobre o uso da energia solar lá para a área do bombeio e para outras demandas energéticas ao longo da servidão do programa, para que diminuíssemos substancialmente... Se não me engano, nós conversamos sobre isso, algo em torno de 80% ou próximo disso, mais de 70% dos custos da tarifa, digamos assim, da gestão e de operação da transposição seriam custos energéticos, custos da conta de eletricidade, de luz, de energia.

E sobre o uso da servidão, justamente o uso da servidão, eu coloquei inclusive com imagens um projeto na Índia onde se utiliza basicamente um gradil em cima do próprio canal, e colocam-se as placas ali. Então, fazendo uso disso poderíamos diminuir bastante a proposta.

Mas o que eu digo é maior até. Trata-se do modelo de gestão em si, quem gere, quem é proprietário daquilo, quem opera. Enfim, saber se isso é PPP, se é privado, se é público. Tudo isso ainda está muito em aberto. Nós queríamos saber do Governo, deste Governo, desta administração federal, o quanto antes, como é que isso vai funcionar e como nós aqui no Parlamento podemos ajudar para que isso ocorra da melhor forma possível e de forma a preservar todos os interesses, principalmente sociais envolvidos nesta questão.

Em relação a casos específicos, sem cansá-lo demais, nós temos uma, praticamente uma obra importantíssima que eu acho que não foi muito tratada nas últimas reuniões que tivemos, mas gostaria de salientar aqui: é a tal engorda da Praia de Ponta Negra. Todo mundo que conhece Natal conhece a Praia de Ponta Negra, um grande cartão postal para nós e talvez o maior ativo turístico que a cidade tem, a capital do Estado. Temos ali uma situação bem grave, de muito tempo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Um terço desse recurso já saiu. Os outros dois terços estão já consignados. Falta simplesmente liberá-los. Enfim, são 37 milhões aproximadamente, importantíssimos para a prefeitura e importantíssimos para o Estado.

Há também alguns casos que vêm surgindo, Ministro, que, em função da questão de Brumadinho, muitas pessoas têm observado. Trata-se das barragens. Nós temos várias barragens do Dnocs que estão sendo agora fiscalizadas – é até...

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... bem-vinda essa postura – pela própria população, que coloca vídeos etc. Nós acabamos listando esse processo e deixando lá no Ministério para as devidas providências, em conjunto até com o Governo do Estado, conosco. Gostaria de salientar também isso.

E o nosso Trecho 4 da transposição, que eu não gosto nem de chamar de ramal. Ele foi batizado de Ramal do Apodi, mas é o Trecho 4 da transposição. Portanto, é parte do projeto inicial da transposição. Esse, sim, só para salientar e finalizar com isso: são 2 bilhões, e conseguimos uma emenda de bancada de 5 milhões. Isso dá, então, para fazer um projeto ou meio projeto, mas nós temos de resolver o problema. De fato, precisamos ter uma resolução qualquer que encaminhe esse processo, porque é trecho da transposição. Não é um ramal, não é um apêndice, não é um anexo.

E o Rio Grande do Norte, só para finalizar, depende disso daí...

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque o Rio Grande do Norte não tem rio próprio. O Rio Grande do Norte, diferentemente de outros Estados vizinhos do Nordeste, não tem um rio próprio. Então, toda a nossa água é federal, digamos assim. A jurisdição dela é federal. Nós não podemos sozinhos revolver o nosso problema de águas de grande porte, de grande escala. Nossa água é federal.

Então, o Governo Federal pode nos condenar a ficar isolados. Com todo o advento maravilhoso da transposição do Rio São Francisco, o Rio Grande do Norte pode acabar sendo o único Estado, lá na ponta, que acabe ficando isolado nesse aspecto. É só para salientar isso.

Agradeço a sua presença.

Eventualmente, são bem-vindos os seus comentários sobre o que eu falei aqui.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O próximo Senador inscrito é o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente Izalci, meus cumprimentos. Bom dia aos demais outros companheiros. E à querida proponente desta reunião, Senadora Zenaide Maia, meu abraço.

Ministro, minhas saudações. Quero confessar-lhe, neste primeiro contato, que me chamou a atenção a sua versatilidade, a competência e a desenvoltura que foram bem acentuadas pelos que me antecederam a partir da Senadora Zenaide.

Tentarei aqui resumir. Fiz alguns apontamentos de preocupações que são atinentes. Imagino – não, tenho absoluta certeza – que V. Exa. bem o sabe, em especial no que diz respeito a nós, majoritariamente aqui representantes dos interesses dos nordestinos. Mas é muito preocupante isso, Ministro. A Senadora Zenaide bem o disse. É muito complicado, inclusive, propor algo que vá além da sua capacidade. Mais do que preocupante, chega a ser para nós algo que nos chama a atenção como dar-se-á a sua intervenção, no caso a intervenção do Ministério, que tinha anteriormente, Ministro Fernando Bezerra, V. Exa. que é catedrático no assunto, até porque já ocupou uma das pastas... Imagino como se deu essa fusão... Se simplesmente por força de uma justificativa política no sentido de diminuir a presença do Estado ou de diminuir os custos administrativos ou se essa fusão terminou por trazer maiores complicadores ao diminuir a presença orçamentária de uma e de outra pasta. Eu não sei. V. Exa. poderia nos trazer estas informações: com o que trabalhava o Ministério das Cidades em termos de orçamento, com o que trabalhava em termos de orçamento o Ministério da Integração Regional e com o que, hoje, somados, eles trabalham?

Sob essa perspectiva e projetando uma queda, como V. Exa. nos apresentou, é difícil perguntar-lhes, senão pedir a V. Exa. um cronograma. Eu vou começar particularizando as minhas preocupações que dizem respeito ao Rio Grande do Norte, a Pernambuco, ao Ceará. Nós temos um Eixo... Campina Grande foi beneficiada. Eu costumo dizer, Zenaide, que não foi alegria completa nossa, campinenses, termos sido literalmente salvos com o último tocar do gongo, quando tínhamos apenas 3% no Epiácio Pessoa. A alegria nossa não é completa quando nós observamos que, na nossa fronteira, Rio Grande do Norte/Paraíba, o Eixo Norte se arrasta e se arrasta há pelo menos três anos.

No seu cronograma, quando, de fato, efetivamente – e esta pergunta se torna reiterada –, será entregue o Eixo Norte, que vai beneficiar toda aquela região do Sertão da Paraíba e o vizinho Estado do Rio Grande do Norte e o Ceará?

Outro ponto que me preocupa profundamente são as questões que envolvem os nossos Municípios no quesito dos resíduos sólidos. Os prefeitos de todos os Estados, principalmente os da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Região Nordeste, estão sendo instados a assumirem, a se comprometerem, assinando termos de ajustamento de conduta, com a instalação de usinas, ou nem de usinas, mas de aterros sanitários, sem absolutamente terem a capacidade mínima, Presidente Izalci, de suportar os valores que são exigidos para essa instalação. E não há, da parte do Ministério... Não estou – saiba V. Exa., até porque V. Exa. está sentado na cadeira há 60 dias, menos de 60 dias – falando de V. Exa., mas estou falando de Governos anteriores. Não houve qualquer tipo de sinalização para que essas ajudas pudessem chegar. E, mais à frente, a esses prefeitos...

(Soa a campanha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Vou encerrar, Presidente, rapidamente.

Eu fui prefeito, Fernando Bezerra, e tive a oportunidade – porque Campina Grande era uma cidade que comportava ou dava melhores condições – de implantar um aterro sanitário. Mas imagine cidades com cinco mil habitantes, dez mil habitantes, onde não há interesse na celebração de parcerias público-privadas! O que o Ministério antevê em termos de ajudas efetivas para a solução desses casos extremamente prementes, cogentes, que já bateram às portas dos Municípios nordestinos?

Eu queria também falar a V. Exa. sobre outras perguntas, se tivermos tempo à frente, sobre a presença da Sudene. A Sudene foi completamente esvaziada; se não só a Sudene, as outras superintendências. Qual vai ser a política efetiva de restabelecer condições...

(Soa a campanha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... às suas atribuições? Há esse interesse ou não?

E, por fim mesmo, V. Exa. enxerga um aporte suficiente nesses próximos meses sem que, por exemplo, o próprio Governo Federal o faça através – e Zenaide bem trouxe – de parceiros federais, como o BNDES, que tem uma reserva considerável, como o Banco do Nordeste do Brasil, como a Caixa Econômica? A mim parece que são instituições que se dizem fomentadoras, mas que, em termos efetivos e práticos, assim não se apresentam, porque, se V. Exa. ficar na expectativa de ajudas de emendas parlamentares, ou de outras sugestões, ou de melhorias no orçamento de um ano para outro – e essa melhoria não será algo extraordinário –, nós não vamos a parte alguma.

Eu não quero aqui fazer um discurso aterrorizante, absolutamente, até porque essas preocupações, por ter esse domínio sobre essa situação,...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... são muito mais de V. Exa., mas são algumas das minhas apreensões e percepções à sua, repito, muito bem feita e qualificada apresentação, mas que termina esbarrando naquilo que há de mais difícil de se resolver que é a questão orçamentária e financeira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu passo a palavra, então, para o Ministro, e, em sequência, retomamos a lista de inscrição.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Senadora Zenaide, acho que o primeiro ponto que permeou todas as perguntas é a questão do orçamento *versus* o sonho, a vontade de resolver, o diagnóstico que foi apresentado que é totalmente pertinente. Concordo totalmente, Senador Veneziano, com o fato de que esperar uma suplementação robusta do orçamento, emendas não vai resolver o problema e seria no mínimo ingênuo da minha parte. Então, o foco não é esse. O foco: os fundos e os bancos regionais. Aí eu falo sobre o BNB e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste especificamente. São R\$23,7 bilhões. O BNB tem linhas de crédito e microcrédito muito grandes.

Sobre o que a Senadora perguntou: "como conseguir a geração de emprego e renda?". Sabidamente, pequenos empreendedores, microempresas, pequenas empresas são os que mais geram emprego e renda. A gente precisa estimular o microcrédito na Região Nordeste, facilitar, desburocratizar as questões com o banco. O banco tem capital suficiente para fazer mudar essa realidade e aplicar bem os fundos.

Além dos fundos, os incentivos fiscais. Hoje, a renúncia fiscal no Nordeste é muito grande. Com três dias de Governo, o Presidente teve uma ação, a meu ver, muito corajosa e cuidadosa, ao prorrogar os incentivos, mesmo com tão exíguo tempo, mas ele percebeu a sensibilidade daquilo. No entanto, nem o Presidente e nem o Ministro entendem que os incentivos estão sendo bem alocados, nem o Ministério da Economia. Então, é neste caminho que está o dinheiro grosso, para falar em português bem claro. Está nos fundos, está nos incentivos, está no microcrédito. Acho que o caminho é por aí.

Quanto às nossas ações, o orçamento, num futuro bem próximo, vai ser para manter a máquina administrativa. Os investimentos vão ter que vir dos fundos públicos ou de investimentos privados, tanto que, na alteração da estrutura do Ministério, o que fizemos?

Há uma subsecretaria para cuidar do financiamento público, que é uma subsecretaria de fundos, ligada à Secretaria Executiva, que vai ter o papel de conseguir fazer a gestão de fundos públicos, e aí eu digo todos eles, como o FGTS, o FNHIS, por exemplo, o que o senhor imaginar, os fundos constitucionais, os fundos de investimento, todos eles. Uma análise, e ela está na Executiva para poder fazer isso de forma transversal, para alcançar todas as finalísticas. A gente tenta alcançar todas as políticas. Se alterações normativas e legislativas vão ser necessárias, a gente vai trabalhar para isso. Então, o objetivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é usar os fundos públicos de maneira inteligente em todas as nossas políticas. Outra subsecretaria que foi criada é a Subsecretaria de Articulação, Parcerias e Investimentos, que é justamente o lado privado: a gente conseguir, com parcerias privadas, financiar grandes investimentos.

Saneamento e mobilidade são áreas de grande interesse privado e que podem, sim, ser beneficiadas. Então, essa redução no orçamento é, sem dúvida, um grande desafio. Não vai ser fácil resolver, mas a gente tem outros meios. O fato é olhar para a situação de forma diferente, sair um pouco da caixinha, em que a gente está acostumado a ver o orçamento, ver o dinheiro do imposto, correr atrás dos Parlamentares para conseguir colocar as emendas e tentar executar da melhor maneira. Os desafios são grandes demais inclusive para o nosso orçamento. Então, a gente precisa buscar outras parcerias, outros arranjos para conseguir viabilizar isso.

No meu entendimento, a gente precisa entender as áreas, o que tem maior apelo privado e, no caso, mobilidade e saneamento têm um grande apelo privado. Há possibilidade de investimento robusto; habitação, menos. Habitação e FGTS têm de ser muito bem trabalhados. A gente já tem uma situação no FGTS que não é tão confortável como já foi. Então, há recursos ainda no FGTS. Com o devido recurso da AGU, a gente vai destravar e efetivar a habitação.

Segurança hídrica. Em segurança hídrica, fica um misto: temos uma necessidade pública muito grande, mas também uma possibilidade privada importante. O São Francisco, por exemplo. Eu vou misturar um pouco as perguntas, porque tudo está meio ligado, mas respondendo para a Senadora Zenaide, a operação do São Francisco tem um custo energético muito alto, modelos alternativos têm de ser trabalhados. O modelo fotovoltaico é o que está em voga, é o que está sendo pensado. Isso é investimento privado. Esse investimento privado pode nos financiar outras coisas. Uma ideia de você dar com uma mão para o privado, mas cobrar com outra, é um caminho.

A gente sabe de potenciais eólicos na Paraíba, em Pernambuco, no Ceará. Você vai conceder essas áreas, vai possibilitar que instalações de usina sejam feitas sem nenhuma contrapartida desses investidores? Não. Você fala: "Olha, tudo bem. Você quer utilizar nosso potencial eólico, O.K., mas você vai ter que investir em meus arranjos. Você vai ter que me ajudar na agricultura irrigada". Então, são modelos. Eu não tenho as respostas prontas, como o senhor disse, em 60 dias, mas pensar diferente, chamar o privado, mas com um olhar público. A gente precisa do investimento, a gente precisa tê-los conosco, mas é preciso direcionar, porque o País precisa, as políticas públicas e financiar essas políticas.

É interessante para o setor privado, vai ter um retorno, há nichos da economia que são muito rentáveis; outros, nem tanto. Vamos misturar um pouco as duas coisas para conseguir avançar. Então, a visão que eu tenho, além de fazer uma gestão intensa com o Ministério da Economia, mostrar a relevância, ir atrás de remanejamentos, é trabalhar o orçamento de maneira inteligente. Os senhores mais do que ninguém sabem que o orçamento aprovado na LOA e o orçamento do final do ano são bem diferentes. Remanejamentos acontecem, discussões são feitas. Então, há uma margem para se discutir,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas entendo que ela não é tão grande. A busca é por outros modelos, tanto privados, quanto fundos públicos.

Com relação aos pequenos construtores, Senadora. Muito bem colocado. A preocupação é total. A gente tem recebido também os pequenos construtores. Eu vou dar uma explicação de o que aconteceu com o Minha Casa, Minha Vida nesses dois primeiros meses, porque eu acho que passou da hora, inclusive, para que a gente dê esses esclarecimentos.

O Minha Casa, Minha Vida tem uma demanda financeira muito grande. Para a gente rodar o programa de uma maneira para atender à demanda que existe, poder liberar os financiamentos, pagar as obras que estão em andamento, há uma necessidade de 300 milhões/mês. Eu preciso de OGU, tanto para o Faixa 1, que eu vou pagar as medições daquilo que não tem financiamento, quanto da Faixa do subsídio que eu passo para os financiamentos. Dez por cento dos subsídios das Faixas 1,5, 2 e 3 são OGU. Se o Governo não manda isso para a Caixa Econômica, a Caixa Econômica não pode liberar o financiamento. Então, a gente tem relatos de pequenos construtores que têm uma casa pronta, precisam de R\$3 mil para poder fechar o negócio com a Caixa e os R\$3 mil são nossos, são do subsídio, e a gente não consegue passar porque não tem OGU. Não há recurso da União para passar, e a Caixa não pode fechar o negócio.

Estamos totalmente cientes da situação. A gente sabe que, em janeiro e fevereiro, foi muito abaixo. A gente só conseguiu passar 150 milhões, metade da necessidade. Por isso que retraiu tanto, por isso que segurou tanto. O limite de pagamento foi definido por um decreto do Presidente em 15 de fevereiro, decreto de programação orçamentária e financeira. Nesse decreto, são previstos os limites de pagamento. Foi dado um limite de pagamento para o MDR até fevereiro muito menor do que a necessidade do órgão. Por isso, a gente não conseguiu fazer o repasse do recurso. Já foi encaminhada ao Ministério da Economia uma solicitação de antecipação dos nossos limites, 75% dos limites de outubro, novembro e dezembro...

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – ... para que voltem, para que sejam antecipados para março, abril, maio, junho e setembro. Com isso, a gente vai ter uma injeção de 1,35 bilhão nesses meses, principalmente em março. O objetivo, sendo aprovado pela economia, é compensar o que não foi feito em janeiro e fevereiro e regularizar a situação a partir de março.

Então, está sendo trabalhado, está sendo conversado com Casa Civil, Ministério da Economia. Hoje, por sinal, há uma reunião em que a gente vai discutir isso para definir essa situação, para poder voltar e liberar os financiamentos, porque eu sei da criticidade.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. *Fora do microfone.*) – Ministro, desculpe, até porque não é protocolar, mas essas informações podem chegar à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta? Porque ontem, por exemplo, houve uma carreata e uma manifestação em João Pessoa, da parte de corretores, de construtores em frente à Caixa Econômica, e o que mais incomoda os mesmos é exatamente o fato de que a Caixa diz que não chegou, como, de fato, confirma-se. E há uma pergunta permanente...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... Se V. Exa. pudesse oficialmente fazer chegar essas informações de que está sendo trabalhada a antecipação daquilo que se receberia no segundo semestre, acalmaria... Pelo menos, criaria uma boa expectativa.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Claro. A gente até soltou uma nota, soube das manifestações, legítimas. A gente soltou uma nota indicando isto, essa antecipação desse quase 1,35 bilhão; não no segundo semestre, a partir de março. O nosso objetivo é que em março já regularize, compense janeiro e fevereiro e comece a pagar março e vá até setembro, para a gente ter tempo para buscar uma ampliação do limite de pagamento de outubro, novembro e dezembro.

O objetivo é esse para que a gente dê conta e até possa ampliar. Está em discussão com o Economia, está avançado. Hoje espero que nós tenhamos uma definição bem clara e que a gente possa, amanhã, noticiar isso de uma maneira clara: "Conseguimos, vai ser antecipado. Fiquem tranquilos." Esse é um ponto, o dos pequenos construtores.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Outro ponto são as contratações que foram feitas e a questão orçamentária. No Minha Casa, Minha Vida, o OGU é OGU. Há uma necessidade de recurso da União. Não há como mudar isso, então não há alternativa, não há fundo público, não há privado. Eu preciso de recurso da União.

Eu estou com um déficit considerável do que já havia sido contratado e de contratações que foram feitas no final do ano. Se eu quiser que isso se mantenha, eu preciso ter um... Tem que ser responsável. Tem que se fazer uma gestão responsável, porque, se eu autorizo que essas obras tenham um andamento e que se iniciem sem recurso orçamentário, vai chegar em agosto e o programa para, como aconteceu em 2015.

Então, toda a discussão que está havendo é que estamos alinhando a perspectiva de sinalização orçamentária para que a gente possa honrar e dar início às obras, porque, se a obra for iniciada, o Governo tem a obrigação de garantir a sua execução. O que eu não posso é permitir que uma obra seja iniciada sabendo que eu não tenho orçamento para aquele contrato que foi celebrado. Essa é a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma questão orçamentária também está em curso. Foi solicitada uma ampliação, uma suplementação de um 1,5 bilhão no orçamento do Minha Casa, Minha Vida para a gente garantir que não haja nenhum problema na execução daquilo que já está em andamento, nem tampouco naquelas contratações que foram feitas no final do ano.

Só para deixar claro que é uma questão que está sendo discutida. Em momento algum, o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministro Canuto pensou em cancelar, suspender, acabar com o Minha Casa, Minha Vida. A gente entende a prioridade da política, só que tem de haver uma gestão responsável justamente para não comprometer o programa, porque seria muito fácil falar agora que está tudo bem; em julho, não haver recurso, e todas as construtoras pararem. Aí, sim, seria uma quebraadeira. Então, o objetivo é haver uma gestão responsável dos recursos.

Eu espero que a tenha respondido, Senadora. Agradeço aos questionamentos.

Senador Angelo Coronel, sobre a habitação, a gente falou aqui e está muito ligada ao Minha Casa, Minha Vida. Então, só deixar claro que é prioridade para o MDR. Entendemos a necessidade. Temos deficiências concretas de orçamento que a gente precisa resolver até o meio do ano, com certeza. Eu preciso agora de uma sinalização da Economia para poder autorizar o início das obras que foram contratadas no final do ano, mas eu preciso, mais do que uma sinalização, que isso de fato aconteça até o meio do ano; caso contrário, eu tenho o programa comprometido.

O objetivo é uma negociação muito clara com o Ministro Paulo Guedes, para que a gente consiga esses recursos; caso contrário, não há a possibilidade de autorizar o início das obras que foram contratadas no final do ano e há um risco de que as obras que estão em curso tenham dificuldades, mas isso está no radar. É prioridade número um da habitação para que a gente consiga o recurso.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Mas, Ministro, a questão desse Oferta Pública, independentemente do recurso, é a questão da dilação...

O SR. GUSTAVO CANUTO – A gente vai chegar lá.

O Oferta Pública é específico, foram duas seleções específicas. A gente entende o problema. Foi discutido. Foi um ato normativo do extinto Ministério do Planejamento, que exigiu que a entrega fosse feita até aquela data. A análise está sendo feita, Senador, a gente concorda que há a necessidade de uma edição de uma MP.

O prazo – eu entendi o seu posicionamento sobre 2020 – faz sentido. Eu entendo assim. Isso já foi prorrogado por algumas vezes. A minha preocupação é que isso continue acontecendo. Então, a gente está trabalhando ali uma proposta que crie algumas condicionantes, principalmente a seguinte: se a obra está com uma perspectiva de execução já alta, a gente vai dar um prazo para que possa utilizar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso público do Governo Federal, que já está empenhado. Por isso, o senhor não viu rubrica, mas não se preocupe porque esses recursos estão empenhados, na sua grande maioria.

Então, já há a reserva que está em RAP e a gente consegue executar. Se houver o compromisso daqueles entes de que vão conseguir entregar a obra que esteja acima de 70% ou 75%, e mandam o relatório que esteja o.k., poderão usar o recurso federal e terminar a obra até uma data. Para aquelas que estão com uma execução muito baixa e deveriam estar com uma execução bem mais alta, falaremos à entidade, ao Município, ao Estado que pode fazer, que será dado mais prazo, mas a partir do comprometimento de que há condições de executá-la. E não usará o recurso federal. É uma dificuldade.

Eu não tenho objetivo e creio que ninguém se beneficia em pegar um esqueleto de uma casa, cobrar um dinheiro que nunca será recebido, porque, infelizmente, a situação dos Municípios não vai permitir que o prefeito nos devolva se a gente fizer uma glosa integral daquela execução. Então, a população não terá a casa, o Governo Federal não vai ter o recurso reavido, porque não será devolvido pelo Município, e o prefeito, o gestor terá um problema muito sério com os tribunais.

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Então, não é esse o objetivo, a gente tem clareza disso. Mas também não é possível que a gente aceite que isso vá perdurando e não aconteça. Então, tem que haver um movimento efetivo e um compromisso realista de quem é o responsável por essa oferta. Mas está no radar e a gente está trabalhando na edição da MP, sim. E conto com o apoio de todos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Atente para 2020, porque se virar 2021, aí começa tudo de novo.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Está certo. Está certo. Mas é uma preocupação que, por sinal, é uma preocupação muito clara.

Senador Jean Paul, o orçamento do MDR está na mesma situação.

Saneamento. Se a gente conseguir passar o marco regulatório, eu acredito que uma grande parte dos problemas não estará resolvida, mas haverá uma outra perspectiva. O investimento privado... Há muitos interessados. Muitos. Estamos fazendo um diálogo muito aberto com todos os atores, tanto os públicos quanto os privados.

A proposta elaborada pelo Governo Federal é resultado de várias reuniões, de um diálogo muito aberto, ouvindo e tentando entender melhor o setor e como a gente poderia garantir... Qual é a preocupação central do saneamento? A gente não quer abrir o setor de forma que fique atrativo para o privado, mas só para os grandes Municípios ou para aquilo que tenha um retorno financeiro concreto. O que a gente quer é atender o saneamento do Brasil, a gente quer atender aquela população que mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa, principalmente a população da Região Norte. Aqueles Municípios serão atrativos para a iniciativa privada? Se a gente mudar o marco, tirar companhias estaduais e não tiver mais capacidade de o Poder Público atuar, como esses Municípios serão atendidos? Essa é a preocupação central e número um da proposta, porque a gente tem o receio de que você abra, impossibilite a existência de uma companhia estadual, e sem companhia estadual você não consiga atuar nos Municípios pequenos, que não são atrativos para a iniciativa privada.

Então, tudo está sendo trabalhado para... É o que eu falo: para uma grande doença sempre há um remédio, mas, dependendo do remédio, há sempre efeitos colaterais que você tem que tratar com outro remédio. Então a gente sabe...

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – ... que a concorrência é necessária, mas traz um efeito colateral que é essa problemática. Então, estar atentos a isso, e a proposta está sendo trabalhada para resolver essa situação. Fique tranquilo que a gente terá uma atenção especial com os pequenos.

Barragens do Dnocs. Como eu disse são 327 barragens. O Dnocs é um órgão pelo qual eu tenho um respeito e do qual tenho um orgulho muito grande. É o primeiro órgão federal criado para combater a seca, para conviver com a seca. Fará 110 anos neste ano. Então, é uma instituição federal com pessoal capacitado, especializado em barragem, em uma situação diferenciada. É um órgão que precisa de um olhar atento, para que seja fortalecido. Eu digo até quanto à questão de custeio, de estrutura. O Dnocs, infelizmente, está numa situação muito precarizada de pessoal, e pessoas muito experientes vão deixar o órgão em pouco tempo.

A gente precisa renovar os quadros e não perder essa inteligência e memória que o órgão tem.

Para as barragens, a gente precisa ter um olhar especial. O Planeb está lá para isso. Ele cuida de um pouco. Concordo que não é a sociedade... É muito bem-vindo esse olhar para que nos chame a atenção, mas não é a população que tem de fazer a fiscalização, que é uma responsabilidade dos órgãos fiscalizadores.

Eu só queria deixar claro que nas barragens há uma divisão bem clara da fiscalização. A depender da utilização que a barragem tem, há um órgão específico que a fiscaliza: rejeito mineral, ANM (Agência Nacional de Mineração); utilizada para a geração de energia elétrica, Aneel; se é para usos múltiplos e é um rio federal, ANA; se não é rio federal, são os órgãos estaduais, e aí depende de cada Estado; resíduo industrial, Ibama, se for outorga federal, ou, se for estadual, órgãos estaduais. Muitas das barragens do Dnocs são fiscalizadas por órgãos estaduais. Há um detalhe: nós somos os empreendedores, operamos a barragem, mas a fiscalização, em alguns casos, é do Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabamos de finalizar, na semana passada, um curso de capacitação. Chamamos os engenheiros e geólogos para se capacitarem na Enap, para fazermos uma força tarefa e auxiliarmos na fiscalização, porque sabemos que, nesse primeiro momento, depois de Brumadinho, é de extrema necessidade termos um diagnóstico, um olhar para separarmos o que é mais crítico do que é menos crítico. E é nesse sentido que a gente fez. Então, o olhar é para isso. Mas os Estados precisam também nos auxiliar e reforçar os seus quadros para fiscalizar.

Ramal do Apodi, Trecho 4, como o senhor prefere, com o que concordo. É o Trecho 4, faz parte do Projeto de Integração do Rio São Francisco, é essencial para que o projeto realmente chegue ao Rio Grande do Norte, não há dúvida disso. Cinco milhões, agradeço a emenda. É uma sinalização clara da Bancada de que isso é importante e de que precisa ser feito.

O Secretário Nacional de Segurança Hídrica sinalizou na reunião com a Governadora que, com os 150 milhões que existem, vai dar andamento no edital para a contratação dos estudos. Então, isso vai acontecer, apesar de haver uma disponibilidade orçamentária muito reduzida frente ao valor da obra – 2 bilhões. É um risco. Eu até ponderei: "Secretário, compromisso feito, não há como se voltar atrás. Várias autoridades... Agora o senhor vai ter que se virar." Mas já está definido. Então, vai ser dado andamento aos estudos para se realizarem as obras, só que eu conto com o apoio de todos para a gente conseguir o recurso, porque é um compromisso de 2 bilhões com uma disponibilidade de 155 milhões. Mas, pela importância que essa obra tem para o Rio Grande do Norte... A gente sabe que a transposição sem o Apodi, para o Rio Grande do Norte, deixa muito a desejar. É por isso que há esse compromisso, e é até uma atitude arrojada do Secretário Nacional de Segurança Hídrica nesse sentido. Eu concordo com ele que, em alguns momentos, a gente precisa arriscar de maneira prudente para mostrar a importância da situação, e o Apodi está nesse caso. Então, espero que isso o atenda.

Quanto ao engordamento da praia de Ponta Negra, são dificuldades financeiras que precisam ser trabalhadas, e a gente tem que ir atrás, porque ali é uma obra de prevenção. Está muito reduzido ali e temos que ver se já está, de fato, empenhado. Creio que não, porque foi um empenho parcial. Tem que ver se haverá execução orçamentária para isso e trabalhar com a Defesa Civil. Com a Defesa Civil há uma vantagem, porque a gente consegue fazer suplementação não por PLN, mas diretamente por portaria do Ministro da Economia. Então, é uma discussão que vai depender mais de um remanejamento de mais fácil solução por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ministro.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Eu é que agradeço.

Senador Veneziano, acho que quanto à questão do orçamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. *Fora do microfone.*) – O senhor só está devendo o cronograma em relação ao Eixo Norte.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Não, a gente chegaria lá, fique tranquilo. Mas o senhor perguntou antes a razão da fusão e se os orçamentos das Cidades e Integração, quando unidos, foram prejudicados. Foram prejudicados porque o seriam se os ministérios estivessem separados. Foram prejudicados por uma questão do ajuste, da necessidade e das próprias propostas que foram enviadas, tanto é que a fusão veio depois da aprovação da LOA. Quando da aprovação pelo Congresso, já se sabia que o orçamento estava reduzido, a gente fez só um de/para. Então, a fusão em si não trouxe nenhum tipo de prejuízo para o orçamento.

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Agora, o que acontece? A fusão, mais que uma questão política e a mensagem de austeridade, de economia da máquina estatal, tem uma razão prática. Cidades, como eu disse, Municípios e região não estão separados. Colocando as políticas todas em conjunto, coordenadas, eu tenho uma capacidade de ação diferenciada para o desenvolvimento regional, que é o objetivo. Então, se eu posso fazer políticas das cidades, a que antes eu não tinha acesso como Integração, realizar essas políticas me ajuda no desenvolvimento regional. Se eu melhora o transporte, melhora o saneamento, questões que eu não tinha, se eu dou condições dignas à população de habitação, o que eu faço? Eu mantenho a capacidade intelectual.

O que acontece nas regiões, a gente sabe, e o Nordeste é exemplo em produção de grandes cérebros. Várias das autoridades aqui presentes são de lá, e eu cito – particularmente, eu gosto muito da pessoa, mas pela proeminência que tem – o Presidente Tribunal de Contas da União, pessoa de um intelecto diferenciado, Presidente Mucio, pernambucano. A gente fala que o Nordeste tem uma capacidade de educação e de produção de cérebros e de intelecto diferenciada, que, infelizmente, migra, não fica na região, não é aproveitada. Vai para Sudeste, vai para fora do País. O que a gente precisa é tornar os ambientes... Muitas vezes porque a cidade é ruim, o ambiente, quando se pega uma pessoa diferenciada, que quer uma qualidade de vida, ela não encontra. Então, termos políticas capazes de alterar essa realidade da cidade me ajudam a manter uma capacidade produtiva, inclusive de capital humano, eu consigo ter essas pessoas lá. Temos que tornar as cidades, os ambientes... Porque todo mundo quer ficar onde nasceu, com os amigos e as famílias, quer ficar naquela região. Isso é normal do ser humano.

Como eu falei, não dá para ter o preconceito regional. Não é porque a pessoa nasceu em determinado lugar que ela, por uma situação outra, vai ter que sair. A gente espera – e é uma visão, eu sei que ela é pretensiosa e até pode ser muito ingênuo da minha parte querer que isso aconteça – é que ninguém saia da sua cidade porque não há estrutura, não há esgoto, não há água, a situação é muito ruim, não há transporte, é uma cidade muito precária, e que grandes cérebros fiquem. As pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam disso, o desenvolvimento precisa disso. São as pessoas que movem o mundo e o desenvolvem em última instância. Então, a união é muito relevante.

Quanto ao prazo, o senhor deixou para... Vou falar da Sudene antes, posso? É melhor. Sudene, para mim, o Presidente Juscelino Kubitschek e Celso Furtado acertaram em cheio, lá nos idos de 1950...

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – ... quando criaram o grupo técnico para desenvolvimento do Nordeste, pensaram em um banco regional, em uma superintendência regional, em um fundo regional e em um ministério, que, no caso, era ligado à Presidência da República diretamente, para ver tudo isso junto.

Para mim, esse modelo faz sentido, há necessidade de haver um banco regional, uma superintendência regional e um fundo regional, porque é uma região que precisa alcançar as demais. O Nordeste, nos últimos 20 anos, tem crescido acima da média, isso é dado, só que o hiato ainda é muito grande, precisa crescer mais rápido para atingir o nível em que as outras regiões se encontram.

Para isso, deve haver uma superintendência forte. A superintendência, no meu entendimento, vai ser forte quando o Condel for forte. Um conselho deliberativo que tenha protagonismo, efetividade, em que os governadores se sintam de fato representados e que decidam a política de desenvolvimento da região faz com que a superintendência se fortaleça. Porque, se ali for o caminho...

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – ... que os Estados procuram para acessar o Governo Federal e desenvolver suas políticas, a superintendência vai ter proeminência. O que a gente precisa fazer é equilibrar.

Hoje os bancos de desenvolvimento têm muito protagonismo, são muito relevantes, fazem um trabalho ímpar, mas com uma visão de banco, uma visão correta se a gente olhar pela lupa e pelos olhares que um banco tem, mas uma visão que não está totalmente alinhada à visão de desenvolvimento regional e de política pública. Quem tem que pensar isso é a superintendência, a superintendência precisa ter esse protagonismo, é isso que queremos e há como. A programação e as diretrizes são definidas pela superintendência, pela Sudene.

Então, minha resposta: fortalecer, empoderar e dar meios de um diálogo concreto com os governos. Executivo federal e executivos estaduais precisam sentar no conselho deliberativo e, de fato, deliberar sobre as políticas para o desenvolvimento da região. Se isso acontecer, a superintendência se fortalece e as políticas vão estar mais próximas do que a região precisa. O Governo Federal é um indutor disso, mas a gente precisa do conhecimento regional e local que os Estados têm. Então, essa é minha visão, é assim que eu vou conduzir os trabalhos com a Sudene.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao São Francisco, eu sei que prazos vêm e prazos vão, eu queria só que entendessem. Uma obra, a maior obra hídrica da América Latina, com certeza, gigantesca, complexidades eletromecânicas, físicas, uma obra que se alonga por 11 anos, 10 anos, ela tem estruturas que foram construídas há muitos anos. Então, uma resposta concreta que eu posso dar das obras do dique que estão ali, perto do reservatório de Negreiros, o trecho WBS 1217, o método que foi escolhido é um método incremental. Você faz uma injeção, verifica a situação do dique, faz outra injeção até chegar em um ponto de segurança, em que você garanta que não há mais vazamento, porque, em primeiro lugar, a segurança acima de tudo. Sabemos o que aconteceu, a ANA corretamente endureceu, mandou um comunicado para o Ministério e disse: "Você enche os reservatórios com esse procedimento, com essa técnica para garantir a segurança". Isso atrasa um pouco, mas garante que não haja um rompimento. Previsão que a empresa nos deu com seus técnicos do que foi colocado: maio de 2019 para finalizar as obras do dique. Com isso poderemos voltar a bombear a água e a água seguirá seu curso até chegar ao reservatório Jati. Falamos sempre do Jati por uma questão do Cinturão das Águas do Ceará, porque é ali que se faz a interligação.

Não sabemos como essas estruturas vão se comportar. Se as estruturas se comportarem bem, não tiverem qualquer tipo de vazamento, quebra, rachamento, porque são canais e estão expostos ao sol há muitos anos, temos aquedutos... Então, temos várias estruturas que precisam ser testadas quando houver uma carga hídrica. Por isso que eu não posso falar que com certeza chegará, mas a previsão de chegada em Jati é até o final do segundo semestre. Então, a gente vai ter lá, se tudo correr de acordo, final de 2019, água no reservatório alimentando o Cinturão das Águas do Ceará e podendo chegar à Região Metropolitana de Fortaleza.

Esse é o detalhe. Por isso é uma previsão, porque depende do comportamento das estruturas quando da colocação da água. Então, não dá para a gente bater o martelo. Sobre o que podemos bater o martelo aqui e falar é que a gestão em cima dos problemas que possam vir das estruturas vai ser total, porque – repito – o Nordeste precisa da água. Sem água, as políticas de desenvolvimento vão ser pontuais e difusas. Com a água do São Francisco, vai haver realmente políticas de desenvolvimento mais robustas que possam mudar a realidade. O que eu falo é isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Muito bem, Ministro. Quero até pedir desculpa aos colegas, nós não podemos perder a oportunidade dessa aula com o Ministro. Então, eu estou extrapolando um pouco o tempo e gostaria que V. Exas. tivessem um pouquinho de paciência. Nós temos ainda sete inscritos, mas acho que a resposta do Ministro acaba atendendo a outros questionamentos.

Eu passo imediatamente aos novos inscritos aqui: o Senador Fernando Bezerra, depois Eduardo Gomes, Elmano e Dário Berger são os quatro próximos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpellar Ministro.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fernando, não seria melhor já colocar um número maior de inscitos para ele responder?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma rodada final.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Podemos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu já me adianto, pedindo minhas escusas ao Ministro e ao Presidente: depois da minha intervenção eu vou ter que me retirar porque vou acompanhar audiência pública da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que já chegou à Comissão de Agricultura.

Mas eu queria dar um testemunho. O Ministro Gustavo Canuto é um quadro qualificado, um quadro técnico de carreira de Estado, com uma sólida formação em gestão pública. Eu tive a oportunidade de acompanhar sua trajetória quando fui Ministro da Integração Nacional. Ele passou por diversos cargos dentro do Ministério da Integração Nacional e hoje acho que, no reconhecimento do seu talento, da sua capacidade, tem a oportunidade de servir como Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional. Acho que a explanação e as primeiras respostas aqui trazidas pelo Dr. Gustavo atestam a sua segurança, sua serenidade e sua firmeza ao tratar das questões que lhe estão afetas. Portanto, desejo muito sucesso.

Vou fazer quatro rápidas observações. Primeiro, para cumprimentar pela decisão de levar adiante a elaboração e a apresentação ao Congresso Nacional dos Planos Regionais de Desenvolvimento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Não é um esforço qualquer. Os que antecederam o Ministro Gustavo Canuto não viabilizaram essa iniciativa porque elas ficaram sempre amarradas em se ter plano e em se ter o fundo. E o fundo – o Jaques Wagner está aqui, pode ser testemunha – ficou sempre condicionado ao avanço da reforma tributária para se poder saber como é que o fundo seria composto. Mas quero parabenizar o Ministro. Na realidade, a gente precisa do plano. Quanto ao *funding*, nós vamos ter que brigar por ele, mas a gente não pode prescindir da ferramenta do planejamento, este País se esqueceu de planejar, esqueceu-se de definir suas ambições. Então, eu acho que a iniciativa do plano nacional e dos planos regionais é um grande tento que eu quero registrar para o Ministro e para a sua equipe.

E acho que nós, do Senado, temos uma oportunidade... O Ministro Paulo Guedes tem reiterado que ele é a favor da descentralização dos recursos públicos, que ele defende o novo pacto federativo. Sugerir ao Presidente Davi Alcolumbre que convidasse os governadores do Nordeste e do Brasil inteiro para uma grande reunião, aqui no Senado Federal, ainda no mês de março, para que a gente possa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir o novo pacto federativo e a gente possa botar nessa conversa o fundo que vai alimentar os planos de desenvolvimento regional.

Eu acho que é muito oportuna essa informação que o Ministro traz, o fortalecimento que ele está dando às agências de desenvolvimento – à Sudam, à Sudene e à Sudeco –, a provocação que faz para que os governadores possam valorizar esse espaço institucional. Portanto, eu quero dizer que concordo com as observações que aqui ele fez.

Segundo ponto, irrigação. Sou de Petrolina... Ouvi aqui a Senadora Zenaide falar que vem de uma terra que é a maior exportadora de frutos. Há controvérsias. *(Risos.)*

O Polo Petrolina e Juazeiro, segundo os últimos dados do IBGE, de longe é o maior exportador de frutas do Brasil. E eu quero aqui consignar que vi na apresentação que a política de irrigação será priorizada. Não podemos esquecer que temos um Presidente da República que está dizendo que vai investir em irrigação, que acredita na irrigação como instrumento de geração de emprego e renda no Semiárido do Nordeste. Isso é música para os meus ouvidos, porque já tivemos presidente que nem sabia o que era irrigação, que tinha dificuldade de entender o que era irrigação. Então, é importante que a gente valorize esse compromisso do Presidente Bolsonaro de poder retomar os investimentos em irrigação pública. E aí, fica minha sugestão para o Ministro: conclua as obras.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Há uma carteira de obras já iniciada, conclua as obras dos projetos de irrigação pública do Dnocs, da Codevasf e, se fizer só isso, terá feito um grande tento em favor do Nordeste. Nós temos muitas áreas ociosas nos perímetros públicos irrigados e se a gente conseguir com tecnologia, com novos sistemas de irrigação dar maior produtividade, nós vamos gerar mais emprego e mais renda.

A terceira observação minha: transposição. Agradeço, em nome de Pernambuco, a priorização que ouvi para as obras do Ramal do Agreste, porque é quem vai tirar a água do Eixo Leste para alimentar a Adutora do Agreste, que é outra obra também priorizada na programação que aqui foi apresentada. E quero dizer aos meus colegas, aqui muito se falou de que o orçamento é muito pouco...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que não há dinheiro. Essa é a história de a gente ver o copo d'água pela metade. A gente não sabe se ele vai esvaziar ou se ele vai encher. Eu sou otimista, o Brasil vai ser relançado, a economia crescer, a receita pública vai aumentar. Eu estava aqui comentando com meu amigo Veneziano, Senador Veneziano da Paraíba, que, no ano passado, o déficit público foi de 120 bilhões. Nós temos a perspectiva de reduzir esse déficit a menos da metade, haja vista o processo da cessão onerosa. E nós temos uma autorização





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Orçamento Federal de ter um déficit de até 150. O problema é saber qual é o tamanho de déficit com que a gente quer encerrar o ano. Imagine se a gente disser que quer encerrar com 80, ou com 70, vai haver mais 20 milhões para gastar! O ano passado ficaram 16 bilhões empocados nos Ministérios que não gastaram.

Então, eu não tenho essa agonia de ver um orçamento magro e isso ser impedimento para que possamos sonhar e viabilizar os nossos projetos. Do que nós temos que cuidar é de termos projeto, de termos as coisas prontas, porque os recursos vão aparecer; o Brasil vai voltar a crescer e temos que ter obras prontas para poder irrigar esses programas e esses projetos. E são importantes não só essas obras de Pernambuco, mas a Vertente Litorânea da Paraíba, o CAC no Ceará, o Ramal do Apodi no Rio Grande do Norte.

Eu queria aqui dizer ao Ministro: sonhe, sonhe muito! Uma coisa que seu Ministério precisa ter é uma carteira de projetos. Pegue dinheiro para fazer projeto! É uma vergonha, num país como o nosso, nós não termos projetos nas prateleiras. Nós temos que fazer o Ramal Sul da Bahia; nós temos que fazer o ramal de Sobradinho para o Piauí; nós temos que trazer a água do Tocantins para o São Francisco; temos que sonhar. E só podemos sonhar com projeto, e gastar em projeto é muito pouco.

Vamos aprender com os japoneses. Eles gastam muito com projeto, levam muitos anos para poder fazer um projeto e, quando vão fazer uma obra, fazem muito rápido, porque o projeto já está pronto, já está dissecado, já está debatido. Então, nós precisamos mudar essa cultura, e eu tenho certeza de que a sua presença no Ministério do Desenvolvimento Regional vai ajudar a mudar essa cultura que a gente tem dentro das administrações públicas tanto federal quanto estaduais.

E finalmente uma última palavra: Transnordestina. Ministro, eu sei que não está no âmbito da sua alçada. Apesar de a obra ser financiada por fundos que V. Exa. gere, como os fundos constitucionais do Nordeste, essa obra está mais vinculada ao Ministério da Infraestrutura, e nós temos lá um grande quadro, um grande Ministro...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... da Infraestrutura.

A gente tem que rescindir o contrato. Chega, chega! Essa concessionária já está há mais de 25 anos com essa obra, já foi revisto o contrato diversas vezes. Ponto final nisso, ponto final nisso! Mesmo que a obra tenha que ser uma obra pública, vamos fazer; mesmo que a gente faça devagar, vamos fazer. Agora, a gente não merece ser enrolado mais uma vez. A gente acreditava, quando renegociamos o contrato em 2013, que as obras ficariam prontas em 2019. Agora veio uma proposta da concessionária para dizer que vai ficar pronta em 2027! Chega, chega!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pediria o seu empenho para que ajudasse a gente a rescindir o contrato de concessão da Transnordestina, mas para que ela saia do papel. Ela é fundamental para o Piauí...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para Pernambuco, para o Ceará, mas é fundamental para todo o Nordeste brasileiro.

E, Ministro, sucesso, sucesso à frente do Ministério do Desenvolvimento Regional! E fico muito animado com a explanação que V. Exa. aqui fez da sua disposição e dos seus objetivos. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O próximo inscrito eu já tinha anunciado, o Senador Elmano, e depois o Senador Dário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, só também registrar a minha inscrição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Já anotei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria até, aqui, rapidamente, só dizer que eu sou autora também deste requerimento, mas a gente estava lá na CCJ para não perder um projeto também nosso lá, e só chegamos agora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu anunciei V. Exa. no início, mas, após o Senador Dário, passo a V. Exa.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sr. Presidente, nobre e estimado Ministro Gustavo Canuto, meus companheiros e companheiras, eu começaria mais ou menos pelo que o nosso Senador Veneziano e o Senador Fernando Bezerra comentaram aqui. Eu queria só fazer umas rápidas considerações.

Ministério do Desenvolvimento Regional: ontem Ministério da Integração, antes Ministério do Interior e no princípio Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais na década de 60, 1966, mais ou menos, 1965. Voltamos, depois de praticamente 50 anos, a falar no regionalismo. Não entendo uma política nacional de desenvolvimento idêntica para a Amazônia, trópico úmido; para o Nordeste, trópico semiárido; para esta região onde nós nos encontramos, Cerrado, ao lado Pantanal; e aí eu não me referiria à Região Sudeste nem à Sul. Mas nós estamos retomando isso com grande preocupação de nossa parte, de minha parte.

Realmente se falou aqui em Sudene, consequentemente em Banco do Nordeste; Sudam, consequentemente em Basa, banco de desenvolvimento da Amazônia; em Sudeco, que já é o Banco do Brasil, e aí vai, só órgãos importantes. E, dentro do Nordeste, nós temos Dnocs – que agoniza, agoniza! –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

; Sudene, uma instituição praticamente morta, morta, tanto é que, em nenhum desses órgãos hoje, ainda foram nomeados os diretores, superintendentes, etc.; *mutatis mutandi* também na Sudam etc.

Daí, meu estimado Ministro, a minha alegria em vê-lo aqui, com seus 40 ou 41 anos, sem partido, sem indicação política, como ontem eu vi também aqui o seu colega de ministério de 43 anos, na Comissão de Infraestrutura, o grande Tarcísio Gomes de Freitas. Dois Ministros jovens, ligados ao setor público, como eu. Eu sou servidor público aposentado, mas sempre procurei servir à sociedade, que sempre me pagou, sem jamais me servir do dinheiro público. É isso que nós esperamos, a confiança que nós temos.

Aí, onde V. Exa. se encontra, estiveram vários políticos, inclusive, o último, o penúltimo foi o nosso Fernando Bezerra, foi o Helder Barbalho e aí vai. Todos com compromisso político-partidário nos seus projetos. Daí a responsabilidade de V. Exa. num instante em que se juntam dois grandes Ministérios, a parte urbana, que detém 84% da população do Brasil, e 14%, que estão na zona rural. Mas temos problemas ainda. Inclusive, conversei com a Ministra da Agricultura e se falou em irrigação. Quem faz irrigação? Quem faz irrigação? É o Ministério de Desenvolvimento Regional através da Codevasf... E está fazendo muito bem, o nosso Fernando Bezerra que o diga, levou quase tudo para lá.

A Zenaide já saiu. Zenaide, Zenaide, só um momento! Realmente, realmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Olha eu tenho um tempinho...

Realmente, Pernambuco e Juazeiro, quer dizer, Pernambuco e Bahia são os maiores exportadores de frutas irrigadas, fruto da irrigação. Por quê? Bahia e Pernambuco sempre levaram para lá, Codevasf, Sulvale, que a antecedeu. Por isso que o Piauí... O Piauí nem se fala, Rio Grande do Norte... Então, tudo para lá.

Mas, Ministro, eu queria só dizer isso...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mas eu queria dizer que eu disse um dos maiores exportadores, porque é impressionante, eu gosto de ver esse ego, essa disputa. E há muita coisa irrigada, mas lá é ainda mais seco. Agora, nós somos os maiores exportadores de melão, vocês não venham dizer que não somos não!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – De melão, eu concordo! (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, meu Ministro, então há essa preocupação. Por exemplo, eu fiquei chocado, semana passada fui abordado sobre uma coisa que não entendi: privatização do Banco do Nordeste do Brasil, privatização do Banco do Nordeste do Brasil, o único agente financeiro de desenvolvimento regional que transformou, que vem transformando a Região Nordeste. Se isso acontecer, é melhor fechar, nós sairmos todos de lá e migrarmos para o Sul e Sudeste, alguma coisa dessa natureza. Eu não acredito que terei essa infelicidade de testemunhar esse fato.

Então, para resumir um pouquinho, V. Exa. falou no Vale do Gurgueia, Vale do Gurgueia. Realmente é um mar d'água. E eu tive a oportunidade, como Secretário de Planejamento, há 25 anos, num acordo de cooperação internacional com a Itália, um ente estatal da Itália que fez o estudo dos recursos hídricos subterrâneos do Vale do Gurgueia... E chegou-se à conclusão – daí a ideia de um projeto que nasceu recentemente não da cabeça de A, de B e de C, mas, sim, da CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), hoje Serviço Geológico do Brasil, a ideia de uma adutora captando água nesse Vale do Gurgueia, onde já existem, há 35 anos, 37 poços tubulares feitos pelo Dnocs, na época, para atender a um grande programa de concepção do nosso conterrâneo João Paulo dos Reis Velloso, que partiu semana passada para o Oriente Eterno...

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... mas deixou muita coisa.

Então, meu grande Ministro, jovem Ministro, 37 poços tubulares, há 35 anos... Fizemos um cálculo lá, e esse investimento hoje seria de 100 milhões, 100 milhões! Gastam-se no Piauí de 80 a 100 milhões por ano com carro-pipa e, no Nordeste todo, gastam-se 850 a quase 1 milhão. Uma operação fantástica feita pelo Exército, sobretudo e especialmente. E essas comissões... Aliás, no Piauí criaram até uma secretaria de defesa civil. Nunca vi isso! Secretarias de defesa civil são órgãos ligados à área, direta ou indiretamente, pertencente à União, aos Estados e aos Municípios, e não uma comissão, uma secretaria. Isso é um absurdo, mas tudo bem. Vamos deixar que a gente vai mudar isso.

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Então, meu Ministro, eu queria dar ciência, já que V. Exa. falou do Vale do Gurgueia, desse potencial que tem o Vale do Gurgueia. Já tivemos uma missão – eu cheguei à Sudene, em 1966 – no Piauí, uma missão com o Governo de Israel. Não foi agora, isso já existia com relação à irrigação, em 1965, 1966, lá no Piauí, em um dos vales que nós temos.

Então, eu queria chamar a atenção do nosso Ministro, não é possível... Eu cheguei do Piauí há 52 anos. O primeiro sinal que eu vi na fronteira do Ceará, lá na Chapada de Araripe, foi um carro-pipa. E,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda, 52 anos depois, onde nós estamos? Onde estão as universidades regionais, as instituições que se criam em programas que se sucedem?

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – E a gente vê hoje todas as adutoras – todas, todas! – conveniadas com o Governo Federal e o Governo do Estado paralisadas, enquanto isso, gasta-se sem retorno.

É importantíssima essa parte assistencial, essa parte emergencial, mas não é possível que nós, que somos a Casa da Federação... Isso é matéria nossa, é matéria de Estado, um Estado que se esgotou, porque é bom que se diga, o Estado se esgotou e, dentro da crise profunda do Estado, se esgotou esta Federação desigual; não temos Federação, haja vista como vivem os Estados federados do Brasil, todos, todos! "São Paulo está bem". Não está, não; é o maior devedor da Nação, São Paulo, e os outros que estão melhores. Então, eu creio que são coisas dessa natureza que nós temos que discutir aqui.

E eu não poderia, meu nobre Ministro, deixar de citar que, aqui nesta Comissão, no ano passado, 2018, por proposição nossa e da nossa querida hoje Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, propusemos que discutíssemos, no ano de 2018, segurança de barragens à luz da Lei 12.334, que já vinha sendo reformulada por iniciativa do nosso Senador Ricardo Ferraço. E agora me chamaram aqui, porque eu pedi o desarquivamento desse projeto, um projeto feito em 40 dias, 30 dias, que está em discussão, feito agora, quando você tem um fruto de uma comissão que trabalhou em face da tragédia de Mariana, lá no Fundão, fez um trabalho fantástico, emperrou na Comissão de Meio Ambiente e foi arquivado. Claro, ele não foi reeleito, nós pedimos o desarquivamento.

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Está em discussão neste exato momento, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto feito da noite para o dia, da noite para o dia, quando nós temos um fruto de um trabalho de uma comissão técnica em que se ouviu, fez audiências públicas, como nós fizemos no ano passado, quando se elegeu o tema segurança de barragem; fizemos várias audiências públicas, inclusive em Teresina, onde houve um rompimento de uma barragem de 52 milhões de metros cúbicos em 2018. Aliás, dez anos se passaram, e não se recuperou. O que é que se faz? Nós agimos como bombeiros, aí vem aquela assistência, como está havendo lá em Brumadinho, como houve lá no Fundão e se esquece. Mas agora, não, a pressão popular está grande.

Então, eu queria só deixar este testemunho.

Será distribuído para todos os Senadores o nosso relatório da Comissão de Segurança de Barragens feito no ano passado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – O que se sucedeu foi que a atual Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, elegeu o tema transposição. Só se discutiram aqui, nesta Comissão, em 2017, os problemas com a transposição. Passaram aqui várias vezes o Ministro Helder Barbalho e depois o Antonio de Pádua.

Por último, Ministro, eu fui Prefeito de Teresina. As cidades estão crescendo horizontalmente, de forma brutal, para os pobres morarem lá tão distante dos centros das cidades. Fui pressionado por grandes proprietários de terras na zona rural para torná-las urbanas para se fazerem conjuntos habitacionais distantes do centro.

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Já começam atentando contra o pobre, que não tem como pagar o transporte. E lá esses conjuntos são de duas mil casas, três mil casas. O problema disso é primeiro o transporte. Esse é um problema para o Prefeito de qualquer Município, aliás, de qualquer cidade.

Então, eu gostaria de fazer esse apelo. Eu não queria descer a detalhes em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida, mas eu acho um desrespeito, uma desumanidade fazer conjuntos habitacionais onde há até problemas de água, de transporte, de infraestrutura, de educação, de saúde, de tudo. Complica cada vez mais a vida das pessoas mais simples que vivem de um salário que não faz face às despesas que elas têm.

Eram só essas rápidas considerações.

Ministro, eu vou andar muito por lá para nós discutirmos tecnicamente algumas coisas relacionadas ao Nordeste e às demais Regiões do Brasil.

Muito obrigado, Presidente. Desculpem a demora, mas a gente tem que aproveitar esses momentos.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Será sempre bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Senador Izalci, Sr. Ministro Gustavo Canuto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente eu quero cumprimentar V. Exa. pela forma serena e tranquila com que conduz os trabalhos. Em segundo lugar, cumprimentar o Ministro pelo conhecimento da área e pela desenvoltura nesta audiência pública.

E, Ministro, já que o debate se ampliou e a grande maioria das perguntas de certa forma genericamente já foram respondidas, inclusive pela sua exposição – não tive o prazer de observar desde o início, mas peguei na metade e pude perceber o conteúdo dessa matéria –, então, quero me socorrer aqui na Constituição Federal do Brasil, a Constituição cidadã, que no seu art. 3º é bem explícita quando menciona que

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Esses são objetivos fundamentais. Há mais de 30 anos, quando entrei na vida pública, ouvia falar desses preceitos, desses conceitos.

O Senador Elmano, além de fazer um longo pronunciamento, ele coloca o dedo na ferida de algumas coisas extremamente interessantes que eu acho que merecem uma certa relevância.

A primeira delas é que o Ministério já mudou várias vezes, e a grande verdade é que, infelizmente – não é crítica a V. Exa., que chegou agora –, os problemas praticamente todos continuam avançando menos do que deveriam avançar. O Brasil tem pressa, nós temos pressa, o povo tem pressa. Nós estamos angustiados porque as coisas não andam, e essas últimas eleições se deram exatamente com esse princípio, com essa expectativa que as pessoas têm na construção de um novo Brasil, de um Brasil mais próspero, com mais eficiência, com mais dinâmica e com a solução dos problemas de maneira mais objetiva. Portanto, nós temos pouco a comemorar e muito a avançar. Essa é a minha opinião.

O que dizer de um País como o nosso que ainda não universalizou o atendimento, ou melhor, o acesso à água em pleno século XXI? Essa é uma coisa inacreditável sob o ponto de vista das necessidades humanas, sem falar em outra coisa. O que dizer de um país em que cerca de 50% ou mais da população não tem tratamento de esgoto, não tem tratamento sanitário? E isso impacta diretamente na saúde pública, na autoestima, no orgulho de ser brasileiro, e por aí vai. Eu não sei o percentual de moradia, mas eu posso afirmar a V. Exa. que, para cada déficit de moradia, nós temos duas ou três casas fechadas que só servem para temporada ou coisa parecida. Isso identifica bem as nossas desigualdades e as nossas peculiaridades que realmente são gritantes.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu percebo que V. Exa. tem uma grande responsabilidade. Veja só: água, esgoto, moradia, mobilidade urbana, ações de defesa civil que envolvem reconstrução, construção, prevenção, etc. É realmente uma tarefa que não é fácil para V. Exa.

Eu quero aqui... Evidentemente o tempo é curto, cinco minutos é um tempo muito curto para a gente fazer uma pequena exposição, mas eu tenho debatido aqui e tenho reivindicado que, sem um plano de metas, sem um plano de ação, sem um controle de avaliação, nós não chegaremos a lugar algum, porque nós continuamos fazendo um pouco do mesmo que sempre fizemos e, ao final, vamos avançar um pouquinho, mas não vamos avançar como gostaríamos de avançar. Portanto, como V. Exa. é um Ministro jovem, saído das universidades há pouco tempo, poderá dar uma nova dinâmica ao Ministério, por exemplo, construindo um plano de desenvolvimento nacional verdadeiro – entendeu? –, debatido, de que a sociedade brasileira tenha conhecimento, um plano de desenvolvimento regional que envolva as políticas regionais, setoriais, etc.

Por fim, para terminar, Sr. Presidente, vou fazer a V. Exa. um pedido que já fizeram aqui e que vou repetir. É com relação às obras paradas. Um dos grandes problemas que nós vivemos hoje no Brasil é a falta de continuidade de obras ou a falta de continuidade administrativa. Uma obra é começada e não é terminada, e gasta-se muito tempo e inclusive muito dinheiro para retomar as obras que porventura devem ser retomadas.

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E o que é pior é o inconveniente jurídico que isso... Muitas vezes ou na grande maioria das vezes nas obras de pequeno porte a responsabilidade maior é do Governo Federal que, em determinado momento, não tem orçamento e não repassa os recursos. Lá na ponta, nos Municípios, muda-se de Prefeito e, mudando de Prefeito, os planos mudam, os projetos mudam e ficam aquelas pendências intermináveis no dia a dia das nossas cidades.

Portanto, quero me colocar à disposição de V. Exa. Tenho uma admiração muito grande por esse Ministério, que agora se amplia, inclusive. Coloco-me à disposição aqui como Senador para poder ajudar na medida em que estiver ao meu alcance, para que o desempenho de V. Exa. seja diferente do desempenho de outros Ministros que já passaram por lá. Eles fizeram a sua parte, mas agora nós precisamos construir um novo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu acatei a sugestão do Senador Rogério Carvalho de ouvir todos e, depois, passar para o Ministro.

Estão inscritos aqui: Izalci – vou ficar por último, Eliziane – autora do requerimento, Styvenson, Rogério Carvalho e Jaques Wagner.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente cumprimentar V. Exa. e o Ministro Gustavo Canuto, dizendo do respeito que tenho por S. Exa., que é um técnico e que, inclusive, já nos recebeu em um grupo do Estado do Maranhão para alguns pleitos em relação ao nosso Estado.

Como o Senador Izalci já colocou, nós também somos autora do requerimento que chama V. Exa. a esta Comissão para exatamente entendermos qual a sua visão, qual a sua política de desenvolvimento para o nosso País. Vários colegas já nos antecederam e, naturalmente, colocaram pontos fundamentais. Portanto, não vou ser redundante e vou me ater aqui a questões, de fato, mais regionais. No meu caso, em relação ao Estado do Maranhão.

A gente sabe que há naturalmente um objetivo muito grande no Brasil, um desafio, eu diria, que é unir os vários brasis que nós temos. E aí nós temos várias vertentes para que isso possa acontecer: na área da agricultura; na área habitacional, que é fundamental; na área das rodovias, que é vital para que haja, de fato, essa unidade, para que o desenvolvimento realmente possa acontecer. Aí falo até como nordestina: o Nordeste dá uma grande contribuição para o Brasil e, inclusive, no meu entendimento, pode solucionar os problemas do Brasil pelo nosso potencial, pelas nossas vitalidades.

A questão do déficit habitacional já foi colocada, e eu queria me centrar em relação a essa paralisação de obras.

Há um relatório apresentado pela Confederação Nacional da Indústria, que, inclusive, veio do Ministério do Planejamento. São quase três mil obras paralisadas, Ministro: 2.796. Eu queria saber do senhor – e já foi colocado aqui – quais as ações específicas para destravá-las.

E quero fazer uma citação em relação ao Estado do Maranhão. Lá a BR-135 está sendo duplicada, inclusive recebeu uma boa parte de emendas federais da nossa bancada no Congresso Nacional. Houve uma suspensão cautelar por parte do Tribunal de Contas da União, que colocou incompatibilidades do ponto de vista da realidade, estudos defasados. Enfim, falta de atualização, mostrando a insuficiência necessária para que a obra, de fato, tivesse continuidade. E isso, Ministro, tem um impacto gigante na vida das pessoas. É o único acesso à nossa ilha de São Luís. Houve uma quantidade enorme de pessoas que morreram ali naquela BR, e nós temos uma suspensão que claramente poderia ter sido evitada. Eu sei que o senhor é um estudioso da área, que tem grande experiência e queria que o senhor nos desse exatamente qual a sua ação mais específica para se evitem casos dessa natureza.

Eu vejo que nós temos vários problemas aí. Nós temos problemas de ordem de corrupção. É um fato. E eu não falo especificamente da BR-135; estou falando como um todo. Mas, ao mesmo tempo, a gente vê que há muitas situações que poderiam ser evitadas. Às vezes, nem é caso de corrupção, mas, pela falta de atenção e de um estudo técnico mais apurado, de audiências públicas que poderiam ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feitas, de unidades envolvendo, por exemplo, os órgãos de fiscalização e de liberação de licenças, poderiam ser resolvidas e, infelizmente, acabam não sendo resolvidas.

Por fim, quero fazer mais uma pergunta, também mais regionalizada, com relação às nossas várias barragens. Estou vindo inclusive da CCJ, da aprovação de um relatório do Senador Izalci. Criamos e apresentamos uma proposição de criação de planos de ação de emergência para todas as barragens do Brasil e não apenas para aquelas que mostram risco iminente, digamos assim.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Aí, eu quero citar o caso específico do nosso Estado, das Barragens de Pericumã e das Flores no Estado do Maranhão, com o que o senhor inclusive já se comprometeu na questão dos reparos necessários.

Agora, qual é o grande problema, Sr. Ministro? A gente tem investimento do Governo Federal, e o investimento é feito. Às vezes, há um problema aqui e acolá que é corrigido, mas não há manutenção, não há ação continuada. E a gente não sabe de quem seria, porque não é do Governo Federal, não é do Governo do Estado nem é do Governo municipal.

No caso específico de Pericumã e das Flores, no Estado do Maranhão, a pessoa que faz a abertura das comportas é um Parlamentar, é um Vereador da cidade. Ele tem um certo conhecimento, vai lá e abre, há o escoamento da água e, depois, ele volta e fecha.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Veja que é uma coisa totalmente inimaginável. Não há uma ação de manutenção. Isso precisa corrigido, e eu queria saber qual a sua posição em relação a essas questões.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O próximo orador inscrito é o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Sr. Presidente! Obrigado por este momento.

Sr. Ministro, vou ser específico, vou me restringir ao meu Estado, ao desenvolvimento de uma região do meu Estado.

Elmano, para acabar com a confusão da produção maior ou menor de melão, nós ganhamos na produção de sal. E eu vim falar do sal aqui, sobre um item de desenvolvimento da nossa região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sal não serve só para temperar; sal está na indústria, está em todos os lugares. Está no cabelo da gente, está na roupa, está em todos os ambientes, gera 75 milhões de ICMS por ano para o meu Estado, emprega 65 mil pessoas. É uma atividade que está sendo muito discutida hoje no meu Estado. Estou falando isso porque eu escuto lá o que as pessoas estão querendo que eu fale aqui. Então, saber do senhor se existe essa possibilidade de aumentar, de expandir, essa forma de gerar tanto capital.

Outra pergunta... Até vou fazer aqui uma referência a um internauta, já que estou sempre muito próximo ao que as pessoas falam na internet, e há um *site* do Senado muito bacana em que a gente interage com elas a partir das perguntas que elas fazem. Eu sei que não é da parte do senhor, sei que não é desenvolvimento, mas há uma relação, fala sobre o turismo na minha região. Eu estava conversando com o Jaques, que está ao meu lado, que não dá para a gente separar os ministérios: uma vez que eu precise promover o turismo na minha região, eu preciso estar falando com o senhor justamente sobre essa promoção.

O Flavio Peruzzo, de São Paulo, faz uma pergunta ao senhor e, através deste microfone, eu repasso: "Existe algum entendimento por parte do Ministério a respeito da importância do turismo como instrumento de desenvolvimento regional?" Estou falando disso porque o Senador Jean Paul falou de Ponta Negra. Mas o turismo não se restringe só à capital, nós temos um turismo forte no interior da região, turismo religioso, turismo de aventura, turismo para visitar serras. Então, trata-se de saber se existe essa possibilidade também de o Ministério promover, desenvolver essa minha região, está bem?

Primeiro é o sal – lembrando – e depois o turismo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, vou reforçar: o e-Cidadania serve a todos que desejarem participar deste evento; quem quiser participar pode se utilizar do portal e-Cidadania no *site* www.senado.leg.br/ecidadania ou do telefone 0800612211.

Passo para o Ministro três perguntas rápidas.

Antonio Pastori, do Rio de Janeiro: "Queremos que a multa da Ferrovia Centro-Atlântica, de R\$1,25 bilhão, pelo abandono de 770 km de linhas seja aplicada em projetos de trens turísticos e regionais."

Pedro Ferreira, de Sergipe: "Quais serão as diretrizes nacionais do saneamento básico em relação ao conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais?"

Victor Carvalho Pinto, do Distrito Federal: "As áreas sem saneamento são predominantemente invasões irregulares. Como o governo pode coibir a grilagem de terras?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flavio Peruzzo, de São Paulo: "Existe algum entendimento por parte do Ministério a respeito da importância do turismo como instrumento de desenvolvimento regional?" Ele pergunta também acerca do uso da energia eólica.

Passo as perguntas para o Ministro depois respondê-las.

O próximo inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Izalci.

Inicialmente eu quero cumprimentar o Ministro pela clareza e pela qualidade da sua apresentação e das respostas que ouvi.

Quero dizer que, no Brasil, apesar de as falas não reforçarem isso, a gente tem hoje mapeadas praticamente todas as grandes obras de infraestrutura, algumas iniciadas, outras paralisadas. Então, a gente tem hoje, em matéria de diagnóstico e até de planejamento, muito material para ser utilizado e para dar vazão a pelo menos uma década de investimento e de consolidação de infraestrutura e de melhoria das condições de funcionamento da operação do nosso País. Vou dar um exemplo do meu Estado: a BR-101 está há 30 anos para ser duplicada. Há um trecho, entre as cidades de Propriá e Aracaju, que mata pelo menos cinco pessoas por semana, um trecho de menos de cem quilômetros. Desses cem quilômetros, mais de setenta já estão prontos. Então, situações como essa, a gente precisa resolver. O Canal de Xingó que vai do sertão para Alagoas para irrigação está resolvido. O Canal de Xingó, braço de Sergipe: para esse a gente recebeu o recurso para fazer o planejamento, mas a Codevasf não o fez.

Então, primeiro, eu acho que a junção de várias áreas facilita, porque dá uma visão geral e permite fazer um planejamento. A dificuldade que, imagino, o senhor tem advém dos dados. Nós não estamos falando de um governo. Isso não é tarefa para um governo. Se este Governo não tivesse herdado um conjunto de obras planejadas, já identificadas e com diagnóstico feito, terminaria o Governo e nós não teríamos o que fazer. Então, eu queria recolocar isso, ou seja, nós temos diagnóstico, muitas iniciativas já tomadas, muitos projetos prontos, e precisamos agora fazer isso acontecer.

A preocupação é com o fundo, ou seja, de onde vem o dinheiro. A reforma trabalhista diminui o acúmulo do FGTS, que era uma fonte de recursos. Nós temos uma reforma da previdência que aponta para o caminho da equação fiscal, mas ela pode piorar a condição fiscal do País, já que ela vai pegar parte do recurso que taparia o buraco do passivo previdenciário e colocar no sistema de capitalização. Quem vai controlar esses recursos, que são a maior riqueza do nosso País? Essa riqueza poderia vir para sanar essas desigualdades regionais, essas desigualdades sociais, com investimentos na infraestrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poderia ser um caminho, por exemplo, esse recurso que vem do sistema de capitalização. Nós precisamos discutir isso, talvez esse seja o ponto central: quem controlará a aplicação dos recursos do sistema de capitalização? Ou nós vamos deixar que um sistema financeiro concentrado em cinco instituições aplique esses recursos em Singapura, em Nova York, na Argentina, no Uruguai ou seja lá onde for? Não. A gente precisa ter esse dinheiro, que é a poupança, que é a nossa riqueza concentrada, líquida, para fazer o desenvolvimento do nosso País.

Por fim, Ministro, um assunto em que ninguém toca – eu pediria a aquiescência do nosso Senador Izalci. A Constituição de 1988 – queria aqui ressaltar isso para os Senadores e Senadoras presentes – define um papel muito relevante para a União do ponto de vista da economia, da macroeconomia, organiza, define um papel de produção de serviços públicos muito claramente para os Municípios.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E os Estados? Sem papel praticamente nenhum, a não ser caminhar com um pires na mão para resolver seus problemas de infraestrutura.

Qual é o papel do desenvolvimento? É possível desenvolvimento sem atividade econômica organizada, só com a infraestrutura? Não. Nós precisamos ter um projeto que mapeie todas as cadeias produtivas em todos os Estados. É preciso criar autoridade gestora de cadeia produtiva em todos os Estados para planejar, identificar onde o dinheiro do fundo vai ser aplicado, que tecnologia precisa ser aportada em cada cadeia produtiva – industrial, tecnologia industrial, todos os tipos de tecnologia. Que tipo de conhecimento e que tipo de pessoal nós precisamos formar para garantir a criação de empresas locais e regionais? Pergunto porque é isso que, efetivamente, vai mudar a cara do Brasil e que vai garantir o desenvolvimento sustentado.

Vejam, as empresas maduras – assim as chamo –, aquelas grandes multinacionais com presença no mundo inteiro, só têm dois objetivos: produzir dividendos para seus acionistas e ter benefícios fiscais. Elas não se enraízam, elas não constroem mudanças nos Estados, nas cidades. Elas não se incorporam à cultura e à vida da nossa sociedade, e o nosso dinheiro tem que financiar a reorganização e o desenvolvimento de todas as cadeias produtivas.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É óbvio que essas cadeias produtivas precisam da rodovia BR-101, no meu Estado; precisam do Canal de Xingó, no meu Estado; precisam da conclusão do canal do Rio São Francisco; precisam da integração de bacias hidrográficas para poderem garantir água, que é um bem precioso e fundamental para a produção e para o desenvolvimento econômico. Precisamos destravar... Essa história de que a gente não pode privatizar isso, não pode privatizar aquilo... A gente tem que superar isso. A gente precisa ter condição





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de garantir o investimento de forma séria. E aqui foi dito – talvez pelo Senador Elmano, que aqui fez uma fala – que é importante que a gente supere essa miudeza partidária, política, e que a gente encontre o caminho do Brasil e do povo brasileiro se a gente quiser uma nação civilizada.

Muito obrigado.

Parabéns e boa sorte na sua tarefa de Ministro de uma área tão relevante e importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O penúltimo orador inscrito é o Senador Jaques Wagner, a quem concedo a palavra.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Ministro Gustavo, eu inicio – eu acho que vale mais o elogio de alguém de oposição ao Governo do que um de quem é da base –, então, eu inicio elogiando o Ministro Gustavo – tive oportunidade de acompanhar o Governador Rui Costa na audiência – pela forma muito objetiva com que trata as questões. Então, desejo-lhe sorte e sucesso. Sei que o tamanho da pasta é muito maior do que o orçamento que o senhor recebeu, mas eu espero que, com muita competência, consiga fazer o milagre da multiplicação e atender uma pauta tão extensa como essa.

Eu queria tocar, basicamente, na questão da revitalização do Rio São Francisco.

Peço perdão, porque o nosso sistema, Presidente, faz a gente ficar pulando de comissão em comissão e, então, acaba que, às vezes, a gente pergunta e não ouve o Ministro responder porque tem de sair – daqui a pouco já tenho que sair correndo para ir para a Comissão de Meio Ambiente.

Mas quero lhe dizer que o Rio São Francisco, rio da integração nacional, rio do qual meu Estado é altamente dependente, já foi a primeira estrada daquela região. Eu era estudante universitário e, aos 19 anos, peguei a carranca em Minas Gerais, em Pirapora, e saltei em Juazeiro, para conhecer como era feito todo aquele comércio: entrava banana, saía farinha; entrava remédio, saía carne. Era uma coisa fantástica! Vi isso em alguns dias de viagem. Hoje o rio está praticamente zerado na sua cabotagem, o que baratearia muito toda a logística daquela região. Mas mais preocupante do que isso é que, mesmo quando chove na nascente, a água não chega, porque o rio alargou, o rio ficou sem vazão, assoreado. Então, a água vai sendo absorvida, porque se acabou com todo o processo em torno das margens.

De novo: vários governos falaram do programa de revitalização do São Francisco, e eu me assusto ao ver que, para o ano de 2019, o orçamento é ridículo. Já foi de 46 milhões, que não eram suficientes, e hoje está na casa, sem haver nada empenhado, dos 7 milhões. Havia sempre aquela briga: se era o Desenvolvimento Regional que fazia ou se era o Ministério do Meio Ambiente.

Bom, o que acho fundamental, primeiro, é que a gente busque mais orçamento e, segundo, que se iniciem dragas para começar a dragar aquele rio e nós podermos replantar as matas ciliares, senão...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas nunca acreditam – dizem que a gente só fecha a porta depois que é roubado –, mas vários afluentes importantes do São Francisco em sua margem direita não existem mais – existem alguns na margem esquerda. Se nós não fizermos isso – afora o desastre de Brumadinho, que é óbvio que interfere no rio –, nós podemos ter o desastre de, daqui a 20 ou 25 anos, não termos mais rio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sobradinho já esteve a 3% de sua capacidade.

Então, eu queria chamar atenção para isso. Vou deixar até... Eu não vou me estender, porque já vai longe... Até por conta do tamanho do seu Ministério, já vai longe... Mas eu queria deixar essa preocupação. Sei que o senhor já falou da transposição, mas eu falo o seguinte: transposição sem revitalização, que era compromisso nosso, não vai adiantar muito.

A segunda coisa – aproveitando o que o Senador Elmano Férrer falou aqui – é que eu, como Governador, várias vezes recorri ao Banco do Nordeste.

(Soa a campanha.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro que sou daqueles que entendem que o dinheiro público tem de ser tratado com respeito, como é tratado o nosso dinheiro particular, privado. Agora, por determinação do Ministério da Fazenda – agora da Economia –, o banco passou a operar praticamente como banco comercial, não como banco de desenvolvimento. Quer carta de crédito? Então onera... É óbvio que eu não estou dizendo para ser licencioso, porque durante muito tempo... Aí, o bom paga pelo pecador. Durante muito tempo, muita gente tomava dinheiro em banco público para depois arrumar qualquer desculpa e não pagar nada, em várias áreas, como a da agricultura. E o banco fica como fiel depositário de muitas encrencas que não viram dinheiro. Agora, também se o banco for operar como banco, principalmente na minha Região...

Eu fico feliz de vê-lo, primeiro, citando a inteligência dos nordestinos, o que é absolutamente verdadeiro, até porque quem tem que superar a dificuldade acaba...

(Soa a campanha.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, nós vamos precisar dos fundos, como já foi dito por alguns, e de uma operação diferenciada do banco, senão a gente não consegue atrair empresa.

Por último, quero dizer que eu saúdo também o planejamento que o senhor pretende fazer do ponto de vista do desenvolvimento regional, só lembrando que ele tem que partir de um projeto nacional de desenvolvimento. Nós temos uma guerra fiscal que é péssima para nós, fruto de que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haver um projeto nacional de desenvolvimento em que o Governo Federal induza o desenvolvimento das regiões que são regiões pobres.

Para encerrar, só digo o seguinte: eu conduzi para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que era um grande fórum de diálogo entre o Governo e a sociedade. Lá estavam 90 membros, do MST ao Presidente da Febraban. Ele me encomendou uma agenda nacional de desenvolvimento. Depois de um ano e meio de trabalho, por incrível que pareça, esse caleidoscópio de 90 membros consensuou que o maior problema do desenvolvimento brasileiro chama-se: nossas desigualdades regionais e sociais. Então, eu espero que esse planejamento venha. Agora, o Governo Federal tem que ser o guarda-chuva maior, porque senão cada Região não consegue, por si só, caminhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu vou focar a minha fala, Ministro, com relação ao que foi colocado aqui pelo Senador Rogério, pela Senadora Zenaide, na questão do emprego e renda, desenvolvimento regional. Lógico que a infraestrutura é fundamental em qualquer situação. Agora, precisamos gerar emprego e renda.

Nós temos, como V. Exa. sabe, uma gama de conhecimento nas universidades, nos institutos de ciência e tecnologia. O Brasil é o 13º país em termos de artigos científicos, mas a gente consegue muito pouco transformar isso em patente, emprego e renda.

O Ministério da Educação, em 2016, lançou um projeto chamado Centro de Desenvolvimento Regional. Foi colaboração, inclusive, do Centro de Estudos e Debate Estratégico da Câmara, também com o CGEE, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e da Educação e o objetivo é exatamente este: articular as instituições de ensino superior, institutos de pesquisa para o desenvolvimento regional. Foi feito, inclusive, em alguns locais pilotos, como é o caso de Campina Grande, que já tem esse trabalho desenvolvido – Campina Grande, Caxias, Itapeva, em São Paulo, e Brasília –, onde todos os atores se reuniram, seja Governo, setor empresarial, Sebrae e toda a sociedade civil organizada, no sentido de definir a vocação de cada região. E nós já temos, inclusive, exemplos de projeto em andamento. Por exemplo, lá em Minas, produção de mel, no norte de Minas; produção de ovinos e azeite na campanha gaúcha; irrigação em Campina Grande; e tecnologia da informação aqui no Distrito Federal.

Então, o objetivo é exatamente este: nós queremos aproveitar todo esse conhecimento que existe no meio acadêmico, principalmente, e transformar isso, realmente, em recurso. V.Sa. sabe que as universidades e os institutos têm como fazer diagnóstico, planejamento, serviço especializado na solução de gargalos tecnológicos, estrutura dos arranjos produtivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de perguntar a V. Sa. exatamente isto: se o Ministério de Desenvolvimento Regional estaria disposto a abraçar esse projeto em que, desde 2016, nós estamos trabalhando com o Ministério de Educação, da Ciência e Tecnologia, os institutos, com todo o segmento empresarial também, como um projeto estruturante, porque nós precisamos realmente fazer com que os Estados vejam exatamente cada Município, qual é a sua vocação, com o apoio dos institutos federais, com as universidades, e facilitar, inclusive, para os pequenos e médios empresários, como foi dito aqui pelo Senador Rogério. Nós temos de apoiar os pequenos e microempresários. Então, temos experiências exitosas no mundo todo, onde esse conhecimento científico tem como capacitar os pequenos e microempresários, definir os arranjos. Aqui em Brasília mesmo, como piloto, já identificamos 37 projetos que são fundamentais, e é exatamente o que está faltando. Eu já propus aqui, e vamos depois debater. A cada ano a gente define um tema: já tivemos a aviação regional, o Plano Nacional de Saneamento Básico. Então, a proposta também seria colocar essa questão do desenvolvimento regional, os centros de desenvolvimento regionais.

Encaminharemos para V. Sa. essa sugestão, inclusive, como é que já tem sido trabalhado isso nesses projetos-pilotos. Mas gostaria depois que a gente pudesse estreitar um pouco essa relação, até porque nós iremos também aqui definir um projeto básico para poder oferecer ao Ministério também essa parceria. Acho que a gente tem que caminhar junto.

Eu acho que esta Comissão tem que funcionar muito de forma suprapartidária. Acho que aqui todos têm o mesmo objetivo, está todo mundo do mesmo lado, que é gerar emprego, renda.

Então, são essas as minhas considerações.

Pediria a V. Exa. que desse atenção a essas perguntas dos internautas.

Gostaria de parabenizar V. Exa. pela exposição e passo a V. Exa., então, para fazer as considerações sobre as perguntas.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Agradeço, Presidente.

Início pelo Senador Elmano Férrer. Primeiro, eu o parabenizo pelo conhecimento da história do Ministério. Realmente as mudanças aconteceram. Alteraram-se os nomes, muito foi feito, mas ainda há muito o que fazer.

Insisto que o Nordeste é a Região que mais se desenvolve nos últimos 20 anos, mas isso precisa aumentar. A gente sabe que tem que acelerar esse crescimento para que ela fique compatível com as demais Regiões e a gente realmente atinja o objetivo fundamental da Constituição que é reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Quanto ao DNOCS, concordo integralmente que o órgão agoniza. A importância do órgão, das pessoas, da história que ele tem para o Nordeste não pode ser esquecida. A gente não pode julgar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa ou um órgão pela forma como se apresenta hoje, mas olhar toda uma história. O DNOCS já foi muito grande. Houve um tempo em que ser do DNOCS e a marca do DNOCS era motivo de orgulho para todo mundo, até de alento quando o DNOCS chegava. Então é esse o objetivo que a gente quer: que aquele chafariz – eu acho que aquilo ali simboliza mais um chafariz, a água jorrando de um poço – possa voltar a ter essa imagem, que o Nordeste e a área de atuação do DNOCS possam sentir que o órgão tem capacidade de executar suas ações.

Então, é um objetivo o fortalecimento, o empoderamento do órgão, mas as dificuldades a gente conhece, principalmente da reposição de pessoal. E é uma discussão que já iniciei com a economia, apesar de ter um sentido de uma redução de quadro, mas a gente precisa tratar situações com suas peculiaridades, e não falar que toda a Administração Pública está inchada, pois é uma visão que tem de ser detalhada. Alguns órgãos têm necessidades, precisam ser ampliados, revitalizados, outros podem ter alguns excessos que precisam ser cortados, mas é preciso olhar caso a caso, e é isso que eu vou defender. Cada pasta defende os seus interesses, e tem de fazê-lo, porque é assim que a gente chega a um conjunto, na discussão dos opostos, ou até mesmo a uma convergência, para que a gente possa...

Então, do lado do desenvolvimento regional, defenderei sim, a todo momento, o fortalecimento e empoderamento do DNOCS, inclusive de seu quadro, junto à encomia. E tenho certeza de que o Ministro Paulo Guedes vai ouvir e vai ponderar quando das decisões sobre o corte ou não de concursos e outras coisas.

Privatização... Questão político-partidária. Sim, fico muito feliz com todas as colocações, inclusive a sua, Presidente. Pelo lado mais técnico, vindo sem indicação política... Acho que a política é essencial, os políticos são essenciais, mas temos de separar Estado e Governo. Algumas questões são do Estado, da República e a gente precisa desse diálogo franco. Inclusive, Senador, agradeço pelo posicionamento apartidário, no caso, republicano, pelo agradecimento.

Privatização do BNB. O BNB é uma entidade vinculada ao Ministério da Economia. Não posso falar sobre as decisões da economia. Isso o Ministro Paulo Guedes que tem a legitimidade e a competência para dizer. O que eu posso dizer é que defendo o modelo, acredito que a necessidade do banco existe para o desenvolvimento regional. O BNB precisa continuar existindo como um banco público, e um banco público que opere como um banco de desenvolvimento, como ele foi idealizado, e não realmente como um banco de crédito privado. O objetivo do BNB é desenvolver a região. A gente precisa que as escolhas das linhas de crédito, as aplicações dos recursos sejam voltadas para o desenvolvimento. E isso implica em assumir riscos maiores que os bancos privados ou os bancos de crédito? Sem dúvida alguma. A população mais necessitada é aquela população que tem maior dificuldade de capacidade de pagamento. Então, é evidente que um banco regional vai assumir um risco maior do que os demais. Então, acho que a concorrência... Vamos esperar de um banco regional o mesmo desempenho de um banco privado? Isso é desleal. E é desleal inclusive com o banco. Acho que teria de ficar claro para os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestores dos bancos de desenvolvimento que eles têm outro papel. O papel deles não é o lucro ou um bom resultado, mas, atingiu a política, atingiu aquele público-alvo, executou aquilo que estava esperado? Então é isto que defendo, e posso falar pelo MDR: a permanência, a existência do banco e uma mudança, um pouco, do foco de atuação do banco, que é essencial.

Vale do Gurgueia. A gente está analisando realmente. Acho que é importantíssimo a adutora dos 37 poços. Acho que é algo que tem de ser retomado. Uma região que tem um potencial desse... E a gente já gasta, já tem um custo elevado com carro-pipa. Uma das políticas é justamente essa substituição onde é possível, com alternativas ao carro-pipa. É um dinheiro que já está sendo utilizado. E uma das diretrizes do Presidente é: se nós não podemos ter mais recursos, vamos usar melhor o que temos. Então, se eu já tenho um recurso da Operação Carro-Pipa, que não é pouca coisa, são 100 milhões, e eu posso investir em outras ações que vão me dar sustentabilidade e vão poder, aos poucos, retirar a Operação Carro-Pipa e reduzir esse gasto, tem que se fazer.

Muitas vezes o problema é que o custeio é diluído e o investimento é concentrado. Eu preciso concentrar muito recurso para investir numa obra que, no médio prazo, vai me reduzir o custeio. Só que eu não tenho recurso para fazer o investimento. Por isso temos que ir atrás. Às vezes, vale a pena investir um pouco mais, porque ao longo dos próximos anos a gente vai ter uma redução considerável do custeio e vai-se pagar esse investimento, que é a regra básica de qualquer modelo de negócio.

Segurança das barragens. Concorde com o senhor. Essa discussão não é de hoje. A situação de Fundão aconteceu e muito foi feito. Infelizmente muitas iniciativas não ultrapassaram o fato de serem iniciativas, mas sei que muitos estudos foram feitos. A Comissão de Segurança de Barragens estudou. Nós estamos com uma subcomissão, um subcomitê também elaborando uma proposta. Já como membro do conselho eu enviei uma solicitação para que o subcomitê entendesse quais os projetos que já existiram na Casa, que foram feitos pelo Legislativo, para chamar as associações que entendem do assunto, os especialistas na área, porque quando do acidente de Mariana, muito foi estudado, congressos foram realizados, seminários foram feitos, muita análise, temos informação. E a gente não pode perder esse histórico. Não precisamos recomeçar do zero, porque a gente não tem esse tempo. A questão das barragens cada vez fica mais crítica. A gente precisa ter uma solução e aproveitar todo o estudo que foi feito, porque se formos esperar trabalhar tudo que já trabalhamos quando da questão de Mariana, não vamos avançar. A gente precisa de mudança concreta para evitar um desastre no curto prazo. Precisamos mudar as regras, fortalecer as estruturas fiscalizatórias, aumentar as sanções para o descumprimento da Lei de Segurança de Barragem. Não dá para permitir que uma situação semelhante volte a se repetir. Mas eu concordo, e vou encaminhar, como membro do Conselho de que o subcomitê faz parte, que verifique os projetos, mesmo esses que foram arquivados, mas que foram trabalhados pela Comissão e pela câmara específica de segurança de barragem – pode ter certeza –, e é uma coisa muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Implantação de conjuntos habitacionais mal localizados é um dos problemas que foram identificados no Faixa 1. No Faixa 1, diferentemente dos demais que são financiados, o empreendedor constrói o conjunto e depois faz uma seleção e a pessoa diz: "Olha, você recebeu uma casa lá no caixa-prego. Vire-se para ir até lá". Isso é inaceitável. O programa avançou, melhorou, tem quase 10 anos. O limite do número de unidades habitacionais, necessidade de equipamentos urbanos, o compromisso de não entregar e não repassar o recurso antes que tenha um mínimo, por exemplo: transporte, iluminação pública, drenagem, saneamento, são coisas que a população... A gente não quer tirar, fazer de conta que o problema não existe, ver uma pessoa que está numa condição ruim, tirá-la do centro da cidade e dizer: resolvi o problema. Não resolveu o problema, porque o problema dela é moradia, o problema dela é dignidade. A gente está com isso muito em mente.

Então, a revisão, o aperfeiçoamento do Faixa 1 é essencial, porque o Faixa 1 tem um objetivo muito claro: dar moradia para aqueles que não têm condição de comprar, aqueles que não têm condição de fazer um financiamento, ou um financiamento, mesmo que seja facilitado, ou o do mercado. É o Estado tentando prover uma necessidade básica do cidadão, que é poder morar bem. Então, ele precisa melhorar para atingir esse público.

O objetivo do Minha Casa, Minha Vida não é o mercado imobiliário, não é a grande construtora, não é o pequeno construtor. Isso são meios para atingir um objetivo que é maior. É evidente que o mercado imobiliário aquece a economia e que a gente quer e vai ouvir os construtores, vai ouvir os grandes, vai ouvir os pequenos, vai ouvir as COHABs, mas o objetivo não é esse, o objetivo são as pessoas, é a habitação para as pessoas.

Então, esse é o foco. A contribuição é bem-vinda, mas as decisões não são dadas para os imobiliários, não são dadas para os empreendedores; a decisão é dada para o público. A gente quer atingir as pessoas. Pergunta-se: "Você tem condições de pagar esse financiamento? Essas condições são dignas? Essa casa tem qualidade?" Eles são os meios para atingir essa política.

Então, que isto fique bem claro: a nossa visão do Minha Casa, Minha Vida é a de que é uma política pública necessária, é a de que a gente tem de ter diálogo, mas ela é voltada para a população, para quem vai receber aquele imóvel, senão não faz sentido. É dinheiro de imposto. A gente está aqui trabalhando com o dinheiro de todos.

O Senador Dário Berger se ausentou, mas vou responder aos questionamentos. Primeiro, quero cumprimentá-lo e lhe agradecer pela gentileza.

A redução das desigualdades sociais regionais é a essência do Ministério. O Brasil é um País com um potencial gigantesco e essa história do País do eterno porvir tem que mudar. Nós somos um País com um potencial que precisa ser utilizado e transformado em riqueza. Não queremos dizer que é um País que pode ser muito grande. O País é muito grande, é rico, só precisa aproveitar isso de uma forma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor. Às vezes, é dito: "É um País que irá se desenvolver." Não! Nós somos um País desenvolvido, mas nós temos muitas desigualdades. Temos só que equilibrar essa situação. Temos muita riqueza. E este é o nosso papel, o de transformá-lo, para que essa riqueza seja para todos, e não para alguns, não para algumas regiões. O objetivo do Ministério é fazer com que as riquezas que hoje são geradas, e não são poucas... A riqueza que o Brasil gera, se bem distribuída, atenderia muito bem. Então, a gente precisa desconcentrar e distribuir.

Quanto ao acesso à água, ao esgotamento sanitário, a essas questões, cito um estudioso, o Maslow, que criou o conceito da pirâmide de Maslow, que diz que, enquanto a pessoa não atende às suas necessidades básicas, ela não tem condição de pensar em mais nada. Então, não adianta a gente querer que a população consiga analisar questões mais sensíveis, políticas, com um direcionamento de longo prazo, se ela não tem sequer água, comida, moradia e esgoto e se ela convive com doenças que já haviam sido superadas há muitos anos. Então, essas são as primeiras coisas. Vamos resolver o básico para exigir algo além disso. Tenho essa visão. Acho que o papel do Ministério é este: atender o básico para quem não o tem, para, depois, aos poucos, evoluir e agir em cadeias mais complexas.

Obras paralisadas, o Senador muito bem colocou. Isso é gestão, é gestão pública, com uma análise clara daqueles projetos que têm condições de evoluir e daqueles que não as têm. Quanto aos que não as têm, haverá um custo político do seu cancelamento, mas isso saneia a carteira, limpa a carteira e nos deixa com a capacidade de olhar aquilo que pode ser executado e de colocar todos os esforços e empreender a nossa atenção nisso. Uma carteira grande demais acaba escondendo aquilo que é prioritário. Então, a gente precisa priorizar. Com pouco dinheiro, prioriza-se; com pouco recurso, tem-se que fazer mais com menos. Então, na ideia das obras paralisadas, esse é um diagnóstico claro. Isso foi solicitado no primeiro dia, na primeira reunião com os secretários, para que eles justamente levantassem a situação das obras, para a gente poder fazer uma gestão ativa daquelas que têm potencial para terminar.

A Senadora Eliziane Gama colocou a questão da paralisação das obras. É a mesma situação. Então, aí é uma questão de gestão, uma gestão cuidadosa. Em especial, trata-se de viabilidade técnica versus disponibilidade orçamentária e financeira. O que a gente enxerga é que você não pode assumir um compromisso que não vai cumprir. Como dizem, ninguém é obrigado a se comprometer, mas, depois que se compromete, é obrigado a cumprir. Então, se você se comprometer, você tem de cumprir. Para ter essa segurança, é preciso ter uma gestão muito cuidadosa do orçamento, da minha disponibilidade financeira. Tudo está sendo feito para isso, para que a gente verifique o que é possível fazer, para que não se comprometa sem poder executar. Isso justifica algumas ações, inclusive a não autorização do início das obras antes de haver uma garantia do orçamento, para que eu não me comprometa sem poder cumprir aquela promessa que foi feita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Governo aprendeu, sabe que isso é necessário. Acho que a conversa com o Senado, com a Câmara, com os representantes precisa ser muito direta, muito franca, muito transparente. "É válido, é meritório, mas eu não tenho condições neste momento." Quando dá uma resposta, quando um Ministro de Estado diz que vai fazer uma obra, que vai executá-la, ele precisa cumprir aquilo, porque, senão, é um acordo desleal, inclusive, com os representantes.

Então, podem ter a certeza de que está sendo trabalhado isso, de que, quando os senhores forem nos procurar e quando falarmos que o projeto vai seguir, ele vai seguir dentro de uma análise, de uma previsibilidade e de uma estimativa de uma gestão comprometida. Esse é o objetivo.

Há a questão do TCU, que foi muito bem colocada pela Senadora. De novo, cito o Presidente José Múcio, que tem a iniciativa de aproximar o órgão dos Ministérios. Ele colocou todos os secretários do TCU em contato com os secretários do Ministério. Fomos a uma reunião conjunta, primeiro para nos conhecermos. Ele falou: "Se tudo correr como eu espero, este Tribunal vai ser desnecessário. A ideia é a de que a gente não fique repreendendo ações equivocadas do Executivo, mas que, na verdade, a gente oriente e ajude o Executivo a não cometer ações que devem ser repreendidas pelo Tribunal." Então, essa é a parceria. Entendo que a gente evitar a paralisação de obras vem muito de como a gente se porta perante o Tribunal e do quanto a gente ouve as recomendações e orientações dos auditores que nos controlam. É uma parceria total com o Tribunal de Contas. Naquelas obras que, infelizmente, seguiram um rito que não seria o mais adequado, a gente precisa agir, para que isso seja destravado, para que a gente saneie o processo. Mas que aquilo ali não seja um impeditivo da continuidade.

A Senadora falou sobre o Plano de Ação de Emergência em Pericumã e em Flores. Elas são administradas pelo Dnocs. Ela está correta em dizer da operação. A operação é problema do Dnocs. O Dnocs está realmente em uma situação muito precária. O Dnocs não tem pessoal que possa fazer a operação adequadamente. É isso que a gente precisa corrigir. Ele precisa, já que administra a barragem, ter condições de fazê-lo. Quem dá a missão dá a condição. O Dnocs tem uma missão muito grande e precisa ter condições de cumprir essa missão.

Senador Styvenson, eu agradeço. Quanto à questão do desenvolvimento da indústria do sal, eu vejo que, no Nordeste como um todo, em cada região – nem falo de cada Estado... O último estudo do IBGE, em 2017, fez uma nova divisão territorial do Brasil. É um estudo muito detalhado, de grande qualidade, que identificou cidades imediatas, regiões imediatas e intermediárias. Nesse estudo, tentou-se verificar o que seriam potenciais ou similaridades das regiões. O que eu vejo? Cada região tem uma vocação específica – isto está alinhado com o que o Senador colocou –, que a gente, primeiro, precisa identificar. Depois de identificada essa vocação, a gente precisa saber como pode melhorar, agregar mais valor, gerar mais riqueza e dar mais renda para aquela população.

Para mim, a grande dificuldade é saber onde investir e em que investir. O Brasil é continental. A diversidade não é só cultural, a diversidade é econômica também. Há regiões que desenvolveram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeias totalmente diversas de outras. A gente precisa ter esse olhar cuidadoso. Se lá a indústria do sal é o que pode agregar, gerar riqueza e trazer renda, é o que a gente vai fazer, é disso que o Desenvolvimento Regional vai atrás.

Do que a gente precisa? Aí o que peço a todos os membros do Senado e da Câmara é que o conhecimento regional que os senhores têm, por viverem lá, por conhecerem a população... Até o processo político da eleição obriga que os representantes tenham esse contato mais detido com a população. Isso é base, é informação, isso é muito rico. Brasília não tem como conhecer os detalhes de cada região, mas eu tenho como ouvir os senhores, e isso, sim, pode balizar as nossas políticas.

Então, é muito bem-vinda a indicação da indústria. A gente vai trabalhar. A Secretária de Desenvolvimento Regional está aqui, a Adriana. Vou pedir para ela que olhe com carinho a questão do sal.

Quanto ao turismo, vou fazer um paralelo com o que foi colocado aqui, a questão da agricultura, do MAPA e do Ministério do Turismo. Vou falar de agricultura e irrigação e do turismo, das questões específicas do turismo. Não dá para pensar isso separadamente. Acho que são fases de um processo. Na irrigação, a área da Agricultura entende muito mais do que o Ministério do Desenvolvimento Regional do solo, do potencial das culturas, de como se deve fazer isso, de qual o melhor procedimento de irrigação, de tudo isso, sim, mas a estrutura de irrigação, levar os canais, levar a água, fazer o projeto, isso é do MDR. Então, a gente participa de um pedaço do processo de irrigação, e a Agricultura participa de outro. A gente só precisa alinhar adequadamente quais são essas fases para não haver um sobreposição e, principalmente, para não haver uma lacuna. A gente precisa que os Ministérios trabalhem em conjunto; afinal, a política de irrigação é ampla e envolve dois Ministérios, por exemplo.

O do Turismo é a mesma coisa. No turismo, se há um potencial de desenvolvimento, se identificamos um grande potencial de uma região, precisamos fazer alguma estrutura naquele ponto, fazer a contenção da orla, a melhoria da urbanização daquela cidade. Isso viabiliza a implantação de um grande hotel ou de pousadas ou melhora a situação. Então, entendo que essa interlocução, essa sinergia entre o MDR e os outros Ministérios finalísticos é essencial, porque são fases das quais eles participam. A gente tem um papel, o Ministério do Turismo tem outro. E a gente tem de falar a mesma língua e tem de estar em sinergia, para que a coisa, de fato, aconteça.

Sem dúvida alguma, a costa nordestina é lindíssima, e o interior tem riquezas que a gente explora de maneira ainda muito precária. São riquezas que dizem respeito à aventura, como o senhor colocou, são riquezas rupestres. É uma riqueza que precisa ser devidamente explorada. Há um exemplo em Mato Grosso do Sul que é Bonito, onde há uma forma muito inteligente de se explorar a riqueza natural, organizada, bem definida, bem modelada, que não está prejudicando o meio ambiente, mas que está levando riqueza para aquela região e possibilitando que todos os cidadãos, inclusive o mundo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxerguem a beleza do Brasil. Acho que isso existe em diversos locais, e a gente precisa potencializar isso sem sombra de dúvida. Então, esse é um instrumento de desenvolvimento, com certeza.

O Senador Rogério Carvalho... Pena que ele acabou saindo! A questão da logística de infraestrutura é com o Ministro Tarcísio. De novo, estamos em sintonia. Quando você pensa na grande infraestrutura ligando as regiões... Não dá para pensar no desenvolvimento regional propriamente dito sem infraestrutura, tanto de energia quanto de transporte, de aeroportos. Tudo isso está alinhado, tudo isso viabiliza que nossas iniciativas caminhem.

Sobre o Canal do Xingó, vou conversar com a Codevasf, para verificar o que está acontecendo de fato.

A diferença entre Estado e Governo é muito relevante. Há políticas, e há o lugar. Esta Casa, o Congresso é o lugar em que se discute, em que se debate a política propriamente dita. Mas há o Executivo, que tem o papel de executar as políticas de Estado. Então, nós temos uma diretriz de governo, mas temos políticas de Estado que precisam ser desenvolvidas. É esse meu papel como Ministro, evidentemente balizado com o projeto de governo do Presidente Jair Bolsonaro, mas com um viés de Estado tanto pela carreira quanto pelo que se exige.

Temos de entender que o Brasil não começou no dia 1º. O Brasil é uma construção de muitos governos, de muitas autoridades, de muitos gestores, de muitas pessoas que se preocuparam e, inclusive, dedicaram a vida para que chegássemos aonde estamos. A gente não ignora isso de forma alguma. Temos um projeto, um projeto bem definido, com uma diretriz, mas vamos defender a política de Estado sempre, porque é isso que interessa, é isso que vai trazer um desenvolvimento regional verdadeiro.

Quanto aos arranjos produtivos, aos sistemas inovativos e produtivos e às empresas regionais e locais, de novo reitero a importância de que a gente dê condições de os pequenos e microempresários se colocarem. O objetivo do Ministério é a geração de riqueza e a distribuição de riqueza local. Eu não quero uma região que gere muito dinheiro, muita riqueza, mas que não usufrua nada dessa geração. Não é que eu esteja falando que os grandes parceiros não são bem-vindos. Eles são bem-vindos e têm o seu local, mas não é só isso que resolve. A gente precisa ter grandes parceiros para induzir, mas também é preciso ter pequenos parceiros, para que essa riqueza fique lá, para que aquela região se desenvolva. Entristece-me ver uma região ou determina cidade com uma produção gigantesca, mas que aparenta ser uma cidade com falta de recursos. Aí se diz: "Como é que se gera tanta riqueza aqui e a cidade não reflete essa geração de riqueza?" Isso precisa mudar. Então, se você está utilizando aquele local para gerar grandes riquezas, aquele local merece e deve ter parte dessas riquezas investida naquele local. Caso contrário, esse modelo vai só perpetuar diferenças regionais, e não amenizar as diferenças regionais. É isso que a gente espera que aconteça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner, primeiro retribuo o cumprimento. Quanto ao fato de a oposição elogiar, acho que é um papel republicano. Tenha a certeza – digo isso a toda a oposição – de que, quando tiverem ações que estão alinhadas com o projeto de País, de Estado, também terão o meu cumprimento todas as vezes em que assim se posicionarem. E terão grandes oportunidades para fazê-lo com projetos importantes para o País, independentemente da nossa plataforma política ou projeto de governo. Eu acho que o Congresso é a Casa que decide as grandes questões, e é uma oportunidade para a gente defender o Brasil, e não as bandeiras partidárias. Então, só estou retribuindo a gentileza.

Quanto à revitalização do Rio São Francisco, concordo totalmente sobre a questão da qualidade e quantidade da água. A água é um ativo, mas a gente precisa tê-la em quantidade e em qualidade. Algumas ações foram empreendidas para o saneamento, para limpar a água do rio, para garantir a sua qualidade, mas a gente ainda tem muito a avançar em relação à quantidade, principalmente na recuperação e na preservação das nascentes. Minas Gerais tem de ter um olhar diferenciado, porque é lá que nasce o São Francisco, é lá que precisamos empreender nossos esforços.

Desassorear o rio também é uma situação que tem que ser enfrentada; matas ciliares... Tudo isso é um conjunto, só que infelizmente é uma política que leva tempo. A gente não vai resolver essa situação em quatro anos. A gente precisa ter uma política, de fato, de Estado, que seja perpetuada para que se possa garantir que o Velho Chico seja muito mais velho do que já é. A gente precisa cuidar desse rio.

Meios para financiar isso. Há uma conversa em relação às multas do Ibama. São multas que somam quantias até vultosas. E nada mais justo do que utilizar uma sanção ao descumprimento de regras ambientais para proteger o meio ambiente, que é o rio e a gestão do recurso hídrico. É uma discussão que já existe entre mim e o Ministro Ricardo, do Meio Ambiente, para que a gente possa definir um meio, uma fonte de recurso para garantir a manutenção, a preservação das nascentes e matas ciliares. Então, é um caminho.

Quanto ao BNB, eu já fiz um comentário em relação a não ser um banco de crédito, mas um banco de desenvolvimento, e vou defender. Não está sob a minha gestão, não é vinculado ao MDR, é vinculado à Economia, mas, em todas as oportunidades que terei com o Ministro Paulo Guedes, defenderei, assim, a permanência do banco e desse papel de desenvolvimento.

Um plano nacional de desenvolvimento. Concorde com o Senador: há que se pensar de maneira macro, o País é um só, a gente não pode subdividi-lo. Subdividimos por questões meramente administrativas, para facilitar a forma de pensar, mas o País é um só e tem suas peculiaridades, tem que ter políticas conjuntas. Foi feito um trabalho de muitos ministérios, que foi a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, a Endes, que definiu e tentou identificar o País, um plano nacional de desenvolvimento para o País. E dali se derivaram as questões dos planos regionais, das respostas estratégicas, de sub-regiões específicas, a questão do Semiárido, da faixa de fronteira e de outras Rides.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o pensamento é mais amplo, é muito complexo, sem sombra de dúvida, mas já há um trabalho. Aproveitando o que já foi feito, a gente não precisa recomeçar, reinventar a roda; temos que pegar a roda e evoluir. Portanto, a Endes é um trabalho de que a gente precisa, e ele já está no radar da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano como um balizador desse plano nacional que a gente tem que trabalhar.

Senador Izalci, emprego e renda, que o senhor colocou, sem sombra de dúvida é o nosso foco. Eu acho que no mundo já aprendemos com a história que as grandes evoluções se deram por meio da ciência e tecnologia. Fazer a mesma coisa de outra forma pode trazer um grande benefício, inclusive econômico, e geralmente econômico, para aquela atividade que está sendo desenvolvida. A gente fala, por exemplo, que a caprinocultura é uma realidade no Sertão nordestino mesmo. Quando a situação está muito ruim, cria-se cabra. Isso é uma coisa que a gente já percebeu. Agora, você pode potencializar isso: a cabra, o leite, produzir queijo, queijo certificado, fazer derivações disso. É nisso que a ciência e tecnologia nos ajuda. Usar a própria ciência e tecnologia para fazer a dessalinização de água salobra, a implantação de plantas de água do mar para que a gente possa melhorar a segurança hídrica. Então, concordo e acho que esse trabalho que foi feito pelo Centro de Desenvolvimento Regional é essencialíssimo. A gente vai atrás.

Novamente, Adriana, não deixe de verificar isso. Vamos ver o que o pessoal já pensou a respeito e o que dá para a gente aproveitar.

E o que a gente tem que vai ao encontro disso é o Programa de Rotas de Integração, em que a gente tentou identificar cadeias produtivas, arranjos produtivos. Que a gente possa potencializar isso, fazer uma rede desses arranjos para ter um resultado maior no fim das contas.

Projetos estruturantes. Existem duas coisas: a gente precisa pensar os projetos estruturantes, que vão ser o que vai possibilitar o desenvolvimento local; e os projetos locais, afinal de contas a gente tem o presente hoje. Temos que ter ações concretas para resolver a situação dos pequenos Municípios, das pequenas comunidades hoje, mas não podemos esquecer as ações de médio e longo prazo. Então, o Ministério trabalho de maneira paralela essas várias ações: com ações concretas, mais locais, e com ações estruturantes, que são mais regionais.

Dito isso, eu passo para o e-Cidadania, que é uma iniciativa muito interessante.

Multa da Ferrovia Centro-Atlântica. Imagino que essa questão seja sobre a concessão da Ferrovia Centro-Atlântica. A gente precisa falar isso com o Ministério da Infraestrutura, deve ser uma questão da ANTT, mas está anotada – foi uma pergunta do Antonio Pastori, do Rio de Janeiro –, e eu vou levá-la ao conhecimento do Ministro Tarcísio para que seja avaliado o que pode ser feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta do Pedro Ferreira, de Sergipe: "Quais serão as diretrizes nacionais do saneamento básico em relação ao conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais?". O saneamento básico está passando por uma revisão do seu marco regulatório, vai definir novas diretrizes. Após a alteração da lei, decretos e normas infralegais precisam ser desenvolvidas. Uma das alterações relevantes é possibilitar que a Agência Nacional de Águas tenha um protagonismo normativo e regulamentador maior para que possa, de maneira mais rápida, realizar e definir alguns critérios, inclusive para o saneamento. E aqui eu vou além: na gestão de recursos hídricos, a simplificação e a alteração da estrutura do Conselho Nacional de Recursos Hídricos é um caminho para a gente poder melhorar as diretrizes e atuar de uma maneira mais célere.

De Victor Carvalho, do Distrito Federal: "As áreas sem saneamento são predominantemente invasões irregulares. Como o Governo pode coibir a grilagem de terras?". Quanto à ocupação do solo, sabe-se que depende do governo estadual, do governo municipal, então há uma parceria que tem que ser feita, mas ela é evidente. Agora, não podemos esquecer que mesmo as áreas invadidas continuam tendo cidadãos e cidadãos brasileiros. A gente precisa realmente entender que, apesar da situação precária de uma invasão, a pessoa que está ali é um brasileiro, então não dá para olhá-lo como simplesmente um vilão e uma política essencial que não poder ser utilizada. A gente tem que trabalhar a pessoa. Então, o cidadão, os cidadãos precisam ser trabalhados. Se não dá para dar o saneamento, é uma invasão, vamos colocá-los em um lugar em que isso seja possível, mas não simplesmente ignorar, dizer "não é problema nosso, a gente não vai olhar para esse público", de forma alguma. Então, aqui a resposta: invasão irregular tem que ser coibida – é uma parceria com vários órgãos –, mas o saneamento das pessoas que estão em invasões não pode ser simplesmente ignorado, afinal de contas aquelas pessoas têm essa necessidade.

Por fim, Flavio Peruzzo, de São Paulo: "Existe algum entendimento por parte do Ministério a respeito da importância do turismo [...]?" Foi colocado, sim, sem dúvida alguma. É um instrumento de desenvolvimento regional, e o uso da energia eólica é uma das alternativas. Deve ser utilizado com cautela, afinal de contas quem tem capacidade de investir são as grandes empresas, mas é uma alternativa, sim, e pode baratear o custo de muita coisa.

Presidente, novamente...

(Interrupção do som.)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Agradeço a oportunidade de estar aqui, de esclarecer.

Todos os Senadores e Senadoras são muito bem-vindos ao Ministério para apresentar os pleitos. Conto com isso, conto com o conhecimento regional que os senhores têm para que nos ajudem a fazer as políticas certas e a investir o dinheiro no lugar que realmente precisa.

Muito obrigado a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só quero ainda reforçar que, no dia 13 de março, quarta-feira, às 9h, nós teremos uma audiência pública aqui com a presença dos representantes da Sudeco e do Banco do Brasil; e, no dia 19, com a presença do Ministro de Estado do Turismo.

Esta Presidência agradece a disposição de V. Exa. em comparecer à nossa Comissão e o parabeniza pela exposição e pelas respostas às indagações de todos os Parlamentares.

Quero também entregar a V. Exa. os estudos que foram feitos por esta Comissão nos anos anteriores. Posteriormente, entregaremos os de 2017, que foram sobre as barragens, e vamos conversar sobre desenvolvimento regional.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Dário Berger, Eduardo Gomes, Plínio Valério, Elmano Férrer, Selma Arruda, Eliziane Gama, Leila Barros, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Telmário Mota, Paulo Paim, Marcos do Val e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto e Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Lançamento de Publicação. Finalidade:** Lançamento da publicação referente à avaliação de políticas públicas do ano de 2018, no âmbito da CDR, cujo tema foi "Política Nacional de Segurança de Barragens". Relatoria: Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Lançamento de publicação realizado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa,** atendendo ao requerimento REQ 3/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Apresentar as ações da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO para os próximos dois anos. **Participantes:** Marcos Henrique Derzi Wasilewski, Superintendente da SUDECO; Ênio Mathias Ferreira, Diretor de Governo (representante de: Banco do Brasil); Luciana de Sousa Barros, Coordenadora-Geral de Fundos e Promoção de Investimentos (representante de: SUDECO); Roberto Postiglione de Assis Ferreira Júnior, Diretor de Planejamento e Avaliação (representante de: SUDECO). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra: Marcos Henrique Derzi Wasilewski, Ênio Mathias Ferreira, Luciana de Sousa Barros, Roberto Postiglione de Assis Ferreira Júnior, Cláudia Coutinho Marder, Gerente da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, e os Senadores Izalci Lucas, Elmano Férrer, Leila Barros, Flávio Arns, Zequinha Marinho e Carlos Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/13>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião encontra-se dividida em duas partes: 1ª parte: lançamento de publicação; 2ª parte: audiência pública interativa.

A 1ª parte destina-se ao lançamento da publicação *Política Nacional de Segurança de Barragens*, referente à avaliação de políticas públicas no âmbito da CDR do ano de 2018.

Convido para compor a Mesa o Relator, nosso querido Senador Elmano Férrer.

Podem aplaudi-lo para animar um pouco a audiência. (*Palmas.*)

Nó estamos lançando essa publicação. Eu fiz aqui uma comunicação, um encaminhamento desse belo trabalho. Vamos encaminhá-lo para todos os Senadores e também para outras instituições.

Temos a satisfação de encaminhar o relatório referente à avaliação feita pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ao longo do ano de 2018, sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens.

A Agência Nacional de Águas, a ANA, em seu Relatório de Segurança de Barragens, até 2017, revelou a condição precária em que se encontravam as mais de 24 mil barragens distribuídas nas unidades federativas.

Nesse sentido, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão decidiu avaliar a Política Nacional de Segurança de Barragens, uma vez que foram identificadas inúmeras e significativas estruturas físicas classificadas na categoria de risco e/ou de dano potencial associado. Tais fatos apontaram a necessidade da realização de audiências públicas para avaliar a situação.

A contribuição de especialistas, de representantes da sociedade organizada, trouxe salutar reflexão sobre a deficiência das barragens, a inexpressiva ação fiscalizadora, a ausência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uniformidade metodológica e pouca integração entre os órgãos governamentais que atuam na segurança de barragens. O trabalho resultou em diversas propostas, que foram encaminhadas aos órgãos e entidades do Governo Federal de forma a tornar o estudo peça útil para prestação de serviço do Estado ao cidadão brasileiro.

Convém salientar ainda que a escolha do tema vai ao encontro da urgência da atuação governamental no contexto do recente rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho, que vitimou centenas de pessoas, causando incontáveis perdas sociais, econômicas e ambientais, com prejuízo ao meio ambiente, que já se espalharam por toda a extensa área do território mineiro.

Portanto, esta publicação é instrumento oportuno e de extrema valia e servirá de fonte de consulta e de material de apoio às discussões e, sobretudo, às decisões que deverão ser tomadas em curto espaço de tempo, devido à gravidade da situação de nossas barragens e ao risco que representam para a segurança da população.

Senador Izalci, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Estamos encaminhando esta publicação com este texto.

Passo a palavra ao nosso nobre colega e Relator, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, permitam-me não citar nomes de Senadores porque não tem... Aliás, é o Presidente e nós outros relatores. Talvez isso traduza...

Parabenizo o nosso Superintendente da Sudeco. É até interessante. Deveria estar aqui também – eu sei que oportunamente ela virá – a Superintendente da Sudene. No seu caso, é o próximo. Eu digo pela oportunidade da apresentação desse relatório que trata de segurança de barragens.

Eu quero iniciar... Não vou fazer grandes comentários sobre o que consta do relatório, uma vez que ele vai ser distribuído – já está sendo – aos Senadores, aos Deputados e a outras autoridades regionais.

Eu queria começar me reportando ao que eu disse quando da apresentação do relatório no final do ano próximo passado. Naquele momento, eu disse: quantas barragens, aliás, quantas Marianas serão necessárias para que o Estado brasileiro cumpra o seu papel, as empresas assumam as suas responsabilidades e os direitos das populações atingidas sejam atendidos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em pouco mais de um mês, não esperávamos – isso foi antes de Brumadinho – ser surpreendidos e confirmados pela história trágica do rompimento da barragem de Brumadinho.

Sr. Presidente, no ano passado, nós propusemos a esta Comissão – à época presidida pela atual Governadora do Rio Grande do Norte, a nossa Fátima Bezerra – o tema para discussão, durante o ano de 2018, na análise de políticas públicas regionais ou nacionais, que é o caso do tema proposto, e que tratássemos, no ano de 2018, das questões relacionadas às políticas públicas de segurança de barragens.

Esse foi o tema de discussão, nesta Comissão, durante o ano de 2018, no ano de 2017, por proposição da nossa estimada Fátima Bezerra. O tema escolhido foi a transposição das águas do São Francisco, do Velho Chico, para Estados do Nordeste, castigados historicamente, secularmente pelo problema de água, de escassez de recursos hídricos. No ano passado, nós tratamos dessa questão relacionada à política pública de segurança de barragens.

Ressalto inicialmente que nós construímos barragens no Nordeste há mais de cem anos. Eu citaria o exemplo da barragem do Estado do Piauí, a primeira barragem construída pelo IOCS (Inspetoria de Obras contra as Secas), em 1911, ou seja, há mais de um século se construiu aquela barragem. E, oficialmente, até hoje, foi construída pelo Dnocs uma barragem de 3,5 milhões de metros cúbicos. Decorreram mais de cem anos e não fizeram uma inspeção, um monitoramento, ou qualquer tipo de observação técnica do que aconteceu com essa barragem ao longo desses cem anos.

Em seguida, construímos, em 1913, uma segunda barragem menor, de 2,7 milhões de metros cúbicos, que, durante um século, também não mereceu nenhuma inspeção, especialmente de natureza técnica. Veja, são barragens construídas na época, cuja compactação se deu através do casco de jumentos, de burros, etc., ou seja, são barragens construídas há cem anos que nunca tiveram uma inspeção de órgãos governamentais, quer federais, quer estaduais.

Hoje há 24 mil barragens de múltiplo uso cadastradas, conforme consta do relatório da ANA, quando técnicos de instituições públicas dizem que não são 24.092 barragens e que o Nordeste tem, sim, mais de 70 mil barragens deste tipo: barragem de múltiplo uso, sobretudo para abastecimento humano nas cidades e no interior.

O que acontece? Nós tivemos oportunidade de saber, no ano passado, ao estudar esse tema e nas audiências públicas, que todas as 31 agências de fiscalização, sobretudo às de âmbito estadual, não têm duas coisas fundamentais: recursos humanos, técnicos especializados para fazer o monitoramento dessas barragens; e, quando têm técnicos especializados, no caso do Dnocs, por exemplo, que é uma instituição secular, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenhou um papel muito importante no Nordeste, sobretudo na construção de barragens, não têm recursos para deslocamento para fazer uma, duas, três inspeções.

Este foi um dos grandes problemas que nós constatamos: que nós temos barragens, como essa a que me refiro do Nordeste, de múltiplo uso – múltiplo uso –, cuja competência de fiscalização é da ANA (Agência Nacional de Águas), que produziu esse relatório. O primeiro, me parece, em 2016, depois, em 2017, chamando a atenção para esse grave problema. E ele só aflora depois do desastre. Nós, neste País, não fazemos planejamento, não nos antecipamos – nós outros e as instituições – ao que pode acontecer. Só agimos – sempre repito isto – como bombeiros. Há a catástrofe, aí o Governo se faz presente, ou seja, não há medidas de planejamento que prevejam essas catástrofes. Então, este é um ponto fundamental com relação a barragens de múltiplos usos: que têm a ANA como a fiscalizadora, ou seja, a responsável pelas normas, desde a construção, operacionalização etc. até fiscalização.

Há as barragens de contenção de rejeitos minerais, que têm essa responsabilidade de fiscalização na Agência de Mineração, uma agência criada recentemente – me parece que há oito meses atrás –, fruto de uma instituição de mais de meio século, que sobrevivia do Departamento Nacional de Produção Mineral, que realizou um grande trabalho, mas que nunca, digamos, mereceu do Governo a atenção devida a um setor tão importante da nossa economia como o setor mineral. E transformaram esse Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração. Essa instituição hoje tem 31 técnicos – 31 técnicos – para fiscalizar quase 800 barragens – me parece que são 780 barragens – de contenção de rejeitos minerais, que é onde aflorou o problema.

A consciência nacional sobre o tema segurança de barragem decorreu de desastres. O primeiro foi em Mariana e comoveu o Brasil, comoveu o mundo em decorrência das vítimas humanas que aconteceram, além, sobretudo também, das questões dos danos ambientais. O Rio Doce deixou de ser doce e hoje é um rio para o qual não se tem um adjetivo para classificá-lo aqui agora. Sei que os danos estão aí e vão ficar por vários séculos. Mas aquilo não sensibilizou o Governo e as autoridades. Está no esquecimento. Foi preciso uma outra Mariana, com a dimensão humana, quer dizer, vítimas, que ainda hoje estão soterradas nos rejeitos, na profundidade de 10m, coisa dessa natureza.

São em torno de quase 800 barragens de rejeito que têm na Agência Nacional de Mineração a responsabilidade de fiscalizá-las.

Por último, nós temos as barragens para geração de energia, as grandes hidrelétricas, e o maior reservatório está no Nordeste, que é o de Sobradinho, com 34 bilhões de metros cúbicos de água, sucedido não sei se por Itaipu ou por Tucuruí, com 29 bilhões, e, depois – ou seja, no Sul e no Norte –, com 26 bilhões. Essas hidrelétricas, aliás, esses grandes reservatórios têm o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande objetivo de geração de energia, desde o Complexo, no Nordeste, de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, com, parece-me, mais de sete barragens sucessivas para geração de energia. Isso aí tem, realmente, um setor... Aliás, nós não temos conhecimento, pelo menos recentemente ou no médio prazo, que nos antecedeu, de rompimento de barragens para geração de energia. Quer dizer, aí tem... Mas, mesmo assim, segundo dados recentes, a Aneel ainda espera dos empreendedores de mais de 60 geradoras de energia os projetos, aliás, relacionados à segurança dessas barragens e os planos emergenciais decorrentes da legislação.

Então, é um tema que só aflora, aliás, no nosso País. Se nós considerarmos os viadutos das grandes capitais, das grandes metrópoles, de outras grandes obras, que a gente chama de obras de arte, nós não temos programas nacionais de manutenção e de monitoramento disso. E não são só as barragens, é a estrutura de um Estado em crise, e não só o Estado brasileiro, mas os Estados nacionais do mundo. Quer dizer que nós chegamos a um momento em que... Digamos, é um Estado autofágico. Precisamos gerar os recursos para manter o Estado, e o povo a reclamar, a cada dia que se sucede, a cada momento, as exigências, as funções. Quer dizer, o Estado nacional nasceu – aliás, não é o Estado brasileiro, mas os Estados do mundo – em decorrência de uma necessidade de demanda da própria sociedade. Quero dizer, com isso...

Aqui, por exemplo, é uma das comissões do Senado, que trata especificamente, no Senado, tem como uma das missões tratar de questões de Estado. E, dentro dessa crise do Estado, sempre me refiro a esse tema, porque ele me parece a raiz de tudo, em decorrência disso, nós, Senadores, temos que nos debruçar, o Senado da República tem que se debruçar em cima de questões dessa natureza.

Então, eu não vou me referir aqui às recomendações. O relatório está à disposição da sociedade, dos Senadores, a Comissão de Desenvolvimento Regional vai fazer o devido encaminhamento desse relatório às autoridades, àqueles que têm o dever e a competência de voltar-se para questões dessa natureza.

Então, neste momento esta Comissão, com a nova Presidência, com os novos Senadores, que têm assento e responsabilidade nesta Comissão, eu vejo que nós temos, primeiro, que eleger este ano qual será o tema. Ano passado o tema foi segurança de barragens; no ano anterior, houve a posição da nossa ex-Presidente e Governadora do Rio Grande do Norte e discutimos a transposição das águas do São Francisco, repito, para essas regiões mais pobres e carentes de água em termos de Nordeste; e, este ano, nós temos que escolher um novo tema para debatermos durante o ano de 2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria ressaltar que nós cumprimos a missão, fizemos audiências públicas, convidamos autoridades para discutir essa questão relacionada à segurança de barragens. Também queria só lembrar, nós estamos tratando de catástrofes decorrentes do armazenamento dessas águas, nobre Presidente e meus companheiros, que nós também fizemos uma audiência pública aqui, que eu reputo da mais alta relevância, porque o planejamento é uma coisa fundamental no desenvolvimento de uma região, de um Município, de um Estado, o planejamento antecede a tudo, e nós antevemos que vamos ter problemas de água nessa região, no Nordeste sobretudo, no Semiárido, aliás, estamos tendo isso em muitas regiões.

Lembro-me da crise de 2014 em São Paulo, do abastecimento d'água em São Paulo, a capital. Em Brasília, eu estive lá naquela barragem, com 8% de armazenamento d'água.

Então, naquele momento, nós propusemos aqui, nesta Casa, nesta Comissão, aliás, uma discussão, quer dizer, uma audiência pública para tratar de transposição de águas da Região Amazônica, através do Rio Tocantins, aliás, foi uma polêmica para nós fazermos esta proposição, porque, há mais de 100 anos, estudiosos enfrentam uma revisão bibliográfica com relação à escassez de água no Nordeste e à abundância delas, das águas, na hileia amazônica, que detém, parece-me, segundo dados que nós temos disponíveis, 12% da água doce do mundo. E, próximo à Amazônia, no trópico úmido, nordeste semiárido, trópico semiárido, com problemas de escassez d'água.

O São Francisco está morrendo, é um rio que está morrendo – aqui o nosso Senador Otto Alencar tem falado muito sobre isso. E, no Piauí, que é o único rio genuinamente nordestino, nasce e deságua no oceano, da Região Nordeste, o Rio Parnaíba, que também está morrendo. E nós não temos políticas públicas, não estamos antevendo o amanhã. Nós só trabalhamos em cima de catástrofes, isso do ponto de vista da economia, do ponto de vista da infraestrutura. E os planos importantes e de longo prazo? O que será o Nordeste em 2030? 2050? E do Brasil também? Há algumas instituições setoriais no Brasil que trabalham com os seus planos decenais, mas, infelizmente, não tem sido até aqui uma preocupação dos governantes.

Hoje, aqui, nós vamos ter a palestra, a exposição da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, depois vamos ter a da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e seus respectivos bancos. No caso, aqui, quem opera os recursos da Região Centro-Oeste é o Banco do Brasil. No Nordeste, é o Banco do Nordeste. E sabem por que eu estou falando isso, fazendo essa retrospectiva paralelamente ao relatório? Porque são temas desta Comissão. Tivemos ontem o Ministério da Integração, em integrar o Brasil, e hoje temos, mudou de nome, o do Desenvolvimento Regional. Daí a responsabilidade maior desta Comissão no que tange ao regionalismo – desenvolvimento político e desenvolvimento regional – porque nós somos um País que tem um Pantanal, os Cerrados; nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos o Semiárido e o trópico... Temos essas divergências, daí a importância de uma Sudeco, de uma Sudam, de uma Sudene e de seus bancos regionais respectivos, o Basa, o Banco de Desenvolvimento da Amazônia e o Banco do Nordeste.

Então, com essas considerações, eu queria só considerar entregue oficialmente este nosso relatório. Aliás, sobre isto aqui, essas agências, nós propusemos, na Comissão de Infraestrutura – acho que para a próxima semana –, começar as reuniões com essas três agências a que me referi: Agência de Mineração, Agência Nacional de Águas e Aneel. E poderia até haver uma proposição, se o Presidente aceitar, de que fizéssemos conjuntamente, quer dizer, esta Comissão se juntasse à Comissão de Infraestrutura para debatermos essa questão.

Eram esses, Sr. Presidente, os comentários que nós tínhamos a fazer. E vamos agir. Nós temos que trabalhar mais em termos de questões orçamentárias e recursos financeiros para as muitas instituições a que nós fizemos rápida referência aqui, como, por exemplo, o Dnocs.

Eram essas as considerações.

Eu agradeço a atenção do nosso Presidente e dos nossos companheiros Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador! Parabéns a V. Exa. pelo trabalho junto com a Comissão que definiu esse tema tão importante em 2018. Nós estamos trabalhando, e eu espero que possamos definir o mais rápido possível também o tema de 2019, em função do que foi dito aqui pelo Ministro do Desenvolvimento Regional. Acho que, no início do mês de abril, devemos receber o Ministro do Turismo e deveremos focar um pouco na questão da geração de emprego e renda e no trabalho de levantar todas as vocações de cada Região, para que possamos fazer um trabalho semelhante a esse na linha geração de emprego e renda, através do desenvolvimento regional. Então, nós vamos propor para discutir posteriormente esse tema.

Mas eu quero também ressaltar que essa publicação que está sendo lançada será enviada aos principais órgãos e entidades envolvidas no tema, como o Ministério do Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Tribunal de contas da União, Ministérios Públicos estaduais e Federal, Codevasf, Dnocs, ANA, secretários estaduais de meio ambiente e recursos hídricos, os órgãos fiscalizadores, Governadores, Tribunais de Contas estaduais, universidades, Comitê de Bacias Hidrográficas e organizações da sociedade civil dentre outros. Então, já estamos encaminhando para esses órgãos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Por oportuno, também informamos que acontecerá amanhã, quinta-feira, às 11h, na Comissão de Meio Ambiente, uma audiência pública para debater a segurança das barragens. O mesmo assunto também será debatido por técnicos das entidades nacionais e regionais envolvidas com o tema, nos dias 21 e 22 de março, na Escola Superior do Tribunal de Contas da União, aqui, em Brasília, no Painel de Referência de Segurança de Barragens. Nós enviaremos um técnico da Consultoria Legislativa para acompanhar os debates.

Comunico também resposta à consulta formulada pelo Requerimento nº 19, de 2018, da CDR, de autoria do Senador Antonio Anastasia, aprovado em 9 de maio de 2018, ao Tribunal de Contas da União (TCU), sobre a possibilidade jurídica de celebração de convênio entre a União e a Prefeitura de Uberlândia, com vista à concessão do Aeroporto Ten. Cel. Mário César Bombonato, à luz do que dispõe a Lei 8.987, de 1995, o Decreto nº 7.624, de 2011, e o Plano Geral de Outorga. Esse tribunal encaminhou, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 201, de 2019, relatado, então, pelo Ministro Bruno Dantas, que concluiu por ser permitida a assinatura de convênio entre a União e outras unidades da Federação, para que seja feita a delegação de aeroportos, como o de Uberlândia, nos termos dos dispositivos legais citados. Aos membros desta Comissão que se interessarem pelo tema, é possível acessar a íntegra desse acórdão no endereço eletrônico do Tribunal de Contas da União e na página da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Volto a informar a V. Exas. que o prazo regimental para a apresentação de proposta de uma política pública a ser avaliada, essa que nós citamos agora, para este ano, é até o último dia do mês de março do corrente, conforme o §1º, do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quero comunicar também a agenda de reuniões da Comissão para as próximas semanas. No dia 20 de março, às 9h, audiência pública com a presença dos representantes da Sudam, da Suframa e do Banco da Amazônia. E, no dia 27 de março, às 9h, audiência pública com a presença dos representantes da Sudene, da Codevasf e do Banco do Nordeste. A audiência com o Ministro do Turismo nós vamos agendar logo em seguida, para que ele possa também apresentar aqui.

Concedo então a palavra aqui ao nobre Senador da minha terra natal, Minas Gerais, Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Meu bom dia, Izalci; meu bom dia ao Senador Elmano. Quero dar os parabéns por todo o trabalho, pela entrega desse relatório que está sendo colocado aqui, principalmente por nós termos escolhido 2019 como um ano de discussões de segurança de barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós falamos... E a experiência é a cabeça branca. Estava ouvindo as palavras de V. Exa. A visão, Senador Zequinha, é muito mais ampla do que é a segurança de barragens, porque normalmente nós temos a tendência de entender que segurança de barragem diz respeito apenas às questões de estrutura e engenharia para a prevenção de desastres – e não é. Segurança de barragens é, antes de tudo, garantir o abastecimento para as famílias em momentos em que as barragens começam a ter problemas sérios, inclusive de manutenção e de quantidade de água, de volume.

Eu posso citar aqui que, na segunda-feira, visitei quatro cidades do norte mineiro, do semiárido mineiro, e a situação é preocupante, porque nós estamos ainda no mês de março, com as últimas águas do verão, e as veredas – boa parte delas, inclusive, abastecem o São Francisco – estão secas. Em São João da Ponte, vamos ter que trabalhar muito para conseguirmos o abastecimento de água para as comunidades quilombolas, que estão sem água, numa vereda que, durante a vida inteira, foi vereda de produção, inclusive, do *habitat* natural do São Francisco, da fauna.

Há a questão, por exemplo, das cidades do interior mineiro, como Janaúba, que tem lá a Barragem Bico da Pedra, que está com 14%. Nós temos uma barragem que é responsável pelo abastecimento de quase 300 mil pessoas. A segurança, nesse caso, não está limitada apenas à fiscalização da questão da engenharia, mas às políticas que nós não temos no Brasil, inclusive, de proteção das nascentes e prevenção à seca. Nós não temos. A nossa preocupação é simplesmente com a barragem no sentido de proibir alteamento. Nós temos que começar a pensar na questão da segurança dela e no fato de ela ter água para as pessoas.

Outro ponto importante da segurança de barragens que é bom que comecemos a vislumbrar é a questão econômica. Quando uma barragem se rompe, como a de rejeitos, por exemplo, nós temos uma série de desastres, um atrás do outro. Nós temos as mortes das pessoas, nós temos o ambiente que é atingido, como o rio de Brumadinho, que é o Paraopeba, que atende a boa parte da região metropolitana e agora centro-oeste. A cidade de Pará de Minas, por exemplo, no centro-oeste de Minas, que é uma cidade importantíssima, está sem abastecimento de água. A população lá, há dois anos, ficou na seca, porque a empresa, que era a Copasa, não cumpriu o contrato e o Prefeito brilhantemente entrou na Justiça, conseguiu rever. Agora não há onde buscar água porque o rio está morto. Então, nós temos esse segundo desastre, que é a questão do meio ambiente.

E temos um outro desastre, que são as cidades que dependem da atividade da mineração e que, de repente, começam a não ter mais os empregos que geravam, o comércio não vende mais como vendia e a cidade deixa de ter arrecadação, o que nós estamos começando a corrigir agora com um projeto que foi aprovado recentemente, com minha votação, inclusive,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável, de que a empresa mineradora que provocou um desastre, como a Vale, tem obrigatoriamente que continuar mantendo as contribuições financeiras ao Estado e aos Municípios, porque esses entes não são responsáveis, quem é responsável pelo desastre é a empresa mineradora.

Então, essa questão da segurança de barragens em nosso País tem que ser ampliada no sentido de nós começarmos a trabalhar proteção ao meio ambiente, programas para que as nascentes possam continuar abastecendo a água, programas, inclusive, de acompanhamento da atividade econômica, quando falamos de barragens para mineração, para que a dependência da mineração dos Municípios não seja extrema a ponto de deixar um rastro de desemprego e miséria, e a questão da engenharia.

Nós aqui no Brasil – o Senador Elmano lembrou muito bem – tínhamos o DNPM, que era o órgão responsável, e, nessa história de Marina, por exemplo, de lá para cá, nós não tivemos nenhuma manifestação específica do que fazer.

Tivemos agora a criação da Agência Nacional de Mineração, que foi a transformação do antigo órgão numa agência. Uma agência que eu acompanho e que tem, Senador Elmano, dois fiscais para todas as barragens das nossas Minas Gerais. É impossível o trabalho de acompanhamento.

Nós temos também uma outra empresa, como a CPRM, por exemplo, que é uma grande empresa que faz pesquisas na área mineral e que precisa de um norte, e o Governo, o Poder Executivo pode decidir, inclusive, juntá-la à ANM, para que a agência possa ganhar a força necessária e a estrutura para que a fiscalização seja feita.

Portanto, nós aqui não podemos mais, Senador Elmano, ficar como bombeiros, como disse V. Exa., apagando os incêndios. Nós temos de começar, no País, a pensar no futuro de uma atividade que é importante para nós, uma atividade que está entre a terceira e a quarta pauta das exportações brasileiras, que é o minério. Nós não podemos abrir mão disso, mas como nós vamos fazer isso é a discussão que esta Casa tem de assumir e colocar em pauta.

Eu sou muito claro aos senhores pelo que tenho acompanhado, lido e visitado nesses últimos anos todos. Eu já acompanhei vários desastres de barragens e pelo menos uns quatro eu cobri pessoalmente. Não é mais possível em nosso País nós permitirmos mineração com o uso de água. Não é mais possível. Água para transportar minério como a Samarco faz da região central de Minas até o Espírito Santo, água como a Anglo American faz de Conceição do Mato Dentro até o Rio de Janeiro – um mineroduto que tira milhões e milhões de litros de água de um rio e que faz falta para as comunidades.

Então, nós temos de começar a dizer qual o caminho que nós vamos seguir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa parte do que V. Exa. está trazendo aqui é que, como o Governo não faz a fiscalização, o setor se autorregula, o setor começa a impor as próprias regras. E nós vamos também, em um *lobby* político muito forte, um *lobby* legal muito forte, bilionário, fazendo como se isso fosse a coisa mais normal do mundo. E o que acontece? Vem um desastre e mata 300 pessoas, e deixamos um rastro de destruição no entorno econômico, social, do meio ambiente.

Hoje, nós, como legisladores e pela responsabilidade que o povo nos deu, temos de começar a dizer qual é o rumo que nós queremos que esse setor tome. "Vocês podem minerar? Podem. Mas vocês vão minerar dessa e dessa maneira, não colocando vidas em risco, comunidades em risco. A regra é essa". Assim fizeram os britânicos, estão fazendo os australianos, os canadenses, que também já enfrentaram problemas graves de desastres ambientais – só que lá é neve, lá as regiões não são habitadas, não são como as nossas. Eles ditaram regras, e o Governo cumpre o papel dele, que é dizer a um setor bilionário: "Vocês são muito bem-vindos, mas a vida das pessoas não vale o que vocês estão ganhando; vale muito mais do que o lucro".

Por isso decidi vir aqui. Sou suplente, mas vim aqui trazer o meu abraço ao Senador Elmano e a você, Izalci, por este trabalho que estou acompanhando, para que a gente levante essa discussão com a seriedade necessária e que nós não tenhamos mais mortes ou desastres, como tivemos. E, quanto à questão dos recursos hídricos, como o senhor disse sobre o Paraíba e como está acontecendo com o São Francisco, o Rio Doce em Minas Gerais e agora o Paraopeba, que a gente comece a proteger o que vale muito mais do que o minério, que é a água. Sem água, como vamos fazer? Qual será a sobrevivência econômica que teremos em relação a isso?

Fica aqui o meu posicionamento e os meus parabéns pelo trabalho que foi feito pela Comissão e que agora resulta nesse relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente Izalci, Senador Elmano, quero cumprimentá-lo pela boa tarefa, pela realização dessa boa tarefa. Cumprimento o Senador Carlos Viana e todos os presentes.

Presidente, a gente está começando um período, e acho que é muito importante a Comissão que se preocupa com a questão do desenvolvimento regional fazer um balanço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso. Desde o governo militar, ou bem antes, a gente tem visto, aqui e acolá, os governos se posicionando com relação à questão das desigualdades regionais, que são sérias no Brasil. Num país com as dimensões que temos, você termina tendo cinco ou seis países, e é importante que façamos uma avaliação das políticas públicas implementadas ao longo das décadas e que chegaram até aqui, tanto dessas políticas de um modo geral como das instituições que o governo criou para implementá-las, dos recursos que ele também criou para que isso pudesse se efetivar. Nós vamos protocolar ainda hoje requerimento nessa direção, pedindo uma audiência pública para que se possa fazer esse balanço, essa avaliação que julgo importante, para que, daqui para frente, possamos, então, mapear isso e contribuir no sentido de que principalmente as questões econômicas nessas regiões possam avançar.

Precisamos também tentar corrigir possíveis equívocos.

Eu sou funcionário de um banco de desenvolvimento regional. Do meu tempo – estou licenciado há mais de 20 anos –, trago um exemplo bem simples: fiscal rural. Se há um grande financiamento, tem que mandar um fiscal fazer uma vistoria, fazer uma avaliação, trazer um relatório. Naquele momento, pedia-se ao proponente do financiamento que depositasse na conta algum recurso apenas para que pudéssemos pagar a diária e a quilometragem do carro do fiscal, uma despesinha tranquila, normal, sem problema. Hoje o valor solicitado a título de depósito para custear despesas com o projeto que a empresa ou a pessoa física pretende é uma coisa espantosa.

Quer dizer, banco de desenvolvimento regional, fomentador da economia, de pequenos e médios negócios principalmente, não pode entrar no mesmo ritmo de um banco comercial, cujo objetivo todo mundo conhece: é lucro. Claro que o banco de desenvolvimento também tem que ter lucro, também tem que custear as suas despesas. Agora, suas taxas não podem ser iguais às de um banco comercial, de um Bradesco, de um Santander, de um Itaú, ou de qualquer outro que esteja no mercado.

Então, nós precisamos ouvir esses bancos, saber o que eles projetaram, o que eles fizeram. Por exemplo, nos últimos 10 anos, pegaram a economia aqui, o PIB daquela região. Onde é que está isso hoje? Qual é a perspectiva de futuro com relação ao trabalho que fazem, aos investimentos? Temos o Banco da Amazônia, por exemplo, lá na minha região; o Banco do Nordeste, que é um banco muito dinâmico, muito atuante; o Banco do Brasil, de uma forma indireta, porque é um banco bem amplo; e as instituições – a Sudene, a Sudam, a Sudeco, a Suframa e outras instituições ligadas ao desenvolvimento regional. A questão dos fundos de fomento: FNO, FNE, FCO. O FCO aqui no Centro-Oeste é operado pelo Banco do Brasil. Então, o Banco do Brasil, sob esse aspecto, precisa também aqui estar para trazer as



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

informações de que naturalmente nós precisamos para que a gente possa embasar nossa atuação daqui para a frente.

Uma outra coisa, Presidente, Senador Elmano e demais, é a questão da articulação dessas instituições do Governo Federal com os governos estaduais, correto? Pelo menos na minha Região, no Norte, na Amazônia, cada um faz aquilo que dá na telha, como se diz lá em casa, e trabalha muitas vezes de costas um para o outro. Se a coisa é difícil trabalhando de forma conjunta e articulada, calculem trabalhando cada um, tocando a sua vida do jeito que quer, como quer.

A gente precisa corrigir, de repente, alguns pequenos equívocos, discutir isso, conversar com quem dirige para dar uma alinhada nisso. O Brasil precisa pensar o seu desenvolvimento regional, porque senão a gente fica a vida toda aqui reclamando do Sudeste, do Sul, e eles, de lá para cá, reclamando da gente para as outras Regiões. Então, precisa criar uma meta.

A Amazônia hoje é uma região belíssima, com muito potencial, mas o Governo não tem conseguido transformar esse potencial em produto. Se a gente for ver a população dessa região, constatará que ainda é muito pobre. É aquele paradoxo da pobreza convivendo com a riqueza ao mesmo tempo. Por quê? Porque naturalmente a gente não tem conseguido, como se diz lá no meu interior, transformar limão em limonada. Temos todos os ingredientes, temos todas as condições para ter uma vida com qualidade, para que se tenha um mínimo de renda para viver com dignidade, mas metade da população ainda vive abaixo da linha da pobreza, de acordo com aquilo que o Governo Federal aqui estabelece, que é uma renda mínima *per capita*.

Então eu queria dizer dessa nossa preocupação, Presidente. Fazendo esse balanço e depois trabalhando de forma organizada, nossa Comissão vai poder certamente trazer uma grande contribuição para o Brasil inteiro no combate a essa desigualdade regional que é muito clara para todos nós.

Muito obrigado.

Ainda hoje, se Deus quiser, nós estaremos protocolando nosso requerimento. E gostaríamos, desde já, de contar com a aquiescência de V. Exas. para que, a partir daí, a gente possa fazer deslanchar nossas ações para as regiões que realmente precisam de uma atuação forte e determinada do Governo para ir diminuindo essas desigualdades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Muito bem, Senador!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero reforçar aqui a nossa deficiência com a fiscalização, com a quantidade de fiscais. O Governo ainda está analógico. Nós somos ainda uma geração analógica na gestão pública. E hoje nós temos tecnologia mais que suficiente para fazer toda essa fiscalização georreferenciada, com equipamentos eletrônicos. Então, é questão mesmo de interesse de investir nisso, nessa fiscalização.

Antes de entrar na segunda parte, eu gostaria de pedir aos fotógrafos para tirarem uma foto com o nosso Relator, entregando oficialmente o material. Se algum Senador quiser, pode participar da foto da entrega.

Meu querido Dário, entre aqui. Vamos receber oficialmente aqui este belo trabalho que foi feito.

Vamos só tirar essa foto, para entrarmos na segunda parte. *(Pausa.)*

Vai ser muito útil esse trabalho aí.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Entramos, então, na segunda parte da nossa reunião.

Conforme pauta previamente distribuída, esta segunda parte é destinada a ouvirmos, em audiência pública, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e o Banco do Brasil, para debater a atuação da Sudeco para os próximos dois anos e a contribuição do Banco do Brasil nessas ações, atendendo ao Requerimento nº 3, de 2019, de minha autoria.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 20 minutos, prorrogáveis, para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de 5 minutos, assegurando igual prazo para resposta, após o quê poderá ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica.

A palavra aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida pelos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão; e Alô Senado, 0800-612211.

Convido, então, a compor a Mesa o Sr. Marcos Henrique Derzi, Superintendente da Sudeco. *(Pausa.)*

Convido também o Sr. Roberto Postiglione de Assis Ferreira Júnior, Diretor de Planejamento e Avaliação da Sudeco; a Sra. Luciana de Sousa Barros, Coordenadora-Geral de Fundos e Promoção de Investimentos, também da Sudeco; e o Sr. Ênio Mathias Ferreira, Diretor de Governo do Banco do Brasil. *(Pausa.)*

Registro a presença dos senhores que acompanham o Sr. Superintendente da Sudeco, o Sr. Erick Moura de Medeiros, Auditor do Controle Fiscal da CGU, e Antonio Lopes Caputo, Oficial da Reserva da Marinha.

Concedo a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Marcos Henrique Derzi, para fazer a sua exposição.

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Izalci!

Bom dia, Senadora Leila e Senadora Zenaide, que aqui estão presentes!

Em nome do Senador Izalci, cumprimento os demais presentes aqui, na Casa.

Senador, quero dizer que é uma honra para nós, para a Sudeco, participar, a convite do senhor, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento e Turismo, desta audiência pública para explanarmos um pouco as ações da Sudeco que nós temos feito e o planejamento ao longo dos anos. Então, quero agradecer. Ficamos muito honrados com esse convite.

Hoje eu trouxe aqui meu Diretor de Planejamento, o Roberto, e a minha Coordenadora de Fundos, a Dra. Luciana, para falarmos um pouco do planejamento estratégico da Sudeco e para falarmos um pouco dos fundos constitucionais que nós temos, o FCO e o FDCO. E também aqui está o pessoal do Banco do Brasil que administra o FCO; eles são grandes parceiros nossos. Estão aqui a Cláudia; o Ênio, que está aqui na Mesa; o Sinval e o Amauri.

Então, Senador, eu vou falar um pouco como Superintendente e, depois, quero passar a palavra ao meu Diretor e a minha Coordenadora.

A Sudeco é uma instituição hoje responsável por 466 Municípios do Centro-Oeste e dá assistência a esses Municípios, aos Estados, em projetos, só que com poucos recursos. Hoje,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos recursos são oriundos de emendas parlamentares. O senhor, como Parlamentar, destina uma emenda da Sudeco para o Município tal ou para o Governo do Estado, e essa emenda é direcionada já para tal ação. Por exemplo, o senhor direciona uma emenda para determinada cidade, para a cidade adquirir um maquinário ou fazer pavimentação e drenagem, que são 90% das ações a que os Parlamentares destinam as emendas da Sudeco. Mas isso, às vezes, não é o necessário, não é aquilo de que a cidade, o Município necessita para o seu desenvolvimento. Às vezes, sim, é importante um maquinário, uma pavimentação, uma drenagem, mas, às vezes, há projetos do mesmo valor ou com valores inferiores que gerariam mais desenvolvimento.

Vou citar um exemplo para o senhor: nós investimos, alguns anos atrás, quase R\$150 milhões em duas barragens em Flores de Goiás. O total seriam dez. Então, como houve a fiscalização de uma segunda barragem que foi feita e como deu um problema, o TCU pediu que fosse feito um estudo de viabilidade técnica e econômica, um EVTEA, para que prosseguisse a construção das demais barragens. Então, está autorizada a terceira, mas faltam sete. Para construir duas, gastamos quase R\$150 milhões. Isso se deu, salvo engano, em 2008 ou em 2010. Esse recurso foi investido lá e está atendendo uma região pequena. Então, com esse recurso, nós atenderíamos várias regiões se ele fosse destinado de forma planejada.

Vou citar um exemplo: nós investimos, em 2016 – demos apoio na parte de maquinário e na parte de capacitação –, R\$500 mil, pouco mais de R\$400 mil, numa fábrica de polpa de fruta numa cidade de Goiás, aqui perto, e uma cooperativa faz a gestão dessa fábrica. Foram investidos R\$400 mil. A prefeitura cedeu um galpão, e nós entramos com o maquinário e com a capacitação. Hoje, essa fábrica, a cooperativa fatura R\$1 milhão por mês. Então, com investimentos pequenos, a gente consegue ter grandes retornos.

O Brasil hoje não está mais... Não temos recursos, não temos dinheiro. Lá na Sudeco, 90% dos nossos recursos são oriundos das emendas parlamentares. De vez em quando chegam recursos de um plano de ação para a gente poder administrar.

Há outro exemplo que lhe dou, Senadora. Nós, no final do ano de 2018, conseguimos um recurso de R\$60 milhões, o que não é nada para os 466 Municípios do Centro-Oeste. Nós não tínhamos um projeto de como alocarmos esses recursos. Chegaram de última hora. Onde eu os coloco? Não sei. O que nós fizemos? Tivemos que comprar máquina. Pulverizamos lá em mais de cem Municípios e compramos trator, caminhão.

Então, temos que mudar. A Sudeco está se reestruturando. Nós temos que nos reinventar, nós temos que fazer mais com menos, porque hoje o recurso é pouco e nós temos que nos reinventar. Então, nosso projeto hoje é fazer um estudo das regiões do Centro-Oeste que estão estagnadas, que precisam de investimento, mas que tenham um retorno rápido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as palavras do Ministro. Nós precisamos direcionar recurso para onde vai gerar desenvolvimento. Não se pode ficar jogando dinheiro pelo ralo, como acontece há muitos e muitos anos. Vão me desculpar, mas essa é a palavra. Nossos recursos são mal investidos. Nossa política agora é esta, nessa próxima gestão: fazer um mapeamento da Região Centro-Oeste para ver onde, de fato, é necessário investir para não se gastar errado. Se for preciso gastar, que se gaste para perder o mínimo possível, porque o Brasil hoje não tem condição hoje de perder um real, principalmente nós.

Então, a Sudeco está à disposição dos aqui presentes, da Senadora daqui, do DF. Parabéns à Senadora do Rio Grande do Norte e ao senhor, Senador Izalci. Estamos de portas abertas para recebê-los, para mostrar mais o que nós temos a oferecer. E nós queremos também que os senhores nos ofereçam os projetos que têm em mão, para que possamos analisá-los e tentar ajudar de alguma forma. Eu acho que há muita coisa que pode ser ajudada, e nós temos que ter essa unidade.

Nós estamos fazendo uma parceria com a Sudam e com a Sudene. Estamos fazendo convênios para a troca de tecnologia e de informações. Estamos buscando os Estados para fazer uma parceria, os Municípios, a Secretaria de Desenvolvimento. Hoje cada um corre para um lado. Eu corro para um lado, o Município corre para o outro, o Estado corre para o outro, e nós temos que alinhar a nossa forma de trabalho, temos que trabalhar alinhados, cada um tocando uma ponta. Então, é isso de que a gente precisa.

Repito aqui pela décima vez: não temos dinheiro para jogar fora, e o Brasil precisa urgentemente de uma política de desenvolvimento mais moderna.

E há outra coisa: temos que investir, como eu falo sempre, em PPP. O futuro do Brasil é esse. Não adianta, o Estado não aguenta mais bancar Município, bancar tudo. Temos que pegar empresas, abrir financiamento para essas empresas e fazer PPPs, para que possam ser tocados os grandes projetos. Sem isso, não há jeito, o Estado não aguenta mais, não tem mais dinheiro para tocar isso.

Então, eu estou aqui à disposição, se os senhores quiserem fazer algum questionamento, alguma pergunta.

Passo a palavra agora, primeiramente, ao Dr. Roberto.

Só reitero que nós somos 466 Municípios e atingimos uma área de 16 milhões de habitantes. Nosso PIB da região está em torno de R\$540 bilhões. A Sudeco já investiu, de 1989 para cá, cerca de R\$80 bilhões do FCO no desenvolvimento do Centro-Oeste. Esses são números que o Banco do Brasil tem. A nossa coordenadora de fundos vai falar um pouco também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso. Eu vim aqui hoje não muito preparado, porque nós estamos começando este novo Governo agora, do Presidente Bolsonaro. Eu acho que nós temos que ter um pouco de paciência. O importante, eu acho, é que o brasileiro melhorou sua autoestima, está de cabeça erguida. Acho que isso é uma grande coisa. Temos que ter paciência até se organizar o xadrez e temos que nos ajudar, essa é a forma que eu digo. Se a gente não se ajudar, não há jeito.

Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Concedo a palavra a Roberto Postiglione de Assis Ferreira Júnior.

O SR. ROBERTO POSTIGLIONE DE ASSIS FERREIRA JÚNIOR – Bom dia a todos!

Eu cumprimento todos os Parlamentares e todas as autoridades e colegas presentes, na pessoa do Senador Izalci Lucas.

Ressalto que é uma grande satisfação estar aqui presente e poder divulgar e esclarecer alguns pontos, embora em forma de síntese, sobre a Sudeco.

Aproveito a oportunidade e me adianto ao nosso Superintendente e ao Presidente da Comissão para convidar todos os Parlamentares a comparecerem à Sudeco – Senadora, será uma honra recebê-la lá –, para que possamos aprofundar todas essas informações relativas à Sudeco.

Aqui, de forma sintética, repito, dentro do foco do debate para o qual nós fomos convocados, que era o cenário para os próximos dois anos, devo dizer que nós estamos no meio da elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o PRDCO. Sob o comando do Ministério do Desenvolvimento Regional, que é responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, nós estamos elaborando esse documento, cujo foco é para os próximos 12 anos, ressaltando que, a cada quatro anos, ele será revisto. Então, neste primeiro momento, nós estamos focando em quatro anos e englobando os dois anos para os quais fomos solicitados aqui na Comissão.

Nesse Plano de Desenvolvimento Regional, a Sudeco elaborou quatro eixos de foco. O primeiro eixo envolve Desenvolvimento Produtivo Sustentável; o segundo, Ciência, Tecnologia e Inovação; o terceiro, Educação e Qualificação Profissional; e o quarto, Infraestrutura Econômica e Urbana. Dentro desses eixos, nós podemos dizer que, a par das dificuldades relativas à questão de poucos recursos, situação que todos os órgãos públicos enfrentam – isso não é novidade e não é apenas com relação à Sudeco –, nós já estamos desenvolvendo dentro desses quatro eixos vários projetos, alguns de sucesso. Um deles foi citado agora pelo nosso superintendente, que é o projeto relativo à polpa de frutas, já implementado, e essas famílias já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão faturando R\$1 milhão por mês, dentro de um universo em que a Sudeco aportou R\$400 mil no plano de ação. Obviamente, se nós tivéssemos recursos mais expressivos para planos de ação, poderíamos repetir projetos como esse em diversos setores.

Dentro desses que nós já estamos implementando, além desse citado, que é executado no Município de Luziânia, nós temos outros de suma importância, como o de reestruturação da erva-mate. A cultura da erva-mate estava praticamente erradicada no Centro-Oeste. E 90% do consumo da erva-mate estão sendo ainda importados dos países limítrofes. Esse projeto envolve 11 Municípios e é uma parceria da Sudeco com a Agraer. O projeto do Município de Ponta Porã é um dos que nós temos orgulho de falar sobre ele. Está em pleno desenvolvimento. No momento, ele está na fase do cultivo das mudas, que já estão sendo preparadas para o cultivo. Isso vai alimentar uma cadeia produtiva regional, vai reestruturar a cadeia de produção da erva-mate e, sem dúvida alguma, vai permitir o desenvolvimento econômico da região.

Temos também capacitação, e isso está em pleno desenvolvimento, envolvendo o Município de Alvorada do Norte, em Goiás. É um estudo que viabiliza a produção local de frutas do cerrado. Vamos na mesma toada das polpas de frutas feitas aqui em parceria com o Instituto Federal de Goiás, no Município de Luziânia, e, com certeza, vamos obter o mesmo sucesso.

Destaco a atuação da Sudeco com a alteração efetuada com a aprovação no Condel realizado no início de 2018, que alterou a legislação sobre os fundos constitucionais, o que permite também agora o financiamento da chamada indústria de defesa. Destaco que, quando se fala em indústria de defesa, não se está falando em armamento, mas se está falando em equipamentos, o que envolve não só as Forças Armadas, como também o setor policial, bombeiros e outros órgãos desse setor.

Também dentro desse Eixo 2, que envolve ciência, tecnologia e inovação, nós temos o projeto que está em andamento de um parque tecnológico na cidade de Ponta Porã em parceria com a prefeitura da cidade e com alguns órgãos da região. Isso está na zona de fronteira, em Mato Grosso do Sul, na zona de fronteira com o Paraguai, e está envolvendo o interesse de várias empresas privadas e de vários órgãos públicos, inclusive do setor de segurança nacional.

Temos a questão das PPPs, que foi destacada aqui pelo nosso superintendente. Nós acabamos de realizar um curso de capacitação para os servidores. Estiveram presentes fazendo esse curso não só os servidores da Sudeco, mas também foram convidados os da Sudene e os da Sudam, que estiveram presentes, e de outros órgãos. Logicamente, a PPP não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é uma novidade, mas, em termos de Poder Público, podemos dizer que é uma novidade a utilização desse sistema PPP para os serviços públicos.

Temos também, dentro dessa nossa dificuldade... E destaco aos senhores que não há aqui reclamação alguma, porque é o cenário ordinário que está sobre todos nós. Mas apenas estou destacando o esforço da Sudeco em, mesmo sem os recursos, realizar várias parcerias, visando ao desenvolvimento regional. Dentre essas parcerias, destaco a parceria realizada com a Unieuro, que vai permitir aos estudantes de Medicina, monitorados pelos professores da universidade, fazerem atendimentos dentro das unidades públicas de saúde.

Temos também parceria com a Embrapa, visando ao melhoramento genético do rebanho. Destaco que tudo isso é feito com recurso zero da Sudeco, que é apenas a parceria realizada.

O Senador Zequinha tinha comentado sobre as barragens. Nós temos esse estudo de viabilidade técnica na região de Flores de Goiás, que vai envolver a realização de sete barragens. Essas barragens já estão sendo licitadas pelo Estado. Obviamente, há esse problema destacado pelo nosso superintendente sobre onde será melhor colocar esses recursos e se realmente se vai dar continuidade a isso ou não.

Temos diversos projeto já em fase de implementação, projetos sobre os quais estou a inteiro dispor para esclarecer aos Srs. Parlamentares. Não acredito que seja interesse de todos eu destacar um a um porque vou ficar aqui apenas repetindo dados, e, talvez, nem o momento nem o local sejam adequados para isso.

Volto a ressaltar que a Sudeco tem projetos desde a área de artesanato até a área de tecnologia.

Repito aos senhores que será extremamente interessante se os senhores puderem atender ao nosso convite de estarem presentes na Sudeco, em data e agenda de conveniência desta Comissão. Senador Izalci, isso se dará dentro da sua conveniência. Estamos lá ao inteiro dispor para recebê-los e para aprofundar todas essas informações.

Permaneço ao inteiro dispor dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo imediatamente a palavra, então, à Luciana de Sousa. De Sousa Barros, não é?

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Isso.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome do Presidente da Mesa, o Senador Izalci, cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

Vamos falar de um importante e eficiente instrumento a favor da política pública para o desenvolvimento das desigualdades regionais. O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela nossa Constituição de 1988, está com aproximadamente 30 anos de existência, contribuindo para a dinâmica dos setores produtivos da nossa região.

Como vocês podem ver, parte da arrecadação de IR e de IPI foi destinada para os fundos constitucionais: 3% desses recursos vão para todos os fundos constitucionais, os do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Desses, 0,6% é destinado para a Região Centro-Oeste.

O fundo é administrado... A gestão desse fundo se dá por três administradores: o Ministério do Desenvolvimento Regional; a Sudeco, através do seu Conselho Deliberativo; e o Banco do Brasil, que é nosso agente financeiro e banco administrador. Cada um tem suas competências estabelecidas na Lei 7.827, que é a lei que estabelece como se deve dar a distribuição dos recursos, enfim, a sua aplicação.

Em 30 anos de existência, como vocês puderam ver, o fundo injetou mais de R\$80 bilhões na nossa economia. Desses, 42% estão relacionados à arrecadação, são recursos oriundos do Tesouro Nacional, e 58% já são o retorno dos financiamentos do fundo, ou seja, com a sua boa aplicação, o fundo retorna os recursos aplicados, financiados aos tomadores, para o próprio fundo. Vamos chegar, se não me engano, neste ano, a 60% ou a um pouco mais de 60% com o retorno do fundo, já são recursos oriundos da sua gestão, dos seus retornos.

Como vocês podem ver, na economia e na dinâmica da Região Centro-Oeste, mais de 60% desses recursos são procurados por produtores rurais, são aplicados no rural. Trinta e oito por cento foram para a área empresarial, para a indústria, para o turismo, enfim. Conseguimos gerar o quê? Foi de 8,7 milhões a geração de empregos na nossa região, sendo que 75% dos empregos gerados – é esse número aí – são reportados para a área rural, e 25% estão na área empresarial.

Eu trouxe aqui uma evolução do fundo nos últimos cinco anos. É importante salientar que a gente fala em R\$80 bilhões, mas 40% desses recursos foram aplicados nos últimos cinco anos. É evidente que a gente vê uma queda na aplicação desses recursos no exercício de 2016, mas fica claro também o momento da economia que a gente estava vivenciando. Fizemos algumas modificações justamente para melhorar as condições de financiamento, a aplicação desses recursos. Vocês verificam como foi eficiente, porque a gente obteve um incremento de 93% nessa aplicação: passamos de R\$4,3 bilhões, contratados em 2016, para, em 2017, R\$8,3 bilhões. Em 2018, nós conseguimos aplicar R\$9,5 bilhões. É uma aplicação recorde, falando em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação anual de financiamento. E, desses recursos, desse valor de R\$9,5 bilhões, em 2018, R\$7,6 bilhões foram destinados para a área rural, que é a dinâmica da nossa economia da Região Centro-Oeste.

Em 2018, quando a gente fala da aplicação, R\$1,8 bilhão foram aplicados no setor empresarial e geraram mais de 42 mil postos, aliás, 42 mil operações contratadas, e 80% desses recursos contratados no exercício anterior foram aplicados em tomadores de menor porte.

Esse é o nosso orçamento para 2019.

Vou tentar ser breve. Estou sendo breve nas informações, porque as informações relacionadas a esse fundo têm um valor... Quando a gente começa a falar de números, de valores, de indicadores aqui, a gente se adentra muito pelo tempo. Então, eu estou tentando ser o mais sucinta possível.

Já estou na previsão orçamentária para a aplicação desse recurso no ano de 2019. Nós temos uma previsão de R\$8,5 bilhões. A gente divide entre empresarial e rural. É lógico que o fundo é dinâmico. Inicialmente, o exercício começa com 50% dos recursos no rural e com 50% no empresarial. No entanto, a gente vai migrando de acordo com a procura, de acordo com a demanda.

Quinze por cento desses recursos também são separados para as demais instituições que trabalham com recursos do fundo. Na Região Centro-Oeste, além do Banco do Brasil e sua capilaridade de agências, nós temos mais outras sete instituições: MT Fomento, Goiás Fomento, BRDE, Sicredi, Bancoob. Agora estão entrando mais duas instituições financeiras. Nós temos um Fies, que pode ser financiado com recursos desse fundo, algo que foi introduzido no ano de 2018, e a energia para a pessoa física. Então, são destinados R\$200 milhões para essas duas linhas de financiamento.

Eu vou falar agora de outro importante fundo, que é o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Ele foi criado em 2011, mas só começou a ser operacionalizado em 2013. Então, ele é bem recente. É um fundo mesmo para investimentos de grande vulto, voltados para a infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos que tenham grande capacidade germinativa.

Para vocês terem ideia, de 2013 até este exercício, nós tivemos seis contratações. Mas, com seis contratações, nós conseguimos gerar mais de 50 mil empregos na região, entre diretos e indiretos, colocamos R\$1,9 bilhão em recursos e alavancamos quase R\$12 bilhões para a nossa região em projetos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou trazer, nas lâminas seguintes, quais foram os projetos que o FDCO apoiou, o Fundo de Desenvolvimento.

Nós temos uma parceria público-privada. A parte privada pôde ser financiada com recursos do fundo, que é a MGO Rodovias. Nós temos aí a produção de geradores, com a Stemac Geradores, localizada no Município de Itumbiara, Goiás. São dois projetos do Estado de Goiás, em que a gente aportou R\$200 milhões em um projeto que envolvia R\$859 milhões para a região; em outro, com R\$36 milhões, alavancamos R\$150 milhões.

Um excelente e grande projeto foi a indústria de celulose no Município de Três Lagoas, que é um Município considerado de economia de baixa renda, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul. O projeto é de R\$8,8 bilhões. Nós colocamos em torno de 10% desses recursos, mas nós conseguimos 40 mil postos de trabalho para a região, ou seja, a gente dinamizou a economia, todas as cadeias produtivas que poderiam estar em volta do Município de três Lagoas. Temos aí ADM, uma indústria de produção de proteína localizada também em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em que colocamos R\$274 milhões, com um projeto de R\$610 milhões.

Há mais outros dois projetos do Estado de Goiás. Temos, em infraestrutura, a HPE Automotores, que alcançou mais de 2,8 mil postos de trabalho. O projeto é de R\$1,3 bilhão, com R\$496 milhões com recursos do Fundo de Desenvolvimento. Temos também a Companhia Thermas do Rio Quente. O projeto também colocou 1.352 postos de trabalho, com R\$77 milhões. E o recurso do fundo foi de R\$31 milhões nesse projeto.

O orçamento para este ano... No exercício de 2018, foram aportados apenas os retornos dos financiamentos. No ano passado, nós tivemos um orçamento de R\$59 milhões e, neste ano, nós temos um orçamento de R\$160 milhões. Diferentemente do outro fundo, esse fundo são aportes oriundos do Tesouro Nacional. Então, nós não tivemos, nem no exercício passado nem nesse exercício, um novo aporte financeiro vindo do Tesouro, apenas os seus retornos dos financiamentos.

Na Superintendência, há algumas ações de divulgações que a gente trabalha ao longo do ano e que seria interessante ressaltar. Ano a ano, a gente procura escutar os setores produtivos, ir às secretarias de desenvolvimento dos Estados, para procurar fazer uma programação anual de financiamento que atenda a esses setores, porque eles estão sempre em dinâmica e estão modificando. Então, a gente vai ao encontro dos Estados, escutando representantes das suas federações, e aí construímos de forma conjunta. Essa programação é aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudeco. Não é algo engessado, é algo que se modifica. E qualquer representante pode encaminhar um pedido, uma solicitação. E aquilo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está de acordo com a legalidade e que a gente vê que realmente é condizente é passível de modificação.

Algumas ações também a gente faz, como a Caravana do FCO. Nós tivemos, no exercício de 2018, na nossa diretoria e especificamente na nossa área, mais de 20 eventos relacionados ao fundo, fora os eventos isolados que ocorrem pelas instituições financeiras. A gente esteve em Lucas do Rio Verde, na feira de agronegócios de lá. Em Rio Verde, nós estivemos no ano passado e vamos estar neste ano de novo. Há a Agrobrasil.

São eventos grandes, de grande vulto, em que a gente consegue acompanhar principalmente os produtores da área rural e pequenos tomadores, que são justamente o foco do fundo, porque a lei diz que 51% desses recursos devem ser aplicados em tomadores de menor porte. E o fundo hoje atinge um percentual muito maior do que isso, quase 80% dos recursos estão sendo aplicados em tomadores de menor porte. Quando você vê que existe uma escassez, uma demanda muito grande, uma escassez desses recursos, a gente deve trabalhar essas condições de financiamento, um melhor direcionamento dos recursos, e aí entra a Política Pública de Desenvolvimento Regional.

Tivemos um grande ganho relacionado ao fundo com a conversão da Medida Provisória nº 812, no ano passado, na Lei 13.682, o que faz com que 0,01% dos retornos dos recursos do fundo seja aplicado na avaliação de como está chegando esse recurso, de quais as necessidades que o fundo precisa alcançar, do que precisa melhorar. A gente sabe que vem fazendo essa política, a gente leva essas deliberações para o Condell e tenta melhorar isso ano a ano, mas a gente sabe que precisa avançar mais, que o estudo de impacto dessa viabilidade é muito grande. No Ministério ao qual somos vinculados, o Ministério do Desenvolvimento, nós não tínhamos recursos financeiros para isso, mas a lei agora possibilitou isso, e vamos ter um direcionamento melhor desses recursos. Isso está em via de regulamentação, é uma portaria interministerial do Ministério do Desenvolvimento com o Ministério da Economia, para depois traçar metas para a Superintendência de Desenvolvimento Regional.

Nós também temos vários desafios, Senador Presidente. O nosso Superintendente tem isso à mão, e eu gostaria que ficasse na mesa algumas ações que fizemos em 2018 e que foram bastante relevantes para a nossa região, relacionadas aos fundos. Quero colocar a nossa coordenação, a nossa Diretoria de Fundos, à disposição dos senhores, dos Parlamentares aqui presentes.

Reforço o convite do nosso superintendente e do nosso diretor de nos visitar. A nossa Superintendência é recente, foi criada em 2011. O primeiro concurso foi feito em 2013. A gente sabe que existe uma rotatividade muito grande. São pessoas mais jovens que estão à frente das superintendências, mas muito competentes e capazes. No entanto, estamos sempre em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

busca de melhoria. Então, há uma rotatividade muito grande. A gente necessita também do apoio desta Casa justamente para verificar esse órgão de extrema importância para o desenvolvimento regional, porque a gente pode alinhar justamente ao que convém a esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Luciana.

Imediatamente, passo a palavra a Ênio Mathias Ferreira, do Banco do Brasil, para falar sobre o FCO.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Perfeito!

Bom dia, senhoras e senhores!

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Izalci Lucas; a Senadora Leila; o Senador Flávio também. Bom dia!

Cumprimento o nosso amigo Superintendente Marcos Henrique, o Diretor Roberto e a nossa amiga Luciana.

Para a gente, é uma satisfação estar aqui presente.

Eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Essas discussões são fundamentais. A Comissão, com certeza, vai agregar muito valor para a gente poder implementar novas ações e buscar melhorias para o nosso FCO e para a atuação do Banco do Brasil no Centro-Oeste.

Aqui junto comigo tenho três colegas que eu gostaria de apresentar: o Amauri, a Cláudia e o Sinval. Eles trabalham comigo na Diretoria de Governo. A gente coordena, por parte do banco, as ações da FCO. Estamos sempre à disposição para qualquer contribuição, discussão e acompanhamento de projeto também.

Eu trouxe uma apresentação. Alguns números são repetidos, obviamente, porque é muito alinhado com a atuação da Sudeco, mas acho importante trazer essa visão. Eu vou passar rapidamente, e a gente fica à disposição em seguida. *(Pausa.)*

O computador deu uma travada. De qualquer forma, eu vou antecipando algumas questões.

A atuação do banco é muito... O Banco do Brasil atua como administrador...

Vou seguir lá. O.k.! Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No panorama geral, eu trouxe esses números só para apresentar o Banco do Brasil dentro do Centro-Oeste. É bem resumido, obviamente.

O banco está presente com 459 agências no Centro-Oeste, divididas daquela forma, no primeiro quadrante superior, no Distrito Federal, em Goiás, em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso. Das 4.722 agências que o banco tem, 459 estão no Centro-Oeste. Isso corresponde a 26% de todas as agências do Sistema Financeiro Nacional.

No quadrante superior direito, a gente tem a carteira de crédito do banco no Centro-Oeste. Então, são aplicados R\$74,3 bilhões em créditos nos quatro Estados, divididos da forma que está ali no gráfico de *pizza*.

Abaixo, a gente tem a carteira total. Considerando que são quase R\$700 bilhões em operações de crédito, 25,8% da carteira de crédito rural do banco também estão no Centro-Oeste. O Centro-Oeste se destaca bastante na área rural, e, por isso, 25% de toda a carteira rural, no que o banco se destaca no cenário nacional, estão concentrados no Centro-Oeste. Isso dá uma perspectiva bastante interessante da atuação do banco e da importância do Centro-Oeste para todo o cenário nacional.

Passando para o eslaide seguinte, a gente observa nesse gráfico o perfil de cada Estado e como ocorre a carteira de crédito nos Estados do Centro-Oeste. No DF, a carteira de pessoa física tem um contingente maior, um destaque maior, e, nos outros três Estados, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, destaca-se o cenário de pessoa física nos agronegócios.

Do lado direito, temos o cenário da presença do banco no Distrito Federal, que é de 100%, e a quantidade de clientes. Em Goiás, nós estamos com 94,7% de presença do banco; em Mato Grosso, 87,2%; e, em Mato Grosso do Sul, 98,7%. E também há a quantidade de clientes, de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Todo tipo de operação do banco é feito com o público em geral.

Aqui a Luciana falou sobre a participação do banco. Ele é administrador, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento e com a Sudeco, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Ali nós temos novamente a distribuição da fonte, ou seja, existe uma fonte determinada, pré-determinada para os fundos constitucionais, tanto do Centro-Oeste como do Norte e do Nordeste, de 3% da arrecadação do imposto de renda, naquela distribuição que está abaixo. É importante considerar que no fundo de desenvolvimento não há essa predefinição de distribuição dos recursos. Isso é apenas para os fundos constitucionais. Então, com base nessa lei, o banco atua em conjunto na administração e como agente operador. A função do banco é dinamizar, criar ações, buscar atendimento aos clientes, verificar quais os Municípios que têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores projetos, provocar mesmo e trazer clientes para poder fazer operações, dinamizando e gerando maior desenvolvimento da região.

Aqui há algumas ações, atribuições do banco administrador – eu vou repassar –, mas a atuação do Condel se destaca, que é o Conselho Deliberativo, onde a presença dos Governadores das unidades federativas é fundamental. E ali é onde são discutidas as políticas e os direcionamentos, em que metas, por onde que o banco deve seguir e como deve buscar a aplicação desses recursos da melhor forma possível. A participação também de alguns ministérios, como o da Economia, também é fundamental nessa definição de políticas.

A outra questão fundamental é a participação nos CDEs, os Conselhos de Desenvolvimento Econômico das unidades federativas. Periodicamente existem reuniões patrocinadas pelos Estados, onde o banco está presente juntamente com aqueles grandes investimentos, e os próprios Governos dão o direcionamento de qual tipo de projeto é prioridade para aquele Estado ou não.

Em termos de atuação do banco, a gente está focando em algumas questões. De destaque, temos a revisão das condições operacionais dos fundos de desenvolvimento, ou seja, conforme foi apresentado pela Luciana, o fundo de desenvolvimento não está recebendo novos recursos. A previsão de 160 milhões de recursos para este ano tem origem no retorno das operações que foram feitas. Então, é um volume considerado razoavelmente baixo para a demanda que a gente tem por esse tipo de operação. O fundo de desenvolvimento se destaca por direcionar grandes volumes, projetos estruturantes com grandes volumes, e dos fundos constitucionais o objetivo é dinamizar, ou seja, uma quantidade maior de operações com menor volume possível, gerando contribuição ao desenvolvimento para a região.

Outra questão é a revisão e o alinhamento do plano de desenvolvimento regional. Nesse momento, ele está em revisão pelo Ministério de Desenvolvimento Regional e pela Sudeco. Nós também estamos alinhando, discutindo juntamente com eles, porque isso é fundamental para nós podermos direcionar as ações do banco na prática, de como fazer essa atuação. Estamos juntamente com eles.

Com a realização das caravanas do FCO demonstra-se a efetividade, ou seja, o Banco do Brasil patrocina reuniões, chama o público, chama os clientes, leva os funcionários para junto de alguns Municípios. É fundamental a participação das autoridades públicas tanto da região, quanto do cenário federal – a Sudeco está presente lá com a gente.

Lá é colocada, apresentada a linha de operações, são apresentados os funcionários, como pode ser operacionalizado, como facilitar... Colhem-se também daquela região ali sugestões de melhoria, e isso é o que dá resultado. Quando a gente verifica ali no gráfico





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela recuperação da quantidade de financiamento, essas caravanas do FCO, como a gente diz, foram as grandes responsáveis por tudo isso, por alavancar os recursos novamente.

Sobre o desenvolvimento de linhas de financiamento de micro e mini geração de energia, nós atuamos já com o segmento rural, financiamento de geração de energia, e também para pessoa jurídica. Recentemente foi regulamentado para pessoa física; estamos alterando, construindo o sistema e o produto dentro do banco. Acreditamos que, ainda neste semestre, estaremos operando com pessoa física também.

Há essa revisão das condições do Fies privado, ou seja, parte dos recursos do FCO é reservada para o Fies privado. Há uma discussão também junto com a Sudeco, com o Ministério da Educação e Ministério da Economia, sobre a utilização e algumas condições operacionais para que possa ter maior efetividade a utilização desses recursos. Estamos em discussão com eles.

Na questão dos repasses a instituições financeiras parceiras, é muito importante para a gente a parceria com outras instituições, sejam os bancos cooperados – aqui no DF há o BRB... Então, a gente tem uma parceria estreita com eles, em que a gente repassa recursos para eles poderem também financiar os clientes dessas instituições. Atualmente são oito instituições parceiras com que a gente trabalha. E sempre há algumas sugestões que a gente está buscando aprimorar para viabilizar mais recursos para elas poderem participar.

A continuidade nas ações de cumprimento dos indicadores de desempenho é fundamental, ou seja, o banco recebe metas a serem cumpridas, então o Condel determina quais são os indicadores que a gente precisa entregar. E sobre isso continuamente a gente faz discussões; obviamente, na próxima reunião do Condel, nós estaremos novamente discutindo aquelas metas, se elas permanecem, se há alguns ajustes a serem feitos. Mais à frente eu mostro quais são essas metas e como estão os indicadores observados.

Em termos históricos, a Luciana mostrou: são R\$80 bilhões que foram investidos. É fundamental a gente considerar que, desses R\$80 bilhões, a carteira está em R\$30 bilhões, que é esse quadrante de baixo – R\$30,350 – e a grande maioria dos recursos são de retornos para fundo. Por que isso é importante? O fundo não tem risco algum. Todo risco é do Banco do Brasil. Não existe nenhum risco dos recursos do fundo constitucional, do FCO. Então, o banco garante, faz a análise de risco dos clientes, assume integralmente o risco e retorna integralmente os recursos para o fundo, para serem reaplicados. Isso daí demonstra a boa gestão, porque a grande maioria – R\$47 bilhões – provém, ou seja, o retorno das operações está maior do que novas entradas de recursos que vieram – R\$32 bilhões – do orçamento que foi repassado para o FCO. O índice de inadimplência atualmente é muito inferior, tanto do mercado financeiro, quanto da meta estabelecida para ser cumprida, ou seja, está 0,5% o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

índice de inadimplência, e a meta que foi repassada para a gente era de até 1%. De novo, todo o risco é do próprio Banco do Brasil.

Passando ali...

Aqui é só para demonstrar... A Luciana mostrou o histórico, mas aqui, se a gente reparar, está a contratação histórica por Estado, por unidade da Federação. Historicamente, de todo o recurso que foi direcionado, o DF contratou 9,3%; Goiás, 35,5%; Mato Grosso do Sul, 23%; e Mato Grosso, 31,5%.

Em termos do orçamento para 2018, foram dados R\$9,7 bilhões no total do orçamento anual. Novamente o rural se destacou com a utilização de R\$7,2 bilhões, e R\$2 bilhões foram para a utilização do empresarial.

Aqui se destaca o ano passado porque houve uma alteração na fórmula de cálculo das taxas. Então, foi implementada no sistema uma nova taxa, que é o que a gente chama de FAM. Então, mesmo com essa nova taxa, ajustes nos sistemas e tudo mais, nós conseguimos bater o recorde histórico e fazer a aplicação de R\$9,7 bilhões.

Esses da direita ali são os indicadores que eu tinha comentado. Então, o banco recebe esses indicadores.

Aplicação: 90% dos recursos deveriam ser aplicados; no ano passado, nós aplicamos 95% de todos os recursos. Lembrando que, sempre, como se recebem recursos até dezembro, algumas operações são contratadas e acabamos desembolsando no ano seguinte. É por isto que nunca vai chegar aos 100%: porque não posso estourar o volume de recursos recebidos.

A contratação de menor porte, que é fundamental, foi 80% realizada, e a meta era de 51%.

Em termos de cobertura, 100%, ou seja, todos os Municípios do Centro-Oeste tiveram, sim, operações contratadas no ano passado.

De faixa de fronteira também, foram 21% dos Municípios, e a meta era de 18%.

Novos beneficiários foram 20%, ou seja, não é aquela ideia de que sempre são os mesmos que pegam financiamento, não. No ano passado, houve uma revisão do índice de clientes, 20% da carteira foi de pessoas que não tinham recebido nenhum tipo de operação ainda.

Desconcentração do crédito, ou seja, essa dali é o volume de R\$223 mil a média de operação, sendo que era R\$130 mil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E a contratação por tipologia foi 38%, sendo que era 57%. Esse índice de contratação de tipologia a gente não alcançou por quê? Historicamente sempre foi alcançado. Porque houve uma alteração, no ano passado, na classificação do tipo de Municípios, a economia estava estagnada... Então, houve essa alteração, e a gente não alcançou com o novo tipo de Município. Obviamente, para este ano, são observados esses novos tipos de Municípios, e a gente vai, sim, retomar para 57% sendo direcionados para pequenos Municípios, menores ainda, nesse novo conceito.

Contratações anuais é o histórico que a Luciana mostrou também. É importante considerar que o recorde ali é anual, de R\$9,4 bilhões. E, neste ano, a gente tem uma expectativa, mais à frente, de R\$9,2 bilhões de orçamento. Então, provavelmente, neste ano, a gente não receberá a mesma quantidade do ano passado. Se vier, é claro que a gente vai trabalhar porque a meta é sempre ser crescente ali.

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI (*Fora do microfone.*) – Você tem a divisão por Estados, aí?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Sim, tenho. Aqui está.

Quando a gente fala de contratação por Estado – ou seja, aquele era histórico –, estas foram as do ano passado: no DF foram 7,2% dos recursos; 33,5% para Goiás; 24% para o Mato Grosso do Sul; e 34,9% para o Mato Grosso. E ali é a distribuição de como está: 50% empresarial e rural no DF; e nos demais sempre prevalecendo ali o segmento do agronegócio, o segmento rural.

Em termos de utilização dos recursos, conforme eu mostrei lá, o azul é o distribuído, o contratado no verde, o utilizado no vermelho. Do total distribuído, 95% foram efetivamente utilizados, o que é um índice muito satisfatório.

Em termos do anual... Esse aqui é do Distrito Federal apenas, eu vou passar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Não, não. Eu faço questão.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Eu vou mostrar.

Do Distrito Federal... A gente tem detalhado por cada um, mas aqui ficou só do Distrito Federal, como está a distribuição anual do ano passado. Então, no rural: foram distribuídos R\$349 milhões para o rural; R\$276 milhões foram contratados efetivamente; e foram utilizados R\$291 milhões. Por que é utilizado mais às vezes? Por causa do ano anterior. Então, há operações contratadas em 2017 que acabaram sendo utilizadas em 2018.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa no empresarial: foram disponibilizados R\$349 milhões; R\$287 milhões foram contratados; e utilizados R\$297 milhões. No total, 84%, aqui no Distrito Federal, foram utilizados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Muito pequeno, não, o percentual de 7,2% no Distrito Federal?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – É por causa do Distrito Federal. O que a gente conversa...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Tem quanto é estabelecido para cada região?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Tem, mas agora, neste ano, ele está sendo considerado pela quantidade de demandas. Então, aqui no Distrito Federal, nós precisamos conversar e retomar as caravanas que estamos planejando para acontecer agora no mês de maio. É fundamental... A gente vai enviar convite para sua participação, Superintendente. Fica já aqui registrado o convite para a gente estar junto, o que eu acho que é fundamental. Temos que escolher alguns locais onde vamos fazer para poder trazer nova demanda.

Essa daqui é para 2019, que eu tinha comentado, ou seja, os números...

(Soa a campainha.)

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Estou encerrando.

Nos números da Luciana, foram apresentados R\$8,5 bilhões. O nosso é R\$9,2 bilhões porque R\$700 milhões foram de operações contratadas em 2018 e que nós estamos desembolsando já em 2019. Então, se a gente observar ali a distribuição, o Distrito Federal está 10% já lá no banco. Então, nós temos um saldo atual de R\$703 milhões; Goiás, R\$2,320 bilhões; para Mato Grosso do Sul, R\$1,687 bilhão; para o Mato Grosso, R\$2,320 bilhões. E o total da região ali é de R\$7,031 bilhões. A distribuição está sempre em 50/50.

Normalmente, quando chega agosto, setembro, é verificado como está o consumo e é feita uma redistribuição junto aos Estados, lembrando que sempre são os Estados que definem, juntamente com o Banco do Brasil, como fica essa distribuição – eles têm gestão.

Só lembrando, ali embaixo a gente colocou algumas observações: R\$100 milhões estão separados para o Fies. Isso daí é uma determinação do próprio Condel. Para micro e pequena geração de energia, R\$100 milhões também estão reservados.

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI (*Fora do microfone.*) – Pessoa física?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Pessoa física.

Para os bancos, cooperativas e confederações ficam apartados R\$850 milhões, ou seja, dos R\$9 bilhões, R\$850 milhões ficam reservados para os bancos cooperativos. Então, isso já está predeterminado, e eu não mexo nele. Eu reservo o orçamento, e estão lá os bancos cooperativos que utilizam esses recursos. E, obviamente, se chegar o final do ano e eles não utilizarem, eu tenho que fazer uma gestão para não deixar sobrar. Então, a gente busca uma forma de aplicar esses recursos e corre atrás.

Quanto aos repasses para as demais instituições operadoras, também estão reservados R\$425 bilhões, ou seja, dos R\$9,2 bilhões, R\$1,3 bilhão eu deixo, nesse primeiro momento, apartado e não mexo nele porque tenho compromisso com outras instituições.

Basicamente é isso. Essas aqui são formas de cálculo, é algo mais técnico, é bem complexo olhar. Não vou entrar nessa questão, não.

Eu queria apenas ressaltar que estou à disposição e que, da mesma forma, lá no Banco do Brasil, será um prazer recebê-los, estamos de portas abertas. Caso queiram conversar, discutir sobre algum projeto, eu estou sempre à disposição, assim como toda a equipe do Banco do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a apresentação.

Já vou passar a palavra para os inscritos. Vamos ouvir todos os Senadores e Senadoras e, depois, passamos a palavra para a Mesa.

A primeira inscrita é a Senadora Leila, nossa representante do DF.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Parceiros, não é, Izalci?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar convidado.) – Quero agradecer, primeiramente, a iniciativa de V. Exa. desta audiência e parabenizar a explanação de todos, cujo conteúdo foi muito explicativo e interessante. Até eu, que não domino a área, fiquei muito interessada, porque estamos falando do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Então, nós estamos falando de Brasília, Distrito Federal, e, como representante da terra, tenho que me preocupar junto com o Izalci, junto com o Reguffe com essas questões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados fornecidos aqui pela Consultoria do Senado e de acordo com as informações disponibilizadas no relatório de acompanhamento dos Fundos Regionais referentes a dezembro de 2018, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste registrou a contratação de 97,4% dos recursos previstos para aquele ano – e eu quero aqui já adiantar os meus parabéns pelo trabalho! No entanto, também em 2018, do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) foram liberados apenas cerca de R\$139 milhões, restando mais de R\$1 bilhão sem aplicação, montante que poderia ter sido utilizado em prol do desenvolvimento da Região.

Feitas essas considerações, eu faço as seguintes perguntas: quais seriam as razões do desempenho tão desfavorável do FDCO? O que vocês pretendem fazer para viabilizar a plena utilização desses recursos para os próximos anos no que diz respeito, principalmente, ao Distrito Federal? Qual seria a estratégia utilizada por vocês para que a gente tenha uma melhor aplicabilidade desses recursos?

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Senadora, obrigado pelo questionamento. Vou passar para a minha Coordenadora de Fundos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só tem essa pergunta, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, eu tenho outra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, pode responder; acho que fica mais fácil, fica mais didático.

Quem vai responder?

Luciana.

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, Lu.

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – ... quando se fala do fundo de desenvolvimento, nós nos referimos a aportes que podem ser oriundos do Tesouro Nacional. Já é o segundo ano seguido em que o Tesouro não coloca recurso no nosso fundo de desenvolvimento.

No entanto, a gente tem demandas, principalmente da área de energia, que são processos estruturantes, dos quais o Centro-Oeste é muito carente, e que foram migrados por



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

conta de não haver recursos no fundo de desenvolvimento. No exercício do ano passado, são retornos: no ano passado, nós tivemos R\$59 milhões. Para alguns projetos dessa área, eles tiveram que pegar recursos do fundo de desenvolvimento. Quando a gente fala que a gente tem seis projetos, de 2013 até 2018, foram seis grandes projetos, mas, no fundo de desenvolvimento – você viu –, foram 42 mil operações contratadas só no exercício de 2018. No entanto, a dinâmica é um pouco diferente de um fundo para o outro. Nós precisamos... Projetos nós temos. Você viu que demanda crescente por recursos nós temos, só precisamos ter mais aporte financeiro.

Há um outro problema também sobre algo de que a gente carece, e é interessante que a Casa já saiba. A gente tem um decreto do fundo de desenvolvimento, o Decreto 8.067, que a gente precisa melhorar. Nós já trabalhamos nesse decreto justamente para ter uma melhoria quanto à dinâmica do recurso, porque, numa operação, se hoje chegar um tomador por esse recurso na superintendência, leva-se, em média, de um até dois anos para a contratação do financiamento. Já a dinâmica relacionada ao fundo constitucional é bem mais desenvolvida do que a do fundo de desenvolvimento. Nós temos operações aí sendo contratadas em questão de dias; já, pelo fundo de desenvolvimento, nós levamos anos. Há uma disparidade muito grande. A gente tem trabalhado nesse decreto, que já está na mão do nosso Ministério de Desenvolvimento. Então, isso é algo que tem impedido. E nesse exercício nós temos R\$159 milhões, que nós não deixamos de aplicar, pois projetos nós temos.

Outra coisa também que às vezes impede que as instituições financeiras vejam esse fundo com, talvez, bons olhos é a questão do recurso que está previsto na Resolução CMN 4.171. Ela coloca que 2,5% seriam para a instituição financeira garantir a operação para o fundo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Então, às vezes, não é interessante para a instituição financeira garantir aquela operação para o fundo. Nós já fizemos... A Sudeco já fez reuniões internas – a gente tem um comitê chamado Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais – em que a gente escutou essas instituições. Por quê? Nós tivemos uma rejeição muito grande de projetos oriundos da Caixa Econômica Federal. No entanto, a gente quis saber o porquê de a Caixa estar rejeitando. Era a qualidade no projeto? Esses projetos estavam migrando para o fundo constitucional e estava havendo contratação, então qualidade não deveria ser. Era a questão da atração, ou seja, foi deixado claro por todas as instituições financeiras federais ali presentes – Basa, Banco do Brasil e Caixa Econômica – que os 2,5%, em um projeto de grande vulto, dependendo da composição dele, não eram interessantes para que elas fossem realmente garantidoras do recurso para o fundo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são dois problemas que a gente tem que não tornam o fundo de desenvolvimento tão atrativo quanto o fundo constitucional.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Entendi.

Aí, eu pergunto para vocês: o que poderia ser feito?

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – O que poderia ser feito é o que a gente está fazendo agora: pedindo o auxílio de vocês aqui, deste Parlamento, justamente porque a gente tem um decreto, e a Resolução 4.171...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O decreto que você fala é o 8.067...

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – É. Já trabalhamos por dois anos – não só a superintendência aqui da Região Centro-Oeste, mas também a Sudam e a Sudene – e avançamos. É um decreto que tem quarenta e poucos artigos, algo assim, que cairiam para menos da metade de forma a torná-lo mais dinâmico. Ao mesmo tempo, não vale só o decreto, mas a gente tem que ver essa questão da melhoria dos 2,5%, porque foi dito isso. Eu sei que às vezes isso seria algo...

Foi até uma proposta levantada pelo Ministério à época – sei que está em nova gestão – deixar um pouco mais flutuante, de 2,5% a 6%, a depender do projeto.

Coloco-me também à disposição. Nós não tivemos o aporte que foi colocado de um... Infelizmente, não tivemos um bilhão, um milhão... Um bilhão, aliás; nós tivemos 59 milhões.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu até ia pedir para vocês me atualizarem nesse sentido. (*Fora do microfone.*)

Obrigada.

A segunda pergunta: o Distrito Federal ocupa uma posição central e estratégica em relação ao Território nacional. No entanto, obras com características de integração, como é o caso da Ferrovia Norte-Sul, podem passar ao lado do DF sem que ocorra uma efetiva conexão com essa unidade da Federação. De que forma a Sudeco pretende atuar para que projetos relativos à infraestrutura nacional localizados nas proximidades do Distrito Federal sejam analisados e reavaliados, levando em conta as necessidades locais?

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Senadora, eu costumo dizer o seguinte: o DF é o nosso Estado mais próximo e, ao mesmo tempo, mais distante. Nós não temos nenhum apoio do DF – a Sudeco –, não temos uma emenda parlamentar de nenhum Deputado, de nenhum Senador lá na Sudeco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas nós vamos trabalhar isso!

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Então, nós queremos acabar com esse ato.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Nós queremos fazer uma parceria grande...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Com certeza!

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – ... com a bancada do DF, o Senador aqui, a Senadora, os Deputados. Já estive visitando os Deputados também lá. Eu acho muito interessante fazer parcerias e buscar projetos que vocês têm em mãos, para a gente poder desenvolver junto.

Nessa parte de modal, inclusive nós temos alguns projetos, do anel lá do DF – eu sou meio perdido na geografia daqui, do Goiás e do DF. Nós temos um projeto interessante que eu queria depois mostrar para vocês. Eu acho que essa parte de modal é uma parte fundamental para o Centro-Oeste. O Centro-Oeste – eu falo dos três Estados: Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso – investiu muito no agronegócio, investiu nas indústrias, mas não investiu no modal. Então, hoje se perde, de uma safra, no transporte, em média de 20% no caminho, até chegar aos portos. Então, isso é um absurdo. Nós precisamos investir mais em ferrovias e hidrovias. Temos tantos rios e hidrovias, e só investimos em rodovias, cujo custo é muito mais alto. Então, a gente tem que repensar a forma de investimento na área dos transportes.

Agora passo para o doutor aqui falar a respeito da sua pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. ROBERTO POSTIGLIONE DE ASSIS FERREIRA JÚNIOR – Só complementando, Senador e demais presentes, a Sudeco inclusive... Dentro desses novos governos, tanto o federal quanto o do GDF, nós teremos uma reunião, provocada pela Sudeco, na Secretaria de Desenvolvimento do GDF, que vai envolver também a discussão – na quinta-feira agora, desta semana – do PRD-CO, o Plano Regional de Desenvolvimento, que vai englobar, entre outros assuntos, também a questão das duas principais ideias, que são as linhas que ligam Brasília a Luziânia e também Brasília a Anápolis e Goiânia. São projetos antigos, são ideias antigas, mas que, infelizmente, nunca saíram do papel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nunca saíram do papel.

O SR. ROBERTO POSTIGLIONE DE ASSIS FERREIRA JÚNIOR – E lá na Sudeco nós temos uma política ativa. Vamos tirar as ideias do papel. E, nesse sentido, nós marcamos, nós provocamos essa reunião junto ao GDF.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quero agradecer as explicações ao Presidente também. Eu vou ter que ir, Presidente, para a CCJ. Eu peço desculpa. Estamos lá desenvolvendo algumas pautas femininas.

Quero agradecer a presença de vocês e já deixar aqui, de antemão, a parceria aberta. Tenho certeza de que o Senador Izalci, convocando vocês, pretende também fazer essa parceria.

Nós Senadores do Distrito Federal temos muito interesse em trazer esse desenvolvimento para a nossa cidade. Seremos parceiros nesta legislatura, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero fazer justiça à bancada com relação à Sudeco. Em 2011, 2012, nós apresentamos uma emenda de bancada de 50 milhões, juntamente com a bancada de Goiás, e perdemos o recurso porque não foi executado. Então, talvez por trauma, a bancada não tenha mais destinado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, mas vamos ter garantido! Estamos aqui com os homens da Sudeco.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Mas, Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... com certeza, o objetivo desta reunião foi exatamente isto: provocar para conhecer um pouco a estrutura, exatamente para a gente coordenar, planejar e definir projetos para a nossa região.

Mas eu tenho aqui algumas questões que eu gostaria também de levantar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Leila.

V. Exa. pode fazer?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – Pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, o fundo constitucional – para a Mesa ver quem vai responder –, o FCO foi criado, vocês mesmos apresentaram, e o objetivo principal era contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Contudo, o acesso aos recursos precedia uma série de burocracias que impedem a utilização dos recursos. Por exemplo, os aspectos operacionais, como garantias, fiscalização, projeto técnico, assistência técnica, forma de pagamento e encargos de inadimplimento são estabelecidos pela instituição financeira, o Banco do Brasil é que define isso.

Observa-se que a instituição financeira pode criar regra discricionária sobre o recurso público – o recurso é público. Aí vem a indagação: há alguma previsão de tornar as regras para o acesso ao crédito menos burocráticas? Hoje são muito burocráticas. É possível criar uma regra para o acesso ao crédito que servirá para todas as instituições? Porque o Banco do Brasil é o operador principal, mas ele tem convênio também com outras instituições – aqui em especial o BRB...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Exatamente.

Então, essa é a primeira pergunta. Quer responder já de uma vez?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, eu gostaria de perguntar se existe alguma previsão para tirar um pouco dessa burocracia. É verdade, a burocracia é muito grande, até porque nós temos aqui a questão da regularização fundiária, porque a primeira exigência do banco é a garantia. Os produtores rurais do DF, a maioria, agora é que estão começando a regularização fundiária, entregando os títulos, que podem servir de garantia – pelo menos teoricamente, mas a escritura com certeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Leila saiu, mas, considerando que estamos no mês da mulher, mês de março, é necessário reconhecer a importância do papel da mulher na economia e no desenvolvimento do nosso País. Pergunto se existem linhas de crédito voltadas para as mulheres do campo, já que há farta legislação que direciona políticas públicas preferencialmente para a responsabilidade das mulheres, como, por exemplo, a regularização fundiária. Nós já temos também vários Municípios onde, na regularização, no caso de casa própria, Minha Casa, Minha Vida, você passa a escritura para as mulheres. Eu perguntaria se também com relação a essa linha de crédito, existe alguma coisa já desenhada para as mulheres em especial.

Considerando que, no DF também, 60% da zona rural é de domínio público, quais as possibilidades de um produtor rural que utilize áreas públicas ter acesso aos recursos de investimento fixos? Bem, isso é com relação... Mas eu queria também fazer uma outra colocação.

O Ministério da Educação desenvolveu, em 2017/2018 – o nosso querido Baroni está aqui, participava do Ministério da Educação –, um programa-piloto chamado Centro de Desenvolvimento Regional. No programa, as instituições de educação superior, ciência e tecnologia se articulam com a sociedade, com o Poder Público, com as empresas, com as lideranças relevantes para estabelecer uma carteira de projetos de interesse social que demandam diagnóstico, planejamento, extensão tecnológica, desenvolvimento de pesquisa aplicada e outras atividades próprias dessas instituições.

O objetivo é estruturar de forma consistente projetos produtivos e sociais que tenham impacto sobre a geração de emprego e renda, associando as demandas sociais com a competência instalada nas instituições de ensino superior e no Instituto de Ciência e Tecnologia. De outra forma, produzir desenvolvimento sustentável nos âmbitos regionais por meio de iniciativas dos próprios atores regionais. Então, foram inclusive criadas experiências pilotos na região de Campina Grande, na Paraíba; Itapeva, em São Paulo; Bagé, no Rio Grande do Sul; aqui, no Distrito Federal, na área da região metropolitana; e lançada outra agora na região do Triângulo, Uberlândia, englobando a fronteira de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo.

Então, em função disso – e isso é inclusive o que eu fiz na primeira parte da audiência de colocar esse tema como um projeto estruturante, como um projeto como foi apresentado hoje aqui a Política Nacional de Segurança de Barragens –, a proposta que eu vou colocar para esta Comissão é que a gente possa investir nesse projeto de desenvolvimento regional, que eu acho que é voltado para a geração de emprego e renda principalmente.

Tendo em vista a isso e tendo em vista também a importância cada vez maior da ciência, da tecnologia e da inovação para a produção de todas as áreas de atividade, desde o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio aos produtos e serviços mais sofisticados, o estímulo à economia baseado em conhecimento deve receber atenção especial dos agentes de desenvolvimento.

Quais são as iniciativas nessa área em seu campo de atuação? Se há alguma coisa já no Banco, no FCO ou na Sudeco, alguma coisa nessa área. A Sudeco e o Banco do Brasil, como agente financeiro do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, têm desenvolvido estudos relacionados a arranjos produtivos existentes em potenciais nas sub-regiões do Centro-Oeste? A Sudeco tem ou o ministério – é mais a Sudeco, não é? O Banco do Brasil também tem esse estudo relacionado aos arranjos produtivos em cada região do Centro-Oeste? E, entre esses arranjos, se existe esse estudo, foram identificados os que demandam mais assistência tecnológica que poderiam ser providos pelo Centro de Desenvolvimento Regional? Quais têm sido os destaques de atuação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste no DF e no seu entorno? E pergunto se existe iniciativa do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste no sentido de diversificação econômica em função da inserção da ciência, tecnologia e inovação nos processos produtivos.

Nós recebemos aqui semana passada o Ministro do Desenvolvimento Regional. A gente percebe um pouco, quer dizer, o Brasil é assim: cada ministério é como se fosse um governo diferente, pelo menos é o que a gente vê claramente. Eu não sei se a Sudeco, se a Sudam, se a Sudene estão sendo usadas como executoras da política do ministério. Não sei. Depois que o Marcos colocou aqui que a Sudeco funciona hoje em função de emendas individuais, emendas de bancada, emendas dos Parlamentares, a gente fica de certa forma preocupado, principalmente na ausência de orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O Fundo do Centro-Oeste tem uma definição clara da lei, e o que a gente percebe é que, para os projetos estruturantes, a gente não tem mais recursos – praticamente 160 milhões para todo o ano de 2019 do fundo de desenvolvimento.

Então, são essas as perguntas que eu gostaria de deixar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, no caso do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, são para projetos estruturantes, consequentemente projetos de um valor bem superior, não é?

Então, passo aí para a Mesa responder. Não sei se...

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Vou começar a responder a respeito do fundo de desenvolvimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala... Vamos lá... Houve uma pergunta também sobre os arranjos produtivos. Eu coloquei, com relação à questão da aplicabilidade dos recursos do fundo constitucional, que a própria MP nos beneficiou... A Lei 13.682 nos beneficiou colocando que um percentual dos recursos do fundo vai ser para esses estudos para ver os impactos relacionados ao fundo. É lógico que aqui é muito mais amplo, porque a gente está falando não só de impactos relacionados ao fundo, mas do arranjo produtivo e de uma forma geral. Mas, com esses estudos aqui, a gente pode melhorar as nossas demandas internas e direcionar, justamente verificando quais são as cadeias produtivas e de que forma poderiam se dar esses arranjos.

O próprio superintendente, na sua fala inicial... A gente tem conversado aí com uma instituição que deverá fazer um estudo muito mais amplo acerca do que é o impacto para o fundo constitucional. Então, a gente agora... Infelizmente, ou felizmente, há uma nova gestão de governo, e nós estamos com novas ações. Uma delas é a questão da discussão interna acerca de como se vai dar esse trabalho, esse estudo, e de rever essa parceria. Acredito que, ainda neste primeiro semestre, a gente já deva estar fechando algo para que seja iniciado ainda neste exercício.

Relativamente à linha de financiamento: nós temos uma linha de financiamento no fundo constitucional voltada para ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, essa Lei 13.682 inovou e trouxe que 1,5% dos retornos dos fundos de desenvolvimento... E é mais uma vez que eu volto à importância do fundo de desenvolvimento, porque a gente não tem recursos, mas 1,5% desses recursos podem ser aplicados em projetos, em pesquisas e desenvolvimentos de interesse da nossa região, projetos que deverão ter uma resolução aprovada pelo Condel, projetos que a gente vai discutir com os governos de cada Estado.

Então, a gente agora, no primeiro semestre... A gente tem até uma reunião marcada para hoje à tarde, interna, para discutir a respeito do 1,5% e de sua aplicabilidade. A gente sabe que é por meio de uma resolução... O Condel... Esse recurso do retorno do fundo de desenvolvimento é custodiado e operacionalizado pelo Banco do Brasil. No entanto, os projetos deverão ser aprovados, talvez, pela diretoria colegiada e Condel. Então, é algo que a gente está formulando: como se vai dar a escolha desses projetos, mas são projetos que devem ter impactos... E o 1,5%, quando a gente fala... Por que a gente tem de buscar um aporte financeiro nesse recurso? Pelo grau de importância. Não é só financiar o setor produtivo, mas, sim, a escolha desses projetos, que podem modificar, sim, alguns arranjos voltados para a nossa economia, para a economia da região.

Algumas outras perguntas... Considerando a pergunta da Senadora relacionada ao mês da mulher: nem o fundo constitucional nem o fundo de desenvolvimento fazem distinção ou têm algo que vá beneficiar um gênero ou outro. Ele é qualquer... Tanto empresa quanto produtor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

rural, pessoa física ou jurídica, pode buscar o apoio dos recursos desse fundo. Agora, a gente não tem um estudo que diga qual o percentual que foi voltado para empresas ou produtoras rurais, mulheres. A gente sabe que tem uma quantidade, não em volume de contratação, mas a quantidade de Pronaf que a gente aplica... Praticamente 50% das nossas contratações do fundo são voltadas para a agricultura familiar. Aí a agricultura familiar tem algum perfil, alguma base voltada para as mulheres.

Você gostaria de complementar, Ênio?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Vou complementar alguns temas.

Realmente, essa questão da...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Da burocracia.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – ... da burocracia, que foi comentada ali, de alguns entraves que têm acontecido. O que a gente identificou? A esteira de créditos do banco é a mesma, então ela utiliza a mesma análise de crédito de todos os clientes, independentemente de ser do FCO ou não. O que nós fizemos no ano passado para melhorar? Nós criamos uma esteira separada do FCO, criamos uma área específica para análise de crédito. Como no FCO os projetos são muito parecidos, vamos dizer assim, então se criou com pessoas determinadas a analisar esses projetos e seguir. Isso daí facilitou bastante na esteira de crédito e para agilizar.

O que acontece muito? Dependendo da região, da unidade da Federação e do projeto, se for mais complexo, e dependendo do volume, ele precisa passar também pelo conselho da unidade federativa, e ali é verificada, obviamente, a prioridade, se está alinhado com as políticas e prioridades daquela determinada região ou não. Então, projetos acima de R\$1 milhão passam pelo conselho. Somente depois que vai para o conselho é que ele vem para o banco, para terminarmos as análises de crédito e tudo mais.

A gente realmente acredita que sempre há o que melhorar. Então...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sem querer te interromper e já te interrompendo, é o seguinte: é evidente que, quando eu falo aqui de recurso público, é porque isso é constitucional, está no orçamento. Agora, como o fundo tem como objetivo promover o desenvolvimento regional e, inclusive, o pequeno e médio produtor, principalmente, inclusive a agricultura familiar, nós não podemos dar o tratamento a essas pessoas que são mais simples, ao pequeno empresário etc. da mesma forma que a instituição financeira faz com os clientes normais do banco, que têm uma característica





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente. Primeiro que o fundo não é do banco, é público; segundo que o objetivo nosso – nosso, que eu digo, é da lei – é facilitar realmente, é dar condições ao pequeno agricultor familiar, ao pequeno empresário que não tem essas garantias que normalmente as instituições financeiras exigem, de forma diferente.

Então, eu sinto que o banco tem essa preocupação realmente da inadimplência, de garantia etc., mas eu acho que é muito rigoroso em relação ao objetivo social do fundo constitucional, que é exatamente facilitar para as pessoas que precisam mais e que não têm a garantia que normalmente as instituições exigem.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Entendi.

Não, claro... A gente pode até conversar, Senador – estou à disposição também –, para verificar o que é que a gente pode melhorar, não é? O que há ali, na análise que é feita hoje, é de cada operação, da capacidade de pagamento, considerando o risco daquela operação. Isso é verificado. Ou seja: considerando que o risco não é do fundo; o risco é da instituição financeira. Não é no Banco do Brasil. Qualquer das parceiras também faz essa mesma análise, entendeu? Então, por exemplo, aqui, no Distrito Federal: o senhor comentou sobre a questão dos títulos dos imóveis ali. Isso é verificado, se o imóvel está na propriedade, se não é na propriedade, se tem ou não disposição para dar garantia... Mas eu acho que a gente poderia sim conversar, verificar os casos, o que é que pode melhorar, o que é que pode aprimorar, também com a Sudeco junto. Eu acho que isso é válido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Porque eu tenho a maior admiração e respeito pelo Banco do Brasil, que é uma instituição nossa, mas não podemos ter, nesses projetos, a mesma visão, o mesmo procedimento de uma operação financeira normal. Se temos que flexibilizar a lei, temos que ver, porque, o que a gente não pode... Por exemplo: hoje, muitos pequenos produtores e pequenos empresários, às vezes, não têm acesso ao crédito pela exigência burocrática e pelas garantias, excesso de garantia. Por exemplo: se existe aprovação dos projetos de viabilidade econômica, existe toda a aprovação do projeto, é óbvio que esse projeto, grande parte dele tem que ser colocada como garantia do projeto. Nós não podemos pegar um projeto e jogar duas vezes mais, uns 60%, 70%, 80% acima daquilo que já está definido como um projeto viável. Então, nós temos que ter um certo risco. Eu sei que as instituições vão trabalhar para ter risco zero, mas, nesse caso do Fundo Constitucional, precisamos trabalhar de forma a valorizar mais o aspecto social do financiamento.

Era isso o que eu queria...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – O.k. Vamos discutir sim e verificar como podemos fazer.

Em termos das taxa de juros, o que o banco segue são as normas não estabelecidas pelo banco; são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional... O que mais foi falado...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu não sei se o título, hoje, porque hoje nós não temos ainda as escrituras, mas já temos os títulos. Não sei se o banco já está aceitando os títulos definitivos...

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Ele tem que estar registrado no cartório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Depois de registrado, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, porque os títulos do Incra, hoje, já são registrados em cartório, passíveis de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CLAUDIA COUTINHO MARDER – Foi. Agora foi. Desculpe-me, gente.

O que ocorre, Senador, é que nós estávamos justamente fazendo uma tratativa junto a cartórios de registros de imóveis, aqui no DF, por intermédio da nossa área de superintendência de atendimento ao DF, para viabilizarmos, discutindo com os cartórios se era possível proceder a registros e tudo o mais, e não conseguimos avançar. Então, eu acho que, dentro da nossa pauta de avanços no investimento no DF, é muito importante colocar isso como um item nosso.

O banco tem participado, nas últimas três reuniões do Conselho de Desenvolvimento do DF. O Banco do Brasil está presente lá, com a Diretoria de Governo e com a nossa Superintendência de Varejo, para trabalharmos alternativas para melhorar a aplicação de recursos aqui no DF, Senador. Então, acho que Sudeco, Banco do Brasil e esta Comissão têm muitas ações que nós podemos definir, estabelecer um plano de ação conjunto, atuarmos e fazermos uma prestação de contas à sociedade dessas ações, mesmo dentro dessa agenda dos próximos dois anos. Acho que é bastante importante. Creio que podemos, já em 2019, avançar em muitos itens.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, como vocês já conhecem o problema, eu gostaria até de pedir ao banco, então, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elencasse esses gargalos, para que a gente possa buscar uma solução, porque o Incra está entregando já as escrituras, e a gente precisa dar a esses produtores condições de pegar o financiamento.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Perfeito. Fica o compromisso aqui de a gente conduzir isso aí e retomar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Ficou mais alguma pendência?

O SR. ROBERTO POSTIGLIONE DE ASSIS FERREIRA JÚNIOR – Senador Izalci, com relação a projetos da área de tecnologia, eu volto a destacar o Parque Tecnológico de Ponta Porã, que está em fase de criação, em parceria com o Instituto Federal e com a Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul e também com a Prefeitura da cidade.

Destaco, nesse eixo Distrito Federal-Anápolis-Goiânia, em parceria com a Condefesa, que a Sudeco assinou um termo de compromisso, visando ao apoio, dentro das possibilidades financeiras e de recurso – logicamente envolve também a disponibilização do Fundo Constitucional –, para criação de *startups* e desenvolvimento de tecnologias ligadas à indústria de defesa.

Agora, esse eixo aí envolve outras áreas de tecnologia além da de defesa, e a Sudeco está atenta a isso. Nós estamos criando curso de capacitação para logística de transporte. Como o nosso Superintendente Marcos destacou, há uma perda aproximada de 20% em cima de transporte de grãos na nossa região, e a Sudeco está criando esses cursos de capacitação. Acredito que, ainda neste ano, eles serão implementados.

Destaco também que, em parceria com a Embrapa, a Sudeco desenvolveu – não é mais um projeto, isso já está implementado, já está entrando na segunda fase – a apuração genética do gado bovino. E agora, nessa próxima fase, vai entrar na comercialização do sêmen já geneticamente apurado.

Temos também os estudos e os cursos de capacitação em cima das PPPs, que são as parcerias público-privadas, em cima também desse viés de tecnologia.

São esses os assuntos que nós estamos desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu não entendi se o Banco do Brasil tem os estudos das regiões sobre os arranjos produtivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Eu não tenho essa informação. Eu sei que existem estudos, mas, especificamente do Distrito Federal, eu preciso conferir se existe. Se houver, eu te apresento – a gente apresenta. Retorna.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É porque o objetivo é exatamente este, quer dizer: além dos arranjos levantados, se há como... Porque ela me disse que o fundo de desenvolvimento tem o percentual de 1,5 para investimento em pesquisa e desenvolvimento. Mas eu digo assim... O banco tem financiado? A Sudeco tem aprovado, no sentido de financiar estudos relacionados a arranjos, no sentido de promover essa questão do projeto de elaboração?

O SR. ROBERTO POSTIGLIONE DE ASSIS FERREIRA JÚNIOR – Essa alteração da nossa legislação, permitindo que os fundos financiem também a indústria de defesa, é bastante recente. Nós estamos aguardando essas demandas.

Agora, nas reuniões que nós temos feito na região, tanto em Goiânia quanto em Anápolis, nós temos visto uma demanda muito crescente, principalmente na área de tecnologia, desenvolvimento de *softwares* e essa parte de TI propriamente dita. Acredito que há um fator inercial, desde a alteração da lei, até efetivamente se chegar ao público demandante procurar o Banco do Brasil ou as outras instituições para obter o financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu diria, Senador Izalci, que muitas das observações que eu gostaria de fazer já foram feitas por V. Exa.

Agora, eu só queria dizer que eu considero a área do desenvolvimento regional uma das coisas mais importantes para o Brasil, no sentido macro – três Estados e o Distrito Federal, no caso aqui da Sudeco –, mas também em outros aspectos de que eu não ouvi falar muito. Porque nós podemos... Por exemplo, no Paraná – eu sou do Paraná: nós temos regiões altamente desenvolvidas, como Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Maringá, Londrina, Municípios prósperos, e isso é muito bom, mas, ao mesmo tempo, temos regiões extremamente deprimidas e vulneráveis.

Então, nós sempre temos que ter critério e permitir que as regiões desenvolvidas se desenvolvam mais, mas não ampliar o fosso entre regiões menos desenvolvidas e mais desenvolvidas. E, às vezes, dentro de uma região aparentemente desenvolvida – como vamos imaginar Cascavel e Toledo, que são regiões muito prósperas –, ao lado desses Municípios prósperos, temos Municípios extremamente empobrecidos. Então, fazer um plano estratégico de desenvolvimento regional, estadual, microrregional e municipal, eu diria, é um dos maiores



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

desafios. Eu acredito que ninguém faça isso. Pelo menos, olhando no Paraná, eu acho que a área do planejamento deveria pensar nisso, mas aqui no Centro-Oeste também.

Então... Por exemplo: quando eu vi os investimentos lá em Três Lagoas, R\$800 milhões, R\$400 milhões, R\$500 milhões e tal, quer dizer... Ótimo. É muito bom. Como eu disse: ter geração é importante. Mas, ao mesmo tempo, a pergunta que a gente faz: "E os Municípios em volta? Como é que eles estão se beneficiando disso?" A cooperativa que abata bois, por exemplo, ou um frigorífico? Como é que essa riqueza é distribuída entre a região, o ICMS, ISS... Quer dizer, ter uma política, de fato, de desenvolvimento regional. E eu não consegui perceber muito isso nas falas.

Preocupou-me quando foi dito que agora há um percentual de alteração da lei que vai permitir essa variação. Eu digo: "Mas será que não foi feita nenhuma avaliação até hoje sobre arranjos produtivos, necessidades? Como é que isso é feito? Qual que foi o impacto disso na transformação dessa realidade? O IDH melhorou, piorou, está no mesmo? Só no Município de Londrina – para não dar exemplo de Três Lagoas... Só lá que melhorou? Ou será que no entorno melhorou, ou não melhorou...". Não é?

E convém não ser uma avaliação da Sudeco, porque tem que ser uma avaliação de universidades, de pessoas acadêmicas, de fora, para dar, inclusive, mais credibilidade a isso.

Então, o que o Senador Izalci colocou é muito objetivo, em termos de pequenos, para a gente ver as experiências dos bancos sociais, dos bancos do povo. Aí, praticamente 100% dos empréstimos retornam.

Eu também não entendi... Parece que os R\$31 bilhões foram aprovados no decorrer de 1989 para cá, pelo que entendi.

Como?

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS (*Fora do microfone.*) – Oitenta bi...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, 80 bi, de 1989 para cá.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Os R\$30 bi são carteiras atuais; é o volume mais a taxa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Mas a partir de que ano?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Não; ainda são operações que estão em vigor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Mas geralmente há operações de dez, 15...

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Senador, eu acho que V. Exa. está se referindo aos últimos cinco anos, que nós apresentamos...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Oitenta bi no decorrer de quantos anos?

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Dos 30 anos...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Dos 30 anos...

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – ... de existência do Fundo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Trinta e nove bi que foram investidos, e 47 bi que retornaram.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Que retornaram. Retornaram e foram aplicados novamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu até pensei: por que é que vocês acham bom o retorno, considerando a inflação, se R\$39 bi forem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... emprestados...

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Não. O retorno é que voltaram as operações para o fundo e foram aplicadas novamente. Entendeu? Foram aplicadas operações, voltaram R\$47 bilhões, e foram aplicados novamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Foram aplicados...

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Emprestados novamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... emprestados novamente.

Aqui em Brasília, só indo nesta linha, para termos um exemplo concreto: a gente sabe que Brasília é um centro próspero, pela condição de ser a Capital, salários bons e tudo, mas no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entorno de Brasília, a gente sabe, há muitas situações de pobreza, de violência, de vulnerabilidade, de falta de condições básicas... A chuva, anteontem, levou carro, levou casa, levou saneamento, e tudo isso. Inclusive a polícia, de acordo com o Governador, foi colocada na direção de algumas escolas também ou ajudando a direção de algumas escolas.

Então... Qual que foi a atitude da Sudeco em termos dessa realidade aqui? Como é que vocês valorizaram, já que 51% dos recursos têm que ser aplicados para pessoas de menor porte, não necessariamente agricultores – podem ser empresários, comerciantes, para o turismo e tal. Qual que foi o impacto da Sudeco, em termos da mudança da realidade de Brasília? Só de Brasília, para não irmos para Mato Grosso ou centro federal. Como Brasília e o seu entorno se beneficiaram com a atuação da Sudeco, nesse sentido? Enfim... Mas isso está dentro da esteira daquela preocupação geral, que é o desenvolvimento regional. Brasília é próspera, bonita, boa, turística, ótima, e que continue sendo assim; agora, a gente não pode permitir que o regional...

Basicamente isso, porque eu sou lá da Universidade Federal do Paraná também. Sou professor de lá, ainda não aposentado, e a gente pensa nesse sentido. Chegamos ao litoral; como é que a gente pode ter um plano de desenvolvimento articulado para o litoral do Paraná? Não é para o Município; é para o litoral do Paraná. Ao mesmo tempo, os estudantes de Medicina vão lá, a um Estado, como foi mencionado. Mas só Medicina? E a Engenharia, Arquitetura, Pedagogia, Serviço Social, Engenharia Ambiental? Como é que pode ser um desenvolvimento regional articulado, organizado? E pensando aqui, em Brasília: o que é que Brasília melhorou com a atuação da Sudeco?

Obrigado.

Mas quero parabenizar. Eu sei que isso é um desafio. Não entendam como provocação, mas o que a gente quer é que vá bem, que a Sudeco realmente atinja os objetivos, que o povo se beneficie... Aliás, eu queria até sugerir para o Presidente que a Consultoria do Senado fizesse um estudo do estado da arte da Sudeco, só para pegar como exemplo e até como consequência desta nossa audiência pública, para que as sugestões dadas por V. Exa., por outros, pela Mesa... Fazendo uma análise crítica sobre para onde vamos caminhar. Quer dizer: qual é o estado da arte hoje e para onde nós vamos.

Obrigado.

Só nesse sentido: o que é que aconteceu em Brasília.

O SR. ROBERTO POSTIGLIONE DE ASSIS FERREIRA JÚNIOR – Senador... Primeiro, muito obrigado pela pergunta. Segundo, nós estamos aqui para sermos desafiados mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando com relação ao Entorno e com relação à minha diretoria, que não envolve a atuação dos fundos – pois é outra diretoria –, a Sudeco, como o senhor sabe, vive de emendas parlamentares, vive da alocação desses fundos constitucionais para o setor privado, e temos o nosso plano de ação.

Sem querer ser repetitivo na questão de falta de recursos, o nosso plano de ação, no ano de 2018 – está aqui o superintendente para me resguardar –, foi zero. Nós não tivemos plano de ação. Foi praticamente zero. Então, projetos como os que nós estamos desenvolvendo ficam altamente prejudicados. E nós contamos com os Parlamentares para colocarem emendas destinadas a esses projetos.

Nós temos um banco de projetos que são projetos modelos, que envolvem desde capacitação para artesanato para outros tipos de capacitação, dentro dos arranjos produtivos locais; temos os custos relativos à logística; temos custos para apuração e aprimoramento de quem queira se profissionalizar em diversos setores; temos diversos projetos com relação a pontes metálicas pré-fabricadas, a frigoríficos... Tudo isso podendo ser utilizado pelo Município. Agora, nós não temos recursos para colocar, infelizmente. Então, nós até ficamos um pouco frustrados, e os senhores me permitam essa expressão e essa franqueza, nós ficamos um pouco frustrados, para não dizer bastante, quando somos procurados por prefeitos de Municípios com alta demanda de recursos praticamente sem nada, sem infraestrutura nenhuma, e não temos R\$100 mil, R\$150 mil, para colocar num projeto de desenvolvimento. Nós temos projetos um projeto altamente relevante para esse tipo de público, e é nossa preocupação constante na Sudeco.

Um exemplo disso, que eu posso citar para o senhor, Senador, são projetos ligados à energia solar. São quatro placas de energia solar em cima de um poço artesiano, que, de forma bastante arcaica, são localizadas, através de uma varinha de uma planta. O local chega e, quando a varinha mexe, significa que existe água ali no fundo. Esse projeto... Custa R\$6 mil para a implantação de uma bomba dessa. A bomba funciona com energia solar.

Projeto de energia solar para irrigação. O pequeno produtor não gasta com energia. Ele vai ter energia solar para irrigar a plantação dele.

Então, são com coisas como essa que a gente fica bastante preocupado.

Não precisamos ir longe: aqui, na região do Entorno, na Ride mesmo, nós temos uma diversificação social muito grande. Basta, em qualquer direção que a gente pegue, se deslocar 50km; nós vamos chegar a áreas que estão sem atendimento social, sem serviço público. Aí, cria-se esse movimento pendular constante, que são 350, 450 mil pessoas, diariamente se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

locomovendo, em direção ao Distrito Federal, em busca de serviços públicos, seja na saúde, seja em cartórios, seja em estudos, seja em trabalho...

Ou seja, são problemas aos quais a Sudeco está atenta. E posso dizer aos senhores que estão nesse Eixo 1 do nosso planejamento. Está na nossa agenda estratégica o desenvolvimento produtivo sustentável dessas áreas. Agora, isso está dentro da política atual de desenvolvimento regional do novo ministério. Nós estamos trabalhando nisso, na apuração desse planejamento para os próximos quatro anos, como eu já tinha dito aqui.

Agora, estamos abertos, Senador, e precisamos muito do apoio dos Parlamentares, para dar sustento a essas iniciativas, dar sustento a esses projetos, para que haja o desenvolvimento regional. É uma preocupação constante, não é de agora... Nós, inclusive, resuscitamos as reuniões do Coaride, que são relativas à Ride, que estavam há mais de quatro anos paralisadas. A Sudeco renovou isso.

Nós, agora, na próxima sexta-feira desta semana, faremos uma parceria com a Frente Nacional de Prefeitos – lembrando aos senhores que o Centro-Oeste tem 466 Municípios –, e nós vamos fazer uma reunião presencial e via *link* dos prefeitos que não puderem vir a Brasília, com relação ao plano regional de desenvolvimento. Ao que que nós visamos nessa reunião? Exatamente apurar quais as demandas específicas desse público mais carente, aonde nós devemos direcionar os esforços da Sudeco e dos valores relativos a recursos que nos serão – espero, com certeza – aportados.

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Desculpe interrompê-lo.

Inclusive, estamos buscando parcerias com institutos, para fazer esse levantamento das áreas que realmente estão estagnadas no Centro-Oeste, onde realmente precisam ser alocados recursos – falei aqui no início, não me lembro se o senhor estava presente –, onde a gente possa investir e ter um retorno rápido de desenvolvimento.

Hoje, a Ride... São 34 cidades do Entorno do Distrito Federal que dependem totalmente daqui. Eu acho que temos que arrumar um mecanismo para que elas criem vida própria, desenvolvimento próprio, para que não dependam só daqui, entendeu? Escolas, faculdades, indústrias... Enfim, há uma série de projetos em que temos que identificar quais são as necessidades dessas cidades, desses Municípios, para que que possamos investir.

Eu falo investir com parcerias, porque hoje não há recursos. Então, temos que incentivar as PPPs, os financiamentos públicos dos nossos fundos. É isso que temos que fazer, mas, primeiro, nós temos que... Como a conversa que eu tive com o Ministro: o Ministro, Dr. Canuto, muito técnico... Foi uma excelente escolha do Presidente, colocando-o como Ministro do Desenvolvimento Regional, do MDR. A primeira conversa foi esta: primeiro, temos que estudar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

e planejar, para não investir errado, porque nós não temos recursos. Além de já não ter, ainda investir errado? Ai fica difícil. Então, primeiramente, é estudo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Muito bem.

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Criar um método.

O senhor falou da Universidade Federal do Paraná. Eu fiquei dois anos e pouco à frente da Superintendência da Hidrovia do Paraguai. Saí de lá o ano passado, para vir assumir a Sudeco e estou um ano à frente da Sudeco. Inclusive, na época, nós fizemos um EVTEA, numa parceria com o Dr. Ratton, lá, no ITTI, para fazer um estudo de viabilidade técnica e econômica do Rio Paraguai, que está dentro do Centro-Oeste. Nós temos 1.320km de hidrovia navegável dentro do nosso Brasil, que não têm investimento algum.

Hoje, para manutenção, Senador, da Hidrovia do Paraguai, são gastos em torno de 10 milhões por ano – e 1.320km. Com isso, nós não construímos 10km de rodovia! Então, esse estudo que foi feito, através da Universidade Federal do Paraná – e eu o tenho completo lá –, mostra toda a potencialidade de uma das hidrovias que nós temos, e são várias no Centro-Oeste e no Brasil, que podem ter investimentos, em vez de ficarem investindo em rodovias, rodovias, rodovias. Nosso negócio tem que ser ferrovia e hidrovia, investindo no modal, porque, do jeito que está... Nós não temos recursos e, então, não há como desperdiçar o pouco que temos.

Agora, é estudo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Primeiro, eu tenho aqui uma dúvida com relação ao Banco do Brasil, mas, antes, quero registrar aqui o que nós recebemos, pelo e-Cidadania – e quero agradecer a participação do Paulo Schenatto, do Mato Grosso: "Como está sendo tratado o planejamento através de dados estáticos sobre o turismo do Centro-Oeste, que está sendo até agora mal impulsionado?!".

Inclusive, eu cheguei um pouquinho atrasado à abertura, exatamente porque participei agora de um encontro da Frente Parlamentar de Turismo, lá na Câmara, uma comissão mista, uma frente mista, que é exatamente para trabalhar a questão do turismo, que realmente é uma área que pode ser bastante impulsionada. E nós estaremos recebendo, logo, logo, aqui, também o Ministro do Turismo, para saber qual o plano para os próximos anos. Mas o objetivo dessa comissão também – da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – é,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente, trabalhar o turismo como uma fonte de desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Eu quero agradecer a participação também do Sergio Luis Peixoto, de São Paulo. Ele fala aqui: "Como podemos nos preparar para o embargo econômico que a ONU vai impor ao Brasil nos próximos meses?". Ele fala com relação às importações e às exportações: "O que o agronegócio do Centro-Oeste vai fazer com sua produção?". E também fala: "O tema não é relacionado às ações de modo geral para o desenvolvimento do Centro-Oeste? Por que só estão falando em barragens?".

Nós dedicamos a primeira parte ao lançamento do trabalho que foi feito aqui, e o segundo momento era exatamente para falar sobre a questão da Sudeco e do FCO. A Luane Braga, de Rondônia, também... Maria Aparecida Mendes, de Minas Gerais: "A floresta é nossa e, enquanto o Brasil está protegendo, os estrangeiros estão usufruindo. Amazônia, soberania nacional."

E também a Débora Rodrigues, do Paraná, que também defende aqui a Floresta Amazônica. Agradeço pela participação.

Eu tenho aqui a programação 2019, e eu tenho uma dúvida: a questão do Fies. Foram destinados aqui R\$100 milhões para o Fies. O Banco do Brasil estabelece condições para esse Fies específico aqui, de R\$100 milhões? Os cursos, por exemplo, estão relacionados com o desenvolvimento ou não? E eu não conhecia este termo aqui – até olhei agora no Google –: "del credere". Isso é o quê? São R\$1,683 bilhão. Isso é taxa de administração, alguma coisa assim? Porque está o dobro, praticamente, do DF. O nosso recurso é de R\$703 milhões para 2019.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Bom, sobre o Fies, quem define é o Condell. Então, houve uma definição de se apartarem esses recursos para o Fies. Então, ele está apartado, por definição do Condell.

Sobre quem pode pegar o financiamento, quais as instituições, o banco, enquanto gestor do Fundo, repassa os recursos para as instituições operadoras do Fies.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Não define o curso, não é?

Eu até quero sugerir...

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Não. É o MEC, a gestão do MEC e do FNDE.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas como é recurso do Centro-Oeste, do Fundo, o que a gente precisa atrelar, aqui, à



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação dos cursos é que seja relacionado, evidentemente, à área de desenvolvimento, porque o que tem acontecido com o Fies, com o Prouni e outros é que você, muitas vezes, financia determinados cursos cujo mercado já está saturado. O menino forma e fica desempregado a vida toda... O Governo precisa estimular, compatibilizando a necessidade da sociedade com os cursos.

Eu até apresentei ontem... Aliás, estou coletando as assinaturas, ainda, da PEC nº 200, exatamente permitindo que o Governo, em eventuais necessidades de utilizar mão de obra, principalmente médica, que é a nossa grande demanda hoje, possa utilizar os alunos das universidades públicas, pagando, evidentemente, o salário. Mas, pelo menos até dois anos, o aluno fica obrigado a prestar esse serviço, onde o Governo determinar. Então, eu acho que é a mesma coisa. Nós precisamos ter muito cuidado para aproveitar esses recursos do FCO em cursos que vão, evidentemente, contribuir com o desenvolvimento do Centro-Oeste.

É evidente que também há a Sudam e a Sudene, e cada um vai fazer...

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Foi uma discussão que eu tive ontem com a Cláudia – ouviu, Cláudia? –, sobre o Fies estudantil.

Acontece o quê? No antigo Fies, o aluno tinha 18 meses de carência para começar a pagar. Neste, o cara tem que começar a pagar no outro mês. Ou seja: é melhor pagar uma mensalidade, do que ficar pagando uma parcela. Então, eu acho que vai haver pouca demanda dessa forma.

Eu queria que você explicasse um pouquinho do que você me explicou para o Senador, para ele entender.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI – Fies.

A SRA. CLAUDIA COUTINHO MARDER – Cláudia, Banco do Brasil.

É o seguinte: nós estamos no início de uma discussão com o Ministério da Economia, com o Ministério da Educação, para entender por que a mudança do Fies público para o Fies privado não emplacou. Não conseguimos... Efetivamente, o sistema financeiro, de um modo geral, não conseguiu dar andamento ao Fies privado. No ano de 2018, para se ter uma ideia, foram somente 2 mil operações no âmbito desse novo modelo do Fies alterado no exercício de 2017.

Então, Srs. Senadores, o que é que ocorre? Na política do Fies, na Lei 10.260, o estudante, de modo geral, tem algumas condições operacionais do financiamento, mas o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estudante tinha em torno de um ano e meio para iniciar o pagamento de seu curso, após a conclusão do curso. Ou seja, durante todo o período de estudo, de dedicação à atividade estudantil, o estudante tinha o financiamento... Ele se habilitou, enfim, por intermédio de critérios do Comitê Gestor do Fies, vinculado ao Ministério da Educação, e tinha esse prazo. Com a mudança de sistemática, passou a ser imediato: a instituição de educação, a instituição de ensino superior recebe o recurso do financiamento, e, no mês seguinte, o estudante já tem que fazer o pagamento da parcela.

Então, a gente precisa fazer uma avaliação da política, se é esse mesmo o caminho, porque, se o estudante ou o responsável financeiro tem condição de pagar uma parcela, por que ele já não paga a parcela direto, negocia descontos com a instituição de ensino e, assim, se desobriga de um impacto, até, em termos de endividamento no Sistema Financeiro Nacional, que ele não precisaria naquele momento?

Eu acho que é uma...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Mas a observação que eu quero fazer aqui é a seguinte: é evidente que isso aí só ocorreria quando houvesse emprego abundante; você poderia exigir o pagamento já no mês seguinte ou nos seis meses seguintes à formação, o que não é real. Hoje, muito pelo contrário, o aluno se forma e não consegue emprego em lugar nenhum.

Mas o foco que eu queria dar nessa questão aqui é porque essa é uma relação do MEC com as instituições financeiras. O que eu quero é o seguinte: aqui são recursos do Fundo do Centro-Oeste; quer dizer, é um fundo de desenvolvimento. O que a gente precisava observar, nesse recurso, é que os cursos financiados com esse recurso devem estar "linkados", ligados e bastante relacionados com o desenvolvimento da Região. Não adianta eu ficar financiamento curso de Administração para todo mundo – nada contra Administração; eu dei como exemplo – e outros cursos que, muitas vezes, não são utilizados na cadeia produtiva da Região Centro-Oeste.

Então, se nós temos definidos aqui os arranjos produtivos para determinadas áreas do Centro-Oeste que vão ser financiadas pelo Fundo, que a formação também seja voltada para essa necessidade, e não financiamento aberto de qualquer forma.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, tem que ver com o Condel – não sei quem está aprovando isso – essa observação.

A SRA. CLAUDIA COUTINHO MARDER – Posso fazer uma complementação?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. CLAUDIA COUTINHO MARDER – Na programação do Fundo já existe essa previsão.

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Sim, são as áreas.

O que é que acontece... Antes de você afunilar quais são os cursos, o Condel já determinou quais são as áreas de atuação. Então, como ainda é muito incipiente esse novo financiamento, e a procura é muito baixa, a gente ainda está contextualizando, para você afunilar um pouco mais. Mas, de certa forma, o Condel já definiu quais são as áreas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas sem que se tenha os arranjos produtivos definidos?

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Foi estudo... Inclusive, esse estudo foi baseado em dados que o MEC repassou. Inclusive, há um Comitê Gestor do Fies que repassou esses dados justamente para a Superintendência, e cada superintendência vai fazer o seu. Então, a gente está trabalhando inicialmente com as áreas e, daqui a pouco, vai afunilar via cursos.

Isso é algo que está tendencioso para diminuir... Justamente: você tem aí 100 milhões destinados; não utilizando esse recurso, ao final do exercício, a partir do mês de setembro, ele é redirecionado. Você faz uma consulta; se houver uma demanda, ele é redirecionado. No entanto, a gente não teve nenhuma contratação desse recurso, nem no exercício de 2018, nem 2019, ainda com esse recurso que foi destinado pelo Fundo Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Del credere.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Sobre o del credere, como funciona a remuneração? Existem duas possibilidades. Se a instituição financeira assumir o risco integral, conforme está na lei, ele recebe até 6% pela administração dos encargos financeiros. Ou seja, daquilo que tiver de retorno financeiro sobre as operações. Se ele não tiver o risco – ou seja, se compartilhar o risco com o Fundo –, é até 3%.

No caso do Banco do Brasil, o risco é integralmente do Banco do Brasil. O FCO não tem risco algum; todo o recurso retorna para ele. Então, até 6% da remuneração – hoje não chega a 6%, porque a taxa da operação está em torno de 5,5% ao ano, alguma coisa assim –, ele recebe esse valor de retorno pela operação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo objetivamente: esse valor aí é a parcela de remuneração da instituição financeira pela administração, sim, das operações que são financiadas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só para registrar que é quase o dobro do que o DF vai receber de... Mas é evidente: os recursos são de R\$11 bilhões a previsão.

Mas eu só gostaria de também já sugerir, se for necessário mudar a lei, até propor as mudanças, porque, na medida em que o Banco do Brasil, que o FCO não tem risco nenhum, porque o risco é do banco, isso é que faz exatamente com que o banco tome todos os cuidados e exija todas as garantias não do foco social do recurso; o foco é para não perder o recurso, para não haver risco na atividade. Então, nós temos aí uma modificação que precisamos pensar na Comissão, porque o objetivo do Fundo Constitucional é atender à demanda social e contribuir para o desenvolvimento da Região.

Como o risco é todo do banco, a preocupação do banco não é essa. Sabemos que é muito mais de não ter prejuízo, não ter risco nenhum, e isso acaba impedindo, fazendo com que aqueles que mais precisam tenham dificuldade de acesso ao financiamento.

É só para registrar que são gargalos que nós temos que buscar resolver.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu até gostaria de insistir, Senador Izalci, que a gente fizesse, de fato, um relatório desta audiência pública, com as tantas sugestões que foram dadas, e que a gente possa ter o posicionamento, depois, do Banco do Brasil, da Sudeco, para a gente não discutir o mesmo assunto numa outra audiência; que os pontos levantados, as sugestões, os desafios... E que a gente já faça um apanhado, até criando uma metodologia, porque isso vai servir para a Sudam, Sudene, Sudeco, para a gente ter essa perspectiva interessante. Quer dizer: é uma discussão daqui, mas que vai para todo o Brasil, porque a discussão, lá, certamente é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Na quarta-feira que vem nós estaremos recebendo aqui a Sudam e, na outra semana, a Sudene, junto com a Suframa, Codevasf, exatamente para ouvir um pouco essa questão dos gargalos. E, aí, acho que seria muito importante mesmo que a consultoria do Senado nos ajudasse. E, se vocês pudessem contribuir, como a Luciana disse, elaborando decreto, portaria, para que pudéssemos fazer com que essas coisas já saiam dentro de uma perspectiva que atenda às necessidades do programa...

Eu quero aqui agradecer – não sei se mais alguém da Mesa quer fazer alguma consideração –, partindo para o encerramento...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO POSTIGLIONE DE ASSIS FERREIRA JÚNIOR – Senador, se V. Exa. me permite, eu gostaria de responder à parte referente ao turismo, que foi uma das perguntas feitas.

Destaco que a Sudeco finalizou um projeto em parceria com o Sebrae, chamado Rotas do Cerrado, envolvendo ecoturismo e o turismo histórico aqui na nossa região, inclusive do Entorno, que é bastante rica. E também destacar que consta do nosso Eixo 1, que é o desenvolvimento produtivo sustentável, uma lacuna referente ao ecoturismo. Então, está previsto, no Plano Regional de Desenvolvimento, o viés "turismo".

Também informo aos senhores que a Sudeco vai disponibilizar o texto do plano, assim que terminado – previsto ainda para esta semana –, e colocará no ar, através de um *site* específico, para participação popular e apresentação de sugestões, às quais a Sudeco está aberta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

Ainda falando sobre o turismo, nessa reunião da Frente, de que participei de manhã, eles estão aprovando a Lei Geral do Turismo, e há uma série de outros projetos ligados a esse, os quais assumimos o compromisso de trazer imediatamente à Comissão, para que possamos, realmente, aproveitar o potencial de turismo que nós temos no Brasil – em especial também no DF, mas em todo o Brasil.

Logo em seguida, vem também o Ministro com o programa, para conduzirmos esse processo e seguir de forma cooperativa. Acho que este é o objetivo da audiência pública: nós queremos ajudar naquilo que for possível, dentro da legislação, facilitar aqui essa integração do Ministério com os órgãos executivos, com os financiadores, principalmente para atender ao objetivo maior, que é a sociedade, mas, em especial, os entes de desenvolvimento econômico. Este é objetivo nosso: gerar emprego, gerar renda e fazer com que cada Região tenha... Que saibamos exatamente qual é a vocação, para fazer os investimentos necessários ao desenvolvimento do País.

Então, quero aqui agradecer mesmo a participação de todos os convidados e agradecer a exposição de todos.

Nada mais havendo a tratar, então, vou declarar encerrada esta presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Dário Berger, Eduardo Gomes, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Selma Arruda, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Telmário Mota, Confúcio Moura, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto e Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas, e REQ 6/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Audiência Pública sobre as diretrizes, programas prioritários e ações da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA para os próximos dois anos. **Participantes:** Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente da SUDAM; Keila Adriana Rodrigues de Jesus, Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas da SUDAM; Alfredo Alexandre de Menezes Junior, Superintendente da SUFRAMA. Francimar Rodrigues Maciel, Diretor de Crédito e Distribuição do Banco da Amazônia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra: os Senadores Izalci Lucas, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Confúcio Moura e o Deputado Federal Capitão Alberto Neto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/20>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobre Pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Volto a informar a V. Exas. que o prazo regimental para a apresentação de propostas sobre a política pública, a ser avaliada pela CDR este ano, é até o último dia do mês de março do corrente, conforme art. 1º, §1º, do art. 96 – B, do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico a agenda de reunião da Comissão para a próxima semana: no dia 27 de março, às 9h, audiência pública com a presença dos representantes da Sudene, Codevasf, Banco do Nordeste e Denocs.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, a Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas – Sudam, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, e do Banco da Amazônia S.A. – BASA, para debater a atuação da Sudam e da Suframa para os próximos dois anos e a contribuição do BASA nessas ações, atendendo aos Requerimentos nºs 5 e 6, CDR, de minha autoria.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 20 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo, cada um, de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo prazo para tréplica. A palavra aos Srs. Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos, em nossa audiência, serão recebidas pelos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado – 0800-612211.

Já convido, para compor a Mesa, o Sr. Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente da Sudam.

Convido também, para compor a Mesa, a Sra. Keila Adriana Rodrigues de Jesus, Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudam.

Convido também o Sr. Alfredo Alexandre de Menezes Júnior, Superintendente da Suframa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Sr. Francimar Rodrigues Maciel, Diretor de Crédito do BASA.

Concedo a palavra ao primeiro expositor, Sr. Paulo Roberto Correia da Silva, para fazer a sua exposição. *(Pausa.)*

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – Bom dia, Presidente.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras e a todos os presentes, ao nosso colega da Suframa, ao nosso colega do Banco da Amazônia.

Espero que a reunião seja bastante proveitosa e a gente consiga solucionar e tirar algumas dúvidas que se fazem presentes.

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Vamos falar um pouco aqui sobre a nossa Superintendência nos nove Estados da Região Amazônica.

Aspectos legais. Foi criada pela Lei Complementar nº 124, de 2007, e pelo Decreto nº 8.275, de 2014, que instituiu a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. A área de atuação abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins; Pará e Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44.

Nossa missão é promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Bem, nós fizemos o planejamento estratégico da Sudam de 2017 a 2020. Temos a nossa missão, que é promover o desenvolvimento includente e sustentável – passei na tela anterior – e nossa visão é ser uma instituição de excelência, e, para isso, estamos trabalhando em planejamento, articulação e fomento do desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal.

Negócio. Desenvolvimento regional. A sociedade: integração e expansão econômica.

Quais são nossos objetivos? Atrair e manter os empreendimentos e investimentos privados; estimular a expansão e melhoria da infraestrutura; fomentar as atividades produtivas e arranjos produtivos locais; e aumentar a atuação em políticas e planos regionais integrados.

Pesquisa em inovação: ampliar os investimentos em P&D e fortalecer o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. Na avaliação, avaliar os resultados e os impactos dos instrumentos fiscais e financeiros que fazem parte dos nossos instrumentos.

Processos internos. Relacionamento: fortalecer a articulação institucional. Em gestão e controle, implementar modelo de excelência em gestão, voltado para resultados. Em comunicação, promover a comunicação institucional de forma integrada e contínua.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprendizado e crescimento. Gestão de pessoas: fortalecer e valorizar o quadro de servidores e promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Na infraestrutura, tecnologia da informação: prover soluções de tecnologia da informação. Em engenharia e logística, modernizar a infraestrutura física e otimizar a utilização dos recursos.

Este é o nosso organograma. Nós temos o Conselho Deliberativo, temos a superintendência, a Dicol, que é a nossa... Temos auditoria, a PF, que é nosso jurídico – superintendente aí é mais uma questão operacional. Isso aqui são os nossos instrumentos, instrumentos de desenvolvimento. Temos o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Temos os nossos incentivos fiscais. Temos o nosso planejamento regional, que inclusive abriu consulta pública a partir de segunda-feira, dia 18. Temos os nossos convênios.

Como eu tinha dito agora há pouco, são os nossos instrumentos de desenvolvimento. Aí temos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte também, que nós trabalhamos juntamente com o Banco da Amazônia, com as diretrizes e prioridades.

Essas ações de planejamento regional – PRDA – são um instrumento de planejamento muito importante que nós já fizemos em 2012, 2015, 2016 e 2019, Presidente. Só que infelizmente não conseguimos transformá-la em lei. E essa – a diretora Keila vai falar um pouco sobre isso – é um dos nossos principais vetores para este ano, e do próprio MDR, como falou o Ministro, na reunião que houve aqui anteriormente. Então, doutora, fale um pouco sobre o PRDA.

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – Bom dia a todos! Nosso plano de desenvolvimento regional está na fase de consulta pública. Nós estamos hoje no nosso *site* disponíveis todos os anexos do plano. Então, toda a sociedade está convidada a participar, a contribuir. Esta Casa também nos convida a fazer essa contribuição. Até o dia 29 ele vai ficar disponível no nosso *site*. Tão logo termine esse período de consulta, nós iremos fazer a consolidação, levar à Condel e após isso virá para o Congresso Nacional via Ministério do Desenvolvimento Regional.

Então essa fase é muito importante porque é a validação do texto que a Sudam está propondo e nisso todos têm que se enxergar, cada Estado. Então é importante a participação, neste momento, da sociedade civil organizada, desta Casa, deste Parlamento. É um convite que nós fazemos para que assim nós possamos ter um plano que dialogue com todos os Estados da nossa região, um plano em que todos possam se enxergar. A validade desse plano é de quatro anos. Ela tramita juntamente com o PPA. Então há prazos legais para isso. Por isso, nós estamos com o cronograma bem enxuto e apertado para que finalmente ele venha a se transformar em lei e assim todos os que atuam na Região Amazônica possam usar o Plano de Desenvolvimento Regional como esse norteador do planejamento, das ações do Governo Federal na região e também por que não dizer dos Estados, que também podem usar o plano a partir daí para fazer também o seu planejamento do Estado. Então é importante que ele seja aprovado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste ano, juntamente com o PPA para vigorar junto com o próximo PPA. E nós já fazemos aqui o nosso apelo a esta Casa para que ele possa ser aprovado neste ano.

Como o Dr. Paulo disse, infelizmente os outros dois anteriores não chegaram a ser transformados em lei. Mas nós estamos trabalhando para que este aqui, sim, seja transformado em lei. Se tiver alguma dúvida, a gente depois pode dirimir. Obrigada.

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – Bem, sobre o PNDR já passamos. Aqui são as apostas estratégicas da nova PNDR, Plano Nacional de Desenvolvimento Regional para a Região Norte. Nós estamos divididos por eixos. O Eixo 1 é desenvolvimento produtivo. O Eixo 2, ciência, tecnologia, inovação e qualificação profissional. O Eixo 3, infraestrutura econômica e urbana e o Eixo 4, fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais. Esses são os eixos, aqui nós temos as descrições. Aí vem o exemplo de bioindústria; são várias descrições, depois nós podemos comentar nos questionamentos de vocês.

O Microeixo de Transporte: esse trabalho nós já fizemos em toda a região, fizemos um microeixo por Estado, Presidente, e fizemos definindo as parcerias público-privadas, as fontes de financiamento, quais eram logisticamente os pontos mais importantes a serem investidos na região. Esse trabalho nós já entregamos desde o ano passado. Eu acho que é importante para balizar que os investimentos vão estar também no PRDA.

Rotas de integração. A Dra. Keila pode falar mais sobre Rotas de Integração, que é um projeto importante do Governo Federal e do MDE.

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – A Rota de Integração é um programa que foi instituído há um tempo pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. A Sudam vem trabalhando na Região Amazônica para articular essas Rotas de Integração. Então, ela é um pouco mais do que um APL, é você transformar esses APLs em rota. Nós já trabalhamos na região a Rota do Peixe, a Rota do Açaí, e trabalhamos também, recentemente, a Rota do Cacau. Então, já temos identificadas e mapeadas pelo menos três rotas. Dessas rotas, nós conseguimos identificar, junto com todos os atores – isso é feito junto com a sociedade civil, junto com os empresários, a comunidade – um banco de projetos. Disso lá na frente também nós iremos tratar.

Esse banco de projetos são os projetos prioritários para que essas rotas sejam fortalecidas, sejam implementadas com o sucesso que se espera. E é importante nisso, claro, a alocação de recursos prioritários nesses projetos. A Sudam pretende sistematizar esse banco para ficar até mais acessível também para os Parlamentares poderem assim, na hora da alocação dos seus recursos, identificar aqueles projetos que já foram mapeados na região.

A rota está trabalhando bem a biodiversidade, aquilo que é o nosso potencial. Nós conhecemos a Região Amazônica e sabemos que estes são os nossos potenciais: a biodiversidade, fruticultura, peixe –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é o forte da região. Nós queremos trabalhar desta forma: articulada, organizada, envolvendo a sociedade civil, a iniciativa privada, os Governos, porque assim nós entendemos que a rota pode ter sucesso. Aqueles projetos identificados podem ser apoiados não só pelo Governo, mas também apoiados pela própria iniciativa privada.

E o interessante que nós verificamos nisso é que boa parte do que foi levantado, do diagnóstico que foi feito, das dificuldades encontradas não dependiam de recursos; um ou outro projeto, sim, mas a maioria eram ações que estavam desintegradas, ações que precisavam ali de um envolvimento maior, não dependiam de recursos. São poucos os projetos, das rotas, que estavam relacionados a recurso financeiro. Só para ver que o que estava faltando mesmo era articulação, os atores se conhecerem e se envolverem nos processos.

Então, nessa rota, a gente está investindo, junto com o Ministério. Agora, nós vamos começar a do peixe, no Tocantins; dia 1º de abril nós vamos inaugurar a Rota do Peixe, no Tocantins. Então, aqueles Parlamentares do Estado do Tocantins que desejarem conhecer o programa, eu posso depois detalhar melhor, apresentar também a carteira de projetos, que possivelmente vai ser identificada, para poder priorizar, de repente, na alocação dos recursos das emendas.

Então, obrigada.

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – Esses são os planos sub-regionais, alguns planos dos quais nós participamos. Nós temos o Plano Marajó, Senador Zequinha, do Estado do Pará; nós temos algumas ações... infelizmente alguns atores não continuaram com o trabalho relevante que estava sendo realizado, mas o que foi possível a Sudam fez no que lhe cabia.

Rede ODS é algo também de que nós participamos agora junto com o Ministério. A Dra. Keila pode querer falar um pouquinho sobre isso, bem rápido, porque o nosso tempo está curto e temos muito assunto ainda. Temos muita coisa para passar.

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – Com relação à Rede ODS, a Sudam vem se articulando com... Hoje quem está à frente da Rede ODS é o Município de Barcarena, que já recebeu várias premiações. Então, nós começamos a trabalhar junto com Barcarena, para entender como funciona, como eles chegaram a ser excelentes nesse trabalho com os objetivos do milênio, a implementar as ações. E a nossa ideia é pegar essa *expertise* e levar para a Região Amazônica, porque desconhecemos que nos outros Estados se estejam trabalhando os Objetivos do Milênio.

Sabemos que há mais uma estratégia do Governo para ser cumprida e nós estamos agora... Nesse planejamento dos próximos dois anos, a Sudam está com o radar de colocar isso para os demais Estados, de convidar os demais Estados a comporem essa grande rede de desenvolvimento sustentável. Possivelmente aqui, se vocês também desejarem nos apoiar nessa ação, nós ficaremos gratos, porque precisaremos com certeza do apoio parlamentar para que isso se estenda aos outros Estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – Obrigado.

Ações na área de C,T&I. Eu vou ser um pouco mais rápido agora, pois vocês devem ter percebido que a nossa missão não é pequena. Então, tenho muita coisa para falar e precisaria de duas horas. Eu vou ser um pouco mais rápido.

As parcerias com o Instituto de Tecnologia do Guamá, seminários, são eventos dos quais nós participamos.

Desbloquear valor disponível na SOF. Esse é um valor que nós temos de... um percentual de quarenta e poucos milhões, que estão bloqueados, que nós poderíamos utilizar para ciência e tecnologia, Senador Zequinha. O senhor pode nos ajudar nisso para a região. E nós vamos procurá-los, Senadores e Deputados, para nos ajudar nisso, e a nossa região precisa muito de recurso para essa área.

Ações planejadas para os instrumentos de fomento. Eu vou ser mais rápido.

Essas são as consultas prévias que nós aprovamos na Sudam nos últimos dois anos, 2017 e 2018, demonstrando que não faltam projetos para o nosso fundo. Na verdade, quanto ao fundo, de uns anos para cá, desde 2007, foram criados alguns obstáculos para ele, e os bancos acabam não achando atraente e não operacionalizam esse fundo. Então, nós temos projetos, projetos foram aprovados, mas, infelizmente, eles não são recepcionados pelos bancos, inclusive pelos bancos privados, que agora estão abertos para operacionalizá-los.

Aproveitando agora, já que não vai dar para o final porque só temos dois minutos: todos os nossos sistemas da Sudam hoje são informatizados; nosso sistema de FDA é o Siga, que acabou de ser implementado; nós temos o Sistema de Incentivos Fiscais (SIN) também já está implementado; nossos sistemas de avaliação dos incentivos, o Siav, também está implementado; e o nosso sistema de convênio Siac. Inclusive esses projetos, essa informatização nós compartilhamos com as outras superintendências.

Aqui, construção de sistemas informatizados, que acabei de falar.

O novo decreto aprovando regulamento com as devidas delimitações de competências para que o Condel possa aprovar o regulamento operacional.

É o que nós queremos: que essas alterações no fundo e nos incentivos, Senador Zequinha, sejam feitas pelo Conselho e não via Ministério da Economia. Isso foi o que nos prejudicou no passado.

Reversão dos saldos anuais previstos pelo regulamento atual: que aqueles saldos de orçamento que não foram utilizados, não foram executados, venham agora para o fundo e possam ser utilizados para o financiamento de projetos de infraestrutura na região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nova metodologia de cálculo para dotação orçamentária do FDA: nós estamos discutindo isso ainda com o MDR.

E elaboração de banco de oportunidade de investimento: fazer essa elaboração, para que, quando nós tivermos recursos, esses bancos, esses projetos já estejam prontos para receberem o investimento.

Aqui nós temos um panorama dos incentivos fiscais que nós concedemos. Temos 599 incentivos fiscais de 2016 a 2018, num período de interstício de três anos. Então, nos investimentos atraídos, vocês verificam o valor do investimento atraído para a região com esses incentivos: foram mais de R\$300 bilhões. E, mais ou menos, de empregos gerados e mantidos: em torno de 150 mil empregos para região, gerados ou mantidos com esses incentivos.

Nos incentivos fiscais, nós temos a atualização de setores que nós precisamos fazer via decreto: vai ser discutido ainda com o Congresso.

Trazer ao Condel as principais definições. Acabei de falar que todas essas questões da região devem ser discutidas, alteradas ou não, no conselho deliberativo, que é onde participam a sociedade, os , etc.

Continuidade na elaboração de estudos sobre a importância dos incentivos fiscais – dos impactos socioeconômicos, como eu já falei anteriormente, nós já temos o sistema pronto de avaliação e nós vamos começar a trabalhar nisso.

Trabalhar na revisão do modelo atual de concessão.

Workshops de atração de investimentos.

E elaboração de banco de oportunidades de investimentos.

Aqui eu quero fazer um parêntese que é importante, Senador. Nós tivemos um problema com incentivos fiscais agora. Todo mundo deve ter percebido que o Presidente Bolsonaro inclusive ratificou a concessão dos incentivos por mais cinco anos. Nós queremos trabalhar com o MDR e com o Congresso para que uma fonte de financiamento possa ser a redução desses incentivos para algumas atividades que, no nosso entendimento, já não merecem receber pelo menos o total de incentivos a que têm direito hoje. E que esse banco de projetos da região, seja em ciência e tecnologia, seja em outra atividade, possa ser financiado com essa diferenciação de incentivos. De repente, uma empresa que faça um investimento num lugar mais distante tenha um benefício integral; a que faça na região mais metropolitana tenha um benefício menor. E com essa diferença a gente consiga, sem onerar o Orçamento Geral da União, financiar esses projetos para a nossa Região Amazônica. Essa é uma ideia que nós ainda vamos construir para apresentar-lhes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contratações FNO: nós temos o FNO, em que nós trabalhamos, como já falei, com o Banco da Amazônia. Para o exercício de 2018, o número de operações foi de 16 mil. Provavelmente o Diretor Francimar também vai falar sobre isso. O valor aí contratado é de R\$4 bilhões. Depois ele deve discriminar isso com mais propriedade.

O FNO é nossa ação junto com o Banco da Amazônia.

A participação intensiva no FNO itinerante, discutindo com a sociedade, com a população dos Estados como deve ser feita a execução desse fundo.

A parceria com o Banco da Amazônia na revisão da Taxa dos Fundos Constitucionais.

Maior integração ao Condel/Sudam e ampliação do grupo de acompanhamento do FNO com a participação dos Estados. Nós já temos alguns grupos de trabalho nesse sentido.

Maior conexão com o PRDA e nova PNDR e revisão de diretrizes e prioridades; continuidade na elaboração de estudos sobre a efetividade do fundo; elaboração de um banco de projetos – como eu tinha falado, isso facilitaria muito os investimentos na região –; e maior participação da Ouvidoria do FNO – a ouvidoria do FNO hoje está dentro da superintendência.

Avaliação de resultados. Dos sistemas eu já falei, nós já estamos com todos os sistemas informatizados e implementados; continuidade na elaboração de estudos de avaliação feitos pela própria Sudam; parcerias com universidades; utilização da Matriz de Insumo-Produto.

Acho que é importante, Dra. Keila, você falar sobre essa MIP, que é algo inédito na região. O trabalho que nós estamos fazendo com a Universidade de São Paulo e a parceria com a Receita Federal do Brasil para troca de informações sobre incentivos fiscais você também está coordenando. Desses dois últimos pontos eu acho importante falar.

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – A Sudam contratou recentemente a USP para nós fazermos uma nova Matriz de Insumo-Produto para a região, porque a vigente já está bem passada, já é bem antiga. Então, entendíamos que precisávamos fazer essa nova matriz; contudo, não sozinhos. Precisávamos colocar, nesse processo, todos os atores da região. Então, nós fizemos um projeto inédito, contratamos a USP não apenas para que ela entregue a matriz pronta. Na verdade, a USP está nos capacitando, capacitando a Sudam, todos os nove Governos dos Estados da Região Amazônica. Nós convidamos para que os Estados indicassem, pelo menos, duas pessoas da área do planejamento para serem treinadas pela USP para elaborar, para que, então, terminado esse processo da capacitação e construção da nova Matriz de Insumo-Produto para a região, nós possamos criar um sistema integrado de planejamento e avaliação. A ideia é que exista, de fato, um sistema e todos os atores que trabalham na Região Amazônica tenham acesso a esse sistema para avaliar os seus planos, as suas políticas, sejam estaduais, sejam federais. É inédito o projeto. A USP parabenizou, inclusive, a Sudam por esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ineditismo, porque nunca se fez dessa forma, sempre se comprou o produto – entrega, está aqui, aplica. A Sudam, não, porque entendemos que nós precisamos nos apropriar desse conhecimento.

Quando terminar esse um ano, no final deste ano, nós vamos formar a turma. São hoje, mais ou menos, umas 30 pessoas. Temos representantes dos Estados, o Banco da Amazônia está junto, assim como a Sudeco, a Sudene, o BNB. Então, nós convidamos todos os atores da nossa região e também abrimos para as demais superintendências e bancos regionais. É inédito isso. E entendemos que é importante para a região porque depois nós teremos, sim, um grande sistema integrado de planejamento e avaliação.

Também há parceria com a Receita Federal. Nós estamos trabalhando, desde o ano passado, para que a Receita Federal possa nos passar informações. Sabemos das questões de sigilo. Então, entendíamos que precisávamos de um termo de cooperação para que, então, nós pudéssemos fazer uma avaliação efetiva dos incentivos fiscais, dos resultados, de fato, daquilo que tem sido o benefício que está sendo concedido pelo Governo. Sabemos que há, sim, os benefícios, como o Dr. Paulo acabou de mostrar, o que fica de investimento, de geração de emprego e renda, mas nós queremos abrir melhor isso, apresentar melhor para a sociedade esses números. Inclusive, nós trouxemos aqui – depois eu posso disponibilizar para vocês – um relatório da avaliação dos incentivos fiscais. É importante para a região, isso não se discute, acredito. Isso é muito importante e a região precisa. Se nós estamos nesse nível de desenvolvimento com esses instrumentos, imagine sem eles. Então, eles são importantes. E essa parceria vem ao encontro das nossas necessidades para esse aprofundamento da avaliação.

Obrigada.

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – Bom, ela falou sobre a Matriz de Insumo-Produto. Vou passar.

Vamos falar sobre convênios.

A Sudam também trabalha com convênios – também trabalha com convênios. Então, quando nós chegamos lá, em 2015 – para vocês terem uma ideia, Presidente –, nós trabalhávamos com R\$20 milhões/ano, que era a média de convênios que nós executávamos na região. E hoje nós estamos, de 2016 a 2018, com uma média superior a R\$200 milhões. Hoje, nós temos, em carteira, mais ou menos, de R\$700 milhões a R\$800 milhões em projetos sendo executados na região pela Sudam.

Aí, nós temos o nosso sistema – inclusive em aplicativo para Android e para o sistema da Apple – por meio do qual você, Parlamentar ou sociedade, pode ter acesso, em tempo real, a toda a operacionalização dos convênios. É um sistema de transparência, apoio e divulgação dos convênios executados pela Sudam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui vocês podem ver os gráficos dos convênios, que demonstram que: em 2015, nós tínhamos R\$23 milhões com 32 convênios; em 2016, mais de R\$100 milhões, com 161; em 2017, 243 com R\$213 milhões; e, em 2018, tivemos mais de 300 projetos com mais de R\$230 milhões. O gráfico demonstra a evolução do nosso trabalho aí nos convênios: o Governo Federal ajudando os Estados a absorver esses recursos.

Aqui há um quadro também no valor das emendas. Para 2019, nós já temos... Ainda vai haver o corte, mas há quase R\$200 milhões aí.

Estas são as ações planejadas, que nós deveremos fazer: capacitação de técnicos e gestores municipais; implementação da Assinatura Eletrônica dos Termos de Convênios no SEI, para que a gente, a Prefeitura ou o Governo, não precise mais devolver esse termo de convênio pelos Correios, pois demora muito e acaba nos atrapalhando. Então, a gente vai criar essa Assinatura Eletrônica no SEI para que eles possam fazer isso no seu próprio Município, no seu próprio Estado, agilizando o nosso processo; e a criação de banco de projetos, que é o nosso sonho, é o sonho do MDR, para que o Parlamentar possa fazer a sua escolha e já tenha ali disponível um banco de projetos já definido...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – ... no próprio PRDA para que ele possa direcionar os seus recursos, os recursos das suas emendas.

Sobre isto aqui eu já falei... Vou passar mais rápido...

Estas são as outras ações estratégicas: oficina do GT1 da PNDR, da qual nós participamos; criação do Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento da Amazônia (Gedam). Criamos também a Escola de Desenvolvimento Regional dentro da Sudam, para que possamos ajudar os Municípios e Estados a capacitar esses seus servidores para atuarem em conjunto com as nossas ferramentas de desenvolvimento.

Este é o nosso orçamento para 2019: gestão, R\$9 milhões; finalístico, para vocês terem uma noção do tamanho do nosso orçamento, R\$9 milhões para nove Estados. Realmente é um orçamento extremamente reduzido.

O nosso quadro de pessoal. Nosso principal problema hoje é um problema de estrutura de pessoal. Nós já, inclusive, tivemos uma reunião, ontem, no Ministério do Desenvolvimento Regional para tentar achar uma solução para esse problema.

Eu quero agradecer a todos. Realmente precisávamos de mais tempo, mas são muitas ações que a superintendência tem a desenvolver. O que nós queremos é o apoio dos Parlamentares, o apoio de todos vocês e da sociedade para nós sermos, como a nossa visão disse, uma superintendência, um órgão de excelência para a região.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Keila, você quer fazer mais algum complemento?

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS (*Fora do microfone.*) – Não, está tudo certo!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então poderíamos dar o dobro do tempo...

Concedo a palavra, então, ao Sr. Alfredo Alexandre de Menezes Junior, para fazer a sua exposição.

O SR. ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JUNIOR – Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, Presidente da Comissão, em nome do qual saúdo todos os colegas da Mesa, o Dr. Paulo Roberto, a Dra. Keila, o Dr. Francimar. Quero saudar também o Exmo. Sr. Senador Zequinha.

Minhas senhoras, meus senhores, para nós, é uma oportunidade ímpar estarmos aqui, nesta Casa, para, neste momento, mostrarmos um pouco do nosso trabalho e do nosso planejamento à frente da Suframa, no tempo que nos foi concedido. Vamos buscar ser sintéticos e colocarmos as ações principais para que, nos debates, nós possamos dirimir qualquer dúvida.

Então, é aí o encontro das águas, um dos nossos pontos turísticos da nossa região. Na Zona Franca de Manaus, hoje nós estamos subordinados... Vinculados – perdão – ao Ministério da Economia. O nosso objetivo principal é administrar e controlar os incentivos fiscais concedidos às empresas na Zona Franca e também promover estratégias de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental, que está dentro da nossa área de atuação. Hoje nós estamos vinculados ao Ministério da Economia, diretamente à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, com o Dr. Carlos Alexandre da Costa e a nossa autarquia.

Isto aqui é um breve panorama geral, destacando a nossa área. Nós estamos na Amazônia Ocidental, nos Estados do Amazonas, de Roraima, de Rondônia, do Acre e na Amazônia Oriental, no Estado do Amapá. Uma área extremamente conhecida, importante para o País. Aí são os dados mais relevantes. Coloco aqui a parte de um quinto, praticamente, das reservas florestais, dos recursos minerais que nós temos, que nós vamos tocar neles mais à frente.

Quero fazer um breve histórico para que possa embasar a minha apresentação nos eslaides posteriores. Dividimos aqui em ciclos. Então, tivemos aqui, para que os senhores entendam a economia a partir de lá, da nossa região, no início da década, em 1900 – perdão – o declínio da borracha, que era a nossa principal fonte de economia. Em 57, no final da década de 50, foi criado o projeto inicial da Zona Franca, mas ele ficou, aqui, nesta Casa, por dez anos, até chegarmos, em 67 e, efetivamente, naquele tempo, Manaus era um porto de lenha, o Estado do Amazonas. O objetivo, naquele momento, que o País vivia, era justamente de integrar a Amazônia ao restante do País. Foi um projeto militar a divisão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégica baseada basicamente em dois vetores, que são defesa e desenvolvimento. Este ano agora, no dia 28 de fevereiro, nós completamos 52 anos e criamos aquela logomarca: Proteção, Defesa e Desenvolvimento.

Muito bem! Então, nesse primeiro ciclo, foi a criação, de 67 a 75. Teve a criação da Zona Franca com os incentivos e o Distrito Agropecuário na Região Metropolitana de Manaus.

Depois, nós tivemos um segundo ciclo – assim o classificamos porque há ali a lei de 66, a parte da Sudam, que foi comentada agora – de 76 a 91, quando houve a parte de substituição de importações com o índice de nacionalização. E, aí, o que eu reputo importante, porque vou abordar posteriormente também, é a criação das Áreas de Livre Comércio, que hoje são em número de sete. A partir desse momento, começou a haver um êxodo para a capital do Estado do Amazonas, Manaus.

Aqui, já no terceiro ciclo, que nós qualificamos como de a 92 a 96, houve, claro, depois do Governo Collor, a abertura comercial, quando trocamos a parte de importação pelo Processo Produtivo Básico (PPB), que eu vou abordar posteriormente. Vem aí a criação efetiva das Áreas de Livre Comércio nas regiões de Cruzeiro do Sul, Brasileia, Epitaciolândia, Macapá e Santana, no Amapá; Tabatinga, no Estado do Amazonas; Guajará, em Rondônia; e Boa Vista e Bonfim, em Roraima.

Posteriormente, já no final da década de 90, houve a construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que, até hoje, está ainda pendente com relação... Existe uma missão, uma definição, porém, de lá para cá, prezado Senador Izalci, até hoje não houve uma definição com relação ao início efetivamente dos trabalhos dentro dos objetivos para os quais ele foi criado – e já se passaram praticamente 17 anos.

Temos, ainda no início dos anos 2000, o CTPin e um plano de interiorização do desenvolvimento. Hoje, basicamente, a nossa economia, falando diretamente do Estado do Amazonas, cerca de 75% a 80% está concentrada na cidade de Manaus, e um dos nossos objetivos também é colaborar, dentro da nossa missão, para a interiorização dessa economia, com todas as dificuldades que se apresentam.

E, por último, que é justamente o momento que vivemos, a partir do ano de 2003... Eu coloquei dessa maneira, porque, no último eslaide, eu vou concluir a parte de contingenciamento. Coloquei ali a continuação desse Plano de Desenvolvimento e Interiorização da nossa economia. Ainda temos, hoje, essa definição, que eu vou abordar posteriormente, sobre a função e destinação do CBA; e, recentemente, a inconstitucionalidade do TCA e a criação atual da TCIF e TS.

Nós, na Suframa, temos três marcos regulatórios importantes. O primeiro deles se refere à Zona Franca de Manaus, com três vetores: a indústria, que é o nosso PIM, o Polo Industrial de Manaus; a parte de comércio e serviços; e o Distrito Agropecuário.

Eu coloquei ali um resumo das isenções que existem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De uma maneira geral, hoje, na parte de incentivos e renúncias, o que nós temos de incentivo corresponde praticamente a 8% da renúncia do Estado brasileiro. Somos a única renúncia prevista legalmente na Constituição Federal de 88, e, claro, essa renúncia advém justamente – por isso está prevista na Constituição – do objetivo de diminuir as desigualdades regionais.

Temos, dentro do segundo marco regulatório, a Amazônia Ocidental, na isenção de IPI e, dentro das sete áreas de livre comércio... Essas áreas de livre comércio estão localizadas nesses pontos de entrada com o objetivo de defesa especificamente, a partir dali, daqueles pontos que são as sete localidades que eu mencionei, depois a gente vai abordar, acelerar, contribuir para o desenvolvimento dessas vias de entrada no Território brasileiro com aquelas isenções de IPI, II, PIS/Cofins e dentro de cada Estado também a parte do ICMS que está prorrogada até 2050.

Muito bem. Então aqui é uma visão geral. Temos aí as áreas de livre comércio, começando lá no Amapá, depois lá na região de Roraima, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Brasiléia e a região de Rio Branco.

Vou abordar, praticamente, para ser sucinto e direto, as principais ações relevantes que nós temos para esses próximos dois anos e que já estamos trabalhando em cima delas. Inclusive hoje vou permanecer em Brasília, e também no dia de amanhã, para dar seguimento ao planejamento e estudo ainda, porque estamos em fase de implementação, alguns deles extremamente estratégicos, como irei abordar.

Estamos à frente da Suframa há praticamente um mês; fez agora na data de ontem. Estava comentando com o Senador Izalci que ainda não tivemos a nomeação dos nossos diretores, que são os superintendentes adjuntos, o que ainda limita um pouco o nosso trabalho, porém esse processo está praticamente concluído, já se encontra na Casa Civil. Acompanhei em Brasília na semana passada e com certeza quando a equipe estiver toda a postos, vamos dar a máxima celeridade.

Então eu queria abordar esses seis itens e vou tocá-los agora cada um de per si.

O primeiro deles: desburocratização e simplificação dos principais marcos legais, visando a dar maior celeridade aos trâmites processuais na Suframa.

Nós temos aí... Durante o nosso processo de seleção, tivemos uma entrevista com o Ministro Paulo Guedes, depois com várias... Praticamente duas entrevistas com o Ministro Carlos Alexandre da Costa, que é o nosso Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Senador Zequinha, e um dos pleitos do Ministro foi justamente o seguinte, como me colocaram. O primeiro na realidade deles: Menezes, você tem que tomar conta de toda a sua área de atuação, não só do Estado do Amazonas, mas também dos cinco Estados em que você tem a sua abrangência de emprego... de responsabilidade, perdão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós fizemos um mapeamento desses três marcos legais. Estamos trabalhando hoje, por exemplo, aqui na parte de projetos industriais que é um objetivo imediato que nós temos, dar uma maior celeridade nesses projetos. Estamos em estudos já bastante avançados na Secretaria. Estive há duas semanas em uma audiência especial com o Secretário e agora, amanhã, também daremos seguimento, porque isso é vital com relação ao PPB, principalmente. Por quê?

O PPB hoje é um projeto previsto, está na lei que nós temos que aprová-lo em 120 dias, e hoje o prazo médio é acima de nove meses. Então, como eu sempre digo, quando esse produto, a empresa... Em função hoje da modernização e do avanço tecnológico pelo que passamos, quando as empresas ingressam com esse pedido de colocar um novo produto no mercado, ele saindo, nove meses depois, Senador Izalci, esse produto está praticamente ultrapassado.

E aqui quero destacar também a parte de projetos agropecuários. Estivemos ontem, inclusive, reunidos com o prefeito de uma cidade próxima de Manaus, que é Rio Preto da Eva, em parceria com o Governo do Estado, porque nós queremos implementar efetivamente essa parte do nosso Distrito Industrial, haja vista que praticamente 60% daquele Município são áreas da Suframa.

Segundo aspecto: modernização e integração de todos os nossos sistemas, visando a dar à sociedade maior celeridade nos processos de transparência.

Diferentemente, estava vendo aqui o colega da Sudam, nós não temos ainda, infelizmente, os nossos processos informatizados. E quando esses processos não estão informatizados por completo, abre-se uma grande brecha para que os nossos recursos não sejam empregados da melhor maneira possível. E aí nós temos aqui esses sistemas.

Inclusive, tivemos agora várias orientações, no final do ano passado. Acórdão do TCU, Senador Izalci, focando justamente em cima desses processos por eles não estarem informatizados até a presente data. Isso realmente é uma brecha que nós temos. Estamos focando nisso, nessa direção, visando a atender a essas exigências do TCU para darmos maior transparência à sociedade, principalmente na parte de acompanhamento dos investimentos em P&D e indicadores industriais.

Terceiro aspecto, terceiro item relevante que eu coloco: diversificação da nossa matriz econômica.

Há dois anos atrás... Esse item é interessante porque nós tivemos agora na Câmara Federal, na sexta-feira passada, por iniciativa de um Deputado Federal do Estado do Amazonas, o Capitão Alberto Neto, um evento comemorativo aos 52 anos da Suframa. E estivemos presentes com praticamente toda a nossa bancada ali. E foi unânime, todos os Congressistas que usaram da palavra abordaram esse tema com relação à diversificação da nossa matriz econômica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois anos atrás, a sociedade organizada resolveu buscar, trabalhar em novas matrizes, não com o objetivo de substituir o nosso modelo, Senador Izalci, deixo isso muito claro, Senador Zequinha, mas sim, primeiramente, fortalecer o modelo que nós temos, essa é a realidade e, em cima desse modelo, trabalharmos agora com planejamento. A sociedade se organizou para isso, foi criado no Estado do Amazonas o Codese, que tem aí em várias capitais e Estados brasileiros. Eu, particularmente, fazia parte de uma das câmaras do Codese, da atração de investimentos para a nossa região, e como eu verifiquei que tinha... E nós poderíamos aproveitar e contribuir com essa câmara, com este conselho.

Alguns desses itens são relacionados basicamente à nossa região, como piscicultura, fruticultura, a nossa bioeconomia, que eu vi aqui o colega da Sudam abordar, recursos e o turismo, que é a vocação natural da nossa região. Então, estamos colaborando, cooperando com o Codese na busca da diversificação dessa matriz econômica para a nossa região.

Isso aqui é o ponto mais importante para mim, Senador Izalci, da minha gestão. É um desafio que nós temos. Conversamos com a nossa bancada, procuramos também estar com todas as federações que envolvem a nossa área, como a Fiam, a Ceam. Ontem mesmo tivemos uma reunião com a Ceam. Toda vez que acontece alguma coisa que busque trazer alguma insegurança para a nossa região com relação a isso, a gente procura atuar de uma maneira mais ofensiva.

Agora, esse é o nosso objetivo, como já tinha comentado anteriormente. Temos trabalhado diuturnamente em parceria com a Sepec e todos os nossos Congressistas estão sensibilizados com relação a isso. Tivemos uma reunião na bancada, na semana passada, e fizemos uma união de esforços, sob a liderança do Senador Omar Aziz. Buscamos... Fruto de uma reunião que nós tivemos na nossa bancada, tendo em vista a importância desse assunto para nós, que é o PPB, porque nós temos que destravar esse processo, porque hoje ele acaba sendo uma amarra para o desenvolvimento da nossa região.

Tem muitas coisas aí no meio desse PPB, desse processo, que impedem, na realidade, uma melhoria sensível da nossa atração de negócios e desenvolvimento de produtos para a nossa área. Tanto é que a consequência da reunião que nós tivemos com a nossa bancada... O Senador Omar solicitou uma visita ao Ministro da Economia, juntamente conosco, para abordar esse tema, porque ele é de extrema importância para nós, neste exato momento.

Com isso, conseguindo trazer o máximo do processo de decisão para onde tem que estar a decisão, nós vamos dar uma outra celeridade a esse processo; e, com certeza, iremos contribuir de maneira significativa para a atração de negócios para a nossa região.

Hoje, este item Revitalização do Polo Industrial de Manaus é extremamente importante. Tenho buscado chegar...Sou militar da reserva e acordo muito cedo. Às 6:30, chego na Suframa e, de 6:30 às 7:30, corro pela área do distrito. Realmente o nosso distrito hoje está muito deficiente com relação ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

asfaltamento. A apresentação individual do distrito não está boa. Nesse sentido, nisso incorrem custos que fazem com que os nossos produtos percam a sua competitividade, porque toda vez em que o produto está lá naquelas estradas, em ruas esburacadas, isso gera custos que vão entrar no custo final do produto.

Nós temos, há praticamente seis ou sete anos, Senador Izalci, um recurso, que é um recurso de bancada aqui dos nossos Congressistas, em torno de 150 milhões. E pasmem, senhores e senhoras, que, nesses últimos sete anos, vai para um lado, vai para o outro, se define uma ou outra instituição ou organização para realizar esse asfaltamento, e até o final do ano passado, graças a Deus, chegou-se a uma definição de que realmente quem tem que fazer é a Prefeitura de Manaus.

Esse processo, quando eu assumi, ele já estava praticamente concluído, depois de cinco ou sete anos. Se eu não me engano, essa verba é parlamentar, não é uma verba da Suframa, já estou concluindo, e nós sabemos o quanto isso é importante para nós.

Ontem, antes de vir para cá, Presidente, eu tive uma conversa com o nosso Prefeito para que ele pudesse ratificar, mais uma vez, o apoio dele à execução dessa obra tão importante para nós. Queremos colocar o Distrito Industrial de Manaus como um ponto turístico, para que as pessoas quando cheguem na nossa cidade, como visitam o Encontro das Águas e o teatro Amazonas, possam também visitar o Distrito Industrial de Manaus, e criar, claro, uma parte do turismo industrial. Queremos transformar esse distrito nesse cartão postal, como nós colocamos, e ontem tivemos mais uma vez esse apoio do nosso Prefeito e agora, Senador Izalci, nos dias 25, 26 e 27, esse processo licitatório será concluído, vamos colocar nesse sentido, são três lotes, 55 milhões, 45 milhões, 35 milhões e 42 milhões, e a gente espera que, em breve, nos próximos sessenta dias, essa obra tenha início e a gente consiga, ao longo deste ano, dar uma nova vida, porque hoje o investidor chega e vê a situação em que está o nosso distrito, principalmente nessa parte de infraestrutura – está muito precária –, isso prejudica também os servidores, os funcionários, os trabalhadores... Isso gera custos em todas as cadeias.

E aqui, por último, eu coloquei, porque é a conclusão que eu queria abordar, consolidar o papel da Suframa como indutora de desenvolvimento a partir de investimentos estratégicos, originários da nossa fonte, a TCIF e TS. Até, vamos colocar, em torno do ano de 2005, esses recursos que os senhores estão vendo na tela aí, hoje na faixa de 40 milhões, nós temos aí uma arrecadação anual prevista de 300 milhões; em tempos de outrora, já chegou próximo de 500 milhões e hoje nós estamos com 300 milhões, e é em cima desses recursos próprios que nós temos que nós chegamos a executar os nossos convênios com os Prefeitos, com os nossos Governadores, na infraestrutura, na melhoria, principalmente com base na interiorização da nossa economia, no caso o Estado do Amazonas e também naquelas regiões das nossas áreas de livre comércio; mas, infelizmente, a partir dos anos de 2005, 2007, esses recursos foram centralizados, vamos colocar dessa maneira, e a Suframa perdeu esse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

papel de ter a chancela desses recursos e contribuir, sob a chancela da Suframa na nossa área de responsabilidade.

Eu coloquei aí algumas obras, pelo menos uma em cada Estado...

(Soa a campanha.)

O SR. ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JUNIOR – ... pois isso era realizado até o ano de 2005. De lá para cá, isso cessou.

Eu coloquei – os senhores veem aí – 300 milhões. Desses 300 milhões, que é a nossa expectativa deste ano – eu estava vendo o da Sudam –, 90 milhões já ficam contingenciados. Então, esses recursos, na realidade, estão contingenciados desde o ano de 2005. Então, nós perdemos a nossa capacidade de participar ativamente, cancelar essas obras da Suframa, na nossa área de responsabilidade. E aí o nosso custo hoje Suframa é em torno de 170 milhões, e o que nos resta é essa despesa de 40 milhões.

Assim que tomei posse, na segunda quinzena de fevereiro, nós fizemos um ofício, tendo em vista a LOA e a Ploa do ano que vem, solicitando que esses recursos fiquem conosco. Estamos fazendo toda a ingerência possível, com apoio também da nossa bancada, para que uma parte desses recursos já seja descentralizada, tendo em vista os objetivos que o Estado brasileiro tem para este ano no Congresso Nacional, para que a gente possa voltar a realmente cumprir o nosso papel como indutor do desenvolvimento da nossa região.

Presidente, muito obrigado pela oportunidade que nos foi concedida. Sabemos que nada podemos fazer sem o apoio desta Casa. Temos trabalhado... Na semana passada, quando estive aqui em Brasília, foi uma semana que tirei, considerando a comemoração dos 52 anos da nossa autarquia aqui no Congresso Nacional, tomei a iniciativa de visitar praticamente todas as bancadas. Visitamos as Bancadas de Rondônia, do Estado do Amazonas, do Acre. Faltaram-nos Roraima e o Amapá, por questões de presença dos Parlamentares no Congresso, o que nós faremos em breve.

Então, sabemos da importância de trabalharmos unidos. E o nosso tema é justamente, sempre o uso essas palavras: esperança, confiança e união, porque sem essa união de esforços não iremos, com certeza, cumprir a nossa missão.

Muito obrigado pela oportunidade que V. Exa. nos dá de estarmos aqui neste dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Alfredo.

Passo imediatamente a palavra ao Francimar Rodrigues Maciel.

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – Muito bom dia a todos. Cumprimento o Presidente da Mesa, Senador Izalci; o Paulo, da Sudam; a Dona Keila; o Menezes, da Suframa; e o nosso Ilmo. Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zequinha Marinho, colega do Banco da Amazônia. É muita satisfação vê-lo aqui, empregado licenciado da casa e um conhecedor profundo dos problemas e do que precisa ser feito na nossa Amazônia.

Vou falar um pouquinho para vocês do nosso papel, do papel do Banco da Amazônia no desenvolvimento regional.

Esta é a nossa pauta: um pouco de informações institucionais, os números do FNO, dos últimos anos; o que nós planejamos, em termos de execução, junto com os Estados; o orçamento que a gente tem para 2019 – planejamento e gestão, e um programa que a gente lançou para 2019/2020 – FNO 30 Anos, e outras perspectivas em que estamos trabalhando para alavancar ainda mais a aplicação de recursos e o desenvolvimento da região.

A missão do Banco da Amazônia é desenvolver uma Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes.

Desculpem-me. Esqueci-me de cumprimentar o resto dos presentes, a imprensa. A todos os presentes, bom dia! Senador Eduardo Braga, bom dia!

A nossa visão é ser o principal banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e com resultados sólidos.

Aí estão os nossos valores. É em cima desses valores que toda a nossa equipe, todos os nossos colaboradores trabalham no seu dia a dia. É um banco estatal, um banco de 76 anos de experiência na Amazônia. É o principal agente de desenvolvimento regional na Amazônia, agente financeiro. Pertencem ao Governo brasileiro 96,5% do nosso capital. Temos um patrimônio de 1,9 milhões, ativos totais administrados de 47 milhões e uma participação no crédito de fomento da Amazônia de 63%, ou seja, a cada R\$1 mil de crédito de fomento na Amazônia, R\$630 são colocados pelo Banco da Amazônia.

Aí é a nossa distribuição em todos os Estados. Estamos com 120 agências e 9 superintendências e acabamos de implantar cinco centrais de crédito para dar uma dinâmica melhor na colocação e no apoio aos setores produtivos na Amazônia.

Os nossos números. Como se comportou a participação do banco nos últimos trimestres? A participação do banco vem crescendo no crédito de fomento na Amazônia. Nós estávamos, em início de 2018... Ela vem se mantendo, na verdade. A gente, então, participa com 63% desse crédito de fomento; os outros 37%, as demais instituições financeiras.

Como está se comportando a inadimplência? Comparado com o Sistema Financeiro Nacional e também com a Região Norte, o Banco da Amazônia hoje tem uma inadimplência (Inad 90), de acordo com o regramento do Banco Central, de 3,86%. O Sistema Financeiro Nacional trabalha com 2,87%. E a Região Norte tem uma inadimplência de 3,22%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso principal objetivo é contribuir com o desenvolvimento sustentável da Região Norte, financiando projetos de investimento, aumentando a capacidade produtiva dos empreendimentos, gerando novos postos de trabalho.

Aqui são as principais atividades, os principais empreendimentos que são apoiados pelo banco: agronegócio, indústria, turismo, infraestrutura, agricultura familiar, que é muito forte – a gente precisa ter um foco muito grande – pesca, aquicultura, biodiversidade, educação, saúde. Então, esses são os principais setores, mas o banco atua em todos os setores, em todas as atividades econômicas, sejam elas no campo, sejam elas na zona urbana.

O principal programa, o principal fundo que a gente opera para levar esse desenvolvimento à Amazônia é o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), e após todo o planejamento feito lá através do Condel, com a participação ativa da Sudam, os programas que a gente tem hoje operando: a agricultura familiar; o FNO - Amazônia Sustentável; o FNO - Energia Verde, que é uma linha nova e que tem um potencial muito grande; o FNO - ABC/Biodiversidade; o FNO - Micro e Pequena Empresa; o Fies, que também é um programa novo, que foi incluído aí no FNO no último plano; e o FNO MPO, de que ainda falta a regulamentação, mas que também é muito importante, porque vai permitir ao empreendedor informal ter acesso ao FNO.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – É Microcrédito Produtivo Orientado. Eu vou falar um pouquinho dele mais à frente.

Os números. Somente com o FNO, a gente fez 23,5 bilhões nos últimos seis anos. Em 2015 e 2016, em que vocês percebem uma queda na aplicação, segue muito como andou a economia, a recessão que a gente viveu nesses dois anos. Mas já, em 2018, somente de FNO, a gente aplicou quase que a totalidade do orçamento. Nós tínhamos um orçamento de 4,7 ou 4,8 bilhões e fizemos 4,6 bilhões em 2018, somente de FNO. Com outras fontes, a gente alcançou, de aplicação, 5,3 bilhões na Região Amazônica.

Como é que foi essa aplicação, nesses últimos seis anos, por Estado? O Estado do Pará, o Estado de Rondônia, Tocantins e Amazonas são os principais Estados na aplicação de recursos.

Há uma aplicação muito forte no agronegócio e na agricultura familiar. E assim está distribuído.

De todo o crédito de fomento que foi feito, por exemplo, em 2018, 57% de toda essa aplicação foi feita com o mini e pequeno produtor rural ou com micro e pequena empresa. Os demais, em médias e grandes empresas e médios e grandes produtores, agricultores.

Aqui um pouco como está a aplicação de recursos no setor de turismo. A gente investiu em torno de R\$1 bilhão no setor de turismo, de toda essa aplicação. E aqui mais embaixo, os números dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos, distribuídos também por Estado. No turismo hoje, eu diria a vocês, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Belém, eu diria que lá com o programa ProCopa, nós financiamos muitos empreendimentos hoteleiros. Hoje, vendo os números de lotação dos hotéis, eu diria que esse investimento que foi feito já atende muito bem a demanda. A demanda que há hoje para hotelaria está muito bem atendida. Muitos empreendimentos se instalaram também com recursos próprios, recursos dos próprios empreendedores, e alguns entraram em dificuldade por falta de demanda, mas isso tende a se equilibrar, até porque a gente acredita que a nossa Região Amazônica tem um potencial turístico muito grande, tanto de turismo voltado à questão das belezas naturais que a gente tem na Amazônia, mas também de turismo de negócio.

Financiamento hoteleiro, um pouco mais detalhado aqui à frente.

E aqui, com aquela aplicação de R\$23 bilhões em seis anos, esses são os números que a gente, através de uma metodologia, projeta que contribuiu com a economia da região – R\$25,1 bilhões do PIB, R\$7,1 bilhões de tributos, R\$5 bilhões de salários e 737 mil empregos.

Aqui é um pouco do cenário PIB-média nacional e como se comportou o PIB na nossa Região Amazônica em cada período. Então, de 1986 a 1995, o PIB nacional foi de 2,5%; o PIB na Amazônia, de 5,5%. E aí há o de todos esses períodos. Em 2017-2018, o PIB nacional, 1,1%; PIB na Amazônia, 2,3%. Então, isso mostra claramente – é um estudo feito pela empresa de consultoria Tendências – que há, sim, o impacto do FNO, o impacto de todas as ações que são feitas lá por Suframa, Sudam, Banco da Amazônia na diferenciação e no crescimento do PIB nessa região.

A média da renda familiar, também aí comparada com a média nacional em termo de crescimento, também mostra uma diferença para a Região Norte, Região Amazônica.

Temos aí a medição de todos os projetos que nós financiamos: 97,8% foram implantados, devidamente implantados, com seu certificado de conclusão da implantação do empreendimento, o que significa que o recurso, que é público – é um recurso do FNO, que vem lá do IPI e do Imposto de Renda –, foi destinado a esses projetos e foi devidamente implantado, não houve desvio, nesse percentual. Somente 2,2% de projetos não implantados. E os projetos não implantados são encaminhados aí ao Ministério Público para que seja feita a apuração devida.

Uma pesquisa feita pela Universidade Federal de Viçosa sobre os empreendimentos que foram apoiados com o FNO fez a seguinte pergunta a eles: se seria possível alavancar ou alcançar os objetivos que eles projetaram sem o apoio do FNO. Então, 65% responderam que não; 21% acreditam que com suas próprias pernas, com seus próprios recursos também teriam conseguido fazer o que fizeram em termos de crescimento da empresa, em termos de geração de postos de trabalho; e 13%, em parte. Então, a grande maioria vê no FNO, no financiamento que foi feito ao seu empreendimento, seja para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

giro, seja para investimento... Vê que não teria conseguido chegar onde está se não tivesse tido apoio do fundo constitucional.

Os resultados planejados. Outra pergunta feita foi se os resultados planejados foram alcançados com o projeto que ele financiou; 89% responderam que sim, somente 11% não conseguiram alcançar o que se projetou ao acessar o financiamento do FNO.

Falamos um pouco do que nós fizemos nos últimos seis anos, do que isso gerou de resultado para a Região Amazônica. E aqui está o nosso orçamento de aplicação de recursos e de fomento para 2019.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – FNO e também as demais linhas. Mas esse é só FNO. Os demais estão apartados.

Então, nós temos aí 9,3 bilhões. E eu quero colocar aqui um dado importante. Nós temos 30 anos de FNO. No orçamento de 2018, 3,5 bilhões já foram de retorno dos projetos financiados, pagamento pelos empreendedores rurais e não rurais. Então, financiou um projeto, teve o apoio, cresceu, gerou emprego, gerou renda, gerou tributos e conseguiu devolver o recurso ao fundo. Então, 3,5 bilhões dos recursos que foram aplicados em 2018 já foram de retorno dos projetos financiados. Somente um pouco mais de 2 bilhões foram de repasses novos do Tesouro.

Aqui para esses 9,3 bilhões, nós estamos projetando um retorno dos projetos já financiados em torno de 4 bilhões a 5 bilhões de retorno para compor esse orçamento de 9,3 bilhões. E assim está dividido nos Estados. Alguns Estados demandam um pouco mais de recurso. A gente tem um planejamento para 2019 e 2020 para conseguir chegar aos Municípios que têm mais dificuldade de acessar esse recurso. Vou explicar, um pouco mais à frente, esse planejamento.

É como se dá o planejamento anual em relação à aplicação desses recursos. Observam-se os marcos regulatórios. Através de debates com os governos, o marco regulatório... Coloca-se o plano de aplicação, que é aprovado anualmente pelo Condell, com a participação da Sudam. Mais à frente, a gente faz os debates com todos os setores produtivos em cada Estado. Vai com cada Governador, com as secretarias de agricultura, com a indústria, com o turismo e se faz um planejamento de como vai ser a aplicação de recursos naquele Estado, quais são as cadeias produtivas, quais são os APLs que serão priorizados na verdade, com uma participação ativa dos órgãos de desenvolvimento nos Estados. Ao final, assina-se um protocolo de intenções com cada Governador num evento. Até para dar uma divulgação mais ampla, isso é veiculado em todas as mídias em cada Estado.

A gente tem lá, junto com a Sudam, um GT-Desenvolve Amazônia, que, durante o ano, vai avaliando todas as possíveis melhorias que serão propostas para o próximo plano – avaliam-se os gargalos, as dificuldades, as oportunidades, e esse GT propõe alterações no plano –; os encontros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais; o plano de aplicação, que, após aprovado, é publicado lá no *site* do banco; e os acordos de cooperação com cada Governador, com cada Estado.

E a gente tem essa parceria com a Sudam e o Ministério de Desenvolvimento, que é o FNO Itinerante. Você escolhe algumas regiões menos atendidas e faz ações específicas, vai às estruturas do Banco da Amazônia, Sudam e faz um dia, dois dias de ação naquele Município, traz todos os atores municipais e ali você faz uma ação de uma indução de acesso a um crédito barato, que é o FNO.

E agora, para 2019-2020, a gente vai lançar a ação FNO 30 anos. FNO 30 anos. Eu sou o Banco da Amazônia. Como é que vai ser essa ação? Vai ser uma ação em parceria com a Sudam. Nós vamos realizar. Mapeamos 92 Municípios da Amazônia que têm muita dificuldade de ter acesso. Nós atendemos, em 2018, 100% dos Municípios, mas 92 Municípios com um volume de recursos muito pequeno. Então, nós vamos fazer nesses Municípios, vamos tirar uma equipe da matriz do banco treinada. Eles vão lá para aquele Município mobilizar Prefeitura, Secretaria de Agricultura, todos os sindicatos, associações e fazer uma ação de levar a oportunidade do crédito, orientação daquela população menos atendida. Isso tudo baseado na PNDR. Então, nós vamos começar essas ações em março de 2019. Já começamos, o grupo já está formado. E vai até dezembro de 2020. E aí vamos em cima exatamente dos Municípios de baixa renda, pela PNDR, que têm maior dificuldade de desenvolvimento e de acesso a esse recurso.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – As nossas perspectivas. A gente fala Banco da Amazônia, uma empresa estatal, a gente às vezes associa muito à questão de morosidade. E o banco hoje... Nos últimos dois anos, nós fizemos um trabalho muito forte de automatização dos processos. Criamos as nossas cinco centrais de crédito com padronização de processo, que dão vazão a toda essa demanda de recurso dos empreendedores. Hoje a gente tem... Se você abrir no seu celular, seja na Apple, seja nas outras, você vai ter lá um aplicativo chamado simulador do FNO em que você baixa no seu celular e simula, se você quer comprar uma máquina, uma empresa está precisando de uma máquina, você simula a sua operação, quanto que vai te custar de juros, como que é o prazo, como que funciona e você, ao final dessa simulação, se interessar, você tem a opção de mandar uma proposta eletrônica para o banco e, ao final desse processo, você recebe uma visita do gerente, uma ligação do gerente, explicando melhor como que funciona.

Nós vamos partir agora... Já fizemos alguma coisa em 2018 e em 2019 e estamos caminhando muito forte para nós termos uma parte do FNO digital. E aí acabaríamos um pouco com essa dependência de o empreendedor ter que ir a uma agência bancária, ter que ter um relacionamento direto com uma agência bancária. Você teria a opção principalmente para essa geração mais nova, que é uma geração que não gosta de ir a banco, de possibilitar a ele fazer uma proposta de financiamento para seu empreendimento de forma digital. O banco preparando uma plataforma para analisar essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta também de forma automática, para que haja agilidade e uma resposta para o demandante também por meio digital. Nós já temos no Brasil vários exemplos de crédito digital, mas nenhum voltado a fomento. É muito complexo lidar com fomento com crédito especializado. É diferente de você fazer uma operação de consignado, é diferente de você fazer uma operação de empréstimo pessoal, por exemplo.

Em segundo, por a gente estar na Amazônia, a nossa responsabilidade socioambiental é muito maior do que a de uma outra instituição, de uma outra empresa que esteja atuando fora da Amazônia. A nossa atuação é somente na Amazônia, daí a nossa responsabilidade ser ainda maior.

Nós tínhamos uma análise socioambiental, então um produtor rural que quisesse, lá, custear sua lavoura de soja, por exemplo, havia todo um processo: uma parte da análise que era feita dele era a análise socioambiental daquele empreendimento – se ele atendia às questões ambientais, de regulamentação; se ele atendia às questões sociais em relação ao trato com os seus empregados e tudo o mais, as questões com relação à não sobreposição com reservas indígenas, com Unidades de Conservação –, e essa análise nós conseguimos automatizá-la toda. Era uma análise feita manualmente; através da parceria com uma *startup* de Belém, da própria Amazônia, nós conseguimos fechar um ciclo de análise socioambiental totalmente automatizado e feito por imagens de satélite. É um *case* de sucesso, foi apresentado inclusive no exterior, e apresentamos no Banco Central, nos órgãos de controle (CGU), e é uma ferramenta que eu acho que traz uma transparência maior para esse recurso público que está aplicado onde não se tem embargo, onde não se tem trabalho escravo, onde não se há esses conflitos.

Sobre o MPO Digital e o Agro Digital eu vou falar um pouquinho mais à frente.

Aqui é o aplicativo da análise socioambiental automatizada: é uma coisa muito complexa que, ao se automatizar, torna-se simples, porque um algoritmo é que faz a análise dos dados que são capturados por imagem de satélite e chega a várias conclusões, se atende ou não atende a política socioambiental do banco.

O nosso planejamento prevê o MPO Digital, que é o Microcrédito Produtivo Orientado. O Microcrédito Produtivo Orientado é a forma de o empreendedor informal, que é a costureira, o cara do carrinho de lanche, todo esse público, ter acesso a crédito de forma orientada; porque esse público, se você não orientar, não acompanhar, acaba que o valor que você faz de financiamento e de empréstimo não se reflete na melhoria do empreendimento dele, no crescimento do empreendimento.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – Nós queremos fazer esse MPO de forma digital, sem ele ter que ir ao banco – "bancarizar" esse público – e, ao fazer digital, eu posso aí crescer e fazer um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

volume muito maior do que eu consigo fazer hoje, com um custo menor, e propiciar a vários outros empreendedores informais o acesso ao recurso do FNO.

O FNO Digital, a gente está preparando uma plataforma em parceria também com *startups*, que vai possibilitar ao agricultor que quer custear sua safra, quer adquirir uma máquina, poder então fazer esse financiamento, fazendo uma proposta por via digital. Ele teria que ir à agência somente para formalizar o seu financiamento, para assinar a cédula de crédito e levar a registro em cartório; o resto do processo seria de forma...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – ... automatizada e digital.

Muito obrigado, esse é o papel do Banco da Amazônia. Ao longo desses 70 anos de existência do Banco da Amazônia, ao longo dos 30 anos do Fundo Constitucional, são os números que nós conseguimos para propiciar um desenvolvimento melhor da nossa Amazônia.

Já que estamos aqui com os Senadores, a gente sabe que desenvolvimento não é só crédito – ele é só um pedacinho dessa equação. Então, nós precisamos muito – e são conhecedores os nossos Senadores –, lá na Amazônia, de regularização fundiária, de infraestrutura logística, para que o que é produzido lá dentro da fazenda tenha um escoamento adequado e não se transforme em mais custo para aquela produção e se perca a competitividade, e, como o nosso amigo Menezes aqui, da Suframa, falou, por exemplo, lá no Amazonas, um grande desafio...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – ... é você levar esse desenvolvimento também para o setor agropecuário, para a piscicultura, para a fruticultura, e não se faz isso com o pequeno produtor sem uma assistência técnica efetiva. Não é aquela assistência técnica que vem somente no momento de captar o recurso; não, é a assistência técnica, uma extensão rural que seja um apoio para o pequeno produtor. O grande contrato da sua assistência técnica, o agronegócio, vai muito bem; mas o pequeno, sem assistência técnica, não consegue: ele pega o crédito e não consegue transformar aquilo em melhoria de qualidade de seu empreendimento, em melhoria de qualidade para a sua família.

É isso o que a gente tinha sobre o Banco da Amazônia.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Francimar, e passo imediatamente aos nossos Senadores. O primeiro Senador inscrito é o Senador Eduardo Braga. Fiquei sabendo agora que V. Exa. é do Pará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, eu nasci no Pará, mas sou amazonense de coração.

Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar S. Exa., Senador Izalci, porque creio que esta questão do desenvolvimento regional, essa questão das desigualdades regionais e as desigualdades econômicas, precisa novamente voltar para a prioridade da agenda nacional. E nós estamos ouvindo neste momento discursos muito preocupantes.

Ainda ontem na CAE, participei de um debate sobre a reforma da previdência, e um consultor da Fipe, que hoje é acionista de uma empresa muito bem-sucedida no mercado de capital, no meio do debate, ao responder aos Senadores, estabeleceu que a avaliação do custo-benefício dos incentivos fiscais precisa ser feita com prioridade zero. E aí, na sua colocação, colocou, talvez de forma desinformada, talvez por interesses outros não revelados, a questão da renúncia fiscal recentemente praticada pelo Governo brasileiro, que elevou de 2% do PIB para 4% do PIB a renúncia fiscal brasileira, no mesmo patamar de incentivos fiscais que são constitucionais, que são do modelo do desenvolvimento regional do pacto federativo brasileiro, na mesma condição – são duas coisas completamente distintas.

Mas são muitas as atividades dos Senadores, e eu cheguei aqui e assisti do meio para o fim à sua apresentação. E eu queria até fazer uma sugestão ao Presidente Izalci, porque, se nós formos depender de imprimir as apresentações nos nossos gabinetes, nós só vamos conseguir para a próxima reunião; então, se a secretaria da Comissão pudesse, quando solicitado, apresentar a cópia das apresentações para que a gente possa ter uma dinâmica aqui, escrevendo, rabiscando, etc., eu acho que isso poderia ajudar.

Mas por que é que eu estou tocando nesse assunto, Senador, e nosso colega Zequinha, do Estado do Pará? Porque, se nós não tomarmos muito cuidado em sabermos nos colocar e mostrar o que efetivamente representa a importância da Sudam, da Suframa e do Basa, nós estaremos diante da seguinte situação: extinção do Basa, extinção da Zona Franca e extinção da Sudam. Simples assim. Por quê? Porque 48% dos benefícios e renúncias fiscais brasileiras estão no Sudeste, mas o Sul só aponta para o Norte e Nordeste, para nos apontar como responsáveis pela renúncia fiscal. Não! A renúncia fiscal que saiu de 2% para 4% foi o que foi aprovado nos últimos quatro anos de renúncia fiscal na folha de pagamento; de renúncia fiscal na cobrança de Imposto de Renda de determinadas empresas; na renúncia fiscal para a indústria de óleo e gás; na renúncia fiscal para a indústria automobilística, e nunca por causa da situação do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiros.

E nós precisamos falar da relação custo-benefício dos incentivos fiscais da nossa Região, sob pena de nós voltarmos ao que fomos lá atrás, ainda no regime militar – e está na moda falar agora em regime militar, não é, Coronel? –, em que, se não fosse o estado de espírito e o espírito de brasilidade dos militares, e de alguns militares, que viam que a Região Norte, a Região Nordeste e a Região Centro-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oeste precisavam ser integradas para terem um desenvolvimento regional que pudesse diminuir as desigualdades e a migração que existia dessas Regiões para Regiões mais ricas, o Brasil talvez não tivesse a Zona Franca de Manaus, talvez não tivesse a Sudam, talvez não tivesse a Sudene; nós, talvez, não tivéssemos as estradas asfaltadas que o Estado do Pará tem hoje – nós amazonenses ainda estamos remando para conseguir ultrapassar o desafio da BR-319, que não nos deixam asfaltar, uma estrada que já foi asfaltada.

Pois bem, eu estou fazendo esse preâmbulo, Presidente, para dizer o seguinte: esta Comissão, e eu vim correndo para essa Comissão e pensei que iam estar aqui os Senadores do Amazonas, os Senadores do Acre, os Senadores de Roraima, os Senadores de Rondônia, os Senadores do Amapá, os Senadores do Pará, e quando eu vi apenas o Senador Zequinha aqui e V. Exa., eu disse: esse é o tamanho do nosso desafio. Porque a ausência dos Parlamentares aqui, de certa forma, mostra como nós não estamos atentos a esse debate que está acontecendo, sim, no Congresso Nacional; sim, no Sudeste brasileiro; sim, na grande mídia nacional; e que não mostram os aspectos positivos e as necessidades de nós avançarmos.

O Banco do Nordeste – e aí vai uma crítica ao Basa – se sustenta principalmente por causa da sua importância no microcrédito. E, quanto ao microcrédito, hoje, o pouco faz muito. Tanto é que ontem este Senado da República aprovou em Plenário as Empresas Simples de Crédito, que vão trabalhar com recurso próprio, sem captação, e emprestar para micro e pequenas empresas.

Ora, o Basa, que pode captar recurso, que pode ir atrás de recursos subsidiados, que pode ir atrás de incentivos da Sudam, que pode ir atrás de parcerias com a Suframa, etc., tem que ter, como seu principal viés, a questão do microcrédito. Sabe por quê? Porque senão nós corremos o risco de ter o Basa incorporado pelo BNDES e nós seremos extintos ou incorporados pelo Banco do Brasil, e nós teremos o Basa extinto.

O Basa é um banco muito pequeno comparado com o Banco do Brasil, comparado com a Caixa Econômica, comparado com o BNDES, comparado com a grande estrutura de crédito brasileiro, mas o Basa tem uma importância muito grande na Amazônia, principalmente nos Estados do Pará, nos Estados de Rondônia e no nosso humilde Amazonas, que ainda não consegue estar em igualdade com o Estado do Pará e com o Estado de Rondônia no acesso ao crédito dentro do Basa. Isso é competência dos paraenses em saber trabalhar o Basa, mas para defenderem o Basa nós vamos precisar da Amazônia toda.

Portanto, eu queria aqui dizer o seguinte. O Basa precisa ter esses aspectos de microcrédito. Acho que o Francimar poderia nos dar um panorama sobre a quantas anda o contingenciamento dos recursos do Basa no que diz respeito aos fundos, como é que está esse contingenciamento? E quais são as perspectivas do Basa diante desse novo desafio com o novo Governo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas seriam as perguntas para o Basa.

Com relação à Suframa, eu olhei a sua apresentação aqui muito rapidamente e gostaria de voltar a dizer aqui alguns temas que eu acho que são importantes. Se a Suframa não começar a colocar em todas as suas apresentações o quanto o PPB centralizado em Brasília está travando, atrapalhando e impedindo a aprovação de novos projetos, a captação de novos investimentos e a modernização e ampliação de linhas de produção na Zona Franca de Manaus, nós não vamos colocar essa discussão na agenda. Se nós fizermos de conta que esse problema não existe, nós não colocaremos esse problema na agenda.

Então eu quero ouvir do Cel. Menezes qual é a ideia com relação à questão do PPB e quais são os produtos estratégicos que a Zona Franca quer trazer para aumentar a geração de emprego e a integralização de capitais na Zona Franca de Manaus.

Segunda questão. A Suframa, como agência de desenvolvimento, está paralisada há algum tempo, e na apresentação do Cel. Menezes, mais uma vez, os recursos da Suframa estão sendo basicamente vinculados às Desvinculações das Receitas da União na ordem de R\$90 milhões, e o que sobra, tirando custeio, é algo como R\$30 milhões para atender todas as municipalidades e todas as unidades federadas da Amazônia ocidental. Isso é igual a zero.

Há muitos anos a Suframa, que tem hoje mais de R\$8 bilhões contingenciados, de recursos gerados dentro da própria Zona Franca de Manaus... Não são fonte Tesouro, não são fonte 100, nem 160, não, são receitas de contribuição que durante anos as empresas do polo industrial recolheram para a Suframa como taxa de administração e isso virou superávit primário, sangrando a economia de um Estado pobre como o Estado do Amazonas e uma região pobre como a Amazônia ocidental.

Isso não pode ficar fora das suas apresentações.

Terceira questão extremamente importante é a questão das vantagens comparativas dos modelos e dos produtos produzidos na Zona Franca. Sem essas vantagens, a Zona Franca vai acabar. Não adianta ter o Direito Constitucional até 2073 se nós não tivermos vantagens comparativas asseguradas, a reforma tributária, que se está discutindo já como pano de fundo da reforma da previdência, e nós precisamos estar engajados e agregados nisso. E tanto a Sudam, quanto a Suframa precisam colocar a BR-319 como eixo de desenvolvimento estruturado na Amazônia.

Esta é uma obra de integração da Amazônia, não só com o Brasil, mas com os próprios Estados da Amazônia, é uma obra que integrará Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima no mesmo eixo e com atividades conexas do ponto de vista econômico, porque Manaus é o maior centro consumidor de todos os produtos primários que esses outros Estados podem produzir e nós seremos um *hub* de produtos semielaborados e de produtos industrializados para atender esses Estados e outras regiões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim – portanto essas são as perguntas para a Suframa, além da questão da BR-319, que permeia Sudam e Suframa –, dizer o seguinte: a Sudam tem um papel muito importante porque sem os incentivos da Sudam não seria possível atrair os investimentos que o Basa acaba de apresentar num estudo bem interessante que precisaria estar subdividido em unidades da Federação para comparar como é que foi a distribuição *interna corporis* na Amazônia do PIB brasileiro e do Centro Oeste. Porque acho que nós estamos falando aqui o seguinte, Izalci, enquanto o Brasil cresceu 2,5%, entre 1986 e 1995, a Amazônia cresceu 5,5% e o Centro-Oeste 4%. E dando um salto agora para o ano de 2019, o Brasil crescerá algo como 2%, a Amazônia 3,5% e o agronegócio aqui no Centro Oeste e o PIB do Centro Oeste algo como 2,3%. Isso precisaria estar dividido entre as unidades, mas mostra claramente que, seja pela participação no PIB, seja pela participação na renda familiar, o Brasil não pode prescindir de instrumentos como Sudam, como Basa e como Suframa para que nós possamos encurtar as desigualdades regionais e as desigualdades econômicas no Brasil.

Portanto era importante ouvir, porque eu fiquei olhando ainda há pouco na apresentação da Sudam e eu vi que os crescimentos na área de convênios são basicamente em cima de emendas que aconteceram na Sudam, mas a Sudam também tem recursos de externalidade dentro dos seus Fundos e eu não consegui encontrar aqui na apresentação como isso se desenvolveu a partir da mudança do modelo da Sudam, que sofreu uma alteração ainda no Governo Lula, e o que que nós estamos conseguindo aplicar e o que que nós não estamos conseguindo aplicar.

Acho que há um contingenciamento muito grande dos recursos da Sudam e eu vi muito *en passant* na apresentação. Há ali uma frasezinha que vocês colocaram, com um volume de recursos muito *en passant*, sobre a questão do contingenciamento. Eu queria muito poder entender. Há uma evolução muito grande aqui: em 2015, 23 milhões em convênios; em 2016, R\$101 milhões em convênios; em 2017, 213; e, em 2018, 231.

E, aí, quando eu fui atrás para ver qual era fonte desses recursos, esses recursos são: orçamento de emendas de Bancadas e orçamento de emendas individuais. Ou seja, a desconcentração de recurso está se dando pelas emendas, e não pelos fundos constitucionais. E isso é grave.

E eu preciso ouvir alguma coisa da Sudam nesse sentido.

No mais, quero cumprimentar V. Exa., porque creio que essa questão do desenvolvimento regional e do desenvolvimento econômico e das diminuições das desigualdades é fundamental.

E, oxalá, nós consigamos, agora, unir as Bancadas do Norte e do Centro-Oeste, como os nordestinos fazem com muita competência. Por isso eles conseguem, de forma muito coesa, levar sempre o Nordeste a uma situação de topo da agenda de prioridade no País.

Muito obrigado, cumprimentando o meu companheiro aqui, o Zequinha, e a todos os que compareceram a esta reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, antes de passar para o nosso querido Senador Zequinha, eu quero, primeiro, parabenizar V. Exa. pelas colocações. O objetivo nosso, aqui, de convidar todas as instituições... Recebemos aqui o Ministro do Desenvolvimento Regional; recebemos, semana passada, o FCO, o Sudeco, o Superintendente do Centro-Oeste também, o Banco do Brasil... Aqui o Centro-Oeste é operado pelo Banco do Brasil. Nós não temos Banco de Desenvolvimento, apesar de existir o BRB em Brasília, que, quem sabe, um dia pode virar o banco do Centro-Oeste. E hoje estão a Sudam, Suframa e o Basa; e a semana que vem a Sudeco, a Sudene, o Banco do Nordeste e a Codevasf.

Exatamente isso. A gente está percebendo, inclusive o próprio Sudeco está vivendo disso: orçamento é basicamente só emenda individual. Então, V. Exa. disse muito bem: daqui a pouco vão fechar os bancos.

Eu ouvi na última reunião, inclusive, que o sonho da Região da Amazônia era operar com o Banco do Brasil, e não com a Sudam. E a gente percebeu aqui, no Centro-Oeste, que o Banco do Brasil age como um agente financeiro; não é um banco de fomento. Como risco é do banco, não há nenhuma atenção para o objetivo principal, que é o desenvolvimento regional, e não apenas a especulação financeira.

Por isso essas audiências, tenho certeza, nos trarão muitos subsídios para propor novas mudanças. E evidente que a principal de todas é ter um plano de desenvolvimento nacional e, evidentemente, o regional.

Aproveito, rapidamente, com a permissão do meu querido Zequinha, para fazer as minhas indagações.

Nós estamos, desde dois anos atrás, trabalhando com o Centro de Desenvolvimento Regional. É um projeto oriundo do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, com a participação de todas as entidades de pesquisa, em que implementamos quatro projetos pilotos – Caxias, Itapeva, Brasília e Campina Grande –, no sentido de aproveitar todo o conhecimento científico das universidades, institutos de pesquisa, e, com isso, transformar essa pesquisa em pesquisa aplicada. O Brasil é o 13º país em artigos científicos e um dos últimos em transformação disso em geração de emprego e patentes.

Então, eu gostaria de perguntar à Mesa se realmente, nessa questão do desenvolvimento regional, vocês estão levando em consideração – e eu percebi que aqui, na Amazônia, parece que sim –, integrando conhecimento científico das universidades, se existe essa participação, esse trabalho...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em algumas regiões, nós estamos colhendo inclusive os resultados desses trabalhos. Aqui em Brasília nós selecionamos 37 projetos, que são exatamente a vocação de cada Município para fazer realmente esse projeto de desenvolvimento.

Eu não tenho nenhuma dúvida – e o Senador Eduardo Braga disse muito bem – da importância desta Comissão, porque o grande desafio do Brasil realmente é a geração de emprego, renda, principalmente possibilitando aos nossos jovens oportunidades a startups, empreendedorismo. E a gente tem esse desafio.

Portanto, esse é o objetivo nosso, da reunião aqui da nossa Comissão. E queremos inclusive instituir, como projeto estruturante da Comissão, o projeto de desenvolvimento regional.

Então, eu perguntaria, quanto a essas áreas de atuação, se a Sudam, o Basa – como agente financeiro do Norte –, têm desenvolvido estudos relacionados a arranjos produtivos existentes com potenciais nas sub-regiões do Norte. Entre esses arranjos produtivos, foram identificados os que demandam mais assistência tecnológica? Eu acho que o CBA também trabalha nessa linha, não é? E se existem iniciativas do Fundo do Norte, no sentido de diversificação econômica, em função da inserção da ciência, tecnologia e inovação na economia.

E, com relação à implementação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que utiliza como critério enquadramento dos projetos através da transferência voluntária, conforme estabelece a LDO 2.108, art. 74, eu gostaria de saber qual o percentual financeiro da contrapartida normalmente utilizada pelos Municípios contemplados – se existe essa contrapartida, qual o percentual – e qual o número de Municípios que consegue fornecer a referida contrapartida.

E o Fundo do Norte é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para crédito e fomento, dirigido para atender às atividades produtivas de baixo impacto ambiental. Observe-se que, no Orçamento de 2018, foi priorizado investimento nos Municípios com IDH baixo e IDH muito baixo. Pergunto se existe mecanismo de avaliação dos investimentos feitos pela Sudam com os recursos do Fundo do Norte – os resultados disso, as avaliações.

Eu vi aqui, na apresentação, que existe realmente o resultado da aplicação – 90%, oitenta e nove e tal –, mas quero saber se há a avaliação do resultado desses investimentos.

E passo, então, ao nosso colega, Senador Zequinha Marinho, para suas observações e indagações.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Izalci, Presidente da Comissão, e já dizer da alegria de poder ver uma primeira audiência pública assim, bem focada, no objetivo da existência da Comissão. Isso é muito bom.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Dra. Keila; cumprimentar o Paulo Roberto, Superintendente da Sudam; o Coronel Meneses, da Suframa; e o meu colega de Banco, Dr. Francimar.

Antigamente, os diretores, meu Senador, a quem cumprimento também, Senador Eduardo Braga, eram todos velhões, aqueles homens já bem maduros; hoje é uma garotada que está subindo. E não é de hoje que o Francimar está lá. Parabéns pelo trabalho, pela luta...

O Governo Federal... (*Fora do microfone.*)

... a questão do combate à desigualdade regional, porque no Brasil, da dimensão que é, uma Região avança, outra não avança, e fica um problema sério.

O antigo Ministério do Interior, hoje Ministério da Integração, que agora virou Cidade, Integração, Desenvolvimento Regional, é uma ferramenta importante. Dentro dele, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que deveria estar aqui, mas ela vai chegar, se Deus quiser.

Depois o Banco da Amazônia, a ferramenta Banco do Nordeste, focado no desenvolvimento regional.

E, por último, destacando de uma maneira bem visível, os fundos constitucionais. No nosso caso do Norte, a Amazônia, o FNO, FCO para o Centro-Oeste, FNE para o Nordeste, e assim sucessivamente.

Na minha concepção, de repente, nós usamos pouco ainda as ferramentas e os instrumentos que temos. Eu entrei com requerimento – semana passada, possivelmente –, solicitando algo parecido, mas, aí, nós vamos ter que dar uma conversada com o nosso Presidente, para ver se trazemos o Ministro com o Secretário de Desenvolvimento Regional, porque vamos ouvindo todo mundo – porque senão fica muito extensa a reunião –, ouvindo por parte: hoje, Suframa, Sudam, Banco da Amazônia; depois a gente vai concluindo com as outras instituições. E, por último, certamente trazendo aqui o Ministro e o Secretário, que é para dar um panorama do Brasil. Claro que nós vamos "puxar brasa" lá para a Amazônia e o Pará, mas não há como estar aqui e não se preocupar com o País como um todo, porque nós pensamos que, de repente, o outro ali está muito bem, e você tem Minas Gerais, uma região pobre, seca, com dificuldades tanto quanto o Nordeste, porque ela é uma extensão da região nordestina.

Então, nós vamos consertar um pouco a redação do nosso requerimento, para conversamos com o Ministro.

O que me preocupa neste momento... O Ministério da Economia está com a foice amolada, Senador Eduardo: corta para um lado, para outro, e não é bem assim o negócio. Acho que a gente tem que melhorar é a qualidade do investimento ou do gasto público, para fazer as coisas acontecerem.

Então, este ano promete. A Comissão começa muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria não muito fazer questionamento, mas algumas considerações.

Com relação ao Estado do Pará, ouvi a Dra. Keila fazendo os seus comentários em cima das rotas, e é muito importante isso. Rota do açaí, rota do cacau, da biodiversidade... Eu queria sugerir que a gente já mapeasse o Pará como um todo nessas rotas.

Rota da carne, não é?

Nós temos uma boa produção, abatemos por dia mais de 12 mil cabeças, talvez 13 mil cabeças, treze mil e poucas cabeças... E, quando você abate o gado, não há só carne; há também couro, que é um produto da mais alta qualidade. E o Pará até hoje não achou o que fazer ou como fazer com a sua pele bovina.

Poderíamos ter um foco de economia significativa em cima disso, mas a China atrapalha muito, com os produtos dela lá, porque fabrica um couro parecido com o couro de gado e, aí, vende no mercado, por um preço mais barato, a bolsa, a carteira, o cinto e tantas outras coisas. Então, atrapalha, mas é importante que nós construamos essa política voltada para a nossa pele bovina, porque é de primeiríssima qualidade. Nosso boi não tem bernes, é um boi da pele limpa... Implementando um programa, o Sebrae tem isso pronto sobre a qualidade do couro. Com certeza, vamos ter muita coisa interessante.

Bom, além da carne e do couro, há grãos. Nós temos hoje, no Pará, meia dúzia de regiões produzindo grãos, já numa certa quantidade. Ontem me surpreendi com o pessoal de Santa Maria das Barreiras, que nos visitou. Onde pensávamos haver 20 mil hectares, em média, produzindo grãos, temos mais de 40 mil hectares. Então, está crescendo muito rapidamente. É uma região de campo, o que no Pará não é muito comum. Mas aquilo que era literalmente abandonado, improdutivo, não valia nada, hoje não dá para você entender o que aconteceu, porque virou tudo verde. Está tudo muito lindo, tudo muito bonito. Como a agricultura transforma! Então, a rota do grão é muito importante ser pensada também, para que a Sudam conheça exatamente todas as regiões, não só do Pará, mas dos outros Estados que produzem também.

Anotei mais alguma coisa aqui, com relação à fruticultura. Nós temos uma certa quantidade... Por exemplo, Floresta do Araguaia, no sul do Pará, é o Município, no mundo, maior produtor de abacaxi, para você ter uma noção. Em minério nem se fala. Nós temos uma província mineral no Estado muito grande.

E aí, meu Presidente, me preocupa que, com tanta riqueza, com tanto potencial, nosso IDH seja muito baixo, seja muito ruim ainda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu volto para a Sudam e para o Banco da Amazônia, neste momento, com relação a um caso antigo que nós temos lá e que só se comenta quando o Governo publica uns índices, que é o da região do Marajó.

O Marajó concentra os piores índices de desenvolvimento humano do País, e a gente precisa focar, e eu quero aqui, já, pedir uma audiência. Possivelmente, se não der na próxima semana, porque já há muita gente, na segunda-feira, querendo conversar em Belém... Mas logo, logo, a gente precisa sentar com a Sudam – e, aí, vêm outros órgãos que eu quero depois relacionar –, para falar sobre o Marajó. O Marajó precisa de um alento neste momento. Não é fácil. Não é fácil.

Aí, entram outras ações de Governo, como a questão de logística que foi colocada aqui pelo Banco da Amazônia – e todo mundo sabe da necessidade da regularização fundiária –, mas lá há uma natureza um pouco diferente: os rios formam as estradas e até as ruas também. Então, a gente precisa dar uma conversada sobre o Marajó.

O que é IDH? Todo mundo sabe. Primeiro, é longevidade, tudo ligado à questão da condição de saúde, tratamento e de viver mais. Depois vem educação. E a gente precisa, no Marajó também, além da educação normal, da grade curricular pública, dar uma mexida nela, para "antena-la" com relação à questão da economia, porque educação, de forma resumida, serve para quê? Para fazer da pessoa um bom cidadão e dar condições de ela trabalhar com dignidade e ganhar a vida.

Então, tem que estar ligada a formação profissional com a formação cidadã. Não adianta você ter uma educação que corre para um lado e a economia correr para outro, porque, aí, ninguém vai para lugar nenhum. A gente tem que focar isso e a gente precisa conversar sobre isso também.

Por último – está por último, mas não porque seja menos importante –, há a questão da renda. E, às vezes, a gente tem uma coisa e outra, mas a renda é baixa. É complicado. E o Pará tem um diferencial. Por exemplo: de 8,5 milhões de habitantes, quase quatro vivem com renda abaixo daquela linha da pobreza. A renda é muito pequena. "Ah, mas nós não temos problema de desnutrição, nosso pessoal é um pessoal, graças a Deus, que come...". Por quê? Porque o alimento no Pará é mais fácil. O acesso ao alimento, lá, graças a Deus, é mais fácil. Quer dizer: se dependesse da renda para buscar o alimento, a situação seria muito pior para nós. Muito pior. Mas vamos tratar disso depois, para chegarmos lá.

Eu quero aqui conversar com o Banco da Amazônia, de forma muito caseira, porque a gente precisa ver de que forma se trabalha a presença do banco... Aquilo que você falou, ainda há pouco, ainda sobre Marajó. Parece que Breves já teve uma agência – não sei se teve – no passado, e hoje é uma cidade com mais de 100 mil habitantes, e nós não temos mais uma agência do banco na capital do Marajó.

Marajó é a preocupação de todo mundo no Pará, de todos os políticos, em função de suas dificuldades, e a gente precisa... E eu sei que o Banco Central tem toda uma recomendação, e a agência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que dar resultado, etc., mas, às vezes, as outras agências têm que sustentar algumas que precisam existir, em função da questão social, até que elas possam dar retorno. Até que elas possam dar retorno.

Eu me lembro de uma briga muito grande, quando eu era Deputado Estadual, quando a Presidente Flora – lembra-se dela? – fechou parece que nove agências, numa canetada só. Foi um "para para acertar" terrível naquele tempo, porque a gente não pode matar a vaca por causa do carrapato – meu interior fala assim. Eu acho que dá para você tirar o inseto e dar alimento à vaca, para que ela possa produzir. Matar a vaca por causa da peste não é muito inteligente ou nada inteligente.

Então, Marajó tem suas dificuldades. Nós temos que pensá-lo de maneira diferenciada do resto do Estado, assim como aqui queremos pensar o Brasil e essas regiões com dificuldades de desenvolvimento fora do pensamento geral do País. Em alguns pontos, em algumas regiões, o País vai embalando; em outros, estamos perdendo espaço e, às vezes, em vez de melhorar índices, meu Senador, terminamos piorando; quer dizer; no passado nós fomos melhor; hoje estamos com dificuldades.

E, dentro disso tudo, a gente precisa puxar o Governo do Estado, lá no meu Estado. Tenho certeza de que cada um, aqui, todo mundo vai se preocupar para que os Governadores estejam juntos, falando a mesma língua, porque, de repente, você vê um Governo trabalhando de costas para o outro Governo – isso é horrível –, às vezes repetindo ações que, se somadas, poderiam dar muito mais resultados. É questão de estratégia. Então, é muito bom conversar com todo mundo envolvido e interessado no processo.

Sobre a questão da infraestrutura que passa pelo Pará e a questão do escoamento que vem de Mato Grosso, enfim, a gente conversa de forma mais acentuada com a própria Sudam ainda lá. Está certo?

Quero aqui cumprimentar o Senador Confúcio Moura, da gloriosa Rondônia, que, com certeza, é um Estado bem desenvolvido, mas que certamente tem suas dificuldades ainda pontuais e quer fazer as coisas mudarem.

Eu fico feliz pela oportunidade. E a última dessas reuniões, com certeza, será com o Sr. Ministro – não é, Presidente? – e com o secretário. A gente precisa que esses camaradas falem a nossa língua nessas regiões de dificuldade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, só lembrando que a semana que vem nós faremos com o Nordeste, que é o Banco do Nordeste, e também com a Sudene; e depois, na outra, com o Ministro do Turismo. Nós já estivemos aqui com o Ministro de Desenvolvimento Regional. No final, a gente volta. Aí, vamos falar do requerimento de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para o Senador Confúcio, eu quero só também adicionar uma pergunta.

Na reunião, nós percebemos que, no Centro-Oeste, acaba que quem define os critérios para um financiamento é o Banco do Brasil, que é muito mais preocupado com a garantia e com que não haja risco na operação. Lá, no caso do Norte, quem define os critérios é o Basa ou é a Sudam? Essa é uma das perguntas que eu quero depois que V. Exa. também responda.

E, só para ressaltar o que foi dito aqui pelo Alfredo sobre o Codese pelo Basa, o Codese já está instalado em vários Estados, porque é uma união da sociedade civil organizada. Normalmente são os empresários que estão participando de todas as áreas de desenvolvimentos, e é muito importante, sim, integrá-los nessa discussão. Aqui também já foi instalado, em Brasília, como em outros Estados. Mas é um órgão bastante importante para o debate, na execução e na elaboração do planejamento do desenvolvimento regional.

Só lembrando que todos que desejarem participar desse evento poderão fazê-lo através do portal e-Cidadania, no *site* www.senado.leg.br/ecidadania ou através do telefone 0800-612211.

Tem aqui a Lisete Maria, do Pará:

Sugiro a atuação conjunta –, na prática, gestão compartilhada – entre Sudam, Suframa e o Banco da Amazônia, visto que os objetivos são convergentes.

A Sudam permanece como responsável pelo planejamento das ações para a Amazônia? [Ela está perguntando.]

Quais os resultados concretos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia?

Pergunta da Lisete Maria, do Pará.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Primeiro, é uma satisfação muito grande.

Eu não faço parte desta Comissão. Mas, quando eu fiquei sabendo que estavam aqui o Banco da Amazônia, a Suframa, a Sudam, a Keila, uma das diretoras da Sudam, eu falei: "Não, eu tenho que passar lá, para dar um abraço no pessoal".

Mas certo é que nós estamos fazendo o seguinte: eu comecei ontem uma visita a todos os Senadores da Amazônia, individualmente, chamando a atenção para a necessidade de uma união da nossa Bancada Federal, especialmente Senadores, em defesa das instituições da Amazônia. Eu estou fazendo esse trabalho, e vamos promover várias reuniões, no sentido de fazer a defesa, a melhoria e a transformação, porque as instituições vão envelhecendo, a Sudam e os órgãos vão perdendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gradativamente prestígio, vão perdendo influência, e vão virando estruturas burocráticas pequenas, sem força, o umbigo ligado aqui ao Tesouro, ligado ao Orçamento da União, ligado ao Ministério da Integração, sem liberdade.

Com isso, vão ficando muito as tomadas de decisões, a grandeza dos órgãos, a mudança para o momento atual, a revolução que a gente espera desses órgãos, a fadiga com que os órgãos vão ficando, pela natural inoperância... Não porque V. Exas. queiram, mas, pelas circunstâncias, vão ficando sem resposta, quase sem resposta a quase nada.

Então, nós queremos fortalecer as instituições, mas não é para fortalecê-las e preservá-las para serem as mesmas ou piores; é querer fortalecê-las para serem diferentes e altamente agressivas, com o respaldo da Bancada Federal. Não só do Pará, mas de todos os Estados da Amazônia, do Estado do Tocantins, nós vamos fazer essa defesa dura.

Há ameaças aí, de que vão pegar o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia e jogar tudo no BNDES. Isso é inadmissível. Inegociável. Não dá nem para pôr na mesa uma coisa dessa, porque, para nós, é um Banco nosso, nós temos orgulho dele. Não dá para fazer essa questão.

Então, nesse quesito Suframa, não vou fazer pergunta, porque eu estive com o General há poucos dias, e os questionamentos fizemos para ele pessoalmente e deixamos a nossa posição.

No caso da Sudam e do Banco da Amazônia, nós já discutimos em alguns conselhos, quando eu estava no Governo – o Zequinha estava presente –, sobre o FDA. O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, que é um recurso orçamentário, o Banco da Amazônia tem uma imensa dificuldade de aplicá-lo, por questões de risco ao Banco. O Banco diz: "Não vou emprestar esse dinheiro, porque a margem é pequena, e termina que a inadimplência não paga, e eu termino... Não vou emprestar, não". E o dinheiro volta. Volta para cá.

Então, quero saber se o Banco da Amazônia já tem alguma solução para que passe para a Bancada, para a gente fazer a defesa desse quesito, que eu acho importantíssimo, inclusive sugestões para alterar os destinos desse recurso orçamentário, porque é vergonhoso o dinheiro ir. Fica igual a um anzol: joga o anzol, ele vai lá, depois puxa o peixe de volta para cá. É muito sem graça. Isso demonstra – parece-me – uma certa incompetência da Amazônia, não é? A gente fica envergonhado com esse negócio. Então, a gente quer verificar isso.

Na Sudam, a mesma forma.

O que é que a Sudam pode propor de diferente, inclusive no aspecto do seu desenvolvimento, colocando aí, no combate à desigualdade, a educação? Onde nós vamos introduzir o componente educacional, a formação de mão de obra na Amazônia, a partir de recursos destinados no Orçamento ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros, para combater o imenso fosso de desigualdade da Amazônia com outra visão que não seja somente esta que hoje se tem lá dentro?

E também não precisa descentralizar a Sudam para tudo que é Estado, mas precisava de, pelo menos, a contratação de consultorias altamente competentes, para levantar a vida dos Estados e para orientar o Banco da Amazônia quanto ao que financiar.

Esse trabalho é muito interessante para lá, não é?

Então, assim, eu mesmo vou encerrar por aqui, agradecendo muito.

O Mangabeira Unger sempre falava muito da Amazônia. Nós, aqui, defendemos o discurso da Amazônia, os nossos rios, os nossos índios, os nossos ribeirinhos, o nosso oxigênio, o sequestro de gás carbônico, muito peixe, muito jacaré... Essas coisas todas a gente defende aqui como algo lírico, algo intocável; mas, quando a gente entra lá para ver o ribeirinho, para ver o índio, é pobre; para ver as pessoas, lá, são muito pobrezinhas; a escola é difícil, vai ali no barco, uma escolinha aqui e acolá...

Então, ele falava assim: "Nós somos aqui os apologistas do 'pobrismo'. Nós decantamos os nossos discursos da pobreza e temos orgulho da pobreza amazônica". Como se o pobre da Amazônia fosse orgulho para nós.

No meio da floresta, linda, venturosa, está o pobre. Mas que graça tem isso? Nenhuma! E como não fazer?

Eu acho que a tecnologia, gente... Vamos inverter o negócio. É tecnologia. Mas tecnologia na Amazônia? Sim, senhor!

O Estado do Amazonas já lançou um programa de educação que foi premiado: a mediação tecnológica à distância para índio e todo mundo. Isso é desenvolvimento! Levar aulas de excelência para todos os cantos da Floresta, para todo mundo da Floresta, através da aula de excelência, chegando lá.

A internet.

Veja bem: a gente tem que levar a internet, sim, para todo canto dessa Amazônia isolada, e ampla, e grandiosa, e majestosa, para o caboclo também vender as suas mercadorias pela internet, exportar os seus produtos pela internet.

Como a gente vive sem internet hoje? Me diz? Eu vou tomar o celular de vocês aí por três horas. Três horas só, para ver se vocês entram em uma crise de pânico. Entram em uma crise de pânico e começam até a chorar, porque tomei o seu iPhone.

Então, o negócio é esse.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A internet tem que entrar, gente. Essa é a nova Sudam. A nova Sudam é a Sudam das fibras, dos satélites. A nova Sudam é essa, de um discurso bonito, grande, digital, revolucionário. Acho que é por aí.

Mas como fazer? Confúcio está delirando. O nome é Confúcio. Delira mesmo. Mas eu acho que o caminho é esse, meus amiguinhos.

Então, a gente não pode ficar nesse marca-passos, nesse marche-marche de soldado e recrutas, desfilando em praça do mesmo jeito, sem sair do lugar.

Então, essas são as minhas observações, umas perguntinhas fáceis de responder, mas, ao mesmo tempo... (*Risos.*)

... bem interessantes.

Eu vim aqui só provocar vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra aqui para a Mesa, só vou aproveitar aqui que nós temos já quórum e proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

E, já passando para a Mesa... Antes, eu tenho aqui ainda algumas colocações que vieram pelo telefone e pelo e-Cidadania.

Raul Alves, do Amazonas: "Existem planos para reduzir a burocracia e dar celeridade nos financiamentos com recursos do FNO?"

Erick Carlos Correa, do Maranhão: "A região oeste do Maranhão tem um potencial turístico imensurável, que ajudaria no desenvolvimento daquela região. Gostaria que citasse quais são as ações e projetos para o oeste do Maranhão a partir do Meridiano 44, que faz parte da área de atuação da Sudam."

Bem, só para o Senador Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sudam apresentou aqui o início da implantação do financiamento digital através do aplicativo. Então, a Sudam evoluiu bastante. A Sudam do Basa. E a gente espera que todos eles, como V. Exa. colocou, se adéquem à nova realidade, da nova tecnologia.

Eu vou passar aqui agora para a Mesa, então, fazer as suas considerações.

Então, na mesma ordem, passo para o Paulo Roberto Correia, Superintendente da Sudam.

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – Obrigado pelas perguntas.

O Senador Eduardo Braga já se retirou. O Senador Zequinha; o nosso amigo, sempre Governador de Rondônia, Confúcio, tão empolgado quanto eu em relação à Amazônia. Eu, como amazônida lá do Estado do Acre, a região fronteira com o Peru.

Para começar, Senador, não acho que seja bonito nós vermos nossos amigos amazônidas pobrinhos não. Nós temos que dar um jeito de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas que habitam a nossa região.

Em relação, também... Não entrando nas perguntas do Senador Eduardo, para lhe responder em relação à questão da digitalização: eu penso tão grande quanto o senhor, só que a nossa realidade nos puxa um pouco para o dia a dia. E, no dia a dia, nós conseguimos fazer, nesses três anos, com que a Sudam digitalizasse todos os seus processos. Todos os nossos sistemas, hoje, são informatizados. Inclusive, o nosso amigo da Suframa, quando chegou lá, agora, surpreendentemente, viu que o sistema da Suframa é tão antigo quanto o da Sudam e não estão informatizados ainda. Então, quero dizer que, para nós, é um motivo de orgulho.

Em relação ao planejamento, sobre o PRDA.

A Dra. Keila vai falar mais tarde, mas nós já estamos em consulta pública desde segunda-feira.

Eu cheguei em 2015 na Sudam; de 2012 a 2015, esse PRDA foi enviado ao Ministério da Integração – que outrora chamava-se assim –, mas, infelizmente, não foi transformado em projeto de lei; em 2016 a 2019 já estava lá, nós enviamos ao Ministério, Presidente Izalci, que também não transformou em lei – infelizmente o Congresso não conseguiu que isso andasse; e, agora, nós estamos entrando em consulta pública e entregaremos ao MDR no prazo correto de 30 de abril. Inclusive, é bom ressaltar, compartilhando a nossa metodologia com as outras superintendências. Então, a Sudam está compartilhando com a Sudene e a Sudeco essas informações, essa metodologia de como fazer. Então, isso depreende que nós estamos um pouco à frente, mesmo diante de todas as dificuldades.

Primeiramente, as questões do Senador Eduardo Braga.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do Banco da Amazônia, da Suframa e da Sudam. Por que essas instituições perderam prestígio ao longo do tempo?

Durante esses três anos eu tentei, Presidente, convidar o Ministério para alguns condéis. Eu acredito que nós tenhamos feito o quê, doutora? Dois condéis? E nos outros dois convites não conseguimos quórum. O senhor participou de um condel.

Por que é que perdeu o prestígio? Porque as decisões sobre a região não estão na região. A grande importância é que nós possamos, os Governadores possam decidir, no CAS da Suframa e no Condel da Sudam, o que eles querem para a região.

Essas informações – o senhor me perguntou sobre o PPB – estão centralizadas em Brasília, talvez por pessoas que nem conheçam a região. Então, essa dificuldade, essa perda de prestígio, para mim, na minha opinião, advém disso.

BR-319, respondendo também ao Senador Eduardo Braga.

Nós já fizemos estudos em todos os nove Estados da região, consolidamos esses estudos dizendo quais são as rodovias, as hidrovias, etc., toda a questão logística da região, qual o valor desses investimentos, e temos esse estudo pronto, entregamos nos Estados, participei de reuniões na Feam, nas federações, na CNI sobre a BR-319. Só que, assim... O que a gente percebe é que existem outros interesses, que não permitem que a BR se torne a BR que vai tirar o Amazonas do isolamento. É o único Estado do Brasil que está em total isolamento em relação ao nosso País.

Orçamento finalístico da Sudam.

Problema também que a nossa colega Suframa tem. Nós estamos aí, em uma média de três anos, com o orçamento para os nove Estados da região – pasmem –, em uma média de R\$3 milhões/ano, para fazer as ações, as rotas, as APLs, etc.. Para nove Estados da região.

Por que, então, que nós direcionamos as nossas forças para os convênios? Para ajudar, de alguma forma, a região a absorver esses recursos e não serem perdidos, como eram anteriormente. Então, era essa a nossa forma de ajudar, porque, em relação ao nosso fundo – que o senhor perguntou e também o Senador Eduardo Braga –, houve um decreto presidencial que alterou esse fundo, quem está legislando sobre esse fundo é o CMN, através de resolução, e o senhor sabe muito bem – o senhor estava no Condel, eu demonstrei –: não faltam projetos.

Nós temos aqui, como vocês podem ver...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA – ... na apresentação, R\$1.274.658.573,16 de projetos que foram aprovados pela Sudam e que os bancos não se interessaram. Projetos que poderiam servir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o desenvolvimento do Pará, para Rondônia, Acre, etc., que não se transformaram em projetos porque os bancos acharam que aqueles projetos tinham um risco muito alto, porque nós estávamos concorrendo com o FNO, que tem um risco de 50%, e o nosso risco foi de 50%, Senador, para 100%.

O FNO e os outros bancos vão preferir usar as suas próprias linhas de crédito a correr o risco de 100%. E uma remuneração também menor. O FNO tem uma remuneração de até 6%, dependendo do projeto. A nossa remuneração é estável, em 2,5%.

Esses são dois pontos que não são decididos pelo Condel – volto a lembrar: o Zequinha, à época, era Vice-Governador. Também participou. Então: essas decisões em relação à Suframa, em relação à Sudam, deveriam ser realizadas nos conselhos, nos próprios conselhos, com os Governadores e com a sociedade civil organizada, que lá está representada e que conhece a região. Essa é a opinião da Sudam.

Outro ponto...

Sistema de avaliação do FNO.

Esse sistema de avaliação foi discutido desde o ano passado. Aí, eu quero passar a palavra para a Dra. Keila, que participou da discussão aqui, ainda, no Ministério da Integração. Ainda precisa de alguns acertos, para que a gente consiga fazer essa avaliação na própria Sudam.

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – Bem, com relação ao sistema de avaliação, nós conseguimos, através da Deputada Simone Morgado, garantir recursos para a avaliação do FNO. Então, está sendo regulamentado, porque está posto no decreto que seria regulamentado, hoje, pelo MDR e Ministério da Economia.

Nós estamos aguardando essa regulamentação, para que a gente possa utilizar esses recursos para a avaliação, mas, independentemente disso, a Sudam já fez a avaliação de todos os seus instrumentos, inclusive nós trouxemos aqui o relatório que foi falado pelo Senador Eduardo Braga, do incentivo fiscal.

Esse nosso relatório mostra que o incentivo fiscal tem retorno, sim, para a região. Não só o retorno do desenvolvimento, mas também retorno social, retorno econômico, para a região.

Nós empregamos um significativo volume de mão de obra. Se não houvesse incentivo, com certeza seria mão de obra desocupada ou desempregada.

Então, a Sudam vem trabalhando a avaliação dos seus instrumentos. Nós iremos, semelhantemente aos outros processos, também tornar esse sistema informatizado de avaliação.

Aqui foi perguntado... Se eu puder já responder às outras que me dizem respeito, foi perguntado aqui sobre a ação conjunta entre a Sudam e o Banco da Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, nós trabalhamos de forma conjunta. Foi uma pergunta da internet. Trabalhamos de forma conjunta. Não só com a Sudam, não só com o Banco da Amazônia, mas também com os outros atores da região. Prova disso é o que eu falei ainda há pouco, a MIP, que está sendo trabalhada junto com o Banco da Amazônia, com o Banco do Nordeste, Sudeco, os nove Estados da região... Então, nós já estamos trabalhando isso, exatamente para que esse planejamento regional e avaliação da região, da política, do plano, seja um sistema integrado. Então, já respondendo a essa pergunta, já trabalhamos sim.

Com relação aos projetos também, que foi perguntado aqui.

Quanto ao PRDA, que está em consulta pública – e eu faço novamente aqui meu apelo, para que vocês possam fazer suas considerações lá –: já existem, sim, as indicativas de projetos e ações para a região, para os nove Estados. Então, todos os Estados estão compreendidos, não só o Maranhão, mas os nove Estados da Região Amazônica. E pode a sociedade civil e deve contribuir para que haja... Se entender "ah, não, mas o meu Estado aqui tem um projeto importante que não está". Então, pode sim contribuir, colocar, até porque a Sudam não teria condições, com toda a certeza, de, sozinha, fazer esses indicativos.

Os Estados estão participando através dessa consulta.

Também foi falado aqui pelo Senador Eduardo Braga acerca dos recursos para ciência, tecnologia e inovação.

É importante. Discutimos isso. Sem tecnologia, sem inovação, sem ciência não há desenvolvimento regional. E a Sudam tem recursos para esse tipo de projeto específico. É mais ou menos semelhantemente ao que acontece com a Suframa. Infelizmente, eles estão contingenciados também, contando lá para superávit primário. Não depende da Sudam, em que pesem todas as articulações que nós já fizemos para a obtenção desse recurso de volta, para que a gente possa investir nesses projetos que já foram identificados, estão em carteira...

Então, nós precisaríamos, para isso, obter esse recurso...

(Soa a campanha.)

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – Não depende única e exclusivamente da Sudam.

Eu também faço aqui meu apelo a todos os Parlamentares, para que unam esforços com a Sudam e com a Suframa, para que a gente possa obter esses recursos, porque eles têm destinação específica. Não serão usados para outra coisa, senão em tecnologia, em inovação, em ciência.

Com relação aos estudos APL, também o Senador Eduardo perguntou se existem.

Sim, existem. Existem esses estudos no âmbito da Sudam, no âmbito do Banco da Amazônia também – os estudos APL. E os projetos são priorizados dentro desses estudos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à contrapartida também, que foi perguntado. A contrapartida para os Estados e Municípios, na região da Amazônia, é baixíssima – eu diria que é quase inexistente: de 0,1% e 4, para até 50 mil habitantes, e 0,2% e 8 para acima de 50 mil habitantes. Então, é quase irrisória a contrapartida. Muitas das vezes chega até a R\$200, dependendo do valor do projeto.

(Soa a campanha.)

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – Seus apontamentos, Senador Zequinha, sobre as rotas. Anotei, fiz aqui os meus registros: a rota da carne, fruta, grãos... É interessante.

Quanto às ações no Marajó, eu vou pontuar aqui algumas.

Nós estamos com um projeto para ser implementado lá, já agendado ano passado, mas foi cancelado em razões não da vontade da Sudam, mas das articulações mesmo.

Vamos implantar a rota do açaí, específica para a Ilha de Marajó. Nós já estamos mapeando os projetos. Novamente meu apelo para que vocês possam direcionar os recursos das suas emendas para esses projetos, para que eles saiam do papel.

Também retomamos as discussões sobre a questão fundiária, que entendemos que é uma questão crítica, até para acessar o crédito junto ao Banco da Amazônia. Nós estamos reunindo com Incra, SPU e a secretaria de Estado lá competente e com a universidade federal.

Existe um sistema chamado SIG Fundiário e ele precisa ser, vamos dizer assim, ampliado para a região do Marajó, para atender especificamente às dificuldades da região.

O custo do projeto, para os resultados, é baixíssimo. Conversamos, inclusive, com o TCU, porque o TCU está fazendo uma auditoria especial acerca dessa questão fundiária, e soube desse grupo de trabalho que está tentando solucionar a questão fundiária lá, porque nós temos questões, Senador, de que a terra, em um momento, é da União, em um momento é do Estado... Então... Enfim, há uma confusãozinha aí, e é preciso esses atores sentarem e definirem o que é de quem ali, o que é reserva, o que não é...

E nós apresentamos o sistema para o TCU e fizemos um apelo para o TCU, porque entendemos que, sem um acórdão cobrando dessas diversas instituições, talvez isso não saia do papel. Para que eles determinassem que essas instituições federais – claro, ele pode determinar para a União – aportem recurso, para que esse projeto saia do papel e a gente possa resolver, então, a questão fundiária no Marajó.

Então, a Sudam tem atuado também no Marajó...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – ... porque entendemos que é uma região carente, com os piores IDHs que nós temos no Brasil.

Respondendo às suas pontuações, Dr. Confúcio, sobre a união da Bancada.

Dr. Paulo e eu, desde quando entramos, em 2015, nessa diretoria, a gente vem fazendo esse trabalho com a Bancada. Entendemos que a Bancada precisa ser sim fortalecida também, semelhantemente à Sudam. E o resultado disso são esses recursos que vocês têm visto no nosso orçamento de emenda. Saímos de R\$32 para R\$200 milhões.

Temos apoiado os Parlamentares com seus projetos na Região Amazônica, dentro da nossa limitação de pessoal também, que foi posta aqui. Nós temos, para vocês terem noção, somente 12 engenheiros civis para 800 projetos. Então, às vezes, vai demorar um pouquinho, mas vai sair. A coisa acontece.

A proposição da Sudam para a educação, que foi falado aqui, sobre quais são as ações da Sudam para a educação.

O Condel aprovou, no ano passado, o FDA–Fies. Então, a Sudam já está investindo o financiamento, semelhantemente ao Banco da Amazônia, com a FNO-Fies também.

Então, são esses dois instrumentos para a região, específicos para a área de educação. São créditos disponíveis, em que o estudante pode ir lá e solicitar esse financiamento. Então, a Sudam, por entender que é importante, adotou esse estudo. E o estudo lá demonstra os cursos prioritários para a região. Então, nós já temos isso.

Com relação ao planejamento articulado, foi feita uma proposição recente e vai para o Condel para a reunião do dia 30, com toda a certeza, 15 de maio, de criar um comitê técnico dentro do Condel com o Banco da Amazônia, a Sudam – já foi discutido com o Presidente Valdecir –, e em conjunto com as secretarias de Planejamento, para que todos os instrumentos da Sudam tenham seu planejamento trabalhado dentro desse comitê. Então, não seria mais somente Banco da Amazônia e Sudam, mas sim Banco da Amazônia, Sudam, e vamos discutir todos os instrumentos – incentivo, FDA, FNO –, tudo dentro desse comitê, nesse propósito de tentar fortalecer o Condel. Nesse fortalecimento do Condel, inclusive, os próprios órgãos de controle, a CGU especificamente, entenderam que é importante fortalecer. Sem o fortalecimento do Condel, não há uma Amazônia desenvolvida, não há superintendência forte. É o mesmo que acontece no âmbito da Sudeco, no âmbito da Sudene. Não é, vamos dizer assim, um "privilegio" – entre aspas – da Sudam. Isso acontece nas três superintendências. Então, a criação desse comitê já é inclusive para tentar trazer esse fortalecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que eu... O senhor falou sobre modernização. O Dr. Paulo até já lhe respondeu. Nossos processos já estão no sistema, informatizados. Então, eu acredito que eu respondi a todas as perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Tenho aqui da Érica, do Maranhão, sobre o oeste do Maranhão, a partir do meridiano, que fazem parte da Sudam. Se há alguma ação, algum projeto para esta área do oeste do Maranhão.

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – Sim, são os indicativos de projetos já identificados que estão no PRDA. Então, eles precisam ser validados nessa Consulta Pública.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, a Érica deve participar. Qual é o...

A SRA. KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS – É no www.sudam.gov.br. Vai haver um *banner*: Consulta Pública PRDA.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

Bem, passo já imediatamente para o nosso querido Alfredo Alexandre, da Suframa.

O SR. ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JUNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero agradecer as considerações dos ilustres Senadores. O Senador Zequinha, que está presente, realmente as suas posições... O Senador Confúcio, que abordou a parte do envelhecimento das nossas – vamos colocar assim – instituições. E o Senador Eduardo Braga, que propôs realmente a união das bancadas para que todos nós possamos sair fortalecidos.

Os questionamentos... Respondendo objetivamente ao Exmo. Sr. Senador Eduardo Braga, que tocou nos aspectos do PPB, nós abordamos durante a nossa apresentação e enfatizamos que realmente esse é o objetivo estratégico que nós temos número um. O PPB hoje impede e, como eu falei na minha apresentação, acaba sendo – entre aspas – uma "amarra" ao desenvolvimento dos nossos produtos, ao desenvolvimento do nosso parque industrial; é uma amarra à atração de empresas, negócios, empreendedores para a nossa região.

E, além do mais, com a sua previsão legal, ele tem 120 dias para a sua aprovação. Infelizmente, como reporte, esse prazo não vem sendo cumprido já há bastante tempo, Sr. Presidente. Então, tendo em vista isso, nós mapeamos esses processos e hoje estamos trabalhando juntamente com o ministério lá na nossa CPEC e agora também com a nossa bancada, no sentido de darmos a maior celeridade possível. Eu, amanhã, decidi ficar em Brasília para dar seguimento a esses estudos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar o que reporteí há duas semanas no Estado. Estive aqui na Quarta-Feira de Cinzas trabalhando com o nosso ministro nesse tema. E a ideia é que algumas ações, Sr. Presidente, já sejam implementadas nos próximos 45 dias. A ideia do Dr. Carlos da Costa é ir até Manaus, colocar alguns posicionamentos nesse sentido e levar algumas considerações para destravar, num curtíssimo prazo e, depois, continuarmos esses estudos para melhorarmos o que for possível, para voltarmos a atrair empresas, negócios e produtos para a nossa região.

Com relação ao segundo questionamento do Senador, os recursos contingenciados, quando, na nossa entrevista, no processo de seleção por que passamos, conversamos isso também, deixamos à consideração, já discutimos com ele esse aspecto, discutimos também com a nossa bancada. Sabemos das dificuldades com relação a esses recursos, Senador Zequinha, principalmente – é o mesmo que está passando a Sudam – os recursos passados, pretéritos. Estamos fazendo o maior esforço possível, considerando as reformas, os desafios que o Governo tem pela frente, para que pelo menos o que vier pela frente seja descontinenciado, como os senhores viram no fechamento da nossa apresentação, que está hoje na faixa de 30 milhões, o que é muito pouco para que nós possamos realmente executar uma ação eficiente; porém, nos últimos dois anos, não tivemos praticamente nada, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

... e precisamos do olhar e da colaboração dos senhores, principalmente desta Comissão, ratificando o que os Senadores já colocaram, para que possamos trazer esse protagonismo de volta.

Com relação às vantagens comparativas que o Senador perguntou, estamos trabalhando nesse sentido também, juntamente com a Fiam, com a Ceam, unindo esforços nesse sentido para criarmos um ambiente favorável de negócios lá na região. Tivemos ontem já três reuniões, como reporteí na apresentação, e quero trazer também uma atualização sobre a BR-319.

A BR-319 é estratégica para o País, é estratégica para a nossa região. Nós militares sabemos a importância dela. Como o Senador Eduardo Braga muito bem colocou, ela é a nossa via de escoamento, de entrada, escoamento da produção, entrega de insumos para a nossa região. A BR estava pronta e, ao longo dos últimos 20 anos, se fechou; é um trecho, em linhas gerais, de 800km. Os 200km que saem de Porto Velho para Manaus estão prontos; os 200km que saem de Manaus para Porto Velho também estão praticamente prontos, necessitando de manutenção, que está sendo feita; porém, o trecho impeditivo são os 400km do meio, o trecho do meio.

Na semana passada – eu tenho vindo a Brasília quase toda semana e sempre, nessas vindas, busco um contato com o Ministério da Infraestrutura. A nossa bancada já visitou o ministro, com alguns Governadores da nossa Região –, eu também estive lá, especificamente com o Dnit.

Sr. Presidente, hoje, com relação a esse tema, a situação é basicamente a seguinte: está...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JUNIOR – ... ocorrendo o destravamento daquelas ações com relação ao meio ambiente. Inclusive há aqui no Senado o Projeto de Lei nº 3.729, de 2004. Se os senhores puderem nos ajudar nesse tema, com certeza, irá avançar bastante. Ao passo que, neste ano, está ocorrendo essa parte de destravamento do meio ambiente e também a atualização do projeto de engenharia para execução da obra. Essas são as informações mais atualizadas que nós temos da BR. Sempre que venho aqui, repito, eu procuro as informações para levar à bancada e à nossa sociedade também.

Senador Izalci, apesar de o senhor não ter tocado nisso, em linhas gerais, conosco, o senhor fez um questionamento para o colega Francimar, com relação à integração de conhecimento científico, mas, como eu abordei o Codese e o senhor muito bem enfatizou, quero colocar para o senhor que, na nossa região, dentro do que coloquei, das matrizes econômicas, nós queremos transformar a cidade de Manaus, o Estado do Amazonas num polo digital, porque tem tudo a ver conosco dentro desse contexto de inovação tecnológica. A indústria 4.0 está aí e, com o apoio do Codese, na pessoa do Presidente, Dr. Antonio Azevedo, nós fizemos no ano passado a primeira Feira do Polo Digital de Manaus e agora, no segundo semestre, já está prevista outra rodada de negócios nesse sentido. O objetivo é transformar a nossa cidade, com o apoio agora institucional também da Suframa nesse sentido, dentro do que prescreve a Lei da Informática, porque a gente tem participação efetiva e pode contribuir de maneira efetiva significativa com o desenvolvimento da nossa região.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Nós nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Antes de passar para o Francimar, que é Diretor do Basa, eu quero anunciar aqui a presença do Deputado Federal Capitão Alberto Neto, do PRB do Amazonas, e também do Secretário de Segurança Pública, Louismar de Matos, também do Amazonas.

Com a palavra o Sr. Francimar, respondendo, por favor, quem define, na Região do Amazonas...

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – Agradeço as perguntas do Senador Eduardo Braga, Senador Confúcio Moura e Senador Zequinha Marinho. Todos são muito conhecedores da realidade da Amazônia e colocaram com propriedade as perguntas para as instituições e também os problemas que enfrentamos lá, para os quais precisamos buscar soluções.

Em relação às perguntas, questionamentos e ponderações do Senador Eduardo Braga em relação a contingenciamento de recursos no Basa, no Banco da Amazônia, nós não temos, porque o recurso com o qual você faz o orçamento de aplicação para o fomento do ano seguinte, por exemplo, esse recurso de 9 bilhões para 2019 é recurso dos repasses que acontecem de forma mensal – não existe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contingenciamento sobre esses repasses – e também do retorno do pagamento das operações de crédito concedidas nos exercícios anteriores. Então, não há a questão do contingenciamento.

Quanto à questão colocada ainda pelo Senador Eduardo Braga de o Banco da Amazônia ter um foco voltado para o micro e para o pequeno, ele tem toda razão. Eu mostrei na apresentação: dos recursos aplicados em 2018, ou seja, de todo o recurso do FNO aplicado em 2018, 57% do volume foi destinado à agricultura familiar, mini e pequeno produtor rural, micro e pequena empresa e também ao EI, Empreendedor Individual. Mas temos, sim, que fazer muito mais. Está no nosso planejamento, por exemplo, avançar com o MPO Digital, que é o Microcrédito Produtivo Orientado, porque não dá para se pensar numa expansão de valor, sair do quadrado, ir muito além do volume aplicado hoje em microcrédito orientado e produtivo com processos manuais, o que trouxe o Senador Confúcio às instituições, e o Banco da Amazônia está caminhando para isso. Já fizemos uma parte e estamos... Por exemplo, o aplicativo e a solução digital para trabalhar o MPO já estão prontos, em piloto, em duas unidades de microfinanças. Ao se alcançar isso e se colocar para funcionar em produção, você traz outra realidade, você pode expandir unidades de microfinanças e ter uma ligação muito mais próxima do Banco da Amazônia com o empreendedor informal, com o EI, com a micro e pequena empresa, de forma muito efetiva, indo inclusive ao Marajó de forma mais facilitada. Lá você abre uma unidade de microfinanças para atender todos aqueles empreendedores com um processo muito mais simples do que é feito hoje. O consultor da unidade de microfinanças visita a costureira, tira uma foto do empreendimento, ali já há o ponto do GPS, faz a coleta de dados num *tablet*, e aquelas informações já são o cadastro, a conta corrente e o processamento da operação de crédito, em grupo. É claro que um dos princípios do Microcrédito Produtivo Orientado é que são grupos de empreendedores de um mesmo segmento, de uma feira ou de uma região, com aquele grupo sendo orientado.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – Também está no nosso planejamento... Nós temos boa parte da nossa carteira hoje, dos 13,4 bilhões de risco que o Banco tem, 1,4 está em Pronaf, isso risco banco, sem contar outros tipos de Pronaf que não são risco banco, são risco União. Nós estamos caminhando para automatizar o processo de Pronaf, tirar decisão e análise de pessoas, porque é crédito de massa. Não dá para continuar trabalhando crédito de massa com análise personalista; isso não traz eficiência. Ao automatizar, você cria uma rotina muito mais eficiente para o produtor que está lá, que tem a época certa de ter o seu custeio da safra, que tem a época certa para as coisas acontecerem. E possibilita um volume ainda maior do que o que temos, maior do que os 57% nos menores empreendimentos.

Avançando para suas ponderações, Senador, na questão dos arranjos produtivos, estudos formalizados em parceria com as universidades ainda não são uma realidade; é uma necessidade mas ainda não é realidade. O que se tem são os APLs todos levantados no plano de aplicação do FNO, APLs





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhados com as instituições de cada Estado, com os sindicatos, secretarias de agricultura, assistências técnicas públicas. Esses APLs, então, são descritos, quais os APLs existentes, quais as oportunidades e gargalos daquele APL para que ele avance.

Sobre a questão IDH e renda: é o que a gente tenta fazer, trabalhando alinhados com a PNDR. Isso é muito difícil, porque, na verdade, os maiores empreendimentos, que demandam mais recursos, estão nas regiões mais desenvolvidas. Então, é uma conta bem complexa.

Por isso, esse plano 2019/2020 FNO 30 anos e chegar aos 92 Municípios menos beneficiados, para criar um ânimo diferente, abrir portas para que esses empreendedores possam, sim, demandar mais crédito do que demandam hoje.

A definição dos critérios. Como é que funciona? É uma operação de financiamento feita para micro e pequena empresa. Então, o regramento macro vem da lei do FNO, os encargos são definidos pelo... Hoje, há a TFC, que foi posta através de lei, mas, antes, era o Copom que definia os encargos. Há a questão...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – ... do tamanho do financiamento, participação de recursos próprios, participação de garantias... Nessas operações, os limites são definidos no Condell, com a participação de todos os órgãos, dos Governadores. A definição do risco que essa operação proposta representa ao banco e dos mitigadores que você vai usar nessa operação de crédito é definição de risco do banco, não do Condell, até porque quem está assumindo o risco é o banco.

É um negócio meio complexo isso. Você trabalha com recurso público para fazer desenvolvimento; por outro lado, a instituição assume o risco daquela operação de crédito e provisiona... Às vezes, não é nem não receber aquela operação de crédito, é que o provisionamento de despesa para arcar com aquela operação de crédito, caso ela venha a dar *default*, é um regramento feito pelo Banco Central e aplicado a todas as instituições financeiras...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – ... sejam elas públicas, sejam elas privadas.

De um lado, há a parte de desenvolvimento, em que você tem que apoiar, sim, aqueles empreendimentos que oferecem mesmo maior risco... Por exemplo, implantar uma micro e pequena empresa. Qual é o banco que faz isso? Com o FNO, você faz, mesmo com todo o risco que é implantar uma micro e pequena empresa. Há estudos do Sebrae que mostram que mais de 50% das micro e pequenas empresas que abrem hoje não vão a cinco anos para estarem fechadas. Então, isso significa dizer que quase 50% dos empreendimentos já nascem com uma tendência de não darem certo. Ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, a gente, como banco de desenvolvimento, tem a obrigação de financiar, claro, orientando, buscando o melhor modelo para financiar aquele projeto.

Aí vem o regramento do Banco Central que impõe uma provisão, que é despesa direta no seu balanço. Caso aquele empreendimento, por exemplo, não se implante no período correto ou tenha que fazer qualquer reescalonamento de pagamento, prorrogação de dívida, você aumenta a despesa do banco.

Temos conseguido avançar. Aplicamos esses 5,3 bilhões em 2018, vamos aplicar 9 bilhões em 2019 e vamos continuar cumprindo com a missão do banco que é promover o desenvolvimento na Região Amazônica.

Ficou respondido sobre os critérios, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – A questão macro é Condel, e a questão da definição do risco...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A gente só vê que isso é um pouco incompatível mesmo.

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – Fica, fica.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Por exemplo, você tem que ter a garantia, pois, normalmente, o banco vê mais a garantia do que propriamente o interesse...

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – Ainda assim, do mesmo modo que eu dei o exemplo da micro e pequena empresa, você vê, por exemplo, o Pronaf na Amazônia, que é o agricultor familiar. Pronaf com operações de risco do banco.

Hoje, a gente tem uma carteira de 1,4 bilhão de risco banco. Ela chega a quase 4 bilhões com todos os riscos, risco Tesouro e risco banco. Nesse 1,4 bilhão de risco banco, a inadimplência é 9%. Então, você imagine esta conta: o banco ganha um *del-credere* de 3%... E é uma instituição pública, nós somos uma instituição estatal que temos que dar resposta à sociedade e ter eficiência. Mas dizer que eu não vou financiar a agricultura familiar por haver os 9% de inadimplência... Eu pago para trabalhar a agricultura familiar hoje, mas nós temos que encontrar modelos.

O Senador Confúcio era o Governador de Rondônia ainda no exercício passado. Lá eles têm um exemplo... Quando eu trago aqui a necessidade de regularização fundiária, a necessidade de logística e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de assistência técnica para o pequeno agricultor para que, de fato, o desenvolvimento no campo dê certo, para que se melhore a condição de vida daquelas famílias...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – ... e dos trabalhadores rurais, lá em Rondônia, isso hoje é uma realidade. Por quê? Porque lá você avançou na regularização fundiária, lá eles têm uma assistência técnica de fato, que acompanha o produtor rural, que presta assistência técnica na hora em que o produtor precisa, que não é só na hora de captar recursos, é na hora em que aparece um problema na plantação dele, é na hora em que ele precisa saber qual é a decisão e a ação que ele vai ter que tomar. Lá, para você ter uma ideia, a inadimplência é 1,8% no Pronaf, enquanto, na Região Norte como um todo, é 9%. É um abismo a diferença. Então, temos um *case* de sucesso na Amazônia para ser copiado pelos demais Estados. Eu acho que as secretarias de agricultura, as secretarias de desenvolvimento de cada Estado e os próprios Governadores têm que olhar o que há próximo e que está dando certo. E há Rondônia aí como um *case* de sucesso...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – A gente, para expandir créditos para outras regiões, sempre olha Rondônia.

Vamos aqui com as colocações do Senador Zequinha. Realmente, o Marajó carece de um olhar diferente. Eu acho que o senhor tem toda a razão. E, como Senador do Pará, fazendo-se essa discussão com as instituições, eu acho que... Em Breves, nós não temos agência, mas temos agência em Soure.

Nós estamos montando, Senador, um modelo de agência mais leve, menos custoso, para exatamente ir para os Municípios que não são atrativos para banco, para fazer lá não o papel de instituição financeira privada, mas o papel de banco de desenvolvimento. Eu coloco lá um escritório de negócio para atender o pequeno, para atender o médio, para atender o agricultor; levo a unidade de microfinanças também; levo esse escritório de negócio, sem caixa eletrônico, sem porta giratória, sem guarda, só para fazer negócio. Então, nós vamos testar esse modelo já em 2019, e pode ser que, breve, esteja em uma cidade que, inclusive, podemos usar como piloto de uma unidade de negócio leve. Eu acho que resolveria bem o problema. Avançando no microcrédito, implantar na região do Marajó unidades de microfinanças, que não são agências bancárias também, são unidades para trabalhar só o setor informal, com crédito orientado.

Vamos avançar aqui. As questões levantadas pelo Senador Confúcio foram muito bem colocadas. O Banco da Amazônia, ainda na gestão do Presidente Marivaldo Melo e agora na gestão do Presidente Valdecir Tose, que é de Rondônia, do Estado do Senador Confúcio... Como gestor de uma estatal, como gestor de uma empresa que tem que dar resposta à sociedade, uma das crenças que nós temos, desde o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que nós assumimos quase três anos atrás, é que uma instituição hoje na sociedade atual, seja ela pública, seja ela privada, se não tiver eficiência, tende a não existir no curto e médio prazo.

Como é que a gente buscou essa eficiência? Estamos no caminho. Nós implantamos as centrais de crédito para ter um crédito mais padronizado. Nós caminhamos com a gestão eletrônica de documentos – um projeto que começou em 2017 e termina agora em 2019 –, e não haverá nenhum processo, seja de cadastro de conta corrente, seja, principalmente, de...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL – ... crédito, com dossiê físico, com aquela maçaroca de papel na mesa de um analista, na mesa do gerente. É tudo dossiê eletrônico – se você precisa de um documento, é muito ágil. Se você precisa de duas análises, a análise de um jurídico e a análise de um engenheiro, o processo corre em paralelo, não precisando sair da mesa de um para ir à mesa de outro. Então, isso é uma realidade no banco.

E vamos avançar – aí é uma questão de concepção – na questão de ser disruptivo mesmo: sair um pouco do modelo tradicional de empresa tradicional, fazer parceria com as *startups*, que é o que nós estamos perseguindo, e ir para um modelo de crédito – principalmente o crédito mais de varejo, custeio, máquina – digital. É ser disruptivo e sair do modelo tradicional, de fato. E aí buscar o que o Senador fala aqui: como é que ele pode defender as instituições, se elas não são eficientes? Nós queremos, sim, ser mais agressivos do que somos e ser mais dinâmicos e eficientes do que somos hoje.

Vi também as questões da Lisete Maria, do Pará. Gestão compartilhada, que eu acho que a Keila já respondeu. O próprio FNO 30 Anos é um exemplo de como se faz isso de forma compartilhada; as decisões em relação ao plano de aplicação e ao planejamento para esse plano de aplicação, que é no Condel e também com o GT, que dá subsídios ao Condel, são um exemplo de gestão compartilhada. Há, sim, um espaço muito maior para haver ainda a integração maior dessas instituições, inclusive dos governos estaduais, para pensar o desenvolvimento na Amazônia e para medir esse desenvolvimento.

Eu acho que a pergunta da Érica, do Maranhão... Maranhão é o meu Estado, sou da região de Porto Franco. Cumprimento a colega Érica... É Érica o nome da colega? No Maranhão, infelizmente, a gente não opera com o fundo constitucional. Então, o Maranhão, mesmo sendo Região Amazônica... Os fundos foram divididos para a Região Norte, para a Região Nordeste, com o FNE... E, no Nordeste, o administrador do fundo é o BNB (Banco do Nordeste). No Maranhão, a gente atua com recursos próprios e com recursos também de outras fontes, como FDA, BNDES e outros.

É isso, essas são as minhas considerações.

Muito obrigado pela oportunidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Antes de encerrar, se o nosso Deputado Federal Capitão Alberto quiser fazer alguma consideração...

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM) – Sim, Senador.

Primeiro, parablenzo o senhor por esta audiência, colocando os principais órgãos da Região Norte, que têm um papel fundamental no desenvolvimento dessa região, e que o Brasil entenda que a Região Norte é importante não só para o nosso País, mas para o mundo todo. Trazer uma administração mais leve, mais eficiente é primordial para que a gente se desenvolva. Eu queria deixar só uma... Eu acho que eu cheguei no final, mas já foi falado sobre o PPB, sobre a BR. Então, eu queria perguntar sobre o P&D. Há uma crítica muito grande, Coronel, sobre o quanto é investido em P&D no nosso Estado. Acho que é em torno de apenas 20%. O senhor já verificou essa situação? Já há alguma coisa em vista para a gente conseguir aumentar esse investimento e gerar mais empregos no nosso Estado?

Eu queria registrar também sobre o banco. Sou muito demandado em relação a uma crítica: apesar do fomento, sobre o que o senhor comentou, sobre o microcrédito, a aprovação é muito difícil. Então, eles vão até deixando de procurar. Vão para outras fontes, vão para o Bradesco ou para outros bancos, e não buscam o principal banco que é responsável por desenvolver a Amazônia. Então, queria que o senhor fiscalizasse, nessa nova Administração, essa situação da aprovação desses microcréditos, porque os questionamentos são muitos.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JUNIOR – Sr. Deputado Capitão Alberto Neto, Deputado Federal pelo nosso Estado, muito obrigado pela sua presença, nos prestigiando neste momento; nosso Coronel Bonates, Secretário de Segurança Pública do nosso Estado, estou muito feliz também pela sua presença. Quero lhe agradecer pela intervenção muito apropriada, adequada neste momento.

Sr. Presidente, existem duas leis de informática hoje no País: uma lei de informática que contempla a nossa região e a outra que contempla fora da nossa região. É aí que está um grande desafio. Graças a Deus, na nossa região, a Suframa administra com muita propriedade esses recursos e agora, no dia 11 de abril, Sr. Presidente, nós deveremos dar, a sociedade brasileira deverá dar uma resposta a uma situação da OMC, que fez uma avaliação dessa parte da informática fora da nossa região e não contemplou, graças a Deus, a parte da operação dos recursos de P&D na gestão da Suframa. Fomos preservados. É justamente aquilo que o Senador falou com relação aos incentivos fiscais e tributários que nós temos lá na nossa área.

Hoje o que nós mapeamos, Sr. Deputado, foi que uma grande parte desses recursos... A Suframa tem um papel de fazer um demonstrativo. Depois que esse recurso é aplicado pelos ICTs, pelos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

institutos, nós fazemos a fiscalização desses recursos e a prestação de contas é aprovada para que esse instituto possa, no ano seguinte, vir a ser contemplado novamente e estar quite com isso.

Verificamos... Nós vamos tentar agora visitar esses diversos institutos. Mapeamos algumas situações em cima das quais vamos trabalhar, fruto de várias observações dos nossos órgãos de controle – TCU, MPU e Ministério Público – porque nós queremos dar um tom de o que essa verba, que é vultuosa hoje... Se nós colocarmos, Sr. Presidente, nos últimos dez anos, o quanto a nossa região foi aquinhoadada com esses recursos e, na prática, o que foi feito é muito pouco. Nós queremos, sim, que esse recurso efetivamente seja empregado no sentido de criar, valorizar a geração de emprego, renda, a verticalização...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JUNIOR – ... do desenvolvimento desses institutos, contemplando mecanismos que possam verticalizar a nossa cadeia produtiva, e que sejam aplicados em benefício da nossa região. Hoje, a ideia geral, Sr. Presidente, é que esse recurso, para as empresas, é como se fosse uma... As empresas não sabem efetivamente o que fazer no emprego efetivo desse recurso. Então, nós vamos dar um tom, estamos trabalhando em cima disso, porque nós queremos ver se efetivamente esse recurso é empregado com essa finalidade de fazer o incremento e implementar a nossa geração de emprego, criando condições de verticalizar a nossa cadeia produtiva, trazendo a parte tecnológica, aprimorando, principalmente agora, com o advento da indústria 4.0 na nossa região.

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JUNIOR – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu agradeço muito a participação de todos os convidados que compareceram a esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dezoito minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Mailza Gomes, Lasier Martins, Selma Arruda, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Marcio Bittar, Confúcio Moura, Paulo Paim, Marcos do Val, Angelo Coronel, Fernando Bezerra Coelho e Major Olimpio. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem por finalidade o comparecimento de Sua Excelência a Senhora Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 1, de 2019, de autoria da Senadora Soraya Thronicke. Os Senadores Nelsinho Trad, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Luis Carlos Heinze, Major Olimpio, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Izalci Lucas e as Senadoras Eliziane Gama, Mailza Gomes e Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, fazem uso da palavra. Registra-se a presença do Sr. Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e do Deputado Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, dá ciência à Comissão das seguintes determinações: As reuniões de Comissão ocorrem nas dependências do Senado Federal, conforme artigo 106 do Regimento Interno; O apoio logístico para eventos realizados fora da sede do Senado Federal será de responsabilidade do autor do requerimento; Para que as audiências públicas sejam produtivas, recomenda-se a indicação de até 6 (seis) oradores no Requerimento, respeitando-se o princípio do contraditório. Em seguida, a Senhora Presidente comunica que foram designadas relatorias de projetos na Comissão e solicita aos senadores que se atenham ao prazo regimental para exame das proposições, enviando, assim que possível, à Secretaria da CRA os relatórios para que sejam pautados; e comunica, também, que as sugestões de Política Pública, desenvolvida pelo Poder Executivo, poderão ser apresentadas pelos senhores senadores, até o dia 22 de março do corrente ano, sexta-feira, perante a Secretaria da Comissão pelo email cra@senado.leg.br. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos. Após a aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/27>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Senhoras e Senhores, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, secretários, servidores e demais presentes, a presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. a Sra. Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos anos, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2019, desta Comissão, de iniciativa desta Presidência.

De acordo com os arts. 397 e 398, combinados com o art. 93 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência adotarà as seguintes normas: S. Exa. a Sra. Ministra terá 30 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação às Senadoras e aos Senadores inscritos; a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição; o Senador interelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para a Ministra.

Antes de darmos início e as boas-vindas à nossa Ministra, informo que ontem tivemos várias reuniões como esta aqui, e, de acordo com o Regimento Interno, esta reunião é para os Senadores, para que sejam passadas para nós Senadores as diretrizes, as pautas de como a Ministra, de como o MAPA irá agir durante esses quatro anos. Por isso, não é dada a palavra aos Srs. Deputados e, em geral, para os demais convidados. Sugerimos que as Comissões da Câmara realizem essas reuniões, como nós estamos realizando, para que também consigamos dar andamento e não atrapalhar a nossa Ministra.

Ministra Tereza Cristina, é um prazer estar aqui com a senhora. Foi o meu primeiro ato na Presidência esse pedido e, como sul-mato-grossense, estou mais agradecida ainda.

Quero registrar a presença aqui – perdoe-me – de Maurício Saito, da Famasul, do Mato Grosso do Sul, importante também. Muito obrigada.

Vou conceder-lhe a palavra. Mais uma vez, muito obrigada.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Bom dia, Senadora Soraya. É um prazer enorme estar aqui na Comissão de Agricultura do Senado, hoje comandada por uma Senadora, e uma Senadora do meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Quero cumprimentar todos os Senadores e todos os Deputados presentes e quero dizer da minha alegria de poder estar aqui hoje falando sobre o Ministério da Agricultura, esse ministério tão importante para a economia do nosso País, já que o nosso País tem uma vocação inequívoca para a agropecuária.

Eu quero contar para vocês, enfim, o que o ministério vem fazendo, esse que é um dos mais antigos ministérios do nosso País, e dizer, enfim, do novo ministério que se apresenta hoje, porque ele recebeu várias pastas para a sua composição. Ele, que já era um ministério robusto, tornou-se um ministério ainda mais robusto, mais importante para a nossa agricultura.

Eu queria dizer para vocês que o Ministério da Agricultura cuida de várias atividades. Além das políticas públicas para o setor, ele também cuida da defesa sanitária, que é um departamento importantíssimo, uma secretaria importantíssima, para que nós possamos receber produtos de fora e não ter problemas sanitários com o que nós produzimos, mas, também, para a exportação e para dar garantia e segurança alimentar para os países, mais de 190 países que importam produtos da nossa agropecuária.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero dizer que nós temos também a Secretaria de Políticas Agrícolas, que formula os planos agrícolas do nosso País, para que possamos continuar sendo essa potência, na agricultura e na pecuária, como o Brasil é hoje, através do crédito, enfim, dos planos que todo ano são apresentados e da inteligência que se tem para que se produza cada vez mais.

Nós temos também a Secretaria de Relações Internacionais, que também será muito valorizada nessa gestão, porque o Brasil produz muito e pode produzir muito mais, mas, para isso, nós precisamos ter mercados. Além de ser competitivos, nós temos que abrir mais mercados; manter o que nós já temos e abrir mais mercados porque nós temos um potencial gigante para produzir cada vez mais.

Nós temos também a Secretaria de Inovação, uma secretaria nova, que foi criada agora, porque a agricultura, apesar de muitos não saberem, hoje talvez seja um dos setores que mais embarca tecnologia, desde a genética até essa agricultura 5.0 que nós já temos hoje. Daqui a alguns anos nós teremos aí – já temos, hoje – máquinas que não são nem pilotadas mais, e teremos aí cada vez mais tecnologia embarcada na nossa agropecuária.

Nós temos a Secretaria de Pesca, que veio agora. É uma nova secretaria. É um setor que tem muito a crescer em nosso País. O Brasil, com uma costa marítima como a nossa, enorme, e com um potencial de águas, de água doce para a aquicultura, tem um potencial enorme, que ainda é desorganizado, e pode crescer muito com organização, com seriedade e colocando tecnologia. Enfim, é um setor que eu considero um dos mais promissores para o avanço que teremos daqui para frente.

Nós temos também a nova Secretaria de Assuntos Fundiários. O Incra está subordinado a esta secretaria. Talvez seja uma das coisas mais importantes em nosso País, e nós precisamos de muita organização, nós precisamos de muita segurança para que os nossos produtores, para que todos possam investir em nosso País com tranquilidade tendo a regularização fundiária. Então, o que a gente vê por aí é uma insegurança total e, para isso, o Incra está sendo todo reformulado. Eu vou falar um pouco mais para frente o que este ministério pensa e o que vai fazer a este respeito.

Nós temos a Secretaria de Agricultura Familiar, que é a sétima secretaria criada no Ministério. Era o antigo MDA, que passou para uma secretaria especial, para a Presidência da República, e hoje volta para o Ministério da Agricultura. Volta, a meu ver, para o lugar em que sempre deveria ter estado. Nós só temos uma agricultura, não interessa o tamanho do produtor. Nós precisamos é de políticas que atendam as demandas desses diversos produtores rurais: assentados, agricultura familiar, médios e grandes produtores. Você tem que ter políticas adequadas para que todos possam produzir da melhor maneira possível, tendo crédito abundante, tendo uma linha de onde se quer chegar com a agricultura em nosso País.

Eu estou muito feliz porque tive o privilégio, ao ser indicada Ministra da Agricultura, de ter a liberdade de trazer os secretários dessas pastas, secretários técnicos que podem ajudar e muito na formulação de todas essas políticas que se pretendem no ministério. Então, para o bem ou para o mal, a culpa será minha do encaminhamento dessas políticas que nós estamos trazendo para a agropecuária brasileira.

Eu fiquei muito feliz, Senadora, com o seu convite, porque eu acho que nós precisamos dividir responsabilidades com o Congresso Nacional, com o Senado e com a Câmara. Nós temos vários assuntos com que, juntos, podemos fazer com que esse setor tão importante para o nosso País possa facilitar suas atividades com a compreensão e com a ajuda do Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

A SRA. TEREZA CRISTINA – Nós temos várias leis para serem aprovadas aqui que podem facilitar e muito a vida dos empreendedores da agropecuária brasileira.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na agenda estratégica do MAPA, eu gostaria de colocar o nosso foco principal, que é a competitividade do nosso setor, a competitividade interna e externa. Para isso, nós temos vários gargalos que precisam ser superados. Nós precisamos facilitar uma série de providências dentro do próprio MAPA. Nós estamos hoje trabalhando em ações, às vezes pequenas ações que facilitam a vida dos agropecuaristas, da agroindústria brasileira, que tanto depende, às vezes, de normas claras e de normas que possam ser atendidas. Então, nós temos vários segmentos e estamos tratando disso de maneira muito forte dentro do ministério.

E lá fora, o que é que nós precisamos facilitar? Alguns gargalos nós podemos resolver, outros não dependem do ministério. Por exemplo: infraestrutura. Infraestrutura hoje é um dos principais custos de produção que vem agregado ao nosso produto, e o produtor não tem o que fazer. Então, para trabalhar num mercado livre, há algumas coisas que nós no Brasil precisamos resolver, para que o produtor possa ser cada vez mais competitivo. Com tudo isso, ele ainda é competitivo, mas nos preocupa muito que a margem de lucro de quase todos os segmentos vem ficando cada vez mais apertada. Nós temos problemas de infraestrutura, precisamos resolver as ferrovias, as rodovias, os portos. Nós temos a cabotagem; no nosso País, de tamanho continental, ainda temos muito problema para levar o milho ao Nordeste. Eu acabo de vir de uma viagem ao Nordeste, o milho lá está R\$48, R\$50. Então, temos vários problemas que precisam ser resolvidos, e esta Casa, o Senado, a Câmara, o Congresso pode nos ajudar e muito a resolver parte desses gargalos que temos hoje.

Nós também temos que tratar de marcos regulatórios que tragam segurança jurídica. Isso talvez seja o que quer o nosso empreendedor, o nosso investidor e também aqueles lá de fora que querem investir no Brasil. Eu não passo um dia no Ministério da Agricultura em que não receba alguém de fora, grandes fundos que querem investir no Brasil, mas para isso nós precisamos de segurança jurídica, para isso nós precisamos dar segurança nos contratos que nós temos. Eu não tenho dúvida de que o Brasil é o grande porto de atração para esses investimentos, mas nós precisamos caminhar na segurança jurídica em vários pontos e também na parte fundiária, que está diretamente ligada ao Ministério da Agricultura.

Nós estamos privilegiando também o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias sempre. Nós temos a Embrapa, ligada ao Ministério da Agricultura. Uma empresa de que todos os brasileiros têm orgulho é a nossa Embrapa, mas nós precisamos modernizar mais a nossa Embrapa. Nós temos aí um trabalho junto a essa Embrapa para fazer com que ela traga cada vez mais tecnologia para essa competitividade que nós queremos para esse setor.

Contribuindo também com o setor privado, eu tenho falado muito sobre adotar processos modernos de autorregulação e automatização das licenças. Não é possível que nós tenhamos um parque industrial da agroindústria fortíssimo e não possamos confiar nos nossos empresários. O Ministério da Agricultura, o Estado brasileiro não tem pernas para fazer essa fiscalização, com o tamanho que tem hoje esse parque industrial brasileiro, no setor de aves, leite, carnes, vinhos, fertilizantes. Quando falamos de autocontrole, as pessoas logo pensam em frigoríficos. Não, nós temos aí todos os setores, há inúmeros setores em que nós precisamos fazer autocontrole. E o ministério não deixará de estar sempre presente. O que ele não vai fazer é estar lá no dia a dia. A confiança quem tem que dar é quem produz, é a agroindústria. Ela é que tem que ter responsabilidade sobre a sua marca, ela que tem que dizer: o meu produto é bom, nós analisamos o produto e damos a garantia de que aquele produto realmente tem a qualidade que a indústria coloca para o seu consumidor.

Eu até brinco que todo dia a gente vê no jornal as indústrias automotivas fazendo *recall*. Elas chamam – o amortecedor número tal da série tal deu problema – chamam todo mundo para fazer a troca. Com alimento é diferente, mas também há *recall*, e esse *recall* é importantíssimo. Isso pode acontecer todo dia, acontece no mundo inteiro. O que nós precisamos ter é a responsabilidade das partes: o Governo fazendo auditoria e a indústria fazendo a sua parte, que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

é garantir a qualidade dos seus produtos para o consumidor brasileiro e para as centenas de países para os quais hoje nós exportamos.

No que tange à segurança fundiária, este é o grande desafio que nós temos: arrumar o Incra – está aqui o Secretário Nabhan. Nós temos um grande desafio. O Incra tem um levantamento enorme, mas temos que unificar todas essas bases de dados: as da Amazônia Legal, que hoje tem um programa que foi para dentro do Incra; e nós temos aí agora a parte indígena, que ainda não veio, que está esperando a parte de demarcação de terra indígena, que também está vindo para o Incra e será tratada com a *expertise* que o Incra já tem sobre os quilombolas.

Esse é um assunto que também tem sido muito debatido, mas tenho certeza de que nós daremos segurança não só aos indígenas, mas também àqueles produtores que estão no entorno dessas terras demarcadas.

Eu queria falar um pouco também sobre o crédito e o seguro rural. O crédito também tem uma grande polêmica, mas eu posso assegurar aos senhores que este Governo tem tido um olhar diferenciado para a agropecuária e para o crédito de que ela tanto precisa. Nós estamos trabalhando o novo Plano Safra. O Plano Safra do ano passado, que ainda está vigente – porque só termina no dia 1º de junho, quando entra o novo Plano Safra –, se esgotou: 191 bilhões, esse dinheiro já foi todo emprestado; para a agricultura familiar, mais 30 bilhões. Esse dinheiro se esgotou. Nós deveríamos ter esse dinheiro até junho, mas houve uma tomada de recursos. Isso é um bom sinal; é ruim porque acabaram os recursos, Senadora, mas é muito bom porque mostra que o setor está investindo, continua tomando crédito, portanto, esse setor continua num ritmo acelerado de crescimento.

Nós estamos trabalhando a área de crédito junto ao Ministério da Fazenda. Já temos assegurado que o valor será o mesmo do ano passado, com um acréscimo de 5%, que é o que temos assegurado pela lei, mas nós estamos ousando mais, estamos tentando um crédito maior, fazendo a demonstração de que o nosso negócio vem crescendo. Então, nós estamos pedindo uma suplementação maior, uma equalização maior para esse crédito.

E também queremos avançar muito no seguro rural. A gente sabe das dificuldades de orçamento que o Governo tem. Portanto, para o grande produtor, se a gente conseguir taxa de juros razoáveis para o negócio e com um seguro maior, eu acho que nós podemos ter mais crédito disponível para essa categoria de produtores. Isso ainda é uma construção. Nós temos ferramentas de créditos novas. A antiga LCA é uma letra de crédito feita para a agropecuária. Então, ela deveria ser não 100%, mas hoje só 30% dela vão para a agropecuária, e nós estamos pedindo 50%. Eu acho que isso ajudaria muito. Nós temos outras ferramentas de crédito também sendo trabalhadas, ferramentas mais modernas para colocar à disposição, mas eu quero dizer para vocês o seguinte: isso tudo precisa de tempo, isso precisa de uma transição segura para que o produtor possa ter previsibilidade e trabalhar com o planejamento de como isso vai acontecer.

No seguro rural, este ano, houve 440 milhões para subvenção do seguro, e eu acho que nós podemos ousar e pedir mais 600 milhões. O ideal é que fôssemos a 1 bilhão. Com 1 bilhão de subvenção, nós passaríamos de 42 mil produtores atendidos para quase 150 mil produtores.

Enfim, eu acho que nós temos muito a fazer na agricultura. Há grandes temas a serem discutidos. Eu queria entrar em alguns temas novos – novos e velhos ao mesmo tempo.

Agricultura irrigada. Essa é a agricultura em que nós precisamos caminhar para frente. É uma coisa de que se fala no Brasil há muitos anos, mas que não caminhou como deveria, e eu sinto que é fundamental para o Nordeste brasileiro. E, como nós recebemos uma missão no Ministério da Agricultura para que se fizesse uma política forte para o Nordeste, eu vejo isso como um ponto focal para caminhar com essa agricultura moderna no Nordeste brasileiro. Há muita coisa feita, há muita coisa para ser terminada, mas eu acho que estamos próximos de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

atingir... Nós, com vontade política, com vontade de fazer, podemos progredir, andar muito com essa agricultura irrigada e levar os benefícios que o Nordeste precisa na agricultura.

Nós precisamos também aperfeiçoar a metodologia de zoneamento agrícola. Só com isso, nós poderemos avançar no seguro, diminuindo o prêmio, melhorando o seguro rural, que nós queremos que atinja um número cada vez maior de produtores rurais.

Há um programa no Ministério da Agricultura que está em andamento: o Mais Leite Saudável. É um programa de iniciativa da Senadora Kátia Abreu, um programa de sucesso que nós achamos que precisa ser massificado, para resolver os problemas estruturais da cadeia de leite. Vocês viram, dias atrás, a grande polêmica a respeito dessa cadeia produtiva. Não é só o problema de importação de leite, nós precisamos resolver os problemas internos dessa cadeia. Esse programa pode ajudar muito na estruturação da cadeia de leite no Brasil.

E nós precisamos trabalhar muito a promoção da imagem agropecuária brasileira. Esse é um ponto que eu não consigo entender. O Brasil, sendo a potência agropecuária que é, colocando alimento barato nas mesas do nosso povo, exportando para cento e tantos países do mundo, tem uma imagem muito ruim – a imagem dentro do País; fora do País é até melhor do que aqui dentro. Então, eu acho que nós precisamos promover a imagem da agropecuária brasileira e mostrar que são homens e mulheres que trabalham. Não é todo país que tem a segurança alimentar que o Brasil tem. A gente vê a preocupação do Japão, da China, da África, de países que já passaram... E a gente vê o Brasil, com toda essa fartura dentro do nosso País, com uma imagem ainda deturpada do produtor brasileiro, da agricultura brasileira no nosso País.

Nos novos projetos que o ministério quer trabalhar de maneira muito firme, está uma política que está sendo construída – e eu quero dizer a vocês que é não só pelo Ministério da Agricultura, mas também por outros ministérios, transversalmente – para o Semiárido brasileiro, junto com o Ministério de Desenvolvimento Regional, que tem toda a parte de infraestrutura do Nordeste brasileiro. Enfim, nós estamos construindo essa política para o Nordeste brasileiro, para o Semiárido principalmente, para que o Nordeste brasileiro também tenha as mesmas condições hoje da agropecuária do centro-sul, da agropecuária do Centro-Oeste. Que a gente possa levar todas essas vantagens também para o Nordeste brasileiro.

Nós estamos construindo com o Banco Mundial uma política de microbacias. Há um problema seriíssimo hoje de contenção de água. No Brasil, há chuvas em muitos lugares, mas deixamos que essa água se perca, deixamos que muita terra escorra para dentro dos nossos rios, fazendo assoreamento, das nossas barragens. Então, esse é um programa que estamos estudando com muito empenho, é um programa caro, mas é um programa necessário. O Paraná já fez isso de maneira espetacular; São Paulo, uma parte; Minas, uma parte; mas vemos que o Brasil ainda precisa muito desse trabalho de microbacias, para contribuir cada vez mais com o meio ambiente.

Nós também estamos fazendo uma unificação das bases de dados georreferenciadas através da Embrapa Territorial, da Embrapa Informática Agropecuária, do Incra, do CAR e do Inmet. Nós queremos fazer um único cadastro para que tudo o que temos dentro das bases da agropecuária, seja ela pequena, seja ela grande, seja ela média, esteja num único cadastro, o que vai facilitar muito as políticas que teremos que implementar daqui para frente.

Nós temos um programa de modernização e fortalecimento da defesa agropecuária, porque, cada vez mais, os mercados vão exigir de nós essas políticas, através da defesa sanitária, para que se possa exportar. E as "barreiras comerciais", entre aspas, muitas vezes acontecem na parte sanitária. Então, nós já temos US\$200 milhões para fazer um grande programa para modernização e fortalecimento da defesa agropecuária.

Nós também estamos implementando um programa de modernização e fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, o Prosuasa. Isso aí será para os Estados. Não adianta o Brasil ter um grande programa e os Estados não terem como participar





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

conosco. Então, nós estamos fazendo esse programa. A nossa meta agora é arrumar recurso para que os Estados também possam participar de todo esse programa de modernização, facilitando, inclusive, a vida das pequenas agroindústrias dos Estados, porque assim elas poderão vender os seus produtos de maneira... E a população terá segurança de que estará consumindo produtos de qualidade.

Regularização fundiária. Nossa meta são 600 mil títulos de regularização dessas famílias que já estão em assentamentos, em lotes, sem títulos ainda, muitas há mais de 20 anos, cujos pais já morreram, e vivem na irregularidade. Portanto, para terem acesso a crédito, para poderem progredir e para terem liberdade de fazer sua produção, nós precisamos dar continuidade e celeridade à entrega de títulos a essas 600 mil famílias que já têm direito a esses títulos, mas ainda não os têm.

A implantação de projetos produtivos em mais de mil assentamentos rurais. Nisso é que a nossa Secretaria de Agricultura Familiar está trabalhando, para colocar projetos integrados nesses assentamentos, para que essas pessoas possam produzir de maneira a estar dentro dos processos produtivos e dentro do mercado.

E uma reestruturação das nossas vinculadas. Nós temos a Conab. Eu gostaria que a Conab voltasse a ser a antiga CFP, para quem lembra isso. A Conab recebeu a Cibraze e a Cobal. Então, ela virou essa empresa que hoje é muito complicada, mas nós temos, nesses tempos modernos, que tratar de inteligência estratégica da agropecuária brasileira. Então, nós estamos trabalhando muito para que a Conab mude o enfoque para essa estratégia das políticas agrícolas, dessa inteligência de que o Brasil precisa.

A Embrapa. Ela está nos 26 Estados brasileiros – ela só não está no Espírito Santo, mas está em todos os outros Estados. Nós vamos reordenar também as ações da Embrapa, para que ela atenda à pesquisa de maneira mais focada naquilo que os produtores e o mercado precisam que a Embrapa contribua, no que ela pode contribuir muito e cada vez melhor.

A Anater é a empresa de extensão rural que também veio para o MAPA. Nós já colocamos na MP 870, que os senhores estão apreciando, as modificações que precisamos. Eu não acredito em agricultura familiar, em agricultura do pequeno produtor sem a extensão rural. Quando você coloca a extensão rural a favor desses pequenos produtores, a resposta é imediata. E eu acho que simplesmente dar o crédito sem a orientação é jogar dinheiro fora na maioria das vezes. Então, esse será um grande esforço...

E não precisa ser a extensão rural através somente do setor público. Nós podemos fazer parcerias. Há aí o Senar, que presta um grande serviço, que já faz um grande serviço, mas que pode aumentar a sua base. Há aí outras empresas de assistência técnica, mas que precisam realmente cumprir o seu papel.

E é isto que queremos da nossa Anater: que faça essa orientação. Já que nós não teremos braços e pernas para fazer toda essa capacitação e essa orientação, então, que contratemos, que orientemos outras empresas, empresas locais dos Estados, para fazerem essa extensão com resultado, porque eu acho que é isso que todos querem.

Senadora, eu acho que isso é uma parte do ministério. Eu gostaria de colocar à disposição dos senhores o Ministério da Agricultura para que a gente possa dialogar cada vez mais, para ouvir os pleitos dos Estados. Às vezes, a gente fica muito aqui em Brasília, e eu tenho tentado, nesses menos de 60 dias de Governo, começar a andar pelo País.

Eu estive agora lá no Acre e fiquei impressionada com o potencial do Estado e com o que fizeram com o Acre. O Acre precisa produzir, e ele pode preservar.

E aí eu quero dizer a vocês que eu acredito que o desenvolvimento pode ser sustentável, sim. E, quando você tem uma economia forte, você consegue preservar; quando você tem pobreza, eu acho que você não consegue preservar.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu fui agora também conhecer o Nordeste, que eu confesso a vocês que conheço pouco, e fiquei impressionada com os projetos que vi, com alguns cases de sucesso que vimos lá. E vemos que podemos ajudar e muito, que isso pode se transformar para outros Municípios. Eu fui ao Município que menos chove no Brasil e fiquei impressionada com o que eu vi, com a organização, com o associativismo para enfrentar as intempéries, e eles conseguiram. Então, eu até tenho brincado que, quando vier um Prefeito lá do meu Estado, onde chove, onde há terra boa, onde há equipamento, vou sempre citar esse exemplo que eu acabei de ver. A superação está em políticas públicas acertadas, na união dos produtores e no ministério que tem que dar o apoio total para que essas políticas possam chegar até ao pequeno produtor, até ao produtor, seja ele de que tamanho for. Ele não pode ficar no meio do caminho.

Nós temos que fazer mais Brasil mesmo e menos Brasília. Nós temos que estar muito presentes nos Estados brasileiros, ouvindo e implementando políticas que realmente sejam exequíveis. Às vezes, a gente faz políticas aqui da Noruega para o Brasil, e essas adaptações é que nós estamos tentando implementar, para que essas políticas sejam exequíveis e para que elas possam trazer realmente os resultados de que a gente precisa.

Para o grande produtor, eu acho que a gente deve atrapalhar menos. Se o Estado atrapalhar pouco, eles vão embora. Eles precisam que a gente só não atrapalhe.

Eu quero dizer a vocês que o Ministério da Agricultura é um grande desafio, mas que lá nós temos um time empenhado em trabalhar pela agricultura brasileira, pelo povo brasileiro, o que eu acho que a gente consegue, com a ajuda aqui do Congresso, destravando algumas leis que são necessárias para que se ande.

Também eu quero lhes dizer que, embora não seja um assunto da minha pasta, um assunto que atrapalha muito a agricultura é a questão do licenciamento ambiental, que está chegando aqui, que precisa ser visto e que precisa caminhar para que a gente consiga trabalhar cada vez melhor aqui, no nosso País.

Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Senadora Soraya, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Ministra.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de sugerir a V. Exa., com o apoio dos nobres pares, que, como há muitos Senadores inscritos para fazer perguntas à nossa Ministra, se usasse a dinâmica que nós tivemos ontem na Comissão de Educação, com o Senador Dário Berger presidindo. Que V. Exa. possa dar a oportunidade de três em três ou de quatro em quatro fazerem as perguntas. A Ministra pode anotá-las e para depois lhes responder.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – De quatro em quatro – sim, já estava aqui. Foi excelente a condução do senhor ontem, e acho que essa é a melhor maneira para que a gente possa otimizar.

Ministra, muito obrigada. Eu sempre estive segura; desde o dia em que a senhora foi nomeada, eu tinha a certeza de que nós teríamos um grande Ministério da Agricultura, mas a sua fala, a sua explanação nos traz mais segurança ainda de que estamos em boas mãos. É bíblico que Deus prepara os escolhidos. Eu tenho certeza de que a mão de Deus lhe dará sempre sabedoria. Muito obrigada.

Vou começar. Embora eu já tenha retirado daqui metade das minhas perguntas, porque a senhora sanou as minhas dúvidas, há algo que eu quero trazer.

Dados da Secretaria de Relações Internacionais do MAPA indicam que, em 2018, as exportações do agronegócio brasileiro somaram US\$101,7 bilhões, com o aumento de 6% em relação a 2017, e que as importações, no mesmo período, foram de US\$14 bilhões, o que indica um superávit da balança do agronegócio de cerca de US\$87,7 bilhões. Sem a contribuição do





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

agronegócio brasileiro, a balança comercial do País, que foi superavitária em cerca de US\$58,7 bilhões, seria deficitária em aproximadamente US\$29 bilhões. Sem dúvida alguma, foi o agronegócio que sustentou a estabilidade macroeconômica alcançada pelo Brasil num momento de turbulência fiscal e política. Ainda nos últimos 20 anos, o agronegócio foi responsável por gerar uma renda para o País da ordem de US\$1,23 trilhão – esse valor é em trilhão.

Nesse contexto, gostaria de fazer algumas indagações a V. Exa. Quais são os segmentos do agro mais relevantes no *ranking* de exportação e importação aqui, no Brasil? Quanto representaram esses segmentos no ano passado? Quais foram os principais importadores dos nossos produtos do agro? Qual a participação de cada um deles – quem mais comprou? Quais foram os principais mercados dos quais o Brasil adquiriu produtos – e a participação deles? E como está – especificamente eu gostaria que a senhora colocasse – a composição da pauta de exportação para a China, União Europeia, Mercosul, Estados Unidos, Japão, Rússia e países árabes?

A senhora pode fazer...

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – Quando ela terminar de responder essas perguntas, acabou a reunião! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não! É só para a senhora dar uma ideia deste momento. Não precisa ser uma por uma.

Eu vou dar a palavra para mais três Senadores, e nós vamos em bloco.

A senhora pode ser sintética, fique tranquila, mas o Brasil precisa conhecer esses números e saber a importância do agro e o olhar que o Governo Federal tem que dar para o agronegócio, principalmente para dizer que a nossa Comissão está à disposição.

Com a palavra a Senadora Eliziane.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – São quatro. Mais Eliziane, Fernando Bezerra e Marcio Bittar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpellar Ministro.) – Sra. Ministra Tereza, colega nossa ali na Câmara dos Deputados, tivemos alguma convivência naquela Casa.

Eu quero cumprimentar a Presidente da Comissão, Senadora Soraya, também pelo grande desafio que é o comando desta Comissão.

Ministra, eu vou dividir aqui a minha pergunta em três pontos e quero começar pela agricultura familiar, que é a minha grande preocupação.

Eu digo isso, porque eu sou do Maranhão, sou da Região Nordeste brasileira, onde temos uma prevalência – com cerca de metade – dos estabelecimentos familiares, mas cujo acesso, por exemplo, a financiamento, especificamente do Pronaf, é extremamente pequeno. São cerca de apenas 15%, de acordo com os dados que foram apresentados, inclusive pelo próprio Banco Central. Isso me traz, de fato, uma grande preocupação, Ministra, porque, do total da alimentação que vem para a mesa do povo brasileiro, 70% vêm dessa agricultura, que tem, portanto, um peso gigante na vida e na família dos brasileiros. Ao mesmo tempo, se formos fazer um levantamento de toda a legislação em políticas públicas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... que orienta a nossa agricultura brasileira, veremos que ela praticamente é toda voltada para a agricultura convencional, para o agronegócio, que é o tema último que a senhora, na verdade, trouxe a esta Mesa. A exemplo disso, o atual modelo de agricultura recebeu, em 2017, Ministra, 75% a mais do Governo em créditos do que a agricultura familiar. Eu queria que a senhora me





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

falasse exatamente qual é a sua preocupação em relação a esse tema especificamente da agricultura familiar e o que o Governo vai fazer para reverter isso, para nós termos, portanto, um direcionamento orçamentário muito melhor e o atendimento a essas famílias.

Nessa mesma perspectiva, eu queria também trazer aqui uma temática sobre a questão do agrotóxico, que é um debate em voga no momento no Brasil, até pelo impacto que isso tem na vida das pessoas. A ONU, por exemplo, mostrou que nós temos uma quantidade de 200 mil pessoas que morrem por ano. Se a gente faz uma comparação do Brasil com a União Europeia, o Brasil flexibiliza em mais de 400 vezes o licenciamento e a comercialização do agrotóxico. Só para se ter uma ideia, a comercialização do agrotóxico hoje está em torno de R\$32 bilhões, e o recurso direcionado para a merenda escolar, por exemplo, é de R\$3,8 bilhões. Então, há, na verdade, uma disparidade significativa, sem falar no que isso significa para a vida das pessoas em relação ao câncer, em relação ao meio ambiente, com a contaminação de reservatórios, enfim, e a outras questões gravíssimas – eu tenho dados aqui. Por exemplo, há uma isenção total do IPI, do PIS/Cofins, e isso acaba incentivando, de fato, significativamente, essa comercialização.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Por exemplo, em relação a licenciamento do agrotóxico, houve 20 tipos autorizados em 2016; em 2017, 47; em 2018, 60; e, em 2019, em que nós estamos ainda no mês de março, 86. Então, quando a gente chegar ao final de 2019, meu Deus do céu, eu não sei quais são os números realmente que nós poderemos ter.

O Serviço Federal da Rússia chegou a colocar a possibilidade de não importar mais produtos brasileiros por conta disso. Então, se a gente tem uma preocupação com a exportação dos produtos de uma forma geral, automaticamente, a gente também precisa ter a preocupação em relação à liberação do uso de agrotóxicos no Brasil.

Quando a senhora fala em relação às muitas licenças ambientais que atrapalham, por exemplo, os grandes produtores, eu não acho que atrapalhem, Ministra, porque a questão desse licenciamento ambiental é importante, inclusive, para essa política internacional, para essa política de exportação. Sabemos que, se não estabelecermos um critério mínimo para a concessão dessas licenças, vai ocorrer – conforme temos acompanhado o caso mais grave do presente momento – uma tragédia, como a que aconteceu em Brumadinho, em que licenças que não deveriam ter sido autorizadas o foram, pela Vale, inclusive, para a expansão daquele empreendimento.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Por fim, em relação às demarcações de terras indígenas. Eu vi um dado – queria só mais um minuto, Presidente, para eu poder finalizar meu raciocínio, que já estou finalizando, inclusive – sobre suicídio na comunidade indígena. A média nacional é de 5,2 para cada 100 mil nascidos vivos. Esse percentual, na comunidade indígena, está acima de 15,2 para cada 100 mil nascidos vivos, e o que é mais grave: em adolescentes, crianças acima de 9 anos de idade até a média de 20 anos de idade.

E aí houve, por exemplo, em 2017-2018, uma declaração do Presidente Bolsonaro, que à época era ainda Deputado, em que ele dizia que havia no País uma indústria de demarcação de terra e que, no que dependesse dele – frase dele –, não haveria mais demarcação de terra indígena. E isso atinge diretamente peculiaridades que estão, inclusive, estabelecidas na Constituição Federal, que é a garantia desse espaço, o respeito à sua cultura, o respeito realmente aos seus costumes.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria saber da senhora qual a sua preocupação em relação à demarcação também de terras indígenas e se, de fato, não teremos essas demarcações. Como isso será levado? Infelizmente, nas últimas décadas, eu diria que, tanto no Governo do PT...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... quanto no Governo do Temer, a quantidade de demarcação de terra foi realmente muito pequena, e isso tem um impacto gigante em relação a esses povos indígenas do nosso País.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora.

Eu só gostaria de destacar a presença do Secretário Nabhan Garcia – muito obrigada! – e do Presidente da FPA, Alceu Moreira. Muito obrigada, Deputado!

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, minha prezada amiga Ministra de Estado da Agricultura, Deputada Tereza Cristina, Sras. e Srs. Senadores, eu queria dar um testemunho. Na realidade, eu tenho a alegria de poder dizer que sou amigo da Ministra Tereza Cristina e quero aqui trazer uma palavra do trabalho dela como Parlamentar. Nos últimos quatro anos, estivemos no mesmo partido, e vi a coragem, a seriedade, a postura correta no trato dos temas de interesse do País, sobretudo quando ela mereceu a confiança dos seus pares para liderar um dos grandes partidos na Câmara dos Deputados. A sua presença à frente do Ministério da Agricultura, respaldada que foi pela Frente Parlamentar de Agricultura, na realidade, desperta uma grande expectativa entre os muitos amigos que ela formou dentro do Congresso Nacional. Tenho absoluta certeza, minha amiga, de que o seu trabalho será coroado de muito êxito pela capacidade que você tem como empresária, como produtora e como Parlamentar. O Brasil está bem servido com você para cuidar de temas tão importantes e tão relevantes para o interesse nacional.

Eu me permitiria trazer quatro comentários breves a partir da exposição que foi feita pela Ministra.

É preciso, sim, apoiar cada vez mais a Embrapa. A gente tem que cuidar bem da Embrapa, sempre, sempre! E eu quero falar de forma mais carinhosa da Embrapa Semiárido, que está instalada no Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, que tem como desafio cuidar das tecnologias de convivência com a seca, as tecnologias que são transferidas para os agricultores do Semiárido nordestino. E, tendo em vista a pujança do polo de fruticultura de Petrolina e Juazeiro, nos últimos anos, a Embrapa também é hoje suporte tecnológico para a produção de uva e de manga. O nosso polo na nossa região representa mais de 90% da uva e da manga exportadas pelo Brasil. Esse agronegócio tem um volume de mais de US\$300 milhões por ano e é responsável por mais de 100 mil empregos, sobretudo nos Municípios de Petrolina e Juazeiro, na Bahia.

E quero dar aqui um exemplo de como as coisas podem melhorar na Embrapa. A Embrapa, recentemente, desenvolveu, de forma exitosa, uma nova variedade de uva, chamada Vitória, campeã de vendas, mas a Embrapa transferiu essa tecnologia sem cobrar nenhum *royalty*. Hoje, produtores da África do Sul estão produzindo a variedade Vitória e competindo com os produtores do Brasil, e os produtores de Petrolina e Juazeiro, na Bahia, pagam 5% de *royalties* nas variedades que são importadas da Califórnia para que a gente possa competir no mercado internacional. Então, eu acho que uma das coisas que a Embrapa poderia fazer e deve fazer é cobrar pelas suas tecnologias. Se nós estamos pagando *royalties* de tecnologias estrangeiras, por que não pagar à Embrapa...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campanha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para que ela possa ter receita, para que ela independa do Orçamento da União? Eu não tenho dúvida nenhuma da inteligência que há dentro da Embrapa, que é a maior empresa de pesquisa agrícola do mundo! A Embrapa, com o apoio, com a ajuda, com a política adequada, vai ainda dar muitas alegrias ao nosso País.

O segundo comentário que eu queria fazer...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... é sobre irrigação – eu vou encerrar, rápido, para não me alongar. Eu acho que a preocupação aí é com o preço de energia e com o preço de outorga. Os preços das outorgas que foram estabelecidos pela ANA podem inviabilizar a atividade da agricultura irrigada. E uma maneira de estimular a irrigação é definir, nos fundos constitucionais, no FNE, um percentual de aplicação mínima para a irrigação.

Finalmente, o terceiro tema, que eu acho que deve merecer uma atenção do Ministério da Agricultura e, sobretudo, do Ministério das Relações Exteriores, é acabar com a sobretaxa que há sobre a exportação de uva e manga para a União Europeia. A gente paga 12% a mais – o Chile não paga; o Peru não paga –, e isso está tirando mercado e emprego aqui no Brasil. Então, é preciso agilizar esse acordo Mercosul-União Europeia, em defesa do interesse nacional. Nós não podemos pagar essa sobretaxa.

E, por último, Ministra, já encerrando, para ser obediente à recomendação da nossa Presidente, a quem quero desejar muito sucesso à frente da Presidência desta importante Comissão do Senado Federal, nós estamos numa grande expectativa da sua visita à cidade de Petrolina agora neste mês de março, para que possamos ter a alegria de fazer um grande encontro lá.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Eu não posso deixar de iniciar fazendo aqui uma breve homenagem. Eu tenho muita honra de representar o Acre, Estado que acolheu a minha família, mas também tenho um carinho imenso pela terra natal desses três Senadores que estão aqui.

O Nelsinho foi um dos melhores Prefeitos que Campo Grande já teve. Eu tive o privilégio de ser Deputado Federal com o pai dele, que me acolheu aqui na Câmara Federal, quando já era Deputado Federal.

A Senadora Simone foi a minha candidata dentro do nosso querido MDB. Acho que, se o meu partido tivesse aprovado a Simone, ela, hoje, estaria no lugar do Davi. Que bom que, depois, nós evitamos que o Davi sofresse o segundo turno; senão, haveria segundo turno. Eu tenho muito carinho...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Já passou...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Está tudo tranquilo, mas é só o registro!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Beleza!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Então, eu tenho um carinho muito grande por ela, que, hoje, preside a Comissão mais importante do Senado Federal, e da Câmara também, que é a CCJ.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E hoje tive uma surpresa – para você ver como o Estado do Mato Grosso do Sul, onde mora a minha mãe, onde tenho irmãs, está também na minha alma –, pois descobri que o Nenê Junqueira é amicíssimo da Senadora Soraya e do esposo dela.

Eu quero cumprimentar também aqui o Secretário Nabhan, com quem eu tenho mantido muitas conversas, e o meu amigo e Líder do Governo, que teve a lucidez, a meu juízo, de indicá-lo como Líder.

Ministra, eu não pude acompanhá-la no meu Estado, mas estou aqui para fazer um breve relato e um apelo.

Primeiro, com a sua exposição, como disse o Líder do Governo no Senado da República, a gente se sente seguro pelo seu envolvimento e pela capacidade de conhecer e dominar o tema. Então, conte com a nossa ajuda.

Eu queria apenas reforçar que há um debate, nas últimas décadas, sobre essa questão ambiental e de produção. Alguns chegaram a afirmar, no meu Estado, Estado que o Petecão representa, que é meu amigo, que foi meu padrinho na eleição – ele disparou na votação e me puxou... Aqui também está a nossa Senadora, nossos três Senadores do Acre estão aqui. Ventilou-se, então, a ideia de que era preciso deixar que a floresta ficasse quase intacta e de que isso poderia gerar riqueza. Pois bem, esse debate teve a oportunidade de se provar verdadeiro no Acre, a terra do Chico Mendes, a terra da Marina Silva, do Jorge Viana, do Tião Viana. Eles tiveram tudo para provar sua teoria de que era possível não ter estrada, não ter soja, não ter milho, não ter arroz, não ter lavoura e praticamente sobreviver do extrativismo, como se fosse possível fazer voltar o seringal nativo, que acabou não porque pessoas como meu pai e outros tantos foram para o Acre cuidar de fazenda, mas porque levaram a semente. Ponto. Faliu, não volta mais. Foram 20 anos, com apoio do Fernando Henrique Cardoso, com apoio do Lula, da Dilma, e o Estado do Acre nunca esteve tão pobre e tão violento como está agora. Esse laboratório foi feito no Acre e não deu certo. Só que esse laboratório, Ministra, ajudou a criar o que a senhora fala e tem que fazer – nós temos que fazer isto no Governo – que é a garantia jurídica.

A área rural brasileira, particularmente da Amazônia, é um sistema comunista! Vejamos. Criaram reservas indígenas, um monte. A ideia é que era deles: "Agora os índios serão donos da sua terra". Eles não são donos! Se eles descobrirem petróleo, gás e minério e quiserem explorar...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Perdoem-me.

Se quiserem, eles vão ter que pedir ao Estado primeiro. Criaram reservas extrativistas. Aliás, na Reserva Extrativista Chico Mendes, eles querem criar gado, porque não querem viver mais do corte da seringa – eles que estão lá na reserva que leva o nome de Chico Mendes. É interessante que, quando passam de 30 cabeças de gado, são multados e proibidos. Se esses, que estão dentro da reserva extrativista, quiserem trocar mil hectares de floresta nativa por mil hectares de eucalipto, por exemplo, eles podem? Não podem. Primeiro, eles precisam ir ao Estado, pedir a permissão, para ver se o Estado deixa ou não. Sobrou a propriedade privada. Na Amazônia, em 80%, você paga, é responsável por ela, civil e criminalmente, mas ela não é sua, porque nela você não pode trabalhar. Suponha que o investidor queira comprar 100 mil hectares. Ele já sabe que, em 80 mil, ele não vai poder mexer, mas ele pensa: "Bom, a lei me permite 20%. Eu vou fazer um projeto e vou lá pegar minha licença".

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Ele não pega, porque não há hipótese de os órgãos ambientais liberarem nem os 20% que ficaram – entre





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

aspas – como sua "propriedade". Isso é um sistema comunal. Para qualquer coisa que você queira fazer na área rural brasileira, particularmente na Amazônia, mesmo que você tenha o título dela, você precisa primeiro ir ao Estado pedir se ele permite que você faça.

Ministra, eu quero terminar dizendo que o meu mandato, da minha equipe, está à sua disposição. Eu tenho projetos para encaminhar nessa área da segurança jurídica.

A licença ambiental... "Ah, mas Brumadinho aconteceu." Sim, e alguém acha que demorar mais ainda para liberar a licença resolveria o problema? Não. Isso é qualquer outra falha. Agora, a atividade econômica não pode ficar à mercê de uma burocracia estatal esquerdista que simplesmente se utiliza da dificuldade da burocracia para impedir investimento. A ideia é que nós estabeleçêssemos um prazo: se o Estado não dá licença, ela estaria dada automaticamente.

E agora, Senadora Soraya, quero terminar dizendo, Ministra, que a senhora conta aqui com os três Senadores do Acre, mas nós que representamos o Acre também queremos e precisamos que o Governo Federal, que a Ministra olhe para o nosso Estado e nos ajude a sair do atoleiro em que nos meteram. Nós queremos a nossa saída para o Peru. Nós não queremos passar a vida inteira, Ministra, vindo a Brasília, como houve na última grande alagação – eu não era da bancada, estava sem mandato, mas a bancada veio aqui pedir ao Ministro da época, eu não lembro quem era –, pedir para liberar avião para trazer gêneros alimentícios básicos. Ele perguntou se a gente morava em cima de uma laje. Não, a gente não mora em cima de laje, mas o que é que se produzirá no Acre para vender no sul do País? Então, é para lá. Eu vi a senhora falando aqui de várias, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - AC) – ... uma das iniciativas – e aí depende do Governo – são relações internacionais. E o Peru deseja isso. Portanto, o acordo econômico bilateral entre Brasil e Peru, por aquela região, particularmente por Cruzeiro do Sul, nos libertará e nos dará as condições de gerar riqueza e renda.

Quero terminar só com uma frase, Senadora: o que acaba com miséria é riqueza. A máquina mortífera que mais eliminou pobreza e morte no mundo foi a Revolução Industrial. O sistema, como nenhum outro na história da humanidade, que mais gerou riqueza é o sistema capitalista, negado por muitos no que diz respeito à área rural.

Conte com o nosso mandato e com a nossa equipe.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador.

Com a palavra a Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Eu pedi aqui à nossa Senadora para responder as perguntas dela por último, e eu queria começar respondendo as da Senadora Eliziane.

A agricultura familiar, Senadora, é importantíssima, mas por que ela não consegue tomar todo o crédito que lhe é destinado? Porque realmente ela precisa dessa titulação para que eles possam tomar todo esse crédito e poder produzir. Então, hoje a grande maioria começa com o Pronaf A, Pronaf B, mas depois não consegue avançar, porque nós precisamos resolver o problema fundiário, para que eles também possam tomar esse crédito que o Governo concede todo ano e que realmente não consegue ser tomado na sua totalidade, por erros no meio do caminho. Um deles é o problema fundiário, o outro é a assistência técnica. Também ele precisa de assistência técnica para poder usufruir desse crédito e não ter a inadimplência que hoje tem o setor, que não precisaria haver se nós tivéssemos uma boa assistência técnica a todo esse pequeno produtor.

Os agrotóxicos. Eu queria dizer à senhora, sobre a liberação desses agrotóxicos, que a lei não mudou. Eles estavam estagnados, e agora a Anvisa resolveu trabalhar esse assunto, liberando várias moléculas, nos últimos dois meses, que estavam lá paradas numa fila. Era a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

grande reclamação: dez anos para se liberar uma molécula. A grande maioria disso que foi liberado são moléculas que estão no mercado hoje, mas que estão na mão de três ou quatro grandes companhias, e hoje isso liberado vai para os genéricos, que outras empresas menores podem fazer as composições e se colocar no mercado.

O Brasil precisa, sim, de novas moléculas, moléculas modernas, que precisam ser liberadas para esse nosso grande agronegócio brasileiro, moléculas que estão aí esperando e que já são usadas em outros países, que muitas vezes ficam aqui na fila durante dez anos para serem aprovadas, e lá fora outras novas já estão entrando, e nós perdemos em competitividade e em eficiência, e deixando um caso muito grave, que é a utilização, às vezes, de produtos que estão aqui ao redor do Brasil, em outros países, que entram muito mais barato e sem segurança nenhuma para a agricultura brasileira. Então, nós precisamos, sim, andar em consonância com o que o mundo faz hoje, o mundo moderno, que aprova essas moléculas e as usa. Nós precisamos usar em igualdade de condições. A Argentina usa produtos que nós estamos aqui esperando há anos para usar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – A gente importa fruta da Argentina, do Chile, com produtos que são proibidos no Brasil.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Pois é, exatamente. Então, nós precisamos hoje avançar com a lei dos agrotóxicos para a segurança, muito ao contrário do que querem pregar.

O glifosato, da Rússia, que a senhora bem mencionou, foi um problema pontual de uma empresa russa, que é a única que exporta soja para a Rússia. Houve um problema lá entre eles, e a Rússia usa uma dosagem menor do que o Codex Alimentarius usa para o mundo. O Brasil está absolutamente dentro do que o Codex prevê. Nós somos signatários lá da OIE e nós usamos exatamente o que é previsto. Aliás, todas as amostras que foram retiradas e que o Ministério da Agricultura mandou para a Rússia provaram que nós tínhamos menos do que o que nós poderíamos chegar nos ppms lá do glifosato. Enfim, esse assunto está resolvido. Isso é uma rusga sanitária para impedir a comercialização. É com isso que nós temos que ter muito cuidado, porque o mundo todo vê hoje no Brasil um grande competidor, e esses são assuntos sanitários que, às vezes, são colocados para barreiras comerciais dos produtos da agropecuária brasileira. Eu não falei em multas, também, Senador. Eu falei nos licenciamentos. À medida que você faz com que as coisas andem e que a lei seja clara, as pessoas conseguem andar dentro da lei. É por isso que a burocracia é, às vezes, um impeditivo de se andar corretamente, porque as pessoas ficam esperando tanto tempo que acabam fazendo, dando um jeito fora da lei para poder produzir, e os investimentos vão embora. Muita gente que vem para o Brasil, ou dentro do próprio Brasil, que tem um recurso para aportar em determinados investimentos, às vezes, desiste, porque, na burocracia, o tempo é tão grande para você andar dentro da legalidade que o investimento acaba indo embora. O recurso não fica na prateleira. Ele acaba migrando para outro setor ou para fora do nosso País. Então, quando eu falo do licenciamento, é para que as coisas sejam claras e as pessoas possam fazer exatamente o que a lei prevê.

Demarcação de terras indígenas. O Brasil tem 13% do seu território em terras indígenas. A agricultura utiliza 9% para produzir toda essa riqueza que é o nosso agronegócio. A balança comercial só é positiva por causa desse negócio. E nós precisamos só de 9% para produzir toda essa riqueza. Então, eu não vejo que a miséria dos índios está relacionada com terras. Eu vejo que a miséria dos índios está equivocada, porque nós precisamos de uma política nacional, de uma política pública, para que os índios tenham como viver com dignidade, e hoje os índios só são olhados sob o aspecto de demarcação de terras, como se ter terra fosse um sinal de riqueza. Eles precisam de educação, eles precisam de saúde. A mortalidade infantil é vergonhosa, os índices de saúde dos indígenas são vergonhosos. Eu acho que nós tínhamos que, neste Congresso, cobrar essas políticas. Demarcação de terras nós temos que fazer, sim. A lei prevê.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ninguém, nem no Incra, nem no Ministério da Agricultura, nem na Justiça, ou onde fosse colocada essa coordenação de demarcação de terras, pode burlar a lei. A nossa Constituição é muito clara. Para que se mude qualquer coisa de não se demarcar terra... É claro, no passado se demarcaram muitas áreas, mas deixamos muitos conflitos, por falta de clareza e de ideologia. Esses processos se judicializaram e é um jogo, na minha opinião, de perde-perde. Os dois lados perdem. Perde aquele pequeno produtor, ou aquele produtor que é retirado da sua terra, que tem a sua escritura, o seu registro, a sua matrícula, e perde o índio que é incitado, às vezes, a entrar na terra, e que não consegue lá se estabelecer porque tudo é judicializado. E aí nós temos 20 anos de processos que não se resolvem. Então, acho que, com a clareza numa política para os indígenas, todo mundo podia ganhar.

Agora eu vou passar para as perguntas do Senador. Primeiro, Senador, muito obrigada. Realmente o senhor é um grande amigo e é um líder nato. Então, eu tenho muito prazer de vê-lo hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ministra Tereza, com a devida vênua e respeito ao Sra. Presidente, é uma questão apenas de ordem, se me permite fazer só um adendo às palavras competentes da Sra. Ministra, quando a senhora fala de políticas indígenas. Só para fazer uma ressalva. Talvez muitos não conheçam aqui. Ela esteve, há menos de 15 dias, com o Nabhan e outras autoridades, com o Ministro do Meio Ambiente, numa reserva indígena no Mato Grosso, lá no Campo Novo do Parecis. É uma demonstração inequívoca de que o índio quer oportunidade. São quase 12 mil hectares em que está se produzindo, com tecnologia, com preservação ambiental. E eu quero ser testemunha aqui, até para esclarecer algumas pessoas talvez menos informadas, de que o índio quer oportunidade, haja vista que lá são 1,4 milhão de hectares e apenas 12 mil hectares estão sendo plantados. E, se nós fizermos uma pesquisa aqui, democraticamente, em relação às demais reservas no Brasil, todos, na verdade, não querem ser mais usados pelos pseudodefensores dos índios brasileiros. Então, vamos largar de hipocrisia e demagogia neste Brasil. Nós precisamos, na prática, ver a coisa de forma resolutiva. Vou trazer a V. Exas., nesses próximos dias, aqui também uma comunidade...

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... lá de Comodoro, que são 400 mil hectares que estão praticamente de joelhos pedindo pelo amor de Deus também que acabe de entrar pelo parque da Funai e, sobretudo, pelo MPF, que eles também querem plantar para se alimentar melhor e, acima de tudo, ser gente, respeitada, sobretudo, com dignidade e viver com justiça social. Faço esse adendo para V. Exa. A senhora se esqueceu de dizer que viu a beleza dos índios lá da comunidade de Campo Novo do Parecis.

Obrigado, Sra. Presidente! Obrigado, Ministra.

Parabéns!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Pela ordem! Eu queria só saber, Presidente, se a gente vai ter direito a tréplica, ou réplica.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Eu fiz só um adendo, só.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ele disse que foi só um adendo, mas ele teve aqui dois minutos de fala e eu quero saber também se eu vou ter esse direito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – É democracia, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É, Senador, eu vou pedir para evitar...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu concordo até com o que você falou.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não era uma questão de ordem, Senador. Não era. É para a gente otimizar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só quero dizer a V. Exa. que tudo isso só é possível se o índio tiver terra, e o que a gente está fazendo é a defesa da garantia da demarcação. Mas eu quero só ter o meu direito de fala depois, só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dois minutos só, Senadora, após. Vamos tentar otimizar o tempo, porque está difícil para todo mundo. E nem era uma questão de ordem.

A SRA. TEREZA CRISTINA – O.k.

Obrigada, Senador Jayme. Realmente foi um prazer estar lá e me impressionou muito ver aquela comunidade.

Eu queria responder aqui ao Senador Fernando Bezerra e dizer que o senhor tem toda a razão sobre o apoio à Embrapa, mas, pasmem, a Embrapa precisa mudar o modelo jurídico. Hoje ela está impossibilitada de receber esses *royalties* a que ela tem direito. Então, nós estamos estudando. Até chamamos uma fundação para nos ajudar a ver um modelo mais moderno para que a Embrapa possa usufruir de toda essa pesquisa com que ela tanto contribuiu para o País, que ela possa receber os *royalties*, e receber pelas pesquisas que possam ser encomendadas, aplicadas, para que a Embrapa possa continuar o seu trabalho maravilhoso que fez pelo nosso País. Então, nós realmente precisamos de apoio e precisamos de mudança na Embrapa para que ela consiga se modernizar e usufruir para melhorar e multiplicar a sua pesquisa.

Você vê, uma pesquisa da Embrapa lá no Semiárido, e a irrigação, o que transformou aquela região. Petrolina, que é uma região... Aliás, eu estive lá com o Prefeito Mão Santa, em Parnaíba, e ele me disse: "O sonho meu é transformar Parnaíba na Petrolina aqui do meu Estado". Então, vocês veem o que o desenvolvimento traz. A irrigação. A energia e a outorga. Há um decreto muito prejudicial ao meio rural, que foi colocado agora no final do ano, no dia 28 de dezembro, e nós estamos pedindo que esse decreto seja revogado, porque ele inviabiliza, vai na contramão de tudo o que nós queremos para a irrigação, de tudo o que nós queremos para a agroindústria, para o setor de aves, de suínos, que utiliza tanto a energia rural à noite, que você tem aí esse uso com deságio de 20% na conta de energia, e é importantíssimo para os nossos custos de produção. Então, nós estamos trabalhando junto ao Ministério de Minas e Energia para que esse decreto seja revogado – pelo menos a cumulatividade, já que a redução de 5% ao ano está em lei e não é possível. Nós estamos trabalhando nisso, porque nós sabemos o prejuízo que trará para a agropecuária essa cumulatividade na conta de energia elétrica.

Sobre a taxa para a União Europeia, Senador, nós temos o acordo União Europeia-Mercosul. Está aqui o nosso Secretário de Relações Internacionais, o Embaixador Orlando. Nós estamos trabalhando nisso. Aliás, foi a primeira pauta ao assumirmos aqui o Governo. Estamos discutindo isso com a Argentina, e agora essa discussão já está lá na Europa. Já estão intramercosul... Esta semana, ele está sendo discutido, porque realmente há coisas que são muito interessantes para o Brasil, mas na contrapartida, às vezes, do lado de lá, precisa haver uma negociação forte para que a gente consiga derrubar essas tarifas que prejudicam tanto as nossas exportações. É para o senhor saber que nós estamos antenados com isso e em plena discussão.

Senador Bittar, eu estive lá no seu Estado e fiquei impressionada com o que vi no Acre, com o potencial. Fui muito bem recebida pela Senadora, pelo Senador Petecão, pelo Governador, por vários Deputados, e vi o potencial que vocês têm. Realmente me impressionou aquele Estado só ter 13% aberto, e assim mesmo, o que está aberto, como o senhor muito bem





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

colocou, com todas as dificuldades para se produzir. Então, é muito importante um programa, e aí nós vamos conversar sobre aquela região do País.

Quero dizer para o senhor que realmente um acordo comercial bilateral entre o Brasil e o Peru é importantíssimo para aquela região. Hoje vocês estão tendo problema com a saída de caminhões para a Bolívia. Vocês têm que andar 3 mil quilômetros porque hoje o Peru não permite a passagem dos caminhões que vão com produtos de exportação para a Bolívia. Nós estamos discutindo com o Peru, já numa discussão muito avançada, primeiro a liberação desse trânsito por dentro do Peru, para ir para a Bolívia, e também já temos uma conversa – iniciamos uma conversa e vamos fazer uma visita em breve àquele país – para que a gente discuta com eles uma abertura de mercado do Peru para carnes brasileiras e outras coisas que o Peru possa utilizar de produtos brasileiros.

(Soa a campainha.)

A SRA. TEREZA CRISTINA – Não tem cabimento o Peru estar ali vizinho de vocês importando carne da Austrália e dos Estados Unidos. Então, nós temos que trabalhar esse assunto de maneira muito firme. Nós entendemos a importância desse acordo para o seu Estado.

Outra coisa que também me deixou muito preocupada: como é que vai se produzir trazendo calcário de tão longe? E esse calcário hoje chega a vocês lá a R\$350 a tonelada. Então, é inviável isso. Nós precisamos achar uma maneira de que esse produto tão importante para a agricultura chegue mais barato ao seu Estado, para que vocês possam ser competitivos, porque eu vi que a soja lá vai muito bem, mas, com esses custos de produção, isso é muito preocupante para a continuidade dessa cultura.

Outra coisa: ração. Vocês têm um problema seriíssimo, porque vocês têm uma piscicultura que pode ser de ponta, vocês têm potencial enorme para a piscicultura, para a aquicultura, e hoje o maior problema que vocês têm também é milho e soja para isso, porque vocês têm que trazer de tão longe e o custo de produção pode inviabilizar as atividades que vocês precisam desenvolver para que a economia do Acre se torne uma economia forte e independente.

Então, eu quero colocar aqui para a Senadora Soraya, para terminar aqui as primeiras perguntas, que o Brasil exporta para a China 35,5 bilhões, sendo que disso 20 bilhões, no ano passado, foram de soja. E hoje nos preocupa muito esse acordo que os Estados Unidos e a China estão em via de assinar, porque isso pode jogar o nosso preço e os nossos volumes de exportação para aquele país em condições muito menos favoráveis do que nós temos hoje – Estados Unidos, 5,8 bilhões, 6,7% das nossas exportações; Países Baixos, 4,5 bilhões, 4,5%; Hong Kong, 2,5 bilhões; Alemanha, 2,2 bilhões; Irã, 2,2 bilhões; Itália, 2,1 bilhões; Japão, 2,1 bilhões. Do complexo soja de todas essas exportações, são 41 bilhões que se exportam para o mundo.

Carnes são um segmento em que o Brasil também é muito forte, principalmente em carne de frango, bovina e suína. O Brasil é líder em alguns desses segmentos. O frango, 7,1 bilhões dos 15 bilhões que se exportam do complexo carne. A exportação de bovinos é de 6 bilhões e a exportação de suínos é de 1,1 bilhão. O açúcar e o etanol também são importantes na nossa pauta de exportação: 7,5 bilhões; o café, 4,9 bilhões; e o fumo, 2 bilhões. Então, esses são os principais produtos da pauta de exportação da agropecuária brasileira.

Eu acho que aqui termino as respostas aos quatro Senadores, meu querido amigo Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS)
– O Senador Nelsinho Trad com a palavra.

Senador Nelsinho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O direito à réplica, Senador.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS)
– O.k. Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Dois minutos, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS)
– Dois minutos, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria só colocar aqui algumas pontuações, Ministra.

Primeiro, não é questão das moléculas novas. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo. A média que cada brasileiro consome por ano é de 7,3 litros de agrotóxico. Está aqui, Ministra, há uma pesquisa que foi, inclusive, publicada claramente pelos jornais, pelo jornal *O Globo*, que detalha, com tranquilidade, o que significa na vida das pessoas: é câncer, é puberdade precoce, sem falar dos assassinatos, das mortes que advêm a partir dessa produção.

Outra coisa: o PL do veneno recebeu críticas grandes de vários órgãos ambientais, inclusive da Anvisa. É claro, a senhora sabe perfeitamente disso.

Acerca da questão da comunidade indígena, eu concordo com o colega Senador. Agora, não dá para a gente tirar...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – A gente precisa resolver mesmo essa questão da miséria. Ele sai do local dele porque ele está sendo expulso. No meu Estado do Maranhão, a comunidade indígena está tendo suas terras invadidas, porque há, na verdade, uma certa prevalência de um sentimento de que se pode invadir essa terra indígena. Aí eu queria saber da senhora, por exemplo... Por isso, eles vão para as ruas, por isso eles saem de seu local, perdem o seu referencial e recorrem ao suicídio. São submetidos a situação de miséria grave.

Então, eu queria saber da senhora qual é a política em relação à demarcação de terras indígenas. Nós teremos terras demarcadas? Então, de forma muito clara, até porque nós temos vários processos prontos só para ser confirmada a sua demarcação. Então, nisto eu queria clareza: teremos ou não teremos novas demarcações, quando isso vai acontecer e quando esses processos que estão em curso, de fato, serão admitidos pelo Governo Federal, promovendo, portanto, a sua demarcação?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS)
– Com a palavra a doutora ou Senadora... Eu estou chamando a Ministra de Senadora. Na próxima.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Senadora, eu discordo frontalmente da senhora sobre esses dados de que o brasileiro come 3,2 quilos de veneno por ano. A senhora me desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ministra, ano, eu falei ano, não falei dia.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Eu falei ano, eu falei ano.

Eu discordo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – A senhora quer a fonte?

A SRA. TEREZA CRISTINA – Eu conheço os dados. Eu quero dizer para senhora que existe uma desinformação e uma maneira de se calcular. Então, se, no Brasil, nós tivéssemos 3,2 quilos ou litros de veneno por ano...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – São 7,3 litros.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. TEREZA CRISTINA – Seja lá o que for, três já é muito, Senadora. Isso é impossível. Tecnicamente isso é impossível. Nós temos produtos que são analisados, são saudáveis. Nós exportamos. Olha a balança comercial do Brasil. Nós exportamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – A fundação Fiocruz...

A SRA. TEREZA CRISTINA – A senhora acha que os países lá fora receberiam esses produtos nessa competição que existe? O Brasil cresceu muito nas suas exportações. Nós teríamos os nossos produtos aceitos lá fora?

Então, Senadora, com todo o respeito, existe aí uma maneira de se calcular que é errônea. O cálculo está errado. Quando a senhora pegar... Eu vou lhe mandar outros dados, para que a senhora tenha esses dados em mão. Na Fiocruz, um ou dois pesquisadores disseram isso.

Então, eu quero dizer para a senhora o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E a Organização Mundial de Saúde, Ministra, há dados que são compatíveis com a OMS também.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Eu não vou discordar da senhora, mas quero dizer que o produto brasileiro produzido pelo agricultor brasileiro é absolutamente seguro, atestado pelo Ministério da Agricultura, pela Anvisa e pelo Meio Ambiente.

Eu quero dizer para a senhora que todos que estão nos assistindo aqui podem ter segurança de que os produtos colocados à mesa dos brasileiros são produtos absolutamente seguros, tanto é que nós temos aumentado a quantidade dos anos de vida da nossa população. Cada vez o brasileiro vive mais.

Então, eu quero dizer para a senhora que nós temos, no Ministério da Agricultura, muita responsabilidade com aquilo que se produz no País para que o brasileiro tenha uma comida saudável e também todos aqueles que importam produtos do nosso País.

E quanto aos índios, quanto à demarcação, eu quero dizer para a senhora...

E outra coisa: isso não inviabiliza a produção de produtos orgânicos. Nós temos aí... Inclusive, é uma das pautas que nós estamos tocando, porque existe uma série de entraves para que produtos orgânicos sejam também registrados. Estamos trabalhando para que isso cresça cada vez mais, para que isso se solidifique e nós tenhamos uma quantidade maior de produtos orgânicos sendo registrados no nosso País.

Quanto à demarcação de terra indígena, eu quero dizer à senhora que há leis e as leis serão seguidas. Eu já disse aqui e repito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Há orçamento, inclusive, para isso.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Eu acho que, primeiro, nós estamos recebendo ainda essa coordenação da demarcação de terras indígena no Incra. Esse decreto ainda não está pronto, mas eu afirmo à senhora que este Governo não vai transgredir nenhuma lei. Então, se realmente nós tivermos que demarcar terras, serão demarcadas dentro da Constituição brasileira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Certo, mas é uma decisão do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora, o Senador Nelsinho Trad...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não é uma questão só de lei, é uma questão de decisão política.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O Senador Nelsinho Trad com a palavra.

Quero dizer, Senadora, que os senhores sul-mato-grossenses... A Senadora Soraya está tomando conta do pedaço aqui, a Senadora Simone Tebet, lá na Comissão da CCJ, e a nossa





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministra da Agricultura. As mulheres lá no seu Estado estão tomando conta, então os homens que se cuidem.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É verdade, Senador Heinze.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Eu estou ladeado... *(Risos.)*

Eu estou ao lado de três mulheres do meu Estado. Bendito é o fruto entre as mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só queria justificar a minha ausência. Eu fui votar ali na CCJ uma questão de segurança das barragens. Só isso.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar Ministro.) – Senadora Soraya, parabéns pela iniciativa de V. Exa.

Com muito prazer, gostaria de cumprimentar aqui a nossa Ministra, Deputada Tereza Cristina, que, com muito mérito, diante de algumas virtudes peculiares à sua personalidade, como sensatez, como pessoa justa, como pessoa correta, está realmente honrando o nosso Estado e o nosso País à frente da pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Eu gostaria de cumprimentar aqui o seu Diretor Executivo, o nosso Vice-Ministro Nabhan; cumprimentar aqui também o Mauricio Saito, do meu Estado, Presidente da Famasul; cumprimentar o Deputado Evair.

Quero dizer da nossa alegria em poder fazer este debate com os Senadores.

Essa contradição da Senadora Eliziane é importante para debate, é importante para poder se esclarecer. Com certeza, esta Casa não seria a mesma não fosse a participação da Senadora Eliziane, por quem nutro o maior respeito.

Ministra, em relação ao corredor bioceânico, V. Exa. sabe que, no nosso País, o nosso Mato Grosso do Sul está trabalhando muito nessa questão. Nós vamos economizar mais de 15 mil quilômetros, Sras. e Srs. Senadores, em relação ao comércio com a Ásia, através dos portos do Chile. Como o ministério de que V. Exa. está à frente tem atuado no sentido de facilitar e agilizar a implementação desse corredor, uma vez que a exportação não só de Mato Grosso do Sul, como de Goiás, como de Mato Grosso e dos Estados limítrofes irá se beneficiar muito, além da questão da importação dos fertilizantes? Esta é a primeira pergunta: como o ministério está atuando nisso aí?

E coloco a nossa Comissão de Relações Exteriores à disposição para somarmos esforços no sentido de viabilizarmos esse grande projeto estratégico para o Brasil, uma vez que ontem mesmo, na posse do novo Presidente da Itaipu, o Presidente Bolsonaro afirmou que essas duas pontes serão construídas.

A questão do Seguro Rural é uma das situações que pode alavancar os recursos para esse setor. Está relacionado com a gestão de risco. Preocupa-nos o contingenciamento desses recursos no orçamento, o que afeta, inclusive, a credibilidade desse seguro. Há intenção de ampliar esses recursos e evitar esse contingenciamento, que é muito importante para o setor rural?

A gente sabe que, em todo início de governo, todo início de administração, há as reformas que são inerentes à particularidade de cada ideologia que está à frente e a gente sabe que medidas econômicas poderão vir.

Eu apenas faço um pedido a V. Exa. para ficar atenta à questão do crédito rural, tamanha a sua importância para o setor do agronegócio do Brasil, para que não deixe que o crédito rural possa ser afetado.

Mais duas considerações para terminar, rapidamente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Direito de propriedade. Lá no nosso Estado, quase 150 propriedades estão invadidas. Como V. Exa., chefiando o ministério, vai se pautar em relação a essa questão? Todos os envolvidos querem algo em comum: a paz no campo. E nós temos que ter muita maturidade, muita habilidade, para poder promover essa questão.

Por último, em relação ao trabalhador rural: como V. Exa., que vai me balizar muito nas minhas ações nesse setor, pensa em relação à reforma da previdência?

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra a Senadora Mailza.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para interpelar Ministro.) – Bom dia.

Quero cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão; cumprimentar a Ministra Tereza Cristina; cumprimentar os demais Parlamentares, os dois Senadores do meu Estado – o Senador Sérgio Petecão e o Senador Marcio Bittar.

Ministra, eu quero agradecer a presença da senhora nesta Comissão. Não vou fazer nenhuma pergunta, vou apenas agradecer a sua presença no Estado do Acre, que muito nos alegrou. Na primeira colheita da soja, foi uma pequena colheita, de apenas 500 hectares, porém, como a senhora disse, organizando-nos, tão logo poderão ser mil hectares, 2 mil hectares e muito mais.

E os produtores estão muito confiantes, quem produz e quem pretende produzir no Acre, com essa nova possibilidade de o Acre se desenvolver economicamente. Hoje estive numa reunião muito boa com a Organização das Cooperativas do Brasil e é fundamental que haja a participação dessas cooperativas neste momento de nova expectativa para o Acre.

Também gostaria já de pedir o apoio desse ministério ao nosso Governo Gladson Cameli, que tem essa visão de abrir o Acre para o desenvolvimento, para a produção. Como a senhora mesmo disse, é possível preservar sem manter a pobreza.

Muito obrigada e um bom dia de trabalho a todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora.

Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, para nosso orgulho do PSL, Senadora Soraya, Presidente desta importantíssima Comissão, Exma. Sra. Ministra, meus irmãos Senadores, a população que nos acompanha, em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação de ter a Ministra aqui na nossa Casa, prestando contas ao País.

A título de questionamento para a senhora, foi-me até solicitada uma questão se está nos planos do ministério implementar ou impulsionar o Programa de Aquisição de Alimentos da Conab, para a senhora discorrer sobre isso.

Eu quero dizer da importância do momento que nós estamos vivendo para o País – neste novo momento, uma nova dinâmica.

Quero dizer do meu respeito – eu sou interiorano de Presidente Venceslau e aprendi desde muito pequeno – à importância do agronegócio para a economia brasileira, para a minha região.

Tenho lá um grande líder na região que hoje está no Governo, junto com V. Exa., Nabhan Garcia, que está aqui, que é amigo de todas as horas. Quando era palavrão falar o nome do Bolsonaro, o Nabhan já estava conosco andando pelo Brasil e mandando uma mensagem para todas as pessoas do agronegócio, da agricultura familiar, dizendo: "Tenham esperança, nós vamos mudar este País, nós vamos inverter essa equação macabra". Mesmo com toda a dificuldade, todos nós sabemos que, no auge da crise econômica, foi o agronegócio que suportou





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

e carregou nas costas o que restou da economia brasileira. Então, estamos vivendo um novo momento, que tem tudo para ser impulsionado.

Quero dizer aos nossos amigos, se V. Exa. entender por bem discorrer, sobre essa questão de demarcação de terras indígenas: já há definição constitucional sobre o período em que se podia fazer isso. É preciso ficar muito bem claro que 13% do Território brasileiro é área demarcada para índio. Não há índio para tudo isso. Acabou virando uma tremenda duma picaretagem. Pegam dez, vinte índios duma região, ocupam na outra, por interesses meramente comerciais espúrios. Então, é bom que o País tome conhecimento dessas coisas.

Nesse negócio de índio estar indo para o suicídio, ele vai para o suicídio pelo excesso de cachaça, de droga, de desocupação, quando está se falando... Digo a V. Exa. e digo a esta Comissão: nós precisamos promover formas para que o índio possa produzir, possa se tornar profissional. Vamos parar com essa demagogia barata, ideológica e burra de que, quanto mais sofrido o sujeito for, é melhor. Não me venha com essa conversa: "Ah, eu tenho um legado de 500 anos".

Então, quero dizer exatamente que nós temos muita esperança, depositamos toda esperança com relação a isso.

Eu vi aqui episódios lamentáveis, aqui no gramado verde, conflitos de tais índios com a polícia para invasão e destruição de patrimônio. Um tenente da Polícia Militar levou uma flechada, teve a perna atravessada por uma flecha.

Então, essa questão de que não sabem o que estão fazendo... Então, temos que ter muita responsabilidade com relação a isso, precisamos ficar muito atentos a essas ONGs piratas que estão tentando ocupar o Território brasileiro por mera especulação, por mera safadeza, por negócio, usando a figura da demarcação de terras.

V. Exa. colocou muito bem: "Nós vamos cumprir o que está na legislação, no Texto Constitucional. É hora de parar com esse mi-mi-mi, com esse coitadismo, com essa política que está dizendo: "Ah, vamos cuidar desses coitadinhos". Não, vamos tratar com dignidade. Vamos gerar emprego, vamos gerar renda. Muitas vezes, a meia verdade é pior do que a mentira.

Eu estava vendo aqui, o Brasil, por molécula por hectare, é o sétimo país do mundo. Antes do Brasil, nós temos coitadinhos economicamente que nem a Bélgica, que nem o Japão, que devem estar em extrema necessidade tecnológica. Então, quero dizer a V. Exa. que o caminho certo está sendo trilhado.

Num último momento, só quero encarecer a V. Exa.: muita atenção em relação à Ceagesp, São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Obrigada, Senador Major Olímpio.

Senador Sérgio Petecão.

E o senhor tem uma solicitação, Senador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, eu só sugeriria, como há mais dois ou três depois do Senador Petecão, fazer as perguntas todo mundo junto e depois a Ministra responderia para todo mundo junto. O.k.? Só isso, para agilizar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– A senhora concorda, Ministra? (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para interpelar Ministro.) – Ministra Tereza Cristina, a minha fala vai ser na linha do agradecimento. Eu tive o prazer de acompanhá-la na sua ida até o Acre e, sinceramente, fiquei encantado. Eu a conhecia pelos colegas que falavam muito bem da senhora, mas não tinha tido o prazer de conviver com V. Exa. Sinceramente, gostaria que alguns colegas ministros pudessem ter o mesmo tratamento que a senhora tem com os





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parlamentares. Não me refiro a privilégio nem a esse negócio de discutir emprego, mas ao trato com as pessoas – eu visitei alguns ministros que são tranqueiras; os bichos... É preciso dar uma melhorada grande para poder ficar ruim. Sinceramente, eu queria lhe agradecer em meu nome e em nome do povo acreano.

Uma vez eu disse ao Presidente Michel Temer que, quando ele fosse nomear um ministro, um diretor ou uma autoridade dessas aí, tinha que mandar, primeiro, o cara ir ao Acre para passar dez dias em Jordão, em Manoel Urbano para conhecer o outro Brasil que as pessoas não conhecem. É outra realidade.

Eu visitei um colega seu, um ministro, e ele disse que estava querendo criar uma indústria de *software* lá no Acre. Meu Deus! E nós estávamos atrás de um ponto de internet para botar lá em Jordão, para que os Prefeitos não percam os prazos para mandar os documentos – um ponto de internet. Eu já havia ido ao Acre, a Cruzeiro do Sul com o Ministro Kassab, que disse que ia ter internet para todo mundo. As pessoas querem muito pouco.

Quando a Ministra foi lá ver essa experiência de alguns guerreiros, ela ouviu o depoimento de uma líder do PT, de uma liderança do PT pedindo desculpa a ela. A liderança dizia que se pregava no Acre que a primeira coisa que essa soja transgênica fazia era tirar a potência do homem. Acabou com todo mundo! Quem é que queria plantar esse negócio? Ela ouviu, isto era plantado: "Se comer soja transgênica, acabou, não serve mais para nada". E, segundo – o negócio apertou mesmo –, disseram que essa soja comia até criancinha. Isso é para a senhora ver como era... Foram 20 anos de PT no Acre.

Eu não sei se a soja é o melhor caminho – não é da minha área, e sinceramente eu não sei. O que eu quero é que o Estado saia daquela situação em que se encontra: uma planície em que chove todo dia, uma terra plana em que não há... Se a pessoa tiver que tomar um chá de pedra lá no Acre, morre porque não há pedra, só o nosso pasto. Eu acho que as coisas dão certo porque não há pasto melhor do que aquele. Eu conheço um pouco deste Brasil e vejo...

Está aqui do lado a hidrovia do Madeira; do outro lado, a Transoceânica, que já está pronta. Fizeram essa estrada e gastaram bilhões de dólares, mas não serve para nada – nada! É aquilo que a senhora disse. Os peruanos vão comprar carne na Austrália, nos Estados Unidos, e nós estamos ali a 300km da fronteira – na verdade, não é nem 1km, porque basta cruzar o rio para estar do outro lado.

Eu queria agradecer, Ministra, ao Orlando, que está aqui, Secretário de Relações Internacionais.

Eu estive lá com um empresário da Dom Porquito. Em relação àquela situação que eu falei para a senhora, eu ligava para o empresário enquanto a senhora estava falando, e ele disse que foi resolvida – vai se fazer o teste na segunda-feira.

Porque para exportar o porco lá para a Bolívia...

(*Soa a campainha.*)

... ele tinha que vir a Mato Grosso e andar 3.500km de onde ele está, de onde ele instalou a indústria dele. Nós temos problemas com o Peru, estamos conversando e quebrando alguns entraves, mas ele não queria negociar com o Peru, ele só queria passar com a carga dentro do Peru, e os peruanos proibiam.

Então, esse negócio de índio, meu Deus do céu, não há um lugar que tem mais índios do que o Acre, não existe, e eu convivo com esses índios. E quando eu vejo assim umas colegas... Há uns índios aqui em Brasília que fazem essas manifestações aqui, uns índios bonitos, eu queria que eles fossem conhecer a realidade daqueles índios lá de Santa Rosa do Purus – Santa Rosa do Purus! Na gestão passada, eu fui ao Banco do Brasil falar com o Presidente para que ele abrisse uma agência do Banco Postal para que os índios de Santa Rosa do Purus não tivessem que ir a Manoel Urbano, uma semana de barco, receber os seus benefícios. Aí o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente do banco disse – só a sala dele era um andar; era não, acho que ainda é um andar, coisa bonita –: "Senador, essa agência do Banco do Brasil lá em Santa Rosa não é viável". Lógico que não é viável, lógico! Aquela agência, Izalci, dos Correios... Agência postal, não é? É só para o pobre do índio... Eu disse: "Se o senhor tirar uma foto daquele monte de índios em uma fila e houver ali a marca do Banco do Brasil, se o senhor colocar nessa sua parede bonita aqui, vai viabilizar a agência".

Então, nós que estamos lá na Amazônia e para mim... Vou convidar todos os ministros, já estou convidando. Já convidei o Moro para que ele possa fazer, sei lá, uma audiência pública, um evento lá na fronteira, na nossa fronteira com o Peru e a Bolívia, os dois maiores produtores de drogas do mundo. Eu estou dizendo isso porque isso não é segredo. E é preciso que nós, esse novo Governo do Brasil diga lá para o Evo Morales, que era recebido com tapete vermelho lá no meu Estado: "Não, meu irmão, agora segura essa sua droga aí, não vai mais entrar". É um Estado pequeno, é um Estado pequeno. E as pessoas falam muito dessa relação...

(Soa a campanha.)

Eu me assustei com esse negócio do veneno. Quando a colega disse que eu tinha comido já 30kg de veneno. Morre todo mundo! Mas ainda bem que diminui para 7 litros de veneno, não é? Quem é que aguenta? O cara como um racuminzinho daquele, deste tamanho, e já morre, imaginem 7 litros de veneno. *(Risos.)*

Mas essas coisas assustam, porque, quando isso é dito muitas vezes, vai virando verdade. E isto lá no Acre era dito muitas vezes: "Que o negócio do veneno, que vai morrer todo mundo", e isso assustou as pessoas.

Então, é preciso que o Governo Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – ... esse braço do Governo Federal, que são os ministros, os secretários, possa ter não é privilégio, não, é uma atenção diferenciada. É o que eu disse para o ministro: "Se o senhor abrir um ponto de internet aqui nessas cidades satélites aqui, no entorno de Brasília, é mais um ponto que o senhor abre. Quando o senhor abre lá em Jordão, lá em Manoel Urbano, é o ponto, porque só há um". As pessoas vivem isoladas, não têm aeroportos; as pessoas passam 15 dias para chegar a uma comunidade daquela.

Então, Ministra, eu só quero lhe agradecer de coração a sua gentileza, o seu gesto, porque aquilo ali, eu sei que a senhora é acostumada a ver soja, milhares e milhares de hectares, mas, para nós, aquilo tem uma simbologia.

A senhora ali em cima daquela máquina, triturando aquele negócio, para nós, agora, isso nos permite abrir um debate com as pessoas dizendo: "Olha, a Ministra veio aqui. Se isso fosse tão ruim assim, a mulher não viria". Aquilo para nós, assim... Depois houve uma briga, porque todos queriam que a senhora fosse. Aí eu tive que ir a outros produtores que se prepararam para a senhora ir, mas eu sabia do aperto da sua agenda. Mas aquele seu gesto, e eu estou aqui em meu nome, em nome do Governador Gladson, em nome de todo o povo acriano, porque, quando vai ao Acre, aí... Porque ir aqui a São Paulo, ficar aqui nesses ministérios no ar condicionado, aí é moleza. Eu quero ver é ir ao Acre. Quando um ministro, um secretário desses vai ao Acre, aí para mim é uma demonstração de um gesto de humildade de pessoas que realmente estão preocupadas com um outro Brasil que as pessoas não conhecem, está bom?

Obrigado, Tereza.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)

– Obrigada, Senador.

Senador Luis Carlos Heinze.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, colegas Parlamentares, Sra. Ministra e equipe aqui do Ministério da Agricultura, o Wilson, que é da turma mais antiga, disse que eu tenho um DAS lá no Ministério de tanto que eu vou lá. Agora eu vou reclamar porque eu nunca recebi, viu, Tereza? Agora quero ver se tu me pagas, porque os outros ministros não me pagavam nada, quero ver se tu me pagas o meu DAS. (*Risos.*)

Mas é um prazer, Ministra.

É uma pena que a colega não esteja aí, eu gostaria que ela estivesse para a gente repetir alguma coisa, Senador Petecão. Sete litros de veneno, como os caras dizem, praticamente, pelo amor de Deus, não teria mais... Senador Izalci, V.Exa. que é urbano, aqui de Brasília, as pessoas não têm noção do que é isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Mas sou rural também.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas é rural também, não é?

As pessoas não têm noção e ficam repetindo essa mentira por toda a vida. Assim nós enfrentamos quando foi discutido esse projeto lá. Não existe isso. E o Brasil, para que o pessoal tenha noção, não é dos países que mais usam defensivos agrícolas. Se eu pegar quanto usa por tonelada produzida o Japão, a China e outros países, é muito mais do que nós usamos. E é o Japão, um país como é o Japão. Portanto, é extremamente importante que a sociedade brasileira tenha noção.

Quando se fala em Fiocruz – e eu respeito a Fiocruz –, tem que ver quem é da Fiocruz que falou. Aquilo é ideologia. E este Brasil, depois da eleição do Bolsonaro, está sendo diferente, Senadora Soraya. E este é o nosso papel – a Tereza Cristina no Ministério da Agricultura, V.Exa. aqui, eu e tantos outros no Senado Federal –: cada um fazer a sua parte para este Brasil andar para frente.

Senador Petecão, a questão indígena, Nabhan. Eu até pensava, Tereza: "Ah, o Nabhan vai cuidar da questão indígena. Truculento, ruralista". Sim, é isso o que o pessoal pega. Agora eu pergunto o seguinte: quando estava esse outro lado, a extrema esquerda, cuidando da questão, estava tudo bem? Nada contra. O que a senhora falou está certo: nós temos que cuidar da lei. Nesse caso, Nabhan, a gente pediu a audiência hoje para tratar do assunto. Os colegas Parlamentares que não estão aqui estão nos assistindo pela TV Senado. No Rio Grande do Sul, 31, 32 processos! E o que está falado aqui é gravado para que o General Santos Cruz, para que o Presidente da Funai, Franklimberg, entendam...

Nesse instante, na semana passada, Ministra, no Município de Serrinha, estava lá o Ministério Público acionando um pequeno produtor que não recebeu pelo valor da terra. Tem mais de 100ha de terra – 100ha de terra, que vale mil sacas de soja por hectare. E houve lá uma notificação: "Eu vou lhe pagar R\$760 mil pela indenização da sua terra". O que são R\$760 mil? Porque há as benfeitorias. Agora eu pergunto a qualquer uma das senhoras, dos senhores ou a quem está nos assistindo: isso é justo? Dra. Soraya, para a senhora que é advogada, isso é justo, pelo amor de Deus? Indenizar pela benfeitoria? Tomar uma terra ou o Governo brasileiro roubar a terra desse agricultor? Cem hectares de terra ou algo em torno disso aí! Isso é roubo! Isso, Sra. Ministra, vai acabar no Governo Jair Bolsonaro e no seu comando do Ministério da Agricultura.

A senhora esteve comigo em Sananduva, em Cacique Doble: são 1.860ha, 181 famílias estão sendo notificadas para que o processo ande. Roubar a terra dessas famílias que estão há mais de cem anos em cima dessa terra!

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que mal essas pessoas fizeram? Nesse caso, nós trancamos processos sete, oito, dez anos atrás, porque iam retirar essas famílias da propriedade, e não tinham feito laudo de nada. Ninguém tinha feito a defesa. Pagaram Senadora Soraya, a senhora que é advogada... Quando o Ministro da Dilma... Como é o nome daquele advogado lá de São Paulo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O José Eduardo Cardozo disse: "Deputado Luis Carlos, nós vamos dar um prazo [isso aconteceu em novembro] até março para esse pessoal fazer a defesa". Não haviam feito a defesa! O processo correu à revelia, iam tirar essas famílias de cima da terra – em torno de 1.900ha de terra.

Eles saíram desasados daqui de Brasília, foram contratar advogado, historiador, antropólogo. Pagaram 30 sacas de soja por hectare, 57 mil sacas de soja. O miserável tem 10ha, 300 sacas. "Eu não tenho 300 sacas." O que ele disse? "Então, vou lhe dar dez anos para pagar." E estão pagando até hoje o advogado para se defender de quem? Do Governo Federal brasileiro, da Presidente Dilma, do Presidente Lula, dessa turma que começou a fazer isso. Isso é um crime! Hoje, Ministra, estão fazendo isso com essa gente. O processo está correndo.

General Franklimberg, se estiver assistindo, Presidente Bolsonaro, Ministro Onyx Lorenzoni, General Santos Cruz, por favor, isso tem que acabar! Viu, Nabhan? É o que vou dizer hoje em cima de 32 processos do Rio Grande do Sul – 32! –, isso dá mais de 5 mil famílias que estão sendo expulsas.

Está aqui o Schwanke. Em Rio Pardo, Schwanke, na sua cidade quilombola, é a mesma coisa. Isso é um crime!

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem que acabar e vai acabar. Esse é nosso papel aqui no Senado.

Senador Petecão, Senadores, os índios – contra quem nós batíamos, Tereza – cinta larga de Rondônia vieram nos procurar. Eles querem resolver a titulação e o problema da regularização para colher as reservas de diamante, as maiores do mundo. Estão roubando, Senador Petecão, de Rondônia, deles. E os índios não pegam nada, o Brasil não pega nada. E aí? Vai para quê? Eles estão nos pedindo hoje e ontem nós batíamos contra eles. Hoje eles chegaram ao Senador Luis Carlos pedindo para ajudá-los. Índios de Roraima, índios do Amapá, índios da Amazônia estão se organizando na mineração. Vocês já estiveram lá em Parecis. O.k. Mas esse pessoal está nos procurando, eles querem resolver o assunto, a legislação que esta Casa tem que fazer para possibilitar que eles possam ter diamante, ouro, nióbio, essas riquezas minerais que no Brasil são infindáveis, e terras para a agricultura. Lá em Roraima, nós vimos que não há luz elétrica. A barragem do Rio Cotingo está quase 100MW – uma barragem! Esses índios podem fazer uma barragem e receber um *royalty*, um arrendamento. Qual é o problema? Eles querem fazer isso.

Então, Ministra, só vou falar sobre este assunto, sobre o ponto crucial que nós temos que fazer – nós, aqui no Senado; V. Exa., o Governo Bolsonaro, lá no Executivo –, para resolver dentro da lei: vamos demarcar o que for preciso ser demarcado e não abusar do que seja feito.

Só para colocar sobre o que a Senadora aqui falou: a agricultura familiar, sim, tem esse potencial. Agora, é o seguinte – o Schwanke sabe disto –: quanto é a produção de frango do Brasil, suínos do Brasil, fumo do Brasil dentro do nosso valor bruto? Tudo isso não é o produtor familiar, é um produtor integrado. E, nessa integração, a tecnologia existe e o recurso existe, então, se pegarmos esses números, eles são diferentes. Se essa agricultura é empresarial ou





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

pequena, não interessa. Nós temos que ajudar a agricultura. Esse é o fato importante que temos que colocar aqui.

Então, parabéns, Ministra! Eu não vou lhe perguntar nada, só dizer o que nós temos que fazer, que é o ponto crucial hoje: demarcações de terra – viu, Nabhan? –, que está sob sua responsabilidade, do General Franklimberg e de quem quiser. Nós temos que fazer lei, dentro da lei, e não fazer o que fizeram lá no Mato Preto, em Getúlio Vargas, lá em Sananduva, no Passo Grande do Rio Forquilha, ou nesse caso da Serrinha. Eu simbolizo esses três casos. Isso existe no Brasil inteiro, Ministra, e nós temos que acabar com isto, com essa farra de roubar terra desses pequenos agricultores.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lembrando que há muito índio sério, há muitos índios responsáveis, brasileiros como nós – somos todos um só. Há indígenas hoje aqui – acabei de deparar com o Sr. Davi – que são pessoas sérias e que votaram neste Governo para que as coisas entrem no rumo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora Soraya...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... porque os índios, quanto mais terra ganham, continuam miseráveis.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora Soraya, não é o problema. Quem quiser ficar como quiser ficar, sem produzir, não há problema, fique como quiser; agora, dê oportunidade àqueles que querem explorar a terra para a agricultura...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Exato.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... para a mineração, para não sei o quê, para que possam fazer. Dê oportunidade, pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – E quem não quiser, que vá... Não é obrigatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Fique como quiser, não há problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Cada um faz o que quer. Exatamente.

Obrigado, Senador.

Senador Jayme Campos, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Ministra, nossa conterrânea, Tereza Cristina; prezado amigo Marcos Montes, proprietário em nosso Mato Grosso, que nos honra muito; Sr. Secretário da regularização fundiária, Dr. Nabhan; e demais assessorias do ministério, eu serei rápido, porque, se eu fosse falar sobre a agricultura e a pecuária aqui, talvez tomasse mais do que metade desta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho para eu destacar que ela tem compromisso às 14h.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Estou sabendo, por isso mesmo.

Antes de mais nada, para ser bem objetivo na minha fala, quero cumprimentar V. Exa. Sei da sua capacidade e a reconheço. Quando vi a colega Senadora falar em molécula, não sei o quê, veneno que estão passando... A Ministra é engenheira agrônoma, tem capacidade; imagino que aplique o seu receituário lá nas antigas fazendas do ilustre e querido ex-Governador de Mato Grosso Fernando Corrêa da Costa, que é avô da nossa Ministra e, com certeza, é fundador do nosso Estado.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministra, para resumir, ontem tivemos a primazia de receber aqui nesta Comissão o Ministro da Infraestrutura do Governo Bolsonaro, que me causou uma bela impressão pelo fato de ser um conhecedor profundo não só dos assuntos com relação a Mato Grosso, mas, sobretudo, do nosso País.

No Brasil, inicialmente, precisamos melhorar nossa questão de logística através do intermodal, porque precisamos, com certeza, diminuir nosso custo para melhorarmos as exportações e a própria comercialização no mercado interno.

Temos inúmeros problemas que começam lá do Acre, aí vêm para São Paulo... Temos o privilégio de ter aqui a Caatinga, a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal etc. Os problemas são enormes, mas o Brasil é bem maior que tudo isso e nós vamos superar com capacidade, mas sobretudo com pessoas que tenham compromisso com o Brasil.

Vêm algumas pessoas aqui que só ficam falando hipocrisia, demagogia e que nós não vamos ser o País de primeiro mundo que nós sonhamos. Temos tudo! Não precisamos derrubar mais um pé de mato do Brasil a bem da verdade. Em Mato Grosso, particularmente, nós tínhamos capacidade de triplicar a nossa produção só, naturalmente, aproveitando as áreas que já estão degradadas. Nós precisamos de quê? De ter uma política decente para que o Brasil seja, com certeza, o País que vai abastecer o mundo nos próximos 50 anos.

E aqui particularmente quero me dirigir ao Nabhan, com a devida vênia da senhora. O Incra, Nabhan, está velho já. O Incra morreu e esqueceram-se de enterrar. Nós não faremos aqui uma reforma agrária decente, nós não vamos conseguir fazer a regulação fundiária, que é uma necessidade em todo o Brasil. Essa própria região do nosso Brasil que é a Região Amazônica, onde habitam 23 milhões de brasileiros, lamentavelmente está à mercê de uma regularização fundiária decente.

Sobre o Incra tinha dito e volto a repetir: se nós não criarmos um mecanismo – se é serviço terceirizado ou se nós criamos um outro órgão –, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Lamentavelmente, Mato Grosso tem dezenas e dezenas, centenas – acho que se pode chamar – de assentamentos que o Governo foi lá, de forma irresponsável, e assentou. E hoje muitos estão vivendo abaixo da linha da miséria, sem condição nenhuma, sem assistência técnica, sem transporte, sem crédito agrícola – lamentavelmente, sem crédito. Isso com certeza é pernicioso para o cidadão deste País que mora, muitas vezes, a mais de mil e quinhentos quilômetros, como nós temos lá em Mato Grosso. Conheço Mato Grosso perfeitamente e alguns Estados da Federação. Eu sou produtor rural, meu pai já era e meu avô já era. São 500 anos na lida aí. Talvez não seja um *expert* como o Marcos Montes aqui, mas conheço muito bem, naturalmente, a situação.

Outra que nós temos de definir também, Ministra, é a questão da transição: o que é da transição. Nós temos que saber o que é da transição e o que é Floresta Amazônica. Em Mato Grosso, nós estamos vivendo esse dilema, na medida em que na década de 1970, o Governo Federal, a senhora lembra muito bem – talvez não seja tão velha como eu, que já sou bem mais velho, eu acho; estou quase com 70 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Com o advento daquela possibilidade dos incentivos fiscais criada pela Sudam, criaram, acima do paralelo 16, e de lá para cá... Isso era para quê? Para permitir receber uns recursos do Governo Federal através da Sudam. E estabeleceram essa regra. De lá para cá, a Sudam deixou de existir, porque o papel dela, criada pelo Governo Federal, no regime militar, era para levarmos incentivos das grandes empresas, grandes indústrias do Brasil, haja vista, ao longo da BR-163, aquela vasta região do Brasil. Naturalmente hoje nós temos Sorriso, Lucas, Mutum, Sinop... Foi com a possibilidade de receber incentivos fiscais que houve essa ocupação da Amazônia brasileira. Até o próprio





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Governo tinha um *slogan* dizendo: vamos ocupar para não entregar. Hoje vivemos numa civilização moderna naquela vasta região de Mato Grosso e em outras regiões promissoras.

É claro e natural que nós temos que definir isso também, Nabhan, com regras claras, até porque o Ibama, lamentavelmente, tem uma política só punitiva. E o Ibama não pode ser esse órgão que hoje é lamentavelmente no Brasil. Espero que o Ibama, naturalmente, que é um órgão do Governo Federal ligado ao Ministério do Meio Ambiente, possa, com a participação do senhor, fazer um freio de arrumação. O maior inimigo do Brasil, do Governo brasileiro é o próprio Governo brasileiro. Constantemente estamos vendo aí os entraves.

Eu fui Relator da Comissão do Orçamento da União lá atrás. A BR-319, que demanda Porto Velho-Manaus – eu lembro como hoje – estava travada, com dinheiro no caixa, podendo ser executada; uma obra que já estava implantada há 100 anos, e não podia pavimentar porque estavam questionando a questão ambiental, ou seja, precisava fazer RIMA, não sei o quê. Então, nós temos que fazer um freio de arrumação.

Mato Grosso, particularmente – a senhora sabe –, o seu Estado, Goiás, Paraná e Minas...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... Gerais têm sofrido um grande prejuízo.

Mato Grosso hoje é o campeão da produção nacional de soja, algodão e tem maior rebanho bovino. Lamentavelmente, nós temos sido muito prejudicados com a Lei Kandir, que venceu em 2016. De lá para cá, fizeram o FEX, e Mato Grosso e outros Estados não têm ainda recebido praticamente essa miséria. Mato Grosso está perdendo, nesses últimos anos, 6,6 ou 6,8 bilhões, que estamos deixando de arrecadar. E o Governo Federal, quando editou... Foi louvável e meritória a iniciativa do Governo FHC, que editou a Lei Kandir. Mas, de lá para cá – a senhora sabe perfeitamente –, não está sendo repassado, haja vista que, no ano passado, os 500 milhões previstos não foram, e nós estamos travando uma luta para que o Governo Bolsonaro...

Espero e acredito, eu aposto nele. Se ele quiser ter um parceiro na figura do Senador Jayme Campos aqui, nós temos que urgentemente fazer essa lei, que já se encontra em uma comissão especial lá na Câmara dos Deputados, e regulamentar, na devida proporção, esse recurso, para nós sairmos dessa miserabilidade.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mato Grosso é rico, está contribuindo com a balança comercial, mas, lamentavelmente, numa situação de penúria: folha atrasada, não tem UTI, não tem escola, não tem segurança etc. Então, eu faço um apelo para que a senhora também seja nossa aliada nesse processo, urgentemente, para salvar os Estados.

Portanto, quero encerrar para não ser longo. Eu tinha só um pequeno questionamento aqui, mas não vou nem fazer; vou lhe pedir apoio.

Existem hoje aí uns recursos para serem liberados, ou seja, está bloqueado algo em torno de R\$45 milhões para o Sicoob e R\$135 milhões para o Sicredi. Lamentavelmente, o §2º do art. 9º está travando essa liberação que vai para as cooperativas, para os pequenos, médios e micros, agricultura familiar. Eu queria pedir aos senhores que representam o Governo neste instante para mudarmos isso aí, através naturalmente da Casa Civil, com o Onyx, para nós mudarmos um ponto. O que diz, só para terminar, Sra. Presidente – já falei demais:

§2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com o cronograma de reembolso das operações aprovadas pelo respectivo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento de cada região, [a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

liberação para cada região] os valores relativos às prestações vencidas, independentemente do pagamento pelo tomador final.

Eu acho que não é justo: a cooperativa vai ter que devolver dinheiro, e às vezes o cliente, ou seja lá quem for, não pagou. E a cooperativa vai ter que ser onerada com esse compromisso de devolver dinheiro? Acho que teríamos de mudar esse art. 9º aqui para facilitar. Dinheiro tem. Tem hoje R\$180 milhões. E lá a agricultura familiar, essas famílias, para terem acesso aos recursos, precisamos facilitar. Isso depende apenas de uma decisão de Governo, sobretudo. Uma medida provisória seria suficiente em relação a esse entrave que está havendo, lamentavelmente.

Do outro lado não preciso nem falar aqui, Sra. Presidente. A questão logística a senhora conhece muito bem. Estamos falando muito em Ferrogrão, a Fico, que está muito bem encaminhada, mas eu particularmente...

(Soa a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... que já fui Governador, pela segunda vez Senador, três vezes Prefeito, minha mulher é pela segunda vez Prefeita de Várzea Grande, que faz parte da região metropolitana de Cuiabá, nós temos que lutar para levar a ferrovia até Cuiabá. Há um segmento econômico que quer desviar, ou seja, não quer deixar que a ferrovia chegue a Cuiabá. É uma luta do ex-Senador, Governador, Deputado Federal Vicente Vuolo. Então, eu faço um apelo para que a senhora também nos ajude a viabilizar a ferrovia até Cuiabá. Será o maior presente dos últimos 500 anos – Cuiabá está comemorando 300 anos dia 8 de abril – para o nosso Estado.

Cumprimento a senhora e me coloco à sua disposição. Não sou *expert* na matéria, no assunto, mas também não sou – vou falar como o ex-Governador Pedro Taques – nenhum bobó cheira-cheira. Conheço bem o assunto, sou proprietário rural de forma sustentável, tanto na agricultura quanto na pecuária, já tive indústrias frigoríficas no Estado. Estou à disposição da senhora. Conte com a figura do Senador Jayme Campos como um aliado que estará sempre na trincheira para defender os interesses não do Jayme Campos, mas, sim, do povo brasileiro, que precisa de um Governo moderno e, acima de tudo, que respeite todos os mato-grossenses e todos os brasileiros, para crescermos e desenvolvermos nossa economia através da agricultura do campo.

Muito obrigado a todos os senhores, particularmente à nossa Ministra, que nos honra com sua presença na manhã de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Ministra, primeiro quero me desculpar, pois eu estava presidindo a Comissão de Desenvolvimento Regional e não pude estar aqui no início para ver a apresentação de V. Exa., mas quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos.

Há muito assunto, mas eu vou me ater à questão da regularização fundiária, que eu acho que é um tema importante para o País. Eu fui Presidente da Comissão de Regularização Fundiária. Metade da população vive em áreas irregulares, e a gente precisa enfrentar isso. Lamentavelmente, quando presidi, nós não observamos a questão de criar estrutura, porque demos uma tarefa muito grande para o Incra e para o SPU e não demos condições de pessoal, qualificação, etc.

A política anterior era muito ruim porque não queria regularizar; na prática, queria manter as pessoas como reféns das eleições. Mas agora nós temos que regularizar. E uma das preocupações que eu tenho, principalmente aqui na nossa região, é que muitas vezes os





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

assentados, as pessoas que estão recebendo as áreas rurais não têm um estudo de viabilidade, não têm capacitação nenhuma, não têm financiamento, não têm nada. Portanto, a tendência é lotear, transformar em área urbana, invadir, essas coisas. Então, a gente precisa ter um programa – evidentemente V. Exa. deve estar cuidando disso – para que a gente possa dar sustentação à agricultura familiar sustentável, porque não dá para exigir que uma pessoa que recebe 2ha, 5ha de terra, que não tem água, não tem luz, não tem financiamento, não tem matéria-prima, não tem nada, vá sobreviver da terra. Então, acho que é fundamental. Nós fizemos ultimamente isso aqui no DF e o resultado é maravilhoso, quer dizer, você tem que viabilizar que essas pessoas sobrevivam da terra com financiamento e com capacitação.

Pediram que eu verificasse essa questão dos produtos orgânicos apenas, se existe alguma previsão de incentivo para essa produção, alguma linha de crédito de equipamentos, verbas de pesquisa da Embrapa, se há algo em relação a isso.

Ainda, tomando como exemplo o DF, nós temos mais de 250 produtores de orgânicos, mas apenas um fiscal e nenhum laboratório de análise. O ministério tem intenção de reforçar o contingente e contratar novos laboratórios para garantir a seriedade da produção de orgânicos no Brasil? Senão daqui a pouco a gente está comprando produto que não é bem orgânico. Então, com relação a essa fiscalização, o que tem sido feito por isso?

Em princípio, é isso, Ministra. E parabeno o trabalho de V. Exa. no ministério.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador.

Com a palavra para tecer suas respostas e considerações finais, com o nosso agradecimento, a Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Obrigada, Senadora Soraya.

Quero agradecer aos Senadores do Acre, a Senadora Mailza, o Senador Petecão, o Senador Bittar, pelas palavras e dizer que nós no Ministério da Agricultura estaremos sempre, Senador, presentes onde o desenvolvimento precisa chegar, onde a gente puder fazer políticas públicas para que a agricultura se desenvolva.

Vocês têm um potencial enorme. Eu acho que a gente tem que continuar aquela conversa que tivemos lá no Acre, para que o Acre realmente entre no rol dos Estados produtivos brasileiros. Potencial vocês têm, gente capacitada e com vontade vocês têm. Nós temos agora é que tirar – o que disse aquela senhora lá para nós – o ideologismo e tratar realmente de desenvolvimento.

Eu queria falar aqui o que ouvi dos indígenas em Mato Grosso, em Campo Novo do Parecis. A coisa que mais me marcou não foi eles fazerem uma agricultura moderna, não foi o entusiasmo com que nos receberam; o que me marcou naquela visita foi o que disse um dos líderes da cooperativa que eles criaram, Senadora, para a produção. Eles falaram: "Depois que nós passamos a ser índios produtores, antes nós éramos enxotados na cidade, quando a gente chegava à porta de um bar, de um posto de gasolina, de uma loja, nós éramos enxotados; e hoje nós somos recebidos, convidados a entrar, porque nós temos, com a nossa produção, dinheiro para ter dignidade, para ser consumidores, como todos os cidadãos aqui de Campo Novo". Então, esse é um depoimento que me marcou muito. Eu acho que nós devemos estar atentos para todas essas comunidades indígenas que têm nos procurado, como disse o Senador Heinze. Gente de Pernambuco, índios de Pernambuco, do Centro-Oeste, do Norte, do Sul querendo a possibilidade de ter como sobreviver dignamente, trabalhando. Eu acho que todos os brasileiros querem essa oportunidade. Por que não dar essa oportunidade aos indígenas?

Então, fica aqui como reflexão que nós temos que mudar algumas coisas na legislação urgentemente, para que eles não vivam à margem do trabalho e da produção, seja para receber *royalties*, seja para produzir na agricultura, porque nós temos indígenas que são produtores e outros não, mas que têm possibilidades. Eles são ricos, eles têm 13% do Território nacional, e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

não podem colocar a mão nessa riqueza para viver com dignidade. Fica aqui essa reflexão, para que o Parlamento brasileiro possa evoluir com a legislação existente nesta Casa, várias leis, para que se possa fazer justiça tanto com os produtores que são hoje espoliados e expulsos da terra quanto para os indígenas. Eu acho que nós hoje temos injustiças dos dois lados e nós precisamos corrigir rapidamente essa injustiça.

Acho que foi o Senador Olimpio que me perguntou sobre a Conab. A Conab continua, sim, com orçamento para fazer aquisição de produtos. No ano passado, tivemos 2,5 bilhões; acho que, no próximo Plano Safra, a gente deve ter um pouco mais do que isso. O plano está sendo construído a quatro mãos, juntamente com o Ministério da Economia. O Ministério da Economia tem sido muito sensível às nossas reivindicações. E eu espero que, bem antes de junho, prazo de se lançar o próximo Plano Safra, nós já o tenhamos; se Deus quiser, daqui a um mês, no máximo 40 dias, já estaremos com esse Plano Safra aprovado para ser colocado à disposição dos agricultores brasileiros.

Eu acho também que nós precisamos parar com romantismo. Algumas coisas são românticas. Nessa questão dos agrotóxicos, o Brasil é um dos poucos países do mundo, acho que o único país do mundo que, na atividade empresarial da agricultura, consegue produzir até três safras por ano, duas com certeza. Na grande maioria das regiões, o Brasil produz duas safras por ano e pode produzir a terceira – e já produz – quando tem a irrigação de que falamos aqui, uma política tão importante que precisa ser expandida.

O Senador Jayme Campos falou sobre a Amazônia Legal, que foi criada lá atrás como um programa fiscal. Isso se estendeu e hoje eu sei que prejudica muito a área ambiental de Mato Grosso, que é um grande Estado, o maior produtor de grãos do Brasil, a maior pecuária brasileira, o maior rebanho está lá. E realmente hoje eles têm algumas dificuldades porque isso não se transformou, vamos dizer, o benefício, à época, foi bom, mas criou sérios entraves e acho que tem que ser revisto, para que Mato Grosso consiga dar esse potencial todo de produção para o nosso País.

A Lei Kandir está sendo discutida, eu vi que tivemos mais um ano para que ela seja implementada por esta Casa, então, ela é fundamental para os Estados produtores de produtos primários. Então, é importantíssimo para Mato Grosso, Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, para Estados produtores de produtos primários, é importantíssimo que essa lei seja regulamentada e que esses Estados consigam receber os recursos que fazem tanta falta para esses Estados brasileiros.

Izalci, agricultura familiar. Eu sei que vocês têm ótimos modelos aqui no Entorno de Brasília. O que nós precisamos é apoiar cada vez mais. Conte conosco.

Você viu que a Lei 13.465, da regularização, tirou um problema grande que é o agricultor familiar não poder ter um ou dois empregados. Isto era um dos limitadores: quem mexe com horticultura, às vezes, a família não dá conta. Eu acho que nós temos que caminhar cada vez mais para a modernidade. Nós temos que parar com essa história de pequeno produtor coitadinho; nós temos que ter pequeno produtor que produza, que tenha sua renda assegurada, para que ele tenha qualidade de vida. Aí nós temos um problema enorme, que é ter o jovem no campo. Esse jovem que hoje está na periferia, se tiver emprego nas propriedades rurais pequenas, médias ou grandes, voltará e pode ter certeza de que nós teremos muito menos meninos na marginalidade do que hoje nós temos, porque eles não têm trabalho e acabam saindo da zona rural e vindo para as periferias das grandes cidades.

Então, eu acho que isso é um dever de todos nós: trabalhar para que esse jovem volte e dê continuidade àquelas ações de produção, porque a nossa população rural está envelhecendo, e nós precisamos dessa juventude tecnicizada, mas também com renda e qualidade para voltar para o campo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria agradecer, Senadora, por esta oportunidade de vir aqui conversar com os Senadores, colocar o Ministério da Agricultura sempre à disposição, aberto ao diálogo, para que a gente possa trabalhar junto pelo Brasil e por esse segmento que hoje é o motor da economia brasileira.

Muito obrigada a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ministra, iniciar o ano, esta Legislatura com a sua presença vem ungir nosso trabalho.

Quero dizer para a senhora que estamos à disposição, inclusive qualquer lacuna legislativa, tudo que for necessário fazer, conte com esta Comissão, conte conosco.

Eu fico emocionada de ver Legislativo, Judiciário, que nós vamos caminhar muito bem neste Governo Bolsonaro, com justiça, com unidade, e o agro unido com o meio ambiente. Isso é primordial, é uma coisa só. Somos todos um só. Então, eu quero dizer para a senhora que sou titular da Comissão de Meio Ambiente também, justamente para poder trabalhar nessa unidade.

Muito obrigada pela sua presença. Perdoe se nos estendemos. Muito obrigada, Ministra.

A SRA. TEREZA CRISTINA – Eu é que agradeço, Senadora. E agora estou indo para uma reunião importantíssima para o agro, para discutir com o BNDES crédito para o agronegócio brasileiro.

Muito obrigada. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só para encerrar: nos termos do art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, esta Presidência gostaria de registrar algumas determinações.

1 – reuniões de Comissão ocorrem nas dependências do Senado Federal, conforme art. 106 do Regimento;

2 – o apoio logístico para eventos realizados fora da sede do Senado Federal será de responsabilidade do autor do requerimento;

3 – para que as nossas audiências públicas sejam produtivas, recomendamos a indicação de até seis oradores no requerimento, respeitando-se o princípio do contraditório.

E eu gostaria, por fim, de ressaltar que foram designadas relatorias de projetos na Comissão. Solicito a V. Exas. que se atenham ao prazo regimental para exame das proposições e que, assim que possível, enviem à Secretaria da CRA os relatórios, para que sejam pautados.

Quanto às políticas públicas, prorrogo o prazo para apresentação de sugestões até o dia 22 de março, perante a Secretaria da Comissão, pelo e-mail cra@senado.leg.br.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Selma Arruda, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Angelo Coronel e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença dos Deputados Alceu Moreira (MDB-RS) - Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Deputado Nelson Barbudo (PSL-MT), Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), Deputado Neri Geller (PP-MT), Luana Ruiz - Secretária Adjunta de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Jornalista Nelson Ramos Barreto, Historiador Eliezer Ortolani Nardoto, Carlos Lopes - Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer). A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento do seguinte expediente: Moção de Apoio nº 014 de 2019, da Câmara Municipal de Botucatu, São Paulo, pela não extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional disposto na Medida Provisória nº 870 de 2019 do Governo Federal. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, a Moção será disponibilizada na página da Comissão, na Internet, pelo prazo de quinze dias para manifestação dos senadores membros a fim de que a matéria seja analisada pelo colegiado. A presente reunião tem por finalidade a realização da Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 2, de 2019, de iniciativa da Senadora Soraya Thronicke, com a presença do Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia - Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e do Sr. João Carlos Jesus Corrêa - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para apresentarem as diretrizes e os programas prioritários das suas pastas para os próximos anos. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Telmário Mota, Marcio Bittar, Chico Rodrigues, Luis Carlos Heinze e Lucas Barreto; as Senadoras Selma Arruda e Eliziane Gama e os Deputados Nelson Barbudo e Alceu Moreira fazem uso da palavra. Encerrada a Audiência Pública, a Senhora Presidente comunica o seguinte: 1. Foram designadas as Relatorias de Projetos na Comissão, solicitando aos senadores que se atenham ao prazo regimental para exame das proposições e que, assim que possível, enviem à Secretaria da CRA os Relatórios para que sejam pautados. 2. Encerra-se nesta sexta-feira, dia 22 de março, o prazo para apresentação de sugestões de Políticas Públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo na área da competência desta Comissão, pelo email cra@senado.leg.br, que, na próxima Reunião, será selecionada de forma colegiada uma Política Pública para ser avaliada em 2019. 3. Será fixada a composição da Subcomissão Temporária sobre a Regularização Fundiária nos termos do artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal na próxima Reunião, que, regimentalmente, cada bloco desta Subcomissão tem direito a uma vaga titular, solicitando a manifestação da indicação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

pelas lideranças ou pelo Senadores interessados em compô-la. 4. Relembra os senadores membros de que os Requerimentos de Audiência Pública são lidos em uma Reunião e aprovados na seguinte, nos termos do Ato nº 1, de 2019-CRA, que disciplina o processo de apresentação e votação de Requerimentos no âmbito da Comissão, devendo os Senadores atentar para esse procedimento apresentando com antecedência na Secretaria da CRA. Por fim, a Senhora Presidente procede à leitura do seguinte Requerimento de sua autoria: Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o AVS 39/2018, que encaminha cópia do Acórdão nº 1197/2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) como instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas, para o acesso aos respectivos programas e às correspondentes políticas públicas. O Requerimento lido retornará à Pauta para votação conforme Ato nº 1, de 2019-CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta minutos. Após a aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom dia a todos!

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos hoje.

Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da reunião anterior.

Nós temos hoje expediente sobre a mesa, que eu passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa.

Moção de Apoio nº 14, de 2019, da Câmara Municipal de Botucatu, São Paulo, pela não extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, disposto na Medida Provisória nº 870, de 2019, do Governo Federal.

Conforme a instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria da Comissão e na página da Comissão na internet pelo período de 15 dias.

A reunião de hoje destina-se à realização de audiência pública para apresentar as diretrizes e os programas prioritários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para os próximos anos, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2019, da CRA, de iniciativa desta Presidência.

Convido para compor a Mesa os nossos ilustres oradores: Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Gen. João Carlos Jesus Corrêa, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). *(Pausa.)*

Quero agradecer a presença de todos e a ilustre presença do nosso Deputado Nelson Barbudo, do Mato Grosso. Muito obrigada.

Só para esclarecer: apesar de essas audiências serem denominadas muitas vezes de audiências públicas, elas são reuniões em que nós conversamos sobre assuntos diversos, e o nosso intuito agora, nesse início de Governo, é saber, é entender e expor, e que o Poder Executivo exponha para nós Senadores as diretrizes do Governo.

Então, eu agradeço ao Sr. Nabhan Garcia e ao Gen. Jesus Corrêa pela disponibilidade. Para nós, o assunto fundiário é de extrema relevância, extrema importância.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero também dizer da nossa satisfação em tê-los nessas pastas, com a confiança que a gente tem e com a isenção que a gente já sabe que vocês terão com todos os interessados; e esclarecer também que, segundo o Regimento Interno, somente os Senadores podem fazer perguntas. Por isso que eu tenho sugerido para que, na Câmara, de repente, o senhor, Deputado Nelson, tome essa iniciativa. Aí pode fazer pergunta através da Senadora.

Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, com toda a vênua, eu gostaria de pedir que fosse aberta a palavra aos Deputados também, até pela própria natureza, que não é tão formal. Não vejo ofensa que cause prejuízo. Não é uma reunião deliberativa. Então, eu não vejo prejuízo em que se faça uma exceção a essa regra do Regimento Interno.

Eu peço à senhora que reconsidere e abra a palavra para o nosso Deputado Nelson Barbudo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só para justificar o posicionamento: é que aí eu vou pedir para os Srs. Senadores terem razoabilidade na hora de se manifestarem. O problema, Senadora, foi que, em outras reuniões nossas, Senadores mudaram de assunto, falaram mais do que o Regimento permitia. Então, extrapolaram de verdade.

Eu vou pedir para os Srs. Senadores que não extrapolem. Eu quero muito, sim, ouvir, principalmente de interesse do nosso Deputado Nelson Barbudo. Não me incomodo. Eu só vou pedir, então, que os Senadores respeitem e se atenham ao limite de tempo e se atenham ao assunto, que é de extrema importância. Às vezes, ficar conversando sobre outro assunto é tão prejudicial... É tão raro a gente conseguir agenda.

Então, está reconsiderado nesse sentido – viu, Senadora? –, com a ajuda de que os colegas não extrapolem os limites. Por favor. Muito obrigada.

Aprovada, Senador Fernando, Senador Mecias, essa excepcionalidade? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, os oradores terão dez minutos cada um sem interrupções, e, a partir disso, depois, nós abriremos. Estou com a lista de inscrição para fazer pergunta. Os senhores podem...

Quero dar a palavra para o Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a nossa Senadora Soraya e, cumprimentando a Senadora Soraya, estendo os meus cumprimentos a todos os presentes, aos Parlamentares, às Senadoras, aos Senadores, aos Deputados e às Deputadas, ao amigo Gen. Jesus Corrêa, hoje Presidente do Incra, e aos convidados.

Enfim, quero enaltecer esta possibilidade de discutirmos e avançarmos em propostas e caminhos para situações e temas direcionados a essas questões fundiárias e agrárias, que são extremamente relevantes para o nosso País.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Senadora Soraya, tenho certeza de que a sua iniciativa já tem trazido algumas coisas positivas, desde a primeira audiência que houve aqui com a Ministra Tereza Cristina, e assim caminha sempre, mostrando que a transparência e a possibilidade de todos aqui se encontrarem e trocarem ideias, sugestões, críticas, ou o que for fazem parte do processo democrático, e é para isso nós estamos aqui.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Ao iniciar este Governo, o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, foi editada uma medida provisória no dia 1º de janeiro – a MP 870, de 1º de janeiro –, que estabeleceu a migração de todas as questões fundiárias e agrárias do País que envolvem reforma agrária, colonização agrária, regularização fundiária – e aí entram o Terra Legal, a Amazônia Legal, as questões fundiárias envolvendo os quilombolas, as questões fundiárias envolvendo os indígenas. Nesse quesito dos indígenas, inclusive, há até alguma confusão, porque alguns acham que a Funai acabou. Não. A Funai, quando foi criada, foi criada para cuidar do índio e a Funai continua com esse propósito de cuidar do índio. Simplesmente por nós termos uma Secretaria Especial, que, aliás, tem o *status*, a função praticamente de um ministério... Essa Secretaria Especial recebeu todos os problemas fundiários do País e não poderia ficar de fora das questões indígenas, que vão desde a identificação, delimitação, demarcação, homologação, licenciamento etc. Tudo isso veio para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e consequentemente a essa Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, onde o Incra, sob a tutela do MAPA e da Secretaria, é o órgão que vai elaborar todos esses procedimentos da forma técnica, com a sua assessoria jurídica. Fundamentalmente, é o Incra o órgão que passa a pôr em prática: tudo que a gente decide aqui se encaminha para o Incra, e o Incra faz todo esse procedimento.

É bom lembrar, inclusive, que, em muitas situações, mesmo antes, em governos anteriores, sempre foi o Incra o grande auxiliador desses processos. Um exemplo: nos georreferenciamentos, geoprocessamentos de uma reserva indígena, de uma nova demarcação indígena, era o Incra que ia lá e fazia esse geoprocessamento; numa questão quilombola, era o Incra que ia lá e fazia o geoprocessamento, a identificação, todo esse trabalho. Então, o Incra já vinha exercendo um papel fundamental e agora mais ainda, porque agora ele incorporou à casa. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sempre teve uma postura muito técnica e justamente essa foi a visão do Presidente em fazer essa alteração e encaminhar esses temas polêmicos.

Senadora, Senadores e Parlamentares presentes, sempre tivemos infelizmente um viés político e ideológico muito forte. Esse viés ideológico e político causou danos irreparáveis em todo o processo fundiário e agrário no País e agora nós temos uma instituição, instituições que estão aqui trabalhando isenta, neutra, técnica e, acima de tudo, cumprindo e respeitando o que a lei determina. Nós não faremos nada que esteja fora da lei, passando por cima da lei ou ignorando a lei. Não. Nossa meta, nosso trabalho é promover uma questão que traga segurança jurídica, social e econômica ao campo, ao País e até mesmo às cidades, porque nós estamos vendo hoje reservas indígenas sendo criadas até mesmo em grandes cidades, como é o caso de Caucaia, lá na Grande Fortaleza, uma cidade com 650 mil habitantes, onde eles tiveram a pretensão, têm a pretensão... Já existe lá uma iniciativa, através de um





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

decreto – cadê o Rodrigo? –, uma portaria, criando, numa cidade de 650 mil habitantes, que faz parte da Grande Fortaleza, uma reserva indígena – uma terra indígena numa cidade de 650 mil habitantes.

Ora, eu acho que aqui todos nós somos brasileiros e eu acho que as coisas, em determinadas circunstâncias, causam até um certo impacto em nós e uma revolta, porque nós recebemos aqui a visita de praticamente toda a comunidade dessa cidade. Setores produtivos, políticos, representantes da OAB, de associação comercial, associação industrial, enfim, toda a comunidade da cidade nos procurou aqui indignada: onde já se viu uma cidade que existe há 500 anos dentro de um perímetro urbano, com 650 mil habitantes, se transformar em território indígena?

Então, nós temos que agir dentro da lei e com muita razoabilidade. Nós temos que começar a deixar esses vieses ideológicos e infelizmente alguns vieses, até por trás, têm propósitos escusos. Nós estamos aí nos deparando com muitas ONGs que até agora não explicaram qual a função realmente delas, porque há ONGs que estão aqui... Ninguém aqui quer cercear o direito de haver uma ONG. A ONG é uma coisa legítima, ela tem o seu CNPJ, ela está lá para defender os interesses, mas não para interferir no processo de administração pública e interferir na questão da nossa soberania. Isso é muito sério.

Então, eu acho que está na hora. Nós temos a oportunidade de rever muita coisa. Estamos num processo agora de identificação nacional para identificar o que está errado, tentarmos, acho que é a nossa obrigação, Senadora, porque é dinheiro público e não se brinca com dinheiro público. Senador Bezerra, Deputado Nelson Barbudo, nossa Senadora aqui e demais Parlamentares aqui, nós não podemos pegar dinheiro público e jogar fora num país que tem problemas tão sérios na educação, na habitação, na logística, com as nossas estruturas portuárias sucateadas. Enfim, o Brasil tem tantas outras situações em que é preciso empregar dinheiro público e nós não temos mais o direito, como administrador público, de ficar pegando bilhões e colocando em programas ideológicos, que, a cada vez que se inicia um programa desse, mais o Brasil se afunda.

Eu acho que o momento é de reverter essa situação e trazer para todo o sistema produtivo brasileiro, porque quem trabalha gera emprego. Então, quem trabalha não é só questão econômica, quem trabalha e produz está integralmente ligado ao aspecto socioeconômico...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... do País.

Então, este é o nosso objetivo: resgatar o Brasil na moralidade pública e fazer com que o Brasil avance no seu desenvolvimento socioeconômico. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sr. Nabhan Garcia, foi muito esclarecedor. Eu tenho certeza de que o senhor vai ter muitas perguntas aí para responder.

E agora com a palavra o Gen. Jesus Corrêa, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Dez minutos o senhor tem, General.

Obrigada.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Bom dia a todos.

Quero registrar inicialmente a satisfação do Incra em poder participar aqui desta audiência pública e poder apresentar aquilo que nos foi requerido com relação a informações pertinentes às várias preocupações que afligem todo o nosso País.

Nesta oportunidade, apresento inicialmente as minhas saudações à Exma. Sra. Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, votos esses extensivos a todas as autoridades presentes e ao público que prestigia esta audiência pública.

Como é conhecido, a presença do Presidente do Incra nesta audiência objetiva apresentar, conforme recebemos aqui da Comissão, as diretrizes prioritárias do Incra para os próximos anos e os programas prioritários do Incra para os próximos anos. Destarte, desde já reitero os agradecimentos de poder prestar os esclarecimentos supramencionados.

A fim de referenciar a apresentação dos dois objetivos citados, cabe fazer uma rápida ambientação com respeito à autarquia. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal cuja missão prioritária é atuar e realizar a gestão da malha fundiária brasileira, bem como formular e executar políticas de gerenciamento territorial.

A atuação da autarquia visa principalmente à garantia do direito das propriedades, a identificação, o uso de terras públicas, a supervisão de processos de compra de terras por estrangeiros, a ratificação de títulos na faixa de fronteira, a condução de processos de terras agrícolas em área urbana, a certificação de georreferenciamento de imóveis e a manutenção de cadastros atualizados. Recentemente, adotou uma nova política de governança fundiária, que busca, sobretudo, garantir a segurança jurídica, a paz no campo, o desenvolvimento econômico e a soberania nacional, passando também a ser responsável pelo processo de identificação e demarcação de terras indígenas, à semelhança do que já ocorre com as terras quilombolas.

Está implantado em todo o Território nacional, possuindo a sede, aqui em Brasília, 30 superintendências regionais e 45 unidades avançadas. Possui cerca de 4,7 mil servidores, que eu já adianto serem insuficientes para atender toda a demanda que existe para o Incra. Friso mais uma vez: insuficientes!

Apesar da magnitude das suas tarefas, a instituição sofreu processos de desgaste estrutural de fragilização da gestão e de fragilização dos seus quadros devido à ausência de um plano de carreiras compatível com as suas responsabilidades. Tal situação conjuntural, como também outras tantas, parametrizam o farol estabelecido para esta gestão, que permite estabelecer as suas principais diretrizes e os seus programas prioritários para os próximos anos, conforme a solicitação aqui da Casa.

Dessa forma, apresento a seguir as principais diretrizes elencadas entre tantas outras que já foram estabelecidas pela Presidência do Incra e por sua Diretoria ou seu Conselho Diretor: revitalizar a capacidade de gestão; fundamentar a gestão no planejamento estratégico, que foi tecnicamente destruído no Incra ao longo desses últimos anos; atuar de forma integrada e sistêmica; empregar judiciosamente os recursos financeiros disponibilizados, fator determinante para a nossa gestão e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

imperativo; acompanhar, verificar e auditar a execução orçamentária em todos os níveis; promover as políticas públicas, visando permitir a sustentabilidade social e implementação de infraestrutura capazes de gerar qualidade para os projetos de assentamento, um grande vazio hoje encontrado na gestão do Incra; atuar imperativamente com base no escopo legal que rege as suas atividades e responsabilidades; promover ações que resultam dignidade e cidadania para os beneficiários dos seus programas e valorizar os seus recursos humanos.

Para tanto, programas prioritários foram estabelecidos. Conforme consta no portal do Incra, há um grande número de programas que regularmente vêm sendo observados. Se nós passássemos a discorrer sobre todos eles aqui, levaríamos cerca de 20 a 30 minutos. No entanto, em razão das atuais peculiaridades que vivemos e circunstâncias que têm sido objeto de diagnóstico estratégico, que está sendo levado a cabo durante esse período, avultam como aqueles que podem ser considerados como prioritários os seguintes programas: titulação da terra concedida, determinante realizada pelo Presidente Jair Bolsonaro para todos os órgãos ligados a estas políticas; regularização fundiária; recuperação da capacidade de tecnologia da informação do Incra, sem a qual nós não conseguiremos seguir avante nos objetivos colimados por todos nós; otimização do processo de titulação, uma vez que o que temos hoje, inclusive leis, todo o escopo legal, dificultam a aceleração desse processo de titulação e causam, de certa forma, até confusão em relação a como isso deve ser procedido; aprovação de um novo plano de carreiras para o Incra; governança da malha fundiária; complementação da infraestrutura dos assentamentos, uma vez que hoje nós encontramos, no Brasil, assentamentos que são verdadeiras favelas rurais; recuperação da infraestrutura da base física do Incra, e hoje mesmo nós temos noticiado um problema acontecendo na Paraíba que retrata a situação de depredação em que as nossas instalações se encontram hoje, o que é decorrente de má gestão ao longo desses períodos, não é só a Paraíba que possui problemas; e, por fim, recuperação da infraestrutura e da gestão sustentável para que possamos conduzir o plano nacional ou programa nacional de reforma agrária...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – ... pelo estabelecimento daqueles novos assentamentos que venham a ter projetos sustentáveis que não coloquem a população que tenha essas necessidades no meio do nada.

Muito obrigado.

Eram essas as informações iniciais a prestar. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, General, muito obrigada, Sr. Nabhan Garcia.

Vamos passar a palavra agora para os Senadores.

Com a anuência da Senadora Selma, Senador Fernando Bezerra. O senhor tem cinco minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço à minha companheira e amiga Senadora Selma, que libera a sua fala para que eu possa aqui me pronunciar, tendo em vista que estou com outros compromissos em outras Comissões.

Quero dizer da alegria de poder ter aqui assistido às duas falas importantes, do Dr. Nabhan Garcia e do Gen. Jesus Corrêa, sobre um tema que é muito importante para o nosso País que é a questão fundiária.

Eu queria inicialmente me dirigir ao Gen. Jesus Corrêa, para saber se já seria possível, nesses primeiros cem dias de Governo, estimar qual seria a meta de titulação do Incra. A gente vem de um Estado, que é Pernambuco, temos duas estruturas do Incra em Pernambuco – uma em Recife, outra em Petrolina, que é a minha cidade –, temos diversos assentamentos, e muitos desses assentamentos não conseguiram ainda titular as suas áreas, o que cria muita dificuldade no acesso ao crédito, sobretudo para que o assentado possa, inclusive, ter o acesso ao financiamento, para desenvolver a sua propriedade.

Um assunto que está muito latente é que o CAR coletivo, que beneficia os assentados – ele venceu agora, no mês de fevereiro, e precisa ser prorrogado; e precisa haver uma reunião do Conselho Monetário Nacional para que essa prorrogação se dê até a conclusão do CAR de forma individual, porque senão os assentados terão prejuízos. Eu me refiro aqui aos assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco, porque, com os produtores de cana, muitos desses assentamentos se transformaram em cooperativa, e há, inclusive, unidades industriais, e estão sem ter acesso para poder fazer o custeio da cana, e isso vai prejudicar, e muito, as atividades agrícolas lá na Zona da Mata do meu Estado.

Então, a primeira pergunta que eu gostaria de ouvir do Gen. Jesus Corrêa, é: qual é a meta de titulação? Quantos títulos de propriedade poderão, digamos, ser oferecidos nos próximos quatro anos, durante o Governo do Presidente Bolsonaro?

A segunda pergunta, ainda ao Gen. Jesus Corrêa, é em relação ao crédito habitacional. Eu acho que as palavras do General traduzem a realidade de muitos assentamentos, verdadeiras favelas rurais. Existe espaço para novos créditos habitacionais? Qual é o volume desse crédito, quanto é que será concedido, para que a gente possa ter uma presença muito forte dentro dos assentamentos? Não só do ponto de vista habitacional, mas do ponto de vista de infraestrutura, abastecimento de água, estradas para escoamento da produção, que são carências recorrentes.

E quero me dirigir ao meu amigo Nabhan Garcia, cumprimentá-lo por essa missão, por esse desafio. A sua presença na Secretaria Especial de Assuntos Fundiários é uma esperança positiva daqueles que produzem, do agronegócio brasileiro, daqueles que, muitas vezes, têm questionado o seu direito de propriedade, e fico feliz com as declarações que afastam ilações que, aqui e ali, são colocadas, de que se iriam desenvolver ações ou atividades que pudessem ser ao arrepio da lei. Então, a declaração clara, alto e bom som, de que a legislação será cumprida no desenvolvimento da política pública relativa à questão fundiária traz um alento muito grande, no sentido de que a gente possa de fato...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... ter uma relação pacífica com todos os movimentos sociais e, sobretudo, com os pequenos produtores rurais.

Eu queria uma informação mais de caráter geral: a gente acompanha pela imprensa a questão da demarcação de novas reservas indígenas, de novas reservas de quilombolas, dê um panorama como está hoje a situação do ponto de vista das reservas indígenas. As reservas indígenas cobrem que percentual do Território brasileiro? As áreas agricultáveis, ou as áreas que estão em produção, correspondem a quanto do Território brasileiro? Qual é a visão do Secretário em relação à demarcação de novas áreas indígenas? O que é que...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... há como prioridade para esses próximos quatro anos, do ponto de vista de podermos abrir espaço para a expansão da agricultura? Se isso é necessário para o desenvolvimento em áreas...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... sobretudo no Norte, no Centro-Oeste, no próprio Nordeste, áreas novas, sobretudo no sul do Piauí, sul do Maranhão, no oeste da Bahia. Como é que o Secretário enxerga a situação atual das áreas indígenas e das áreas quilombolas no nosso País?

Agradeço a compreensão da nossa Presidente, que, de forma muito gentil, permitiu que eu pudesse ser o primeiro a intervir aqui no debate.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigado, Senador, muito obrigada.

Nós vamos fazer em bloco de quatro perguntas, aí ele responde, para facilitar. Então, quatro Senadores vão falar, aí a gente passa a palavra para os senhores, está bom? Fica mais fácil.

Senadora Selma Arruda, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Presidente, por favor, a senhora poderia só anunciar o primeiro bloco, os quatro que estão inscritos?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – No primeiro bloco, nós temos a Senadora Selma, nós temos os Senadores Mecias de Jesus e Wellington Fagundes. Aí temos: Senador Jayme Campos, Senador Telmário Mota, Senador Marcio Bittar e o nosso Deputado Federal Nelson Barbudo. O.k.?

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sra. Presidente desta Comissão, muita honra comparecer a essas reuniões; é uma honra também fazer parte desta Comissão sob a Presidência de V. Exa., que tão bem conduz os trabalhos. Um dos trabalhos muito bem conduzidos agora é exatamente a realização desta reunião, em que temos proximidade com um assunto tão importante, principalmente para os nossos Estados, que são Estados que têm graves problemas a serem resolvidos, principalmente na questão fundiária.

O colega que me antecedeu fez praticamente todas as perguntas, ou, pelo menos, foi bastante abrangente quando expôs as suas angústias, que são, me parece, bastante comuns a todos nós, mas eu vou fazer algumas perguntas ainda assim, porque é importante que se prestem contas dessas atividades, pelo menos das atividades iniciais, ou das estratégias que se pretendem adotar, daqui para frente, para cada Estado. Então, eu gostaria de perguntar aos Srs. Nabhan e ao Gen. Jesus Corrêa, a quem cumprimento, agora também com muita honra de estar presenciando esse encontro, eu gostaria de perguntar o seguinte: qual é a estratégia do Governo Federal para efetivar a regularização fundiária no País? Nós vimos, e eu ouvi, a manifestação do General, no sentido de que esta é a primeira das prioridades elencadas pela Secretaria. Portanto, eu gostaria de saber qual a estratégia que será adotada para isso.

Gostaria de saber também se há problemas de orçamento, se os senhores têm algum embate com relação a isso, orçamento de pessoal, já me disseram que há falta de pessoal, os senhores já manifestaram. Há a questão desse problema estrutural que o Incra enfrenta, está sucateado, existe todo um problema que me parece muito maior do que os atos finais a serem praticados. Ao que me parece, precisa-se fazer uma faxina interna primeiro, reconstruir a instituição, para depois começar a gerar resultados. Então, como é que se espera que isso seja feito, e, principalmente, se há necessidade, se existe alguma recomendação de V. Exas. no sentido de que nós aqui no Senado possamos colaborar para isso. Houve pontuações aqui de que, por muitas vezes, a lei atrapalha essa regularização fundiária. Então, nós gostaríamos de saber, e de obter essas sugestões e recomendações, no sentido de se ajustar melhor essa lei, para que, efetivamente, a regularização se torne uma realidade no meu Estado de Mato Grosso e em todo o Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senadora.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus. Cinco minutos, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, Senadora Soraya, quero dizer que é uma honra ser presidido por V. Exa., com competência e zelo, e estar junto com os colegas aqui nesta Comissão.

Quero cumprimentar o nobre Dr. Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, e dizer que é uma satisfação estar aqui com V. Exa.; cumprimentar o Gen. Jesus Corrêa, Presidente do Incra.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiro, Sra. Presidente, eu gostaria de, talvez até – se for possível – eu não seja tão correto no horário como foi a Senadora Selma, mas eu preciso fazer uma explanação muito rápida aqui, até para os colegas Senadores e Senadoras terem um conhecimento do que passa o Estado de Roraima. Primeiro, Gen. Jesus Corrêa, eu já tive oportunidade de estar com o Ministro Nabhan Garcia, que nos recebeu muito bem, tanto a mim quanto a toda a Bancada de Roraima, e entendeu os nossos problemas. Eu também quero aproveitar para dizer que o Brasil precisa de pessoas esclarecidas e que conheçam o nosso País como o Dr. Nabhan Garcia conhece.

Eu ouvi falar inicialmente da Funai: a Funai pode não estar extinta, mas deveria ser extinta, porque, pelo menos no meu Estado de Roraima, ela não serve para absolutamente nada, a não ser para fazer conflitos entre os indígenas e os brancos, porque não existiam antes esses conflitos. A Funai abandona os índios à própria sorte. Lá nós temos, no meu Estado, 46% do Estado de Roraima demarcado como áreas indígenas. Esses índios estão jogados lá à própria sorte. A Funai não ajuda, são as prefeituras municipais e o Governo do Estado. A malha viária dentro dessas comunidades indígenas está abandonada. As comunidades, os índios, os irmãos não têm absolutamente nenhum apoio do Governo do Estado, do Governo Federal; as prefeituras não têm condições de ajudá-los, e para a Funai tanto faz se os índios estão bem ou não.

Aliás, a Funai tem que explicar muito para que é que serve, porque no meu entendimento, em Roraima ela só serve para ajudar a criar terras que ela diria ser terras indígenas, como é o caso da Pirititi. Lá não existiam índios, lá nunca foi terra indígena: levaram os índios de outros locais lá para aquele local, disseram que era uma área pretendida pela Funai. E aí tiram direitos de produtores que estão lá há muitos anos, que trabalham lá há muitos anos e que de repente viram suas terras serem tomadas por essas supostas terras indígenas, que na realidade nunca foram terras indígenas, mas sempre há alguém que vai lá emitir um laudo ou algo dizendo que já existiram, milhões de anos atrás, índios naquela região.

Pois bem, em Roraima, hoje só cerca de 7% a 8% das terras do Estado é que são agricultáveis. O restante são: terras indígenas, Unidades de Conservação, reservas do Exército, das Forças Armadas, enfim isso aí chega a mais de 70%, e o restante são áreas alagadiças, que não servem para produzir absolutamente nada. Nesses 7% a 8% que nós temos, nós só podemos produzir em 20% dessa área, porque a lei florestal diz que o Estado...

(Soa a campanha.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... que não tiver o Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado tem que ter no mínimo 80% de reserva legal obrigatória, ou seja, dos 7% que nós temos para produzir, nós só podemos produzir em 20%.

Na Amazônia, só três Estados têm o Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado, só três Estados da Amazônia. Por quê? Porque o Conama, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, não aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico dos Estados. E aí o Estado de Roraima, como outros Estados da Amazônia, são obrigados a estar aí nesse percentual mínimo, sem condições do Governo do Estado, das prefeituras municipais e do Governo Federal.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E o que nós esperamos, neste Governo agora, com os olhos voltados que nós temos do Presidente Jair Bolsonaro para a Amazônia – e ele diz que tem um carinho especial pelo Estado de Roraima –, é que a gente possa voltar a ter sonhos. Nós já agradecemos... E eu não posso deixar de fazer isso agora, Sra. Presidente, de agradecer ao Presidente Jair Bolsonaro pela determinação da construção do Linhão de Tucuruí, que liga Manaus ao Estado de Roraima. São esses bons olhos que nós acreditamos haver do Presidente da República, dos seus Ministérios e, tenho certeza absoluta, do Dr. Nabhan Garcia, e que nós queremos ter de V. Sa. também, Sr. Presidente. Que V. Exa. possa ter esse olhar carinhoso com o Estado de Roraima, com a Amazônia e com o Brasil.

Mas eu vou voltar um pouquinho para a questão mais específica do Estado de Roraima: nós temos hoje lá 1.800km de estradas vicinais em projetos de assentamento do Incra; 720km, 729km, para ser mais preciso, precisam urgentemente de recuperação da malha viária; pontes, estradas, porque o produtor não tem a menor condição de acesso às cidades e às vilas para escoar a produção, para viver numa condição mais digna. Isso precisaria de, no mínimo, R\$70 milhões para se recuperar. E aí eu vou, junto com a pergunta que a Senadora Selma fez aqui a V. Exa.: o Incra tem recursos para isso? Se não tiver, como o Incra está pretendendo fazer para ajudar urgentemente a Amazônia, ajudar o Brasil? E aqui eu falo em especial na questão do Estado de Roraima.

Para concluir, Sra. Presidente, eu quero falar – já falei da reserva Pirititi – da Flona Jauaperi. É uma Flona que ainda é pretendida pelo Governo Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... pela Funai, pelo Instituto Chico Mendes. Essa Flona sozinha teria, aí, cerca de 180 mil hectares de terras, que ficariam entre o Município de São João da Baliza, Caroebe, São Luiz do Anauá e Rorainópolis. Só que essa Flona teria 180 mil hectares de terra, mas o Município de São João da Baliza, que é a minha terra natal, teria 20 mil hectares *ad aeternum*, ou seja, eu queria ouvir a opinião de V. Sa., Presidente do Incra, e do Dr. Nabhan Garcia, e também, já de antemão, conclamar os Senadores do Brasil, os Senadores desta Comissão, para que, no momento oportuno, Sra. Presidente, possam conhecer o Estado de Roraima e nos ajudar a sair desse conflito, porque Roraima hoje é, sem dúvida nenhuma, o Estado que mais precisa do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, cinco minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Quero cumprimentar aqui a Presidente Soraya, do nosso Estado de Mato Grosso. Quando eu falo do Mato Grosso é porque *(Fora do microfone.)*

somos Estados irmãos; o Mato Grosso do Sul é hoje, após a nossa divisão – e eu sempre tenho dito que é o exemplo de que, ao se dividir, se multiplicou: foi muito bom para Mato Grosso do Sul e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

excelente também para Mato Grosso. Então, estamos aqui fazendo um trabalho conjunto, e eu gostaria aqui de cumprimentar também o Dr. Nabhan, o Dr. João Carlos.

E digo aqui: lá no nosso Estado, a gente chama o Incra de "incravado". Por quê? Porque tradicionalmente é um órgão que não consegue atender as necessidades daqueles que foram para a Região Amazônica – e aí eu diria, para toda a Amazônia, mas em especial o meu Estado de Amazônia –, chamados pelo Governo Federal à época para integrar a Amazônia, para não entregar a Amazônia. E lá estão famílias, há 20, 30, 40 anos, assentadas, e que não têm documento até hoje. Se não têm documento, não têm como exercer a sua cidadania plena.

E aí, Dr. Nabhan, eu diria o seguinte: o desafio de V. Sas. é muito grande, porque no meu Estado nós temos o orgulho de dizer que somos o maior produtor de grãos, somos o maior produtor de proteína animal – o maior rebanho bovino –, o maior exportador; que ajudamos, que contribuímos muito com o Brasil, com a nossa balança comercial, mas infelizmente nós temos miséria no campo, porque tudo isso que a gente fala de boca cheia está na média e grande produção. E o pequeno, no Mato Grosso, o pequeno produtor, já vem abandonado há aproximadamente uns 12 anos, tanto por política federal, como também por política estadual, ou seja, se ele não tem o documento, ele não tem como acessar o crédito e muito menos a pesquisa e a extensão rural, porque também a Embrapa focou no nosso Estado o grande produtor. Foi muito bom para a nossa economia, mas socialmente muito ruim. As EMATERs foram abandonadas, estão sem estrutura nenhuma. Isso é no Brasil, mas eu vou falar especificamente também no caso do Mato Grosso, que eu acho que isso aqui serve para todos os Estados de produção.

Então, há quatro anos, comecei a trabalhar muito junto à Presidência da República essa questão de mudar a legislação para que a gente pudesse fazer a regularização fundiária, verdadeiramente. Felizmente melhorou, mas sem a infraestrutura e sem a condição dos órgãos. Por isso, essa pergunta que foi feita, se vocês vão ter condições e recursos.

E a nossa função aqui é exatamente apoiá-los, porque, no meu Estado, e aqui está o Senador Jayme Campos, a Senadora Selma... O Senador Jayme Campos é um grande produtor, ele vai falar daqui a pouco com melhores condições, inclusive. No nosso Estado, nós podemos fazer uma revolução econômica no Estado e social exatamente através do Incra e do Terra Legal, ou seja, da responsabilidade, Dr. Nabhan, de V.Sa.

Então, o Estado pode duplicar, triplicar a nossa produção...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... só com essa questão da regularização fundiária para o pequeno, porque nós precisamos exportar, sim, mas nós temos que garantir o alimento para os bolsões de pobreza que existem no Brasil com a cesta básica de qualidade e barata. E nós podemos fazer isso, o Centro-Oeste brasileiro, enfim, o Brasil, e o Nordeste tem condições de fazê-lo, mas precisa criar essas condições de acesso ao crédito, e o documento é fundamental.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero fazer aqui uma pergunta. A questão do Terra Legal. No Estado de Mato Grosso, nós temos lá condições de documentar mais de 5 mil propriedades do Terra Legal. E, quanto a essa junção do Terra Legal no Incra, como vocês estão pensando, já que o Incra não tem estrutura? Pelo menos o Terra Legal tinha mais celeridade nos processos e na condição específica do Terra Legal.

No caso do Mato Grosso, nós temos muitas cidades que foram criadas em cima de assentamento do Incra e, como houve um desenvolvimento muito rápido do Estado, às vezes a gente até consegue o recurso aqui para construir uma escola, uma creche, e o prefeito não tem o documento. E ele fica emperrado, se não for emenda impositiva, fica emperrado, porque nem o documento para promover assistência médica e social ao Município ele pode.

Eu vou dar um exemplo aqui de uma cidade: Mato Grosso do Sul, a terra da nossa Presidente, tem lá um grande exemplo de aproveitamento ambiental, de forma correta, que é a cidade de Bonito, que desenvolveu muito. E no Mato Grosso nós temos lá uma condição que nós falamos que nós temos mais do que Bonito, nós temos Nobres, que é outra cidade também com o mesmo potencial de Bonito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É lindo, não é? É mais que Bonito, é lindo, me corrige aqui a Senadora Selma. E lá todo o potencial, Presidente, está exatamente em cima de um assentamento do Incra. E, como não há documento, as pessoas, os investidores não têm como fazê-lo. Então, é um outro... E nós estamos lutando por isso aqui há muito tempo, e não conseguimos.

Eu vou encerrar. Temos um exemplo no Araguaia, lá em São Félix do Araguaia, uma pousada que foi construída, uma linda pousada, em que vai gente do mundo inteiro, e que depois essa área, essa pousada, na verdade, era um comodato, mas a área toda foi vendida, através do Incra e virou um assentamento. E o mais absurdo. Ele não é um assentado, mas ele, inclusive, cuida de uma grande área ambiental. E a decisão da Justiça foi, inclusive, de destruir a pousada, tirar a pousada, mas quem mora lá, a pessoa é um pequeno, é uma pessoa que está exercendo a economia da atividade. Então, eu gostaria, para não me delongar, de só dizer das dificuldades, mas eu queria a resposta específica dessa questão do Terra Legal, como vocês pretendem trabalhar?

E ainda gostaria de dizer que ontem, como líder do Bloco Vanguarda, nós tivemos um almoço lá com o Presidente da CNA, Dr. João Martins, o Senador Jayme lá estava, e ele propôs, inclusive, a CNA está querendo criar a nova classe média rural, exatamente criando incentivos. E eu gostaria de trazer essa sugestão, porque eu penso que é o que a gente também tem que criar, porque nós achamos socialmente, na cidade e no campo. Não existe mais classe média rural no Brasil. Então, qual seria a política que V. Sas. pensam também em desenvolver, porque não adianta só a terra, nós temos que desenvolver e dar condições para que essas pessoas tenham acesso à terra, ao crédito e principalmente à pesquisa e à extensão.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu gostaria de enaltecer e agradecer a presença do Deputado Pedro Lupion, muito obrigada; do jornalista Nelson Barreto, muito obrigada pela sua presença; do historiador Eliseu Ortolani, muito obrigada; do Presidente do Conafer, Carlos Lopes, muito obrigada; e da nossa amiga do Mato Grosso do Sul, Luana Ruiz, muito obrigada pela sua presença; Subsecretário, muito obrigada.

E aos senhores, eu vou passar, são muitas perguntas, ainda temos uma lista de Senadores e Deputados para fazer perguntas, eu vou dar cinco minutos e, se precisarem, a gente estende, divide...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Exato.

E vocês vão trocando, fiquem a vontade!

E eu sei que são muitas perguntas. Caso não dê para responder todas, e vocês preferirem, enfim, aí podem mandar a resposta... Fiquem à vontade! Está bom?

Muito obrigada.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – O Senador Bezerra não está presente. Posso deixar para responder a dele depois, quando ele estiver?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senador Mecias de Jesus, nós estivemos lá no seu Estado, fizemos uma visita, com vários Ministros, e realmente ficamos surpresos com a fragilidade que se tornou o Estado de Roraima, em que, com as próprias palavras do Governador, 45% são terras indígenas; 25% são terras de Unidades de Conservação, já são 70%; aí depois, desses 29% que restaram, uma parte significativa está inserida dentro do próprio princípio do Código Florestal, em que se determinam 35% de reserva em área de cerrado, de lavrado, e 80% em áreas de floresta. E, segundo o relato do Governador, sobraram lá praticamente 10%, ou pouco mais de 10%, acho que nem isso, do Estado de Roraima. E aqui nós temos dois Senadores de Roraima: Senador Mecias, Senador Telmário e o Senador Chico, que está lá no canto. São três Senadores. E realmente, Senadores, há a grande preocupação do Presidente Bolsonaro, que, aliás, tem me cobrado constantemente, porque é uma situação catastrófica, além de que ainda há um déficit de contas que ficou para trás, é coisa de 7 bilhões ou até mais um pouco.

Então, nós acreditamos, sem querer desmerecer nenhum outro Estado, mas acho que a nossa prioridade é focar em cima do Estado de vocês. E agora ainda com esse problema grave, porque vocês são vizinhos ali da Venezuela, recebendo diariamente entre 500 e 1000 venezuelanos em situações dramáticas, onde o Exército montou tudo aquilo ali. E precisando agora fazer esse linhão entre Manaus e Boa Vista, porque vocês estão tendo um custo assustador lá.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, há certas situações que precisam ter urgência. Nós participamos aquele dia na votação do Conselho de Defesa em que foi aprovada, por unanimidade, a imediata construção desse linhão, mas aí a gente começa a se deparar justamente com essas situações e, aliás, não deveria haver essas discussões em que se diz: "Não, tem que ouvir o índio, não tem que ouvir... Se é em medida de urgência, se é de segurança nacional... O Conselho de Defesa Nacional foi convocado, foi votado na presença de todos ali, então...". E aí fica esse emblema.

Esse emblema, essa situação emblemática é o grande caos deste País, é o grande caos, porque nós vemos aqui uma cidade, Pacaraima, que se torna uma reserva indígena. Aí eu sou procurado lá pelo Prefeito, até pela Presidência do Tribunal de Contas, por todas as autoridades, por todo mundo dizendo: "Escuta, a nossa cidade, não respeitaram a nossa cidade... Virou uma terra indígena!". Ninguém aqui é contra a demarcação indígena, ninguém aqui quer parar, porque isso está estabelecido na Constituição, o que nós queremos é fazer as coisas acontecerem da forma razoável e da forma legal, sempre estritamente dentro da lei.

Então, Senador Mecias, e até me estendendo depois oportunamente às perguntas dos demais Senadores lá do seu Estado, realmente Roraima encontra-se numa situação estritamente delicada, porque não é só essa questão fundiária, porque há um país que está ali em guerra civil ali do lado e a situação é catastrófica.

Senador, nós temos investimento lá no Estado do Mato Grosso também e, modéstia à parte, conheço bem o Estado, porque nós chegamos lá em 1975. Não tinha estrada, não tinha nada. Chegamos lá em 1975. E, relatando o que se passa aqui com a gente... É o relato que eu passo, e vou dizer para o senhor que todos os dias eu não faço outra coisa naquele gabinete a não ser receber pessoas do Brasil inteiro, é do Mato Grosso, é do Mato Grosso do Sul, é do Acre, é de Rondônia, é lá do Nordeste, é do Rio Grande do Sul, é de Santa Catarina... As coisas, Senadora Soraya... Esta Casa Legislativa é a nossa Casa, é a casa de todos os brasileiros... Senador Jayme Campos, nós precisamos tomar uma iniciativa para combater essa tragédia que foi cometida nesses últimos 30 anos de Governo. Foram atos insanos. É uma verdadeira insanidade que cometeram, que fizeram.

E nós brasileiros, congressistas, não congressistas, temos o dever de mudar essas coisas. Nós temos uma Constituição, nós temos leis, e essas leis têm que ser respeitadas. Não dá mais para se governar na base da hipocrisia, da corrupção e da ideologia. O resultado está aí no país vizinho, o resultado está ali. E se continuasse, se continuasse no Brasil da forma que estava, provavelmente nós chegaríamos perto da situação de uma Venezuela.

Onde já se viu transformar um Estado em menos de 10% do seu potencial para ser utilizável? O Estado do Mato Grosso, nós temos lá situações de rodovias que estão paradas há mais de oito anos porque falta alguém dar uma licença; ou então a estrada está seguindo, aí vai lá um antropólogo da Funai e diz assim: "Aqui existe a possibilidade de ter cinco ou seis índios isolados". Possibilidade, evidência. Sai lá uma manifestação, essa Funai tem o poder de jogar lá no Incra, no Sigef, porque é a Funai que joga, e aí para tudo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É a mesma coisa com proprietários que foram lá com papéis, com títulos de 1970, onde era o "integrar para não entregar". Você tinha o título, aí alguém vai lá, vai lá um antropólogo da Funai, esse antropólogo diz: "Aqui existe a possibilidade, sim, de ter índio isolado, ou de ter comunidade", sempre...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... com a evidência e a possibilidade. Aí vai lá, joga aquilo ali, manda, põe no Sigef, introduz, aí esse cidadão, Senadora, não tem mais, não consegue tirar um CCIR, não tem mais financiamento, não tem mais segurança, nem segurança jurídica, nem segurança econômica... Acabou! A vida desse proprietário vira um verdadeiro inferno, um dilema. Até onde nós vamos conviver...? De onde é que sai o feijão, o arroz, o leite, o açúcar, o café, a manteiga, o chá, essa roupa que nós estamos vestindo? Sai tudo do campo. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

Houve uma conspiração. Houve nesses trinta anos uma conspiração e perseguição no setor que carrega efetivamente o País nas costas. Nós precisamos acabar com essa hipocrisia, com essa febre de ideologia, com essa coisa, e pôr este País para... Vamos governar este País com rumo, para frente, com seriedade. Aí nós vamos tirar o País do buraco. Da forma que está fica muito difícil.

Senador Wellington, não tem um Estado que não passe por problema. Ontem nós recebemos a bancada de Santa Catarina. Uma área indígena foi demarcada em 1980, de 14 mil hectares, de repente, no Governo Lula, essa mesma área se multiplica e vira 35 mil hectares de reserva indígena, onde se tem uma das maiores represas de contenção de água no Brasil, que é uma bomba atômica. E está lá dizendo: "Não, tem a possibilidade de ter índio". E ninguém vê índio. E, simplesmente, num Estado pequeno, vai lá e acontece isso.

Eu recebi 35 portarias do Estado de Sergipe tentando... Portarias para criar estado quilombola, territórios quilombolas, nas melhores propriedades de Pernambuco, de Sergipe, com títulos de sesmaria, com títulos de mais de cem anos.

Então o Brasil virou uma bagunça agrária, uma confusão agrária. E tem uma destinação essa bagunça agrária, essa confusão agrária: é ficar sustentando esses discursos ideológicos que jogam centenas de assentados, em condições subumanas, em beira de estrada, porque ninguém quer acabar com a reforma agrária, ela tem que ser eterna, perpétua, e usam seres humanos como massa de manobra.

Por que que o Governo do PT... O Governo do PT ficou treze anos, com mais oito do Governo Fernando Henrique, doze do Governo Fernando Henrique... Oito do Fernando Henrique com treze do PT, são vinte e poucos anos aí, e aí a indústria dos assentados em beira de estrada. Por que eles tinham a caneta na mão, tinham o poder na mão, tinham a maioria, tinham força política e não acabaram com isso, Senador?

Porque é a indústria da invasão, porque essa indústria da invasão gera dinheiro, gera corrupção, gera desvio de ordem pública... Se alguns dos senhores têm dúvidas vão ali no TCU. O TCU tem um relatório que foi levantado aí de dois anos. Se for atualizado hoje o escândalo vai ser maior ainda.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não é, Senador Nery? Vai lá no TCU e veja o escândalo do que é a reforma agrária brasileira!

Então nós precisamos acordar, porque o campo é o que dá sustentação a este País. Este País aqui efetivamente ainda está de pé graças aos produtores rurais, aos homens que trabalham, sendo discriminados e sendo perseguidos por governos e instituições responsáveis. (*Palmas.*)

O SR. NELSON BARBUDO (PSL - MT) – É verdade, Nabhan. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o General Jesus Corrêa.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Quero agradecer inicialmente as perguntas que foram formuladas. Vou fazer um *flash* aqui rápido, aproveitando as palavras do Secretário Nabhan, com relação à questão da titulação e da regularização fundiária.

O problema hoje, o hiato que nós temos hoje, é decorrente de uma corrida do ouro, pode-se dizer assim, em relação à desapropriação de terras e o estabelecimento de assentamentos que ocorreu basicamente com um pico nos Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Foram jogados para o campo aquelas pessoas que são colocadas, famílias fragilizadas, sob uma situação de vulnerabilidade social, conforme estabelece o Estatuto da Terra. Isso teve uma leitura, houve uma leitura em relação a isso, criou-se uma massa de manobra no campo, e hoje o que nós temos é o resultado da criação, de uma forma desordenada, de uma reforma agrária às avessas, onde havia a identificação do interesse da terra, havia uma invasão, e da invasão havia a desapropriação e consequentemente o estabelecimento de um assentamento.

Nós temos visto situações de assentamentos com 20, 30 anos, que hoje a gente não consegue nem regularizar com rapidez porque o parcelamento que aconteceu não permitiu que se estabelecessem os verdadeiros limites dentro de cada uma dessas parcelas.

Então esta realidade com relação aos processos de estabelecimento de uma reforma agrária fez com que nós chegássemos hoje a esta realidade.

Aproveito também para abordar o "incravado", nosso Exmo. Senador Wellington Fagundes. Concordo absolutamente com relação a essa situação, mas a culpa não é do Incra. A culpa não é do Incra. Aqui na sede a gente tem verificado uma necessidade de colocar gestão, como eu disse, uma gestão sem viés político, sem indicação de pessoas que não têm capacidade de gestão para tocarem um órgão como o Incra. Precisamos chegar às superintendências regionais porque elas são o verdadeiro impasse do que os senhores estão colocando aqui. Se nós não conseguirmos estabelecer a ordem nas superintendências regionais, nós jamais vamos conseguir estabelecer tudo aquilo que é de regularização fundiária e de política correta em relação à reforma agrária. Para que nós consigamos fazer isso, precisamos do apoio de todos os Srs. Senadores e Deputados, entendendo que nós precisamos colocar lá pessoas que tenham capacidade de gestão; caso contrário, nós não vamos avançar.

A minha permanência e chegada aqui no Incra está atrelada exatamente a essa possibilidade de poder realizar uma gestão isenta, objetivando os interesses nacionais, considerando a inviolabilidade da





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

propriedade como requisito fundamental para nós tratarmos de qualquer questão fundiária. Uma invasão é uma violação, o Incra não vai pactuar se associando a um invasor de qualquer natureza. *(Palmas.)*

Para essas questões nós precisamos, e coloco aqui veementemente, precisamos do apoio e do entendimento de todas as pessoas de bem para que possam nos ajudar a sanear esse "incravado", conforme foi colocado, porque nós temos no Incra gente muito boa que trabalha lá, mas uma minoria de mal-intencionados e posicionados estrategicamente permitiu a obtenção indevida de recursos e o estabelecimento de dutos financeiros saindo de várias vertentes...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – ... e chegando à ponta da linha. Então, esta é uma observação geral em relação à questão.

Com relação ao que o nosso Senador Fernando Bezerra havia perguntado, nós temos 136 milhões de recursos para habitação passíveis de serem até majorados um pouco. Nós precisamos de orçamento, Senadora, realmente precisamos de reforço de orçamento. Eu participei, em Roraima, da força de pacificação da Raposa Serra do Sol quando houve o conflito indígena naquela ocasião, em 1995 e 1996. Conheço a problemática de lá, conversei com macuxis, taurepangues, uapixanas que tinham o nome de Joaquim, José, o sobrenome do proprietário da terra e, depois, foram obrigados a colocar o nome de José Uapixana, de Sebastião Macuxi, porque interessava mostrar que eles estavam ali historicamente quando isso não era verdade.

O Incra vai promover uma metodologia e um rito calcado na técnica e na observância da lei, utilizando gente que seja fidedigna nas suas posições e que vise aos interesses nacionais. Vamos trabalhar com antropólogos? Vamos, sim, mas aqueles que observem o País com os olhos de brasileiros, e não com interesses que vêm de fora da nossa Nação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, eu me sinto extremamente satisfeito com as respostas e quero colocar exatamente como disse o General: uma minoria não pode vencer uma maioria de gente bem-intencionada, e, quando o Incra é o "incravado", é exatamente nessa linha. Uma minoria, às vezes, leva a essa imagem de um órgão.

Eu fiz questão de colocar aqui a questão do Incra "incravado" porque é a imagem, assim como às vezes se generaliza a classe política, e eu sei que é uma minoria. Portanto, a nossa função aqui é exatamente, como já falaram todos antes, ajudar o Incra, ou seja, o Incra, agora... O Terra Legal, eu não ouvi a resposta específica do Terra Legal, foi nisso que senti um vazio e gostaria de uma resposta mais objetiva do Terra Legal porque talvez as pessoas não conheçam especificamente, então seria bom que fosse colocada essa questão do Terra Legal, mas me sinto satisfeito.

Eu tenho certeza de que aqui na Comissão vocês terão todos como parceiros, porque houve o momento do êxodo rural também, que foi promovido pelo Governo. O País teve uma transformação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

porque o Governo também chamou as pessoas da zona da zona rural para as cidades. Então, é claro que a questão ideológica tem que ser discutida, mas nós queremos o resultado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senador, eu vou responder ao senhor a questão do Terra Legal e, em seguida, respondo à pergunta da Senadora Selma Arruda.

O Terra Legal também veio para o MAPA e, conseqüentemente, para a nossa Secretaria Especial de Assuntos Fundiários. Inclusive já determinei que em todo o Brasil, até porque temos uma meta de diminuir custos, custos exorbitantes... Aqui em Brasília, por exemplo, havia o setor policial, havia um monte de gente lá, eu passei por lá e vi muita gente se divertindo em vez de estar trabalhando, vi muita gente ali se divertindo, e a gente estava tendo um gasto alto. Então, o pessoal do Terra Legal veio para o Incra. Aliás, é onde ele estará: sob a tutela do Incra, trabalhando de forma técnica e correta para ter resultados.

Mas eu gostaria de dar exemplo ao senhor do que aconteceu no Estado do Pará. Eu estive no Pará e, lá, o Terra Legal estava trabalhando intensamente, inclusive com o apoio do Incra na gestão passada, do Governo passado, e estava lá já com mil, trezentas e poucas propriedades prontas, Senadora.

Senador Bittar, lá no Pará, eu estive lá, com relação ao Terra Legal, no Governo passado, e veio lá um representante, trouxe e me mostrou: "Olha aqui, nós estamos com mais de 1.300 propriedades prontas para serem emitidos os títulos com todo o procedimento correto levantado, georreferenciado, com o todo procedimento, etc., para dar o título, dar o embasamento da regularização do Terra Legal". Aí veio a Funai e atravessou uma manifestação que, em seguida, foi para o Sigef, e já faz cinco anos que esses 1.300 títulos estão parados, não vão para lugar nenhum. Por quê? Porque essa manifestação da Funai era a mesma de sempre, era a de que poderá ser terra indígena, baseado em evidências, mas estudos vão ser demandados de acordo com o tempo e a disponibilidade. Está lá, mais de 1.300 títulos. Isso foi o que eu vi, mais de 1.300 títulos, as pessoas poderiam estar lá trabalhando tranquilamente com seu título porque a lei determinou isso a eles, facultou, mas não estão porque simplesmente a Funai, através do Sigef, vai lá e solta e paralisa tudo.

E o que nós pretendemos hoje, Senadores e Deputados aqui presentes, é justamente fazer o contrário. É, agora, através da vinda efetiva do controle, inclusive do Sigef, para o nosso órgão, liberar essas propriedades que estão injustamente e até ilegalmente travadas para se beneficiarem do Terra Legal, por quê? Porque a Funai, um órgão que sempre trabalhou 100% ideologicamente, tinha a função de travar e paralisar esse País aqui, e mais: criar situações entre brancos, entre produtores e índios, como assim eles distinguem, que não poderiam existir jamais, porque nós estamos sendo procurados, Senador, por comunidades indígenas que querem fazer acordo, que não aguentam mais ficar amarradas, atreladas e submetidas à Funai e a suas milhares de ONGs, que não querem ver a paz entre produtores e indígenas; querem o contrário, querem e vivem da confusão. Então, esse é um desafio que não é nessa Secretaria e nesse Governo, esse é um desafio de todos nós para que as coisas mudem e comecem a funcionar. Senão, até quando nós vamos? Daqui a pouco, a minha geração já foi, a de muitos aqui já ficou para trás.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos que começar por essas instituições para funcionar e para fazer o que o Brasil precisa, a harmonia entre todos os povos e fazer esse País andar para frente, porque esse País tem um potencial que nenhum outro país do mundo tem.

O SR. NELSON BARBUDO (PSL - MT) – Senador, um aparte só. Senador, um minuto só

Para afirmar o que V. Sa. está dizendo, um funcionário da Funai teve a pachorra de me denunciar, eu já Deputado Federal, de me denunciar no Ministério Público Federal, dizendo que eu estava incitando que produtores invadissem terras indígenas, nessa linha, Nabhan. Veja bem, um funcionário que anda pelo viés ideológico, de Ribeirão Cascalheira, denunciou este Deputado ao Ministério Público e à Polícia Federal, dizendo que eu ando, no Estado do Mato Grosso, incitando invasão de terra. Veja bem a condição em que se coloca ideologicamente esse pessoal da Funai.

Era só para fazer esse registro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Bom, e respondendo, Senadora Selma Arruda, a sua pergunta de qual é a estratégia do Governo Federal para essas regularizações fundiárias de um modo total, vamos começar pelas questões dos assentamentos, do que foi feito com a reforma agrária.

O objetivo nosso é transformar esse assentado num verdadeiro produtor da agricultura familiar. Para isso, essa reforma agrária que foi feita na correria, nesses moldes em que a gente viu transformou, infelizmente, com o dinheiro público, muitas áreas em verdadeiras favelas rurais. Então, já existe agora, por determinação do nosso Presidente do Incra, Gen. Jesus Corrêa, algumas forças-tarefas a que já deram início nos Estados. Temos uma deficiência, não dá para fazer isso nos 27 Estados da Federação, Presidente, mas já estamos começando, inclusive formando uma nova força-tarefa agora para ir ao Nordeste, para dar prioridade ao Nordeste para fazermos um levantamento: aquele assentado que está de forma correta trabalhando, mesmo com dificuldades, primeiro, ele vai receber o seu título de propriedade; segundo, ele vai receber um programa de assistência do Governo em que a segunda prioridade é ter a sua casa, que é a dignidade, e não dormir debaixo de um barraco de lona, e aí, as condições de poço artesiano onde for possível; onde não for possível o poço, vamos viabilizar a outra maneira. Enfim, o que nós pretendemos...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... é dar dignidade realmente, é pegar esse dinheiro público e não deixar cair mais na mão de falsos movimentos sociais invasores de propriedade, porque esse dinheiro acaba não chegando na mão do assentado, mas fazer com que esse dinheiro chegue lá na mão diretamente do assentado, que a assistência técnica chegue através de órgãos de Governo, parceria com a Embrapa, com o Estado, para que ele seja assistido e se torne realmente um produtor rural. Não interessa o tamanho. Somos todos produtores rurais, seja da agricultura familiar, seja o médio, seja o grande.

Com relação ao outro lado da regularização fundiária, é onde entra o campo do Amazônia Legal, do Terra Legal, que são aquelas áreas de até 2,5 mil hectares, são aqueles proprietários que também





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

vão ter que passar pelo mesmo procedimento: provar que estão ali há tanto tempo, provar que estão produzindo, provar que aquilo ali foram eles que chegaram e conquistaram. O procedimento é o mesmo: provar que as pessoas têm capacidade para trabalhar, e aquele que não teve por falta de assistência terá essa assistência. Essa é a nossa meta. O que nós não podemos mais ter no Brasil é a favelização agrária e pessoas submetidas a condições subumanas em beira de acampamento, em barraco de lona, em condições vergonhosas para qualquer brasileiro.

Essa é a nossa meta, Senadora. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com licença, Sra. Presidente.

Eu gostaria só de agradecer as respostas e novamente colocar-me à disposição para ser a autora de projetos de lei que possam facilitar a execução dessas metas de desburocratização, de desentrelaçamento do Estado. Estou à disposição.

Agradeço aos senhores.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Antes de passarmos ao próximo bloco... Porque está concorrido, e eu quero enaltecer a participação popular; aos senhores há muitos *e-mails*, muitas perguntas. Eu tenho aqui... Antes de passar para o próximo bloco de Senadores, só para registrar, como vai ser muita coisa, eu vou passar a pergunta depois para os senhores entrarem em contato. O Conafer tem pergunta. Pelo Portal e-Cidadania o povo está participando, nós temos participação de Alexandre Arend, do Paraná; de Paulo Henrique, do Ceará; de Maria Isabel, Domingos Leôncio Pereira, Cauã Fonseca, muitas perguntas sobre conflitos indígenas, Clinton Cândido, Bob Luiz Botelho, Luciene de Cache, Paulo Henrique Souza, Juca Lima, Fábio Fena, Grace Coelho. Temos muitas e muitas perguntas.

Para otimizar, vou passar aos Senadores e pedir para os Senadores serem bastante objetivos. É muita gente e ainda temos que dar a palavra. Vamos dar a palavra ao Deputado... Depois dos senhores, vamos dar a palavra ao Deputado porque foi aceito em Plenário, depois dos senhores, certo, Senador Marcio? Então, vamos otimizar. Eu vou dar a palavra por cinco minutos nesse novo bloco.

Senador Jayme Campos, é com o senhor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senadora Soraya; ilustres convidados, Dr. Nabhan e Gen. Jesus Corrêa; demais colegas Senadoras, serei rápido, até porque aqui os Senadores já fizeram algumas indagações e algumas delas, eventualmente, seriam de meu pensamento. Entretanto, Nabhan e Gen. Jesus, há uma expectativa muito grande em relação à questão fundiária do Brasil, sobretudo na questão das políticas não só da agricultura familiar, mas naturalmente a agricultura e a pecuária nacional. Viemos de uma quadra muito ruim.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Exas. expressaram aqui um sentimento que não é só dos senhores, mas, certamente, da maioria da sociedade brasileira, que tem deixado muito claro que, lamentavelmente, essa política no Brasil foi de mal a pior. Particularmente, eu venho de um Estado produtor, que é o Estado do Mato Grosso, que acho que é onde existe um dos maiores problemas fundiários do Brasil. Há algumas centenas de assentamentos, onde, lamentavelmente, muitos estão vivendo abaixo da linha da miséria, e nós temos que tomar medidas drásticas no sentido, sobretudo criar mecanismos e instrumentos para buscarmos facilitar a questão da política de regularização fundiária em todo o Território nacional.

No Mato Grosso, lamentavelmente, como bem disse o Senador Wellington Fagundes aqui, houve, na década de 70, por incentivo do próprio Governo Federal, para a ocupação da nossa Amazônia brasileira, sobretudo com a abertura da BR-163, e, depois, com a criação de novas cidades, ao longo da BR-163 particularmente, como também no médio e no baixo Araguaia...

Eu tive a oportunidade de ser Governador de Mato Grosso e meu irmão também foi Governador do Estado, depois Senador, eu também duas vezes fui Senador da República. Eu sei das dificuldades, o Estado tem suas dificuldades, o Governo Federal também tem suas dificuldades, mas eu acho que chegou o momento ímpar de nós acabarmos com a questão da ideologia. Lamentavelmente, os grandes entraves estão na questão ideológica, aqueles que usam, talvez, como massa de manobra a própria classe trabalhadora, criando os movimentos que não têm nenhum fundamento e que não trazem nenhum resultado.

A agricultura familiar contribui sobremaneira, pelos dados estatísticos do Censo do IBGE, com quase 80% da produção nacional brasileira. E é fundamental que o Incra também deixe de ser, neste exato momento, como num passado bem recente foi, um balcão de negócios. Tanto é verdade que, para que um cidadão conseguisse, lá atrás, um georreferenciamento da sua propriedade para ter a sua documentação de fato registrada no cartório de imóveis e ter a chancela no cartório da região, ele tinha que pagar por fora – vamos ser muito bem claros aqui –, dar a tal de propina. Eu acho que o Brasil tem que ser passado a limpo agora, e há uma expectativa muito grande em relação ao Governo Bolsonaro.

Eu não sou nenhum radical, nenhum extremado, sou um produtor rural, meu pai é produtor rural, e hoje nós temos que mudar o foco em relação ao grande produtor, vamos chamar assim, porque ele representa uma pequena minoria em relação à demanda dos pequenos e está muito bem assistido já. Alguns, por exemplo, em Mato Grosso... O Nabhan conhece, tem propriedade lá na região de Sorriso, se não me falha a memória, seus familiares têm lá. Nós temos hoje as fundações, temos capacidade, todos nós, de ter bons técnicos ao nosso lado para fazer a orientação, mas o pequeno perdeu a força de lá para cá, as empresas governamentais, dos Governos dos Estados estão todas praticamente sucateadas, como é o caso da Empaer em Mato Grosso, que não tem técnicos para levar assistência técnica.

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu pergunto: onde nós vamos chegar? Primeiro, o cidadão assentado pelo Incra de forma irresponsável. O Incra é um grande indutor para fazer um balcão de negócio. Até há pouco o Governo tinha que desapropriar, pagar com TDA, aí depois passavam 20 anos, isso era repartido lá, ou seja, era partilhado. Eram verdadeiras organizações





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

criminosas que havia até então. Nós temos que passar a régua, passar a vassoura mesmo, não tem conversa fiada, doa a quem doer.

Entretanto, quero saber de forma indireta, indagar, se me permita, um segundo só: aqui no Congresso Nacional existe a Medida Provisória 870, de 2019, ainda em tramitação. Alterou a Lei 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar que ficam transferidas da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República para o Incra as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, inclusive para expedir os títulos de domínio correspondentes.

Indago aos nobres participantes desta audiência pública: o que podemos esperar dessa nova mudança institucional? Atualmente qual a porcentagem que já se encontra regularizada? Qual o cronograma da regularização para os próximos anos? Há um detalhamento por Estado? Quando finalmente a Amazônia Legal terá a totalidade de suas terras devidamente regularizadas?

V. Exas. sabem perfeitamente que nós ocupamos, ou seja, nós somos 23 milhões de brasileiros que estamos acima do Paralelo 16.

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Já houve algumas medidas provisórias que melhoraram sobremaneira – o senhor sabe, Nabhan – em relação aos módulos que pediam a regularização fundiária. Hoje, na Amazônia, chegamos já até a 2 mil hectares, dependendo da propriedade, dependendo naturalmente de qual área.

Então, quero saber se nós temos um planejamento. Infelizmente, nós políticos vamos à comunidade, vamos à região, dizemos que vai ser regularizada, daqui a pouco o Incra fala que vai regularizar, e não regulariza. E nós somos aqui um instrumento do povo, que nos confiou, que nos deu a procuração para representá-lo aqui no Congresso Nacional. E nós queremos o quê? Que o Incra estabeleça, Nabhan, um planejamento, quantos mil títulos nós podemos de fato lá no Mato Grosso entregar? Quantos podemos entregar no Estado de Rondônia, no Estado do Acre? Não podemos ficar nessa amarra que hoje lamentavelmente tem prejudicado. Como o Wellington disse aqui, a Selma, o acesso ao crédito, não se tem acesso ao crédito de coisa alguma, até porque uma das prioridades que o Governo Federal tem que estabelecer também é democratizar o crédito no Brasil. Eu tive uma bela impressão do Presidente do Banco Central do Brasil, pois a visão dele é democratizar o crédito. Ninguém hoje, o pequeno, tem acesso, primeiro que não tem documento. O Ibama faz uma devassa. Uma devassa o que é? Só sabe multar, o cidadão com o CPF dele está todo breado, ou seja, o "CPFzinho" do coitado, do miserável que está lá na ponta não pode fazer nenhum financiamento, na medida em que o próprio Ibama vai lá e multa o cidadão, que muitas vezes é obrigado, até porque está passando fome, a tirar dois, três...

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... quatro, cinco pés de árvore para vender essa madeira para sobrevivência.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nós temos que dar um basta nessa hipocrisia no Brasil. Aqui não houve, até então, uma reforma agrária decente. O que houve aqui foi balcão de negócios e política ideológica e partidária. Lamentavelmente, o que fez o PT nos últimos anos foi uma verdadeira desgraça neste País aqui; milhões de brasileiros foram jogados à mercê de uma política indecente, para quê? Usando ele para ganhar o voto, comprando o voto dele, já pagando na boca de urna. E deu no que deu, está aí hoje.

Lá no Mato Grosso, eu tenho andado lá. Andei nessa campanha, visitei quase 90% das cidades e vi, lamentavelmente, o que está acontecendo, a falta de uma política decente. Nós estamos apostando no senhor, Nabhan.

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nós estamos apostando no senhor, no General aqui, em fazerem uma política séria.

O senhor colocou com muita perfeição, General: lá não pode ser órgão de politiqueiros, tem que botar a pessoa certa no lugar certo para cumprir a sua missão, estabelecer um planejamento, uma prioridade, e nós de fato darmos ao cidadão o título de terra. Quando você dá um título de terra a ele, você está dando cidadania a ele. Ele vai dizer: eu sou dono dessa propriedade, porque na maioria absoluta dos assentamentos, o cidadão pega aquilo lá, passa um ano, dois anos, vende para o vizinho ou vende para um terceiro ou para um produtor que está vizinho. Nós temos que acabar com isso aqui, estabelecer regra clara, um planejamento, e o Governo cumprir com sua lição.

E o Incra, na minha visão... O Senador Wellington chamou o Incra de "incravado". Tem que passar a limpo o Incra, tem que modernizar. Eu não sei se o número de pessoas que há hoje é o suficiente para atender à demanda. É uma preocupação nossa. Sobre tudo com essa reforma da previdência que vem aí, muitos vão se aposentar antes da hora. Não sei se o Governo Federal vai abrir um novo concurso ou vai terceirizar alguns serviços, a que sou favorável. Alguns serviços o Incra tem que terceirizar para fazer a máquina andar.

O que nós temos que entregar, General, Nabhan, é resultado para o povo brasileiro, sobretudo para a nossa agricultura familiar, para o nosso assentamento. *(Palmas.)*

Cumprimento V. Exa.

E também sou parceiro aqui do Senador Wellington, do Senador Chico Rodrigues, da Selma, do Marcio Bittar, dos demais. Todos estamos com a mesma visão aqui, ajudar o Governo a resgatar com certeza os compromissos que são de obrigação e, sobretudo alguns são constitucionais, e lamentavelmente o Governo não tem cumprido com o seu papel.

Sucesso.

Queria felicitar os senhores.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Vou pedir mais uma vez para os Senadores serem objetivos porque há muita gente para falar.

Senador Telmário Mota com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, Senadora Soraya, primeiro quero parabenizar V. Exa., porque quando este Senado se encontra com o anseio da população, acontece o que está acontecendo hoje: manifestação nacional. Parabéns por esta audiência! Quero aqui saudar o Presidente do Incra, meu amigo Gen. João Carlos, com o qual eu tive a oportunidade de conversar, falamos muito de Roraima. E falar também ao Luiz Nabhan, que aqui passou muita emoção – você vai sair daqui cheio de expectativas. É bom que você tenha isso em mente.

Rapidamente, eu queria aqui responder – não tem nada a ver, mas é bom –, porque o Senador Mecias falou de Roraima, o Senador Chico também deve falar, mas eu ouvi aqui uma pergunta, por exemplo, do Senador Fernando com relação a demarcações de terras, etc. Hoje, na verdade, no Brasil temos 436 terras indígenas, 14% do Território nacional, 117 milhões de hectares, vivendo nela 734 mil índios. Nós temos hoje, pretendidas, 129 áreas indígenas, o que acolheria 120 indígenas, respondendo a 11,8 milhões de hectares de terra, maior que Pernambuco do Senador Chico Rodrigues, que tem nove milhões e pouco.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senador Telmário, só confirmando: quantas áreas pretendidas?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Cento e vinte e nove processos em atividade. Se cumprir o que o Presidente falou, nós vamos ter aí, vamos evitar isso, porque isso representa 11,13 milhões de hectares, maior do que o Estado de Pernambuco. Então, de 14 milhões iríamos para 15% do Território nacional, o que seria um absurdo.

Bom, o Senador Mecias disse que é contra a Funai. Eu não, eu sou a favor da Funai, inclusive até mudar o nome. Em vez de ser Fundação Nacional do Índio, seria Fundação Nacional dos Povos Indígenas. O que tem que mudar na Funai são os atores, o núcleo da Funai, que é um processo indigenista de exclusão, um processo de isolamento do índio para abastecer economicamente as ONGs, formadas por esse núcleo fixo que existe na Funai.

Esse núcleo é que tem que sair, tem que entrar ali um novo sentimento. Inclusive estou indicando para a Funai, com o aval do Senador Chico Rodrigues e outros, um indígena, que é tuxaua, da maior comunidade do Contão de Roraima, que é uma pessoa que dá palestras nas Agulhas Negras, que tem um pensamento totalmente diferente. Hoje o indígena quer a inclusão social, política e econômica. Ele quer produzir, ele quer ter independência, ele quer transformar essas terras em produção. E o meu Estado é vítima disso. São 46%, são 100 mil indígenas, 60 vivem na comunidade, 40 vivem na área urbana, porque não têm realmente nenhuma assistência. Então, se mudar na Funai a filosofia, o sentimento desse processo indigenista que tem lá hoje, a Funai é útil e fundamental.

Então, eu só queria colocar isso.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu quero voltar ao meu Estado, para o ponto, e realmente o tópico diretamente é o Incra. Em Roraima, dos 32 órgãos federais ou mais um pouquinho, quem comanda lá é um ex-Senador ainda, aliás, o ex-Senador Romero Jucá, o maior ladrão deste País. O resultado disso é que o Incra no meu Estado está afundado em uma pior crise. Nós temos 67 assentamentos. Isso representa 16.566 famílias. Há assentamentos com mais de 30 anos sem ser emancipado, e hoje, segundo o coordenador, o superintendente do Incra, para dar qualidade de vida a esses assentamentos, precisa-se de 380 milhões. Esse quadro já passei até ao Presidente do Incra. Esse é o quadro do Incra.

Vamos para outro lado: qual é hoje a maior crise do Estado de Roraima? O Estado vive estrangulado por várias crises, mas com relação às terras propriamente ditas? Como eu falei, os órgãos federais em Roraima eram controlados pelo ladrão, que o povo resolveu tirar, mas que a Justiça não bota na cadeia. A nossa Justiça é lamentável. Então, nove processos... Não vou falar disso porque esse não é o assunto, não é o palco aqui e nem vamos estragar esta reunião, porque eu fico até irritado em ver tamanha impunidade, mas vamos embora lá. Resultado hoje: Roraima tem 12 glebas precisando de assentimento. O que é o assentimento? O assentimento é uma autorização prévia, essencial, para a prática de determinados atos, para o exercício de determinadas atividades para a ocupação e utilização de terras ao longo das fronteiras terrestres com 150km de largura, consideradas fundamentais para a defesa do Território nacional. Roraima hoje tem limite com a Venezuela na parte norte, e, ao leste, com a Guiana Inglesa. Por conta disso, há 12 glebas dependendo do assentimento. O assentimento hoje, para poder acontecer, alguns órgãos precisam ser ouvidos: a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a ICMBio, a Funai e o próprio Incra.

Dessas 14 glebas, hoje há duas em andamento, Ereú e Equador. Agora em dezembro, estas já foram autorizadas. E há também Tepequém e Amajari em andamento. Em conversa que nós tivemos com o próprio Incra hoje, nós sabemos que todas essas glebas estão precisando do georreferenciamento. Então, essa é uma parte que o Incra e o Governo do Estado têm que definir.

Então, o que eu queria dizer? É importante passar essas glebas para o Estado porque sem elas não há segurança jurídica e, não existindo segurança jurídica, ninguém é proprietário das terras.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Há um recurso enorme, na ordem 400 e poucos milhões ou mais, o que para Roraima é enorme, que voltam dos bancos porque os pequenos proprietários, os grandes proprietários e os médios proprietários não têm acesso a essa linha de crédito.

Então, qual é a pergunta? O que nós vamos fazer para dar ao Incra qualidade de vida? E eu sou o único Parlamentar, porque o Chico chegou agora e o Mecias também, que na história de Roraima colocou dinheiro no Incra, mesmo sendo indicação lá do corrupto, mas eu coloquei lá. Mas foi bem feito o trabalho que o coordenador fez, eu acompanhei. Então, o que vai se fazer para dar ao Incra qualidade de vida, de bom trabalho, prestar o serviço público no Estado de Roraima? E o que se vai fazer para esses assentamentos?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

São essas duas perguntas, sobre o assentimento para as 12 glebas e dar ao Incra condições de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

Lembro, peço ao Senadores para serem breves porque ainda temos Deputados para falar. Muito obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Bom dia a todos.

Vou procurar atender à nossa Presidente.

Há algumas décadas, General e meu amigo Nabhan, Secretário Nacional, no Brasil particularmente, surgiu um movimento que dizia o seguinte: não precisa tocar no meio ambiente, não derrubem mais nada que nós temos uma fórmula de gerar recurso e riqueza, gerar emprego e renda, sem praticamente tocar no meio ambiente.

O meu Estado, Estado que tenho muito orgulho de representar, viveu essa experiência por 20 anos. E precisamos atrasar o Brasil em 30 anos para poder chegar à conclusão óbvia: ou a gente explora o subsolo amazônico ou o solo amazônico e do Brasil inteiro, ou não há como gerar riqueza. E o Acre é o laboratório. E depois de 20 anos, ficou provado que não há milagre.

Ecoturismo. Ora, basta você perguntar para a sua família, como eu perguntei para as minhas filhas: vamos programar o ano que vem. Escolham com antecedência para ser mais barata a passagem, a hospedagem, escolham três lugares para que nós, a família, possamos viajar no ano que vem. Escolheram três lugares. Mas você pergunta para uma jovem dessa, na sua família, se ela não acha bacana que no Acre, no Amapá, em Roraima, ao invés de derrubar floresta, possamos viver do ecoturismo. E o que elas vão responder? Sim, é muito melhor do ecoturismo. Mas aí você contrasta com a resposta da onde a pessoa quer ir. E não há ninguém na própria família que queira passar o mês de férias na Floresta Amazônica.

O japonês, o alemão, o norte-americano, o 0,0005% do turista mundial que tiver atração pela Amazônia brasileira vai a um lugar: Manaus. E nem ela vive do turismo.

Então, não há outra fórmula. E para isso, constatada essa obviedade de que Deus nos deixou os recursos naturais para que nós, a sua maior obra, a sua imagem e semelhança, pudéssemos, através dos recursos naturais, progredir, prover a nós e à nossa família, então, temos um assunto a ser resolvido, sobre o qual percebo que o Governo está debruçado, que é a segurança jurídica.

Eu já disse em outras ocasiões que particularmente a área rural brasileira vive um sistema comunal. Os índios não mandam na área deles. Eu disse e vou repetir: se uma aldeia indígena em qualquer lugar do Brasil quiser substituir mil hectares de floresta por mil hectares de eucalipto, por exemplo, ele tem que pedir licença ao Estado primeiro.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os extrativistas lá na Reserva Chico Mendes, do meu Estado, se quiserem passar de 30 cabeças de gado, eles são proibidos porque têm obrigação de viver do extrativismo, que faliu, que não volta mais. E para fazer qualquer outra atividade, eles precisam pedir ao Estado. E a propriedade privada que sobrou, a mesma coisa. Mesmo sobre os 20% que a lei diz que é do proprietário, ele precisa, antes de qualquer atividade, pedir ao Estado, e o Estado vai saber se dá ou não a licença para ele. Isso não é democracia, isso não é Estado de direito. Eu conheço isso como Estado comunista, onde o Estado tem o monopólio da posse da terra. Isso é um contraste com a nossa Constituição. Então, segurança jurídica.

Agora eu quero apenas dizer nesta Comissão mais uma vez... Nem membro dela sou, mas gosto de participar. Meu pai foi produtor rural, eu também fui, até que, há cinco anos, eu cansei. Era tanto Ibama, tanta perseguição... Aliás, o Ibama na Amazônia, se chegar à casa de um colono e gritar "Ibama", se ele tiver problema de coração, ele pode ali morrer ali mesmo...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... porque é sinal de perseguição, de tortura, de medo.

Eu entrei ontem com três projetos de lei e quero, assim como apoio o Governo... Eu tenho dito que as reformas não são do Bolsonaro; elas são do País. Ou a gente aprova ou não há futuro. Não são dele; são nossas. Então, assim como apoio o Governo, quero também que o Governo apoie as iniciativas que esta Casa apresenta e que vão na mesma direção.

Licença ambiental. É preciso dar um termo nisso. A Belo Monte passou mais de sete anos! Apresentei uma proposta ontem de um projeto de lei. Decorridos os seis meses que a lei determina, se o Estado não conceder a licença, a licença estará automaticamente concedida. Isso combate a burocracia e a corrupção, porque quanto mais vezes o empresário, o investidor tiver de ir ao mesmo órgão para pedir a mesma licença, ele está gastando tempo, energia e facilitando a corrupção, porque, se ele tem um investimento e ele tem prazo – na área rural há prazos: chove, não chove; é estiagem, é seca, é frio...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O que acontece? O agente econômico acaba buscando uma facilidade. Então, apresentei esse projeto de lei.

Outro. Eu vi o Gen. Heleno dizer em cadeia nacional, na GloboNews, que a maior parte da criação das reservas indígenas no Brasil – todas elas; ele não disse qual – eram criadas em cima de laudos fraudados. E achei interessante: nenhuma ONG entrou contra ele. Por que não entrou? Porque, infelizmente, é verdadeiro.

O que prevê o outro projeto de lei? Que a União, quando quiser criar uma unidade de conservação, ela tem de ter autorização também das Assembleias Legislativas dos Estados. E o Estado, quando quiser criar qualquer unidade de conservação, tem de ter a licença das Câmaras Municipais dos Municípios envolvidos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esses dois projetos apresentei ontem para que gente comece a resolver problemas identificados nacionalmente.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E para eles eu também peço... Assim como eu apoio, eu também peço que o Governo ajude a criar um movimento para que gente transforme em lei aquilo que já é uma aspiração de todos nós.

Mais uma vez quero agradecer à Presidente da Comissão. Quero parabenizar aos dois e dizer que estamos aqui à disposição para ajudar o Brasil a romper com uma política que foi antinacional. Atendeu ao interesse do agronegócio europeu e americano e menos o nosso, brasileiro.

Estamos aqui a postos. Muito obrigado e parabéns. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Quero agradecer e enaltecer a presença do Deputado Alceu, Presidente da FPA. Seja bem-vindo!

Senadora Eliziane Gama.

Vou reiterar o pedido para que os Senadores, nobres colegas, respeitem o tempo regimental. Muito obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Presidente do Inbra e Secretário Nacional Nabhan, vou ser realmente breve, por conta do tempo e também porque eu tenho um compromisso que não consegui, infelizmente, alterar, e eu vou ter que me retirar.

Nesse sentido, Secretário, eu queria iniciar me referindo a posicionamentos que foram dados pelo senhor em alguns momentos, inclusive em entrevistas, que são referentes à utilização, compra e arrendamento de terras por estrangeiros em nosso País. E, aí, um detalhe: o Presidente Bolsonaro, durante as suas campanhas eleitorais, deixou muito claro que não faria isso, porque estaria ferindo a soberania nacional. Ao mesmo tempo também, nós tivemos agora a ida do Presidente aos Estados Unidos e, lá, quando ele falava, por exemplo, dos acordos que estão sendo firmados entre Brasil e Estados Unidos, ele destacou e, inclusive, colocou à disposição a Amazônia.

Eu queria saber se o senhor tem informações sobre aquilo a que, especificamente, o Presidente estaria se referindo. Tratou-se, por exemplo, de um caso específico, como a utilização, compra e arrendamento de terras por estrangeiros aqui no Brasil quando ele fez essa referência?

A segunda pergunta, Secretário...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Posso interromper? Eu não entendi qual a pergunta que ele fez. Eu não entendi direito a pergunta que a senhora está citando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Certo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando da ida dele aos Estados Unidos agora, esta semana inclusive, firmando alguns acordos internacionais, ele colocou a sua admiração pelos Estados Unidos e colocou, inclusive, à disposição, em parcerias, a Amazônia.

E eu me referi a quando o senhor fez a defesa do arrendamento e da compra de terras brasileiras por estrangeiros. Disse também que, na campanha eleitoral, o próprio Presidente da República disse que não faria isso porque estaria ferindo a soberania nacional. Eu pergunto: estaria o Presidente da República hoje já mudando de ideia? Pergunto se o senhor, talvez, já o teria convencido a ceder em relação a essa decisão de utilização de terras brasileiras por estrangeiros. E, aí, eu queria saber se, no caso específico da Amazônia, a declaração dele se refere a esse fato.

A segunda pergunta, Secretário, é referente à mineração. Várias autoridades deste Governo têm feito a defesa da mineração em terras indígenas. Eu queria saber o que é que está sendo feito em relação a esse tema.

Segundo algumas de suas declarações – de uma forma muito ampla isso tem sido colocado –, o Governo faria um "limpa", digamos assim, no que diz respeito à questão das demarcações de terras e também a quadro de funcionários. O que é esse "limpa"? Seria o fim, por exemplo, das demarcações de terra? O Presidente, inclusive, chegou a dizer que, se dependesse dele, não haveria mais demarcação de terras no Brasil. Há uma previsão de quantas demarcações nós ainda teremos no Brasil, pelo menos pelos próximos quatro anos? Quantos assentamentos o Incra, na verdade, pretende fazer?

Uma terceira pergunta, que é referente... Sim, já falei em relação à questão do "limpa".

A outra é referente à questão do MST, que o senhor colocou, de forma muito clara, que seria objeto de uma ação mais rigorosa por parte do Governo por se tratar de uma organização que comete crimes e que não tem personalidade jurídica. Eu pergunto se esse mesmo rigor será dado, por exemplo, a fazendeiros e a grileiros, já que, de forma reiterada no nosso Brasil, a gente tem constatado aí a presença de trabalho escravo.

Por fim, Secretário, eu queria... O senhor colocou, já várias vezes, a questão da ideologia. Ideologia é...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... um pensamento que você tem de um lado ou de outro, não é? Quando você diz, por exemplo, que o Brasil é hoje um País governado pela direita e de uma forma muito liberal, isso também é ideologia.

Qual a sua opinião, Secretário, acerca de dois dados que são extremamente preocupantes, que são os seguintes.

Um deles, por exemplo, é a taxa de suicídio no Brasil, que hoje, em média, é de 5 para cada 100 mil nascidos vivos. A taxa dentro da comunidade indígena é de 15,2 para cada 100 mil nascidos vivos, ou seja, é uma taxa três vezes maior que a média nacional – esses dados foram apresentados em grandes e em várias reportagens pelo nosso País.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ao mesmo tempo nós temos, por exemplo, que a organização internacional Global Witness chegou a colocar – na verdade, foi um levantamento destacado pela BBC – que grande quantidade de ativistas são assassinados. Por exemplo, nós chegamos a ter, em um ano, mais de duzentos ativistas assassinados, mais precisamente 207, e, só no Brasil, mais de 50, ou seja, grande quantidade de ativistas que defendem o meio ambiente e trabalham na tentativa da garantia da terra...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... estão sendo assassinados.

Dentro dessa perspectiva, no que é que o Governo está trabalhando relativamente, por exemplo, à ampliação do papel ou da estruturação que será dada à Ouvidoria Agrária Nacional, que tem um papel realmente muito importante?

Ao mesmo tempo, qual é o olhar que está sendo dado – nós já temos aí três meses – em relação aos movimentos sociais que trabalham nessa mediação para a redução, de fato, desses conflitos agrários?

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eram esses os meus questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senadora.

Agora, terminando este bloco, ainda teremos um adiante. Depois daremos a palavra aos nossos visitantes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria só, Presidente, por sua bondade... Eu realmente tenho um compromisso agora, eu lutei para fazer a inscrição antes... Ficaria muito grata se o Secretário pudesse começar pela minha resposta, se os colegas permitirem, porque realmente eu não poderei ficar, terei que me retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Tudo bem, se os colegas permitirem, pode responder primeiro à Senadora Eliziane.

Eu só quero enaltecer mais uma vez: no nosso YouTube tem muita gente participando. Queria enaltecer alguns aqui: a Solange, do Mato Grosso do Sul; Mônica Alves Correia, do Mato Grosso do Sul. Há muitas e muitas perguntas que nós vamos passar para os senhores. Agradeço a população por participar, por se expressar. É de extrema importância que eles nos mostrem o que pensam, o que querem, do que precisam e que contem as suas histórias.

Vou passar agora a palavra para os senhores responderem.

Nabhan, por favor.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Acho que a senhora fez a pergunta para mim, não é? Como Secretário, não foi?

Senadora Eliziane Gama, vou tentar seguir a ordem das perguntas.

A senhora me perguntou o que é que nós achávamos dessa questão... Perguntou se nós defendemos os arrendamentos de terras e parcerias para serem produzidas no setor agrícola por índios. Existe já...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, por índios, não. Eu perguntei sobre a compra e o arrendamento de terras por estrangeiros. Perguntei sobre a compra e o arrendamento de terras brasileiras por estrangeiros. E perguntei se a declaração do Presidente Bolsonaro, dizendo que a Amazônia estaria à disposição, seria uma referência a essa sua defesa também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Bom, essa declaração do Bolsonaro de que que a Amazônia estaria à disposição, eu sinceramente não ouvi.

Com relação a terras para estrangeiros. Primeiro: esse é um debate que será feito na Casa Legislativa. Não é de autoria... O que eu penso ou o que qualquer um de nós pensa... Nós vamos ter que submeter tudo isso às instituições competentes, ao próprio Congresso Nacional, Câmara e Senado, à Presidência da República e, na eventualidade de alguém não concordar, para isso nós temos uma Corte Suprema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas vocês remeterão? Há um entendimento do Governo de fazer esse encaminhamento ao Congresso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Veja bem, se o Brasil é um país globalizado, o que nós precisamos discutir nesse sentido são as garantias à nossa soberania, para que nenhum estrangeiro venha aqui querer dizer "Olha, agora o Brasil é meu, aqui eu faço o que eu quero." Não. Eu acho que isso é uma coisa que tem que ser amplamente debatida na Casa Legislativa e com toda a sociedade.

Eu não ouvi do Presidente da República manifestação no sentido de fazer qualquer tipo de abertura para estrangeiro no "vapt vupt", ou de qualquer jeito, ou por iniciativa dele. Sempre ele tem dito para mim: "Isso é uma discussão muito complexa."

Nós também não podemos dizer que nós vamos fechar as portas do Brasil para estrangeiro, até porque o que existe hoje aqui – a senhora provavelmente é uma mulher estudada e sabe –, tudo o que nós temos aqui no Brasil, veio de estrangeiros. Eu sou neto de espanhol, tenho sangue italiano, tenho sangue português, tenho sangue árabe, tenho sangue... O Brasil, como toda a América, foi feito por estrangeiros. Aqui vieram os estrangeiros para investir e para fazer do nosso País o que é hoje. Assim foi também nos Estados Unidos e no Canadá, assim foi na América Central.

Então, eu acho que essa política de estrangeiros é uma política que precisa ser amplamente discutida, da forma mais transparente possível e democrática, com a Casa Legislativa, com o Executivo, e, depois, se não a contento, está lá o Poder Judiciário para fazer qualquer eventual correção.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. NELSON BARBUDO (Bloco/PSL - MT) – Senadora, eu gostaria de intervir, se a senhora me permitir.

A senhora referiu-se ao sistema ideológico da direita; a senhora trazer a esta Comissão que o Presidente Bolsonaro colocou a Amazônia à disposição do americano não é um viés ideológico? Eu não consigo imaginar o Presidente Bolsonaro entregando a Amazônia. A senhora está indo para o lado ideológico.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Deputado... Deputado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu também não consigo imaginar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos nos ater...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu fiz a pergunta ao Secretário.

O SR. NELSON BARBUDO (Bloco/PSL - MT) – Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu fiz a pergunta ao Secretário.

É por isso que eu acho que são ações... E até me alegro ouvir do senhor isso, parece que o senhor mudou de ideia, porque, na verdade...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Não, eu nunca mudei de ideia, Senadora, a minha ideia sempre foi só uma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... houve declarações...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – A senhora nunca ouviu de mim palavra contrária.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas foi registrada na imprensa, Secretário, a defesa da utilização, da compra e do arrendamento de terras brasileiras por estrangeiros.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Dentro da lei, do que ficar acertado entre a Casa Legislativa e o Executivo, nesse debate.

Da minha parte seria até, digamos assim, uma declaração sem propósito eu já antecipar uma coisa sobre a qual nós estamos começando um debate aqui. Esse é um debate que começa e que vai ser um debate extremamente transparente. E é assim que têm que ser as coisas: debates transparentes. Aqui eu não estou para defender ideologia de esquerda nem ideologia de direita.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu estou aqui para defender a soberania do País. Eu estou aqui na quinta geração. Minhas filhas estão aqui, meus netos estão aqui. Estou defendendo a soberania do meu País. Agora, sem ideologias irracionais, porque, as ideologias irracionais, Senadora, nós conhecemos. Sabemos das ideologias irracionais de países que estão aí mergulhados hoje numa miséria e num caos total. Essas, acredito, qualquer brasileiro não quer para o seu País.

(Manifestação da plateia.)

A senhora quer que eu prossiga nas perguntas?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim, sim.

Eu vou ter direito a réplica, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dois minutos de réplica somente. Vamos respeitar o tempo regimental, gente, por favor. A fila está muito grande.

Dois minutos de réplica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu estou tentando, mas está havendo intervenções paralelas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sem intervenções, vamos observar com rigidez o nosso Regimento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Depois a senhora me fez uma pergunta sobre a questão de mineração para indígenas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, para indígenas não, mas em terras indígenas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Mineração em terras indígenas?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Em terras indígenas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Nós nunca defendemos isso! Nunca! Nunca!

Se alguém desviou essa interpretação... Mineração em terras indígenas? Não! Se são terras indígenas, essa questão de minérios... Se algum dia esse tema vier a debate, a Casa Legislativa terá de discutir o assunto.

Depois a senhora perguntou se o Governo pretende fazer "um limpa" nos quadros de funcionários públicos. Quanto a funcionários ociosos, tendenciosos, corruptos e que estão aí onerando os cofres públicos, dentro da lei, o que poderá ser feito será feito, estritamente dentro da lei.

(Manifestação da plateia.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – A senhora me perguntou também sobre uma previsão de assentamentos, sobre quantidade.

Estão sendo elaboradas, aqui pelo Presidente do Incra, forças-tarefas – somos 27 Estados – e, nesse levantamento, será levantada a questão da ociosidade, questão sobre a qual a legislação, inclusive, hoje, é muito clara. Hoje, quanto àquele cidadão que estiver irregularmente dentro de um lote, trabalhando irregularmente dentro de um lote ou não trabalhando, ocioso, é previsto, sim, dentro da lei, das normas legais, que ele seja afastado, excluído desse lote. Aí, sim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pois não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Os assentamentos que estiverem dentro de ociosidade e não cumprindo o que a lei determina serão excluídos dentro da lei, do processo fundiário, e ali substituídos por alguém que realmente tenha vocação, queira trabalhar e passe pelas qualificações que são exigidas para que alguém seja, realmente, um produtor rural.

Não dá para fazer reforma agrária na base da politicagem, da ideologia, pegando gente lá em Osasco que não sabe o que é um pé de soja, não sabe o que é um pé de milho, não sabe o que é uma vaca, para ir lá e simplesmente ser usada como massa de manobra. O resultado está aí: as favelas rurais que existem.

Depois a senhora me perguntou sobre o MST, se nós teremos ações mais rigorosas para o MST e o que nós, dessa mesma forma, faríamos com os fazendeiros grileiros.

Primeiro, quem cuida dessas questões de criminalidade, Senadora, é a autoridade policial. Nós aqui, Governo, somos uma autoridade administrativa. Quando existe a invasão de uma propriedade, automaticamente se cometeu um crime. Invasão é crime e ponto final! Não existe... Se alguma autoridade aqui constituída e instituída está dizendo que invasão não é crime está mentindo. Invasão é crime e ponto final! E, para crimes, há penalidades, é só ir lá no Código Penal e ver qual é a previsão da lei para quem cometeu o crime.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho.

Gostaria de destacar – eu sei que o assunto emociona, mas estou até sendo cobrada pela rigidez do Regimento Interno – que o art. 184 diz que é permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio.

Vou pedir para vocês, aos nobres colegas aqui... Nós temos que cumprir a rigidez, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação, porque, se a gente permite aplauso, a gente permite reprovação, e nós temos várias formas de pensar aqui.

Vou pedir para que vocês se contenham, com todo o respeito.

Vamos continuar dentro do limite de tempo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Terminou, Secretário?

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Eu gostaria de complementar, Senadora, por favor.

Agradeço as perguntas realizadas aqui para o nosso Secretário.

Com relação às terras estrangeiras, o Incra tem o domínio em relação a esses processos.

Nós adotamos uma prática, recentemente, de estabelecer uma consulta ao GSI, que vai, com certeza, promover uma consulta mais ampla, para verificar a natureza da intenção dos estrangeiros que venham para cá adquirir terras na Amazônia ou em outras áreas, visando, principalmente, considerar a licitude da intenção, bem como a natureza das pessoas físicas ou jurídicas que venham para cá, para que não haja nenhuma circunstância que as impeça de adquirir terras em território nacional.

Então, esse procedimento vai ser levado a cabo pelo Incra sem colocar a prevalência de preferência para um ou outro país ou para qualquer tipo de pessoa ou nacionalidade, para que não seja direcionado aos Estados Unidos, países da Europa ou qualquer coisa que seja, mas, principalmente, considerando as possibilidades que venham a atingir a segurança nacional, os objetivos nacionais e uma competição indevida, inclusive, com os interesses nacionais na agricultura, na pecuária e com tudo aquilo que nós devemos preservar.

A outra questão que a senhora colocou foi sobre a meta do Incra em relação às demarcações.

O Incra vai acolher esse processo, e nós não temos metas. Metas, às vezes, eram estabelecidas no passado para fazer uma expropriação indevida de terras. Então, o que nós vamos estabelecer serão ritos, nós teremos os ritos, e os ritos serão observados. A velocidade desses ritos vai depender, claro, da demanda.

Basicamente, é essa resposta em relação a essas questões.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Certo. Eu queria, só para que ficasse claro...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dois minutos. É réplica, Senadora? Só para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A senhora tem dois minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Exatamente.

Eu queria só, Secretário, fazer aqui algumas colocações.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiramente, quando eu falei acerca da mineração dentro dos espaços indígenas... Isso foi amplamente divulgado nos meios de comunicação. O Estadão fez uma ampla matéria, segundo a qual a equipe do Governo estaria – logo após ter inclusive feito a sua reorganização administrativa – encaminhando, de forma muito clara, a mineração e a autorização de mineração dentro de terras indígenas.

V. Exa. me diz que não. Eu vou ter as suas palavras como uma palavra, então, final, de que realmente a mineração não será liberada dentro de terras indígenas – pelo menos foi o que o senhor acabou de colocar aqui para nós.

Um outro...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Vou interromper a senhora com relação ao seguinte: até o presente momento, nós temos menos de 90 dias de início de governo. A Secretaria Especial de Assuntos Fundiários foi criada realmente com esse objetivo, para discutir todas as questões de domínio etc., tudo o que envolve as questões agrárias e fundiárias.

Hoje nós estamos na pauta da possibilidade...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... desde que o Congresso Nacional – envolvendo o Congresso Nacional – autorize o índio a ser um produtor. Até o presente momento, nós não entramos na pauta da questão da mineralização; se ela vier à pauta, nós vamos discutir, porque aqui é um Governo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ah, tá. Então pode ser que venha, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – ... transparente.

Agora, nenhuma atitude desse Governo vai ser feita à revelia, como foi feito em alguns atrás, na base da canetada ou do decreto. Se tiver que ser alterado, vai ser alterado acionando o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, e, assim, discutidas amplamente nas audiências públicas as coisas, como devem ser feitas, como manda o regulamento.

Então, se esse tema vier a ser discutido, a senhora pode ter certeza, como Senadora da República, uma autoridade instituída, que será, inclusive, convidada, convocada a participar desse tema, porque esse será objeto de discussão nesta Casa.

Este Governo não fará nada sem autorização, sem passar pelo crivo do Poder Legislativo.

Por enquanto, o que nós estamos discutindo, nas questões indígenas, é a possibilidade de o índio poder ser um produtor.

Nós estivemos – estive presente aqui o Deputado Alceu Moreira, que hoje preside a Frente Parlamentar da Agropecuária –, *in loco* – não é, Deputado? –, vendo lá uma produção fantástica, que enche os olhos, vendo índios com tecnologia, índios subindo nas máquinas deles. Não é fantasia nem





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

encenação: o índio mesmo subindo na máquina dele, colhendo, plantando e trazendo recursos e não mais mamando nas tetas do governo, com recursos públicos, e essas centenas ou milhares de ONGs que atravessam, de forma escusa, desviando dinheiro – à exemplo da saúde, em que foi gasto, no ano passado, R\$1,5 bilhão com saúde de indígenas, e nós vimos, nas aldeias, muitos índios desdentados, descamisados e um ou outro cacique andando em carro de luxo e morando em casa com quatro ou cinco quartos na cidade. Não é isso que nós queremos para o Brasil!

Então, tudo que será feito será feito dentro de um debate amplo com a Casa Legislativa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senadora, a senhora tem um minuto para terminar a sua réplica.

Vou deixá-la só terminar a réplica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria só falar sobre a finalização que o Secretário colocou acerca da questão dos...

Eu não estou fazendo a defesa de crimes – se existe uma coisa que não faço é a defesa de crimes – em relação ao MST. Eu fiz pergunta acerca da preocupação do Governo em relação a grileiros e fazendeiros em cujos espaços foi, inclusive, constado – em várias situações e denúncias, a Justiça acompanha isso – trabalho escravo.

Também não estou dizendo que o Governo vai fazer o papel da Justiça. Eu estou querendo saber qual é atenção que o Governo dará em relação a vários benefícios do Governo, às ações políticas do Governo, em relação a esses casos específicos. Não vi, por exemplo, da parte do Governo, a mesma preocupação com crimes... A posição que tivemos em relação aos movimentos sociais não foi a mesma para fazendeiros e grileiros. Foi especificamente essa a pergunta que eu fiz.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Por conta do tempo e só para fechar: V. Exa. não colocou também aqui a sua preocupação referente à questão do suicídio nas comunidades indígenas e nem em relação à morte de ativistas, em que o Brasil, infelizmente, está batendo recordes. A gente precisa evitar que isso venha a se perpetuar, que continue acontecendo no Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senadora, eu não respondi todas porque não deu tempo. A senhora me fez duas folhas de perguntas.

Eu quero e faço questão de responder a todas.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Na condição de Vice-Líder do Governo, eu gostaria de dizer, inclusive, até porque o tema é extremamente importante para o nosso País, que compreendo as manifestações, muitas vezes com certa veemência e com juízo de valor formado já pela nobre Senadora, mas eu gostaria de dizer que, primeiro, no meu entendimento, o subsolo da União pertence a todos nós, independentemente da localização que nós tenhamos e das áreas demarcadas que nós tenhamos.

Só para mostrar aqui para todos – isso é bom, porque você universaliza a informação – que este aqui é o meu Estado, o Estado de Roraima. Eu queria que todos acompanhassem. Essas áreas em vermelho são áreas indígenas, áreas já demarcadas, meu caro Secretário, meu caro Presidente do Inbra, essas áreas são demarcadas e, coincidentemente, todas essas áreas aqui que estão pontilhadas de vermelho são áreas de ocorrências minerais enormes. Todas essas áreas aqui, portanto no nordeste do Estado e no noroeste e norte do Estado. Essas são áreas onde estão as reservas Yanomâmbis, a reserva Raposa Serra do Sol e, ao sul, a área dos waimiris-atroaris.

A Senadora sumiu?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ela precisou ir.

Só para esclarecer: agora é o momento de resposta. Então é o seguinte, Senador: como o senhor seria o primeiro, eu já estou lhe dando o seu tempo regimental.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pronto, perfeito.

Então, só para concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Para o senhor terminar as suas perguntas e a gente voltar.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Só para concluir, e eu já utilizaria como meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Já deu três minutos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Quero dizer o seguinte. O Governo vem falando de uma forma clara, de uma forma transparente como uma janela sem vidros, e há uma interação natural entre todos os órgãos de Governo.

A ministra, ontem, em uma apresentação aqui nesta Casa, disse que o Governo entregará 600 mil títulos até o final do Governo do Presidente Jair Bolsonaro – 600 mil títulos! Entendo – e o Dr. Nabhan conhece mais do que todos que estão aqui presentes, conhece em detalhes precisos – a importância de que nós possamos resolver definitivamente a questão das titulações, das regularizações fundiárias.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em nosso Estado, por exemplo, há assentamentos com mais de 40 anos que não foram emancipados ainda. Isso é um absurdo! Os produtores rurais que estão aí estão ali assentados não têm acesso a crédito. Eles não têm as suas cartas de alforria, que são exatamente o título de suas terras, sendo que ali eles já moram há 10, 20, 30, 40 anos. O Incra, na verdade, é o grande calo nessas questões de regularizações fundiárias.

Tenho certeza, General, de que o senhor, com o patriotismo, com a experiência, com o compromisso e, acima de tudo, com a determinação de governo – essa é uma determinação de governo – de resolver as questões fundiárias do nosso Estado, irá, realmente, tomar todas essas decisões, e nós vamos ver, realmente, primeiro...

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... pacificada a questão fundiária e, segundo, esse desenvolvimento que, na verdade, todos nós esperamos.

Alguns falam nas questões ambientais, no problema das licenças. Nós hoje já somos, praticamente, os primeiros em vários produtos e, segundos, em uma quantidade enorme de produtos. Estamos entre os maiores produtores mundiais de alimentos, mas utilizando apenas 30% da nossa área agricultável. Os Estados Unidos já utilizam 75% das suas áreas agricultáveis; o Brasil utiliza apenas 30%, minha nobre Presidente Soraya.

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Portanto, eu gostaria de deixar claro aqui que esse radicalismo... Às vezes dizem que nós não temos condições de explorar mineração em áreas indígenas. Por que não? Ali é subsolo brasileiro, ali nós temos – o nosso Estado de Roraima tem hoje – mais de 20% do nióbio do Planeta. Nós temos reservas imensas de ouro, nióbio, cassiterita, urânio, tantalita etc. E aí? Porque estão em reservas indígenas não vão ser exploradas?

Claro, com a participação...

E, veja bem – só para concluir, nobre Presidente –, os índios têm que fazer parte da comunhão nacional. Esses minérios... Por que não pagar *royalties* para eles?

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – As áreas já estão demarcadas!

Eu estive no Canadá agora, no período de Carnaval, participando de um dos maiores eventos de mineração do mundo. Lá, no Canadá, os índios são CEOs das grandes empresas que estão nas suas áreas. Eles são gerentes, eles são administradores dessas áreas. Por que não também incluir o índio brasileiro nesse processo e nessa riqueza nacional?

Então, gostaria de dizer que nem tanto ao mar nem tanto à terra. O radicalismo não funciona, radicalismo de direita ou de esquerda.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, a única diferença que nós temos no momento é que nós temos um Governo que quer fazer com que a população brasileira toda esteja em comunhão nacional. Essa é a diferença abismal entre o nosso Governo e os governos anteriores.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Agora retorno a palavra aos senhores...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidenta, pela ordem. Só pela ordem.

A título de agilizar e melhorar: aqueles Senadores que se retiraram...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Exato, isso que eu ia falar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Os nossos convidados fariam por...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pula e faz depois.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É. Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eles terminam aqui, eu retorno. Há alguns Senadores e ainda temos o Deputado para ser ouvido.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos fazer as perguntas todas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não, mas já está em bloco. Agora eles respondem para voltar para o bloco.

Os senhores querem...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual é o bloco?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor está neste bloco aqui?

Não, mas esse bloco aqui...

É que nós estamos fazendo dois blocos, então, juntos. Acabou que o Senador Chico pulou o bloco na pergunta.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Respondo ao Senador Telmário.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pois não.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Senador Telmário, mais uma vez, nossos votos de satisfação e estima em tê-lo aqui.

Com respeito às questões apresentadas, às glebas que fazem parte lá da demanda no Estado de Roraima, o assunto está sendo tratado. Nós já tivemos agora, recentemente, no mês passado, uma equipe tratando desse assunto lá no Estado com em relação àquelas duas glebas que V. Exa. citou.

Quanto às demais, nós estamos buscando, junto ao GSI e ao CDN, o assentimento para dar prosseguimento ao processo de regularização fundiária delas e o passamento ao controle do Estado, porque são terras de que o Estado precisa para desenvolver as suas atividades econômicas na área. Então, V. Exa. pode ter certeza de que isso vai ser levado adiante, conforme já foi estabelecido. Já temos duas, praticamente, prontas para terem o processo de passamento para o Estado concluído, e as demais estão também sendo processadas.

Com respeito à questão do Incra local – já citei esse assunto, já falei sobre esse assunto anteriormente –, é um processo de saneamento que nós temos necessidade premente de realizar, e dependemos profundamente da participação de todos aqueles que olham o Incra como um vetor de progresso para as comunidades, de colocação de circunstâncias favoráveis para os assentamentos e de desenvolvimento econômico principalmente ligado à agricultura familiar.

Então, para isso, nós temos que colocar lá as pessoas que possam realmente conduzir com gestão, e não com a busca de propina ou de qualquer outro tipo de procedimento e visando interesses que não sejam os interesses nacionais, colocando os interesses particulares em primeiro plano.

Acerca dos recursos financeiros listados aí em relação às estradas vicinais lá em Roraima... Nós conhecemos lá as que vão para Bonfim, tivemos oportunidade de percorrer Roraima, no nosso passado, em várias circunstâncias, sabemos dessa realidade. No entanto, a nossa diretoria de desenvolvimento tem recursos específicos para a infraestrutura que tratam desse assunto, e a otimização da colocação desses recursos vai ser considerada de acordo com o elenco de prioridades que nós vamos estabelecer, que serão, por sua vez, decorrentes da carência proporcional, da carência que essas estradas estejam requerendo para suas recuperações.

Nós temos, inclusive, áreas que já tiveram o seu tempo de tutela – vamos dizer assim – por parte do Incra esgotado, porque não se conseguiu titular a tempo, porque não havia condições de titular pela própria legislação, o que assim leva para essa dificuldade, pelas dificuldades operacionais. E o nosso processo de otimização dessa sistemática vai permitir a titulação e, progressivamente, nós vamos conseguir chegar a atender as populações na obtenção dos créditos, na obtenção da cidadania, por meio da chegada à titulação de cada uma dessas parcelas que foram colocadas no passado.

A nossa até redução progressiva de velocidade da reforma agrária... Daqui para frente, ela será proporcional à necessidade de um programa de revitalização dos assentamentos que estão aí largados no mundo. Então, essa é a realidade para a qual nós deveremos passar.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Respondendo também... Complemento aquilo que o Senador Chico Rodrigues apresentou anteriormente, com respeito às terras indígenas e à questão mineral, assim como aquilo em que Senadora que já se ausentou tocou. Nós temos aqui hoje patente que, desde a Cabeça do Cachorro até Roraima, colocando as terras indígenas do Alto Rio Negro, do médio Rio Negro, Yanomami, que está colocada ali pegando praticamente dois Estados, Raposa Serra do Sol... São marcos que estabelecem o corredor que é Triplo A, que é objeto internacional de interesse de obstrução dos recursos minerais brasileiros. O Estado detém os recursos minerais, eles são de posse do Estado brasileiro, e o Estado brasileiro pode fazer o uso que ele considerar conveniente para os interesses nacionais.

Temos visto também a colocação de cerca de US\$52 milhões para uma atividade que ocorrerá, bancada pelo Vaticano, endereçando para a Amazônia, endereçando principalmente para essas áreas onde nós temos recursos naturais, particularmente os minerais.

Então, é importante que as pessoas atentem para o que está acontecendo. E essas demarcações, como a gente já tem batido aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – ... elas vão acontecer, mas dentro de um rito que Incra vai conduzir com metodologia adequada.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sra. Presidente, como ele respondeu para mim...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ah, sim, o senhor tem dois minutos para a réplica.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu me sinto contemplado com a resposta. Acredito em V. Ex^a, que conhece a nossa realidade e conhece hoje a crise por que passa o Estado de Roraima. Então, agradeço ao Presidente João Carlos e agradeço também ao Nabhan pela participação.

Sra. Presidente, como eu tenho que me retirar, muito obrigado e parabéns pela audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada pela presença do senhor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senador, o senhor poderia aguardar só um minutinho? Eu gostaria de fazer um relato aqui que, acredito, é de extrema gravidade para o andamento das propostas que o Governo tem.

Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, pode falar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Não seria propriamente uma denúncia, mas o relato de algo que está acontecendo e que o nosso Presidente, aí fora, viajando... Está chegando dos Estados





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Unidos, amanhã já viaja... Mas é um fato: nós vamos ser cobrados por atitudes, por iniciativas acerca do que nós já fizemos durante os primeiros cem dias de governo.

Com relação a essa estrutura que foi criada através de uma medida provisória do Governo Federal em 1º de janeiro, que é a MP 870, seguida do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro, em que se estabeleceu essa transferência de poderes para o Ministério da Agricultura e, por sua vez, para esta Secretaria, e com a gestão administrativa técnica do Incra.

Nós estamos tendo aí, Senador Heinze, uma situação até um pouco constrangedora, e eu queria compartilhá-la aqui com a Casa Legislativa, até para dar uma força a este Governo.

Veja bem, a Funai... Acredito que aqui muitos já conhecem o desserviço que a Funai prestou a esta Nação – é um desserviço, são prejuízos incalculáveis! A partir desse trato, desse combinado, através dessa medida provisória e desse decreto, nós estamos fazendo um novo decreto de ajustes do novo organograma do Incra, que está recebendo quilombola, recebendo essa parte do Terra Legal, do Amazônia Legal e da questão fundiária da Funai. E a Funai está resistente. Através do Ministério dos Direitos Humanos, à frente do qual está a Ministra Damares...

Inclusive, vou dar nome aqui a um Secretário Executivo da Ministra Damares. Como é o nome dele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Sérgio Carazza. Ele é o Secretário da Ministra Damares.

Nós estamos tendo reuniões semanais – duas ou três reuniões por semana – envolvendo GSI, Secretaria de Governo, Incra, fizemos até um grupo de trabalho. Mas esse cidadão está resistindo em alguns pontos, o que vai criar uma situação catastrófica nessa questão fundiária indígena, nós vamos voltar para a estaca zero.

Por quê? Primeiro: essa questão de inúmeras situações que foram indevidamente... Até, para falar a verdade, entendo que criminosamente, contra milhares de produtores que estão na posse dos seus imóveis... Mas a Funai vai lá e coloca um dedo lá, Senador Heinze, e joga lá no Sigef – todo mundo no Sigef! –, e esse Sigef impede o sujeito de continuar trabalhando – ele não pode tirar um financiamento, não pode tirar o seu CCIR, não pode fazer nada. Isto ficou combinado, está certo: precisa ir para a nossa Secretaria, precisa ir para o MAPA. Ocorre que esse cidadão, esse secretário, está impedindo. Em todas as reuniões ele diz: "Não, isso não vai; não vai, não vai." E nós já estamos com quase três meses de governo... E parece que ele tem muita força, porque ele bate o pé e realmente não vai.

A outra questão é o geoprocessamento.

Ora, se a lei, Senador Heinze, já determinou que essa questão de identificação, delimitação, demarcação e licenciamento é da nossa competência, por que esse cidadão está bloqueando e não quer deixar sair de lá o georreferenciamento para nós?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outra situação é que ele também é contra a transferência dos DASs. Como é que nós vamos trazer essa gente que é desse quadro de identificação, demarcação, que está vindo para nós por força da lei do Presidente da República, se ele também é contra?

Finalizando, senhores, vou revelar um fato aqui.

Senador Heinze, eu tive uma reunião com o General Franklimberg na presença do General Santos Cruz. Perguntei ao General Franklimberg, hoje o atual presidente da Funai: "Qual é a pretensão que vocês têm em questões de mais demarcações de terras indígenas? Quantas demarcações vocês têm?" Sabem o que ele me respondeu? Quatrocentas e vinte e cinco demarcações! É o que eles querem a mais. Podemos arrumar nossas malas e voltar para Portugal, para a Espanha, para a Itália.

Isso precisa ter um fim! Quer dizer, a própria Funai ainda vem reconhecer que ainda pretende... Quer dizer, se isso voltar para a Funai, com essa insistência e com essa teimosia desse secretário... Ele não é um funcionário qualquer, ele é um secretário que representa o Ministério dos Direitos Humanos da Ministra Damares, e ele está causando uma situação extremamente constrangedora. Nós já estamos aí terminando o terceiro mês de governo e, por conta desse posicionamento, nós ainda não temos nada definido na questão desse decreto que precisa ser editado com urgência, para as coisas andarem.

Então, eu queria aproveitar a oportunidade e pedir para os senhores, como Casa Legislativa, legisladores, que façam esse esforço para tentar sensibilizar o Presidente da República. Esse decreto precisa terminar logo. Não é um cidadão aí que tem a patente de secretário que vai ter a postura de atrapalhar e de não honrar o que foi combinado, o que foi tratado, e, até mais: está tentando passar por cima da autoridade do Presidente da República.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sra. Presidente, pela ordem, sobre esse assunto, é só uma questão administrativa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Um minuto só.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Eu quero aqui sugerir ao Vice-Líder do Governo no Senado, Senador Chico, uma questão administrativa: promover para remover. Se ele está atrapalhando aqui, coloque ele na Funai de Boa Vista.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. Muito obrigada.

Na lista, Senador Heinze, Senador Lucas e Deputado Nelson Barbudo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar convidado.) – Cumprimento a Sra. Presidente Senadora Soraya, os colegas Senadores, o Deputado Nelson Barbudo, o General João Carlos e também o nosso companheiro Nabhan, que é o Secretário da Ministra Tereza Cristina que, neste ato, representa a Ministra Tereza Cristina.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Telmário... Só um minutinho, Senador Telmário! Senador, Senador... Senador, só um minutinho.

V. Exa., juntamente com o Senador Chico Rodrigues, de Roraima, o Senador Lucas, do Amapá, falou também o Senador Márcio, do Acre... Os Estados do Norte do País precisam de uma nova atenção e, seguramente, o Governo Jair Bolsonaro estará dando essa nova atenção.

As riquezas são infindáveis: terras, florestas, terras para a agricultura, cerrado – não é preciso desmatar a Floresta Amazônica. As riquezas minerais, como a água doce que existe na sua região, o mundo está cobiçando. Não foi à toa que veio aqui o Rei Harald V, da Noruega; não foi à toa que veio aqui o Príncipe Charles, da Inglaterra. Eles, seguramente, têm segundas intenções com o Brasil. Por isso é que é importante, podem contar... Eu sou do Rio Grande do Sul, mas há gaúchos no seu Estado. Mas não é porque haja gaúchos lá, mas porque eu sou brasileiro. A minha origem... O meu trisavô veio da Alemanha, mas eu sou brasileiro. Então, nós temos que defender o nosso País. Contem conosco, seja na questão de terras para a agricultura, seja até na exploração.

Eu gostaria que a Senadora Eliziane Gama estivesse presente também aqui. Essas questões indígenas são questões ideológicas que nós não podemos aceitar, não são questões de terra.

Eu estive, no caso Raposa Serra do Sol, antes da demarcação. Fui lá numa comissão de Deputados e de Senadores no Estado de Roraima e vi o que os próprios índios nos pediam. Eu estive em Uiramutã, e a Prefeita, na época, era uma índia. Ela e centenas de pessoas nos receberam dentro de um salão, dentro de uma escola, e diziam assim: "Fora, padres italianos! Fora, padres alemães! Fora, ONGs que vêm infernizar a nossa vida!" Eles já nos diziam isso quando nós estivemos lá há mais de dez anos, General João Carlos.

Esse é o Brasil que nós queremos.

Nós temos que nos libertar desse povo que vem aqui, da Noruega, da Inglaterra, seja lá de onde for. Eles não têm interesse nenhum no Brasil a não ser o seu próprio interesse. Nós nos batemos há muito tempo com essas questões e temos que por um fim nisso aí.

São 114 ou 115 milhões de hectares para terras indígenas; setecentas ou oitocentas mil famílias. O Nabhan fala disso e eu sei, vivemos esse problema há muito tempo. Querem demarcar quatrocentas, quinhentas, seiscentas terras indígenas. São 5,5 mil processos quilombolas, Senador João Carlos! – 5,5 mil processos! Já existem 924 mil famílias de assentados no Brasil, às quais nunca quiseram dar escritura, é gente decente que está há dezenas de anos em cima dessas terras, no Norte, no Sul, em qualquer Estado do País. Temos que resolver isso.

Com o Presidente Michel, nós começamos a resolver esse impasse para começar a titular essas famílias. E, aí, em 2016 saíram 1,2 mil escrituras; em 2017, 26 mil; em 2018, 25 mil. São 55 mil famílias que nunca quiseram titular para manter essas pessoas no cabresto. Tinham que ser escravos de quem? De um governo, de um governo totalitário. Queriam fazer exatamente isso. São 900 mil famílias que estão há quantos anos em cima das terras?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Hoje, tenho certeza, a orientação da Ministra Tereza Cristina, do Presidente Jair Bolsonaro, do Secretário Nabhan e do próprio General João Carlos é de titulação para essas famílias, afinal, se elas estão em cima das terras a tantos anos, por que não titulá-las? Vamos dar alforria para que essas famílias sejam as donas dessas propriedades. São 900 mil famílias, Senadora Soraya, que vivem hoje mendigando.

Eu senti e vi, no meu Estado, o Rio Grande do Sul: eles que tinham que comer na mão – falavam em MST – de um líder do MST. Se eu quero tirar um Pronaf...

Eu, produtor, não posso tirar um Pronaf. Nabhan, o senhor, que é o líder do meu grupo aqui, me autoriza, o senhor come comissão? Assim funcionava esse assunto e assim têm que mudar essas questões. O Brasil é outro Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nesse sentido, parabeno o Governo Bolsonaro, a Ministra Tereza Cristina, o Secretário Nabhan e o próprio Gen. João Carlos. Há modelos que podemos implementar.

Eu gostaria que a Senadora estivesse aqui. O Senador Weverton Rocha me convidou porque eu mexo com esse assunto desde 2003, quando começaram a infernizar a vida dessas pessoas. Fui ao Maranhão, na Reserva Awá-Guajá. Retiraram mais de 200 famílias, que vivem hoje como miseráveis. Tiraram de cima da terra. Na Reserva dos Amarantes, 700 famílias; Rebio do Gurupi, mais de 20 mil famílias estão jogadas às traças porque o então Ministro Zequinha Sarney quis fazer dessas áreas um grande parque nacional. E o que fazem essas 21 mil famílias? Jogam no lixo, porque, naquela ocasião do Governo Lula e do Governo Dilma, diziam: "Essas pessoas sairão daqui e serão assentadas". Assentadas onde?

Pergunto, Gen. João Carlos, alguma vez V. Exa... Eu fui ao juiz federal junto com o ex-Deputado, hoje Senador Weverton Rocha, fui lá como Deputado, com ele, para perguntar ao juiz federal: é obrigação do Governo assentar essas famílias. Fizeram o quê? Absolutamente nada. Isso faz uns dez anos. Como vivem essas famílias? Tiraram de cima das terras pequenos agricultores, alguns inclusive foram assentados. Acabaram os assentamentos.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em qualquer parte do Brasil isso está acontecendo. Tem que mudar e precisa mudar para o bem do Brasil.

O seu Estado, Senadora Soraya – V. Exa., como advogada militante, já sabia disso –, um Estado extremamente rico, com agricultura, com pecuária, com produção, extremamente rico, virou o quê? Mais de cem propriedades invadidas hoje, aquele inferno que se vive lá. Isso é um problema. Nós não podemos admitir que isso aconteça no Brasil.

E com relação às reservas minerais? Quando eu fui à Raposa Serra do Sol, depois fomos aos índios cinta larga em Rondônia, as maiores reservas de diamante do mundo estão lá naquele Estado. Como





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

vivem os índios? Miseráveis! Miseráveis! Os próprios índios – eu batia contra eles – vieram nos procurar há uns dois anos: "Nós queremos regularizar a mineração, nós precisamos regularizar". O Estado de Rondônia é pobre...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... os Municípios são pobres, os índios são pobres e há grandes mineradoras roubando do Brasil aqueles minérios. Estou falando de um caso. Hoje os próprios índios vêm nos procurar.

Estamos aqui montando um projeto para exploração de reservas minerais em qualquer canto do Brasil. Tem na Amazônia, tem em Roraima, tem em Rondônia, em qualquer parte do Brasil. Eles têm direito e o Brasil tem direito. Nós somos ricos e estamos sendo roubados. Temos que regularizar essa situação da produção de diamantes e de qualquer minério que exista hoje. Eles querem isso. Vejam os índios paresis que vieram conosco na Comissão de Agricultura, ainda quando eu estava na Câmara dos Deputados, mostrar a maravilha que eles estão produzindo. Assim como eles, quantos outros querem fazer isso. Então, eles estão se organizando, porque o outro lado está organizado por quem? Por um rei da Noruega, por um príncipe da Inglaterra. Quem são eles para dizer o que nós temos que fazer aqui dentro do Brasil? Cuidem dos seus países, cuidem da sua gente! Por que têm que se intrometer na soberania brasileira? Nós somos brasileiros, nós com os índios temos que fazer a nossa parte.

Portanto, é importante. Este trabalho é uma grande responsabilidade da Ministra Tereza Cristina, do Presidente Bolsonaro, de V. Exa. e do próprio Gen. João Carlos: resolvermos essas questões, titularmos essas famílias.

Eu fui ao seu Estado 19 anos atrás, no meu primeiro mandato, nós batíamos contra o MST. E a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul fez um levantamento para nós sobre como viviam os assentados, quantos mil hectares: 88 milhões de hectares de assentamentos. Mais terra, mais terra, mais terra. Pessoas sem casa, sem água, sem luz, sem financiamento, sem nada. O que adianta assentar? Não é número.

Digo a V. Exa., Gen. João Carlos, Secretário Nabhan, que se assente 10 mil famílias, mas com decência. Ponham 10 mil famílias, deem condições para que sejam agricultores e não joguem essas pessoas, como eu vi. A universidade do seu Estado, em 2000, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul fez um levantamento em todos os assentamentos do Estado do Mato Grosso do Sul. E não é Mato Grosso do Sul, é o Brasil. E o MST só queria mais terra, mais terra, e guerra contra isso aí.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Portanto, nós temos que fazer diferente essas questões. Que essas famílias assentadas recebam a titulação, tenham condições.

Eu lhe mostrei, General, o que nós fizemos no Rio Grande do Sul, uma ação que eu enfrentei naquele momento. Nós fizemos um assentamento, Nabhan, que é um exemplo que vocês podem pegar.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Criamos o Banco da Terra para não dar, naquele momento, para os assentados que não eram produtores rurais.

No Governo Fernando Henrique, nós pegamos 117 mil hectares, 10,014 mil famílias financiadas. Estão terminando de pagar sua terra. A terra valia R\$1 mil, R\$2 mil naquele momento. Recebi agora um Vice-Prefeito de Almirante Tamandaré, comprou 14,5 hectares. Sabe quanto vale a terra dele hoje? Quatorze mil sacas de soja. É um cara decente, produtor decente, que fez do negócio de pouca coisa, comprando a terra a R\$1 mil o hectare, há 20 anos.

Então, esse modelo, general, que eu lhe mostrei, esse é o modelo que tem que ser feito. Quem escolhia não era política de Prefeito A, Prefeito B. Tinha Prefeito do PP, do PMDB, do PDT, do PT, de qualquer partido; não era o partido. Um conselho municipal de agropecuária escolhia um trabalhador rural que merecesse um pedaço de terra, um trabalhador de uma granja, de uma fazenda. Era um pequeno agricultor cuja filha casou, cujo filho casou e não tinha condição de comprar mais uns hectares para iniciar uma família. Dessa forma, nós assentamos no Rio Grande do Sul, em 117 mil hectares, 10 mil famílias.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E pode pegar, Nabhan, e comparar essas 10 mil famílias que nós assentamos, de cada Município, um conselho municipal, da Emater, do sindicato, da secretaria municipal de agricultura, da cooperativa, da Câmara de Vereadores; eles escolhiam quem eram os assentados. Está aqui, não tinha política, não tinha nada. Tinha gente para frente.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nesse caso, se nós pegarmos os assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul, pode comparar com esses 10 mil que nós temos aqui. Eles dão de rede, como se diz lá, nos outros que foram jogados em cima da terra. Portanto, aqui há modelos que podem funcionar.

Senadora Soraya, este é o objetivo dessa nossa Comissão: debatermos esses temas, da possibilidade. Se o índio quer se manter nu, não quer trabalhar com agricultura, com mineração, não tem problema, fique como quiser, mas nós não podemos tirar o direito de milhares de índios, de centenas de etnias que querem sim progredir, como eu vi na Raposa Serra do Sol. O que diziam os índios?

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por favor, Deputados e Senadores, deixem 100 mil hectares com esses brancos, não façam demarcação contínua, porque eles vão nos pagar um arrendamento. Viu, Senador, o que fizeram? Demarcaram contínua.

Depois nós recebemos os índios aqui na Comissão de Agricultura da Câmara. O que eles diziam? Quando os brancos estavam lá, nós tínhamos onde trabalhar, nós tínhamos onde roubar, e nós não





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

passávamos fome. Hoje nós temos 1,6 milhão de hectares e estamos morrendo de beribéri. Pelo amor de Deus, não é esse o Brasil que nós queremos!

Portanto, vamos em frente, Gen. João Carlos, Nabhan, Senadora Soraya, Ministra Tereza, Presidente Bolsonaro. Nós vamos endireitar este País na decência e dentro da lei.

Eu lhe mostrei o caso de Sananduva e Cacique Doble: 1,914 mil hectares, 181 famílias forçaram o laudo antropológico dizendo que os índios tinham sido expulsos. Há famílias com escrituras de mais de cem anos e querem tirar essas famílias que estão se defendendo de quem, General? Do Governo Federal. O Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União, dentro da Funai, estão atropelando esses casos de pequenos agricultores, o que não pode acontecer.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Apresentamos ao Presidente Bolsonaro uma cópia de um decreto para rever este e todos os casos que são ilegais. O processo ali, o laudo antropológico é fraudulento. Não existe laudo. As famílias estão ali há mais de cem anos! Como é que eu vou tirar essas famílias da terra?

Portanto, nós temos uma direção dentro da lei, agora, para não fazer o que fizeram...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... com quilombolas ou com índios ou com assentamentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Agora, Senador Izalci Lucas, por cinco minutos, e Deputado Nelson Barbudo. Aí a gente finaliza respostas e considerações finais.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Senadora, é Lucas Barreto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perdão.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Cumprimento todos que fazem parte desta audiência, Presidente.

Quero dizer que Amapá e Roraima são Estados irmãos da Amazônia, mas são dois Estados palestinos, porque nós não temos terra; temos povo e não temos terra. Lá no Amapá, por exemplo, é pior do que Roraima, porque lá a União nos impôs por decreto que 73% da nossa área territorial são reservas ou unidades de conservação. Lá em Roraima é só 50%.

Aí o senhor imagine no Amapá. Nós temos uma empresa que tem 10% de área, uma que faz plantio de monocultura, nós temos áreas inundáveis, mais 4%, áreas urbanas. No Estado do Amapá só





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nos restam 5% para plantar. Aí temos o conflito de instituições. O nosso órgão ambiental dá licença, o Ibama vem e multa. Aí a Polícia Federal vem e prende todo mundo.

O que a gente busca no Amapá é a regularização desse pouco que nos resta para produzir. Os nossos agricultores querem paz, querem segurança para trabalhar. Lá no Amapá, criaram por decreto, por exemplo, o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, 3,7 milhões de hectares. Quem administra lá é uma pessoa que não é nem brasileiro.

Aí o senhor imagine que o Exército, general, criou lá, para garantir ao Estado brasileiro, a Renca, Reserva Nacional do Cobre. De acordo com o Instituto Hudson, na Reserva Nacional do Cobre, que abrange o Pará e o Amapá, são 4,6 milhões de hectares. Existem ali só no subsolo US\$1,7 trilhão em minerais, isso em valores não atualizados. Por que eu digo não atualizados? Porque se hoje nós pegarmos lá, que é a maior província mineral do mundo, os valores desses minerais nobres, com a nanotecnologia, imaginem quanto isso poderá sair em valores não atualizados e não pesquisados, tudo que se tem lá?

E nos impuseram isso e tudo por decreto, sem consultar nenhum amapaense. O Inbra – são dados de 2017, do IBGE – assentou lá 16 mil parcelheiros. Sabem quantos estão no campo? Só 2 mil, porque os abandonaram à própria sorte. Até o Programa de Produção Integrada, o PPI, eles incentivaram: "Não, você vai plantar 1 hectare". Mas plantam entre linhas, só dá meio hectare. Quem consegue sobreviver com meio hectare?

Então o que nós queremos, peço ao senhor que observe isso... E detalhe, dois Presidentes, o Presidente Lula e a Presidente Dilma já transferiram as terras para o Amapá, mas hoje nós não temos essa transferência efetivada. E lá não temos problema nenhum, as áreas indígenas estão demarcadas, não temos conflito com ninguém, e as posses são fáticas. Não há conflito. Então, o que nós queremos é que haja a regularização das terras para que, com o que nos sobrou, os nossos agricultores possam plantar.

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – E lá é o Estado com o maior ativo ambiental do mundo: 97% das nossas florestas primárias estão preservadas, só que 73% são áreas de preservação. E ninguém compensa o Amapá por isso. Então, é pior, porque, dos 800 mil residentes no Amapá, 200 mil estão abaixo da linha da pobreza. Aí nós vivemos no Estado mais rico do Planeta, mas o nosso povo está na pobreza contemplando a natureza. Tela de beleza natural não enche barriga de ninguém. É essa a nossa busca, esse é o nosso pedido.

Semana passada, eu estive com o Presidente Bolsonaro, e ele me deu a palavra de que vai levantar sobre a Renca, para que nós tenhamos a possibilidade. Lá na Renca, tem fosfato. No Pará, há três montanhas de fósforo para a agricultura, e nós importamos...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... da Rússia. Olhem o absurdo!





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é importante sim que essas causas dos Estados, e cada um tem suas peculiaridades, sejam definidas pelo Governo Federal. Se existe problema entre o diretor daqui e o diretor dali, Sr. Nabhan, o senhor me perdoe, mas não temos culpa disso. O que nós queremos é solução.

Lá no Amapá não há mais nenhuma reserva indígena a ser criada, porque as reservas já estão criadas, os índios estão com suas terras demarcadas. É o melhor capítulo de constituição estadual dos índios, que garante os direitos deles também. Eu inclusive, na época da Constituição, tentei criar o "Ideia", que seria o Instituto de Desenvolvimento do Índio do Amapá, que seria uma organização formada pelos caciques, que teriam personalidade jurídica.

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... poderiam acessar recursos internacionais, nacionais, federais. Não, a Funai não deixou. Então, se não deixou, é problema deles, mas não temos conflitos lá.

Criaram uma Flona, o Governo Federal criou uma Flona, Floresta Nacional para manejo sustentável. Está lá, não se faz nada. E floresta é um bem renovável, porque, se você faz manejo, corta uma árvore e planta cinco, haverá cinco futuras gerações asseguradas.

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – E a árvore, claro, é um bem renovável. Isso acontece no Canadá. O Canadá já renovou por três, quatro vezes as suas florestas. É importante dizer que, das florestas primárias, que o Amapá tem 97%, o Brasil só tem 30%, os Estados Unidos só 17%, o Canadá só 11%. Daí vem a nossa pressa para regularizar as terras do Amapá. É condição *sine qua non* para o nosso apoio ao Governo Federal, que precisa tanto desse apoio, mas o Amapá também precisa do apoio do Governo Federal para que a gente consiga resolver esses problemas que tanto afligem o nosso agricultor e a nossa população, sendo que só...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... só 11% da população do Amapá está na área rural, por causa disso.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador Lucas Barreto. Desculpa por ter errado seu nome.

Deputado Nelson Barbudo, obrigado pela paciência. Sua presença é também muito importante aqui.

O SR. NELSON BARBUDO (Bloco/PSL - MT) – Obrigado, Senadora. Agora parece que estou sozinho representando a Câmara, mas tentarei fazer o meu papel.

Em seu nome, cumprimento todos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu ouvi evidentemente todos os comentários e as perguntas praticamente foram esgotadas. Mesmo assim, estudando, Senadora, temos ainda mais problemas, como comentado pelo general. O Triplo A é um problema ideológico que envolve o Amapá. Eu estou estudando, há uma comitiva do Amapá aqui que me procurou, e nós estamos desenvolvendo um trabalho sobre isso.

Outra preocupação ali em cima, não é minha região, mas, como eu sou Deputado Federal e sou brasileiro: o Decreto 8.337, de 2014, da Senhora Dilma Rousseff, que permite a interferência da França 150km dentro do Território brasileiro, no Estado do Amapá. Olhem bem: um decreto da Senhora Presidente da República permite a interferência da França 150km dentro do Território brasileiro no Estado do Amapá.

Agora, a Senadora da esquerda, Senadora Eliziane, que eu não conhecia, disse que não tem questão ideológica, que o nosso Nabhan tem que se preocupar com o trabalho escravo. Com 14 anos de governo petista, levantei aqui, nobre Secretário, só no meu Estado, 6 milhões de hectares de terra já foram destinados ao Incra – 6 milhões de hectares de terra do Mato Grosso já foram destinados aos parceiros do Incra, o que apoio, não somos contra a reforma agrária. Destinaram 6 milhões de hectares de terras produtivas, que lá estão jogadas à sorte, como já foi falado e cantado em prosa e verso.

O Governo de esquerda, eficiente, deu 6 mil títulos em 30 anos! Nós temos lá pendentes, Ministro, 74 mil famílias que não têm o título! Que lindo! Governos que dão terra para os pobres que estão lá à míngua... Não vou repetir a cantilena, não vou repetir a cantilena! Só o Mato Grosso está largado à sorte, e nós haveremos de resgatar, sim, Sr. General, a dignidade de nossos irmãos, porque o Governo Bolsonaro entende que o Brasil não é levado pelo viés ideológico. Viés ideológico tinha o Governo anterior.

Acabamos de ver aqui os Estados de Roraima e do Amapá... Podem se transformar em outro país! Eu não sei para que há Governo mais lá. Nós temos aqui os números claros: 7% de Roraima, 45 indígenas, 25 unidades de conservação. O Brasil vai se transformar numa imensa reserva indígena. Agora, para minha surpresa...

Aliás, Secretário Nabhan, eu tenho até um apelido aqui que eu quero ver se cola em V. Exa.: o terror dos comunistas. Onde eu ando, Nabhan é o terror dos comunistas! Parabéns! Quanto mais...

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON BARBUDO (Bloco/PSL - MT) – ... batem no senhor, Ministro, é sinal de que estamos no caminho certo! Parabéns, General! Parabéns pelas decisões que estão tomando e pelas respostas que eu ouvi aqui, endereçadas à Senadora Eliziane e a tantos outros que vieram com a faca!

Eu ouvi aqui, Nabhan, o Senador Bezerra perguntar a V. Sa. quantos títulos o senhor já deu. Ora, nem 90 dias, nem se assentaram nas cadeiras, nem começaram o trabalho, e o Senador Bezerra, com todo o respeito ao Senador, a quem considero, pergunta quantos títulos já foram dados?! Senador, cobre do Governo anterior e dê o tempo necessário para que o Governo Bolsonaro, com seus





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

competentes ministros e presidentes, faça o que não foi feito pelos Governos anteriores, que queriam transformar o meu amado Brasil numa Venezuela e numa Cuba!

Parabéns, Brasil! Parabéns aos brasileiros, que, sem derramar uma gota de sangue, tomaram o poder desta esquerda fétida! Quando vejo nossos irmãos venezuelanos sendo executados, e a Presidente do partido que antecedeu ao meu Governo batendo continência para um ditador que mata seus irmãos... Parabéns ao povo brasileiro, que tirou das mãos desse Governo esquerdista para passar a um líder humanitário, que não é líder extremista, porque convoca homens como Nabhan Garcia e Gen. João Carlos para conduzir uma pasta que estava levando o Brasil à miséria! Está aqui, nobres colegas!

Só no Estado de Mato Grosso, 6 milhões de hectares! Parabéns, desde que fossem dadas as condições de trabalho! Não há o mínimo de estrutura, não há o título, não há identidade! E batem no peito dizendo que fizeram a reforma agrária, que amam os pobres! Quem ama pobre não o deixa abandonado à própria sorte! Quem ama pobre dá terra, estrutura e não transforma em massa de manobras!

Tenho muitas coisas para falar, Excelência, mas gosto de ser um tanto quanto pontual.

Agora, Nabhan, eu não posso deixar aqui de expressar a gratidão do povo de Mato Grosso por vocês já estarem dando respaldo à tão sofrida classe.

E só quero dizer aqui ao General que a nossa bancada já está com um nome, lógico, com meritocracia, com currículo, de um homem de 30 anos dentro do Incra, como exige o nosso Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON BARBUDO (Bloco/PSL - MT) – Ele não sai nomeando a torto e a direito como Governos anteriores, para que os chefes de fundação, de instituições fossem todos de viés ideológico.

Ministro, para terminar, eu quero que V. Exa. determine e nomeie o nosso Superintendente, porque a bancada do Mato Grosso está trabalhando unida para salvar ainda o que restou.

Rogo a Deus que ilumine a cabeça de V. Sas. Eu gostaria de poder chamá-los de V. Exas., porque vocês têm um papel mais ou tão importante quanto o de um Deputado Federal.

O povo de Mato Grosso nos elegeu, e, em nome do povo de Mato Grosso, eu darei todo o respaldo que vocês merecem, dentro, evidentemente, da legalidade, para continuarem o seu trabalho. Quando forem atacados, eu estarei aqui como um guardião, porque nós precisamos de quem faça a sua defesa nos moldes que eles – a esquerda – fazem os ataques deles. Eu respeito, sim, mas vir com essa cantilena querendo botar pressão em homens que nasceram na roça, como eu, como Nabhan Garcia?! Nunca vão conseguir! Nós limparemos o Brasil da escória com políticos que transformaram e estão fazendo o sofrimento do meu povo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Deputado Nelson Barbudo, pela sua participação. Seja sempre bem-vindo a esta Casa, a esta Comissão. Obrigada.

Agora, eu vou entregar a palavra para os senhores fazerem as considerações finais.

Entreguei muitas perguntas ao Secretário Nabhan. Quero parabenizá-los, porque a participação dos senhores abrilhantou hoje esta Comissão, que trouxe assunto tão relevante. Dá para perceber nos comentários a vontade de participar, a confiança e o interesse da população nesse tema nosso. Muito obrigada.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Exma. Sra. Senadora Soraya Thronicke, senhores e senhoras aqui presentes, autoridades que nos brindaram com esta oportunidade aqui, no Senado, eu quero encerrar a participação do Incra, mais uma vez, concitando a que nos ajudem a resgatar a credibilidade, a funcionalidade e tudo aquilo que é necessário para que nós possamos cumprir as nossas missões com propriedade.

Quem passa pela rua e olha o prédio do Incra rotula o Incra da maneira como escutamos aqui – e eu já escutei isso em várias circunstâncias, eu também tinha uma impressão muito pessoal a respeito da autarquia –, não imagina que lá dentro, e eu digo pela sede, existem funcionários de alto gabarito e de excelentes intenções. Lamentavelmente, nós tivemos o aparelhamento da estrutura do Estado com o objeto de subtrair recursos públicos e desviar procedimentos. A nossa missão é colocar rumo em tudo aquilo que o Incra é. As pessoas que lá estão trabalham com excelência, no entanto, estavam com a cabeça, como a gente diz numa figura, enfiada na água, sem poder levantar, em apneia, porque não podiam fazer outra coisa que não fosse o demandado, como vinha acontecendo.

A nossa intenção – espero ter o apoio correspondente para levar este projeto a cabo – é resgatar o Incra como uma instituição que promove o progresso principalmente ligado à economia nacional, à agricultura e a tudo aquilo que está relacionado às nossas tarefas.

As nossas superintendências, de igual maneira, sofreram um assalto em pessoal, sendo colocados pessoas que trabalhavam com interesses que não eram alinhados com a instituição e com os interesses nacionais, mas com interesses escusos. Nós precisamos, sim, ter apoio para poder colocar nas superintendências pessoas que venham a resolver problemas, que tenham capacidade de gestão, que sejam honestas, que não tenham comprometimento com quem quer que seja e que não tenham o objetivo de se beneficiar pessoalmente de suas missões. Esse apoio e essa participação vão permitir que o Incra contribua, junto com a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, junto com o nosso MAPA e com o Brasil, no cumprimento constitucional de suas tarefas. O Estatuto da Terra reconhece a situação do Incra como detentor de toda essa operacionalização da política agrária, colocando num amplo espectro, mas esse Incra que nós queremos precisa realmente desse apoio.

O Incra que eu encontrei quando eu cheguei, um mês atrás, desculpem o termo colocado, é um Incra que estava na UTI, não por conta do seu pessoal que lá está, mas, sim, por procedimentos e determinações de caráter escuso, que nós identificamos e em que vamos promover saneamento.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado, mais uma vez, Sra. Senadora, pela oportunidade que nos foi dada.

Podem ter certeza de que todos aqueles que trabalham no Incra vão continuar buscando atingir os objetivos que lhes foram estabelecidos pelo Estatuto da Terra e pela Constituição Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – ... preservando, principalmente, a propriedade como bem inviolável e fundamental a todas as relações jurídicas que nós temos que preservar.

Muito obrigado a todos.

Estamos à disposição para receber quem quer que seja lá no Incra, desde que preencha o nosso protocolo de acesso ao Incra.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Senadora, mais uma vez, parabênizo a sua iniciativa. Fez aqui a primeira audiência pública, em que esteve a nossa Ministra da Agricultura, que foi uma audiência extremamente produtiva. De lá surgiram várias possibilidades de trocas de ideia e de algumas tarefas, que até já estão em execução. E tenho certeza de que desta aqui também teremos a mesma posição.

Quero só fazer uma observação aqui. Eu gostaria de fazer um pedido: ouvirmos aqui o nosso grande líder da Frente Parlamentar da Agricultura, o nosso amigo Deputado Alceu Moreira. Ele está em todas as batalhas, está aí enfrentando todas as situações que precisam ser revertidas. Então, eu gostaria, antes de terminar, de ouvir um posicionamento, porque ele, mais do que ninguém, é o verdadeiro doutor no assunto. Então, se me permitir, que o nosso Presidente se pronuncie...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Claro, com certeza. Seja bem-vindo, Deputado Alceu, Presidente da FPA. A palavra para o senhor, três minutos – pode ser?

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) – Pode, sim.

Eu queria agradecer a generosidade. Nós tivemos várias audiências no interregno deste debate.

Eu queria saudar a minha querida Senadora Soraya e dizer da alegria de tê-la na frente como participante ativa; o nosso Luiz Antônio Nabhan, que presta um grande serviço à ocupação ordenada de solo brasileiro; e o João Carlos, nosso General do Incra.

Eu queria começar dizendo para vocês o seguinte: o Brasil precisa de construção de consensos, ele precisa encontrar centros de convergências. Nós passamos 20 anos desenhando propositadamente a discordância. O papel era colocar uns contra os outros – os índios contra os brancos, os negros contra os brancos, os pequenos contra os grandes, o ambiente contra a agricultura, o sanitário contra a saúde. É um horror! É um contra o outro o tempo todo! Por quê? Porque esse raciocínio é o que nutre a retórica e acaba trazendo para nós a pauta pronta, como se fosse um prato pronto servido para entrar nessa conversa. Esse tempo passou na eleição! O povo disse: "Nós não queremos mais isso, nós queremos um Congresso que entregue resultado, nós queremos um Governo que devolva para nós em serviços o que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ele nos cobrou em tributo, é isso que nós queremos. Então, saiam imediatamente dessa discussão pequena de que o índio é isso e aquilo". Não! Esse povo queria, o tempo todo, e sempre quis tirar uma fotografia de um índio malvestido na beira de uma rodovia, ranhento, sujinho, sem recursos, com fome, para poder vender às redes internacionais, mas eles estão há 20 anos na beira dessa mesma estrada, não têm a terra demarcada, não têm nenhuma política pública que os ajude em nada, absolutamente nada, porque o objeto principal dessa grande luta é tê-los...

(Soa a campanha.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) – ... na mão, para poder, através de ONGs e tantas outras, como CNBB, parte do Ministério Público Federal, Cimi... Bom é ter esse pessoal sendo manipulado, fazendo discurso do coitadismo e subtraindo recurso público que nunca chega ao índio de volta. Várias instituições do Governo Federal estão nisso.

Com relação ao Incra, meu querido Gen. João Carlos, a CPI – posso lhe entregar o resumo, se quiser – tem dezenas de fotografias de caminhão cheio de toras. Quem mais desmata a Amazônia é o sem-terra, que pega área pública, corta toda a madeira... Há a fotografia do caminhão carregado de toras com o carro com emblema do Incra do lado. Como não há mais nenhuma madeira na área devastada, fica alguém dos sem-terra para negociar com o produtor rural que vem atrás, sem um pedaço de chão para plantar, e há uma denúncia do Incra para o Ibama. E o Ibama vai lá e faz uma denúncia: R\$50 milhões! Primeira página de jornal: Ibama denuncia e multa Incra! Incra não tem CPF, não tem braço, não tem serra, não tem nada. É claro que não vai acontecer nada com relação a isso. E eles se mudam desse pedaço de chão e vão devastar outro. Eu que estou dizendo? Não! Vão ali ao Tribunal de Contas, porque essa denúncia foi feita no ano de 2016, há um relatório inteiro mostrando que quem mais devasta a Amazônia é exatamente esse processo todo.

Se nós quisermos isso – para concluir –, o desenho para subtrair propriedade e conseguir fazer isso com movimento social foi transformar o Estado brasileiro num Estado surrupiador e ladrão! O laudo antropológico é feito em memorial, em memória oral. Pede-se uma história inventada, uma narrativa, há uma narrativa, a narrativa gera uma ata, a ata vem para a Funai ou para o Incra, que sempre são as três pessoas ao mesmo tempo – eles são Estado, quando falam pelo Estado, eles são juízes quando julgam o processo e eles são índios ou negros quando querem a terra. A mesma instituição! Ela faz mais que bater escanteio e fazer gol de cabeça; ele comemora também; faz as três coisas ao mesmo tempo! Não existe nada mais anacrônico. Aí é o seguinte: eu vou fazer um laudo antropológico por encomenda. E me mostrem um só laudo antropológico que tenha edital de convocação do antropólogo. Não! Ele é sempre um sócio da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), sempre! E ele sempre faz de acordo com a encomenda, por vínculo ideológico. O laudo, portanto, é eivado de vícios. As demarcações de terras brasileiras são todas com vícios de origem. Se o Ministério Público realmente quisesse defender a legislação, se fosse o guardião da lei, ele não aceitaria dar continuidade a esse projeto sem voltar ao início, em que a demarcação de terra foi feita...

(Soa a campanha.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) – ... a partir de uma narrativa falsa e de um laudo antropológico fraudulento. É por isso que o Gen. Heleno diz que é fraudulento. É! Porque são todos com





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

vícios de origem, não há edital de convocação do antropólogo. Por que tem que haver? Porque, se há uma narrativa de que a terra ocupada por imigrantes há séculos pertence aos índios, há que se ter um laudo antropológico e, por uma série de instrumentos possíveis do ponto de vista científico, que se provar que essa terra é realmente dos índios. E aí tem que ser demarcado, mas por que alguém contou?! No Mato Preto, no meu Estado, os índios pediram 263 hectares, porque havia um rio que enchia quando eles viajavam – índios nômades –, e eles não podiam passar, ficando instalados ali; eles utilizaram essa paragem como se fosse terra deles. Pediram 263, e a antropóloga, generosa, pediu a demarcação de 4.600 hectares de terra, plantação de soja. Sabem qual a propriedade média lá? É de 11 hectares, mas, quando vai para a rede internacional, eles dizem que é latifundiário, é o latifúndio, é...

(Soa a campanha.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) – ... o predador.

Eu queria deixar esse desabafo, mas dizer o seguinte: essa luta não pode continuar com essa mesma narrativa. Essa é uma página virada. Nós precisamos, agora, na verdade, é de um País em que haja justiça e terra para todos. Os índios têm que ter direito a buscar o seu próprio destino. Se ele quer o isolamento das matas, ele vai ficar no isolamento das matas; se ele quer plantar, ele vai plantar; se ele quer ir para a universidade, ele vai para a universidade. Ele tem que ser tratado com cidadania absoluta, não há tutela nem índio pela metade.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada pela sua participação, Deputado Alceu.

Nabhan, para as considerações finais. E, antes de encerrar, eu vou ler um requerimento e encerrar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Eu quero aqui aproveitar a presença do nosso amigo Deputado Alceu Moreira e, em nome dele, enaltecer o trabalho que a Frente Parlamentar da Agropecuária vem fazendo.

Eu quero dizer, abertamente, meu caro amigo, que nós precisamos de vocês. Embora estejamos em instituições diferentes, nós precisamos de vocês, porque nós, infelizmente, às vezes, acabamos encontrando fogo amigo dentro das nossas próprias instituições, como você também encontra. É uma situação normal encontrar divergência dentro de uma Casa Legislativa – estive uma Senadora aqui que tinha uma posição extremamente divergente, e ela é da Casa. Isso não quer dizer que também, dentro da nossa casa executiva, não haja divergência. Há gente também que, às vezes, não quer essa situação, como eu citei aqui alguns empecilhos que a própria Funai vem criando. Perguntaram aqui: "Mas já tem três meses de Governo. E aí? Como é que não anda?". Estamos esperando aí para ver se a Funai sinaliza para fazer as coisas andarem, porque eles não querem entregar para nós... O Presidente da República determinou. Não querem passar o geoprocessamento, não querem passar o Sigef, querem que continue lá. Faz parte do processo democrático. Por isso, meu caro amigo Deputado Alceu Moreira, precisamos da sua Casa, precisamos do Legislativo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, mais uma vez, Senadora, parabéns pela iniciativa. Tenho certeza de que, agora, é a vez de a Câmara fazer algumas audiências públicas para pôr a gente na parede!

Grande abraço.

Obrigado por tudo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, mais uma vez.

Eu sei que o senhor está com o seu horário apertado, vai viajar. Então, eu quero agradecer.

Senadores que porventura estiverem por aí, eu preciso só terminar a reunião com alguns avisos, mas já vou liberar o nosso Secretário. (*Pausa.*)

Agradeço a presença dos senhores todos, agradeço a quem nos assistiu, agradeço a presença do pessoal em casa, da internet, em todas as redes sociais.

Não havendo mais nada a tratar, nós vamos passar à leitura do comunicado e do requerimento.

Os comunicados desta Presidência:

1 - Foram designadas as relatorias de projetos na Comissão. Solicito a V. Exas. que se atenham ao prazo regimental para exame das proposições e que, assim que possível, enviem à Secretaria da CRA os relatórios, para que sejam pautados. 2 - Encerra-se, nesta sexta-feira, dia 22 de março, o prazo para apresentação de sugestões de políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo na área da competência desta Comissão. Na próxima reunião, selecionaremos de forma colegiada uma política pública para ser avaliada neste ano de 2019. As sugestões podem ser enviadas perante a Secretaria da Comissão, pelo *e-mail* cra@senado.leg.br.

3 - Em nossa próxima reunião, fixarei a composição da Subcomissão Temporária sobre a Regularização Fundiária, nos termos do art. 89, inciso IV. Regimentalmente, cada bloco desta Comissão tem direito a uma vaga titular. Solicito a manifestação da indicação pelas lideranças ou pelos Senadores interessados em compô-la.

4 - Relembro a V. Exas. que, nos termos do ato desta Presidência, os requerimentos de audiência pública são lidos em uma reunião e aprovados na reunião seguinte. Dessa forma, peço aos Senadores que quiserem apresentar requerimentos de audiência pública que se atenham a esse procedimento e entreguem-nos com antecedência na secretaria da CRA.

Por fim, nosso requerimento.

REQUERIMENTO Nº, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com objetivo de instruir o Aviso nº 39/2018, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.197/2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) como





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas para o acesso aos respectivos programas e às correspondentes políticas públicas.

Lido esse requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na próxima semana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezessete horas e dezoito minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência eventual do Senador Arolde de Oliveira e, posteriormente, do Senador eleito Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Carlos Viana e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Weverton, Angelo Coronel e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Foi eleito, por aclamação, o Senador Vanderlan Cardoso para o cargo de Presidente da CCT no biênio 2019/2020. Fica adiada a eleição do Vice-Presidente. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha, Arolde de Oliveira e Luiz do Carmo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/13>

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de fevereiro de 2019.

Sras. e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente da Comissão para o biênio 2019/2020. Ainda não há indicação para o cargo de Vice-Presidente.

Foi recebida, até o presente momento, somente a indicação do nome do Senador Vanderlan Cardoso para o cargo de Presidente. Consulto a Comissão se podemos eleger o candidato por aclamação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, o Vanderlan não está presente? (Pausa.)

Presidente, o Regimento lhe dá respaldo para a gente aprovar por aclamação porque há um acordo entre os partidos de eleger os Presidentes, conforme foi feito no Colégio de Líderes.

Eu sou o representante da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e nós acompanhamos e fizemos parte do acordo. Portanto, nós concordamos com que seja eleito por aclamação, uma vez que o Vice ainda está sendo produto de conversas entre os partidos porque você sabe que, neste momento, pode haver troca entre os partidos na Vice-Liderança. Então, por isso que talvez o Vice... Mas há oportunidade, conforme inclusive o acordo de Líderes, de que pode ser eleito na próxima semana, quando houver o acordo. Portanto, a gente concorda com o encaminhamento da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Agradeço, nobre Senador, a intervenção oportuna de V. Exa., dando esse esclarecimento.

Então, consulto se podemos eleger o candidato por aclamação, tendo em vista que não há outra chapa registrada com candidato a Presidente.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, então, a proposta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Plenário sobre a indicação do Senador Vanderlan Cardoso para o cargo de Presidente.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Então, havendo concordância de todos, declaro eleito por aclamação para Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Senador Vanderlan Cardoso.

Comunico que, posteriormente, será realizada uma nova reunião para a eleição do Vice-Presidente da Comissão, nesse caso, já dirigida pelo Presidente que hoje foi eleito.

Transmito a Presidência ao Senador Vanderlan Cardoso e o convido para vir até a mesa.

Fico feliz por ter presidido esta reunião para a eleição do Presidente porque a área de tecnologia é a minha paixão e eu terei muito prazer em frequentar aqui as reuniões com prioridade, sob a Presidência de V. Exa.

Parabéns! Que Deus o abençoe e inspire! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bem, meus cumprimentos a todos e a todas, aos Senadores e às Senadoras.

Para mim, é motivo de muito orgulho e satisfação, no primeiro mandato aqui, chegando ao Senado, vindo do Executivo, já presidir uma Comissão tão importante como esta. Eu quero agradecer ao meu partido; aos Senadores e às Senadoras, através da Líder Daniella e do Presidente Ciro, que indicou o nosso nome; ao Presidente Davi Alcolumbre; e a todos os Senadores que me apoiaram, dando-nos essa oportunidade de presidir esta tão importante Comissão.

Quero dizer para vocês que é uma área pela qual eu sou apaixonado. A princípio, dentro do Partido se discutia, por Goiás ser o Estado do agronegócio, para presidirmos uma Comissão como a da Agricultura. E eu disse: não, eu quero participar desta Comissão porque nós estamos trabalhando já alguns projetos que são na área de ciência e tecnologia. E, como eu viajo muito pelo mundo inteiro, eu estou vendo que nós estamos ficando muito para trás.

Eu conversava hoje com o Presidente Davi sobre alguns projetos em que nós estamos trabalhando, como a questão da telefonia. Já há uma reunião com o Presidente da Anatel, o Sr. Leonardo, banda larga, e há uma série de projetos já, que, embora não estando no Senado ainda, a gente já participava até mesmo como opinante.

Então, eu quero dizer a vocês que eu vou estar empenhado em buscar para o nosso País soluções tanto na área de telefonia, internet, como na área também de energia. Eu vejo o nosso País tão distante de tantos países desenvolvidos, que já investiram, buscaram soluções e estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito à frente, de painéis fotovoltaicos e já têm soluções muito mais baratas que dão um rendimento bem melhor.

Vocês podem contar aqui comigo como um Presidente que vai ser atuante, que vai passar um pouco do conhecimento que tenho em algumas áreas. Eu nunca me conformei, Deputado, que, nas empresas – as máquinas de maior tecnologia que há, ou seja, de empacotamento ou na área de bebidas ou até mesmo em alguns processos de empacotamento – do nosso Brasil, nós estamos muito distantes ainda de países como Austrália, Estados Unidos, Japão. E agora a China, que está vindo atropelando tudo e crescendo assustadoramente nessas áreas. E nós não podemos mais ficar atrás. Aliás, nós temos de recuperar o tempo perdido.

Quero dizer a vocês que vou precisar muito da ajuda de todos os membros desta Comissão para a gente trocar ideias. O que não sei... Aliás, muito coisa eu não sei. Digo a vocês aqui que, tendo toda essa área... Mas tenho essa vontade de ter o conhecimento, de buscar. E sou apaixonado mesmo por arrumarmos soluções para poder baixar custos, melhorar e gerar emprego e renda, que é do que o nosso País precisa.

O País, Senadores, passa por sérias dificuldades. Vejo que, se nós tivéssemos avançado um pouco mais em investimentos em ciência, em tecnologia, em pesquisa, estaríamos com alguns milhões a mais de empregos e não só gerando empregos em outro país e só trazendo produtos importados. Então, eu acredito nisto: na geração de emprego e renda, em fazer investimentos de que precisa tanto o País nessas áreas de energia, de telecomunicações e tantas outras.

Na agricultura, há ciência e tecnologia. Já se avançou bastante. Para vocês terem uma ideia, vi esses dias... Fui visitar um fornecedor nosso de milho que me mostrou uma máquina, sem piloto, fazendo todo o plantio e corrigindo o solo automaticamente, tudo por GPS. Fico fascinado com isso, vou longe para ver. Viajo muito para alguns países buscando conhecimento. Isso é interessante.

Sonho com o nosso País recuperando esse tempo perdido. Se vocês me perguntarem quantos anos, hoje, estamos atrás de alguns países mais desenvolvidos, principalmente... A China tem chamado muito a atenção porque lá está muito rápido. Eles têm investido tanto e está tão rápido que eu diria a vocês o seguinte: talvez nós tenhamos uns 30 ou 40 anos para percorrer e para tirar esse atraso.

Vocês podem contar comigo. Preciso também de toda a Comissão para nos ajudar e buscar alternativas para o crescimento do nosso País. Falo com conhecimento de causa.

Fui Prefeito de uma cidade próxima à Goiânia. Aquela cidade tinha dois apelidos. Um dos apelidos dela – a cidade se chama Senador Canedo – era "Senador Faz Medo", de tanta violência que havia; o outro apelido era "Cidade Dormitório", porque a população tinha de sair para trabalhar fora. Então, quando eu digo que acredito em Município, em Estado, em país que cresce, que se desenvolve, é através da geração de emprego e renda, da qualificação profissional. Nas outras áreas, vocês podem ter certeza, acontecendo isso, de que haverá dinheiro para investir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na educação, no esporte, na cultura, que são tão importantes quanto qualquer outra área. Então, haverá investimento nessas áreas.

No Município que eu administrei, os índices melhoraram bastante. A cidade cuja população saía para trabalhar, hoje, busca mão de obra de fora para trabalhar nas indústrias, no comércio local e assim por diante. Então, acredito nisso.

Sou um otimista. Nosso País passa por uma transformação, tem um Governo novo. Há algumas medidas que eu aprovo, há algumas medidas que precisam ser mais discutidas, mas sempre fui um otimista e acredito que este País vai ainda crescer muito mais. Nós tivemos aí... Cada Governo que vem deixa sua marca, investe, avança em alguma área ou em algumas áreas.

Não sou de ficar criticando, sou tido como um político que não entra em briga e que não fica criticando por criticar, de forma alguma. Então, quero aqui contribuir buscando os bons quadros, os bons nomes, as boas ideias, para que a gente faça desta Comissão... E que a gente continue, também, o trabalho da Comissão anterior que estava aqui que, tenho certeza, vinha desenvolvendo um bom trabalho. Que a gente continue fazendo um belíssimo trabalho. Preciso de todos.

Que Deus abençoe a todos vocês!

Senador Luiz, obrigado pela presença.

Muito obrigado pelo carinho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vanderlan – desculpe-me por falar assim, mas ele é empresário lá no meu Estado, tem bons negócios lá –, quero parabenizá-lo. Já chega, novo aqui no Senado, ocupando uma Comissão muito importante, como você já falou.

Nós temos uma tarefa, além dessas que você já nominou, que é a questão da tecnologia ser apreendida pelo pequeno, pelo pessoal do interiorzão do nosso Estado, como é o seu, como é o meu. É tanta a riqueza que a gente tem no nosso interior que pode ser ampliada, que pode ser transformada em riqueza, à medida que o pequeno se apodere de tecnologias, por exemplo, quanto às plantas medicinais que temos em nosso interior, principalmente na Amazônia. Há, por exemplo, uma plantinha pequena chamada jaborandi, que é um produto até de exportação pirateada pelos grandes comércios internacionais para favorecer os grandes laboratórios. O jaborandi é aquele que cura fortemente questões ligadas aos olhos, à catarata, há um monte de remédios. Lá mesmo no nosso interior, pode-se transformá-la nesse remédio tão poderoso, mas é apoderada só pelos grandes laboratórios que não são nem brasileiros.

Acho que a gente tem esse papel fundamental de ser legislador para fazer com que as nossas experiências, as nossas pesquisas que são feitas pelos nossos cientistas sejam apoderadas pelos pequenos que podem transformá-las, como V. Exa. disse, em geração de renda, em geração de oportunidades e em empreendedorismo, lá no interior dos nossos Estados. É fundamental a gente também usar esta Comissão para esses interesses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro interesse também importante é a questão da comunicação, para não ficar só sob o monopólio dos grandes. A questão das rádios comunitárias, que eu acho que é uma conquista da democracia, passa por esta Comissão, que tem um papel fundamental para fazer com que o nosso interior tenha acesso, também, ao conhecimento, às informações etc., para consolidar, cada vez mais, a nossa democracia.

E, para dar um exemplo de lá do interior da Amazônia, de como é quando se apodera da tecnologia, como isso chega à população mais necessitada. É um exemplo... Não sei se você conhece, mas, andando pelos rios da Amazônia, há uma figura, agora, chamada rabeta. São barcos que, antigamente, eram a remo. Foi inventada por meio do motor das motos. Foi um técnico da Moto Honda lá, em Manaus. Ele criou a rabeta, que, na verdade, é um motorzinho com rabo longo, que faz funcionar a movimentação para poder mover o barco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E é econômico, muito econômico.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E, aí, o que significa isso? Os filhos dos ribeirinhos, que, para poderem chegar à escola, passavam três, quatro horas, tinham que acordar cinco horas da manhã, para poderem chegar à sala de aula, remando, aquelas crianças, agora, com a rabeta chegam em 15, 20 minutos. Para você ver o processo da pesquisa, da tecnologia sendo popularizada, o que traz benefício direto para o nosso povo, para nós e traz dignidade e cidadania para o nosso povo e para a nossa gente.

Obrigado.

Parabéns pela Presidência!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Obrigado, Presidente.

Eu ouvi a fala de V. Exa., Presidente, e fiquei bastante entusiasmado, porque também sou um apaixonado por esse setor, como disse, e vejo que V. Exa. será um condutor, realmente, deste momento que nós estamos vivendo, em que o entendimento da importância da ciência e da tecnologia como um instrumento transversal a todas as áreas de atuação do ser humano, a partir dos Governos, todas as áreas são alcançadas transversalmente.

V. Exa. citou bem a questão da indústria agropecuária, principalmente na agricultura, o uso da tecnologia, o uso da inteligência, da robótica e da inteligência artificial e este é o momento que nós temos de... Também realçou, com muita propriedade, a questão do gap de desenvolvimento que nós temos em relação aos países desenvolvidos. Na verdade, os países que foram pioneiros no desenvolvimento científico e tecnológico levam uma tremenda vantagem, cabendo, e empurrando, para os países que não tiveram esta oportunidade a responsabilidade de não permitir que essas tecnologias sejam utilizadas como instrumentos de domínio, de dominação das nações que estão entrando nesse mercado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma questão política muito importante e que trata dessa mesma área, porque a tecnologia é conhecimento e o conhecimento, evidentemente, é a liberdade pura. Quem tem o conhecimento em termos materiais, em termos... É porque eu sou evangélico, nós temos duas visões do conhecimento. Temos o conhecimento da palavra da salvação, que liberta, mas liberta espiritualmente, mas eu estou falando do mundo de César, desse mundo que nós vivemos na política. Neste mundo, o conhecimento também é o que garante a liberdade das pessoas. E a tecnologia é a convergência do conhecimento, de que vem, naturalmente, outra área que também temos que atacar, que é a área da educação.

Então, eu fico muito feliz, porque esta área está na ciência e na tecnologia, está na área da comunicação e está na área da utilização desses conhecimentos na inovação, que é o momento em que nós vivemos e onde nós podemos recuperar mais rapidamente, aproveitando o conhecimento de outras Nações, de outros países, enfim, de outras áreas, para trazer para a tecnologia, para recuperar esse tempo perdido.

Então, eu fico muito feliz. Acho que nós vamos ter aqui oportunidade de tratarmos com bastante propriedade de todos esses assuntos, tanto da ciência e tecnologia, a sua transversalidade, em todas as áreas. Hoje, na área de saúde, já estão falando em telemedicina. Já foi aprovado agora, não sei se para o bem ou para o mal, mas já foram aprovadas também consultas a distância. Todas essas coisas vão acabar passando por aqui, porque têm de ser regulamentadas.

A tecnologia, a comunicação com internet mexe com as relações da sociedade. A internet trouxe um novo meio de comunicação, que não é mais uma comunicação social. Ela é uma comunicação psicossocial. Portanto, acelera a mudança de atitude das pessoas e das relações na sociedade, gerando necessidade de regulamentação de direitos e obrigações nessa mesma sociedade e numa demanda muito acelerada, que os nossos métodos analógicos, das longas consultas públicas, etc. não acompanham.

Então, vivemos hoje um gap, uma vacância legal, ou, como dizem os juristas, uma *vacatio legis*, nesta área e que nos coloca num mundo, simultaneamente, da lei e da ordem e num mundo anárquico, por falta de lei. Então, essa Comissão tem a responsabilidade de acelerar e minorar este mundo caótico que começa a se formar por falta de lei.

Estou feliz. É o que vou dizer neste momento, há muitas outras coisas, mas teremos muitas oportunidades ao longo desses dois anos.

Deus o abençoe e o inspire!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Amém! Olha, eu vejo que o senhor é um apaixonado mesmo pela área. Na sua fala, já, nesse curto espaço de tempo, já aprendi muita coisa. Então, o senhor vai estar contribuindo bastante conosco aí. Pode ter certeza. Absorvi bem suas palavras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar o nosso Reitor, Carlos Mendes, que é da UniEVANGÉLICA, de Anápolis, de que eu tive o prazer, quando Prefeito de Senador Canedo, de ter uma extensão, uma universidade também, ali, no Município. Então, seja bem-vindo!

Senador Luiz Carlos do Carmo, com a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Tudo bem, Presidente?

É um prazer estar aqui, Srs. Senadores.

Das várias Comissões que existem aí eu acho que esta é a mais importante. É a do futuro, não é? É a Comissão que vai tratar... Nós estamos passando por uma transição de 20 anos atrás, neste momento, e o que vai ser do futuro? Ninguém sabe o que vai ser do futuro desta Comissão, o que pode fazer.

E eu quero parabenizá-lo por ser o Presidente e dizer que há muitas Comissões para fazer parte, e eu quis fazer parte desta, mesmo como suplente, porque você é o Presidente. Eu tenho certeza de que você vai fazer muito por esta Comissão e eu quero participar com você aqui.

Isso é tão interessante, Vanderlan, tecnologia, que eu tenho uma mãe com 90 e poucos anos, ela tem um celular em que fica mexendo, tentando aprender aquilo. E eu acho interessante ela aprender.

Nesses dias atrás, de manhã, minha mãe mandou uma mensagem assim: "Boa noite, meu filho". Eu não falei nada para ela. Cheguei, no outro dia e disse: "Mãe, e aí?" "Uai, eu escrevi aqui boa noite para vocês, e o trem sumiu do mapa aqui, do celular", ela falando. "Aí, no outro dia de manhã, eu achei aquilo, eu cutuquei e saiu. Então, eu não ia perder". Então, realmente tecnologia todo mundo precisa disso, Vanderlan: a minha mãe com seus 90 e poucos anos. E quem está iniciando? Os meus netinhos pequenos, Senador Vanderlan. Então, meus parabéns para você e eu tenho certeza de que você vai conduzir muito bem essa sua Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador, pelas palavras de carinho. Luiz, que é do Estado de Goiás, é um amigo, um companheiro e um empresário que gera muito emprego no nosso Estado e também é de uma área de tecnologia mesmo. Eu falo para o Luiz que ele é um dos melhores comerciantes que existe, porque a pessoa que consegue vender pedra moída, então, é muito bom mesmo de serviço. Ele trabalha nessa área de calcário. Então, obrigado pelo carinho.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Calcário hoje é tecnologia, não é? Não adianta plantar. É o Sonrisal da terra, não é, Vanderlan?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Você já está fazendo propaganda da sua área. Não sei se pode fazer comercial aqui, na Comissão. Mas brincadeira, gente!

Mais alguém com a palavra? (Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença do ex-Deputado Euler Moraes, que também é um entusiasta dessa área, conhece muito dessa área e é pai do nosso Presidente da Anatel, Sr. Leonardo. Eu tenho o maior orgulho de dizer que o Leonardo, acho, é o primeiro Presidente da Anatel que veio dos quadros e é goiano. Então, tenho orgulho de falar isso e é um jovem que eu admiro muito. Essa parte de tecnologia e de telecomunicações, se você conversar com ele, você viaja no tempo, você fica entusiasmado e já quer ir para lá, embarcar logo: "Vamos fazer", e você não quer nem dormir. Quando você vai conversar com ele, nem sono dá. Entendeu? Então, dessa juventude nós vamos, Luiz, pegar essas experiências aí. O Carlos, através da UniEVANGÉLICA, que é exemplo hoje no Estado de Goiás e no Brasil, na sua instituição de ensino de que você é reitor.

Então, muito obrigado pela confiança e vamos já definir aí. Estamos aguardando a Vice-Presidente ou o Vice-Presidente quem é que vai ser para a gente abrir os trabalhos e já mostrar algumas ideias, algumas coisas que a gente já quer colocar em prática.

Que Deus abençoe a todos vocês!

Muito obrigado pelo carinho em receber-me aqui. Obrigado. (Palmas.)

(Iniciada às 17 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Selma Arruda, Major Olimpio, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Telmário Mota e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Cunha, Weverton e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes:

1ª Parte - Eleição. Finalidade: Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Foi eleita, por aclamação, a Senadora Selma Arruda para o cargo de Vice-Presidente da CCT no biênio 2019/2020. Usam da palavra os Senadores Major Olimpio, Angelo Coronel, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira, Oriovisto Guimarães e Chico Rodrigues.

2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 1, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que Institui a Política de Inovação Educação Conectada; e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, a CCT aprovou solicitação do Senador Izalci Lucas para incluir nos debates da Audiência Pública conjunta a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 2, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade." **Autoria:** Senador Angelo Coronel e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/20>

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia a todos e a todas, Senadores e Senadoras!

Seja bem-vindo, Senador Major Olimpio!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de fevereiro de 2019.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Encontram-se nesta Comissão, em atendimento ao art. 3º da Lei 10.610, de 2002, os seguintes ofícios: Ofício 10, de 2015, que comunica a composição do capital social da editora Boa Vista; Ofício 5, de 2017, que comunica a composição do controle societário da empresa jornalística MultiTV Produções Ltda. – ME; Ofício 6, de 2017, que comunica a composição do controle societário da empresa jornalística Editora e Gráfica Paraná Press S.A.

Os ofícios estão à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Não havendo manifestação no prazo de 15 dias, serão arquivados.

Sras. e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2019/2020.

Foi registrado até o presente momento somente a indicação do nome da Senadora Selma Arruda, do PSL do Mato Grosso, para o cargo de Vice-Presidente.

Consulto a Comissão se podemos eleger a candidata por aclamação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta. *(Palmas.)*

Seja bem-vindo!

Pois não, está com a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com muita satisfação, eu trago aqui o agradecimento dos Senadores do PSL, como Líder do Partido, pela eleição por aclamação da Senadora Selma, que eu tenho absoluta convicção de que trará muito da sua capacidade, do seu conhecimento, da sua história de vida, da sua coragem mais do que manifesta de muitos e muitos anos como magistrada que promoveu no Mato Grosso. Num momento em que se questiona se é possível fazer justiça no Brasil, a Senadora Selma se tornou um ícone da aplicação da justiça com equilíbrio, com verdade e com extrema coragem.

Então, Senadora Selma, todo o sucesso a V. Exa. aqui nesta Comissão, que tem um papel fundamental de contextualizar ou ajudar a contextualizar o Brasil na velocidade da informação, na transmissão da informação e tem um papel fundamental. Até mesmo eu, um humilde profissional da segurança pública, na medida em que há a evolução tecnológica, sem dúvida nenhuma, para cada soldado meu, lá na ponta da linha, a antecipação ou a velocidade da informação chegando mais precisa, em mais locais, em distantes locais do nosso Brasil, significa a diferença de vida e morte para o cidadão, para o profissional da segurança pública.

Então, Sr. Presidente, a todos os membros desta Comissão, todo o sucesso, que Deus os abençoe!

E o PSL está dando o que tem de melhor, que é a sua contribuição com a indicação acolhida por V. Exa. da nossa Senadora Selma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, havendo concordância de todos, declaro eleita, por aclamação, para Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a Senadora Selma Arruda.

Convido a Senadora já para tomar aqui, ocupar o seu lugar à Mesa e, em seguida, usar a palavra, não é, Senadora?

Eu quero aqui registrar a presença, Senadores e Senadoras, do meu primeiro suplente, ex-Deputado por cinco mandatos, Pedro Chaves, que está aqui presente; e também do ex-Deputado Euler Moraes, que está aqui.

Senadora, antes de a senhora começar a falar, eu tenho o maior orgulho de ter o Pedro como meu primeiro suplente. Eu até digo que, na história do Senado Federal, acho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a primeira vez em que o suplente é muito melhor do que o titular. Então, eu tenho um prazer enorme em tê-lo, grande companheiro.

E, agora, a senhora aqui, como nossa Vice, o maior prazer por tudo o que o nosso Senador falou aqui. Prazer.

Com a palavra.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia a todos Srs. Senadores e Sras. Senadoras!

Bom dia, Sr. Presidente!

É uma honra estar aqui conversando com vocês a esse respeito. O meu abraço e o meu carinho especial para o nosso Líder do PSL, Major Olimpio, que, em poucas palavras, consegue novamente mostrar o quanto é generoso, o quanto é um verdadeiro Líder. Eu tenho aprendido com você dia a dia nessa minha "debutância" política. Não sou uma política de carreira, este é o meu primeiro mandato. Eu não tenho nenhuma história política, mas estou aprendendo muito, e muito do que estou aprendendo devo ao nosso querido Líder, Major Olimpio.

Senhoras e senhores, assim como o nosso Presidente, Senador Vanderlan, registrou a presença do seu 1º Suplente, que muito nos honra, eu gostaria também de registrar a presença aqui da minha 2ª Suplente, a Clerie Fabiana, que está trabalhando com a gente lá no gabinete. É uma grande guerreira também, é uma pessoa que eu tenho certeza de que, num momento de ausência minha, estará me representando muito melhor – assim com o senhor disse – do que eu aqui nesta Casa. Então, um grande abraço, Clerie.

Eu gostaria de deixar apenas registradas algumas poucas palavras aqui. Acho que todos nós sabemos da importância desta Comissão e da honra que me traz compô-la. E gostaria de sensibilizar os colegas para que nós nos debrucemos efetivamente sobre os grandes temas que são tão importantes hoje para o Brasil. Se nós falamos em crescimento, se nós falamos em desenvolvimento, não há como falar nisso sem falar em ciência e tecnologia, não é isso? O Brasil não vai crescer a passos de séculos passados; nós precisamos crescer a jato, a voo, porque o mundo está crescendo muito rápido.

Então, nós temos aqui temas a serem tratados de grande relevância para a agenda nacional, como, por exemplo, a situação econômica, hoje, da área da ciência e da tecnologia. Nós precisamos saber se temos efetivamente pernas para alcançar esse desenvolvimento que esperamos.

Nós precisamos ver isso também diante da grande crise que enfrentam as nossas universidades. Nós temos hoje uma carência muito grande não apenas financeira, em muitos casos, mas uma carência muito grande de conteúdo nas universidades, para que a gente consiga alcançar esse desenvolvimento em termos de ciência e tecnologia, inclusive no que diz respeito a pesquisas. As nossas universidades ainda são muito pobres quanto às pesquisas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos ainda nos debruçar sobre a nossa precariedade na telefonia e na internet. Quem mora nos grandes centros talvez não tenha sentido tanto isso, mas eu venho de um Estado de dimensões continentais em que em muitas cidades mal pega internet. E, na maioria delas, a internet pega e cai, pega e cai; e não há como você pensar em desenvolvimento com essa precariedade. Enquanto isso, nós, como consumidores, pagamos preços absurdos para termos um serviço absolutamente precário. Isso é de nossa responsabilidade. Nós devemos nos debruçar sobre esses temas aqui, Sr. Presidente.

Existem ainda questões pouco discutidas e pouco conhecidas por todos nós – eu confesso que muito pouco conhecidas por mim mesma – como é a questão da inteligência artificial. São temas que nos países desenvolvidos estão sendo abordados com muito mais abrangência do que aqui no Brasil. Nós precisamos trazer esse tema para esta Comissão, na minha opinião.

E, ainda, eu não poderia deixar de dizer, até porque quero ser breve, mas eu não poderia deixar de fazer referência à área criminal, assim como o Major fez essa referência, da importância de nós trazermos a ciência e a tecnologia para o combate à criminalidade, principalmente à criminalidade organizada.

Eu fui juíza por 22 anos – tenho dito isso toda vez em que me manifesto, para esclarecer aos colegas a minha preocupação. Na maioria do tempo em que eu fui juíza, eu fui juíza criminal e combati organizações criminosas. Essas organizações criminosas têm muito mais tecnologia, por vezes, do que o Estado brasileiro, têm muito mais ciência e aplicam muito mais em tecnologia do que o Estado Brasileiro. Então, nós estamos um passo atrás dessas grandes organizações criminosas, que não são apenas as que a gente conhece aqui no Brasil. O Brasil está à mercê de grandes organizações nacionais, mas também está à mercê, Major, de grandes organizações internacionais, que são interligadas. Isso é um tema complexo para se falar em pouco tempo, mas é de extrema importância que nós nos debruçemos sobre isso. Então, aliar o nosso conhecimento tecnológico ao combate à criminalidade é muito importante.

E principalmente também, senhores, finalmente, dizer que é importante aliar o nosso conhecimento científico e tecnológico para o combate aos crimes que são cometidos pela internet inclusive, e não são poucos.

Nós temos uma *dark web* aí, acho que alguns já ouviram falar nessa tal *dark web*, que é um terror, que é um horror. É uma subinternet, em que se comete todo tipo de crime, desde clonagem de cartões, tráfico de pessoas, tráfico de órgãos, tráfico de drogas, enfim, é um submundo virtual que nós temos aí atuando ativamente e que nós precisamos conhecer, debruçar-nos sobre isso, entender e principalmente legislar a esse respeito.

Então, eu quero dizer aos senhores que, diante de toda a importância desta Comissão, é muito importante mesmo que todos nós nos dediquemos integralmente a esse trabalho na Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos pela eleição, por terem me ouvido, principalmente ao Sr. Presidente aqui, pela deferência, e me coloco à disposição para que juntos nós consigamos fazer um Brasil efetivamente desenvolvido com a contribuição desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Parabéns!

Obrigado pelas suas palavras.

Eu quero abrir a palavra para o Senador Angelo Coronel;

Com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Bom dia a todos.

Eu queria parabenizar esta dupla de peso, de conhecimento, que dirige esta Comissão – o Senador Vanderlan, meu amigo; e a Senadora Selma –, e dizer que nesta Comissão nós vamos ter muito trabalho, principalmente na questão das empresas que vendem bandas de internet e não entregam; vendem 150 megas e, quando você mede, só há 5, 6, 10 megas, e não há nenhuma sanção a elas.

Temos as empresas de TV fechadas, cujas assinaturas, quando você quer cancelar, você passa 10, 15 minutos e, quando está para concluir, a ligação cai propositadamente, para que ganhem no cansaço.

Eu acho que nós temos de aproveitar este ano de mudanças aqui para fazer gestão de muita eficácia para combater essas empresas que se acham donas do mercado de tecnologia. Essa será a nossa contribuição.

Quero parabenizar a Senadora Selma pelo seu conhecimento. Talvez ela, como juíza, possa até aplicar sanção mais rapidamente a essas empresas que não estão atendendo à demanda da população brasileira.

Parabéns a vocês dois!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senadora Daniella Ribeiro com a palavra e, em seguida, Izalci.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Bom dia a todos e todas.

Quero cumprimentar o Senador, Presidente da Comissão, Vanderlan Cardoso, com o qual eu também tenho a honra de compor a Bancada do Progressista.

E, hoje, parabenizo, de forma muito especial, a Senadora Selma, minha vizinha e amiga, aqui na luta também, como mulher, e, além disso, como Senadora, assim como vocês.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico muito feliz, porque também de onde venho, o meu Estado, a Paraíba, tem uma característica muito forte, através da minha cidade, Campina Grande, que é um centro reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um centro de inovação e tecnologia e que exporta cérebros. Disse bem, o nosso grande desafio é transformar os cérebros que temos em PIB. Também é um dos grandes desafios que teremos.

E fico muito feliz em ouvir de cada um de vocês e dos membros desta Comissão a intenção do trabalho que vai ser feito, deverá ser feito, tantas vertentes. É, sim, o tema do momento. Hoje o grande poder está nas informações que há sobre nós, e sem que saibamos. E, durante todos os momentos aqui, nós estamos fornecendo. Esse é o grande desafio.

E eu gostaria, Sr. Presidente, aproveitando... E aí eu quero dizer que de minha parte tenho todo o desejo, o sonho, já estive, inclusive, fazendo parte, participando de um curso em Bilbao, onde tive a oportunidade de discutir sobre a questão da indústria 4.0, saúde 4.0. Então, são temas que estão postos como desafios para cada um de nós, mesmo aqueles que possam estar distantes, em termos de conexão com o tema, mas estão desafiados a se inteirarem pela necessidade que hoje o nosso País, o nosso Estado, cada um de nós necessita.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo eu gostaria de rapidamente tentar aqui, com V. Exa., com a Vice-Presidente, com os membros, colegas, inserir extraordinariamente um requerimento de minha autoria que ontem já votamos, eu pedi ao Presidente para ser incluído na CAS, o Presidente incluiu e votou, para que a gente pudesse fazer uma sessão conjunta, a CAS, a CCT aqui, vamos decorar ainda essas letrinhas, para vir mais rapidamente, e trata-se da realização de audiência pública em conjunto, com a Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei Complementar nº 142, de 2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada, e altera a Lei 9.998. É um tema superimportante, que vem da Câmara, que já passou para nós. E eu gostaria muito que pudéssemos trazer realmente pelo tema, para que a gente pudesse discutir em conjunto com as outras, com essas três Comissões. Então, queria que V. Exa. pudesse deliberar e que aqui a gente pudesse extraordinariamente colocar em pauta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós já vamos aproveitar, minha Líder Daniella, e colocar em votação. Em seguida, a gente vai passar a palavra para os que pediram, Senador Izalci.

Mas o requerimento lido pela Senadora, pedido, interessante que é o Requerimento nº 1, de 2019. Então, este vai ficar na nossa história aqui, vai para o quadro – viu, Senador Izalci? –, como o primeiro requerimento da Comissão, de que eu, a Senadora Selma e vocês fazemos parte.

Então, quanto a esse requerimento lido pela Senadora, acho que não é preciso ler de novo. Precisa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não, não é?

Então, o requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Há alguém que quer discutir o requerimento?

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que Institui a Política de Inovação Educação Conectada; e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

O requerimento está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu só pediria para incluir nesse debate a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, porque eu acho que desenvolvimento regional tem muito a ver com essa questão da inovação, não é? Depois eu vou falar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Para incluir... Pode ser feito um novo requerimento pelo Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É só incluir. Aqui no plenário a gente pode incluir, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pode-se incluir?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Se a autora autorizar, eu acho que não há nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

Em votação o requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Senador Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, seguindo aqui a nossa professora de Campina Grande, Senadora Daniella, que fez o requerimento oral, eu queria também fazer um segundo Requerimento de nº 2, para fazermos um convite ao Ministro das Telecomunicações para que mostrasse quais são as diretrizes do Governo para o ano de 2019. Gostaria que colocasse à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – À apreciação do Plenário os dois requerimentos.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Autoria: Senador Angelo Coronel e outros

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nº 1 e nº 2.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – No caso dessa audiência pública em conjunto, nós precisaremos – e aí é importante – da articulação das quatro Comissões, agora quatro Comissões, para que possamos encontrar uma data em comum com as quatro Comissões, e, dessa forma, não deixarmos demorar tanto para que possamos realizá-la. Esse pedido é com relação às assessorias, para que seja encaminhado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Presidente, é só para, primeiro, parabenizar V. Exa. e também a nossa Senadora Selma pela aclamação como Vice da Comissão, e V. Exa. como Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive o privilégio de ser Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação e Pesquisa por dois mandatos, e nós conseguimos, durante esse período, praticamente mudar toda a legislação, todo o marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação. Introduzimos inovação na Constituição, que não havia, e mudamos todo o marco regulatório. Eu, como fui Secretário de Ciência e Tecnologia aqui do DF por dois mandatos, eu via realmente as dificuldades de se implementar qualquer política nessa área, principalmente na área de pesquisa, sem se mudar a legislação. E, de uma forma suprapartidária, nós trabalhamos esse setor e conseguimos avançar muito. Meu amigo o Senador Arolde aqui é um campeão da Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, a gente conseguiu avançar. Talvez o que está faltando ainda é um pouco da publicização da lei, porque a lei existe, mas é muito pouco conhecida.

Nós tivemos muitas dificuldades com relação à questão da academia, nessa junção da academia com o setor empresarial. Havia, de fato, uma... No Brasil, a gente não tem essa cultura. A cultura no Brasil... Inclusive no plano de carreira do Ministério da Educação, valorizam-se os artigos científicos. Nós somos o 13º país em publicação de artigos científicos, mas somos um dos últimos em termos de transformar isso em patentes, em geração de emprego e renda. Então, é um grande desafio.

Eu ouvi o discurso de V. Exa no Plenário sobre as viagens que fez e o conhecimento que V. Exa. teve oportunidade de obter em outros países. Acho que esse é o nosso caminho. O Brasil está muito analógico ainda, seja o próprio governo local, como o Governo Federal, o municipal, totalmente analógicos.

Nós precisamos, realmente, implementar a inovação. Hoje, a gente sabe que a juventude não quer mais fazer concurso para ser empregado; todo mundo quer ser empreendedor. Então, cabe a nós, aqui, aprovar os mecanismos que possam viabilizar aos nossos jovens esse caminho. A inovação, hoje, é fundamental. Então, teremos muito trabalho.

Eu já estou coletando as assinaturas, na Câmara e no Senado, para, novamente, constituir a Frente Parlamentar da Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa e tenho certeza de que, aqui, nós vamos realizar grandes debates.

Eu vou colocar hoje, na Comissão de Desenvolvimento Regional, esse requerimento já para ser aprovado, porque temos de aprová-lo lá também, para que nós possamos fazer essa audiência pública em reunião conjunta o mais rápido possível.

Parabenizo V. Exa. e a Senadora Selma...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... desejando muito sucesso nessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra o Senador Arolde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, queria cumprimentar, inicialmente, a nossa Vice-Presidente, Senadora Selma Arruda. Vamos trabalhar juntos, com certeza, em temas absolutamente relevantes e nem sempre percebidos como tal pela sociedade. O mundo passa por uma transição, causada pela convergência tecnológica, que não é perceptível às pessoas que não estão introduzidas tecnicamente no assunto.

Eu fico muito feliz. Essa é uma área em que, durante toda a minha vida, desde a minha formação acadêmica, eu trabalhei. Claro que, no passado, eu era mais cientista; hoje, sou mais um "achista". Acho mais as coisas do que na realidade fundamento, mas percebo que este é um momento de ruptura que nós estamos vivendo causado pela tecnologia, com um tremendo impacto nas relações da sociedade. E o impacto nas relações da sociedade acarretam a necessidade de legislarmos para estabelecer novos direitos e novas obrigações.

Essas demandas são aceleradas; elas se dão numa velocidade que os nossos métodos legislativos, que ainda são muito analógicos, não acompanham, e o que nós percebemos realmente – e já tive oportunidade, no dia da posse de V. Exa. de falar sobre esse assunto – é um espaço sem lei, um espaço onde começa a imperar o caos, a anarquia por falta de legislação. Então, nós temos que pensar sobre como estabelecer as prioridades e atender em tempo esse novo momento de estabelecimento das regras de relação na sociedade causado por esse impacto da tecnologia.

O que nós temos de concreto é que vivemos num eixo de lei e de ordem e que, ao mesmo tempo, aumenta, a cada dia, um eixo de desordem anárquico de falta de lei. E isso causa nas pessoas que não entendem o que está ocorrendo incertezas, inseguranças, informações desencontradas, que vão desestabilizando as pessoas. E tudo acaba, no final das contas, em ansiedades, pânico, estresses nos consultórios dos psiquiatras. Essa é uma realidade que nós estamos vivendo, e uma das principais causas é realmente este momento de incerteza, de incerteza para quem não está percebendo, que é a massa, naturalmente, da Nação brasileira. Então, nosso momento é muito importante.

Eu cumprimento a Mesa pelos primeiros pronunciamentos, atacando esses assuntos. Teremos um grande obstáculo. O obstáculo é o de que a Nação não dá importância à ciência e tecnologia. A ciência e a tecnologia não têm charme de holofote. E o fato de não terem charme de holofote, normalmente, desestimula até a participação parlamentar na Comissão. Falo isso de cadeira. Fui, durante 36 anos, Deputado, e sempre foi assim, lá na minha Comissão, do outro lado, na Ciência e Tecnologia. Mas a gente tem, cada vez, de convencer mais. Temos pessoas como o Izalci e outros, que são apaixonados, como V. Exa., que o declarou também, Presidente, para que a gente possa mobilizar e mostrar às pessoas, convencê-las acerca da importância que é esta matéria transversal em todas as atividades da sociedade.

Muito obrigado.

Deus abençoe a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o senhor, quero cumprimentar a nossa Vice-Presidente.

E quero somar palavras iniciais do meu trabalho nesta Comissão, dizendo que eu fui reitor de uma universidade por dez anos e também trabalhei numa empresa de fabricação de computadores, a Positivo Informática, de que fui sócio durante longos anos. Depois, me desliguei completamente. Já não tenho mais ligação nem com a universidade nem com a empresa de produção de computadores. Mas a experiência, essa vem junto; essa a gente não pode abandonar e nem deve abandonar.

Da parte que diz respeito às palavras da nossa Vice-Presidente, de quanto aplicamos em pesquisa, de quanto prestigiamos a ciência e a tecnologia nas nossas universidades e de quanto são escassos os recursos e de como nós temos de prestar atenção em usá-los bem, porque, na verdade, no nosso País, os recursos faltam em todas as áreas, faltam na área de educação, faltam na área da saúde, faltam na área da segurança, faltam na área de ciência e tecnologia também... Exatamente porque eles são escassos é que eles precisam ser bem administrados.

Eu queria só lembrar aqui a verdadeira vocação academicista das nossas universidades, notadamente as federais, no número de *papers*, no número de pesquisas, no número de mestrados e doutorados e pessoal com horário integral dedicado à área de humanas. Eu não tenho nada contra a área de humanas. É evidente que o Brasil precisa de pesquisadores na área de humanas. Mas nós quase que fizemos uma opção preferencial pela área de humanas. Acho que há nisso um viés da nossa cultura bacharelesca, que vem desde a origem do nosso País.

Eu não sei exatamente o que a nossa Comissão poderá fazer nesse sentido, mas, se tivéssemos, de alguma maneira, alguma regra, alguma disciplina maior que pudesse levar, dedicar um percentual razoável para a área de ciência e tecnologia, nas pesquisas das nossas universidades, isso seria um grande benefício para o País, porque, se formos olhar bem de perto, é a área menos prestigiada em termos de recurso, nas pesquisas que fazem nas universidades.

Poderíamos entrar na discussão do sistema educacional como um todo, que todas as nossas universidades querem ser centros de pesquisa, que isso é um absurdo... Essa conversa não terminaria em um dia. No entanto, quero apenas frisar este ponto: nós precisamos, de alguma forma, criar diretrizes que prestigiem mais a ciência e a tecnologia e que pelo menos a coloquem em condição de igualdade com pesquisas em outras áreas. É óbvio que são importantíssimas as pesquisas na área da saúde, as pesquisas na área de humanas e as pesquisas na área de ciências exatas, que são hoje as que mais impactam o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento. Realmente, nós fazemos dezenas de lei e, de repente, vem uma descoberta na ciência, na tecnologia, que mudam toda a sociedade, e as nossas leis são, simplesmente, superadas por um pesquisador solitário que arrumou uma nova maneira de fazer as coisas. Está aí a internet, está aí a indústria 4.0, está aí a inteligência artificial e estão aí as nossas universidades, ainda insistindo em gastar mais dinheiro em áreas que interessam mais de perto às corporações e à tradição do nosso País, que está hoje em desacordo com o que acontece no mundo.

É apenas um alerta. Eu não sei até que ponto poderemos entrar nisso, mas acho que todos nós temos de pensar em como prestigiar mais a ciência e a tecnologia na área de exatas.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Mais alguém, algum dos Senadores? Acho que todos já falaram.

Eu quero aproveitar para trazer algumas informações. Nós vamos ter uma feira...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero pedir perdão, mas a CCJ começou...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E o senhor é membro lá.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone.*) – Vou ausentar-me. Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós vamos ter uma feira... Eu chamo de feira porque, nas empresas, viajando aí pela empresa em várias feiras pelo Brasil e pelo mundo afora, a gente se acostumou. Não sei o nome, mas é o GSMA Mobile World Congress. É um congresso que vai ocorrer em Barcelona. Começa dia 23 e vai até o dia 27, na área de telecomunicações. Quero comunicar a esta Comissão que nós viajaremos para lá para participar. É uma área importante.

Nós temos, aqui nesta Comissão, já esperando parecer para ser levado à frente... É um pouco polêmico, mas nós vamos analisar melhor, buscar mais conhecimento para este País, que precisa tanto de banda larga – tudo o que o senhor falou, Senador –, de geração de emprego e renda. São quase 13 milhões de desempregados em nosso País. Então, a tudo o que for para gerar emprego e renda, que seja bom para o nosso País, que vá melhorar a ciência, a tecnologia, a comunicação, nós vamos dar ênfase.

Terminando esse congresso, eu irei para Madri. De Madri nós vamos percorrer quase 500km, entre a Espanha e Portugal, visitando e conhecendo algumas usinas que estão instaladas lá. É um projeto no qual nós estamos, há quase três anos, tendo melhores conhecimentos, em uma parceria de um grupo brasileiro com os chineses. Vou visitar lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas usinas que estão funcionando com luz solar. É um processo mais inovador, que aproveita melhor a luz solar, podendo, segundo eles... Por isso que gosto de ir lá ver. Gosto de fazer o teste de São Tomé. Quero ir lá ver como é que funciona isso, porque dizem que há até 60% de aproveitamento, e com um custo muito baixo.

Para vocês terem uma ideia, uma PCH, dependendo do local onde seja instalada, no Brasil, varia, em seu custo, entre R\$4,5 milhões e R\$8 milhões, R\$9 milhões, por cada mega de energia gerada. Se nós passarmos, hoje, para o fotovoltaico normal que está sendo colocado aí, acho que está em torno de R\$3 milhões, R\$3,5 milhões – se alguém tiver esses números mais exatos que me corrija. Quando passamos para as usinas hidrelétricas mesmo, acho que o custo ultrapassa os R\$20 milhões por cada mega gerado. E com esse sistema, pelas informações que a gente tem, com todos os dados, pode-se chegar a R\$1,5 milhão, R\$1,7 milhão por cada mega usado.

Então, nós vamos ver *in loco* os países da Europa.

Os Estados Unidos já ampliaram muito, já estão usando muito esse sistema, e eu não entendi ainda por que o Brasil ainda está segurando, não deixa entrar... Talvez nós venhamos a descobrir. Nesta Comissão sei que há pessoas muito qualificadas – temos agora uma juíza. Nós vamos descobrir os interesses de quem está amarrando, nessa área, o crescimento do nosso País.

Senador Arolde, eu queria dizer ao senhor que nesta Comissão, devido à importância que tem, quem vai fazer com que os holofotes, como o senhor falou, venham para cá é o nosso trabalho, é a nossa dedicação e o nosso interesse. Estou vendo aqui, pelas falas, pessoas qualificadíssimas, entendidas, com experiência. Não sou o dono da razão, entendo um pouco, gosto dessa área. Não sei se, no dia em que tomei posse, falei aqui para vocês que as três Comissões que foram passadas para o meu Partido, o PP, para que a gente viesse a optar, foram Educação, Agricultura e Ciência e Tecnologia. Quanto à agricultura, vocês sabem que o meu Estado, Goiás, é um Estado do agronegócio; sobre a educação não é preciso nem falar da importância que tem; mas eu vi nessa área de ciência, tecnologia, inovação e telecomunicações o momento do Brasil. É o momento de nós avançarmos bastante, depois desses anos em que nós ficamos parados, sem investimentos em pesquisa, em ciência, quase zero, quase nada. Os outros países estão aí crescendo e se desenvolvendo.

Na minha fala no Senado Federal, Senadora Selma, eu citei alguns exemplos. É comum a gente falar: fui aos Estados Unidos, fui à Europa, e lá é assim, assim, assado. Citei exemplos de países...

Seja bem-vindo, Senador Chico Rodrigues, de Roraima, do meu querido Estado de Roraima.

É comum a gente citar exemplos: fui aos Estados Unidos, fui à Europa, e lá é assim, assim e tal. Estou procurando visitar agora, ultimamente, países que foram destruídos, países que não eram considerados nem terceiro mundo, como o Vietnã, que virou cinzas na guerra com os Estados Unidos e que, de repente, resolveu investir na educação, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geração de emprego e renda, tecnologia. Confesso para vocês: eu saí de lá muito preocupado com o nosso País. A gente está falando tanto que vamos crescer agora 3% ano... Eu ouvi a fala do Ministro, dizendo que neste ano vamos crescer 3% ao ano. Nós temos de ser realistas! Se nós crescermos 3% ao ano... De que jeito? Não tem energia! Nem o dever de casa nós fizemos! Nem o dever de casa nós fizemos. Então, nós precisamos, através da ciência, tecnologia e inovação, trazer para o nosso País...

Eu vejo aqui... Para vocês terem uma ideia – eu já estou encerrando a fala – a trave que é para se fazer uma PCH no nosso País e o potencial, Chico, que há de geração de energia através das PCHs de meio mega, um mega – a PCH vai até 30 megas... E a nossa legislação também é muito confusa. Nós temos uma PCH no Rio Caiapó, em Rio Claro, aqui em Goiás – esqueci, mas acho que é Rio Caiapó mesmo –, que é um projeto maravilhoso. Ela teria condições de ir a 40 megas, mas, se ela passar de 30, o imposto é tão alto que não compensa colocar 40. Ela está jogando fora 10 megas de potencial de energia, e há apagão por todo lado. Então, são essas coisas que a gente tem que começar a observar na nossa legislação, porque ela está travando.

Esta nossa Comissão é muito importante e chamar para o debate vai ser muito importante, porque a gente vai começar a ajudar a destravar este País e ele voltar a crescer, gerando emprego, gerando renda e, com isso, gerando impostos para o Governo tocar os projetos, principalmente os projetos sociais.

Então, com esta fala, eu quero agradecer a presença de todos e dizer que está encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos!

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu gostaria de cumprimentar o Presidente, meu amigo Senador Vanderlan Cardoso, e a Senadora Selma Arruda, que acaba de ser eleita Vice-Presidente por aclamação.

E eu gostaria, Presidente, apenas de adiantar, de anunciar que, pela importância que tem o Ministério da Ciência e Tecnologia, pela importância que tem esta Comissão, pelos programas que estão formatados na cabeça do Ministro Marcos Cesar Pontes – eu posso dizer, porque temos uma convivência quase cotidiana com ele –, vou apresentar um requerimento na próxima reunião para que nós o convidemos para vir aqui fazer uma explanação de todos os programas que transversalmente se encontram no alcance dessa demanda reprimida da Nação em termos de ciência, tecnologia e inovação.

Ele está com a cabeça fresca em relação a todos esses programas e, pela sua capacidade de articulação, pelo seu conhecimento e pelo seu prestígio também – por que não dizer? –, seria muito interessante. E acho até que seria casa cheia, porque os programas que ele está desenvolvendo no Ministério, suportando inclusive aquelas demandas que foram recomendadas pelo Presidente Jair Bolsonaro – ele nos dizia isso... Seria muito interessante a presença dele aqui logo neste início. Há vários programas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. se referiu à questão do crescimento, de 2,5%, 3%, sem nós termos inclusive energia suficiente para que haja este *output* no crescimento do nosso País. E, na questão da energia, vêm as fontes alternativas, a energia eólica, vem a energia solar, enfim, e tantas outras alternativas que nós temos. Obviamente isso vai fazer com que a nossa economia dê esse salto, mas, se não houver realmente esses investimentos, claro que nós não podemos sonhar.

Então, eu gostaria de deixar esse registro aqui, parabenizar a Mesa e dizer que tenho certeza de que serão dois anos profícuos aqui de muito trabalho na nossa Comissão.

Um grande abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Chico.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Confúcio Moura, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixa de comparecer o Senador Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Aprovada por aclamação a eleição do Senador Mecias de Jesus como Presidente e do Senador Zequinha Marinho como Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Mecias de Jesus

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/26>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com Revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2019/2020.

Foram registradas até o momento as seguintes indicações:

Para Presidente: Senador Mecias de Jesus, PRB de Roraima.

Para Vice-Presidente: Senador Zequinha Marinho, do PSC do Estado do Pará.

Não tendo sido registrada outra chapa, consulto os membros se concordam em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Coloco em votação por aclamação os nomes dos Senadores Mecias de Jesus para Presidente e Zequinha Marinho para a Vice-Presidência desta Comissão Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Declaro eleitos por aclamação os Senadores Mecias de Jesus para Presidente e Zequinha Marinho para Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro.

Convido o Senador Mecias de Jesus para ocupar o seu lugar aqui à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Caros colegas, eu quero agradecê-los pela confiança em mim depositada para presidir esta Comissão, uma comissão que eu considero importante e todos nós consideramos importante. O Senado criou esta Comissão exatamente para propor e para discutir ações que, no futuro, possam trazer desenvolvimento para o nosso País e, consequentemente, para os nossos Estados.

Nós estamos aqui ao lado com a Comissão de Assuntos Econômicos debatendo e discutindo nomes para a Presidência do Banco Central e mais três diretorias, portanto, eu quero já pedir aos colegas aqui, sugerir as quintas-feiras para reunirmos a Comissão Senado do Futuro. O que os senhores acham, às 10 horas da manhã, às 11 horas da manhã às quintas-feiras?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Mecias de Jesus, nosso Presidente, com muita honra, desejo tudo de bom nesta tarefa, assim como também ao Senador Zequinha Marinho, grande pró-vida brasileiro.

Acredito que esse trabalho que V.Exas. estão fazendo, de buscar o DNA, o histórico desta Comissão importante, desta Comissão que pode muito contribuir para que trilhem novos caminhos aqui no Senado, aprimoremos, discutamos o Brasil, eu acredito que o caminho é do diálogo, é de a gente trazer pautas importantes. Contem comigo, sou soldado e gostaria demais de colaborar.

Sobre a sugestão da data, se pudesse ser na quinta-feira – está marcado quinta às 9 horas a CDH –; se pudesse ser na quinta, às 11 horas da manhã, eu acredito que daria para a gente poder desenvolver um trabalho bacana aqui na Comissão Senado do Futuro. É uma sugestão que fica para os presentes e desejo tudo de bom e muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Pelo ligeiro olhar que tive aqui com os colegas Senadores, sua sugestão está aprovada: quintas-feiras, às 11 horas da manhã.

Esta Comissão foi proposta para debater temas como cidadania e novas formas de relações sociais, governança global, geopolítica e conflitos. Democracia, representação política e novos arranjos político-institucionais. Paradigmas futuros da economia. Fronteiras da ciência, educação, conhecimento e informação. Exploração do espaço e novas fronteiras do universo. Tecnologia e enfrentamento dos problemas sociais. Evolução do Direito, moral, ética, religião e comportamento humano. O futuro da arte e da cultura. Meio ambiente, recursos naturais, energia e escassez.

Portanto, Sras. e Srs. Senadores, está instalada a Comissão Senado do Futuro. Quero agradecer a todos os colaboradores, servidores do Senado Federal e dizer que vamos precisar muito do apoio de todos para desempenharmos esta missão que é importante para todos nós e é importante para o Brasil.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Major Olímpio, Alvaro Dias, Leila Barros, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Dário Berger, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Paulo Paim e Selma Arruda. Deixa de comparecer o Senador Marcelo Castro. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** A Comissão decidiu pela prejudicialidade da matéria em razão da aprovação do Projeto de Lei nº 550 de 2019. **Observação:** A votação da matéria foi realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 2, de 2019** que: "Nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a esta douta Comissão de Meio Ambiente que seja convidado o Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para que compareça a este colegiado a fim de prestar informações acerca das diretrizes e dos programas prioritários sob a responsabilidade da pasta." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Projeto de Lei nº 550, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com as emendas nº 1-T e 8-CCJ/CMA, nos termos da subemenda nº 1-CCJ/CMA; com a emenda nº 2-T, nos termos da subemenda nº 1-CCJ/CMA; com a emenda nº 3-T, nos termos da subemenda nº 1-CCJ/CMA e com as emendas nº 4-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCJ/CMA a nº 7-CCJ/CMA e nº 9-CCJ/CMA a nº 16-CCJ/CMA. Na subemenda nº 1-CCJ/CMA à emenda nº 3-T, onde está escrito "Inclua-se o seguinte inciso VI ao art. 16 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, na forma do art. 1º do PLS nº 550, de 2019, e da emenda nº 3-T:" leia-se "Inclua-se o seguinte inciso III ao § 3º do art. 16 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, na forma do art. 1º do PL nº 550, de 2019, e da emenda nº 3-T:". **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 3, de 2019** que: "Requeiro com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente destinada a debater o tema segurança de barragens." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 4, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 215, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que especifica em relação à fiscalização de barragens de rejeitos de mineração, em especial quanto à situação fática apresentada pela Prefeitura do município de Pedra Branca do Amapari-AP." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/27>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia colegas.

Vamos iniciar a reunião, por gentileza. Atenção! Vamos iniciar a reunião.

Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de fevereiro de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Por gentileza, pediria que abrissem o painel.

Enquanto reiniciam o computador, eu queria agradecer a colaboração dos colegas, o empenho da CCJ, à Presidente Simone Tebet, pessoa que vem desempenhando com brilhantismo a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, aos colegas que tiveram sensibilidade de entender que o tema é relevante e que pode ser feita a reunião, esta reunião da Comissão de Meio Ambiente aqui, aproveitando o quórum.

E, antes de mais nada, minha gente, eu quero fazer uma homenagem. Eu pediria por gentileza, por respeito, um minuto de silêncio. Peço um minuto de silêncio pela morte do ambientalista Paulo Nogueira Neto. Ele deixou três filhos e seis netos. Ele faleceu na segunda-feira, aos 96 anos, na residência dele, em São Paulo.

Nogueira Neto teve uma longa trajetória ligada à preservação da natureza, preocupou-se com a preservação da Amazônia e defendeu-a – e também a do Cerrado. Sua atuação foi reconhecida com prêmios e homenagens pelo Brasil e pelo mundo. Neto dizia que, nos anos 50, era possível reunir todas as pessoas que se interessavam pelo meio ambiente em uma Kombi – todas as pessoas que se interessavam pelo meio ambiente, era possível reunir em uma Kombi.

Felizmente, o pioneirismo dele e de mais valorosos ambientalistas ampliou muito esse público. Somos muito mais. Em uma das suas últimas entrevistas, foi perguntado: "O que o senhor gostaria de dizer aos jovens?". Ele respondeu: "Que continuem lutando pelo meio ambiente, que ainda está longe de ser muito bom, para que se torne realmente bom".

Muito obrigado! Obrigado, Nogueira Neto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência, vamos proceder ao Projeto de Lei do Senado 224, de 2016.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2016****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com emendas

Nesse sentido passo a palavra ao nobre Relator para se pronunciar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sr. Presidente, vem à análise desta Comissão e, devido à nossa celeridade, deixa eu tentar aqui... Aliás, eu acho – Presidente, me permita aqui, preliminarmente – que a urgência com que o Senado Federal está a tratar desse tema, inclusive em ato inédito e necessário aqui neste Senado Federal, ser suspensa uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça após analisar os projetos de iniciativa de S. Exa., Senadora Leila Barros, e de S. Exa., Senador Lasier Martins, encaminhar, ato contínuo, à Comissão de Meio Ambiente para análise do projeto que lá já estava, do Senador Ricardo Ferraço, a celeridade, a excepcionalidade com que o Senado Federal está a dar essa resposta ao Brasil possibilitou algo inédito, Presidente e Sras. Senadoras e Srs. Senadores desta Comissão.

O algo inédito é que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras hoje estão excepcionalmente mais rápidos do que a consultoria e assessoria das duas Comissões. Ou seja, eu vou iniciar aqui a leitura dos relatórios, tentando, de próprio tom aqui, sintetizar o que veio da Comissão de Constituição e Justiça com o relatório do Senador Ricardo Ferraço, enquanto nos chega aqui o parecer final de voto que está sendo preparado neste momento pela Comissão de Meio Ambiente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro quero fazer este cumprimento aos Senadores autores da matéria, à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Meio Ambiente, porque a nossa celeridade foi mais rápida que os consultores e assessorias desta Casa. Então, cumprimento...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nobre Relator, me permite um aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por uma questão de coerência e até mesmo para atendimento do que foi deliberado pela Comissão de Constituição e Justiça, nós temos que deixar claro, quanto à relatoria do Senador Randolfe no Projeto 224, agora – como não houve essa manifestação; eu, como Presidente, estou me manifestando –, para que seja conjuntamente analisado e relatado por V. Exa. o 550, que acabou de ter sido deliberado com brilhantismo pelo Senador Anastasia e cuja Relatora é a Senadora Leila. Então, esse relatório, me permita, V. Exa. deverá fazer englobando os dois projetos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E acabou de chegar aqui o relatório quentinho, saindo do forno, então vamos a ele.

Vem à análise desta Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei 550, de 2019, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens e a Lei nº 9.443, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no exercício de sua atribuição de zelar pela implantação do Plano Nacional da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Estava ainda em análise nesta Comissão, em decisão terminativa, ao qual juntamos, o Projeto de Lei do Senado 224, de 2016 de S. Exa., o Senador Ricardo Ferraço, que alterava também Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens e a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, também de alteração do mesmo diploma já citado do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O objetivo desta proposição, como já dito, é a alteração dos diplomas supracitados.

O PL foi estruturado em quatro artigos.

O art. 1º cuida das alterações na Lei nº 12.334, de 2010. Inicialmente, promove-se pequeno ajuste redacional no inciso IV do art. 1º, que faz remissão ao dispositivo pertinente à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

classificação das barragens — enquanto a lei em vigor se refere ao art. 6º, o correto é a referência ao art. 7º, conforme previsto na proposição.

Mediante a alteração do art. 2º, pretende-se aperfeiçoar as definições dos termos “barragem” e “empreendedor”, bem como acrescentar as definições de “acidente” e “desastre”.

A proposição modifica, ainda, o art. 3º, inciso I, para prever, dentre os objetivos da PNSB, a garantia de observância de padrões de segurança de barragens, de maneira a reduzir a possibilidade de acidente ou desastre, bem como minimizar as suas consequências.

O PL também altera o art. 4º, pertinente aos fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, para prever a responsabilidade civil objetiva do empreendedor por danos decorrentes de falhas da barragem.

O art. 5º, que cuida dos órgãos competentes para fiscalizar a segurança das barragens, é igualmente alterado, destacando-se a inclusão da entidade responsável pela fiscalização da pesquisa, da lavra e da industrialização de minérios nucleares, quando se tratar da disposição final ou temporária de rejeitos desses minérios.

A proposição também inclui dois novos instrumentos na PNSB — o Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens e os guias de boas práticas em segurança de barragens —, mediante alteração do art. 6º da Lei nº 12.334, de 2010.

Na modificação do art. 7º, o PL introduz alteração na classificação das barragens. Além de prever a classificação pelo órgão fiscalizador — e não pelos agentes fiscalizadores —, a proposição também restringe a classificação por “categoria de risco” e por “dano potencial associado”, excluindo a classificação pelo volume da barragem.

No art. 8º da Lei nº 12.334, de 2010, a proposição introduz obrigações ao empreendedor relativas ao Plano de Segurança da Barragem, como manter atualizado e operacional o PNSB até a completa desativação da barragem e tornar disponível ao órgão fiscalizador o PNSB antes do início do primeiro enchimento do reservatório. Nas barragens com alto potencial de dano associado, o PNSB deve ser validado por profissional independente e de notória especialização em segurança de barragens, caso solicitado pela entidade fiscalizadora.

O PL também acrescenta dispositivos ao art. 12, especialmente para estabelecer que os órgãos de proteção e defesa civil e a população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do Plano de Ação de Emergência. Ademais, institui que, antes do início do enchimento da barragem, o empreendedor deverá: (i) instalar equipamentos de alerta de emergência e sinalização de rotas de fuga e de pontos de encontro; (ii) realizar audiência pública para apresentação do PAE; (iii) promover treinamento de evacuação com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população da área potencialmente afetada; e (iv) divulgar à população o contato para oferecimento de denúncias relacionadas à segurança da barragem. Por fim, prevê que os procedimentos de evacuação em caso de emergência previstos no PAE serão coordenados pelos órgãos de proteção e defesa civil das áreas atingidas ou potencialmente afetadas pelo acidente ou desastre.

O Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens é aperfeiçoado mediante a inclusão de dois novos parágrafos no art. 13. O primeiro prevê que o sistema manterá informações sobre incidentes e acidentes de barragens, enquanto o segundo estipula que o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil manterá canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens, informando ao respectivo órgão fiscalizador eventuais inconformidades.

O art. 16, pertinente às competências do órgão fiscalizador, também é alterado pela proposição. Substitui-se o termo “fiscalização” por “inspeção”, além de se exigir a contratação de seguro ou apresentação de garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre. Prevê-se, ainda, a necessidade de elaboração, anualmente, do Plano de Fiscalização de Barragens, que deve contemplar, no mínimo, as ações fiscalizatórias previstas e os meios materiais e humanos necessários para sua execução. Outra inovação é a exigência de o empreendedor disponibilizar na rede mundial de computadores as informações básicas das barragens sob sua fiscalização, bem como o relatório e a data das fiscalizações realizadas.

A proposição também prevê novas obrigações do empreendedor, mediante alteração do art. 17. Além de aperfeiçoar as obrigações previstas nos incisos VI e VII, incluindo sete novas, dentre as quais se destacam a necessidade de instrumentar a barragem de forma a permitir o monitoramento de sua estabilidade remotamente em tempo real, o acionamento automático de alarmes em caso de emergência e o envio automático de alerta ao empreendedor, ao órgão do SINPDEC e ao órgão fiscalizador em caso de incidente; e a necessidade de contratação de seguro ou apresentação de garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre, nas barragens. Prevê, ainda, que todos os empreendedores deverão contribuir para o custeio da segurança da barragem, caso haja mais de um empreendedor.

O PL cria, ainda, um novo capítulo na Lei nº 12.334, de 2010, pertinente às infrações e respectivas sanções. No art. 17-A, define como infração administrativa o descumprimento das obrigações estabelecidas nos arts. 12 e 17 da própria Lei. Institui, por meio do art. 17-B, as seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multa simples; (iii) multa diária; (iv) embargo da barragem ou atividade; e (v) demolição ou descomissionamento da barragem. Fixa, no art. 17-C, limites





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o valor da multa, sendo no mínimo R\$1 mil e no máximo R\$50 milhões. Estabelece condutas criminosas relacionadas à segurança de barragens nos arts. 17-E e 17-F, com pena de até cinco anos de reclusão.

Nas disposições finais e transitórias da Lei, a proposição altera a redação do art. 18, § 2º, para dispor que, quando a omissão ou a inação do empreendedor provocar risco de acidente ou desastre, o órgão fiscalizador deverá informar a situação à Prefeitura do Município onde se situa a barragem e aos órgãos do SINPDEC, que poderão executar ações de prevenção.

O art. 2º do PL modifica o art. 35 da Lei nº 9.433.

O art. 3º estipula que a garantia financeira ou o seguro de que trata a Lei nº 12.334, de 2010, para barragens existentes, deverão ser apresentados no prazo de dois anos.

Por fim, prevê-se a entrada em vigor imediata da lei resultante da aprovação da proposição.

No prazo regimental, foram oferecidas três emendas, todas de autoria de S. Exa., o Senador Lasier Martins.

Em seguida, apresentamos cinco emendas.

A Emenda nº 1 tem por objetivo proibir a instalação de barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos de mineração pelo método de alteamento a montante, em razão da maior vulnerabilidade a rompimentos quando comparada às demais técnicas existentes. Prevê, ainda, a desativação das barragens licenciadas e já instaladas que utilizem ou tenham utilizado esse método de alteamento, após o vencimento da licença ambiental.

A Emenda nº 2, por sua vez, visa a obrigar o empreendedor, caso se trate de barragem classificada na categoria de alto risco, a remover e a realocar, no prazo máximo de 45 dias contados da data de classificação, às suas expensas, os ocupantes, moradores ou não, das áreas potencialmente afetadas em situação de emergência. Deve-se, ainda, garantir as condições para a continuidade das atividades desenvolvidas pelos ocupantes do local original.

A Emenda nº 3 proíbe a instalação de barragens à distância inferior a dez quilômetros a montante de comunidades, moradias, edificações ocupadas ou corpos hídricos utilizados para abastecimento humano.

Também fica proibida a ocupação humana e a construção e a instalação de moradias, refeitórios, estruturas administrativas e operacionais e qualquer outro tipo de edificação, bem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como de estradas e demais vias de acesso a distância inferior a dez quilômetros a jusante de barragens, exceto quando estritamente necessárias à operação do empreendimento.

A Emenda nº 4 estabelece os critérios para indenização devida pelo empreendedor no caso de falhas da barragem, definindo que o valor será calculado em função da extensão do dano e do potencial econômico do infrator, admitido o afastamento cautelar das funções dos responsáveis.

A Emenda nº 5 eleva os parâmetros da multa aplicada por infração à legislação, passando o mínimo para R\$10 mil e o máximo para R\$10 bilhões.

A Emenda nº 6 busca criminalizar a conduta daquele que elaborar ou apresentar ao órgão fiscalizador relatório de Revisão Periódica de Segurança de Barragem ou de inspeção regular ou especial, total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão; e de quem deixar de cadastrar e manter atualizadas as informações relativas à barragem no SNISB, que é o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

A Emenda nº 7 tem como objetivo determinar o prazo de um ano ao empreendedor para contratar seguro ou apresentar garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre, nas barragens de categoria de risco alto e dano potencial associado alto, e contratar seguro ou apresentar garantia financeira para custear a desativação das barragens destinadas à disposição final ou temporária de resíduos industriais ou de rejeitos de mineração.

Por fim, a Emenda nº 8, no mesmo sentido da Emenda nº 1, proíbe as barragens de rejeitos construídas pelo método de alteamento a montante – só para ilustrar o tipo de barragem que foi resultado dos últimos graves desastres ambientais de que o Brasil teve conhecimento – e determina o prazo de até 18 meses para sua desativação, na forma de plano de segurança e desmobilização, que deverá ser estabelecido por decreto. Além disso, prevê que, durante o prazo de desativação, as barragens deverão ser inspecionadas diariamente pela autoridade pública competente.

O PL recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e vem a esta Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa. Cabe à Comissão de Meio Ambiente, nos termos dos Regimento Interno, essa atribuição.

Quanto ao mérito, são inegáveis a alta qualidade e a oportunidade desta proposição.

O projeto remodela o marco jurídico da mineração brasileira, reforçando a segurança da exploração mineral e enfatizando a responsabilidade de todos os envolvidos na cadeia econômica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho feito pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a relatoria do Senador Antonio Anastasia, aprimorou e aperfeiçoou o projeto de iniciativa da eminente Senadora Leila Barros.

O acolhimento das emendas e das ideias veiculadas em outros projetos em tramitação na Casa permitiu a elaboração de um projeto abrangente, de alta qualidade técnica e que vai, sob vários aspectos, contribuir para evitar novos desastres como os que ocorreram em Mariana e Brumadinho.

Feitas essas breves considerações, solidarizamo-nos com todas as vítimas dessas duas tragédias, acrescento mártires da causa ambiental no Brasil e para que tragédias desse tipo nunca mais voltem a acontecer – acreditando que, com a aprovação deste projeto, casos semelhantes não voltarão a se repetir.

Ante os motivos expostos e passando para o voto, Sr. Presidente, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 550, de 2019 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, bem como das Emendas nºs 6 a 8, da Comissão de Constituição e Justiça.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sr. Presidente Fabiano, tem certas circunstâncias como essa de hoje em que nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, me desculpe, só para concluir. Também fica acrescentado... (*Fora do microfone.*)

Perdão. Também ficam acatadas, na 4ª Reunião Ordinária realizada nesta data – a Comissão aprovou o relatório do Senador Antonio Anastasia –, passa a constituir o parecer da CCJ favorável ao projeto também com as Emendas nºs 1 e 8-CCJ, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, nº 2... Nos termos da Subemenda nº 1-CCJ e 3-T, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, com as Emendas nºs 4-CCJ a 7-CCJ e 9-CCJ a 16-CCJ. Só para concluir de fato o relatório com todas as emendas aprovadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe, eminente Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Meus cumprimentos.

Senador Randolfe, Presidente Fabiano, eu estava começando a dizer, Presidente e colegas Senadores, que há certas ocasiões em que nós podemos ter orgulho do Senado Federal. Hoje é um dia desses, porque 34 dias, apenas 34 dias depois da tragédia de Brumadinho, nós estamos aqui, concluindo, estamos aqui votando terminativamente esse projeto de lei tão inspirado pela Senadora Leila, na manhã de hoje, com relatório admirável pela síntese do Senador Antonio Anastasia e completado agora pelo trabalho do Senador Randolfe. Foi uma conjugação de esforços maravilhosa, porque, por tudo que vimos, pela relatoria do Senador Anastasia e pela complementação agora do Senador Randolfe, pelas emendas que foram acolhidas do Senador Randolfe, da Senadora Eliziane e pelas minhas três. Nós temos um projeto de lei altamente qualificado.

Então, Sr. Presidente Fabiano, nós estamos dando uma resposta legislativa num tempo recorde. E só esperamos que a Câmara dos Deputados seja também agora bastante ágil, porque a população brasileira, a sociedade brasileira, estava precisando dessa iniciativa. Afinal nós temos essa missão de aprimorar as regras de proteção da sociedade brasileira. E nós estamos aqui hoje, em apenas 34 dias, desempenhando esse trabalho, inclusive atribuindo os méritos a quem os teve, porque foi lembrado aqui o nome de Ricardo Ferraço, que nós não tivemos, não o temos de volta aqui, mas que foi um competente Senador da República, e o trabalho que ele nos deixou foi aprimorado pelo Senador Anastasia, pelas emendas, pela complementação do trabalho do Senador Randolfe.

Então, eu queria fazer esse registro, porque hoje é, repito, um daqueles dias de glória do Senado e de orgulho para nós que o integramos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Lasier.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para completar ainda no voto, quero só reiterar a contribuição aqui do Senador Ricardo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferraço, que foi precursor nesse debate. Aliás, é o primeiro projeto que foi aqui debatido, ainda no ano passado. Muito bem lembrado. Nós o fizemos aqui no início da exposição desse relatório. Inclusive, Sr. Presidente, V. Exa. havia originalmente me designado relator dessa matéria, do projeto do Senador Ricardo Ferraço, mas, como o projeto da Senadora Leila Barros, as emendas que apresentamos na Comissão de Constituição e Justiça, as emendas que o Senador Lasier Martins também apresentou foram acatadas pelo Senador Anastasia, e para efeitos da tramitação e da correta e boa técnica legislativa, o nosso voto também se conclui pela aprovação do PLS 550, da Senadora Leila Barros, com as alterações aqui propostas e pela prejudicialidade do PLS 224, de 2016, do Senador Ricardo Ferraço.

Destaque-se, faço questão de destacar que a prejudicialidade do PLS 224 não é pelo seu mérito, é porque todas as preocupações do PLS 224 já foram contempladas na CCJ. Então, faço questão aqui de registrar o vanguardismo, inclusive nós poderíamos ter tido já há algum tempo aqui, no Congresso Nacional, esse diploma legal, se anteriormente o projeto original, do Senador Ricardo Ferraço, tivesse sido aprovado.

É somente esse registro para termos de técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Otto, para a sua discussão e deliberação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato, eu queria, primeiro, destacar aqui o compromisso da Senadora Leila Barros com esse projeto de lei, que é muito importante.

Eu fui Presidente desta Comissão de Meio Ambiente. Nos primeiros dois anos cheguei aqui, lutei muito pela preservação ambiental, sobretudo na produção de água e preservação das florestas. Fizemos várias reuniões aqui. E hoje, eu que conheço bem o meu País, sobretudo o meu Estado, devo dizer que não há um país no mundo mais irresponsável com o meu ambiente, irresponsável, com o meio ambiente, com as águas do que o Brasil. Não pode haver igual.

A minha luta na minha época era muito em função da preservação da principal bacia hidrográfica para a produção e oferecimento de água ao Nordeste brasileiro, que é o Rio São Francisco, que é um rio de uma função determinante para hoje os Estados receptores das suas águas, principalmente o Estado do Ceará, o Estado da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Agreste de Pernambuco, de Alagoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lutei muito por isso e trabalhei bastante pela revitalização do Rio São Francisco. Quando eu percebi e vi essa situação grave que acontecia em Minas Gerais, do Estado do Senador Carlos Viana, com as dificuldades que a população enfrentava, eu lá atrás já alertava sobre essa questão de preservação dos rios.

Esse desastre de Brumadinho, é doloroso saber que são 350 vítimas, pessoas que perderam a vida no desastre de Brumadinho, uma coisa de total irresponsabilidade da Vale, porque não é possível que uma empresa como a Vale faça uma barragem – e um barragem só se faz numa bacia – e se coloque à frente da barragem toda a estrutura administrativa dessa barragem, coloque lá o refeitório à frente da barragem, coloque lá a administração à frente da barragem. E por que não nos altos, nos lados da bacia? Sabe por quê? Porque teria que fazer um investimento para levar uma estrada até o alto e custaria mais caro.

Então, é uma irresponsabilidade muito grande. Além das vítimas, das pessoas que morreram, o desastre ambiental no Rio Paraopeba é uma coisa assim que ninguém pode imaginar. Para se ter uma ideia, Senador, recebi ontem uma avaliação da taxa de oxigênio dissolvido no Rio Paraopeba. É uma coisa em que não há condição alguma de ter vida, nem aquática, nenhum tipo de vida pode haver. Está em torno de 1,6mg de oxigênio por litro, o mínimo necessário é de 8mg, e está em 1,6mg, ou seja, é lama pura, absolutamente lama pura.

Portanto, esse rio que é um dos principais afluentes do São Francisco na margem direita – que corre paralelo ao Rio das Velhas, que é o mais caudaloso – vai ser um rio morto. Em 30 anos, não vai levar água saudável para o povo de Minas Gerais. São 16 ou 18 cidades ou Municípios que estão sem abastecimento de água.

Agora, estamos aprovando uma matéria que já deveria ter sido feita em Mariana. Na época, não aconteceu, porque o *lobby* funcionou aqui dentro do Senado Federal, do Congresso Nacional, para impedir. Mas agora eu creio, como falou o Senador Lasier Martins, que é uma data importante, esta data de hoje, para mostrar que mudou aqui e que nós vamos punir aqueles que estão levando a vida de tantas pessoas, trabalhadores.

Essa questão do Rio São Francisco me choca profundamente. Eu o conheço desde que tinha 15 anos de idade, ribeirinho. Então, ver o rio lá atrás, há quase 55 anos, saudável, vivo, e vê-lo morto hoje, e vê-lo morto em Minas, porque, se ele morrer em Minas, morre o Nordeste; se o rio morrer em Minas morre o Nordeste, porque as águas do Rio São Francisco, 75% são formadas em Minas Gerais. Quando ele entra na Bahia, em Carinhanha, ele já entra com 75% das suas águas formadas. Ele recebe só na Bahia hoje, Srs. Senadores e Senadoras, o Rio Carinhanha, o Rio Corrente, que nasce em Correntina, na Bahia, e o Rio Grande. Todos os outros da Bahia morreram, todos morreram: morreu o Paramirim, morreu o Rio Verde, morreu o Rio Paulista. Todos da margem direita morreram pelo desmatamento inconsequente. Em Minas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gerais, no ano de 2016, um dos principais rios de Minas Gerais, o Rio Jequitaiá – o Senador Carlos Viana o conhece – secou pela primeira vez, e era um rio perene. Ele secou pela primeira vez ao ponto da Codevasf projetar uma barragem para o Rio Jequitaiá parar, porque não tinha mais água, e ele morreu, foi morto, pelo desmatamento, para cortar as florestas.

Quando eu vejo alguém cortar uma árvore secular na beira da nascente é meio que cortar o meu coração, porque está destruindo a capacidade das futuras gerações terem o direito de beber água, porque é um bem que ninguém pode substituir. Há algum bem que substitua água? Nenhum. Se faltar energia pelo petróleo, há a eólica, há a solar, há todo tipo, há a biomassa, há a hidrelétrica, mas se faltar água ninguém bebe. E o Nordeste brasileiro, com a transposição de R\$14 bilhões, se não houver responsabilidade do Governo de fazer a revitalização do Rio São Francisco, vão morrer de sede esses Estados do Nordeste todo, inclusive porque o ser humano precisa, minimamente por ano, de 800m³ de água para haver condição mínima de beber, cozinhar e tomar um banho de vez em quando. A Paraíba tem só 300m³ *per capita*/ano; o Agreste de Pernambuco 400m³; Alagoas a mesma coisa. Então, o Nordeste é dependente do Rio São Francisco.

Portanto, esse crime é um crime contra as futuras gerações, que vão precisar de água, esses Estados receptores. E matar um rio afluente como é o Paraopeba é o mesmo que matar um nordestino daqui a 10, 15, 20, ou 30 anos.

Portanto, quero destacar a sua sensibilidade, Senadora Leila, assim como a do Randolfe, a do Anastasia. E nós temos que levantar neste Senado Federal uma bandeira em defesa do meio ambiente, ou então as futuras gerações estarão todas condenadas pela falta de água para suprimento humano, animal, industrial e geração de energia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, permita-me, antes do próximo orador, só um rápido encaminhamento para não termos comprometimento de quórum? Eu acho que nós poderíamos abrir o painel para que os colegas Senadores e Senadoras possam já exercer a votação enquanto a lista de oradores segue.

É o encaminhamento que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Os colegas que tiverem algo contra... Para mim, acho extremamente produtivo para não comprometer o quórum.

Então, vamos continuar. Com a palavra o Senador Confúcio Moura para... Perdão, Carlos Viana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado.

Primeiro quero dar um abraço a todos os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, está iniciada a votação, painel aberto para a votação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e meus cumprimentos aos que chegaram aqui para a discussão neste Comissão. Nós já estávamos anteriormente na Comissão de Constituição e Justiça acompanhando a leitura do relatório. E quero falar da minha alegria em estar chegando ao Senado, Presidente Fabiano, num momento tão importante, como disse o Senador Lasier Martins e, na sequência, o meu Líder Otto Alencar, o Senador capoeira, que é lutador de capoeira lá naquelas ruas e vielas, nas quebradas do Pelourinho, com quem tenho aprendido grandemente.

Do Rio Paraopeba, hoje, não se pode beber e nem retirar água para absolutamente nada. Há uma determinação de que ele deve ser evitado em todos os aspectos.

E aqui quero dar os parabéns a Leila, que deu uma sacada rápida no desengavetamento desse projeto, como boa jogadora. Medalha de ouro não é à toa, já desengavetou!

Parabéns ao Senador Randolfe pelo trabalho e ao Senador Anastasia.

Há alguns aspectos que vou elaborar aqui rapidamente que são importantes para nós em Minas Gerais. O primeiro deles, Senador Marcos do Val, Senador Jean Paul Prates, todos que estão aqui, delegado Alessandro: cidade de Mariana, em 2015, teve um desastre com 19 mortos na Barragem de Fundão. A empresa não continuou o pagamento da contribuição federal sobre exploração mineral, deixou o Município numa penúria absurda, e o prefeito bateu de porta em porta, tanto que nós vivemos uma situação ambígua, estranha. Nós tínhamos os mortos, tínhamos o medo, mas os comerciantes com as lojas vazias e a população sem dinheiro, e o medo do desemprego. Vejam bem a situação.

O segundo ponto é sobre essa questão do dinheiro, das multas. O Governo anterior, na administração anterior, recolheu mais de R\$1 bilhão em multas e nem sequer aplicou um tostão lá na área de Mariana; deixou a região toda à mercê e à míngua.

Esse projeto corrige isso de uma maneira muito firme, e quero aqui manifestar a minha satisfação, dar os meus parabéns a esse trabalho.

Na questão das multas, a própria Vale, por exemplo, entrou na Justiça. E, Senador, veja bem, toda a indenização que eles haviam pago anteriormente na expressão de boa vontade – que era o que eles diziam: "nós estamos dispostos a corrigir" –, a Vale adiantou para as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, agora eles estão tentando deduzir do valor das indenizações judiciais, ou seja, não havia boa vontade nenhuma da Vale em absolutamente nada. Havia sim, naquele momento, apenas o desejo de limpar a imagem de uma empresa que foi irresponsável na gestão de seus ativos.

Isso também é corrigido aqui neste ponto. As multas têm de ser obrigatoriamente aplicadas na região afetada. O que é muito bom.

Outro ponto dentro da questão do meio ambiente, que é do Senador Lasier – e eu estiver enganado, o Senador Randolfe pode me corrigir –, é a previsão de retirada das comunidades que possam ser atingidas por algum desastre. Nós já deveríamos ter isso pronto desde 2015. Já que nós sabíamos que todas as barragens que estavam em risco, que nós tínhamos o acidente que nos ensinou, mas que, infelizmente, não aprendemos, essas comunidades já deveriam ter sido retiradas e todo um trabalho deveria ter sido feito para proteger as vidas das pessoas, mas não foi isso que aconteceu.

Nós temos lá hoje 310, números confirmados, entre desaparecidos e mortos em Brumadinho de uma lição que nós perdemos em 2015 e que, agora, estamos corrigindo.

Eu acredito, Senador Fabiano, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que nós vamos caminhar para o fim de todas as barragens de rejeitos em nosso País, porque nós não temos só rejeito de minério de ferro: nós temos urânio, metal, tudo no sul de Minas; nós temos arsênio e mercúrio em Paracatu, que é outra margem importante, outro afluente do Rio São Francisco que nós precisamos olhar.

Então, a nossa tendência, e nós vamos caminhar nisso, é proibirmos. A mineração é bem-vinda? É, ela está entre as quatro principais pautas da exportação brasileira. Só em Minas, são 250 mil empregos. São importantes? São, mas o que vale mais: o lucro ou a vida daquelas pessoas que estavam lá? Então, nós vamos caminhar para a proibição de toda a barragem de rejeito, fazer como na Inglaterra hoje, como na Austrália, e como no próprio Canadá, que também já caminha para isso: proibir barragem de rejeito e transporte de minério por água ou geração de lama.

A nossa contribuição será agora olhar para o futuro. Neste momento damos uma resposta muito firme, fiscalizando com mais rigor e com regras mais firmes, mas o futuro ainda precisa ser discutido para que a gente possa voltar a dormir em paz em nosso País.

Meus parabéns, Senador Randolfe. Mais uma vez parabéns à Leila pela proposta e parabéns a esta Comissão por estar aprovando essa decisão, que o povo de Minas Gerais espera com muita ansiedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura, para as suas considerações.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Randolfe, demais Senadores presentes, depois das palavras muito bem encaixadas do Senador Otto Alencar, as nossas palavras serão complementares.

Já tinha ouvido V. Exa., Senador, numa entrevista na TV Senado, em que o senhor abordou, com extrema competência, eloquência e consistência em seus pontos de vista, justamente isso. Eu quero me somar às suas teses, de ser um preservacionista respeitoso, preservar florestas, preservar rios.

Eu estive em Foz do Iguaçu, uma temporada atrás, e lá há um projeto interessante chamado Plantando Águas. Lá, onde 18 Municípios já tinham secado seus igarapés, seus riachos, suas nascentes, vivendo de pequenas plantações de fumo ou soja, o próprio empreendimento Foz do Iguaçu está financiando os Municípios para retomar e recuperar as nascentes e os fios d'água necessários para abastecer a grande represa.

Então, a tragédia nos une. E a Senadora Leila, brilhante e oportunamente, apresentou esse projeto no pico da tragédia, quando todo o povo brasileiro chorou. Todo o povo brasileiro sentiu-se ofendido, gravemente ofendido no seu coração. Ela encaixa seu projeto que se junta ao de Ricardo Ferraço, brilhante Senador do Espírito Santo, protagonista de tudo isso, ela ajunta agora, apensa o dele ao seu, e prevalece o dela, por ser mais completo, com o relatório do Senador Randolfe, e eu fico extremamente satisfeito.

Eu falo isso para os senhores e as senhoras, porque eu passei pelo Executivo municipal e estadual e quase não ganho a eleição desse ano, porque eu criei reservas, protegi nascentes de rios, puni invasores, desmatadores... Logicamente, um grande grupo de oportunistas fizeram um *lobby* pesado contra a minha candidatura, mas finalmente consegui resultado.

Nós vamos continuar debatendo esse tema aqui, fortemente, encaixando também, Senador Randolfe, essa tese proposta aí, em momentos de campanha, de entusiasmo, de extinção de órgãos ambientais, de leis ambientais, em que se dispensariam, inclusive, as licenças ambientais previstas no art. 225, que fala claramente que qualquer obra ou serviço que potencialmente possa ser danoso ao meio ambiente exige estudo de impacto ambiental e o consequente relatório. Como é que nós vamos rasgar o art. 225 da Constituição para acelerar, irresponsavelmente, licenciamentos assim, à bancarrota, por *lobbies* de A, ou B, ou C? Isso realmente é inaceitável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui médico de garimpo por muitos anos, e em rejeitos e represas de exploração da cassiterita, que é o estanho, lá em Rondônia. Dez anos eu fui médico, carteira assinada, dentro desses ambientes. Eu assisti ao espetáculo de Serra Pelada. Todo mundo viu aquela dantesca situação e tantos outros garimpos também não legalizados, que existem pelo Brasil afora, altamente impactantes. E, assim também, lá no meu Município, onde resido, há o maior garimpo de cassiterita do mundo – do mundo. Todo nessa situação que vocês estão vendo aqui, praticamente sem licenciamentos ambientais.

Então, por aí eu acho que esse projeto da Senadora Leila vem como uma flecha no coração, pela sua oportunidade e pelo momento adequado de dizer um basta a tudo isso. Louvo as palavras de V.Exa., Senador Otto, e as do Senador mineiro Carlos Viana, brilhantemente expostas aqui. E vocês têm um aliado novato, aqui agora, e velho novato. *(Risos.)*

O velho novo no meio de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira, para suas considerações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Muito brevemente, Presidente, eu me somo às palavras dos colegas, especialmente às palavras do vizinho Otto Alencar. Sergipe também sente os efeitos de cada vez que há uma redução no Rio São Francisco, e são efeitos dramáticos.

Mas eu quero essencialmente destacar dois pontos, meu caro Senador Fabiano. O primeiro deles foi a demonstração clara, plena, de que esta Casa Legislativa tem toda a capacidade para tratar de diversos assuntos ao mesmo tempo. Falo isso por conta de uma tendência que há, uma imposição de mercado, de investidores, em se traçar uma pauta única imposta pelo Executivo. E esta Casa mostra, com muita clareza, que tem toda a condição de dar resposta ativa e qualificada às demandas da sociedade. Então, eu fico muito feliz por participar deste momento.

E outro ponto que me chama muito a atenção é a questão da chamada nova política. Aproveito este espaço, com colegas tão experientes presentes, para ressaltar que a nova política é esta. Não é nova na cara; é nova nas práticas, na presteza, na realização daquilo que a sociedade demanda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fico muito feliz em somar palavras, somar esforços a pessoas com a experiência de um Otto Alencar, nessa luta por um Brasil mais consciente, mais solidário e mais feliz. Então, muito obrigado por estar participando deste problema aqui, deste momento, desta resolução de problemas. Fico muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Alessandro.

Eu quero deixar claro também para você que eu me sinto extremamente feliz por fazer parte de um conjunto de pessoas que tem, efetivamente, um compromisso com aquilo que eu reputo que é o mais importante, que é o bem-estar da população. E, para isso, nós temos que preservar o meio ambiente, doa a quem doer. E, se depender de mim, enquanto Presidente desta Comissão, como está no nosso Hino Nacional, "verás que o filho teu não foge à luta".

Nós estaremos aqui, Senador Otto, Senador Carlos Viana, Senador Alessandro, Senadora Leila, enfim, todos os colegas, contam comigo como aliado nessa luta, que é um dever de todos, porque ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas transformá-la.

E, como bem disse Thiago de Mello, nós não temos caminho novo; o que temos de novo é o jeito de caminhar.

Eu fico muito feliz de fazer parte deste grupo aqui no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Muito obrigado, Presidente Fabiano.

É uma satisfação estreitar nesta Comissão com um projeto tão importante, e quero destacar a agilidade e a eficiência da Senadora Leila Barros, cumprimentá-la por essa iniciativa, uma providência inadiável e que nos leva a refletir sobre algo que é muito importante na atividade pública.

Eu considero uma qualidade indispensável para o bom servidor público a capacidade de se antecipar aos fatos. Muitas vezes, nós corremos com atraso. Neste caso, nós fomos sacudidos por uma tragédia. E por isso legislamos rápida e eficientemente. Mas nós precisamos aprender a nos antecipar aos fatos.

O que ocorreu em Minas Gerais não foi apenas um hediondo crime ambiental. Muito mais do que isso, trata-se de um crime doloso, que implica a necessidade de responsabilização civil e criminal. Não há como não oferecer uma punição exemplar aos responsáveis por essa tragédia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, existem tragédias inevitáveis, *tsunamis*, furacões, nevascas etc., mas essa tragédia era perfeitamente evitável. E, aliás, o alerta se fez. O Senador Carlos Viana, que é de Minas Gerais, sabe que, na metade do ano passado, um Deputado, Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, afirmava peremptoriamente que ocorreria uma tragédia com o rompimento dessa barragem, de Brumadinho. E nenhuma providência se adotou para evitar que o Brasil assistisse a esse deprimente espetáculo, trágico, que produziu, em meio a um mar de lama, um verdadeiro mar de lágrimas, com perdas irrecuperáveis.

Certamente, Sr. Presidente, o gesto da Senadora Leila Barros, acompanhado por todos os Senadores que contribuíram, como Lasier Martins e outros, com emendas, os Relatores, que procuraram aprimorar esse texto, tem essa noção da responsabilidade de nos anteciparmos a fatos.

Quando se prega punição rigorosa diante de um crime como esse, que ocorreu em Minas Gerais, o objetivo não é a vingança, não é a represália; o objetivo é o exemplo, para evitar que novos acontecimentos lastimáveis ocorram à frente, em razão da nossa omissão, da nossa inoperância, da nossa leniência. Tornamo-nos coniventes certamente.

Eu vejo que, nesse drama vivido em Minas Gerais, comunicadores do rádio e da televisão responsabilizaram também o Poder Legislativo, alegando que há ausência de uma legislação mais rigorosa.

Nós sempre responsabilizamos a legislação e, muitas vezes, quando as aprovamos, geramos falsa expectativa, porque não basta a legislação. É preciso o cumprimento da lei, o respeito à legislação vigente. E, no Brasil, os males ocorrem, as tragédias acontecem, muitas vezes, muito mais em razão do descumprimento da lei, da ignorância em relação à legislação existente, do que propriamente da ausência de uma legislação competente.

Nós temos que aprender com as tragédias, sim, lamentamos profundamente, mas não podemos nos omitir mais. A omissão é um pecado grave e nos torna cúmplices de crimes que ocorrem cotidianamente no nosso País. Queremos que as lágrimas derramadas não sejam em vão.

E eu, Carlos, tive a oportunidade de contemplar as maravilhosas montanhas mineiras, sobrevoando-as de helicóptero durante a campanha eleitoral. Ficava impactado ao olhar, à frente, a riqueza, a prosperidade. Milhões de dólares de minérios naquelas montanhas. E milhões de toneladas já foram exportadas, produzindo milhões de dólares. No entanto, lá embaixo, a pobreza, a miséria, o infortúnio e a depredação ambiental, a depredação ambiental autorizada pela autoridade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse gesto, que pode ser um gesto simples, da aprovação de um projeto aqui, nesta Comissão de Meio Ambiente, se constitui também num exemplo de que é possível, sim, a autoridade pública ser responsável, ser ágil, ser célere e se antecipar a fatos, para evitar tragédias como as que ocorreram em Mariana e Brumadinho.

Parabéns, mais uma vez, a Leila Barros, aos Relatores, ao Randolfe, ao nosso Presidente. Conte conosco nesta Comissão também a partir de hoje, meu caro Presidente Fabiano.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – E tenho a certeza absoluta de que o Brasil, que tanto se decepçiona com este Congresso Nacional e, notadamente, com este Senado, que tem a sua imagem no chão, jogada muitas vezes pela ausência de ética, pela irresponsabilidade de alguns, certamente hoje o Brasil aplaude o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

E eu quero, só complementando, estou pedindo um segundo do tempo dos senhores: é muito importante isso que o senhor falou, mas é necessário que as autoridades públicas – e, aí, envolve o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário – assumam efetivamente também o seu papel, porque está expresso no Código Penal, no art. 29, que diz que quem, de qualquer forma, concorre para o crime incide nas mesmas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. E mais ainda: no art. 13, §2º, quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, a obrigação de proteção, vigilância e cuidado. Nós temos que responsabilizar a todos, independentemente de ser pessoa física ou jurídica, porque essa garantia já é constitucional.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, Sr. Presidente Fabiano, Senador Randolfe, amigos aqui da Comissão, não dá para comemorar, mas dá para sentir uma ponta de esperança, porque o nosso trabalho, aqui... Conseguimos, como o Senador Lasier Martins e tantos outros falaram aqui – o Senador Otto, Carlos Viana, Alvaro Dias, Alessandro, Confúcio... Quero agradecer a todos. O sentimento que eu tenho, neste momento, é de muita gratidão.

E, aí, eu não posso deixar aqui de enaltecer o trabalho das assessorias da Casa e da minha equipe, a Assessoria Legislativa. Quero agradecer também ao Senador Ricardo Ferraço,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque todas as contribuições que estão dentro do projeto, do PLS 550, vieram obviamente inspiradas pelo 224, do Senador Ricardo Ferraço.

Na verdade, no meu segundo dia de Legislatura aqui, eu me sentei com a minha equipe e, indignada com tudo que aconteceu, eu pedi para que eles, junto com a Assessoria da Casa, buscassem os projetos que viabilizavam, que trabalhavam o tema. E, aí, construímos esse projeto, eu quero dizer a todos, a várias mãos. Então, ao Senador Lasier, ao Senador Ricardo Ferraço, Randolfe, Eliziane, enfim, a todos, a todos, de coração, eu quero agradecer a compreensão, a parceria, porque é assim que nós temos que fazer política neste País. Não é polarizando ideias, não é separando blocos, mas, acima de tudo, trabalhando, dando respostas...

(Interrupção do som.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ...
objetivas e rápidas... *(Fora do microfone.)*

... à nossa população.

Então, quero agradecer como mulher, como mãe, porque várias mulheres morreram ali, várias mulheres perderam filhos, maridos...

Nós não vamos conseguir amenizar a dor dessas pessoas que passaram pela tragédia de Mariana, três anos atrás, e agora a de Brumadinho, há 34 dias. Mas nós estamos dando uma resposta à sociedade brasileira de que nós vamos cumprir com nosso compromisso, a partir do momento em que nós fomos eleitos, que é cuidar da segurança dessas pessoas que moram perto de barragens e da segurança da população brasileira. Então, quero agradecer humildemente a todos.

O dever não está completo, porque está indo agora para a Câmara dos Deputados, e espero, sinceramente, faço um apelo, em nome de todos os Senadores, para que a Câmara corra o mais rápido possível em dar respostas – o Congresso – para a população brasileira e, principalmente, para as pessoas que foram afetadas nesses dois desastres, porque nós estamos respondendo não há 34 dias; demoramos uma resposta de mais de três anos. Nós estamos dando hoje, não só com a nova Legislatura, mas com a nova forma de se fazer política.

E eu agradeço a todos os pares, a todos os Senadores, de todos os partidos, por essa resposta que nós estamos dando à sociedade brasileira.

Obrigada. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria, na verdade, de um esclarecimento do Relator Randolfe.

Eu conversava, agora há pouco, aqui, com o Senador Otto, e ele me dizia que o projeto trata das barragens de rejeitos. E eu aqui, pela minha leitura, entendo que são todas as barragens hídricas. É isso mesmo ou não? Porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os diplomas que estamos votando aqui... Aliás: o projeto de lei original, da Senadora Leila Barros, altera a legislação que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens e a Lei 9.433, que cria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ou seja: a legislação que estamos alterando aqui altera os dois diplomas legais para todos os tipos de barragens e também sobre a atuação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é, para todo tipo de barragem.

Eu gostaria de fazer uma indagação, até para esclarecimento aqui de todos aqueles que estão votando, porque a Emenda 3 proíbe a instalação de barragens a distância inferior a 10km a montante de comunidades, moradias, edificações ocupadas ou corpos hídricos utilizados para abastecimento humano. A indagação que eu faço aqui é se temos, por exemplo, a necessidade de fazer uma barragem pequena para reserva hídrica, para abastecer a água de uma comunidade ou de uma cidade, e isso é muito comum. Isso está sempre acima. Até há a necessidade, exatamente para que a água possa vir, às vezes, até por...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... por queda natural.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Com isso...

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Só para eu esclarecer...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, está bom. Eu vou completar o meu raciocínio aqui depois. Pode terminar, pode terminar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É só para poder esclarecer a V.Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O.k., sem dúvida nenhuma. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para esclarecer a V.Exa...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, Senador Randolfe, eu só quero completar, porque às vezes, numa comunidade, você precisa de uma pequena represa.

Existe, por exemplo, no caso, e eu quero aqui exemplificar, em Cuiabá, Mato Grosso. Lá foi uma discussão muito grande, porque nós tivemos lá uma grande enchente na cidade, na década de 70, que destruiu parte da nossa capital. E foi, na época, discutido bastante se uma obra de engenharia... Depois de muitas discussões, chegou-se à conclusão de que se deveria fazer uma barragem acima da cidade, para fazer o controle de enchentes, da perenidade do Rio Cuiabá, e, claro, o aproveitamento também múltiplo. Além disso, a geração de energia, que era muito pequena – não se justificava o investimento só com geração de energia –, mas, além disso, também foi feita lá toda a parte de turismo com a barragem, e muito grande inclusive, porque se trata... O objetivo daquela barragem era muito mais fazer um reservatório, uma grande caixa d'água, para abastecer a cidade. E a nossa capital, Cuiabá e Várzea Grande, por mais 400, 500 anos, nós não teremos problema de reservação de água para o abastecimento da população.

Por exemplo: Manaus. É uma cidade, uma capital que está toda ela com água em volta, e lá há um problema sério, porque toda a água é contaminada pelo esgoto da cidade e tudo o mais.

Então, no caso especificamente, essa barragem garante o abastecimento de água da cidade, de várias cidades, além de todas essas atividades.

Então, essa é a minha preocupação, independentemente do tamanho que seja a barragem. Pode ser uma barragem pequena, para abastecer uma comunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma indagação que eu gostaria de saber, se isso aqui não vai impedir um caso como esse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Senador Wellington...

Presidente, com a sua concessão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas esclareço, viu, nobre Relator Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... que, por exemplo: agora, com a questão de Brumadinho, nos causou uma preocupação, porque também, se essa barragem se romper, é claro que ela vai destruir muito mais a cidade. Inclusive, outras barragens existem no Brasil, com esse objetivo, e, é claro, a preocupação com a segurança de qualquer barragem é fundamental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Senador Wellington, só a título de esclarecimento: essa emenda, no original, realmente, é no sentido que V. Exa. coloca. Entretanto, com a competência e o talento, na Comissão de Constituição e Justiça, do Senador Anastasia, ela foi acatada na forma de uma subemenda, com a seguinte redação, se assim me permita: "Restringir ou proibir a ocupação e a realização de atividades em áreas situadas na zona de alto salvamento, cabendo ao empreendedor arcar com as indenizações devidas".

Então, sobre a área – a respeito da distância aqui estabelecida –, foi estabelecido como limite a chamada Área de Alto Salvamento, que é uma área diferente da que está na emenda. E, obviamente, a definição dessa área fica a critério do órgão fiscalizador.

Então, só para esclarecer, quanto ao texto final que foi aprovado: realmente a emenda era nesse texto, e essa foi a emenda apresentada originalmente – inclusive essa emenda era de minha autoria –, mas o Senador Anastasia, na CCJ, fez o devido ajuste.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então V. Exa. entende que, com a redação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sim, sim...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ...perfeita, não haveria esse problema de impedimento total. Não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

Veja: até a preocupação de V. Exa. está contemplada no ajuste de redação dado pelo Senador Anastasia na CCJ, quando altera a área para Zona de Alto Salvamento. Ou seja, a área que já é conhecida e que é delimitada pelos órgãos fiscalizadores para ser proibida a instalação de barragens.

Ou seja: a área não é a que está na emenda. É a Área de Alto Salvamento, que já é estabelecida pelos órgãos fiscalizadores.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perfeito.

Espero que esteja realmente perfeito, porque, aí... É exatamente essa a interpretação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque é o seguinte... A preocupação de V. Exa. procede...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É cuidar da vida das pessoas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... e a água é imprescindível à vida. Então, nós não podemos privar, amanhã, uma cidade de ser abastecida com a água...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A preocupação de V. Exa. procede, mas veja que, no texto original, a emenda da preocupação de V. Exa. dizia o seguinte: "Proíbe a instalação de barragens a distância inferior a 10km". Quanto a essa distância, no texto da CCJ alterado pelo Senador Anastasia, fica estabelecida como área a Zona de Alto Salvamento. Ou seja: não é a distância inferior de 10km. É uma distância bem menor, que, no entender, possibilita o atendimento da preocupação estabelecida por V. Exa. e, ao mesmo tempo, assegura que não tenhamos mais a instalação de barragens próximas de áreas em que seja impossível, posteriormente, o salvamento de pessoas em casos de acidentes, em casos de rompimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perfeito, Sr. Presidente.

Eu quero, aí, chamar bastante a atenção dos técnicos, porque, às vezes, uma vírgula muda muito. Nós temos o exemplo aqui de Brasília.

Quando foi construída essa hidrelétrica, o lago de Brasília tinha muito mais a finalidade de cuidar do meio ambiente. Brasília, se não fosse essa barragem, o lago, conseqüentemente seria praticamente impossível para as pessoas viverem aqui no mês de agosto. Tanto é, que temos problema com as escolas, que têm que liberar os alunos devido à seca tão alta, tão forte, que causa, inclusive, problema de saúde pública.

Então, eu acho que com esses aspectos nós temos que tomar cuidado, porque, às vezes, uma barragem pode representar inclusive todo um ecossistema, toda a condição de qualidade de vida da população.

É essa a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Wellington, pelas suas considerações.

Por fim, concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado.

Pedi a palavra não para tomar o tempo de vocês, mas para ratificar o registro e a homenagem também ao trabalho do nosso colega anterior, Senador Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Desculpe-me interrompê-lo um minuto, Senador. É só para deixar claro que, na sequência, ao término da sua fala, estará encerrada a votação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Perfeito.

Então, esse trabalho, através de várias emendas, e através da relatoria até, aqui nesta mesma CMA, na Legislatura anterior. Então, é para registrar esse trabalho junto ao projeto de lei anterior.

Quero dizer também que deixei aí um requerimento extrapauta de uma proposta de audiência pública sobre esse assunto das barragens, propondo até que seja feita no dia 14 de março ou ao longo do mês de março, devido a um grande movimento universal, mundial, em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

relação a barragens, inclusive pugnando pela eliminação completa delas, de forma gradual, obviamente, ao longo do tempo, no mundo, especialmente das barragens de rejeito.

Então, é para deixar apenas definida essa audiência pública, que visaria a planos e metas, a mitigação de riscos, rumar para a eliminação dessas barragens, de forma gradual. Enfim, é um plano organizado preventivo, para que a gente não esteja só tratando das tragédias após elas acontecerem e que possamos já partir para a prática, em relação à prevenção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Está encerrada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, desculpe-me. Se V. Exa. me permite... Permita-me só uma sugestão a esta Comissão.

Este diploma que estamos votando hoje é da máxima importância. Então, a preocupação que aqui foi inclusive levantada por colegas é que esta matéria é urgente para o Brasil. Ela não pode dormir nas gavetas da Câmara dos Deputados.

Então, uma sugestão, se V. Exa. me permite, aos colegas da Comissão que estiverem aqui, é que ainda amanhã, nós – V. Exa., na companhia dos autores do projeto, dos relatores do projeto e dos membros desta Comissão de Meio Ambiente e dos membros da Comissão de Constituição e Justiça que assim desejarem e da Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e do Presidente do Senado – possamos nos dirigir até a Câmara dos Deputados, para levarmos o projeto, em mão, ao Presidente Rodrigo Maia e pedir a ele celeridade na votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço as considerações.

Por mim, como Presidente, acho extremamente positivo, simbólico, e até mesmo uma demonstração de proximidade e de harmonia com a Câmara Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Quando e a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Será informado oportunamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Acho que consultaríamos o melhor horário, do Presidente da Câmara, para nós irmos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Bom, está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado. (*Palmas.*)

O resultado: 13 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Passo a proceder à leitura da decisão da Comissão ao PL 550, de 2019:

A Comissão de Meio Ambiente aprova o Projeto de Lei 550, de 2019, com as Emendas nºs 1-T e 8-CCJ/CMA, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ/CMA; a Emenda nº 2-T, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ/CMA, e as Emendas nº 4-CCJ/CMA a nº 7-CCJ/CMA, e nº 9-CCJ/CMA a nº 16-CCJ/CMA.

Em 27 de fevereiro de 2019.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

Ah, ainda não terminou. (*Pausa.*)

Agora passaremos ao item 1 da pauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2016**- Terminativo -**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com emendas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para leitura de relatório.) – Excelência, pela prejudicialidade, obviamente, em decorrência da aprovação do PLS 550, que já contempla todas as preocupações do Senador Ricardo Ferraço, não sem antes fazer todas as homenagens devidas ao trabalho feito pela Comissão Especial de Barragens, aqui do Senado Federal, constituída logo após o acidente de Mariana e que resultou no PL do Senador Ricardo Ferraço que inspira a matéria que acabamos de aprovar aqui, na Comissão de Meio Ambiente, de autoria da Senadora Leila Barros.

Então, pela prejudicialidade do PLS 224, em decorrência da já aprovação do PLS 550.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Randolfe.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Ah, desculpe-me! O senhor vai falar mais uma vez. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Fica prejudicado o PLS 224/2016, em virtude da aprovação do PLS 55/2019.

Com a palavra a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Ansiosa, não é? Ô pessoa ansiosa! *(Risos.)*

Sr. Presidente, mais uma vez, é só reiterar os meus agradecimentos ao Senador Ricardo Ferraço, ao Jorge Viana; quero agradecer também ao brilhantismo do Senador Anastasia e à atitude do Senador Randolfe, hoje, entendendo a importância de a gente tramitar a matéria o mais rápido possível e dar uma resposta. Quero agradecer demais ao seu altruísmo, ao seu espírito público. Estou grata demais, Senador Randolfe.

Também quero agradecer à Simone Tebet e ao senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Como eu falei, foi um trabalho em equipe, um trabalho conjunto, de todos nós, Senadores. Mais uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez, eu gostaria de reiterar isso a essas pessoas, porque, quando você começa a agradecer, às vezes se esquece de alguns nomes, mas quero agradecer o brilhantismo desta Casa nesta manhã.

Obrigada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu gostaria de aqui parabenizar o Senador Randolfe, que já é um Senador experiente, e, em nome daqueles que já estão há mais tempo aqui na Casa, parabenizar vocês, que estão chegando: a V. Exa., como Presidente desta Comissão, à Senadora Leila, que já chega atuando de forma bastante expressiva... E, às vezes, as pessoas perguntam: "Aquele delegado vai cuidar só da área da segurança? A Leila vai cuidar só da área de esporte?".

Veja bem como é importante a renovação, a capacidade de reoxigenação, aqui, de todas as ideias. Ou seja, que são novos que entram... O Senador Jorge Viana, por exemplo, eu estava inclusive vendo um depoimento dele, a competência... Tudo isso vai ajudar a que o Senado da República, o Congresso Nacional, mas eu acho que, em especial, Senador Randolfe, o Senado da República, é claro, porque somos aqui a Casa Revisora, a Casa da moderação.

Mas, sem dúvida nenhuma, o talento daqueles que chegam com nova energia, com novos pensamentos, faz com que a gente tenha essa proatividade em começo de mandato, já dando resposta à população.

Como apontei aqui a nossa preocupação, tenho certeza de que o que vale aqui é a ideia e, principalmente, a vontade de todos nós, de estarmos preocupados com a vida das pessoas, com a qualidade do meio ambiente, para que a gente possa promover uma vida saudável à vida das pessoas e também dos animais. Eu sou médico veterinário e aqui falo também com todo o cuidado que a gente tem que ter com a convivência dentro de um ambiente saudável. Por isso, essa questão do meio ambiente é fundamental.

Às vezes, muitos radicalizam, colocando posições de que esse é contra demais ou é a favor demais. Não. Eu acho que a gente tem que ter o equilíbrio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Na questão do meio ambiente, o importante é o equilíbrio. Tendo o equilíbrio, tendo o bom senso, com certeza haveremos de produzir trabalhos legislativos como os que estamos fazendo aqui.

Então, quero parabenizar toda a Comissão em nome do nosso jovem Presidente Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Não tenho procuração dos demais colegas novatos, mas, na certeza de uma coisa que eu tenho observado nos colegas que estão chegando agora – eu nunca exerci um mandato político na minha vida. Eu tenho orgulho de falar que sou delegado de polícia há 26 anos e sou professor na graduação de Direito Penal e Processo Penal na Universidade de Vila Velha – é que uma das melhores virtudes que eu reputo que um ser humano deve ter é a humildade, e isso o senhor pode ter certeza de que vocês, que já estão aqui há algum tempo, vão encontrar em nós, novatos. Mas um dos piores pecados para mim é a vaidade.

Então, eu acho que passou da hora de entendermos que nós estamos, independentemente de sigla partidária, imbuídos com o mesmo propósito, o propósito de uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, e que respeite, na sua integralidade, o meio ambiente.

Passamos agora ao item 2:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2019**- Não terminativo -**

Nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a esta douta Comissão de Meio Ambiente que seja convidado o Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para que compareça a este colegiado a fim de prestar informações acerca das diretrizes e dos programas prioritários sob a responsabilidade da pasta.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha preocupação é: eu quero entender o que o Ministro do Meio Ambiente propõe a curto, médio e longo prazo, com quais políticas públicas ele está se comprometendo no início deste Governo, no âmbito federal.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem requeira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, o requerimento extrapauta do Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra o autor, para a leitura.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

Haja vista a chegada do dia 14 de março, que é o Dia Internacional da Luta contra as Barragens, estamos propondo esta audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, destinada a debater o tema da segurança de barragens, com a presença de vários convidados, incluindo do Ministério do Desenvolvimento Regional, Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Mineração, Movimento dos Atingidos por Barragens, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, enfim, representantes da sociedade.

Então, consideramos oportuna e imprescindível a realização da audiência pública, a fim de debater a segurança das barragens existentes e, como eu disse, sair do debate apenas pós-tragédia e começarmos, imediatamente, o debate do futuro e da convergência, rumo à eliminação gradual desses instrumentos de contenção de resíduos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Srs. Senadores, comunico o recebimento do seguinte expediente:

Memorando 11, de 2019, da Presidência do Senado, sobre questão relacionada à vistoria de barragens no Amapá, conforme documentos enviados ao Senado, anexados ao memorando, quais sejam: Ofício 45, de 2019, gabinete da Prefeitura Municipal de Pedra Branca; Ofício 55, de 2018, gabinete da Prefeitura; Ofício nº 70, de 2018, gabinete/SRDNPM/MP, Amapá (Departamento Nacional de Produção Mineral, Superintendência Regional do Amapá); Despacho nº 064, de 2018 – SGTMFAM/DNPM/ANP, Amapá.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação dos interessados por parte dos Senadores, membros da Comissão.

Nesse sentido, já tomei a liberdade de propor um requerimento de informações, porque aqui a demanda é terminar a realização de vistoria e expedição de laudo técnico que ateste as condições físicas das barragens de contenção de resíduos de mineração do Município. São cinco barragens de rejeitos de mineração (minério de ferro, Itabirito, três barragens de minério de ouro). *(Pausa.)*

Então, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 215, I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações relativas à seguinte situação fática:

Em 31 de janeiro de 2018, a Prefeitura de Pedra Branca do Amapari, Município do Estado do Amapá, preocupada com o ainda recente rompimento da barragem mineira de Mariana, que, além de ter vitimado pessoas inocentes, também passou a ser o maior desastre ambiental do País, solicitou à Superintendência Regional da Agência Nacional de Mineração providências acerca das barragens localizadas no Estado do Amapá, a fim de – abro aspas – “determinar a realização de vistorias, inspeções e expedição de laudo técnico, que aponte com precisão as condições físicas da barragem de contenção de resíduos de mineração da empresa Zamin Amapá Mineração S/A” – fecho aspas.

Em resposta, o Departamento Nacional de Produção Mineral informou não ter condições de atender à demanda solicitada, visto que o único servidor que tratava do assunto havia falecido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quase um ano após a referida solicitação, a tragédia ocorrida em Mariana voltou a se repetir, desta vez com um incontável número de pessoas mortas e desaparecidas em Brumadinho. Entretanto, o pleito da Prefeitura do Município de Pedra Branca do Amapari permanece sem solução, pelo injustificável fato de que apenas um servidor seria o responsável por realizar vistorias, inspeções, e expedir laudo técnico acerca das condições físicas das barragens de resíduos de mineração.

Face ao exposto, a bem do conhecimento público e da transparência, para que tragédias humanas, sociais e ambientais como as ocorridas nos Municípios mineiros de Mariana e de Brumadinho nunca mais se repitam, é essencial que sejam respondidas, dentro do prazo constitucional, as perguntas abaixo formuladas, quais sejam:

1 - Quantas são as barragens de rejeitos de mineração existentes atualmente no Brasil? Qual o tipo de minério autorizado em cada empreendimento? Qual é o método de alteamento utilizado em cada uma das barragens?

2 - Onde estão localizadas as barragens? Listar por Estados e Municípios.

3 - Qual é o grau de risco de rompimento que cada uma dessas barragens oferece atualmente?

4 - Quantas barragens de rejeitos de mineração foram fiscalizadas nos últimos cinco anos? Quais?

5 - Quantas barragens de rejeitos de mineração possuem planos de contingência em caso de rompimento?

6 - Qual foi o orçamento destinado à fiscalização de barragens de rejeitos nos últimos cinco anos? Quanto deste orçamento foi executado no mesmo período? Caso o orçamento não tenha sido utilizado em sua totalidade em algum dos anos, quais motivos justificam essa opção?

7 - Quanto ao caso ocorrido no Município amapaense de Pedra Branca do Amapari, conforme relatado acima, questiona-se:

a) Dado o risco a que vidas humanas, fauna e flora estejam submetidas, qual razão justifica manter apenas um servidor qualificado para realizar vistorias, inspeções, expedir laudo técnico acerca das condições físicas das barragens de rejeitos de mineração na localidade?

b) Mesmo após a maior tragédia ambiental ocorrida no Brasil, no Município mineiro de Mariana, quais medidas o Departamento Nacional de Produção Mineral e a sua sucessora, a Agência Nacional de Mineração, adotaram quando do falecimento do único servidor qualificado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o trabalho técnico de vistoria, inspeção e emissão de laudo acerca das condições físicas das barragens de resíduos de mineração do Estado do Amapá?

c) Passado mais de um ano após a solicitação da Prefeitura municipal de Pedra Branca do Amapari, que pleiteava a realização de vistoria nas barragens de rejeitos de mineração da região, o órgão técnico permanece sem servidor qualificado para a fiscalização? Por quais motivos?

d) Considerando que a demora do Poder Público pode custar vidas e danos ambientais irreversíveis, em que prazo a Agência Nacional de Mineração realizará vistoria técnica que aponte com precisão as condições físicas da barragem de contenção de rejeitos de mineração de empresa Zamin Amapá Mineração S/A, localizada no Município de Pedra Branca do Amapari, em atendimento ao pedido formulado pela prefeitura municipal à ANM, em 31 de janeiro de 2018?

Sala das sessões, em 27 de fevereiro de 2019.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Lasier Martins, Major Olímpio, Leila Barros, Marcos do Val, Jaques Wagner, Telmário Mota, Jayme Campos, Selma Arruda, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à audiência pública interativa, atendendo ao requerimento REQ 3/2019 - CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates, com a finalidade de debater a segurança de barragens. Foram convidados: Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Sr. Victor Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos; Sr. Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização, representando a Agência Nacional de Águas - ANA; Sr. Carlos Bernardo Vainer, Professor-Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Sr. Leandro Scalabrin, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH; Sr. Iury Charles Paulino Bezerra, Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Sr. Rafael Silveira, Coordenador-Geral de Estudos e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional. Antes das exposições, o Presidente lê participações dos cidadãos feitas via Portal e-Cidadania. Após as exposições, usam da palavra os senhores deputados Mauro Nazif e Léo Moraes, de Rondônia. Resultado: audiência pública realizada com participação dos oito expositores. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/14>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentações dos convidados e participações dos cidadãos disponíveis em:

<http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=15107>

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/14>

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema segurança de barragens, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2019, da CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

Quebrando um pouco o protocolo, eu quero agradecer o comparecimento de todos, de toda plateia, da população que está aqui. Àqueles que não me conhecem eu quero dizer que não tenham dúvida de que se eu estou aqui é porque acredito numa sociedade mais justa, fraterna e igualitária; é porque eu acredito que em um dia nós vamos ter um meio ambiente sendo tratado como efetivamente merece; é porque eu acredito que em um dia as pessoas vão entender que topograficamente o meio ambiente está situado dentro dos direitos humanos e que atinge uma universalidade de pessoas.

Eu acredito, sim, que em um dia nós vamos ter a responsabilização tanto civil quanto administrativa e criminal, conforme preceitua desde a Constituição Federal, no art. 225, que foi uma inovação, estabelecendo a possibilidade de condenação criminal de pessoa jurídica em crime ambiental, que é a Lei 9.605. Eu acredito muito nisso. Mas para isso é necessário que esta Casa de leis comece a ter uma postura muito mais proativa e incisiva.

Enquanto Deus me der vida e saúde e eu estiver presidindo esta Comissão, não tenham dúvida de que "verás que um filho teu não foge à luta".

Eu quero agradecer e quero também enaltecer um Senador que de longe eu observava há muito tempo e sempre o admirava. E quis Deus que ele fosse também escolhido como Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Jaques Wagner, que nos honra com sua larga experiência – você pode ter certeza – como Governador do Estado da Bahia, como Deputado Federal, como Ministro, mas acima de tudo como pessoa humana...

Há pessoas que passam na vida da gente e não é preciso que você os conheça há muito tempo para saber quem realmente são. Pode ter certeza de que eu tenho muito orgulho de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer parte desta Casa de leis tendo você ao meu lado. E, comigo, aqui nós estamos lado a lado. Pode ter certeza disso.

Eu quero parabenizar o Senador Jean Paul por essa iniciativa. Espero aquilo que Platão falava, que a sabedoria está na repetição. Eu quero contaminar os Senadores deste Senado Federal a abraçar o meio ambiente, a lutar, porque essa luta é de todos! E fico triste quando nas Comissões ela não é realizada, porque não há quórum ou porque alguns Senadores, com todo respeito, acovardam-se diante da sua função constitucional e para aquilo, que pelo sufrágio universal, a população os credenciou. Mas eu tenho fé em Deus que comigo aqui, juntamente com o Senador Jaques Wagner e com a atuação do Jean Paul, tentaremos mudar isso. Nós estaremos aqui persistentes.

E quero convocar a sociedade civil, as ONGs, as organizações, o Ministério Público a nos ajudarem. É esse apelo que eu faço. Vamos fazer essa corrente do bem, essa corrente que vai garantir aquilo que já está expresso na Constituição Federal, que o meio ambiente é um direito de todos e é dever do Estado; e infelizmente o próprio Estado é o principal violador desses direitos, e por vezes, por omissão, esta Casa de leis.

Eu aprendi, no banco da faculdade, que a gente erra, peca e comete crime não só por ação, mas também por omissão. Aliás, isso está expresso no art. 13, §2º, alínea "a" do Código Penal, quando ele diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Perdão pelo desabafo. E, só para dar continuidade, formalmente foram convidados a participar para debater aqui o Ministro do Desenvolvimento Regional; a Agência Nacional de Águas; a Agência Nacional de Mineração; o Movimento dos Atingidos por Barragens; o Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União; o Sr. Leandro Gaspar Scalabrin, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; a Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; e o Sr. Carlos Bernardo Vainer, professor titular da UFRJ.

Eu quero, desde já, com humildade, falar que tenho muito orgulho de recebê-los aqui. E podem ter certeza de que todos vocês dignificam e muito a honrada classe dos seres humanos, tendo esse trabalho árduo, corajoso, com afinho e determinação. Podem ter certeza de que aqui todos vocês terão vez e voz, não tenham dúvida disso.

Eu não me submeteria a presidir esta Comissão se não fosse para fazer um trabalho sempre em defesa do meio ambiente, podem ter certeza. Eu sei que muitos daqui não me conhecem, eu nunca fui político, este é o meu primeiro mandato. Mas podem ter certeza de que eu não vou decepcionar a população capixaba nem tampouco a população brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu gostaria de convidar o Senador Jean Paul Prates para assumir a presidência dos trabalhos. E quero desde já, Senador Jean Paul, parabenizá-lo e falar que você dignifica e muito a honrada classe dos Senadores da República. (*Palmas.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, antes de o senhor sair, apenas para agradecer a referência elogiosa a minha pessoa e devolver dizendo-lhe o que eu lhe falei naquele dia: que foi minha primeira alegria tê-lo conhecido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer que esse seu Deus nos abençoe, ou Deus me abençoe, que você me desejou agora, é muito importante, porque esta é a primeira audiência pública que eu estou presidindo na minha vida e é muito necessário.

Muito obrigado, Presidente.

Senador Jaques, quer sentar aqui com a gente? Desculpe a informalidade, mas...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que eu tenho de ir à Comissão de Relações Exteriores, porque há uma votação...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente... Mas pode sair daqui a pouco. A gente só começa aqui com a parte interativa.

Eu queria agradecer a todos a presença e especificamente a do Deputado Mauro Nazif, de Rondônia, que está aqui conosco, também nos prestigiando; de todos os convidados, de todas as pessoas que estão na audiência, e dizer protocolarmente aqui algumas mensagens.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-612211.

Também informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise de projetos e ações futuras sobre esse tema.

Para melhor organização dos debates, formaremos duas Mesas, porque não cabe todo mundo aqui, infelizmente. Então, formaremos duas Mesas. Para a primeira Mesa, serão convidados quatro expositores, e, para a segunda, outros quatro.

Eu, particularmente, sugeri ao Aírton, Secretário da Comissão, que a gente fizesse uma divisão onde se problematizasse primeiro e depois viessem as partes governamentais, para que houvesse respostas e se otimizasse o nosso tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jaques queria fazer uma colocação inicial, e eu também queria dar a palavra a ele, antes de montarmos a Mesa.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, apenas para parabenizá-lo pela ideia desta audiência pública e lembrar que nós dois somos membros da CPI de Brumadinho e, portanto, esta audiência pública é um momento, mas, durante a CPI, seguramente nós precisaremos traçar um plano de trabalho para que não seja só um libelo condenatório aquilo que acontecer, mas que a gente tenha também algo que possa fazer pensar e olhar para frente, do ponto de vista de legislação e de outras proteções ao meio ambiente e aos seres humanos, para que não haja novos acidentes trágicos como aquele.

Só para registrar, Jean Paul, eu dei entrada hoje em um projeto que, longe de resolver, porque evidentemente não é essa a questão central, é um projeto que visa obrigar a utilização desses rejeitos, como já é feito em alguns países e é possível fazê-lo, dando uma destinação de blocos, de argamassa e de material, depois de descontaminados, que podem ser usados para isso. Essa não é a questão central, então, é só para deixar bem claro... Não passa pela minha cabeça que isso seja solução, a coisa é muito mais profunda, mas até estranhei que não houvesse nenhuma legislação a esse respeito. Então, aproveitei para apresentar esse projeto.

Agora, eu acho que a gente terá, nesta audiência pública, com a presença dos companheiros e companheiras do MAB, com especialistas, com o Ministério Público Federal, uma oportunidade de começar a aprofundar; e, depois, no plano de trabalho da CPI, que a gente possa realmente ir ao fundo do problema olhando para frente. Era só isso.

Eu, daqui a pouquinho, tenho que me retirar porque eu tenho uma votação de embaixador na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador.

Vamos dar segmento aqui. Eu vou tentar ser objetivo e restrito à questão do tempo, porque a gente tem muitos oradores e pouco tempo. Então, eu queria logo formar a primeira Mesa com a Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; o Sr. Carlos Bernardo Vainer, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Sr. Leandro Scalabrin, conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; e o Sr. Iury Charles Paulino Bezerra, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Na segunda Mesa, teríamos o Sr. Antônio Moura, Diretor de Projetos Estratégicos do Ministério do Desenvolvimento Regional; Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas; Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da ANM (Agência Nacional de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mineração), a quem eu já agradeço por permanecer; e Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União.

Apenas antecipando a segunda Mesa, para que todos tenham ideia da dimensão da nossa audiência hoje. Obrigado, pessoal, por estarem aqui com a gente.

Algumas palavras iniciais aqui, sem tomar muito tempo. Depois eu tenho que aprender a mexer nesta campanha aqui.

Nós estamos hoje realizando uma audiência pública – vou tomar pela informalidade – no Dia Internacional de Luta contra as Barragens. E aí cabe uma primeira – Senadora Leila, obrigado pela presença – pequena observação, porque normalmente as pessoas se assustam quando a gente fala "luta contra as barragens". Parece que é para eliminar as barragens de um dia para o outro. Gente, não é isso, o.k.? Tudo em meio ambiente, Presidente Senador, é de longo prazo, é de médio a longo prazo. Nada em meio ambiente se faz, em termos de política ambiental, em curtíssimo prazo. Quem trabalha com meio ambiente sabe perfeitamente disso.

Então, quando a gente fala de luta contra as barragens, eliminação das barragens, evitar barragens, mitigar riscos etc., está-se falando num horizonte de tempo muito mais vagaroso do que para meramente assustar quem quer que seja que tenha investimentos em barragens ou o próprio sertanejo que precisa de barragens para armazenar água, por exemplo. Nós não estamos falando em eliminação imediata, nós estamos falando em tendências de mitigação e de buscas de alternativas às barragens, porque, de fato, elas são um objeto um pouco precário e primitivo. De fato, a gente sabe que armazenar coisas com barreiras relativamente precárias tem um potencial de risco iminente, natural, normal por si só, fora o fato de você não poder eventualmente ter dinheiro para fazer manutenção etc., o que ainda potencializa mais esses riscos. Deslocamento de populações... Tudo isso são decorrências da necessidade da humanidade de usar barragens.

Nosso objetivo justamente aqui é tentar visar a um mundo sem barragens. Isso é legítimo, isso não é assustador – não é assustador –, é apenas forçar a humanidade a buscar tecnologicamente, operacionalmente, legislativamente formas de chegar a este mundo, como a gente tem outras coisas que a humanidade já utilizou no passado e hoje não utiliza mais.

Então, basicamente é para esclarecer o que é o Dia Internacional de Luta contra Barragens. Muita gente, quando viu o objeto desta audiência, estranhou o fato de a gente estar falando de luta contra as barragens como se fosse um bando de tresloucados que quisessem terminar com as barragens no dia seguinte à audiência. Não é o caso, obviamente, mas é bom que se esclareça isso.

Nós temos tragédias recentes envolvendo barragens mineradoras e divulgação de um Relatório de Segurança de Barragens 2017, pela Agência Nacional de Águas, que a gente vai debater aqui, que demonstra o quanto esse debate é importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Confúcio Moura também presente, obrigado. Obrigado pela presença.

A situação parece ser dramática. O estudo da ANA apontou mais de 24 mil – 24.092 – barragens cadastradas no Brasil. Uma pequena parcela disso foi vistoriada em 2017, e, nesse pequeno universo, 723 foram consideradas de alto risco; alto risco em duas dimensões: nos aspectos das barragens, que é a possibilidade de acidentes, e no dano potencial associado por si só. Então, são dois critérios que geram a classificação de alto risco dessas 723 que foram vistoriadas e consideradas como tal.

As barragens estavam sob ameaça de rompimento e tinham um potencial de causar danos à infraestrutura local e às populações próximas. A maioria dessas barragens que está classificada como de alto risco está na Região Nordeste – na minha região, a região que eu represento. Além das 723, outras 45 foram consideradas vulneráveis, ou seja, foi encontrado algum comprometimento que impacte sua segurança, a maioria com baixo nível de conservação. Das 45, 3 estão no meu Estado do Rio Grande do Norte e 25 pertencem a órgãos e entidades públicas.

A nossa responsabilidade nesta audiência pública, portanto, é muito grande. Pretendemos recolher subsídios para aprimorar a Política Nacional de Segurança de Barragens. Temos também que buscar parâmetros que regulamentem a legislação para que tragédias como Brumadinho e Mariana não aconteçam mais. Mas não só focar nas tragédias, porque temos CPI e outras ações no Parlamento a respeito disso.

Aqui nós vamos além. Como eu disse, há medidas de médio e longo prazos. Há metas que o Governo, o planejamento setorial deverá cumprir, tanto no setor de mineração quanto no setor de águas, quanto no setor de irrigação e desenvolvimento regional. Se nós conseguirmos alguma coisa próxima disso, será um tremendo avanço. Na nossa tarefa através do processo legislativo, moldar a legislação para que as tragédias não se repitam e que evoluamos, como eu disse, para outras dimensões tecnológicas e operacionais.

Já recebemos uma importante contribuição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. No ano passado, escolheu como temática principal a Política Nacional de Barragens como política pública do Poder Executivo a ser analisada.

Então, a Senadora Fátima Bezerra – que eu tenho a honra de substituir nestes próximos quatro anos –, Presidente, então, da CDR, ao apresentar o texto final do trabalho da Comissão, constatou que faltam recursos para manutenção, para obras de recuperação, para fiscalização dos equipamentos de segurança, entre outras mazelas que vivemos nesse segmento.

Segundo a Agência Nacional de Águas, no ano passado foram aplicados apenas R\$34 milhões – e o número de barragens é de 24 mil, não é? – apenas nas ações de operação, manutenção e recuperação de barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A importância do Poder Público nessa situação e o conflito que a gente precisa viver aqui, vivenciar e discutir é entre a iniciativa privada e a iniciativa pública. Quem constrói barragens tem uma responsabilidade por isso. Não é porque o assunto é ambiental que só o Estado vai ter o peso de não só fiscalizar, como também manter etc. Claro que nas barragens públicas há uma outra situação.

Temos que levar em conta que, quando debatemos o tema segurança de barragens, estamos tratando, óbvio, de prioritariamente preservar vidas humanas. Convém destacar que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aprovou em 2010 – em 2010! – um relatório relativo a atingidos por barragens. O documento concluiu que o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil tem facilitado, a forma de fazer as barragens tem facilitado, de forma recorrente, graves violações de direitos humanos. Essa situação acentua as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se, dessa maneira, em miséria e desestruturação social, familiar e individual. Outro ponto que provavelmente nós vamos atacar aqui com o MAB presente e que é muito severo.

Enfim, espero que, ao final, possamos encontrar alternativas para pontos importantes, como melhorar a fiscalização, ampliar os recursos para recuperação, manutenção e operação das barragens públicas e privadas. Também precisamos proteger melhor as famílias que moram em áreas próximas aos reservatórios, respeitando todos os seus direitos.

Ainda é necessário garantir maior rigor nas punições dos responsáveis. Portanto, desejo a todos nós que tenhamos um proveitoso debate.

Passarei aos palestrantes, que têm muito mais a dizer do que eu sobre o assunto, para que a gente depois faça uma dinâmica e talvez concentremos algumas perguntas ao final.

Só para se ter uma ideia – utilizando o processo do e-Cidadania que nós temos aqui – de o que o público espera normalmente desses assuntos: Ítalo Santos, de Pernambuco: "Quais são as medidas de fiscalização que serão tomadas em outras barragens de outros estados/municípios?"

Iberê Matos, do Pará: "É um absurdo considerar acidente uma negligência e imperícia".

João Paulo, do Distrito Federal: "Dados os inúmeros casos de desastres ocorridos no país, o problema está muito mais no cumprimento do que no endurecimento da norma".

Luiz Nunes, de São Paulo: "Quais medidas legislativas serão tomadas para aumentar a fiscalização e o controle de segurança destas barragens?"

Então, isso demonstra o interesse enorme que o público em geral tem pelo assunto, não necessariamente especializado, mas as pessoas têm essa apreensão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá no meu Estado, particularmente, e em alguns lugares do País, nós temos visto aí amadoristicamente vários fiscais de barragens aparecendo hoje. Há vários filmes no YouTube de várias pessoas que vão para as barragens encontrar rachaduras e iminências de risco. Isso tem causado uma série de celeumas hoje e também pode ser um objeto de debate.

Então, vamos começar hoje aqui pelo Prof. Carlos. Prof. Carlos, por favor. Depois eu vou chamando cada um na sua ordem.

Eu vou pedir dez minutos, vou tentar ser rígido só no apontamento do tempo para a gente poder ter um pouco do debate no final.

Obrigado a todos.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o honroso convite, é uma grande honra para mim, é uma grande responsabilidade também.

Trabalho com a questão dos impactos de barragens há cerca de 30 anos e ainda sou absolutamente ignorante sobre o tema.

Integrei a Comissão Barragens e Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com sede em Nairóbi, e integrei a comissão de atingidos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Eu tentarei, no pouco tempo que tenho aqui, fazer algumas... Meus alunos, meus colegas pesquisadores e minha equipe disseram: "Você tem uma oportunidade única". Depois descobri que é única mesmo porque são dez minutos. Então, vou tentar ser muito rápido.

Próximo.

O que eu queria tratar, primeiramente, é da dimensão da questão de que nós estamos tratando. Nós estamos tratando de grandes tragédias sociais e ambientais. Eu queria dizer que – alguns podem considerar que isso é um consolo, eu acho que não, é uma tristeza – nós não somos os únicos expostos a grandes desastres.

Eu peguei aqui uma lista de grandes desastres recentes para ter uma ideia de o que nós estamos tratando e vi que isso é uma questão global. Mas eu também gostaria de chamar a atenção, por exemplo, sobre as providências tomadas em alguns casos. Por exemplo, no derrame de óleo no Alasca, da Exxon Valdez, foram mobilizados 11 mil homens, 1,4 mil barcos e 85 aviões para tentar fazer a limpeza. A multa foi de US\$5 bilhões. Agora, a Exxon conseguiu reduzir para US\$2,5 bilhões.

No acidente da explosão e vazamento de óleo no Golfo do México da British Petroleum, a multa foi de US\$21 bilhões. Essa é a multa, não tem nada a ver com as indenizações. Ontem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu li uma notícia de que a Samarco entrou com um recurso contra o pagamento de uma multa de R\$200 milhões. Isso é para termos uma ideia de o que estamos falando.

Próximo.

Embora não seja minha especialidade, porque eu trabalhei muito mais com barragens de abastecimento de água, de energia e controle de cheias, peguei alguns desastres...

Não, volte um pouquinho mais.

Ali, na última linha, nós temos grandes acidentes de rompimentos de barragens, não necessariamente de rejeitos, está bem?

Desde 1889, nos Estados Unidos, na França e na Itália.

Próximo.

Eu peguei algumas barragens de rejeitos e alguns acidentes recentes. Na Mina de Los Frailes, na província de Sevilha, 4 a 5 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos atingiram um parque nacional que é patrimônio da ONU. Se vocês compararem, Fundão foram 47 milhões; Brumadinho, 12 milhões de metros cúbicos. Esse desastre na Espanha foi de 4 a 5 milhões.

Foi montado um comitê de 90 especialistas para analisar o desastre.

Estou falando um pouco das respostas que foram dadas a isso para compararmos às nossas respostas.

Fiz uma lista que eu não teria tempo de ler de recentes episódios de barragens de rejeitos. Percebe-se que, na medida em que o tempo vai passando, esses acidentes vão acontecendo cada vez mais no que a gente poderia chamar de países do sul ou países periféricos, porque hoje são os grandes centros para os quais se deslocou a indústria de mineração. Países como o nosso se transformam cada vez mais, lamentavelmente, em países primários exportadores e o minério é um elemento central disso. Então, há uma geopolítica da indústria de mineração que desloca a indústria para países como o nosso.

Para vocês terem também uma dimensão internacional, nós estamos falando da Billiton e da Vale, as duas maiores empresas da indústria de mineração do mundo, umas das maiores indústrias globais. Eu não vou ter tempo aqui...

Quer dizer, é necessário entender que o que se resolver no Brasil sobre isso terá impacto sobre a indústria de mineração no mundo inteiro. Assim como, por exemplo, o desastre em Fukushima teve impacto sobre a indústria nuclear; assim como o desastre no Golfo do México teve impacto sobre o transporte de petróleo no mundo. Quer dizer, o que se resolve aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacta a indústria de mineração no mundo inteiro, e por isso estamos tratando também de um grande negócio e mexendo com interesses extraordinariamente poderosos.

Próximo.

Essa questão vem mobilizando especialistas no mundo inteiro. Em 1997, com o apoio do Banco Mundial, uma Comissão Mundial de Barragens se constituiu, presidida pelo ministro de Assuntos Hídricos da África do Sul com representante da indústria, *experts* e representantes da sociedade civil, que produziu um relatório extraordinário chamado Barragens e Desenvolvimento, que constitui até hoje a principal base de pesquisas sobre barragens no mundo.

Agora, recentemente, nós estamos falando aí de milhares de barragens desse tipo no mundo – desse tipo é do tipo da nossa. "Uma bomba-relógio", diz um especialista da University College London.

Nos Estados Unidos, de um total de quase 90 mil barragens, quase 100 mil barragens, há 15 mil consideradas de grande risco. Isso é para a gente saber de o que a gente está falando. Se a gente for à Índia, são mais de 150 mil barragens, se formos à Indochina... Quero dizer que estamos falando de uma coisa muito relevante na organização do mundo contemporâneo, com riscos extraordinários e com questões e pessoas estudando e trabalhando sobre esse tema e organizações internacionais trabalhando sobre esse tema.

Próximo.

Aí eu estou falando dessa Comissão Mundial de Barragens – e aqui o nobre Senador já fez referência à comissão sobre atingidos de barragens –, que trata das violações de direitos humanos na construção e operação de barragens, constituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que produziu um relatório que eu considero o estudo mais completo até hoje sobre impactos sobre direitos humanos. Tive a honra de participar dessa comissão também, convidado pelo então Secretário de Direitos Humanos, e isso merece ser visto e retomado.

Embora o foco principal sejam barragens hidrelétricas e de abastecimento de água, eu diria que 80% do que ali está se aplica também a barragens de rejeitos.

Próximo.

Aí é um pouco... A síntese – se é que é possível sintetizar: quais são os direitos violados normalmente na construção e operação de barragens? Parece que todos os direitos humanos são violados. Parece que não há nenhum que eles se esqueceram de violar. Há um que é muito importante que é: acesso à Justiça e razoável duração do processo judicial e o direito à justa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados.

Próximo.

Essa comissão fez 42 recomendações legais, de ordem da prática, da ordem de procedimentos etc. e tal. Há apenas um resultado concreto até hoje, que foi um decreto do Presidente Lula, no final, no apagar das luzes de seu segundo Governo, que estabeleceu critérios para o cadastramento de atingidos por barragens. Foi um avanço, embora ainda bastante limitado, mas foi algum resultado desse trabalho.

Próximo.

A questão, então, que se coloca é se há um conhecimento nacional ou internacional disponível; se há um reconhecimento de que não há nenhuma barragem sem risco. Não existe. Como não existe atravessar a rua sem risco, não existe nenhuma barragem sem risco. Por isso que, em grande parte dos países do mundo, é obrigatório seguro contra riscos de barragens. No Brasil, não existe seguro.

Eu fico perguntado se fosse a Lloyds, inglesa, que ressegurasse uma barragem brasileira, se ela iria controlar as nossas barragens da mesma maneira que o Ibama. Certamente ela iria ser bem mais rigorosa no controle.

Então, há conhecimento, há propostas... Por que os direitos continuam sendo violados? Esse é o desafio que nós temos. E nós queremos, de fato, avançar numa reflexão e não apenas – o que é necessário também, e cabe isso também a vocês, aos militantes sociais, aos defensores as denúncias e as lutas imediatas e concretas.

Próximo.

Eu quero dizer que vou tentar um pouco desvendar o que, na minha visão, é o ciclo da produção desses crimes, dessas tragédias e dessas violações, que tem como fulcro a questão da impunidade. É um elemento central: tudo aquilo que é impune tende a ser repetido. Parece abuso falar disso da Vale do Rio Doce, Mariana e Brumadinho. Parece um oportunismo, mas não é. Isso está estabelecido desde há muito tempo.

Eu quero dizer que há uma espécie de ciclo perverso que produz a impunidade e, portanto, a repetição das violações. Eu chamo isso de um ciclo de imprevisão, dano, não reparação e impunidade. E isso é o resultado da articulação entre uma coisa que eu chamo de economia política da produção do dano, a impunidade pelo dano e a não reparação, e a ausência da reparação – que faz parte da impunidade e, portanto, propicia a repetição.

Próximo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia política da produção do dano. Como é que isso opera? Os estudos que são feitos são de má qualidade, superficiais, não são rigorosos, não preveem medidas mitigadoras, e isso rebaixa enormemente o custo desses estudos, rebaixa enormemente o custo desses empreendimentos. Se todas as medidas mitigadoras e de segurança fossem tomadas, os custos desses empreendimentos seriam muito maiores.

Portanto, as economias resultantes dessa imprevidência, na verdade, são o resultado de uma busca desenfreada pelo lucro máximo. Então, há uma lógica na produção da imprevidência. Não é uma mera omissão. É um processo produtivo da imprevidência.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Não são feitos seguros e, quando os danos acontecem – porque foram feitas economias, e eles são decorrentes dessas economias –, quem paga são os atingidos, com o seu sofrimento, com a destruição de suas vidas, como se houvesse uma transferência dos custos que deixaram de ser do empreendimento e passaram a ser da sociedade. A economia dos custos, por parte da empresa, é uma transferência de custos para os atingidos. Não sei se isso está claro.

Próximo.

Nós temos outro elemento fundamental na produção da impunidade. É que o próprio Estado brasileiro – e eu estou pegando aqui o caso de Brumadinho e Mariana – é sócio da Vale. O Estado brasileiro é sócio da Vale através do Bandespar, e o Estado de Minas Gerais é sócio da Vale na usina Aliança Geração e numa *joint venture* que tem sete usinas: Aimorés, Funil, Candonga etc. e tal.

O Estado de Minas e os Municípios dependem...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... enormemente da Vale.

Eu estou tentando correr ao máximo.

Portanto, o Estado não pode cumprir o seu papel público. É um conflito de interesses.

Próximo.

E o Judiciário? O problema é que o Judiciário também não tem cumprido o seu papel.

A Vale tem interesse – no caso da Vale – em que não haja processos judiciais. Ela quer fazer acordos. Por quê? Porque o processo judicial a obriga a fazer uma provisão nas suas contabilidades que impede a distribuição de dividendos, investimentos etc. e tal. Então, ela quer fugir disso, porque isso aí tem um efeito sobre a sua economia política interna enorme. Então, ela caminha sempre para os TACs, para os chamados acordos. Só que esses acordos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociam coisas inegociáveis. Direitos humanos não podem ser objeto de negociação, e muitas vezes os tribunais, em Minas, têm abdicado, aberto mão, sem consulta aos atingidos, do que se chama, em Direito, dos direitos indisponíveis. Se eu assino um contrato, dizendo que eu não sou um homem livre, sou escravo de determinado senhor, esse contrato é nulo, porque nem mesmo eu posso abrir mão desse direito. Esse direito é indisponível. E, na verdade, os tribunais têm homologado acordos disponibilizando direitos indisponíveis.

Próximo.

E um acordo escandaloso, que é entregar a Renova, que é uma entidade privada, constituída pela Vale, Samarco e Billiton, para cuidar justamente da identificação dos danos à indenização. É como entregar uma parte, que está *sub judice*, o Poder Público, de ser o condutor e mediador do processo. Evidentemente, uma parte não pode ser a condutora do processo de negociar uma mediação, que é o que está acontecendo no caso de Mariana.

Próximo.

Então, nós estamos assistindo a um termo de colaboração que implica a abdicação de direitos indisponíveis.

Eu não tenho tempo aqui, mas eu quero... Já houve várias decisões dos supremos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... tribunais brasileiros sobre a indisponibilidade desses direitos. O Ministério Público não pode abdicar de um direito. Um juiz não pode dar à Vale o direito de negociar, por exemplo, no caso de Governador Valadares, as indenizações sobre a suspensão do abastecimento de água e arquivar, arbitrariamente, milhares de processos que estavam em curso. Ele retirou o direito das pessoas de acessar a Justiça.

Próximo.

Estou tentando terminar.

Não há uma negociação justa, possível, quando as partes são desiguais, e é o que está acontecendo ali. Qual é a lógica dessa negociação controlada pela Renova, portanto, pela Vale, pela Billiton e pela Samarco? É a procrastinação. E, aí, eu digo que entra a lógica da tortura. Por quê?

Como é que opera a tortura? A tortura opera infligindo um sofrimento a uma vítima e prolongando esse sofrimento. Se o torturado levar só um tapa, ele não aceitará. A tortura opera no prolongamento do sofrimento. É um sofrimento que se transforma, pelo seu prolongamento, em tão insuportável, que leva a vítima da tortura a acabar aceitando o acordo proposto pelo torturador, reconhecendo um crime que não cometeu, por exemplo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a lógica da Samarco: há três anos aconteceu o desastre de Mariana, e uma casa não foi construída. Ela não pagou um tostão de multa até agora, porque está recorrendo. Ela prorroga todas as negociações e acordos, para que as pessoas sejam levadas, na lógica da procrastinação e da tortura psicossocial, a aceitar qualquer acordo. Essa é a lógica. É aquilo: "Meu filho, você está ferrado mesmo! Você quer o quê? Você bota um advogado e eu boto os advogados da Vale e nós vamos passar anos na Justiça. Vamos ver se você recebe mais do que eu estou te oferecendo agora. Pega isso e aceita". E o sofrimento se prolonga. E o sofrimento se prolonga.

Próximo.

Então, em síntese, a Vale evita processos, aposta nas negociações, a União e o Estado não são idôneos, porque há conflito de interesse, o MP e a Justiça homologam acordos que indisponibilizam direitos... Então, nós entramos nessa economia política do dano, da denegação do direito, do conflito de interesse do Estado, da leniência e lentidão da Justiça, da tortura psicossocial como lógica da negociação, do custo transferido ao atingido, da impunidade e de novos projetos de violação de direitos.

Próximo.

Eu trouxe agora, para concluir – e, de fato, agora estou concluindo –, três propostas audaciosas, mas o fato é que estamos colocados diante de um desafio extraordinário.

A primeira: acolher a proposta de um *expert* da ONU em disposição de resíduos tóxicos, Baskut Tuncak, que sugere que a gente faça uma moratória nas barragens, suspenda o seu funcionamento, até que medidas preventivas, resultantes de estudos sérios e rigorosos, sejam tomadas.

Próximo.

Proposta 2.

Como o processo em Mariana – e também acontece em Brumadinho – está contaminado, porque o Poder Público não tem tido capacidade de conduzir de maneira adequada, eu estou sugerindo que, de alguma maneira – e isso pode ser feito por uma comissão de meio ambiente –, a gente organize uma comissão internacional de *experts*. Está na moda – não é? –, para controlar as eleições na Venezuela... Agora mesmo, para controlar as investigações sobre a Marielle... Vamos constituir uma comissão internacional de especialistas nessa área também com especialistas brasileiros, fazer um estudo sério, avaliar os danos, valorar os danos, ver quem foi atingido e ver o que deve ser feito.

Próximo.

(Soa a campanha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Para que não mais aconteça – e aqui é a minha última transparência –, que a gente faça, na área de barragens de mineração e mineração, um processo similar ao que foi feito com a Comissão de Atingidos de Barragens da Comissão de Direitos Humanos: que se constitua uma comissão de atingidos sobre a segurança de empreendimentos minerários e direitos dos atingidos pela mineração, também para fazer um diagnóstico do caso brasileiro em geral e fazer recomendações.

Desculpe-me pelo tempo, Sr. Presidente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Carlos.

Eu quero só esclarecer aos que são menos vezeiros de assistir às audiências públicas pela televisão que a campanha toca com um minuto faltando, não ao final. E é automática. Quando dá um minuto aqui, ela toca. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para não parecer que eu estou insistindo com essa campanha, porque, apesar de ser a minha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De Mariana, não é?

Porque, apesar de ser a primeira audiência que eu presido, eu já participei de várias como palestrante também. E ficava agoniado para saber quem é que tocava essa campanha. E agora eu estou sabendo que, com um minuto... E fica ali, de frente para todos vocês, o tempo... E isso nos ajuda também a controlar o tempo.

Mas está ótimo, está perfeito... Dinâmica perfeita.

Eu queria também informar que temos aqui, na audiência, companheiros e companheiras atingidos por barragens dos Estados da Bahia, Minas Gerais, do Pará, de Rondônia, do Espírito Santo e do Ceará. (*Palmas.*)

Deputado Léo Moraes também, saúdo a presença aqui...

E, retificando aqui uma ausência na constatação que eu fiz, antes, da Senadora Leila Barros, presente aqui, esclarecendo que ela apresentou um projeto de lei que tramita em conjunto com outros aqui, para ampliar o rigor na segurança das barragens e a proteção da população, do seu patrimônio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse projeto se diferencia do anterior, que estava tramitando na legislatura passada, basicamente por três aspectos... Depois você pode até nos ajudar a esclarecer, mas acho que ele é mais rigoroso, no sentido da obrigação de o órgão fiscalizador exigir seguro – o Carlos estava mencionando isso, há pouco, aqui atrás –, garantias financeiras para futura desativação da barragem – é muito parecido com a legislação do petróleo, que obriga o operador a tamponar o poço e arrasar a locação, restitui-la ao estado anterior, ambiental – e a obrigação do órgão fiscalizador de elaborar um plano anual de fiscalizações, fora as multas.

Então, é um projeto que já evolui em relação ao primeiro, e, com certeza, vamos trabalhar juntos, aqui na Casa, para que ele tramite o mais rápido possível.

Vou chamar a segunda pessoa que vai falar, Dra. Deborah Duprat, procuradora federal...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aqui na Casa ele já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já está aprovado aqui, vai agora para a Câmara.

Mas, se for modificado, volta de toda forma. Enfim...

Vamos à frente.

E foi aprovado logo nos primeiros dias, tempo recorde, é importante...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trigesimo quarto dia...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Trigesimo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trigesimo quarto dia após o acidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito: 34º dia após o acidente, aprovado o projeto de autoria da Senadora Leila, que foi muito parabenizada aqui por isso, e, com certeza, foi uma amostra de atuação rápida do Senado em relação a esse infortúnio.

Dra. Deborah, por favor.

Obrigado.

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Muito obrigada.

Bom dia a todas e a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul, minhas homenagens por esta audiência, meus companheiros de Mesa...

Eu, tal como o Prof. Vainer, também tenho a minha atuação institucional atravessada pelo tema de barragens. E, também como ele, eu me sinto, até hoje, bastante insegura a respeito de conclusões jurídicas sobre a melhor maneira de usar o instrumental do Direito em relação a esses empreendimentos.

Eu quero também dizer que fiz uma opção, nesta audiência pública, e, considerando que hoje é o Dia Internacional dos Atingidos por Barragem, de fazer uma análise das barragens... (*Palmas.*)

... tal como considerada na Política Nacional de Segurança de Barragens, ou seja, acumulação de água para quaisquer usos. E quero fazer aqui um relato de um pouco da minha experiência ao longo do tempo, porque eu acho que as conclusões vão aproximar todos os tipos de barragem, não só aquelas para fins de rejeitos, mas também aquelas para produção de energia hidrelétrica e para acumulação, inclusive, de interesses privados – e vou tratar aqui de um tema específico.

Também tenho medo... Já estou com oito... Ai, que medo! Mas, enfim, eu gostaria de fazer alguns relatos aqui, porque eu atuo, como eu disse, há mais de 30 anos, e, no início, havia uma percepção quase naturalizada de que as empresas hidrelétricas eram uma solução limpa para o Planeta, e isso numa época de muita disputa com a energia nuclear. Nós estávamos vivendo Angra, e esse foi um discurso que ficou bastante recorrente.

Curiosamente, eu iniciei a minha vida no Ministério Público Federal, já sempre tratando da questão indígena, com o episódio dos tuxá. Os tuxá eram um povo absolutamente autossuficiente, com abundância de recursos, que, quando eu conheci, vivia uma diáspora. Eles haviam sido atingidos pela hidrelétrica de Itaparica, estavam distribuídos em três Estados da Federação, com rompimento de vínculos, inclusive, de natureza familiar, porque àquela época se pagava um auxílio mensal, enquanto não havia alocação em novos territórios, e netos disputavam com avós, porque os tais cadastros tornavam inviável que as novas gerações recebessem pelo dano causado àquela comunidade.

Depois, eu estive no primeiro Fórum Social Mundial e, pela primeira vez, eu tive contato com movimentos de atingidos por barragens, ouvindo um relato – e agora eu não me recordo exatamente de que ponto foi, mas era sobre essa situação de uma barragem que é construída e uma comunidade inteira é dispersada com rompimento dos vínculos de parentesco, de amizade, de compadrio, de produção... Enfim, tudo aquilo desmontado e o drama humano vivido por essas pessoas.

Na sequência – isso não é muito sequencial, porque o tempo não é sequencial –, eu recebi, no Ministério Público Federal, um grupo de Mato Grosso, os enawenê-nawê, que eram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um grupo que a gente considera de recente contato. Eles tinham um mito inaugural de barragem que significava que eles sempre habitaram à beira de um rio, e esse rio, por que eles tinham sido perversos, maus, tinha sido barrado pelas raízes das árvores, a água tinha subido, e apenas um casal conseguiu se salvar, indo para o pico de um morro, porque, para ele, ficou o compromisso de que eles ofereceriam para os deuses abundância de peixes, sempre e sempre. E um dia eles acordam e descobrem que o Rio Juruena vai ter 80 PCHs. E falam: "O que é que vai acontecer com o nosso rio?" E esse povo estava vivendo um holocausto, porque eles estavam vivendo a sua tragédia inaugural. Ou seja, haveria um barramento, e todo mundo iria morrer. Será que iria sobrar alguém para oferecer peixes?

Depois disso, os empreendimentos aconteceram, e essa população que vivia totalmente com a sua cosmologia ligada ao rio parou de pescar, porque os peixes não mais existiam, e a Funai começou a fornecer frango para essa comunidade.

Eu também acompanhei as discussões desde o início, há mais de 20 anos, sobre Belo Monte. Estive em Altamira e vi um grupo de pessoas se mobilizando, porque todo o seu sentido de vida era compreendido a partir do rio. O rio era a grande estrada. As crianças iam para a escola de voadeira; a escoação da produção econômica era pelo rio. O que é que iria acontecer com aquele rio? Aquele drama vivido sobre... Enfim, o que é que significa uma hidrelétrica e o que ela vai trazer de consequências para o rio?

Estive recentemente, duas semanas atrás, visitando a Volta Grande do Xingu. E, com imensa tristeza, verifiquei que toda a previsão daquelas pessoas se concretizou: nós temos crianças que, hoje em dia, têm de se valer de estradas perigosíssimas. Para quem não conhece as estradas na Região Norte do País, elas são picadas na floresta, sem asfaltamento. São crianças transportadas em motocicleta, com perigo de vida enorme, para poder alcançar uma escola. Aquilo que faziam em cinco minutos demora uma hora e vinte. Há comunidades ilhadas, sem possibilidade de escoamento de produção; ausência de lazer; o rio ficou perigoso, não é mais navegável – um rio tão bonito como o Xingu; as pessoas morrem de doenças; a água não é consumida; as pessoas passam fome na beira do rio...

O que é que eu quero dizer com isso tudo? Acumulando aqui os desastres acontecidos em Mariana, Brumadinho, Barcarena, Brumadinho; a apropriação privada por meio de barragem, com outorga da ANA, em Correntina; a disputa pela água; e lembrando que a ONU tem relatórios que mostram que as grandes disputas deste século serão por água; as grandes guerras se travarão por água. E nós estamos aqui, comprometendo esse recurso fundamental.

O que é que eu quero dizer com isso? Barragens, sejam elas de que forma forem, causam danos, e danos que são distribuídos de maneira muito desigual entre a população brasileira. Ou seja, há grupos que suportam muito mais fortemente os ônus do que o restante da população brasileira, que é beneficiária daquele empreendimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso já nos convoca para um dispositivo constitucional que é central para a compreensão da Constituição de 1988, que é o art. 3º, que se propõe a construir ali, a partir daquele ato normativo tão importante, uma sociedade de iguais, uma sociedade que é resultado de um projeto solidário, de um projeto em que todos se empenham por mais igualdade e menos discriminação.

Então, eu acho que toda a nossa compreensão de empreendimentos desse vulto, em qualquer área, tem de ter esse norte. E lembrando que a lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens tem algumas noções – eu vou precisar de mais cinco minutos – que são muito importantes: primeiro, a noção de risco, que é uma noção diferente da de dano potencial. A outra, lembrando os fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, primeiro: a população tem de ser informada e estimulada a participar; tem de haver promoções de mecanismos de participação e controle social. E a segurança de uma barragem influi diretamente na sua sustentabilidade e no alcance de seus potenciais efeitos sociais e ambientais.

Isso significa que nós temos uma boa lei e práticas péssimas de empreendedores do setor privado e do setor público. Por quê? Porque nós não temos uma responsabilidade desde o início. Não há uma responsabilidade, desde o início, séria de, na hora em que se deliberar por um empreendimento desses, haver uma escuta responsável sobre a percepção de risco que grupos diferentes têm – nós temos uma sociedade plural, em que a percepção de riscos é diferente – e de como essa atividade pode ser desenvolvida com responsabilidade, em relação a todos os segmentos.

Essa questão da participação social é um imperativo constitucional em todas as atividades, em todos os empreendimentos. Por quê? Porque é uma Constituição que parte do princípio de que são os próprios atingidos pelas políticas públicas, para o bem e para o mal, que saberão melhor direcioná-las. E, a respeito disso, as políticas de barramento não estão imunes.

Então, nós falamos muito da Convenção 169 da OIT, que atinge povos indígenas e comunidades tradicionais, mas isso vale para a população de uma maneira geral. A oitiva vai orientar uma política pública responsável, vai orientar uma atividade econômica responsável.

Então, essa interlocução ética, desde o início do empreendimento, que é outro imperativo da Lei de Segurança de Barragens, diz que a segurança de barragens, desde o início até o final do empreendimento, é o primeiro imperativo.

Outra coisa: a interlocução é permanente; ela dura do início ao fim de uma barragem. Ela envolve Poder Público – e, aí, eu falo muito claramente das agências fiscalizadoras, que não obedecem em nada à participação social.

Vainer, eu respeito muito os *experts*. Eu acho que há uma parte de conhecimento científico, mas não há ninguém que conheça mais o rio do que quem está à beira dele. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos aprender com quem entende, com quem sabe, e vamos entender o que é risco, porque o cotidiano das pessoas é fortemente abalado por um empreendimento desses.

Acho que nós temos que ter, portanto, sempre disponíveis informação, participação, e essas coisas que vão, enfim, se interpelando o tempo todo.

(Soa a campainha.)

A SRA. DEBORAH DUPRAT – A comunidade tem que ser informada, para poder participar, e isso tem que comprometer agentes econômicos e Poder Público. Como eu disse, isso é de uma duração indefinida no tempo, o tempo de vida de uma barragem ou, às vezes, até posterior a ele, porque os danos não são medidos só pela existência desse empreendimento. Eles responsabilizam a empresa e o Poder Público, porque nós estamos falando aqui de destinos humanos, de comunidades que existem e vivem e que, de repente, têm a sua vida completamente modificada por um empreendimento dessa natureza. E quero lembrar que a percepção de risco é dinâmica, porque os grupos humanos são dinâmicos, porque a mobilidade na vida e a mobilidade no território é uma realidade. Não temos pessoas que ficam o tempo todo localizadas num único lugar. Então, é preciso haver essa dinâmica permanente da escuta responsável, da participação e da informação.

Então, eu acho que nós temos uma lei boa e práticas péssimas. As agências reguladoras são absolutamente imunes à participação social, e as empresas econômicas, absolutamente irresponsáveis neste sentido: não ouvem, não prestam contas. Enfim, acho que muito mais do que pagar, temos que dar importância ao protagonismo desses agentes tão afetados por esse empreendimento.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns a esta Comissão por esta iniciativa! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Dra. Deborah.

São extremamente importantes esses aspectos.

Quero só comentar uma coisa com relação a essa questão da energia elétrica limpa e renovável em relação a hidrelétricas. Há muitos debates realmente quanto a isso fora, inclusive em relação não só à parte limpa como à parte de renovabilidade da água. Também há essa questão. Então, represar água não a torna renovável necessariamente.

Vamos passar ao terceiro palestrante...

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Só uma informação: como eu disse, a comunidade que vive atingida na Volta Grande do Xingu passa sede. Estão na beira do rio e não podem beber água.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, está aí um exemplo de o que eu estou dizendo. Exatamente.

Leandro, vamos lá?

Leandro Scalabrin, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Obrigado, Leandro.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar o Senador Jean Paul Prates e parabenizá-lo pela iniciativa, além dos demais membros da Mesa, mas eu queria saudar especialmente os atingidos e atingidas por barragens que estão aqui conosco, neste dia 14 de março, que é o Dia Internacional de Luta contra Barragens, mas também de defesa dos rios, da água e da vida.

No mundo inteiro, nesta semana, além de no Brasil todo, estão acontecendo manifestações em alusão a este dia, em razão de que, no Brasil, mais de 1 milhão de pessoas já foram afetadas, ameaçadas ou atingidas por barragens, e, no mundo todo, mais de 80 milhões de pessoas, para termos a dimensão dessa questão.

Como os demais membros da Mesa, há 20 anos eu atuo como defensor de direitos humanos de atingidos por barragens no Brasil, tendo participado da Comissão Especial do CDDPH, que elaborou o relatório referido pelo Prof. Vainer, e hoje tenho desincumbido esse papel no Conselho Nacional de Direitos Humanos, que sucedeu o CDDPH e é o órgão do Estado brasileiro, similar à Comissão de Direitos Humanos da OEA e da ONU, para prevenir, remediar e investigar situações de violações de direitos humanos.

Nós trabalhamos na perspectiva de que deve haver mudanças para a efetivação dos direitos humanos e que essas mudanças cabem aos órgãos de Estado. Cabem aos órgãos de Estado a prevenção e a efetivação dos direitos humanos, e às empresas cabe a não violação, tudo o que não está acontecendo nesses casos que a gente elencou aqui.

A própria lei que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil afirma que é dever da União, Estados e Municípios adotar medidas necessárias à redução de riscos e desastres. O termo "desastres" tem sido utilizado nesses casos porque a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil reconhece como desastres não somente os eventos naturais, mas também aqueles causados pela ação do homem, como aconteceu no crime de Brumadinho, no crime de Mariana, e em outros casos.

Os casos não são só de barragens de mineração. No Conselho de Direitos Humanos, nós fizemos missões: na Barragem de Foz do Chapecó, uma hidrelétrica, em 2014, onde mais de 300 famílias foram atingidas numa situação de insegurança de barragens causada por uma enchente, em que todo o sistema de proteção de alarme de comunicação falhou; em Mariana,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2015; em Barcarena, no Pará, em 2018, com situações também de insegurança de barragens; em Brumadinho, em 2019... Mas eu também quero lembrar o caso de Campos Novos, em 2006, também uma hidrelétrica, e Salto Caxias, no Paraná, onde 300 famílias também foram atingidas por uma situação de insegurança e risco de barragens.

Nesses casos, temos empresas privadas, como a Hydro, em Barcarena; empresas públicas, como a Copel, no caso de Salto Caxias; a CEEE, que é sócia da Enercan, lá em Campos Novos; CPFL Energia, que é sócia de Foz do Chapecó; e outros casos. E, recentemente, o Conselho de Direitos Humanos esteve em Belo Monte, e questionamos os Prefeitos e a população atingida, e fomos informados de que Belo Monte não tem plano de emergência de barragens – da barragem – para a segurança dos atingidos.

Eu queria destacar esse aspecto a que a Dra. Deborah já se referiu de que, quanto às diretrizes nacionais da Política Nacional de Defesa Civil, uma das diretrizes, a garantia da participação da sociedade civil, e também a Política Nacional de Segurança de Barragens têm como uma das suas diretrizes a promoção, a criação de mecanismos de participação e controle social. E esse vai ser o foco da minha exposição.

A constatação do CNDH e pela minha experiência como defensor de direitos humanos é de que a violação dos direitos humanos, da participação das comunidades, do MAB (Movimento dos Atingidos), dos sindicatos de trabalhadores, a violação desse direito, a não garantia pelas empresas e pelo Estado da participação dos atingidos é que tem causado a insegurança nas barragens e a violação dos direitos humanos dos atingidos.

Hoje, Minas Gerais, os Municípios de Congonhas, de Barão de Cocais; hoje, em Belo Monte; hoje, em todo o Brasil, há um sentimento e uma situação concreta de insegurança nas barragens, porque a população atingida, através dos sindicatos de trabalhadores, através do MAB, das comissões de atingidos, não tem assegurado o seu jeito de participação. E vou dar alguns exemplos disso.

Não foi assegurado o direito de participação dos atingidos no estudo, na aprovação e implantação dos planos de ação de emergência de segurança de barragens, nos planos de segurança de barragens pelo conjunto de agências e de órgãos dos Estados responsáveis pelos estudos da aprovação e implantação dos programas. Também não está sendo assegurada a participação social dos atingidos na elaboração dos planos de contingência de proteção de defesa civil que são de responsabilidade dos Municípios, dos Estados e também da União. E também não está sendo assegurada, hoje, a participação social no monitoramento desses planos todos que eu citei, através dos relatórios de segurança de barragens em que os órgãos da Defesa Civil e da Política Nacional de Segurança de Barragens deveriam garantir a participação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, agora, nesses planos emergenciais que a Aneel e a Ana anunciaram, que estão fazendo inspeções em todo o Brasil, naquelas barragens que elas estão considerando como potencial de risco, nas quais estão fazendo inspeções e para as quais não têm convocado audiências públicas, para ouvir as populações atingidas e os movimentos e as comunidades que deveriam já ter participado na elaboração desses planos, na implantação desses planos. Agora não estão sendo ouvidos nessas inspeções da Aneel, da Ana e das agências reguladoras, para se saber quais seriam as suas sugestões para a garantia e para a efetivação, para termos, efetivamente, segurança naqueles empreendimentos.

Por isso que temos esse sentimento de caos instalado no Brasil todo pelas tragédias, pelo crime e pelo desastre de Brumadinho e de Mariana, porque não houve esses espaços efetivos de controle social e que propiciassem a participação dos atingidos.

Inclusive, no ano passado, foi criado um GT e foi feito um seminário nacional sobre segurança de barragens, do qual participaram empresas, do qual participou o Ibama, participou a Ana, participou a Aneel, participou o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas o MAB não foi convidado para participar. Os sindicatos de trabalhadores não foram convidados para participar de um seminário nacional, um GT nacional, que tirou propostas concretas para a segurança de barragens. Que tipo de proposta foi tirado de um seminário nacional em que não foi ouvida a população atingida ou sequer outros órgãos, como o CNDH e outros órgãos da sociedade civil que têm *expertise* nessas situações, nesses casos, com propostas, com planos, com *expertise* acumulada em mais de 20, 30 anos, na universidade, no Ministério Público e nos espaços de controle da sociedade civil?

Então, isso confirma mais uma vez que... E agora, em 2019, novamente, com a criação de um conselho interministerial de Ministros, para tratar do caso de Brumadinho, em que novamente não se garantiu participação de representantes da sociedade civil para trazerem o seu conhecimento da realidade, da vazão dos rios, das enchentes, da situação de controle.

É inadmissível nós não termos espaço nas comissões internas de prevenção de acidentes em que os trabalhadores possam eleger seus representantes, como aconteceu em Brumadinho e Mariana, em que as Cipas possam discutir a realidade de cada barragem de rejeitos.

Se a Cipa de Brumadinho tivesse uma participação efetiva, jamais os refeitórios da Vale e os escritórios estariam onde estavam. Se a população de Congonhas e de Belo Monte pudesse ter participado da aprovação do plano de emergência, não estaria se sentindo insegura, como está se sentindo hoje, porque a Deborah esteve lá, há poucos dias, e constatou isso, conversando com os Prefeitos municipais, que não têm conhecimento da existência desse plano. Como é que aquela comunidade vai se sentir segura, se não pôde participar da discussão e aprovação do plano?

(Soa a campanha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Então, para concluir – eu vou cumprir o plano –, eu gostaria de afirmar aqui, pedir o apoio desta Comissão de Meio Ambiente e fazer um apelo às autoridades do Estado que aqui estão e das empresas para que reconheçam a legitimidade do MAB; que reconheçam a legitimidade das comissões de atingidos por barragens; que reconheçam a legitimidade e a importância dos sindicatos de trabalhadores, das associações, porque a experiência que o CNDH tem, que o CDDPH tem, é de que, onde foi reconhecida a legitimidade desses movimentos, dessas instâncias, há mais segurança nas barragens, há mais mecanismos de mitigação, há mais reparação efetiva quando acontecem violações dos direitos dos atingidos, como a Dra. Deborah e o Dr. Vainer destacaram. Onde as empresas não reconhecem a legitimidade desses movimentos, não criam mecanismos de diálogo e de participação, e, da mesma forma, os órgãos de Estado, há mais insegurança nas barragens, há mais violação de direitos e há menos mitigação; há mais violação dos direitos ao meio ambiente.

Então, este é o apelo que o CNDH faz às empresas responsáveis pelas usinas hidrelétricas, pelas barragens hidrelétricas, pelas barragens de mineração, de rejeitos, pelas barragens de captação d'água; este é o apelo que o CNDH faz aos órgãos de Estado: reconheçam esses movimentos, criem mecanismos, porque será somente através desses canais de mediação que haverá segurança efetiva para os atingidos e atingidas em todo o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Leandro.

Informamos a todos que essas apresentações que foram projetadas aqui estão disponíveis já no portal e-Cidadania.

Passamos diretamente para o lury, para a participação.

E informamos que, depois, temos mais quatro participações com a segunda Mesa.

Obrigado, lury.

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – Obrigado.

Boa tarde a todas e todos presentes!

Agradeço à Comissão pelo convite, ao Senador Jean, e ao Presidente da Comissão, que esteve aqui anteriormente.

Trago uma saudação especial dos atingidos por barragens que, hoje – na verdade, toda esta semana –, estão em lutas no mundo, mas em vários Estados do Brasil, evidenciando essa problemática, e, em alguns lugares, enfrentando a truculência do Estado, a truculência da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polícia, só pelo fato de estarem fazendo a defesa e a denúncia do que está acontecendo no Brasil com a situação das populações atingidas.

A questão da insegurança de barragens, do nosso ponto de vista, do Movimento dos Atingidos por Barragens, é um aspecto até bem mais amplo do que o que nós estamos vivendo com o crime de Mariana... O crime da Vale em Mariana – Mariana não tem nada a ver. Aquela região maravilhosa... Que era, pelo menos, antes... –, o crime da Vale em Brumadinho e diversos outros crimes que já aconteceram ou acidentes, com o rompimento de barragens no Brasil. Mas a insegurança com o atingido começa quando ele tem notícia de que vai acontecer uma barragem, porque é aí que o atingido tem aquela certeza: "Eu vou ser roubado. Eu perdi o que eu construí de história, de cultura, de vida, de dignidade, nesse território em que eu vivo". Aí começa a insegurança da população atingida, porque nós sabemos que não há nem diálogo, não há construção que seja na perspectiva de, pelo menos, minimizar os impactos que as barragens causam na vida da população; não há honestidade; não há seriedade nos projetos que caminhem para isso. O que há é uma tentativa e um projeto, em todos eles, organizados, arquitetados e projetados por pessoas que sabem e se preparam, ao longo da vida e do tempo, para violar o direito das populações atingidas.

Desafio vocês a apresentar, nessas empresas, nos projetos de construção de barragens, qual é o núcleo que sentou e que pensou assim: "Nós vamos dedicar a inteligência a construir uma reparação adequada à vida dessa população". Porque o que nós conquistamos de direito foi lutando, foi perdendo companheiros assassinados, foi com companheiros presos, com companheiros criminalizados, porque temos que ficar no asfalto, trancando rodovias, em órgãos públicos.

Não sei se alguns de vocês que estão aqui, que estão no Governo ou que estão no Poder Judiciário sabem o que é passar dois, três dias em cima de uma rodovia, com várias famílias, lutando para que tenham um direito... Na verdade, para que não percam uma coisa que já tínhamos. Não é nem pedindo direitos que nos faltavam; é para que não tomem o que já tínhamos construído ao longo da vida, com todo o esforço que fizemos ao longo da vida. E, muitas vezes, a principal recepção que nós temos, o principal reconhecimento desse direito se dá com a polícia, para desobstruir as vias, como se fôssemos bandidos e como se não pudéssemos nos organizar para reclamar esse direito. Essa é a realidade das barragens no Brasil.

E a violência começa aí. A violência começa quando o atingido, quer seja rural ou urbano, sabe que não pode reformar mais sua casa, ou querer uma casa mais confortável, porque ele sabe que, daqui a 10, 20, 30 anos, embora não saiba quando, vai ter que perder. E a empresa já disse para ele: "Olha, essa área foi congelada, e você não vai poder reformar, porque você vai perder e, se pagarmos, nós não vamos pagar o que você fez". A violência é uma família morar 30, 40 anos, numa terra, e, porque ela não tem documento, por que ela não usa para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vender, a empresa chegar e dizer: "Você não tem direito a receber nenhum ressarcimento por essa terra, porque você não tem como comprovar que você é o dono, porque nós temos aqui um decreto de utilidade pública, e essa barragem vai ser feita pelo bem da Nação. Portanto, vocês têm que sair daqui". Não é condição de dizer: "Nós vamos negociar se vocês vão sair ou não; vocês têm que sair".

E, aí, começa a tortura, começa a pressão psicológica, inclusive do ponto de vista da desigualdade de pessoas, com equipes extremamente preparadas que têm essas empresas, e os atingidos, que não têm nenhuma forma de mediação, a não ser quando eles se organizam para poderem fazer frente a essas violações. E, quando eles se organizam, as empresas têm mecanismo eficiente de desorganização e de perseguição judicial, para criminalizar a luta dos atingidos, porque, ao contrário, as empresas não estão preocupadas, porque o atingido é considerado como custo, e o custo, na lógica do capital, você tem que diminuí-lo, para que seu investimento seja mais bem remunerado. Então, nós somos custo; nós não somos gente. Atingido não é visto como gente, na perspectiva do capital. Por isso que se pode colocar um refeitório de trabalhadores embaixo de uma barragem que corre o risco de estourar; por isso que se pode fazer isso, porque não é visto como gente. E essa é a luta permanente do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Então, a insegurança é permanente.

Vocês sabem o que é viver embaixo de uma represa com potencial de estourar? Você não sabe o que ela é, não tem uma informação adequada, não sabe os riscos que ela representa, mas todo atingido sabe que ela representa um risco, todo atingido sabe que amanhã poderá não estar mais vivo e não estar mais ali na sua casa, porque aquela represa, seja ela para qualquer atividade, pode romper e pode matar a sua família e extinguir sua comunidade.

Então, são esses elementos que são essenciais para a gente poder pensar e refletir sob o ponto de vista dos atingidos.

Nós aqui estivemos naquela audiência da Comissão de Turismo que a Senadora Fátima puxou, e nós já dizíamos: "Em Mariana, não foi feito nada, não foi resolvido nada". Então, se o criminoso não é punido, ele tem carta branca para voltar a cometer os crimes. E nós dizíamos: "Vão acontecer outros crimes". Só que, agora, o criminoso volta com uma dimensão maior do crime. Lá ele tinha matado 19; agora se chega a quantos? Trezentos, 400... Quantos vão ser? O criminoso volta a cometer o crime, e numa dimensão maior. E ainda é possível, pela lógica em que se desenrola as coisas, que usem as vítimas para poder "repotenciar" os lucros de quem cometeu o crime. Essa é a realidade extremamente complicada e a realidade que os atingidos têm vivido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política é extremamente importante. Agora, a gente queria enfatizar essa questão da participação. Quando não há política de direito para as populações, não há política de segurança. Uma coisa está extremamente atrelada à outra. Os companheiros que são mais do campo jurídico sabem que a lei que trata dos atingidos por barragens trata da questão da propriedade. E o conceito de atingido já avançou; há várias dimensões de atingido. Atingido não é só aquele que sai de sua casa porque a água chegou ao lago. É uma dimensão extremamente mais ampla, e é uma luta do movimento contra as empresas, porque as empresas querem cada vez mais – as empresas e o Estado – reduzir. Já chegaram a nos dizer que, se garantir direitos para os atingidos, afugentam os investimentos no Brasil. O Estado brasileiro já disse para nós que, se garantir direitos para os atingidos, afugentam investimentos no Brasil. Então, é essa a perspectiva do debate que tem de ser colocado.

É preciso, Senador, como proposta para esta Comissão, dado o tempo, que nos façam um diagnóstico das realidades dessas populações, porque estamos falando de um conjunto de coisas, mas não temos um diagnóstico real. Vou dar um exemplo de um diagnóstico: através da luta do MAB, nós conseguimos fazer na Barragem de Sobradinho na Região Nordeste, e – pasmem! –, nós encontramos várias famílias – eu posso depois passar o relatório com os dados concretos – que, depois de 30 anos atingidos pela barragem, não tinham acesso sequer a energia elétrica. Como temos em Tucuruí, trinta anos após a usina hidrelétrica, as pessoas que estão na usina e não têm energia elétrica. É inadmissível pensar isso, mas essa é uma realidade. E, quanto a essa realidade dos atingidos, tem o Estado de garantir um diagnóstico com participação. Não podem ser alguns espertos que vão lá, olham e dizem o que o povo quer, o que o povo está sentindo, porque o povo sabe o que quer e sabe o que está sentindo.

Por isso, estamos nas lutas, estamos nas ruas. Nunca faltou, do nosso ponto de vista de exposição, contribuir com o Estado brasileiro para formular políticas adequadas que atendessem os atingidos. Peguem ao longo da história em todos os Governos todas as pautas que nós colocamos. Todas elas têm um conjunto de propostas; não são só reclamações, entretanto elas não são resolvidas, não são solucionadas, não há a mesma atenção e agilidade que há para os empreendimentos.

Para concluir, nós precisamos de um mecanismo que nos possa... Veja bem, são várias agências que tratam da política de segurança e fiscalização – ANA, Agência de Mineração e Aneel –, só que os atingidos são os mesmos. E costumamos dizer que os atingidos são cachorros sem dono, porque não há um órgão a que possamos nos reportar, não há um mecanismo. E somos vítimas de um processo em que vamos correndo de um lado para outro; cada um diz que a competência é de outro e ninguém resolve, ninguém aponta uma solução concreta. E, do nosso ponto de vista, isso é intencional, inclusive para não haver espaço, para não haver mecanismo que efetive a participação e possa absorver o que nós compreendemos como desenvolvimento e o que nós compreendemos sobre a questão da segurança de barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos várias ideias e já as temos apresentado. Inclusive a Lei de Segurança de Barragens achamos que é muito boa. O problema não é a lei; o problema é a efetivação dela. A lei está dizendo que se tem de participar. Agora é possível que comece a criar mecanismos que não sejam reais da participação do povo para se dizer que há participação, porque é uma questão de lógica, da política.

A política de construção de barragens no Brasil é uma política extremamente violentadora de direitos humanos e não trata a população como gente. E nós somos gente. Nós somos cidadãos brasileiros, nós construímos este País e nós não vamos aceitar morrer soterrados por barragens, hidrelétricas e mineração. Não podemos fazer isso! Podem continuar nos reprimindo, mas nós vamos continuar lutando, porque essa é a única alternativa que nós temos. Nós não temos outra. Por isso nós achamos muito importante e solicitamos a esta Comissão que possamos fazer encaminhamentos concretos e que possamos dar aos atingidos pelo menos a possibilidade de ter esperança de que isso vai mudar, de que isso vai começar a mudar. Estamos há trinta anos lutando, e a coisa tem piorado para os atingidos, mas a nossa luta continua.

Por isso a gente queria saudar de forma muito especial aos atingidos que estão nas ruas toda esta semana em praticamente todos os Estados do Brasil. Estão em caminhadas, porque infelizmente o 14 de março ainda é marcado com mais uma perversidade, o assassinato da companheira Vereadora Marielle Franco e do seu trabalhador, motorista Anderson, no Rio de Janeiro. Infelizmente o Brasil ainda tem de viver isso.

Então, a gente continua em luta.

Queremos agradecer e pedir a vocês uma forte salva de palmas para luta dos atingidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – lury, obrigado.

Eu quero assegurar a você que nesta Comissão, em nome do Presidente Fabiano Contarato e dos demais membros, que você terá toda oportunidade – e o movimento também – de trazer as contribuições que são necessárias para a gente seguir neste trabalho.

Eu queria, rapidamente, agradecer às quatro pessoas que estiveram na primeira Mesa e pedir ao Carlos, à Deborah, ao Leandro e ao lury que tomem lugar com microfone próximo, porque eventualmente ainda vamos fazer ao final um debate.

Aproveito para chamar os quatro participantes da próxima Mesa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Leila, obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu vou ter de sair, me ausentar, mas eu queria fazer algumas colocações...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... a respeito do PLS 550, que foi aprovado aqui na Casa.

Ele foi construído a várias mãos, principalmente na última legislatura. Quando cheguei à Casa, já era o segundo dia da ocorrência do acidente de Brumadinho. Eu consultei a assessoria legislativa da Casa se existia algum projeto aqui que contemplasse e atendesse para termos mais celeridade, para darmos resposta mais imediata para toda população, principalmente para as pessoas atingidas e a Minas Gerais sobre essa questão das barragens. Então, sentamos e nos debruçamos... Nós não tivemos tempo, porque queríamos dar uma resposta. Mas eu vou deixar esse material com todos vocês, porque eu acho que, se a gente não teve tempo porque queríamos dar uma resposta, acho que ainda há tempo para dar contribuição.

Foi muito bacana. Queria parabenizar o senhor por esta iniciativa, porque abre o olhar e sensibiliza mais ainda. Eu já estou supersensibilizada com tudo que aconteceu. Primeiro, por Mariana e por não termos dado resposta por três anos e logo depois pela tragédia em Brumadinho.

Há uma parte do projeto sobre o que depois vocês vão ter oportunidade de se debruçar – o art. 12, §2º:

§ 2º Os órgãos de proteção e defesa civil e a população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do PAE quanto às medidas de segurança e aos procedimentos de evacuação em caso de emergência.

§ 3º Antes do início do enchimento da barragem, o empreendedor deverá:

I – instalar equipamentos de alerta de emergência e sinalização de rotas de fuga e de pontos de encontro;

II – realizar audiência pública para apresentação do PAE;

III – promover treinamento de evacuação com a população da área potencialmente afetada;

IV – divulgar à população o contato para oferecimento de denúncias relacionadas à segurança da barragem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 4º Os procedimentos de evacuação em caso de emergência previstos no PAE serão coordenados pelos órgãos de proteção e defesa civil das áreas atingidas ou potencialmente afetadas pelo acidente...

Houve a contribuição do Senador Anastasia no seguinte: o órgão fiscalizador delimitará a área de proibição de ocupação humana e fixa o prazo para o empreendedor remover as pessoas em situação de risco.

Enfim, temos aqui um material que eu gostaria muito que os senhores pudessem... Obviamente nós não tivemos a oportunidade de ouvir o MAB, e eu realmente acho que é importantíssimo. Estou deixando aqui, junto com a minha assessoria, todo material para que vocês possam... Vai passar pela Câmara. Acho que vale o trabalho. Nós temos aqui Deputados também. Peço aos meus colegas da Câmara que a gente se debruce sobre esse PLS e que a gente trabalhe em cima dele, junto com todos vocês, para dar uma resposta definitiva... Não é definitiva, mas que a gente dê uma resposta para essas pessoas, para a população, para os atingidos, para aqueles que ainda estão em áreas de risco. Essa é uma aflição de todos nós, e este Congresso, esta Casa... Já estamos no segundo crime, no segundo assassinato de pessoas que foram vítimas disso. Nós temos de dar uma resposta. Então, em nome do Senado, entendo a necessidade de ouvir todos. A questão aqui foi a de dar uma resposta imediata para que houvesse celeridade, mas ainda temos tempo para as contribuições de todos vocês. Quando esse projeto passar na Câmara e voltar para esta Casa, estarei de portas abertas para atender a todos, inclusive ao MAB.

Peço desculpas...

Pois não.

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Senadora, se me permite só uma observação, há uma prática antiga muito anterior à própria Lei de Segurança de Barragens das audiências públicas porque o licenciamento ambiental tem um caráter de participação social muito forte. As audiências públicas são a válvula de escape para negar a participação social muito mais do que garantir a participação social. Geralmente são realizadas em hotéis cinco estrelas, as perguntas só podem ser feitas por escrito e as pessoas não podem entrar de chinelo de borracha. Então...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então vamos ter de nos atentar a isso também, doutora. Nós vamos estar muito ligadas nessa situação também. Você pode ter certeza de que essa é uma contribuição que você já está dando para que a gente acrescentar ao projeto.

Obrigada, doutora.

Então, a ideia é essa. Sei que temos pessoas da área jurídica, toda a representação dos atingidos por barragens, vocês que são especialistas na área. O projeto vai estar aqui, nós vamos deixar... É isto: estamos de portas abertas. Acho que tanto o Senado quanto a Câmara





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm de se debruçar sobre esse projeto, sobre essa realidade e acrescentar para que a gente dê uma resposta efetiva e urgente à situação das barragens.

Eu queria parabenizar todos os atingidos. Não sei se é um dia para comemorar... Não é um dia para comemorar, mas apenas para lembrar e alertar que temos muitas pessoas atingidas por barragens, e nós, como entes públicos, temos de ter responsabilidade com a população, nós temos de dar respostas imediatas e efetivas a essa situação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Estou deixando aqui todo o material.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos prosseguir.

É interessante salientar que a gente escolheu essa dinâmica justamente... Pessoal, eu pedi que vocês sentassem em lugares onde há microfones para a gente continuar com o segundo bloco. Saliento de novo que esta dinâmica foi proposital, colocando o bloco de Governo, o bloco de respostas mais regulatórias, de política setorial ao final, para que a gente pudesse problematizar antes e depois ter alguma contribuição de volta.

Agora temos aqui algumas respostas. O próprio projeto de lei e a salientação dos pontos importantes do projeto de lei já são um tipo de resposta e provocam algum tipo de debate.

Eu queria chamar os próximos...

Sim.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Senador Jean Pau...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um prazer.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Primeiro, parabenizo-o por assumir a presidência dos trabalhos juntamente com os nobres Senadores e todos os que fizeram parte da Mesa, em especial a todos os atingidos por essas tragédias das barragens e todos que estão ao redor das barragens em risco.

Sou Mauro Nazif, de Rondônia. Falo aqui, em nome do MAB de Rondônia, do João e da Flávia. Estamos tendo muitas preocupações também lá em Rondônia, mas eu gostaria aqui de citar e cumprimentar todos os que fizeram parte da Mesa anterior, Sr. Presidente. Eu me senti





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contemplado por todas as falas, mas uma fala me chamou muito a atenção, a do Dr. Carlos Vainer.

O Dr. Carlos Vainer começou pelas tragédias, elencou diversas tragédias que aconteceram no mundo – é o resultado final. Ao mesmo tempo mostrou como se pode tentar evitar, como acontece hoje e o que mais chama a atenção e preocupa: a complacência do Executivo, as anuências do Judiciário e até em parte do MPF nos TACs, nos acordos que são firmados.

E quem paga o preço do prejuízo é só um: o povo. É o povo, lury, atingido por todas essas tragédias. Quem leva o lucro de tudo isso é quem ocasiona todos os danos, que são as usinas. Então quem paga o preço é quem perde vida, perde tudo que fez na vida, e quem ganha são aqueles que estão construindo, que estão empreendendo.

E um ponto importante: isso virou um mecanismo institucional, é de usina para usina. "Nós podemos fazer isso, podemos fazer aquilo, e nada vai acontecer; vêm as multas, vêm as indenizações, e nós jogamos: vamos nos remeter a TACs, vamos pedir mais prazos"... E as famílias praticamente despejadas dos seus locais, muitos perdendo suas famílias. E não quero aqui fazer discurso político porque eu acho que nem cabe, que o sofrimento é tão grande que não cabe discurso político, mas só ressaltando isso tudo que vem acontecendo – com a complacência do Executivo, a anuência do Judiciário e também do Legislativo. Incluo nós representantes que aqui somos, eleitos, nessa anuência.

Nós temos duas grandes usinas no Estado de Rondônia, Jirau e Santo Antônio, que geram energia para mais de 40 milhões de brasileiros. Repetidamente temos observado enchentes históricas no Estado. Históricas. A maior enchente aconteceu em 2014, quando mais de 30 mil pessoas foram desalojadas, desabrigadas de suas localidades. Eu era Prefeito, na época, de Porto Velho. Trinta mil pessoas. Um prejuízo demonstrado, Procuradora, ao Ministério da Integração e ao Ministério das Cidades de mais de R\$1,2 bilhão. O Governo Federal repassou ao Município de Porto Velho a quantia de R\$600 mil. Um bilhão e duzentos milhões. Mas Deus foi tão bom para nós lá, e eu posso falar que eu sou muito grato por isso, que nós não registramos um caso de óbito. E tudo isso ocasionado pelas usinas, tudo ocasionado por essas usinas, enchente histórica, centenária, e que agora está sendo recorrente. Histórica lá significava 19,70m. Hoje, com 17,30m, já está atingindo boa parte da cidade, decorrência do assoreamento que existe no Rio Madeira.

Distritos como Jaci-Paraná, Nova Mutum, são atingidos. Eles tiveram que sair daqui porque foram para uma outra reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Estiveram lá. E até coloco alguns pontos que foram colocados aqui por eles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles pedem, para se ter uma ideia, Procuradora... Para se ter uma ideia, eles exigem o remanejamento de toda a comunidade de Jaci-Paraná. Foram semana passada propor às usinas que vão botar 30 milhões para o distrito, para fazer aquilo que eles bem entenderem como sendo o melhor, e a comunidade só quer uma coisa: ser remanejada de Jaci-Paraná. Por quê? Porque o Rio Jaci Paraná virou um reservatório da Santo Antônio Energia. E a água vem pelo Rio Madeira, vem por trás pela Santo Antônio, e está engolindo Jaci-Paraná.

Não existe um plano de defesa, não existe plano de ação nenhum apresentado até hoje por essas usinas. Não existe plano. Eles dizem que vão mostrar, sempre dizem. E sempre mentem. Eles mentem. Então, Dra. Deborah, a senhora, como Procuradora... Os órgãos... Eu sei que esse trabalho é feito, e lá eu reverencio muito a Procuradoria da República, porque eu sei que a luta não é fácil. A luta não é fácil! Mas o prejuízo hoje está sendo muito grande.

Quando eu vejo aqui o lury falar... lury, você me remete a todo esse povo, todo esse povo que está sendo atingido.

Nós temos aqui questões muito sérias. A ANA esteve fazendo visita e considerou 22 usinas do Estado de Rondônia como sendo...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Desculpem-me aqui estar falando especificamente de Rondônia quando a pauta é uma pauta nacional, mas eu entendo que Rondônia também é um espelho do Brasil, porque nós geramos para 40 milhões de brasileiros a energia. A ANA esteve lá e colocou 22 usinas como sendo usinas de alto risco. Nós já pedimos que a Aneel mande por escrito. Eu não quero das usinas. O bêbado nunca fala que é bêbado; o ladrão nunca fala que é ladrão; a usina nunca vai falar que traz dano para a população, as usinas nunca irão falar isso. Agora, eu quero ver o Governo se manifestar, e o Governo tem que se manifestar por escrito, e não depois do que acontece.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores representantes, entidades aqui presentes, a pauta é muito séria. É o tipo do dia em que a gente não pode nem parabenizar, "olha hoje é o dia internacional, hoje é o dia mundial...". O que nós temos para parabenizar? Nós podemos parabenizar pelo Dia das Mães, Dia dos Pais, desejar feliz Natal, feliz Ano-Novo. Que parabéns nós podemos dar hoje? Como eu vou me dirigir, Carlos, como é que eu me dirijo ao povo? Só falando que nós temos muito o que fazer e nós temos que tomar para nós a responsabilidade.

Cumprimento o senhor, Senador: parabéns pela atitude! E no que precisar, no que nós pudermos trabalhar juntos, pode nos convidar que também estaremos presentes.

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mauro Nazif. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Deputado Mauro, e obrigado pela participação.

Deputado Léo, eu queria, antes de lhe dar a palavra, rapidamente chamar a Mesa para a gente começar a segunda parte. Eu vou diminuir o tempo de cada um, mas eu queria de fato apresentar e ouvir as pessoas que vieram nos prestigiar nesta audiência.

Sr. Rafael Silveira, Diretor de Projetos Estratégicos do Ministério de Desenvolvimento Regional; Sr. Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas; Sr. Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, a quem agradeço; e Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União.

Enquanto nós estamos montando a Mesa, Deputado Léo, por favor.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – Senador Jean Paul, agradeço a oportunidade e parabeno a Comissão pela condução dos trabalhos. É uma necessidade nós debatermos assunto tão relevante e importante, e ainda mais com pessoas tão qualificadas como nós tivemos no primeiro dispositivo.

Quero cumprimentar o colega, Deputado Mauro; o Senador Confúcio, que aqui esteve.

Lógico que remonta à tragédia, vem imediatamente à cabeça toda a tragédia – mais do que uma tragédia, o genocídio – que aconteceu em Brumadinho, aconteceu em Mariana e também o que acontece diariamente próximo a nossas usinas hidrelétricas, em áreas de barragens, nas nossas comunidades ribeirinhas.

Sou do Estado de Rondônia, fui Deputado Estadual, votei sempre contrário, por exemplo, ao aumento das turbinas, ao aumento do reservatório das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, e a gente parte de uma premissa um tanto viciada e errônea, equivocada, de que crime de soberania nacional é reivindicar melhorias ou pelo menos a garantia de direitos preconizados na nossa Constituição. Mas não é crime de soberania nacional, por exemplo, quando a usina alaga o reservatório muito mais do que o autorizado no EIA-RIMA, que é devidamente comprovado, e ninguém fala nada.

A agência reguladora inverte a lógica no Brasil há muitos anos. As agências reguladoras não fiscalizam e não trazem qualidade e dignidade para o cidadão, muito pelo contrário: são benevolentes, são, sim, complacentes, são flexíveis para atender o interesse muitas vezes das empresas. E não quero falar em fechar portas e impedir que o mercado tenha um mínimo de regulação e que se prevejam, sim...

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – ... o benefício e o lucro, mas sobretudo os prejuízos que acarretam para aquelas populações ribeirinhas tradicionais e que vivem ao lado da água e não a consomem, por exemplo. Nós temos áreas alagadas com terras encharcadas, com água contaminada, pessoas que não conseguiram sequer a sua indenização ou reintegração, centenas de casos judicializados no Estado de Rondônia. As usinas sequer, por exemplo, participavam das audiências públicas e dos chamamentos que fizemos na Assembleia Legislativa. As audiências promovidas por elas para legitimar o feito, para trazer um ato jurídico perfeito, conforme a lei, nunca teve participação social como deveria. Nós sequer podíamos participar.

Requeri agora, e gostaria de pedir o apoio da Comissão e dos Senadores da República, que a gente faça uma visita *in loco* para diligenciar sobre os riscos de rompimento das nossas usinas. Para vocês terem uma ideia, nós oficiamos, pedimos uma agenda para levar geólogos, engenheiros, engenheiros de segurança do trabalho, engenheiros civis, e foi denegado nosso pedido. Foi denegado um pedido legítimo de um mandato que deve ser popular.

Então, nós gostaríamos que esta Comissão de Meio Ambiente, assim como a Comissão de Minas e Energia, a qual componho lá na Câmara Federal, que nós possamos fazer essa diligência nas duas usinas hidrelétricas que estão localizadas em Porto Velho, no nosso Estado de Rondônia, Senador Jean Paul. Isso é de vital e fundamental importância.

E fora essa questão imediata do risco do rompimento das barragens, dos rejeitos, que também é mais ou tão grave quanto, é difícil o entendimento de que no Estado de Rondônia nós pagamos a energia mais cara do Brasil! Como entender que mais uma vez utilizam nossas riquezas e sequer conseguimos ter um preço... A gente tem discutido, Senador Jean Paul, por exemplo, o marco regulatório da energia elétrica, para que a gente possa ao menos discutir as imunidades tributárias. Estado que produz e gera energia elétrica sequer fica com imposto para investir em benefício da população!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos discutindo isso.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – Isto é, nós ficamos com nada ou muito pouco. A água passa entre as nossas mãos, e temos que nos contentar com a síndrome do cachorro vira-lata, que o pouco é muito e a gente tem que aplaudir. A gente não pode aceitar e a gente precisa do apoio institucional. A gente tem que prever, sim, uma moratória. Esses atos protelatórios meramente com interesse de engessar ou de não beneficiar as populações atingidas que o doutor mencionou, isso é muito claro. Que se preveja uma moratória, que se cassem as licenças de instalação e operação, que são dadas num piscar e num estalar de dedos, num piscar de olhos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, se eles estão lá utilizando uma margem muito maior de áreas alagadas, que se casse a licença de operação para que a gente possa discutir legalmente o que deve ser feito. Que possamos legalmente discutir o que pode ser feito. Fica-se aqui com essa inversão de valores, quando nós podemos legislar. Ora, a multa deve ser aplicada a eles. A penitência deve ser dada a eles, e o perdão à população, que está lá muito tempo antes dos empreendimentos, que sequer ficam no nosso Estado de Rondônia.

Tenho falado há muito tempo que a água – e concordo com a Procuradora – já é motivo das maiores discórdias em nível mundial, e cada vez mais estará flagrante na nossa Nação. A gente tem que proteger as áreas fronteiriças e também a maior bacia hidrográfica, a maior bacia de água doce que nós temos no mundo, e Rondônia está compreendida nela. A gente tem que fazer o quanto antes, porque depois o leite está derramado, como aconteceu nas nossas usinas hidrelétricas.

Agora temos a Usina Hidrelétrica Tabajara, a usina hidrelétrica binacional Bolívia-Brasil, em Guajará-Mirim, e a gente não pode cometer os mesmos erros.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Verdade.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – O Brasil tem o talento para tornar o provisório permanente. A gente tem que visualizar isso com mais coerência e responsabilidade. Isso não é discurso, isso não é palanque, mas isso é, sem sombra de dúvidas, dignidade, sobrevivência humana e respeito à Região Norte, ao nosso Estado de Rondônia.

Fica aqui a condição de nós legislarmos em comum acordo, a várias mãos, porque o problema todos nós já sabemos, o difícil são soluções. Leis nós temos aos bocados, mas também poucas são aplicadas e têm efeito prático em benefício da população.

E quanto às agências reguladoras, nós estamos agora colhendo assinaturas para criar uma frente parlamentar de acompanhamento e fiscalização das agências reguladoras do nosso País. Agência reguladora aqui é para inglês ver, é para brincar, é para fazer de conta, mas, para realmente atender a sociedade... Faz-me rir, porque isso não acontece. São só salários gordos para atender, muitas vezes, interesses de grupos políticos.

Muito obrigado.

Fica esse reclamo em função da vontade de todas as pessoas que nos pedem essa manifestação aqui, principalmente no interesse de legislar em benefício da maioria – se não no interesse de todos, pelo menos no interesse da maioria vamos legislar.

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Deputado Léo. (*Palmas.*)

Deputado Mauro, Deputado Léo, com certeza a Comissão atenderá o convite e a informação das visitas solicitadas, para estarmos juntos lá e legislarmos juntos a respeito desse problema.

Vamos prosseguir, então, com os nossos convidados deste período.

Eu queria dar voz ao Diretor-Geral Victor em primeiro lugar, porque ele tem de sair e deixará o Ouvidor Paulo Santana, também para participar da fase de perguntas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

Obrigado, Diretor Victor.

Eu vou marcar o tempo: vamos ter aquele estrilado quando estiver faltando um minuto.

O SR. VICTOR BICCA – Sem problema.

Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Bom-dia a todos, bom-dia a todas.

Quero cumprimentar meus colegas companheiros de Mesa e dizer que sou servidor público federal há 35 anos, sou geólogo por formação, tenho especialização em docência na Unicamp e hoje ocupo a função de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, agência que foi criada no final de 2017 e implantada em 5 de dezembro de 2018.

Não temos grandes salários, Deputado. Nós somos uma agência em implantação, somos uma agência que foi criada sem aumento de despesas e continuamos recebendo exatamente o que recebíamos antes de sermos transformados em agência reguladora.

Eu fiz um apanhado rápido, Presidente Senador Jean, e queria, para ganhar tempo, já passar de imediato para a primeira transparência – não sei se vou saber operar.

A ideia era falar desta agenda: contextualização da Política Nacional de Segurança de Barragens; histórico da implementação da política; medidas e ações adotadas antes de novembro de 2015; medidas adotadas pós-2015; e medidas adotadas pós-janeiro de 2019, propostas legislativas; e, por fim, algumas considerações finais.

Os conceitos da Lei 12.334, de 2010...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui cabe um registro: após a votação, com a promulgação da lei da Política Nacional de Segurança de Barragens, o então DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, não teve nenhum concurso público específico para prover o órgão de profissionais com competência específica para fazer cumprir o que está previsto na legislação, ou seja, profissionais que tenham conhecimento específico em geotecnia, na área da engenharia, que permita a condição ao fiscal para, efetivamente, fazer uma fiscalização adequada.

Bom, o empreendedor... Essa lei define com muita clareza que o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la (art. 4º, III). Da mesma forma, a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)...

Ainda dentro da lei da Política Nacional de Segurança de Barragens, o art. 5º define que a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações, à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos – no caso, é o Ministério de Minas e Energia e o antigo DNPM, agora Agência Nacional de Mineração – e também à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação.

Este é um histórico muito resumido da evolução da política, da implementação da lei: de 2009 a 2010, participação na discussão da elaboração da lei; 2011, participação no GT Interministerial, que baixou uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; publicação da Portaria DNPM nº 416/2012, que foi a primeira regulamentação da Lei 12.334; depois, em 2013, nós editamos uma portaria, a Portaria DNPM nº 526, também regulamentando, aperfeiçoando, aprimorando aquela primeira regulamentação; a partir de julho de 2016, nós suspendemos a análise de Planos de Aproveitamento Econômico de empreendimentos que continham projetos de construção com alteamento a montante – então, desde julho de 2016, o Departamento e, agora, a Agência Nacional de Mineração, não analisa Planos de Aproveitamento Econômico que contenham esse tipo de barramento –; em 2017 publicamos a Portaria DNPM nº 70.389/2017, que revogou a 416 e a 526, e teve início a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração; em 2019, após a tragédia de Brumadinho, nós publicamos a Resolução ANM nº 4, de 15 de fevereiro de 2019 – eu vou detalhá-la um pouco mais à frente. Esse é o universo com que nós trabalhamos.

Na justificativa da convocação, Senador Jean, há referência a 24 mil barragens. Então, dessas 24 mil barragens, nós somos responsáveis pela fiscalização de algo em torno de 769 barragens, das quais 425 estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e 344 não estão inseridas.

Para fazer parte da Política Nacional de Segurança de Barragens, a lei definiu critérios. Por exemplo, o barramento tem que ter mais de 15 metros de altura; o volume represado tem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que ser maior que 3 milhões de metros cúbicos; a natureza do que está sendo barrado – se é letal ao meio ambiente ou não – também enseja a inclusão na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Aí temos uma divisão por categoria de risco. Duas estão mapeadas com alto risco, 61 com risco médio, e 362 com risco baixo. É importante, porque a categoria de risco é essencialmente lastreada na questão de engenharia, ou seja, há plano, há projeto de engenharia para a construção da barragem? Sim. Há profissional legalmente habilitado que responda pelo projeto? Sim. Ela foi construída sob a execução de um profissional responsável? Foi. Então, é isso que define... Então, é importante ter claro esse conceito, porque é um conceito definido em lei, quer dizer, não é risco, mas risco no que tange à questão de engenharia. Agora, o dano potencial associado, sim: esse considera, em caso de acidente, se há vítimas, a quantidade de vítimas, o prejuízo ambiental, enfim, outros fatores. Então, nessa classificação, nós teríamos, do universo inserido na Política Nacional de Segurança de Barragens, 219 com dano potencial alto; 157, médio; e 49 com potencial baixo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICTOR BICCA – Não sei se eu posso dispor do meu tempo, que já é curto. Eu prefiro não parar.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Isso daí é baseado na declaração do empreendedor?

O SR. VICTOR BICCA – Não, isso aqui é o sistema...

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Ele é que diz que tem um engenheiro, que foi feito isso...

O SR. VICTOR BICCA – Não, não é ele que diz, é ele que comprova através da Anotação de Responsabilidade Técnica, que é um documento legalmente definido pelo Confea-Crea. É o conselho que define.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICTOR BICCA – ART.

Por último, então, Paulo, só para não perder o foco aqui – já estou atrapalhado.

Método construtivo: montante ou desconhecido, 84; linha de centro, 30; jusante, 107; etapa única ou dique de partida, 204. Então, é só para dividir o universo com que trabalhamos.

Esse é o mapa do Brasil, que nos mostra onde estão localizadas essas barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma evolução normativa, muito rapidamente. Nós tínhamos, no passado, duas portarias que regulamentavam a lei de 2010. Nós aprimoramos a regulamentação através da Portaria 70.389, de 17 de maio de 2017. E por que dizemos que aprimoramos? Porque ela foi executada a várias mãos. Essa portaria esteve em consulta pública por 73 dias. Houve centenas de contribuições e nós aperfeiçoamos. Aí, nós criamos um grupo de trabalho dentro do então DNPM para consolidar as contribuições que chegaram através da consulta pública. Então, houve avanços significativos no aprimoramento da regulamentação.

Lamentavelmente, lamentavelmente, todos os avanços não foram suficientes para impedir a tragédia que ocorreu no dia 25 de janeiro lá em Brumadinho. Então, estamos retomando tudo o que foi feito na busca de aprimoramento ainda maior.

Essa Portaria 70.389 prevê:

- extrato de inspeção regular inserido quinzenalmente no SIGBM, quer dizer, de 15 em 15 dias tem de haver uma fiscalização, Dr. Carlos Vainer, fiscalização que é feita pelo empreendedor, e ele tem de reportar os parâmetros que ler nos instrumentos que aferem a condição de estabilidade, como piezômetro e inclinômetro, e ele tem de alimentar o sistema que nós desenvolvemos, ao qual vou me referir rapidamente;
- Declaração de Condição de Estabilidade semestral em vez de anual (uma declaração de estabilidade é dada em março e outra em setembro);
- maior criticidade para a elaboração dos relatórios;
- Inspeção Especial diária quando houver necessidade para tal;
- implantação do Plano de Ação Emergencial para Barragens de Mineração com DPA alto e DPA médio ou quando existe população a jusante.

É importante lembrar que, nesse plano de ação emergencial, pessoal – não sei se todos sabem –, nós exigimos que o empreendedor apresente junto à agência a comprovação de que ele protocolou o plano de ação emergencial no Município e na Defesa Civil. Essa exigência é feita sob pena de interdição do empreendimento. Então, todos os Municípios e todas as defesas civis municipais têm conhecimento do plano de ação de emergência dessas estruturas de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens com DPA alto ou médio e com essa condição de risco para a vida humana.

A portaria também traz a definição da Zona de Autossalvamento; a obrigatoriedade de se ter sirenes nas Zonas de Autossalvamento; treinamentos internos sobre o PAEBM.

Os palestrantes anteriores mencionaram a questão do treinamento, e isso está previsto na lei, é exigido que se faça o treinamento. Nós, lamentavelmente, não temos a cultura da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção. Precisamos aprimorar isto, os treinamentos internos sobre o Plano de Ação Emergencial.

A portaria também prevê a obrigatoriedade de se elaborar Relatório de Causas e Consequências.

Enfim, houve uma série de aprimoramentos, houve uma evolução grande na legislação.

Agora, após a tragédia de 25 de janeiro, nós baixamos a Resolução nº 4, agora já da Agência Nacional de Mineração, e aquela proibição que eu mencionei que era praticada desde julho de 2016 foi transformada numa proibição definitiva, ou seja, está proibida, em todo o Território nacional, a utilização do método construtivo por alteamento a montante.

Ficou proibido também o empreendedor manter ou construir na Zona de Autossalvamento instalação que inclua presença humana.

Fica proibido o empreendedor manter ou construir na Zona de Autossalvamento...

Foi estabelecida a obrigatoriedade de sistemas automatizados de acionamento de sirenes para todas as barragens na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Aí é importante – vou fazer um breve comentário – o seguinte. Nós já tínhamos, e agora temos ainda mais, cuidado e preocupação, porque o sistema que nós desenvolvemos, que é o Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração, tem esse pressuposto que foi observado aqui pelo Dr. Carlos: é a mão do empreendedor que alimenta o sistema. Então, há um pressuposto de seriedade na alimentação do sistema. Agora, é claro que, como há intervenção humana, sempre há uma área de risco, porque ele pode ser movido por outros interesses que não efetivamente a segurança da barragem.

(Soa a campainha.)

O SR. VICTOR BICCA – Então, nós estamos... As empresas estão sob a exigência de, até o final de junho e início de julho, automatizarem as leituras dos instrumentos.

Relativamente à barragem de Brumadinho, nós tivemos, no dia 27 de janeiro, num programa televisivo, a entrevista de um operário que estava exatamente no meio do corpo do barramento. Ele estava lá com uma sonda fazendo pequenas perfurações para colocar piezômetros automatizados, ou seja, as leituras seriam automáticas – fazer leitura e mandar direto para o sistema. A intenção era tirar a interferência humana para evitar qualquer descaminho no processo de leitura. Ele, então, deu o depoimento de que estava fazendo esse trabalho lá.

Então, o sistema de avaliação possui vários módulos: cadastrar; atualizar informações; gerenciar barragens; os relatórios gerenciais; fiscalizar *in loco*; público externo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campanha.*)

O SR. VICTOR BICCA – Só para dar um exemplo, em 2018, no mês de fevereiro de 2018, nós tivemos, em nove ocasiões, o acendimento da luz do sistema e fizemos intervenções nas empresas; em algumas, vistoria *in loco*; em outras, obras emergenciais. Nessas nove intervenções que houve, as anomalias que suscitaram o acendimento da luz do sistema foram mitigadas, e não houve nenhum problema. Então, o sistema, se bem alimentado, com seriedade, com boa técnica, realmente funciona, e é esse aprimoramento que nós estamos buscando agora para tirar o máximo possível essa interferência humana do processo.

Então, são esses os módulos.

Aí, uma definição. O sistema tem informações gerais, classificação, profissionais envolvidos, ações cotidianas a serem reportadas. Ele traz o posicionamento do barramento, a localização, os responsáveis técnicos, o quadro geral das informações.

É evidente que o empreendedor, quanto às informações com as quais alimenta o sistema, não tem noção do cruzamento que nós fizemos, porque esse é um trabalho interno, o sistema tem uma parte não acessível ao empreendedor, que gera os relatórios internos.

Muito obrigado.

Desculpem a correria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Victor. Nós é que pedimos desculpas por fazê-lo correr, assim como todos os demais.

Eduardo, se você quiser fazer a sua intervenção agora, depois fariam o Rafael e o Alan.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Senador, muito obrigado pelo convite à Defensoria Pública. Desejo também muito sucesso. Já começa muito bem ao trazer esse assunto em sua legislatura.

Como sou um ponto fora da curva aqui, vou voltar ao tema da Mesa anterior, que foi a questão das constatações que têm sido vistas de deformidades na política de segurança de barragem e de atenção às populações que são atingidas por esses empreendimentos. Nesse sentido, pela Defensoria Pública, que é um órgão de Estado destinado a dar acesso à Justiça, realmente dar instrumental jurídico para a população para lidar com as violações de direitos que elas enfrentam, a gente se envolveu diretamente não só com a questão de Brumadinho e Mariana, e ainda mais nessa fase do processo de construção da Usina de Belo Monte. Neste dia, acho muito importante a gente trazer esse assunto na Comissão de Meio Ambiente, até para reforçar que o meio ambiente não é algo isolado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algo que se tem trazido aqui é que a defesa do meio ambiente é um entrave ao desenvolvimento, é algo contrário, que pode ser um entrave. Mas a gente tem trabalhado, até nas respostas dadas a Brumadinho, o caráter socioambiental, que é o principal, que tem que ser tratado em relação ao meio ambiente. O meio ambiente equilibrado é um interesse sobretudo da população que está no próprio local desses empreendimentos, a sua defesa, porque, como já foi tratado aqui, qualquer desequilíbrio ambiental afeta a própria condição existencial dessas pessoas, a própria autoidentificação delas com o ambiente em que vivem, com a cultura onde estão inseridos. Então, o meio ambiente é algo essencial para a condição das pessoas e das comunidades.

Nesse sentido, até retomo a conversa, a exposição do lury, quando se trata de segurança, a primeira coisa com que realmente a comunidade lida quando se trata de barragens é realmente a insegurança. A Defensoria Pública, logo ao chegar em Brumadinho, lidou muito claramente com essa insegurança. Eu cheguei lá dois dias depois de quando aconteceu a tragédia, o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Os primeiros relatos dos meus colegas que chegaram e que eu constatei logo que cheguei é que era uma população em transe, uma população que não sabia para onde ia, o que faria. A gente não conseguia sequer prestar assistência jurídica, porque a população não sabia o que faria, o que seria da sua existência num contexto desse.

Então, dentro de vários pontos que podem ser tratados aqui que foram muito bem colocados pelos expositores e expositoras que me antecederam está essa questão da preocupação com o envolvimento social do empreendimento. Esse envolvimento social, seja no momento do anúncio da obra, da escolha da obra, do início da sua execução, até da operação e finalização, inclusive em casos de acidente, é absolutamente central aqui, não pode se perder em nenhum momento. E essa participação precisa ser substantiva. Ou seja, quanto ao envolvimento da comunidade, da sociedade atingida, não pode ser, como foi muito bem colocado até pela Dra. Deborah ao comentar o projeto de lei da Senadora Leila, não há como se propor uma consulta pública ou uma audiência e entender que se esgota o espaço de colaboração e envolvimento da sociedade, sobretudo da comunidade local no processo atinente às barragens. Isso precisa ser um processo substantivo, precisa ser um processo em que a população não só saiba, participe e tenha condições de dar respostas a isso.

Essa foi uma das questões que nosso aprendizado com o Rio Doce trouxe, porque o que se mostra muito claro é que as agências estatais – e aí eu não me limito só às agências reguladoras, a gente tem de trazer a responsabilidade também para o sistema de Justiça, aí é transversal –, a Defensoria Pública não tem meios, condições de lidar com o desafio absurdo que é um empreendimento de grande porte como, por exemplo, Belo Monte. Em Belo Monte, agora, movimentamos uma missão interinstitucional para termos uma noção de como as coisas estão. É um desafio gigantesco e a gente tem que reconhecer que o Estado só não pode levar isso. Ele tem que, sim, e aí, no sentido de acesso à Justiça – e acesso à Justiça não é pegar na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão e levar, mas empoderar e dar noção de cidadania –, entender que a comunidade é a principal interessada, é aquela que vai levar, aquela que vai sentir, aquela que vai dar a primeira resposta quando algo estiver errado.

Então, é essa centralidade que não pode se perder, que a gente aprendeu com as tentativas desastrosas em relação a Rio Doce, de tentar se substituir a essa comunidade ao buscar soluções, seja no TTAC, seja na reforma posterior, seja até agora, enfim, no TAC Governança, entender que não há solução que está na mão de alguma entidade mágica, seja estatal, seja "extratal". Isso precisa ser devolvido à sociedade, precisa ser um ponto central de qualquer que seja a política: política de segurança, política de reparação. E isto foi trazido logo nas primeiras respostas que as instituições de Justiça deram para Brumadinho, entender: "Olha, vamos começar aqui uma discussão sobre o processo de reparação dessa sociedade que foi dilacerada por isso, foi completamente dilacerada".

Não há como se fazer os primeiros diálogos sobre a questão do auxílio emergencial, ou seja, do momento emergencial – a gente não vai nem discutir indenizações, a emergência –, a gente não pode fazer esse início sem prever para essas comunidades, primeiro, que elas estejam presentes. Elas precisam estar presentes, com direito de voz, entendendo suas formas de organização. Ou seja, a questão trazida pelo Leandro sobre o reconhecimento da importância das comissões, das formas de auto-organização dessas sociedades como instâncias legítimas para participar do diálogo, isso foi colocado desde o início. Então, a gente buscou toda a discussão, as propostas foram feitas nas comunidades, o que é importante também, porque, como trazido aqui, não adianta nada fazer uma audiência pública em local distante, de uma forma completamente alheia às formas de diálogo social dessa comunidade. Não há como fazer isso.

Além disso, uma coisa que ficou muito clara para mim assim que cheguei é que o monopólio da informação não pode estar com a empresa. A empresa não pode dizer. E até hoje há suspeitas em Brumadinho se o monopólio da informação que ainda está parcialmente com a Vale pode estar sendo uma ferramenta de ocultação de uma maior lesividade da tragédia. Então, esse monopólio da informação não pode estar na mão da empresa, não podem ficar as autoridades, muito menos a comunidade, dependentes da vontade da empresa, de um ato voluntário da empresa de dar essa informação. Essa informação precisa vir e é preciso haver um envolvimento público.

Sobre essa informação, acho que há até um relato que a Dra. Deborah trouxe na comissão nacional da missão dela, que ela fez na volta do Xingu, de que a informação que se prestava para a população local sobre as enchentes lá utilizavam um índice que ninguém entendia. Então, a população teve que ver, a partir das variações de altitude, o que esse índice significava para entender o quanto era atingida. A informação não pode ser hermética.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aí entro para o meu segundo ponto: a população precisa participar, precisa ter informação, mas precisa ter meios de entender essa informação, de traduzir essa informação, que foi outro dos importantes parâmetros colocados. E isso é o quê? Assessoria técnica. Entender que essa população precisa ter interlocutores técnicos creditados pela sua própria organização para poder traduzir isso e levar para a população, para poder dizer: "Vocês vão decidir", e uma decisão informada sobre os riscos que estão sofrendo, sobre as lesões que já foram infligidas e poder, nesse diálogo com empresas que, como trazido pelo professor, estão entre as primeiras, segundas, terceiras mundiais, dar o mínimo de equalização nesse diálogo.

Então, acho que aqui o que pode sair realmente, até para já aproveitar, respeitar o meu tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – ... e dar alguma concretude para isso, é realmente aprofundar a forma de participação social. Não adianta prever – isso já está muito bem previsto no Plano Nacional de Segurança de Barragem – participação, informação; precisa dar concretude. Precisa haver uma forma assegurada de que essa participação seja substancialmente efetiva, não meramente formalmente prevista. Então, precisa sim... E aí realmente vou só pontuar, as instituições de Justiça precisam estar preparadas para isso, precisa haver um diálogo sobre respostas não só às questões de barragens, mas de grandes empreendimentos. As formas de desenvolvimento social, o Judiciário, as instâncias de Justiça precisam estar preparadas para isso.

Por fim, há sim de se avançar no marco relativo à responsabilidade com direitos humanos das empresas, porque o decreto que saiu ano passado para isso foi um avanço, mas foi um avanço tímido.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Sequer avançou nos princípios que são colocados na própria ONU. Ou seja, o dever de informação que é colocado nos princípios gerais da ONU de empresas de direitos humanos fala que as populações, sobretudo as mais atingidas, têm de ser o foco preferencial das informações. Isso é previsto de forma muito genérica no decreto e precisa avançar dentro deste tripé que eu coloco aqui, que é participação, informação e assessoria.

Agradeço o tempo e coloco a Defensoria Pública sempre à disposição desta Comissão e do Senado Federal para mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muiíssimo obrigado, Eduardo.

Vou passar, sem mais delongas, ao Rafael.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei você como Diretor, Rafael, mas é Coordenador-Geral de Estudos e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional. Obrigado, Rafael.

Obrigado, Alan, por esperar. Daqui a pouco a gente volta.

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Bom dia, pessoal.

Queria agradecer o convite, parabenizar o Senador pela Comissão, cumprimentar todos desta Mesa e da que nos antecipou.

A minha palestra, o que o Ministério vem aqui colocar, como empreendedor público, é mostrar quais são as ações que o nosso Ministério, Ministério do Desenvolvimento Regional, está tomando, relativas à segurança de barragem. É uma palestra um pouco técnica, vou tentar ser objetivo e didático, o mais possível, estar aberto a perguntas e mostrar que o Ministério não está inerte. Ele está preocupado com essa questão e está fazendo, mesmo antes até do acidente de Mariana, muitas ações em relação à segurança de barragem e à proteção e defesa civil.

Bom, o objeto que pretendo apresentar aqui: Projeto de integração do Rio São Francisco, Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação de Barragens da União (Planerb), que foi um estudo elaborado numa parceria com o Banco Mundial, e um pouco da ação da Defesa Civil. Vou tentar ser mais rápido em respeito ao nosso tempo aqui. Acho que a palestra vai ficar um pouco grande, talvez seja mais fácil eu pular algumas partes.

Sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco, para quem não é familiarizado, esse projeto são dois trechos cada um: o Trecho Norte e o Eixo Leste, duas derivações do São Francisco que atravessam o Semiárido nordestino. O Eixo Norte são quinze barragens. Já foram construídas quinze barragens no Eixo Norte e, no Eixo Leste, doze barragens. Ali há uma relação delas.

O Plano de Segurança de Barragens. Já foram implementados todas no Eixo Leste, que é um eixo que já está em pré-operação, todos os reservatórios já estão com volume de operação e, no Eixo Norte, nós temos até o reservatório de Jati com o Plano de Segurança de Barragem já elaborado. Estamos esperando ainda a evolução das obras.

Dentro do Projeto de Integração do São Francisco existe um contrato de pré-operação, proteção e manutenção que hoje tem uma coordenação. Dentro do TAC foi prevista uma coordenação especialmente para a segurança de barragem e meio ambiente. Dentro dessa coordenação existe uma subcoordenação preocupada principalmente com a elaboração do plano de barragem e a implementação. Dentro dessa subcoordenação, foi programado um coordenador do Plano de Segurança de Barragem, do plano de ação inicial, que coordenaria três grupos: o de operação e logística, que faz um fluxo de informação com Inpe, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cemaden, com Inmet; um grupo de manutenção e observação, que trata das informações com as entidades externas e fiscalizadoras; e o grupo de relações públicas e comunicações, que troca informações com a sociedade civil, as populações dos ZAS, que são as zonas de autossalvamento, que é aquela zona em que as pessoas se salvam por si próprias, delimitadas pela onda cheia, a até 10km da onda de cheia ou meia hora da onda; e os comunicados e relatórios, que trocam ideia com o grupo de segurança de barragem.

Aqui é uma foto de uma das nossas barragens, que mostra que nossas barragens não são tão altas. Essa água represada é água de chuva. Esse é o Reservatório de Boa Vista, no Eixo Norte; ali, o Reservatório de Areias, no Eixo Leste.

Aqui eu vou tentar ser um pouco didático, é só o que nós estamos elaborando com o Plano de Segurança de Barragem. Essa foto é a história de um estudo de Dam Break. O estudo de Dam Break representa uma simulação do rompimento da Barragem. A simulação é imediata, seria como se tirassem a barragem e veriam como seria o comportamento da onda, a situação, o evento mais crítico possível. Ele mostra toda a área que seria afetada por esse Dam Break e consegue mapear para os nossos estudos quais são os edifícios que serão atingidos, onde serão atingidos e quem serão os atingidos.

No relatório, seriam mostrados todos os Municípios que serão atingidos, como, no nosso caso, os de Salgueiro, Cabrobó e Terra Nova; as estruturas que serão atingidas também, como um aqueduto da nossa própria obra; quantas serão as edificações; a distância a que esse Município ou essa edificação está da barragem; o tempo em que ela vai chegar; e a altura do lâmina d'água a que ela vai chegar. Então, a gente apresenta tudo isso mapeado. Isso vai ser entregue para a área de Proteção e Defesa Civil, para que ela apresente essa comunicação à população.

Acho que é isso.

Temos também o Mapa de Risco Hidrodinâmico, que é uma escala de cor que mostra qual é a força da onda em cada ponto do Dam Break. Por exemplo, na parte mais vermelha, estão os colapsos dos edifícios, onde a onda seria capaz de derrubar certos edifícios; na mais clara, a azul, a onda consegue derrubar crianças ou deficientes físicos. Com isso, a gente consegue planejar, fazer um planejamento de onde concentrar as forças de ação.

Aqui se trata do Pisf. Além desses planos de segurança que estão sendo elaborados, também foram financiados ao Dnocs todos os reservatórios estratégicos de recuperação que vão receber a água do Pisf. Então, também há uma preocupação com a segurança de barragens, com esse novo aporte de água. Foram transferidos recursos ao Dnocs, para que fossem feitos os reservatórios, a recuperação dos reservatórios que nós chamamos de estratégicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali também – não sei se todos conseguem enxergar –, nesse estudo de Dam Break, está dividida a Zona de Auto Salvamento. A partir dali até o ponto verde no canto inferior esquerdo, é a barragem, o barramento. Então, naquele mapeamento, entre a Zona de Salvamento até a barragem, há a denominada a Zona de Auto Salvamento, onde a população atingida precisa ser treinada, para que, quando ouvir uma sirene, quando houver algum indício de preocupação, ela esteja treinada para se salvar. E, a jusante, após essa Zona de Auto Salvamento, está a zona diretamente afetada, onde a população também precisa de treinamento. Mas ela não está nessa zona a que, em meia hora, em 10km, a onda vai chegar; nesse caso, há certo tempo de ação da Defesa Civil.

Essa foi a ideia do Ministério como empreendedor público. Apesar de nós sermos pessoa jurídica, de termos personalidade jurídica, houve uma situação em que o Ministério do Desenvolvimento Regional agiu como dono da obra. Então, por isso, nessas ações, o Ministério do Desenvolvimento Regional está agindo como empreendedor público.

Quanto às nossas vinculadas – aí são empresas públicas, donas de barragens e empreendedoras públicas –, o Ministério, junto com o Banco Mundial, elaborou o Plano de Ações Estratégicas para a Reabilitação de Barragens da União, o Planerb, que já foi apresentado até em outras audiências públicas desta mesma Comissão em que se tratou da preocupação com a segurança de barragens. Trata-se de um diagnóstico de 139 barragens, tanto do Dnocs quanto da Codevasf e também do extinto Dnos. É um diagnóstico estrutural, ambiental e até institucional. E também é uma adequação à Lei de Segurança de Barragens, é uma adequação dessas barragens à Lei de Segurança de Barragens, na elaboração do Plano de Segurança de Barragens.

Foram 139 barragens disponibilizadas nesses Estados. Vê-se que a maior concentração se dá nos Estados de Pernambuco, da Bahia e do Ceará, dentro dos órgãos Dnocs, Codevasf e Dnos.

Dentro das barragens inspecionadas, foi verificado que 61% das barragens foram classificadas com o nível de risco de atenção e que 29% estão em alerta, ou seja, 90% ou estão em atenção ou em alerta e precisam de alguma intervenção. Nove por cento estão normais. E aquele 1% deveu-se ao fato de que, na barragem Norte, em Santa Catarina, não foi possível fazer a inspeção por causa de manifestações indígenas.

Eu também gostaria de mencionar que não encontramos nenhum estado emergencial, aquela situação em que a população precisa sair dali imediatamente, em que o Plano de Ação Emergencial precisa entrar em ação. O que mais nos preocupa são as que estão em alerta, em que existe alguma anomalia que precisa ser tratada, para que ela não passe para a situação de emergência. Isso foi mapeado pelo Planerb e foi passado ao Dnocs e à Codevasf.

(Soa a campanha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Aqui, mostramos a distribuição de nível de risco. Como era de se esperar, Pernambuco, Bahia e Ceará possuem os maiores riscos, por terem também as maiores barragens.

Aqui mostramos uma classificação relativa ao risco potencial, que é o órgão fiscalizador que faz. Mas o estudo se antecipou a isso. A gente verificou que todas as barragens do Dnocs e do extinto Dnos estão inseridas na categoria A e que 84% das barragens estão na categoria A. O que isso significa? Isso significa que, em todas essas barragens, o Plano de Segurança de Ação Emergencial tem uma exigência máxima. Então, em todas essas barragens, terão de ser cumpridas todas as exigências previstas por lei.

Também dentro do produto, foi apresentado um programa de aplicação de recursos...

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – ... públicos em segurança de barragens.

Vou tentar ser um pouco mais rápido.

Ali, naquele gráfico XY, estão todas as ações que devem ser feitas em barragens e quais foram as priorizadas, aquelas em que a gente consegue baixar o maior risco.

A Proteção e Defesa Civil, talvez, seja a parte mais importante nessa discussão. É possível que a barragem rompa; isso não tem como se prever. Toda obra de engenharia é passível de rompimento. O problema é que ninguém pode morrer, e essa é uma ação da Defesa Civil. A Defesa Civil precisa estar equipada para justamente fazer essa interligação, de que tanto se está falando aqui, entre o empreendedor e a população.

Sobre a atuação, a gente conseguiu levantar – vou falar de forma bem resumida, porque meu tempo está curto – que o papel fundamental é a efetiva implementação.

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Não adianta nada um órgão ou um empreendedor apresentar um Plano de Ação Emergencial perfeito, com todos os detalhes, com todas as sirenes, se ele não for efetivamente implementado e passado para a população. Não adianta haver todo um processo de treinamento se a Defesa Civil não aplicar isso no treinamento da população.

Dentro das atuações, está a integração entre a Política de Segurança de Barragens e a de Proteção e Defesa Civil e a necessidade de estruturação dos órgãos de Proteção e Defesa Civil.

Aqui estão alguns exemplos da atuação em Mariana, da atuação da Defesa Civil, como a implantação das placas de rotas de fuga e de pontos de encontro, explicando onde está um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto de encontro, o que as pessoas devem fazer caso ouçam o toque de sirene. Há um mapeamento de Mariana sobre a rota de fuga.

Mostra-se exatamente essa ligação entre o produto que o empreendedor é obrigado a entregar para apresentar à população, os treinamentos que foram feitos e as simulações que foram feitas no caso de Mariana. Isso é trabalho da Defesa Civil, do órgão público.

Um exemplo de atuação é esse. Ali está a barragem e aquela zona marrom, que é a Zona de Auto Salvamento, onde as pessoas precisam se salvar no caso de rompimento. Elas se salvam e vão para o ponto de encontro. Essa interligação entre o ponto de encontro, os hospitais, os abrigos, a nova localização, todo esse processo é feito pela Defesa Civil. E essa Defesa Civil precisa de equipamento, tem de estar bem equipada para essa atuação.

As nossas principais ações de políticas públicas – vou terminar; esse é o último eslaide – relativas à segurança de barragens são: obtenção de recursos para o subsídio aos empreendedores públicos, tanto no nosso caso, do MDR, quanto no caso do Dnocs e da Codevasf; estudo de viabilização da sustentabilidade financeira dos empreendimentos públicos, para que ela não dependa desse subsídio, com uma parceria público-privada ou com uma concessão; recursos para a estruturação dos órgãos públicos empreendedores de barragem, que hoje têm uma falta muito grande, porque não houve renovação por concurso público, e dos órgãos de Proteção e Defesa Civil, tanto federais como municipais e estaduais; proposta do MDR, no PL da revisão da Lei de Segurança de Barragens, para a viabilidade de compensação financeira. O empreendimento público ou privado implantado não deve dar compensação financeira só para o Município beneficiado pela barragem, mas também deve haver uma preocupação com os Municípios que estão a jusante da barragem, porque esses, sim, serão atingidos em caso de rompimento da barragem. Essa compensação financeira deve propiciar que a Defesa Civil esteja bem equipada. Por exemplo, no caso de Brumadinho, existem várias barragens de mineração no local, e a Defesa Civil de lá precisa estar bem equipada. Esse equipamento, devido ao escasso recurso público, deveria ser compensado pelos empreendedores de barragens que ali estão.

Muito obrigado.

Era isso que eu tinha para apresentar.

Desculpem-me! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Rafael. Obrigado.

Alan, finalmente, vamos lá! Obrigado, meu amigo.

Com a palavra o Alan, da Agência Nacional de Águas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN VAZ LOPES – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Senador Jean Paul, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Agradeço, em nome de toda a diretoria da Agência Nacional de Águas, o convite para esta importante audiência.

Quero cumprimentar os demais palestrantes, os membros do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Vou ser bastante breve, por conta do adiantado da hora. Vou tentar adicionar mais alguns elementos a tudo que foi dito aqui.

Vou apresentar algumas visões da Agência Nacional de Águas sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens e algumas formas que nós temos visto de aperfeiçoá-la.

Já de início, a principal mensagem que a gente gostaria de dizer é que, de fato, há necessidade de a gente fazer uma aperfeiçoamento da Lei 12.334.

Desde o acidente de Mariana, a ANA, no seu papel de articuladora dos órgãos fiscalizadores de barragens, começou a empreender diversas ações, oficinas de discussão sobre a lei, sobre problemas na lei, sobre problemas de execução da lei com diversas entidades, como a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que promoveu mais de dez oficinas, e o Comitê Brasileiro de Barragens. Nós mesmos fizemos oficinas regionais com os fiscalizadores, discutimos no Fórum Mundial da Água no ano passado, lançamos propostas de revisão da lei. Mas, infelizmente, isso não se tornou efetivo, nós não conseguimos fazer o aperfeiçoamento da lei. Então, a gente tem duas avaliações: a lei é boa, mas tem lacunas, e essas lacunas têm nos retardado na sua implementação. É isso de que a gente vai falar um pouco aqui.

O que há na lei? A lei, basicamente, foi instituída a partir da sua discussão em 2003. Vou só falar um pouquinho que sou Superintendente de Fiscalização da ANA, trabalho na Agência Nacional de Águas desde a sua criação, em 2002. Em 2003, houve as primeiras discussões sobre a Lei 12.334, o PL 1.181, da Câmara dos Deputados, em função do rompimento das barragens de Cataguases. Não sei se vocês lembram que foi um desastre horrível, que levou à degradação da qualidade da água da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

A discussão da lei se deu de 2003 até 2010, até que se conseguiu, de fato, implementar essa lei. O foco era definir papéis mais claros, o papel de quem é o responsável pela barragem. Está muito claro que o responsável é o empreendedor, mas ainda há lacunas nesta definição de quem é o empreendedor na própria lei hoje. Ela diz que pode ser ou o dono da terra ou o beneficiário da barragem ou aquele que recebeu autorização para construí-la. Em muitos casos, esses atores são diferentes, são três, quatro, cinco, e a gente não consegue identificar, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos casos, quem é o empreendedor, para buscar a implementação dos requisitos da política. Então, isso precisa estar equacionado na lei.

Quanto aos órgãos fiscalizadores, é essa a distribuição que todos já conhecem. Nós temos um número grande de fiscalizadores, porque temos um número grande de barragens. A estimativa por imagens de espelhos d'água é a de que há algo da ordem de 70 mil a 90 mil barragens no País. Hoje estão cadastradas e identificadas por órgãos fiscalizadores 24 mil barragens, nessa distribuição.

Há as barragens de uso múltiplo, para abastecimento de água, para irrigação etc., que são fiscalizadas pela ANA. A ANA fiscaliza 110 barragens, em rios de domínio da União, e, nos Estados, 27 órgãos gestores estaduais as fiscalizam nos seus rios.

A Aneel fiscaliza as suas barragens de hidrelétricas, que são 890. Esses são dados do relatório de 2017. A ANM, agora – era o DNPM, e passou a ser a ANM –, fiscaliza 790 barragens de mineração. E 55 barragens estão com órgãos ambientais.

Nós temos, então, potencialmente, um conjunto de mais de 40 órgãos fiscalizadores. E nós não temos um sistema de coordenação da atuação desses fiscalizadores; cada um tem a sua própria forma de agir. Nós temos um problema de governança na coordenação e até na supervisão da atuação dos fiscalizadores. Isso já foi falado aqui. Isso foi falado ali na ponta pela Defensoria Pública um pouco nesse sentido.

Os empreendedores têm requisitos de segurança; basicamente, são planos de segurança, inspeções, revisões. A lei estava baseada na prevenção, mas temos visto que isso não é suficiente. Mesmo barragens bem mantidas, com todos os requisitos da política implementados, correm o risco de romper, e nós precisamos estar preparados para o desastre.

Essa é uma outra constatação. A primeira lei que a gente aprende no curso de Engenharia é a Lei de Murphy: se algo pode dar errado, dará. E a gente precisa estar preparado, com a certeza de que pode dar algo errado. Precisamos ter a defesa civil preparada, a proteção civil preparada, e o empreendedor também, no seu papel, na hora do desastre.

Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. É um sistema que está sendo implementado pela ANA.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem uma atribuição genérica de zelar pela Política Nacional de Recursos Hídricos, e ele emitiu, desde a lei, duas resoluções que dão algumas diretrizes gerais – o que também é o papel dele – para a classificação de barragens. Essas resoluções de classificação têm levado a essa classificação de barragens em dano potencial alto, risco de rompimento, que a gente tem visto nos relatórios. Há um número grande de barragens com dando potencial alto. Algumas barragens que não apresentam risco são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

classificadas com risco alto, e barragens que têm risco alto não são classificadas dessa forma, são classificadas como risco baixo. As duas barragens, Brumadinho e Mariana, estão classificadas com risco baixo por conta das resoluções que assim definem a forma de se classificar. Então, aí também há uma questão que precisa ser aperfeiçoada.

Nós da ANA, além de fiscalizarmos as 110 barragens em rios da União de usos múltiplos, elaboramos anualmente o relatório de segurança de barragens, desde 2012, e implementamos o sistema de informações e a articulação entre os empreendedores.

Nós já conhecemos esses dados: 58% das barragens cadastradas estão regularizadas, ou seja, um número grande, quase metade das barragens não tem autorização para existir. Depois eu vou esmiuçar um pouco quais são essas barragens, onde elas estão.

Nós temos um sistema bastante bem organizado, vamos dizer assim, no setor elétrico, na área de aproveitamento hidrelétrico, porque há uma cultura de segurança de barragens desde muito tempo. Isso não significa que não precise ser aperfeiçoada, por exemplo, na questão de participação social, como foi colocado aqui. Na área de mineração também temos uma agência. Foram mostrados aqui os aperfeiçoamentos que têm sido colocados.

Temos um problema enorme nas barragens de uso múltiplo. São a maior parte do nosso contingente de barragens: mais de 20 mil barragens só cadastradas, como eu falei. O número é muito maior.

A evolução da política. Em termos de classificação de barragens, dessas 24 mil, 4,5 mil foram de fato classificadas quanto ao risco e ao dano pelo órgão fiscalizador. Então, de muitas barragens, de 76% dessas barragens nós não temos sequer informações para saber se elas têm um risco médio, baixo ou alto e qual é o dano potencial. Então, nem mesmo a implementação da política começou a ser executada em muitos desses Estados. Treze dos órgãos fiscalizadores regulamentaram o Plano de Ação de Emergência. Isso significa que a maior parte dos órgãos fiscalizadores sequer regulamentou o Plano de Ação de Emergência. E, se não regulamentaram, o empreendedor não consegue implementar e fazer o Plano de Emergência, porque o órgão fiscalizador sequer está cobrando isso. E já tem nove anos a lei. Então, há um atraso nesse processo.

Onde estão essas barragens mais problemáticas? Este eslaide mostra um pouco esses números. Hidrelétricas (Aneel): barragens submetidas à política, 847; barragens sem informação, zero. ANM, a mesma coisa: zero sem informação. ANA: temos 33, mas já verificamos – esse é um dado de 2017 – e de todas elas já temos essas informações.

Quase todas são barragens de pequeno porte abandonadas, não oferecem risco substantivo. São barragens que não estão autorizadas pela ANA. Porém, todas as barragens da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANA já foram fiscalizadas *in loco* mais de uma vez, em campo. Todas elas têm um diagnóstico direto pelo próprio fiscalizador.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALAN VAZ LOPES – O problema está nas barragens de uso múltiplo: 3,1 mil barragens; 18 mil barragens sem informação; número de fiscalizações, 780 no total. Aneel, ANM e ANA têm fiscalizado essas barragens, têm buscado fazer cumprir o que está na lei.

Nos órgãos estaduais já há um outro cenário: número menor de fiscalização, à exceção de alguns Estados. Ceará, Bahia, por exemplo, e outros têm implementado de fato a lei, mas a maioria, de fato, ainda está atrasada nesse processo.

Isso é uma questão do número de acidentes, que está no relatório. Vou passar rápido.

Nós no relatório também começamos, até por conta dessa deficiência de classificação... Ao ir a campo o fiscalizador e identificar as anomalias, nós temos percebido quais são as barragens que de fato preocupam. Muitas vezes não são aquelas classificadas com risco alto; são, às vezes, as classificadas com risco baixo, porque o risco baixo, às vezes, é só por conta de uma falta de documentação, de um projeto que, às vezes, existe, mas não se tem acesso a ele, é uma barragem muito antiga, mas de fato a barragem está sem problemas, sem anomalias no campo. Então, identificamos aí, com todos os fiscalizadores, 45 barragens que de fato preocupam de forma significativa o fiscalizador. Esse número pode aumentar.

Algumas fotos de algumas anomalias que a gente tem visto em campo, mostrando a realidade de barragens de usos múltiplos, por conta de falta de conservação, falta de recurso financeiro para o custeio da operação, manutenção e atendimento aos requisitos da lei: problemas em paramentos dos taludes, problemas de conservação, problemas de deterioração de estruturas extravasoras.

Aqui, o caso da barragem de Passagem das Traíras, no Rio Grande do Norte, que a gente conhece bem: concreto de baixa qualidade e deterioração.

Ali, uma barragem em que o piso teve um problema. Aí há uma questão até de implementação do que estava no projeto, enfim, problemas de fundação.

São inúmeros os problemas que a gente tem encontrado em campo. E, enfim, são barragens já fiscalizadas. Nós já cumprimos o ciclo de fiscalização, e mesmo assim o empreendedor não tem cumprido. Então, ainda existe um outro problema nas barragens de uso múltiplo que vai além da fiscalização, vai à questão dos fiscalizadores.

Como já foi falado, nós temos uma preocupação grande na hora de situações de emergência, porque os planos de emergência precisam ser implementados em articulação com a defesa civil, e as defesas civis locais no País têm problemas sérios, não estão estruturadas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estão capacitadas, não têm como agir na hora de um acidente. E, como foi falado aqui, elas poderiam ser custeadas, talvez, por aqueles empreendedores que de fato estão colocando um risco a mais para aqueles Municípios, um risco que não existiria se a barragem não existisse ali. A defesa civil não precisaria ter essa estrutura – que é necessária – se a barragem não existisse, então é necessário um mecanismo de custeio, financiamento de órgãos de proteção e defesa civil.

Aí, são só duas barragens, para dar um exemplo. Preocupa-nos a Barragem da Passagem das Traíras. Existe a cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, e a gente já tem o mapeamento de que ela pode ser atingida pela barragem, se ela se romper. Nós já executamos todos os instrumentos – já advertimos, multamos, exigimos do Estado –, e não há possibilidade de se recuperar a barragem no curto prazo, porque o Estado não tem recurso financeiro. É uma barragem do Estado, uma barragem pública.

A mesma coisa em Jucazinho. O Governo Federal está tentando recuperar a Barragem de Jucazinho. Se a Barragem de Jucazinho se romper, o abastecimento de Caruaru, em Pernambuco...

(Soa a campainha.)

O SR. ALAN VAZ LOPES – Há uma Barragem a jusante, que é Carpina. Ela não dá conta de segurar. Isso é levado, isso atinge Recife. Então, a gente tem esses danos já mapeados, e são obras que precisam ser feitas no longo prazo.

Há quatro pontos só para destacar, dando um pouco da nossa visão nessas discussões todas ao longo dos anos, no sentido de se aperfeiçoar a lei.

A questão da governança: necessidade de se definirem mais claramente as responsabilidades de empreendedor e fiscalizador, principalmente em situações de emergência; e uma normatização mais específica pelo fiscalizador, da classificação das barragens. Não dá para a gente ter uma classificação genérica, tentar incluir mineração, hidrelétrica, uso múltiplo; cada barragem tem a sua especificidade. O órgão precisa atuar nisso para não ficar esperando uma norma para exigir do empreendedor o cumprimento da lei.

A coordenação entre os 40 fiscalizadores, que eu citei no início. A sustentabilidade financeira dos fiscalizadores de barragens de uso múltiplo principalmente. Isso não é um problema na Aneel, por exemplo, e na ANA também não é muito um problema, mas nos órgãos estaduais, que são a maioria, que cuidam dessas 20 mil barragens, isso é um problema. É preciso haver um mecanismo de custeio. Por exemplo, a Aneel tem a taxa de fiscalização, temos discutido com a ANM, e a ANA também tem a taxa de fiscalização, mas o Estado precisa ter também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E empreendedores públicos. A barragem de uso múltiplo tem vários usuários de água, e ela não é autossustentável, porque não repassa o custo de execução. Por exemplo, a elaboração do Plano de Segurança de Barragem é um estudo caro; no Plano de Ação de Emergência, existe topografia a jusante, é caro, são dois, três, quatro milhões de reais. O empreendedor público usa esse dinheiro dos cofres públicos. Ele precisa ter um mecanismo de repassar isso para o usuário final da barragem, que, às vezes, são vários – companhia de abastecimento de água, irrigante etc. –, por meio de uma tarifa, porque no órgão público não existe um mecanismo de custeio. O recurso financeiro do MDR para barragens do Dnocs sempre existe para novas obras, mas não há recursos para manter as que existem.

Sistema de infrações e penalidades. A lei, do jeito que está, não tem um sistema, não diz o que é infração e não diz quais são as penalidades; remete à legislação setorial. Legislação setorial é o quê? No caso da ANM, a multa máxima é no valor de R\$3,4 mil. No caso da ANA, o valor máximo é de R\$10 mil. Isso foi falado no início aqui, comparando-se com os bilhões... Falta muito zero ainda para chegar-se a um valor de multa razoável. É preciso estar na lei. Não esquecendo a atualização da própria legislação setorial. Poder-se-ia atualizar também a legislação setorial desse setor. Não é o caso da Aneel. A Aneel já tem um valor substantivo.

E, por último, a preparação para situações de emergência. Mesmo com isso tudo, a gente precisa estar preparado se algo pior acontecer. Haver treinamentos periódicos; a população precisa estar preparada. Não é uma cultura nossa. A gente precisa começar a ter mais isso embutido na nossa cultura, da prevenção, como em países que têm terremotos, países que têm maremotos. Nós somos um país que tem populações vivendo a jusante de barragens que podem romper, então a população precisa estar prevenida, precisa estar informada – isso está na lei também –, precisa estar comunicada, precisa participar da elaboração dos planos de ação de emergência, como foi colocado. Concordamos com isso tudo.

Então, é isso. Eu queria, sem mais me estender muito no prazo, agradecer de novo o convite. Estamos à disposição para continuar o debate, enfatizando a necessidade de se concluir o processo legislativo, para que se aperfeiçoe a lei. Isso é muito importante para os fiscalizadores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Alan.

Rapidamente, eu queria obviamente abrir espaço para uma colocação ou outra – há algumas inscrições já – e, depois, em cinco minutos finais, ter a paciência de vocês para ouvir um arremate final que fiz. E, eventualmente, se ainda houver algum comentário para acréscimo do que nós vamos encaminhar, teremos esse tempo também. Então, eu queria estabelecer mais ou menos 20 minutos, porque está todo mundo já meio cansado e com fome, para que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fizesse todo esse processo final, incluindo todos os palestrantes que já participaram também, que têm os microfones à disposição para responder e debater.

Obrigado.

Primeira inscrição – quem for se inscrevendo já vai me sinalizando.

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Josivaldo, militante do movimento, o MAB, e sou do Estado do Ceará.

Quero saudar a iniciativa do Senador e dizer a todos e a todas... Na primeira Mesa, o Carlos Vainer, o Lury, o Leandro, a Deborah apresentaram elementos que evidenciam e questionam o papel do Estado brasileiro e o papel das empresas; e, no segundo momento agora, os camaradas que representam o Estado brasileiro.

Acho que está mais do que evidenciado que essa parte que pode assegurar a vida das pessoas, da maioria e dos mais pobres, sempre ficou em segundo plano, seja nas áreas urbanas, seja na periferia, seja quando dá chuva, seja quando dá seca e tem fome, seja quando dá cheia e tem desabamento, tem enchimento – pegue São Paulo, pegue todos os outros –, ou então no caso das barragens.

Senador e senhores do Governo...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – ... penso que o que está ocorrendo agora é que evidencia mais o quanto é grave a situação das barragens no Brasil. Evidencia. Em 2004, rompeu-se Camará, na Paraíba, uma barragem pequena, mas o desastre lá foi enorme. Eu fui lá visitar. Em 2008, rompeu-se uma na Paraíba, ou melhor, no Piauí, acho que a de Algodões. Lá até hoje não se resolveram os problemas ambientais e sociais. Na sequência, vieram as daqui, de Minas Gerais.

A nossa preocupação, do MAB, dos ativistas e da população de maneira geral, e a indignação é que, apesar de haver determinadas leis, elas no papel até são bonitinhas... Quando vocês... A ANA está falando, e eu sei da seriedade da ANA, sei do Ministério que era da Integração – agora é uma bagunça nesse Governo, ninguém sabe mais qual é o Ministério; o que era integração nacional, o que era...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – Virou uma bagunça que ninguém sabe mais com quem fala no Governo Federal. E isso nos causa uma preocupação, porque o atual Presidente da República se pronunciou e tem posição clara contrária, digamos, à dos órgãos de fiscalização, porque há um exagero em multar, há um exagero em fazer a segurança da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, seja no agronegócio, seja em preservar a natureza, seja em preservar a água, seja em preservar as populações atingidas ou ameaçadas pelas barragens. Nós estamos em uma situação crítica, porque o número de barragens com possibilidade de rompimento é gigantesco no Brasil, em todas as Regiões. Brumadinho e a outra, em Mariana, não estavam classificadas e romperam. Então, nós...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – ... estamos vivendo uma situação... Não quero colocar aqui o caos, mas a situação é muito séria, e o Estado brasileiro, de fato, o Governo brasileiro tem que ser enquadrado, tem que ser colocado como responsável para que isso consiga punir as empresas privadas e os Estados que não tomam providência.

Nós não sabemos, e se vocês tiverem, revelem, é a obrigação do Estado ter. Quantas famílias moram abaixo das barragens construídas no Brasil hoje? No Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste? São milhões. O Rio São Francisco, com o crime da Vale em Brumadinho e no Córrego do Feijão, está correndo o risco, Senador, nós que somos do Nordeste, de ser totalmente contaminado, com maior gravidade ou não. E as autoridades, inclusive o Governo brasileiro, têm dificuldade em assumir esse risco. Isso significa dizer que é um rio que abastece milhares e milhões de pessoas em todos os aspectos imaginados.

Então, queremos colocar aqui a importância da luta, da resistência, mas da seriedade do funcionamento do Estado brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – E a sociedade tem que pressionar, tem que ir para as ruas. Do contrário, não haverá mudança. Essas propostas que estão aí, por mais bem intencionadas que sejam, se não designarem recurso, dinheiro, orçamento, seriedade e botarem na cadeia os verdadeiros criminosos, o Presidente da Vale, os principais acionistas, que estão aí soltos, rindo da cara do povo, isso não vai mudar. Botam o laranja, botam o que assinou o laudo forçadamente, botam o terceirizado. Agora, os responsáveis mesmo não estão sendo punidos verdadeiramente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Josivaldo, obrigado.

Prof. Carlos, dois minutos.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Leandro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO SCALABRIN – O Dr. Eduardo, eu e a Dra. Deborah estamos numa reunião do Conselho Nacional e interrompemos para vir aqui. Então, nós queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Eduardo me informou. Sem problema, evidentemente. Vocês podem...

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Eu o parablenizo mais uma vez pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – E digo também que, com a sugestão do Dr. Carlos, o Conselho estará criando um GT no seu âmbito para discutir a proposta aqui encaminhada e contamos com a parceria do Senado e da Comissão para os encaminhamentos que sejam possíveis fazer juntos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Eu vou listar a sua proposta aqui também no final. Obrigado, Leandro.

Obrigado, Deborah.

Obrigado, Eduardo.

Prof. Carlos.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Muito rapidamente alguns pontos que eu gostaria de enfatizar. O comentário do representante da ANM, de que a legislação feita em 2015 agora, não me lembro, 2017 foi insuficiente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Em 2012, foi insuficiente. A questão não é que ela foi insuficiente, é que ela reitera o mesmo modelo. E, por isso, será sempre insuficiente.

A cada desastre, se faz um novo adendo. Da mesma maneira que, a cada crime, se faz uma nova lei para aumentar a pena sobre aquele crime, sem ir ao fundo da questão, ou seja, se replica o modelo ampliando as suas perversidades, porque ele é incapaz.

E por que ele é incapaz? Tomemos a mineração brasileira. Ela está baseada no que os economistas chamam de concorrência espúria, ou seja, ela é competitiva, porque os seus custos são minimizados de duas maneiras: uma, aquela que eu falei, da transferência do custo privado para a socialização dos custos sobre a forma de sofrimentos, destruição de vidas, destruição do meio ambiente, mas existe uma outra que está na pauta, que é a Lei Kandir, que isenta de impostos, penalizando sobretudo os Estados de Minas Gerais e Pará...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*(Soa a campanha.)***O SR. CARLOS BERNARDO VAINER** – ... que torna a nossa comunidade espúria.

E já que está se discutindo agora o pacto federativo, vamos rever a Lei Kandir, que torna a competitividade da mineração brasileira espúria, porque ela recebe subsídios fiscais.

É o bebedor de cerveja no Japão com latinha de alumínio que está sendo subsidiado pelo Estado de Minas Gerais e pelo Estado do Pará e pelo sofrimento do nosso povo.

Segunda questão. É insuficiente tomar medidas para, não sei daqui a quanto tempo, as barragens de alteamento a jusante sejam eliminadas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... a montante. Se há um reconhecimento de que os riscos são graves, se há um reconhecimento de que vidas estão em risco, em alto risco, se há um reconhecimento de que bacias enormes estão ameaçadas, tem que ser suspensa a licença de operação imediatamente dessas barragens. As outras eu acho que devem vai ficar em moratória, pode-se dar um prazo. Essas têm que estar suspensas. Está se brincando com a vida das pessoas.

Tudo bem que, em Mariana, não se sabia, ou não se tinha claro, ou não se tinha dimensão, mas já se replicou em Brumadinho. Então, eu sugiro que uma das recomendações seja a suspensão imediata da operação de todas essas barragens já identificadas como ameaçadoras da vida, da dignidade e do meio ambiente, que são direitos indisponíveis do povo brasileiro. Estamos brincando com o direito à vida. Quem será responsável? A empresa e o Estado, que permitiu que ações criminosas como essa continuassem existindo, ameaçando a todos.

Então, eu gostaria de acrescentar isso e dizer que há uma espécie de deboche do nosso povo. Se vocês forem hoje ao *site* da Renova, vocês encontrarão a seguinte declaração: as bolsas famílias distribuídas pela Vale estão dinamizando a vida econômica de Mariana. Quer dizer, depois de destruir um Município, depois de destruir um rio e seu vale, 40 Municípios, atingir os Abrolhos, eles estão dinamizando a vida dessa população, recusando a pagar as multas, recusando a pagar as indenizações e dando bolsas famílias. Isso é um deboche na cara do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

lury.

Obrigado, Prof. Carlos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – Senador, no campo das propostas. Com relação às agências, eu acho que a gente tem que reconhecer talvez um esforço maior da ANA, um diálogo, uma outra qualidade no diálogo que a gente tem, que os atingidos têm com a ANA. Precisa melhorar muito, mas eu acho que já tem passos e coisas importantes feitas. Agora, as demais são um antro das empresas. Isso não tem participação do povo. Nós não temos confiança e segurança de que, se não mudar dessa forma que está sendo feito, que saia alguma coisa produtiva. Ela faz parte do pacote que resultou nesses crimes aí. Esses têm que ser responsabilizados por isso, eles são culpados por isso. Eles são culpados por isso também, assim como o Presidente da Vale, todos esses que cometem e continuam cometendo esses crimes. Isso a gente não pode negar.

E não é por falta... Inclusive, vamos oficializar todos...

(Soa a campainha.)

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – ... pedindo a oportunidade de poder contribuir. Os atingidos querem contribuir. Vamos oficializar. Porque nós já estamos fazendo isso há muito tempo e vamos continuar fazendo, para que nunca digam que nós não tivemos disposição de contribuir.

Mas, do ponto de vista de ideias que a gente acha que deveriam ser encaminhadas, nós precisamos encaminhar, porque, como eu já falei, não existe segurança sem política de direito às populações. Nós precisamos começar a tramitar nesta Casa, no Congresso, um projeto de lei qualificado e queremos solicitar ao senhor, Senador, que possa fazer parte dessa articulação.

Porque nós já temos um acúmulo no MAB discutido democrático com os atingidos, que tem um conjunto de ideias para um projeto que trate dos direitos às populações atingidas. E nós precisamos trabalhar para que isso possa ser, de certa forma, mais um instrumento, pelo menos mais uma lei que possa nos amparar e que nós possamos lutar para que ela tenha efetivação concreta nas ações.

Então, a gente gostaria de sugerir isso para o Senador como uma proposta nossa também.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está O.k. Obrigado, Iury.

Dr. Paulo, por favor.

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Boa tarde a todos.

Prof. Carlos, é o seguinte. O problema do descomissionamento de uma barragem não é um problema simples. Aquilo é uma obra de engenharia muito complexa e que precisa de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto para fazer o seu descomissionamento, porque o projeto de descomissionamento envolve várias fases. Primeiro, você tem que fazer uma engenharia acoplada à geologia e à geotecnia. Então, é multifacetada.

Então, você tem que convocar todo um complexo de profissionais. Esses profissionais têm que estudar toda a movimentação da... Porque a barragem é viva. A barragem, você entrou com um material com uma densidade num tempo, você entrou com outro material com outra densidade em outro tempo. E esse material vai se sedimentando em vários lugares diferentes da barragem. Então, é um projeto complexo de engenharia. Não é você chegar e parar hoje...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – ... e deixar a barragem lá parada.

Das 84 barragens a montante que existem, 40 já estão desativadas. Essas têm que estar descomissionadas até 2021. Essas aí. As que estão em atividade, que são 44, estão fazendo o monitoramento diário.

E agora a nossa regra é a seguinte: esses equipamentos têm que estar ligados direto ao nosso sistema. Não pode haver interferência humana mais. A partir de junho, não vai haver mais interferência humana. Esses equipamentos já estarão ligados direto ao nosso sistema e o nosso sistema tem uma inteligência artificial dentro dele, que vai dar a bandagem da luz que vai se acender para qualquer empreendimento desse.

Então, é um projeto complexo. Não é simplesmente chegar: "A partir de hoje, não se faz mais isso". Não é assim, dessa forma. É um projeto complexo, como eu expliquei anteriormente.

Quanto à questão das multas, a nossa multa maior mesmo é três mil, quatrocentos e poucos reais. Nós tentamos botar R\$30 milhões, mas o Congresso Nacional não deixou. Nós colocamos na MP o valor máximo das multas, mas o Congresso Nacional disse que não, que a multa máxima seria R\$3.400. Então, eram essas as considerações finais que eu queria fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Paulo.

Dois minutinhos. Por favor, se identifique e a sua entidade, para as notas taquigráficas.

O SR. RAFAEL MACHADO – Obrigado, é só um comentário rápido. Meu nome é Rafael Machado, eu sou da Defesa Civil Nacional.

Só reforço a fala de muitos dos palestrantes sobre a importância do órgão de proteção e defesa civil como esse agente que tem a missão de fazer a interlocução entre os empreendimentos e as comunidades nos procedimentos emergenciais. Então, reforço a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância desse papel de inclusão da participação das comunidades nos procedimentos emergenciais das barragens.

E chamo atenção para o que já foi dito, é um grande desafio para que haja a efetiva estruturação desses empreendimentos, especialmente nos Municípios, especialmente ainda nos Municípios que estão a jusante das barragens e não alcançam as compensações financeiras que os empreendimentos pagam.

Só alcançam os Municípios que estão acima da barragem. São afetados diretamente pela barragem, pelo reservatório, pela atividade.

É importante que haja uma mudança legislativa...

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL MACHADO – ... para que haja uma compensação financeira para que os Municípios que são obrigados a se preparar para o risco a jusante, abaixo da barragem, tenham condições de estruturar seus órgãos de proteção e defesa civil e garantir a participação popular nos procedimentos emergenciais das barragens.

É uma oportunidade, uma sugestão para que haja normatização desse aspecto também. Os empreendimentos pagarem uma compensação financeira aos Municípios que são obrigados a desenvolver uma capacidade excepcional de proteção e defesa civil para se preparar para os riscos que os empreendimentos geram. E hoje esses Municípios não recebem nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade. Essa questão tem a ver com o tal do pacto federativo, a revisão não só do tipo de tributação, como também da destinação das tributações, incluindo o ICMS, no caso da energia, no caso da mineração, Lei Kandir, tudo isso.

Eu queria, meus amigos, tentar encerrar aqui hoje. Eu sei que o tema abrange muitas coisas, muitos subsetores, mas basicamente fazer um apanhado geral aqui do que eu tomei. No ponto de vista global, o Prof. Carlos salientou bem e é uma coisa importante como contexto, e nós estamos trabalhando com alguma coisa que mexe com o mundo todo no sentido de mercados, mercado de energia, mercado principalmente de mineração. Então, isso é um contexto importante e a gente tem que ter noção disso, por conta do peso que está por cima dessa discussão e dos interesses que estão envolvidos.

A segunda coisa é em relação aos diagnósticos. Pelo que percebemos aqui, apesar da evolução do tema, nós ainda temos muita imprecisão em diagnósticos de danos, em diagnósticos de riscos e em diagnósticos de como as populações são atingidas. Não é claro isso e provavelmente a gente vai ter encaminhamentos aqui em relação a isso. E, finalmente, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro ponto inicial é a centralidade de consulta e legitimação dessas comunidades e da sociedade. É importante incorporar isso aos nossos projetos de lei.

Um esclarecimento em relação ao PL 550, que nós várias vezes comentamos aqui, apenas para esclarecer que ele vai à Câmara dos Deputados agora e ele dá 18 meses para empreendedores descomissionarem e descaracterizarem as barragens de alteamento a montante existentes. Portanto, o setor de mineração especificamente. E em relação a multas, nós temos aqui algum alento de ir, nesse projeto de lei, no art. 17, de um mínimo de R\$10 mil até o máximo de R\$10 bilhões. Portanto, abre um espectro bastante maior para as multas.

Em relação à questão das sugestões nossas do encaminhamento final aqui da nossa audiência, eu anotei algumas coisas, evidentemente temos que falar de aperfeiçoamento legislativo, das leis referentes ao tema, principalmente a 12.334, de 2010, definição e atribuição de responsabilidades; coordenação, governança e supervisão dos órgãos fiscalizadores; questão de classificação de risco alto também pouco definida, mal definida, pelo que se viu por aqui; mecanismos de seguro e prevenção.

Há sugestões concretas que nós anotamos antes e agora ao longo da audiência. Primeiro, a inclusão na Lei Orçamentária Anual de 2020 e no Plano Plurianual, no PPA de 2020/2023, tentar incluir os recursos e as ações necessárias para garantir a segurança de barragens em âmbito nacional. Segundo, enviar um pedido de informação ao Governo Federal sobre fiscalização das barragens e medidas adotadas para a redução dos riscos das barragens.

Terceiro, avaliar uma proposta de projeto de lei para a criação de um fundo público específico com recursos oriundos das atividades econômicas correlatas relacionadas às respectivas barragens com intuito de garantir o processo de participação, informação e capacitação das populações. Avaliar também uma proposta de lei prevendo a criação de comitês em âmbito nacional, estaduais e municipais com participação paritária da sociedade civil e do Estado com o objetivo de monitoramento das ações.

Anotações do curso da audiência. Trabalhar no reconhecimento do movimento dos atingidos por barragens como entidade representativa dos atingidos; propor ciclos de debates regionais e avaliar proposta de projeto de lei colocada pelo lury, projeto de lei sobre proteção das populações atingidas, um projeto de lei mais específico complementando a lei que já está em curso em relação não só a desastres como a barragens planejadas em operação. E, incorporando a sugestão do Prof. Carlos também, analisar a possibilidade da suspensão. E eu entendi a diferença, não é necessariamente o descomissionamento, mas, eventualmente, a desaceleração da operação e talvez até a suspensão que é no sentido de colocação de novos resíduos. Primeiro, suspende-se a utilização da barragem e, depois, se inicia o descomissionamento do corpo, do ativo. Então, nesse caso, suspensão imediata da operação no sentido da utilização das barragens já identificadas como de alto risco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA (*Fora do microfone.*) – O projeto de engenharia é demorado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até para suspender. Mas o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para a utilização é o que entendi e, na verdade, um caminhar é o de simplesmente analisar essa possibilidade de incorporação nisso em algum texto legal.

Alguma colocação final de um minuto, um minuto para nós encerramos aqui ou não?
(*Pausa.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – O apoio e a participação da Comissão... O apoio da Comissão ao grupo de trabalho que está sendo criado no Conselho Nacional de Direitos Humanos, apoio e eventual... Não como é isso, teria que se conversar com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, mas foi feita aqui a comunicação tanto pela Dra. Deborah quanto pelo Dr. Leandro de que o Conselho já deliberou criar um grupo de trabalho sobre isso. Então, acho que o mínimo é a Comissão dizer que está à disposição, que apoia essa iniciativa e que está disposta a colaborar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, incorporado, perfeito.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Além disso, é porque a gente não pode aqui deliberar por eles, mas dizer que a Comissão está disposta.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, incorporado, a Comissão está...

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Sobre a questão de participação social, neste momento, nós estamos com a Resolução nº 4, que está em vigor, mas também está em consulta pública. Nós a colocamos em vigor, porque era emergencial, mas está em consulta pública, e os senhores podem colaborar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Ela está em nosso sítio na internet, www.anm.gov.br, inclusive é sobre o método construtivo a montante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o texto final, complementando, desse Projeto de Lei 550, de 2019,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está disponível na área da atividade legislativa do Portal do Senado Federal. Aquele que foi distribuído aqui hoje mais cedo era o projeto inicial com as emendas. Para facilitar a consulta e pelo trâmite em que já está o projeto, eu sugiro consultar aqui a área de atividade legislativa do Portal do Senado e obter o texto final do Projeto de Lei 550, de 2019.

E, antes de terminar e de encerrar aqui os trabalhos, eu quero fazer aqui a finalização com dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2019.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Queria informar também que estiveram registrando presença nesta audiência os Senadores Jarbas Vasconcelos; Confúcio Moura; Leila Barros; Marcos do Val; Fabiano Contarato, Presidente desta Comissão; Plínio Valério; Lasier Martins; Jaques Wagner; Telmário Mota; Major Olímpio; Jayme Campos; Acir Gurgacz; Paulo Paim; Selma Arruda; e eu mesmo, Jean Paul Prates.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Agradeço a todos os presentes tanto palestrantes quanto audiência. Obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Leila Barros, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Paulo Rocha, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Dário Berger, Paulo Paim, Angelo Coronel e Selma Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta presidida pelo senador Jaques Wagner. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência comunica procedimentos para organização dos trabalhos do colegiado e informa os documentos recebidos. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Otto Alencar. Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." Autoria: Senador Rudson Leite. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Retirado de pauta a pedido da relatora. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Retirado de pauta a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/20>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

20/03/2019 - 4ª - Comissão de Meio Ambiente
Horário Texto com revisão

11:42

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião realizada em 14 de março 2019.

Eu não vou nem perguntar aqueles que concordam, porque...

Aprovada.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes.

Ofício nº 9, de 2019, da Câmara Municipal de Cascavel no Paraná, que encaminha cópia do Requerimento nº 20/2019 daquela Casa Legislativa para solicitar ao Senado Federal celeridade na apreciação e aprovação do PLC 134, de 2018, que altera o art. 32 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática do ato de abuso consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento da pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia. O documento foi juntado ao processado da matéria, que está sob a relatoria da Senadora Soraya Thronicke.

Ofício nº 168, de 2019, da Câmara Municipal de Batatais, em São Paulo, que encaminha fotocópia da Moção nº 49/2019 de apelo a S. Exa. o Sr. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, objetivando providências no sentido de resolver o problema dos lixões a céu aberto nos municípios brasileiros.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação de interesse por parte dos Senadores membros desta Comissão.

Funcionamento da CMA no biênio 2019/2020.

Justifico que o Presidente não pôde estar na abertura desta reunião porque está na CCJ relatando uma matéria.

No sentido de organizar os trabalhos deste Colegiado à luz da regimentalidade, da publicidade e da eficiência, comunico as seguintes diretrizes para o biênio 2019/2020, nos termos do artigo 89, inciso I, do Regimento Interno.

I- As reuniões da Comissão ocorrem nas dependências do Senado Federal, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, o que objetiva, além da contenção de despesas, possibilitar a efetiva participação de todos os Senadores nas atividades do Colegiado. Assim, o apoio logístico e operacional para eventos que precisem ser realizados em outras localidades serão responsabilidade do autor do requerimento.

II- As audiências públicas serão agendadas em reuniões extraordinárias, em dia a ser acordado com o autor do requerimento, para não colidirem com o horário reservado semanalmente às reuniões deliberativas, que são às quartas-feiras às 11h30. O Parlamentar que propôs a audiência deve estar disponível para presidir a reunião na ausência do Presidente e do vice.

III- Os requerimentos de audiências públicas serão pautados apenas quando incluírem as entidades convidadas a indicar representantes ou os nomes dos convidados, sempre que possível indicá-los nominalmente.

IV- A inclusão de itens extrapauta nas reuniões deliberativas, em atenção ao disposto nos arts. 108, § 1º e 412, inciso XI, será evitada ao máximo, sendo vedado deliberar qualquer matéria nas reuniões destinadas a audiências públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V– Os pedidos para retirar matéria de pauta publicada devem ser encaminhados à Secretaria por meio de ofício assinado pelo relator quando ocorrerem antes do início da reunião. Após o início da reunião, o pedido deve ser apresentado oralmente pelo relator e, em todos os casos, o Presidente decidirá durante a reunião.

11:46

IV– Para garantir o bom andamento dos trabalhos, os relatores designados devem procurar atender o prazo regimental para a entrega de seus relatórios. Não ocorrendo a entrega, esta Presidência prorrogará o prazo automaticamente por outros 15 dias úteis. Havendo necessidade de nova extensão, deve o relator comunicar o pedido, por ofício, à Secretaria da Comissão para decisão do Presidente. Findo o prazo concedido, a matéria poderá ser distribuída a novo relator ou pautada, nos termos do art. 121 do Regimento Interno.

Escolha de políticas públicas.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área da sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas públicas e as atividades meio de suporte para sua execução.

Considerando a vinda do Sr. Ministro do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, a este Colegiado, no próximo dia 27 de março, às 14h30, quando apresentará as diretrizes e os programas prioritários da pasta para o corrente ano e os próximos, comunico que:

I- Fica aberto prazo para que os Senadores membros da Comissão de Meio Ambiente apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

II- As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão por meio de sistema próprio. A via física deve ser entregue com a assinatura do Parlamentar também à Secretaria.

III- O prazo se encerrará no dia 29 de março, às 18 horas.

IV- A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará em reunião deliberativa no dia 3 de abril.

V– Os relatores designados para as avaliações selecionadas terão prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e apresentação dos relatórios.

Nada mais havendo a tratar e não havendo matérias a serem deliberadas, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

Notas revisadas



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

